Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de um mil novecentos e oitenta e nove, às 15:00 horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência eventual do Senhor Constituinte, Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, com a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Acir Mezzadri, Irondi Pugliesi, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Haroldo Ferreira, Luiz Alberto Martins de Oliveira, Luiz Antonio Setti, Rafael Greca de Macedo, Pedro Tonelli, Edmar Luiz Costa e Ezequias Losso. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e esclareceu que iria proceder a eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator.- Procedido o sufrágio, constatou-se a unânimidade de votos nos nomes dos Senhores Deputados RAFAEL GRECA DE MACEDO, NILTON BARBOSA e HAROLDO FERREIRA, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, cujo teor será publicado na íntegra, no Diário da Assembléia Constituinte Estadual. E para constar, eu José Olímpio Sotto Maior Macedo, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que se produza os efeitos legais.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
Presidente

José Olímpio S. Macedo
Secretário

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de hum mil novecentos e oitenta e nove, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão da Ordem Econômica e Social, sob a presidência do senhor - Deputado Constituinte Rafael Greca de Macedo, mais a presença dos seguintes senhores Deputados Constituintes: Antonio Costenaro Neto, Orlando Pessuti, Pedro Tonelli, Edmar Luiz Costa, Ezequias - Losso e Irondi Pugliesi. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos e passou à leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. A seguir, deu-se início ao expediente: definição de prazo para elaboração de regimento interno, regulador de duas modalidades em que a Comissão - reunir-se-á: Reunião Deliberativa e Audiência Pública. Os Deputados presentes acordaram com a sugestão do Deputado Edmar Luiz Costa, quanto a nova reunião na próxima quinta-feira, 2 de março às 9:00 horas. O Deputado Pedro Tonelli apresentou proposta do Partido dos Trabalhadores para este Regimento. O Deputado Presidente - solicitou aos demais Deputados suas propostas, bem como da Assessoria da Comissão. Na sequência foi deliberado que as audições e reuniões acontecerão ordináriamente nas manhãs de terças-feiras e quartas feiras, sempre às 9:00 horas da manhã com tolerância até às 9:15 horas. Definiu-se que cada Deputado terá até sexta feira-dia 3 de março, prazo para apresentar sugestões, de cidadãos ou entidades que devam compor os painéis sobre os temas atribuídos à Comissão, a saber: Desenvolvimento Econômico, Educação, Cultura,- Esporte, Lazer, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente. O Deputado Edmar Luiz Costa sugeriu que fosse divulgada amplamente para a comunidade a existência de um telefone para sugestões instalado na Secretaria da Comissão. Os Deputados presentes discutiram também a conveniência de se oficiar à Mesa Executiva da Assembléia,- solicitando condições físicas e de pessoal, bem como disponibilidade dos auditórios para as audiências. O Deputado Ezequias Losso lembrou da necessidade de alertamento aos convidados para as audiências, quanto à compatibilidade das suas propostas com o instituído na Constituição da República. A Deputado Irondi Pugliesi - concordou alertando de que o princípio federativo conhece limitações. O Presidente estabeleceu o propósito de fazer chegar aos -

Deputados a súmula de cada reunião. A seguir foram apresentados pelo Presidente aos membros da Comissão os funcionários da Assembléia, designados pela Diretoria Legislativa para a assessoria,- a saber: José Olimpio Sotto Maior Macedo para secretário geral e Marisa Couto de Cristo, Maria Aparecida Gebran do Amaral e Rubens Bremer como secretários adjuntos e o advogado Dr. Alan Marcos Andrade como assessor jurídico. O Presidente designou ainda como - assessora jurídica especial a advogada Dra. Louise Rainer Pereira Gionédis, funcionária comissionada do seu gabinete. Os presentes deliberaram ainda pela designação de um jornalista que divulgue antecipadamente e faça a cobertura das reuniões e deliberações para que a comunidade paranaense tenha as informações dos trabalhos desenvolvidos. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente, declarou encerrados os trabalhos da presente reunião da qual para constar, eu José Olimpio Sotto Maior, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente

JOSÉ OLIMPIO SOTTO MAIOR
Secretário

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMPANHEIRO DEPUTADO CONSTITUINTE

NA SEGUNDA REUNIÃO DA NOSSA COMISSÃO TEMÁTICA " DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL" FICOU ACORDADO QUE ESTA PRESIDÊNCIA DARIA CIÊNCIA AOS PRESENTES E AUSENTES DO DELIBERADO , EM RESUMO, NO MESMO DIA DE CADA REUNIÃO.

PEÇO SUA ATENÇÃO PARA A MINUTA DE ATA ANEXA, A SER APROVADA NA PRÓXIMA REUNIÃO.

ELA É O RESUMO DO DISPOSTO PELOS PRESENTES.

SEGUE PARA SUA INFORMAÇÃO.

ENCAREÇO SUA PRESENÇA, ÀS 09:00 HORAS DA PRÓXIMA QUINTA FEIRA, DIA 2 DE MARÇO, PARA DEFINIÇÃO DO NOSSO REGIMENTO INTERNO E

DO CALENDÁRIO DE AUDIÊNCIAS DE PESSOAS E ENTIDADES DA COMUNIDADE LIGADAS AOS TEMAS:

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
2. EDUCAÇÃO - ESPORTE - LAZER
3. SAÚDE PÚBLICA - ASSISTÊNCIA SOCIAL
4. CULTURA - MEIO AMBIENTE

ATÉ ESTA QUINTA-FEIRA, OU MAIS TARDAR ATÉ SEXTA-FEIRA, DIA 3 DE MARÇO, ACEITAMOS, NA SECRETARIA, RAMAL 550 COM MARISA COUTO DE CRISTO E/OU MARIA APARECIDA AMARAL, SUGESTÕES DE PESSOAS E ENTIDADES PARA SEREM CONVIDADAS.

NOSSOS PRAZOS SÃO EXÍGUOS DEVENDO SER ENCERRADOS OS TRABALHOS A 3 DE ABRIL, DE MANEIRA QUE PEÇO RAPIDEZ E EFICIÊN-

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

CIA,

SOLICITO QUE AGENDEM O CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES COM A COMISSÃO:

. REUNIÕES DE AUDIÊNCIA OU DELIBERATIVAS,

NAS TERÇAS E QUARTAS FEIRAS DIAS:

7 E 8 DE MARÇO

14 E 15 DE MARÇO

21 E 22 DE MARÇO

28 DE MARÇO

. FICARÃO SUJEITAS A DECISÃO DO COLEGIADO AS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS, E DE CONCLUSÃO DOS TRABALHOS.

COM CORDIAL SIMPATIA, RENOVANDO CONFIANÇA DE QUE O COMPANHEIRO SOMARÁ CONOSCO NA BUSCA DO MELHOR PARA A LEGISLAÇÃO DO PARANÁ, E AGRADECENDO A CONFIANÇA DEPOSITADA NA NOSSA PESSOA

O DEPUTADO PRESIDENTE

em 28 de fevereiro 1989

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência do Senhor Deputado Constituinte Rafael Greca de Macedo e com a presença dos seguintes Senhores Deputados Constituinte: Haroldo Ferreira, Edmar Luiz Costa, Orlando Pessuti, Antonio Costenaro Neto, Pedro Tonelli, Irondi Pugliesi e Ezequias Losso. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou - aberto os trabalhos e passou à leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. A seguir deu-se início ao expediente, - passando-se à Ordem do Dia. Foi aprovado o Regimento Interno da Comissão, o qual foi elaborado pela mesma, e também, a aprovação do Calendário das Reuniões de Audiência, a saber: dia 07 de março do corrente, - com o tema Desenvolvimento Econômico; dia 08 de março, com o tema Desenvolvimento Econômico e Preservação do Meio Ambiente e Política de Recursos Naturais; dia 09 de março, com o tema Assistência Social e - Saúde Pública; dia 14 de março, com o tema Preservação do Patrimônio - Cultural e Identidade Cultural dos Paranaenses; dia 15 de março, com o tema Educação; dia 16 de março, com o tema Direitos da Mulher, Direitos das Minorias e Comunicação Social, sendo que , todas as Reuniões - do Calendário serão realizadas no Auditório Luiz Gabriel Sampaio (Plenarinho), a partir das 15:00 horas. O Senhor Deputado Pedro Tonelli - pronunciou-se, observando que haverá uma greve geral dos trabalhadores entre os dias 14 e 16 do corrente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, - da qual, para constar, eu José Olimpio Sotto Maior de Macedo, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que se produza os efeitos legais.-

DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO TEMÁTICA "DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL"

Art. 1º - Além do disposto no Regimento Interno da Assembléia Estadual Constituinte - AEC -, os trabalhos da Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, serão disciplinados por esta Resolução Interna, conforme determina o artigo 11 daquele.

Art. 2º - O Ante-Projeto a que se refere o artigo 16, alínea "a", da Resolução nº 003/88, da AEC, deverá ser o resultado das discussões realizadas pela Comissão no prazo estipulado pelo artigo 15, além das sugestões apresentadas de acordo com os artigos 13 e 23, bem como das conclusões das audiências públicas previstas no artigo 8º desta Resolução.

Art. 3º - A Comissão realizará reuniões ordinárias as terças, quartas e quintas-feiras às 14:00 horas.

§ 1º - O Presidente da Comissão, de ofício ou mediante requerimento subscrito por um terço dos seus membros, poderá convocar reuniões extraordinárias, que deverão necessariamente realizar-se em horário diverso das ordinárias.

§ 2º - As reuniões ordinárias ou extraordinárias, sempre públicas, serão iniciadas ou terão continuidade, com a presença da maioria de seus membros.

Art. 4º - As reuniões terão a duração necessária, observando-se o disposto no parágrafo 9º do artigo 8º do Regimento Interno da Assembléia Constituinte Estadual.

§ 1º - Ao início de cada reunião ordinária serão aprovadas as atas das reuniões ordinárias ou extraordinárias anteriores.

Art. 5º - As questões de ordem suscitadas ao longo das reuniões serão decididas pelo Presidente da Comissão, podendo os interessados recorrerem da decisão aos presentes, que decidirão por maioria de votos.

Art. 6º - Serão assegurados os seguintes prazos durante os debates nas Comissões:

I - Aos membros, 10 (dez) minutos prorrogáveis por mais 5 (cinco) uma só vez sobre cada matéria;

II - Aos demais Deputados, cinco minutos improrrogáveis.
III - Aos convidados, 15 minutos, prorrogáveis por mais dez, a critério da maioria dos membros presentes.

Art. 7º - Ressalvado o disposto no artigo 5º, as deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos Deputados membros presentes.
Parágrafo único - caberá ao Presidente o voto comum, observando-se o § 1º do artigo 20 do Regimento Interno da Assembléia Constituinte Estadual.

Art. 3º - A Comissão destinará, no mínimo, cinco reuniões para audiência de entidades representativas da comunidade. Participarão destes painéis, pessoas sugeridas pelos Deputados membrosda Comissão, atendendo a convocação da mesma.
§ 1º - As entidades ou Partidos Políticos, para serem ouvidas, deverão encaminhar ao Presidente da Comissão, requerimento assinado pela sua diração, acompanhado da Ata da reunião que deliberou sobre sua participação, com a indicação do tema a ser abordado.
§ 2º - Em se tratando de Partido Político, o requerimento deverá ser ser encaminhado com autorização do respectivo Diretório ou Comissão Executiva Regional.
§ 3º - O requerimento, acompanhado dos documentos exigidos, deverá ser posto em votação na primeira reunião seguinte à data do recebimento, para sua inclusão na pauta da próxima audiência, respeitada a ordem de inscrição ou prioridade do assunto, se este estiver na ordem do dia.
§ 4º - É vedado o pronunciamento sobre matéria vencida.

Art. 9º - A qualquer membro da Comissão, mediante aprovação da maioria dos presentes, é facultado convidar entidades para que se façam presentes em determinada reunião ordinária e se pronunciar sobre o assunto em discussão dentro do prazo estipulado no requerimento.

Art. 10º - Esta Resolução poderá ser alterada por proposição da maioria dos membros da Comissão, em discussão e votação única, aprovada por dois terços dos membros, com direito a voto.

Parágrafo único - após a propositura o relator da Comissão apresentará parecer sobre a proposta, na reunião seguinte, na qual será votada.

Art. 11º - Esta Resolução Interna entrará em vigor no data de sua aprovação.

ANEXAR À ATA DO DIA 02/03

COMISSÃO ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL -

9.20 .1.

O SR.PRESIDENTE - (Rafael Greca)

Está aberta a reunião,

O SR.EDMAR LUIZ COSTA - Requeiro a dispensa da leitura da proposta feita pela Presidência da Mesa a respeito do Regimento Interno e desde já manifesto meu voto favorável porque realmente é apenas uma meia dúzia de critérios que são necessários. Tenho meu voto favorável a esta proposta.

DEP.PEDRO TONELLI - É o que foi alterado foi a questão do número de reuniões, pelo tempo necessário que a gente vai ter para o anteprojeto, mas como houve um entendimento que seriam ordinárias e extraordinárias eu acho que isso não altera a intenção do nosso regimento.

DEP. IRONDI - Eu acho que o regimento está completo.

DEP. HAROLDO - Tenho ouvido entidades e tenho impressão que 5 reuniões para audiência pública serão poucas.

DEP.EDMAR - Já debatemos na reunião passada ficou estabelecido a ordinária e mais as extraordinárias propostas por qualquer membro.

O SR.PRESIDENTE - (Rafael Greca)

Nós nos baseamos nos prazos que davam como encerrados os trabalhos da Comissão no dia 3 de abril.Por esses prazos a relatoria queria uma data limite até 28 de março. Então teríamos uma reunião para ouvir e uma para discutir , gostaria de sugerir que fizéssemos todas para ouvir e uma no fim, uma reunião rapidinha. Gostaria de propor um calendário inicial.

DEP.COSTENARO - Um comentário. No Regimento , não adiante a gente ficar preocupado demais em função da perfeição do regimento, eu diria que não adiante a gente ficar preocupado demais em função da perfeição...e ficar na dependência da imperfeição das pessoas ou falta de vontade. O que é preciso...

O SR. ANTONIO COSTERNARO : O que é preciso realmente é que nós tenhamos entre nós aqui - e isso aí é até uma pergunta. Será que as Comissões conseguem? Ontem ainda, conversando com o Bazílio, dizíamos: " Será que vamos conseguir"? Eu, analisando as pessoas que compõem a Comissão da Ordem Econômica e Social, eu acho que temos um grupo de pessoas que têm por hábito comparecer na Assembléia, e que dá quorum. O que é preciso é que realmente se faça esse pacto de trabalhar com perfeição, porque senão, não chegaremos a nada, porque ficamos atrás da - perfeição e da organização e depois acaba na imperfeição da presença e não se discutem os assuntos. Marcar uma reunião e não haver a presença dos Deputados, é coisa horrível. A imagem já está ruim e isso fica péssimo.

O SR. HAROLDO FERREIRA : Senhor Presidente, eu acho que nós teremos uma proposta, e a Deputada Irondi participou, nós recebemos a visita de setores preocupados com a questão da educação e eles querem promover um Fórum Estadual sobre a questão da educação.

O SR. PRESIDENTE: (RAFAEL GRECCA): E pode ter uma reunião extraordinária.

O SR. HAROLDO FERREIRA : Exatamente. Um dia de discussão para - participação da Comissão da Ordem Econômica e Social e também de todos os Deputados e interessados. Eu acho que teremos várias propostas, assim como, meio ambiente. Temos várias propostas.

O SR. PRESIDENTE: (RAFAEL GRECCA): Eu quero abrir agora e sugerir aos pares, quero abrir a discussão da pauta das reuniões, das audiências de pessoas e de entidades. Se - nós pudéssemos fechá-la mais ou menos hoje, porque o que eu imagino, Deputado Haroldo, é o seguinte: são painéis. Um painel sobre o desenvolvimento econômico, um painel sobre a educação, um,painel sobre o esporte e o lazer, um painel sobre a saúde pública, um painel sobre a assistência social. Os meus convida-

dos, os convidados do Deputado Edmar, os seus, faríamos um debate, e com esse painel, poderia até ser gravado, fica interessante até para a história do Paraná com as várias contribuições, e cada pessoa teria o direito de falar 10 minutos, prorrogados por mais dez, a critério dos membros presentes na ocasião e a gente poderia estabelecer os painéis de duas horas, por exemplo, das 9 às 11 horas o primeiro tempo e depois, das 11 às 13 horas num segundo tempo e se necessário, a gente estenderia numa reunião extraordinária. Agora, daí para compatibilizar com o calendário da Constituinte sem atraso, eu imaginei o seguinte: fazer no dia 7 - Desenvolvimento econômico , no dia 8, educação e na sequencia, esporte e lazer - é uma proposta, sujeita à discussão. Se julgarem conveniente depois estender, deixando a educação para a parte da tarde, daí instala-se o painel de tarde também.

A SRA. IRONDI PUGLIESI : Dia 8 de março temos Sessão Solene para o Dia Internacional da Mulher. Teremos o movimento de mulheres.

O SR. PRESIDENTE: (RAFAEL GRECCA): No dia 14, saúde pública, no primeiro tempo e no segundo tempo, assistência - social e dia 15, meio ambiente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA : Meio ambiente e assistencia social junto com saúde pública não vai dar. Saúde pública eu sei que vai dar um movimento danado.

O SR. PRESIDENTE: (RAFAEL GRECCA): Então temos que marcar reunião extraordinária.

Está aberta a discussão do calendário. Pelos prazos, seria a é o dia 15 que nós teríamos que ouvir as partes, para dar tempo de vocês lerem e vermos as propostas.

Dia 7 e 8 nós deixaremos para ...

O SR. RAFAEL GRECCA : - .. Dia 7 e 8, nós deixamos para a Assistência Social, desculpe, 7 e 8 Desenvolvimento Econômico.

Dia 14 Educação e Dia 15 Esporte e Laser.

O SR. EDMAR LUIS COSTA : - Desenvolvimento Econômico, 2 dias eu acho muito, dá para encaixar à Assistência Social.

(conversas paralelas)

O SR. ANTÔNIO COSTERNARO NETO : - Mas,pela manhã são às Sessões ~~Plenárias~~ Ordinárias da Assembléia, nós vamos ficar - com problemas com esse Sistema.NO nosso Regimento Interno de realizar às Reuniões, porque nós temos às Sessões Ordinárias ?

Nós vamos ter que mudar para a tarde, e acho que nós temos que adotar o seguinte critério:

(conversas Paralelas)

Às Sessões Ordinárias da Assembléia Legislativa devem ser pela manhã e às Reuniões nós temos que mudar para a parte da tarde.

O SR. RAFAEL GRECCA : - Constituinte a tarde ?

Então muda à Reunião para às 14: horas, às Plenárias todas mudaram para de manhã

O SR. PRESIDENTE: As Plenárias, todas, mudaram para de manhã ? Ou é só a de hoje ? (Vozes paralelas).

O Sr. Edmar Luiz Costa: Pedro, vamos raciocinar um pouquinho: a Assembléia normal, nossa, passou este episódio do Veto, estes próximos trinta dias, vai faltar assunto.

O SR. Pedro Tonelli: Depende. Pode ser que não.

O Sr. Edmar Luiz Costa: Só se acontecer um fato extraordinário.

O SR. Pedro Tonelli: Nós temos que deixar meio período para nos dedicarmos ao Legislativo Estadual e meio período para a Constituinte.

O SR. PRESIDENTE: Coloca a audição das pessoas para as 14 horas.

O SR. Pedro Tonelli: Não precisa alterar o Regimento.

O SR. PRESIDENTE: Altera."É regimental da Constituinte que as reunioẽs das comissoẽs temáticas serão realizadas no período matutino, de todos os dias úteis, exceto nas sextas-feiras, sem embargo para que possam ser convocadas para domingos e feriados, vedado, contudo fazê-lo para horários destinados ao funcionamento da Plenária da Assembléia Legislativa Estadual ou da Assembléia Constituinte Estadual".

O SR. Edmar Luiz Costa: A Assembléia normal é à tarde, com exceção das quintas-feiras, que foi feito aquele acordo.

O SR. Pedro Tonelli: Então, nós temos que pedir para a Mesa para que convoque, sempre, as Sessoẽs da Assembléia para a tarde.

O SR. Edmar Luiz Costa: Na quinta-feira nós não teremos reunião aqui da nossa Temática. Este acerto é só às quintas-feiras para o pessoal que vai para o Interior. Faz-se a Sessão na quinta-feira pela manhã, as duas, e sexta-feira fica livre. Os outros dias são à tarde, no horário regimental. Não tem problema de mecher naquele acord

O SR. Antônio Costernaro Neto: As Sessoẽs da Constituinte serão pela manhã, então ?

O SR. PRESIDENTE: Das temáticas, pelo parágrafo 9º que eu li, devem ser pela manhã. Mas é vedado no horário das Plenárias, tanto da Constituinte quanto da Assembléia Legislativa.

O SR. EZEQUIAS LOSSO: Senhor Presidente, eu acredito que não haverá Sessão Plenária da Constituinte por falta, inclusive de matéria para debater. Logo após a conclusão dos nossos trabalhos é que começará.

O Sr. Antônio Costernaro Neto: Mas a Sessão Plenária da Assembléia é de manhã ou à tarde ? Porque no período de convocação extraordinária estava sendo o inverso. Estava sendo o inverso.

O SR. PRESIDENTE: Nós temos que estabelecer um "modus vivendi". Eu acho que a observação do Deputado Losso tem procedência Enquanto nós não terminarmos o trabalho temático, não tem o que votar na Constituinte. Então, tem que ver o horário da Constituinte. É de manhã ou à tarde ?

A Srª Irondi Pugliesi: Liga para a secretaria e confirma.

O SR. PRESIDENTE: E daí nós marcamos em outro horário. Se nós definirmos um calendário, agora, eu faço as convocaçoẽs já, começo a convidar as pessoas. A gente divulga pela imprensa.

O Sr. Antônio Costernaro Neto: Teria que ter um regimento das temáticas, uniforme. Daqui a pouco nós resolvemos que tem que ser o inverso e daí ?

A SRª Irondi Pugliesi: O prazo para entregarmos esta proposta é rigidamente no dia seis ?

O SR. Pedro Tonelli: O Projeto de Constituição encerra dia seis...

A SRª. IRONDI PUGLIESI: ...

IRONDI PUGLIESI -... o prazo para agente entregar é dia 6?

PRESIDENTE (Rafael Greca) - É 6 de março.

Eu pedi sugestão de pessoas, de nomes.

HAROLDO FERREIRA - Eu queria retornar aqui ao Regimento Interno da Constituinte Estadual. Capítulo 4º da Ordem dos trabalhos, Seção I, das sessões em geral. Artigo 35 - - As sessões da Assembléia Estadual Constituinte serão ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo 1º - As sessões ordinárias serão realizadas em dias úteis, exceto aos sábados, das segundas às quintas-feiras. Terão início às 14 horas e terão encerramento às 18 horas. Na sexta-feira, será às 9 horas até às 12:30 horas.

A Assembléia ~~Constituinte~~ Constituinte Estadual irão funcionar à tarde. As sessões ordinárias da Assembleía Legislativa serão pela manhã, como está previsto hoje. Está correto.

Então, as comissões deverão ser à tarde, durante este período em que não teremos plenário.

IRONDI PUGLIESI - Assim fica melhor, porque teremos a tarde toda, sem precisar prorrogar pela noite.

PRESIDENTE (Rafael Greca) - Está encerrada esta discussão.

A comissão realizará sessões ordinárias 3ª, e 4ª feiras, às 14 horas, sujeito a reuniões extraordinárias, uma reunião, por exemplo, sobre debate da mulher...

Irondi Pugliesi - Acho que teria que fazer um painel específico.

HAROLDO FERREIRA - Acho que Reuniões ordinárias dessa comissão poderíamos manter pela manhã para organização e encaminhamento das questões.

PRESIDENTE (Rafael Greca) - Vocês querem dois períodos de reuniões.

Por que não fazemos as nossas reuniões, por

exemplo, as ordinárias às 14 horas e os painéis às 15 horas?

HAROLDO FERREIRA - Daí reuniríamos tudo de uma vez e iríamos até às 21 horas de preciso.

PRESIDENTE (Rafael Greca) - Então ficaria as reuniões ordinárias às 14 horas e as audiências às 15 horas.

Todos concordam?.....

O SR. RAFAEL GRECA:-... às 15 horas. Todos concordam?

O SR. EMAR LUIZ COSTA:- Concordamos, estamos aquipensando no trabalho.

O SR. RAFAEL GRECA:- Então, aprovado este REgimento, vamos discutir o calendário, por temas, sendo que todos os/ que quiserem vir falar serão convidados. Eu já tenho os meus con-/ vidados para a audição, depois quero submetê-los a vocês.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA:- Eu também já encaminhei a minha listagem.

O SR. HAROLDO FERREIRA:- Por que só utilizrmos dois dias na semana, eu acho que podíamos aproveitar mais dias

O SR. PEDRO TONELLI:- Eu acho o seguinte, vamos manter aquela decisão da última semana até 2ª-feira, até amanhã, os Deputados vão fazer a indicação de quem gostariam que fosse ouvido, tendo isso em mãos aí é mais fácil de vêr se precisamos de mais tempo, menos...

O SR. RAFAEL GRECA:- Ah, mas na outra reunião nós também decidimos que íamos aprovar o calendário de temas, en-/ tão nós temos que aprovar o calendário de temas, senão nós vamos / ficar sempre discutindo, se faltar tempo depois a gente chama extraordinariamente.

A SRA.IRONDI PUGLIESI:- Então você acrescenta ai neste Painel o da Mulher.

O SR. RAFAEL GRECA:- Porque veja, eu preciso convidar, por exem-/ plo o Dr. Hermógenes ~~XXXXXX~~ Werneck, que é o Sub-Secretário de Biotecnologia, implantou o bio-fio, aqui no Paraná, etc., ele mora em Brasilia, eu tenho que escrever já para ele, escrever, telefonar, para que ele ~~xxx~~ me responda se pode e quando, você tem esta senhora de São Paulo; eu gostaria de convidar o Bispo de Guarapuava, D. Albano Cavallin, para vir falar sobre Comunicação ~~XXXXXX~~ Social, que é o Bispo mais lúcido, no meu entendimento, do Episcopado paranaense.Temos o Bispo de Guarapuava, para ser consultado, agora se eu fico assim, nós nunca conseguiremos, aca-/

bar isso.

A SRA. IRONDI PUGLIESI:- Rafael, além dessas audições, dos horários, que mais nos defineremos? E, por favor, você acrescenta aí no Painel os direitos da mulher.

O SR. RAFAEL GRECA:- Sim, e agora eu quero, por favor,a definição do calendário, 2ª-feiras também?

O SR. HAROLDO FERREIRA:- Acho que de 3ª a 6ª está bom.

O SR. RAFAEL GRECA:- Então tem que ampliar para as 5ª também? Então vamos fazer um boneco; 7,8 e 9, na outra/ semana,14,15,16, calendário de audiências, depois ainda teremos 21,/ 22, e 23 acho irreal, porque é Semana Santa.

CONVERSAS PARALELAS

O SR. RAFAEL GRECA:- 21 e 22 está marcado, depois 28 de março ainda/ é possível, mas eu tinha já pensado para vocês...

O SR. RAFAEL GRECCA - ... mas eu tinha já pensado para vocês, para discussão e já para os trabalhos legislativos, eu queria acabar aqui no 16 o trabalho auditivo e eu acho que dá.

Nós estamos com seis dias e podemos fazer painéis de duas horas e ninguém aguenta mais do que duas horas, fica chato.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Podemos fazer uma extraordinária, se for o caso.

O SR. RAFAEL GRECCA - Eu quero definir o calendário de convocações até o dia 16. Depois, define de novo. São as seguintes sugestões que nós temos de painéis: Desenvolvimento econômico, seria na tarde do dia 7. Vejam as áreas que eu imaginei de desenvolvimento econômico - Planejamento - Indústria - Industrialização - Agricultura - Comércio - Planejamento Urbano - Planejamento Rural - Política Fundiária, foi mais ou menos o que eu imaginei.

Por exemplo, na política urbana seria Urbanismo, Viabilização de Convênios Internacionais, Saneamento e Política Habitacional.

Na política agrária - Cooperativismo.

Bom, então desenvolvimento econômico - 2 dias, 7 e 8.

Muito bem. Educação então no dia 9.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Sr. Presidente, dia 9 não sei se o pessoal da educação estará apto.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Muito bem, então vamos fazer assistência social no dia 9. Assistência Social é toda a promoção social.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Sr. Presidente, eu acho que poderíamos fazer saúde e assistência social no dia 9, e explico porquê. Já houve Plenária Estadual de Saúde e eles já têm uma proposta popular. Eu acredito que a questão da saúde não vai ter muita polêmica e muita discussão. Eles já têm uma proposta de texto.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Eu quero esclarecer o seguinte: Nós não vamos transfor-

mar os painéis em julgamento político das posições das pessoas que vêm expôr a sua opinião. Eu não vou permitir. Nós vamos discutir , depois politicamente em cima das propostas do texto constitucional, entre nós, aqui.

Vamos aprovar este calendário. - Dia 14.....

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL GRECA) - Vamos aprovar este calendário. Dia 14cultura e meio ambiente; Cultura, esporte e lazer.

A SRa. IRONDI PUGLIESE - Deputado Greca, será que não poderíamos colocar dia 14 ou dia 15 a questão da Mulher?

O SR. RAFAEL GRECA - Pode!

(CONVERSAS PARALELAS)

O SR. RAFAEL GRECA - Eu proponho que no dia 07 tenha desenvolvimento econômico, no dia 08 desenvolvimento econômico e meio ambiente. Sabe por quê? A gente joga o planejamento urbano, Política urbana com o meio ambiente.

O calendário ficou assim: dia 07 desenvolvimento econômico, aberto para as perspectivas de planejamento macro do Paraná, olha o Paraná do futuro, eu penso até em convidar um historiador da linha assim do Doutor Brasil Pinheiro Machado, se ele concordasse em vir, para dar uma idéia primeira da formação econômica do Paraná, e depois então, em seguida, o moderno. Depois: Desenvolvimento econômico e meio ambiente, no dia 08; Assistência Social e Saúde no dia 09; Cultura, Esporte e Lazer no dia 14; Educação no dia 15 e mulher dia 16...

COMISSÃO ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

02/03/89 EZ -1- 10:00-

O SR. RAFAEL GRECA-... dia 14- Educação no. dia 15 e mulher dia 16...

(Conversas paralelas ...)

O SR. ORLANDO PESSUTI- Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Nós estamso há três minutos para início da sessão do plenário.

(Conversas paralelas.)

O SR. RAFAEL GRECA- Eu vou aprovar este calendário ou ...

A SRA. IRONDY PUGLIESI- Direitos da Mulher dia 16.

O SR. PEDRO TONELLI- Eu acho que nós vamos discutir isto mais tarde.

Mas deixando já registrado que dias 14 4 15 será a greevgeral.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA- Eu acho que nós não temos nada a ver com a greve.Em termos de duncionamento da Assembléia nós temos.

(Conversas paralelas.)

O SR. ...- Eu vou faltar a reunião porque tenho um compromisso .

O SR; ...- È isto, cada um justifica oseu.

O SR. RAFAEL GREECA- Os painéis dias 21 e 22 , de Educação e de Mulher.

O SR. PEDRO TONELLI- Eu também tenho a preocupação de levar isto para a frente. Eu acho que as audiências públicas deveriam ser nesta fase inicial , porque depois para n´os aqui, nós teremos - tempo.

O SR. ORALNDO PESSUTI- Sr. Presidente, eu sugiro que permaneça o calendário anterior.

(Conversas paralelas)

A SRA; IRONDY PUGLIESI- Cultores podem também no dia 14 ?

O SR. EZEQUIAS LOSSO- A oportunidade é esta, se quiserem vir, tudo bem.

O SR. RAFAEL GRECA- Se fizermos dia 10 ?

O SR. EDAMR LUIZ COSTA- Nâo, pelo teu calendário. Nŏs não podemos = ficar aí em função de greve.

O SR. RAFAEL GRECA- Então, começa dia 6 e dia 13; e dáí deixa esta

greve geraç.

O SR. HAROLDO FERREIRA- Eu aceedito que nós não poderemos ter aqui sessões, sem a presença dos vários segmentos que representam a Educação , no dia que estará possivelmente em greve.

Estaresmos sem a presença da APP, sem a presença de ...

O SR. RAFAEL GRECA - ...(inaudível)...

O SR. HAROLDO FERREIRA- Em tese, vamos manter o calendário , mas, / nós vamos fazer uma consulta, porque senão vai esvaziar...

A SRA. IRONDY PUGLIESI- Rafael, você está falando de outro País, e não do Brasil.

O SR. RAFAEL GRECA= Atenção, então está em votação , de novo.

Então, mantido o calendário.

O SR. HAROLDO FERREIRA- Uma observação: mas, que a gente possa reavaliar ...

(Conversas paralelas)

A SRA. IRONDY PUGLIESI- O Sr. poderia ~~reavaliar~~ repetir o calendário...

A SENHORA IRONDI PUGLIESI - ...Senhor Presidente, o Senhor poderia repetir, então, o calendário.

(CONVERSAS PARALELAS)

O SENHOR PRESIDENTE(Rafaèl Greca) - Desenvolvimento Econômico...

A SENHORA IRONDI PUGLIESI - Sete e oito.

O SENHOR PRESIDENTE(Rafal Greca) - Escutem, vamos pôr o desenvolvimento econômico no dia' da greve geral, porque daí vem as classes patronais aqui.

O SENHOR EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, é matéria vencida.

O SENHOR PRESIDENTE (Rafal Greca) - Desenvolvimento Econômico - 07
Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente - 08
Assistência Social e Saúde- 09
Cultura Esporte e Lazer - 14
Educação - 15
Mulher e outros temas que surjam - 16

O SENHOR EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, talvez pudesse colocar ~~MULHERxjunto~~ esta questão Mulher junto com a questão do Menor.

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Querem saber os nomes das pessoas que já estão listadas para serem convidadas ou não precisa?

O SENHOR EDMAR LUIZ COSTA - Eu acho, porque o prazo para se apresentar é até amanhã. Eu acho que depois de apresentado todos a Secretaria Executiva da Comissão poderia distribuir a todos os gabinetes e poderíamos fazer...

O SENHOR HAROLDO FERREIRA - Eu queria deixar em aberto que questões particulares aí de cada Deputado, com relação à indicação de nomes, que viesse diretamente ao Presidente e que o Presidente deliberasse.

(CONVERSAS PARALELAS)

deliberasse. (CONVERSAS PARALELAS)

Edmar, uma questão que eu quero apresentar na presença dos Deputados.

Nós temos questões fundamentais aí de assessoria, xxxx principalmente aos Relatores, porque um relatório desse o Relator vai ter que ter Assessoria. Ou nós discutiríamos isso no dia ou vocês dariam um voto de confiança para que o Relator e o Presidente...

O SENHOR EDMAR LUIZ COSTA - Já foi deliberado na Sessão passada, no Regimento Interno.

O SENHOR HAROLDO FERREIRA - ..;Os nomes...

O SENHOR EDMAR LUIZ COSTA - Pois é, eu por exemplo, já pedi, estou requisitando três.

(CONVERSAS PARALELAS)

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Tudo o que você quiser nós pedimos.

O SENHOR EDMAR LUIZ COSTA - Não é preciso. Você só requer e o Presidente...

(CONVERSAS PARALELAS)

A SENHORA IRONDI PUGLIESI - Rafael, as passagens dos convidados serão pagas pela Constituinte.

(CONVERSAS PARALELAS)

ESxx

(Está encerrada a reunião)

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência do Senhor Deputado Constituinte Rafael Greca de Macedo, com a presença dos Senhores Deputados-membros da Comissão, bem como, a presença do Senhor Primeiro Vice-Presidente da Assembléia Constituinte Estadual, Deputado José Afonso Júnior, a do Senhor Relator da Comissão Constitucional, Deputado Caito Quintana e a dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Neivo Beraldin, Valderi Vilela, Nereu Massignan e Paulino Dellazeri. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente Reunião de Audiência, com a pauta relativa ao DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO PARANÁ, e com a presença dos seguintes convidados palestristas: Dr. Ruy Wachowicz Professor e Historiador; Dr. Francisco Borja de Magalhães, Secretário de Planejamento do Estado do Paraná; Dr. Jaime Lerner, Prefeito da Cidade de Curitiba; Dr. Deni Schwartz, Ex-Ministro do Desenvolvimento Urbano e Ex-Secretário dos Transportes do Estado do Paraná; Dr. Cesar Muniz Presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas; Dr. Wilson Thiesen, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; Dr. Paulo Carneiro Ribeiro, Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná; Dr. Ricardo Resende, Presidente do Sindicato dos Produtores de Álcool e de Açúcar do Estado do Paraná; Dr. Eliseu de Paula, Presidente da Associação dos Produtores de Álcool e de Açúcar do Estado do Paraná; Dr. Carlos Arthur Passos, Presidente do Conselho Federal de Economia e Sra. Rosa Moura, Técnica sobre Política Urbana da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba. Todos os pronunciamentos desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a contribuição prestada pelos Senhores palestristas à Assembléia Constituinte Estadual, convidando a todos para a Reunião de Audiência a ser realizada no próximo dia 08, a partir das 14:00 horas, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, dando continuidade à pauta relativa ao DESENVOLVI

MENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO PARANÁ. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, - da qual, para constar, eu José Olimpio Sotto Maior de Macedo, Secretári, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que se produza os efeitos legais.-

DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

07/05/89 ACS

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL GRECA) - Nós vamos dar início às audiências Públicas da Comissão Temática de Ordem Econômica e Social, que tem objetivo de colher subsídios para a elaboração do texto Constitucional do Estado, claro que adequado à Constituição Federal, mas com base na realidade do Estado. Então, esse primeiro painel é sobre o desenvolvimento econômico e social / do Estado do Paraná e para ele foram convidados o Professor historiador, Doutor Ruy , que vai nos fazer uma memória histórica da economia paranaense; o professor, Doutor Francisco Borba de Magalhães, que é o Secretário de Planejamento do Estado, que vai dar a visão de futuro para o / desenvolvimento econômico e social do Paraná; o urbanista e Prefeito da cidade de Curitiba, Doutor Jaime Lerner, também vai falar da sua visão de futuro; O Doutor Cesar Muniz, Presidente da Associação Nacional de entidades promotoras de / empreendimentos de tecnologias avançadas; O Doutor Wilson / , Presidente da Ocepar, Organização das Cooperativas do Estado; O Doutor Paulo Carneiro Ribeiro, Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná; uma representação do Sindicato de produtores de álcool e açucar, a pedido do Deputado da região Noroeste, Deputado Antônio / Costenaro; o Doutor Carlos Artur Passos, que acaba de / ter sido eleito Presidente do Conselho Federal de Economia, que era até ontem o nosso Presidente do Ipardes; o Doutor / Manoel Nunes, por sugestão do Partido dos Trabalhadores, da coordenação da região metropolitana da grande Curitiba.

Então, eu vou passar a palavra para o Doutor Ruy , para informação da / Assembléia e dos senhores Deputados sobre a economia paranaense, como ela se formou e como ela se desenvolveu, chegando ao estágio atual.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL GRECA)... estágio atual.

O DOUTOR RUY - É claro que eu vou falar na qualidade de historiador, como não podia / deixar de eu ser. O Paraná é um assunto que há mais de 20 / anos é um problema meu de cabeçeira, de forma que vou falar de improviso e que é meu assunto de cada dia.

O território paranaense, se vocês olharem a história do Brasil, nós vamos encontrar que no século XVI e metade do século XVII, na faixa de 150 anos desde que Cabral aqui chegou, foi um território praticamente / abandonado, esquecido pelos portugueses. Por quê? Porque / geograficamente ele está localizado longe das grandes rotas marítimas, a rota da Península Ibérica ia para o Prata, passava longe no mar, não havia atrativo econômico para atrair os portugueses para o território, hoje paranaense. Então,/ houve um condicionamento geográfico nos primeiros tempos de ocupação de nosso território, nós estávamos mais para o Paraguai do que para o mundo Português, e a prova disso é que os Espanhois é que começam ocupar inicialmente o território paranaense, em sentido contrário que os portugueses iniciaram; os Espanhóis começam do Oeste para Leste, os portugueses ao contrário do litoral, em direção ao interior.

Os portugueses só começam a se interessar por esse território, quando aqui descobrem o primeiro ouro do Brasil, litoral Sul de São Paulo, Iguape, Cana-/ néia, Paranaguá, planalto curitibano, aí mudou de figura, / os portugueses começam aqui chegar, de preferência oriundos de São Paulo, do litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro, à procura deste vil metal...

O SR. PROFESSOR RUY-...deste vil metal,e é tão vil que todo mundo dorre atrás .Primeiro ouro no Brasil-os espanhois já tinham encontrado ouro , prata, pedras preciosas acumulados em - depósito pelos Incas, pelos Astecas e pelos Maias;e os portugueses, nada;dividiram o mundo de forma errada , segundo a opinião deles, porque que , que a Espanha já tinha tudo prpnto , e POrtugal encon encontrava o quê por aqui ? Mata e índio semi-nú.

A presença do ouro em nosso territótio ,mudou a primeira orientação de ocupação do nosso territótio;aí surgeZ Paranaguá, aí surge Curitiba,São José dos Pinhais e outros pequenos grupos / no planalto que com o tempo vão desaparecendo.

O ouro foi o 1º estímulo, só que este ouro deu "chagô", não é ? Começou a organização de uma sociedade ,e esta sociedade quase que desaparece,porque ele foi pouco, muito pouco.Quando estavam transmitindo pelastelevisão as exéquias do Tancredo Neves, aparecia aqueta matriz de São JOão d"el Rei, dentro, forrada de ouro, e a gente / ficava pensando: puxa vida, este barroco bem que podia ter ocorrido aqui no Paraná, mas, é que lá o ouro foi suficiente para desenvolver até correntes literárias;e aqui , o nosso ouro foi apenas o móvel inicial para a ocupação desse território.

No século xvii (dezessete) , nas últimas décadas do século dezessete o Paraná é ocupado por estes luso-brasileiros ,a procura do ouro .Este ouro escasseou.Mas, este ouro foi o suficiente / para o surgimento do 1º governo , no Sul do Brasil. O 1º governo no Sul, hoje nos Estados do Sul, surge justamente em Paranaguá.De / 1660 a 1710 existiu a capitania de Paranaguá.E o Paraná teve tudo para ser o Estado líder do Sul do Brasil;não o foi devido a essa pobreza deste filão de ouro.

Século dezoito ou século que esta sociedade que nasceu do ouro vai vegetar;ela mal desaparece por teimosia. Hà Atas da Câmara MUnicipal de Curitiba ,que fala na miserabilidade da população. A população era realmente pobre ,e andavam como gentio, quer dizer, na pobreza sua misturavam-se com os índios.

Até sal era difícil de ser adquirido pela população, por falta de condições econômicas. Mas, no século dezoito surge um novo elemento extra região , que vai estimular a ocupação e a sedimentação desta pequena sociedade que nasce em Paranaguá e Curitiba.

Foi justamente a necessidade de ligar o Rio Grande do Sul, que já nesta altura do século dezoito está sendo ocupado com as MInas Gerais.Nesta época não há mais capitania de Paranaguá; em 1710 ela foi extinta;e o nosso território foi incorporado por aqueles que sussurraram aos ouvidos de Lisboa, para desativar aquele governo, porque não conseguia sobreviver economicamente. E São Paulo nos incorporou .

O Paraná nasce pelas suas próprias pernas , e depois devido a falta de base econômica, ele é ligado a São Paulo;perde o seu governo regional autônomo .Daí sobressai-se o Rio Grande do Sul.

Com o ouro das Minas Gerais ninguém ia para as Minas Gerais para trabalhar na Agricultura;para produzir subsistência, Eles iam para lá, os portugueses e levavam os seus escravos, etc , para produzir ouro. Quer dizer, a grande fase do Brasil colônia tem por bem estar de Lisboa,

Era preciso abastecer Minas Gerais, e POrtugal tem uma decisão de olhar no conjunto da administração portuguesa, bastante sábia. É proibido criar moares no Brasil;moares, se entenda por burros ,Excetuaram-se duas regiões, o NOrdeste, onde o jegue até hoje é o símbolo, quase da região; deram lá para o Papaçe nem ele quis levar, porque não entrava no avião.

E o Rio Grande do Sul . Por que o Rio Grande ? Nordeste nã o nos interessa , porque não há ligações tão íntimas . O Rio Grande nos interessa , por que ? POrque o Rio Grande vai produzir esses moares, ou vai comprar esses moares na Argentina , vai produzir gado bovino , para ...

O SR. RUY WACHOWICZ.-...bovino para abate e consumo que tem mercado garantido em Minas Gerais. E obrigatoriamente este gado tem que passar pelo Paraná. Vai passar por onde? Pelas florestas do Sudoeste, fechadas, do Norte e do Oeste? Não. Vai passar por onde tem campos, passa pelos Campos Gerais. Os Campos Gerais são ocupados no Século XVIII. Dois terços dos Campos Gerais são foram ocupados por indivíduos que vieram de São Paulo. Notem a pequenez da nossa sociedade de então. É gente que vem de São Paulo, de Santos, alguns do Rio de Janeiro. Ali de Jaguariaíva, Piraí, até Ponta Grossa, a ocupação veio de São Paulo. Os campos próximos de Curitiba já são produtos de nossa sociedade rural: Palmeiras e Lapa.

Acho que todo o mundo já deve ter ouvido de como a Lapa forneceu líderes políticos para a nossa história regional. Mesmo há pouco tempo atrás, Desde reitores da Universidade, políticos, deputados, governadores, etc. não é de se estranhar, porque a Lapa é uma continuação de Curitiba. Quer dizer, a proximidade de Palmeiras também. As grandes famílias dos Campos Gerais elas surgem majoritariamente de São Paulo, mas estas famílias mais próximas, que vão abrir sesmarias e fazendas de criação, elas estão ligadas a Curitiba. De qualquer forma, a ocupação dos Campos Gerais é a primeira necessidade no Paraná de entrosar, aculturar populações de fora com os núcleos principais. A primeira integração cultural decorre no Século XVIII, estes paulistas, dos Campos Gerais, vão com o correr do tempo, se incorporar na sociedade que vamos chamar já de paranaense. E esta sociedade que nasce nos Campos Gerais vai obter o domínio político da Região. No tempo do Império é ela que vai fornecer apoios políticos. São os Campos Gerais que dão as diretrizes políticas. O Presidente da Província é nomeado de fora, mas quem faz a política interna são basicamente estas famílias dos Campos Gerais do Paraná. E é ali que recebendo esta influência que vem do Rio Grande, lá vem o tropeiro do Rio Grande, o "leite quente", "barbaridade", a influência do Rio Grande começa a se fazer sentir no Paraná já no Século XVIII. Esta pronúncia tradicional do Paraná Velho, ou do chamado Paraná Tradicional também, é a influência do Rio Grande, a influência latina.

Esta pronúncia desenvolve-se na Região, porque esta sociedade vai ter características próprias, mas fortemente influenciadas pelo Rio Grande, sendo a maioria oriunda de São Paulo. Notem que no Paraná já começa a nas-

cer uma confluência de várias correntes. Já no Século XVIII. E durante o Século seguinte ocorre esta incorporação desta sociedade dos Campos Gerais ao todo do Paraná.

Esta Sociedade dos Campos Gerais é também uma sociedade pobre.---------- quando aqui passou, em 1820, já fala que as casas eram simples, não havia mobiliário mais aprimorado, as paredes são caiadas , nada mais, os bancos rústicos na sala para sentar. Apenas ele encontrou alguma arte na confecção dos tecidos que cobriam as xxxxx camas, dos leitos, aí eles caprichavam um pouco mais.

Neste Século XVIII, portanto, o Paraná está em contato com o Ric Grande, está em contato com São Paulo e o tropeirismo se desenvolve. Na época falar em tropeiro era falar em gaúcho e paranaense. Na época usavam o termo curitibano. Isto o próprio Simonsen, não o atual, o pai dele, historiador, que nos revela.Neste Século XVIII, devido à esta pequenez desta sociedade, ela era tímida, ela não tinha uma personalidade bem definida e forte, o Paraná perde uma das grandes chances históricas, do ponto de vista econômico. Portugal mantinha a duras penas a Colônia de Sacramento, hoje em território uruguaio e permite que abra o comércio livre com a colônia de Sacramento e os paranaenses, os curitibanos, não se preocuparam em colocar seu maior produto econômico que era a erva-mate. O primeiro historiador do Paraná"puxa a orelha" dos curitibanos. Não houve interesse. Houve possibilidade deste comércio, mas não houve colocação de erva-mateno Prata. E as chances existiram. Isto demonstra de que esta sociedade era um pouco taoanha, faltava-lhe uma visão maior.

Veio o Século XIX. O Brasil torna-se independente em 1822. O Paraguai também tornou-se independente. Os paraguaios,-não vamos entrar no mérito, proibem a exportação de erva-mate para a Argentina. Quase que um suicídio. Suicídio econômico raramente cometido e nunca cometido. Os paraguais cometeram. Um mercado sedento de erva-mate vai procurar erva-mate onde for possível, onde exista. Souberam que aqui no Paraná, em Curitiba, a erva-mate era nativa. E veio para o Paraná Francisco Del Zagarai(?). Este vai ensinar os paranaenses a maneira de se fazer erva-mate. Ele nos ensinou a produzir erva-mate. E o Paraná a partir dele, em 1820,quando ele chegou em Paranaguá, começa a se tornar a terra do mate. Tudo passou a ser verde. Mais tarde até a nossa bandeira.

A erva-mate vai preparar a base econômica para a reemancipação política de 1853. Isto porque tínhamos Governo próprio até 1710. Sem o mate não haveria a emancipação da quinta comarca de São Paulo. Ela vai ser o sustentáculo

econômico. E o mate vai dar uma característica, um condicionamento histórico, ao paranaense; pelo menos do Paraná Tradicional. Afastado dos grandes centros políticos, um pouco acostumado a freqüentar a Corte, e nós estamos numa Casa de Políticos sabemos que sem Políticos, sem a proximidade do Poder, não se consegue nada, ou quase nada. E o paranaense vai estar econômicamente voltado para o Prata e politicamente à Corte do Rio de Janeiro. Ele está dividido. Tenho impressão que o Paraná, que recebeu mais condicionamentos que o Prata, nos deu, do que o próprio Rio Grande. O Rio Grande é tratado na "palma da mão" pelo Governo português e depois pelo Império. Até agora, quando o Governo do Rio Grande quer "bate o pé" e consegue. É uma tradição da política brasileira. Por quê? Porque econômicamente estavam voltados para São Paulo, ou para Minas, ou para o Rio. A produção deles de gado tinha como centro o consumidor, o restante da Colônia. E o Paraná não. O Paraná vai depender do mercado de Buenos Aires. Tenho impressão que isto teve grande influência na formação do nosso comportamento.

No Século XIX vem a corrente emigratória, substituição do escravo pela mão-de-obra livre, assalariada. Seguimos as linhas gerais da política emigratória aplicada no Rio Grande e Santa Catarina, e em São Paulo havia as "plantations" de café. Desenvolve-se em torno de Curitiba a política de Lamenha Lins, de criar pequenos núcleos produtores de abastecimento. Curitiba desde 1850, foi uma época de crise, a primeira grande inflação brasileira é desta época, desde então Curitiba nunca mais teve crise séria de abastecimento, devido à esta política adotada por Lamenha Lins.

Passamos os meados do Século XIX, fim do Século XIX. Aí acontece um problema de ocupação territorial de grande significação. Até dois problemas. Um é o conflito de limites com Santa Catarina, problema do Contestado, onde os legisladores quando criaram a Província do Paraná cometeram o erro de não definir suas fronteiras, isto vai gerar um problema seríssimo no Paraná, que vai ficar voltado demais para o Contestado, que ficou de costas para o Norte de seu próprio território. No final do Século XIX, ainda nos tempos do Império, como em Minas Gerais havia crise econômica séria, os mineiros também se transformam em tropeiros e vem buscar gado no Rio Grande. E conhecem as terras do que chamamos hoje Norte Pioneiro Foram os mineiros os primeiros a se estabelecerem no chamado Norte Velho, Norte Pioneiro. São José do Cristianismo,-hoje não existe mais, São José da Boa Vista está

lá, Jacarezinjo, Santo Antonio da Platina, Tomazina, foram famílias patriarcais, de 100, 200 pessoas, com escravos, e ali se estabelecem. Depois é que virão os paulistas. Não foi o café que trouxe estas famílias para o Norte Pioneiro.Eles vão produzir subsistência e suinocultura. O café só vai aparecer no Norte nos últimos anos do Século XIX e nos primeiros do Século XX.Por quê? Porque São Paulo fez correr nas proximidades à Sorocabana. Foi possível atingir o Porto de Santos de forma mais econômica. Enquanto a Sorocabana não chegou, a região não produzia café. Por ferrovia.

O Paraná não tinha poderio econômico para abrir comunicação boa na época, ou uma boa rodovia. Mas na época a moda ainda era ferrovia. Então o Norte, ocupado inicialmente por mineiros, depois por paulistas, ele vai ser canalizado, a sua produção vai para Sao Paulo. E o próprio Estado de São Paulo desenvolve uma teoria, em que onde há café lá há São Paulo.

O Brasil também atravessou um período difícil no início do Século XX, onde os Estados queriam hegemonias quase que totais e este desejo desembarca também em anseios separatistas. A Revolução de 32, em São Paulo, teve também no seu bojo,sentimentos separatistas. Aí surge o tradicional slogan: São Paulo é uma locomotiva que puxa vinte e um vagões, só que vazios. Segundo eles.Os engenheiros de São Paulo desenvolveram até um símbolo deste imperialismo paulista interno: a mão canhota aberta.Cada dedo é um Estado. Rio de Janeiro, Minas, Goiás, Mato Grosso, Paraná. E o Paraná ainda é o dedo menor.

Este desejo permanece praticamente até a Revolução de 32. Na Revolução de 32 os paulistas abandonaram este ideário.

O Norte Novo, a base da ocupação vão ser os ingleses. Por que os ingleses vieram para o Paraná "plantation"?Não é porque eles queriam desenvolver a Região. É porque os ingleses tiveram problemas no Norte do Iraque. Notem como o mundo já está se tornando uma aldeia global. Duvido que tivessem cem paranaenses na época que soubssem quem eram os curdos e onde habitavam na época. Mas os ingleses tinham problemas com os curdos no norte do Iraque, eles decobriram lá petróleo e estes curdos até hoje são problemas no Iraque e resolveram limpar a área. Custava caro manter um produto, um sistema de inteligência, manter polícia secreta para manter a ordem na região petrolífera. Então veio a idéia de mandar para as terras que eles tinham comprado no Sul do Brasil, no Norte do Paraná. O Governo do Getúlio deu seu aval. Salgado Filho já assinou o Código (?), com a permissão do Getú

lio e daí deu a gritaria. A importância de uma Constituinte na História de um Pa
Era a Constituinte de 34. Os advogados em Curitiba estavam reunidos em caráter p
manente. Na época isto era uma coisa só para a elite. Até hoje assim o é. Só que
je os meios de comunicação parece que divulgam mais. E na época havia uma outra
quelucho, um novo meio de comunicação, a PRB2, se não me engano a segunda,ou ter
ra emissora comercial do País. Então os advogados aproveitaram esta coqueluche,e
te novo meio de comunicação. Todo o mundo que estava ligado onde tinha energia e
trica comprava um rádio. E através do rádio eles fazem uma campanha contra a vin
destes curdos para o Paraná. Eram para vir 100 mil famílias, hoje teríamos no No
te, se isto se concretizasse, uns 800 mil a um milhão de curdos. Assim foi ocupa
o Norte. O tempo é muito curto, mas o fato é que outras regiões do Estado vão ser
do ocupadas também.

Oeste do Paraná. Quem penetra inicialmente no Oeste do P
raná para ocupar, para explorar, são os argentinos. Capital argentino e mão-de-o
paraguaia. Quando a Itaipu Binacional me convidou para fazer um histórico da Reg
nunca tinha ouvido falar em "obraje". Qual foi a minha surpresa quando descobrir
todo um sistema de exploração que os argentinos trouxeram e utilizaram-se da mão-
obra ~~xxx~~ paraguaia. Dez mil paraguaios trabalharam no Oeste do Paraná. Depredara
Região. Quando os colonos sulistas vêm para a Região, eles não encontram mais ma
deira de lei. De Cascavel até as barrancas, que hoje não existe mais, no Rio Para
ná, aquilo tudo foi cortado, foi levado por animais, ou por caminhões, ~~xxxxxxx~~ explorado
com capital argentino, por capital inglês, inclusive por capital italiano, empat
do, colocado aqui por Mussolini.

São histórias de nosso Estado que na realidade as fonte
se encontram inclusive no Exterior. É lamentável que as companhias que o fascism
controlavam ..... onde está hoje Toledo, Marechal Cândido Rondon e outros
nicípios.Na área de Mussolini está Santa Helena. Esta madeira de lei descia o Ri
Paraná em marombas, 800 mil toras que eram amarradas com arame, num sistema curi
so, aquilo descia pela corrente até a Argentina, lá as serrarias desmontavam e s
ravam. 90% disto saía de forma ilegal, na base do contrabando.

Este período começa por 1890 e vai até a Segunda Guerr
Munddal. Este período domina a região dos "obrajes". A Fazenda Britânia vai ser
compmada logo após a Segunda Guerra Mundial por grupos de capitalistas oriundos

Rio Grande, a maioria ainda está viva. Um deles entrevistei, é o Ruaro, que mora do lado da Igreja do Céu Azul, no Oeste do Paraná, um pouco adiante de Cascavel, ele foi um dos que lutou para conseguir o capital inicial para comprar a Fazenda Britânia. Foram para Londres, trouxeram um Brigadeiro, na mão de militares, esta região ali do Prata, onde está hoje Foz do Iguaçu, Itaipu, sempre foi a "menina dos olhos" de todas as potências que desejavam ganhar novas colônias.Esta região foi namorada pela Alemanha, pela Itália, pela Polônia, estou pesquisando agora este assunto e no período entre guerras eles pretendiam criar ali na região um local com características próprias. Utopias. Mas não sei o que aquela região tem. Atrai, atraía pelo menos, estas potências que estavam atrasadas no ponto de vista capitalista. Queriam colônias, queriam lugares onde expandir a cultura e onde explorar a economia para enriquecer as suas metrópoles.

A partir da década de 50 o Oeste do Paraná é ocupado por estas correntes migratórias oriundas do Rio Grande do Sul e é lá no Oeste que se encontra a frente cafeeira que vem de São Paulo e Minas Gerais e esta frente sulista.É ali no Vale do Piquiri. No Vale do Piquiri, região de Cascavel, é que se encontra, no meu ponto de vista, é que se encontra a primeira grande leva da ocupação do território Centro-Sul do Brasil. Lá se encontram mineiros, paulistas, capixabas,cariocas, paranaenses, catarinenses e gaúchos. E Cascavel é uma espécie de cidade síntese disto tudo. Cascavel é realmente uma cidade cosmopolita, dominada por uma elite de origem gaúcha, mas 40% da população é de origem paranaense. O Paraná, face ao Rio Grande do Sul, historicamente sempre está neste posicionamento. Desde o Século XVIII o Rio Grande do Sul sempre um passo na frente. Um pouco mais rico, um pouco mais letrado, um pouco menos analfabeto. Isto se reflete, é só ir para Cascavel e vocês vão ver que o clero é gaúcho, a maioria dos políticos é gaúcha, o comércio é gaúcho,40% da população é paranaense. É Guarapuava, Laranjeiras, Pitanga...

O Sudoeste do Paraná ocupado praticamente na mesma época, segue com características um pouco diferentes. Mas o elemento humano é sulista. No Sudoeste é sulista. Sudoeste que eu entendo é sul do Rio Iguaçu. E o Oeste é entre o Rio Iguaçu e o Rio Piquiri. Há diversidade de características.Mas, em linhas gerais,estas regiões foram ocupadas em regime de pequenas propriedades, onde ainda sobrevivem latifundios, mas são produtivos. E o Paraná desta forma foi ocupado e hoje o grande problema não é mais ocupação. Hoje é melhorar a agricultura. E todo o município que se preza luta para se industrializar, porque a frente agrícola, a

frente de ocupação de terras no Paraná não existe mais. E o Paraná hoje está dividido em três Paranás. O Paraná tradicional que também é uma colcha de retalhos, onde predomina o elemento luso-brasileiro, o elemento africano e o elemento oriundo da emigração.A participação deste último elemento é bastante significativa. O Paraná Norte que é um Paraná também bastante diferente, o Norte Velho é diferente, é uma região estagnada, tradicional. O Norte tem suas características e o Oeste e Sudoeste também. Hoje temos três Paranás. O Paraná Norte inclusive assumiu o seu espaço, o seu poder demográfico e está fazendo valer nas últimas manifestações políticas,nas últimas eleições do Ney Braga para cá, o Paraná sofreu uma profunda transformação,se olharmos neste ponto. O Ney Braga foi"o último dos Mohicanos". Jamais o Paraná terá um Governador que basicamente esteja voltado ao Paraná tradicional. Ele foi o último.Não é mais possível administrar o Paraná desta maneira.Tem que dividir. Tem que dar poderes à estas regiões, senão haverá problemas de aculturação. E hoje, como no Século XVIII, ainda temos problemas de aculturação. São problemas políticos, são problemas sociais, são problemas econômicos que o Estado enfrenta.

Obrigado.(Palmas).

O SR. PRESIDENTE(Rafael Greca).- Professor Ruy, em nome do Poder Legislativo do Estado, da Assembléia Constituinte do Estado do Paraná, dos meus Pares, Deputados aqui presentes e do povo paranaense, agradecemos a sua síntese precisa da ocupação econômica e histórica do nosso território e até comentávamos paralelamente da oportunidade de se publicar esta sua comunicação mais tarde para que se divulgue mais amplamente a história da formação econômica do Paraná.

Como fazer política é estar com os outros que não pensam necessariamente igual à gente, esta Casa no sentido político se sente muito honrada em acolher o senhor como historiador e ao mesmo tempo o parabeniza e sente um certo orgulho de ter em nossa Universidade .....(ininteligível).

Quero passar a palavra agora ao Professor Francisco Borja de Magalhães, Secretário de Planejamento do Estado do Paraná e Professor de História Econômica de nossa Universidade.O Professor vem instruir a Assembléia Constituinte do Estado sobre a visão de cultura, de desenvolvimento econômico e social do Estado, na perspectiva do Governo e também dentro da sua opinião pessoal e pensamento econômico.

O SR. FRANCISCO MAGALHÃES.- ... gostaria de falar na contribuição modesta que cada um de nós trará em função dos trabalhos dos Estados ao longo de nossas vidas, como a colaboração que nos cabe na formulação da nova Constituição do Estado. Sabemos que a Constituição do Estado e do Brasil estão vinculadas. É natural. Mas de qualquer forma a adequação paranaense à realidade maior nacional é um trabalho fundamental para o desenvolvimento do Estado. A idéia como o Deputado Rafael Greca dizia de tentar trazer alguma visão de futuro, em primeiro lugar ainda dificilmente se pode ter uma idéia completa de como será a realidade econômica nos próximos dias ou meses. Podemos ver de repente a entrega do País em pagamento da dívida.Temos que lutar para que estas coisas não aconteçam. Mas de qualquer maneira vivemos uma situação difícil. Pelo seu tamanho territorial, sua posição, sua capacidade tecnológica que já desenvolveu, pela base técnica que aqui se implantou, pelos recursos naturais que dispõe, tem excelentes perspectivas ao nível do desenvolvimento científico existente. Poderão haver condições de vida decentes e civilizadas. Não é por falta de recursos que no Brasil estas coisas ainda não atingiram a maioria da população. Com quase dez anos de recessão econômica, é preciso a procura de um caminho para reparar a estagnação.E num Estado que entre os Estados brasileiros tem todo um comportamento econômico dos mais significativos e que nos permite ainda num curto ou médio prazo um papel muito importante no desempenho, isto significará exatamente aquilo que todos nós almejamos para a economia estadual, proporcionando recursos e condições para que o nível de vida da população se eleve. Vivemos e conhecemos um Paraná rural, um Paraná que era um grande imã que atraía correntes migratórias de todo o Brasil e de muitas regiões do mundo. A sua ocupação era estimulada pela riqueza das terras, das florestas, as atividades aqui realizadas e as condições de mercado na economia mundial, como no caso do café, erva-mate, ou na economia nacional. Portanto um Paraná rural e de grande crescimento demográfico. O Paraná efetivamente acabou ao .....fronteiras agrícolas, ao se modernizar, exigindo investimentos de capital cada vez maiores, concentração da propriedade. Neste tipo de função de produção, ou dentro destes parâmetros sociais, o Paraná começa a mudar. Em primeiro lugar ele deixa de ser tradicional, microcultura, para ser mais cada vez mais industrializado,voltado tanto para o mercado interno, como para o externo, mas ao mesmo tempo, no reverso da medalha, dispensava mão-de-obra e levava à concentração da propriedade. E

Entre 70 e 80 esta expansão maior se dá. O Paraná não só passa a ser um Estado predominantemente urbano, que mais crescia ~~demograficamente~~, mas que tem uma grande parte dirigida para as novas fronteiras agrícolas do Norte e do Sudoeste, mas em sua maior parte dirigida para a região metropolitana de São Paulo, maior centro econômico do País e o setor rural paranaense ficou ligado principalmente às cidades-polos e principalmente para a região metropolitana, de Curitiba. Portanto, este Paraná dos anos 80 é um Paraná estruturalmente diferente do velho Paraná. Um Paraná que mudou na forma e no conteúdo.

Esta mudanca atinge basicamente dois aspectos quando nos propomos a apresentar tendo em vista o futuro. O desenvolvimento da economia paranaense se seguramente após a década de 70 os indicadores já estavam presentes antes a este desenvolvimento integrado ao contexto maior que é a agricultura brasileira. O Paraná hoje é uma parte integrante e integrada à uma economia complexa, relativamente avançada, de teonologia avançada, que coube à quase totalidade das diversas regiões do Brasil. Portanto, não podemos imaginar que vamos ter as soluções paranaenses para os problemas econômicos que o Brasil apresentar na sua avaliação política e social.

A segunda conclusão importante foi da fronteira agrícola e que nos exige uma mudança de enfoque de uma agricultura extensiva em que a produção exclusiva ao cultivo pela substituição da mata natural por terras cultivadas para uma agricultura onde o crescimento da produção depende da capacidade produtiva do setor e da economia como um todo só poderá ser dada por um aumento da produtividade do campo. É preciso que qualquer processo de desenvolvimento do campo, é preciso que o produto de cada um aumente pela utilização adequada das ..... (técnicas ?) produtivas que se desenvolveram nos últimos períodos, sob todas as formas. Este é o cenário básico que podemos pensar em relação ao futuro do Paraná.

Isto nos traz uma outra preocupação, no caso do Paraná. É a sua posição. Vejam bem, como mostrou o Professor Ruy, o seu lugar no espaço. A passagem dos tropeiros, o atendimento à demanda da região de Minas Gerais. Esta posição não desapareceu. A América do Sul e os grandes núcleos populacionais do Século XVIII acabaram se concolidando em dois grandes polos. Um deles é o que se chamava de triângulo Rio, São Paulo, Belo Horizonte, mas que tem como foco principal a região metropolitana de São Paulo. E do outro lado aquele que se pode chamar o eixo Buenos Aires-Córdoba. O eixo Buenos Aires é o eixo que liga a Córdoba, passando por Rosário. Estes os dois grandes polos de desenvolvimento.

ORDEM ECÔNÔMICA E SOCIAL07o389 15:56 1. a 15:35 1.

Passo a discutir a integração econômica real que tem como primeiro fruto a L..... (ininteligível) que nos coloca uma instrumentalização adequada para uma universalidade econômica, ou integração econômica.Vivemos num mundo, como os senhores sabem,que a escalha de avaliação de desenvolvimento onde as formas produtivas rompem as fronteiras.Em 92 por exemplo na Europa haverá a união através da CEE.Os Estados Unidos também demonstram isto. O próprio Japão está procurando unir-se, e assim por diante. Dentro deste cenário, o Brasil e Argentina, aproveitando a situação, poderiam de uma forma mais completa, pensar em integração econômica.... (ininteligível). Vemos um País, a Argentina, , que em termos de transporte pegou o desvio errado.(ininteligível). Deixado de lado isto, o País passa a viver em função do transporte rodoviário de mercadorias, nos dois sentidos, principalmente de mercadorias originárias ou destinadas às indústriasbásicas,isto passa pelo transporte ferroviário e grande parte principalmente de produtos acabados,pelo setor de transporte rodoviário. Em uma meta do Sul do Brasil e Argentina, Bacia do Prata. Tentamos trazer linhas de contato entre São Paulo a Buenos Aires. Víramos que não como meta, mas para dar melhores condições.Nes

Neste sentido o Estado do Paraná é o que está em melhoreposição.

Tive uma experiência há muitos anos como estudante ainda em Illinois quando observei uma planície coberta de soja e pequenas aldeias e no meio daquilo tinha cum complexo petroquímico. Tentei entender o mecanismo, num lugar que não tem nada a ver com petroquímica. Não era matéria prima da região. Era o crescimento de duas vias de transporte, o seguimento de um grande pólo petroquímico em plena região agrícola. Nós pensamos então entre Brasil e Argentina. Os dois juntos já melhorava a posição de recursos.

Este tipo de raciocínio nos leva a ver a possibilidade deste Estado ter um papel importantíssimo na passagem de matérias primas.

Gostaria de concluir. Sem dúvida nenhuma o desenvolvimento econômico deste País e do Paraná exigirão um esforço muito grande em termos de desenvolvimento de técnicas, mobilização de capitais, manutenção da qualidade de vida que só podem ser alcançadas a curto prazo através da integração de mercados de diversos países. E o Paraná possui fatores favoráveis na sua localização,podendo trazer do Rio Grande do Sul na direção de São Paulo. Isto através de rodovias, através de ferrovias. Sistema de transporte que vão beneficiar uma vez mais e numa escala mil vezes maior, graças à esta posição estratégica entre estes dois centros econômicos que hoje são os dois centros da América Latina.

Estas duas linhas: aumento de produtividade na

área econômica e uma industrialização interligada não só em termos nacionais. São aspectos muito importantes que devem ser considerados.Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Rafael Greca).-Convido a tomar assento à Mesa para fazer seu pronunciamento o Arquiteto e Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner e o Engenheiro Deni Schwartz.

Passo a palavra ao Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, que irá falar sobre Diretrizes de Planejamento Urbano e Rural, um projeto para o Paraná.

O SR. JAIME LERNER.- Senhor Deputado Rafael Greca, Senhores Deputados componentes da Mesa, Sr. Deputado Relator da Constituinte, ex-Ministro Deni Schwartz, todos que nos honram com sua audiência. Gostaria de abordar este tema começando pelos efeitos. Estou relatando um vivo testemunho dos efeitos que nos vimos vivendo nas cidades. Só para fazer um relato, começarei por esta linha.

Em 1971, na minha primeira gestão na Prefeitura de Curitiba, desenvolvemos programas habitacionais destinados à população de renda mais baixa. Naquela época era possível à uma família com renda de um salário mínimo entrar num programa da COHAB...

O SENHOR JAIME LERNER - ... da COHAB numa área na casa de mais' 8 de menos 23 metros quadrados, era a famosa g casa embrião.

Bom, dois anos mais tarde já só era possível que uma famílias com uma renda familiar de um salário mínimo participasse, só se conseguiria entrar num programa com uma casa de no máximo nove metros quadrados, que era o projeto do Álvaro, que era só a parte sanitária da casa.

Bom, para não continuar...

O SENHOR PRESIDENTE(Rafaél Greca) - Fica constraggedor.

O SENHOR JAIME LERNER - ... fica constrangedor. O fato é o seguinte, hoje, para uma família até na' faixa de renda familiar de um salário mínimo ela não consegue entrar no programa nem do lote urbanizado. E com muito esforço entraria num programa de um lote não urbanizado. Então, isso é só para dar uma idéia de como a população brasileira e não se pode excluir, de nenhuma maneira, a população do Paraná. Sofre o mesmo problema como a população brasileira empobreceu nesses últimos anos.

Bom, nós sempre colocávamos o problema de ' campo, da cidade sempre com os seguintes argumentos: é no campo que se está plantando o problema da cidade. É no campo, analisando sempre os problemas referentes a migração, que é, ' sem dúvida, uma das causas graves do problema urbano. Então, nós sempre alertávamos para o problema das migrações, colocando que problema da migração do campo à da cidade já não era colocada' como uma opção que o cidadão tomava à procura da grande cidade, mas, quase como uma excursão.

Então, esse processo da migração, que é quase uma escalada, uma escalada natural, hoje, infelizmente. É o' processo que começa com a migração, depois a marginalização' nas grandes cidades, depois a migração, o inchamento das gran

grandes cidades, depois a marginalização e por último a violência. Essa escalada é a escalada natural que está acontecendo nas cidades brasileiras.

Nós pensávamos que a única causa era a migração e até um certo tempo era. Hoje, se nós analisarmos a população hoje nas favelas ~~xxxx~~ das cidades o componente da migração é um grande componente, mas, o outro grande componente é o da população que empobreceu dentro da própria cidade. ~~xxxxxxxxxxxx~~

Bom, o que fazer? É evidente que nós estamos lidando nas cidades com efeitos dos problemas cujas causas já são por demais conhecidas. Várias vezes a gente tem procurado relacionar que esses efeitos que apareciam nas cidades há alguns anos atrás, uns seis ou sete anos atrás, ainda tinham recursos necessários para fazer frente a esses problemas. Hoje, esses recursos desapareceram e a pergunta que a gente faz é a seguinte: e se esses recursos voltassem a aparecer? Nós voltaríamos a correr os mesmos erros? Voltaríamos a expulsar o homem do campo? Voltaríamos a fazer com que as pequenas e médias...

O SR. JAIME LERNER - ... com que as pequenas e médias cidades não tivessem a condição de absorver parte dessa população, voltaríamos a marginalizar grande parte da população dos grandes centros urbanos, quer dizer nós temos que super que em um determinado instante toda essa situação econômica talvez possa se modificar e no entanto se isso acontecer nós vamos estar incorrendo nos mesmos erros. Quero ressaltar aqui, que a minha posição não é uma posição injeta no sentido de acreditar que se pode conter a migração. Esta migração é um fato natural, o que é obrigação, o que a sociedade tem como obrigação é fazer com que essa migração aconteça pela decisão do cidadão e não por um fato de expulsão. Isso quer dizer que nós teremos condições de boa qualidade de vida nas cidades se nós diminuirmos o impacto, quer dizer, se nós diminuirmos essa velocidade no caminho das grandes cidades. Como diminuirmos? Levar qualidade de vida ao homem do campo, as pequenas e médias cidades voltarem a poder oferecer qualidade de vida, enfim nós estamos sempre falando na boa hipótese, na condição que é detectável a questão de 6 ou 7 anos.

Mas vejam o que está acontecendo hoje os três maiores problemas que nós temos na cidade são a moradia, o transporte coletivo e o saneamento.

A moradia não precisa dizer que chegou ao ponto mais grave, a invasão hoje está acontecendo em todas as grandes cidades brasileiras. Não se pode colocar nesse processo da invasão, a invasão oportunista, a invasão que se faz pelo mercado, pelo comércio da invasão, até por nós incorrermos numa injustiça com aqueles necessitados que realmente não tem outra alternativa. Hoje se a gente disser talvez 40% seja invasão por necessidade ou por causa de alternativa, é muito dificil dimensionar isso. O que eu acho é que cada comunidade tem que trabalhar no sentido de que essas invasões, as alternativas sejam colocadas para que se tenha condição de trabalhar em cima daquilo que é realmente necessidade e não aquilo que é oportunismo, não aquilo que é comércio.

Mas eu estava falando dos três maiores problemas que nós temos na cidade moradia, transporte e saneamento o Gg

Governo Federal cortou completamente os recursos destinados a estes três programas fundamentais, não há mais recurso para moradia, o Governo Federal fechou todos os recursos da Caixa Econômica, o Governo Federal fechou a Empresa Brasileira de Transporte Urbano e nós não vamos nem conseguir tomar financiamentos, tomados no Banco Mundial que tinham sido negociados ~~porque hoje não há interlocutor no Governo Federal, não há interlocutor em relação~~ ...

O SR. JAIME LERNER - ... os financiamentos tomados do Banco Mundial, que tinham sido negociados porque hoje não há interlocutor do Governo Federal, não há interlocutor em relação a meio ambiente, o IBDF que está tendo o mesmo problema. O Governo fechou os recursos à habitação, fechou os recursos ao transporte coletivo e ao saneamento.

Então, como é que as cidades vão poder encaminhar ou equacionar os pboblemas, ou só acompanhar um pouquinho se não há a menor perspectiva de recursos pelo menos a curto prazo?

Então, o que está acontecendo com a população das grandes cidades? Ela empobreceu, e o assalariado está subsidiando o miserável. Então, de todos os recursos que estão sendo criados pelo Governo Federal no sentido de ser dar uma destinação social, sai no BNDES o Fundo Social. Este recurso é confiscado pelo Governo Federal para tapar os buracos da sua incompetência. Todos os recursos novos criados com destinação social foram confiscados pelo Governo Federal para tapar todos os buracos de toda a incompetência na condução dos assuntos econômicos.

Então, tudo isso hoje é pretexto. Por que o Governo Federal hoje joga o IAPAS, os recursos do IAPAS para o Ministério da FAzenda? Para trabalhar com o dinheiro. Por que os recursos do Fundo de Garantia estão...? Para trabalhar com o dinheiro da poupança da grande maioria da população brasileira.

Então, na realidade o que hoje está acontecendo é o assalariado subsidiando o miserável e a classe média se segurando para não cair na rampa; ela já está escorregando na rampa há muito tempo.

O que vai acontecer? Eu acho que o que está acontecendo em muitos países sul-americanos é um alerta. Nós não podemos continuar brincando com esta situação que afeta 80% da população brasileira.

Por que é tão difícil equacionar um problema como

como esse? Porque a preocupação que a já tem é de que, mesmo que os recursos voltassem a acontecer, o quadro já era difícil há 6 anos atrás. Quer dizer, mesmo se os recursos voltassem a acontecer, será que nós iríamos incorrer num mesmo erro?

Então, eu volto à tese que a gente semprevem discutindo: a Constituinte deve ser o reflexo de um Projeto, deveria ser um reflexo de um projeto de um País, como deve ser o reflexo de um projeto para um Estado como o nosso, como é o planejamento da cidade o reflexo de um projeto para a cidade.

Então, qual é o projeto... Como é difícil restaurar essa credibilidade de que o Governo Brasileiro possa modificar esse estado de coisas. Não há mais credibilidade porque a população não se sente mais motivada a participar de nenhum projeto importante. Na realidade ela é comunicada dos problemas da dívida, ela é comunidada pelos pacotes que vão se suceder , que vão ser conduzidos cada vez com maior desastre porque não há a menor credibilidade por parte do Governo. Na realidade, eu quero fazer um parênteses e até pediria que não constasse, mas é um fato engraçado que aconteceu e queria relatar. O primeiro despacho que eu dei como Prefeito foi um fato muito curioso: vem um grupo de moradores pedir que nós não fizéssemos nada numa rua porque aquela rua tinha um olho d'água e a população tinha uma preocupação que a Prefeitura não fizesse aquele olho de água, aquela nascente de água. Então o despacho que tive de dar: não fazer... na época o Departamento Rodoviário Municipal não fazer nada com urgência.

Então, na realidade o Governo Federal hoje que está com problemas de falta de créditos e não tem mais condições de propor coisa nenhuma deveria não fazer nada com urgência porque qualquer medida que faça ela acaba se deteriorando. Então, se surgem novos recursos, ela sangra com os recursos e fica cada vez mais difícil a situação.

Bom. Vamos voltar ao assunto de um projeto para o Estado, um projeto para o País. Eu sempre defendi a posição de que é

muito difícil mobilizar a população por ~~mu~~ uma coisa...

... população para uma coisa chamada "dívida", é como querer mobilizar uma família e dizer " olha, estamos com uma dívida, de agora em diante você não vai estudar, você não vai comer, você não vai trabalhar porque a dívida impõe essas condições". Esse não é um projeto que uma família gostaria de estar envolvida, a família quer saber como ela vai melhorar. Mesma coisa a sociedade brasileira. N-ós não podemos parar o país aguardando esse tipo, essa mobilização que o governo nos faz, a alternativa que o governo nos coloca. Isso não quer dizer que a gente tenha uma posição de irresponsabilidade em relação a todos os compromissos que o governo tem com a nação.

É evidente queo que a nação quer isso soma o que o Estado quer, é um projeto de país que diga " bom, qual é o estilo de vida que nós queremos viver ;? " O que esta Nação quer é um projeto de país que diga isso. Nós vamos ter eleições para Presidente, nós vamos discutir isso, qual o estilo de vida. O segundo ponto que eu acho fundamental é de como é que vão se distribuir os recursos naturais no nosso espaço geográfico, como é que vai se distribuir a população brasileira no nosso espaço geográfico ? Como é que vamos assegurar qualidade de vida às pessoas no campo e na cidade. É outra coisa que tem que estar muito clara dentro desse projeto. Qual a tecnologia que vai ser colocada a serviço desse desenvolvimento. Depois quais os princípios éticos que regerão a nossa sociedade. Em alguns aspectos da Constituinte, a nova Constituinte respondeu, mas ainda nós não temos um Projeto que fale isto. E nós esperamos que pelo menos nessa próxima eleição presidencial esses projetos sejam colocados.

Em relação ao Estado tem a mesma coisa. Um Estado como o nosso, nós já perdemos a esperança que a solução venha com um milagre. Um Estado como o nosso, o que que nós podemos esperar : que a cidade tenha suas propostas, que alguns Estados dêem o exemplo de um projeto de Estado que envolva a vontade da população e é isso que se espera da Constituinte deste Estado. Que ela dê o exemplo, seja talvez um Estado que dê o exemplo de que a constituinte traduza esse projeto de Estado. Que mostre que num Estado como o Paraná nós tenhamos as respostas a essas coisas.

Como é que vai distribuir a população em nosso Estado? E distribuição da população no Estado do Paran-á é fundamental, um Estado que era modelo de distribuição estadual, um Estado que se caracterizava como um exemplo de desenvolvimento porque era um Estado que tinha vários pólos de desenvolvimento. E já há uma definição de que um Estado que só tem um pólo de desenvolvimento é o que está mal. Um Estado que tinha ótimos exemplos, ótimos pólos de desenvolvimento, uma economia diversificada, as coisas. De repente eles projetam esta resposta já poderia começar a nos ajudar : como é que seria a distribuição espacial da nossa população num espaço geográfico, quais os recursos que deveriam ser colocados ? Um Estado como o Paraná não pode abdicar de resolver o problema das migrações, o problema do bóia-fria num Estado como o Paraná é um desrespeito à capacidade do povo paranaense.

E vou dar um exemplo : ...

O SR. JAIME LERNER: ... à capacidade docpovo paranaense. Vou dar um exemplo, se nós formos abordar o problema do boia-fria, todos conhecem, o diagnóstico é muito claro e o que ocasionou foi a legislação, foi a legislação trabalhista no campo, enfim, uma série de consequências levaram a isso. - MUito bem , como é que vai viver a pequena propriedade, como é que vão conviver a pequena e média propriedade em nosso Estado? E se esse Estado tem a condição de resolver os problemas da migração, que são fundamentais para o seu futuro. Vou colocar isso mais tarde, porque há condição de resolver esse problema.

Mas vamos continuar. Nós queremos ter uma resposta de que é que vai se dividir a população no nosso espaço geográfico, como é que nós vamos assegurar a qualidade de - vida nas cidades e no campo? O nosso Estado do Paraná tem por - obrigação dar essa resposta.

Qual é a tecnologia que vai ser colocada agora? Um Es ado que tem todo um acêrvo, o Estado é e sempre - foi e tem todas as condições de ser um celeiro e ofícios, do arado ao computador, é um Estado que tem todas as condições. Então alguma coisa precisa ser acolocada nesse projeto, com a esperança que nós temos nos trabalhos dessa Con stituinte Estadual.

ABom, só para dar um exemplo de migração: muitas vezes tem-se levantado o assunto da reforma agrária, - aquela discussão interna, o bóia-fria, o sem-terra, o movimento - do sem-terra, eu quero dizer para vocês que das 500 ou 600 mil - pessoas constituem contingente de boias-frias do nosso Estado, é possível resolver.

Nós colocamos em discussão já há muito tempo nesse Estado, a proposta da comunidade rurbana. Veja bem, ninguém tinha a pretensão de acrescentar uma proposta definitiva

e era um início de discussão, mas a idéia partia de um ponto de vista muito forte de que se nós conseguíssemos implantar em cada município do Paraná uma comunidade rurbana - quer dizer, o que é uma comunidade rurbana ? É uma comunidade de 100 a 150 famílias a 20 ou 30 Kms de Município , ocupando as estradas vicinais que nós temos em qualquer município do Paraná. Se nós conseguíssemos organizar essas famílias ao longo dessas estradas vicinais, as casas ao longo dessa estradinha, as famílias morando ao longo dessa estrada, mantendo cultura de subsistência e comercializando o excedente na cidade mais próxima, de tal maneira que essas famílias pudessem ter nessas ruazinhas, nessas estradas vicinais, a mesma qualidade de vida que eles querem encontrar nas cidades.

Eles morariam ao longo de uma rua, rua que existe em qualquer cidade e teriam a condição de lider comunitário igual a que se estivesse morando em rua rua. Bom, esse é um detalhe mais comprido, mas dessa comunidade rurbana, nós fizemos o primeiro teste aqui em Curitiba para que essa proposta se estendesse a todos os Municípios do Paraná.

Montamos a proposta. transformamos essa proposta em projeto no Banco Nacional da Habitação, na época. Existia como programa do Banco Nacional, abrimos os recursos para 50 Municípios no Paraná e essa proposta acabou não acontecendo.A idéia de que se cada Município encontrasse uma comunidade rurbana, nós teríamos mais ou menos 150 famílias , 900, 1000 pessoas por comunidade e algumas comunidades com 1.500, quer dizer,nos 300 Municípios do Paraná, nós teríamos 400 mil, 450 mil pessoas vinculadas à terra, ou seja, quase o contingente de bóias-frias do nosso Estado.

Bom, o que eu estou querendo dar como exemplo, de que a resposta em relação ao problema da ...

O SR. JAYME LERNER - ...

de que a resposta em relação ao problema da imigração tem que ser a proposta, claro. A resposta em relação ao problema da tecnologia tem que ser com propostas claras. A resposta em relação aos problemas dos efeitos da cidade tem que ser com a atuação clara que os Municípios podem exercer no momento, nós não temos recursos hoje.

Os recursos que a reforma tributária, que nos foram conferidos por este simulacro de reforma tributária, são muito pequenos. O imposto sobre combustíveis ou interditos não correspondem a quase nada. É ridículo o recurso que foi repassado aos Municípios. O encargo, só para dar um exemplo, hoje, na medida em que a família empobreceu, nós subsidiamos, os mânicípios subsidiam as famílias mais carentes com quase 400 cruzados novos por família. Se contarmos os custos de uma criança emuma escola em 80,cruzados novos, mais ou menos duas crianças de uma família por escola, a criança na creche com um custo de mais ou menos 40, 50 cruzados, mais a os gastos na área de saúde, mais o subsídio de alimentação, qualquer Município que entre nos programas de interesses sociais, estará subsidiando a família de renda mais baixa com recursos da ordem de 300 a 400 cruzados novos. Isto quer dizer, quando a população fica mais pobre quem socorre é o Município, e o Município já não tem mais com o que socorrer.

Qual é a alternativa que está sendo colocada pelo Município? É a procura da parceria com as diversas forças vivas da sociedade. Por quê? Porque sea a população ficou mais pobre, alguém ficou mais rico. Nenhuma empresa, nenhum empresário vai querer se instalar em um bolsão de pobresa. Eles têm que recuperar esse sentimento de fazer parte, o sentimento

de corresponsabilidade em relação à cidade. Por isso fatalmente vão ter que ser chamados a participar de projetos, como dos projetos de creches, projetos de associação do ofício com a criança, com o menor, projetos de segurança, projetos até de adotar escolas. Enfim, cada vez mais a iniciativa privada vai ter que ser chamada porque senão não haveria mais condições de se sobreviver dentro deste processo.

Alguns caminhos podem acontecer. Primeiro, é evidente que o Estado por si não vai conseguir resolver o problema econômico no País. O Estado pode dar um bom exemplo. O Estado pode dar um exemplo de solução de Estado como um todo. O Estado poderá criar recursos, alguns não utilizados plenamente, contribuição de melhoria do Estado. O Estado pode tentar fazer uma parceria competente com os Municípios, distribuir bem essas tarefas com os Municípios. O Estado pode restituir o seu poder econômico, pode fazer voltar essas vocações que este Estado sempre manifestou, mas na realidade nós somos caldatários de um projeto nacional. E nós podemos dar um pequeno exemplo. E se há um Estado que possa dar exemplo é o nosso Estado do Paraná.

Então, em relação às cidades. Criar os mecanismos, dar exemplos dos mecanismos que hoje o Governo Federal não está criando. Muito bem, se hoje o Governo Federal não cria estes mecanismos, atenção, a moradia, o transporte, então, o Estado vai ter que assumir isto. O Governo do Estado vai ter que ter competência para tratar deste assunto. Pode criar os recursos necessários para isto, pode apelar para a parceria com todas as forças vivas da comunidade. Mas hoje a gente está sentindo que até a iniciativa privada está querendo participar dos programas habitacionais.

Então, se o Governo Federal, e nós já

perdemos a expectativa, vamos dar exemplos do nosso Governo de Estado. Então essa é o único caminho que nos resta. Um Estado que se mostra competente para apresentar um projeto de Estado, um Estado que se mostra competente para assegurar as qualidades de vida às pessoas no campo e na cidade .....

O SR. JAIME LERNER : - ... assegurar qualidade de vida no campo e na Cidade, um Estado que se mostra competente para resolver o seu problema, para fazer a sua proposta de tecnologia, um Estado que deu exemplo, como preservação do meio ambiente, no momento em que no nosso País não tem a credibilidade necessária até para se afirmar perante as outras nações no seguinte: que esse País sabe cuidar dos seus recursos naturais, e com isso, ele serve de pretexto até esse pretexto serve, tanto para os bens intencionados, preocupado com o meio ambiente, tem a preocupação que esse País não sabe cuidar da sua casa, como os intervencionistas que ameaçam o País, porque é muito claro o argumento, se nós não sabemos cuidar de uma área que é patrimônio do mundo, as outras nações vão saber cuidar melhor que nós

Então nós temos que dar essa prova, em cada Estado em cada Município, nós temos que ser exemplo, Estadual sustentável, que sabe cuidar do seu meio ambiente, e sabe cuidar do seu Projeto ~~iniciativx~~ de Estado.

Então se eu pudesse colocar alguma ... para encerrar essa primeira parte, me colocar à disposição dos Srs. Deputados, eu diria, que aquilo que o Governo Federal não resolveu tente fazer (ininteligível) do Estado.

É a grande oportunidade que nós temos, é a grande oportunidade que essa Constituinte tem de afirmar a população do Estado que existe um Projeto que pode mobilizar a nossa Sociedade.

Muito Obrigado.

(PALMAS)

O SR. RAFAEL GRECCA - Ao agradecermos a participação do Prefeito de Curitiba, nós reiteramos a esperança dessa Assembléia Constituinte, de ser efetivamente um forum , de onde sairá um Projeto do Paraná, que satisfaça de maneira abrangente a Sociedade Paranaense, quanto a sua visão de futuro.

Eu esclareço Dr. Jaime Lerner, que se o Senhor tiver a agenda tomada e quizer se retirar, pode fazê-lo, porque nós sabemos das suas múltiplas obrigações, e assim tem sido com todas a

O SR. RAFAEL GRECCA : - pessoas que tem vindo fazer as comunicações.

Vou passar a palavra na seqüencia ao ex Ministro Deni Schuartz por 5 minutos.

O SR. JAIME LERNER : - Eu realmente tenho que me retirar e quero agradecer essa oportunidade, e me colocar a disposição dos Srs. Deputados, que me proponho até se convocado for, vir numa outra Sessão, para dar continuidade e dar oportunidade aos Deputados que queiram questionar as colocações que eu fiz.

Muito Obrigado.

(Interrompido)

O SR. RAFAEL GRECCA : - Eu quero esclarecer que do Regimento Interno aprovado por essa Comissão Constituinte de Ordem Econômica e Social, ficou esclarecido que nós não fazíamos debates das sugestões apresentadas pelas pessoas, dentro do Regimento, - são comunicações dos vários segmentos da Sociedade, o debate será afeito depois das Sessões Ordinárias da Comissão.

Eu tenho a honra então de passar a palavra ao ex Ministro do Desenvolvimento Urbano e Ex Secretário dos Transportes do Paraná, Dr. Deni Schuartz, para que, de a sua contribuição que - nós já antevemos , valiosa, para o mesmo tema as diretrizes do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado, dentro do Projeto do Paraná que deve ser a Constituinte,do seu ponto de vista.

O SR. DENI SCHUARTZ : - Srs. Deputados, eu fui chamado a essa reunião em meio a laço, e me parece que a contribuição que eu posso dar é um pouquinho diferente da contribuição dada pelos que aqui já passaram, eminentes técnicos, estudiosos no assunto, é contribuição de quem foi Parlamentar, já se trata de elaborar uma nova Constituinte.

Por exemplo é óbvio que nós vimos bem o Sr. Francisco R Magalhães, falando que o Paraná não ...

O SR. DENI SCHWARTZ: ... o Paraná não é um ente isolado dentro do Brasi e o Brasil está cada vez mais avança. O Brasil não está isolado no mundo. Neste mundo que se vultoaliza,soluçoẽs isolada obviamente, não dão em nada. Nós dependemos do nosso País e o Brasil, por sua vez, depende de outros. Estamos todos integrados. Tendo em mente esta ótica, esta visão, eu gostaria de deixar algumas consideraçoẽs para os senhores Deputados, sobre o Paraná.

Nós ouvimos aqui do Dr. Francisco Borges Magalhaẽs parece que nós temos duas vertentes de desenvolvimento econômico, social e político do Paraná, para solucionar. Uma é a vertente política e a outra é a vertente tecnológica. Nós temos que admitir: o Paraná não existe, politicamente, dentro do Brasil. Nós não existimos. E os números que eu tenho em mãos podem comprovar isso. Vamos ver o que diz aqui o Professor Francisco Borges Magalhães, quando anteviu para o futuro, um maior relacionamento entre Brasil e Argentina ou uma integração da América Latina. O papel de passagem, até ele falou dos antigos tropeiros, para os dois grandes pólos que se constituíram na América Latina, São Paulo e Buenos Aires. Talvez à semelhança do que ocorreu no Estado de Illinóis, se não me engano, nos Estados Unidos, também aqui esta passagem frutifique. Mas, a vontade política e por isso eu acho que o problema é político, está expresso aqui na "Veja," em uma das páginas amarelas da "Veja", num artigo do João Manoel Cardoso de Mello, de São Paulo, da Unicamp e que todos os senhores conhecem como o antigo assessor do Funaro. O que me preocupa quando se fala muito em integração da América Latina, é o Estado do Paraná. Integrar a América Latiba para vender os automóveis de São Paulo e comprar o trigo da Argentina ? Olhem aqui o que diz o senhor João Manoel Cardoso de Mello: "O caso é perguntarmos porque não importarmos trigo argentino em vez de produzirmos , aqui, a um custo tão mais elevado". Aí é evidente, há resistências do lado de cá. Os produtores de trigo do Paraná e do Rio Grande do Sul não gostam nem de ouvir falar nisso. Obviamente que o senhor João Manoel não sabe que o trigo, insumo, é produzido complementarmente ao soja. E o trigo é que permite que apesar do frete altíssimo, o que não nos permitiria competir com o soja dos Estados Unidos, o soja chega ainda nos portos podendo competir, porque nós temos as entresa - fras.

Imaginemos, agora, que vamos vender automóveis e autopeças de São Paulo e vamos comprar o que na Argentina ? Maça e trigo. Talvez soja. Porque daí o Paraná terá que parar as suas máquinas no inverno, porque não terá agricultura no inverno e não poderá plantar soja porque não terá a quem vender, pois o preço não será competitivo. Via de consequência, também São Paulo, os metalúrgicos pararão, porque nós também não vamos mais conprar as máquinas que são produzidas lá. Quem,

no Paraná, levantou esta questão ? Por isso o problema é político, senhores Deputados. Quando o sul do País se levantou para mostrar que o trigo pode sair mais caro, aqui sim, porque nós somos obrigados a importar pneus, automóveis, caminhões, tudo, de São Paulo. E nós, até poderíamos produzir o trigo mais barato se pudéssemos comprar estes implementos e insumos agrícolas lá fora, em outros países. Com uma consideração de natureza política, porque o Paraná não vai sair do que está. E os dados são altamente negativos ao Paraná e eu mostrarei agora, a seguir, em comparação a Estados vizinhos. Vejam os senhores, uma comparação, como Ministro mandei verificar e deve haver catarinenses aqui que ficarão orgulhosos, está aí o Deputado Nereu Massignan; o Estado de Santa Catarina é o Estado que tem os melhores índices sociais do Brasil. Por que ? É um Estado com a menor mortalidade infantil do Brasil. É o Estado com o melhor índice de alfabetização. Por que ? Por incrível que pareça, por ser um Estado acidentado. As suas indústrias se distribuíram em todo o Estado, seja aqui em Joinvile, em Jaraguá ou Blumenau, seja lá no oeste ...

DENI SCHURRTZ -... ou Blumenau, seja lá no oeste com a indústria da carne. Oqque que aconteceu? Um Estado acidentado de repente é mais rico em termos sociais, inclusive, do Estado do Paraná. Há que se perguntar.

Será que foi a preservação da pequena propriedade que não pode ser expulsa pelas grandes plantações? Será que a inexistência de grandes cidades, não termos uma Cidade Industrial por exemplo, concentrando em Curitiba?

São perguntas que eu faço e deixo aos senhores Deputados para pensarmos num novo Paraná.

Vejam os senhores um dado horrível. Eu tive a paciência de pegar todos os orçamentos, os balanços do Paraná e do Rio Grande do Sul desde 1975 e os dados são altamente negativos ao Paraná.

Dizem que é o Rio Grande do Sul que está falido. Mas eu acho que a riqueza de um Estado nós poderíamos medí-la pelo ICM arrecadado. O ICM per capita. Pois olha, em 87 que é o último dado que eu tenho, cada gaúcho recolheu de ICM nos cofres públicos 4.312,80 cruzados, dos velhos. E o paranaense, 3.631,00 cruzados. Setecentos cruzados menos no Paraná do que no Rio Grande do Sul. E é o Rio Grande que está falido.

No Plano Cruzado em 1986 os gaúchos arrecadaram 5.492,00 cruzados per capita; o Paraná 4.500,00 cruzados. E isso é histórico. E tenho aqui o trabalho desde 80 a 87 e, a bem da verdade dizem que esta diferença está diminuindo, mas isto demonstra que nós, ou comercializamos menos ou compramos menos, enfim, nós somos mais pobres.

Essas comparações, aqui nós fizemos comparações de todo jeito em cima desse orçamento, gasto compessoal, dívida interna, dívida externa dos estados que nós mostram uma coisa ~~[illegible]~~ preocupante.

Eu lembro que em 1961, Franco de Oliveira, assessor do Governador, então governador Brizola no Rio Grande

do Sul produziu um livro chamado "Rio Grande do Sul um novo Nordeste". Em que ele mostrava que o Rio Grande do Sul estava se esvaziando em função até das imigrações para o Paraná, mas que de fato, se considerarmos em relação ao Paraná o Rio Grande continua menor que nós.

A pergunta que eu faço é como será o Paraná no futuro, já que nós a semelhança do Rio Grande também já tivemos as nossas fronteiras agrícolas. O que fazer para não só na agricultura, mas também na indústria nós mudarmos isso?

Tem-se falado muito que o Paraná está se industrializando rapidamente. A energia,que aqui está o relatório da Copel, o consumo de energia industrial não tem demonstrado isto. Os senhores vejam aqui. O número de consumidores desde 77 até 87 consumidos pela Copel, o número de consumidores vem aumentando. Nós chegamos no ano entre final de 84 em relação a 83 nós aumentamos 1.100 consumidores. Em 85, no final de 85 em relação ao84 tínhamos aumentado 3.845 consumidores industriais. Final de 86 baixamos para 1.137; no final de 87, para 1.091.

O mãumro de consumidores industrais está aumentando, mas nesses últimos 3 anos tem diminuído o número de novos consumidores.

Bem, por isso que eu digo, quais asrazões dessa nossa situação. Me parece que aquela vertente política é muito importante. Chegou-se aqui no Paraná, os Deputados fizeram uma comissão, discutiu-se muito por causa de um poço de petróleo, uma bacia petrolífera.

Uma bacia petrolífera em Santa Catarina....

O SR. DENI SCHWARTZ:-...uma bacia petrolífera, em Santa Catarina, eu/ cheguei a vêr no jornal uma das coisas mais inesc rríveis, porque Santa Catarina ficou semlitoral, paza encaixar este poç ço. Não sei se é paranaense ou não, não cabe aqui discuti-lo, mas eu/ não vi nenhum protesto contra as inundações do Norte do Estado, e não apenas porque toca a gente, porque terras férteis são inundadas, mas/ porque nós perdemos não um poço de petróleo, nós perdemos centenas de poços de petróleo, renováveis! Afinal de contas, a água do Tibagi que sai aqui de Ponta Grossa, ou aqui de Balsa Nova, e que se acumulando/ chega até o rio Paranpanema, não vai gerar permanentemente para Sao / Paulo? Se nós quisermos aquela energia que nasce no nosso Estado, nó temos que comprá-la!

Srs. Deputados, tem que acabar! Se fosse eu Go v rnador mandava por, agora em Taquaruçu, mandaria por lá uma companhi da Polícia Militar, sim, acampada lá, porque eles não se dão nem o / trabalho de avisar o Paraná que estão nos inundando! Eu lembro um re- lato do Governador Cannet que se recusou a ir a Porecatu, porque quan do vieram inaugurar a Usina naquela região veio a Polícia Militar de/ São Paulo para dar proteção ao Abreu Sodré, que era o Governador de / lá, entrou em Porecatu, porque o aeroporto era em Porecatu. O mesmo / ocorreu agora, lá em Diamante do Norte, e Taquaruçu está sendo feito!

Qual a solução, Srs. Deputados? Está aqui, dei xo agora uma solução, vamos negociar de igual para igual, nós queremo a metade da energia dessas Usinas que estão sendo feitas no Paranapa nema. Não interessa royalties, o problema não é de royalties, o probl ma é de termos energia permanentemente no Paraná, sem falarmos nas nos sas indústiias. Como fazer isso? Ao invés de usarmos os nosso recur-/ sos internalizados, digamos do Iguaçu, ou do Tibagi, ou do Piquiri, va mos inicialmente usar a energia que está nas nossas divisas, exigind do e comprando, se a Usina custa um bilhão de dólares, a Copel que en- tre com quinhentos milhões de dólares para resefvar esta energia pa- ra o Paraná.

Nós estamos entregando de mão beijada! É isso que precisa ser dito, isso é política e o Estado, porque não adianta ter uma ótima Constituição se nós continuarmos desta maneira.

O Deputado Rafael me deu aqui uma assoprada há pouco para uma outra equação que eu chamo a ~~XXXXXXX~~ atenção dos Srs. ~~XX~~ nos últimos 3 anos, e eu estou aqui na frente do frente do Presidente da Associação da Agricultura do Estado do Paraná, tem dido trompeteado, para todo o Brasil, no Brasil inteiro, que o Brasil teve as ~~XX~~ três maiores safras agrícolas da sua História. 65,68, vamos para 70 milhões de toneladas. E por falar em 70 milhões de toneladas, me parece aí começamos ~~axxxk~~ achar a solução inclusive para a economia paranaense,; é de se pensar, nós temos lido, todos leram que na União Soviética a agricultura fracassou. Estes dias eu abri a GAzeta Mercantil e fiquei surpreso, eles alarmados porque houve uma queda de 10 ou 15 milhões de toneladas e que eles só vão colher 200 milhões de toneladas! E ainda têm de importar da Argentina, dos Estados Unidos, do Canadá! Qual é a população da União Soviética? 250 milhões de habitantes Nós com 150 milhões de habitantes, o que prova que nós não estamos comendo, tem muita gente passando fome, com 150 milhões nós colhemos 70 milhões de toneladas e nos damos ao luxo de exportar boa parte dela! Então estamos passando fome! A solução está aí, se nós pudermos produzir mais e darmos ao povo brasileiro poder de compra, então é óbvio nós vamos aumentar o consumo interno. A grande diferença do Brasil, em relação ao resto do mundo, desses grupos que se formam na Europa, o grupo socialista, o grupo asiático, talvez seja que nós tenhamos 100 milhões de brasileiros vivendo ainda em padrões de miserabilidade!

Pois bem, neste últimos três anos tivemos as três maiores safras, eu pergunto ~~XX~~ aos Srs. Deputados e aos Srs. que estão aqui:- o Paraná diminuiu o seu percentual na participação dessas safras, em relação ao Brasil? Não! Portanto nós também produzimos as ~~X~~ três maiores safras! Como é que o Governo está dizendo que não tem dinheiro? Ou está, e aí eu respondo o Deputado Rafael, ou se soneg

muito, ou o que é mais importante, talvez não seja sonegação que está havendo, talvez seja a política tributária do Governo Federal...

O SR. DENI SCHWARTZ - ... talvez não seja sonegação que esteja havendo; seja a política tributária do Governo Federal e novamente entramos no campo político, que faz com que nós produzamos apenas produtos que não pagam ICM, e que não geram riquezas. É o nosso soja que sai e que vem dinheiro para o Brasil para pagar as nossas contas, enfim, para dar o superavit da balança comercial, mas que nós não vemos aqui no Paraná se transformar em obras, como por exemplo a Ferrovia do Oeste.

Os senhores vejam aqui neste trabalho, o que que acontece por exemplo, com as estradas de rodagem. Em 1985, por exemplo, a relação com as rodovias pavimentadas do Estado e do Governo Federal, e é a seguinte: Para cada 2,46 quilômetros de estradas pavimentadas estaduais, o Governo Federal tinha hum quilômetro.

No Rio Grande do Sul, para cada 490 metros estaduais, o Governo Federal tinha 1 km. Minas Gerais, 640 metros estaduais, o Governo Federal tinha 1 km. Goiás, 650 metros estaduais, 1 km federal. Pernambuco, 920 metros estaduais, para cada km.

Nós temos 2,46. Nós já fizemos um dos poucos trechos de ferrovia que dão lucro para este País, a Central do Paraná, as expensas do Estado.

E agora, eu já tenho sido criticado e eu gostaria que os senhores deputados pensassem, estamos nos propondo a fazer, com os parco capitais paranaenses que estão fugindo em grande parte não só para o Mat Grosso, Amazonas, Pará, Rondônia, mas também foge para São Paulo e nós sabemos disso, ainda nos propomos a fazer com capitais paranaenses a Ferrovia da Soja ou a Ferrovia da Produção.

Eu perguntei esses dias: Já que nós temos esse capital, não seria melhor que a Cotriguaçu ou lá as cooperativas do oeste se unissem com esse capital, e ao invés de mandar grãos de soja dentro de um vagão mandassem óleo de soja em latinhas diretamente de caminhão para São Paulo? Industrializado lá?

Então nós nos entusiasmamos com idéias, quer dizer, nós aqui quase que somos um País independente. E isso não é do atual Governo

não é do anterior, é, parece da nossa índole. E enquanto os senhores deputados não houverem esse conhecimento, nós continuaremos e eu poderia mostrar aos senhores todo este relatório, mostrando o que se discrimina este Estado.

Governadores de todos os tempos que tentaram agradar o Presidente da República, e tal, então eu tenho aqui o que foi de dinheiro federal para o Rio Grande do Sul, no seu Orçamento e o que para o Paraná. Em 1987, por exemplo, foram 9 bilhões, em termos de 87, 9 bilhões para o Rio Grande - 5 bilhões para o Paraná.

Por isso, diante da Constituição nós temos que ter uma vontade política para tentarmos. Porque, minha gente, até para não cansá-los eu ainda faria uma outra observação do futuro do Paraná.

Eu não quero que ele seja apenas um ponto de passagem. Mas nós corremos o risco de ser novamente um ponto de passagem. Eu gostaria de dizer que nós e isso é quase válido para o Sul todo. Quando eu estava em Brasília, eu sempre me perguntava: Vamos admitir que de repente o Presidente Sarney resolvesse dizer ao Sul do País que estava resolvido a ajudar o Sul do País. E ajudar o Sul, seria simples e puramente pegar e dizer : Olha, eu quero o Ministro da Fazenda, porque quem manda é o Ministro da Fazenda.

E eu pergunto aos senhores com toda a tranquilidade: Deve existir, mas estão escondidos. Se tirarmos o Carlos Richbitter, que já é um nome nacional, quem dos senhores colocariam do Sul como Ministro da Fazenda?

Aonde fracassamos? Nós temos excelentes empresários.....

O SR. DENI SCHWARTZ... aonde fracassamos? Nós temos excelentes empresários, nós temos excelentes tra-/ balhadores. Aonde está o fracasso? Eu tenho dito isso dentro / das Universidades, disse agora na semana passada, acredito que não me convidarão mais. Digo: " Meus caros calouros, de enge-/ nharia Civil, eu venho aqui como engenheiro civil", de uma épo-/ ca em que o engenheiro se formava muito menos para ser engenheiro ou principalmente calígrafo, para sair por aí assinando plantas e cobrando, de obras que o desenhista fez e que ele nem sabe onde fica, mas passa por fiscal. Nós saímos com outra mentalidade, esta Universidade que veio aqui para o Centro Politécnico, ela se fechou nesses 14 alqueres e os senhores ficam confinados aqui durante 5 anos e não sabem o que acontece do outro / lado da BR, lai onde tem uma favela. Porque, prove com dados, / dos 12 Ministros de Estado que o Paraná forneceu à Nação nos últimos, desde 1945 até esta data, 07 foram engenheiros. A nossa Universidade, a nossa escola formava, a Assembléia era formada por Professores da Escola de Direito, da Faculdade de Direito. Eu digo: / Mas a Universidade desapareceu! Ela não tem nada haver com o / mundo que está ali fora, e isto é válido para todos os nossos / universitários. Por isso, me parece que o futuro deste Estado, passa também, não só por posicionamento Político mais claro, / mais nítido, mas também por um posicionamento na questão tecnológica.

Nós não temos produzido nada, quem gosta da agricultura, é fã do Globo-Rural. Meu Deus do Céu! Raramente o Paraná que é o maior Estado agrícola do País, e porque não falar da pecuária também, não só na parte da bovinocultura, mas nós temos um plantel de aves, um plantel, um plantel se suínos invejáveis. Vocês assistam o programa. É a Faculdade de Uberlândia, a faculdade de Viçosa, é a escola de não sei aonde, do interior de São Paulo, que produzem alguma coisa.

O SR. DENI SHHWARTZ... alguma coisa. Se nós olharmos todos todos os inventos, nós ficamos orgu-/ lhosos porque tem stévia, diga-se de passagem o globo teve a esta iniciativa. Se existem dentro, devem existir nos institutos, nas escolas, foram feitos só para eles, foi guardado lá. Por isso, passa necessariamente por uma mudança radical com relação a tecnologia, não só na agricultura.

Curitiba e algumas cidades do Paraná têm uma vocação extraordinária para se desenvolver tecnologicamente e para indústria de ponta, temos essa vocação, a cidade industrial de Curitiba provou isso, nós temos um tipo de trabalhador que é invejável, está faltando uma determinação para que a Tecpar não seja meramente aferidor de pesos e medidas. Temos de trazer cabeças para cá. Siga um exemplo: / Nós estivemos falando na Unicamp. Eu há pouco tempo para desenvolver um projeto, acabei batendo em Campinas, e para surpresa minha, acabei numa companhia tecnológica, quefoi iniciativa da Prefeitura de Campinas. A Prefeitura de Campinas com mais 42 empresas, resolveu criar uma companhia, hoje a Prefeitura de / Campinas não tem mais nada, é só para as empresas, tanto que os projetos que eu fui lá pedir, foi orçado em 8 milhões de dólares. Mas vejam bem, a iniciativa da Prefeitura desenvolveu ao lado da Universidade, acabou desenvolvendo uma companhia particular e que pode pedir por um projeto 8 milhões / de dólares. Por que não fazermos isso aqui no Paraná? O Pa-/ raná tem gente para isso, tem cindições para isso.

Minha gente, eu quero terminar, por que eu tenha talvez transmitido um pouco de angústia, mas terminado / senhores Deputados...

O SR. DENI SCHWARTZ-... mas, terminar Srs. Deputados, para dizer que o que eu tenho ouvido são homens do interior , é aqui / tem outras pessoas do interior. Nós não temos achado a solução ; o homem não ficava no interior por quê ? Porque não tinha estradas ;as estradas foram feitas .Ah, mas, o homem não fica no interior porque não tem energia elétrica ;a energia elétrica chegou ao interior.

Não tem escola; a escola do interior do Estado é tão ruim quanto às nossas aqui . Não tem Universidade; este é um problema real, mas, os universitários que estão daí, infelizmente são tão bóias-frias , taõ desempregados quanto aqueles que estão lá.

O que nós temos que começar a pensar é na política agrícola. Não adianta , e é uma pena que o prefeito não esteja aí, nós temos no Paraná rurbanas .As pequenas cidades do Paraná nada mais são que rurbanas; os distritos por que é que estão desaparecendo ? Porque a estrada e a televisão tiram mais facilmente o homem do interior.

Não é por aí o que está faltando e eu tenho um exemplo, para terminar, e que me marcou profundamente agora , na época do carnaval , pois, eu fui à minha fazendinha e encontrei lá, pessoal que normalmente trabalha como avulso lá para nós.

Mas, notei que tinha três ou dois garotos ; e eu dizia, / olha eu não quero este pessoal, pois são muito novos , e qualquer acidente... tem problemas. Então, eles disseram , o Sr. Vai explicar isto ali na rua "urbana", vai ali na Nova Vitória, e explique para a mãe deles,que o Sr. não quer mais eles aqui.

Mas, o que é que ouve ? Ouve o seguinte: 20 pais resolveram sair de Nova Vitória , lá em Nova Prata do Iguaçu , no Município de Nova Prata do Iguaçu , e aventurar-se para Rondônia, nos garimpos.

Estavam lá, sem poder voltar, o prefeito teve de mandar dinheiro para eles poderem voltar , e as famílias passando fome.

Todos proprietários rurais , pequenos proprietários rurais. Aí, a 1ª tendência de nós: é um bando de vagabundos , que não plantam, não sei o que...

Minha gente, como é que este pessoal , proprietário rural iria plantar , se nós passamos seis meses de seca. Elesl plantaram ," mas, não colheram. Eles não puderam plantar. Esse é o homem que de repent repente, de tanto ver na televisão a beleza da Bruna Lombardi, e outras mulheres mais bonitas do País, de um lado, e de outro lado, os magnatas todos tomando uísque , com ar condicionado e não trabalhando, ele resolve sair de lá e deixar até a sua mulher , e resolve até achar a sua Bruna LOmbardi por aí.

Quer dizer, a própria televisão, e ele não poderia ficar ausente, a televisão tinha que chegar lá, acaba mostrando a ele ,que se ele vier para Curitiba, ele pode encontrar por aí alguma Maitê Proença .

Se nós não nos questionarmos isto, nós não vamos resolver o problema urbano , e muito menos o rural. POr isto, Srs. Deputados, / desculpem a minha maneira de dizer, pois, vocês aí estavam com / eminentes professores , homens de reconhecida capacidade , mas, é o momento também de começarmos também a entender o Paraná.E para mim, são duas vertentes;uma de natureza política , e aí passam estes / problemas para os Srs. , e outra de natureza tecnológica .

Nós temos que desenvolver a nossa própria técnologia;nós temos não s-o técnologia na área industrial , como na área agrícola .

Nós temos urgentemente de pensar em acabar com o soja , no Paraná ;não se suspreendam ;porque se aqui vier o professor Passos , que saiu do IPARDES agora, ele via dizer uma coisa tenebrosa ;os Srs. o questionem .

Os Estados Unidos estão desenvolvendo um vírus, para pôr na semente da soja, que torna as folhas da soja praticamente imunes ao frio .Com isto praticamente todo o território americano poderá plantar soja .Além do mais, nesta questão amazônica , é bom que se diga, há um componente , que poucos talvez, tenham se apercebido, /

pois, está se falando muito da estrada POrto Velho, Acre ...

O SENHOR DENI SCHWARTZ - ... Porto Velho-Acre-Peru, atrás disso, minha gente, está o interesse brasileiro, lógico, de ter um Porto no Peru. O soja sai de Rondônia, faz 3700 km para chegar em Paranaguá ou Santos. Lá ele fará 1.500km, só que quando ele estiver em Santos o Navio japonês ou navio Asiático terá de existir pelo Sul para chegar depois no Japão. Se ele estiver no porto do Peru ou no porto já do pacífico, com mil e quin entos kilômetros de estradas, nós teremos este óleo de soja posto no Japão e lá nos Tigres Asiáticos com muito menor percurso. Mas, neste momento se isso possa ser bom para o Brasil nós também começamos a diminuir aqui. Passa ser mais vantajoso plantar soja lá do que aqui. O que poderá substituir o soja? Senhores Deputados façam uma visita a São Paulo e descubram, se já não descobriram, se São não se orgulha de ser o maior produtor de milho nem o maior produtor de soja nem o maior produtos, hoje acho, de café. Ele tem determinados produtos que tem valor. Nós ficamos subsidiariamente produzindo produtos de pouco valor e parece por aí passa o futuro desse Estado, a pedra de edificação de seu agricultor.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SENHOR PRESIDENTE(Rafal Greca) - Eu passo a palavra ao produtor César Muniz, Presidente da Associação Nacional das Entidades Produtoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas e membro do CITIPAR e agradeço ao Ex-Ministro Deni Schwartz, nosso colega e ex-Deputado, a oportuna palestra questionadora, bem a estilo do que esta Comissão espera com relação a instrução que os Deputados precisamos ter quanto às perplexidades do Estado com relação ao Desenvolvimento.

Eu peço só a sua atenção um pouquinho, Ministro, porque o Deputado K Costenaro queria fazer uma observação

observação à sua intervenção e como membro da comissão ele tem esse direito.

O SENHOR ANTONIO COSTENARO - Era só para dizer, Ministro, que nós comungamos com a sua idéia. Realmente nós achamos uma visão brilhante do que está acontecendo agora.

Nos gabinetes, o Senhor já foi Deputado e sabe muito bem como as pessoas carentes, como os desinformados, os que sofrem todas as dificuldades nos procuram. E a gente vê aqui no Paraná acontecer, vimos acontecendo, em função dessa pequena estiagem que teve aí este ano de quato ou seis meses, quantas famílias se deslocaram do interior do Paraná para a Capital e batem às partas dos nossos gabinetes precisando voltar, porque não conseguem sobreviver na Capital do Paraná.

Agora, tudo isso é questão de política, também acho, porque é a política ,às vezes, da mídia do Prefeito da Capital, do político da capital ou até do próprio Governo do Estado, queremos vender a imagem das maravilhas que acontecem. A questão de Curitiba, a cidade bela e justa, nos orgulha de sermos paranaenses, de estamos morando em Curitiba, mas, cria a ilusão à aqueles que moram nas urbanas. Porque é exatamente como V.Exa. diz. O mais do Paraná ele é composto totalmente de pequenas cidades, todas bem próximas umas das outras, com infraestrutura, mas, reina a miséria,embora a riqueza esteja em volta com os cafezais, com a terra rica, com a alta produtividade, mas, reina a miséria do homem pobre, que ficou desempregado pela superproteção do sistema trabalhista, do sindicalismo principalmente. E que criou uma superproteção e o proprietário, naturalmente, teve que se desvencilhar desse trabalhador, porque senão ele tem que entregar a propriedade e somar a mais daqueles que deixou de ser proprietário para ser

para ser bóia-fria.

Então , esse problema do paraná ense realmente ele é, eu acredito que ele possa ser promissor, mas, é necessário que todos nós tenhamos uma soma de esforços ' muito grande e que passamos a mudar a política do Paraná, ' mesmo até da comunicação que cria fantasia, como o Sr. usou o exemplo Mabel, cria fantasia na cabeça das pessoas desinformadas e que muda daqui para lá,de lá para cá, criando dificuldades e acreditando em fantasias.

É necessário que nós comecemos viver' um novo tempo, o tempo da comunicação em que o homem seja informado pela veracidade dos fatos.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) -

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Dent o da instrução que nós imagina-
mos o Dr. Cesar Muniz vai falar sobre
as Tecnologias Avançadas, as Novas Possibilidades em Tecnologia a serem
implantadas no Paraná.

O DR. CESAR MUNIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Ministro Dení Schwartz nos trouxe
um pouco de angústia que também é o tempero da alma, mas eu também gost
ria de levantar um outro ponto, que um ponto de um certo otimismo, porq
nós temos tido a oportunidade de trazer para o Estado do Paraná inúmera
missões de técnicos e de empresários europeus e eles aqui chegando, rea
mente são tomados de imesno espanto porque a visão que a Europa tem do
nosso País é bem diferente da realidade que aqui encontram.

Inclusive há algum tempo atrás o Pres
dente de um centro de valorização de produtos agrícolas de uma região
francesa me disse: olha Cesar se eu tivesse trinta anos eu viria para
Paraná, porque o que aqui encontrei realmente é de entusiasmar. Esta pu
jança, esta iniciativa que existe no Interior do Estado realmente é pro
missora e indicio de que o Estado, aqui no Paraná se poderá criar uma n
va perspectiva de vida.

Mas tudo isso passa naturalmente pelo
problemas, alguns deles conjunturais que hoje nos angustiam e muito da-
quilo que se disse aqui reflete esta situação de dano econômico pela
qual, o Brasil passa. No entanto podemos achar que uma vontade nacional
poderá reverter esta situação e poderemos aos poucos retomar aquele es
rito mais otimista e de trabalho, desenvolvimento que já tivemos em ou-
tras épocas.

Eu lembraria um pensador francês na
metade do século visitando o Brasil e conhecendo o Estado de São Paulo
e o Interior do País, escreveu depois um livro, Levi Straus, escre
veu Os Dois Brasis. Realmente na nossa sociedade existem dois
brasis, como existia na época. Um País próximo e livre dos problemas d
paises mais adiantados e um país miserável, um pais que não consegue
trapssar as fronteiras. E o nosso drama é que esses dois brasis
convivem e volta e meia o Brasil pobre ameaça o Brasil mais desenvolv

desenvolvido. E como ultrapassar, como vencer este problema permanente, como já foi falado aqui anteriormente pelo professor Magalhães nos deixou bem claro que nós Paraná não podemos imaginar nessa solução para do Brasil, por outro lado o Brasil não pode também pensar numa solução fora do contexto mundial e eu gostaria de dar uma rápida, antes de falar sobre o que se poderá fazer, o que se está pretendendo ...

O SR. CÉSAR MUNIZ - ... o que se poderá fazer, o que se está pretendendo é algumas perspectivas para a Ciência e Tecnologia e desenvolvimento de empresas de bases tecnológicas do Paraná, eu gostaria de dar uma rápida olhada do que acontece no mundo para que a gente possaencontrar alguns pontos que poderemos utilizar para o nosso desenvolvimento.

Inicialmente nós vemos que a Ciência no século XX teve um desenvolvimento espantoso. A partir da Ciência foram criadas aplicações através de tecnologias novas nos meios de produção que vem dar ao próprio Capitalismo um fator novo e dinâmico criando uma nova Revolução Industrial. Nós presenciamos hoje uma transformação profunda dentro do processo econômico mundial, e isso nós sentimos nas mínimas coisas. Quando se diz, por exemplo, que hoje na França, através de um programa patrocinada pela empresa telefônica, entrega a cada usuário um pequeno computador e coloca esse usuário dentro de um sistema do qual ele pode tomar conhecimento do que acontece no mundo e de uma série de informações e ao mesmo tempo ele pode ser consultado da sua opinião, e já se fez até um texte, fez-se um programa de televisão, e o Prefeito de uma cidade apresentou uma programa de obras e perguntou aos seus munícipes se eles estavam de acordo ou não, e em prazo de uma hora ele teve o resultado, a população imediatamente colocou o seu ponto de vista.

Então, são transformações que vieram alterar profundamente as própria relações entre as pessoas e as próprias relações entre as pessoas e o poder.

Pois bem. Este desenvolvimento da Ciência e esse aprimoramento da Tecnologia se acentou principalmente a partir da 2ª Grande Guerra, onde dramaticamente nós tivemos conhecimento de novas armas com poderes infinitamente maiores que as armas antigas.

Assim, Ciência e Tecnologia imediatamente transformou-se num sinônimo de poder, e poder nos seus diversos campos: o poder militar através do armamento, de novas armas, através da utiliza-

ção da Informática e de novos materiais, foram conseguidas possibilidades bélicas nunca antes imagináveis. Assim, a Ciência e Tecnologia torna-se um instrumento de poder militar.

E por aí vai. A indústria espacial, as aeronaves que visitam o espaço só foram possíveis porque a Informática e os novos materiais deram condições, deram meios para que o homem pudesse sair do seu planeta e atingisse outros mundos.

Dentro do poder econômico, a Ciência e a Tecnologia cada vez mais se faz presente, e é importante. E as classes empresariais e os sindicatos operários dos países onde isso se torna bem evidente, cada vez mais estão preocupados e tentando participar no direcionamento da utilização da Ciência e Tecnologia.

Na Agricultura já foi falado aqui anteriormente - é possível desenvolver sementes que resistam naturalmente através de processos internos, bioquímicos delas a pragas. É possível desenvolver espécies - como foi falado aqui da soja - que tenham condições de sobreviver em climas frios. É possível intervir no processo de crescimento de animais e de plantas, multiplicando a produtividade da produção agrícola e da da produção animal.

Tudo isso através...

O SR. CESAR MUNIZ - ... tudo isso através de processos biotecnológicos. E vem portanto alterar substancialmente a perspectiva e as políticas agrícolas dos países desenvolvidos. Na indústria, a trabsformação que nós vivemos através da introdução da informática, a automação e a robótica, o aumento da produtividade dos produtos industrializados, a precisão, o atingimento, a precisão de microns fazendo com que nós possamos multiplicar os efeitos das nossas máquinas, nós possamos aumentar a resistência dos materiais conhecidos, a produção de novos produtos químicos capazes de combater doenças antigamente não vencíveis. Tudo isso através da adução de processos e tecnologias que criam novos produtos. Melhorar a condição de vida da população através da tecnologia nós podemos favorecer, com a multiplicação, por exemplo, de alimentos, a população tenha acesso à alimentação. Transportes: modificações havidas nos meios de comunicação também é outro capítulo, de todos os níveis, desde o espaço até a trabsformação, até o transporte de produtos agrícolas. Tudo isso leva a que a ciência e tecnologia,hoje, tenha um papel fundamental na sociedade moderna e a sociedade que desconhecer este fato está fadada a permanecer fora desse desenvolvimento mundial.

Também a tecnologia tras efeitos profundos na estrutura da economia, Vejamos os fatores de produção, a mão de obra que antigamente era um fator favorável, inclusive nós no Paraná muitos diziam que temos mão de obra abundante, quando falávamos na vinda de outras indústrias para o Estado. Hoje o importante é ter mão de obra especializada, mão de obra capaz de atuar, de desenvolver novos processos, novos sistemas, de desenvolver novos produtos, mão de obra que está associada ao desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia, mão de obra associada à universidade que realmente cumpra sua função e atue dentro da ciência e tecnologia e transfira esse seu conhecimento para a população. De maneira que a mão de obra que antigamente era um fator favorável dos países subdesenvolvidos, hoje começa a não ser mais...

o fator fundamental do desenvolvimento econômico. Os próprios recursos naturais através de novas tecnologias criam novos materiais que vêm substituir materiais antigos com maior precisão até. Se criam matérias sintéticas que vêm substituir produtos naturais. O capital também passa a ser da simples disponibilidade, existência de recursos financeiros em grupo passa a estar associado à existência do "know-how", à existência do conhecimento para a transformação daqueles produtos. E nós vemos cada vez mais os grandes grupos internacionais aplicar em tecnologia porque sabem perfeitamente, que tão ou mais importante que o capital nos dias de hoje é o conhecimento. De maneira que a empresa e isto vale para o país, a empresa e o país que quiserem acompanhar hoje, do mundo, não pode ficar fora do desenvolvimento científico e tecnológico. Nós vemos, em micro escala, aqui no Brasil, o poder econômico de São Paulo sustentado por uma sólida base tecnológica. Claro sólida em termos nacionais. E quando o ministro falavra da substituição de produtos, o que São Paulo está fazendo naturalmente se referia a isto de que São Paulo hoje tem condições de trabsformar, de criar processos de transformação dos seus produtos e de outra forma também...

O SR. CEZAR MUNIZ: ... São Paulo hoje tem condições de criar processos de transformação de seus produtos e participar da competitividade mundial através da exportação de produtos industrializados.

Gsotaria de deixar alguns pontos importantes: um deles seria o papel do Estado. O Estado é o elemento fundamental de desenvolvimento da ciência e tecnologia em todo o mundo. Não existe hoje País no mundo, país desenvolvido, país em processo de desenvolvimento onde o Estado não jogue um papel fundamental.

Dentro do mundo ocidental, de uma economia privatizada, ele abdica do processo de produção.Não é o Estado que produz, mas é o Estado que do outro lado garante a existência de uma pesquisa permanente nos grandes centros. Ele financia o desenvolvimento tecnológico através das Universidades, dos centros de pesquisa, principalmente através de projetos.

Também faz grandes encomendas e vemos o motor que foi para a economia americana, o que os Estados Unidos investiu em pesquisa através de encomenda de desenvolvimento dee produtos nas suas empresas, dentro do setor de informática, indústria de armamento, aeronáutica e indústria de transportes e foi - graças a essa intervenção do Estado através de encomendas que permitiu que houvesse um extraordinário desenvolvimento de uma série de indústrias com novos materiais .

O mundo oc dental conseguiu transferir o crescimento da tecnologia para o dia a dia para o bem estar da população, o que não aconteceu na Rússia onde o desenvolvimento tecnológico ficou preso entre armamento e indústria espacial e eles não conseguiram transferir os processos tecnológicos para o setor produtivo. Entre eles, pela dificuldade, pela burocracia e pela falta de iniciativa que existe naquele país.

Nós aqui no Es ado do Para[illegible] temos uma força de iniciativa muito grande. Estamos acostumados a vencerd

barreiras, poderemos formar um projeto onde o desenvolvimento científico e tecnológico emerga um papel importante e possa ser transferido para o setor produtivo e o bem estar da população.

Inúmeros países têm criado programas especiais de inventivo a tecnologia e à criação de empresas de base tecnol'ogica.

Nos Estados Unidos, como se costuma dizer que é um país onde a iniciativa privada não tem nada a ver com o Estado, nos Estgdos Unidos existem granderprogramas onde o Estado dá de fgraça o capital inicial para a criação de uma empresa que tem um produto novo de base tecnológica.

O capital inicial é dado através de programas especiais.

No mundo inteiro existe hoje um movimento chamado à realização de parques tecnológicos que são locais, distritos industriais que estão próximos ou dentro de um setor de pesquisa, mas dentro desse parque tecnológico vão desenvolver produtos baseados em tecnologias transferidas para os parquer,

Eu participei no ano passado de um Congresso de parques tecnológicos que foi feito para duzentas - pesquisas(?) e compareceram mais de 400 e se v u que praticamente no mundo inteiro hoje, existe um parque tecnológico funcionando e fazendo essa transferência de tecnologia do centro de pesquisa para a empresa privada.

Então o Estado serve como um indutor dessa transferência. Existe também outro instrumento como por exemplo, a criação de empresa de capital de risco, públicas ou privadas, extamente criadas para apoiar ...

O SR. CEZAR MUNIZ - ... exatamente criadas para apoiar estas iniciativas dentro da área.

O modelo brasileiro de desenvolvimento, hoje existe um estudo do BNDS, onde dentro de um dos trabalhos dos cenários, e um destes cenários, nos fala como uma saída para o País o modelo de integração competitiva. Onde temos o crescimento do mercado interno e a expansão das nossas exportações. Este modelo que é apresentado como a saída para o País está baseado na eficiência da empresa brasileira; a eficiência dentro do seu desenvolvimento organizacional, tecnológico e operacional. São fundamentais para este crescimento, esta integração a nível mundial, dum apoio às chamadas cinco irmãs, as áreas de ponta: informática, biotecnologia, mecânica de precisão, química fina e novos materiais.

No Brasil nós já vemos uma dificuldade para nós, por exemplo. A concentração da pesquisa e graduação do Brasil se faz hoje em termos de São Paulo e de Rio de Janeiro de uma maneira espantosa. Estudo recente da Secretaria de Ciência e Tecnologia no Rio de Janeiro nos dá aqui 60% da produção científica nacional estão no Rio de Janeiro e São Paulo. Ao Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, teriam 8% cada um destes Estados. O Paraná, Santa Catarian e Rio Grande do Sul com um percentual não maior do que 3%.

Vejam o atraso relativo que nós do Paraná temos dentro do sistema de Ciências e Tecnologia a nível nacional. Estamos situados num nível abaixo de 3%.

Assim é que precisamos, e eu deixaria esta idéia, criar para este campo específico um modelo de desenvolvimento, um modelo de desenvolvimento tecnológico que pudesse dar condições para que o Paraná melhorasse esta sua posição e pudesse transferir com eficiência, de onde existir a

tecnologia necessária para o nosso setor produtivo. Falo de onde existir porque a tecnologia pode existir e ser criada nas nossas Universidades, nos centros de pesquisas e também fora do Estado. E não deve para nós ser uma barreira ir buscar fora do Estado.

Existem algumas tentativas para criação de um modelo paranaense, existem estudos feitos, existem atividades de diversos órgãos no Estado do Paraná do setor público e privado, todos eles tentando exatamente criar uma mentalidade para que exista no Paraná este desenvolvimento tecnológico e este desenvolvimento tecnológico só existirá na medida em que a sociedade paranaense se convencer da sua necessidade.

Gostaria de colocar este caminho como uma das soluções, não como uma solução porque não existem soluções, o nosso problema deve ser resolvido por partes de maneira que a tecnologia pode ser uma das soluções e poderá ser utilizada para a melhoria das condições de vida do nosso Estado.

Um dos modelos que foram apresentados, é um programa - e deixarei à disposição dos Senhores Deputados- o PROTEC- Programa de Apoio, Criação e Atração de Empresas de Base Tecnológica e de Tecnologia de Ponta -, um programa que foi feito a partir da comunidade, não foi feito por um órgão oficial, foi desenvolvido .....

O SR. CESAR MUNIZ : - ... ele foi desenvolvido, foi criado em seminários entre técnicos, empresários e Professores Universitários.

Ele foi terminado no ano retrazado, no ano passado o Governo do Estado transformou em programa oficial, que vem dando segmento.

No entanto, me parece que que nós estamos muito tímidos nesse caminho, precisaríamos realmente motivar, mais forças e motivar mais a Sociedade Paranaense, mais o poder político, para que endossasse realmente, criasse finalmente um modelo a nível de Estado e que corresponda aos interesses das diversas camadas sociais.

Neste modelo inicial que foi entregue à Sociedade Paranaense, existe uma vontade de modernização da economia, modernizaçã: através de adoção de tecnologia, de onde existir, aí prevê o desenvolvimento de atividades junto às Universidades existentes, que devem ser apoiadas e incentivados nesse caminho e também pressupõe a vinda ou a procura de tecnologias necessárias ao nosso Setor industrial, ao nosso setor produtivo, melhor dizendo, trazidas do exterior.

Esta modernização não seria exatamente a modernização daquilo que nós temos, não necessariamente uma procura, uma adoção, das industriais de ponta, que talvez na sociedade como um todo esteja ainda prematura. Embora, ainda em alguns campos seja indicado já entrar por esse caminho.

No entanto, que a Sociedade Paranaense precisa, é a modernização do seu parque, é o ~~xx~~ beneficiamento dos seus produtos agrícolas a procura de tecnologia que venham beneficiar os produtos que nós vendemos in natura, que precisamos aumentar agregar valor valor e desenvolver e produzí-los aqui no Estado.

Além dessa modernização foi indicado uma seleção de áreas de desenvolvimento tecnológicos adequadas a Economia do Estado do Paraná, nesta seleção de áreas entrou a bio tecnologia (Mecatronica)novos materiais e alimentos.

Além disto eu gostaria de ressaltar a importância de mecanism

O SR. CEZAR MUNIZ : - tância de mecânismos e de instrumentos que a Sociedade Paranaense deve adotar para com mais rapides, alcançar esse Modelo, que seria um trabalho grande nas Universidades, pressupõe capacitação das Universidades e uma ligação das Universidades cxom a Sociedade, um trabalho de transferência, dm trabalho desenvolvido da pesquisa desenvolvida na Universidade para a Sociedade ...

Dentro disso, a criação de algumas encubadoras tecnológicas, que estão previstas no programa, que seriam locais onde se desenvolveriam um Projeto entre pesquisadores e empresários, e na encubadora desenvolveriam projetos de produtos, depois seriam transferidos para a posição do sistema normal e industrial, e ainda, me parece fundamantal nós encontrarmos um outro mecanismo importante de apoio as novas iniciativas, que seria a criação (ininteligível), eu colocaria à atenção dos Srs. Deputados, como fundamental, para o apoio dessas iniciativas, todas, a criação deuma ou mais êmpresas de capital de risco, ela pode ser pública, privada ou mista, ou pode existir até duas, uma do setor público e do setor privado.

Existem inclusive, e queria sugerir a transferência de alguns incentivos criados, para o setor privado, transferência do percentual desses incentivos para a criação de uma empresa de capital de risco, que funcionaria a partir dos empresários, seria privado, estritamente privado.

De mancira, que há mecanismos, há possibilidades há condições, de se criarem,dssa Êmpresa de Capital de risco.

Eu acho que aí, lamentando um pouco talvez o desconexo destas idéias, mas são algumas idéias fundamentais que ...

O SR. CÉSAR MUNIZ: ... fundamentais que eu reputo, para que o Estado es tabeleça uma política de ciência e tecnologia.

Eu só queria, finalmente, fazer um reparo, que para mim é muito importante, embora seja um detalhe, é que além de ser Presidente da AMPLOTEC e Diretor do CITYPAR, são adjetivos, e substancialmente eu sou técnico do BADEP, do qual muito me orgulho, de maneira que agradeceria a atenção dos senhores e me ponho à dsiposição. (Palms

O SR. PRESIDENTE: Nós agradecemos o Dr. César Muniz pela sua participação e vamos prosseguir o nosso painel, agora convidando para a mesa o Dr. Wilson Tissen, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná e que vem falar sobre o que o cooperativismo, no setor agrícola, espera na nova Constituição ou da nova Constituição. E eu convido, também, o Dr. Paulo Carneiro Ribeiro para já vir tomar assento à Mesa. E nós transformamos as duas comunicaçoẽs num mesmo painel.

O SR. TISSEN: Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores, eu acho que foi muito providencial estar já na mesa o Dr. Paulo Carneiro, porque foi-nos pedido para falar sobre cooperativismo e agricultura, e como nós, no Estado do Paraná, temos um trabalho entrosado e integrado com a própria Federação da Agriculturae também porque o cooperativismo, a cooperativa, é extensão do produtor. E tudo o que ocorre na vida do produtor interessa à cooperativa. E especificamente no campo político, reivindicatório e de defesa do produtor, nós sempre temos falado a mesma linguagem, participamos na frente ampla da agropecuária brasileira, inclusive na comissão executiva, este ano. E possivelmente muitas coisas que eu vá falar o Dr. Paulo também vá falar, porque nós sempre temos trocado idéias e temos vivido o problem do produtor paranaense, ao longo destes anos.

Eu gostaria, se a Mesa me permitir, rapidamente, trazer ao conhecimento dos Deputados , do que representa, hoje, o cooperativismo no Estado do Paraná, para que haja um entendimento deste segmento organizado. As primeiras cooperativas do Estado surgiram em 1910. Temos, então, portanto, já 79 anos de cooperativismo no Estado, que começou inicialmente com cooperativas de lenha, cooperativa dos empregados da Rofe Ferroviária Nacional, S/A. Em 1911 nós tivemos as cooperativas dos imigrantes, mais especificamente de um grupo holandês a Batavo. Na década de 50 as cooperativas dos cafeicultores, no desenvolvimento da cafeicultura do norte do Paraná. E a grande expansão do cooperativismo no Estado, começou na década de 60, com o binômio trigo e soja. E, basicamente, então, como estava dizendo, a partir de 60 com esta expansão, nós chegamos hoje a 89 com aproximadamente 300 mil associados das nossas cooperativas dos vários segmentos, quer na cooperativa de consumo, trabalho, eletrificação rural. Mas, por sermos u Estado Eminentemente agrícola ...

O SR. WILSON TISSEN - ... mas por sermos um Estado eminentemente agrícola e evidentemente pé a grande força, fica no cooperativismo vivo, hoje estamos em torno de 200 mil produtores cooperativados, nas nossas cooperativas agropecuárias. E envolvendo hoje o nosso segmento organizado hum milhão e trezentos mil paranaenses ligados diretamente ao sistema cooperativista.

E a responsabilidade que pesa hoje sobre os nossos ombros são muito grandes. Nós sempre dizemos que a medida que se cresce e se organiza um segmento as responsabilidades também se multiplicam rapidamente Hoje as nossas cooperativas são responsáveis por 61% do produto interno bruto na agropecuária paranaense. É muita responsabilidade para um movimento muito novo e se nós somos responsáveis por 61% da produção agropecuária e o Paraná é responsável por 60% da produção brasileira, nós somos responsáveis por 15% da produção brasileira.

E a expansão também que foi dita aqui, nós passamos nos últimos 10 anos a representar e ter a responsabilidade de 16% do parque agroindustrial do Estado, indústria de transformação.

E eu gostaria aqui de deixar também caracterizado que é muito importante para nós, que nós como o movimento cooperativista, a cooperativa é um meio, não é o fim. O fim é o homem, é o desenvolvimento. E desses 200 mil produtores, nós temos 61% que é de mini e pequenos produtores e médios produtores, até 35 hectares. E 28% restantes, são médios. Então é um movimento de defesa do produtor, aonde nós procuramos através do econômico, ajudar a resolver o social.

E eu aqui me permito a ter a liberdade de me anteceder , que se fôssemos fazer uma pesquisa no Estado do Paraná, uma avaliação do desempenho do cooperativismo, possivelmente foi o instrumento do Estado que mais segurou o êxodo rural, porque se nós ainda temos 400 mil propriedades rurais produtivas no Estado do Paraná, pequena e média, eu acho que o cooperativismo foi o grande responsável de segurar a viabilidade da pequena e média propriedade.

E aí nós temos que ser muito práticos. E eu acho que o s

tido da execução, que não seja filosófica na defesa do agricultor, é muito importante. Porque se o produtor não tivesse um sistema eficiente de fornecimento de insumus a preços baixos, compatíveis com a produção como agente de equilíbrio, se não tivesse assistência técnica compatível, pesquisa e sobretudo uma estrutura eficiente de comercialização, no sentido de valorizar os seus produtos, eu não tenho dúvida que talvez a grande maioria percentual desses produtores hoje estavam engrossando os bolsões de pobreza nos grandes centros urbanos.

Então eu acho e espero que a grande responsabilidade é nossa. Então dentro dessa linha de raciocínio nós desenvolvemos algumas atividades aqui citadas também há pouco por quem me antecedeu, nós desenvolvemos inclusive um trabalho de pesquisa, como complemento até dp trabalho desenvolvido pelo Estado. Nós do cooperativismo temos um centro de pesquisas, que também concordamos, este ano estamos fazendo 15 anos que trabalhamos na área de pesquisa do trigo, soja, milho, e estamos entrando na pesquisa do algodão e podemos dizer que nestes 15 anos já lançamos 15 variedades de trigo e soja e hoje a semente de soja, a variedade mais plantada no Estado, variedades produzidas sob as custas e a expensa, com recursos do próprio agricultor paranaense.

Isso é muito importante e aqui dizer, como o Ministro Deni Schwartz tinha se referido no trigo, um dado que nos impressiona é que hoje o Paraná, responsável por 55% da produção do trigo brasileiro nós tivemos no último decênio uma produtividade de trigo de 86%, produtividade essa que nenhum país do mundo alcançou num período tão curto e que o próprio trabalho da triticultura, a defesa da triticultura, foram feitos vários trabalhos e mandados inclusive aos senhores parlamentares evidenciando, foi mandado um trabalho completo evidenciando a importância da triticultura aos Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Sindicato

WILSON THIESEN -... um trabalho completo evidenciando a importância da triticultura aos prefeitos, vereadores, presidentes de sindicatos, Deputados estaddais e federais a toda a imprensa porque nós vemos as grandes inverdades que a falta de visão patriótica de coisas que querem destruir nossos avanços tecnológicos, fazer retroceder no tempo e no espaço porque nós sempre dizemos hoje para lançar uma variedade de qualquer cultura leva no mínimo 10 anos. A medida que você para você retrocedeu no tempo e no espaço e possivelmente nunca mais você vai reconquistar o espaço perdido.

Então, aqui só me reportando, inclusive que existe, nós teremos depois o máximo prazer de encaminhar à comissão esses trabalhos sobre trigo, até para desmistificar as grandes inverdades que são ditas como aqu la reportagem que foi lida aqui da Revista Veja onde dizem que nós temos produzido trigo mais caro que outros países. São grandes inverdades. São mentiras de pessoas que deveriam essas pessoas que estão dizendo isso responder por processo criminoso.

É de conhecimento público que a maioria dos países que produzem trigo mantêm subsídios em torno de 100, 110 dólares a seus produtores. Nós temos visto que prova que nós últimos 4 anos nosso produtor revebia trigo a 240 dólares, passou à 220, passou para 200, baixou para 186 e nós continuamos aumentando a nossa produção por um ganho de produtividade, pela eficiência do nosso produtor.

E quando se fala nessas importações de trigo se dá um preço (fob) junto ao preço (cife) . Senós formos agregar todos os valores seguro, frete, taxa de renovação de Marinha Mercante todos os outros componentes agregados nós temos o estudos que provam que o nosso trigo é mais barato do que qualquer trigo que o país está hoje importando.

Então, essas coisas todas, como foi dito, acho que a classe política tem que ajudar a classe produtora na

defesa do produtor e do estado, porque nós aqui reforçamos. O Estado do Paraná não pode viver sem o trigo, porque nós podemos investir, que são mais de 100 mil agricultores hoje, investimos na infra-estrutura, até para viabilizar o pagamento dos nossos armazéns e da própria cultura de soja nós temos que ter o binômio porque nós não temos uma cultura para substituir a mesma área do trigo.

Então, essas coisas todas precisam ser analisadas e o Estado se posicionar em termos de defesa.

Mas, eu s'o fiz esse parênteses do trigo. Depois eu creio que o Paulo vai colocar mais algumas coisas, para dizer que é importante nós mantermos unido a classe produtora com a classe política. Nós temos feito um esforço muito grande no Estado no sentido até do bloco parlamentar da agro-pecuária porque nós achamos que realmente esse é um momento histórico , que os nossos canais de comunicação têm que ser a classe política de nos dar o respaldo no momento em que temos inclusive, de transição e afirmação da própria viabilidade da nossa agricultura.

Eu gostaria, só para concluir, trazer aqui uma síntese de algumas propostas que nós temos do cooperativismo da Constituinte Estadual. Mas, vamos deixar, depois encaminharemos com mais detalhe. Mas, nós temos o seguinte.....

O SR. [redacted]:-...nós temos o seguinte:- no setor econômico e social, nós estamos solicitando um estímulo de fomento de cooperativismo, em todas as dsuas formas de atividade. Essa proposta já fôi consagrada a nível federal, e a nossa Proposta tem como objetivo desenvolver a prática salutar do cooperativismo, como forma sde suprir as necessidades comunitárias A Proposta é que o cooperativismo seja tido como um instrumento / através do qual o Estado desenvolva os seus programas. Neste caso a proposta tem como objetivo assegurar a participação do cooperativismo nos programas desenvolvidos pelo Estado, tais como:- habitação, desenvolvimento rural, eletrificação, saúde e outros programas de interesse do Estado, onde o cooperativismo pode servir como instrumento de alvancagem e de viabilização desses / programas.

3) Estímulos fiscais empreenditícios para o desenvolvimento agroindustrial com a implantação de sitema de telegônia, eletrificação rural, saúde, educação, etc.

Entendemos que essa proposta, se adotada for / evitaria o fluxo campo-cidade, estimulando o homem do campo a permanecer em seu habitat natural. Como já disse o ex- Ministro, quando se referiu à soja no Oeste, queríamos comunicar que nossa cooperativa tem hoje, 8 indústrias de soja e que no Oeste também nós já temos três indústrias da cooperativa, da Cotreval, de Marechal Cândido Rondo e da Copavel, que esse é o caminho relamente de / industrializar e vendermos mão-d-obra do serviço nosso,do meio rural.

4) Assegurar que o cooperativismo, através de seu órgão de representação esteja sempre em seus colegiados e órgãos estaduais em que a iniciativa privada tenha assento.

O cooperativismo atua em todos os ramos da atividade humana, e em via de consequência tem interesse no desenvolvimento dessas mesmas atividades, assim assegurando-lhes a partici

pação

pação dos colegiados de formação paritária estar-se-a propiciando oportunidade para seu bom desenvolvimento.

A proposta nossa é a prestação de serviço de / assistência técnica e extensão rural pelo Estado ou mediante convênio. Evidentemente nós não podemos negar que um dos fatores que levou o Estado a alcançar o atual desenvolvimento tecnológico, no meio rural foi o serviço de assistência técnica e extensão rural. Então acho importante ter sempre essa visão de extensão rural, e/ ela ser preservada inclusive ser feita na forma de convênio para/ a atuação dos demais planos carentes inclusive de assistência técnica. O desenvolvimento do processo de reforma agrária preferen-/ cialmente através de cooperativa. Nao há dúvida que as cooperativas estão capacitadas para auxiliar o Estado no processo de reforma agrária, detendo conhecimento sobre a aptidão da população rural, bem como do solo e dodos os demais requisitos referentes ao êxito desses projetos. Nós, talvez temos aqui no Estado do Paraná um dos maiores exemplos deste assentamento e conduzidos com pleno êxito, nós temos aqui perto mesmo de Curitiba, a Clac, que se titou o produtor de leite que estava em cima do asfalto, com a expansão da / cidade, estava no Boqueirão, hoje é um grande centro de produção/ de leite, e temos outros poujetos fundiários. Então nossa solicitação, neste campo é que seja estimulado o crédito fundiário de / forma a viabilizar a reforma agrária, onde poderia ser feita,.a/

O SR. WILSON THIESEN... reforma agrária onde poderia ser feito através das cooperativas que têm / todo um instrumento de retaguarda para jogar nesse processo.

Um outro aspecto que me preocupa no / meio rural, nós gostaríamos também de ver fluída na Constituição Estadual o problema da segurança no mei rural, de que faz-se / necessário assegurar condições de segurança no meio rural / com alocações de recursos, pois muito embora haja uma, está / havendo uma constante transferência de recursos do campo para a cidade, e aqueles não recebem os benefícios inerentes, apesar dos esforços, acho que está chegado o momento de se adentrar mais no problema de segurança no meio rural, onde nós já temos sérios problemas, são momentâneos inclusive esses pro-/ blemas de segurança.

Nós gostaríamos de deixar mais algu-/ mas propostas que são das demais áreas, não é especificamente desta comissão.

Na parte de educação, também tem uma proposta nossa de instituirem todos oso graus de ensino Público com a disciplina facultativa de ensino copperativismo. Isso é uma luta grande na área de educação, eu acho que nós temos qu que formar as futuras gerações, nós temos investido muito com os próprios recursos próprios, nos últimos 5 anos nós treinamos mais de 12 mil entre empregados e dirigentes de nossas cooperativas, este ano mesmo nós estamos realizando mais de 110 cursos para nossos dirigentes, inclusive à nível de pós-gra-/ duação em convênio com a Universidade, estamos construindo / centro de treinamento para os nossos dirigentes, mas nós ve-/ mos que isso poderia ser tremendamente (INAUDÍVEL)... se / tivéssemos respaldo ~~Público~~ do ensino Público como matéria facultativa.

Outro aspecto também que gostaríamos de reforçar é a ciência e tecnologia: Um incentivo ao desen-/

O SR. WILSON THIESEN... ao desenvolvimento tecnologico e pesquisa Pública e privada, bem como, a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos nessa área / ciência e tecnologia. Nós temos ainda nesse setor uma proposta, queeu acho que teria que ser estudado a destinação de uma parcela dos impostos estaduais ao desenvolvimento científico e tecnológico, evidentemente nós nunca vamos ter independência se nós não tivermos domínio da ciência e da tecnologia. E também, preocupação do cooperativismo com relação ao meio / ambiente, Nós precisamos o uso adequado do solo, a preservação do meio ambiente e dos ecossistemas essenciais. E com referência à saúde também, a participação do cooperativismo nas ações Públicas e um rígido controle sanitário, que é um problema que nós temos tanto,hoje de controle, tanto na área animal como na área vegetal, de programas inclusive preserve a / qualidade da nossa profissão e que não nos feche, que não traga problemas ao consumidor, como também não feche as portas / aos mercados. Então, rapidamente, eu agradeço a oportunidade, também nos colocamos a disposição, a gente vai deixar essa / memória, depois nós teremos o máximo prazer em encaminhar com mais detalhe à comissão. Muito Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (PRESIDENTE) - Ao receber, Doutor Wilson as propostas do cooperativismo para a Constituinte estadual, em nome da Assembléia Nacional Constituinte, nós agradecemos e o felicitamos pela oportuna explanação. E nós temos visto, isto eu quero mostrar, lembrar a plenária que tem surgido diversas contradições entre os vários expositores, essas contradições todas devem servir para que se avançe no pensamento do Paraná que nós merecemos, que certamente não é o que nós ainda temos. Com certeza nós havemos de conquistar em contradições como a sua. Eu passo a palavra para o Presidente da Federação de agricultura do /

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL GRECA)... de agricultura do Estado do Paraná.

O SR. PAULO CARNEIRO - ...

O SR. PAULO RIBEIRO- Sr. Presidente, Deputado Rafael Greca de Macedo, Srs. Deputados, minhas Srs.e mns Srs.

Era minha intenção, desde que fui intimado pelo Presidente, a estar / aqui, mas, o prazo , muito curto, era minha intenção complementar uma exposição que fizemos com esclarecimentos adicionais.

Mas, dado ao adiantado da hora, e como eu fui também parte viva, integrante de vários episódios aqui relatados da história da agricultura paranaense, isso facilitou a minha assessoria em compor em rápido tempo , esta nossa modesta participação.

A política agrícola do País é monopolizada pelo Governo...

Continua lendo. Cópia anexa.

07-03-

17:45 a 18:05

"PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA ESTADUAL"

A política agrícola do país é monopolizada pelo Governo Federal. É êle quem elege prioridades, fixa os preços, define as regras do crédito, fornece recursos para custeio e comercialização das safras, implanta ou fornece os recursos para a infra-estrutura básica. É êle também o responsável pela fixação dos custos dos insumos básicos, uma vez que lhe cabe manipular os instrumentos de política fiscal, de preços, de importações, de incentivos para uma enorme gama de produtos e bens indispensáveis à produção agrícola.

Isto não significa, contudo, que os Estados e a própria iniciativa privada estejam marginalizados no processo, ou não possam interferir na dinâmica do setor agropecuário.

Podem e devem, pois no passado isso ocorreu com grande frequência. O Paraná, inclusive, soube direcionar o melhor que pôde - dentro das limitações impostas pelo centralismo federal - os seus interesses.

Assim, basta rememorar alguns episódios mais ou menos recentes para se ter uma idéia do que foi possível realizar, para mais adiante analisarmos o que é possível fazer ainda mais.

O Governo Federal, estão lembrados, decidiu reduzir a produção de café no Estado do Paraná, então o maior produtor brasileiro, em meados da década de 60. O Plano de Erradicação Cafeeira, imposto pela União, acabou por gerar um processo de diversificação da produção no Norte do Paraná, de efeitos relativamente benéficos, isto porque o Estado, à época, exigiu em contrapartida à redução da população cafeeira, se realizasse um amplo programa que minimizasse os efeitos danosos, imediatos da erradicação.

A interferência federal provocou uma reação à nível de Estado, que sentiu a necessidade de reforçar e modernizar os seus órgãos ligados à administração agropecuária.

A criação do IAPAR, Instituto Agronômico do Paraná, que cuida da pesquisa agropecuária, a ampliação da ação da EMATER , o reforço aos esquemas da CAFE DO PARANÁ e COPASA, a abertura de linhas de crédito a nível do Banco do Estado e dos Bancos de Desenvolvimento foram medidas, dentre as muitas, adotadas pela administração estadual.

Com a queda da importância do café - pelas restrições federais - se iniciou um novo ciclo na economia paranaense, calcado na produção do binômio trigo/soja. Novamente o Governo do

Estado teve uma participação estratégica no processo.

Ocorre que a soja depende da indústria da moagem e vice-versa. A produção agrícola e o processo industrial de moagem da soja são faces da mesma moeda.

O Governo Federal, nesta época, possuia uma lista negativa de ramos industriais financiáveis e um deles era o da indústria da soja. O Banco do Brasil e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico só poderiam dispor de recursos para financiar o complexo soja se localizado no Rio Grande do Sul. Nos demais Estados, não.

Mas o Paraná necessitava de um produto que desempenhasse o papel anteriormente a cargo do café na dinâmica da sua economia, e o mais evidente de todos era a soja. Por sua conta e risco, contrariando a política federal, o Estado financiou o parque moageiro da soja e o resultado é este que assistimos: o Paraná é hoje o maior produtor de soja do Brasil.

Algo semelhante ocorreu com o algodão, o qual também depende da indústria para se consolidar numa determinada região. Durante muitos anos vigorou a chamada "lei do sucateamento", uma espécie de cartório industrial que obrigava as indústrias a sucatearem seus teares e filatórios, se quizessem importar máquinas destinadas à indústria têxtil. Durante muito anos o Pa-

raná esbarrou nesta dificuldade até que, através de financiamentos que o próprio Governo estadual bancou, ou foi buscar, as cooperativas do Estado puderam implantar indústrias de descaroçamento e, após, suas fiações, que estabilizaram a produção algodoeira no Paraná.

A política de preços administrados para o leite e seus derivados, é outro bom exemplo de como o Estado pode atuar, face as restrições impostas pela política econômica. O Governo Federal é quem fixa preços para os lácteos, considerando que são produtos socialmente sensíveis e, assim, é necessário beneficiar amplamente os consumidores, especialmente os de baixa renda.

A solução que o Paraná encontrou foi a de buscar uma redução de custos por unidade produzida, através de uma ampla melhoria do seu rebanho leiteiro. Para tanto, importou matrizes de alta linhagem e desenvolveu um amplo programa de melhoria genética. Hoje, o Paraná está à frente de todos os Estados, senão na produção de leite, ao menos na sua economicidade.

A grande produção de trigo do Brasil, que no ano passado praticamente atingiu a sua auto-suficiência, teve grande incentivo federal, especialmente através da CTRIN. Mas foi através da importação de sementes selecionadas do México pelo Estado, e

da sua adaptação às nossas condições, via pesquisa, que se obteve os níveis de produtividade iguais aos dos países desenvolvidos, como Canadá e Estados Unidos. Não é por acaso, portanto, que o Paraná se tornou o maior produtor de trigo do Brasil.

Daria para citar, ainda, vários exemplos, como o programa pioneiro de conservação dos solos - o PROICS - que introduziu o conceito das microbacias, com origem operacional no Projeto do Ribeirão dos Ratos,desenvolvido no Governo Canet, com auxílio da SUDESUL; nos programas de melhoria de sementes patrocinados na Secretaria da Agricultura com o apoio de crédito dos bancos oficiais; na moderna legislação estadual de terras; no pioneirismo da execução do I Simpósio Nacional de Ecologia, com repercussão internacional; no desenvolvimento do Programa de Atendimento ao Produtor de Baixa Renda, sucessivamente aperfeiçoado pelas administrações estaduais; finalmente, e apenas para ficarmos em alguns exemplos, na instalação de complexos armazenadores de grãos, nas cidades de Maringá, Assaí e Guarapuava.

O Paraná é, assim, um Estado que, apesar de sofrer os percalços das incompreensões federais, tem sabido remover as dificuldades e, não sem prejuízos, resolver razoavelmente os problemas com que se defronta.

Contudo, é preciso verificar que os problemas da agricul-

tura são bem mais amplos do que a listagem de alguns episódios como os que foram mencionados.

Em primeiro lugar é preciso reconhecer que a agricultura brasileira - e a paranaense em particular - tem sido geradora de recursos para a industrialização brasileira. O café gerou divisas e gerou renda para que fôsse possível importar máquinas e equipamentos da moderana indústria nacional.

Os cafeicultores, contudo, pouco ou nada receberam em troca. O Paraná, como Estado produtor, também.

A soja deu oportunidade ao aparecimento da indústria de óleos e de farelo e da exportação de um complexo que, este ano, representará, em termos nacionais, a geração de mais de 3 bilhões de dólares na nossa Balança Comercial.

Mas os produtores de soja pouco ganharam ou ganharão com isso, porque a política de contingenciamento provavelmente lhes tirará parte da renda que lhe seria devida, como já ocorreu em passado recente.

O mesmo em relação ao algodão e produtos alimentícios.

O produtor rural, juntamente com os trabalhadores, é quem paga o preço maior e mais amargo. O produtor rural pela inexorável queda nos preços relativos dos produtos agropecuários, e os trabalhadores, pelo arrocho salarial do qual vem sendo vítimas a tantos anos.

A classe rural, que muito tem lutado para corrigir estas distorções, tem agora uma excelente oportunidade a nível federal, dada pela nova Constituição da República.

Em seu artigo 187, a nova Constituição estabelece que "a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor da produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transporte".

E nas Disposições Transitórias, a Carta exige que a lei esteja aprovada até o dia 5 de outubro deste ano.

A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, um pacto entre diversas entidades representativas do setor, do qual a Federação da Agricultura do Estado do Paraná não só faz parte mas foi fundadora, já possui um ante projeto, que vem sendo objeto de debates e aperfeiçoamentos.

Trata-se de uma proposta de Lei Agrícola que disciplina de uma vez por todas as relações dos diversos agentes envolvidos na produção. De uma forma sumária: <u>que limite a ação do Estado, evitando a sua intervenção, inadequada a um regime de livre iniciativa</u>.

Não queremos mais ver o Governo, a seu nível tecnocrático, estabelecendo preços mínimos irreais, Valores Básicos de Custeio impraticáveis; autorizando, extemporâneamente, importa-

ções de produtos agrícolas que só tumultuam o mercado, práticas de caça aos bois gordos, de concessão de subsídios a setores que nada tem com a produção, e assim por diante.

O Governo tem que entrar no processo disciplinando o mercado, agindo como árbitro, amenizando as imperfeições do mercado, regulando os estoques e assim por diante, porém, sem tumultuar.

O ante projeto de Lei da Frente Ampla também contém uma novidade: é a criação de um Conselho Nacional de Política Agrícola, formado por membros do Governo, representantes dos produtores e dos trabalhadores rurais e segmentos ligados à agropecuária.

Segundo esta idéia introduzida no ante projeto, por iniciativa da FAEP, a política agrícola será formulada por esse Colegiado e por ele será submetida ao Congresso Nacional.

Trata-se de um grande avanço que poderá evitar que a Agricultura continue sendo tratada como um setor de pouca expressão.

É interessante notar, sob o ponto de vista da importância da agricultura no contexto econômico e social - como o Brasil tem agido equivocadamente todos esses anos.

Se verificarmos o que ocorre em outros países, pode-se ter uma idéia da sucessão dos erros cometidos.

O Brasil não protege sua agricultura; antes, a penaliza: fixa preços baixos, nega-lhe recursos, não respeita as regras do jogo.

Nos Estados Unidos o setor agrícola deve representar algo em torno de 3 a 4 por cento na geração do Produto Interno Bruto e envolver não mais do que 2,7% da população. No entanto, o setor é considerado estratégico e a produção é realmente subsidiada. O Governo compra ou financia os produtos por um preço compatível com a necessidade de ganho do produtor. O caso do trigo é exemplar. O produtor recebe algo em torno de 200 dólares por tonelada que produz e no entanto os Estados Unidos conseguem exportar por 100/120 dólares a tonelada. Caso se queira exportar produtos agrícolas para lá, os mesmos, sem concorrentes com produtos locais, serão taxados e terão seus preços equalizados com os preços-metas previstos, que não são os preços mínimos, mas superiores a estes.

Há, portanto, uma nítida proteção.

Igual proteção dá o Canadá e os países da Comunidade Econômica Européia ao seu agricultor. Lá a proteção é altíssima a tal ponto que mais da metade da renda do produtor advém de subsídios.

Em todos esses países os impostos que recaem sobre a produção são baixíssimos ou inexistentes, bem ao contrário do / Brasil, onde a tributação direta é tão alta que mereceu da parte do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em seu livro "Desafios da Política Agrícola", uma enfática condenação.

Algumas coisas estão sendo feitas, é verdade. Em termos de Estado já se obteve uma redução no nível de tributação pelo ICMS, quando a Assembléia Legislativa aprovou o projeto do Governo do Estado fixando em 12% a alíquota para os produtos agropecuários. Infelizmente o Governador, vetou a soja, o trigo e o café da lista dos produtos beneficiados, e, em razão disto, peço permissão para dirigir-me aos Senhores Deputados para que, quando do exercício normal da função legislativa, venham a apreciar e derrubar o referido veto, pois o mesmo é discricionário no conjunto da produção agropecuária.

Independente deste fator, posso afirmar que ainda é alta a tributação e poderá tornar-se ainda mais elevada caso se concretizem os planos do CONFAZ de cobrar alíquotas de 17% para insumos básicos.

Feitas essas considerações, entendemos que a Constituinte do Estado do Paraná, que está iniciando seus trabalhos, dentro desse contexto se torna um forum importantíssimo para fixar algumas regras básicas que norteem a agropecuária paranaense.

Apesar de desenvolvida para padrões brasileiros, a agricultura do Estado ainda sofre em insuficiência de infra-estrutura. Este fato encarece o preço final dos produtos para o consumidor nacional e os torna menos competitivo no mercado externo. Trata-se de readequar os "corredores de exportação", ampliando e modernizando a rede de armazenagem, melhorando o sistema viário, ampliando os portos e azeitando o sistema de comercialização.

Há necessidade de proteger o produtor rural. Individualmente, é a parte mais fraca quando vai vender sua safra. São centenas de milhares de ofertantes de um mesmo produto, de um lado; são uns poucos compradores, do outro. As cooperativas tem sido um mecanismo eficiente para reequilibrar este sistema, que precisa ser ampliado, e o pode, a nível do Estado.

Outro aspecto também importante diz respeito ao homem do campo e sua família. Há que se levar à ele todos os confortos urbanos traduzidos em investimentos nas áreas de educação, saúde e habitação, como complemento aos avanços conquistados nas áreas trabalhista e de seguridade social, de tal maneira que não se sinta ele um marginalizado e não desperte em seus filhos o desejo de trocar a vida rural pelas incertezas das cidades inchadas. O êxodo rural é inexorável, mas pode ter o seu ímpeto atenuado para evitar que o homem do campo - pequeno produtor ou

trabalhador - venha a inchar os bolsões de pobreza verificados nos centros urbanos.

São pontos que, a meu ver, podem e devem ser contemplados na Constituição Estadual, ao lado dos cuidados com o meio ambiente, hoje tão debatido. A ecologia pela ecologia é perigosa, é contra o homem. A natureza pode servir ao homem e, ao mesmo tempo, ser respeitada. Basta que as regras legais de convivência entre ela e o homem sejam bem estabelecidas. Neste particular o Paraná tem condições de dar lições ao País, sem adotar preceitos incoerentes.

Sobre este assunto, a FAEP estará dando sua contribuição, através de uma proposta a ser apresentada à Constituinte, onde buscará equacionar o equilíbrio entre a produção agrícola e os processos de preservação do meio ambiente.

Sintetizando, eu diria que é altamente desejável que a Constituição Estadual estabeleça alguns preceitos visando:

. assegurar o progresso sócio-econômico dos produtores rurais, notadamente aos responsáveis pela pequena produção agrícola, com algumas prioridades nas áreas de crédito e comercialização e nos aspectos sociais de moradia, educação e saúde;

- assegurar sistema de assistência técnica e extensão rural capaz de possibilitar ganhos nas tecnologias agrícolas, a fim de que o Estado não venha a perder a sua posição no setor;
- assegurar tecnologias modernas para defesa do solo e manejo das florestas;
- contemplar o incentivo ao cooperativismo, de forma a corrigir as imperfeições do mercado;
- defender o meio ambiente de forma racional em que a natureza, o homem e as necessidades econômicas sejam excludentes entre si; mas formem um conjunto de relações harmônicas.

As decisões da Assembléia Estadual Constituinte podem valorizar, dentro dos limites que lhe são impostos, a atividade agrícola paranaense e o produtor rural. Para isso, ela deverá garantir que a execução da política agrícola estadual venha se dar mediante a elaboração de Planos Agrícolas, de médio prazo, onde as decisões sejam fruto da participação dos principais agentes interessados em seu progresso sócio-econômico: os agricultores e os trabalhadores rurais, o Governo do Estado e a classe política.

(termina de Ler) ...classe política." Obrigado.

O SR.PRESIDENTE - (Rafael Greca)

Dr.Paulo Carneiro Ribeiro quero agradecer a sua oportuna palestra. Eu posso assegurar que da parte da Comissão da Ordem Econômica e Social haverá a mais atenta disposição no sentido de acolher dos vários setores do campo, da produção agrícola do Estado as reivindicações necessásias para que constem da carta magna a ser elaborada. Vamos ouvir agora o Dr. Ricardo Resende - Presidente do Sindicato dos Produtores de Álcool e de açúcar do Estado do Paraná e vem acompanhado do Dr. Eliseu de Paula - Presidente da Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Paran-a. Ambos são convidados do Dep.Antônio Costenaro Neto.

O SR.RICARDO RESENTE - Dep. Rafael Greca - Presidente desta Comissão, demais Deputados, Sras: e Srs. Vou tentar ser breve, mas o nosso setor não podia deixar de estar presente a uma audiência dessas em função de que o setor acçúcar-alcooleiro, de uma maneira geral no nosso país é bastante estigmatizado. Nós temos sofrido críticas contundentes de todos de todos os segmentos da sociedade, críticas estas que, muitas vezes, não traduzem a realidade do que ocorre no nosso meio. Desta forma eu gostaria de responder e colocar neste plenário a resposta do nosso setor a muitas destas ...

O SR. RICARDO REZENDE: ... colocar aqui, neste Plenário, a resposta do nosso setor a muitas destas críticas, com os dados estatísticos que vêm se coadunar de uma maneira muito harmoniosa com o que o Ministro Deni Schwartz disse, aqui, a respeito das urbanas, das antigas agrovilas da ditadura e também com o que o Prefeito de Curitiba falou e com que os nossos companheiros falaram.

E o Estado do Paraná, hoje, possui 30 destilarias de álcool e usinas de açúcar. São 13 cooperativas de pequenos produtores, pequenos e médios produtores, mais 14 destilarias de álcool autônomas e mais 4 usinas de açúcar antigas. Todas, menos estas 4 usinas de açúcar, todas elas são advindas de 1980 para cá. Portanto, o nosso setor é extremamente jovem. Dos 13 milhões de hectares de terras agricultáveis que o Paraná tem, nós temos hoje no Paraná 6 milhões e 200 mil hectares com a pastagem e 6 milhões e 800 mil hectares com culturas diversas. O milho, por exemplo, vem com 2 milhões e 200 mil hectares, o soja com 2 milhões e 120 mil hectares, e o café com 490 mil hectares e a nossa cana de açúcar com 165 mil hectares. Isto, vale dizer, que a cana de açúcar plantada no Estado do Paraná corresponde a 1,3 % da área agricultada do Estado. É um valor inexpressivo. Corresponde a 7, 78 % da área plantada com soja, no Estado do Paraná. Muito bem, não obstante isso, o setor do nosso Estado responde por 10% do ICM industrial do Estado, responde por 3,6 % de todo o ICM recolhido no Estado do Paraná e responde por 50 mil empregos diretos. Quase a mesma quantidade de empregos que a nossa estatal Petrobrás tem nas suas diversas filiais e dentro de todo o seu conglomerado. O setor no nosso País, hoje, responde por 800 mil empregos diretos. E se computarmos no nosso Estado os empregos diretos e indiretos, nós chegamos à casa dos 200 mil empregos. No ano passado, nós movemos 10 milhões, 273 mil toneladas de cana, sendo que 2 milhões 457 mil toneladas foram para o açúcar e 7 milhões e 800 mil foram para carburantes.

Muito bem. Aqui eu tenho outro dado que poucos sabem. O Paraná consome, para sua própria população, 12 milhões de sacas de açúcar por ano. E produz apenas 4 milhões. Isto, vale dizer que um alimento básico, que muitas vezes, muitos ideologistas esquecem que açúcar é alimento básico, um alimento básico nós produzimos apenas um terço do que o Paraná consome. E importamos de outros Estados 8 milhões e 300 ou 8 milhões e 500 mil sacas de açúcar. Junto com esta importação de açúcar, nós importamos também em torno de 15 mil empregos diretos e o Estado deixa de recolher, porque a cana, ao contrário dos produtos de exportação, paga ICM. E paga bem. No ano passado, por exemplo, as 10 milhões e 800 mil toneladas de cana , a dinheiro e custo de hoje, recolheram 1,73 cruzados por tonelada de ICM, o que vale dizer, que em term

de ICM da cana moída para álcool, 17 bilhões 784 milhões e 400 cruzados novos, mais 2 bilhões e 900 mil cruzados do ICM do açúcar, é bem, em números redondos, 20 milhões de cruzados, aliás, 20 milhões 688 mil e 400 cruzados de ICM, 1 bilhão, 549 mil de Finsocial e 1 milhão 112 mil cruzados de PIS. Se nós produzíssemos o açúcar que o paranaense consome nas nossas usinas e aqui vale fazer um parêntesis, o Governad Álvaro Dias ...

O SR. RICARDO REZENDE - ... o paranaense consome nas nossas usinas e aqui vale lembrar, vale fazer um parêntese, o Governador Álvaro Dias foi o único estadista que passou pelo Paraná até hoje e que nos escutou, nestes últimos 30 anos e nos deu ouvidos a dizer que o Paraná estava importando açúcar e conseguiu uma certa ampliação nas nossas cotas que não vão tornar o Paraná ainda autosuficiente, mas que vão propiciar a instalação de mais oito usinas de açúcar anexas às destilarias já existentes que vão melhorar um pouco este quadro de importação de açúcar que temos hoje.

Esse quadro, essa importação faz com que o Estado deixe de recolher aos Cofres Públicos 12 milhões e 200 mil cruzados de ICM, 1 milhão de cruzados de FINSOCIAL e 750 milhões, digo, mil cruzados de PIS.

Com relação ao álcool, também não produzimos todo o álcool que o Paraná cpnsome. A nossa produção no ano passado foi em torno de 650 milhões de litros e o consumo do Estado está fixado em torno de 900 milhões de litros, de forma que também estamos importando álcool para os nossos veículos. É mais evasão de empregos para outros Estados, é menos imposto e menos trabalho gerado dentro do nosso Estado.

Apedar disso tudo o mais importante não é isso. O setor "sucoalcooleiro" no ano passado historicamente e não só no ano passado gerou 7,1 empregos para cada hectare de terra cultivada. Enquanto a soja gera 0,02. Isto é, um hectare de cana emprega 355 vezes mais, uma proporção de 355 por um. Pela Lei 4.870 que rege o setor "sucoalcooleiro", todas as usinas e destilarias do Paraná são obrigadas a aplicar 1% do faturamento bruto em assistência social, do álcool produzido e da cana produzida. 1% Do Álcool mais 2% ... reformulando: 1% da cana de açúcar produzida, 2% de todo o álcool produzido e 1% de todo o açúcar produzido. Este dinheiro é fiscalizado através de programas de assistência ecocial pelo Governo Federal e são aplicados diretamente em alimentação e moradia, tratamento médico, tratamento odontológico.

Ano passado tivemos saques em várias cidades do Paraná por falta de trabalho. Onde estavam as nossas agroindústrias instaladas? No interior do Estado, porque uma cidade como Engenheiro Beltrão, Sr. Presidente, que é a minha cidade e como tantas outras é uma agrovila, uma cidade pequena. Então a fornecimento de 1200 empregos diretos, principalmente na lavoura, na entre-safra, não haviam empregos de

forma nenhuma é um fator de equilíbrio social que todos os antecessores meus, que aqui vieram, propusera, e isto nós fazemos, e volto a lembrar, com 165 mil hectares de terras.

Enquanto um barril de álcool e isso em termos de País, gera 4,78 empregos, um barril de petróleo gera 0,045.

Nos últimos 15 anos a dívida externa do Brasil cresceu 77 bilhões de dólares, destes 70 em importação de petróleo, são dados da CACEX.

De 1981 para cá a nossa dívida cresceu em 53,1 milhões de dólares sendo que destes 48 foram importação de petróleo. O País está comendo os dólares que nós produzimos aqui - dólar bom, porque não são dólares subsidiados - o dólar da soja paranaense, o dólar da agricultura nossa aqui, o o País está comendo esses dólares.

O nosso País tem 850 milhões de hectares de terras, desses 450 são agricultáveis. .....

O SR. RICARDO RESENDE ... desses 450 milhões são agricultáveis, muito bem, vamos dar um desconto de 200 milhões de hectares que não sejam agricultáveis, ficando apenas 250 milhões de hectares, desses 250 milhões de hectares nós plantamos na safra passada 50 milhões de hectares.

Nós temos 200 milhões de hectares de terra ociosos, se nós plantássemos 3% desta áres, desses 200 milhões de hectare de terra que não ~~fazem~~ estão produzindo, isto é, 6 milhões de hectares, nós suprimos no nosso País de energéticos, combustíveis, líquidos, ou seja, o alcool sem dose nenhuma de insegurança, sem mega planos, como a Pèanos, como a Petrobrás está desenvolvendo, para ficar 43 milhões de dólares no País, todo mundo sabe (na publicação) do Congresso Americano e todos eles sabem que não tem petróleo aqui, nós sabemos, nosso tipo de solo infelizmente Deus não foi bom conosco, as nossas reservas são no máximo de 8 bilhões de barris de petróleo, nós temos reservas confirmadas de apenas 2,78 bilhões de barris de petróleo.

De forma que o Petróleo está realmente, é uma questão de tempo, as grandes reservas petrolíferas são os mega postos que estão no Oriente médio, até certo ponto os levantamentos sismicos computadorizados existem, que consistem ... como fizeram até aís PS 4 ou 5 e com raio laser, hoje delimita-se com a segurança quase que absoluta dos postos de petróleo.

De forma, que não sou eu que um humilde Presidente do Sindicato do Interior que falo, eu estou fazendo das minhas palavrasa palavra (...) dos geólogos das Multinacionais) de geólogos das 7 irmãs, entendidos em energia mundial.

De forma que, o Paraná, ele cresceu e está desenvolvendo seu setor agrícola e industrial, baseado em cima de premissas sólidas, e o álcool aqui, é uma premissa sólida. Nós não temos um tostão de subsídio, é bom que fique claro e eu vim aqui para frisar, eu vim aqui para dizer aos Srs. que nós vamos vender um litro de alcool por 25 centavos, e para a Petrobrás provar vende na bomba a 32 centavos, e

e SR. RICARDO RESENDE : 22% da gasolina, nós vendemos como álcool o álcool amido,que é misturado a gasolina, nós - vendemos a 26 centavos, e esse álcool é vendido na bomba a 43 centavos.

Nunca houve subsídio para o álcool, no Paraná nunca chegou esse subsídio, o que houve foram créditos subsidiados para as primeiras usinas que foram instaladas, que era um negócio novo, era uma energia nova que foi criada, que foi criada aqui, que está sendo copiada nos Estados Unidos, através do álcool de milho, que está sendo copiada na Argentina, está sendo copiada na Checoslováquia está sendo copiada no México, essa é a nossa realidade, complementando apenas os dados com Assistencia Social, no ano passado, a cana de açúcar e através dos programas de Assistência Social ele, no setor recolheu 769, 1972 cruzados, da parte da cana de açucar, 2 bilhões 900 mil cruzados da parte do álcool e mais 319 mil, cruzados, da parte do açucar, totalizando quase que 4 milhões de cruzados novos, em Assistência Social, assistência direta.

O programa do álcool é muito polêmico, e tenho - certeza que se isso fosse um debate eu seria bombardeado por unúmeras perguntas.

Para mim, a essa altura do campeonato,(engraçado) eu gostaria de responder a todos, mas como, isso é um painel, eu gostaria de deixar fixado a nossa posição, e fixado na cabeça do brasileiro, que um setor de destilaria de usinas em 1981, nós vendíamos o litro de álcool por 60 centavos, hoje nós estamos vendendo por 22 centavos, ~~xxxxxxxx~~ nós sofremos um achatamento violento, isso tudo que eu estou falando para os Srs., é só pegar o Jornal e ver quanto estava na bomba em 1981, o litro de álccol e dividir pelo Dolar, e ver hoje, qualquer um pode fazer essa conta, está certo ? ...

O SR. : RICARDO REZENDE ... Está certo? Mesmo assim, o Pró-Álcool através dos ganhos de produtividade excepcionais que teve nesse período, o Pró-Álcool sobreviveu. É evidente que a PetroBrás tem 400 milhões de dólares de verbas para propaganda e nós somos agricultores de cana e não temos verba para propaganda. O que está fazendo o Pró-álcool sobreviver é a verdade, a crença do brasileiro de que o álcool tem que ser mais barato que o petróleo, tanto é que mesmo depois dessa igomínia que fizeram, aumentando a paridade para 75%, porque isso foi um assalto ao bolso do consumidor, as vendas de carros a álcool continuam. Quer dizer, o álcool é 25% menos calórico do que a gasolina e jamais poderia custar 75%. 25% apenas da relação da gasolina e nós não pusemos a mão nesse dinheiro. Essa diferença é imposta.

Agora, como é que a gente pode comparar coisas heterogêneas, como é que nós podemos comparar um produto subsidiado como o álcool que tem ICM, que tem Funrural e que tem encargos sociais, que tem programa de assistência social e que tem matéria prima, porque a matéria prima é petróleo e essa matéria prima é matéria prima nacional da Petrobrás que nós não sabemos o custo dela. Eu gostaria de perguntar quais dos senhores conhecem o Centro de Pesquisas onde ficam os cientistas da PetroBrás. Se se verificar as dificuldades que vivem os trabalhadores e as dificuldades em que está o nosso Estado, nós iríamos achar o prejuízo. Nós não sabemos quanto custa o petróleo nacional. Ninguém tem idéia.

Se forem na Ilha do Governador, lá vocês verão 4o piscinas. Um Haiti com ar refrigerado, às custas de uma capitalização que é feita desde a época de Getúlio Vargas..

Isso é bom que fique frisado, porque à medida em que o tempo passa, com 4oo milhões de dólares de publicidade e sem nenhuma auditoria nas contas internas para ver quanto é que está havendo de gastos nas importações de petróleo. Vocês devem imaginar que 6oo mil barris importados por dia, numa sugestão do antigo Ministro Delfin Neto, a 1 dolar por barril, de comissão--seiam

seriam 600 mil dólares por dia. Nunca um parlamentar brasileiro pediu uma CPI nas contas da PetroBrás, enquanto o Pró-álcool foi revirado de baixo para cima.

Agora, não adianta a gente ficar delatando contra 400 milhões de dólares. Nós não temos a imprensa do nosso lado, nós não podemos esquecer que uma mentira 1000 vezes repetida , ela torna-se uma verdade e é isso o que está acontecendo. Eu não podia deixar de colocar. A verdade eu faço questão que seja questionada e faço questão de responder a todas as questões pertinentes ao álcool como essas mentiras todas umas às outras pregadas de maneira compassada. É só vocês pegarem: um dia na "Gazeta Mercantil", em outro dia no "Estado de São Paulo". E esse problema da PetroBrás distribuidora é apenas a ponta de um "iceberg," uma pequena ponta do "iceberg". A coisa é muito maior, basta os senhores fazerem a conta de 77 milhões de dólares ...

RICARDO REZENDE -... basta os senhores fazerem a conta dos 77 bilhões de dólares que nós gastamos importando petróleo nos últimos 15 anos. O depósito compulsório foi outra farsa porque sobre a produção de álcool o depósito compulsório incidiu em 100% da produção de álcool, porque nós produzimos 200 mil barris por dia que eram tazados a 28%.

Sobre a produção de petróleo não. Sobre a produção de petróleo é um milhão e duzentos mil barris por dia e o depósito compulsório incidiu apenas sobre 120 mil barris por dia. Incidiu sobre 10%. Então a tributação sobre o álcool foi 28% e a tributação sobre o petróleo de uma maneira geral foi de 2,8%.

Óleo dísel não foi tributado. Gás de cozinha nã foi tributado. Aí alguém da plateia vai dizer: Puxa, mas você vai querer tributar gás de cozinha de favelado que não pode pagar o botijão. E alguém aqui da plateia sabe das estatísticas do Conselho Nacional de Petróleo para ver quem são os grandes consumidores de gás? Os hóspedes do Clube Mediterrané não tem que pagar de depósito compulsório para tomar banho em água quente com gás? As fábricas de azulejo e cerâmicas,de produtos supérfulos que usam gás não têm que pagar compulsório?

E mais, a gasolina hoje está sobrando, eu queria dizer isso aos senhores também. Para encerrar, não é por causa do álcool não. É porque, Dr. Paulo Carneiro, o senhor sabe muito bem disso, quando eu era moleque, o senhor já produzia café, o senhor tirava café da fazenda do senhor era de F600 movida a gasolina. Todas as frotas do Brasil eram movidas a gasolina. Se hoje nós formos aos Estados Unidos, um litro de óleo dísel lá é 10% mais caro que o litro de gasolina. Na Europa um litro de óleo dísel custa 80% do valor do litro de gasolina.E aqui no Brasil um litro de óleo dísel custa 45% do valor do litro de gasolina.

Então, o que que aconteceu, houve uma dialização em nome da nossa frota de dísel, todo mundo converteu os veículos para dísel e não é possível se fazer isso no perfil do re-

fino de petróleo. Então, quando você refina um barril de petróleo o senhor pode tirar no máximo 30% de óleo dísel, não mais do que isso. Acontece que nós estamos tratando 50% o nosso petróleo co óleo dísel. Então, o que acontece?

A Petrobrás tem que importar mais petróleo para redinar mais para suprir a demanda de óleo dísel que existe. Então, não é só óleo dísel. Então, falta óleo dísel e sobra os outros produtos todos. Não é só gasolina que está sobrando não. Isso é mentira. A gasolina está sendo exportada porque é importada pelos Estados Unidos e tem mercado. E os Estados Unidos preferem comprar gasolina já pronta aqui com essa maõ-de-obra miserável que nós temos aqui no Brasil do qué ir buscar pretróleo na Arábia Saudita e ter que passar pelo Kadaf e pelos mísseis dele lá.

Então, nosso mercado lá de gasolina é garantido. Não existe isso aí.

Agora, quantas cooperativas aqui foram forçadas a largar o óleo combustível e colocar fornalhas à lenha porque a Petrobrás disse que nãi ia fornecer mais. E agora, olhem o preço do óleo combustível e os senhores vão ver que está todo mundo reconvertendo as fornalhas todas a óleo dísel, por que? Porque está sobrando óleo dísel, da mesma maneira que está sobrando gasolina, porque tem o excesso do consumo de dísel, só isso. E para isso senhores têm uma solução, nós já apresentamos a solução.

É perfeitamente possível, nós mandamos fazer na Fundação Cristiano Otoni em Minas Gerais misturas diversas se é perfeitamente possível adicionar 10% de gasolina ao dísel, é perfeitamente possível aos poucos ir se aumentando o óleo dísel do que a gasolina e outros produtos para fazer um equilíbrio, porque senão a coisa vai chegar num ponto que vai ficar caótica, além de uma série de outras medidas que não vale aqui a gente ficar debatendo.

Então, a realidade é essa. E eu agradeço muito a oportunidade dos Deputados terem me ouvido.

Muito obrigado.

ANTONIO COSTENARO - Eu gostaria de justificar o porque nós fizemos questão de convidar para estarem aqui presentes o Dr. Ricardo e o Dr. Eliseu , porque dentro desse bloco da economia rural.....

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

07/03/89

mlm 18,35 hrs. -1

O SR. ANTÔNIO COSTENARO:-... nós fizemos questão de de convidar o Dr. Ricardo e o Dr. Eliseu para estar aqui presentes, porque dentro desse bloco da economia rural, principalmente, falou o Dr. Thiesen, o Dr. Paulo Carneiro, com muito/ brilhantismo, e o Dr. Ricardo vem trazer a elucidação, embora com o tempo pequeno é impossível fazer uma explanação mais ampla,mas/ eu gostaria, e é bastante importante para a Economia do Paraná.

Eu gostaria de dizer que quando o Dr. Deni Schwrtz falou aqui que São Paulo se vangloria de ser um grande / produtor de soja e tal e tal, nós podemos dizer que o mercado suco-alcoleiro brasileiro se encontra quase que totalmente no Estado de São Paulo, o Estado de São Paulo produz 75% do açúcar e do álcool consumido no Brasil, o Estado de Pernambuco produz, mais ou menos, em números redondos 12%, é o segundo lugar em produção nacional, o Estado doParaná produz 7%. Agora vê o que nós significamos, perto do Estado de São Paulo. Agora, nós vemos, pelas ruas,/ nos Encontros, nos momentos e até nos debates políticos, às vezes aqueles que, não se se por ideologia ou por má informação criticam veementemente a produção de álcool, ou então a expansão de álcool e acuçar no Paraná.

O que nós queremos é que diante das afirmações pessimistas, naturalmente, do Dr. Deni, de que nós podemos / perder a produção da soja, é importante que o Paraná esteja com a sua diversificação agrícola.É claro ele só tinha o café, passou a ter a soja, agora tem a cana também. A cana de açuçar é a grande opção pelo fato de termos consumo interno aqui no Paraná, temos déficit de produção.

Eu gostaria até de me prolongar mais, e / vêr o Dr. Eleiseu fazer a sua explanação.

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca):- O Dr. Eliseu só quer fazer uma complementação rapidíssima.

O SR. ELISEU|= Sr. Presidente, demais Deputados, Sras. e Srs.:-

Estou colocando que tudo isso que o Ricardo expos realmente é o anseio, é a veemência do setor, é uma realidade, porque podemos dizer que o Pro-Álcool criou várias oportunidades / quando nasceu e criou vários e novos empresários, e por que não dizer no Paraná também. Se você andar no interior vê quantas Usinas, são 32 novos empresários que se criaram no Parana, lideranças que apareceram e estão aí, na luta. Então o Ricardo é um empresário novo, nós somos, criamos através de cooperativas, isso tudo são riquezas que a gente agrega dentro dos / segmentos da sociedade, são novos empresários. Para dizer também/ que o setor suco-alcooleiro tem tantas opções, e o Pro-Álcool é irreversível, um assunto de segurança nacional, e para dizer que ele tem hoje uma gama dentro da Usina e possibilidades extraordinárias de crescimento, por exemplo, o aproveitamento do bagaço em / carne, as leveduras, e estamos tendo hoje, resultados fantásticos As nossas empresas já tem muitas, com crescimento enorme, tentando fazer até do álcool um sub-produto. A carne, hoje é um fato real já. A cana se transforma em alimento, rações, o próprio vinhoto que era altamente poluente, um problema grave, hoje se tornou uma riqueza dentro da agricultura, hoje nós aproveitamos toda a gota/ que sai da vinhça como fertilização, são riquezas extrordinárias.

Nós geramos a nossa própria energia, quase não compramos energia, tem usinas que têm sobras de energia e/ estão fazendo convênios com a Copel. Então a riqueza que traz / dentro do Pro-Alcool é enorme e não podemos deixar que pereça,tanto é que existem outras fontes, outros interesses dentro da Nação e o Ricardo fez algumas menções, mas existem inimigos, dentro do/ programa e é preciso que os Deputados lutem conosco e vejam, porque são fatos que a gente enxerga, não é palavra ou balela, alguém vem falar com mais veemência ou não, não, são fatos e se os / rs. querem vêr fatos virão a hora que quiserem, dentro das usinas e a realidade do nosso trabalhador. O resultado que tem o trabalha-

dor rural, que está tendo hoje salários superiores a té aos da / cidade.

Então se formos falar, realmente teremos muita/ coisa para colocar, o setor do Pro-Alcool precisa do apoio da classe política...

O SR. ~~RICARDO~~ ELISEU ~~[illegible]~~DE... precisa do apoio da classe Política e queremos viver juntos com a classe Política, mostrando a confiança que nós temos, que é o nosso Estado. Muito Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (PRESIDENTE) - Eu agradeço a oportuna / participação e lembro que até o dia 20 de março os senhores podem apresentar propostas concretas para a Constituinte, pelo sindicato como proposta / popular ou então através do Deputado que elegeram para cá. Eu peço que o Doutor Carlos Artur Passos, Presidente do eleito / do Conselho Federal de Economia, até ontem Presidente do Ipardes, paranaense que vem de ser eleito para representar os e-/ conomistas à nível Nacional, tome assentamento.

~~O SR. CARLOS ARTUR PASSOS~~ Bom, o Doutor Carlos Artur Passos, ex-presidente do Ipardes, Presidente do Conselho Federal de Economia, dentro da visão de futuro do Paraná, vem dar a visão do Ipardes e a sua visão pessoal como contribuição para a Constituinte estadual. Maior projeto do Paraná é a Constituinte estadual, deve espelhar Doutor Carlos Artur.

O SR. Carlos Artur Passos - Bom, senhores Deputados, minhas / senhoras e meus senhores, primeiramente eu agradeço ao Deputado Rafael Greca de Macedo a oportunidade de estar aqui conversando com todos a respeito dos / destinos do Paraná e a elaboração da nossa Constituinte, que certamente norteará em parte ponderável a capacidade do povo paranaense de definir o rumo de sua história e de seu progresso futuro, tentando ultrapassar as condições negativas, que / nós claro, reconhecemos existir ainda em nossa sociedade.

Eu vou procurar ser mais breve / possível e aproveitar evidentemente, nas brilhantes colocações já feitas pelos oradores que me antecederam e talvez ressalta

O SR. CARLOS ARTUR PASSOS... talvez ressaltaram um ponto fundamental, que está imbutido nessa indagação que o Deputado Rafael Greca já fez anteriormente, que tipo de visão nós temos para ~~dar~~ o Paraná.

Bom, eu procuraria então trazer a noção de que o Paraná e obviamente o Brasil, ao qual o Paraná está integrado em termos de mercado ou em termos de sociedade humana, o Brasil dizia eu, está profundamente ligada à / dinâmica das sociedades capitalistas ocidentais; e é nessa / perspectiva de que muitos das consonantes históricas que nós temos a enfrentar, os desafios que os brasileiros têm a enfrentar, ganham uma relação não apenas de condicionalidade, ao / qual nós brasileiros possamos escolher livremente, senão que algumas delas ganham uma raiz, uma composição e uma força que as caracterizam como uma imposição histórica. Claramente, nesta imposição histórica, eu diria que os padrões de produção, quer dizer, os padrões técnicos, os padrões financeiros, es-/ calas produtivas e determinados atributos dos produtos a serem porduzidos e das formas a serem produzidas, nós praticamente não temos escolha histórica, não basta dizermos que somos um País soberano e com isso retirar desta consideração o fato de que nós poderíamos eventualmente defininir a nosso bel prazer ...

O SR. CARLOS PASSOS-...a nosso bel prazer , a forma como estruturar a base produtiva deste País. Ora, isto posto, se reconhecendo este grau de interdependência muito pesada, há o desafio / fundamental que vai se colocar o Brasilneste fim de século e na preparação do milênio subsequente ,é o grau de competitividade ,o grau de capacidade que teriam os brasileiros , de estruturar uma base produtiva, que seja competitiva a nível internacioanl. E, para com esta base,nós conseguirmos, 1º resolver evidentemente os problemas que angustiam o interior do nosso País, e da nossa população , bem como nos hombrear aos países mais avançados da Terra, numa relação não de subserviência ,numa relação ativa de um povo capaz , de definir o seu destino.

Bom, a esta consideração inicial , de que, nós temos como desafio ,a necessidade de completar um sistema de produção baseado dinamicamente numa sociedade ordenada capitalisticamente aonde o setor dinâmico fundamental ,é a indústria. Mas, a indústria / aqui entendido já, integrada a todos os demais setores da produção, como agricultura, transpoete , sistema financeiro , e tudo o mais.

Quer dizer, o núcleo deste sistema produtivo brasileiro , hoje, já era, e portanto, e a indústria, e portanto, o Brasil já é hoje um País industrial,dizia eu, estáçsubmetido a um desafio que nós temos um horizonte de tempo para atender a este desafio, para fazer frente a ele, superar os obstáculos que se nos dão ,ou / talvez, nos atrasarmos irremediavelmente, por mais 50 ou 100 anos a seguir.

E que desafio é este, e de que ordem, de dificuldade nos impõem. Ora, sabem os Srs. que depois de um ciclo expansivo ,brilhante que o sistema capitalista mundial teve desde o pós guerra, / desde os anos de 1948, e que se completou até o ano de 1974, num / dos mais brilhantes, pujantes , intensos e longos períodos de expansão , quer dizer, um ciclo expansivo da economia capitalista mundial

realmente quase que sem precedentes, o seu precedente histórico teria sido a "la belle époque", entre 1895 e 1919. Mas, dizia eu, este longo ciclo expansivo foi cortado, interrompido por um período de descenso e de recessão grave, onde a taxa média de crescimento do produto ia do investimento agregado dos países industrializados , cai brutalmente. De 1974 para cá, o sistema mundial capitalista tem tido taxas de crescimento do produto e taxas do crescimento do investimento bastante reduzidas.

Acresce , de que é exatamente nos períodos de recessão , portanto, nos períodos de redução da atividade econômica , do ciclo / econômico capitalista , que se criam as condições tanto técnicas quanto financeiras de reordenação da base produtiva ,que vão criar as futuras condições de um novo ciclo expansivo. Isto é uma acertiva baseada em teoria econômica praticamente de todas as correntes de pensamento.

O que se verifica na presente atualidade internacional, é de que os países capitalistas industrializados mais avançados estão / estão sofrendo, e sofrendo no bom sentido ,um conjunto de transformações que seguramente vão mudar o panorama da base produtiva do sistema capitalista a nível mundial num período muito recente; ou seja, semelhante ao que já ocorreu na Segunda Revolução Industrial , no fim do século passado ,e por conincidência entre 1875 e 1895, período conhecido como a Grande Depressão ,detonaram-se um conjunto de inovações ,e essas inovações se difundiram num processo produtivo daquela época tais como um produto ...

O SR. - ...no fim do século passado e por coincidência em 1.875 e 1895, período conhecido como a grande depressão, detonaram-se um conjunto de inovações e essas inovações se difundiram no processo produtivo daquela época, tais quais como o uso difundido do cimento, a instalação de altos fornos na siderurgia, o uso da energia elétrica, a pesquisa e uso do petróleo como combustível e a partir dele também a química orgânica, foi também desenvolvida a química inorgânica e largo espectro básicamente em soda cáustica barrilha e com isso os corantes, anilinas e uma enorme transformação de ácidos de largo espectro em uso praticamente em todo tipo de indústria até então do gênero. Eu poderia me alongar ainda em vasta gama de inovações de processos que se difundiram para o tecido industrial, mas de forma que já então neste último quartel do século passado, o que nós vimos foram dois fenômenos a criação de novos setores industriais baseados nestes novos produtos e estas inovações provocando uma mudança radical substancial no processo técnico, no processo produtivo e portanto no processo de trabalho do conjunto do sistema industrial vigente naquela época. Esta pequena exemplificação destes fenômenos que ocorreu na grande depressão do século passado, nos últimos 25 anos do século passado, eu trago a baila apenas para tentar esquematizar um fato de que este fenômeno em termos assemelhados está presentemente ocorrendo na vida da humanidade neste último quartel do século que estamos vivendo, qual seja um conjunto de inovações definidas por uma categoria sintética que se desdobra por milhares de outras aplicações concretas, qual seja a informática a duotecnologia, a produção de novos materiais, a química fina, a mecânica de precisão criando 5 grandes áreas de inovações técnicas e de processos produtivos diferenciados, estão sendo objeto de pesquisas aprofundadas e estão resultando desde já, mas seguramente tem um horizonte de resultados ainda praticamente no início de sua exploração que vão significar além da possibilidade de surgirem novos setores industriais, novos produtos e novos processos de produção ligados a essas 5 grandes áreas de inovações, o fato que essas 5 grandes áreas de inovaçõe vão também significar uma mudança profunda, radical nas condições técnicas, financeiras de produção da base produtiva pré existente até agora.

Portanto, nós vamos ter uma modificaç

modificação substancial em todo aparelho produtivo dos paises industrializados que eu já citei anteriormente. Ora, o Brasil vem de constituir ao longo desses últimos 50 anos desde 1.930, dentro de um processo de industrialização um tecido industrial relativamente denso que se completa, que se coroa na década de 70 com a instalação de um setor produtor de bens de capital, tanto por encomenda como seriados, relativamente amplos para a produção interna dos bens de capital a expansão dos seus ..

O SR. CARLOS PASSOS - ... expansão dos inúmeros setores industriais, agrícolas e de transportes e tudo mais. Continuando, dizia eu: ora, se o Brasil não for capaz de endoganizar, quer dizer, trazer para dentro do seu território este novo perfil tecnoloógico que está se configurando nos países industrializados mais avançados, até o momento em que esses países reiniciem, retome um ciclo novo de expansão industrial, se o Brasil não tiver trazido para dentro do seu território esse ~~xx~~ novo padrão tecnológico, pelo menos numa parte substancial e difundido nas unidades produtivas que compõem a sua base produtiva, notadamente industrial e agrícola e de serviçoes de laggo espectro de consumo, como energia elétrica, transportes e tudo mais. Se nós não conseguirmos endoganizar esse novo padrão tecnológico, efetivamente a nossa Economia brasileira tende ou pode... não há razão nenhuma para que não ocorra um atraso relativo muito em nossa História.

Por isso dizia eu, nós estamos com um desafio datado, uma data que eu não sei qual seja, de um a retomada do ~~xxxxxx~~ ciclo expansivo capitalista mundial. E enquanto esses países continuarem tendo taxas relativamente até boas para soluções de países industrializados, mas abaixo da média histórica, de 2%, ~~xxx~~ 1,5% a 2,5% que é o que tem sido verificado desde o ano de 1974, e enquanto não vier a retomada, o Brasil tem algum tempo para tentar endogenizar em larga escala e difundir esse novo padrão tecnológica.

Assim é que se o nosso sistema produtiva está ordenado numa base industrial que está centrada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo em larga escala, em grande preponderância, é de fazer notar que o Paraná é uma das regiões do Brasil que mais se aproxima desta área dinâmica, central da Economia brasileira e tem condições muito claras de infraestrutura e de base produtiva daquela já instalada e uma potencialidade de instalação de novos setores industriais, inclusive pela descontração do núcleo industrial paulista, muito grande, vis-a-vis outros Estados.

Então, eu diria que, somado a esse desafio, que é em verdade uma imposição internacional de os brasileiros terem a competência de criarem uma base produtiva que seja competitiva a nível internacional, o Paraná não há razão nenhuma para que não siga dentro desse ligamento, tentando desde logo introduzir no seu tecido industrial, no seu tecido produtivo agrícola, no seu sistema de transporte, enfim, na sua base produtiva, desde logo esse perfil mais avançado tecnologicamente e também procurando atrair para cá, criar aqui e desenvolver com capitais internos e externos em "joint ventures", ou cada um por conta própria, dependendo da sua capacidade expansiva esses novos setores que desenvolvem os produtos baseados nessas novas técnicas.

Ora, eu diria que é certo, que não estaria e não reside somente neste aspecto das dificuldades que o povo paranaense tem em sua trajetória histórica, mas eu enfatizei este aspecto porque claramente ele me parece nuclear para o entendimento do que pode ser qualitativamente a diferença essencial entre um povo que tem indústria porém atrasado relativamente a outros países e um povo que tem uma indústria que seja competititiva e, portanto, ombreando-se com as outras nações, definir livremente o seu futuro.

Ora, neste sentido, claramente, eu acho que esse núcleo de novos padrões tecnológicos tem que ser uma preocupação difundida de todos os paranaenses, e sem dúvida alguma eu gostaria de ver entre as inúmeras proposições que já estão sendo trazidas aos nossos Deputados na sua faina de elaborar a nova Constituinte...

O SR. CARLOS ARTHUR PASSOS - ... a nova constituinte, talvez uma proposição única nesse momento de que atentassem para a necessidade de dispor de um dispositivo constitucional segundo q qual eu formularia algo que já tenho ouvido e também de outros pensadores da sociedade paranaense, uma quantia ~~2~~ de 2% do total das receitas tributárias do Estado voltadas especificamente às tarefas de estímulo e expansão da pesquisa científica e pesquisa tecnológica como uma necessidade fundamental para que nós venhamos a conseguir, avançar nessas atividades que são, constituem um embrião, por enquanto ainda no Brasil e no Paraná este novo padrão tecnológico que seguramente se nos vai impor e com isto garantir que a sociedade paranaense pode criar essas condições no seu interior e alçar o Estado do Paraná a ser um daqueles que participa concretamente na vanguarda da formulação dos destinos do nosso povo.

Se entretanto a visão histórica que eu acabei de fornecer a vocês de nossas necessidades, ainda não é suficiente para fazer com que vários outros paranenses sintam essa necessidade. Eu diria que a ameaça concreta que os avanços técnicos que se dão nos países desenvolvidos, podem provocar na base produtiva já instalada, é outro detonante dessa necessidade de investirmos na área de ciência e tecnologia como reforço da nossa base produtiva, industrial e agrícola. Nós temos conhecimento, eu outro dia lendo um relatório, de que existem laboratórios americanos fazendo pesquisa na área de biotecnologia em duas linhas de atuação, uma é produzindo, tentando produzir uma bactéria que aspergida em cima das folhas de soja e de outros componentes agrícolas, permitiriam que com essa bactéria aspergida em cima das folhas, a soja fosse plantada em áreas agrícolas com uma temperatura de 8 a 10 graus mais baixo do que hoje ela suporta. Então como que nós estaríamos desenvolvendo através da biotecnologia um manto protetor sobre a soja e, com essa possibilidade, os americanos e até algumas...

áreas do Canadá produzirem soja onde hoje eles não produzem. E portanto ameaçando evidentemente pela concorrência a posição que nós temos no mercado mundial e mesmo no mercado nacional.

A outra vertente, ainda nessa pesquisa de biotecnologia para esses produtos específicos, é a tentativa de obter talvez o mesmo resultado - plantas mais capazes de suportar o frio a partir da engenharia genética na própria raiz genética da soja. De forma que eles teriam uma ampliação não apenas da área de plantio como também da produtividade da soja. E que evidentemente se nós não tivermos o antídoto para isso que é termos também uma soja de maior produtividade e como também para todos os produtos, e porque não em todas as atividades econômicas, eu diria nós estaremos fadados a nos atrasar relativamente ainda que as condições de solo, clima e tudo mais sejam muito boas, a capacidade empresarial nossa, hoje, seja adequada e o sistema de trabsporte tudo mais, podemos perdertodo esse patrimônio que já é acumulado por gerações e esforço dos produtores paranaenses aqui no Paraná, porque não ficamos atentos para que o fenômeno por esse fenômeno de larga trabsformação.

É claro de que esses são apenas 2 pequenos exemplos que passariam diretamente à nossa base produtiva:Agora os exemplos se multiplicariam e eu não gostaria de me alongar demais nessa exposição. O que está claro é de que o Paraná tem uma vocação para produzir tudo aquilo que tenha capacidade de competição isso eu sei, é uma tautologia, lógico, mas ele rompe com determinados cenários mentais que permanecem ainda na mente de diversos paranaenses de que nós temos vocações específicas. Ora as vocações específivas foram historicamente dadas por condições especiais de vantagens comparativas estáticas, ou vantagens comparativas dinâmicas. Vantagens comparativas dinâmicas essas podem ser criadas pelas próprias condições de trabalho dos brasileiros.

Vocês sabem ainda na última eleição...

O SR. .....: ... pelas próprias condições do trabalho do brasileiro. Vocês sabem que na última eleição de 1.930, que o candidato à Presidência da República dizia que o Brasil não era um País industrializado, porque a sua vocação natural era a agricultura, onde a unidade produtiva básica era a fazenda. Até no liminar dos anos de 1930 quem em sã consciência poderia dizer que o Brasil, 50 anos depois, teria um parque industrial que tem hoje, ou seja, quando eu começo a dizer que nós temos a capacidade de desenvolver produtos com base tecnológica avançada, robôs, máquinas numéricas, produtos biológicos, farmacêuticos, químicos de largo espectro de potência e pureza, aparece logo aos olhos de alguns brasileiros, de que estamos falando de um futurismo, que estamos falando no ano de 2.100.

Eu estou falando que isso está ocorrendo hoje em países que têm uma base semelhante à nossa e que estão numa órbita em que nós estamos inseridos e que vão nos impor estas condições de competição e que se nós não temos essa capacidade de competir, nos estruturando no desenvolvimento dessas novas fórmulas de produzir, aí sim, hoje nós estamos historicamente provocando o nosso atraso. Hoje eu traço essa mensagem querendo augurar que os Deputados que estão com essa tarefa, saibam perceber não apenas os anseios concretos de hoje, o concreto vivencial da população paranaense no dia de hoje,, e que já não são poucos os problemas, mas que têm também e inspiram-se na experiência histórica dos povos para que hoje plantem o nosso futuro e que esse futuro possa ser melhor do que é hoje.

Eu agradeço.

O SR. PAULINO DELAZERI : Se o senhor Presidente me permitir, eu teria uma pergunta a fazer, que seria sobre a questão da impor ação de tecnologia para acompanhar esse desenvolvimento tecnológico que acontece no mundo desenvolvido. O senhor acha que é só importante ou o Brasil com a sua tecnolo-

gia em setor mais específico pode acompanhar. Essa é uma pergunta que me interessa muito porque é esclarecedora.

O SR. .....: Eu diria que o senhor coloca já de antemão duas linhas distanciadas. Uma delas, é o país importar integralmente a tecnologia e a outra seria a hipótese de desenvolver integralmente toda a tecnologia.

No meu entender, as sduas posições d'ispares são impossíveis historicamente. O que nós devemos fazer e não há um roteiro, não há um manual e não há uma posição definida, é combinar, sem dúvida alguma, combinar as duas formas de acesso aos novos padrões tecnológicos. Sem dúvida alguma, tecnologia entendida omo ciência aplicada ao processo produtivo, exige uma base científica de que em diversos setores nós não temos suficientemente desenvolvido.

Então deveremos fazer um esforço de desenvolvimento de ciência básica, digamos assim. Isso convém que nós venhamos a fazer ...

O SR . .....: x ... convém que nós venhamos a fazer, mas, mes mo no fazer esse esforço, não há porque não recorrermos as Universidades do exterior trazendo professores, remetermos os nossos Professores para aprender esses novos conhecimentos científicos, enfim, fazermos um intercâmbio com o resto do mundo, nesses - termos.

Agora, um segundo esforço, diz diretamente já a - absorção da tecnologia ~~para~~ vários objetivos.

Ora, aqui também nós temos as duas possibilidades, eu acho que as duas somadas interagindo inclusive, é que correspondem as respostas mais adequadas variando a dose dessa soma de setor para setor.

Existem em algumas áreas, onde determinados conhecimentos aplicados ao processo produtivo, estão envoltados com tal - grau de identidades e conhecimentos tecnológicos, que nós levaríamos talves 20, 30 anos se procurássemos começar do zero, seria quase como (ininteligível).

Então, nesse caso em alguns segmentos do processo produtivo moderno mais avançado, talvez nós possamos recorrer a com - pra a aquisição mediante a apropriação, nós estamos ~~fazendo~~ pagando pela aquisição e a apropriação intelectualdo direito de conhecer es sa tecnologia, portanto, uma transferência, é a compra e a transferên cia da tecnologia.

Em outros casos, nós compramos a transferência da tecnologia ou diretamente de outras êmpresas, nos casos em que elas põe a venda, no caso em que essas tecnologias são disponívieis em alguns setores, em algumas áreas, ou então, tentanto ao nível do capital (...).

Em outros momentos, há segmentos do processo de conhecimento e que nós temos com a base científica já desenvolvida e com a base técnica existentes nas nossas empresas, a capacidade de se organizarem , realizarem os investimentos voltados para a superação de determinados tipos de problemas e bastantemente conhecidos.

O SR. ..... , não há porque nesses casos, nós ficarmos comprando caixas pretas ou fazendo "Royalties", por algo que nós temos capacidade de desenvolver.

Mas de qualquer maneira, o que eu estaria tentando dizer aos Srs., de que é preciso, e isso claramente alguns dos expositores que me antecederam já colocaram, desenvolver aí concretamente uma programação de uso dos recursos para área de desenvolvimento técnológico, o qual, nós temos capacidade e que as últimas transformações do aparelho produtivo foi fatal, como o fechamento do nosso Ministério de Ciência e Tecnologia, sem a colocação de uma nova política, meramente uma transformação que ficou apenas ao nível esquemático, a extinção do ~~Ministerio~~ Ministério, a junção de outras, sem que nós tenhamos definido nenhuma nova outra linha, é preocupante.

Com o avanço para o Brasil, nós temos a questão da Ciência e Tecnologia tratada a nível de Ministério, e agora ao invés de isso retroceder, eu diria não necessáriamente, é ruim, mas as ~~in~~modificações ~~alterações~~ que nós temos até o presente momento é que extinguiu-se um Ministério e não se criou ainda as normas de deliberação de qual é a norma política a ser adotada, ou a ~~qu~~ continuidade destas modificações, quer dizer, é preocupante que o País extingua um órgão que tinha por finalidade específica cuidar disso agregue a um outro e esse outro ainda não tenha definido nenhuma norma, na verdade nós provocamos em última análise uma certa paralização, de um dos aparelhos do Estado, que eu julgo criciais por causa dos antecedentes...

O SR. RAFAEL GRECCA - Uma série de acertos previamente estabelecidos, com o Governo dos outros Países e agora não tem com quem conversar, não tem mais um Ministro, não pode fazer mais a nível de Ministério.

O SR ..... : A greve que eu estava ...

Sr. -... a greve que o Deputado acabou de expor, a gravidade, não apenas de desagregar um trabalho que já vinha sendo feito. Mas, desagregar esse tipo de trabalho que já vinha sendo feito, no meu entender, insuficientemente para o grau do desafio histórico que estamos submetidos, dos quais uma boa parcela da população não tem essa noção da premência do que significa isso e, ao mesmo tempo em que não se criam novas condições. No momento em que eu diria que é necessário acelerar, aprofundar, aperfeiçoar os instrumentos existentes, enfim, correr por essa linha, nós estamos adotando uma linha que no fundo é paralisar e nós estamos correndo contra o tempo. Isso é muito grave e acho que isso denota uma certa não percepção qualitativa do fenômeno. Explicito melhor o que eu quero dizer como qualitativo.

No fim do século passado em 1890 até 1930, 1940 até o início da segunda Guerra Mundial, a Argentina era classificada como um dos países desenvolvidos do mundo. Ela era chamada no concerto das nações, das mais poderosas. Ela era muito rica se eu posso traduzir dessa forma.

E um detalhe muito especial, a renda per capita da Argentina em 1920 era superior a renda per capita do Japão, que desde 1865 já vinha num processo de industrialização acelerada. Já tinha ganho a guerra em 1905 contra a Rússia. Já era um país industrializado.

Ora, pelo fato de que no interior do território Argentino, portanto, no interior geo-econômico a Argentina não tinha endogeneizado aquela base produtiva industrial, primeiramente e, industrial nos padrões que emergiram da segunda Revolução Industrial do fim do século passado, a Argentina não tinha isso endogeneizado, ela atrazou-se históricamente. E hoje ela é um país semelhante ao nosso, avançando industrialmente, mas é seguramente um país ainda...

Isso quero dizer, enquanto que o Japão tinha uma renda per capita menor, produzia em termos mundiais muitíssimo

simo menos que a Argentina, porque o valor do produto japonês era muitíssimo menor. A sua presença no comércio internacional era extremamente mais reduzido do que a Argentina, é evidente. Tinha um mercado muito pobre e recursos naturais, então, paupérrimos, foi o que foi uma potência industrial capaz de se lançar numa aventura bélica, infelizmente, como foi a segunda Guerra Mundial já então em 1930. Os senhores imaginam o que é isso, porque ela tinha no seu bojo aquele núcleo qualitativo, que a diferendava substancialmente da Argentina que era mais rica. E esta é a questão crucial do Brasil.

Se o Brasil não companhar essa mudança que está ocorrendo que é o porvir, um novo padrão dos países industrializado, se não tivermos um certo grau de difusão nesse novo padrão do nosso tecido conjuntivo, nós estamos nos candidatando a sermos um país retardatário históricamente e estarmos submetidos, como estamos a determinado grau de subordinação indesejável aos interesses que não são propriamente melhores do ponto de vista do povo brasileiro.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (Rafael Greca) - Para concluir o painel nós vamos ouvir a senhora Rosa Moura que é técnica da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba sobre Política Urbana. Ela vem convidada pelo Deputado Pedro Tonelli do Partido dos Trabalhadores. É a géografa Rosa Moura.

ROSA MOURA - Eu queria comprimentar os presentes.....

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

07/03/89

mlm 19,20 hrs. -1

A SRA. ROSA MOURA:-... de cumprimentar os presentes, agradecer a/ oportunidade de poder falar um pouquinho do movimento urbano nacional para vocês, como sou a última da noite pretendo não me alongar, porque acredito que todo mundo está cansado.

Com, eu vou falar sobre um tema bastante controvertido, bastante difícil de ser trabalhado na atualidade / que é o urbano e o regional. Do urbano muito se fala, pouco se faz sobre ele, do regional menos se fala e muitos problemas vem trazendo hoje para o urbano da cidade.

Eu gostaria de dizer que a preocupação nossa, técnicos da região urbana de Curitiba, e de outros órgãos do Estado com a questão urbana é exatamente porque a questão urbana é o habitat de 70% da população paranaense, e é um habitat com muitos problemas, com muita coisa acontecendo, inclusive/ com muita oferta de ilusão!

Além do urbano que é para onde se dirigem aqueles que perderam todas as oportunidades, dentro do rural, e / por isso que eu coloquei a ilusão do urbano, porque buscam na cidade aquilo que dizem que a cidade oferece, ou seja melhores condições de vida, emprego, melhores salários, melhores serviços, casa No entanto, esses trabalhadores, esses empregados, quando chegam na cidade percebem que realmente foram iludidos e aqui não encontram metade daquilo que estabam buscando, encontram o contrário,/ péssima condições de sobrevivência, dificuldade de encontrar um / lugar para morar, onde botar a família morando dignamente, passam/ a ser pressionados, e passam a morar nas periferias da cidade.

No caso de Curitiba, que é um exemplo que/ nós temos de muito concreto aqui, a cidade de Curitiba ela começou a receber um fluxo migratório do interior do Paraná, na década de 70, muito grande. Esse pessoal foi expulso do campo e inicialmente chegou dentro da cidade, conseguiu criar em Curitiba uma série de

favelas, conseguiu montar na periferia do Município de Curitiba/ numa série de loteamentos difíceis de construir, conseguiu se alojar e morar, algum tempo aí.

Esse pessoal que chegou em Curitiba, num curto espaço de tempo teve que deixar Curitiba, porque quanto maiss gente chegou aqui, e a medida em que o poder aquisitivo do trabalhador urbano, que trabalhava em Curitiba em péssimas condições,/ esse trabalhador, com baixo poder aquisitivo, esse migrante recém chegado teve cada bez mais que sair, se distanciar do centro e se distanciar dos locais de trabalho, quer dizer, quando conseguiu ~~t~~ trabalho, se distanciar dos sinais onde eles vendem, dos prédios/ que estão construindo aqui na cidade e formar ao redor do Município de Curitiba, nos limites da cidade, manchas de ocupação periférica bastante densa, contínua, ou seja, Curitiba cresceu para fora,/ para os outros Municípios,não chegou na sede dos Municípios. Então Curitiba criou um problema para os outros Municípios,

Bom, o Poder Público desses Municípios que é um Poder Público enfraquecido de recursos, de capacidade / de gerência administrativa, de oferta de serviço e tudo mais, eles se depararam com um problema quase que insolúvel, ~~xxxxxxxxxxxxxx~~

Essas periferias que foram formadas elas não encontraram consições instutucionais de planejamento para/ ocupação de solo,planejamento mesmo das cidades que permitissem / construir ou encontrar loteamentos abertos em condições perfeitas, bom aí acontecê o que a gente vê hoje na cidade, se Curitiba é uma cidade altamente desenvolvida, é um polo que oferece serviços especializados, qualidade de vida que foi considerada uma das três/ melhores do mundo, a melhor do Brasil, por outro lado, Curitiba / ainda tem nela esta periferia, onde vive esta contradição. Enquanto a economia cresce, o petencial cada vez mais se torna realidade,/ por outro lado a periferia traz com ela problemas da ordem de saneamento, saúde, habitação, transporte coletivo. Enquanto dentro/

da cidade o sitema de transporte coletivo é ótimo, elogiadíssimo/ e conhecidíssimo mundialmente, nós temos em sua periferia péssimas condições de transporte desse trabalhador.

Bem, este espaço -e nossa preocupação, este ta ~~xxxxxx~~ periferia é nossa preocupação, porque ela constitui ent tão o que a gente passa a chamar de região. Nós deixamos de tratar municípios isoladamente, nós deixamos de tratar Curitiba, Almiran te Tamandaré, nós passamos a tratar uma área metropolitana, onde...

O SR. ROSA MOURA... área metropolitana, onde você tem o polo, você tem todo esse torno e onde você tem todos êsses graves problemas.

Eu não quero fechar o exemplo em Curitiba, nós temos isso acontecendo na região de Londrina e nós temos isso se repetindo em outras regiões do Estado do Paraná, porque fenômemo, é um fenômemo inevitável. Agora, nós teremos / então que falar o que a Constituição Federal reservou para a questão regional. Bem: À nível de planejar os espaço dos Estados, das regiões e das cidades, a Constituição Federal foi muito precisa, ela aliou o planejamento do desenvolvimento / eoconômico e social à dimensão espacial, então hoje, já se vê de planejar o desenvolvimento em cima do espaço. Agora, literalmente o texto constitucional dá uma força muito grande a a coisa de tecer diretrizes de desenvolvimento, Política de / desenvolvimento, que são competências fixadas com a união; e também, deixam muito claro a competência do Município em executar a Política de desenvolvimento urbano. Bem, o problema é que a Política do desenvolvimento urbano se executado pelo Município, se restringe aos espaço urbanos no Município, as diretrizes se restringem a um espaço bastante maior. Como é que fica a gestão dentro do Estado daquilo que transcende a área da cidade, a área urbana especificamente, e começa a se embrenhar em várias áreas que saem ~~juntas~~ de um urbano e passam a tecer toda uma região.

Outra coisa também, como é que fica o espaço rural dos Municípios que dentro da própria região metropolitana eles fazem parte de 90+% da área física da região metropolitana institucional, que agora nós estamos discutindo / inclusive se ela fecha nos limites atuais ou se ela já precisa de ser retrabalhada e redefinida, porque ficou tranferido para cada Estado da Federação definir as suas unidades regio-

A SR. ROSA MOURA... unidades regionais. Bem, no nosso entendimento, é o seguinte: Não adianta dada Município definir uma Política urbana perfeita, uma Política urbana que consiga contemplar todas as suas necessidades se nós não tivermos (inaudível) ... disso tudo, não adianta o Município de Curitiba sair muito bem com o seu planejamento urbano se ele não for acompanhado de diretrizes regionais que contemplem todos os Municípios que estão aqui, gerando recurso dentro de Curitiba, trabalhando em Curitiba, gerando impostos em Curitiba e demandando os Municípios com o viginho. A nossa proposta é que se comece a pensar com ênfase à região; e já que a Constituição Federal delega, faculta do Estado a criação / das regiões e faculta ao Estado a criação de regioões metropolitanas, aglomerações urbanas, que seria no caso um seguro, / um tipo diferente, vulgarmente falando, um tipo menor de re-/ gião metropolitana e as micro-regiões, nós estaríamos pensando em trabalhar um pouco mais nessa questão, em propor que a / Constituição do Estado do Paraná crie este instrumento de ação para que a gente possa retratar o desenvolvimento efetivo do Estado, ou então nós teremos cidades desenvolvidas e cidades extremamnete dependentes. Um último exemplo que eu dou aqui / dessa da dificuldade de se trabalahr regional, a Constituição Federal no que diz respeito à Política tributária, ela foi / muito feliz em termos para os Municípios, no entanto, ela não criou nenhum mecanismo contentação tributária aos municípios que exerçãm por exemplo atividades restritivas da implantação de atividades produtivas. O nosso exemplo, um Município que a gente sempre dá um exemplo (INAUDÍVEL) ... então o Município que não pode desenvolver dentro dosseus limites administrativos uma série de atividades, geradoras de emprego e de / rendas. No entanto, Piraquara, ela acaba sendo, tendo em pinhais um dos maiores polos dormitório de Curitiba. A demanda toda de pinhais (inaudível) ... e Piraquara pouco tem como

OA SRa. ROSA MOURA... pouco tem como incrementar a sua receita para ofertar serviços, a nossa Constituição não prevê nenhuma saída para esse tipo de problemas.

Outro exemplo que a gente dava, essa / coisa de periferia de Colombo, Colombo tem mais de 90% da população urbana do Município morando aqui nos limites administrativos com Curitiba, os 10% que restam estam na sede. Caberia ao Município atender as demandas de sua sede urbana com / muita tranquilidade. No entanto, como é que ele vai se arcar ....

A SRA. ROSE MOURA-... arcar com atendimento das demandas e de toda esta população , que está morando na periferia de Curitiba.

Com todas estas preocupações , a COMEC coordenou um trabalho , que reuniu técnicos de todas as instituições , de várias instituições do Estado, inclusive do IPARDES, do IPPUC , da Universidade Federal , representantes dos Sindicatos dos Arquitetos , dos Economistas, dos Sociólogos, Associação de Geógrafos ,Engenheiros , e nós produzimos uma proposta , uma proposta compartimentada em quatro capítulos .

No 1º capítulo , que trata da política do desenvolvimento do Estado do Paraná;porque nós não podemos falar em regiões , se nós não tivemos também a relação delas a nível de Estado.

Um 2º capítulo ,que a gente está propondo, a regionalização do Estado e a gestão destas regiões com a soma da ação do poder público;nas três esferas de poder marca a sociedade civil organizada .

Um 3º capítulo ,que trata da gestão local da cidade / também com o mesmo princípio , a gestão pelo poder público , e com a participação da sociedade civil . E um último capítulo, que faz referência à política habitacional .

O que mais nos motivou a este trabalho foi a abertura que a Constituinte Federal já deu a participação de técnicos para / subsídio aos parlamentares.Como o Estado do Paraná também deu esta a abertura ,nós estamos dispostos a subsidiar, a contribuir, a discutir sempre que for necessário.

Existem alguns documentos que a COMEC já produziu , de entendimento do texto da Constituição Federal , e já com algumas diretrizes , para que sejam observados a nível de Estado do Paraná, e, / que a gente coloca à disposição . E a gente também agora está tentando desenvolver um trabalho ,já, para poder apoiar os Municípios , num momento em que eles vierem a colaborar suas Leis Orgânicas . As Leis fundamentais , são fundamentais.

aos Srs. técnicos do BADEP .

Agora, convido todos para amanhã, nova pauta de audiências públicas ,conforme foi anteriormente divulgado , começando com o Sr. Presidente do Banco Bamerindus , às 14:00 h da tarde.

É isso.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência do Senhor Deputado Constituinte Rafael Greca de Macedo, com a presença dos Senhores-Deputados Membros da Comissão, bem como do Senhor Presidente, Vice-Presidente e Primeiro Secretário da Assembléia Constituinte Estadual, Deputados Aníbal Khoury, José Afonso e Tadeu Lúcio Machado, respectivamente, e ainda dos Senhores Deputados Gernote Kirinus, David Che - riegate, Nereu Massignan e Paulino Delazeri. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da presente Reunião-de Audiência, com a pauta relativa ao DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARANÁ, com os seguintes convidados palestristas: Dr. José Eduardo Vieira, Presidente do BAMERINDUS; Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, ex-Secretário da Indústria do Estado; Dr. Nelson Sofiatti, representando o BRDE local; Dr. Daniel Lopes Moraes; Senhor Deputado Juarez Furtado, ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Dr. Paulo Ricardo dos Santos, representando o BADEP; Dr. Francisco Gomide, Presidente da COPEL; Dr. Ary Queiroz, Vice-Governador do Estado do Paraná e Secretário de Meio Ambiente do Estado; Dr. Hitoshi Nakamura, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Curitiba; Dr. Clóvis Scharapp, membro da Sociedade de Pesquisa da Vida - Selvagem e Educação Ambiental; Dr. Luiz Carlos Herde; Dra. Ivone - Prespride, representando o Sindicato dos Madereiros do Paraná; Sr. - Saul Zugman, membro da Federação das Indústrias do Paraná; Sr. Afonso Kamek, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira; Sr. Zeno Minuzzo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores - Rurais de Pérola do Oeste; Sr. Odacir Sapienginski, Presidente do - Sindicato dos Trabalhadores do Planalto. Todos os pronunciamentos - desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que - passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a contribuição prestado pelos Senhores - palestristas à Assembléia Constituinte Estadual, convidando a todos-para a Reunião de Audiência a ser realizada no dia 09 do corrente, a partir das 14:00 horas, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, com a

pauta: DIREITOS HUMANOS, PROMOÇÃO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu José Olimpio - Sotto Maior Macedo, secretário, lavrei a presente Ata, que depois - de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim-para que produza os efeitos legais.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Convido os Senhores Deputados para que se dirijam à Mesa para nós iniciarmos a Segunda Etapa do Painel sobre desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, da Comissão de Ordem Econômica e Social da Assembléia Estadual Constituinte. E convido também o nosso primeiro conferencista o Dr. José Eduardo ~~XXX~~ ~~xixxxx~~ de Andrade Vieira,Presidente do Conglomerado Bamerindus para que também tome assento à Mesa.

Deputado Quirinus, por favor.

Senhores e Senhores, este é o segundo painel da Comissão Temática de Ordem Econômica e Social. A idéia é que os vários segmentos da sociedade do Paraná tragam para este Poder Legislativo a sua contribuição no que esperançam ver estampada na ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ Constituição Estadual.

Eu peço que também tome assento à Mesa o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia, Deputado Aníbal Khury. ~~XXXX~~

O Deputado Aníbal Khury me dá a honra de ficar a minha direita, assim o Presidente do Banco, pelo menos uma vez, fica à minha esquerda.

Bom, então, como eu dizia, a idéia e reunir os mais variados segmentos da sociedade para que dêem as suas contribuições para o texto Constitucional. Porque fazer política na antiga Aristotélica era estar com os outros, os outros não são necessariamente os que pensam igual a gente ou os que são iguais a nós. Então, os Deputados do Paraná desta Comissão de Ordem Econômica e Social resolveram ouvir também os outros. Os outros que representa os variados segmentos da sociedade.

A Pauta de hoje é a seguinte:

seguinte:

Dr. José Eduardo Vieira, Presidente do Conglomerado BAMERINDUS, que vai falar sobre o futuro econômico do Paraná;

Dr. José Carlos de Carvalho, que vai falar sobre o Comércio e a Indústria do futuro do Paraná;

O Deputado Juarez Furtado, da Assembléia da Assembléia de Santa Catarina e o Dr. Glouger do BRDE, que vão fazer um painel sobre os Bancos de fomento e a sua posição no desenvolvimento do Estado.

O Dr. Paulo Ricardo dos Santos DO BADEPE, que vai falar sobre as perspectivas do desenvolvimento econômico do Estado,

Dr. Francisco Gomide, que vai falar sobre as recursos energéticos e a Constituinte.

Professor João José Garella, que vem falar sobre as propostas da Associação de Defesa e Educação Ambiental-ADEA.

Dr. Itoshi Nakamura, que vem falar ~~xxxxxxxxxx~~ sobre proposta de preservação Ambiental do ponto de vista dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente da Capital.

Dr. Clóvis Schrappe, da Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem e Educação Ambiental.

A Senhora Ivone Prespridi, quem vem falar sobre o direito ambiental.

Engenheiro Valter Biachini, por indicação do Partido dos Trabalhadores, que vem falar sobre o Meio Ambiente e o Usuário.

Esta Comissão trata da Ordem Econômica e Social, da política urbana, da política agrária, da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente, dos direitos da Mulher e dos aposentados, e da Minorias, que efetivamente quer colocar no texto contitucional alguma coisa que seja o reflexo da sociedade toda, não da

não de uma Constituição de um só Partido nem uma Constituição para a próxima eleição. Mas, uma Constituição para a próxima geração e para todas as gerações de paranaense. ~~Oxquexjáxnãoxxx éxdadoxxxxBxxxxi~~ Porque já não é dado ao Brasil perder tempo e muito menos é dado ao Brasil fazer coisas provisórias.

Então, eu passo a palavra a S.Exa. o ~~SENHOR~~ Dr. José Eduardo Vieira para que nos dê a sua visão do futuro econômico do Paraná e o que que o texto constitucional pode espelhar no sentido de ~~gxa~~ melhorar e até garantir o futuro próspero para economia paranaense.

O SENHOR JOSÉ EDUARDO VIEIRA- Agradeço o convite formulado pelo Nobre Deputado Rafael Greca, Presidente desta Comissão, ao convite que nos fez, dando-nos a oportunidade de colocar o nosso ponto d vista neste temário tão importante para o futuro do nosso Estado e de nosso País.

Aproveito a oportunidade ~~daxpxex~~ para mencionar da responsabilidade da atual Assembleía Legislativa na formulação de uma nova Carta do nosso Estado. Uma oportunidade rara na vida de qualquer Páis, de qualquer Estado da Federação, porque, realmente, é uma oportunidade aonde se pode balizar o futuro do desenvolvimento do nosso país no resgate da pobreza para um estágio de vida econômica condizente com a potencialidade na riqueza do nosso Estado e do nosso Páís e que coloca não só o Paraná mas o Paraná dá uma grande contribuição para que o Brasil ocupe no conceito das Nações...

O SR. JOSÉ EDUARDO VIEIRA - ... que o Brasil ocupe no conceito das Nações um lugar de destaque, um lugar onde o seu povo possa desfrutar das oportunidades, do conhecimento ~~xxx~~ atual que os homens ~~xxx~~ têm, o conhecimento de ordem geral que propicia condições de vida melhores para todos os detentores desse conhec mento e eu acho que o Paraná por sua gente, por suas condições econômicas e pela potencialidade que oferece tem condições realmente de dar uma grande contribuição na arrancada do nosso País para este estágio de desenvolvimento, de progresso e de conhecimento, porque sem o conhecimento não se elimina a pobreza, não se elimina os problemas terceiromundistas.

Então esta é uma oportunidade da qual nós todos temos a obrigação e o desafio de nos desincumbirmos, que realmente é uma oportunidade para tirar o nosso Estado, o nosso País desta situação ~~xxx~~ tão dispare entre a riqueza e a pobreza.

Obviamente, nós temos algumas limitações já impostas pela Carta Magna que eventualmente pode inibir algum item, alguma colocação mais abrangente, mais ampla que se poderia fazer, mas eu acho que a criatividade dos nossos Deputados e o empenho desta Casa saberão contornar estas dificuldades e realmente criar uma Carta Magna moderna que sirva de exemplo para todos os outros Estados.

Eu colocaria já como uma primiça básica que a função básica de uma Carta Magna é a eliminação de todo e qualquer privilégio para qualquer classe. Oferecer uma garantia de igualdade de oportunidades para todos, para toda população, para todos os habitantes do nosso Estado. Lamentavelmente no Brasil nestes últimos 20/30 anos o que nós temos visto é proliferar uma Legislação extremamamente protetora de ~~xxxxxx~~ minorias de privilégios de situações que ~~xxxxxx~~ ferem os direitos das maiorias, quando o fundamento da Lei é garantir a igualdade de direitos, a igualdade de oportunidades..

Houve também nestes últimos anos um grande desvirtuamento da função do Estado e a ingerência excessiva do Estado em atividades que não lhe estão afetas na ânsia de dar soluções ao invés de ser o grande balizador e o grande mediador que as oportunidades fossem corretamente garantidas a todos os cidadãos e a todos

a ueles que exercem atividade empresarial o Estado se propôs a fazer e ao fazer ele já estabelece um privilégio pela estatização, pela garantia e pela eliminação da oportunidade de outros vi em a prestar determinados serviços ou executar determinadas tarefas.

Então uma das coisas que eu acho que tem que ser muito claramente posta seria a redistribuição da função do Estado na economia em geral. Eliminanando-se órgãos supérfluos, orgãos que exercem atividades onde existem dezenas de empresas e pessoas com condições de exercer esta atividade que então deve ser exercitada pela livre concorrência que propicia um barateamento de custos, a oportunidade de criatividade de melhoria da qualidade de serviço em geral deixando-se de criar órgãos que eliminam essa concorrência, que eliminam essa pluralidade de ativifade ...

O SR. JOSÉ EDUARDO VIEIRA:- ...deixando-se de criar órgãos que eliminam essa concorrência, que eliminam essa pluralidade de atividade que por ser exercido em pluralidade é sempre criativo e eliminador de privilégios.

Esta questão de se dar oportunidade para que muitos possam exercer determinadas atividades exerce também e por isso mesmo um papel altamente moralizador da atividade pública, porque todos aqueles que se sintam prejudicados, que perdem uma concorrência ou que deixam de prestar determinados serviços, se tornam fiscais da boa execução desses serviços, prestando então uma colaboração gratuita de fiscalização que sem dúvida nenhuma acarretará grandes benefícios para a comunidade em geral.

Ao propiciar esta igualdade de oportunidade para todos, o Governo como indutor do desenvolvimento, a maneira então dele incrementar o desenvolvimento, o crescimento, é através da concessão de estímulos e não da criação de órgãos para promover o desenvolvimento. Ele tem que criar estímulos para despertar o interesse não de um empresário ou de uma empresa, mas de muitos empresários e de muitas empresas a investirem naqueles setores onde se tenha chegado a conclusão de que precisa investimento. E eu tenho dito já em muitas vezes em muitos lugares que esta questão da definição das prioridades onde o Governo deve investir e que no Brasil hoje está muito confusa, muito mal definida e por falta de uma discussão amplamente democrática há muitos desconhecimentos, muitas inverdades, muitas manipulações destas questões de investimentos, do que realmente seja prioridade, eu acho que as prioridades são sempre aquelas que dão retorno mais rápido. Criou-se no Brasil esta falácia de que o Governo deve investir naqueles setores que dão retorno mais lento, que são de mais longa maturação, porque o sistema privado não vai investir nesses setores. O setor privado seria imediatista, objetiva um lucro a curto prazo então não tem interesse em investir em projetos de média e longa maturação e que então caberia ao Governo fazer este investimento...

Eu coloco que sendo o Brasil um país carente de recursos, carente de capital, eu acho que tanto o Governo quanto as empresas devem investir os seus poucos recursos que são insuficientes para fazer tudo aquilo que é necessário rapidamente, nós temos a obrigação, ambos, Estado e sistema privado, de investir naquelas coisas que dão retorno mais rápido, porque ao obter o retorno mais rápido nós vamos obter o recurso de novo para reinvestir então num processo gradual, lento, cada vez ao longo do tempo mais naqueles projetos de média e longa maturação. Quer dizer, a prioridade do investimento é nos projetos de retorno mais rápido, porque o que tem se jogado fora de recursos neste país sob esta alegação de que por questões de ordem social o Governo tem que investir em projetos de média e longa maturação é algo de arrepiar os cabelos, a título de minorar, minimizar o problema social. O que eu digo é verdade, porque vem sendo feito isto há 20, 25 , 30 anos e cada vez o problema social se agrava mais em nosso país, enquanto que se o Governo e o sistema privado investisse naqueles projetos de retorno mais rápido nós teríamos esse retorno para tornar a reinvestir num processo então de reinvestimento e de geração de lucros que cria empregos verdadeiros, que cria trabalho...

O SR. JOSÉ EDUARDO ANDRADE VIÉIRA - ... trabalho calcado em base econômica de longa duração, minimizando o problema social porque o trabalhador brasileiro, o nosso pessoal mais carente, na realidade o que eles precisam é de emprego permanente. Essa ajuda ocasional é ilusória, não resolve o problema social; nós só podemos resolver o problema social através da criação de empregos de caráter permanente, e isso só a atividade econômica lucrativa é que garante. Nós estamos vendo o nosso País quase indo à falência porque investiu em projetos de retorno duvidoso. Então, não há lucro e podemos então cair numa grande crise por falta de recursos para reinvestir, porque se tivéssemos investido em projetos lucrativos, nós estaríamos então com recursos para continuar investindo, continuar gerando empregose é o que realmente pode resgatar a probreza nacional.

Cabe então nesse processo de geração de empregos e de investimentos em questões, em projetos de ~~xxxpx~~ de rápido retorno, a função do Governo é de fiscalizar o salário, é de estabelecer o salário digno, o salário justo e de fazer então com que todos cumpram com a legislação salarial para que não se cometam abusos e espoliações através de uma má aplicação da legislação na área salarial.

E também o aspecto importante nesta questão é o da profissionalização porque no Brasil investiu somas enormes na Educação e nós não temos profissionais habilitados. E eu ~~xxbxx~~ também aproveito para dizer que mais vale nós termos pessoas habilitadas profissionalmente e que não saibam assinar o seu nome do que termos aí centenas de milhares de letrados que não sabem fazer nada. É melhor um carpinteiro, um tratorista, um mecânico que saiba exercer corretamente e adequadamente a sua profissão do que estarmos preocupados em ensinar a ler e a escrever esse cidadão que depois não sabe produzir, não sabe ganhar, não contribui para a melhoria da produtividade nacional.

Não podemos nos esquecer que a nossa Federação passará a existir a partir do momento em que os nossos municípios, os nossos Estados façam valer a sua vontade. Então, eu coloquei no início que es

início que estamos já cerceados na nossa criatividade e na nossa vontade e na nossa vontade eventual de criar certos dispositivos na nossa Legislação porque estamos cerceados pela Legislação Federal, e eu acho que então nós deveríamos, se vier acontecer este conflito, rediscutir ou discutir este conflito, criar um atrito com a Constituição Federal, e eu diria até mesmo levar a questão ao Supremo Tribunal Federal se for o caso para fazer valer o nosso direito de Estado federativo, sem nos sujeitarmos, sem abdicarmos desse direito "a priori" porque a Constituição já nos cerceia. Eu acho então que nós temos de ir `a luta e procurar até mesmo mudar a Constituição Federal se esta Casa entender que para o nosso Esstado qualquer dispositivo que conflite com a Federal, seja do nosso Estado, seja do interesse dos nossos municípios. Eu acho que esses são os fundamentos básicos e da maior valia para este momento que nós estamos vivendo na vida do nosso Estado, e com isso estaremos dando uma grande contribuição para que realmente os cidadãos façam valer os seus direitos de cidadania.

Muito obrigado por esta oportunidade e quero já manifestar a minha certeza de que os Nobres Deputados que compõem esta Casa têm condições de dar essa contribuição e com certeza saberão cumprir esse grande papel que lhes está reservado. E também eu quero deixar registrado que na Constituição de 1950...

... que na Constituição de 1950 tenho a honra pois meu pai participou dela então registro isso como um fato de relevância nesta minha vida e um interesse muito especial que eu tenho na Constituição do nosso Estado, não vou contribuir diretamente porque não sou Deputado, mas tenho o máximo prazer, a máxima satisfação de dar toda a contribuição que for necessária e que tiver dentro da minha capacidade de dar: E tenho certeza que esta Casa deverá cumprir o seu dever. Obrigado.

O SR.PRESIDENTE -)(Rafael Greca)

Dr.José Eduardo de Andrade Vieira em nome dos Deputados aqui presentes e em nome do Poder Constituinte Estadual agradecemos sobremaneira a sua gentileza de vir a esta Casa dar a sua contribuição que reputamos oportuna, sobretudo nos aspectos, em que frisa, V.Exa., a justiça social e a valorização do princípio federativo.Como dizia Rui Barbosa : " Ou o império faz a Federação ou se faz a República." Nós já fizemos a República que já foi velha, nova, novíssima, vimos envelhecer agora é centenária não sei que nome vai dar a próxima agência de publicidade do próximo governo da República, mas, ainda não fizemos a federação. Então agradecemos muitíssimo a sua presença, da sua assessoria e eu quero esclarecer que S.Exa. quiser nos honrar assistindo ao prosseguimento do painel é bem vindo mas também está dispensado devido ser um home muito ocupado.

Eu convido à Mesa o Dep. Juarez Furtado - ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Sta.Catarina e Presidente da Seccional Sul UPI, convido também o Dep.Luiz A.Martins de Oliveira e ainda o Dep.Pedro Tonelli, o Dep.Costenaro. Em prosseguimento o relator Dep. Haroldo Ferreira. Eu convido o ex-Secretário da Indústria e empresário Dr.José Carlos Gomes de Carvalho: com o tema O Futuro do Comércio e da Indústria do Paraná. O Dr. Carvalho é conhecido pelo seu dinamismo, pela sua participação na vida empresarial do Parná, pelas vezes em que fez o Paraná romper a sua barreira de timidez no cenário nacional, inclusive exercen-

dp Presidência de entidades nacionais voltadas à promoção empre sariaç e vem nos dar a sua contribuição como cidadão, abordando o tem o Comércio a a Indústria, os recursos minerais, os recursos da sociedade e do território paranaense oara elaboração do futuro do Paraná e o próprio texto constitucional.

O SR.DR.JOSÉ CARLOS G.de CARVALHO - Prezado Deputado Rafael Greca que preside a ...

O SR. JOSÉ DE CARVALHO : Deputado Rafael Grecca que preside esta Comissão de Ordem Econômica e Social, Deputado Haroldo Ferreira, relator desta Comissão, demais Deputados componentes da Mesa, senhores Deputados, demais presentes.

Inicialmente eu quero dizer da grande honra do convite que eu recebi para falar nesta Casa de Leis a respeito da nossa Constituinte com relação ao comércio e a indústria. Estou falando com uma relativa dificuldade, ~~mas~~ porque eu saí da cama hoje, acidentado, estou aqui enfaixado, com tres costelas quebradas, mas eu não poderia me furtar e mais do que isso, pela honra de, no momento que esta Casa de Leis, quando elabora a Carta Magna do Estado, ela chama a sociedade, através dos seus diversos segmentos para aqui debaterem e trazerem algumas contribuições que por certo servirão para análise desta Douta Assembléia que vai, no Ordenamento Jurídico, colocar em prática, aquilo que é, em última , o direito de cidadania de todos nós.

Há dois anos atrás, quando assumimos a Secretaria de Indústria e Comércio, nós dizíamos e continuamos dizendo hoje, porque fazer política, não significa necessariamente ocupar cargos públicos. Fazer política é participar ativamente dos movimentos que levam à melhoria da qualidade de vida da nossa sociedade.Mas dizia eu que o Paraná é um Estado de vocação agrícola. Ninguém duvida que neste Estado, senhor Presidente, se pratica agricultura mais moderna deste País, no entanto, com o passar dos anos se chegou a uma conclusão extremamente simples, que o desenvolvimento econômico está calcado no tri-pé do setor primário, do setor ecundário e do setor terciário.

O setor primário do Paraná, como disse, setor forte, atualizado, com um poder de força muito grande, não só dentro do País mas mesmo externamente. Já não ocorria isto com a nossa indústria, que é o setor secundário, por inúme-

ras razões que eu vou procurar, de fomma breve colocá-las, e o setor terciário, forte no Paraná, extremamente forte, porque nós sabemos que nas regiões onde se desenvolve a indústria, o comércio segue normalmente atrás.

Mas, estranhamente o Paraná sem ter o setor secundário forte , nós temos o setor terciário muito - forte que já contrinuía há dois anos atrás com 33% da equalização da nossa economia.

Ora, o que é que acontecia nesse nosso contexto? Era uma indagação que todos os paranaenses faziam, porque para ndustrializar um Estado, claro está que era preciso algumas premissas básicas e essas premissas o Paraná já tinha: estou me referindo à infra estrutura. O Paraná, como todos os senhores sabem, passou por vários ciclos: o ciclo da madeira, da erva-mate, do café e agora vivemos o magnífico ciclo dos grãos. Porque é que nós não tínhamos até então uma indústria forte, a não ser no setor de alimentos? Por uma razão simples, por falta de determinação. Mas não é determinação do verbo determinar. É determinação de vontade. Programa de governo como é o programa do atual Governo, de industrial zar o Estado.

Eu dizia qae para industrializar o Estado era necessário uma boa malha rodoviária - que o Paran'a já dispõe -, uma boa malha ferroviária, que o Paraná igualmente dispõe e que complementa agora, indo para a região oeste - responsável por mais ou menos 28 a 30% dos grãos produzidos - neste Estado. É preciso um porto eficiente e efica^{Z}. Nós temos hoje no Paraná ...

O SR. CARVALHO.-.É preciso um Porto eficiente e eficaz.

Nós temos hoje no Paraná o melhor Porto do País; se o Porto de Paranaguá não é o maior é, sem dúvida alguma, o mais eficiente, porque não tem os inconvenientes do Porto de Santos e não tem igualmente uma administração que levou o Porto de Santos quase à insolvência. O Porto de Paranaguá hoje é um Porto economicamente viável, com suas finanças perfeitamente equilibradas e que traz como exemplo o maior porto graneleiro do País.

Ainda falando da infraestrutura, nós precisamos de energia elétrica. Energia elétrica, e quando se fala no Paraná se lembra logo de Itaipu. Eu devo dizer que Itaipu foi fundamental ao processo energético nacional, porque nós temos um sistema integrado de energia, mas o Paraná é autosuficiente em energia, porque tem "Surbone" no Paraná porque tem Copel e que todos nós paranaenses nos orgulhamos. A Copel ao longo de todo este período promoveu não só produção de energia, a produção de energias renováveis, alternativas, e produziu uma gama notável de técnicos que têm dado uma grande contribuição ao nosso desenvolvimento.

Continuando a análise ainda dentro da infraestrutura, eu diria que o Paraná dispõe naturalmente de posição geográfica privilegiada. Se observarmos num raio de 1000 quilômetros atingiremos as principais capitais brasileiras e as principais capitais da Latino América, isto é sem dúvida ponto favorável a nós. Se o Paraná dispõe desta infraestrutura realizada ao longo dos Governos e agora reforçadas naqueles pontos pelo atual governo, absolutamente necessários como o caso das rodovias rurais que vão levar a produção às rodovias vicinais e ainda às rodovias estaduais e ainda o escoamneto para outros Estados e Países. Nós do Paraná, nõa podemos nos conformar só em sermos o mai or produtor de grãos do Paśi. É sabido igualmente que as riquezas da geração de tributos não só ocorrem na transformação desses produtos. Então, hoje nós produzimos, somos o maior produtor de algodão, mandamos algodão para S.P. , para M.G. às vezes para o R.S. e lá o algodão é beneficiado e lá se geram os tributos, os empregos, e depois nós reimportamos isto como produto acabado para que aqui a nossa indústria de ponta possa trabalhar. E assim é com o algodão, com a soja, o milho, etc. Então é preciso que haja um despertar de consciência para que nós industrializássemos no nosso Estado, poque o Estado dispõe do principal, o maior investimen

to já está feito. O que é preciso é que além da determinação do Governo, a ~~xxxxxxxx~~ coordenação. Porque ao Governo não compete industrializar.

Quantas vezes recebi visita de alguns prefeitos que diziam, Carvalho, você precisa levar uma indústria para a minha região. Então era preciso uma conscientização dos municípios porque a industrialização não é feita pelo Governo a ele compete a coordenação. E ~~xxxxx~~ foi assim que fizemos. Primeiro, levantando as vocações de cada região. Feito isso, vendendo a idéia de que era possível realmente industrializar, não só com atração de novas empresas do ~~xx~~exterior e ~~xxxxx~~ e de outros Estados do Brasil mas também dos atuais empresários do Paraná que num processo ...

.....

O SR. CARVALHO : - ... Que num processo de diversificação poderiam ainda aumentar a sua atividade econômica no processo Industrializatório.Vamos citar aqui alguns exemplos:

- Eu me lembro que o Deputado Mezadri, certa feita, me convidou para ir numa reunião em Campo Largo, com ceramistas de Campo Largo, e conversamos demoradamente, com ceramistas de Campo Largo, e eles nos disseram "Nós não podemos mais desenvolver o polo cerâmico de Campo Largo, porque nós não temos aqui o (ininteligível)".

Imediatamente nós nos dispusemos com o Deputado, com apoio de todo o Governo e logo concluímos que a Petrobrás em Araucária, que está ali, não seria capaz de nos fornecer o gás, porque o gás produzido ali, já está comprometido, uma parte para o seu próprio consumo e a outra parte para (ininteligível) a Ultra Fértil.

Normalmente, o assunto morreria aí, mas não, nós fomos buscar uma alternativa, qual seja, o Xisto de São Mateus do Sul, que tanto se falou na na produção do Petróleo, e nós sabemos que hoje ele é inviável, pelos seus custos, nós aí sim, fomos buscar a Produção do Xisto, ou a produção do gás; e o que aconteceu? aconteceu que a Ince pa neste momento, está construindo a maior fábrica da América Latina,no seu setor, exatamente em S.Mateus, porque foi possível naquela Região, se concientizar num Projeto Piloto, e sem dúvida alguma, para frente, outras Indústrias lá estarão. Região que já foi de grande exponencial para a nossa Economia, quando a erva-mate era o nosso carro chefe, quando o rio rio era navegável etc... etc...

m dos últimos atos antes de sair do Governo, foi solicitar do Governador Álvaro Dias que ele passasse para a Copel a responsabilidade, dos estudos já ag ra do gás, que fatalmente nós teremos na Bacia de Guarapuava, porque nós não vamos esperar que a Plataforma Marítima venda o gás depois do Petróleo, e que nós não tenhamos nenhum aviso. S.Excelência o Governador assim o fez, e hoje a Copel através de um Departamento que tem competente de Energia Alternativa, já está nos estudos bem avançados.

O SR. JOSÉ CARLOS DE CARVALHO: ... outros em fase de construção. Eu mencionaria, aqui, por exemplo, no campo da bio-tecnologia, a 1ª fábrica de bio-tecnologia da América Latina, que dentro de poucos dias estará sendo inaugurada em Araucária e que vai, sem dúvida alguma propiciar um salto imenso na nossa economia. Nós sabemos, por exemplo, que o grande problema do café, qual foi ? A geada, que dizimava os nossos cafezais, quando nós sabemos que através de um processo bio-tecnológico, nós poderemos ter sementes resistentes às intempéries do tempo. E aí poderemos, novamente, não ter a monocultura do café, mas sim um café de qualidade, um café que possa competir no mercado internacional, trazendo, evidentemente, e gerando desenvolvimento econômico dentro do nosso Estado. De forma que a nossa visão continua sendo da industrialização. O tema proposto por mim é a industrialização e o comércio. Do comércio tenho muito pouco para falar, porque o comércio no Paraná já é forte. O setor terciário já contribui com mais de 30 %. Então, é preciso que a industrialização continue. Precisa-se de programa de Governo. O Paraná não tem muita coisa a mais a investir. Foi o tempo que os Estados, para se industrializarem entravam numa briga e numa disputa que levava às vezes até à insolvência o próprio Estado, numa concessão interminável de incentivos. Nós não concedemos, este Governo não concedeu nenhum incentivo para trazer 4 bilhoẽs e meio de dólares para o Paraná. Os 4 bilhoẽs e meio de dólares que vieram para o Paraná e que estão aí, no processo que acabei de mencionar é porque o Paraná dispoẽ daquilo que é o principal. Agora, deixamos aí escrito e está em pleno funcionamento o PROIN, que é um Programa de Desenvolvimento do Setor Produtivo, mas um programa inteligente, que financia parte daquilo que será geração de futuro ICM. Mas, não dar incentivos como ao longo dos anos se deu.

O Estado de Minas Gerais, eu te nho citado como exemplo porque o Estado de Minas não tem porto de mar, o Estado de Minas não tem as térras férteis como as que nós temos. O Estado de Minas tem condiçoẽs muito diferentes e muito diferenciadas das do Paraná. E no entanto, eles são hoje a 2ª maior economia do País. E sabem por quê ? Por uma única razão. Porque souberam, no devido momento, industrializar o Estado.

Eu quero finalizar, porque o tempo que me foi dado acho que já está esgotado, senhor Presidente, mas eu gostaria de colocar aqui que é preciso, urgentemente, que nós não esqueçamos destes fundamentos básicos da nossa economia futura. A nossa agricultura, por mais moderna, por mais eficaz que ela seja, ela está saturada. Nós não temos mais áreas, no Paraná nós não dispomos mais de áreas para que possamos

abrir novas fronteiras agrícolas. e está aqui o Deputado da região do sudoeste, onde eu também disponho de negócios e nós sabemos que grandes companheiros do sudoeste, Deputado, irão sair. Como eu também saí. Eu mantenho pequenos negócios, lá, e fui plantar onde ? O Haroldo, que é da mesma região, nós fomos lá para a região centro-oeste. Por que ? Porque as terras são férteis, porque o preço é a metade, porque as terra são todas agriculturáveis, não são quebradas, como a nossa do sudoeste. E há um deslocamento do nosso eixo agrícola para esta região. Ora, se nós dispomos destas informaçoẽs, se nós dispomos de infra-estrutura, se nós dispomos de um Governo que está empenhado na industrialização, eu acho que é fundamental que no momento em que se elabora a Carta, que não se pense nos incentivos. Mas, que se pense isso sim, no apoio efetivo, na quelas empresas que querem aqui no Paraná, sejam elas daqui, em novos investimentos, sejam elas de fora ou sejam elas do exterior, elas têm que ter o mínimo de condiçoẽs para aqui se instalarem e aqui se desenvolverem.

Eu quero finalizar, colocando em todo este processo um tema que tem sido muito pouco abordado. Os que conhecem bem o País, os que convivem com os Estados mais industrializados, sabem que hoje um grande gargalo são as relaçoẽs entre trabalhadores ...

O SR. CARVALHO : - para que quando o gás venha (ininteligível), nós não permitamos que mais uma vez aconteça que o gás vá para outras Regiões.

A nossa visão do processo industrializatório, é muito clara, nós não podemos nos contentar pelo fato do Estado, ser um Esta do Agrícola, se fale em agro-indústria.

É evidente que a agro-industria, é fundamental, e nós demos grande ênfase na Agro-indústria, mas é preciso lembrar também na hora que o mundo viu uma pequena aldeia, na hora que o México, os Estados Unidos e o Paraná, formam um grande grupo, os Países Asiáticos, outros, os Países da Europa se reunem para em 1992, sem fronteiras sem um único comércio, É preciso, que evidentemente, nós, que nós só poderemos disputar com nossos imrãos Latinos Americanos, no momento, que nós tivermos também aqui no Paraná, tecnologia avançada, tecnologia de ponta, metal mecânico, e assim por diante.

Não foi por outra razão, que nós conseguimos, aqui alguns projetos, que já não são mais projetos, alguns em fase de inauguração, alguns já foram inaugurados, outros em fase de construção...

JOSÉ C. CARVALHO -... as relações entre trabalhadores e empregadores.

No Brasil nós não temos ainda uma consciência empresarial nos moldes que outros setores de nossa economia ou de nossa própria cultura já avançada. Evidente que não estou falando dos empresários modernos, naqueles que entendem que alguém não é alguém sozinho; que num empreendimento onde tem pessoa, que será por exemplo esta sala magnífica, com o quadro do Potti nas minhas costas; o que será esta sala depois desta reunião.Um amontodado de cadeiras, de móveis e mais nada, porque o mundo essencialmente é feito de gente. E nas relações de empregadores e empregados ocorre a mesma coisa.

Os empregadores modernos são aqueles que entendem que só através do conjunto, através de programas inteligentes, de administração por um objetivo, onde haja efetivamente a participação de todos, é que nós podemos desenvolver. E o Paraná de uma forma bastante tupiniquim, nós conseguimos no ano passado fazer o primeiro pacto nacional. E neste primeiro pacto nacional eu tive a honra de coordenar juntamente com o Carom que foi um fiel e competente colaborador na Secretaria. Tive oportunidade de constatar aquilo que se vê no jornais, nos veículos de comunicação, as lideranças dos trabalhadore, elas estão infinitamente mais bem preparadas que as lideranças empresariais. E quem nos fala é um líder empresarial nacional do meu segmento econômico. Mas isso eu constatei pessoalmente que depois de inúmeras reuniões nós chegamos à conclusão que era possível sim em carater permanente trabalhadores através de lideranças organizadas e os empregadores através de lideranças também organizadas discutir na Mesa com clareza aquilo que é possível fazer dentro, evidentemente do contexto do país. E isso não tem sido muito explorado no Paraná.

O Paraná tem dois dados, para terminar Sr. Presidente. Foi o único Estado do Brasil que cresceu no ano passado

passado. Os dados não são meus. Os dados são do IBGE e foram divulgados agora amplamente e o Paraná foi o único Estado da Federação que não teve uma única greve sequer no ano passado na área empresarial. As greves que houveram foram no setor público, mas na área empresarial não teve uma greve sequer.

O que significa isso? Ou os comunicadores do Paraná são muito inteligentes e os empregados são muito burros; e vice-versa.

Nenhuma das duas.

O que houve no Paraná foi discussão na Mesa com muita clareza aonde começa o seu direito, termina o meu e, vice-versa. E estabelecemos regras e essas regras foram cumpridas integralmente.

É evidente que o empresário retrogrado, que também temos, não conseguiram acompanhar a evolução deste pensamento. É evidente que os funcionários das empresas, eu falo isso porque eu tenho 2500 empregados e, posso falar de cadeira, os empregados, os trabalhadores, os segmentos mais especializados, é evidente que não podiam continuar vivendo com um salário simplesmente da URP, se nós vivíamos com uma inflação devastadora que corrói o salário, que corrói a economia, como querer que os trabalhadores possam viver com o mísero percentual que a URP lhe dava.

Por que nós temos empresas de sucesso em determinados segmentos e no mesmo segmento temos empresa mal suceddas?

É evidente que é um problema de gerenciamento e um problema básico de relações entre trabalhaodr e empresa.

No Paraná nós conseguimos isso. Não conseguimos a totalidade, mas conseguimos a grande maioria. As categorias.....

O SR. JOSÈ CARLOS DE CARVALHO:-...as categorias anteciparam os salários porque é ato de inteligência fazer isso, não é ato de benevolência, é ato de inteligência, porque o tul-over diminui, nós sabemos, Sr. Presidente que toda a vez que aumenta/ o tul-over aumentam os custos,então o que fazíamos, a maioria das empresas do Paraná? Dava os ajustes da URP e complementavam próximos à inflação, até por ato de inteligência, como disse, porque quando se / concluia o dissídio que fecha no ano, você não tinha um grande GAP,para pagar, você estava muito próximo.

Colocadas estas questões eu deixo aqui, Sr. ~~XX~~ Presidente, a minha mensagem de fé, de otimismo e daqueles que acre-/ ditam no poder de centralizar, daquele que acredita na democracia, daquele que acredita no respeito às Leis, daquele que acredita que é / possível,sim,transformar o Paraná num grande polo industrial e comercial e junto com a agricultura, que já é forte, nós poderemos ter, muito breve, não só um Estado produtor de grãos, mas um Estado de Economia equalizada, onde todos, por certo, viverão melhor.

muito obrigada.

APLAUSOS.

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca):-Dr. José Carlos de Carvalho, nós agradecemos as suas ~~XXXXXXXXXX~~ lúcidas palavras sobre as perpectivas otimistas com relação ao Comércio/ e a Indústria do Estado do Paraná e tenho certeza elas serão traduzidas no texto constitucional em Artigos de Lei que garantam o desenvolvimento do Estadorumo à esta idéia do polo agro-industrial que nós merecemos e ainda não temo.

Eu lembro a V. Exa. que o Painel ainda continua como sei que V. Exa. é extremamente ocupado e tem viagem marcada para São Paulo, eu o desobrigo de participar da continuidade dos trabalhos.

Convido, na sequência, para falar sobre os Bancos de Fomento, com base na medida dramática e lemantável, para os /

três Estados do Sul, a extinção do Banco REgional de Desenvolvimento Econômico que havia sido criado por decisão das três Assembléias, da Assembléia do Paraná, da De Santa Catarina e da do Rio Grande do Sul, o Deputado Juarez Furtado, Presidente da Seccional Sul da União Parlamentar Interestadual, e depois o Dr. Gloguer do BRDE local.

UM SR. PARTICIPANTE:- Sr. Deputado, licença, nós estamos aqui, uma / Comissão de Funcionários do BRDE, extinto, V. / Exa. está sabendo, a partir de hoje o BRDE está em liquidação, então/ viemos assistir esta Comissão. Para representar o Dr. Gloguer o Dr. / Soffiatti.

O SR; PRESIDENTE: - Não tem problema, o Deputado Juarez Furtado falará, representando as Assembléia do Sul, ele foi Ex Presidente da Assembléia de Santa Catarina, e é da UPI, ele teve a / bondade de vir de Florianópolis ~~XXXX~~ até aqui, a convite do Deputado Luiz Alberto e desta ~~XXXXXXXXXX~~ Comissão, e em seguida daremos ao Economista Sofiatti a oportunidade de participar do Painel.

O Deputado prefere que o Economista fale em 1º lugar, eu o convido então a tomar assento à Mesa.

O SR. ~~XXXXXX~~ SOFIATTI:- Boa-tarde...

O SR. SOFIATI - Boa tarde a todos. Ontem foi entregado já uma proposta de uns funcionários, sobre o tema da Assembléia Constituinte, Comissão da Ordem Econômica e Social. Então nós apresentaremos também rapidamente sobre este assunto, sem entrar em detalhes, e temos até uma série de documentos que podemos deixar com os senhores deputados e demais interessados, sobre a questão do banco e a questão que se discutia da transformação do banco.

O que nos parece realmente importante a nível da economia da região Sul, é a necessidade de que os três Estados mantêm no novo prazo uma estrutura regional de desenvolvimento, ou seja, é necessário que os três Estados tenham um banco regional de desenvolvimento.

Os fatos das últimas horas aí colocam a situação dramática que é a decretação da liquidação desse organismo estatal, que vem há quase 30 anos financiando empreendimentos dos mais variados setores da economia, tanto empreendimentos públicos, como empreendimentos privados. É uma organização que durante todo esse tempo demonstrou os seus resultados. Não se trata de uma intervenção que venha a liquidar um banco, por motivos de malversação de verbas públicas ou de dinheiros públicos ou por corrupção ou por qualquer outro motivo.É basicamente uma questão política, no nosso entender. Inclusive, tenho um documento aqui que deixaremos, que foi feito no final desta última semana e que coloca inclusive a questão da transferência do BRDE para o Governo Federal.

Porque o problema do BRDE como já é público e notório, é apenas a inadimplência que se acumulou durante vários anos nos governos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do município de Curitiba, em função do projeto da Cidade Industrial. E o não pagamento desse financiamento, fez com que o banco tivesse que honrar junto as fontes primárias dos recursos estes pagamentos.

Então o banco foi aplicando em primeiro lugar todos os recursos próprios e posteriormente passou a captar recursos no mercado, CDB? RDB, CDI, para ir rolando essas dívidas.

Ocorre que, com os altíssimos índices inflacionários do ano passado e dos anos anteriores também, essa dívida teve um crescimento explosivo, E ainda no primeiro deste ano, os juros altíssimos e agora também, após o Plano Verão, esse crescimento se realimentou. Então é uma dívida que a curto prazo, os Estados e o município de Curitiba, aí deve-se dizer que o Estado do Paraná não deve ao BRDE e que tem inclusive um saldo de operações, pequeno, e esses Estados de Santa Catarina, Rio Grande não tinham como não tinha Curitiba condições de pagar essa dívida a curto prazo.

Então estávamos propondo a transferência do banco para o Governo Federal. Quer dizer, continuaria a ser um banco regional, um banco de desenvolvimento, só que um banco federal.

Então nesse título procura-se um financiamento de longo prazo aos Estados e ao município para que liquidassem a dívida junto ao banco. E isso sendo feito estaria sanado perante o BRDE. Quer dizer, que você empresta recursos para projetos, com autorização do Governo Federal e esses recursos não são devolvidos ao banco, não são pagos.

Então não é um problema interno do BRDE, na verdade é um problema que se originou junto aos Estados que são os donos do banco.

E eu inclusive me admirei hoje, que a imprensa divulga a dívida de 850 milhões dos três Estados. Isso não é o total da dívida vencida. É uma parte que ainda não venceu. - De 450 milhões do Rio Grande - 330 de Santa Catarina e 70 milhões do Paraná, serão transferidas do BRDE para o Tesouro Nacional. Ela será paga em 15 anos, com 18 meses de carência. O não pagamento das dívidas contraídas posteriormente foi motivo para o BRDE apresentar problemas de déficit.

Quer dizer, então o que o Governo Federal aceita, refinanciar essas dívidas dos Estados para o BRDE, eu não vejo nenhum motivo para fechar o BRDE. Pelo contrário e essa questão me parece que a continuidade do organismo quanto ao banco regional de desenvolvimento, que seja provavelmente de caráter federal, ele está nas mãos dos Senhores Deputados Estaduais, Federais e dos Senadores. É uma questão realmente política....

O SR. - ... é uma questão realmente política. Eu passarei às mãos da Mesa que posteriormente poderá distribuir. Entrando especificamente na proposta da Constituinte, nós fizemos aqui uma proposta que foi amplamente discutida dentro do BRDE e enviamos cópia aos nossos colegas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul no sengido de que eles lággambém discugissem a mogéria e encaminhassem também as respetivas Assembléias Constituintes

Nós estamos propondo aqui uma série de itens que em lendo a Constituição do Estado não encontramos lá apoio para as questões que estão aqui abordadas. Então nós estamos propondo basicamente a criação do Conselho Estadual do Desenvolvimento a ser integrado pelo Governador do Estado ou pelo seu representante que será o Presidente do Conselho, pelos Diretores Presidentes do Banestado, Badep e BRDE, pelos representantes das universidades e centros de pesquisas, representantes patronais da agricultura, pecuária, cooperativas, indústria e comércio, serviços e ancos privados, representantes sindicais dos trabalhadores na agricultura indústria e comércio serviços de bancos e também representantes dos servidores públicos. Então este seria um organismo novo que não existe ainda na estrutura de Governo que teria por tarefas entre outras administrar o fundo de desenvolvimento economico estadual que é um fundo que está sendo também proposta a sua criação e que deverá absorver o existe Fundo de Desenvolvimento Econômico o FDE, mas com um escopo de o jetivos mais ampliados.

Esse organismo que nós estamos propondo, a gente reputa assim bastante importante porque entre outras ações ele daria competência para autorizar a contratação de grandes operações de crédito entre os bancos públicos Badep, BRDE, Banestado e empresas estatais, de modo que se evitasse no futuro situações como a vivida recentemente pelo BRDE ou por outros organismos, e também houvesse uma transparência dentro dessas operações de crédito.

Ao Conselho ainda proporia, aprovar política de desenvolvimento econômico e como eu falei administrar o FDE que seria o novo fundo de desenvolvimento estadual e seria uma forma de obter uma representatividade grande dos setores envolvidos, tanto dos

setores de Governo e de desenvolvimento tecnológico que aí entrariam as universidades e os centros de pesquisa, os órgãos públicos, os organismos que financiam o desenvolvimento no caso o Banestado, o Badep e o BRDE e também os representantes da iniciativa privada e trabalhadores.

XX Temos o desenvolvimento econômico no Brasil tem sido tratado no Brasil há tantos anos , pelo menos há 30 anos na forma objetiva ~~xxxxxx~~ sempre presente no discurso e na ação governamental, teria no Estado do Paraná, na estrutura de Governo um Conselho de uma forma democrática e representativa dos interesses da sociedade de modo a poder administrar os conflitos normais que existem entre grandes investimentos políticas industriais, projetos, financiamentos, etc.

Estamos propondo também a criação do Sistema Financeiro Estadual, porque dentro da estrutura do (incompreensivel), existem diversos organismos de carater financeiro outros de carater bancário que talvez não tenham até o momento uma operação astante harmônica e integrada, então se propõe aqui a ~~xxxxxx~~ criação do sistema financeiro Estadual que seria formado pelo Badep, pelo Banestado e pelo BRDE e pelos organismos vinculados sobretudo Banestado, as diversas empresas que compõem o conglomerado e ainda pela secretaria da fazenda.

Esses dois organismos então seriam integrados para que houvesse ...

O SR. SOFIATI:- ...para que houvesse maturação harmônica entre financiamento e operação financeira do Estado e os projetos de desenvolvimento e ciência e tecnologia.

O Fundo de Desenvolvimento Econômico ~~xxxxx~~ Estadual foi proposto também, já me referi, e como quarta proposição o Fundo de Desenvolvimento Regional ou o Fundo Regional de Desenvolvimento, como está escrito aqui, seria na proposição administrado pelo BRDE. A concentração industrial no Brasil ela está basicamente centrada na região sudeste que é formada pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A região sul tem uma estrutura econômica já relativamente madura, mas não tem a região sul todos os apoios que vem recebendo e sempre recebeu o nordeste, por exemplo, o norte e agora mais recentemente o centro-oeste. Então, os Estados do norte, do nordeste, centro-oeste, na própria Constituição Federal foram privilegiados com recursos da ordem de 3% da arredadação total do impsto de renda e do IPI para financiamento aos setores produtivos desses Estados que integram essas regiões e esses recursos deverão ser repassados por intermédio dos Bancos regionais e federais, ou seja, do BASA, do BNB e do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Então, o que ocorre a nível da região sul é que a região sul hoje está dependendo basicamente de recursos federais, da FINEP, da FINAME, do BNDS, do Tesouro, da Caixa Econômica Federal, para desenvolver seus projetos. Então num encontro dos três Estados em se criando esse fundo regional de desenvolvimento se poderia ter alguns ~~xx~~ graus de liberdade a mais do que hoje existe no sentido de financiar projetos~~x~~ de interesse básico da região. Então a região tem alguns setores onde ela tem uma importância bastante grande e alguns setores dos quais ela detém para maior desenvolvimento, vide por exemplo o setor de transportes. ~~xxxxxxxxxxx~~ A economia~~x~~ da região sul é baseada sobretudo em grandes produções agrícolas e ~~xxxx~~ transformação agro-industrial. Nós não temos basicamente o transporte ferroviário nem o fluvial bem desenvolvido e isto ~~x~~ onera...

Os custos de transporte , transferência de exportação, só para se ter um exemplo. Então outros setores como papel e celulose, setor energético, temos carvão, temos hidroeletricidade(?), diversas outras alternativas de desenvolvimento já existentes e outras já desenvolvendo em indústrias modernas e alta tecnologia, poderiam ser ampliadas, o apoio a esses setores com a existência desse fundo regional de desenvolvimento.

Então estas seriam basicamente as quatro propostas que é a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Estadual, o Sistema Financeiro Estadual, o Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico e o Fundo Regional de Desenvolvimento que gostaria cópias aqui com a Mesa também.

E com relação a questão do BRDE eu acredito que já me estendi bastante e eu passaria depois então a palavra à Mesa e transferisse para o Daniel.

O SR DANIEL:- A Comissão Constitucional ela está tratando de questões do futuro. Então a idéia de a gente vir aqui para expor à Comissão...

O SR. DANIEL LOPES DE MORAES - ... vim aqui para expor para a Comissão é um assunto conjuntural que hoje se está vivendo, eu sei que não é objeto da Comissão, mas, tendo em vista a dramaticidade do momento, o BRDE hoje está em liquidação, está em liquidez eu não posso (?), pela importância dela, pelas discussões que houveram nos meios empresariais, junto aos seus funcionários, junto aos governos e agora ultimamente a imprensa com os parlamentares, o que a gente não queria registrar e até não sei como é que pode ser conduzido isso na mesa, é que isso, não passasse esse momento, embora os trabalhos aqui ficassem no futuro é o que que se poderia fazer, quem Mensagem tem essa Mesa da Comissão Constitucional para os funcionários que estão presentes. Nós estamos em Assembléia permanente, em vigília, estamos agora, até ontem, os funcionários vêm tratando exclusivamente dos interesses da instituição, não de seus interesses, dos direitos, há partir de hoje não poderia ser diferente estamos priorizando as questões de interesse do corpo funcional : seus direitos trabalhistas, etc. Porque a instituição em liquidação nós não sabemos o que vai acontecer conosco. A maioria dos funcionários possui direito constitucional da estabilidade, mas a gente sabe que neste país não se respeita as leis e os governantes, infelizmente, são os maiores desrespeitadores da legislação, então há uma preocupação muito grande nesse sentido de ser assegurado esse direito. Do ponto de vista da instituição também a gente espera que se esse processo de liquidação não é irreversível, teoricamente isso pode ser revertido, nós temos informação de que está sendo já entrando no Congresso Nacional um projeto de Lei criando o Banco de Desenvolvimento da Região Sul aos moldes de um Banco do Nordeste do Brasil, do Basa, do Centro Oeste, essas pessoas têm que trazer essa preocupação...

preocupação para a Mesa, o público aqui, me parece, a maioria é de funcionários do Banco e deixar esse registro aqui e ver o que se poderia fazer, a Mensagem da Mesa para esse momento em que o Banco está vivendo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Rafael Greca)

Esta Assembléia Estadul Constituinte foi surpreendida pela decisão federal de extinção do BRDE, porque era nosso entendimento colocar no texto constitucional as propostas advindas dos funcionários do BRDE e até uma proposta que garantisse a manutenção do compromisso assumido pelas 3 Assembléias historicamente ao tempo do Governo Ney Braga, Celso Ramos, Leonel Brizola e Jânio Quadros que resultou na criação banco. Então percebam, as diferenças regionais ainda persistem. A Constituinte Federal foi pródiga na criação do Banco do Centro-Oeste, quanto ao Banco do Nordeste certamente certamente não se insurge o Gov. Federal. O caráter autárquico do BRDE interessa à nossa visão e aí a minha visão pessoal de independência da economia nacional. Como curitibano, ~~xxxxxx~~ sei da utilidade do BRDE porque percebo a CIC nos seus múltiplos benefícios na geração de pelo menos 70 mil empregos diretos e indiretos e sei também que a cidade não podia viver com o perfil industrial da cidade da minha infância de antes da cidade industrial : que era uma fábrica de gengibirra Hugo Cini, da fábrica Mueller, da fábrica de colhões Michelosso, de uma ou duas serrarias ~~xxxxx~~, erva-mate dos Leão e de não mais do que isso. Então claro que o suporte do desenvolvimento em Curitiba veio da CIC. Como Dep. da oposição eu discordo da posição do Sr. Governador Álvaro Dias. No entanto, o fórum da Assembléia Estadual Constituinte não é próprio para esse tipo de debate. Eu agradeço a presença dos Srs., acolho como Presidente da Comissão as propostas que a nossa assessoria jurídica vai estudar se ainda são pertinentes e passo a palavra ao Dep. Jair Furtado que teve a bondade de se deslocar de Sta. Catarina até aqui, para, na...

Assembléia do Paraná manifestar a posição dos Dep. catarinenses. Nós esperávamos a presença de um Deputado do R.G.do Sul também ...

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Foi a Brasília o Dep. Germano Rigotto também na tentativa de salvar o BRDE.

O SR. PRESIDENTE - E nós recomendamos o Deputado ...

O SR. RAFAEL GRECA - ... E nós recomendamos o Deputado Doutel de Andrade, Deputado Federal, que foi Vice-Governador do Estado de Santa Catarina, à época da criação do Banco e que agora é vice-líder da Bancada do PDT no Congresso Nacional e tem profundo interesse pelos assuntos de Santa Catarina. Tive a oportunidade de conversar com ele sobre esta questão. Pode ser de valia para o movimento de vocês.

Eu passo a palavra ao Deputado Juarez Furtado e depois vamos encerrar este Painel para prosseguir nos trabalhos constituintes. Em todo caso quero que saibam que a Assembléia do Paraná é sempre "forum" para os paranaenses se manifestarem contra os desmandos do Goveno Federal e sobre tudo há de ser uma trincheira da Federação que nós ainda não temos, essa Federação que impondo decisões de Brasília e queira Deus que não seja ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ um Fundo Moneário Nacional sobre os que somos brasileiros.

O SR. JUZREZ FURTADO - Sr. Presidente Rafael, e ainda há pouco esteve aqui o Presidente da Assembléia, o Deputado Aníbal Khury) o Sr. 1º Secretário Tadeu e ao lado o Deputado Orlando Pessuti e outros Senhores Deputados, e como não poderia deixar de ser eu gostaria também de saudar o nosso incansável lutador não só nesta Casa, ~~xxx~~ mas através da União Parlamentar Interestadual, o Presidente Luiz Alberto. Luiz Alberto é prova de que nos três Estados do Sul, não só agora, mas quando se começou a falar na extinção do BRDE, já começavam a assembléias através da seccional Sul, da UPI, a qual presidimos, como também a todos os Deputados, independentemente ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ de Partido.

Em Santa Catarina, no mês de outubro, de janeiro, lá tirávamos documentos fazíamos reuniões foram tirados documentos, foram ~~xxxxxxxx~~ comissões a Brasília, contactamos com Ministros, com o Presidente da República, Deputados Federais, Senadores... e acho que faltou uma ação maior por parte dos Deputados Federais e dos Senhores Senadores dos três Estados, porque eles estão mais próximos, estão vivendiando este dia-a-dia lá e consequentemente tinha que a parte política, neste caso, ser mais ágil. Mas nós daqui tínhamos que nos reunir, tínhamos que ouvir aos dirigentes do BRDE enfim aqueles interessados, o comércio, a indústria, aqueles que nestes 27 anos de BRDE ~~xxxxx~~ tiveram um benefício, e especialmente os Estados do Sul.

Chegaram momentos difíceis que aparentemente impossível de serem resolvidos e de se impedir a liquidação já em andamento. Mas a luta continua, os problemas vêm, os problemas estão aí especialmente para os funcionáris:. principalmente aqueles que assumiram a função de dirigente como é o caso de um rapaz de Santa Catarina. Há 30 dias uma pessoa assumiu a direção do Banco e poderá estar inabilitada, porque chegou neste momento . Isto poderá acontecer. Ele não terá a culpa, a culpa está , no meu entender, e salvo melhor juízo, atingimos a era de 82 pessoas que talvez até aqui estejam; mas a mim confessou. Foi a politicália que deve ser eliminada da vida pública nacional. Nós temos que faze r política, agir politicamente. Nós estamos aqui agindo politicamente, estamos participando de uma ação política elogiável .....

O SR. JUAREZ FURTADO: ... elogiável, que é esta da comissão de temática de ordem econômica e social, da elaboração da Constituição do Estado do Paraná. Especialmente no desenvolvimento econômico social deste Estado, que não há necessidade de falar. Os dois oradores Drs. José Vianna e José Carvalho já deram e os outros tantos que vão falar, mas eles já deram um panorama que já conhecemos, sabemos e convivemos aqui. Residi de 58 a 64 e o Paraná para mim é uma 2ª Santa Catarina, uma 2ª Lajes. Porque conheço seu povo, conheço seu dinamismo e a capacidade daqueles que aqui trabalham, neste ou naquele setor.

Então, senhores e senhor Presidente, não viria eu falar do BRDE. Nós vínhamos participar de uma reunião para podermos continuar nossa viagem a Brasília, onde estão lá os Deputados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Mas, a convite de V.Exª e também do Presidente da UPI viemos parar juntos. Inclusive os senhores funcionários, os senhores Deputados nos orientaram do que dizer, do que fazer em Brasília. Alguém disse em Santa Catarina, um jornalista que costuma jogar lama em tudo, deve ser um Juca Pirama, ele disse que nós Deputados iríamos segurar a alça do caixão, em Brasília, porque o ato já estava findo. O ato está findo, mas as nossas açoẽs devem continuar. A nossa luta deve continuar. Está finda para aqueles que cruzam os braços e não sabem reagir às açoẽs daqueles que lá nos gabinetes da República não vêem de perto os grandes problemas que criam através de suas decisoẽs. E esta origem de uma politicalha trouxe isto para nós. Em Santa Catarina ela foi usada em 82, um empréstimo que hoje monta, aproximadamente 300 milhoẽs de cruzados velhos e foi feita para se eleger o Governador da época. E eu pergunto: o povo deve pagar ? Os funcionários devem pagar ? Comércio e indústria devem pagar por esta irresponsabilidade ? Eu acho que não. Por isso nós estamos à disposição dos senhores. Temos que traçar um plano de ação e trouxemos algumas propostas para podermos dar continuidade ao trabalho da UPI e também dos senhores Deputados, todos, dos três Estados do sul, que foram incansáveis. É claro que nós poderíamos e deveríamos até, falar aqui dos problemas que o nosso Estado, especialmente sentiu e sente neste ato do Governo, a origem desta dívida, que foi em síntese política, aplicação na política, as providências do Governo atual em Santa Catarina deu total apoio. Outro lutou, foi a Brasília, brigou, foi conosco para a manutenção.

A evolução do BRDE nestes tempos todos, nós iríamos à posição atual destas dívidas, as posiçoẽs atuais dos nossos políticos, que é em síntese estar ao lado daqueles que querem a manutenção e não a extinção. E enfim, alternativas de soluçoẽs para este problema

criado. Mas, propostas já vêm além do que o Dr. Soffiati apresentou. Sanata Catarina me dava hoje pela manhã, porque ontem à noite eu não tomava conhecimento de que já estava por volta de 20, 21 horas, em liquidação ou determinada sua liquidação. Hoje, pela manhã ...

JUAREZ FURTADO -... hoje pela manhã no avião é que tivemos conhecimento. Então, trouxemos as propostas de Santa Catarina, se me permite o Presidente de ler rapidamente

(Lê proposta de ação) ...

As dívidas hoje é claro, com essa mudança é problema do governo federal, se ele deu mal ontem, ele pague hoje. Os atuais governantes dos estados não devem pagar essa dívida que foi aplicada mal ontem. Então, esse é um problema a parte, um problema do Governo Federal, ele que assuma o débito.

E acrescentaria, no avião vinha se pensando se discutindo inclusive, com alguns colegas que foram para Brasília, o problema maior talves de momento é o funcionário.

A Constituição Federal deu a estabilidade ao funcionário. É claro que todos os 3 estados têm órgãos e algum deles é o Banco do Estado, no caso o Besc e outros órgãos. Então esses funcionários todos iriam prestar serviços sem perder os seus direitos todos, o seu salário especialmente e consequentemente continuarem prestando os seus relevantes serviços aos nosos estados. E também temos que definir aí um estudo dessa comissão temática lá em Santa Catarina e o Paraná também está fazendo, se através de projeto de lei que teremos que elaborar e enviá-lo imediatamente às Assembléias para que garanta a esses funcionários. Garanta então esse período e depois naturalmente as comissões estaduais irão dar uma determinação melhor e mais ampla no caso.

E como já falamos a inabilitação dos novos dirigentes que não tem culpa da situação e consequentemente também teríamos que atender aí para o bem da sociedade dos nossos estados o problema do pagamento das dívidas, que poderão os nossos governantes quererem pagar e no nosso caso é impagável pela situação econômica que o nosso Estado atravessa.

E entra a ação da seccional sul da UPI que também a UPI através do Dr. Ulisses, é de nós convocarmos imediatamente todos

diatamente todos os candidatos à ~~Presidência~~ candidatos à presidência da República para em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul virem aos nossos estados darem a sua opinião em termos de região sul e, aí é claro o que eles pensam da nossa região. Que nós servimos apenas para sermos o celeiro do país . Eu costumo dizer, a minha região é de agropecuária, nós somos o "burro-de-carga". E me perdoem os nordestinos, mas o fato é que nós somos o celeiro da Nação, somos os estados mais ricos e estamos levando sempre.

Então está faltando....

O SR. JUAREZ FURTADO|- ... e estamos levando sempre. Portanto, então/ está faltando a nossa ação conjunta, a nossa / luta conjunta, a nossa unidade política, econômica e social, dos três/ Estado, que, felizmente já se começa, já há uns dois anos para cá se/ começa a movimentar.

Os nordestinos têm uma vantagem, eles brigam / entre si, os políticos, mas quando é para reivindicar uma agulha, eles brigam contra o mundo. Então eu acho que nós também temos que brigar contra todos para que nossos Estados sejam respeitados pelo que valemos ou somos perante a sociedade brasileira.

Por isso nós queremos cumprimentar ao Presidente da Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, o Presidente Rafael, por esta oportunidade que dá a todos nós em trazendo aqui expoentes/ da Economia e expoentes do Paraná, em fim falando do Paraná para o Paraná e falando do Paraná fala de todos nós.

A ação dos políticos, ultimamente desacreditada, tem que ser reabilitada através de nossos trabalhos, de nossas ações, de nossa dedicaçãp às causas públicas. Não serão poucos políticos maus que irão denegrir a imagem dos políticos, muitos, bons.Como/ tem bancários bons, tem bancários maus, tem advogados bons tem advogados maus,tem médicos bons e médicos maus, o que está se vendo é a generalização, estão generalizando a classe política que não presta, a classe política não vale nada; nós não podemos generalizar porque a ação de poucos não pode denegrir a ação de ~~mix~~ muitos. Por isso os / muitos estão unidos, estão unidos nessa ação, especialmente agora em que se prepara a elaboração daConstituição Estadual, e amnhã ou depois vamos preparar a elaboração da Lei Orgânica Municipal. Então a ação / nossa está aí, vigilante, dos bons políticos.Por isso as nossas congratulações à Comissão, os nossos agradecimentos, mais uma vez ao / Luiz, que nos deu esta oportunidade, juntamente com o Presidente e / à Assembléia.

E, podem crêr, Srs. que pertencem ao BRDE, não é / só o BRDE que precisa de uma ação conjunta, é todo o Sul do País, e / os Srs. estão convocados, esse é o momento, a participação popular não é só para criticar, é também para nos orientar, eu posso não entender nada de Bancos, mas, nos últimos tempos já pudemos aprender muito, e/ consequentemente aplicar, então os SRs. e Sras. também são responsáveis nesse momento de elaboração de Constituição, em nos ajudar a elaborar uma Constituição ágil, sintética e objetiva e que não seja de grupos, não precisamos de lobbies, precisamos apenas da informação, da orientação, as sugestões, mas sem imposições, porque daí viraria uma Carta/ para a classe política, não uma Carta para o paranesne, para o Catarinese, para o gaúcho, e sim, se isso acontecer será um desastre, e / consequentemente, se isso acontecer não vamos atingir o objetivo, a / Carta tem que ser de todos, e por isso, então, que todos estão participando aqui na Assembléia do Paraná, como estão participando na Assembléia de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

APLAUSOS.

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca):- Sr. Deputado, eu passo a S. Exa. as Propostas do s funcionários do / BRDE à Assembléia Constituinte do Estado do Paraná , com a sugestão/ de que S. Exa. encaminhe à sua Assembléia Constituinte para referendar em Santa Catarina o que aqui já se pediu e com certeza lá se vai pedir também.

E encerro esta participação no Painel da Ordem Econômica e Social, desse segmento que tratava do Banco de Fomento Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Mais uma vez manifestando o repúdio da consciência do Paraná contra isso que nós refutamos como um ato de violência do Poder Central contra os 3 Estados do Sul.

Na sequência eu convido o Dr. Paulo Ricardo dos Santos do Banco de Desenvolvimento do Paraná, Badep, sobre as perspectivas do fomento econômico do Paraná e a nossa Constituição.

O DR. PAULO RICARDO DOS SANTOS:- Em 1º lugar...

O SR. PAULO RICARDO DOS SANTOS - Em primeiro lugar, para me solidarizar eu gostaria de pedir permissão ao Presidente, com os colegas do BRDE, uma vez que como funcionário de uma instituição de fomento nós lamentamos profundamente que um ato discricionário, não negociado tenha levado a liquidação de uma instituição que durante 27 anos prestou grandes serviços a região Sul. (PALMAS)

Sr. Presidente e Srs. Deputados , eu gostaria de retomar algumas idéias que foram contempladas ontem aqui, quando o professor Rui nos deu uma idéia da formação econômica do Paraná e nos falou na existência de três ilhas que se separavam como unidades autônomas pela sua formação diversa, tanto do ponto de vista da forma como foram colonizadas, quando dos interesses econômicos ali predominantes.

Na verdade, no início da década de 60 essa situação se configurava com muita clareza no Paraná e nós tínhamos uma região centro,-sul, que era o Paraná tradicional, o Paraná que detinha o poder político, mas que crescentemente deixa para regiões mais dinâmicas o crescimento econômico, enfim, o dinamismo maior da economia. A região Norte do Paraná, sobretudo, ocupada por mineiros, paulistas, nordestinos, cuja cultura cafeeira trazida pela sua cabana, pela possibilidade de acesso ao porto de Santos, devia na verdade, era uma extensão econômica do Estado de São Paulo, vivia vinculada aos interesses do capital de São Paulo, e todo o fruto de um trabalho acabava sendo direcionado para aquele Estado.

O bom cafeeiro não nos trouxe ao Paraná as possibilidades que aqui requer as poupanças aí geradas, exatamente porque ela era canalizada em direção ao Estado de São Paulo.

Na outra ponta, no Sudoeste do Paraná e recentemente no Oeste do Paraná, a ocupação se fazia predominantemente pelo braço jovem do Rio Grande do Sul, já expulso da região noroeste daquele Estado exatamente pelo fenômeno do minifúndio, do parcelamento sucessivo das propriedades agrícolas que vinham então tentar no Paraná uma nova possibilidade de crescimento, mas também esta região tinha os seus vínculos

mais arraigados com a região de origem e então não se poderia falar efetivamente de um Paraná integrado.

Eu faço essa reminiscência história exatamente para lembrar que no início dos anos 60 o Poder Executivo e a Assembléia Legislativa tomaram uma decisão histórica de garantir a autonomia de recursos internos para o Estado poder integrar-se e desenvolver-se e iniciar o que eu chamaria a primeira Revolução que ocorreu neste Estado. Foi em 1962, quando da lei que criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico e criou para administrá-lo a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, primeira instituição estadual com a característica de empresa de fomento econômico.

A própria lei determinava que no primeiro momento 80% dos recursos gerados por um adicional ao Imposto de Vendas e Consignações, adicional este de 1% sobre o imposto que era de 4,5, para os senhores terem uma idéia do valor relativo deste adicional que foi complementado depois, era um adicional restituível, foi complementado depois por um empréstimo compulsório elevando para 2% a contribuição a este Fundo de Desenvolvimento Econômico.....

O SR. m - ... a este fundo de desenvolvimento econômico. Isto permitiu ao Estado investir pesadamente na infraestrutura que não detinha ~~xxkçx~~ então. O Paraná no início dos anos 60 se tinha algo como 100 kms de asfalto é porque não era possi el desviar a BR/2 a BR/116 do Território Estadual, porque era o único investimento que existia. Existia um trecho em direção a Ponta Grossa e existia um trecho da BR-369 entre Ourinhos e Jataizinho. Era isso que existia em termos de comunicações a nivel moderno. A energia elétrica não era disponível a não ser de origem térmica, enfim motores a explosão gerando energia, existia, Curitiba era suprida pela Usina de Guaicana, mas ainda em 62/63 houve uma crise de racionamento de energia no Estado, enfim para lembrar a precariedade de infraestrutura vigente a época. O FDE através do mecanismo da Codepar tornou possivel ao Estado com recursos próprios, com recursos gerados da poupança interna investir pesadamente em infraestrutura, especialmente nos setores de energia elétrica, transportes, rodovias, tele comunicações saneamento básico e a modernização do Porto de Paranaguá.

Esta base infraestrutural que aqui foi depois mencionada pelo Secretário José Carlos Gomes de Carvalho, é que propiciou o p Paraná mudar a sua face de uma economia predeominantemente agrícola para um início de um processo de industrialização que realmente infletiu historicamente o novo período econômico do Paraná.

Aqueles períodos tradicionais que a gente aprende na escola, do ouro, da erva-mate, da madeira e do café, na verdade são períodos de predominância de um produto na economia mas sempre um produto extraído, depauperando as nossas riquezas naturais, na verdade na verdade ~~axexxaxmaxx~~ era o ouro era de aluguel, a erva-mate era natural, não era silvícola e o café representava o aproveitamento do homus da terra do Norte do Paraná.

Mas a solidez economica só pode decorrer não apenas da exploração racional, dos recursos naturais, mas da industrialização da agregação de valores que se possa dar a esses produtos. Então eu gostaria de chamar a atenção da Comissão para a

importância da decisão histórica tomada naquele ano há quese 30 anos atrás, no início dos anos 60 que permitiu ao Paraná iniciar um novo processo de desenvolvimento e o processo sobretudo ordenado, porque os recursos administrados pela Codepar eram submetidos sempre ao exame de viabilidade econômica, era exigido um projeto executivo, projeto este que poderia ser acompanhado de um cronograma físico, financeiro a ser acompanhado, então os recursos eram otimizados, os poucos recursos disponíveis eram otimizados, porque aplicados com eficiência e tendo uma perspectiva de retorno. Este controle exercido sobre a aplicação de recurso, a exigência de um projeto anterior tornava mais racional a sua aplicação e permitiu ao Estado mudar o seu perfil ao longo de 20 anos, nós realmente dotamos o Estado de uma infraestrutura que hoje ~~ainda~~ é invejável e pudemos mudar o perfil do PIB interno do Estado ou da Renda Setorial. A indústria representava 6% do PIB em 1.960 e hoje representa mais de 30% houve uma inflexão muito importante neste sentido.

Ao longo dos anos com a ref orma fi~~nanceira efetuada em 1.967 foi extinta a possibilidade de exigência de~~ financeira ~~foi extinta~~ efetuada e, 1.967 ...

O SR. :- ...financeira efetuada em 1967 foi extinta a possibilidade,a Emenda 18 extinguiu a possibilidade de vigência do empréstimo compulsório. Então o Estado passou a ter que contribuir para o fundo de desenvolvimento econômico com receitas orçamentárias, mas aí então como as decisões já passaram a ser concorrentes com outras destinações, não havia uma fonte cativa de recursos, durante dois anos ainda foram importantes as contribuições do orçamento estadual, mas posteriormente ela veio diminuindo até expressar-se por algo como 1 a 0,5 por cento da receita tributária estadual. Então esta fonte autônoma de recursos acabou se esvaindo e foi substituída crescentemente ao longo dos anos pelo aporte(?) de repasses de recursos de fundos federais, do BNDS, do Banco Central , da Caixa Econômica Federal, da Financiadora de Estudos e Projetos, a FINEPE e de outras fontes externas, especialmente operações de resolução 63, operações com o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e durante os anos 70 esse afluxo poderoso de recursos na economia do Estado, recursos colhidos de fontes federais, permitiu a implantação de uma parcela muito importante do parque industrial que hoje temos instalado, mas no bojo dessa locação de recursos ou repasse nós tivemos a perda e esta é a questão fundamental da autonomia estadual no direcionamento de recursos. Na verdade como os recursos vinham de fontes externas, eles já vinham carimbados a sua aplicação a sua aplicação era sujeita a condicionalidades como hoje nós assistimos o país sofrer essas condicionalidades em relação a suprimentos de recursos do Banco Muncial, por exemplo, que está discutindo um problema que caberia naturalmente à soberania brasileira discutir-se, a locação de recursos no setor elétrico deve ser feita ou não exclusivamente em nível de eletricidade ou de deve comtemplar a energia nuclear. Eu acho que é uma intromissão, não diria descabida, porque quem supre o recurso pode exercer condicionalidade, mas demonstra bem a vulnerabilidade...

do tomador desses recursos em adotar as decisões que mais lhe interessam de perto ao desenvolvimento de sua peculiar, dos assuntos de seu peculiar interesse.

Depois dessa centralização de recursos a nível federal e nos últimos anos a partir de 1979, sobretudo, nós assistimos um progressivo esvaziamento das fontes federais, de suprimento de recursos a longo prazo. E é muito importante considerar que não se pode cogitar de fomento econômico, de amparo a investimentos industriais, sejam eles de retorno rápido ou de retorno a médio e longo prazo sem que haja uma correspondente fonte de recursos de médio e longo prazo que possa suportar o investimento até que a unidade esteja completa e possa produzir os seus resultados. Isto é verdadeiro para as empresas industriais como é verdadeiro para a complementação da infra-estrutura econômica indispensável à manutenção do nosso desenvolvimento. Nós temos um exemplo, Dr. Gomide da Copel está aqui presente, o Paraná tem uma riqueza extraordinária em termos de potencial de hidroeletricidade, mas se nós não completarmos agora os investimentos indispensáveis a suprimento futuro de energia, a partir de 92, 93 estaremos sujeitos a um racionamento drástico, a dificuldades na manutenção do atual quadro industrial, imagine-se com o crescimento projetado da economia que nós temos que retomar, relançar à economia, com o crescimento projetado teremos um déficit cada vez mais importante de energia ...(inaudível) de fontes internas de recursos capazes de suprir.

Então, eu gostaria...

... então eu gostaria de propor concretamente a essa Comissão que examina a Ordem Econômica e Social, que a Constituição do Paraná contemplasse uma nova decisão de efeito histórico para nossa economia. Ao vincular a aplicação de investimentos produtivos na economia dos recursos que nós, o Estado vai auferir, na concentração pelo uso de seus recursos naturais. Eu estou me referindo aos "royaltes" do art. 20 que a Constituição Federal assegurou como contemplação, compensação aos Estados e Município pelo uso dos eus bens naturais. Eu acho que seria uma decisão da mais alta relevância, que nós pudéssemos, através desta Comissão e do plenário da Assembléia, assegurar no texto da Constituição estadual a totalidade dos recursos advindos da cobrança de "royaltes", pudesse ser encaminhada ao Bando de Desenvolvimento Econômico para que, segundo critérios que seriam decididos pela própria Constituinte, para que esse alocasse aos setores : seja de infraestrutura econômica, seja ao fomento de atividades produtivas, seja biotecnologia, seja a preservação do meio ambiente.

Eu acho que existe um projeto de lei, uma proposta do Dep.Gernote Kirinus encaminhada à apreciação da Assembléia que define alguns parâmetros para aplicação desses recursos.O que me parece importante ressaltar que temos que resgatar a autonomia estadual na geração, e na destinação dos recursos que afetam nosso desenvolvimento. Nós não podemos estar sujeitos hoje à mono-dependência de algumas fontes federais. Hoje na verdade recursos disponíveis para investimentos de longo prazo são extremamente escassos e estão concentrados no BNDS, na Finame que faz parte do mesmo sistema, na Financiadora de estudos e Projetos que mantém a não liberação de recursos e na Secretaria do Tesouro Nacional que ainda não aprendeu a manejar aqueles recursos que antes eram geridos pelo Banco Central que perdeu as suas funções de fomento na reforma financeira, que não aprendeu a manejá-los e sofre o drama de ter que lidar...

com duas moedas simultâneas : ou seja, as aplicações são feitas em OTN mas são expressas em cruzados porque são recursos orçamentários então eles têm que inventar uma taxa de equalização ... é realmente um "embrolho" sem limite essa gestão pela Secretaria do Tesouro Nacional de recursos de fomento. Seria muito mais lógico que eles fossem concentrados,todos,num organismo que já tem tradição como é o caso do BNDS. Eu acho que esta decisão que a Assembléia possa tomar na elaboração da Constituição de 1989, ela sim, mais do que qualquer outra, pode assegurar ao Paraná uma perspectiva muito alviçareira de desenvolvimento econômico, porque como ressaltou aqui o Secretário Francisco Borges de Magalhães, a localização geo-econômica do Estado no contexto da integração latino-americana, nos coloca numa posição estratégica entre as duas maiores concentrações industriais no continente. A região de S.Paulo e a Região do eixo Buenos Aires - Córdoba, e o eixo S.Paulo-B.Horizonte-R.deJaneiro.

Se nós formos pensar no futuro na escala de produção, os insumos destinados a esses parques industriais que estarão produzindo coordenadamente, deverão estar localizados numa área compatível em distância, à economicidade nos eixos de transporte. Eu me lembro também um estudo do engenheiro Edson Vaine da Secretaria dos Transportes, ele estava desenvolvendo estudos sobre a hidrovia do Ivai e a hidrovia do Rio Paraná , Rio do Prata que configurou com clareza o que ele chamou de Paranaguai, ou seja, uma região geo-econômica que tem uma integração clara entre si,toda ela marcada pela presença de terras com alta fertilidade que é o derrame basáltico ? do Paraná que se estende do Norte do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, penetra pelo Oeste paraguaio,...

O SR. PAULO RICARDO DOS SANTOS- ...

... que se estende do Norte do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, penetra pelo extremo oeste Paraguaio se estende para o norte da Argentina e vai formar posteriormente nos trechos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul o papa úmido ao longo do (?)... abaixo de Buenos Aires. Esta região então conforma um conjunto privilegiado em termos mundiais como composição de terras de alta fertilidade e lhe dá uma possibilidade excepcional na produção de grãos, enfim de alimentos.

Ontem aqui se comentava, foi o próprio Ministro Deni Schuwartz, as terras do Paraná são muito valiosas para nós estarmos produzindo nelas apenas milho, soja ou arroz, porque na verdade as nossas terras são de boa qualidade que podemos produzir nelas e esta é a tarefa do processo de industrialização a delegação contínua de valor à produção local.

Nós poderemos então captar produções destas regiões de fronteiras agrícolas, como é o caso do Mato grosso do Norte, do Sul, o Norte do Paraguai e Argentina, captar a produção destas regiões para poder transformá-las no nosso Estado e exportar proteínas ao invés de estarmos exportando grãos que vão se transformar em carne de frango ou em carne bovina nos países receptores. Acho que poderíamos estudar o aproveitamento destas nossas terras para culturas de maior densidade. Falou-se aqui no restabelecimento da nossa cafeicultura. A densidade de valores de uma safra de café em comparação com o soja é clara a diferenciação, o volume de terras que ocupa, etc. a diferenciação que poderemos obter em termos de melhor e mais racional aproveitamento deste nosso território privilegiado.

Mas nós não podemos ficar apenas com esta visão deprodução, da nossa potencialidade da produção de insumos e proteínas que têm toda - através do Porto de Paranaguá - uma demanda que a Fiat italiana imagina que com acordo entre o Porto de Paranaguá e o Porto de Trieste seja possível concentrar a produção de proteína do Sul do continente americano para seu escoamento para alimentar o oeste europeu. Esta é uma visão muito ampla das nossas potencialidade em termos de desenvolvimento e têm que ser detalhadas, mas dá bem a idéia desta potendialidade. Entretanto, o setor dinâmico da economia será o setor industrial.

8.9.89-ircc 16:20 Ord. Econ. e Soc. valor[2]

Nós temos que concentrar esforços e recursos em agregar a nossa produção, e caminhar através de um esflrço também de absorção de ciência e tecnologia e de ativação dos nossos próprios centros de pesquisa, caminhar para aquelas tecnologias de ponta.....

O SR. PAULO R. DOS SANTOS: ... aquelas tecnologias de ponta que constituirão, como o Dr. Passos enfatizou com muita propriedade, ontem, aqui, constituirão um novo passo do desenvolvimento do capitalismo moderno. Nós precisamos estar preparados para historicamente estar em compasso com esta revolução que se avizinha. E eu acho que o constituinte paranaense terá condiçoẽs, através de decisoẽs como as que eu mencionei, de colocar o instrumental no Paraná para que ele possa, realmente, candidatar-se a contribuir com a Nação Brasileira, num processo vigoroso de desenvolvimento econômico e social. Eram as consideraçoẽs que eu gostaria de fazer. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Dr. Paulo Ricardo, eu aceito seu texto como contribuição. Nós vamos publicar estes textos em jornais do Paraná. É o esforço que a Assembléia Constituinte Estadual vai fazer e agradeço, também, o seu empenho no desenvolvimento do Paraná ao longo de sua carreira como técnico do Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado. E julgo que a sua recomendação de que prestemos atenção na proposta do Deputado Gernote Kirinus em contemplar a economia vinculando os "royalt's" a um Fundo de Desenvolvimento Econômico, que contempla a tecnologia e ciência, tecnologia de ponta, a bio-tecnologia e ao fomento industrial é uma contribuição das mais oportunas. Eu anotei, inclusive, a sua sugestão para fazê-la ao senhor Relator, que representando o Partido da Social Democracia Brasileira está numa Sessão aqui noPlenário, relativa ao Dia da Mulher.

Eu agradeço muitíssimo a sua presença e convido na seqüência o Presidente da COPEL, Companhia de Energia Elétrica, Prof Francisco Gomide, para vir falar sobre as potencialidades energéticas do Estado, os recursos energéticos do Estado e a Constituinte Estadual. Devemos continuar alagando o Paraná para mandar energia elétrica para São Paulo, professor Gomide ?

O SR. FRANCISCO GOMIDE: Inicialmente, gostaria de apresentar nossos agradecimentos aos Deputados presentes e em especial ao Deputado Rafael Greca de Macedo pelo honroso convite para esta apresentação.

O tema da nossa apresentação que vem a ser recursos energéticos e a Constituinte, ele é um tema bastante amplo e tem até alguns aspectos complexos. Mas, apesar disso e apesar da exiguidade do tempo, nós pensamos ser possível relacionar algumas questoẽs que na nossa opinião são de grande importância para o futuro do nosso Estado. Numa tentativa de tornar mais sinóptica a apresentação, eu a dividiria em quatro partes. E a primeira tem a ver com o que chamaria deAdministração de Recursos Naturais do Estado. Poderia este grande tópico ser também sub-dividido em Administração de Recursos Energéticos e o outro em ~~Apxxxxxxx~~ Administração de Recursos Hídricos . Mas fiquemos com a designação mai

ampla, de Administração dos Recursos Naturais do Estado.

Nós tivemos o cuidado de analisar a Constituição Federal e notamos ~~que~~ na Constituição Federal o cuidado em definir a propriedade dos bens. Então, há em alguns locais a definição de bens da União. Noutros o que são bens do Estado. Eu tomo os rios como exemplo. A Constituição Federal define rios que fazem limite entre Estados, entre dois estados, como propriedade da União. E rios interiores do Estado, como propriedade do estado. No entanto, independentemente de serem rios interiores ou rios limítrofes, a Constituição Federal considera be da União o potencial hidráulico de todos estes rios.

Eu peço permissão para aqui fazer um parêntesis, aqui, fazendo uma observação de caráter pessoal. Na minha leitura da Constituição Federal, eu devo confessar que não é a Constituição Federal que eu esperava como cidadão, em termos de ser realmente a Constituição de uma federação de estados, com poder central pequeno e maior autonomia dos estados. O que eu vejo é uma tendência de centralização, também na nova Constituição, o que não é umamaneira eficaz, na minha maneira de ver, não é uma maneira eficaz de desenvolver o Estado. Nós acreditamos num governo central pequeno e autonomia para cada estado, para assumir suas responsabilidades com um pouco mais de liberdade.

De qualquer maneira, fechando o parêntesis, desta opinião meramente pessoal, lendo a Constituição Federal nós vemos que em alguns artigos algumas aberturas foram feitas. Por exemplo, no artigo 21 da Constituição Federal, se por um lado é dito claramente que compete à União ...

FRANCISCO GOMIDE -... que compete à União explorar diretamente ou mediante autorização ou permissão os serviços de instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos custos de água aparece pelo menos no fim dessa frase esta novidade, em articulação com os estados aonde se situam potenciais energéticos.

Como é que essa situação vai ser feita e merece a nossa atenção.

Também no artigo 23 da Constituição Federal é mencionado que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios registrar, acompanhar, fiscalizar as conceções de direito de pesquisas e de exploração ~~xxxxxxxxxxxxxx~~ de recursos hídricos e minerais em seu território. Aparece aqui a palavra, ou a expressão, competência comum.

Também na Constituição Federal, no artigo25 cabe aos Estados explorarem diretamente ou mediante conceção à empresa estatal com a exclusividade de distribuição os serviços locais de gás canalizado.

Recentemente o Governador Álvaro Dias concordou em conceituar a Copel como uma empresa estatal estadual para esta distribuição de gás canalizado. É claro que antes tem que se verificar se existe gás , que é uma nova preocupação que temos aqui para o debate.

Deixando o problema do gás um pouco de lado, eu diria que dessa inspeção da Constituição Federal, onde se fla bem, articulação do Estado, da União com vistas a exploração de potenciais energéticos e se fala em competência comum da União e do Estado, é muito importante que se reconheça a necessidade que tem o Estado de avalizar para exercer essas competências conferidas aí pela Constituição Federal.

Essas competências devem ser exercidas de forma eficiente e eficáz o que significa utilizar os nossos recursos naturais de forma racional, de uma forma equilibrada

brada como instrumento de desenvolvimento econômico e social e sobre o meio ambiente.

Fica então a nossa preocupação sobre a organização do Estado para fazer frente ao exercício desta competência.

Nós temos hoje no Estado do Paraná o Conselho Estadual de Energia que talvez merecesse uma ampliação do Conselho Estadual de Recursos Naturais em que se tivesse uma câmara de energia e é o que vamos preparar para essa articulação com a União, uma vez que infelizmente, do meu ponto de vista pessoal o potencial hidráulico dos rios são um bem da União.

Isso tem trazido dificuldades crescentes ao Governo do Paraná ao longo da sua história e eu lembro que o objetivo do Governador Álvaro Dias na área de energia é exatamente em transformar em vantagem para o Estado do Paraná a sua sua situação de grande produtor e exportador de energia.

Com a Constituição que nós tínhamos e com a Constituição que nós temos, essa é uma tarefa que não é nada fácil.

Esses comentários então, eu faria como uma primeira parte, a aplicação de recursos naturais. Nós temos uma preocupação com a nossa capacidade de nos aparelharmos para exercer essas competências conferidas pela Constituição Federal.

Sobre o gás eu faria comentários mais recentes da preocupação que tem tido a Companhia Copel como a Companhia energética do Estado.

Quando se descobriu o gás no litoral paranaense no posto PRS-4 e logo em seguida em outras investigações que foram feitas no local surgiu e foi bastante discutido aparentemente uma disputa entre os estados do Paraná e Santa Catarina quanto a propriedade de recebedor de royalties daquela produção. Quando na verdade nos parece mais importante discutir quem recebe os royalties em ação articulada ~~entre~~ com o

Paraná e Santa Catarina é a garantia que o gás associado à nossa produção de petróleo no litoral fosse um energético à disposição da nossa indústria. Então, um salto qualitativo importante no Parque Industrial quando ele tem mais opções energéticas.

Eu cito um um caso aos senhores que é a necessidade que tem a indústria cerâmica com tecnologia avançada e energética o gás. Tem que ser gás, não adianta energia elétrica, não adianta....

O DR. GOMIDE:-... não adianta energia elétrica, nã adianta outra forma de energia, o processo tecnológico é tal que pede esse energético específico. ?as há toda uma demanda contida e que seria/ induzida, a partir da disponibilidade de gás, há uma tendência da Petrobrás fazer um conduto que levaria esse gás, associado a produção de petróleo do Paraná e Santa Catarina, do litoral, para a bacia de Santos onde haveria todo o investimento básico para o transposrte deste/ gás, depois para o grande centro consumidor que é São Paulo. ~~XXXX~~

Nos parece uma medida concentradora de renda e de potencial tecnológico, no Estado de São Paulo, que não atende aos interesses do País, como um todo e muito menos do Paraná e de Santa / Catarina.

Então fica essa nossa preocupação de que a competência dada pela Constituição Federal para que a distribuição de gás canalizado seja da competência estadual, que ~~xxx~~ não seja uma letra morta/ na insisponibilidade de gás.

Uma segunda parte da nossa apresentação, eu daria / um tópico como título tentativa o seguinte:- " Energia como instrumento do Processo de Desenvolvimento Estadual". Todos reconehcem que energia é um ~~xxxxxxxx~~ insumo vital para o processo de desenvolvimento econômico/ e social por causa de seu efeito multiplicador na economia, O processo mais eficaz é o processo integrado, integra produção, transporte e / ~~xxxxxxxx~~ distribuição de energia .Em particular, em energia elétrica nós vemos o / que se aprendeu nas últimas décadas no Brasil; os Estados que criaram uma competência técnica e uma capacidade de influir nas decisões do ~~s~~ setor elétrico do nosso País são Estados que compreenderam isso nas / décadas de 50 e 60 e que investiram, integradamente, em produção, transporte e distribuição de energia elétrica. Eu cito especificamente, / Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Toda essa nossa incorfomidade com/ uma Legislação que diz que o potencial hidráulico é um bem da União, pode ser contrabalançado com uma atuação firme do Estado, trazendo / ~~xxxxxxxxxx~~ para si a respos

trazendo para si a responsabilidade do investimento e geração. Quando se fazem usina, e em particular usinas hidoelétricas, devo citá-/ las, há três resultados que vêm implícitos nassa exploração; um é o/ próprio resultado da exploração; o outro é o ICMS que passa a ser gerado na venda da energia elétrica, a menos que seja energia elétrica/ produzida para exportação para outros Estados; e finalmente a questão/ dos royalties.

Então seria interessante dar alguns exemplos específicos:- q ando uma empresa que não seja uma empresa estadual vem/ ao território paranaense, constrói uma Usina Hidroelétrica, citemos a Eletrosul, por exemplo, e gera energia elétrica para sustentar o desenvolvimento econômico e social da região Sudeste do Brasil, uma energia elétrica que é exportada, e é isso que lembra a diretriz principal do Governo Álvaro Dias:-"Vamos transformar em vantagem para o Estado/ o nosso status de de grande produtor e exportador de energia" Nessa situação que eu estou imaginando, em que uma empresa, não paranaense, como a Eletrosul, gera energia elétrica para exxportar para / São Paulo, o que fica nos Estados é apenas os roialties, antes dos / royalties n~o ficava nada, os roialties são novidade do novo / texto Constitucional. Imagine agora, um mal menor, a mesma empresa, Eletrosul se istala no Paraná e gera energia elétrica para vender para a Copel distribuir, o mal já é menor, porque ela ao gerar também gera roialties para o Estado, ao vender para a Copel paga ICMS, a/ isençaõ é só para a exportação de energia, nósnãõ temos participação / no resultado da exportação; e a terceira e última situação / que é a que nos parece mais adequada é quando o investimento é feito/ pelo próprio Estado do Paraná, ...

O SR. GOMIDE - ... E a terceira e última situação que nos parece mais adequada, é quando o investimento é feito pelo próprio Estado do Paraná, através da sua companhia, que é a Copel. Daí pagam os royaltties que estão previstos na Carta Constitucional. A Copel ao distribuir essa energia, cobra ICMF que são recolhidos ao Governo do Estado. E a Copel tem um resultado da exploração que é chamada remuneração sobre os seus investimentos. que seria um eufemismo para o lucro da empresa, que sendo uma empresa de propriedade do Estado do Paraná, são dividendos do Estado do Paraná.

Então nessa situação que sabiamente desde a década de 50 o Paraná insistiu em se preservar como o Estado que tem integrada a questão da energia elétrica, tanto na produção como no transporte, como na distribuição, isso colocou o Paraná numa situação de destaque no cenário nacional.

Ainda olhando a energia como instrumento importante no processo de desenvolvimento estadual, eu trago aqui a nossa apreensão na perda de sensibilidade que tiveram as empresas estatais ao longo dos anos, pelo crescente processo do engessamento legal, no que tange a licitações.

Eu costumo dizer que a criação das empresas de sociedades anônimas em que o Estado tem ações, é um belo exemplo de uma boa idéia perdida. A idéia se perdeu, muitos anos atrás, porque foram criadas as empresas sociedades anônimas na área elétrica, por exemplo. Nós não podemos esquecer as razões que levam as decisões passadas que depois vão alterar decisões e esquecer essas razões e perder as suas idéias.

Basicamente havia um reconhecimento do Estado, que não havia capital privado suficiente para fazer investimentos no setor elétrico. Ou não havia capital suficiente, ou não havia interesse. O que havia era algum capital estrangeiro no setor elétrico tipicamente na década de 40. Na falta do capital privado entendeu o Estado que ele também faria esses investimentos propiciando ao país, dando ao país uma infraestrutura essencial ao seu desenvolvimento.

9 Mas entendeu o Estado sabiamente que devia fazer isso com uma feição empresarial, em vez de fazer através da sua administração direta ele criaria empregos, dos quais ele seria eventualmente um acionista e eventualmente o maior acionista.

Nós costumávamos dizer há muitos anos atrás na Copel, uma frase que hoje ~~xxxxxxxxxxxx~~ pode soar ridícula: Nós dizíamos que o Estado em tendo ações da Copel e mesmo sendo o principal acionista, ele não ativava a Copel, na verdade ele se privatizava. Exigia o comportamento empresarial da empresa, exigia um compromisso com resultados, com eficiência e com eficácia e exigia lucros. Esses lucros eram o seu dividendo, que ele reinvestiria no setor elétrico na medida do necessário, ou se reservava o direito de reinvestir em outros setores da economia.

Isso tudo foi se perdendo ao longo do tempo e o embrião para as atividades que levaram a essa perda dessa boa idéia, foi mais exatamente a desconfiança que perdemos ao poder público do nosso país.

O administrador público está sempre sob suspeição, e portanto é muito importante que tenha muitas regras e muita legislação para evitar que essa administração não seja a mais eficaz e não seja totalmente transparente.

Acontece que isso gerou o outro lado da medalha que é uma tendência lamentável das pessoas acharem que o ritual e a legalidade das licitações devem ser transformadas por uma pantomima essas licitações ou seja, o administrador público teria no meu entendimento, de alguns grupos certamente com más intenções, teria que se limitar a abrir envelopes vendo quais são os resultados das suas propostas e por mais absurdas que sejam termina o processo simplesmente conferindo qual é o menor dos "n" números apresentados ali como preços.

É claro que isso não leva a nenhuma evidência, todos conhecem o caso recente da concorrência da Usina Hidrelétrica de Segredo e da postura firme do Governador Álvaro Dias, naquela situação absurda que se criou aqui no nosso Estado, havia ainda um edital da Copel e um ítem claríssimo que dizia que não se aceitam propostas superiores a tal importância.

Bom, imaginem os senhores que não houvesse esse ítem no edital. Entendemos nós que o administrador público tem todo o direito de revogar uma concorrência se produz valores muito altos, mesmo que isso não tivesse explicitamente escrito no edital.

Então nós vamos vendo que é cada vez mais difícil na área de empresas estatais de ter a eficácia que se exigia delas quando elas foram criadas.

Lembro com atenção o artigo 22º, da Constituição Federal, nós vemos com tristeza que tudo aquilo que nós considerávamos inconstitucional no passado, agora passou a ser constitucional com todas as letras. O artigo 22º diz; para minha tristeza, que compete privativamente a União legislar sobre, e aí vem o inciso 27 - Normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades para a administração pública direta ou indireta.....

O SR. FRANCISCO GOMIDE - ... para administração pública direta e indireta incluídas as fundações instituidas e mantidas pelo Poder Público nas diversas esferas do Governo e empresas sob o seu controle.

Na Constituição anterior, nós tínhamos juristas de grande reputação e de grande renome, diziam claramente que o Decreto Lei 200, por exemplo era inconstitucional quando aplicado aos Estados, nada impedia que um Estado chamasse para si o Decreto Lei 200 para reger as suas licitações, mas como ato espontâneo do Estado, ele não podia se impor ao Estado e a Nova Constituição impõe isso claramente, compete a União as normas gerais de licitação em qualquer esfera, na Federal, Municipal e Estadual.

A minha tristeza digamos fica um pouco diminuida quando eu leio o parágrafo único, que deixa alguma brecha que talvez a Constituinte Estadual aprofundasse uma análise.

Diz que Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas nesse artigo.

Mesmo o Decreto Lei 2.300 que é anterior a Constituição e que já se impunha naquela oportunidade de forma inconstitucional, ele já se impunha aos Estados e Municípios, ele mencionava que podem os Estados elaborarar regulamentos para as empresas sociedades anônimas das quais ele é acionista. Essa é então uma segunda recomendação que nós deixamos aqui para reflexão, para debate, como o artigo 22 no seu parágrafo único admite uma Legislação Estadual específica se não nós deveríamos aprofundar essa análise e efetivamente contrabalançar um pouco essa competência da União para legislar sobre licitação.

Voltando um pouco na nossa outra ponderação, que é muito eficaz, o processo integrado de exploração energética e por integração chamam atuação da produção, transporte e distribuição, cu cito um exemplo recente que também nos deixou apreensivos, há menos de um mês o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e que o serviço público de energia elétrica era pela Constituição antiga e é pela Constituição atual uma questão de Legislação Federal e o Governo Fede-

Federal também no nosso entender com muita infelicidade optou por uma equalização de tarifas em todo o Território Nacional, entende o legislador em Brasília, que deve-se pagar o mesmo pela conta de luz do Oiapoque ao Chui, não interessa se aqui no Paraná nós estamos do lado de uma usina hidréletrica e em Belém do Pará estamos queimando óleo diesel a um custo dez vezes ~~xxxx~~ superior ao da energia aqui do Sul do País. É um fato que lamento essa tendência de soluções globais num País das dimensões do Brasil é um sério empecilho ao nosso desenvolvimento, levaremos muitas décadas para vencer esta máquina emperrada.

De qualquer maneira esta legislação é prerrogativa no padrão Nacional de Águas e Energia Elétrica fixar tarifas, para nossa extrema surpresa há um mês atrás apesar da tarifa de fornecimento que é aquela que o consumidor paga ser equalizada de forma irracional economicamente no nosso entendimento, o D.N.A.E.E, acaba de desequalizar a tarifa de suprimento que é um insumo da tarifa de fornecimento, então aí realmente não dá para entender mais nenhum critério.

Então, recentemente, nós temos o ~~xxxxx~~ desprazer de informar a população paranaense que a energia elétrica que a Eletrosul produz geralmente no nosso próprio território será vendida para o Paraná por um preço ,ais alto do que ela é vendida para Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Isto é mais um exemplo de como foi sábia a decisão paranaense da década de 50 de investir de forma integrada. Como nós felizmente compramos pouco da Eletrosul, nos detemos através da Copel uma capacidade de geração substancial, essa fixação xausuística de tarifas não chega a nos levar a falência, mas se fôssemos totalmente dependentes da compra dessa energia esse preço pode decretar ... a falência ...

O SR GOMIDE:-... a falência ou o sucesso da empresa estadual de energia elétrica.

Então estas preocupações nos levam a uma sugestão de que se tome proveito dessas competências deixadas na Constituição Federal, dessa expressão, articulação entre Estados e Municípios na exploração dos seus recursos hídricos e vamos fazer um esforço para garantir que o que resta de recursos hídricos no Paraná sejam explorados prioritariamente pelo próprio Estado do Paraná. Com isto nós temos vários ganhos. Mantemos a tradição paranaense que se revelou sábia, ficamos menos dependente de compra de energia de outras empresas ou outros Estados, mesmo que seja energia gerada no território do Paraná e geramos três bens para o Estado: um é os ro royalties, outro o ICMS e outro é o resultado da parte de exploração. Essa fica então como a segunda proposta nossa, a primeira seria aquela adequação da nossa estrutura, através do Conselho Estadual de Energia ou coisa parecida para que exerçamos essascompetências. A segunda proposta específica é que se garanta na exploração dos recursos hídricos paranaenses pelo próprio Paraná.

Uma terceira rápida exposição eu rotularia de energia e meio ambiente. Eu vou ser sintético nesta parte, porque eu vi na programação que meio ambiente será tratado com muitos expositores, com a ênfase e o destaque que merece o assunto. Felizmente nós temos verificado uma crescente consciência da opinião pública, da importância do equilíbrio do meio ambiente. O dilema do desenvolvimento é que nós temos efetivamente necessidades crescentes de energia. Por outro lado é um desafio interessante nesse sentido a chamada engenharia de recursos hídricos muito se desenvolveu no nosso país que é o desafio para a engenharia moderna não é mais fazer obras e fazer obras bem feitas. Interessa apenas o rendimento das turbinas, a estabilidade da barragem. Hoje há uma consciência clara desde os bancos escolares, dos especialistas em recursos hídricos que o que é importante é fazer a obra e inserir de forma conveniente no eco sistema local...

Por outro lado nós temos custos crescentes de toda a natureza na exploração de nergia elétrica ou ou de energia... (inaudível). Primeiro porque quando os potenciais são baratos, eles logicamente são explorados...(inaudível) e a medida que vão se desenvolvendo o parque energético do país as alternativas são cada vez mais caras por uma questão de lógica. O que era mais barato já foi feito. Nós temos que somar a estes custos crescentes os acréscimos de custos decorrentes da recuperação ambiental. Felizmente e aqui é que é importante a consciência e a conscientização da sociedade, a sociedade está disposta a arcar com os acréscimos de custos decorrentes da recuperação ambiental que é uma questão de valorizar o meio ambiente e que felizmente esta mentalidade salutar está hoje arraigado, impregnado na opinião pública. Claro que isto custa dinheiro. Significa que inserir uma obra com total respeito a éco sistema local que é vital para a estrutura do Estado e do País, custa mais caro e a sociedade está disposta a pagar esse preço adicional.

Nós pensamos então que no item meio ambiente há mais uma razão para de novo voltarmos a nossa proposta de privilegiar o Estado do Paraná na exploração dos seus recursos energéticos em geral e recursos hídricos em particular , por duas razões, essas duas razões que eu mencionei. Primeiro nós temos que demonstrar uma preocupação maior do Paraná, através da sua empresa Copel com a preservação do meio ambiente do que com outras empresas. Eu tive a satisfação de ver recentemente uma delcaração da Superintendência dos Recursos hídricos e Meio Ambiente em que fazia críticas a empresas de energia elétrica de outros Estados, especificamente aqui no Rio Paranapanema e contrastava a postura dessa empresa com a postura da Copel, de certa maneira reconhecendo o esforço que fez a Copel para adequar a legislação ambiental a sua obra.

A obra de Segredo é a primeira usina hidroelétrica do país que é feita com o relatório...(inaudível) previamente elaborado. Isto mostra uma preocupação...

O SR.FRANCISCO GOMIDE -... Iso mostra uma preocupação com uma maneira moderna de jogar os recursos hídricos. Mas a outra razão para voltar a essa proposta deprivilegiar o Paraná no que tange a exploração de seus próprios recursos hídricos é que esses custos crescentes de energia significa que no ano 2 mil,2 mil e 10 a energia hidráulica vai estar praticamente toda ela absorvida, toda ela explorada no Brasil. Sobram fontes mais caras de energia e é uma questão vital, de estratégia do Estado que nesta hora ele esteja gerando energia elétrica barata. Porque aquela usina que já tem 30 anos de idade vai estar produzindo um kwa/hora tão bom quanto uma eventual usina termo-nuclear moderníssima e caríssima e essas vantagens pode trazer uma diferença fundamental em termos estratégicos e em termos de competitividade do Estado. Uma quarta e última etapa da minha apresentação tem a ver com energia e o financiamento dos investimentos. Nós notamos também com apreensão que na Constituição Federal os impostos únicos foram extintos : em particular existiam o imposto único de recursos minerais ?, o imposto único de energia elétrica. Eles eram fonte tradicional da capitalização dosetor elétrico, o imposto único de energia elétrica era vinculado ao setor elétrico : 40% era cota federal, 50% cota estadual e 10% era a cota municipal. Com o fim desse importo único o setor elétrico perde uma fonte importante de capitalizaçãosem nenhuma fonte que a substitua. Por outro lado surgiu o ICMS sobre a energia que antes não existia. Então n-ós esperamos e é nossa pretensão que do ICMS se aloque recursos quando da elaboração do orçamento do Estado pelo menos em montante equivalente ao antigo imposto único, porque é essencial que se continue a capitalizar o setor elétrico e em particular a Cia Energática do Estado.

Aqui nós fazemos um raciocínio, se me perdoarem, um raciocínio empresarial. Nós fizemos vários estudos na Copel recentemente e como ela tinha duas fontes de capitalização impor-

tante : que era a reinversão dos dividendos e a cota anual e municipal do imposto único, ela ainda carecia de aportes novos de financiamento, aportes novos de capital. recentemente nós fizemos um cálculo que é essencial que o Estado invista mais ou menos 20 milhões de dólares por ano em energia elétrica, além do imposto único e além da reversão dos dividendos. Com isso somado aos recursos gerados pela própria Copel e a sua capacidade de endividamento nós poderíamos ter um crescimento alto sustentado da oferta de energia no Estado. Sobre esses 20 milhões se é ou não um número grande, nós temos feito o seguinte raciocínio: digamos que o Estado invista 200 milhões de dólares por ano em estradas e esses investimento é a fundo perdido, nós achamos muito correto a pretensão do setor elétrico que se invista 20 milhões de dólares por ano, sistematicamente ao longo dos anos. O Estado de Minas faz isso há anos com a CEMIG que é a COPEL mineira e o aporte de capital estadual é de 30 milhões de dólares por ano, ao longo dos anos. E mais este investimento de energia elétrica não é um investimento a fundo perdido, é um investimento através de aumento de capital que gera dividendos e portanto gera riquezas. é por isso que trazemos essa preocupação como as fontes de capitalização do setor elétrico. Em particular vemos com bons olhos a criação dos "royaltes" como indemização pelo uso dos recursos hídricos e minerais. Pensando-se nos "rouyaltes" também, deve ser olhado, fica aqui como uma 4ª proposta que na legislação estadual sobre "royaltes" a Constituição Federal foi bastante vaga, ela garantiu aos Estados uma compensação : não fixou quanto, não entrou no mérito de critérios de distribuição desse tanto, apropriadamente ao nosso ver, ela ficou no grande princípio. Talvez nós devamos agora ir a mais detalhes. Eu vi recentemente comentários aqui sobre as propostas já do Dep. Kirinus sobre como utilizar esses " royaltes ". Nós achamos que seria importante que se olhasse esse processo de capitalização da empresa energética do Estado mesmo porque isso faria um certo sentido.

...sentido. Investiria parte dos "royaltes" em atividades que geram aportes para o futuro. Portanto sendo um grande efeito multiplicador. E achamos também que o Estado poderia ter uma preocupação de capitalizar as empresas, sociedades anônimas...

O SR. GOMIDE - ... as empresas, sociedades anônimas das quais ele participa ativamente, não apenas a COPEL mas uma mentalidade de capitalização atuando em alguns segmentos como energia, saneamento que são rentáveis porque o que acontece com a energia não é porque a COPEL, por exemplo, estou sendo bem específico no exemplo, ela gera lucros grandes, ela é uma companhia eficiente, ela é eficaz ! E o drama é que os lucros que ela gera não são suficientes frente às novas necessidades de investimentos. Imaginem uma companhia como a COPEL, bem administrada que pode gerar lucros da ordem de 50 milhões de dólares por ano. É um enorme lucro para uma empresa que tem um capital de 150, 200 milhões de dólares. Ocorre que, o programa de investimento da COPEL, são de 200 milhões de dólares para o ano de 89. Então não é uma questão de que a empresa não seja rentável. É que ela ainda não tem o porte suficiente e como o mercado cresce com grande violência, ela ainda não tem o porte suficiente para ter um crescimento autosustentável. Mas uma injeção de recursos da ordem de 20 milhões de dólares por ano parece muito modesto para garantir este crescimento. E há até uma pretensão de que na legilsação específica sobre "royalties" se contemple esse processo de crescimento autosustentado do setor elétrico.

E nestas quatro partes da minha apresentação, encerro agradecendo mais uma vez a honra do convite e permanecendo sempre a disposição. Muito obrigado!

(aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Nós agradecemos a maneira sucinta como S. Exª trouxe as quatro proposta para Esta Assembléia Constituinte, imagino que S. Exª tenha trazido uma minuta também. Saberemos dar forma legislativa para as mesmas. E, de minha parte, não haverá nenhuma dificuldade em colocar isto no ante-Projeto de Constituição. Efetivamente o setor energético é fundamental para o fomento industrial do Estado e o Paraná é privilegiado por sua natureza, por seus recursos hídricos e minerais agora, é privilegiano na potencialização do setor energético.

Agradecendo a sua presença, anunciando que no próximo Painel versaremos sobre o meio ambiente.

Consulto à Secretaria se o Sr. Vice-Governador, Sr. Secretário de Meio Ambiente do Estado está na Casa?

O SR. SECRETÁRIO - Está chegando ao Plenário.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Presidente) - S. Exª está ins-

crita para falar na seqüência.

Então, interrompo por alguns minutos a Sessão até que o Vice-Governador chegue ao Plenário.

(É suspensa a Sessão)

(É reaberta a Sessão)

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Presidente) - Nós vamos recompor a Mesa e reiniciar a Sessão com a presença honrosa e ilustre do Senhor Vice-Governador do Estado, Dr. Ari Queiroz, do Presidente da Assembléia, Deputado Aníbal Khury, do Deputado Relator, Haroldo Ferreira, do Deputado Orlando Pessuti, e convido também o Secretário do Meio Ambiente, do Município de Curitiba, Dr. Hitoshi Nakamura para que tome assento à mesa.

Nós vamos iniciar dentro da Comissão de Ordem Econômica e Social, vamos .....

O SR. PRESIDENTE: Dentro da Comissão de Ordem Econômica e Social, nós vamos começar a audição das propostas relativas ao meio ambiente e à preservação do meio ambiente no Paraná. E vamos começar pela visão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente,- Esta Comissão sente-se extremamente honrada, senhor vice-Governador, pela sua presença aqui. Nós sabemos do seu interesse pela questão ambiental do Paraná, pela questão do desenvolvimento do Estado e nós aabemos que não se pode separar a ecologia, ou seja, a proteção do meio ambiente da qualidade de vida das pessoas, da qualidade de vida da própria população. E é neste sentido que nós solicitamos a sua presença aqui para dentro das perspectivas de desenvolvimento econômico e social, se formularem as idéias de visão do futuro quanto ao meio ambiente no nosso Paraná.

Eu passo a palavra a S.Exª, mais uma vez em nome doPoder Constituinte Estadual, agradecendo a sua honrosa presença.

O SR. ARY QUEIROZ: Senhor Presidente da Assembléia, Deputado Aníbal Khury, demais membros desta Comissão, Deputados Rafael Greca, Orlando Pessuti, Haroldo Ferreira, meus senhores e minhas senhoras; é uma agradável oportunidade podermos participar desta reunião. Em primeiro lugar por podermos, rapidamente, colocar as idéias do Governo do Estado do Paraná relativamente aos problemas ambientais que atingem o nosso Estado e o nosso País. Em segundo lugar pela oportunidade que nós temos, também, de fazermos uma proposta que evidentemente será analisada pelos senhores constituintes. Mas é uma forma também desta Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente trazer a sua contribuição para o Estado do Paraná.

Eu sou o 1º Secretário do Meio Ambiente do Estado do Paraná. Esta Secretaria foi criada através de uma decisão do Governador Álvaro Dias, no seu período de Governo. É uma Secretaria nova e que dá, realmente, um destaque significativo para o aspecto ambiental. Ela - foi criada em 3 de junho de 87 . Já em seguida, no dia 5 de junho de 87, dia mundial do meio ambiente, nós tivemos a oportunidade de instalar o Conselho Estadual ~~xxDiaxMundialxdaxMeioxAmbientexx~~ de Defesa do Ambiente. Este Conselho que havia sido criado já anteriormente através de lei, pelo Governo do Estado, mas não tinha sido instalado ainda. Então, nós tivemos a grande satisfação de podermos instalar no Dia Mundial de Meio Ambiente este Conselho. E o Conselho é formado por pessoas que representam entidades ambientalistas, as universidades e o Governo do Estado. Mensalmente é realizada uma reunião, onde todos os aspectos são debatidos de uma forma muito séria e antes detudo muito idealista. Discutia-se muito no Estado do Paraná, quais as repercussoẽs ...

ARI QUEIRÓS - ... se discutia muito no Estado do Paraná quais as repercuções que poderiam ocorrer no instante em que se instalasse este Conselho, porque se entendia que os ecologistas, as pessoas envolvidas com o meio ambiente iriam criar problemas para o próprio desenvolvimento do Estado do Paraná. Isso não é realidade, não aconteceu em nenhum momento. Pelo contrário todas as contribuições vieram trazer benefícios para o Estado.

A seriedade com que essa parcela da população que há muitos anos vêm atuando em defesa da ecologia, porque isso não é matéria nova. Esse problema há muitos anos já tem sido debatido por pessoas que têm uma visão avançada em termos de país, de estado e até de mundo.

Hoje em função das situações críticas que passam o nosso planeta nós vemos uma movimentação muito grande de outros países até em relação à defesa da Amazônia, em defesa do meio ambiente.

Mas, no passado distante já existiam brasileiros preocupados com o desenvolvimento e envolvidos nessa matéria, preocupados também com a qualidade de vida da nossa população.

Então, esse conselho tem atingido o seu objetivo.

Eu acho que esse foi um grande avanço, a criação da Secretaria e instalação do Conselho.

Outra área que tem criado até alguns impactos sérios pela sua própria função é a área que cuida do litoral do Paraná. O Conselho do litoral, mais conhecido, que já existia, Entretanto não atuava com a firmeza e com a determinação necessária no nosso litoral. Uma lei que foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná já no Governo Ney Braga que definia o uso do solo no nosso litoral, e a responsabilidade do Governo do Estado em relação a este uso do solo.

Entretanto, os anos foram passando, as obras

sendo executadas contrariando claramente o que determinava a lei.

Ao assumirmos a presidência desse Conselho nós definimos uma regra a ser seguida, a aplicação da lei custe o que custar. Porque eu entendia que melhor seria extinguir o Conselho do que não respeitar a lei. E acho que o grande problema do nosso país hoje é exatamente isso, a não aplicação da legislação existente, o desrespeito à lei.

E esse aspecto tem sido conduzido com muita firmeza contrariando interesses, provocando discussões, debates, mas, antes de tudo, com a consciência de que a participação do administrador público deve passar antes de tudo, pelos compromissos que ele tem com a população.

A Surehma que é um órgão que atua nessa área do meio ambiente, também tem atuado nessa área do meio ambiente. Seminários têm sido realizados. Oito já foram realizados no Estado do Paraná. Teremos agora em abril um seminário em Curitiba com a participação da Secretaria Municipal do meio ambiente, prefeitura de Curitiba, para podermos debater claramente esse aspecto do problema da poluição industrial, o problema da poluição dos nossos rios, o problema de agro-tóxicos, com a clareza necesária.

E o Paraná avançou tanto nesse aspecto que nós tivemos a honra, a satisfação de sermos indicados como presidente do Consórcio Mata Atlântica, Serra do Mar.

Esse consórcio é formado.....

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

mlm

08/03/89 17,15 hrs. -1

O SR. ARY QUEIROZ:- ...esse consórcio é formado pelos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro e Espírito Santo.É um fato novo, é uma nova forma de vêr o problema / ambiental, independentemente das fronteiras dos Estados.

É uma forma de fazer com que um Estado auxilie o / outro no combate à poluição, á depredação, e o Paraná conseguiu / mais uma postura avançada em termos de nosso País no momento em que / conseguimos atingir a Presidência. E, por que o Paraná conseguiu? Porque o Paraná já tombou a Serra do Mar, o Paraná já elaboreu zoneamento desta área, o Paraná ttem a Polícia Florestal, o Paraná, com os mecanismos, com as condições que tem, mesmo não sendo as ideais, está muito na frente dos outros Estados, apenas o Estado de São Paulo promoveu o tombamento da Serra do Mar, os outros Estados não. Conseguimos agora, recentemente, numa reunião, em Santa Catarina, o compromisso / do Governador de Santa Catarina, para promover também o tombamento da Serra do Mar, em Santa CAtarina.

Nós temos visto problemas seríssimos, na Serra do Mar, no Rio de Janeiro, o problema de Petrópolis é um fato que chama atenção, claramente da população brasileira. Nós temos proble-/ mas no Espírito Santo, sérios, em relação à construção de casas no mangue.Temos o problema de Santa Catarina, construção na Serra. O Paraná tem tentado preservar o seu litoral e a sua serra. Essa é uma luta, uma luta que não traz dividendos políticos imediatos, pelo contrário traz muitas críticas, muita reação, muito ataque, uma luta significatia, mas o futuro deverá nos julgar, o futuro deverá dizer se estamos certos ou não.

Então eu vejo, importante, uma postura adotada aqui no Paraná, por exemplo, com relação à exigência do Relatório de impacto ambiental, nenhuma obra vai ser realizada sem a apresenta

ção deste Relatório de impacto ambiental. Essa exigência está sendo/ cobrada com muita firmeza.

Nós temos um exemplo aqui também, que o Paraná deu quando a Copel mandou elaborar o Rima para a construção de Segredo,/ nós estamos exigindo Rima em relação à Usina de Taquaruçu,da Cesp / que irá inudar o Paraná, nós estamos exigindo Rima para Ilha Grande/ obra que a Eletrosul pretende construir, no Oeste do Paraná. Nós estamos exigindo do Grupo Votorantin uma postura identica a que nós XXXX exigimos à Copel, aos órgãos do Estado e ao próprio DER, que hoje / stá apresentando Relatório de Impacto Ambiental, em relação às obras que estão sendo realizadas. A CDA que pretende construir uma Usina/ no Vale do Ribeira, deverá XXXXXXXX também apresentar este Relatório e nós não iremos abrir mão disso. todas essas áreas a serem inudadas no Paraná, deverão sofrer uma análise, por parte dos paranaenses

Depois, na proposta que voi apresentar aos Srs. que é a proposta da Secretaria, os Srs. vão vêr a disposição do Governo do Estado, a Secretaria, em envolver a própria XXXXXXXX Assembléia Legislativa, nas decisões em relação a obras que venham a ser executadas no nosso Estado.

Nós entendemos como o Deputado Rafael Greca de Macedo mencionou que o desenvolvimento passa por um equilíbrio muito bem definido. Então o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano merece uma análise detalhada do aspecto ambiental, não só do problema da área de saneamento mas também no aspecto de erosão que poderá...

O SR..... - que poderá trazer prejuizos significativos a própria geração de energia de Itaipu, em função do problema de erosão que ocorre no Noroeste do Paraná e que nossos rios estão levando e criando assoreamento no próprio reservatório.

Nós entendemos que este aspecto ambiental deve ser analisado de uma forma técnica, mas antes de tudo com uma visão social prevalecendo o aspecto técnico. A qualidade de vida da nossa população deve prevalecer. Nós temos apresentado algumas propostas em termos, e que deverão ser encaminhadas a Constituinte. Temos uma proposta que apresentaremos, neste momento, e entendemos que esta lei, a lei que irá definir o futuro do Paraná, através da responsabilidade que os senhores Constituintes têm, no momento em que elaboram a nova Constituição do Estado, deverá ser uma lei e uma Constituição que deverá prevalecer sobre os interesses pessoais de algumas pessoas e deverá ficar para o futuro bem distante, com a consciência de que essa lei vem, essa Constituição vem para ser cumprida. E que esta Constituição é uma Constituição que está vendo o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos, que está prevendo as condições de vida que os futuros paranaenses deverão ter.

Nós temos que entender que é possível desenvolvimento, que é possível emprego, que é possível qualidade de vida em conjunto com o meio ambiente equilibrado. Que é possível e não teremos qualidade de vida em nenhum momento, se não tivermos uma ação muito firme em defesa dos interesses do ser humano. Nós temos que entender que antes do interesse do grupo econômico, de um empreiteiro, de um banco, está o interesse individual de cada um dos paranaenses. E é para isso que nós estamos trabalhando.

Entendemos que o administrador público tem essa responsabilidade, até porque a sua missão é passageira; é insignificante o tempo que uma pessoa fica no poder público em relação a todos os séculos de vida na terra. Então a contribuição que se pode dar tem que ser significativa, e essa é a nossa luta. Nós temos coordenadorias, nós temos empresas, e nós entendemos que dentro das empresas que compõem o Governo e

uma delas é a Sanepar; de Fundações, como é o caso da Famepar; de autarquias, de empresa de regime especial como é o caso da Surehma, nós podemos utilizar a ação do Governo em benefício da população. E a ação do Governo tem de ser, antes de tudo, uma ação séria, essa ação que tem de ser desenvolvida sem entender que aqueles que estão por fora do Governo possam administrar o Governo ou ter uma ingerência direta na administração pública.

Muitas críticas podem ocorrer, e têm ocorrido em relação a nossa ação. Estão aí os embargos e recentemente nós tivemos que fechar uma indústria, aqui na cidade industrial, uma indústria que atuava no Estado do Paraná há 14 anos, é a maior indústria.....

O SR. ARY QUEIROZ... no Estado do Paraná 14 anos, é a maior in dústria da América do Sul a Plastipar, / mas há 14 anos a Plastipar atuava no Estado do Paraná sem li-/ cença e nós com o apoio, inclusive da Secretaria de Segurança Pública, promovemos o fechamento desta empresa. Evidentemente o assunto hoje está prejudicativo, está na esfera judicial, / entraram com mandado de Segurança, mas já estão atuando no sen tido de acabar com a fonte poluidora, porque sabem que no mérito eles vão perder, nós temos certeza disso, é um fato inédito em relação à ação de um Governo de desrespeito da uma empresa do porte dessa empresa; mas nós não vamos fugir a nossa respon sabilidade nenhum momento, porque entendemos que esta delega-/ ção que recebemos da população do Paraná, antes de tudo um voto de confiança, e esse voto de confiança é o maior compromisso que nós podemos ter com a população do Estado.

Eu gostaria Deputado de ler uma proposta, a proposta que nós estamos trazendo da Secretaria, não é uma / proposta muito extensa, ela sofrerá inclusive modificações, / Mas é importante que eu apresente esta proposta a esta Comis-/ são, porque é fruto de um trabalho de técnicos, voltados exa-/ tamente para esses ~~sucitos~~ princípios que eu estou defendendo.

Capítulo do Meio Ambiente, artigo 1º: Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se a todos e prioritariamente ao Estados e Municípios o dever de defendê-lo e preservá-lo.

Parágrafo 1º do artigo 2º: Para a assegurar a efetividade deste direito, imcumbe ao Poder Público: / 1º- zelar pela utilização planejada nos recursos naturais, de modo assegurar-lhes a perpertuação e amenisar o impacto ambiental.

2º- Preservas os ecossistemas naturais, garantido a sobrevivência da flora e da fauna, notadamente nas espécies raras ou a-/ meacadas de extinção.

O SR. ARY QUEIROZ... de extinção.

3º- Definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos pela criação de unidades e conservação ambiental e tombamento dos bens de valor cultural.

4º- Instituir a Política estadual de saneamento básico e recursos hídricos que envolve também o aspecto do meio ambiente.

5º- Proteger o patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

6º - Exigir para instalação de obras ou atividades potencialmente caudadoras de significativa degradação do meio ambiente. Estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, garantida a representação de representantes da comunidade em todas as suas fases.

7º- Combater a poluição e a erosão, fiscalizando e interditando as atividades degradadoras e promovendo a responsabilização de seus caudadores e a restauração do ambiente lezado.

8º Informar sistematicamente à população sobre os níveis de poluição e situações de riscos e desiquilíbrios ecológicos.

9º- Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensimo e a conscientização Pública para preservação do meio ambiente.

10º- Estimular o reflorestamento em áreas degradas, objetivando a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal necessária à manutenção do equilíbrio ecológico.

Parágrafo 2º : Além de explorarsobre a criação, destinação, restrições à utilização da administração das unidades de conservação ambiental, vedadas o comprometimento da integridade dos atributos....

O SR. ARY QUEIROZ-... dos atributos que justifique a sua existência.

Parágrafo 3º- Ficam mantidas as unidades de conservação atualmente existentes promovendo o Estado a sua demarcação ,regularização do mini-al e efetiva implantação no prazo de 5 anos, consignando-se nos próximos orçamentos , as verbas para tanto necessárias.

Parágrafo 4º- Os pedidos de licença, autorização ,permissão ou concessão concernentes a recursos ambientais, serão publicados resumidamente , no Diário Oficial do Estado, e na Emprensa local ou regional.

Artigo 2º- A Lei disciplinará a utilização de técnicas métodos e substâncias ,que comportem riscos para a vida , a qualidade de vida, e o meio ambiente.

Artigo 3º- Aos Municípios que tiverem parte de seu território integrando unidade de conservação ambiental, será assegurado , na forma da Lei, especial tratamento quando ao crédito das parcelas da Receita referido no artigo 158, inciso 4º ,parágrafo único , inciso 2º da Constituição Federal .

Artigo 4º- Os produtos potencialmente causadores de poluição ou degradação ambiental, não serão favorecidos, como a não incidência , e isenção ou seletividade tributária.

Artigo 5º- A Lei disciplinará a restrição, a participação em concorrências públicas , e de acesso a benefícios fiscais , a créditos oficiais às pessoas físicas e jurídicas , condenadas por atos de degradação ao meio ambiente.

Artigo 6º-O Estado apoiará a formação de consórcios entre os Municípios objetivando a solução de problemas comuns relativos ao saneamento básico e a preservação de recursos hidrícos.

Artigo 7º- Os Municípios no prazo de um ano ,a contar da promulgação desta Constituição , elaborarão seus planos diretores dependendo a sua aprovação de referendum popular.

Artigo 8º- Aos órgãos e seus funcionários responsáveis pelo licenciamento e fiscalização das obras e atividades causadoras de degradação ambiental, não será permitido no Estado do / Paraná a prestação remunerada de serviço de consultoria e assessoramento técnico à empresas privadas.

Artigo 9º- Os recursos oriundos de multas e condenações judiciais, por atos de degradação ao meio ambiente, / reverterao ao fundo gerido pelo Conselho Estadual de defesa ao Meio Ambiente , CEDA,de que participarão Ministério Público, e representantes da comunidade;e serão necessariamente aplicados na restauração de bens lesados e na defesa do Meio Ambiente.

Artigo 10º- Cabe ao Ministério Público o exercício da Curadoria especializada de proteção e defesa do M eio Ambiente, e do patrimônio cultural.

Artigo 11º- Incumbe ao Estado, através de seus órgãos competentes manifestar-se sobre o uso, loteamento ,desmembramento e ocupação de áreas de bacias hidrográficas componentes dos mananciais.

Parágrafo ùnico- Fica o Estado obrigado , no prazo de três anos , delimitar áreas de influência dos mananciais de abastecimento público atuais e futuros , e implantar no conjunto com os Municípios , o zoneamento da referida bacia.

Artigo 12º- Incumbe à Polícia Militar por meio de / suas unidades especializadas ,a prevenção e a curação de infrações contra o Meio Ambiente.

Aqui, a proposta, e a Secretaria através da sua coordenadoria está trazendo como contribuição à Constituição do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente e demais membros.

O SR. RAFALE GRECA- Eu me sinto honrado ao agradecer a sua participação oportuna e muito bem fundamentada .Nós damos por encerrada a sua participação , e por sabê-lo por demais

x

demais ocupado nos elevados negócios de condução da Secretaria de EStado, da qual é titular, nós dispensamos a continuidade da sua presença nesta plenária.

Na sequência deste painel ...

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Na sequência deste painel de Instrução da Assembléia Nacional Constituinte da Comissão de Ordem Econômica e Social sobre o capítulo relativo ao Meio Ambiente eu convido o Deputado Pedro Tonelli a tomar assento a Mesa e convido também o Deputado Nereu Massignan a tomar assento à Mesa e passo a palavra ao Dr. Hiroshi Nakamura, Secretário Municipal de Meio Ambiente da cidade de Curitiba, que vem trazer as suas sugestões na qualidade de Técnico em Preservação Ambiental de elevado conhecimento e de notório saber na área de preservação ambiental.

Dr. Hitoschi a Assembléia Estadual Constituinte se honra com a sua presença e gostaria de saber no seu entendimento quais seriam as idéias gerais das quais o Paraná necessitaria para o seu capítulo de política ambiental na nova Constituição.

O SR. HITOSHI NAKAMURA - Nós sabemos que a preservação do Meio Ambiente é condição fundamental para ~~xxxx~~ melhoria da vida do homem ou ainda a existência. Nós sabemos a importância da preservação do meio ambiente, para isso ou como o Secretário Ary Queiroz colocou o estudo técnico de alto nivel e ainda existem alguns órgãos para resolver esses problemas.

Existe legislação também que agora também foi colocada em estudo, então para mim assunto de meio ambiente deveria ser resolvido, mas está acontecendo em Curitiba, no Paraná, no Brasil, no mundo e a questão de meio ambiente é assunto nacional e mundial.

Hoje para mim trazer proposta para preservação ambiental, analisando esses acontecimentos de depredação do meio ambiente, nós chegamos a conclusão aquele que sempre fala tornando o assunto formação pessoal é educação. As pessoas continuam jogando lixo na rua, na praia, por isso hoje trouxe proposta meio diferente da outra, é na área de educação, ~~xxxx~~ reestruturar a curriculum escolar incluindo em seus critérios programáticos o tema educação para o meio ambiente em forma de (incompreensivel) e de indisciplina, o que é que ..

O SR. NAKAMURA:- ... O que que é? É o meio ambiente. Claro que não existe separadamente no caso matéria: matemática, ciências, ecologia. Não existe.

f Então essa questão da educação ambiental nos últimos anos está todo mundo discutindo, todo mundo está tentando, inclusive a Constituição colocou a obrigação da educação ambiental para todos os níveis de ensino.

Então analisando a educação ambiental, o que está acontecendo agora nas escolas, talvez aquele dia de semana dia da árvore, semana da ecologia, aí todo mundo planta árvore, todo mundo canta. Então aquilo é só na semana e professor está satisfeito e tal, educação ambiental, ou talvez chama técnicos da Surehma, do ITCF, para fazer palestra sobre natureza, sobre lixo, mas na continuidade, na vida da criança nessa questão do meio ambiente só aquele dia tem que falar, plantar árvore.

Aí sim, não digo erro. É tudo bem. Meio ambiente não é questão de...(inaudível) ela tem que entrar na vida da criança, na vida dos alunos, inclusive para nós também.

Outro lado, analisando os livfos que os alu vros usam na escola sobre poluição, sobre seres vivos, sobre reflorestamento, sobre o meio ambiente, poluição, o que tem aí eu acredito que é suficiente para saber conhecer o meio ambiente.

Então, confirmando, o conteúdo dos livros que usam na escola é suficiente para conhecer a natureza, o meio ambiente. Suficiente. E todo mundo faz prova, passa, então eu acredito que já conhece bem. Comparando, inclusive, o conteúdo...(inaudível) eu acho que é igual. O que está acontecendo, esses alunos saem da escola, aí continua quebrando árvore, jogando lixo, etc. Então aonde é que está? Não digo erro. Insuficiente,digamos, o ensino. Aí descobrimos, enquanto eu estava trabalhando em educação estadual, o sistema atual da educação, ensino nas escolas é apenas um professor que passa o conteúdo...

dos livros para os alunos através do quadro negro, talvez

Então, educação...(inaudível) repassa informação de conteúdo para alunos. Cadê educar? Então eu acho que ensino que repassa informação...(inaudível), tudo certo, abre página tal, livro tal, escrito aqui...(inaudível), enquanto no pátio o ipê está florescendo, ninguém sabe este nome, ipê, nossa árvore...

...SR.NAKAMURA - ....m.. nossa árvore, acontecendo isso é natural que dentro da sala de aula e tal... e não começa primeiro, a criança não vai gostar de estudar mais e depois sim. Então não est-á levando esse conteúdo para a vida dele, sai da escola ... outro rumo. Então tem de mudar. Reestruturar, Minha proposta é (indisciplinalidade ?) , então colocaria para não acontecer , colocaria eu, dentro da escola, criança aprende só o meio ambiente : natureza para aprender o meio ambiente. Meio ambiente é a nossa vida, finalidade : melhorar a vida do homem, para aprender tem que saber matemática, português, ciência, tem que aprender arte, música. Então colocaria meio ambiente em cima depois vem as outras matérias. Isso nó s chamamos inter disciplinar. E ainda existe essa série de 1ª a 4ª série, é uma professora, então é fácil e essa idade que é a idade de formação básica da pessoa, aquela que aprende, a idade mais importante.Para isso tem que poder programar essa ação pedagógica.

Com essa educação ambiental temos a finalidade de dar o conhecimento e parte de sensibilidade : a cabeça está funcionando muito bem mas tem que ver o coração, deixando o atual sistema de educação está nos deixando esse fato, só estuda no livro - conhecimento 100% mas a transformação básica é de tentar educar. Educação ambiental não pode ser só o conhecimento, mas esse conhecimento não está levando vida, então esse conhecimento e mais sensibilidade juntos levam à vida, leva ao hábito na vida da criança. Estou colocando essa proposta que seja educação ambiental, seja aplicada no primário, porque é mais fácil de estruturar o curriculum escolar que leva o resultado na vida. Por exemplo, no Japão desde a 3ª série já e´ obrigação de limpar sala ...

O SR. HITOSHI NAKAMURA - ... Eu estou colocando um exemplo, no Japão desde a 3ª série os alunos já têm a obrigação de limpar a sala de aula. Todas as crianças têm esta obrigação. Então, isto faz parte da matéria de educação, para dar responsabilidades a eles que usam a sala. A merenda escolar também é uma obrigação de todas as crianças juntamente com o professor, que fazem o lanche juntos. Não vão para a escola somente para aprender matemática, ciências ... não.

Este sistema de educação implica em trocar idéias com o professor, em conversar, na prática, através de congressos. Com isso a criança fica consciente e participa para a melhoria do meio ambiente. E isso será importante parz o futuro, ela fica ligada aos acontecimentos da natureza, cria responsabilidade, sensibilidade. E isto elas levam para a família também, a família fica ciente através do aluno. Então, a escola tem que trabalhar para a comunidade; escola, aluno e comunidade.

Por que estou falando com firmeza, com confiança. Temos dois anos de experiência no Estado. Inclusive o Senhor Ari Queiroz deu apoio a este programa no Paraná, Curitiba tem 23 escolas, Maringá 20 escolas, Cianorte, Paranavaí, e tem algumas escolas que também fazemos experiências e que deram resultados, estão dando resultados positivos, mudou o comportamento do aluno e dos professores. Tem escolas que você chega lá e como uma escola da Europa: cheia de flores; se se coloca um cartaz, lá ele permanece, ninguém tira. Todos ficam cientes. Ninguém mais pisa na grama ... Isto pode acontecer. Não podemos dizer que no Brasil isto não adianta,não! No Brasil pode acontecer também.

Então, para o futuro, um trabalho em conjunto num trabalho de alto nível, digamos, com técnicos, com órgãos como a COHAB, SURHEMA, IBDF, isto em conjunto. A minha proposta é de que todos se responsabilizem para a preservação da natureza, no Paraná, no Brasil e no mundo.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca de Macedo) - O Deputado Antônio Costernaro quer fazer uma observação. Agradeço, Dr. Hitoshi, sua participação, embora o Senhor esteja imaginando não tenha sido .....

O SR. PRESIDENTE: ... imaginando que não tenha sido entendida e nem aceita pela Assembléia, pela sua dificuldade verbal, nós nos comovemos pela xxx extrema sensibilidade como ela foi apresentada. E pode ter certeza, a nova Constituição do Paraná vai acolher esta idéia da disciplina da educação ambiental, para nós começarmos pelas crianaças a semeadura di futuro, como foi com oriental paciência explicado por S.Exª, aqui nesta Comissão.

Eu passo a palavra ao Deputado Antônio Costernaro, que é da região mais atingida pela erosão do Estado, que é da região norte e noroeste do Estado.

O SR. Antônio Costernaro: Eu apenas gostaria de deixar a minha afirmação aqui pela minha admiração pela proposta do Dr. Itoshi . Realmente, ele estava achando e se dizendo com dificuldades justamente pela sua exposição. Mas, um assunto rico e que prendeu a nossa atenção. Na verdade, na minha opinião, a prática é que induz a todos nós a viver melhor. E esta proposta nipônica , oriental, da prática oriental, ela é muito rica, porque nós sabemos que ela é da prática. Não é nenhum falso elogio, mas nós sabemos perfeitamente e é aí que está a causa do problema. E eu iria mais adinte, nesta proposta oriental, que a educação também é da nossa Comissão da Ordem Econômica e Social, ela vem nos dar a oportunidade de entrar com mais profundidade nos próximos debates da educação, porque realmente é na educação xxx,todos nós falamos, que os políticos falam, que está embasada a formação do homem. E a reforma do ensino, vai aqui uma crítica e alguma decisão do passado, o ensino que era tradicional, acredito que a maioria de nós aprendemos ainda com o sistema de educação antiga onde tínhamos uma educação mais rígida e severa e xxx desde o respeito ao profissional, que era o professor.

E hoje, com a reforma do ensino, quiseram modernizar o ensino e deram a total liberdade ao aluno, criando em contrapartida a falta de liberdade do próprio professor. Então, daí para a frente, eu posso dizer, não quero ser tão pejorativo, mas daí começou a desorganização, a bagunça. Porque começou-se a xxxx faltar com o respeito, começou a desarmonia e a desorganização. Eu, que sou de 1941, que fui à escola porque meu pai e os vizinhos cerraram a madeira, construíram a escola e o prefeito prometeu pagar o professor.Esta foi a minha educação primária, no Interior.

Quando o senhor falou dos alunos que lavavam a escola, eu me senti como numa noite que eu estava lavando a minha escola, lavando a parede da escola, carpindo em volta da escola. Nós tínhamos que fazer tudo, porque não tinha nada do Governo. Agora, hoje a educação moderna, as dificuldades que campeiam a Nação, os homens vêm da capital

do Rio de Janeiro, mais precisamente a merenda escolar para ir servir à mesa da escola isolada na zona rural ! Eu acho isto aí um crime, porque lá na zona rural está o homem que produz alimento, que tem o leite "in natura", que tem a canjica, que tem o milho, que tem o arroz, que tem o feijão, venha o alimento lá do Rio de Janeiro, dos programas de educação, onde estão concentradas as decisoẽs do Governo, lá em Brasília mas é velho o costume que vem do Rio de Janeiro que vem o alimento para abastecer escola do Interior. Então, está tudo errado. Realmente, face sua proposta de educação ambiental, que ela tem que ser uma das principais matérias no "curriculum" escolar, nós concordamos plenamente que ela vai começar a mudar os valores, não apenas o "ba-bá", aprender a ler, não apenas aprender a matemática. Não. A principal coisa do homem, na verdade, está fundamentada na sua proposta: é a educação. E nós concordamos plenamente e eu acho que nós vamos tirar muito ...

ANTONIO COSTENARO -... eu acho que nós vamos tirar muito dessa sua proposta. Esperamos que o Paraná saiba liderar o Brasil e sair na frente com propostas dessa natureza

Muito obrigado.

PRESIDENTE (Rafael Greca) - Muito obrigado pela sua gentileza.

A Associação de Defesa e Educação Ambiental - Adea, justifica a ausência do professor Bigarela por estar em Fernando de Noronha em Abrolhos a convite do IBDF para defesa ~~da~~ de Abrolhos pelo turismo.

E o presidente daAdea o senhor Lange está em Portugal com finalidades também ecológicas.

A Comissão receba a proposta de um capítulo, uma sugestão inteira de um capítulo de meio ambiente assinado pelos:

- Movimento de Ação ecológica;
-Movimento Ecológico Mater natura;
- Organização Ecocatu Oby pró-natureza;
- Associação de biólogos do Paraná;
- Sindicato dos engenheiros no Estado do Paraná;
- Grupo de Estudos espeleológicos do Paraná "Açungui";
- Associação de Defesa e Educação Ambiental;
- Associação Conservacionista de Ponta Grossa;
- Associação Paranaense de Engenheiros Florestais;
- Comdema, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
- Amar - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária;
- Promazul - Comissão de Proteção ao Meio Ambiente de Céu Azul.

É mais uma proposta da área ambiental que nós recebemos e encaminhamos à Secretaria para oportunamente o senhor relator compilar em conjunto com os que são Deputados membros da comissão.

Eu convido então para fazer sua exclamação o Dr. Clóvis Schrapp, engenheiro ~~agrônomo~~ veterinário e membro da Sociedade de pesquisa da vida selvagem e educação

ambiental, que seria uma subsidiária aqui no Paraná da Organização Internacional de proteção da vida selvagem.

CLÒVIS SCHRAPP- Eu cumprimento os presentes e gostaria de fazer uma apresentação rápida, sucinta dentro de uma área de concentração ligada à preservação de fauna e flora.

Em primeiro lugar eu acredito que as contribuições que têm chegado à Assembléia, elas vão dar condições ao desenvolvimento de uma excelente Carta. Acho que as propostas estão dentro de condições muito satisfatórias e, provavelmente o ponto mais sensível vem a ser exatamente o cumprimento desta legislação.

Eu acredito que nós poderíamos considerar, inclusive, que já existe uma legislação razoável que infelizmente não é cumprida e eu gostaria de deixar aqui uma esperança que poderia, inclusive, ser baseada nas declarações do Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente que esteve há pouco aqui e fez uma explanação bastante esperançosa em que o posicionamento do estado perante às questões ligadas ao Meio Ambiente realmente estão mudando.

Na verdade nós presenciamos hoje uma mudança governamental em toda a sociedade que se posiciona de uma maneira bastante clara....

O SR. CLÓVIS:-... bastante clara como simpática às questões ambien- / tais, por outro lado o que falta é justamente saber o / ueq fazer. Me parece que grande parte de nossa população tem esse po-/ sicionamento mas, infelizmente, pouco colabora com a ação a medida / que realemte venha a se efetivar para minimizar o processo de deterio rização que continua, apesar de todo o desenvolvimento de uma mentalidade que está se iniciando os processos de degradação hoje se mantém e vêm se degradando muito mais do que o que vem sendo feito contra isso, essa é a realidade de hoje, Esperamos que esse documento que vai ser desenvolvido agora auxilie na mudança desta situação.

Eu gostaria de aproveitar e fazer uma pequena explanação sobre meio-ambiente relacionado com conservação de fauna e flora em nosso Estado. Nós temos a princípio, durante todo esse século, durante todo o início de colonização de nosso Estado, uma visão bastante equivocada do que seja conservação, que me parece significa ter prejuízo e não poder explorar os recursos naturais. A idéia de conservação é justamente contrária a se ter prejuízo, a idéia é explorar os recursos naturais de maneira racionalizada, de forma a não degradar o meio.

Eu particularmente faria uma avaliação sobre o processo de desenvolvimento de nosso Estado, em parte para vêr os grandes prejuízos que estão custando hoje, aos cofres públicos, uma vultuosa/ soma de recursos que têm que ser investidos na minimização destes grandes transtornos causados pela deteriorização do meio-ambiente. Um bom exemplo são os projetos de erosaão que vem tendo que ser combatidos hoje e que se fosse feito esforçoa, não muito grandes, há poucos anos / atrás, poucos anos digo 50 anos, que isso não é nada para a existên-/ cia humana, nós teríamos uma possibilidade de ter hoje um aspecto a / nível de desenvolvimento muito mais claro em nosso Estado.

Vale a pena considerar o seguinte:- o hemisfério / Sul, ao contrário do hemisfério Norte, tem uma variedade de espécies/ vegetais e animais, muito maior, nós temos uma heterogeneidade de /

formas de vida, dezenas, centenas de vezes maior. Infelizmente a cópia dos modelos desenvolvimentistas é feita toda do hemisfério Norte, muita das coisas que funcionam no hemisfério Norte, não necessariamente têm que funcionar aqui. É exatamente neste ponto que falha todo o nosso processo a nível de exploração de recursos naturais, para se ter uma idéia a composição da floresta atlântica é muito diferente da composição da floresta de araucária, que é diferente da formação de floresta do Oeste do Estado, que é diferente de florestas que ocorre no Norte onde já não existe mais formações significativas de florestas, foram destruídas sem ao menos terem sido conhecidas.

Dentro deste aspecto se propõe que haja três viáveis, a nível de procedimento, com relação às áreas remanescentes que existem no nosso Estado. O primeiro ponto seria com relação a trabalhos direcionados à área de preservação, que seriam os parques de reserva, unidades de conservação que existem no nosso Estado. Apenas 0,1% ou seja um milésimo da área total do Estado representam parques estaduais, ou seja uma área insignificante. Além disso temos o Parque Nacional do Iguaçu e na Serra do Mar, nada mais. Portanto, essas áreas devem ser encaradas como áreas de preservação, ou seja, áreas que devem ser mantidas como elas são, sem nenhuma alteração, a não ser algumas faixas de Serra do Mar que podem compatibilizar processos de exploração econômica, desde que haja tecnologia para isso.

Outro ponto seria em cima de áreas que já têm um processo de degradação bastante alto. Essas áreas para que possam continuar produzindo, seriam hoje as áreas que estão sendo usadas para pecuária e para agricultura, para desenvolvimento florestal, a nível de plantio de monocultura, elas devem sofrer esses procedimentos de recomposição de ambiente. Bom...

O SR. CLOVIS... de ambiente. Bom, portanto, a importância de área remanescentes condicionadas à manutenção / através de utilização racional, como por exemplo, a região de Guaraqueçaba: Elas precisam de estudos preliminares antes que se diga o que deve ser feito nessas regiões, isso seria fundamental. Por exemplo: Se preconiza a abertura de uma rodovia / como a BR101 na região litorânea, deve-se fazer uma avaliação muito criteriosa sobre se essa realmente é a solução econômica para região, se essa é uma alternativa viável economicamente ou se é simplesmente um processo de continuismo em cima do que já foi feito em todo o Estado, me parece que há alternativas muito mais racionais para dar a essa região um desenvolvimento realmente mais claro, um crescimento real.

Bem, gostaria de ler algumas das propostas que complementam ou enfatizam o texto da Constituição Federal do / documento elaborado pela Associação de Defesa e Educação Ambiental, que já está nas mãos do Deputado Rafael Greca, e que complementando as propostas que vêm sendo apresentadas, são perfeitamente suficientes para elaboração de um excelente docu-/ mento. São 11 questões que eu vou passar a ler a partir de agora.

1º- Regulamentar o estabelecimento de criadores de animais silvestres, zoológicos e similares, obrigando / já existentes a adequarem-se às normas estabelecidas ou então serem extintas. Os projetos desses logradouros deverão sofrer análise de viabilidade pelos órgãos estaduais competentes.

2º- Incentivar a realização de estudos flo-/ rísticos e faunísticos em todo o Estado do Paraná, porporcio-/ nado um suporte básico para a imprementação de normas e manejos específicas para cada região. Tais estudos enfocariam as espécies animais e vegetais nativas ameaça das de desaparecimento, as de interesse econômico e ainda aqu las, cujo o aumento exacerbado de suas populações, estejam causando desiquilíbrios am

O SR. CLÓVIS... desequilíbrios ambientais relevantes.

Comentando esse item, vale apena enfocar a questão da Roan, que é uma pomba, que hoje trás problemas sérissimos nas plantações de soja no Noroeste, no oeste do Paraná e no Norte, e não há controle. Esse é um exemplo muito atual e uma consequência de em uso mal dirigido dos recursos naturais, Essa espécie, era uma espécie nativa, ela existia em pequeno número, porque o Paraná tinha 87% de cobertura florestal,e deixando de ter essa cobertura, passando a ter apenas 3 ou 4% de cobertura florestal, o Paraná tornou-se imenso campo produzindo alimentos; esse campo passou a ser um habitateperfeitopara essa espécie e o desenvolvimento dessas populações passou doslimites aceitáveis e hoje trata-se de uma praga. Uma espécie nativa que estava equilibrada, hoje é uma praga, não há estudos suficientes ainda para se dá cabo para indicar quais seriam os procedimentos de manejo para a contenção desta espécie.

3- Promover a realização de estudos de parque ambiental durante as fases de planejamento das obras enquadradas nessa necessidade, evitando -se a (INAUDÍVEL) estudos após a elaboração dosprojetos, quando muitos itens não são mais passíveis de modificações.

Então, é um detalhe muito importante, praticamente todos os relatórios de parque ambiental que são feitos aqui no Paranaá e praticamente em todo o Brasil , eles são elaborados depois do projeto pronto. Isso simplesmente passa a ser um instrumento legal para a viamilização da obra e não um trabalho que possibilite um aprofundamento maior, um questionamento maior sobre se o projeto realmente deve ser elaborado ou não./ Me parece esse ser um detalhe de suma importância e no caso de hidrelétricas especificamente, um exemplo seria o estabelecimento de uma cota desses reservatórios, todos os rimas elaborados...

O SR. CLOVIS-... elaborados já com a cota já estabelecida ;isto é de certa forma absurdo ,porque seu estudo de mata ambiental vai estabelecer as questões que devem ser relevantes, dentre elas devem existir algum questionamento com relação à cotas. Isto não pode ser discutido , porque já está dentro do Projeto.-É claro / que existem Projetos já prontos , antes da própria Lei ,que impõe estes relatórios em parte ambiental, mas, de qualquer forma , a partir de projetos que estejam desenvolvidos agora, é fundamental que estes trabalhos , estes relatórios sejam desenvolvidos a nível de planejamento .

Uma vez, o projeto pronto, você fecha a questão com relaçção a muitos itnes , e praticamente inviabiliza a eficiência desses relatórios.

Quatro- Acompanhado ao desenvolvimento das propostas de recuperação de áreas degradadas , através do direcionamento de diretrizes básicas , para estes procedimentos , evitando ações sem / base científica e com objetivos descaracterizados . Está é outra missão fundamental.

Se investe muito pouco em Meio Ambiente no nosso País, e se investe mal. Ha muitos processos, muitas atividades ,que são muito mais demagógicas , trazem muito poucos resultados, praticamente resultados nulos , resultados aparentes , e se gasta muito dinheiro nisto. Isto , me parece, possa ser motivo inclusive, de questãao judicial. Empresas públicas, e empresas psivadas que tenham responsabilidade de atuação na área de Meio Ambiente têm que fazer trabalho sério.

Quem não fizer trabalho sério vai ter que responder por isto. Então, o procedimento, que me parece viável , seria o / acompanhamento destes trabalhos. A empresa de mineração que precisa recuoerar áreas degradadas e têm que fazer um trabalho de recuperação , não paliativo , como exemplo.

Cinco- Criar unidades de conservação que sejam represenaativas às principais artes (?) de sistema do Paraná .

Com especial atenção, as florestas de"Araucária , de angustifolia ", que não têm nenhum parque, nenhuma reserva representativa no nosso Estado, não existe. Os campos naturais, os mangues, a planície costeira, remanescência dos cerrados na região de Castro , e fundamentalmente a floresta Atlântica.

Seis- Promover a obrigatoriedade de recuperação da cobertura florestal nativa, nas propriedades que não dispuserem destas; ou seja , 20% da área total de propriedades que não tenham / estes 20% ,devem ser destinadas a esta recuperação .Sendo necessária a orientação a cerca de quais espécies deverão integrar a formação florística a ser preservada;sendo vetada a implementação de mono-culturas ou o uso de espécie de alienígenas , para a região .

Se é uma área de preservação , não pode ser uma monocultura , com qualquer esp´ecie, mesmo sendo nativa ;tão pouco pode ser formada por espécies exóticas. Essa área de preservação , entende-se por uma área que tenha uma diversidade semelhante à composição natural que exista na região.

Então, tem que ser uma floresta heterogênea , com espécies nativas , e, que realmente possa ter condições de agregar uma fauna significativa , e , realmente ser uma área de preservação

Esse é um engodo muito grande ;se vê um reflorestamento de pinus , e se diz que se está preservando o Meio Ambiente. Isto é mentira; não se preserva . O reflorestamento de pinus, é similar a uma plantação de soja ;é necessário que ha para o desenvolvimento econômico. Deve ser desenvolvido em locais apropriados , mas, nunca representa a conservação do Meio Ambiente. Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Sete- Criação de uma política ambiental diferenciada para as regiões de composição natural remanescente , às quais deverão ter seus processos de desenvolvimento baseados na obten-

na obtenção de tecnologias alternativas , para exploração de seus recursos naturais , evitando-se a degredação do Meio Ambiente.

É o caso por exemplo, da região litorânea, principalmente litoral Norte do Estado, que ainda mantém grandes percentuais de áreas preservadas .Essas áreas têm um percentual econômico / muito grande , mas, não dentro das estratégias que nós conhecemos, que são de abertura de estradas, desmatamento, e retirada de madeira , ~~conseqente~~ consequente implantação de áreas agrícolas em áreas inadequadas , depois da degradação do solo , você passa a ter a utilização para gado, porque o solo já não presta ; e depois do gado você já não usa mais para nada.

Você tem que avandonar as terras. Quem quiser ver isto, é só percorrer a Rio-Santos...

O SR. - ... a Rio/Santos um pouqinho mais ao Norte e vão ver o que exatamente pode acontecer com Guaraqueçaba se não se tomar o devido cuidado. Pelo que eu conheço a ~~xxxxxx~~ política do Estado com relação a região de Guaraqueçaba não vem sendo regida por normas de conservação que têm que ser muito exigentes, têm que ser normas eficazes.

É muito difícil, principalmente em função da dificuldade de captação de recursos que se faça o desenvolvimento de pesquisa nessas áreas, mas é a única alternativa com desenvolvimento real dessas áreas, não há outra alternativa.

Na verdade, a ligação deve-se trazer riqueza, trazer progresso as populações que vivem em Guaraqueçaba dentro dos moldes conhecidos, vai trazer simplesmente a exteinção dessas populações que vão ~~xxxxxxxx~~ engordar o cinturão aqui de Curitiba ou servir de bóias-frias para grandes produtores.

Esta é que é a verdade.

8. Proporcionar compensações aos municipios quepossuem em seu território uma unidade de conservação e facilitar a aplicação de incentivos fiscais para medida de carater conservacionista.

Me parece que o Estado poderia colaborar com os municipios como o de Medianeira e Capanema e os outros municipios como Foz do Iguaçu que por exemplo tem um cargo de manter uma área que não pode ser explorada economicamente que é o Parque Nacional do Iguaçu, mas não vamos deixar também que em função desse peso que esses municipios tem que ter que se degrade o parque. Eu acho que o parque hoje é talvez uma das coisas mais importantes a nível de patrimônio que nós temos em nosso Estado e a idéia de alterar essa área de se agredir essa área, não faz parte me parece de princípios morais aceitáveis, eu acho que tem que se encontrar alternativas para isso. E a alternativa mais viável é trazer subsídios para esses municipios em troca da preservação dessa área, entende-se por preservação intocabilidade, conservação e utilização dessa área.

9. Instituir a obrigatoriedade da aplicação de estudos do meio ambiente em todas as tapas de ensino do pré-escolar a faculdade.

Isso é o que vem sendo falado. O Vice-Governador colocou isso e o próprio Secretário do Meio Ambiente e essa é uma ideia que só falta ser implementada.

10. Incentivar a melhor estruturação das instituições públicas responsáveis pela fiscalixação, orientação e pesquisa na área ambiental, assim como apoiar as instituições de direito privado que estejam prestando serviço nesse sedor.

Eu acredito que seja impossivel, mesmo com a elaboração de uma carta perfeita, uma carta moderna, avançada é impossivel que haja o cumprimento dessas sormas sem que as instituições responsáveis pelo acompanhamento que deve ser feito não tem a menor estrutura, a minha experiência trabalhando com órgãos ligados ao governo, é de uma desasistência muito grande, a estrutura é minima, parece inclusive que essa estrutura é um tipo de um encargo que se mantém por obrigação e não pelo dever de ser mantido.

A estrutura é muito pequena, os profissionais que trabalham nesta área tem extrema necessidade de atarem, inclusive sofrendo processo de ingerência política, que também me parece é extremamente pouco interessante. Eu gostaria que uma das proposta fosse de autonomia dessas instituições sobrepujadas essas ingerências políticas.

11. Executar estudos acerca de concentração demográfica do Estado e indicar procedimentos cabíveis para uma melhor condição de vida da população.

Esse é um assunto extremamente delicado, eu fiquei em dúvida inclusive de colocar, mas não há possibilidade de se trabalhar com eficiência a nivel de conservação se não houver algum tipo de controle a nivel de população. Nós temos que pensar muito seriamente nesta questão, é uma questão vital, o descontrole e inclusive o que acontece hoje é o aumento de uma população menos esclarecida, estamos aumentando a nossa população que hoe se com arada com as pessoas que vieram colonizar o nosso País, os Europeus por exemplo, hoje aquelas pessoas que iniciaram o processo de colonização tinham muito mais informação do que as pessoas que nós temos hoje no meio rural. Esse é um problema muito sério ou se dá condições de cultura, condições de

cultura, condições de informação ~~dexxxabaxhx~~ se trabalha em cima disso com maior esforço ou nós temos que minimizar esse processo ~~pelxxxxxxxx~~ de aumento populacional que é incontrolável ...

O SR. :- ....populacional que é incontrolado.

Eu agradeço a oportunidade e acredito que estas propostas sejam talvez inseridas a nível de lei ordinária. Não sai muito fora do que já foi proposto. Eu agradeço a oportunidade.

(PALMAS...)

O SR. PRESIDENTE:- Eu agradeço a presença do Dr. Scherap, da Sociedade de pesquisa da vida selvagem e na sequência eu c onsulto as pessoas presentes, porque não as conheço pessoalmente, o Dr. Luiz Carlos que ~~xxx~~ viria falar sobre o meio ambiente; está presente? A Sra. Ivone? Está presente também. E depois nós vamos ouvir ainda sobre política fundiária uma representação do sudoeste do Estado, presidentes de Sindicatos de trabalhadores rurais de Medianeira, Pérola do Oeste e Planalto, mas daí, Deputado Pedro Tonelli, como era uma pessoa só inscrita eu imagino que um deles somente venha falar ou os três falam no tempo de um, fazem um diálogo.

~~Ex~~ Então, eu convido o Dr. Luiz Carlos para vir falar sobre o meio ambiente e o...(inaudível).

Eu só lembro aos oradores inscritos que nós temos limitação de horário de funcionamento da Assembléia porque a sala está cedida, na sequência, para o painel de um Partido político.

O SR. LUIZ CARLOS:- Excelentíssimo Deputado Rafael Greca, Presidente da Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, demais Deputados, sutoridades, senhores e senhoras.

Eu pediria licença para iniciar a exposição lendo um trabalho que nós redigimos que é uma sítese dos principais princípios que norteiam o estudo e está sendo encaminhado para a Assembléia na semana que vem e durante o texto faremos alguns comentários para melhor elucidar as idéias.(Lê, conforme xerox anexo, desde..."A causa ambientalista vem ganhando atenção na medida..." continua lendo até... "circulando sem controle, as guerras, o lixo, as armas atômicas e...

fl. 2
18;25

RTA

MEIO AMBIENTE E O USUÁRIO

A causa ambientalista vem ganhando atenção na medida em que o homem vem tomando consciência que a natureza não se defende. Ela se vinga.

Da antropologia podemos emprestar muitos ensinamentos acerca da relação homem/natureza, experiâncias evolutivas muitas vezes foram desastrosas para populações inteiras. As pesquisas demonstraram que a Ilha de Páscoa, na costa do Chile, no ano 400, encontrava-se coberta de árvores. A exploração à exaustão dos bosques, ativou a erosão do solo, minou a agricultura e acabou com a construção de canoas, causando dificuldades extremas à população de 7.000 pessoas, que entrou em colapso, voltando a habitar nas cavernas. Hoje é uma ilha desolada, coberta de grama e estátuas derrubadas. Citamos o exemplo como ilustração. Inúmeros estudos comprovam o mesmo fim.

Do ponto de vista científico, as sociedades selvagens ou indígenas, tanto estabeleceram relações com a natureza dignas de engenharia ambiental, como também predadoras, com requintes de desleixo e crueldade. Já a sociedade moderna esforça-se na busca de relações harmonicas no convívio com a natureza.

O planeta todo se manifesta. O efeito estufa, o rompimento da camada de ozonio, a chuva ácida, a exploração irracional dos recursos naturais, a fome, as doenças, são produtos do desequilíbrio homem/natureza.

Muitos países enriqueceram explorando riquezas de outras após terem consumido as suas. Aprenderam sobre o meio ambiente pela consequência da destruição, mas tiveram chance de se recuperar e hoje lutam para melhorar também a qualidade de vida de sua população.

A natureza é o todo. É obra legada do criador, e o homem é seu principal usuário.

Cabe-lhe ser o principal promotor do desenvolvimento harmônico com o ambiente. Da natureza não pode dissociar-se, pois esta lhe confere a qualidade de vida conforme a trata. O ar contaminado, a água poluida, a destruição irracional das florestas e da fauna, os alimentos e medicamentos contaminados, os produtos físicos e químicos cada vez mais perigosos e letais circulando sem controle, as guerras, o lixo, as armas atômicas e

O SR. LUIZ CARLOS - ... atômicas e químicas afetam a natureza e consequentemente o homem.

Por quase 500 gerações o homem viveu basicamente de caça. Só é agricultor há 300. Só é industrial há 10. Só é ecologista há 2. Reuniu-se em conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente pela primeira vez, em junho de 1972, em Estocolmo, coma a presença de 109 países, numa mistura de políticos profissionais, diplomatas, economistas, cientistas e toda uma platéia de hippies e gente da contracultura. Enfim, a sociedade toda esteve lá.

Como se pode observar é recente o despertar coletivo para os problemas ambientais. No Brasil a causa ambientalista vem rapidamente ganhando importância. Cresce a tomada de consciência sobre a necessidade de tratar o meio ambiente de forma racional e equilibrada. Entidades e associações de meio ambiente proliferam, denunciando e alertando sobre abusos.

O desafio é um dos maiores que haveremos de enfrentar: os problemas da falta de saneamento básico, a poluição química do ar e da água, a erosão, a poluição do litoral, a destruição da mata Atlântica, a desenfreada ocupação da Amazônia e a exploração à exaustão das florestas, precisam ser atacadas com eficácia.

A participação da sociedade protestando, denunciando os erros, foi a alavanca da busca de soluções.

Nós entendemos que os movimentos ecologistas e a participação da sociedade foi a grande arrancada que hoje mobiliza o meio ambiente como uma das principais pautas de discussão no País, tanto na Constituinte Federal, agora na Estadual e com certeza estará em todos os programas de futuras eleições daqui para frente.

A explosiva elaboração de legislações orientativas, restritivas ou simplesmente proibitivas foi a sequência. Inicialmente se protestou, levantaram-se os problemas e na sequência veio quase que um bombardeio de legislações.

A solução para a causa ambientalista passa pela racio

nalidade, pelo esforço da ciência na busca de tecnologia apropriada que permitam o desenvolvimento sustentado e equitativo que garanta uma aceitável qualidade de vida.

Entendemos que a Educação é essencial e deve acompanhar todas as partes do processo. As informações devem ser veiculadas de modo acessível e compreensíveis às populaçõs atingidas.

O que significa acompanhar todo o processo? A Educação tem que começar na escola e ela deve estar inserida também nos programas de âmbito geral, nos projetos, enfim, a própria legislação já prevê no Código Florestal, art. 35, na Lei de Faunas, art. 45, espaço para a Educação, mas ela não é utilizada.

É necessário desenvolver princípios práticos e éticos, dos quais dependem a promoção do desenvolvimento econômico e social compatibilizado com as necessidades de proteção ambiental.

Nesse esforço o usuário é a meta. Educar quem usa os recursos ambientais, seja o industrial, o comerciante, o proprietário rural, ou as comunidades localizadas é acertar o alvo.

Se nós pensarmos no Litoral paranaense hoje nós temos que ter programas, projetos direigidos ao Litoral, ao usuário do Litoral, ao proprietário de lá, ao comerciante da região, principalmente o proprietário rural e, por um processo de educação, permitir que as populações locais possam melhorar a sua qualidade de vida. Se nós simplesmente imobilizarmos a região o que vai acontecer é que as populações dificilmente...

O SR. LUIZ CARLOS HERDE: ... imobilizarmos a região, o que vai acontecer é que as populaçoẽs dificilmente poderão, por este caminho, melhorar. Muito pelo contrário, como disse o palestrista anterior. Com certeza engordarão os bairros vizinhos de Curitiba.

(Lê conforme anexo: "O usuário ..." até "... invisível

Isto é típico de regioẽs onde se tem tumulto, onde se tem desorganização, não não se tem legislaçoẽs claras, zoneamentos bem definidos e mobiliza-se mas o povo precisa viver. A lei da sobre - vivência age e a economia visível aparece.

(Lê conforme anexo: "As amargas liçoẽs ..." até "... sistematicamente monitorados").

Hoje, os países desenvolvidos procuram estes ca - minhos. Eles já passaram por grandes catástrofes, grandes desastres, já aprenderam com a depredação. E hoje, com o uso da ciência, com o uso do planejamento já adotaram índices já mensuráveis, variáveis ambien - tais, pelos quais eles podem definir em que nível se encontram, se a coisa está degringolando ou se o ambiente está sustentando o crescimento tanto da população como a ação do empreendimento humano.

(Lê conforme axexo: " A região amazônica ..." até "... oportunistas internacionais").

Fizemos esta ressalva para mostrar o macro que poderá, em parte, acontecer no Paraná.

(Lê conforme anexo: " NO Paraná ..." até "... médio e longo prazo").

Algumas técnicas ainda são prejudiciais ao meio ambiente. Também produtos utilizados na agricultura são prejudiciais, em parte. E aí nós entramos num problema que, acredito, todas as associaçoẽs, todas as propostas terão esta reivindicação. Outro problema é o das matas, que são os 20 % de cobertura florestal que são reivindicados, que todos achamos quedevem ser recuperados. Nós pensamos que quando foi definido estes 20 %, talvez não tenha sido estudado se realmente 20 % era o adequado.Na realidade, as regioẽs do Paraná são de matas muito diferentes. Talvez 20 % hoje, a cobertura florestal da região norte seja bastante. Para a região sul, sudeste, provavelmente seja pouco. No litoral, pouquíssimo. Então, o planejamento da forma, a economia como está hoje, a evolução que o Paraná teve, eu acredito que nós deveremos estudar melhor o que se deveria pedir ou do que poderá ser a legislação futura ou naprópria Constituição ou nas leis complementares. Os nossos indicadores, nossos elementos básicos devem ser revistos, porque muitas legislaçoẽs, com diretrizes foram feitas há vinte, trinta anos atrás ...

O usuário precisa ser esclarecido. Macro e microzoneamentos regionais devem definir os usos permitidos para os recursos naturais, para que não prolifere a economia invisível. Proibir sem dar solução não resolve. A lei da sobrevivência certamente falará mais alto.

As amargas lições dos países que tiveram modelo histórico de crescimento reconhecidamente predador, poderão servir de exemplo.

É tempo dos que defendem a natureza não se sentirem perseguidos, mas também é tempo de atrelar a defesa da natureza ao planejamento e a ciência. O manejo ambiental requer que se formule critérios de avaliação da qualidade de vida, que sejam mensuráveis e sitematicamente monitorados.

A região amazônica por sua vez é causa das mais importantes. Sua riqueza é assombrosa. Detém de 16 a 18% da água doce que chega aos oceanos, 30% das madeiras tropicais do planeta, é o maior laboratório no campo da bioenergética do mundo, em seu subsolo encontram-se U$ 30 trilhões de dólares em reservas minerais.

Foram queimados 20 milhões de hectares em 1988, sendo aproximadamente 8 milhões de florestas. Apenas 5% da madeira queimada foi aproveitada pela indústria madeireira.

Seu modelo de ocupação é inócuo e dissociativo. Queimar áreas para a instalação deprojetos agropecuários incentivados, senão simplesmente para garantir a posse da terra, é desastroso.

Carece a região de planejamento de ocupação que lhe garanta desenvolvimento racional sem degradação do meio ambiente.

É motivo de atenção mundial, onde se misturam interesses econômicos aos ecológicos, produto da inconsistência do modelo que vem produzindo desequilíbrios ambientais, dando também brecha a oportunistas internacionais.

No Paraná o desafio não é menor. A cobertura florestal descresceu de 85% em 1911 para menos de 5% de florestas em 1988.

As riquezas criadas pela exploração de nossas florestas foram transferidas para outros segmentos econômicos, impulsionando o crescimento das cidades e capitalizando a modernização da agricultura e impulsionando o setor industrial.

A agricultura paranaense enfrenta hoje sérios problemas. A perda anual de 1 cm da camada fértil do solo, acarreta prejuízos imensuráveis a médio e longo prazo.

O SR. LUIZ CARLOS HERDE : ... trinta anos atrás. O Código Florestal, por exemplo, tem pontos que estão superados e hoje são pacíficos esses pontos para serem alterados. A realidade mudou tantoe acho que temos que rever esses pontos.

A falta de saneamento vásico é um dos principais problemas para o meio ambiente do Estado..Na região do litoral, a falta de um plano integrado, envolvendo proprietários rurais, industriais e comunidade, dificulta à adoção de parâmetros ambientais a serem seguidos.

A necessidade de zoneamentos ecológicos e econômicos e técnicas apropriadas não podem ser substituídas por legislações , que pela quantidade, confundem e desorientam o usuário. Nós estivemos numa reunião em junho de 1988, num debate sobre o litoral onde os técnicos da Acarpa nos disseram que até aquele momento havia 35 dispositivos de lei sobre o litoral. Há uma grande dificuldade de interpretação, o que se - poderia ou não se poderia fazer. Aconteceu a fase daeclosão das informações: houve o alarde, e houve a denúncia. Logo em seguida, um batalhão de legisladores produziram muita legislação, muita coisa confusa. Tem que ser revisto.

Entendemos que os -órgãos governamemtais devem complementar as iniciativas locais e não substituí-las.

A população daquela região, a mais pobre do Estado, precisa desenvolver-se e elevar a sua condição de vida, para fixar as populações locais, compatibilizando o seu desenvolvimento, a sua qualidade de vida com o equilíbrio ambiental. Realmente precisamos de planejamento técnico, de tecnologia, buscar e aprofundar os nossos conceitos e informações.

A ecologia imobilista, ideológica e a alardista não satisfaz a relação homem natureza na produção da melhoria da qualidade de vida. O espírito empreendedor do ser

humano sempre existiu e não pode ser desconsiderado.

A economia devastadora e predadora deve ser imediatamente estancada. Então a solução existe no momento em que houver envolvimento com quem e quem gerenciará o uso do meio ambiente.O usuário precisa participar junto com os órgãos do Governo, sem o que órgão do Governo o substitua, para que ele possa, por um processo de educação, ser o próprio alvo fiscal. A educação é a célula máter a médio e a longo prazo para que esse processo venha a acontecer. Caso contrário vamos passar para o princípio de repreender, proibir e como nós reconhecdmos as maneiras e a ação do homem quando ele busca a sua sobrevivência e certamente ele driblará essas proibições e tentará sobreviver.

Hoje na Serra do Mar se corta palmito, madeira e se caça. Outras regiões estão com uma devastação bem adiantada e acreditamos que o ~~xxxxx~~ o envolvimento a nível de município se possível se tornará efetivo. Já temos alguns exemplos e estão dando certo. Então quem usa, quem corta tem que entender a importância da ação do seu empreendimento.

Esse assunto meio ambiente realmente é empolgante pois de alguma forma ele toca a cada um de nós. Diz respeito à própria vida.A qualidade do ambiente que cada um ocupa. Diz respeito aos direitos e responsabilidades de cada um.

Assim o capítulo do Meio Ambiente da Constituição do Paraná tem o desafio de prever a melhoria da qualidade de vida da presente e futuras gerações, o que acreditamos se dará compatibilizando a promoção do desenvolvimento econômico com o equilíbrio ambiental.

Nós preparamos um documento e poderemos encaminhar à Comissão, como colaboração.

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECCA : Eu agradeço ao Dr. Luiz Carlos HERDE.

O SR. RAFAEL GRECCA : - ... Eu agradeço a sua participação Dr. Luis Carlos Herde, e na seqüencia, convido a Dra Ivone Prespride.

SRA IVONE PRESPRIDE - Excelentíssimos Srs. Deputados compenentes desta mesa, dígnas autoridades aqui presentes, prezados amigos, caros colegas, prezados Senhores.

Dada a exiguidade do tempo, que o nosso Presidente já fez questão de avisar, por algumas vezes, porque o tempo se faz premente, eu vou deixar as condições filosóficas da questão ambiental, e partíamos para que eu chamaria um verdadeiro recado na transmissão de idéias, e deixo o estudo filosófico para outra oportunidade.

O que está havendo a nível de Brasil e principalmente a nível do Estado do Paraná, é um conceito distorcido sobre o que se considera, o que é realmente a definição de meio ambiente.

O meio ambiente, nós podemos entender tudo aquilo que nos rodeia, está havendo uma divagação, conceitual, temática, acreditando que florestas arrasadas, é tudo aquilo que se pode conceituar de meio ambiente. Não é isso, este conceito está muito aquem da realidade, porque o meio ambiente, supera, inclusive, da própria natureza.

Tal celeuma, que consta do artigo 225 da Constituição Federal, que diz : " Todos tem direito ao Meio Ambiente ecológicamente bem equilibrado e de uso comum do povo e essencial a qualidade de vida impondo a toda coletividade o dever de defendê-lo, e preservá-lo para as futuras gerações.

Aqui está dito, com todas as letras, que o direito ao Meio ambiente é assegurado a todos os brasileiros que hoje aqui vivem e a geração futura, e também que compete ao Poder Público, em seqüencia a coletividade de defendê-lo.

Mas o que é que se tem feito, de antes e hoje, em termos a nível Governamental, essa qualidade do meio ambiente tenha prosperado nada. Se não nada, muito bem pouco,

Se nós examinarmos a Constituição do Estado nº 976, da Lei de 1905, nós veremos a imposição, o dever do Estado em preservar

SRA IVONE PRESPRIDE : - as florestas e a Fauna.

Coisa que não foi cumprida, e permitiu-se durante esses longos anos que a floresta fosse desmatada, sem qualquer preservação da qualidade ambiental.

Hoje, baseado nessa abertura da Constituição, - que define Meio Ambiente, pretendem os organismos públicos, impingir - única e esclusivamente ao particular, de uma maneira arbitrária, inconstitucional a fazê-lo, conservar o seu patrimônio, como se fosse ele o - único responsável pela devastação de decênio de anos.

Tal fato,atenta contra a moralidade dos direitos, os princípios que norteia os menores (ininteligível) e atentam inclusive, por liberdade, disposições constitucionais, relegadas na própria Constituição, como essa que delega poderes a defesa do meio ambiente.

E nesse ponto, eu gostaria de fazer algumas considerações meramente conceituais:

- O Artigo 5º, diz "Que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros, residentes no País a ~~inviolabilidade~~ inviolabilidade do direito ...

SRA. IVONE - ... inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Com isso verifica-se ainda uma vez, ao molde das Constituições anteriores a propriedade é definida como garantia constitucional. Mas esta garantia cpnstitucional não está sendo respeitada pelos organismos públicos. Sobre o critério da propriedade, o inciso 22 é claro : é garantido o direito de proppriedade. No 23 ainda uma vez diz : " ... a propriedade atenderá sua função social." Por outro lado a Lei definidora de tais direitos no Estatuto da Terra no art.2º § 1º diz o seguinte : " ... a propriedade da terra desempenha sua função quando SIMULTANEAMENTE favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nelas labutam assim como de suas famílias. Mantém níevis satisfatórios de produtividade." As leis administrativas importa a propriedade privada hoje não estão atendendo os princípios da função social nem os da letra A nem os da letra B. Eles pretendem preservar tão somente o que diz o inciso 5º : " ... assegurar a conservação dos recursos naturais." È somente isso que interessa à administração pública: assegurar e conservar os recursos naturais. Mas a função social não é só isso, ao contrário, para se caracterizar a função social da sociedade teria que estar embutido esses 3 elementos e conservar a floresta não é sinônimo nenhum de produtividade no Brasil e a função social não está distanciada da produtividade.

Com isso eu entendo que existe uma violação doprimado do direito ainda uma vez neste caso, ostentado por outros interesses.

O § 2º diz : È dever do poder público : " Zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social estimulando planos para sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios da produtividade e ao fim coletivo." Mais uma vez repete-se o consenso anterior.

E continuando nós voltamos para a Constituição federal

examinamos o capítulo da Ordem Econômica e Financeira. Porque não podemos destituir o Brasil desse capítulo tão importante. A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa privada, tem por fim, assegurar a todos, existência digna, conforme dos ditames da justiça social, Observados os seguintesprincípios : 1º, 2º propriedade privada. Mais uma vez a Constituição garante a propriedade privada. Artigo 3º : função social da propriedade que remete a tudo que nós conversamos até então. E em 6º : defesa do meio ambiente; 7º redução das desigualdades sociais e regionais. 8º : busca do pleno emprego. Mas ocorre que o artigo 1º do Código Florestal a Lei 4771, declarou no seu artigo 1º : " As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade a terra que as revestem, são bem de interesse comum de todos os habitantes do país.Exercendo-se o direito de propriedade com as limitações e a legislação em geral e é especialmente que essa Lei estabelece.

Vejam os Srs. que a Lei fala em limitação, a Lei não fala em supressão e nem em restrição e muito menos em sequestro? e confisco.

O artigo 19 na sequência da Lei 7511 que regulamentou o § 2º da Lei anterior, no artigo 19, especificamente ...

DRA. IVONE -... lei 7511 que regulamentou o parágrafo segundo da lei anterior, no artigo 19, especificamente diz:

"visando atendimento permanente e preservação de espécies ~~xxxxxxx~~ nativas os proprietários de florestas explorarão a madeira somente através manejo sustentado efetuando a reposição florestal sucessivamente com espécies típicas da região".

Nesse artigo, modificador do artigo segundo da lei anterior, deu-se uma abertura, limitou-se a propriedade, limitou-se o exercício da exploração das florestas, de que maneira. Introduzindo uma lei que as florestas poderiam ser exploradas através do manejo executado.

O questionamento senhores é que este artigo está vigindo. Se realmente os donos de propriedades florestadas têm condições de exercer esse direito garantido pela Constituição e pelo artigo 19 da lei 7511 que instituiu o Código Florestal. A resposta é pronta, taxativa, virídica? Não.

Hoje os proprietários de florestas que durante 20 anos através de incentivos particulares ou públicos ou não, ou detentores e conservadores das suas florestas são obrigados a pagar um alto preço pela destruição dos outros.

Isso não é moral; isso não é justiça; isso não é direito; isso não pode encontrar abrigo na justiça comum e num senso de qualquer brasileiro que realmente acha que esse é um país democrático e justo.

Então, duas situações se apresentam hoje?

Aqueles que desvastaram suas florestas transformaram seus dinheiros em dólares e aplicaram no Canadá e em qualquer outro lugar. E aqueles que durante longos anos resolveram por uma antecipação de tudo que nós estamos ~~xxxxx~~ ligando agora a deixar uma florestas para seus filhos e netos.

Os primeiros estão ricos e felizes e os segundos,estão estão sofrendo a imposiçãode que nada deveram.

Estão tentndo a aadministração pública através de um amontoado de leis conflitantes que nem eles entendem. Você vai no IBDF, lá um jogo de empurra de um lado pa-outro e quem tem menos direito é o proprietário. E logo aquele que conservou a sua floresta antecipando toda essa situação que nós estamos.

Então eu pergunto aos senhores, que país é esse? Que Brasil é esse onde nós brasileiros não podemos ter o direito que a própria Constituição nos dá. Está escrito no papel e onde está o exercício desse direito?

Quando eu pergunto que Brasil é este, eu quero dizer que embora sendo brasileira e amando este país eu não posso concebê-lo da maneira como ele está hoje dirigido e as leis estão sendo aplicadas. Porque eu quero meu país justo e digno. Ele poderia se chamar ~~Bax~~ brasilândia, brascubas ou qualquer outro nome que ele seria sempre amada, sempre defendido e sempre respeitado.

Mas é esse Brasil de todo dia, esse Brasil que me viu nascer, esse Brasil que anseia pela democracia plena e este que tem que ser ~~xxxxxxxx~~ modificado. E onde é que se começa a modificar?

Através das leis. Porque não pode existir muitas leis. As leis tem que ser feitas rápidas, certas, direitas para serem cumpridas.

Já se disse anteriormente que um país que tem muitas leis não é um bom país. E infelizmente nós temos ~~xxxxxxxxxx~~ que ser enquadrados nisso.

Então, o que se quer realmente é que se proteja a lei ambiental, que se defendam essas riquezas, mas que não se esqueçam dos outros direitos, das outras garantias constitucionais e que se faça um trabalho que já desde 1905 prometido pelo estado e até hoje não cumprido de se fazer um zoneamento. Nós estamos falando de pessoas pobres e pessoas ricas; de proprietários que não podem e proprietários ricos que

podem.

Agora, sem a cooperação do Estado, sem o aparelhamento das repartições públicas sem que se possa ter um poder de polícia.....

A SRA. IVONE-...das repartições públicas, sem que se possa ter uma pol ícia, um poder de polícia realmente equipado para o cumprimento destas leis , nada vai se conseguir nesta área.

Então,l o que eu proponho é que se faça , em temmos da Constituição , o exato cumprimento de uma planificação ; e se defina de uma vez por todas, quais são as áreas passíveis de agricultura; quais são as áreas que devam ser preservada quais s~ao as áreas que devem merecer a proteção do Estado, fora daquelas definidas no Artigo 2º, do Código Florestal, denominada Preservação permanente, e que se dê abertura para a propriedade, porque da mesma maneira que nó s precisamos de uma qualidade sadia do Meio Ambiente, nós precisamos também da alimentação, da escola, de uma qualidade hidríca de água; e nós precisamos também aumentar as nossas divisas.

E um País só cresce com a possibilidade de trabalho. E, o que se tem negado a este povo , inclusive, é o direito de trabalhar no campo, na lavoura e ser remunerado. Porque, todas estas empresas grandes que tinham propriedades nestas áreas, e tinham lavras de madeira e colocou os outros aparelhamentos , foram obrigados em função destas leis a deixarem; e com isto, muita gente ficou desempregado .

E, hoje est~ao acampando aí na cidade, aumentando as favelas.

Era só este o recado que eu tinha a dar aos Srs.

O SR. RAFAEL GRECA- Ao agradecer a sua participação, nós agradecemos a participação do setor madeireiro do Paraná, e eu saúdo a presença do professor Zugman .

O SR. ZUGMAN- O Sr. me concederia alguns minutinhos ?

O SR. RAFAEL GRECA- Ah, o Sr. pode falar sempre.

O Sr. Saul Zugman é proprietário de uma indústria madeireira importante, no Estado do Paraná. E, é da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

O SR. SAUL ZUGMAN- Eu gostei muito do que eu ouvi até agora, mas, eu gostaria de agora entrar em fatos reais.

Eu sou proprietário industrial na Rondônia , madeireiro .Eu comprei uma posse de uma terra , e ao tentar reguralizá-la , o antigo INCRA, atual MIRADE, disse: olha, ou você derruba 50% da floresta, ou nós não te fornecemos o título da propriedade .Eu me recusei a cortar a floresta ; e perdi a propriedade. Eu abri 48 km de estrada principal, para chegar numa / zona desta floresta , fiz um campo de meação, construí uma indústria, e bem no fim tive de abandonar tudo, porque,eu não derrubei a floresta , perdi o direito à terra; título de propriedade.

Isso parece piada, mas, é verdade .Então, grande parte, do que estão derrubando na Amazôni a, hoje, é por imposição de órgãos governamentais. Isto é um absurdo que não contém nada que possa falar a respeito.

Nós temos hoje uma das grandes riquezas do mundo, que á a Amazônia como um to do, n~ao só pelas florestas ou pelas áreas que lá exsitem, mas, pelos minerais que lá existem embaixo da terra ;uma das m aiores regiões minerais do mundo é a Amazônia , não s´o do Brasil, como num todo.

Poderosos grupos multinacionais est~ao fazendo uma tremenda onda , para transformar aquilo num reduto ecológico. Ou será que alguém tem algum lnteresse naquilo? Eu tenho um interesse em 1º lugar, em fazer com que aquilo seja preservado no futuro , para que no futuro eles poderem explorar , como reservas futuras , e evitando que se explore estes minerais e estas florestas , eles continuem ganhando e impondo aquilo / nos seus cartéis , os preços ...

O SR. - ... os preços que bem entendem pelas grandes matérias primas que são os minerais, as florestas que agora estão explorando em outras regiões, isto é fato verídico, toda essa barulheira que teve aí que reuniu centenas e milhares de indios foi capital e não foi capital nacional, foi capital estrangeiro que fez este movimento ecológico que apareceu na televisão de todos os lares de todo o Brasil, agora eles não estão preocupados com o nosso povo nem com a nossa terra, eles estão preocupados com seus cartéis, seus monopólios, pintam e bordam e fazem o que bem entendem no Planeta Terra como num todo.

Isso é uma verdade. Nós somos proprietários de terra no Litoral do Paraná, eu gasto 10 a 12.000 OTNs só em guardas para cuidar e zelar de propriedades que nós temos no litoral. O que que acontece? Eu estou impedido legalmente de explorar ou de usar qualquer coisa que eu tenho lá e aconteceu um fato muito interessante, eu contratei um guarda para cuidar da minha propriedade, esse guarda pegou e colocu dois filhos, um genro e mais um amigo e fizeram quatro poços dentro da minha (incompreensivel), eu não conseguia explorar a terra porque não me deixaram e depois então o que qua acabou acontecendo eu ia me queixar, para o coitadinho o pobrzinho tudo, para o latifundiário o tubarão nada eu falava para o vento, vendi a terra. Essa terra vai ser depredada, o cidadão que comprou disse bom eu vou tentar com os poceiros ou eles entregam aquilo por qualquer coisa ou eu limpo. Vocês sabem o que quer dizer limpar? Não na base da pala ra nem do amor, é na base da violência. Perdi a terra e vou perder mais, porque eu não consigo, eu preciso ampliar o meu pasto, eu tenho uma criação de búfalos para mim nada é permitido, morreram 40 cabeças de fome, isso é alimento para o povo, não seria meu, não como 40 búfalos numa vez só, ninguém tem estômaco para isso. O que acontece é o seguinte, a ecologia e a economia tem que andar junto e o nosso litoral desde que explorado racionalmente em horti/fruti e granja, podia fornecer frutas e legumes, leite, carne não só para Curitiba, mas para todo o Sul do País.

Eu não sei se vocês sabem, mas os legumes e verduras, bem como as frutas que são consumidas no Paraná vem do Sul de

de Minas, do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro e as consumidas em Foz do Iguaçu e Assunção no Paraguai também. Nós temos aqui terras ideais para horti/fruti/granja.

Eu não sei se vocês sabem, mas o japonês põe três filhos na universidade com um hectare de terra explorado nacionalmente, porque ele sabe trabalhar a terra, o nosso caipira coitado morre de fome em cima de 100 alqueires de terra. Então o que nós precisamos é educar esse povo, ensinar a plantar e fazer com que se divida na parte econômica e na parte (incompreensivel).

Na gestão do Governo anterior ou Governos anteriores principalmente no último Governo ao atual, um grupo disse o seguinte, aberta e descaradamente, nós vamos criar leis (incompreensivel) e nós vamos desapropriar todo o litoral do Paraná sem pagar um centavo para ninguém e conseguiram, fizeram um emaranhado tamanho que ninguém pode fazer nada, não pode? vírgula. Então eu vou contar. Abriram uma estrada estadual, sem me perguntar se podiam fizeram um corte de 50 metros por quilômetro de extensão dentro da minha proppriedade e começaram a entrar intrusos a cortar palmito, a caçar e eu então peguei colo~~q~~quei um pedacinho de cerca no começo da estrada e rocei ...

O SR. :- ... no começo da estrada e roçei oitenta metros quadrados para fazer um rancho para por um guarda para cuidar daquilo, para evitar os predadores. Fui notificado e multado pelo ITCF, porque eu cortei capoeiras sem licença e eu tinha unicamente construído uma casinha para colocar um guarda ali para evitar que fosse depredado a propriedade. A propriedade está lá. Eu ofereci para o Estado,uma ocasião, mil hectares de terra, olha que é terra para burro, para ninguém botar defeito, para que se fizesse uma experiência de aproveitamento com manejo sustentado da floresta, tirando a floresta, plantando nativas ~~xxxxx~~ nobres e plantanto palmito que seria uma fonte de riqueza. Eu falei para as paredes. Eu sou proprietário de uma fazenda que se chama Fazenda Nacar. x Ela foi a fonte de riqueza do Visconde de Nácar. Tem lá ainda ruínas que estão lá com o nome Nácar nos tijolos, que ele tinha uma olaria há muito tempo atrás. É um nome. Ninguem nem sabe o que ele era. Ele foi um proprietário de terra no litoral que gerava riquezas. Aquela terra está abandonada. Eu pedi que tombassem aquela propriedade, aquele trecho aonde estava aquela ruína porque era um patrimônio histórico e falei para as paredes . Eu não consegui deixar tombar o que é meu.

O SR. PRESIDENTE:- Onde é isso?

O SR. :- É em frente da Ermelino Tomazoni.(?)

Eu fui pedir, nós temos um túmulo de um Capitão-Mor, de hum mil seiscentos e pouco, de mármore de carrara, dentro da cidade de Antonina que foi roubado uma parte dele que está em museu particular em Curitiba e uma parte está num elemento que era da Secretaria de Cultura do Paraná, que levou embora para a casa dela. Eu disse que eu dava se o Estado restaurasse o túmulo, que eu formava em roda dele um local turístico para que se viesse visitar o túmulo e teria flores e jardim em volta, com lugar para...(inaudível). Eu falei para as paredes, ninguém se interessou tampouco. Nunca consegui reconstruir, restaurar aquele túmulo que é um monumento histórico do Paraná, entende?

Então o que acontece é o seguinte...

aqui tem dois tipos de lei: para o pequeno, para o coitadinho, tudo. Só que ele é um predador. Para o grande nada. ~~Raxxxxxxxxxxxx~~ O grande proprietário respeita a lei, então ele é roubado e fica sem ter condições de se defender. Quando ele vai fazer queixa não dão nem atenção. Que o coitadinho que foi roubar um feixe de palmito. Mas não é um coitadinho que rouba um feixe de palmito, são milhares que roubam um feixinho de palmito e tem indústrias clandestinas que industrializam esse palmito e nunca se consegue punir esse predador que é esse industrial clandestino que vive à custa do roubo estimulado e organizado e quando o coitadinho é preso com o seu feixinho de palmito eles dão para uma instituição de caridade o feixinho de palmito e dizem:vai com Deus, meu filho! Você tem o direito de viver para a frente.

Então o que acontece é o seguinte: tem dois pesos e duas medidas. Aquele que zelou, guardou e poupou está sendo punido. Não pode usar e não pode impedir que seja usado e roubado por terceiros. Não tem como se defender.

Então nós...(inaudível) hoje um destacamento florestal na cidade de Antonina, porque nós demos em comodato o nosso escritório com um pedaço de terra e ainda demos madeira para melhorar e ampliar e até o vaso sanitário que está lá fomos nós que demos. Eles alegaram que não tinham verba para isto.

Então se existe hoje um destacamento florestal em nosso litoral é porque nós colaboramos com isto. No entanto nós somos os predadores. Nós plantamos vinte milhões de árvores. Nós começamos a plantar em 1955 quando tinha incentivo ~~dx~~ fiscal. Não fizemos isto visando a nada. Achávamos que nós ~~kex~~ tinhamos que repor o que estávamos tirando da natureza. Nós damos 2.500 empregos no Paraná e Santa Catarina dentro da área florestal, plantando , zelando e preservando. O nosso prêmio é a punição. Agora nos impedem de usar o ~~xxxx~~ nós guardamos, como bem falou ~~aqu~~ quem me antecedeu aqui: os que depredaram e destruiram...

O SR. ZUGMAN - ...os que depredaram e destruíram estão gozando e usufruindo e podem usar livremente a terra porque a terra é de capoeira, a terra é desmatada e é livre o uso e o manejo enquanto que a floresta tem de ser preservada. Eu acho que é justo que se preserve, alguém tem que pagar por isso. Não é justo que aquele que se privou durante uma vida inteira há 50 anos pagando tributos, e de repente ela tem que ser patrimônio nacional porque existem. Quem é que tem as grandes reservas florestais do Paraná? Quem preservou e cuidou, o resto depredou e destruiu e justamente vão ser penalizados os que guardaram e pouparam para as futuras gerações.

Então, tudo é uma injustiça só, tudo é errado e tudo é torto neste País. No mundo inteiro um comerciante e um industrial é honesto até prova em contrário. Aqui no Brasil o comerciante e o industrial é desonesto, sonegador até prova em contrário. Aqui é tudo de ponta cabeça. Era o que tinha a falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Com base nos dois depoimentos, nós asseguramos que a Constituinte vai tentar conciliar a preservação do meio ambiente com a exploração econômica racional das diversas áreas do Estado. Lembrando só, a bem da História, que a cobertura florestal do Estado nos últimos 40 anos foi francamente destruída, tendo desaparecido completamente a floresta do Rio Paraná. D

Damos agora a palavra aos representantes dos Sindicatos Rurais de Medianeira, Pérola do Oeste e Planalto.

Agora eu quero só esclarecer: quando eu lembro da cobertura florestal do Estado que foi fatalmente destruída, não se exclui o verdadeiro crédito histórico da contribuição da indústria madeireira enquanto fronteira de produção para o desenvolvimento do Estado na Capital e em todo o seu território.

Eu convido então os membros dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Sudoeste do Estado para a última comunicação a esse painel. Estão presentes o Sr. Afonso Kamek, Presidente do Sindicato do

dos Trabalhadores Rurais de Medianeiro; o Sr. Zeno Minuzzo, Presidente dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pérola do Oeste e da Direção Estadual da Central Única dos Trabalhadores; e o Sr. Odacir Sapienginski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planalto.

Por favor, o Senhor tem a palavra para a sua comunicação sobre política fundiária e agrícola para a Constituinte Estadual.

O SR. AFONSO KAMEK - Quero cumprimentar aos Deputados que compõem a Comissão da Ordem Econômica e Social e cumprimentar também toda plenária presente.

Nós vamos usar este espaço para falar sobretudo dos problemas vividos hoje pela pequena propriedade e também das nossas propostas, alternativas e saídas para esses problemas. Visto sobretudo que há 30 anos mais de 50% da população vivia no campo, hoje nós contamos com pouco mais de 20% da população deste País na área rural, e isso representa um êxodo rural elevadíssimo nos últimos anos, sobretudo com a modernização da agricultura, principalmente a agricultura tradicional, a agricultura de exportação. E com grandes incentivos fez-se com que se desenvolvesse o capitalismo no campo de tal forma que se provocou todo esse êxodo rural, e é evidente que essas famílias todas hoje estão acampadas em lona plásticas às margens das cidades, sujeitando-se a trabalhos de boóias-frias, ou com salários baixíssimos, e é claro suas famílias passando sérias dificuldades. E aí eu concordaria com o orador que me antecedeu: neste País nem tudo está reto, quase tudo está torto, ainda mais quando se trata da concentração da terra e da falta de uma política

O SR. AFONSO - ... da terra e da falta de uma política agrária voltada à distribuição da terra, para que a terra de fato passe a desenvolver sua função social. A concentração da terra, as grandes áreas de terras nas mãos de alguns, e a grande maioria de trabalhadores rurais sem terra é que estão os grandes problemas, as grandes causas dos problemas deste país sobretudo ligado à política agrária e também à política agrícola. Mas voltando ao assunto mais específico da política agrícola, quando a gente dizia que o êxodo rural é provocado por falta de uma política agrícola voltada, é porque o financiamento bancário, o acesso ao crédito bancário, a questão dos altos juros, a assistência técnica não favorece à pequena propriedade. Porque sobretudo não se tem incentivo para a agricultura de sobrevivência, agricultura que de fato interessa se tem muito dinheiro distribuído pelos bancos, pelas agências bancárias, agências financeiras para produzir soja porque é um produto de exportação, produzir trigo que se usa muito para exportação e outros produtos que não são de primeira necessidade para alimento básico da população. Isso tudo faz com que o pequeno agricultor sai de um jeito para fazer agricultura e passe a desenvolver esse tipo de agricultura, e acaba se endividando no banco e acaba perdendo a sua terra porque a terra era - digo era porque na nova Constituição não mais será - era objeto de hipoteca. E quando o pequeno agricultor não conseguia pagar o banco, automaticamente o banco tomava a terra do pequeno proprietário. Então esses são alguns dos problemas vividos pela pequena propriedade que a gente queria colocar nessa explanação de hoje.

Também colocar a questão da falta então de um modelo de agricultura, de uma política agrícola voltada à pequena propriedade, sobretudo a nossa proposta é para quem tem propriedade até 5 módulos, que tivesse uma política agrícola que favorecesse o pequeno agricultor. O pequeno agricultor com suas representações normalmente não são ouvidas...

nós queremos citar o exemplo recente que é o Paraná Rural. Cinco módulos variam de região para região : na nossa região um módulo são 15 hectares. Mas varia um pouco com a produtividade da terra das regiões. Então tem esse projeto novo aí do Paraná rural do Governo do Estado e os pequenos proprietários não foram ouvidos de como se usa esse dinheiro. Sabe-se que são milhões de cruzados que são aplicados. Mas nós devemos inclusive apresentar documento por escrito numa oportunidade mais próxima para relatarcom um fato mais concreto.

O pequeno agricultor não é ouvido quando se planeja e como gastar esse dinheiro, como investir esse dinehiro da pequena propriedade. Então a propostas é que houvesse essa participação através de conselhos, a nível de Estado, a nível de região que houvesse a participação desses pequenos proprietários quando se tem uma verba destinada, como esta, no caso, Paraná Rural. Também a nossa preocupação é com os recursos , que os recursos do Banestado fossem aplicados também, todos eles, em propriedade e atingissem no máximo até 5 módulos mínimos, já anteriormente citados. A questão do seguro agrícola...

O SR .....: ... A questão do seguro agrícola também que garantisse a safra do pequeno agricultor, não do jeito em que está atualmente que tem o Pró-Agro que garante o dinheiro que o Banco emprestou mas não garante a safra do pequeno agricultor. Quando há uma frustração de - safra, não tem nenhuma garantia do prpduto que não colheu.

A assistência técnica - os órgãos de assistência técnica e de pesquisa do Estado que fossem a aerviç exclusivamente do produtor de até 5 módulos da pequena propriedade. Também somos contra a privatização. Nós queremos que o Estado tenha o seu papel, a sua função na questão da política - agrícola voltada ao pequeno agricultor, porque a privatização não vem beneficiar em nada a pequena propriedade.

É claro que o fórum de participação do agricultor - quando falo em agricultor me refiro sempre ao pequeno agricultor, aquele que de fato defende a sua terra, aquele que de fato está perdendo a sua terra, está deixando a - sua propriedade, geralmente indo para a periferia das cidades - e como já disse, que se garantisse a participação desse pequeno agricultor através do que eu já falei antes, do Conselho que deve ser formado, aonde possamos colocar as nossas idéias, o - nosso ponto de vista a respeito da pequena propriedade.

Gostaria de ceder o espaço a outro companheiro, para que continuasse a explanação.

O SR. AFONSO KAMER : Eu queria cumprimentar a todos e parabenizar esta Comissão por esta abertura de um espaço democrático de estudos e levantamento de propostas, onde a gente possa ter oportunidade de apreciar as várias posições dos segmentos da sociedade.

Eu acho que o que está sendo debatido aqui , não são os problemas daqueles que têm muitas preocupações e precisam manter grandes volumes de dinheiro para manter a sua propriedade, mas sim, para aqueles que têm problemas que nós

acreditamos que sejam um pouquinho mais em baixo.

Se nós dermos uma olhada hoje na realidade das comunidades rurais, onde sempre viveram e conviveram várias famílias e lá tinham escolas, igreja, a sua vida comunitária, nós pegarmos a histór a das comunidades e não precisa ser de muitos anos atrás, não. Há uns 15 anos , nós encontrávamos nessas comunidades, vivendo com uma educação precária, é lógico, mas tendo o mínimo e tendo o que comer e encontrar nessas comunidades 70, 80, 90, 100 famílias, nós encontramos várias e várias comunidades dessas nos dias de hoje com apenas 15 ou 20 famílias, já não tendo nem escola mais, quase quw praticamente fechando as portas. Tudo isso, fruto da forma como se desenvolveu a mobilização da agricultura, a modernização da agricultura, a máquina entrando no campo com um plano de uso dessa máquina, totalmente irracional, aonde a máquina ao invés de propiciar ajuda ao homem, veio substituir a produção daquilo que o povo brasileiro precisa para comer e para manter aquilo que as vacas da Europa ou de outros países, precisam para comer lá.

O grandw problema que nós entendemos que existe nisso, é a falta de política governamental que venha de fato incentivara produção de subsistência. Se nós dermos uma olhada,as nossas reivindicações sempre foram encaminhadas e o Governo e os seus recursos e a sua política se voltem para as propriedades de até 5 módulos.

Essas propriedades do Es ado do Paraná compreendem hoje, 62% dos proprietários de terras do Paraná. Isso justifica a necessidade do Governo ...

O SR. AFONSO KAMMER : - ... Isso justifica a necessidade do Governo investir os seus recursos nessas propriedades, sendo que que a propriedade de até 10 metros compreendem mais 36% dos pri - prietários rurais do Paraná que produzem, e o restante o mínimo, 2 ou 3% dos proprietários é que tem as grandes extensões de terra, e que, hoje usufruem dos mesmos direitos sem estar produzindo alimentos (ininteligível), problemas esses todos que vem fazendo com que o êxo do rural, o inchaço das grandes cidades, a vida de sub-emprego, toda essa massa da população brasileira, que vive hoje de uma situação aper tada, é preciso que, nesse Governo, nessa nova elaboração, se trate as questões da Política Agrícola e da Política Agrária, a produção de sub sistência, que está totalmente esquecida pelos planos governamentais.

Eu queria também ressaltar ainda, que além dessa dis cussão que está se fazendo aqui no Estado do Paraná, de que hoje, está se passando uma discussão, que nós estamos apresentando propostas des se nível na formulação das Leis Complementares, que vai tratar de to - das as questões relacionadas a política agrícola e política agrária no Congresso Nacional, onde é preciso que a Sociedade tome conhecimento, de que se na Constituição, que foi aprovado no último dia 5 /10, infe- lizmente determinou as desapropriações de terra, para fins de Reforma Agrária, nesse País, se torne quase que impossível, se rediscutindo, o que é terra produtiva nesse País, tudo isso são temas que estão sendo discutidos agora, no Congresso Nacional e que a Sociedade precisa se preocupar com isso e com toda essa problemática.

Disse também, na atual Constituição, isso parece - uma medida até das mais avançadas, relacionadas a política agrícola, e que a pequena propriedade passa a não ser mais, instrumento de penhor junto as Instituições Financeiras.

O Estado do Paraná e a Constituição Estadualm precisa se preocupar com essa s questões, porque nós vamos passar a viver, no estado do Paraná, e em todo o Brasil, toda uma carência de aumento do custo da produção da alimentação brasileira, passa-se a ter cada vez mais concentração do povo na Cidade e consequentemente, a grande problemática

O SR. AFONSO KAMER : - dos bóias-frias, a grande problemática dos Sem terra, passam a aumentar se não tiver, medidas que venham de fato a viabilizar a pequena propriedade, porque é nessa pequena propriedade que nós entendemos, que está a grande saída dos grandes problemas da economia brasileira, o grande problema da economia brasileira, não está no que o Governo está dizendo hoje, mas está de fato na política de desenvolvimento da produção de alimento do povo brasileiro e a produção de alimento até que alguem provem em contrário, quase que na sua totalidade, ela está sendo conduzida pela pequena propriedade.

Se é a pequena propriedade que produz alimento para o povo brasileiro comer, é obrigação do Governo na elaboração da Constituição Estadual preservar isso.

O SR. RAFAEL GRECCA : Ao agradecer a ...

RAFAEL GRECA -... Ao agradecer a participação dos senhores, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais que vieram como convidados do Partido dos Trabalhadores essa presidência encerra o painel de hoje da Comissão de Ordem Econômica e Social.

O painel foi eclético, teve a participação no princípio do presidente do Banco Bamerindus, passou por diversos técnicos do mais elevado nível do Banco de Desenvolvimento do Estado, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Teve a participação expontânea do madeireiro Dr. Zugman, que muito nos engrandeceu e acrescentou. Teve a participação do setor madeireiro do Estado e a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, bem como a participação dos vários setores ligados à preservação, à ecologia e ao meio ambiente.

A todos os presentes nós queremos assegurar que move esta Comissão de Ordem Econômica e Social o mais firme propósito de fazer uma Constituição para o bem estar de todos os paranaenses sem qualquer conotação partidária. Não uma Constituição par a próxima eleição, mas uma Constituição para a próxima geração e todas as gerações de paranaenses que hão de vir.

Nós queremos adaptar à Constituição Federal dentro do princípio da Federação da melhor maneira possível assegurando ao Paraná a sua independência e, à gente que vive e que nasceu no Paraná a possibilidade de qualidade de vida e realização da história em plenitude, isto é, história com dignidade, com justiça social e com respeito humano.

Levanta-se a reunião.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência do Senhor Deputado Constituinte Rafael Greca de Macedo, com a presença dos Senhores Deputados Membros da Comissão e ainda a dos Senhores Deputados Nereu Massignan, - Paulino Delazeri e Amélia Hruschka. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente Reunião de Audiência, com a pauta relativa aos DIREITOS HUMANOS, PROMOÇÃO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA, com a presença dos seguintes convidados palestristas: Dr. Wagner D'Angelis, Coordenador do Centro Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos; Dr. - Jaime Paciornick, Presidente do Instituto de Previdência do Estado; Dr. Luiz Cordoni Júnior, Ex-Secretário da Saúde do Estado do Paraná; S. Reverendíssima Dom Ladislao Bienarski, Bispo Auxiliar de Curitiba; Irmã - Araceli Rosa, Coordenadora de Ação Social da Arquidiocese de Curitiba;- Dr. Olimpio de Sá Sotto Maior, Promotor Público; Dr. Mário Leitão Filho Secretário Municipal de Saúde; Dr. José Elias Aiex Neto, Presidente da Associação Médica do Paraná; Sra. Olenir Bonato, Atendente de Saúde da Prefeitura Municipal de Curitiba e da Comissão de Saúde da Central Única dos Trabalhadores do Paraná; Dr. Augusto Fonseca da Costa, representando a Associação dos Hospitais do Paraná; Sr. Dirceu Ribas da Veiga,- representante da Federação dos Aposentados do Paraná; Sr. Seno Staat, - membro da Coordenação Estadual do Movimento dos Sem-Terra; Sr. Darci - Frigo, representante da Comissão Pastoral da Terra; Sr. Mário Pléssica, representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado - do Paraná e Sr. Leibnitz Agibert, Engenheiro Agrônomo, representante da mesma Federação. Todos os pronunciamentos desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a contribuição prestada pelos Senhores palestristas à Assembléia Constituinte Estadual, convidando a todos, para a Reunião de Audiência a ser realizada - no próximo dia 16, a partir das 14:00, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, com a pauta: CULTURA, COMUNICAÇÃO SOCIAL, ESPORTE E LAZER. Nada - mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os traba

lhos da presente reunião, da qual, para constar, eu José Olimpio Sotto Maior de Macedo, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que se produza os efeitos legais.-.

DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

Além disso, a possibilidade de chegar aos Tribunais não significa a garantia e o prevalecimento dos direitos e interesses populares. Isso porque , em muitos pontos (como a questão da terra, por exemplo) , o direito existente na sociedade brasileira está superado, favorecendo o " status quo " e, por isso, desfavorável ao conjunto da sociedade.

Paralelamente, o povo caminha e forja uma " nova " ordem jurídica. Os deserdados da sociedade, os que foram lançados na periferia ou jamais permitidos a ingressar na modernidade modelada pelo sistema, constróem e desenvolvem culturas paralelas, para eles revestidas de todas as prerrogativas legais. E avançam e logram sucessos aos seus anseios e reclamos por vias alternativas, que o Estado e o conservadorismo instalado, via de regra,tentam bloquear , aniquilar, ou, simplesmente , arrefecer .

Aqui, cabe ainda o registro de que a " justiça gratuita " , de elevados propósitos , é um mito, pelo pouco que com ela se preocupa o Poder Público; e, onde existe, pela forma assistencialista, precária e pouco eficiente de atender a demanda popular .

A ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS NECESSITADOS NO PARANÁ

Inicialmente, uma rápida análise de ordem demográfica/econômica.

Segundo dados do IPARDES (86), o Paraná possui 8.329.300 habitantes. Deles, 3.652.855 formam o contingente de pessoas economicamente ocupadas . E, destas , 2.285.433 pessoas ganham até dois (2) salários mínimos , a saber:a) ... 506.111 são apontadas como pessoas sem rendimentos; b) 195.800 ganham até meio-salário mínimo; c) 660.710 percebem de meio a um salário mínimo; e, d) 922.812,de um (1) a dois (2) salários mínimos . Vale dizer , da população econômicamente ocupada do Estado , 62,5% recebem até dois (2) salários mínimos. E, levando-se em conta que a " justiça gratuita " é facultada , quase como praxe, às pessoas até essa faixa de ganho, é possível dizer que , praticamente , cerca de 83,5% da população total do Paraná teria juridicamente condições de pleitear tal atendimento, levando-se em conta o dever constitucional do Estado (Lei nº 1060, de 5/2/50; Art. 5º - Inc. LXXIV , da Const. Federal; e, Art. 59 da Const. do Paraná, com a modificação gerada pela Emenda nº 23).

Por outro lado, o atendimento jurídico gratuito aos necessitados , no Paraná, apresenta sinteticamente o seguinte quadro :

a) não há uma política, oficialmente reconhecida, de Direitos Humanos, por parte dos Governos Estadual e Municipais ;

WAGNER D'ANGELIS.

CENTRO HELENO FRAGOSO PELOS DIREITOS HUMANOS

OS DIREITOS HUMANOS NO PARANÁ : A NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DA " DEFENSORIA PÚBLICA " E DO " OUVIDOR GERAL DO ESTADO " .

Na realidade brasileira, apesar da mobilização e organização crescentes detectadas em vários segmentos da sociedade, e mesmo apesar de esforços de alguns setores progressistas, é inegável a dificuldade enfrentada pelas camadas populares para compreensão e defesa de seus direitos, ou, para a conquista de suas justas reivindicações e de legislações compatíveis com seus anseios. E, a razão de fundo dessa inacessibilidade à Justiça e eficácia dos direitos humanos está na própria estrutura sócio-econômica brasileira, face a vigência de um modelo econômico extremamente concentrador - de riqueza, terra e poder ; da existência de um sofisticado padrão de consumo em contraste com as carências básicas da maioria do povo; e, de uma política administrativa e salarial a depauperar a classe média e a marginalizar a maioria da sociedade .

Todavia, há uma série de razões diretas a proporcionar esse distanciamento entre povo e Justiça . A principal delas, talvez, seja a reconhecida negligência por parte do Poder Público no cumprimento de seu dever constitucional de fornecer assistência jurídica. Asssistência essa, aliás, que, já criticável pela sua quase inexistência e deficiência, deveria ganhar dimensão ainda mais ampla que a exclusiva utilização da via processual .

E mais, trabalha contra o pobre toda a estrutura sócio-política econômica brasileira que, ao marginalizá-lo, priva-o do conhecimento e informação , e o impede de compreender com clareza os seus direitos, a forma de elaboração ou o significado das leis, e, a estrutura judiciária. Por outro lado, não só suas causas são tratadas sem devida atenção : o pobre sofre, perante a Polícia e o aparelho de repressão ao crime, bem como perante certas esferas da administração pública, uma odiosa discriminação econômica, irmã gêmea da discriminação racial e social .

De resto, causa flagelo aos cidadãos, com tanta maior intensidade quanto menor a capacidade econômica, as já crônicas e graves deficiências da administração da Justiça : elevado custo, demasiada lentidão e burocracia, elitismo (com honrosas excessões), mau aparelhamento, dentre outros pontos .

Na atualidade brasileira, a Justiça não é igual para todos. À ela só tem acesso os que dispõem de recursos para movimentar seus processos. E as questões diminutas, que são as questões dos pobres, não conseguem penetrar, ou penetram sem maiores chances, as portas herméticas e caras da justiça comum .

Rua Voluntários da Pátria, 475 - Conj. 1203/A - 80.020 - Curitiba / Pr. - Brasil Fone: (041) 224-6540

b) a prestação da Assistência Judiciária, que se mostra com algumas deficiências e em parte inadequada, só ocorre, e mesmo assim parcialmente, em Curitiba e algumas poucas cidades do Estado ;
c) o número de servidores do Estado que prestam esses serviços é insuficiente e,via de regra, despreparado para a função (aqui, no sentido de "vocacionado" ou, mesmo, treinado) ;
d) não há atividades especializadas em problemas específicos (como, por exemplo , a questão do menor, da mulher, situações fundiárias , direitos difusos, direitos do consumidor, etc.) ;
e) a atuação dos órgãos governamentais de assistência judiciária existentes, não possuem autonomia administrativa e política, isentando-se (quando não, impedindo-se) de atuar em questões, que não são poucas, onde a arbitrariedade, abuso de poder ou omissão decorrem de setores da administração pública ;
f) a at uação dos órgãos governamentais de assistência judiciária, na esfera penal, tem se mostrado frágil , no confronto com o poder econômico ;
g) não há atendimento de casos coletivos, como,por exemplo , a questão de greves, movimentos reivindicatórios, questões possessórias, etc. ;
h) há informações, não confirmadas, de que a Assistência Judiciária não consegue defender, judicialmente, 0,02% da demanda por ano (500 casos) .

Indubitavelmente, a solução efetiva do problema está inserido na solução do conjunto dos problemas nacionais, e não será possível apenas num Estado da Federação . Todavia, na busca de uma contribuição concreta propiciadora de uma melhor distribuição da Justiça, da conquista da cidadania e eficácia dos direitos humanos, há aspectos em que se pode avançar muito, melhorando de fato a situação das camadas populares. E é nessa perspectiva que se inserem as presentes propostas de " DEFENSORIA PÚBLICA " e " OUVIDOR GERAL DO ESTADO " (este, junto ao Poder Legislativo) .

09/03/89 COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL ACS

14:25 - 1 -

O SR. RAFAEL GRECA - Senhoras e senhores, nós damos procedimento à Comissão de Ordem Econômica e Social, às audiências Públicas, buscando colher as propostas populares e dos vários segmentos da sociedade para a Assembléia Estadual Constituinte, passando a palavra ao Doutor / Wagner D'ANGELIS,- que foi fundador da comissão pontifícia de Justiça e Paz e defesa dos Direitos Humanos na nossa cidade, no tempo da repressão, é advogado atuante, coordenador da Fundação Rondon do Paraná e agora é coordenador do / Centro Heleno Fragoso pelos direitos humanos. Então, Doutor Wagner vai falar sobre a garantia e a defesa dos direitos / humanos no Paraná, através da criação de uma ouvidoria ge-/ ral do Estado, da criação de uma defensoria Pública e da / instituição da participação popular no processo legislativo.

O SR. WAGNER D'ANGELIS - Boa tarde a todos, é uma satisfação enorme participar desta cívica sessão , a quem eu quero louvar publicamente e dizer que realmente representa um avanço nesse trabalho de colocar a comunidade, a sociedade junto com os parlamentares para a elaboração de uma nova carta para o Estado do Paraná.

A nossa proposta sobre os direitos humanos é permeada de dois itens: A instituição de uma de-/ fensoria Pública no Paraná e a a função do ouvidor geral / do Estado ligado ao Poder Legislativo.

Eu começaria dizendo umas / rápidas pinceladas sobre alguns aspectos preliminares do / que eu gostaria de expor. Dizer para vocês que inevitavel-/ mente todo mundo já conhece a marcha da sociedade brasileira, paranaense também, no que diz respeito a reconquista / dos princípios fundamentais de liberdades públicas e de direitos humanos; e independentemente disso, é também perfeitamente visto de que nós ainda estamos muito a quem daquilo

O SR. WAGNER D'ANGELIS....daquilo que gostaríamos de chegar, ou seja,há completamente, apesar de alguns esforços Públicos e privados, a dificuldade das camadas populares à compreensão dos seus direitos, da conquista de suas reivindicações,e a razão de fundo dessa inacessibilidade da justiça (inaudível) ... está na própria estrutura da sociedade brasileira, no ponto de vista sócio, Político e econômico. Nós ainda vemos, me basearia aqui em documentos da igreja Católica, para dizer que nós vemos ainda uma injustiça institucionalizada na sociedade, como é comum nos Países do 3º mundo, quer dizer, nós estamos dentro deste contexto do 3º mundo.

Agora,há matéria de razões diretas a proporcionar distanciamento entre povo e justiça, a principal delas, eu diria, talvez seja a própria negligência do Poder Público. No cumprimento do dever Constitucional de fornecer assistência Jurídica, é uma questão que já é criticada no ponto de vista de qualidade, porque ela é quase que assistencialista, paternalista, e nós gostaríamos de uma assistência jurídica que pudesse também ser formativa, que ela pudesse levar o cidadão a compreender os seus próprios direitos. Esse trabalho também permeado por alguns outros lances, por exemplo: Nós podemos dizer que o pobre está marginalizado na sociedade e a estrutura da nossa Política priva o pobre de conhecer e de se informar sobre os seus direitos, de conhecer e compreender o significado e elaboração das leis, a própria estrutura judiciária e assim por diante. Também flagela o cidadão como um todo (inaudível)....

Então, esse preâmbulo, somente para concluir, porque a justiça no meu ponto de vista não é igual para todos no País, como de resto a América Latina, além disso, a possibilidade de se chegar aos tribunais não significa que está ali garantido e prevalecido os direitos do cidadão, porque vai ter que se enfrentar também as interpretações da lei, inclusive um direito conservador que ainda existe na sociedade, que é ...

O SR. WAGNER D`ANGELIS... que é desfavorável pratiamente ao conjunto da sociedade. Então, independentemente destes percauços o povo caminha na construção de uma nova ordem Jurídica e isso tudo é que nós queremos detectar e compreender, principalmente no que diz respeito....

09/03/89 EZ -1- 14:30

O SR. DR. WAGNER D'ANGELIS -... principalmente no que diz respeito à assistência jurídica no paraná. Cabe então, o registro de que a ~~assistência~~ justiça gratuita de levar este popósito, é um mito ainda , pelo que pode fazer, no tocante à preocupação, ainda por pequena que tenha por ela, o poder público. E o que existe é feito de forma assistencialista, precária, ou deficiente. Com todo o respeito que tenho aos notórios e integrantes da assistência social do Paraná.

Preferia , que para começar a discutir a questão da / Defensoria , faz-se necessário que tenha um preâmbulo técnico do ponto de vista democrático , do ponto de vista econômico.

Vejam bam , vocês: há dados do IPARDES , de 1986 , são os dados mais recentes ; o IPARDES nos demonstra o seguinte: o Paraná possui 8. 329.300 habitantes;desses, 3.652 mil e 855, para ser preciso, forma um contingente de pessoas econômicamente / ocupadas, e destas pessoas ocupadas, 2.285 mil 433, ganham até dois salários mínimos.

Se nós fizermos uma rápida decifração disto aí, nós teremos o seguinte: ~~500 ce~~ Quinhentas e seis mil pessoas não têm rendimento no Estado. Cento e noventa e cinco e oitocentos / ganham até meio salário mínimo. Seicentas e sessenta mil ganham de meio a um; e novecentos e vinte e dois mil ganham de um a dois salários mímimos. Dá um total de dois milhões duzentos e oitenta e cinco mil pessoas na faixa de zero a a dois salários mínimos no Estado.

O que significa isto percentualemte falando ?

Significa que da população economicamente ocupada do Estado, 62,5% recebem até dois salários mínimos. Levando-se em conta que a justiça é facultada , como de praxe as pessoas até esta faixa de clima, até dois salários mínimos, é possível dizer que praticamente 83% da população total do Paraná, teria politicamente condições de pleitear essse atendimento jurídico;levando-se em conta

levando-se em conta o dever constitucional do Estado.

Há menções do nosso trabalho, vou deixar com o Deputado Rafael Greca de Macedo, que gentilmente nos convidou, uma cópia do desse preâmbulo e ~~de~~ menciona as legislações federais e a estadual, que diz respeito à matéria.

POr outro lado, o atendimento jurídico/ gratuito às necessidades ~~xxxxx~~ do Paraná, apresenta sinteticamente, o seguinte quadro: não há do ponto de vista particular meu, uma política assentada oficialmente reconhecida de direitos humanos por parte do poder público, seja municipal, seja estadual.

2º- A prestação da assistência judiciária , se mostra com algumas deficiências em parte inadequada , só ocorre, parcialmene no Estado , porque ocorre em Curitiba com poucas pessoas atendendo e em poucas cidades do Estado.do Paraná, do interior do Estado.

Por outro lado o nº de servidores do Estado que prestam esses serviços é insuficiente, e, via de regra, despreparado para a fu função. Não despreparado para a função , n~ao despreparado do ponto de vista de incapacidade profissional. É bom frisar aqui.

São até mesmo pessoas de grande capacidade profissional . Mas, despreparados , no sentido de que a gente acha que para um trabalho dessa natureza, é preciso haver pessoas vocacionadas ; é preciso haver no mínimo um treinamento adequado, e aí , é isto que / nós achamos que não exsite.no trabalho com a assistência judiciária. E geralmente, se diz, ah, n~ao gostaria de trabalho judiciário , queria ser deslocado para lá, etc e tal.

Há que se ter uma vocação, há que se ter ...pois, é um cargo gratificante , mas também difícil , delicado, é no mínimo exigente de um treinamento.

Nós tentamos, nós tínhamos um dado antigo, Dr. Rafael com relaç~ao a nûmeros de pessoas . Leva-se crer, pelas informações extra-oficiais que temos, quenão há 50 pessoas atendendo a assistência social do Estado. Mas, eu nãso tenho dado oficialmente .

E, eu não ~~ó~~ posso testemunhar por erro. Mas, as informações são parte de pessoas que trabalham lá dentro, e me d~ao esssas informações , e elas podem também assim falando, me dar esta premissa de que 50 pessoas ...

O DR. RAFAEL GRECA- Me permita uma interrupção .

Eu lhe pergunto isto porque eu fiz uma proposta numa Defensoria Pública , e fui abordado por uma moça na rua, que é advogada , que me disse, mas, Deputado , o Sr. quer criar uma Defensoria Publica , mas, ela já existe no estado. E daí, eu não / sabia responder para ela , o que, aonde é que funciona esta Defensoria Pública, e como é que ela funciona . É um serviço da Secretaria da Justiça .

Ela seria então empregada, e eu trabalho na Defensoria Pública,Aí eu disse para ela :eu acho que nós queremos criar a carreira da Defensoria Pública, e a funç~ao da Defensoria Pública .

È só por isto que eu estou inquieto aqui.

O SR. DR. WAGNER D'ANGELIS- Esse é um dado que não se pode esconder da realidade . E isto não é a realidade do Paraná, é a realidade do Brasil. Em cada lugar do Brasil existe , em cada Estado do Brasil existe uma assistência judiciária , ele n~ao e' um departamento, 'e um setor da Secretaria da Justiça , que presta este serviço de assistência judicipária. São pessoas, advogados, psicólogos, assistentes sociais, que fazem este sistema de triagem verificam a condição econômica de um pleiteante,, e a partir daí os advogados gratuitamente têm que prestar este atendimento à população. População que ele isenta de todas as taxas. Ele isenta de honorários, de custas, de emolumentos, etc. Agora, o que nós estamos querendo mostrar, aqui, é que apesar dos esforços que existem, nós temos que reconhecer, apesar dos esforços feitos nos últimos tempos para melhorar , inclusive dotar de sistematização e informatização, que me parece que já está sendo adotada, isto ainda é pequeno perto da de - manda

manda. E a demanda, eu já mostrei para vocês. Nós temos carenciados diretamente necessitados deste trabalho dois milhoẽs e 235 mil pessoas no Estado. Quer dizer, nem todas vão procurar, mas grande parte procura e não é atendida, ou não pode ser atendida, ou não chega à assistência judiciária porque ela só existe em Curitiba, como eu disse, e em poucas cidades do interior. Geralmente cidades onde há curso de Direito prá que os estudantes façam estágios lá dentro. E aí entra uma outra questão que eu gostaria de mencionar. Hoje em dia, os estágios para estudantes de Direito ...

O SR. WAGNER D'ANGELIS: ... Hoje em dia, os estágios para estudantes de Direito, neste nível, já está sendo dado, concedido, pela própria faculdade. Ou seja, a Católica aqui de Curitiba, a Federal em Curitiba já têm seus escritórios modelos. Nós achamos que não se deve fazer assistência judiciária em cima, basicamente, em cima do estágiario de Direito. Ele pode até ser um eventual colaborador, em determinadas circunstâncias. Mas, nós queremos justamente aquilo que você acabou de dizer, Rafael, tem que haver um quadro próprio de carreira que cuide especificamente do assunto ...

O SR. PRESIDENTE: É como fazer a COHAB com estudantes de arquitetura.

O SR. WAGNER D'AMGELIS: Exatamente. Nós temos que impedir. Muitasvezes pode até acontecer boa vontade por parte dos estudantes. Mas, na realidade a população não fica bem dotada, bem suprida nas suas necessidades. É preciso que tenhamos funcionários qualificados, um grande corpo de pessoal treinado, preparado para isso, que possa atender não só Curitiba e quatro ou cinco cidades do interior, mas atender grande parte do Estado do Paraná, as cidades principais, edepois, naturalmente espalhar por todo o Estado. Quer dizer, é uma proposta que pode ser implantada, inclusive, progressivamente. Ninguém quer ver isto aqui, 300 munic-ipios com uma assistência judiciária e uma defensotia pública. Mas o que se quer é que se crie um quadro de carreira e depois, gestão por gestão que este quadro vá se ampliando e sendo enriquecido e vai sendo realmente suprido por pessoal qualitativo e numericamente suficiente para atender à demanda.

Finalmente, eu gostaria de fazer a seguinte abordagem, não nas atividades especializadas dentro da assistência judiciária. Por exemplo: não há lá um setor que trate da questão domenor, da questão da mulher, da situação fundiária, em particular, dos direitos do consumidor. Existe, como nós conhecemos, as que tratam das questoẽs trabalhista, penal, civil de uma maneira geral, família me parece que existe. Mas, via de regra, não existem setores especializados. E é preciso que dentro de um quadro de carreira próprio haja estes setores especializados.

"A atuação dos órgãos governamentais de assistência judiciária existentes, não possuem autonomia administrativa e política, isentando-se (quando não, impedidndo-se) de atuar em questoẽs, que não são poucas, onde a arbitrariedade, abuso de poder ou omissão decorrem de setores da administração pública". É uma situação que é bastante interessante observar, quer dizer, a assistência judiciária não pode atuar contra o Estado. E é daí porque, também, nós fazemos uma proposta de além da defensoria pública se criar a função de ouvidor-geral do Estado junto ao Poder Legislativo. Um agente de alto nível que represente o Parlamento na cobrança e na fiscalização do Executivo em

em atos, açoẽs e omissoẽs, porque este cidadão, agente de alto nível, como a figura do "ombudsman", ele poderá fazer este papel de pleitear contra o Estado. Enquanto o defensor público, a assistência judiciária, não pode fazer. E é impedido, até, neste particular.

Por outro lado, "A atuação dos órgãos governamentais de assistência judiciária, na esfera penal, tem-se mostrado frágil, no confronto com o poder econômico". E o quadro de carreira com autonomias, com privilégios, com garantias a seus profissionais, que poderia realmente ter melhor condiçoẽs de ampliar-se no jogo do poder econômico.

Por outro lado, não há ...

COMISSÃO

9/3/1989 - LFH 14,40 -1-

O SR. WAGNER D'ANGELIS - .... Por outro lado, não há atendimento de casos coletivos, como, por exemplo, a questão de greves, movimentos reivindicatórios, questões possórias, etc.

Então, essas informações que trago, são informações para mostrar que independentemente de possíveis esforços, que avanços têm sido feitos nesta área, e só uma Defensoria Pública criada especificamente para isso pode suprir falhas e situações não atingidas no momento nas atuais circunstâncias. É um quadro geral que existe no Brasil.

Eu gostaria de dizer, inclusive, deputado Rafael Grecca de Macedo, que vi e sei do seu empenho pela criação da Defensoria Pública, e trago esta proposta do Centro Heleno Fragoso, inclusive porque é um pedido que nos foi feito pelo Rio de Janeiro, em dezembro do ano passado, por Dom Almeida, que está interessadíssimo na criação da Defensoria Pública.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Deputado Nereu Massignan, o Dr. Wagner está trazendo duas propostas: uma de Ouvidoria, no Poder Legislativo e uma de Defensoria Pública, no Poder Executivo. Aliás, me parece que ele pôs Ouvidoria no lugar certo, que é no Poder Legislativo.

O SR. WAGNER D'ANGELIS - Então, dentro desse aspecto eu trago a proposta pelo Centro Heleno Fragoso, em criar a Defensoria Pública do Paraná, para atendimento dos necessitados. Nesta proposta, esta Defensoria seria uma Instituição destinada ao atendimento jurídico gratuito aos necessitados, oportunizando-lhes orientação permanente e acesso à Justiça em todas as Instâncias, na forma constitucional vigente, a Federal e agora a Estadual que está sendo elaborada pelos Srs. parlamentares.

Vamos colocar o que são princípios institucionais da defensoria pública: a unicidade, a.....(?) e a autonomia do órgão. E o órgão superior da Defensoria Pública seria a Defensoria Geral do Estado com nível equivalente a Secretaria de Estado. O Procurador Geral da

Defensoria Pública seria o Chefe da Defensoria, seria nomeado em Comissão pelo Governador, dentro dos Membros da carreira, porque nós estamos propondo a criação de uma carreira. Lei complementar disporia sobre a competência e a estrutura, a organização e o funcionamento desta Defensoria e sobre a carreira direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e regime disciplinar dos seus Membros.

Finalmente a Defensoria Pública organizada em forma de carreira, promovidos na classe inicial mediante concurso público de provas e títulos promovido pela Defensoria Geral do Estado com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, obedecendo-se as nomeações a ordem de classificação. E finalmente o Governador do Estado encaminhará a Assembléia Legislativa no prazo de 90 dias a partir da promulgação da Constituição um projeto de lei complementar dispondo sobre a organização e funcionamento da Defensoria Pública e sobre o Estatuto e os seus Membros.

Esta seria a nossa proposta que superaria vamos dizer assim, com segmentos paliativos e até inadequados que hoje são tratados nesta área, criando-se uma forma de atuação sistemática, específica, estruturada com quadro de carreira própria, fazendo os seus integrantes, numérica e qualitativamente, pessoal preparado e com dedicação integral a tais relevantes misteres.

Hoje só para testemunhar, eu liguei só para saber se tinha um plantão e ninguém me atendeu no telefone. Quer dizer, são situações essas que não podem acontecer. O carente tem que ter uma situação dessas,com três plantões a sua disposição, e inclusive isso pode ser feito depois de ter esquematizado a carreira.

Eu termino dizendo que a fundamental existência de um organismo, que atuando de maneira preventiva e curativa, presta socorro jurídico e informativo a população carenciada, elegendo setores preferenciais de ação , onde se tem, por exemplo, a questão do menor, da mulher, de grupos organizados, do consumidor, etc. etc.

Esta proposta eu trago aqui por escrito, está a disposição de vocês, e se me permitem eu gostaria de dizer o seguinte para completar esta matéria:

Poderá haver comentários, mas é só dizer: Constitucionalmente é atribuição do Ministério Público agora de atender essas questões dos necessitados. Essa é uma pergunta que fatalmente surgirá no Plenário; Via de regra é isso o que acontece nas Comarcas do Paraná e do Brasil todo, são os Promotores Públicos que estão aí fazendo esse papel. Agora eu diria, fazendo com sobrecarga de trabalho, muitas vezes com prejuizo as suas funções primeiras e maiores,ao seu papel jurisdicional de atendimento ao que consagra a Constituição.

Nós queremos que haja realmente uma super ação dessas circunstância em que nós vemos situações no Ministério Público que o Promotor tem que o homem dos sete instrumentos numa Comarca. E há Promotores aqui presentes e eu conheço bem o Promotor, não sou mas conheço muito bem, sobrecarregadíssimo,gente que se sai muito bem inclusive nessas circunstâncias, mas com sacrifícios pessoais tremendos, outros que não conseguem fazer frente a tantas e tais demandas em suas áreas, em suas Comarcas, quer dizer isso tudo tem que acabar, nós não temos que ficar no paliativo, em situações efêmeras, eventuais e transitórias como acontece em muitas partes do Brasil.

Tem que ter realmente um paradeiro e colocar as coisas no seu devido lugar. Se podemos, porque não fazermos uma Defensoria Pública que vai cuidar especificamente deste setor.....

COMISSÂO DE OEDEM ECONÔMICA E SOCIAL

09/0/89

mlm 14,45 hrs. -1

O SR. WAGNER D'ANGELIS:-...e vai cuidar especificamente deste setor que o advogado, hoje, muitas vezes também / responde, quando designado pelos juízes, em situações também paliativas, situações transitórias que refletem até um ato de caridade da ~~XX~~ classe dos advogados, ou de alguns em particular, aqueles que atendem gratuitamente com sobregarga também nos seus próprios misféres, pes-/ soais, profissionais, de sua própria clientela. Quer dizer, só com a / Defensoria Pública, no meu ponto de vista, se superará o ranço paternalista e assistencialista, que confunde a própria assistência, não / poucas vezes, com piedosas intenções e próprias esmolas de autoridades caritativas. E só assim poderá implntar-se, no Paraná como um direito próprio dos despossuidos, que exigem institucionalmente os seus legítimos e impostergáveis direitos.

Com relação à Defensoria seriam essas as minhas palavras.

Eu também trago uma proposta de Ouvidoria Geral do / Estado, a palavra não seria Ouvidoria, a palavra certa seria Ouvidor/ Geral do Estado.

Bom, vejam vocês, a função do Ouvidor é uma ginástica feita em função de circunstâncias internacionais ~~xxxxx~~ existentes e que se procura implnantr no nosso País.

A Comissão de Justiça e Paz, da qual eu sou membro, A Comissão Nacional, fui Presidente no Paraná, onde a Comissão existiu durante 6 anos, foi extinta em 84, quando saímos dela, a Comissão de Justiça e Paz, desde 83 trabalhou no Brasil a proposta do "OMBUSMAN" Nós chegamos a fazer, em 85 e 86, reuniões no Rio de Janeiro envolvendo pessoas de direitos humanos, os mais qualificados possíveis, tra-/ zendo, por exemplo o Defensor Público da Espanha e também o "OMBUS=/ MAN" suéco, que vieram trazer as suas experiências em Painéis realizados no Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. A partir daí / nós aprofundamos esta idéia, de criação do OMBUSMAN, regional, lo-

cal, até mesmo foi proposta nossa ao Governo que se instalasse o OMBUSMAN dentro do Poder Executivo, uma proposta temerária até certo ponto mas tembém um avanço visto o vazio que exisitia nesse setor. Na realidade a proposta originária do OMBUSMAN é fundamentalmente, umbilicalmente ligada ao Legislativo.

O OMBUSMAN foi criado na Suécia, em 1713 e foi uma/ decisão do Poder real, para ficar como intermediário entre as pessoas que vinham da comunidade e os interesses, a política oficial do Governo. Posteriormente o Parlamento aperfeiçoou o instrumento e consagrou um agente do Poder Legislativo. A partir daí se propagou a experiência desse instituto, que ganhou enriquecimentos em cada País, dos mais diversos, e que com um outro nome, maior ou menor competência, hoje vigora em mais de 30 países, entre os quais a Suécia, Alemanha Ocidental, Finlândia, Noruega, Nova Zelândia, Fraça, Inglaterra, Israel, Espanha, algumas regiões da Itália e inúmeros Estados membros da América do Norte e do Canadá.

No Brasil, nós tivemos, na época colonial a figura do Ouvidor, e daí porque se usou este nome, e daí se empregou este / nome também em Curitiba, na experiência piloto que se fez / de criar aqui uma Ouvidoria Geral, o Ouvidor Pardinho, está aí a Praça para mostrar que esse nome já existia.

O SR. PRESIDENTE:- (Rafael Greca):- 1721.

O SR. WAGNER D'ANGELIS:- O Rafael é mestre em aulas de História. Então na realidade este nome não é novidade só foi/ transplantado para a figura ...

WAGNER D'ANGELIS - ... para a figura que se quer criar.

O ouvidor geral se caracteriza uma espécie de guardião permanentemente vigilante de possíveis abusos, violações e omissões verificadas dentro do sistema administrativo e burocrático.

O ouvidor geral do Estado sistematizará e centralizará atividades voltadas ao arbítrio, excesso de burocracia e os possíveis desmandos administrativos e prestar imprensindível contribuição à moralização e modernização da administração pública estqdual

A nossa proposta é que o ouvidor geral seja eleito pela Assembléia Legislativa, usando o exemplo, principalmente Escandinavo, seria alguém de notório saber que poderia se candidatar ou por sindicato, por entidades, por organismo da sociedade e que o parlamento faria estes nomes num prazo que se estabele um prazo de inscrição, uma seleção, uma sabatinação e, inclusive, com a aprovação definitiva de um desses nomes, que receberia um salário, que eu coloquei aí na proposta, um salário de Secretário de Estado, E por que isso? Vou dar um exemplo escandinavo...(conversas paralelas)...

Mas, vejam bem vocês, esse ouvidor, se vocês pegarem a experiência europeia, ele recebe com a mais alta figura da magistratura. Hoje na Suécia, na Escandinávia e aí vem, devolvendo a moeda para o Deputado Nereu, um "Ombudsman" recebe como se fosse Ministro do Supremo Tribunal. Mas a nossa realidade ainda não está aberta para isso. Eu achei melhor mexer com dados administrativos mais reais. Quando num grupo de 40 e poucos debatendo nesse assunto se pensou, nós vamos colocar o valor de vencimentos do desembargador como referência. Mas, a gente pensou que isto pudesse causaralgusn protestos na área jurídica e resolvemos deixar os Deputados debaterem esse assunto e colocamos modestamente a proposta do Secretário de Estado.

Ao Ouvidor Geral do Estado compete:

- Defender os interesses dos cidadãos no exercício de seus di-

reitos com relação a Adminstração Estadual;

- Receber representações oudenúncias que lhe forem dirigidas processá-las, promover investigações e inspeções pertinentes e determinar ao órgão competente ou ao Governo do Estado, a instauração de sindicâncias, de inquéritos administrativos e de auditorias;

- Comunicar às autoridades administrativas a conduta de agentes de Administração Estadual, que possa caracterizar exercício ilícito ou abusivo da função administrativa;

- Adotar providências ou ações cabíveis, junto aos órgãos e autoridades competentes, destinadas a previnir, reprimir ou fazer cessar a incorreção de comportamtnos administrativos considerados ilegais, busivos ou arbitrários;

- Sugerir medidas e meios de aprimoramento da organização e das atividades da Administração Pública Estadual, bem como da qualidade de seus serviços, em proveito dos administrados;

- Recomendar a anulação, correção ou modificação de atos e resoluções administrativas, bem como ~~xxxxxxx~~ de normas legais ou regulamentares, se entender que o seu cumprimento possa provocar situações injustas ou prejudiciais aos administrados.

Compete à Assembléia Legislativa promover toda a estrutura e toda ação instrumental necessária à atuação do Ouvidor Geral. E no desempenho de suas atribuições, o Ouvidor Geral tomará as medidas necessárias e pertinentes de ofício ou mediante provocação formal, através de representação ou denúncia de qualquer pessoa física ou jurídica.

E finalmente, eu diria também que o referido...

O SENHOR ~~WALTER~~ WAGNER D'ANGELIS - ... E, finalmente, eu diria também que:

No exercício de suas atruibuições, o OUVIDOR GERAL DO ESTADO poderá determinar as diligências que reputar necessárias e tomar o depoimento de quaisquer autoridades ou agentes e servidores da Administração Pública e Estadual, inquirir testemunhas, requeisitar às repartições Públicas informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister sua presença.

Esta nossa proposta nos parece que se colocaria a casa que o Paraná em dia com a modernidade, porque nós pedimos alguém que ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ poderia em nome do Parlamento explícita e exclusivamente fazer a função de cobrar do Executivo que ele se norteie nos parâmetros dos direitos e nos princípios da justiça. Cobrar e punir situações de desvio de conduta, abuso de poder, de omissões, inclusive por parte do Poder Executivo, todas as suas instâncias inclusive aos arquivos.

Então, esta é uma proposta que ganha corpo hoje em vários países e que nós poderíamos com ela, realmente, dar um grande avanço.

Aos Parlamentares eu diria, ~~que~~ se realmente subordinada à Casa prestaria a Casa os relatórios semestrais de suas atividades. Isto publicaria somente este relatório com a prévia permissão e os demais órgãos que norteiam a atuação deste agente, que eu ~~xxxxxxxxxxx~~ acredito, que buscaria assim colaborando com o Legislativo, ser realmente um desfalque permanente para o Executivo em todos os seus sentidos.

Esta é a proposta que nós ~~xxxxx~~ pudemos trazer entre tantas outras que nós estamos referendando, como por exemplo, as proposta que a Igreja Católica do Paraná está apresentando e colhendo assinaturas e nós também temos um agente arrecadador dessas mesmas assinaturas para tais pro-

propostas.

Mas, independentemente destas nós estamos apresentando estas duas em particular, porque comungadas ao nosso ponto de vista, a defensoria pública de um lado e Ouvidor Geral do outro, nós teríamos dois elementos que iriam realmente que iriam permitir um avanço na área dos direitos humanos do Paraná.

É o que eu tinha dizer.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Eu concedo a palavra ao ~~Exmo~~ Deputado Pedro Tonelli para fazer uma indagação ao Dr. Wagner e ao mesmo tempo eu agradeço ao Dr. Wagner a sua ~~participação~~ oportuna partipação, dizendo que eu repeito a Defensoria Pública este ~~Deputado~~ Deputado também apresentou uma proposta porque entendeu-a necessária. E dizendo que em nada isso prejdica a proposta do Centro de Estudo pelos Direitos Humanos Deleon Cardoso. Nós estamos acolhendo as duas propostas.

Eu só quero pedir por favor ao Dr. Haras, que é nosso Assessor Jurídico, que estas propostas nós estams recebendo aqui nesta Comissão também sejam encaminhadas para o Depuado Relator Geral da Constituinte. Para o acervo da Constituinte como um todo, para que não fique só aqui na Comissão para que eles também tenham notícias dessas propostas tramitam aqui aqui. Foi uma dúvida que se me assaltou eu recolho a proposta aqui e só fica comigo e com o Haroldo.

O SENHOR SECRETÀRIO - Ela obrigatoriamente passa pelos Deputados.

O SENHOR PRESIDENTE(Rafal Greca) - Ah! Ela obrigatoriamente passa pelos Deputados. Então, está bom.

Com a palavra o Depuado Pedro Tonelli.

O SENHOR PEDRO TONELLI - Senhor presidente, Senhores Integrantes desta Comissão, Dr. Wagner D'Angelis, que expôs aqui algumas proposituras, aquelas que eu ' ~~xxxxx~~ acho que são realmente, oportunas, necessárias, e dentro da aspiração que a sociedade, realmente, está buscando ser envolvidas, serem contemplados, se sentirem cidadãos.

9 Eu tenho uma pequena preocupação. Quanto' à Defensoria Pública eu acho que ficou bem clara e há um reconhecimento, aliás, não é só a Igreja, só o Dr. Wagner D'Angelis, já se buchicha muita a criação da Defensoria Pública, e acho que já existe um consenso. A questão do Ouvidor eu ' tenho umas pequenas dúvidas que eu gostaria de ver se possível esclarecidas.

Se cria aqui um denunciador oficial: o ' ouvidor. Ouvidores nós temos muitos, tem o Prefeito que ouve, tem o Padre que ouve, tem o Bispo que ouve, tem o Presidente do Sindicato que houve, o Deputado que ouve, o Governador que ouve, ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ o promotor que ouve, o Juíz (que ouve, todo mundo ouve. O que nós temos que nos preocupar é com o que vai acontecer ~~xxxxx~~ depois que a gente ouve' depois de ouvido o que vai acontecer. Então, aí não ficou ' bem claro para mim quais são os mecanismos, os mecanismos ' que este ouvidor oficial terá para apuração, para verificar a omissão ou não, os faros e tal e também para punir. Eu ' acho que esta é uma preocupação...

O SR. PEDRO TONELLI:- ...Eu acho que esta é uma preocupação que a gente tem que ter quando se cria mais um Deputado, mais um que vai ouvir, não sei mais o que, porque o que que vai acontecer depois? Ouvir é fácil. Punir é que é mais difícil. Eu acho que esta é uma preocupação que a gente tem. A gente também tem uma preocupação com relação ao ouvidor, para não ser mais um,como nós dentro do Poder Legislativo assumimos esta tarefa, se não é mais um que vai fazer o papel do amortecedor ou aquele cara que aparta briga de galo, que vai amaciar o conflito que existe entre aquele que está prejudicado e o autor do prejuízo. Então tentar acalmar os ânimos e tal, apaziguar, o amortecedor. Então eu acho que esta não é uma atribuição. Disso nós já temos muito. Nós temos o Poder Legislativo que faz muito bem esta tarefa de amortecer, extinguir os conflitos que existem e tem tantos organismos que fazem isto.

Eu gostaria de ver esclarecida,efetivamente, como ele está vendo, como o Dr. Wagner vê a etapa posterior, o encaminhamento que o Jaime elucidou muito bem, que o papel do ouvidor é ouvir, apurar , investigar, mandar, mas e a etapa seguinte? E também eu acho que, eu quero fazer uma observação aqui, parece-me que muito do que o Dr. Wagner falou aqui com relação a ouvidor é atribuição e é prerrogativa do Poder Legislativo, que aliás temos que constatar não está sendo assumido. Hoje os integrantes do Poder Legislativo, à regra, com raras exceções, é ser um assistente social de luxo.

Então eu não sei se de repente o Poder, fortificando o Poder Legislativo e os legisladores assumirem o seu papel, talvez grande parte seria suprido das atribuições, das necessidades que estão sendo propostas neste momento do ouvidor.

Eu estou questionando para ver se nos dá uma certeza para nós, tanto na Comissão Temática, quanto no Plenário nós temos justificativa para nós defendermos o ouvidor do povo aqui no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE:- Nós acolhemos, Deputado Pedro Tonelli, a sua intervenção...

mas eu quero só lembrar aos senhores Deputados integrantes da Comissão que nós já tinhamos acordado anteriormente que nas audiências públicas nós não faríamos debate, porque se não...

O SR. PEDRO TONELLI:- É que eu não aguentei.

O SR. PRESIDENTE:- Eu sei. Eu aproveito a presença do Bispo Auxiliar de Curitiba para lhe dizer que você tem indulgência plenária. Não tem problema nenhum.

Mas nos fóruns de debates nós não podemos começar a fazer debates porque se não vai ser interminável o processo de audiência das pessoas e as pessoas tem horas marcadas para falar e tem outros compromissos ao longo do dia. Mas claro que uma pequena intervenção, uma dúvida que surja do Deputado nós permitiremos.

Eu, agradecendo ao Dr. Wagner D'Angelis a oportuna participação,esclareço que estes textos devem vir a ser publicados na imprensa do Paraná, nós estamos entrando em entendimento ainda, através de um projeto de decisão da Assembléia Constituinte, e agradeço sobremaneira a sua boa vontade como cidadão, como paranaense, como advogado que tem sede de justiça, no sentido de vir instruir esta Assembléia com estas duas propostas e particularmente julgo extremamente oportunas e que nós vamos discutir com muito carinho.

Eu também esclareço a S.Exa. que se tiver outros compromissos pode se retirar, não é obrigado a permanecer no recinto deste Plenário. Em não os tendo se nos quiser honrar com a audiência é muitíssimo bem-vindo.

O SR. WAGNER D'ANGELIS:- Eu me coloco à disposição do Deputado Pedro Tonelli para responder as indagações no momento que ele quiser, porque acho bastante pertinentes e nós temos algumas idéias a respeito disto e podemos avançar bastante esta matéria.

Com relação a vocês eu gostaria de agradecer a atenção com que me honraram e dizer que nós fizemos a maior intenção possível...(inaudível) Presidente da Comissão da Ordem Econômica e Social e contribuir neste painel...

porque achamos que é dever nosso como cidadão e como órgão de defesa ~~dos~~ dos direitos humanos de não...(inaudível) a um debate desta magnitude e dizer a todos vocês que deixo sobre a Mesa ~~xx~~, ~~xx~~ xerocadas , as propostas que ora apresentei...

O SR. WAGNER D'ANGELIS - ... a todos vocês que deixo sobre a Mesa xerocadas e mimeografadas as propostas que eu apresentei o Livreto "Heleno Fragoso" para conhecimento da instituição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Eu peço à Secretaria que depois distribua aos Srs. Deputados. Eu convido para tomar assento à Mesa S.Exa. Reverendíssima o Bispo Auxiliar de Curitiba Dom Ladislau Bienarski e passo a palavra ao Presidente do Instituto de Previdência do Estado, Dr. Jaime Paciornik, que vai discorrer Previdência do Estado e a Constituição Estadual.

O SR. JAIME PACIORNIK - Eu quero inicialmente agradecer à Comissão, ao Rafael, ao Haroldo, o Tonelli e o pessoal todo da Comissão de nos dar a oportunidade de discorrer sobre o enfoque dos Institutos de Previdência Estadual frente a nova Constituição Federal e a nova Constituição Estadual. Nós já estávamos atentos a isso como dirigente do Instituto de Previdência e o fato de os Deputados nos convidarem, ou convidarem a Diretoria da Instituto de Previdência para a uma exposição do que está acontecendo e do que a gente tentado fazer nos deixa mais satisfeitos ainda em que se vá levar a bom termo aquilo que se pretende.

Na verdade eu não tenho uma proposta, mas eu gostaria de enfocar como é que se comporta ~~que~~ o IPE perante a Constituição atual e quais são as modificações da nova Constituição Federal que estão interferindo com os Institutos de Previdência Estaduais.

Nós temos que levar em consideração inicialmente que a Constituição Federal foi feita visando fundamentalmente o Instituto de Previdência Social, o atual IAPAS, SIMPAS, enfim, a Previdência Social em geral, e que os Institutos de Previdência dos Estados, não só do Paraná, como de todos os Institutos de Previdência, vão depender de uma série de coisas.

Entendemos Previdência Social como um sistema de seguro obrigatório que tem por finalidade o amparo daqueles que exerçam

ou exercem atividades remuneradas, bem como de seus dependentes contra eventos previsíveis xxxxx provocados por doença, velhice, tempo de serviço, prisão e morte.

Quando os seguros sociais nasceram no final do século XIX e começo do século XX esses seguros eram livres, não havia obrigatoriedade de se fazer o seguro. Isso começou na Europa na época do Liberalismo, e quem pensou nisso, os governos que pensaram nisso, ou os filósofos que se interessaram por isso acharam que aquilo iria ser uma maravilha e que todo mundo iria aderir aqueles seguros.

Alguns anos depois eles verificaram que a coisa não era bem assim: a pessoa não podia pagar, a pessoa esquecia de pagar, e uma previsão que a Itália tinha para 8 milhões de segurados eles terminaram aquela fase em 40 mil ou coisa assim.

Então, à medida em que o tempo passou, foi-se consolidando a noção de obrigatoriedade, e entre parênteses, essa é uma experiência que nós temos no Instituto de Previdência do Estado. Alguns beneficiários, alguns contribuintes que têm condições voluntários porque mesmo sendo obrigatória não é recolhida automativamente na folha, em que o indivíduo tem de ter uma posição ativa de chegar...

O SR.PRESIDENTE DO IPE - ... uma posição ativa de chegar ao
(JAIME PACIORNICK) banco e pagar, nós estamos tendo um problema brutal com isso. Então inicialmente isso a noção de obrigatoriedade do seguro, do seguro social, das previdências públicas é inquestionável e isto existe no mundo todo. O nosso instituto se consolidou como instituto de previdência em 1963, pela Lei 4766 e posteriormente foi reformulado por lei, como lei somente em 68 e esta lei de 68 é que rege o instituto até esta data. Então mais importante ou tão importante talvez, quanto o enfoque já da nova Constituição Estadual, nós vamos ter um enfoque da nova Lei orgância do IPE já baseada na nova Constituição e já tentando corrigir alguma coisa. Vejam bem nós temos 20 anos de lei com uma dinâmica de Estado moderno que é o Brasil e o Paraná.

Atualmente pela constituição do IPE o IPE, a pensão do IPE atual corresponde a 60 % dos vencimentos de salários, proventos e direitos e valores a eles incorporados. Distribuída metade para o cônjuge sobrevivente e a outra em partes iguais aos filhos até 21 anos ou 25 anos se estiver frequentando curso de nível superior e filha solteira sem renda própria. A arrecadação do IPE tem como fonte de recurso a contribuição do servidor público estadual em 8% especificamente para a pensão. Então precisa ficar bem claro o conceito de que aquilo que o servidor público desconta para o IPE representa 8% do seu ganho e é somente para pensão. A assistência médica que é dada através do IPE não sai, por lei, nenhum tostão desses 8%. Então a assistência médica é dada pelo Estado como patrão, com uma dotação de 3% que o Estado repassaria ao IPE para que o IPE ... Pela lei 8% para pensão e 3% do Estado. Esses 3% o Estado atualmente não repassa, o Estado repassaria para o IPE fazer o instituto médico. Então o que diz a Lei do IPE é que a assistância médica é feita

é feita pelo Estado, então o Estado como patrão dá uma aposentadoria que ele dá diretamente ao funcionário que se aposenta e assistência médica que ele presta, no caso, através do IPE repassando os 3%. Isso na prática não acontece, não é só aqui, são em todos os Estados do Brasil. O único instituto de previdência estadual-municipal que já repassa a parte dele para o Instituto é o Instituto de Previdência Mun.de Curitiba que vem há anos repassando isto para o instituto, os outros Estados não repassam.

Por outro lado passa a ter importância somente, quando o o instituto, um determinado instituto de previdência se torna inviável em termos operacionais, no aqui e agora. Explico : vejam bem, nós temos, existem dois tipos de regimento, de repartição pública em geral, de orçamento de repartição pública. Se nós pegarmos uma Secretaria qualquer : de transportes, qual é o orçamento da Sec.de Transportes ? Alguns milhões de cruzados ou bilhões de cruzados. Chegou no fim do ano, fez n estradas, conservou mais x estradas e zerou esse orçamento.

...

O SR. JAIME PACIORNIK: ... e zerou esse orçamento. Então tinha 8 milhões, chegou no fim do ano, não tem mais nenhum, não teve lucro e nem prejuízo, porque ele empregou aquele dinheiro em alguma coisa e está zerado.

Iso acontece para educação, para saúde. O orçamento de Previdência é um pouco diferente. Nós não temos um orçamento que se esgota no fim do ano, porque o Instituto de Previdência se propõe a dar a pensão para o resto da vida da pensionista. Então quando eu faço um plano para o Instituto de Previdência, eu tenho que fazer um plano para 20, 30, 40 anos e até quando vão sobreviver os dependentes, até quando sobrevivam as viúvas ou até quando os filhos atinjam a maioridade ou até quando as filhas se casem.

Então esse tipo de orçamento de Previdência, no fim do ano, não existe nem superavit nem déficit.O que existe é, se sobrou dinheiro real ou contábil, esse dinbeiro vai para uma outra rubrica, que é a " reserva técnica" ou " reserva matemática". Então, no Instituto de Previdência, eu não tenho que saber quanto dinheiro eu tenho para gastar este ano. Eu tenho que saber o que é que eu tenho para sobreviver em 10, 20, ou 30 anos 3 é por isso que eu pessoalmente não me preocupo muito com os 3%, porque se esses 3% vão sobrar, na hora em que faltar dinheiro para pagar a pensão, o Estado vai ter que pagar a pensão. Então, - o fato desses tres por cento estar na minha mão ou na mão do Governo não tem! importância, desde que eu tenha donheiro para pagar meus compromissos hoje.

O SR. NEREU MASSIGNAN : Isso não dificulta o planejamento a longo prazo?

O SR. JAIME PACIORNIK :Mas isso tem que ser contabilizado e realmente dificulta o planejamento a longo prazo. Tem que ser contabilizado e tem que ser feito em cima de um cálculo.

Vejam bem: uma noção importante do Instituto de Previdência, é que quem quebra ou deixa de quebrar o Instituto de Previdência não é a boa ou má gestão do seu Presidente, do seu Superintendente ou dos seus Diretores. São as boas ou más leis feitas em relação a ele. Então vocês Deputados, de repente, podem quebrar o Instituto de Previdência em 1 ano e 6 meses. A Constituição poderia ter quebrado todos os Institutos de Previdência em um ano ou em 2 anos.

Por que isso? Porque este cálculo matemático é feito em cima do que nós fazemos ou melhor, do que nós chamamos de cálculo atuarial (?). Então, a grosso modo, o que é cálculo atuarial (?). Nós calculamos uma determinada população - população dos servidores estatutários do Paraná, ativos e inativos = 90 mil. Qual é a idade desse pessoal, qual é a perspectiva em termos de vida desse pessoal, quanto tempo vai haver sobrevida das viúvas, qual é a quantidade de filhos menores que eles têm e nós vamos definir o seguinte: para nós darmos uma determinada quantidade de dinheiro ou de remuneração, nós temos que cobrar uma porcentagem " x " dessa remuneração. Então hoje, se ficou definido por um cálculo atuarial que o IPE dá 60% dos proventos como - remuneração para pensão das viúvas ou dos dependentes dos funcionários que morreram, teria que ser cobrado 8% do salário desses - funcionários: dos ativos e dos inativos, de todos os funcionários.

Aí vem outro conceito: o funcionário inativo do IPE é diferente do funcionário inativo do IAPAS, por exemplo. Por que ? Porque no IAPAS quando nós recolhemos o INPS n-os recolhemos para aposentadoria, para assistencia médica e para pensão. Quando um funcionário estatutário recolhe ao Instituto do Estado, ele só recolhe para pensão. Ele não recolhe nem para aposentadoria, nem para assistência médica, porque aposentadoria é o Estado que dá e assistência médica também por lei, é o Estado que dá. A prática é outra. Então, na hora em que o funcionário ...

O SR. JAIME PACIORNICK - ... a prática é outra. Então na hora em que o funcionário estatutário se aposenta acontece o seguinte: ele continua ganhando absolutamente a mesma coisa , só qu pára de trabalhar. No nosso ponto de vista, em princípio, não é ser contra o aposentado ou contra o inativo achar que ele deve manter aquela contribuição que ele vinha mantendo visto que aquela contribuição ele não mantinha para a sua aposentadoria, ele mantinha e deve continuar mantendo para pensão da sua esposa, do seu marido e dos seus filhos.

No que que a Constituição atual modificou em relação aos Institutos de Previdências do Estado aquilo que rezava a Constituição antiga e que rezavam as Leis antigas? Fundamentalmente em três partes: Primeiro, os proventos de aposentadoria e portanto de pensão vão incidir sobre a totalidade de ganhos do servidor inativo, logo o ponto de vista da aposentadoria do Estado do Paraná, para os servidores estatutários e sobre os quais nós falamos, não mudou nada em termos de aposentadoria porque aqui o estatutário se aposenta e ganha a mesma coisa e às vezes ganha até mais pois se exerceu cargo comissionado ele não deixou de exercer e quando se aposenta volta a assegurar os proventos por aquele cargo comissionado; o que é diferente do IAPAS; mas na pensão o servidor falecendo passa a ser, no Instituto de Previdência do Estado, 60% e isto vai a passar a 100%. Representa hoje, em termos de Instituto de Previdência um crescimento perto d de 63% a mais das despesas do IPE com pensão. As despesas do IPE com pensão representam 50% das despesas do IPE em geral e isto significa que vai crescer por Constituição 25% a folha do IPE. O segunto ponto: o marido dependente. Na atual Lei de todos os Institutos de Previdências, o dependente é a esposa, os filhos, pai, mãe ou marido que não puder se sustentar. O marido inválido, o marido que não tenha condições de se sustentar por algum motivo, este marido passa a ser dependente da esposa trabalhadora. Pela nova Constituição todo o marido passa a ser dependente da esposa trabalhadora; isto eu acho justo, não vejo porque em a mulher trabalhando o marido não seja dependente automaticamente. Se o marido e a mulher trabalham, se o marido morre a mulher continua, e se a mulher morre, e ela que ajudava a sustentar a família, o marido fica não só com os encargos da casa, com a parte mais defícil do casamento que a mulher fazia, mas tem os proventos da mulher como trabalhadora. Então, que fique bem claro aqui, que em nenhum momento estamos arguindo da justiça e dos avanços sociais desses ganhos que estão havendo na Constituinte, o que temos que cuidar é para que a esses avanços .....

O SR. JAIME PACIORNIK :- ... esses avanços não se somem algum paternalismo ou assistencialismo como o Deputado Pedro Tonelli colocou e o Wagner colocou antes, que de repente em cima de algum paternalismo se queira dar mais coisas ainda e inviabilize o todo.

Por isso existe, previsto na Constituição, o que é existe previsto na Constituição Federal e nas antigas Constituições é que nenhuma despesa poderá ser criada ou modificada sem a respectiva (ininteligível).

Então com isso, eu não me preocupo e quando saiu isso na Constituição, vieram jornais e rádios e perguntaram, como é que fica o IPÊ ?

Se a Constituição definir que seja pago 200%, 300%, 500% para pensão? É justo, e nós vamos pagar.

A única coisa que se tem que fazer, é colocar nesse cálculo atuarial o que é que eu tenho que arrecadar, para que eu possa pagar esses 100%, possa pagar 120, pode até a Constituição do Paraná definir, afinal de contas, o viúvo, de repente, perde condição de trabalho, ou a viúva tem que sozinha, cuidar dos filhos, portanto ela não vai poder trabalhar. Então do invés de 100%, passar a 120, 130, ou 150, é um problema de definição que eu não entro no mérito, e para o Instituto de Previdência não tem problema seja retributivo, desde que haja um descontocompatível com o cálculo atuarial.

Quanto tempo eu quero que esse Instituto continue prestando assistência? 20 anos, 30 anos, 15 anos, eu vou cobrar isso.

Existe um 3º ponto de mudança, que na realidade vai depender da Constituição Estadual, que é o problema do regime único, a Constituição Federal define, eu não sei como é que a Constituição Estadual vai definir isso, ou se ela tem poderes para modificar, mas, só vai haver um regime unico de trabalho.

Então o que a Constituição Federal ou a Constituição Estadual vai definir é se esse regime unico de trabalho, de acôrdo

O SR. JAIME PACIORNIK : - ou dentro do trabalho, ou se o regime unico de trabalho dos servidores vai ser como o - funcionário público o Estatuto próprio do funcionário.

O entendimento do Deputado parece o entendi - mento nosso, e o da maioria e o pessoal a nível federal, é que como a Constituição já definiu que tem que ter concurso, e que o concursado não pode sair com dois anos a não ser com inquérito administrativo ou mesmo os que não são concursados que já tenham 5 anos.

Então na realidade parece que não tem muita saída, a não ser que esse REgime seja único.-

Se não for, acabam os Institutos de Previdên cia. Se for, isso vai representar uma modificação na massa dos funcionários dentro daquele cálculo atuarial.

Porque, ~~porque~~ dentro do Paraná, a massa de funcionários CLT, tem um perfil, tem um perfil de casamento, de quanti dade de filhos diferentes daquele perfil de funcionários. A maioria dos funcionários públicos, a não ser professores, que tem tido concurso ou a polícia, a maioria dos funcionários do quadro geral, é uma - massa mais velha , porque não tem concurso, quer dizer, não tem entrada de gente nova.

Um regime unico, com a abrangência de todos os funcionários para a mesma Previdência, no caso a Previdência Esta - dual, do ponto de vista da pensão, vai melhorar, vai melhorar o cálculo atuarial, vai haver um outro problema que o Instituto de Previdên - cia do Estado, agora não é chamado a opinar, mas pode vir a ser cha mado a opinar, é quem é que fica com a aposentadoria desse pessoal todo, porque hoje o Estado banca essa aposentadoria, ele vai continuar a bancar a aposentadoria ou o Instituto de Previdência vai passar a ser um Instituto de Previdência e Pensão.

Isto é uma outra coisa a se definir, que eu não sei se é materia Constitucional ou matéria de Lei Ordinária, me parece que é mais matéria de lei ordinária, de todo jeito, quando colo quei esses tres tópicos ...

O SR. JAIME PAIORNICK: ... estes três tópicos, sobre as modificaçoẽs, ch mou-me a atenção, também,o seguinte: é que os institutos de previdência estadual, não sei se todos, mas o IPE pelo menos, j está cumprindo uma série de coisas adiantadamente á nova Constituição, se nós formos comparar com o IAPAS, por exemplo. Então, quando o indivíduo se aposenta como trabalhador normal de CLT, primeiro ele recebe só até o teto de contribuição. E mesmo este teto de contribuição era calculado numa média de 36 últimos meses, que nós podemos imaginar com a inflação que nós, temos, o que é que ficava. Então, o indivíduo ganhava "X" e passava a ganhar 1/4, 1/5 do que ganha. O servidor estadual não. Ele se aposenta com a mesma quantidade.

Uma outra coisa, diz o artigo 40 da nova Constituição que os planos de aposentadoria e no parágrafo seguinte fala-se em pensão, referindo-se a este mesmo parágrafo,serão revistos toda vez que houver um reajuste da categoria do servidor dativo. É isto o que acontece no IPE, Então, hoje, no Instituto de Presidência do Estado, uma determinada categoria passou a ganhar um "X", mesmo que ela mude de denominação, o pensionista daquele servidor falecido há dez ou quinze anos vai ganhar 60 % do que estaria ganhando, na ativa. Então, isto não vai apresentar modificação.

E uma outra modificação é o problema do 13 º salário ou da chamada gratificação natalina, que esta gratificação natalina também passará a incidir sobre a totalidade dos vencimentos de dezembro. Isto, para o IPE, não tem importância, porque a gratificaçã natalina dos funcionários, e portanto, a pensão gratificação natalina de pensão, no E tado, só foi instituída há dois ou três anos, se não me engano . Então, não tinham gratificação natalina de pensão, ninguém pagava nada, também, por esta gratificação natalina . Vai ter a gratificação natalina e vai ser cobrado sobre a gratificação natalina. Então, não tem importância nenhuma se houver um 13º salário, que o IPE pague o 13º salário de pensão ou que pague o 14º, 15º, desde que haja para o servidor em geral.

São estas as consideraçoẽs que eu queria fazer. Eu não creio que haja, em termos de mudança,em termos de proposta para a Constituinte, mas nós estamos à disposição para qualquer discussão e eu tenho a impressão que em termos de instituto de previdência, vai ser mais importante ou mais premente para nós , o Instituto de Previdência, depois de definida a Constituição, o problema da nova lei que fatalmente teria que ser modificada. Aliás, já teria que ser modificada e com as regras novas vai ter que ser modificada mais ainda. Muito obr gado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Eu agradeço o Dr. Jaime em nome do Poder Constituinte do Paraná , a sua presença, e na forma do costume esclareço que se S.

S.Exª tiver outros compromissos pode deixar este Plenário. Se quiser nos honrar com a assistência, é bem vindo. E eu passo a palavra ao Bispo Auxiliar de Curitiba, D. Ladislau, porém uma questão de ordem antes. Eu quero submeter aos senhores Deputados um novo calendário. Nós temos tido dificuldades em marcar pessoas para os painéis marcados para os dias da grave geral, dias 14 e 15. Já era matéria vencida de que nós iríamos fazer funcionar o Poder Constituinte nos dias ...

RAFAEL GRECA =;;; o Poder Constituinte nos dias da greve geral.

No entanto o painel de cultura e esportes, de lazer e educação que estavam previstos para estes dias, correm o risco de serem prejudicados pela ausência das pessoas. Todos os trabalhadores da área cultural consultados se recusam a vir nesse dia. Na área da educação também. Então, eu tenho uma nova proposta de calendário.

No dia 16 de março, Cultura e Esportes e Lazer; dia 17 de março um Forum de Debates sobre Meio Ambiente, complemento do dia de ontem; dia 20 de março um Forum de debates sobre a Ordem Econômica envolvendo as finanças públicas, arrecadação de ICM, PIB do Estado; e no dia 21 de março um Forum de Debates sobre Educação. Então, eu pediria que os Deputados presentes que votassem no novo calendário , esclarecendo que se nós mativermos o dia corremos o risco de fazer funcionar o Forum sem a presença das pessoas da comunidade.

Resultado: Orlando Pessuti, Haroldo Ferreira, Pedro Toneli, Paulino Delazari, Amélia Hrusckra, Nereu Massignam - Sim.

- Ezequias Losso - Não.

EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) - Solicitaria a verificação de quorum dos membros da comissão.

Eu quero também esclarecer que absolutamente a minha posição em relação a greve, tem todo meu apoio, só que nós estamos em processo Constituinte, tanto é que nós nos propusemos a vir finais de semana, nos propusemos a vir feriados para fazer com que esta Constituição seja a tempo devidamente preparada.

Então, aqui, acho que não há o problema de respeitar ou não a greve. Acho que o problema do trabalho da Assembléia Constituinte que prevalece sobre todos os demais trabalhos e sobre todos os demais eventos. Então, que não se confunda a minha colocação com esta questão da greve.

O apoio da greve é uma coisa, agora o trabalho da Assembléia Estadual Constituinte é outra coisa.

HAROLDO FERREIRA - (Pela Ordem) - Então, proponho que permane-

ça o calendário anterior e que todos nós venhamos no dia específico e se não houver quorum e não der, sugiro o calendário proposto por V.Exª. para podermos então continuar com os trabalhos.

RAFAEL GRECA - Eu apelo à boa vontade....

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

mlm

09/03/89 14,40 hrs. -1

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca):-... eu apelo à boa-vontade dos Srs. Deputados, sobretudo quero esclarecer ao Deputado Losso que a nossa Secretaria tem passado horas intermináveis ao telefone, tentando conseguir pessoas dos mais variados / segmentos da cultura, da identidade cultural,do patrimônio, para vi-/ rem compor estes painéis, e todas as pessoas se recusam a comparecer./ O fato delas aderirem à uma greve que é política e que é convocada / por vários segmentos da sociedade, não quer dizer que elas devam ser / excluídas do processo constituinte do Paraná, então eu acredito...

O SR. EZEQUIAS LOSSO:- Sr. Presidente, eu acredito que acima, é uma / forma de fazer greve contra o que está aí é / nós elaboramos uma nova Lei, Sr. Presidente, é uma forma até de posicionamento, não é o fato, acho que não há nenhum demérito ao processo de greve, o fato da Assembléia Estadual Constituinte estar tentando / melhorar as coisas.Então o Sr. veja,é claro eu respeito a opinião da/ maioria, apenas faço a ressalva, quanto à minha ausência, mas respeito. Mas, quero deixar registrado este fato, porque se amanhã houver / algum atraso no processo da Assembléia Constituinte Estadual nãoseja/ essa Assembléia Legislativa acusada ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ não termos tido o máximo interesse nos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE:- (Rafael Greca):- Então nós temos duas propostas, / uma do novo calendário e outra da execução do primeiro calendário estabelecido e fazendo uma segunda convocação, na sequência.

O SR. ORLANDO PESSUTI:- Eu acredito que não haveria esta necessidade, porque para nós conseguirmos os painéis nós/ teríamos que ter pessoas com dispoisção para tanto, nós não temos,/ elas se dispões a vir aqui em outras datas. Então acredito que colocaemos em Votação esta mudança, e apenas, dentro de um interesse nosso eu gostaria de consultá-lo da possiblidade do Painel da 2ª-feira, da possibilidade deste painel ser no dia 16, ao invés de ser no dia 20.

O SR. HAROLDO FERREIRA:- Só para esclarecer ao Deputado Pessuti,é um

estudo sobre a questão do aumento do produto interno bruto do Estado, nos últimos anos, é muito importante para o interesse da Ordem Econômica e Social, envolvendo o Estado.

O SR. ORLANDO PESSUTI:- Justamente pela importância que nós gostaríamos de propor a mudança, para podermos estar presentes.

O SR. HAROLDO FERREIRA:- Acho que não dá simplesmente para trocar porque as entidades já foram contactadas, a não/ser que houvesse um contacto com as entidades.

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca):- Então fica assim o calendário. Respondendo ao Deputado Losso, são membros da Comissão, o Deputado Tonelli, eu, o Deputado haroldo, o Deputado Pessuti e o Deputado Massignan; o Deputado Delazari e a Deputada Amélia não são membros da Comissão. Então temos 5 votos a X 1. Então peço a Secretaria que faça novo Calendário, avise aos Deputados e à imprensa e a alegação é de impossiblidade de interlocutores nos dias da greve geral.

Eu convido o ex-Secretário de Saúde do Estado do Paraná, o Dr. Luiz Cordoni Júnior, para vir abordar o tema Saúde e Constituinte.

O DR. CORDONI:- Em primeiro lugar...

COMISSÃO

9/3/1989 - LFH 15,45 -1-

O SR. CORDONI - ...Em primeiro lugar os meus agradecimentos ao deputado Rafael Grecca de Macedo e a todos os deputados que compõem a Comissão da Ordem Econômica e Social, pelo convite que a gente possa aqui expôr algumas idéias a respeito da questão da saúde na Constituição Estadual.

Em segundo lugar, eu peço de coração mil perdões e desulpas a Dom Ladislau, pelo transtorno que acabei, involuntariamente causando aqui, fazendo-o esperar mais um pouco, mas para compensar eu lhe prometo não passar 15 minutos.

Bom, esta proposta que eu venho aqui expôr, ela é uma proposta bastante representativa, o que pensa a sociedade civil paranaense a respeito da saúde.

Então antes de apresentá-la, eu gostaria de abordar rapidamente o processo de construção desta proposta, como ela foi construida. No mes de setembro de 1988, já por ter sido promulgado o texto constitucional federal, houve aqui na Assembléia Legislativa, exatamente neste ambiente, o 3º Simpósio sobre saúde da Assembléia Legislativa, que desta feita foi promovido pela Assembléia Legislativa, conjuntamente com o Núcleo de Estudos de Saúde, que é o órgão ao qual eu pertenço, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde e a Associação Paranaense de Serviços Municipais de Saúde, foram esses os órgãos promotores.

A Secretaria de Curitiba deu apoio, não foi propriamente promotora, assim como a de Londrina, como a de Maringá, e se não me engano a de Ponta Grossa.

Bem, enfim essas entidades e instituições se reuniram e promoveram o 3º Simpósio Paranaense sobre política de saúde. Num dos temas deste Simpósio era justamente a constituinte estadual. Houve um afluxo muito grande de pessoas de todos os Estados, nós lotamos este Plenário, foram dois dias de discussão, e ao final deste evento, saiu uma proposta de texto constitucional para a Constituição estadual.

Também durante este evento foi também criada uma entidade chamada Plenária paranaense de saúde. Esta Plenária é uma entidade que procuraria congregar o maior número de entidades e instituições do Estado do Paraná, entidades representativas e associativas do Estado do Paraná de diversos órgãos, não entidades de saúde. De Sindicatos dos Trabalhadores da Construção Civil, do Sindicato Patronal não sei daonde, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, enfim, todas as entidades que tivessem representação estadual seriam convidadas para compôr esta Plenária estadual de saúde.

Pois bem, foi feita uma ampla busca dessas entidades estaduais e isso resultou num convite a todas para que em outubro nós fizéssemos a primeira reunião da Plenária Estadual, que deveria apreciar a proposta de texto constitucional que saiu da reunião aqui da Assembléia Legislativa.

Fizemos a primeira reunião em outubro e a segunda reunião em dezembro. Das 130 entidades que foram convidadas, compareceram 57, o que é um número, a meu ver, bastante representativo. E foi esse o Forum que apreciou e que aprovou o texto que nós estamos aqui apresentando.

Portanto, não é um texto nem meu, nem da Entidade da qual eu pertenço, nem tão pouco de qualquer uma outra Instituição ou entidade singular. É uma proposta de 57 Entidades representativas dos mais variados segmentos da sociedade paranaense.

Este texto, ele acaba sendo um pouco redundante em alguns pontos com relação a Constituição Federal e isso eu acho que vai acontecer na Constituição Estadual fatalmente. Eu vou lê-lo e vou tentar, quando julgar interessante e necessário, eu vou fazer observações:

O Artigo 1º, diz o seguinte:....

O SR. CORDONI... interessante e necessário, eu vou fazer observações. O artigo 1º diz o seguinte: (XEROX / em anexo) .

Artigo 2º: (xerox em anexo).

Artigo 3º: (Xerox em anexo).

Artigo 4º: (xerox em anexo).

Então, na minha interpretação, a parte mais / essencial da proposta que fala sobre a organização estadual de saúde, está contido neste artigo 4º. Então, as diretrizes organizativas do sistema estadual de saúde são as seguintes: 1º-/ Municipalização dos recursos, serviços e ações, com posterior regionalização dos mesmos, de forma a paoiar os Municípios.

Então, é um texto claramente municipalista, / quer dizer, teve o seu cuidado de fazer uma redação tal que / não se pensasse que se chegaria à municipalização com estratégia de descentralização no futuro, quer dizer, a idéia é municipalizar de imediato; e regionalizar os demais serviços, particularmente os serviços estaduais, numa etapa posterir, visando apoiar a municipalização. Então, é um texto claramente municipalista.

2º diretriz: Integralidade na participação / das ações preventivas e curativas, adequada às realidades epidemiológicas. Isto quer dizer o seguinte: A superação das hipotemias entre prevenção e cura. A superação da hipotemia significa acabar com a história de termos órgãos para a ações preventivas e órgãos para ações curativas. Os órgãos de saúde todos, deverão prestar assistência preventiva e curativa, de acordo com o nível de complexidade daquele órgão prestador de serviços de / saúde. Evidentemente, que num serviço de alta complexidade, a necessidade de ações de ordem preventiva são menores, naturalmente e tecnicamente são menores, enquanto que nas instituições por exemplo, ambulatoriais, se faz emmaior intensidade / ações preventivas, mas nesse texto rompe definitivamente.....

ACS 41

15:50

TEXTO PARA SAÚDE
PARA A FUTURA CONSTITUIÇÃO
DO ESTADO DO PARANÁ

Aprovada pelos participantes da
Plenária Estadual de Saúde

art 1º - A saúde é direito de todas as pessoas em território paranaense e dever do Estado, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução e/ou eliminação do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

art 2º - O direito à saúde implica nos seguintes direitos fundamentais:

I - acesso à terra e aos meios de produção;
II - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;
III - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;
IV - opção quanto ao tamanho da prole.

art 3º - As ações e serviços de saúde são de natureza pública cabendo aos Poderes Estadual e Municipais, disporem, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços oficiais e, supletivamente, através de serviços de terceiros.

art 4º - As ações e serviços de saúde públicos e os privados que os suplementam integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o Sistema Estadual de Saúde, organizados de acordo com as seguintes diretrizes:

I - municipalização dos recursos, serviços e ações com posterior regionalização dos mesmos de forma a apoiar os municípios;
II - integralidade na prestação das ações preventivas e curativas, adequadas às realidades epidemiológicas;
III - participação em nível de decisão de entidades representativas de usuários e profissionais de saúde na formulação, gestão e controle das políticas de saúde ao nível estadual e municipal através da constituição de Conselhos Estadual e Municipais de Saúde deliberativos e tripartites, representativos dos usuários, prestadores de serviços e gestores.

Parágrafo Único - As instituições privadas poderão participar de forma suplementar do Sistema Estadual de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

art 5º - O Sistema Estadual de Saúde será financiado com recursos do orçamento do Estado, da seguridade social, da União e dos Municípios, além de outras fontes.

Parágrafo 1 - O volume mínimo dos recursos destinados pelo Estado e Municípios do Paraná corresponderá, anualmente, a 13% das respectivas receitas.

Parágrafo 2 - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.

art 6º - Ao Sistema Estadual de Saúde compete, além de outras atribuições:

I - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
II - garantir aos profissionais de saúde plano de cargos e salários único, admissão através de concurso, incentivo à dedicação exclusiva, tempo integral e interiorização, capacitação e reciclagens permanentes, condições adequadas de trabalho para a execução de suas atividades em todos os níveis;
III - desenvolver e executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
IV - promover o desenvolvimento de novas tecnologias e a produção de medicamentos, matérias-primas, insumos, imunobiológicos, preferencialmente por laboratórios oficiais ou de capital nacional existentes no Estado, bem como incentivar o desenvolvimento de práticas alternativas à saúde;
V - desenvolver o Sistema Estadual Público, regionalizado, de coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados;
VI - executar as ações de nível mais complexo que extrapolem a órbita de competência dos Municípios, através da implantação e manutenção de Hospitais, Laboratórios e Hemocentros Regionais, além das estruturas administrativas e técnicas de apoio a nível Regional;
VII - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional e sanitário, bem como bebidas e águas para consumo humano;
VIII - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;
IX - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
X - garantir todos os meios para adequar o tamanho da prole à livre opção do casal;
XI - desenvolver ações de saúde visando a conscientização e a organização da população no sentido da conquista e da preservação de sua saúde, bem como dos seus direitos nesta área.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

art 7º - O Poder Executivo implantará as ações e serviços de saúde de conformidade com o artigo 4º em, no máximo, 1 (um) ano, após aprovada a presente constituição.

O SR. CORDONI... definitivamente, por exemplo, com a lei 6229, de 1974...

O SR. LUIZ CORDONI JR.-...de 1974 , e que está superada até a Nova Constituição Federal;que previa um sistema de assistência às pessoas com caráter curativo e um sistema de assistência às comunidades , com caráter preventivo. Então ,essa diretriz é integalizadora das ações de saúde. .

A 3ª diretirz (xerox em anexo).

Então, a 3ª diretriz , que a meu ver é a m ais importan te ,delas, ressalta o caráter participativo , que deve haver na / gestão do sistema estadual de saúde. E essa participação é de nível deliberativo , através de Conselhos deliberativos com a participação destas três camadas , destes três segmentos da sociedade: os gestores, os prestadores, e os usuários do serviço de saúde.

Parágrafo Ùnico(xerox em anexo):

Ainda em diretrizes. (LÊ):

Artigo 5º.(Xeox em anexo):

E repete a Constituição Federal.

Parágrafo 1º- (xerox em anexo):

E repete a Constituição Federal.

~~Parágrafo 1º~~ De onde é que surge estes 13% ? Surge de uma observação hisstórica feita sobre os países que têm elegido efetivamente a saúde como prioridade/ política. E nesses países o que têm investido em saúde gira em qualquer coisa ao redor de 9 a 12%. A gente exagerou e puxou um pouquinho a brasa para a sardinha da gente.

Parágrafo 2º - (ainda sobre o financiamento) (xerox em anexo).

Artigo 6º- (xerox em anexo)

I- II- III Aqui eles procuram caracterizar que a assistência à saúde n~ao é assistência individual de saúde, n~ao é consulta médica.

IV- -xerox em anexo)

V- (xerox em anexo)

15:55

TEXTO PARA SAÚDE PARA A FUTURA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Aprovada pelos participantes da Plenária Estadual de Saúde

art 1º - A saúde é direito de todas as pessoas em território paranaense e dever do Estado, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução e/ou eliminação do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

art 2º - O direito à saúde implica nos seguintes direitos fundamentais:

I - acesso à terra e aos meios de produção;
II - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;
III - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;
IV - opção quanto ao tamanho da prole.

art 3º - As ações e serviços de saúde são de natureza pública cabendo aos Poderes Estadual e Municipais, disporem, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços oficiais e, supletivamente, através de serviços de terceiros.

art 4º - As ações e serviços de saúde públicos e os privados que os suplementam integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o Sistema Estadual de Saúde, organizados de acordo com as seguintes diretrizes:

I - municipalização dos recursos, serviços e ações com posterior regionalização dos mesmos de forma a apoiar os municípios;
II - integralidade na prestação das ações preventivas e curativas, adequadas às realidades epidemiológicas;
III - participação em nível de decisão de entidades representativas de usuários e profissionais de saúde na formulação, gestão e controle das políticas de saúde ao nível estadual e municipal através da constituição de Conselhos Estadual e Municipais de Saúde deliberativos e tripartites, representativos dos usuários, prestadores de serviços e gestores.

Parágrafo Único - As instituições privadas poderão participar de forma suplementar do Sistema Estadual de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

art 5º - O Sistema Estadual de Saúde será financiado com recursos do orçamento do Estado, da seguridade social, da União e dos Municípios, além de outras fontes.

Parágrafo 1 - O volume mínimo dos recursos destinados pelo Estado e Municípios do Paraná corresponderá, anualmente, a 13% das respectivas receitas.

Parágrafo 2 - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.

art 6º - Ao Sistema Estadual de Saúde compete, além de outras atribuições:

I - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
II - garantir aos profissionais de saúde plano de cargos e salários único, admissão através de concurso, incentivo à dedicação exclusiva, tempo integral e interiorização, capacitação e reciclagens permanentes, condições adequadas de trabalho para a execução de suas atividades em todos os níveis;
III - desenvolver e executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
IV - promover o desenvolvimento de novas tecnologias e a produção de medicamentos, matérias-primas, insumos, imunobiológicos, preferencialmente por laboratórios oficiais ou de capital nacional existentes no Estado, bem como incentivar o desenvolvimento de práticas alternativas à saúde;
V - desenvolver o Sistema Estadual Público, regionalizado, de coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados;
VI - executar as ações de nível mais complexo que extrapolem a órbita de competência dos Municípios, através da implantação e manutenção de Hospitais, Laboratórios e Hemocentros Regionais, além das estruturas administrativas e técnicas de apoio a nível Regional;
VII - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional e sanitário, bem como bebidas e águas para consumo humano;
VIII - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;
IX - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
X - garantir todos os meios para adequar o tamanho da prole à livre opção do casal;
XI - desenvolver ações de saúde visando a conscientização e a organização da população no sentido da conquista e da preservação de sua saúde, bem como dos seus direitos nesta área.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

art 7º - O Poder Executivo implantará as ações e serviços de saúde de conformidade com o artigo 4º em, no máximo, 1 (um) ano, após aprovada a presente constituição.

VI- (xerox em anexo)

VII(xerox em anexo)

VIII(xerox em anexo)

IX (xerox em anexo)

X (xerox em anexo)

Este é um ponto bom a ressaltar, e aparece duas vezes no texto, a nível de opção do casal. Isot significa, não ao controle da natalidade, não ao direcionamento estatal para condição do aumento da prole.

XI- (xerox em anexo) .

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS :

Aparece uma só , que é a seguinte:

(xerox em anexo)

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

09/03/89 -1- 16:00 ARO

O SENHOR LUIZ CODONI JR. ... Disposições transitórias apare rece uma só e a seguinte:

O Poder Executivo implantará as ações ' previstas de Saúde de conformidade com o Artigo quarto- Que é aquele Artigo que eu filei, é uma dura proposta, que é o Artigo que trata da Organização do Sistema Estadual de Saúde- O Poder Executivo implantára as ações de ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ serviços ~~xxxxxxxx~~ de saúde de conformidade com oArtigo quarto ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ no máximo após uma ano aprovada' a presente Constituição.

Quer dizer, o espírito da proposta é de ' que pelo o âmago do PI(?) diz respeito a estrutura organizacional do novo sistema estadual de Saúde esteja ~~xxxxxxxxxx~~ implantado e ~~xxxxxxxxx~~ nossa ver é perfeitamente exequível'

Bom, para encerrar, eu acho que não passei dos meus quinze minutos, então eu ~~xxxxxxxxx~~ ressaltaria alguns aspectos: Eu ressaltaria o aspecto municipalista dessa proposta, o aspecto participativo dessa proposta. Eu só teria essas duas coisas como fundamentais, as outras são importantes, me parece que essas são mais ~~x~~importante.

Bom, encerro por aqui e agradeço ao Presidente Rafael Greca e aos demais Deputados por me convidarem e por mim ouvir e me coloco assim, ~~xxxx~~ como me coloco à disposição dos Parlamentares na sequência dos trabalhos contitucionais a colaboração que, eventualmente, eu possar e ~~xxxxxx~~ ~~xxxxxxxx~~ também as demais Instituições que participaram dessa plenária. Eu tenho certeza, que,se convocadas, virão contribuir para o debate.

Muito obrigado.

E deixo aqui com a Presidência alguns exemplares da proposta para que seja distribuída aos demais '

demais Deputados.

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Ela já foi encaminhada para a Assembléia.

O SENHOR LUIZ CODONI JR. - Já. Sim, ela foi encaminhada como Emenda Popular, assinada, me parece, com cinquenta e sete entidades participantes. Quer dizer, ela já está na Casa, mas, eu deixo mais exemplar para que possa...

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Pois, então, me dê uma que eu vou despachar para a Comissão.

O SENHOR LUIZ CODONI JR. - Por uma questão de preencher, como ela é subscrita por cinquenta e sete entidades, a entidade que subscreveu, oficialmente, a entrega na Assembléia foi a entidade que estava mais à mão, porque teria que ser uma entidade que preenchesse determinados requisitos legais, foi a Associação Medica Paranaense que a entregou e a subscreveu na Assembléia.

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Doutor Codoni, eu agradeço a ~~xxxxxxxx~~ sua gentileza de vir explanar a proposta e tenho certeza que a Comissão saberá acolhê-la para a oportuna dicussão. E vejo nela uma perspectiva de melhora do atendimento da população, de melhora da promoção social da poulação da população, considerando o preceito Constitucional Federal de ser a Saúde um dever do Estado e um direito do cidadão.

Muito obrigado.

(PALMAS)

Eu convido, então, a Irmã Araceli Rosa, coordenadora de Ação Social da Arquidiocese de Curitiba e Dom Ladislau Biernaski para dar prosseguimento a este painel

~~que tratados~~

painel, que trata dos Direitoros Humanos, da Promoção Social e da Saúde Pública.

O SENHOR LADISLAU BIERNASKI - Quero saudar o Deputado Rafael Greca, todos os Deputados da Comissão, aos demais Deputados e a todos os presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que foi até com surpresa que hoje eu recebi o convite, porque eu tinha certeza de que tudo isso ia ocorrer depois do dia vinte de março, quando então, seria o último dia de as entidades entregarem as propostas subscritas pela população.

No entanto...

O SR. - ...no entanto, também com alegria a gente acorre para colocar um pouco daquilo que a Igreja Católica do Paraná também quer contribuir da sua parte e como parte integrante desta sociedade paranaense para uma Constituição realmente atualizada e moderna para o Estado do Paraná.

Quanto aquilo que nós chamamos a Ordem Social, eu gostaria de colocar dois aspectos genéricos que me parecem muito importantes, depois a Irmã Araceli Rosa, vai colocar algumas das propostas que estão sendo subscritas em todas as Dioceses do Paraná.

A primeira idéia genérica, é de que a gente pudesse partir para uma inversão, eu diria quase que revolução copernaquiana, quanto a questão social. Em geral se investe muito naquilo que nós chamamos Assistência Social, esta está em primeiro lugar e quanto a Assistência Social nós temos tantas coisas, inclusive a merenda escolar é uma Assistência Social.

Para certas categorias de pessoas nós realmente precisamos de Assistência Social, é a caridade assistencial que são os totalmente inválidos e tal. Para as demais pessoas, o que é que isto vai resolver, mesmo a merenda escolar que dentro da situação do País nós vemos que é algo de importante, mas que isto ainda conota realmente um paternalismo muito grande porque não está promovendo, não leva a uma pespectiva de promoção.

Em segundo lugar está, então em primeiro lugar hoje na ordem das coisas está a Assistência Social o grande investimento que se dá para isso. Uma outra parte destinada a promoção social, que é tão importante, infelizmente nós temos ainda pouco investimento na promoção social, isto é preparar um cidadão capacitado para ser contribuinte no desenvolvimento do País.

Aquilo que nós chamamos de Assistência Social, é aquilo que se diz dar o peixe para comer. A promoção é ensinar a pescar, capacitar alguém à pescar, mas será que ainda basta tudo isto, eu acho que não, de nada adiantaria a gente a é capacitar se esta pessoa não tiver acesso a água, ao lago para poder pescar. Então eu vejo que na ordem

Ordem Social o primeiro lugar que deve ser garantido é o acesso de todos aos bens essenciais da vida, como aqui já foi também referido o acesso a terra, a saúde, a educação e assim por diante.

Eu acho que deveria ser esta a ordem, em primeiro lugar o acesso de todos indiscriminado para os bens que foram dados por Deus para todos. Segundo lugar a promoção e capacitação; em terceiro lugar a assistência para realmente os inválidos para que este paternalismo não seja sempre prorrogado, porque quando a assistência para os inválidos era realmente uma caridade e também humanitarismo, quando a assistência para aqueles que são válidos torna-se paternalismo e que continua a manter uma imensa multidão nossa na classe dos miseráveis.

O segundo ponto que eu gostaria de ~~xxxxxxx~~ ressaltar e talvez seja muito polêmico, mas eu acho que aqui é uma tribuna livre.

O segundo ponto é o seguinte, eu acho que na questão social tanto o Estado como a sociedade devem estar em pé de igualdade. O que que eu quero dizer com isto? O exemplo eu tenho lá em São José dos Pinhais o Patronato Santo Antonio, que certamente muitos irão conhecer, que acolhe meninos de sete a dezessete anos e que dá além da formação humana, acadêmica e sobretudo a profissionalização, de tal maneira de que todos, a grande maioria, acho que 90% estão trabalhando em indústrias, em bancos e assim por diante, mas a ajuda que essa instituição recebe ela é muito díspare em relação ao Estado.

Eu vejo que nós temos uma grande oposição ...

O SR. BISPO LADISLAU:- ...Então eu vejo que nós temos uma grande oposição entre instituição do Estado, instituições particulares como se isto não fizesse parte do mesmo Estado, da mesma Nação. Se o Estado investisse um quinto nas instituições particulares, que fosse controladas apenas, fiscalizadas pelo Estado, com um quinto de recursos se daria, como acontece lá no Patronato Santo Antonio, que tem recursos, de pessoas, de instituições religiosas, xxx mas eu não advogo por aquele, não advogo por qualquer instituição particular que queira e que tem por vocação atender esses casos aqui, que ela tivesse esses recursos e o Estado estivesse lá para fiscalizar e que se cumprisse os programas estabelecidos em conjunto entre o Estado e essas instituições. Se gastaria muito menos porque nós temos estatísticas de que realmente uma instituição do Estado está gastando dezessete, dezoito vezes mais do que uma instituição particular e com os resultados, que eu acredito, pendendo para o particular. Talvez seja uma posição polêmica, mas eu acredito que realmente o Estado deveria ser isto aqui. Ele é o administrador, ele não é o dono, administrador dos bens. Se há pessoas que querem assumir um desses trabalhos por que não lhe conceder e dar para tal as verbas necessárias com uma grande economia para o próprio Estado.

Então estes dois pontos assim gerais que me parecem muito importantes. E quanto a propostas concretas que depois serão entregues já com todas as assinaturas, as subescrições que estamos recolhendo do Estado do Paraná e a Irmã deixará e poderá aqui apontar sobre o idoso, o menor, a família e o encarcerado(?), de um modo específico.

A SRA. IRMÃ :- Como o Padre Ladislau já colocou eu apresentaria as propostas que estão sendo apresentadas pela regional sul 2 e estão sendo coletadas as assinaturas.

(Lê:- PROPOSTA POPULAR AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL...

52

PROPOSTA POPULAR AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

ASSUNTO: O IDOSO

É dever do Estado amparar os idosos carentes, bem como deficientes de qualquer natureza, através de programas especializados que lhe proporcionarão condições de vida digna.

Parágrafo único: será aplicado pelo Estado, pelo menos um (01) décimo do recurso orçamentário destinado a assistência social para garantir o atendimento destes programas.

+ Ladislau Biernaski
Bispo Auxiliar de Curitiba
Ir. Cecília G. X. da Rosa
Ação Social do Paraná

PROPOSTA POPULAR **SOBRE:** OS ENCARCERADOS

Política de Recuperação e de Reintegração Social.

NOME	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	TÍTULO Nº ZONA	SECÇÃO	ASSINATURA
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						

PROPOSTA POPULAR À ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE ESTADUAL

Assunto: Criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e política de atendimento ao menor carente ou abandonado.

Art. - A política de atendimento à infância e à juventude será elaborada e acompanhada em conjunto com o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA - a ser instituido mediante Lei, órgão consultivo, deliberativo e controlador da referida política.

§1º- São funções do CEDECA:

I - Sugerir ao Governo do Estado as dotações orçamentárias necessárias à implementação dos programas de atendimento e assistência ou destinados a auxílios e subvenções;

II- Estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos;

III-Deliberar sobre a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares(filantrópicas)

IV- Controlar as ações de execussão em todos os níveis.

§2º- A composição do CEDECA contemplará a participação das entidades particulares ou órgãos públicos que atuem nas áreas de abrangência do Conselho,garantida a participação de entidades populares que desenvolvam atividades de educação e promoção social dos membros carentes ou abandonados.

§3º- A política de promoção social dos menores carentes ou abandonados se orientará pelos seguintes princípios e critérios, dentre outros:

I - Priorização das formas de atendimento que envolvam a comunidade;

II - Priorização de trabalhos alternativos gerenciados pela comunidade e pelos beneficiários;

III- Evitar, quanto possível, a institucionalização do trabalho;

IV - Incentivo à organização própria dos menores, inclusive com recursos públicos;

V - Garantia de acesso à escola, às práticas esportivas e culturais;

VI - Incentivo à criação de "Casa-lar", com recursos públicos;

VII- Incentivo a programas de atendimento a menores ex-

postos a riscos pessoal e social, com base em experiências de educação não formal na própria rua, na família, comunidade e nas escolas alternativas, com ênfase ao lazer, a cultura e a geração de rendas.

VIII - Incentivo aos programas de prevenção e atendimento especializado aos menores dependentes de entorpecentes e drogas afins, visando sua recuperação;

IX - Desenvolvimento de programas de atendimento dos menores portadores de deficiência física ou mental.

Art. - O Estado promoverá constantemente a formação técnica e humanística de todos os seus agentes que, direta ou indiretamente, atuem com menores.

Parágrafo Único - os abusos comprovados implicam na perda da função pública, sem prejuízo de outras penalidades legais.

+ Aloisio Bimbato
Bispo Auxiliar de Curitiba
Fr. Arnaldo J. X. da Rosa
acção social do Paraná

PROPOSTA POPULAR

SOBRE: Criação do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente e Política de atendimento ao menor carente ou abandonado.

	NOME	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	TÍTULO Nº	ZONA	SECÇÃO	ASSINATURA
01								
02								
03								
04								
05								
06								
07								
08								
09								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								
18								
19								
20								

PROPOSTA PARA O PROJETO DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ

ASSUNTO: OS ENCARCERADOS

Visando a Recuperação e Reintegração Social, o Estado garantirá, nos termos da Constituição Federal, ao interno das unidades civis ou militares, de internação coletiva e quando cabíveis, nas delegacias de Polícia;

1) O ensino regular de 1º e 2º grau profissionalizante;
2) a Assistência Religiosa;
3) a inviolabilidade do sigilo da correspondência e da comunicação em geral;
4) a alimentação e as condições de higiene e saúde dignas e humanitárias;
5) o cumprimento de pena, em estabelecimento distintos, dos maiores de 18 anos e menores de 21 anos.
6) a documentação gratuita necessária à garantia da cidadania, ao ser desligado do estabelecimento, tais como: a) o registro civil de Nascimento
   b) a certidão de óbito
   c) a cédula de identidade.
7) o cumprimento da pena, preferencialmente, nas unidades próximas de sua família;
8) o atendimento psico-social na proporção de um (01) psicólogo para cada 40 internos;
9) a construção de mais unidades para se evitar a superpopulação carcerária.
10) a multiplicação (descentralização) de órgãos de recepção e triagem do poder judiciário.

+ Aloisio G. Bicquelet
Bispo Auxiliar de Curitiba
Fr. Anacleto G.X. da Fonseca
Ação Social do Paraná

PROPOSTA POPULAR

SOBRE: O IDOSO

Proporcionar-lhe condições de vida digna através de programas especializados, aplicando para isso um (01) décimo do Recurso orçamentário da Assistência Social.

	NOME	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	TÍTULO Nº	ZONA	SECÇÃO	ASSINATURA
01								
02								
03								
04								
05								
06								
07								
08								
09								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								
18								
19								
20								

PROPOSTA POPULAR **SOBRE:** OS ENCARCERADOS

Política de Recuperação e de Reintegração Social.

N O M E	E N D E R E Ç O	MUNICÍPIO	UF	TÍTULO Nº ZONA	SECÇÃO	A S S I N A T U R A
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						

PROPOSTA PARA O PROJETO ESTADUAL DE CONSTITUIÇÃO

ASSUNTO:
FAMÍLIA

1) O Estado do Paraná criará organismo para:

   a) Assegurar efetivamente os direitos da família previstos na Constituição Federal.

   b) Orientar as famílias visando:
      - o exercício da paternidade responsável;
      - o ensino do planejamento familiar através de métodos naturais;
      - o atendimento às famílias em crise (os casais em crise, filhos viciados, etc.);
      - orientação para a terceira idade.

2) Assegurar o direito à vida desde a concepção.

3) O Estado do Paraná se obriga a providenciar o atendimento médico hospitalar de imediato a todas as pessoas. Para as comprovadamente necessitadas, o atendimento, além de imediato, será gratuito.

4) Deverá constar do currículo escolar público e particular do 1º, 2º e 3º graus, o ensino de moral, civismo e religião.

+ Pedro Fabricio Ricciardi
Bispo Auxiliar de Curitiba
Ir. Araceli G.X da Rosa
ação social do Paraná

PROPOSTA POPULAR

SOBRE: FAMÍLIA
Criação de mecanismos de orientação Familiar que asseguram o direito à vida desde a concepção, o planejamento Familiar por métodos naturais e atendimento psico-social e médico-hospitalar às famílias necessitadas.

NOME	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	TÍTULO Nº	ZONA	SECÇÃO	ASSINATURA
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							

ASRA. FREIRA - (termina de ler sobre A FAMÍLIA)

O SR.PRESIDENTE - (Rafael Greca)

Irmã, nós acolhemos as propostas de S.Exa. Reverendíssima e a Sra. trazem a esta Comissão e nós esclarecemos que até o dia 20 elas podem vir respaldadas por mais assinaturas, do Paraná todo. No entanto já podem ser acolhidas bastando para isso a assinatura da Sra. e do Sr. Bispo estas que foram encaminhadas para a Comissão.

Na sequência passo a palavra para o Dr. Olímpio de Sá Sottomaior , da Comissão Estadual do Menor.

O SR. OLÍMPIO DE SÁ SOTOMAIOR - Sr.Presidente, Srs:Deputados, inicialmente cabe iniciar que fui surpreendido pela gentileza e pelo alto espírito democrático do Presidente dessa Comissão Temática ao me convidar parafazer a exposição de um texto que trouxe a esta Casa de Leis apenas para ser entregue ao Exmo. Deputado. Por isso peço a benevolência dos membros quanto aos meu despreparo para fazer a defesa de todo o texto. Trata-se de uma proposta elaborada nos termos do art.23 do Regimento Interno da Constituinte Estadual, proposta portanto popular. Esta proposta foi elaborada pelas seguintes entidades, proposta para compor o capítulo da Família, da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso. São as seguintes entidades que elaboraram essa proposta :

Comissão Estadual de Estudo sobre o menor em situação irregular?

Associação de Juízes de Direito ... (lê ...)

Em primeiro lugar me parece indispensável que rapidamente faça um enunciado sobre o suporte teórico que orientou essa ação de elaboração desse texto, ~~principalmente~~ exatamente...

O SR. OLYMPIO DE SÁ S. MAIOR: ... exatamente na área da seguridade social em que se peca por uma ou outra dessas situações, às vezes porque os grupo se reúnem e permanecem num discurso interminável, sem nenhum ação prática nesta área. Por outro, surge o exercício prático de determinadas questões sem o necessário suporte teórico. Assim, o que se buscou com a elaboração dessa proposta, é atender a duas situações que se apresentaram de pronto. A primeira delas dizendo respeito a esses milhões de crianças e adolescentes que se encontram em estado de abandono.

Na verdade, esse número já alcança a 36 milhões de menores, no País todo, boa parte deles em situação de absoluta pobreza, sobrevivendo através de sub-empregos ou de esmolas degradantes, inibindo a fome, cheirando cola, e nas noites de frio, desfrutando o calor dos holofotes destinados a realçar a grandiosidade dos prédios públicos. O pensamento primeiro se voltou a esse tipo de criança e de adolescente que precisa de uma resposta imediata. Nós não podemos dizer a eles que aguardem a modificação dessa sociedade, do estabelecimento de uma nova ordem social. Por isto, a ressalta para que não se intitulem deteminadas normas como mero assistencialismo, mas sim, que se reconheça a necessidade de se dar uma resposta imediata, concreta a crianças que passam fome, que não têm acesso à educação, à saúde, que não têm acesso aos benefícios, às riquezeas produzidas pela sociedade.

Por outro lado, nessa linha que se reportou se preocupou o grupo em estabalecer normas que pudessem auxiliar na organização popular com o raciocínio claro de que só através da efetiva desenvolvimento político da sociedade, através da organização popular, é que será possível transformá-la estruturalmente, levar a cabo as tão desejadas reformas estruturais como a Reforma Agrária, a reforma educacional, como a reforma da Saúde, etc.

Assim o que se buscou na área especificamente do menor, foi romper com algo ainda muito atual que significa a existência de uma legislação tutelar mas uma prática que se consubstancia na"atuação educativa " resultante dos cacetetes das autoridades policiais. De práticas educativas que se consubstanciam no isolamento, na segregação de menores tidos como indesejáveis pela sociedade, pela própria comunidade onde ele reside. É para romper com esse tipo de prática ainda atual que a filosofia maior que impulsion u a realização das propostas foi a de que todo o trabalho na área da criança e do adolescente deve se dirigir no sentido de respeitar e assegurar os direitos inerentes à pessoa humana como saúde, educação, trabalho digno e etc., de molde a que o mesmo possa deixar de ser simples vítima de uma sociedade injusta em que vivemos para se transformar, para atuar como agente transformador dessa mesma realidade.

É exatamente como a locução do senhor Bispo quando fez a menção à questão de dar o peixe, de ensinar a pescar e de também propiciar o acesso aos lagos, aos rios onde se encontram os peixes.

Aliás, nesse momento me vem agora à memória as palavras de Roberto Lyra, príncipe dos Promotores de Justiça, ao dizer que " a verdadeira prevenção da criminalidade é a justa e efetiva distribuição das riquezas produzidas pela sociedade.A distribuição do trabalho, da saúde, da educação, é a justiça social. Assim, após analisarmos o texto da Constituição Federal, concluimos que efetivamente houve um avanço na área da securidade social.Todavia este avanço não pode permanecer como letra morta tal qual contida em outros textos constitucionais, porque pior do que o Estado deixar de cumprir com o ...

O SR. LYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR - ... Por quê? Pior do que o Estado deixar de cumprir com o seu dever indelegável de promoção social, é ele dar a falsa impressão de que ele está cumprindo com este dever.

Assim, de nada adiantaria termos no texto da Cosntituição Federal normas com conteúdos meramente programáticos, ou seja, aquelas normas que apresenam apenas um conselho ao Poder Executivo, enunciados que muitas vezes se perdem no vazio. A idéia, portanto, foi ~~xxxxxx~~ de um lado repetir esses princípios da Constituição Federal; de outro, apresentar normas que pudessem ser a materialização destes princípios, a efetividade concreta daquilo que está prometido a nível da Carta Federal. Assim faria uma rápida apreciação daquilo que teria de mais importante, um rápido enunciado daquilo que teria maior importância neste texto. Dentro da matéria pertinente à família - e pularia, portanto, aquelas normas repetitivas dos enunciados da Constituição Federal e aqueles que a meu juízo não mereçam ser agora destacados.

O primeiro destaque seria a nível secção referente à família, com estabelecimentos de que o Estado ~~xxx~~ manterá programas destinados à assistência e promoção integral da famíla, incluindo: primeiro, assistência social e financeira às famílias de baixa renda; segundo, serviços de orientação e de ofertas de recursos científicos visando ao adequado planejamento familiar; terceiro, criação e manutenção de serviços de prevenção e orientação bem como do recebimento e encaminhamento de denúncias referente à violência no âmbito das relações familiares; quarto, criação de casas destinadas ao ~~xxxxxxxxxx~~ acolhimento provisório de mulheres, pessoas portadoras de deficiências, crianças e adolescentes vítimas de violência familiar.

Em seguida, que o Estado incentivará as entidades particulares, atuantes na política do bem-estar da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso devidamente registrados nos órgãos competentes ~~xxxxx~~ subvencionando-as com adequado auxílio financeiro, amparo técnico e benefício fiscal. Com a idéia deste Artigo se convocar mesmo a própria comunidade para tratar de programa que hoje é tratato a nível policial, como se fosse um caso policial, mas que na verdade é um caso social ~~xxx~~ e que precisa ser resolvido não só pelos órgãos do Governo mas pela própria comunidade, com raciocínio de que não se pode pretender o óbvio contra aquele que merece solidariedade.

A questão de que não se pode pretender responsabilizar o menor pela sua própria marginalidade.

Em seguida: o Estado subsidiará pelo menos com um salário-mínimo mensal a família ou pesoa que se dispuser a acolher,sob a forma de guarda, criança ou adolescente órfão ou abandonada e de difícil colocação nos termos da Lei.

E na parte relativa à saúde: a aplicação de pelo menos metade dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil.

O Art. 7º enuncia que é dever do Estado, além do ensino fundamental,a garantia de atendimento a creche e escola das crianças de zero a seis anos, inclusive portadoras de deficiência, que, na verdade, trata-se de repetição do texto contido na Constituição Federal, só que acrescentamos .....
.....

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR : - ... Só que acrescentamos, que para os fins desse artigo as Instituições Educacionais Públicas, deverão oferecer vagas de creches para escola, em número não inferior por ela oferecida na primeira série do 1º grau.

Acrescentando ainda, que o não atendimento de creches para escola, importa em responsabilidade da autoridade competente.

Já no plano de Educação os direitos e deveres individuais e coletivos; aleitamento materno, educação sexual, a prevenção da excepcionalidade, constarão obrigatoriamente dos curriculum de primeiro e segundo graus.

Trás o texto também, uma inovação dentro da área de atendimento social, diz respeito a criação, de um conselho estadual de defesa da criança e do adolecente. Se trata de um órgão consultivo, deliberativo, controlador da política de atendimento a criança e a juventude, a ser presidido pelo Secretário de Estado, a quem cumpre a execução da política estadual de defesa da criança e e o adolecente apresenta as seguintes funções: - propor ao Gpverno do Estado dotação orçamentária necessária, implementação dos programas de atendimento e assistência ou destinados a auxilios e subvenções a criança e os adolecentes. Estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos públicos.

3º - homologar a concessão de auxilios e subvenções a entidades particulares.

4º - avocar, quando entender necessário o controle das ações de execuções em todos os níveis.

salvo se no parágrafo 2º, que a Lei disporá cerca da organização ou posição e funcionamento do conselho, garantindo a todos os representantes do poder judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, Sociedade Paranaense de Pediatria, Órgãos Públicos encarregados da execução da política social e Edu

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR : -cacional de atendimento a infância e a juventude, como em igual número de representantes populares de defesa dos direitos da criança e do adolecente, legalmente constituidas e em funcionamento pelo menos um ano.

A idéia da criação desse conselho traz incita a necessidade daquilo que todos pregam, que é a chamada Democracia participativa, através desses conselhos, as entidades populares organizadas, é que teriam condições não só,de servir como órgão consultivo, mas também, deliberativo e controlador de toda a politica estatal de assistencia a infância e a juventude.

Ainda que o Estado garantirá o salário mínimo a pessoa portadora de deficiência, o idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família conforme dispusera a Lei.

Isso daqui, se trata na verdade de pura repetição, regra já contida na Constituição Federal, o receio só que permaneça como letra morta, que exige uma Legislação complementar, para a sua modificação.

Assim,e com satisfação indicamos para artigo nas esposições transitórias que,enquanto não se tornar efetiva a garantia enunciada no artigo tal, o Estado subsidiará com um salário mínimo mensal as famílias que apresentem renda de até dois salários mínimos, e que possuam membro portador de deficiência.

Assim Deputado a idéia ...

O SR OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR: ... assim, Deputados, a idéia é de se trazer este texto como forma de contribuição ao aperfeiçomento da Carta Constitucional do Paraná. Então, esta idéia de se retirar as coisas da esfera das promessas ou dos enunciados morais e sim de direitos efetivos a serem exercitados por esta população que se vê à margem, à margem mesmo, de todos os benefícios da sociedade. Com este texto pretendemos estar auxiliando, já que na verdade o homem é o senhor da sua própria história, auxiliando na cosntrução de uma sociedade progressivamente melhor e mais justa. Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Dr. José Olympio, eu acolho em nome da Comissão da Ordem Econômica e Social a proposta popular que S.Exª traz no encaminhamento a esta Assembléia Constituinte e eu agradeço a sua boa vontade em fazer a exposição de viva voz daquilo que numerosas entidades sociais ecumenicamente compostas houveram por bem trazer até este Poder Constituinte Estadual. Eu agradeço a sua presença aqui e o parabenizo pela sua boa vontade e pelo elevado espírito patriótico, no sentido de diminuir os problemas da Nação e aumentar as soluçoẽs, sobretudo com relação ao problema do Menor, que nós gostaríamos de ver chamado de criança e não de Menor.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR: É a expressão que usamos no texto.

O SR. PRESIDETE: Em casa nós ~~xxxxxxxx~~ não chamamos nossos filhos de Menor. Chamamos de criança.

Nós prosseguimos este painel sobre direitos humanos , promoção social e saúde pública dando a palavra e chamando para a Mesa o Dr. Mário Leitão Filho, Secretário de Saúde do Município de Curitiba, que vem falar sobre a proposta de saúde pública, direito do cidadão e dever do Estado.

O SR: MÁRIO LEITÃO FILHO: Primeiramente eu gostaria de agradecer ao ilustre Deputado Rafael Greca o convite muito honroso que nos foi formulado, cumprimentar os senhores Deputados aqui presentes,autoridades, às pessoas da platéia. Fomos convidados a falar sobre o direito à saúde, que consideramos o direito à saúde como um enunciado político vinculado aos conceitos de cidadania. E um dos legados da Revolução Francesa, que completa 200 anos, desde a sua eclosão Devemos reconhecer que este ~~xxxxxxxx~~ enunciado provém da absoluta necessidade do estado moderno assumir para si algumas responsabilidades básicas, como saúde, educação, seguridade social, segurança e integridade pessoal de seus cidadãos, sem os quais este mesmo estado não detém o necessário poder de ascendência e legitimação perante a sociedade.

Os países capitalistas desenvolvidos e grande parte das sociedades ditas socialistas dispoẽm de uma política de seguridade social que comtempla uma substancial garantia à manutenção da saúde individual e coletiva de seus cidadãos. Quer seja através do desen-

volvimento de operativos sistemas institucionais de saúde, quer seja pela consolidação das garantias individuais elementares como direitos e estabilidades mínimas ao trabalho e condiçoẽs adequadas e que possibi - litem consumo de bens essenciais de educação, lazer, respeito à ~~paxkxxx paçãoxpaxkkxxax~~ própria situação política. Aliás, cabe frisar que saúde é determinada muito mais pelas condiçoẽs de vida dos homens, incluído aí regime de trabalho, renda, respeito aos direitos políticos, nível de preservação ambiental, lazer, alimentação, segurança social, estabilidade e gratificação psico-afetiva ...

MARIO LEITÃO -... gratificação efetivas, sendo que muito menor importância nesse sentido a existência de um sistema de prestação de serviços de saúde.

É assim que os países do 3º Mundo vivenciam uma séria problemática de saúde. Conjunturalmente determinada e que não se solucionaria somente no âmbito do sistema de saúde.

Analisando a evolução da política de saúde no Brasil podemos dizer que ainda estamos longe de atender às necessidades de saúde da população, apesar dos avanços de anos recentes.

Até 1967 apenas 80% da população brasileira tinha acesso fornal à assistência de saúde atraves do INPS de então.

Só muito recentemente passamos pela criação do Funrural, posteriormente com a proposta da reforma sanitária consubstanciada preliminarmente na proposta de Ação Integrada de Saúde e agora com a criação do Sistema Único Descentralizado de Saúde é que busca se cumprir o compromisso de assistência à saúde universalidade, equidade à toda população sem experiência vínculo preliminar.

A proposta da reforma sanitária é indispensável para fazer face a grave problemática de saúde no Brasil e fazer cumprir essa já velho enunciado político de direito a saúde

Vemos aumentar o reconhecimento e a consciência da sociedade brasileira das distorções da política de saúde vingente até agora no Brasil, dentre as quais comentamos.

Em primeiro lugar promovê-laassistencial.

Englobava a população que mantinha vínculo previdenciário num país como o Brasil onde o vínculo previdenciário não chega a cobrir 70% da população devido desemprego, mercado informal de trabalho, trabalho agrário não registrado.

Facilmente entende-se que excluíram do sistema

de assistência de saúde justamente a parte da população mais carente e no qual os problemas de saúde são mais relevantes.

Em segundo lugar, o sistema asistencial pobremente organizado com multiplicidade e duplicidade de órgãos com deficiente integração de coordenação entre os mesmos resultando em óbvio desperdício de recursos.

Em terceiro lugar, a escassa destinação de recursos ao setor de saúde. Cerca de 90% do orçamento da Previdência Social corrigindo com a contribuição compulsória insidente principalmente sobre folha salarial.

Somente 10% aproximadamente provém de recursos do Orçamento da União fiscal e de fundos sociais extra-orçamentários.

Em quarto lugar, a grande inversão de recursos. Mais ou menos 85% do orçamento do Ministério de Previdência e ~~Social~~ Assistência Social para o setor médico hospitalar, com pequeno percentual às atividades básicas de saúde, controle de doenças transmissíveis e procedimentos profiláticos.

Em quinto lugar, na década de 70 o sistema de saúde sofreu uma grande expansão, principalmente devido à privatização dos serviços onde o Estado passava de prestador de serviços à saúde, a comprador desses mesmos serviços na rede privada, de hospitais, laboratórios clínicos e profissionais.

Como resultado tivemos uma utilização mínima de serviços próprios da Previdência perpetuando a sua ociosidade.

O estímulo à inciativa privada estimulada indusive com empréstimos de ajuda privilegiada para construção de hospitais privados de uma firma própria a rede hospitalar. Muitas vezes super dimencionadas e quase sempre desacompanhada da implantação de serviços básicos de saúde.

A saúde é um direito de todos e um dever do Estado....

15,50

1

72

Dr. Mário Leitão

DIREITO À SAÚDE

"A Saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e economicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Artigo 196, Constituição Federal do Brasil, 1988.

A noção de Direito à Saúde vem sendo difundida em muitos países nas últimas décadas enquanto componente da Doutrina dos Direitos Humanos. Considera que todo indivíduo, independentemente da cor, situação sócio economica, religião e credo político, deve ter a sua saúde preservada. Nesse sentido,caberia um esforço social visando a mobilização do recursos necessários para a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde.

O reconhecimento desse direito se origina em países europeus (especialmente Inglaterra, Alemanha, Suécia e Itália) dentro de modelo do chamado "Estado de Bem estar Social" a partir de 1940.

Nos casos dos países subdesenvolvidos ou de crescimento econômico tardio, as dificuldades são expressivas, apesar do esforço da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) junto aos respectivos governos, no intuito de estender o"direito à saúde" para todos, até o ano 2000, referendado na Assembléia da OMS em Alma-Ata, 1978, por 140 países, inclusive o Brasil.

Esse direito à saúde não pode nem deve se confundir com direito aos serviços de saúde ou mesmo com o direito à assistência médica, considerando-se a assistência médica como principal fator determinante do nível de saúde.

A Saúde é dependente de múltiplos fatores resultando de condições de vida biológica, social e cultural, e particularmente da relação do homem com a natureza através do Trabalho, e portanto, é através das relações sociais de produção que se erguem as formas concretas de vida social, e o estado de saúde corresponde à uma das revelações dessas formas de vida, isto é, "um modo de andar a vida"

na expressão usada por Canguilhen.

Nesse contexto, promover saúde implica em conhecer como se apresentam ascondições de vida e de trabalho na sociedade, para que seja possível intervir socialmente na sua modificação.

A análise acima não visa subestimar a importância do setor saúde nem questionar o objetivo socialmente relevante de garantir o acesso igualitário aos serviços de saúde. Então, o perfil de saúde de uma coletividade depende de condições vinculadas à própria estrutura da sociedade e que a manutenção do estado de saúde requer a ação articulada de um conjunto de políticas sociais mais amplas relativas ao emprego, salário, previdência, educação, alimentação, ambiente, lazer, etc.

Dentro desse entendimento, direito à saúde, não corresponderia a uma noção básica exclusiva do processo setorial de formulação de políticas de saúde, mas a um elo integrador que teria de permear todas as políticas sociais do Estado e balizar a elaboração e a implementação das políticas econômicas.

Por fim, com referência aos cidadãos, a noção de direito à saúde pode elevar a sua consciência sanitária, traduzindo-se em lutas pela sua inscrição no texto constitucional e em legislação específica, e pela redefinição das políticas de saúde com vistas a eqüidade e a democratização.

Concluindo, lembramos Andrey Virshow, cientista militante da medicina social do início do século passado, quando dizia "O Estado Democrático requer que todos os cidadaõs gozem de um estado de Bem Estar, porque reconhece que todos tem iguais direitos. (...) Assim, não é suficiente que o Estado garanta a cada cidadão as necessidades básicas para a existência e que assista a cada um, cujo trabalho não basta para a satisfação dessas necessidades. O Estado deve fazer, mais, deve assistir a qualquer um de forma que ele tenha as condições necessárias para uma existência saudável".

9/3/89.

O SR. MÁRIO LEITÃO:-...(termina de lêr).

Melhor que isso, só se for verdade.

Obrigado.

~~RAXM~~

APLAUSOS;

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca):-Agradeço a oportunidade da Palestra lúcida do Secretário Municipal de Saúde, Dr. Mário Leitão Filho, e eu passo às suas mãos, Dr. Mário a proposta das várias entidades de Saúde aporvadas pleos participantes/ da Plenária Estadual de Saúde, e é uma Proposta para o testo da futura Constituição. Gostaria da sua opinião.

Na sequência nós temos a honra...

COMISSÃO

9/3/1989 - LFH 16,55 -1-

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Bom, na sequência nós temos a honra de convidar o Dr.José Elias Aiex Neto, presidente da Associação Médica do Paraná, para falar sobre o tema - Saúde e Constituinte,esclarecendo que o texto da proposta endossada pela As.Médica já foi lido pelo Dr. Cordoni, anteriormente.

O SR. JOSÉ ELIAS AIEX NETO - Eu já tenho conhecimento e inicialmente queria agradecer a possibilidade de vir aqui e colocar um pouco da nossa visão a respeito do problema da saúde no Brasil e principalmente no nosso Estado, já que estamos tentando elaborar uma Constituição Estadual. Eu sei que o Dr. Cordoni esteve aqui, inclusive já comentou o texto que foi subscrito pela própria Associação Médica e por outras Entidades representativas da Sociedade Civil Paranaense, que participaram da Plenária Estadual de Saúde.

Então, depois da apresentação do Dr. Mário Leitão, eu penso que a minha participação poderá ser a mais breve possível, apesar de que eu vou procurar colocar algumas coisas que eu acho que são muito importantes na medida em que a gente vem lutando para que se tenha uma Constituição Estadual que realmente venha possibilitar ao Paraná e ao cidadão paranaense, ter uma política de saúde adequada e que atenda as necessidades da sociedade como um todo.

Na nossa opinião existem algunsnproblemas na área de saúde, que são fundamentais e são básicos. Em primeiro lugar é a questão da definição da saúde como prioridade para o Estado e para a Nação. E a gente começa realmente a questionar essa prioridade na medida em que a gente percebe um descaso muito grande por parte das autoridades desse país, no trato com as questões da saúde.

Aqui no Paraná, hoje mesmo, nós estamos observando uma porção de fatos que vêm ocorrendo e que mostram que a situação da saúde está caótida, está tremendamente caótica. Isso não precisa ser grande cientista na área de saúde para perceber, basta assistir televisão e a gente recebe na nossa casa relatos de situações que estão acontecendo e que mostram realmente a precariedade do setor de saúde.

O último deles foi a questão do Hospital Osvaldo Cruz, aqui de Curitiba, que de tão precário que está praticamente está se tornando inviável. Nós temos com os hospitais contratados, médicos credenciados, médicos que prestam atendimento a Previdência Social, e nós temos também um problema que na minha opinião é muito sério, que é a falta da definição ainda, por parte do Poder Público Federal, a respeito da política, aliás, da Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde.

Então, nós tivemos no ano passado, como disse o Dr. Mário Leitão, a promulgação da Constituição Federal, que aprovou o Sistema Único de Saúde. E esse Sistema Único de Saúde, ainda carece de uma Lei Orgânica que o complemente. E o que que prevê o Sistema Único de Saúde?

Prevê uma descentralização administrativa, prevê um comando único em cada nível de administração, prevê a participação popular. E isto o que está acontecendo agora é um arremedo do que deveria ser o Sistema Único de Saúde, que hoje se chama, Sistema Unificado Descentralizado de Saúde, e que está, na verdade, apesar de que pretende descentralizar a saúde, não descentralizou coisíssima nenhuma. Visto que é um sistema que uniu recursos da Previdência Social, da Secretaria do Estado da Saúde, das Secretarias Municipais de Saúde, o que pretendia reunir esses recursos num caixa único para dar assistência a população, principalmente da maneira mais descentralizada possível, que seria em último degráu, a própria municipalização da saúde, que nós sabemos que é um desiderato altamente desejado por todos nós.

O grande problema é quem continua dono das verbas é o Ministério da Previdência Social, com um sistema unificado, mas há uma disputa pelo poder dentro do sistema unificado de saúde, entre o Ministério da Previdência e o Secretário de Estado da Saúde.....

O SR. JOSÉ LEIAS... saúde, entre o Ministério da Previdência e o Secretário de Estado da Saúde, que tanto o Ministro da Previdência que não quer deixar de ter poder de controlar as verbas do Ministérios da Previ-/ dências,que são altas, nós sabemos que são um dos maiores orçamentos desse País e osSecretários de Saúde que querem ter essas verbas para poderem desenvolver as suas atividades de saúde dentro do Estado; Mas que se encontram praticamente amarrados a essa centralização excessiva do Ministro da Previdência Social, que ainda paga os hospitais e serviços de saúde diretamente de Brasília, quer dizer, há uma apresentação de cntas aqui no Paraná, para a Secretaria de Saúde, há uma manipulação dessas contas, há um passeio dessas contas até o Rio d e Janeiro, do Rio de Janeiro à Brasília, que dura mais um dia e durante esse tempo / esse dinheiro fica aplicado. Estão deixando de pagar os ~~ho~~ hospitais e os médicos e isso nós estamos observando. O hospital Evangélico de Curitiba, que é um dos melhores serviços aqui, com uma série de referências de várias atividades médicas importantes, como no tratamentode queimados, ele / está praticamente à beira da falência.

Isso, eu estou procurando falar mais no aspecto do tratamento da doença, porque na verdade nós deveríamos ter ~~saúde, mas n~~ saúde numa visão global, até / como prevenção de doenças que são muito mais importantes ~~d~~ do que o tramento da doença; no entanto, o que está acontecendo é que nós estamos tratando mal a doença, nós estamos numa fase ainda tão precária que nem previnir nós estamos e muito menos, estamos tratando muito mal a doença do povo

Mas como eu estava dizendo, o sistema único de saúde,ele prevê a descentralização, a participação das comunidades e o fundo Nacional de Saúde, o Fundo /

O SR. JOSÉ LEIAS... o fundo Estadual e o Municipal de saúde, e como não há ainda esta lei que regulamente o sistema único de saúde, há um jogo de empurra da / competência de cada setor envolvido. Então, a gente tem assistido nos jornais e na televisão, o Ministério da Previdência ~~está dizendo~~ fazendo uma nota oficial dizendo que a culpa não é dele, a culpa é dos Estados; Aí, os Secretários de Saúde fazem outra nota oficial e dizem que a culpa não é deles, que a culpa é do Ministério da Previdência, e nesse jogo de empurra gasta esse dinheiro Público e a população fica desassistida, os profisionais insatisfeitos, os hospitais se deteriorando cada vez mais, oferecendo à população poucas / condições de ter uma assistência digna. Isso faz com que realmente a gente chegue a uma situação de caos da saúde e que a nossa proposta que foi apresentada dentro da proposta plenária estadual de Saúde, e ela baseada principalmente na questão da participação popular, nós entendemos que deva se dar através dos conselhos estadual de saúde e dos conselhos municipais de saúde, mas com caráter deliberativo, porque nós entendemos que não existe outra maneira da saúde se desvincular de manipulações de qualquer sorte que venha ocorrer, a não / ser que a população tenha realmente um controle efetivo....

O DR. JOSÈ ELIAS AIEX NETO-... um controle efetivo sobre a política ~~sobre~~ de saúde. Nós entendemos que a saúde é tão importante ,que ela não pode ficar realmente à mercê / de interesses que não sejam interesses realmente da população.

Logicamente que nós esperamos que os parlamentares que nos representam , nos ajudem a garantir a integridade dessa política de saúde.Nós entendemos que a participação da comunidade é fundamental ;porque é a comunidade é que sente o que é que ela precisa. em termos de saúde.

Nós entendemos que há necessidade de se destinar um orçamento fixo à área de saúde, sem o qual nós ficaremos à mercê de situações como esta. onde não haverá recursos , ou se há recursos , estes recursos são manipulados por interesses diversos daqueles que deveriam servir.

Nós entendemos também que há que se tratar muito de perto a questão do profissional de saúde , digo, do setor de saúde;então, os serviços de saúde privados ou públicos. O setor privado, ele está passando por uma crise muito grande , e o setor público talvez, mairo ainda. Nós temos notícias de que vários hospitais públicos , além do Osvaldo Cruz, e posso citar o hospital de Castro, que praticamente têm alas aonde não é possível não se internar doente ,porque chove dentro, e não há uma solução do problema.

O SR. RAFAEL GRECA- O Osvaldo Cruz desabou, não é ?

O SR. JOSE ELIAS- Desabou .

O SR. RAFAEL GRECA- Daí demitiram a diretora .

O SR. DR. JOSÉ ELIAS = O hospital de Castro demitiram o diretor Plpinio, porque ele disse que os funcionários tinham que fazer greve memso para reivindicar melhores condições de trabalho

de trabalho , melhor local de trabalho.

O SR. RAFAEL GRECA- A do Osvaldo Cruz foi demitida porque ela falou na televisão que ela queria arrumar o teto , mas, não tinha verbas .

O SR. DR. JOSÉ ELIAS- E isto está acontecendo no hospital da Lapa onde o diretor clínico já fez centenas de Ofícios pedindo a melhoria das condições e não tem sequer resposta.

Então,os hospitais privados ,eles estão chegando a um ponto, inclusive, nós temos informações de que muitos já estão se preparando para se transformar em hottéis.Então, não tem mais / condições de continuar funcionando como hospital. Estão sucateados, estão tendo que trabalhar com a situação de uma remuneração escandalosamente baixa , quer dizer, hoje em dia, uma diária de / 4 cruzados e cinqüenta centavos , para pagar a internação de um doente no hospital, realmente, não dá nem para imaginar, o que é qeu se possa fazer.

E que na verdade recebe um ônus de serem os responsáveis, 2º a manipulação de alguns dirigentes ,que tentam jogar os hospitais e os profissionais de saúde contra a população dizendo, que eles é que são os culpados, que eles é que estão querendo ganhar muito dinheiro , e que na verdade , isto é uma perversidade muito grande ,visto que não estão estão se importando com a realidade, e a realidade é muito triste. A realidade é perigossíssima .

Todos nós, e quando eu digo nós, eu também me incluo, incluo até os Srs. Deputados, todos nós estamos sujeitos a vir a sofrer os efeitos da crise que se abate sobre a saúde neste / Estado e neste País;porque na medida em que a gente , como susceptível à afecções à nossa saúde, podemos sofrer qualquer problema / e podemos ir para um hospital , onde podemos acabar contraindo uma infecção hospitalar, e qualquer outro tipo deste p roblema.

Então, nós entendemos que é preciso , mais do que nun-

nunca , alpém de se garantir no texto constitucional todas as questões que foram colocadas nesta proposta,inclusive a questão do relacionamento do poder público com as entidades privadas / elas devem ser muito bem feitas ,...

O SENHOR JOSÉ ELIAS ... feitos, incluindo direitos da Rede' Privada, direitos da do Serviço Público, um relacionamento honesto, um relacionamento sério, ' aonde se estabelece os deveres e os direitos de cada um, ' E aonde não haja ~~maixxmaxgx~~ marge para situações como as ' que estão acontecendo agora.

É preciso que se trate a Saúde, realmente, como prioridade, é preciso que se dê recursos para a Saúde, mas, principalmente que se trate com seriedade. É ' preciso que se promova concursos públicos para admissão de' funcionários da rede de Saúde, que tenha um plano de cargos e salários que não existe. Que se tenha um salário digno ' para todo o profissional da área de Saúde e é preciso, mais do que nunca, aquilo que para nós é fundamental para o Conselho Estadual de Saúde e para o Conselho Municipal de Saúde.

Eu acho que a gente poderia discutir o dia todo sobre ~~xxquxxxkãxxx~~ o caos que se encontra a Saúde, mas, eu penso que não ~~t~~nho o direito de abusar da suas boa vontade, dos Senhores Deputados e dos Senhores que estão presente, e também penso que o Dr. Codoni e o Dr. Mário Leitão já colocaram coisas muito importante e que na verdade a minha' participação, aqui, é mais no sentido de alertar a todos ' sobre o barril de pólvoras, no qual estamos todos assentados e que, a qualquer momento, pode realmente explodir. Como ' tem explodido em algumas áreas, em alguns pontos e que volta e meia se tem notícias. Então, o que nós pedimos aos Senhores Deputados quando forem elaborar a nossa Constituição é que ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ se lembrem dessas palavras que' realmente, talvez, assim como reivindicação, a Saúde seja a nossa preocupação máxima.

Muito obrigado.

(PALMAS)

(PALMAS)

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Eu passo a palavra ao Deputado Antonio Costenaro.

O SENHOR ANTONIO COSTERNARO - Só um pequeno comentário com relação ao Conselho Estadual de Saúde.

O Dr. José Elias Aiekes é conhecedor do trabalho que nós desenvolvemos aqui na Assembléia durante o período do ano de oitenta e sete e quase que totalmente o ano de oitenta e oito. Tivemos e temos a melhor das boas intenções e sabemos da participação da Associação Médica do Paraná e de todos os segmentos da sociedade paranaense. Lotamos este Plenarinho com pessoas com vontade de discutir com seriedade e da forma como o Dr. José Elias Aiekes estava colocando. Nós ouvimos propostas, Deputado Rafael, maravilhosas na questão da Saúde, mas, quando a gente começa a imaginar tudo isso fica apenas, exatamente, como letras mortas no papel, por aí barra na questão oficial, na questão financeira, nos amedronta, nos tira a coragem.

A quentão do Conselho Estadual de Saúde ficou muito bem, eu acho, liderado pelo Deputado Haroldo, com a participação do Deputado Lauro Lobo Alcântara, que tiveram participação ativa, Deputado Pessuti, eu também estive presente em todos os momentos e os demais Deputados membros da Comissão. Nós debatemos com muita seriedade, com muita vontade, pensando que nós iríamos fazer, como era a nossa vontade, um trabalho que toda a população do Paraná ia respeitar, ia aplaudir, mas, barramos no esquema oficial: tivemos dificuldades e estamos convivendo com ela, porque não há um interesse oficial e que a questão Saúde seja uma questão de todos os segmentos da sociedade, como é, na verdade é. Mas, todos os segmentos da

segmentos da sociedade deve ajudar a gerenciar este problema' então, nós criaríamos um poder de força muito grande. Exatamente como afirmou o Dr. José Elias Aiekes, a Previdência Social não tem interesse, ela criou essa questão dos SUDS, da Saúde descentralizada mas, ao mesmo tempo ela segura nas mãos. Ela' deu um pouquinho de dinheiro, distribuiu um pouquinho de recursos, andaram aí os prefeitos...

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - ...andaram aí os Prefeitos brigando, já disse isso em outras oportunidades, os Prefeitos br gando para construir mais uma parede, mas quando chega na questão fundamental, que é a remuneração do trabalho digno, para que a população aquela que paga tudo seja beneficiada, aí cai tudo por terra.

Nós esperamos Dr. José Elias, a população do Paraná não tem apoio, que agora nesta Comissão da Ordem Econômica e Social nós possamos introduzir com o apoio de todos os membros desta Comissão, introduzir na Constituição do Paraná e fazer com que o Conselho Estadual de Saúde seja uma realidade e a população seja respeitada como deve.

Obrigado.

O DR. JOSÉ ELIAS AIEX NETO - A respeito do Conselho Estadual de Saúde nós acompanhamos, assim como o Sr. Moacir que está aqui presente, o Dr. Augusto que aqui está presente, esse processo durante bastante tempo e realmente chegamos a uma situação onde a gente sente que há a necessidade da população participar, isso foi colocado ao Secretário de Saúde, até não como uma medida no sentido de cercear a sua possibilidade de dirigir o setor de saúde do Estado, pelo contrário nós entendemos que sendo ele Presidente nato do Conselho Estadual de Saúde ele teria assim como nós temos a certeza de que a partir do momento que for criado o Secretário de Saúde terá toda população ao seu lado para construir uma política de saúde de verdade.

A nossa intenção é justamente fazer com que a sociedade paranaense possa sentar junto com o Secretário de Saúde e decidir sobre a política que é melhor do Estado, inclusive até aceitar a sua política de saúde ou modificá-la em alguns pontos onde a sociedade achar melhor. Isso se chama democracia participativa, muita gente fala sobre isso, mas não sabe o que que é, entende democracia participativa apenas chamando a sociedade para ouvir mas na hora que a sociedade chega e diz nós achamos isso ele faz a maneira como ele quer e diz que é democrática porque ele chamou a sociedade para ouvir e ninguém mais é bobo, ninguém mais aceita esse tipo de coisa. É preciso acabar com os tais Conselhos Consultivos nós não somoa para ser consultados, nós só

só consultamos dentro dos consultórios. Agora ser consultado para depois fazer papel de palhaço. Quer dizer, consulta você vai, perde o seu tempo, dá a sua opinião e aí o dirigente faz da maneira como ele quer, nós não queremos, nós queremos realmente deliberar sobre a política de saúde do nosso Estado e o Secretário de Saúde que tiver o discernimento de perceber que isso poderá torná-lo um grande estadista na medida na medida em que ele conseguir canalizar o apoio popular para construir realmente uma política de saúde adequada para o Estado, ele será reconhecido como um grande estadista e não estará preocupado em fazer o seu futuro político às custas de apadrinhamento, concessão de favores e de outras coisas, muita gente exerce a sua vida política baseado nisso, infelizmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rafael GReca) - Encerrando o painel de Saúde, convido a atendente de saúde da Prefeitura Municipal de Curitiba e da Comissão de Saúde da Central ~~de Saúde~~ Unica dos Trabalhadores do Paraná, Sra. Olenir Bonato, para que faça uso da palavra.

A SRA. OLENIR BONATO ...

A SRA. OLENIR BONATTO:- ...Bem, para fechar o assunto, eu acho que também ficou mais fácil porque todos os que me antecederam, os Dr's Cordoni, Dr. Mário, Dr. José, já falaram e abordaram os assuntos que a gente poderia também mencionar.

O que eu queria já pegar de gancho nessa questão do Conselho, queria também ver mencionar aqui dentro do contexto é que a gente não pode, nós trabalhadores, nós estamos numa outra margem, nós somos os usuários. Então, nós trabalhadores não podemos aceitar a idéia de que o Secretário que é o responsável pela implantação do sistema único de saúde seja uma pessoa que ele é responsável pelo setor privado, quer dizer, ele é dono de hospital, ele tem interesse maior pelo setor privado e não pelo setor público, a saúde pública. Isto para nós é uma questão assim incoerente, inclusive. Como que eu que sou dona de uma fazenda eu vou trabalhar com os sem-terra, por exemplo. Lógico que eu vou defender a minha propriedade e os meus companheiros que também são fazendeiros. Então a gente não entende isto. A gente fica preocupado e sabemos que é por isso que ainda não aconteceu a efetiva implantação do Conselho de Saúde estadual. A gente participou de todas as instâncias, inclusive tinhamos um representante nessa Comissão que ia discutir o conselho e dando um prazo de 90 dias para retirar caso não houvesse a instalação do conselho, a instalação imediata. Como não houve teve esse lenga-lenga, essa coisa que vai para lá e vem para cá e não sai do lugar, ela fica empacada, mesmo como o nosso salário está hoje, fica estagnado. Então, por isso que não funciona. Não dá para dizer que é por causa disso, por causa daquilo, por causa do sistema. Eu acho é porque não é a pessoa correta. Então o Governador delega uma pessoa ~~xxxxxx~~ da sua confiança, mas que não é da confiança dos trabalhadores, por exemplo, neste sentido, porque a gente sabe que ele vai defender o outro lado, como está defendendo.

A nossa proposta, esta proposta que a gente tem aqui, nós também apoiamos a proposta da plenária popular, porém a gente quis...

fazer uma proposta mais específica, porque ela foi elaborada por uma Comissão que a gente tem à nível de Estado que se compõe por representantes dos Municípios e das regiões, do nível de todo o Estado. Então a gente tem essa comissão que tem a função de passar aos trabalhadores as informações sobre os seus direitos, porque dos órgãos competentes, em geral, não sai, não são repassadas estas informações com tempo para que os trabalhadores consigam saber qual que é o sistema que está regendo naquele momento. Diga-se de passagem as mudanças que houveram. Em 85 foi firmado o convênio ...(inaudível), em 87 o convênio... (inaudível) e em 88, pela promulgação da Constituição, o convênio SUS(?) o sistema SUS. Então a gente fica assim com tanto sistema, com tanta mudança, a gente não consegue acompanhar. Essa comissão tem essa função de mostrar, de colocar realmente oscavalos na frente da carroça, porque em geral os cavalos estão correndo atrás da carroça, até agora forçado pelo sistema que está aí, que não tem interesse de mostrar para os trabalhadores aquilo que é de direito deles. Então esta comissão faz este papel.

Os usuários desse sistema de saúde que sente na pele, na própria pele a ineficiência dessa nossa política de saúde que esteve e continua voltada à rede privada de hospitais, isto eu já mencionei antes, e que a gente sabe por que, porque nós temos este Secretário que está aí, deixando o povo carente tirar do bolso o que já não tem para pagar a consulta na hora que ele necessita, porque isto é o que acontece. Fala-se em saúde pública, mas a gente sabe, lá no interior a gente está passando por todos os Municípios, sabe que lá o trabalhador, e é muito pior do que em Curitiba, do que em cidade maior. Quando ele precisa ele tem que tirar do bolso, vender a sua última vaca o seu último porco, o seu último não sei que, vender até a própria mãe, às vezes, para salvar o pai, porque ele não tem condições e chega no hospital o médico, a gente percebeu aqui que o médico está chorando, tá sentindo no bolso que está com problema financeiro, que o hospital está caindo os pedaços, não sei que. E a população está sentindo o quê?...

Qual que é então a população? Como é que ela está? Ela que não tem casa, que não tem terra, que não tem saúde e que também não tem a garantia da sua consulta na hora que ela necessita:..

A SRA. OLENIR BONATO - ... garantia da sua consulta na hora que ela necessita e que no papel está muito bonito, muito elaborado, muito bem escrito, e que se fosse garantido isso por lei, nem a própria lei, nem a própria Constituição garante isso porque se provou ao longo dos anos.

Então, isso para a gente... a gente acha que é uma coisa que... eu sou uma pessoa simples do meio do povo, em geral conheço algumas palavras aí do dicionário, mas eu acho que têm de usar: o povo está insatisfeito, ele não está aguentando mais ser tratado que nem cachorro, nem como cachorro porque os cachorros dos ricos em geral são bem tratados. Então, o povo não consegue sobreviver de forma alguma.

A gente entende que para ter saúde... não estamos pedindo nem mais médicos, nem mais hospitais, nem mais leitos nesta questão. Nós estamos pedindo que a própria Constituição garanta os outros direitos que antecedem inclusive a questão da consulta médica, que é terra, que é salário, que é condição de vida digna. Se ele tiver tudo isso, ele tem saúde.

Em geral o trabalhador diz o seguinte: se nós tivéssemoss... se eu tenho saúde eu tenho tudo. O que nós estamos tentando é inverter, não é bem assim. Isso aí é como quem diz: a gente sofre aqui e lá no Céu a gente vai ter recompensa. Mas o contrário disso é que é a verdade: se eu tenho tudo provavelmente eu vou ter saúde. Então, é isso que o trabalhador passa a entender agora.

Então, a gente tem mostrado para os trabalhadores esse sistema da SAIS, os trabalhadores acabaram de entender o sistema da SAIS, Sistema Integrado de Saúde, e das Ações Integradas de Saúde, e agora já vem atropelado o SUDI, que é o Sistema Descentralizado, que tirou a palavra integrado para descentralizado. O que precisa é descentralizar o dinheiro que está no poder em Brasília e venha ao poder do Estado, e deveria aí também o poder do Município.

Mas desta forma, mesmo nessas condições, não está

está havendo nenhuma melhoria neste sentido, não está havendo diferença nenhuma. Os municípios estão vivendo no tempo do FUNRURAL, do PRÓRURAL, essas coisas ainda que é verdade porque eu passo por lá quase todas as semanas. Então, essa questão da descentralização é a descentralização o dinheiro e descentralizar o podder. E aí também eu não discordo que tem de dar mais poder ao Estado e aos Municípios, mas não se dá e não se garante a participação popular porque aqueles que têm o real interesse nisso eles poderiam fiscalizar. É mencionada, é garantida a participação popular, mencionada simplesmente de forma superficial.

Agora porque nós precisamos dessa escala de SAIS, SUSI e não sei o quê mais e não passarmos ao sistema único aprovado na lei agora em outubro. Eu não sei por quê. Quer dizer, a gente sabe por quê, mas as explicações não nos convence.

Esperamos agora com a Lei Orgânica, com a Constituinte Estadual ela possa merecer mais atenção nesta questão da participação popular, nesta questão da saúde do trabalhador, do trabalhador pobre que está lá sofrendo e que não tem garantia de atendimento à saúde nos finais de semana. A gente está lembrada dos encontros, dos cursos em que eles avisam: por favor, deixem para ficar doente de segunda a sexta feira das 8 às 18 horas porque se você ficar doente fora desse horário, ou feriados, ou finais de semana, você pode morrer. Então, avise todo mundo. Se o nenê está para nascer, avise ele para nascer no horário do INPS porque tudo funciona conforme o INAMPS quer, porque os médicos também estão chorando e dizendo que não estão sendo bem tratados e o povo também não está.

Então, essa nossa comissão está voltada para isso, ela é Comissão de Saúde e Previdência da CUT que dá esse atendimento que os órgãos competentes não dão porque eles não têm interesse nisto.

Eu iria ler alguns tópicos dessa nossa proposta que nós temos aqui três folhas, em que não precisaria lê-las totalmente, mas eu acho que têm algumas coisas que são interessantes ser ditas. A questão da livre autonomia e organização dos trabalhadores em cada

cada empresa, por exemplo, nas comissões de saúde e segurança, e isso permite que eles possam dar a sua opinião a respeito dos lugares que eles estão trabalhando. Falamos também do uso de hormônios, de anabolizantes , fertilizantes e produtos nocivos à saúde, em que a gente está pedindo a proibição disso tudo.

A gente coloca assim: que o Direito à Saúde implica na garantia pelo dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, dentre os a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e também os direitos sociais como a educação, o trabalho, o lazer, a previdência, a maternidade à infância e, em especial, ao acesso à terra, aos ~~xxxxx~~ meios de produção e a boa alimentação.

Então, será dada pelo Estado prioridade e incentivo à produção de alimentos básicos que atendam às necessidades alimentares e nutricionais da população...

A SRA. OLENIR - ... e nutricionais. da populaçção. Por isso que a gente colocou antes que é preciso ter tudoisso para depois ter saúde, não é preciso ter uma implementação gigantesca de hospitais e de maternidade para garantir a família sõ no país. Então a questão da gestante terá garantia na sua transferência para outro local de trablho ou atividade sempre que as condições de trabalho possam causar prejuízo à sua saúde ou à do feto. A proibição também de trabalhos a menores em ambientes capazes de lesar sua capacidade de reprodução. E assim uma série de colocações que a gente acha importante ser tratada na Constituinte Estadual. E a gente deixa uma cópia dessa proposta que nós iríamos entregar no dia 20 com todas as outras propostas populares, em comissão.Queagradecer esta oportunidade, obrigada.

O SR.RAFAEL GRECA - Na sequência do nosso Fórum abordando ainda o problema de Direitos Huamnos, Promoção Social e Saúde Pública nós chamamos o Dr.Augusto Fonseca da Costa que atendendo ao chamamento pelos jornais, veio representar a Associação dos Hospitais do Paraná.

O SR. DR.AUGUSTO FONSECA DA COSTA - Queria agradecer a oportunidade de manifestar o pensamento, da rede principalmente privada e também das filantrópicas, que presta assistência não só hospitalar mas ambulatorial e laboratorial à saúde.Primeiro gostaria de manifestar a nossa estranheza pela posição aqui defendida pelo Presidente da Associação Médica do Paraná. Ele teceu uma série de críticas com as quais nós concordamos em gênero, número e grau ao sistema de saúde atualmente vigente no país. É um sistema gerenciado pelo Poder Público : tanto na esfera Federal,Estadual ou na Municipal apesar das suas disputas de poder, No entanto ao mesmo tempo a Associação Médica do Paraná praticamente liderou um fórum onde , de onde surgiu uma proposta de texto para a Constituição do Estado e que existem circunstâncias fortemente favoráveis à permanência e até ampliação do Poder Público. Por exemplo, delegando ao Poder Público a prerrogativa de não só ...

legislar como inclusive executar as ações de saúde, dando a ele o poder de ingerência até mesmo no consultório dos médicos. Tem trechos da proposta que dizem claramente, que até para instalação de um consultório médico deve-se consultar a Secretaria de Saúde ou o Ministério da Saúde,enfim, eliminando qualquer possibilidade do exercício liberal da medicina ...

O SR. AUGUSTO FONSECA DA COSTA : ... exercício liberal da Medicina pelo profissional e eliminando também a iniciativa privada, colocando-a como suplementar. Retirando do texto a palavra " ... interesse público", colocamos " ... natureza pública". Essa pequena diferença foi discutida já emcBrasília, quando da Constituição Federal e houve uma mudança e um processo na composição que se viu que isso praticamente equivaleria à enfatização completa de toda a rede privada, não só hospitalar, como laboratorial e até de consultórios e estetoscópios dos médicos.

Essa a primeira colocação que a gente faz. O outro alerta que eu gostaria de deixar inclusive aos senhores Deputados, é para que não se faça em nívem estadual uma Constituição estadual que conflite com a Constituição Federal.

As colocações que estão aqui nesta proposta, conflitam com as posições. Outra situação seria o alerta que gostaria de fazer especialmente a esta senhorita que acabou de nos falar, a respeito da ingenuidade que faz com que muitas pessoas pensem que o verdadeiro vilão é o médico, ou o hospital.

Nós fizemos nos últimos dez anos, um trabalho muito intensivo de marketing muito bem assessorado e elaborado por parte do poder público a nível federal,, no sentido de desgastar e de desmoralizar a imagem do médico, a imagem do hospital, enfim, a imagem de todo prestador de saúde, comocando-o como vilão, desde a história das fraudes, da superlotação e de uma porção de coisas desse tipo. Até os Conselhos Regionais de Medicina sofrem ataques sendo acusados como verdadeiros focos de certeza das irregularidades e das falcatruas do gênero.

Esse é um trabalho que foi feito sem o intuito de enfraquecer qualquer tentativa de, por exemplo, solicitação de aumento de remuneração por parte dos prestadores de serviço, solicitação de moralização por parte da gestão dos serviços públicos.

Então o poder público federal sempre

contra atacou com essa posição de que a rede privada é fraudulenta, é incompetente, é mal instalada.

No entanto, fica bem pouco claro que o próprio poder público paga 4 cruzados uma diária. Não é possível ser ladrão com 4 cruzados. Quem está recebendo 4 cruzados para dar assistência médica, para dar serviço de plantão, para dar alimentação e medicamento para alguém, não é possível que esteja roubando porque não sobra nada para se roubar.

Eu tenho um resumo das concorrências públicas efetuadas no Estado de São Paulo, nas penitenciárias. Serviço de alimentação das penitenciárias. É de cair de costas. Existem preços praticados. Existem empresas que prestam alimentação aos presos e que cobram 8 cruzados por dia para dar alimentação. Então eu fico imaginando se realmente para alimentar os presos se pode gastar 8 cruzados, e não só alimentar, mas manter um hospital funcionando 24 horas por dia com um trabalhador, não se gasta só quatro. Somos nós os médicos que somos os fraudulentos?

Então qualquer ampliação do poder público nessa área de saúde é querer ampliar e conservar o caos em que a saúde do Brasil se encontra.

Essa é a mensagem que eu gostaria de deixar em nome da Associação dos Hospitais para que os Deputados que estão na defesa dos interesses da população, fiquem bastante alertas para esse fato. É um perigo nós, deixarmos na mão do poder público a totalidade da gerência dos serviços e ações de saúde, - porque nós caímos nessa situação. O recurso do trabalhador é carreado para um Caixa único. Daquele Caixa sai dinheiro para todos - os outros Ministérios. Na verdade o que o trabalhador recebe? O médico mal remunerado, o hospital mal remunerado, mal instalado que vai prestar assistência muitas vezes de má vontade e em condições precárias.

Portanto, o verdadeiro vilão da história não é o médico, não é o hospital e muito menos o trabalhador.

O que acontece é que foi feito nos últimos anos um exaustivo trabalho de dividir , colocar a população contra ...

O SR..... - No entanto, o verdadeiro vilaõ da história não é o médico, não é o hospital e muito menos o trabalhador, O que acontece é que foi feito nos últimos anos um exaustivo trabalho de dividir, colocar a população contra os hospitais e contra os médicos.

Na verdade a minha proposta é que a população se una aos médicos, aos hospitais, aos prestadores de serviços, os usuários para exigirmos do governo que faça a sua parte. Existe inclusive o que a gente chama de tripé, as verbas da previdência deveriam ser constitucionalmente, deveriam ser oriundas de um tripé formado pelo empregador, que é a empresa que recolhe a previdência,; pelo empregado, do qual é descontado o seu salário em folha, e pela União.

Então a empresa contribui com 2/3, o empregado com 1/3 e 1 não sei quanto deveria ser oriundo do Tesouro Nacional. O Tesouro Nacional não apenas jamais colocou a sua parte, como muitas vezes usou e abusou do caixa da Previdência que é um clube privado dos empregados e trabalhadores deste País, para financiar desde obras de Itaipu, Ferrovia do Aço e agora quem sabe até a Norte-Sul. E, paralelo a isso, fazendo um trabalho para que todos acreditem que a culpa pelo caos em que está a saúde cabe aos prestadores de serviço, ou aos emtabelecimentos que prestam serviços, ou daqui a pouco até ao doente. Aliás, os doentes às vezes, os usuários, os trabalhadores, às vezes são culpados, logo vem isso.

Porque até o dia 12, 14 ou 15 do mes, você pode ficar doente e ir se internar num hospital porque existem quotas. A partir do dia 15 o senhor está impedido de ficar doente. Então quem fica doente depois do dia 15 e chega no hospital e não tem mais quota, porque existe uma tal de quota, você pode ficar doente dentro de uma quota, você tem direito de ficar doente tantos dias por ano. Se você tiver o azar de ficar doente na segunda quinzena do mês, a culpa é sua, então é o trabalhador que ficou doente na hora errada. Então é preciso avisar a todo o mundo que não fique doente na segunda quinzena, ou seja, a coisa já está chegando a esse ponto.

Daqui a pouco realmente já estão responsabilizando o trabalhador porque está ficando doente quando acabou as quotas. A culpa então é dele.

Então é preciso ter esse cuidado, porque senão nós vamos cair naquilo que o Poder Público em nível Federal quer. Que nós, usuários que nós hospitais, nós médicos, nós enfermeiros, nós psicólogos, assistentes sociais, nós trabalhadores da terra, da enfermagem, nos joguemos uns contra os outros para que daí o Poder Público tome a si a função e a tarefa de ampliar o seu poder para moralizar uma situação que ele próprio desmoralizou.

Esse é o nosso alerta e muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Dr. Augusto Fonseca da Costa, eu havia pedido a Secretaria da Comissão que convidasse um representante da Associação dos Hospitais do Paraná. Eu acho que não houve possibilidade de contacto, no entanto nós agradecemos muitíssimo a sua presença, o seu comparecimento, a sua oportuna intervenção, e nós encarecemos que a Associação dos Hospitais do Paraná nos termos do que tem sido facultado aos vários segmentos da sociedade traga também uma proposta, para o capítulo referente a saúde pública, para ser inserido no capítulo da Ordem Econômica e Social da nova Constituição do Estado. O prazo é até o próximo dia 20 de março. O senhor tem a proposta já formulada?

O SR. AUGUSTO FONSECA DA COSTA - Eu tenho já para entregar as suas mãos e esta proposta também estará sendo encaminhada individualmente aos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

O senhor tem representação legal para assinar pela Associação?

O SR. AUGUSTO FONSECA DA COSTA - Pela Associação e Sindicato dos Hospita

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Então o senhor faça a gentileza de firmar e eu acolho

imediatamente a proposta.

Então nós acolhemos esta proposta e vamos debatê-la no Forum dos senhores deputados membros da Comissão, e depois no Forum Plenário da Constituinte Estadual. E agradecemos muitíssimo a sua participação. Não veja, por favor, no lapso da Comissão qualquer desapreço dos Deputados pelos prestadores de serviço da rede particular hospitalar do Estado, muito menos ao Sindicato dos Estabelecimentos de Serviço de Saúde no Estado do Paraná.

A nossa Constituinte quer ser servidora de todos os segmentos da sociedade, ampla, capaz de absorver as contribuições de todas as parcelas da comunidade. E também querem servir estes painéis de diagnóstico da situação de saúde do Estado, como um todo.

Muito obrigado pela sua participação.

Nós prosseguimos este Forum dedicado aos Direitos Humanos, a promoção social , a saúde pública e a coleta das opiniões da comunidade com relação ao processo Constituinte Estadual, convidando o Dr. Dirceu Ribas da Veiga, representante da Federação dos Aposentados do Paraná, para que fale da Previdência Social no Paraná, na perspectiva dos aposentados do Paraná.

Tem assim a classe dos aposentados, a categoria dos aposentados a mesma voz, a mesma vez, o mesmo tempo que o Dr, Jaime Paciornick, Presidente do Instituto de Previdência do Estado, representante do órgão empregador do Governo do Estado.

O SR. DIRCEU RIBAS DA VEIGA - Agradecemos ao convide do Deputado Rafael Greca, agradecemos a atenção dos Senhores Deputados.

Houve uma certa limitação, Deputado, e eu pediriapara fugir um pouco da mesma. Falara da previdência da parte de aposentadorias, pensões, apenas na parte do Estado, limita um pouco, porque o Estado hoje também é um grande empregador no regime CLT.

Felizmente para o Estado dentro da Federação e das nossas associações, parece-me que não temos grandes alterações a fazer com relação ao processo de aposentadoria do Estado. O Estado garante aos seus funcionários a aposentadoria integral após o tempo de serviço por ~~xxxxxx~~ invalidez, assidente de trabalho. E garante aquilo que nós pleiteamos para todos os aposentados, que é a aposentadoria com os vencimentos que eles estavam recebendo para que não haja uma mudança de situação no momento em que, cumpridas as condições voluntárias ou não, para que ele passe à inatividade, possa pelo menos continuar recebendo a mesma coisa que vinha. Então, neste aspecto, parece-me que o Estado não tem muita coisa. No aspecto da pensão, se ele falece em atividade, o Estado complementa uma pensão especial. Parece-me que o único aspecto que fica ainda para tentar ver se melhoramos um pouco, e isto se os Deputados puderem, é quando ele falece depois de aposentado porque daí entra a regra do INPS, uma cota familiar de 50% e mais 10% por dependente. Então quanto ao Estado o assunto é mais tranqüilo. Mas como Deputados, representantes do povo paranaense, deputados da Assembléia Legislativa em que o Governo ~~xx~~ também tem muitos empregados celetistas, permitiríamos lembrar alguma coisa com relação à Previdência Social em geral. O primeiro aspecto é que todos nós estamos sofrendo e aqui acompanho o trem que o Senhor trouxe lembrando de que a grande dificuldade, o grande vilão da nossa história, não é o Poder Público, não é a Assembléia Legislativa, não é o Poder Executivo, mas é o sistema inflacionário em que o poder aquisitivo é corroído dia a dia e nós com isso temos as nossas defasagens salariais, os nossos problemas, a falta de recursos para outras coisas, cada vez as pessoas comprando menos, cada vez circulando menos dinheiro e , conseqüentemente, arrecadando menos imposto, todos fazendo menos coisas. Os Deputados podem, e ainda o Deputado estava falando que já está com ~~22~~ 213%de verba só para a saúde ...

O SR.PRESIDENTE (RAFAEL GRECA) - Não. Para os vários segmentos.

Uns pedem 13, outros 20, e outros 30... vai dar 217% de orçamento só para a nossa Comissão.

O SR. DIRCEU DA VEIGA - Conosco também é a mesma coisa. Dos nossos rendimentos cada vez pedem mais coisas , pedem mais percentual... E com isto o Estado sofre na sua arrecadação, todo mundo sofre. O nosso grande dilema é realmente este: o nosso poder aquisitivo que está caindo. Se nós não conseguimos um meio de encontrar um processo para combater a inflação, e permito-ne só lembrar uma coisa, cai o poder de compra, o capital não gira. E devemos pensar no problema da dívida externa do Brasil em que os preços das nossas mercadorias são avilados. O que produzimos internamente custa mais caro do que para exportar. Convém que pensemos bem, que alertemos a todos porque acho seja um aspecto patriótico e que deve ser lembrado. Temos que valorizar aquilo que produzimos para que a nossa economia renda e os outros problemas sejam mais facilmente resolvidos, porque enquanto não tivermos poder econômico não vamos poder resolver nada. Tivemos esta luta do poder, que é a luta do Ministério da Previdência que não quer largar a verba... quer dizer, todo mundo quer reter a pouca verba que tem e não resolve.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Eles trabalham no "over".

O SR. DIRCEU VEIGA - Com relação aos aposentados, com relação à Previdência em geral, estamos apresentando um abaixo-assinado ao Presidente da República em que pedimos ....

.....

C.ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

O SR. DIRCEU RIBAS DA VEIGA : - ... ao Presidente da República em que pedimos 13º salário em vigor pelo valor integral de Dezembro de 88, teve alguem que falou que as coisas são resolvidas e depois ficam na burocracia.

Os aposentados conseguiram : o pagamento do 13º salário, fosse no valor integral do mes, alegando uma falta de regulamentação esse pagamento passou a ser feito na base do abono, que é a média dos doze meses, com o processo inflacionário essa renda foi para baixo.

Pagamento imediato dos processos de revisão incursos na Justiça Federal, a Justiça tem dado ganho de causa a muitos aposentados que pediram a revisão e que são postergados etc..

Então está para entrar em vigor no mês de maio pagamento de abril, um reajuste das aposentadorias e pensões , pelo mesmo valor de(números)de salários mínimos que ele teria a época que se aposentou e passou a receber pensão.

Se até lá o Governo não instituir uma outra forma de atualização. Já se fala numa outra forma de atualização, que não se sabe qual é. Com esse regulamento dessa Lei de Previdência que vem aí, uma série de coisa, também está dentro disso uma atualização que nós não sabemos quando sairá.

Começa que até hoje o Governo não definiu o que é salário mínimo, constitucionalmemte não existe o salário mínimo, mas por medida provisória ele vem dizendo que alguma coisa é salário mínimo.

Mas nós sentimos isso Deputado que as vezes as coisas ficam postergadas, as vezes o próprio Governo, tinha prazo para apresentar, vai esgotar o prazo, talvez pudesse apresentar antes, mas esgotasse o prazo. Nós esperamos que os Deputados Federais e Senadores não esgotem o prazo para examinar, felizmente agora parece que os Deputados e Senadores Federais tem andando mais rápido no exame das questões.

O SR. DIRCEU RIBAS DA VEIGA : - Nós sabemos se os Deputados Estaduais estão trabalhando rapidamente, e tem dado uma solução mais rápida, sem procurar esgotar os prazos.

Principalmente pela imedata adaptação da Administração da Previdência Social, a nova Carta Magna com a aplicação da gestão (ininteligível), livre e independente, com a participação das Empresas, Governo, trabalhadores em atividades, aposentados e funcionários do sistema.

É aquilo que foi discutido aqui que eu acho - que talvez seja a pedra vital de tudo. Em tudo aquilo que nós pudermos colocar esta visão municipalista das coisas e fazer com que em ambito Municipal as coisa tenham algum colegiado, possa discutir com representantes de Empresas, de Governo, de Trabalhadores, de Funcionários, e que haja transparência das coisas, daí nós poderemos estar caminhando num processo educativo, para ter alguma coisa melhor.

Então, talvez assim, como uma idéia, ficaria de tanto quanto possível nas várias coisas em que pudesse ser - instituido um colegiado para gerir as coisas, seria ótimo, por exemplo, na parte do Sistema Municipal de Saúde, isso vai atender a todos, porque nós vamos ter o Sistema Municipal de Saúde discutindo realmente se o Presidiário gasta 8 cruzados para se alimentar e o doente que precisa de uma alimentação as vezes diferenciado ganha 4, é preciso que isso seja discutido no ambito municipal, eu não sou a favor de ninguem, eu sou a favor de uma realidade, o que nós não temos infelizmente é a transparência da realidade das coisas. Nós nunca sabemos como é que é calculado o índice de inflação, eu confesso aos Srs. eu sou Professor de Estatística na Católica acompanhei o INPC quando ele foi agitado, um trabalho bonito saber, como é que foi coletado o INPC desse mes, o que é que está entrandonão é mais o INPC que era daquela época ~~dos já mudaram tudo, então fica tudo~~...

O SR. DIRCEU R. DA VEIGA: ... porque não é mais aquele INPC que era daquela época. A forma de cálculo, etc, não é mais o mesmo, já mudaram tudo, mudaram todos os dados. Quer dizer, então fica sendo .. não é mais transparente.

E, finalmente, rapidamente, eu vou deixar com o senhor, apesar de que o senhor já deve ter, mas é praticamente o Ministério da Saúde que diz as coisas que melhoraram na aposentadoria na Constituição, mas que melhoraram só por enquanto. Os reajustes das últimas doze contribuiçoẽs para quem vai se aposentar ainda continua não sendo feito e em 12 meses de inflação, imaginem. Agora, com a inflação diminuindo pode ser que dê um pouquinho mais. Mas, a inflação como estava , ficava em torno de 60% da aposentadoria. Quer dizer, ele ganhava cem cruzados e iria se aposentar com sessenta. Realmente, é um absurdo. Era para ser um valor corrijido, mas era corrijido, de 36 meses eram corrijidos os 24 anteriores. Os últimos 12 não eram corrijidos porque não saiu a tal lei regulamentando. Então, o cálculo ainda continua sendo feito na base antiga. Está na Constituição, mas não é auto-aplicável.

Corremos um perigo, também, com a previdência social facultativa, no âmbito geral, de que de repente a previdência social obrigatória começa a restringir os seus benefícios e o empregado tenha que entrar no seguro oficial do Estado, facultativo, para garantir uma série de outros benefícios. Quer dizer, eu preferia que no Estado não pensassem nisso, porque realmente este seguro facultativo poucas pessoas, quando começam a trabalhar entram. Porque infelizmente nós não temos um grau de cultura em que a pessoa, por antecipação, saiba os riscos que vai correr. Então, ela só quer fazer seguro de vida quando está com 40 ou 50 anos de idade. E esquece que antes disso ela pode morrer, pode ficar inválida, e etc. Então, o seguro de previdência, que vai garantir a ele o mesmo salário se ele ficar inválido, vai garantir uma assistência médica normal para todo mundo, que vai garantir uma série de coisas, deve ser obrigatório, pelo menos se ele trabalha ele deve pagar uma parte disso ou então de uma outra forma, mas ele deve ser estendido a todo mundo, para evitar, vamos dizer assim, que o Estado não seja sobrecarregado com assistência a indigente ou pessoas que não fazem parte da previdência, porque em última análise quem vai atender é o próprio Estado, o próprio munícipe. Então, é preciso pensar no problema de custeio destes benefícios, também.

Finalmente como última sugestão, se for aceito, uma proposta que depois nós poderíamos oficializar, o Estado apoiará as entidades beneficientes e culturais dos aposentados e pensionistas, sem fins lucrativos, que promova a integração social e cultural de seus

associados, e que incentivem ou que visem a participação destes associados no estudo e análise de solução dos problemas da sociedade. Parece-nos que os aposentados e pensionistas têm uma massa de conhecimento e de problemas e também uma disponibilidade de tempo que poderiam muito bem colocar na análise destes problemas e como órgão colaborador no assessoramento às entidades que de qualquer forma devem solucionar os problemas da sociedade.

O SR. PRESIDENTE: O senhor começava com alguma correção que deveria ser feita na previdência do Estado. Poderia repetir ?

O SR. DIRCEU R. DA VEIGA: É a correção no caso da pensão do já falecido ? Corrigir para que o Estado também conceda a integralização de pensão.

O SR. PRESIDENTE: Isto não é feito ?

O Sr. Nereu Massignan: O dr. Moisés falou aqui que é cem por cento.

O SR. DIRCEU R. DA VEIGA: É de cem por cento para aquele que falece na ativa. Eu também não tenho bem certeza, mas pelo que eu li no Estatuto ...

O Sr. Nereu Massignan: Ele falou que os inativos, agora, em razão da Constituição, receberão os mesmos direitos.

O SR. DIRCEU R. DA VEIGA: Bem, se for, ótimo, e se não for fica apenas o lembrete. Eu também não estou bem a par. Sei que algumas pessoas reclamaram, tinham que entrar com aquele processo de concessão de aposentadoria especial, etc. Fico em dúvida se isto seria só para ativo.

O SR. PRESIDENTE: A viúva do Professor Mazaroto veio uma vez me visitar porque estava ganhando um cruzado. Ela teve que entrar com um processo periódico de revisãoacho que dando ciência ao estado de que ainda existe a viúva e tem direito. Tem alguma coisa assim.

Eu agradeço muitíssimo a sua participação ...

RAFAEL GRECA -... eu agradeço muitíssimo a sua participação e peço que transmita à Federação dos Aposentados do Paraná o apreço do Poder Constituinte Estadual e saiba que no que depender dos Deputados membros desta comissão, nós vamos acolher e manter as conquistas da Constituição Federal e ainda tentar aperfeiçoá-la no sentido de que a previdência se faça concorrendo para sua melhoria.

DIRCEU RIBAS DA VEIGA - Só um lembrete então. Se puderem incluir que o IPE também seja dirigido por este colegiado.

RAFAEL GRECA - Eu peço à Federação se puder até dia 20 de março encaminhar à Assmbleía, à comissão as propostas por escrito, nós ficaríamos muito gratos.

Dando prosseguimento a este painel, nós convidamos o senhor Seno Staat ~~xxxxxxxx~~ da Coordenação Estadual do Movimento dos Sem-Terra para falar sobre política fundiária.

SENO STAAT - Eu quero lembrar aos Deputados que nós estamos trazendo uma proposta que foi discutida com os trabalhadores do Estado. Talvez seja uma proposta modesta, mas é uma proposta que a gente tem certeza que o Estado pode muito bem adotá-la. Já que da Constituição Federal a gente não espera mais nada, porque na questão da reforma agrária, no meu entender, o movimento dos sem-terra foi um retrocesso na Constituição, então estamos trazendo uma proposta que no nosso entender o Estado pode tranquilamente fazer alguma coisa e melhor do que temos hoje a nível Federal.

Entandemos que realmente o Estado deveria tratar a questão da reforma agrária mais de perto. Porque a coisa, a gente nas lutas aí vemos que a nível de Brasília por exemplo, a cada 3, 4, 5 meses troca de ministro, se extingue ministérios. Então, hoje a gente não pode esperar mais nada.

E nós temos hoje no Estado problemas sérios de conflitos de terra. Temos aí no centro do Estado problemas sé-

rios com pessoas sendo atacadas.

Em Inácio Martins, Prudentópolis por exemplo, tem uma área de conflito com 1200 famílias que estão lá desde 05 de agosto sem alimentação. O Estado não está mandando alimentação; estão em péssimas condições de saúde, apesar de várias tentativas e negociações com o Estado na questão da saúde, na questão da educação, na questão da alimentação.

E para se agravar mais ainda o pessoal está morrendo de fome, não tem alimentação. Começaram a tirar erva dessa área que está ocupada e já houve dois companheiros mortos lá. Dois companheiros que entregaram a vida lá.

Então, a gente estaria até fazendo um apelo ao Estado que tome providências o quanto antes para evitar um conflito maior.

Temos outros problemas, outra área em conflito...

O SR. SENO STAAT...área de conflito em Roncador, ondetemos / mais ou menos 200 famílias também passando necessidade, sem atendimento de sáúde, sem atendimento de alimentação e que também estamos pedindo urgência na desapropriação dessas áreas. Eu acho que o Estado pode fazer alguma coisa, deve fazer alguma coisa, pedindo urgentemente a desapropriação,principalmente desses dois latifúndios: Roncador e Inácio Martins, tem mais acampados ainda mas que não es-/ tão, não está tão grave a situação deles.

O SR. RAFAEL GRECA - Aonde mais ou menos?

O SR. SENO STAAT - Temos em Manguerinha, onde houve até despejo, em Manguerinha tem em torno ainda / de 300 famílias acampadas e temos em torno de 500 famílias / ainda que estão em acampamento provisório, tem gente aí desde 1985 dispersos pelo Estado.

O SR. RAFAEL GRECA - Há um lá em Casacavel, eu vi uma vez.

O SR. SENO STAAT - Tem em Casacavel, em Canta Galo, Guarapuava, quer dizer, tem gente por todo lado e que o Estado teria que urgentemente tomar uma decisão e encaminhar uma solução para esse pessoal. Em cima disso o movi-/ mento trouxe uma proposta que a gente vai ler aqui e alguma coisas que vocês quiserem esclarecimento, podem pedir, que a gente no que puder esclarecer, vai esclarecer.

O Paraná tem hoje 283.000 famílias...

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Secretaria Estadual - Paraná

~~Rua Dr. Muricy, 542 sala 906~~ - CEP 80.020 - CURITIBA - PR

Fone (041) 224-7855

Rua Alfredo Bufren, 51 - Sala 34

PROPOSTAS DO MST - PR PARA A CONSTITUINTE ESTADUAL

O Paraná tem hoje 283 mil famílias sem terra, e aproximadamente 300 mil trabalhadores assalariados temporários (bóias-frias).

Existem atualmente 1.500 famílias de sem terra acampados e sem garantia real de serem assentados.

Além disso, milhares de pequenos proprietários perdem anualmente suas terras, por falta de apoio efetivo dos órgãos do Estado na área de agricultura.

Diante disto propomos:

1. Que o Estado do Paraná levante e indique quais são as terras que ainda pertencem ao Estado. Que as terras devolutas do Estado e as pertencentes aos órgãos públicos do estado sejam colocadas à disposição dos trabalhadores sem terra.
2. Que o Estado do Paraná indique após levantamento, as terras ociosas, latifundios improdutivos e terras que não cumprem sua função social encaminhando a relação para o Governo Federal para fins de desapropriação e Reforma Agrária.
3. As terras públicas, devolutas, as pertencentes a órgãos públicos, autarquias ou empresas da administração direta e direta inventariadas e as terras ociosas ou que não estejam cumprindo a sua função social desapropriadas pelo governo federal por indicação do Governo do Estado, serão destinadas para assentamentos de famílias sem terra ou com pouca terra ou para projetos de proteção ambiental.
   3.1. Entende-se por famílias sem terra, as de proprietários de minifúndios, parceiros, sub parceiros, arrendatários, sub arrendatários, posseiros, assalariados permanentes e temporários, agregados e demais trabalhadores rurais, migrantes de origem rural.

ENCAMINHE-SE
AO ACERVO DA
A.E.C. e DESTA
COMISSÃO DE
ORDEM ECONÔMICA
E SOCIAL.
RECEBIDO
NA SALA DA COMISSÃO
AOS 9 DE MARÇO DE
1989

Rafael Guerra Lacerda
presidente

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
Secretaria Estadual - Paraná
~~Rua Dr. Muricy, 542 sala 906~~ - CEP 80.020 - CURITIBA - PR
Fone (041) 224-7855
Rua Alfredo Bufren, 51 - Sala 34

3.2. A execução dos Projetos de Assentamento caberá ao Estado e será coordenado através de órgão específico.

3.3. Os lotes destinados às famílias sem terra, nunca serão inferiores ao módulo rural mínimo definido por lei, tanto para exploração individual como para coletiva.

3.4. Fica proibida, sob qualquer pretexto, a concessão de uso real, de mais de um módulo rural mínimo à mesma família e não será permitida a concessão de uso real ou qualquer outro título a quem já possui terras agrícolas ou não tiver sua atividade principal baseada na agricultura.

4. Os órgãos estaduais de administração direta ou indireta, empresas ou autarquias incumbidos da política agrícola do estado, destinarão parte do seu orçamento para o desenvolvimento rural dos assentamentos de que trata este artigo. As dotações orçamentárias previstas neste artigo deverão ser discutidas e aprovadas pelos trabalhadores rurais das áreas de assentamento e por suas entidades representativas.

5. A regularização de ocupações e a cessão de terras aos sem terra, deverá ser feito através de concessão do Direito real de uso.A concessão de uso deve ser feito, observando os seguintes critérios:

5.1. A exploração da terra, direta, pessoal, familiar, associativa ou cooperativa para cultivo ou outro tipo de exploração que atenda aos objetivos da política agrária, sob pena de reversão da outorgante.

5.2. A manutenção das reservas florestais obrigatórias e observância das restrições de uso do imóvel, nos termos da lei.

6. As ações de apoio à produção dos órgãos oficiais, atenderão preferencialmente aos beneficiários de projetos de assentamento e das posses já consolidadas.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Secretaria Estadual - Paraná

~~Rua Dr. Muniz, 542 sala 906~~ - CEP 80.020 - CURITIBA - PR

Fone (041) 224-7855

Rua Alfredo Bufren 51 - Sala 34

7. As deliberações sobre política agrária do Estado e sua execução, deverão assegurar a plena participação dos trabalhadores rurais reunidos em sindicatos e sociedades civis de tipo associativo ou cooperativo.

8. Caberá ao Estado, em beenfício aos Projetos de Assentamento:

   8.1. Estabelecer programas especiais de crédito, assistência técnica e extensão rural;

   8.2. Executar obras de infra-estrutura física e social;

   8.3. Estabelecer Programas de fornecimento de insumos básicos e de serviços de mecanização agrícola;

   8.4. Criar mecanismos de apoio à comercialização da produção;

   8.5. Estabelecer Programas de pesquisa que subsidiem o disgnóstico e acompanhamento sócio-econômico dos assentamentos bem como seus levantamentos físicos;

   8.6. Destinar de seu quadro de pessoal, servidores qualificados, para pretar serviços em projetos de assentamentos.

9. O Estado destinará áreas de terra de igual quantidade e qualidade, até o limite de 100 hectares, aos que dependem da atividade agrícola para sua sobrevivência, em caso de desapropriação de áreas agrícolas por utilidade pública para construção de obras de infra-estrutura (barragens, estradas, aeroportos etc.) O assentamento nestes casos deverá ser feito antes do início das obras.

10. O Estado criará, conforme dispuser a lei, o Sistema de Crédito Fundiário destinado às famílias de agricultores sem terra, para aquisição de área não superior a dois módulos rurais.

    10.1. O Sistema deve ser financiado com recursos captados através dos Bancos Oficiais do Estado do Paraná.

Assembléia 9/março 1989

Seno Staats

O SR. SENO STAAT:-...do Estado do Paraná.

(TERMINA DE LÊR)

Então seria essa a nossa Proposta, a Proposta que o Movimento está fazendo, claro que não vai bater com aquela aprovada pela Constituinte, mas nós achamos que o Estado pode, tem possibilidade de adotar uma política própria,

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca:- O Sr. fala em 283.000 famílias de Sem-Terras, 1.500 acampadas, pois não, estes dados de 283.000 daonde foram extraídos?

O SR. SENA STAAT:- Do próprio MIRAD.

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca):- Eu peço que o Sr. assine a Pro-/ posta e vamos datá-la.

E daí, Losso, se não tiver número de assinaturas, nós da Comissão endossamos, não é?

O SR. EZEQUAAS LOSSO:- Sim, não tem problema.

O SR. SENA STAAT:- Antes de sair Deputado eu queria pedir a vocês/ o apoio na questão que está acontecendo no centro do Estado com a matança de companheiros e que os Deputados, a Secretaria de Segurança intervenham nesse troço aí, isso pode gerar um / conflito bem maior.

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca): Esse noticiário de que se pediu/ segurança policial para a região de Inácio Martins e que se reforçou, é verdade?

O SR. SENO STAAT:- Só que é o seguinte, foi pedido reforço, e pelo/ que a gente sabe...

09/03/89 EZ -1- 18:15

O SR. SENO STAAT-...foi pedido reforço , e pelo que a gente sabe, os pistoleiros estão lá armados do mesmo jeito , e até hoje não foi ~~pedido reforço~~ prendido ninguém, não foi feito levantamento para se saber quem são os culpados, e a gente pede encarecidamente, pois, é um direito nosso .O mundo inteiro sabe que o movimento dos sem-terra é um movimento pacífico ;e o movimento dos sem-terra está ocupando terra justamente para m atar a fome dos trabalhadores, que não aguentam mais, não têm mais / para aonde ir. E quando o pessoal falava de saúde , e que estão reivindicando saúde, eu acho que saúde só se vai ter, quando o pessoal tiver a barriga cheia;quando o pessoal tiver o que comer.

Senão , não adianta nós virmos aqui ,fazer um "baita" programa de saúde , botar tudo no papel , e o pessoal está morrendo de fome. Então, está se pedindo isto ;quando se fala em saúde tem que se pensar ,que o pessoal temha, que esteja alimentado / que tenha saúde.

Então, como já disse, o mundo inteiro sabe que o movimento é um movimento pacífico , e é um movimento que luta, pela sua classe , a classe dos sem-terra , para pegar um pedaço de terra. Agora, do jeito que estão as coisas ,é uma baixa aqui, é / outra baixa ali, matam outro hoje, matam outro amanhã, baleiam outro,outro dia .Quer dizer, nós já temos no Estado vários conflitos . E, que tal, se nós pendermos para dar a resposta ?

Não dá um conflito muito maior? Então, a gente tem que evitar este conflito maior. O movimento não quer entrar neste conflito, agora , do jeito que estão as coisas , se o Estado não tomar providências, e as coisas estiverem deste tipo, eu não sei até que ponto a gente vai aguentar. Até que ponto os trabalhadores vão aguentar;essa pressão, pressão da pistolagem , a própria justiça não toma nenhuma medida mais forte .

Então, eu deixo o apelo encarecido aí aos Srs. Deputados, para tomarem providências.

O SR. PEDRO TONELLI- Me permita informar o representante dos sem-

sem-terra .

O SR. RAFAEL GRECA- Deputado Tonelli, tem a palavra.

O SR. PEDRP TONELLI- Me permite informar ao representante dos sem-terra, que nós tivemos na semana passada, inclusive , uma audiência com o Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, aonde nós sabemos que n~ao estão satisfeitos com o desempenho dos mecanismos de segurança do nosso Estado; o tratamento , não só aos sem-terra , mas, tudo o que diz respeito aos trabalhadores, do Paraná, deixando muito a desejar.

Desse Parlamento já uma comissão de Deputados , já levou para a t ibuna á, não só a preocupação dos sem-terra, mas / os abusos que vem ocorrendo com dois assassinatos , uma tentativa de assassinato, e mais de 30 ameaças, inclusive, ameaçado o bispo de Guarapuava, a irmã, o cara que vendeu a motoserra, para os sem-terra tirarem a lenha, e o catequista, que está catequizando lá, todo mundo ameaçado de morte, e então., o Parlamento se sensibilizou , inclusive, foi aprovado pelo plenário anteontem, um requerimento pedindo que constitua uma comissão de parlamentares para visitar a área , para fazer um levantamento ,para realtara e pedir as providências ás autoridades competentes.

Então, eu creio que neste final de semana , ainda, uma comissão de parlamentares , ela estará na área ,já que o autor do requerimento que éo Deputado Paulino Delazari , ele vai estar encarregado legal, de tomar a iniciativa de construir esta comissão .

O plenário já autorizou , já está aprovado, e nós estamos sensibilizados para o problema dos sem-terra, e para a questão do conflito ,que está ocorrendo neste momento , violento, lá na região de Inácio Martins e Prudentópolis ,porque nós não queremos novos Chico Mendes, e e nem os novos parlamentares assassinados, ou advogados dos trabalhadores assassinados aqui no Estado do Paraná .

O SR. RAFAEL GRECA- Eu agradeço a sua participa-

participação Sr. Seno Staat, e tenho a esperança de que a nova Constituição espelhe algum avanço social , em relação a este problema da política fundiária.

Eu peço então, que da Comissão Pastoral da Terra, venham à Mesa o Sr. Darci Frigo, para fazer a sua explanação.

O SR. DARCI FRIGO-...

O SR. DARCI FRIGO - Nós gostaríamos já de dizer que as propostas que nós vamos colocar aqui bem simplificamente, já estão muitas delas resumidas, no sentido de que essas propostas também foram discutidas em conjunto com os trabalhadores como o Sena colocou.

Possso firmar também aquele documento e dizer que o documento que eu entregar, apenas com algumas considerações, é um documento no sentido de que ele foi feito para uma proposta mais simples para as pessoas assinarem, fazer abaixo assinado para ser entregue também até o dia 20.

Então eu colocaria algumas questões, dizendo que nós entendemos que a questão da Reforma Agrária é da competência Federal, mas algumas questões podem ser também incentivadas e também o Estado pode tomar algumas medidas vindo a levar esse problema a ser solucionado já que tem sido um problema tão grave em nosso meio e em todo o País.

Então nós entendemos que o Estado, ele pode desapropriar imóveis por interesse social e de utilidade pública, quer dizer o Estado pode xxxx num determinado entender que um problema de um acampamento, o assentamento de um grupo de famílias que está necessitando da terra, ele pode entender como um programa de interesse social e portanto ele poderia tomar uma medida de resolver este problema, na medida em que o Estado também pode xxx resolver questões que são do seu interesse já que está na sua competência.

O Estado ele poderá desapropriar imóveis rurais para fins de assentamento de trabalhadores rurais então nesse caso por interesse social ou por utilidade pública.

E para assentar desapropriados por obras públicas principalmente por barragens. Nesse sentido o nosso Estado tem tido muitas barragens e tem criado muitos problemas com aqueles agricultores que são desapropriados por essas barragens.

Os imóveis rurais adjacentes que podem ser destinados para Reforma Agrária, para assentamento de famílias, tem alguns imóveis nesse sentido. O Estado também poderá destinar as terras para fins de Reforma Agrária. Nesse sentido a gente ratifica a proposta do Sena que está bem exposta, aqui a gente colocou ela simplificada, real-

realmente aqui pode-se talvez conseguir muitas terras para que se possa fazer Reforma Agrária.

Uma comissão mista fará uma revisão da alienação das terras públicas a particulares no período de 62 a 85.

Qualquer irregularidade no processo dessas alienações a terra voltará ao Estado e será destinada a Reforma Agrária. A comissão terá o prazo de 18 meses após a promulgação. da Constituição Estadual.

(1ê) As terras pertencentes ...

Nesse sentido então alguns órgãos do Estado que possuem terras que tem áreas que não estão sendo usadas, que sejam destinadas para Reforma Agrária.

Então seriam essas propostas bem simplificadas que já receberam muitas assinaturas de agricultores e de outra spessoas que apoiam a Reforma Agrária e que vão ser entregues.

A ente está aqui para coloczr estas propostas também em função da ~~próxpai~~ própria gravidade da situação em que se encontra o ~~problx~~ problema da terra hoje no campo, o Sena já colocou muito bem os problemas ~~dexx~~ de violência, os problemas que podem ocorrer com greve no campo, nós ouvimos da S.S.P. que há onze pedidos de reforço policial para despejo no nosso Estado. A medida que o Plano Verão extinguiu o Mirad criou uma situação meia transitória e isso pode agravar ainda mais o quadro da violência ...

O SR. DARCI FRIGO:- ... o quadro de violência no campo, vindo a favorecer principalmente a ação desses pistoleiros e os seus mandantes, como aconteceu no caso de Guarapuava.

Eu gostaria de deixar aqui um documento, neste momento nós temos uma comissão que está sendo recebida pelo juiz em Guarapuava onde o Sr. Bispo Dom Albano, o Dionísio que é agente pastoral mais os agricultores, eles estão entregando um documento ao juiz, justamente relatando as questões e esse documento vai ser entregue novamente à Secretaria de Segurança Pública, justamente denunciando todos aqueles fatos tristes e também muito lamentáveis que estão ocorrendo lá em Guarapuava e nós temos assim sérias preocupações sobre a generalização da violência no Estado já que nós temos onze pedidos de reforço policial.

Então neste sentido a gente reforça realmente a esta Comissão pedindo que se incluam algumas disposições ou artigos na nova Constituição que venha a facilitar ou favorecer também o desempenho da reforma agrária no Estado. Isto é muito importante, inclusive para que o Estado se desenvolva economicamente e para que se resolva os problemas sociais. Quer dizer se é um problema econômico no sentido de que mais pessoas estarão produzindo, também se resolve um problema social que está aí dado para nós e que não podemos fugir dele.

Então neste sentido a gente ratifica aquilo que o senhor ~~xxxxxxxx~~ já colocava nas propostas e também solicita a esta Comissão que realmente encaminhe estas propostas que virão inclusive depois em forma de abaixo-assinado.

Agradecemos este momento e está aberto para algum esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE:- Eu agradeço a sua participação, Darci Frigo, como em nome do Poder Estadual Constituinte agradeço a contribuição da Comissão Pastoral da Terra. Eu informo que o documento enviado ao Secretário de Segurança Pública vai ser arquivado no acervo da Assembléia Estadual Constituinte,...

não como proposta, mas como justificativa da proposta do movimento dos sem-terra.

Eu peço, então, que venha tomar assento à Mesa ou venham tomar assento à Mesa, não sei se vão fazer a comunicação conjunta, o Sr. Mário Pléssica e o sr. Leibnitz Agibert.

Então, eu passo para os representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, o Sr. Mário Pléssica, a palavra, sobre o tema política agrícola.

O SR. MÀRIO PLÉSSICA:- Iniciando a nossa participação aqui neste painel de apresentação de propostas, a gente gostaria de, em nome da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, agradecer o convite feito à nossa entidade para que possamos aqui trazer algumas propostas dos nossos representantes dos trabalhadores rurais de todo o Estado, principalmente no que se refere a política agrícola.

A Federação estando preocupada com a situação dos agricultores de todo o Estado, tendo em vista que se elabora...

O SR. MÁRIO PLÉSSICA - ... agricultores de todo o Estado, tendo em vista que se elabora a partir daqui a Constituição Estadual, reuniu o seu Conselho agora no dia 23 último passado e trouxe então o Conselho algumas propostas que serão apresentadas daqui a instantes com relação à política agrícola a nível de Constituição Estadual.

Nós gostaríamos também de dizer neste instante que a Federação dos Trabalhadores no Estado do Paraná é uma entidade que podemos dizer congrega o maior número de categorias no Estado e podemos também afirmar que é a maior organização sindical de todo o Estado do Paraná, congregando hoje 254 sindicatos no Estado, representando cerca de 1 milhão e 200 mil trabalhadores rurais e aproximadamente 850 mil sindicalizados. Isso tudo abrangendo pequenas propriedades, pequenos produtores, assalariados, bóias-frias, sem-terras, posseiros e outros que trabalham na agricultura.

Esse pessoal todo que a Federação representa mais na área de política agrícola ela tem como responsabilidade já definida a produção de 80% do produto, de alimentos básicos do Estado e talvez até do País, produtos esses produzidos na maioria dos casos, em regime de economia familiar, produzindo alimentos para o sustento da família e até com algumas exceções colaborando para com a alimentação dos centros urbanos dos Estados e do País.

Nós gostaríamos que dentro da Constituição do Estado alguma coisa se coloque em benefício da pequena propriedade, tendo em vista alguns avanços já na nova Constituição Federal se ~~xxxxx~~ obtiveram. Mas não é o suficiente para os produtores ~~xxxxx~~ rurais, os pequenos especialmente, saiam do grande problema existente hoje. Foi dito aqui por companheiros que passaram antes da gente da situação do pequeno trabalhdor rural, do pequeno produtor rural, dos sem-terra.

Oxalá hoje a gente está enfrentando uma situação difícil implantada pelo "Plano de Verão", em que o pequeno agricultor

terá que vender a sua produção e talvez até a sua propriedade para quitar financiamentos que contraiiu visando a produção, e vem um plano de Governo fazer com que os produtores sejam novos sem-terras de amanhã, novos bóias-frias e até favelados dos centros urbanos.

A Federfação também não está só preocupada com o problema da política agrícola, mas sim como todos os setores da sociedade. Encarminharemos propostas no setor de política agrícola, no setor de questõs salariais, no setor de sem-terras. E como o companheiro Seno já fez as suas propostas e que a gente está de pleno acordo com a proposta dele e que nós também entregaremos propostas no mesmo sentido para que seja reforçadoeo problema dos sem-terras seja resolvido no dia de amanhã.

Nós gostaríamos então agora que o nosso companheiro engenheiro agrônomoLeibnitz fizesse as colocações das propostas tiradas dos trabalhadores rurais, dos pequenos produtores no último Conselho, e que isso não é um definitivo já. Propostas ainda virão, estão sendo coletadas no meio rural e que posteriormente serão entregues aos constituintes e às comissões de interesse da Constituinte.

O SR. LEIBNITZ AGIBERT - Nós gostaríamos então de colocar a questão da política agrícola, e evidentemente falar da importância da política agrícola é desnecessário porque ela é fundamental para o desenvolvimento da agricultura, e isso é condição "sine qua non" para a própria questão da terra. De nada adianta nós termos uma política fundiária bem definida...

O SR. ENGENHEIRO AGRÔNOMO (dos trabalhadores rurais)

... fundiária bem definida e nós não temos para frente uma política agrícola que atenda aos interesses dos agricultores, principalmente dos pequenos. Então a política agrícola é fundamental para o desenvolvimento da agricultura e principalmente do homem que trabalha na agricultura. E nós estamos propondo e o movimento sindical está bastante conscientizado dessa importância, e que haja uma política agrícola com algumas premissas, nós colocamos 3 premissas básicas na nossa proposta. Que numa primeira instância seria a exemplo do que já ocorreu na Constituição Federal em seu art.187 e 50 das disposições transitórias, e que também o Estado tenha uma lei agrícola e inclusive nós talvez assim fomos até um pouco pretensiosos, chegamos a fazer uma proposta de artigos constitucionais que nós vamos repassar aos Srs. para que naturalmente coloquem aí sua experiência legislativa e que melhore essas propostas. Mas nós colocávamos que pelo menos 3 aspectos são importantes de premissas básicas para que a gente tenha uma lei agrícola realmente aplicável e de interesse dos pequenos produtores deste Estado.

A primeira é que haja na própria elaboração e principalmente na execução, uma participação efetiva das classes produtoras dos trabalhadores rurais e dos técnicos que estão envolvidos neste seto agrícola. Esta é uma das premissas realmente importante: a classe trabalhadora, os pequenos produtores têm muito de experiência transmitir na hora de se planejar e de executar, principalmente no conhecimento da realidade. O grande problema nosso reside exatamente aí, os planejamentos são feitos a nível de escritório e um pouco afastados da realidade do produtor. A segunda premissa é talvez até de ordem legal, a questão de que ela esteja em consonância com a lei federal, naturalmente, se nós propusemos numa proposta que fizemos, uma proposta de artigo para as disposições transitórias em que teríamos um prazo de 3 meses para elaborar essa lei agrícola estadual, porque ela vai ter ...

também ver o que a lei federal a lei agrícola federal tem o prazo de um ano após promulgada a Constituição Federal, até 5 de outubro deste ano, para estar elaborada e aprovada pelo Congresso Nacional.

E a terceira que julgamos talvez a mais importante é que nesta própria proposta desta lei agrícola conste : APOIO E PROMOÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES. Nós julgamos importantíssimo e até existe uma consciência dentro do meio sindical de que isso não é pedir favor nenhum ao Estado mas um dever do Estado pela própria situação em que os pequenos produtores se encontram, fruto de políticas econômicas que têm sido desenvolvidas pelo país. Nós até o início da década de 70 os pequenos produtores viviam de uma forma mais interna dentro da sua propriedade, com pouca intromissão interna na questão econômica da sociedade. Ele produzia para seu sustento, ele tinha ali todos os produtos necessários à sua família : desde carne, leite ovo, arroz, feijão etc e se abastecia externamente somente de alguns produtos que não tinha condição de produzia na propriedade. Como a política agrícola, a política econômica desenvolvida pelo Governo ...

O SR. .....: ...com a política agrícola, econômica, desenvolvida pelo Governo Federal, que induziu os produtores, aí então toda a massa de produtores, no que foi chamado de modernização da agricultura, houve uma intromissão externa à propriedade, houve uma motivação para que os produtores, de uma hora para outra passassem de simples colonos, visualizando somente a sua propriedade, eles tiveram que passar a administrar questoẽs de banco, questoẽs de aluguéis de máquinas, questoẽs ... enfim, uma série de açoẽs externas à sua propriedade, como compra de insumos, comercialização da produção, etc, coisa para a qual eles não estavam preparados,para esta atividade. Não foram preparados . E desta forma, nós tivemos uma tremenda concentração de terras só na década de 70. Em dez anos nós tivemos mais de 80 mil propriedades com menos de 50 hectares, que foram incorporadas. Isto dava um total de mais de 890 mil hectares. Só no Paraná, na década de 70. Além disso, houve transferência de recursos do setor rural para outros setores da economia, a medida que se estimulou o uso de insumos modernos, tratores, máquinas, equipamentos, etc, houve uma transferência enorme de recursos do setor ~~privado~~ primário para os demais setores da economia, de forma que em função deste despreparo do produtor ... Não vou me estender muito nisso, porque nós iríamos longe, mas este despreparo do produtor para esta política econômica implantada pelo Governo Federal ~~implantada~~ a partir de meados de década de 60, fez com que nós gerássemos os 450 mil bóias frias que estão no estado do Paraná, hoje, e os inúmeros sem-terras e os acampamentos, as favelas, o subemeprego, a fome, a miséria, etc.

De forma que viasualizando isso, o movimento sindical do Paraná tem bastante consciência de que não é favor nenhum do Estado, o que ele está propondo e que nesta lei agrícola que deve ser contemplada na nossa Constituição Estadual, haja um apoio de promoção, um destaque aos pequenos produtores, que foram aqueles que mais sofreram com a política econômica adotada pelo próprio Governo.

De forma que eu achava importante esta consideração

inicial, porque toda a proposta que foi elaborada com a participação dos produtores e que foi aprovada pela assembléia, os presidentes da grande maioriados sindicatos que fazem parte da FETAEP . esta proposta foi aprovada e nós passaremos ...

O SR .....: ... faz parte da Fetaep. Essa proposta foi aprovada e nós passaríamos a fazer algum comentário com relação a ela. Achamos que a"Política agrícola estadual será planejada, executada na forma da lei, com a participação efetiva das classes produtoras, trabalhadores rurais e profissionais, técnicos do setor, a qual deve estar em consonância com a lei agrícola federal e diferenciada pelo apoio e promoção do pequeno produtor, cabendo ao Estado, garantir a - este".

Aqui relacionamos instrumentos de política agrícola, onde nós julgamos imprescindível que o pequeno - produtor possa realmente receber esse apoio do Estado: um deles seria a questão do instrumento creditício , troca por outro sistema onde haveria uma equalização de texas sob a responsabilidade do- Estado.

O segundo instrumento seria a questão dos instrumentos fiscais com redução de texas nos produtos de abastecimento interno produzidos pelos pequenos produtores. Achamos perfeitamente viável por exemplo, que no ICMs por exemplo, - os produtos que fossem produzidos pelo pequeno produtor e que - são de consumo interno, fossem taxados com valores menores, enquanto que produtos de exportação, podem perfeitamente suportar uma - taxa maior.

Outros instrumentos podem ser perfeitamente ajustados: - preços compatíveis com os custos de produção e garantia de comercialização; incentivo à pesquisa e tecnologia, levando em conta a realidade econômica e social do pequeno agricultor ; a extensão rural ;

Estamos fazendo outra proposta e - uma idéia de que haja um plano de desenvolvimento rural integrado e que swria feito nos Municípios, nas regiões e nos Estados, onde nós olharíamos todos os aspectos inerentes ao desenvolvimento da região, desde a questão da saúde, da infra-estrutura -

necessária e até a questão de assistência técnica. Os recursos todos do Estado deveriam ser canalizados para realmente o desenvolvimento desse trabalho, e não da forma como hoje é feito, onde cada Secretaria e cada órgão canaliza os recursos de uma forma um pouco desorganizada, dificultando o desenvolvimento integrado. Temos pequenos agricultores que talvez até não tenham competência para serem agricultores e sim para serem assalariados no meio rural, enfim, seria um plano que olharia e ouviria a participação da comunidade e dos pequenos produtores, para que fossem olhados todos os aspectos e fossem resolvidos os problemas que estão atravancando o desenvolvimento da região e do próprio Estado.

Outra questão seria a do seguro agrícola. Estamos propondo que haja uma Companhia seguradora estadual que deve garantir os riscos de produção. É diferente do Pró-Agro como é desenvolvido hoje, onde o Pró-Agro indeniza somente os gastos.

Propomos que seja feito um seguro do possível lucro que o pequeno produtor teria, da receita que ele teria.

O SR. ..... teria,da receita que ele teria, não do lucro,

Estímulo ao Sociativismo e ao Cooperativismo, é - que não haja intromissão do Estado e que haja mais respeito a experiên - ciadas próprias categorias organizadas.

Outro instrumento importante de apoio a Eletrifi cação rural e irrigação, outro instrumento é a questão de habitações, para os pequenos agricultores, que nós achamos que pode perfeitamente esten der o que hoje existe no meio urbano, naturalmente que ajustando as condi ções de pagamento e as condições de produção do meio rural, seria compatí vel com a atividade do pequeno agricultor.

A questão do crédito fundiário, são os que devem se restringir no máximo de 3 módulos rurais para o trabalhador, e a ques tão do apoio a agro industria, que absorveu a mão de obra rural.

Nós achamos importante que uma vez que nós pro - pondo uma política agricola que no seu bojo tenha um item de apoio promo- ção ao pequeno produtor, diferenciada, em relação aos demais, nós acha - mos importante e fizemos um ~~m~~ parágrafo único nessa proposta de artigo Constitucional, fazendo o enquadramento do que que é o pequeno produtor, para nós então o pequeno produtorm para efeito dessa lei agrícola, a fim de facilitar a operacionalização e enquadramento, considera-se o pequeno- produtor aquele que pessoalmente absorvendo a mão de obra familiar, esplo ra a área aproveitável do imóvel rural, garantindo-lhe à sobrevivência e o progresso social e econômico, sem o concurso de empregados permanentes ainda com auxílio de mão de obra eventual cuja renda básica seja obtida na atividade agrícola e possua mais de 3 módulos rurais.

Nós estamos colocando 3 módulos rurais,

Então essa seria a proposta que nós estamos - elaboramos na questão da política agrícola, como o Mário propos, nós ten tamos abranger todas as áreas de interesse dos trabalhadores, dos peque- nos agricultores do Estado, ainda está amarrado com a questão da política agrícola, nós fizemos uma proposta do artigo Constitucional, sobre essa idéia do plano de desenvolvimento integrado do meio rural, colocamos -

O SR. ..... com o seguinte teor: O Estado promoverá e coordenará o desenvolvimento integrado do meio rural, consonante com as aptidões, econômicas e sociais dos recursos - naturais, nele mobilizando todos os recursos do setor público, em perfeita sintonia com a atividade privada, mediante a elaboração de plano de desenvolvimento integrado a nível de município e regiões do Estado, com a efetiva a participação, da Sociedade na identificação dos órgãos de de senvolvimento, as propostas de resolução e na opção dos planos.

E como último item nós propusemos no item de seguro, por exemplo, nós estamos propondo a criação de um fundo, que nós chamamos de fundo de apoio e promoção do pequeno produtor rural, que iria custear algumas idéias que nós colocamos na Política agrícola, por isso nós anexamos a essa proposta de política agrícola.

Então a proposta do artigo ficaria assim: Fica - instituido o Fundo de Apoio e promoção ao pequeno produtor rural, a ser formado por taxas adicionais do ICMS de produtos agrícolas, a serem fixados em Lei complementar, alem de parcelas de recursos federais e rescursos orçamentários Federais, Estaduais e Municipais.

Essas são as idéias em relação a política agrícola as demais serão discutidas oportunamente nas outras questões,..

O SR. RAFAEL GRECA : - Eu agradeço a presença dos Senhores, representantes da federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, e firmo o propósito e a disposição dessa Comissão da Ordem Econômica e Social, de fazer o possível adotar a Constituição do Estado, de um instrumento adequado que sirva as classes produtoras e trabalhadoras de alimento no nosso Estado.

Fica esse compromisso do Presidente, e dos Deputados membros e nós agradecemos muitíssimo a colaboração dos Senhores expressa na forma das diversas propostas que já estão incluídas naquilo que vai ser examinado por toda a Assembléia Constituinte do Estado.

Muito Obrigado, eu declaro encerrada a Sessão, con

O SR. RAFAEL GRECCA : - vocando outra para o dia 16 de março às 14:00 horas, para tratar de assunto referente a cultura, Comunicação Social, Esporte Lazer e na seqüencia uma outra para o dia 17 de março, para tratar de assunto referente ao Meio Ambiente, aos direitos das minorias e da mulher, sendo que foram canceladas as sessões do dia 14 e 15 para que os diversos segmentos dos trabalhadores possam se associar no esforço nacional, de chamar a atenção do Governo Federal, quanto ao Plano Verão, com a greve geral convocada pelas Centrais dos Trabalhadores

Esta encerrada a Sessão por hoje.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezeseis dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência do Senhor Deputado Constituinte Rafael Greca de Macedo, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão, e ainda a do Senhor Deputado Nereu Massignan. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente Reunião de Audiência, com a pauta relativa a - CULTURA, COMUNICAÇÃO SOCIAL, ESPORTE E LAZER, com a presença dos seguintes convidados palestristas: Dr. Paulo Pimentel, Ex-Governador do Estado do Paraná; Profª. Dra. Cassiana Lacerda Carolo, Assessora da - Fundação Cultural de Curitiba; Profª. Dra. Lucia Camargo, Secretária - Municipal de Cultura; Dr. João Feder, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Sr. Carlos de Souza, Músico e Produtor Cultural; Dra. Iara Sarmento, Presidente do Sindicato dos Artistas e Trabalhadores em Produção Cultural do Estado do Paraná; Prof. Haroldo Murah Gomes Haygert, Editor do Jornal Indústria e Comércio; Sr. Adherbal Fortes de Sá Júnior, Jornalista e Cronista da Capital. Todos os pronunciamentos desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, - que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente - agradeceu a presença de todos e a contribuição prestada pelos Senhores palestristas à Assembléia Constituinte Estadual, convidando a todos, - para a Reunião de Audiência a ser realizada no próximo dia 17, a partir das 14:00 horas, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, com a pauta:- FORUM DE DEBATES SOBRE O MEIO AMBIENTE. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu José Olimpio Sotto Maior de Macedo, Secretário, lavrei a presente Ata, qùr depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que se produza os efeitos legais.-

DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

COMISSÃO ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

16/03/89-LI 14:45 -1-

O SR. RAFAEL GRECCA : - Dando continuidade a Comissão Temática de Ordem Econômica e Social as audiências públicas, nós vamos fazer um painel sobre identidade cultural do Paraná, cultura e a comunicação social. Esse painel tem uma abertura, o ex Governador Dr. Paulo Cruz Pimentel, que foi ao seu tempo de Governo incansável batalhador pela identidade cultural dos Paranaenses, inclusive, trabalhado de maneira intensa nos festivais de música, na diretoria de assuntos culturais, Secretaria de Educação, e na consecução do Teatro Guaíra, como continuidade do projeto que vinha já desempenhado para ... projeto esse / que não se consumou pelo incêndio lamentável do teto que na ocasião - aconteceu...

Além do mais, o Dr. Paulo Pimentel é proprietário de uma Rede de Telecomunicações do Estado, e por isso, pode falar com segurança sobre o papel da Comunicação na difusão cultural, e na postura da identidade cultural do Estado. É também Deputado Federal Constituinte, portanto pode abordar quais foram os aspectos que nortearam na Carta Magna da Nação, a Carta de 05/10 passado, com capítulo relativo a Cultura Nacional e a preservação dos bens culturais do País.

Profundamente honrado com sua presença, Deputado Paulo Pimentel, em nome da Assembléia do Paraná, acho que me acompanha o Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, os demais Deputados estão na Sessão, a medida que a Sessão encerrar vão descer.

E nós gostaríamos de ouvir então, a sua contribuição - nesse painel sobre Ordem Econômica e Social no aspecto essencial da Comunicação Social e da Cultura.

O SR. PAULO C.PIMENTEL : - Primeiramente quero agradecer o convite feito pelo Deputado Rafael Grecca de Macedo, convite insistente quase em tons imperativos, e aqui vim hoje, seria pouca a contribuição porque já há grandes esclarecimentos sobre o assunto, já conheço o porte de outros que aqui estiveram, certamente abordaram com precisão todos os assuntos.

O SR. PAULO PIMENTEL : - Mas eu tenho a impressão para sintetizar bem, o ponto importante que nós podemos tratar aqui hoje, é a Comunicação Social e Cultura é a instalação das Tvs Educativas, me parece fundamental, todos os Estados, quase todas as Universidades, que nós conhecemos tem a intenção de instalar uma TV educativa, o que me parece inteiramente desnecessário, sobretudo a inconveniência.

A Cultura tem que ser estimulada através de Meios de Comunicação normal e comercial de massa, pelos contatos feitos quando são dadas as concessões pelo poder público Federal as rádios etelevisões,principalmente as Televisões obrigatoriamente tem que destinar parte do horário de transmissão a Cultura, sem custo nenhum para o Poder Público, eu acho que aqui no Paraná Tvs Educativas ainda, nós devemos obrigar as estações existentes em Curitiba, Em Ponta Grossa, em Pato Branco, em Foz do Iguaçú, Maringá, Londrina, Cornélio Procópio e assim preservem espaço para a programação cultural.

Essa programação Cultural deve ser orientada pelo Poder Público, pelas Entidades Culturais, que é o ponto mais importante, ninguem melhor do que o Poder Público, para fazer uma programação cultural...

O SR. PAULO PIMENTEL - ... para fazer uma programação cultural, mas ninguém melhor do que a iniciativa privada para levar ao público esta programação cultural. A instalação de TVs educativas, como aconteceu por exemplo, em São Paulo, são muito caras e pesadas, mas não é o investimento que é o ponto mais importante. O ponto mais importante á a manutenção deste investimento. As Tvs culturais, as Tvs educativas, custam muito caro ao Estado e sabidamente o Estado é mal administrador público, com tendência a engordar exageradamente os seus mecanismos, os seus órgãos e isto seria inteiramente desaconselhável para uma TV educativa que oneraria extraordinariamente os Tesouros públicos estaduais e municiapais e mesmo as Universidades.

Sabidamente o Paraná tem três Universidades estaduais e uma Universidade Federal. Estas, principalmente a de Londrina, têm a intenção de instalar uma TV educativa, o que é inteiramente a meu ver, desaconselhável já que elas três, as três Universidades Estaduais têm um custo extremamente elevado, o que se pode se notar por um rápido manejamento do Orçamento do Estado.

Eu acho que as televisões comerciais estão obrigatoriamente a disposição da divulgação cultural e lamentavelmente o Estado não usa este espaço que por força contratual lhe é entregue, ou seria entregue se ele assim o desejasse, para a divulgação cultural.

Eu acho que do ponto de vista da cultura, a Constituição Estadual.....

O SR. RAFAEL GRECCA - Deputado Paulo Pimentel, o senhor me desculpe a interrupção há alguma obrigação na Constituição Federal?

O SR. PAULO PIMENTEL - Não. A obrigação é resultado do contrato de concessão, e é um percentual de programação. Não me lembro mais porque há tempo que não folheio um contrato. Sei porque todos os contratos que assinei traziam este dispositivo. Há uma obrigação de uma programação local, que dificilmente é também conseguida nos Estados onde

o meio artístico é mais reduzido, porque ó meio artístico se concentra prioritariamente hoje em São Paulo, e no Rio de Janeiro.

Então há esta disposição e eu acho que a nova Constituição Estadual pode até abordar isto e exigir isto das estações comerciais.

Outro ponto que deve ser abordado entre comunicação social e a cultura é a Constituição Federal, aqui no seu artigo 215 e 216, aborda, é o problema da censura.

A censura foi um grande passo, pelo menos foi isso que descutiu fartamente durante a Constituinte, a censura tolhia a creatividade dos programadores de Televisão, e da área cultural, que queria colocar no ar a suamcreatividade por inteiro e a censura, segundo os que se sentiam lesados, manietava isto que agora a Constituição não permite mais. Há umprojeto de lei encaminhado pelo Ministro da Justiça ao Congresso Nacional, que a meu ver é inconstitucional.

Nenhuma restrição pela censura, a creatividade só havendo a censura classificatória, que é apenas orientadora para se poder assistir um programa de televisão, ou que em vez de assistir um filme, ou um espetáculo teatral, seja uma demonstração de arte teatral cênica, Então a censura que agora parece colocar-se assim como um risco, e já há uma tentativa de revogação deste dispositivo constitucional, porque se julga que, durante principalmente as grandes festas como o carnaval, a televisão que entra sem pedir autorização a casa das famílias abusivamente apresenta-cenas não condizentes com a infância. e com a juventude de menos idade, etc.

Aqui já há uma tendência de revogação do dispositivo do § 1º do artigo 215, na Constituição Federal. No mais, partindo agora para um campo mais restrito, que é o da comunicação social, eu tenho a impressão que a Constituição teve uma evolução .....

O SR. PAULO PIMENTEL... a Constituição teve uma evolução muito grande no que toca a liberdade de imprensa, que outrora o Poder Público julgava que ele era o dono das empresas de comunicação, o que não era real, ele era dono de um canal de televisão, de um canal de rádio que ele entregava por concessão e por contrato com prazo de uso fixado, para a rádio em 10 anos e televisão 15 anos. O Poder Público se sentia por direito de a qualquer instante cancelar aquela concessão; é o caso da rádio Iguaçu que foi fechada por razões Políticas, por tempestivas atuação do Presidente / da República, por razões pessoais, e que a sua rádio abuptamente / durante a execução do prazo de ~~execuç~~-concessão, em tempos normais a decisão do Poresidente da República não resistiria a menor análise do Poder Judiciário, cairia inevitavelmente. Ele interrompeu um contrato existente, supondo que a união era dono da estação de rá-/ dio, quando a união era dona apenas do canal, assim mesmo já ~~entregue~~ entregue em concessão por 10 anos de uso; na renovação ele poderia não / conceder a renovação, isto era na Constituição anterior do Regime Militar, agora não, agora a concessão e a renovação depende do Congresso Nacional, é o ponto final e decisivo, outrora a na Constituição anterior a concessão tinha duas fases, tanto quanto a renovação, duas fases: A 1º fase era a fase técnica, Todos aqueles que passassem na habilitação técnica, passaria aí para si a prestação Política, a decisão final era exclusiva do Presidente da República. Todos aprovados na habilitação técnica subia ao Presidente da República e esse decidia politicamente a quem dar a concessão; hoje muda completamente, o Poder Executivo Federal não pode mais outorgar concessão, eles necessariamente ao tentar outorgar uma concessão, ele vai se / submeter ao Congresso Nacional.

Uma outra evolução que foi emenda minha, / fruto do que aconteceu comigo no fechamento da rádio Iguaçu e na obrigação impositória de venda da TV Coroados de Londrina, foi a ~~pro~~ rpoibição durante o contrato de execução de qualquer cancelamento / da concessão por via Administrativa, Esse cancelamento, diz a Cons-

O SR. PAULO PIMENTEL... diz a Constituição, só pode ser feito por via judicial, em nenhuma outra hipótese; quem vai decidir se o concessionário não está cumprindo causas / contratuais é só a justiça, nunca mais o Poder Público Federal em quanto vigir a atual Constituição de 1988.

Eu tenho impressão que em síntese são esses os pontos fundamentais que aconteceu no sistema de Comunicação social, especialmente nesse entrelaçamento da cultura com a comunicação social.

Nós temos hoje uma posição Democrática / neste setor, uma Constituição que interliga o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Judiciário e desta forma impede a arbitra-/ riedade, e impedindo a arbitrariedade, fortalece a livre manifestação do pensamento, como também consequentemente fortalece a Democracia, Estou às ordens para as perguntas.

O SR. RAFAEL GRECA - Normalmente Doutor Paulo nós não temos per-/ guntas nesses painéis. No entanto, eu gostaria de indagar do senhor, especificamente, no caso da Constituição do Paraná, a sua sugestão é que o Estado fizesse alguma coisa no sentido de obrigar as rádios e televisões que têm concessão Federal no Estado a destinarem parte dos seus horários de programação, a uma programação de divulgação cultural, que teria a produção / do Estado. A produção ficaria para o Estado? ...

16/03/89 EZ -1- 15:00

O SR. O SR. RAFAEL GRECA-... a produção ficaria para o Estado . O Sr. acha que a criação de televisões educativas estatais é contraproducente , no sentido de que onera o Estado , e não regulam ~~rreuam~~ com sucesso a mensagem cultural . Temos que usar os canais comerciais , come um produção feita pelo Estado .

O SR. PAULO PIMENTAEL- Mesmo porque, as tvs educativas , não conseguem IBOPE ;não são ouvidas. A Tv Educativa de São Paulo, hoje, chamda TV Cultura, ela só cria um IBOPE razoável , que é na mesa redonda, que faz, não sei bem se é este nome, faz às segundas-feiras, para aonde leva os políticos, e recentemente levou o Leonel Brizola, levou o Deputado Luís Inácio Lula/ da Silva, levou o Gel Nilton Cruz, levou o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, O único programa da TV Cultura de S. Paulo/ que consegue alguns pontinhos de IBOPE .

Desta maneira que eu sugiro, o custo para o governo é quase nada; só a produção e ele encaixa a sua programação cultural numa programação que tem IBOPE;sabidamente o IBOPE não se dá num só programa. O IBOPE cresce e decresce em razão de vários programas sucessivos. Se, se colocar num ponto só um programa bom , este programa não vai dar IBOPE; é preciso que se coloque uma série de programas razoáveis , para se atingir um programa bom; para que, dê IBOPE.

A TV Educativa, onde ela existe no Brasil, ela não dá IBOPE; então não adianta produzir e manter uma ~~estação~~ instalação / de TV, que é muito cara, equipamentos importados, ou não se consegue / conquistar o telespectador .E a programação normal principalmente, das 4 grandes redes brasileiras, em certos pontos, cada uma delas dá ~~um "supique~~ o seu pique/ " , e nessas horas, pode perfeitamente encaixar / alguma programação cultural . E outra coisa que tem-se que saber: apenas um ponto para se chamar a atenção, principalmente , se isto for viável, que toda a programação que agrada , não é agradar o fulano, mas manter o telespectador assistindo aquela programação,

tem que ser uma programação muito bem feita ,e sobretudo limitada no tempo;TV conta-se por segundos, e não por minutos, e muito menos por hora.

Vejam os horários reservados aos partidos políticos durante todo ano , pelo Tribunal Eleitoral Regional. Se fosse um horário de 15 minutos, a audiência seria muito boa, mas, o horário de quase uma hora torn-se quase insuportável;o que leva o telespectador a desligar quase que inevitavelmente o seu aparelho receptor.

O SR. RAFAEL GRECA- O Sr. acha que é então , um dispositivo constitucional, criar a obrigatoriedade de uma central de rádio e de TV , de produção cultural , na Secretaria de Cultura do Estado?

O SR. PAULO PIMENTEL- Sm dúvida . Não sei , não é matéria da Constituição Federal , mas, poderia num parágrafo assim, bem sintético e bem posto na Constituição atual, que não ocupasse muito espaço, porque os dispositivos constitucionais têm que ser curtos e as constituições não podem ser longas. No mundo inteiro a nossa Constituição é julgada como exageradamente longa.

Quando as todas / Constituições dos Estados Unidos podem ser / aliás, são sete artigos, não é isto ? Mas, eu acredito que é uma disposição constitucional seria uma posição que impusesse ao Governo do Estado, a manter um serviço qeu entendesse com as estações / transmissoras , geradoras locais, para que fosse imbutido na forma da Lei Federal .

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO- Deputado Paulo Pimentel, que nos honra com a sua presença hoje, Deputado Luiz Alberto , e demais companheiros aqui presentes, realmente, com relação às exigências , como diz o Dr. Paulo Pimentel,nas concessões de rádio e TV, / eu sei só um pouquinho porque eu mexo com emissora de rádio, e a gente vê o que o DENTEL , que é o órgão orientador...

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - ... orientador deseja e o que a gente pode fazer no rádio - e acredito que consequentemente em televisão é a mesma coisa, só que muito mais dinâmica - fica um pouco distante da realidade do que o povo quer. O Dentel todas às vezes que ele fiscalizou a minha emissora de rádio, eles disseram: tem que ter música erudita, um programa de música erudita. Mas o povo não quer ouvir. Então, não adianta nada você colocar aquilo que o povo não quer ouvir. Esse tipo é uma casta muito pequena que aprecia música erudita e até sabe o que é, mas eles determinam uma quantia de honrário para informações jornalísticas e considere também a parte de cultura.

Agora dentro dessa discussão nossa eu acho que seria bem oportuno - e quem seria eu para sugerir aos programadores de televisão -, mas a gente observa o seguinte: que em qualquerprogramação as notícias que entram, extraordinárias, as informações de curiosidade em que o rádio tem eesse costume, a título de em qualquerprograma informações de curiosidade. Aí sim tem um valor muito grande. Se tem um programa com grande ibope, você mostra a sua curiosidade.

Então, dentro dasprogramações normais, nos programas de ibope, se for obrigatoriamente por lei você introduzir informações em forma de curiosidade, da cultura, informações, programas culturais, eu acho que é bastante importante porque rouba ali 2 minutos ou 3 minutos, nem isso, em televisão, num minuto, 2 minutos passa muita informação, e o público então passa a absorver aquilo ali durante a programação no dia todo com uma certa normalidade. No entanto, se fizer uma programação contínua, não tem ibope. Por exemplo, no rádio a "Voz do Brasil", eu pelo menos gosto de ouvir a "Voz do Brasil" porque às vezes distante, a gente como político precisa estar sabendo do que está acontecendo no Congresso Nacional sem estar vasculhando o jornal. Mas a população não ouve, todo mundo desliga o rádio. É como nos programas políticos, em que o pessoal vai ouvir outra coisa. Na televisão e hora de as empresas de vídeo venderem bastante, porque o pessoal diz: vai ter programa político. Então, vai todo mundo buscar uma fita para ver. Então, essas coisas que às vezes incomoda. Teria que mudar. A in-

trodução cultural em horários alternados e todos colocarem porque se não um coloca outro não coloca.

Se fosse dispositivo constitucional, eu acho que seria uma grande conquista, e principalmente do que está se falando... Nós vimos aqui propostas de ecologistas dizendo que a Ecologia deve ser a principal matéria escolar. Então, teria que passar a ser uma matéria muito importante também nas programas diárias dos veículos de comunicação, porque aí nós iríamos conseguir o objetivo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Dr. Paulo Pimentel, aperdoe-se das suas múltiplas ocupações. Eu agradeço, em nome da Comissão de Ordem Econômica e Social, a sua presença e, ao agradecer a sua contribuição, já notei a sua sugestão, e quero agradecê-lo em nome de todos os paranaenses representados aqui nesta Assembléia, pelos Deputados que estão e pela Deputada Irondi Pugliesi que ainda não consentiu em se sentar à Mesa. E eu lembro que, se o V.Exa. tiver outros compromissos, está dispensado desta audiência pública. Muito obrigado.

Eu convido para dar continuidade a esse painel a Professora Dra. Cassiana Lacerda Carolo, que foi responsável por diversos programas de editoração cultural em governos passados...

... editoração cultural nos governos passados e é assessora da Fundação Cultural de Curitiba e é a responsável pela progrmação cultural da Casa Solar dos "Leões" aqui em Curitiba. Professora de Literatura da Universidade do Paraná, Cassiana veio falar sobre a cultura paranaense e os programas de editoração e a constituinte.

PROFª. CASSIANA - ... Incialmente gostaria de esclarecer que minha experiência com relação à Constituição é uma experiência diversa daquela exposta agora pelo Dr.Paulo Pimentel.Ele vivenciou o dia a dia da elaboração de uma constituição. A minha participação aqui, evidentemente vai ser orientada na questão da editoração, da documentação cultural. Mas inicialmente gostaria de dizer que a seção que dedica o capítulo 3º dos artigos : 215 e 216 que estão relacionados com a cultura, aparentemente dão como destaque, reduzido até a questão, (?). Porém uma leitura desses artigos feitas por professores, por acadêmicos oupor um intelectual eu tenho a impressão que gerariam debates que se prolongariam por dias, principamente porque eu creio que a discussão de alguns conceitos se faz necessária, porque ela pode ampliar através de novos dispositivos, ampliar determinados conceitos que constituim um avanço e de certa forma também corrigir alguns conceitos que apresentam uma visão de uma certa já encostada da questão cultural.

O problema primeiro que eu gostaria de expor e que pode virar matéria de debate numa constituição estadual pode permitir uma série de limitações, de ações é a questão só do conceito de cultura. Eu creio que há um certo avanço na terminologia adotada com relação à questão social, quando o termo cultura ele não fica limitado a um conceito de cultura que está ligado apenas à idéia de obter cultura. Eu creio que esse conceito de cultura relacionado com a obtenção de conhecimentos, com a aquisição de conhecimentos, com a propriedade que é um conceito altamente burguês de cultura e que gera,depois daquelas discussões enfadonhas, que esse conceito está completamente superado. Ninguém hoje vai defender a idéia de cultura como uma idéia de possuir bens culturais. Seria mesma coisa que dizer " eu possuo uma boa biblioteca, logo eu sou culta." Ou " leio livro - logo eu sou culta." Então a idéia de cultura, tem que ser reforçado na idéia de cultura é a idéia de processo e não essa idiea estática de cultura que leva depois a duas preocupações básicas que estão contidas nesses dois artigos, principalmente a preocupação com o patrimônio, a um conceito de"museu", coisas estáticas, de preservação como mumificação das coisas. Então eu tive a oportunidade de assistir a um debate sobre cultura e tradição, em que o conferencista mostrava a sua indignação diante de uma interpelação quando alguém disse :"O Sr. é culto mas é democrata." Quer dizer, a idéia de cultura muitas vezes remete a idéia de privilégios, à idiea de ...

à idéia de obtenção de bens culturais, quer dizer, a idéia de aquisição que estaria limitada a um número muito limitado de pessoas. Agora o próprio termo cultura, eu não posso aqui fugir da minha formação de professora de Letras, ela nos remete, a origem da palavra nos remete a um conceito latino e o conceito latino de cultura vem de cultivar a terra, e cultivar terra, essa idéia de trabalhar a terra é um processo no trabalho, cultura é aquisição, cultura é trabalho, cultura não é nada estático. A visão de cultura tem que ser sempre apoiada...

A SRA . CASSIANA CAROLO : ... A visão de cultura tem que ser sempre apoiada em toda uma série de dispositivos que assegurem uma idéia de processo, não apenas essa idéia como se fosse cultura aquilo que se herda, aquilo que se adquire como uma mercadoria na sociedade.

A cultura é um processo e como tal ela exige uma mobilização coletiva para que haja um verdadeiro projeto cultural que faz uma mobilização coletiva de modo que a sociedade reaja contra o infantilismo da cultura instantânea que se traduz na publicidade e na política espetáculo. Aquêleeque tem acesso, que pensa, que reflete o seu fazer , esse está adquirindo cultura. Essa idéia de processo está intimamente ligada a uma mobilização coletiva. Eu creio que não se pode desenvolver qualquer projeto - cultural sem que haja esse caráter coletivo de mobilização, sem o quê, não se pode nem pensar numa sociedade democrática. A relação entre o aspecto cultura e democracia, é determinante. Aquela frase famosa de um parlamentar inglês de que diz que"o povo culto pode ser governado, mas jamais escravizado," já nos deixa perceber a amplitude do significado da cultura, sobretudo no sentido da reflexão sobre o cotidiano, sobre o modo de pensar, o modo de agir em - relação ao seu próprio ambiente , aspecto esse que está incluído entre asmanifestações culturais: formas de expressão, modo de - agir.

Todo esse tipo de problemas, é mais fácil ser encarado a partir de uma visão etnológica. Quando se - introduz no conceito de cultura, a parte simbólica, passa a ser - preocupação cultural tudo aquilo ligado ao coletivo, quer dizer, as festas, os rituais e chamo a atenção para o fato de que a Constituição, a Lei Complementar irão dispor spbre o calendário cultural do País. A Lei Complementar vai dispor sobre as datas significativas e nessas datas significativas, eu creio que, no caso da Constituição paranaense deve ser considerados os aspectos das mani - estacões culturais.

culturais, levando em contaa sobretudo, esta visão etnológica que valoriza as festas, os rituais coletivos e não apenas as datas dos grandes feitos , dos grandes homens.

Esta visão etnológica eu acho muito importante que seja reforçada no Estado do Paraná, principalmente se nós queremos pensar cultura a partir de direitos e diferenças.

No caso do Paraná, no caso do Sul que já foi considerado por vários pensadores como Silvio Romero, e Gilberto Freire, pelo fato de nós termos uma formação diferente da formação tradicional do Brasil, esta resposta do Brasil diferente, que é o Paraná, eu acho que tem que ser reforçada, no sentido de que valorizem essa diferença, no sentido de que incorporem essa diferença.

Terminando , eu acho que seria importante traçar alguns aspectos sobre a conservação do patrimônio, na Constituição aparece o termo " proteger" o patrimônio. " Cabe à comunidade...". A idéia de proteção e preservação está intimamente ligada ...

SRA CASSIANA LACERDA CAROLLO : - e preservação está intimamente ligado a um conceito que é mais comum dos Países sub desenvolvidos que sentem via de regra, a sua cultura ameaçada, a idéia de proteção do patrimônio, não privilegiando o acesso, o uso do bem cultural é um aspecto da questão. A carta de Veneza, que trata da preservação do patrimônio ela deixa bem claro, que nada vale a recuperação de um bem cultural, de um bem patrimonial, que esse bem não foi incorporado pela Comunidade e se ele não se transformar num fato utilizado pela comunidade.

Tanto assim, 1980, a França criou uma Sociedade de Animadores dos Bens Patrimoniais e dos Monumentos, a idéia de animação dos Monumentos está intimamente ligado a esse uso que vai contra a cultura mumificada, estatificada, Quando se fala em proteger, me parece que fica apenas manifestada a preocupação com essas idéias de ameaças do descaso, quando os efeitos da não utilização, são tão danosos, quanto os efeitos do tempo, as vezes até maiores, nós temos vários monumentos restaurados e por não ter havido programa deutilização e revitalização , hoje estão mais decadentes (inaudível) do que no período que foram restaurados e teve início a restauração, o de Paranaguá, o próprio teatro São João da Lapa, eu creio que é um exemplo também de uma recuperação de um exemplar único da Arquitetura do Sul do País, nós só temos um exemplar em Mariana, na Arquitetura Brasileira, e no entanto ele possui apenas uma caixa para as pessoas que olham o teatro, que apenas para ser visto, realmente é um teatro que se transformou num Museu, e que perdeu totalmente a sua função, que não foi incorporado pela Comunidade, e a Comunidade - não usa, não assume, isso não constitui um bem para a Comubidade.

Então eu creio que a preservação , está intimamente ligada ao uso ao acesso, e esses dois aspectos que eu gostaria de ressaltar, e orientar,então a minha proposta, a idéia de cultura como - processo, a idéia de acesso ao bem cultural, como uma prerrogativa, de uma visão democrática de uma cultura que torne então os deveres do Estado, amplie o dever do Estado e da própria Comunidade.

SRA CASSIANA : A nossa Constituinte, também a presenta, avanços sobre tudo no que se refere a visão (inaudível) de cultura, ela incorpora uma série de (inaudível) simbólicos popular, e também ressalta um outro aspecto, que está intimamente ligada a minha proposta, a valorização da documentação, a preservação dos documentos, o acesso dos documentos Governamentais, ~~xxxxxxx~~ e a preservação ~~x~~ o tombamento e o inventário de documentos.

Isso deve ser ressaltado como um aspecto inovador na medida em que apenas a Comissão Cultural Francesa...

COMISSÃO

16/3/1989 / LFH 15,25 -1-

A SRA. CASSIANA LACERDA CAROLLO - ... cultural francesa apresenta de uma forma clara uma preocupação com a preservação de arquivos com a preservação da documentação. Os estudos sobre política cultural comparada, mostram que apenas a França apresenta um avanço grande neste aspecto relativo a preservação de documentos e ao acesso considerando as formas modernas de acesso, microfilmagem, reprodução, salas especiais para leitores não especializados, porque não adianta o Arquivo Público estar lá com o micro filme, com todo o material à disposição que só iniciados, parece até uma certa cabala, só esse iniciado é que tem condições de pesquisar ou de encontrar algum documento.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Como é a história da Santa Rita, da estátua da Santa Rita das coisas impossíveis, na sala de arquivo?

A SRA. CASSIANA LACERDA CAROLLO - Pois é, tem que recorrer a ela para achar o documento. E têm algumas funcionárias que são um verdadeiro modelo de conhecimento do arquivo, porque se pergunta: Tem tal documento? E responde: Não tem, sem ver qualquer fichário, sem ver qualquer fonte de referência. Quer dizer,são algumas coisas espantosas que acontecem nas nossas bibliotecas, nos nossos arquivos, porque muitas vezes o funcionário zeloso pelo documento e pelo livro gosta muito mais de ver o livro na prateleira do que ver o leitor lendo.

Eu atribuo grande parte do mau humor da bibliotecária, pelo fato do livro sair das prateleiras. Isso significa um trabalho que normalmente é feito até de forma primitiva, eu vejo por exemplo, na biblioteca pública umas senhoras idosas carregando aqueles exemplares de edições de jornais que são enormes e colocando em prateleiras altíssimas, então deve irritar muito qualquer solicitação para pesquisar um jornal daqueles deve ser um fator assim que deve causar além de outros efeitos paralelos, coisas desse tipo.

Mas a precariedade dos acervos é um aspecto seríssimo, e

quando se fala então em possibilitar o acesso aos documentos governamentais, eu creio que é da maior importância e é um aspecto que eu gostaria de ressaltar dentro desta proposta, que é a necessidade da existência de um sistema estadual de arquivo público, articulado com o arquivo público do Estado e por sua vez dando início ao projeto que ainda não foi implantado, que é o sistema nacional de arquivos brasileiros. E só assim haverá uma uniformização disto. Existe um projeto.

O CPDOC talvez tenha dado origem a este modelo que a Celina Moreira Franco pretende desenvolver através do arquivo nacional. Inclusive o projeto foi feito pelo CPDOC e é um sistema que vincula a idéia de documentação com a idéia de informação. Quer dizer, os documentos têm que ser preservados, há a necessidade de acesso a todo o sistema de referência, indexação do que existe e a necessidade de informação decorre disto também. A editoração ela deve surgir como o papel da necessidade da editoração deve surgir como decorrência dessa necessidade de publicação desses documentos culturais que vão se evidenciar como raros, como acessíveis, a partir de um sistema que aponte para uma unificação de dados.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca) -

Por exemplo, a publicação do 19 de dezembro foi isso?

A SRA. CASSIANA LACERDA CAROLLO - Bom, em princípio ela nasceu dessa idéia e nos incentivou a essa idéia. O 19 de dezembro que é o nosso primeiro jornal, e que é sem dúvida alguma o nosso órgão extraoficial, que divulgou a História do Paraná ao longo de trinta anos e que é o repositório de toda a história oficial do Estado, todos os atos oficiais publicados no 19 de dezembro pode-se estudar todo o desenvolvimento da nossa cultura, da literatura através desse jornal, existe apenas uma coleção que está no Museu Paranaense, e faltam até alguns exemplares, e que era pesquisada até recentemente por qualquer pessoa que fosse consultar no Museu Paranaense tinha acesso a esses exemplares que são exemplares únicos.

Então o problema da preservação do patrimônio é um problema sério de iniciativa, quer dizer, a microfilmagem é uma delas, e a primeira iniciativa que nós tomamos foi a microfilmagem, foi a de microfilmar esse jornal para assegurar a preservação do mesmo e também para permitir a edição fac-similar do mesmo, possibilitando com isso com que os exemplares do jornal 19 de dezembro fossem às mais variadas bilbiotecas de todo o Estado e que também não fosse feita consulta no original.

É fundamental que o original ficasse preservado e que ao mesmo tempo também o leitor pudesse ter o acesso da forma mais facilitada possível, como ocorre hoje até o ano V, do 19 de dezembro, já está editado e também dentro do programa nacional de microfilmagem de periódicos a que vou me referir.

Então, alguns aspectos ainda apresentam avanços aqui nesses dois artigos aqui referentes a cultura, relativos ao problema da intervenção governamental. Fala, aqui por exemplo, na proteção do patrimônio, é dever do Estado e da comunidade. Já aparece essa idéia de comunidade vinculada a proteção do patrimônio, que amplia, a idéia de comunidade amplia.....

A SRa. CASSIANA...que amplia a idéia de comunidade para a iniciativa privada, abre um leque muito grande, quer dizer, não é só a lei 7507, mas a lei 7507 já é uma lei que estimula o investimento da iniciativa privada na cultura. No caso do Paraná, eu creio que Nós tivemos também uma das iniciativas pioneiras, altamente louváveis, quando o atual Governo através de decreto, dispôs que as sociedades de economia mista devem investir na preservação do patrimônio do Estado. Atualmente essa iniciativa / do Paraná foi copiada por São Paulo, mas eu creio que é da maior importância e que ela seja valorizada na Constituição, e que a idéia de preservação de patrimônio nã fique limitada puramente à pintura de edifícios, mas que seja também ligado a idéia de pre-/ servação de acervos também, não é só apenas a pintura do prédio / ou a fachada do prédio que deve ser privilegiada nesse aspecto.

Essa questão da atribuição da iniciativa privada, eu creio que ela decorre evidentemente de um momento que o Governo vive um período de sufoco com relação as sua disponibilidade financeira para a cultura, mas ela vem num momento importante também, porque eu creio que já é o momento de refletirmos sobre o 1º plano Nacional de cultura. O 1º plano Nacional de cultura e único no gênero é data de 1975, e aí inclusive algumas colocações do Doutor Paulo Pimentel vão colaborar com isso que eu vou colocar, que esse plano Nacional de cultura de 1975, foi um plano fundamental e propiciou momentos de verdadeira efervecência cultural com o surgimento da Funarte, da Embrafilme, da Pró-memória, enfim, das chamadas estatais da cultura; nesta época também surge o Dentel, nesta mesma época também o plano previa uma articulação entre os meio de comunicação e os projetos culturais. Todas essas estatais culturais que surgiram nessa época, eu creio que elas propiciaram do momento mais efervecente da nossa vida cultural, mas que hoje já mostram distorções enormes, principalmente porque criaram o intelectual do contra-cheque. Eu creio que o estado patrão acabou se transformando em estado patrono e o intelectual acabou se trans-/

A SRa. CASSIANA...acabou se transformando num verdadeiro, ou ele vive do contra-cheque, portanto não cria mais / nada, ou ele vive das ante-salas do Poder, do que não produz se / não tiver apoio do Estado, é o verdadeiro fenônemo, quer dizer, a criação acabou qunado o Estado parou de contribuir ou quando o / Estado não pode contribuir não exsite escritores, esse fenônemo eu creio que tem que ser analisado com mais atenção, que eu creio que as coisas não se colocam assim; eu acho que o Estado tem um papel e o papel de difusor da criação, mas por outro lado a criação não pode ser determinada pelo patrão, porque daí se transforma num patrono. Então, há todos esses, as estatais da cultura criaram verdadeiros parasitas do Poder, são os mesmos que publicam. Esse fenômeno, infelizmente quando se trata de livros, então se transforma num fenômeno mais doloroso; porque quando é financiado um espetáculo treatal, quando é financiado um conserto, ainda há o evento e o vento é vento né! Mas quando se publica um livro em que alguém comete poesias e aquilo fica registrada de eterno, quer di-/ zer, realmente é lamentável, aí fica evidenciada a distorção do / uso do Patrimônio Público. Eu creio que para o caso, no caso da / editoração...

A SRA. CASSIANA LACERDA -...da editoração , dum encentivo à produção cultural , à produção artística , este aspecto deve ser visto à parte. Então,este intervenção do Estado, intervenção governamental, eu creio que tem que ser revista, tem qeu ser relido / este plano, de 1975,estas Fundações que foram criadas dentro deste espírito de 1975 ,terão que ser repensadas ,na medida em que o Estado não tem esta obrigação de empregar agora todos os intelectuais de plantão, ou todos aqueles que têm pretensão de intelectual de / plantão.

O incentivo à iniciativa privada , eu creio que não deve apenas ficar limitado apenas à Lei Sarney , a 7507.Hà eventos , em política cultural comparada , há eventos riquíssimos de iniciativas fabulosas , como é o caso da"National ~~Francis~~ Trust of Places of Storic Interest of National Built" (SIC), da Inglaterra, criada em 1894 e, que só não possui mais bens do que a Coroa , mas, possui 166 / castelos e mansões, 45 mil hectares de terra, 88 jardins, e, tudo isto é mantido com o Fundo de uma entidade ,daí incentivos do Estado, como ganha incentivos do Estado aqueles que ~~ganham~~ doam os / seus bens, e, que doam importâncias para o fundo dessas entidades. Parece que fica evidenciado que, a iniciativa privada participando da cultura, resulta em alguns ~~aspectos~~- programas muito interessantes .

POr outro lado, creio que no caso da nossa Constituição, sobretudo na complementar Legislação/ eu creio que outro aspecto que deve ser ressaltado ,é o problema da dispersão e da concentração da definição da participação pública. O que eu quero dizer com isto, é o / problema da centralização e também o problema da dispersão de recursos ;eu gostaria de dar um exemplo , apenas do caso francês, sobretudo neste aspecto que quero me exemplificar no caso da editoração e preservação da documentação.

O Ministério da Cultura que detêm o controle das questões culturais , ele participa por exemplo,da preservação de museus , com 42% , dessa preservação .Essa preservação é completada com a participação do Estado , depois do Município .O Ministério entra em cada museu com uma participação de 42% ;quando no / Brasil, nós sabemos ,que toda a verba de preservação do patrimônio , 80% já é destinada previamente para o Nordeste.

INfelizmente, nós observamos o Nordeste , o patrimômio / mais delapidado , porque aqui no Sul, e eu vou usar uma frase do Rafael :"Nós somos pobres, porém, limpinhos". Nós talvez, não tenhamos tantos monumentos como tem o Nordeste, mas, acho que dentro / das nossas condições estão até bem preservados.

Então, esta participação , 1º em termos dos três poderes ,do Poder Central, do Poder Estadual e do Poder Municipal, / é, tem que ser pensada, da mesma forma também como tem que ser pensada ,por exemplo, a questão das bibliotecas,

Apesar também da cultura, do Ministério da Cultura deter o controle,quem mantém as bibliotecas é o Ministério da Educação, na França.Quer dizer, repartir recursos , cerio que é um aspecto que deve ser considerado , na medida em que as bibliotecas são o principal elemento , e alimento do ensino. Então, eu não vejo porque / Secretaria da / o Ministério da Educação e a Educação deva também colaborar com a manutenção da biblioteca.

Da mesma forma também o Ministéiro das RElações Exteriores participa de quase todas as atividades culturais, na medida em que no caso, sobretudo francês, há um interesse muito grande na imagem do País. Então, os programas culturais têm a participação não é centralizada apenas pelo Ministério da Cultura ...

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

16/03/89 -1- 15:40

A SENHORA CASSIANO LACERDA CAROLLO - ... apenas pelo Ministério da Cultura, ele tem o controle, mas, o perfil político-administrativo reparte recursos. Bom, no caso da conceituação de uma ' cultura como um processo há uma necessidade de preservação de ' arquivos, de documentos, e de acessos a este documentos, que, naturalmente, deve gerar não só aquela sala de leitura estática ' mas, deve gerar publicações. E eu creio que no caso do Estado' ele vem sendo, apesar de muitos esforços, bastante na administrativa, ligado tanto à preservação de documento, quanto à editoração. No caso da preservação de documento o Paraná detém um privilégio, duplo privilégio. Primeiro por ter perdido a sua ' melhor biblioteca que hoje encontra-se na autrália. Então, todo pesquisador paranaense é obrigado a ouvir, quando vai pesquisar um acervo: É, mas, vocês perderam a melhor biblioteca. A biblioteca Coronel Acir Guimarães, que foi para a Austrália, ' que gerou um protesto muito grande e daí ficou ' o dono paranaense pelo menos, o Deputado Federal Antonio Ueno ' Carneiro, apresentaram um Projeto de Lei que foi aprovado e que proíbe a saída de documentos. Neste caso talvez a Constituinte' Estadual também possa proibir essa questão da saída de documentos. Eu acho este aspecto aí muito importante. Quer dizer, existe um a legislação a nível nacional, que proíbe a saída de documentos. Mas, eu sei que o Estado deveria ter o privilégio da aquisição pelo menos de biblioteca, de acervos particulares. Na Europa este aspecto é bastante vigiado. Os acervos particulares, há um levantamento desses acervos e eles não saem, assim, tão facilmente, pelo menos na Inglaterra o Governo dá dois meses para haver uma negociação, não havendo a esta negociação pode-se chegar a venda ou não. Quer dizer, aqui no

aqui no caso, por exemplo, do Paraná eu creio que nós vivemos ' um aspecto interessante em relação ao Brasil. Quer dizer, nós ' somos um Estado relativamente novo, apresentamos diferenças ' culturais inéditas em relação ao resto do País.

Do ponto de vista da documentação cultural nós não temos projetos que tenham preocupado com esta própria questão, muito menos com acesso a essa documentação. Quer' dizer, de arquivo. Eu quando falo de arquivo eu não falo apenas de arquivos públicos. Eu dou como exemplo o CPDOHC que nasceu ' do arquivo do Getúlio VArgas e foi ampliado com o arquivo dos' Partidos Políticos. Os Partidos Políticos aparece e desaparece, estes arquivos também não se tem mais notícia, quer dizer,a história política do Paraná está fatalmente prejudicada por este tipo de descaso. E quando eu falo nessa questão de arquivo ' este leque é bastante amplo, porque no caso da editoração, nós temos alguma experiência, eu gostaria de salientar a experiência, do lado positivo eu creio que toda ~~xxxx~~ experiência de editoração em que se procurou dar ~~xxxxxx~~ à população acesso a um patrimônio documental, artístico, totalmente inacessível, pertecentes a museus estrangeiros e particulares, eu creio que este ~~xxx~~ tipo de atitude, este tipo de projeto é um projeto que teve d~~xxxxxxxx~~ ~~xxxxxxxxx~~ evidentemente, um rendimento altamente democrático. ' Quando se fala da publicação de um álbum,como foi o caso de uma edição que eu tive a oportunidade de coordenar, ~~xxxxx~~ de escritores da paisagem paranaense como um álbum de luxo, elitista, tinha também que ~~xxxxxxx~~ uma coisa dessa seria invertida, muito' pelo contrário, apenas alguns tinham acesso, tiveram a oportunidade de ver alguns daqueles quadros, uns do museu de VEVEI(?) outros de coleções particulares e mesmo em decorrência até dessa publicação ~~xxxxxxxxxxxxxxxxx~~ a família do Visconde de ' Tunay, que foi nosso presidente de Província, que doou um material do pintor Michaud(?) que pertencia a Tunay. Com isso o Pa

isso o Paraná duplamente, quer dizer, doou para o Estado do Paraná e hoje se encontra no museu de arte do Paraná sem qualquer referência da doação. Eu acho que afinal os doadores devem ser apontados nos créditos desse material hoje exposto no museu de Arte do Paraná, o que eu acho, também, altamente louvável, porque ficou quase quatro anos engavetado. Finalmente hoje está exposto.

Então, a publicação de certos documentos que são inacessíveis à população e que hoje estão em acervos não tem nada de elitista na medida em que democratiza o acesso. Quer dizer, um acesso que não será limitado a um círculo mínimo de pessoas, hoje este acesso está ampliado. Agora, o Estado eu creio que tem um papel muito grande na área de editoração quando se trata de edições próprias e que a iniciativa privada não tem interesse de participar. Daí, porque eu até apresentaria a sugestão de qualquer publicação feita pelo Estado, talvez, devesse ser precedida até de um convite...

A SRA. CASSIANA LACER DA CAROLLO - ... convite às editoras no sentido de que elas manifestem ou não o seu interesse em participar desta publicação como co-editores, porque o Estado normalmente é acusado de participar - agora na Câmara Brasileira do Livro - como concorrente da iniciativa privada. E aqui no caso do Paraná, cumpre ressaltar que se hoje nós não temos uma presença no mundo editorial é porque não tivemos uma tradição editorial. E no caso do livro, quando o Estado publica, ele ignora o processo do livro, quer dizer, não basta apenas editar, o livro tem que ser distribuído. A obra editada pelo Estado em geral acaba morrendo nos almoxarifados, o problema do Estado é muito sério, e ele tem de estar assegurado disso. Eu quero dizer que o livro tem que seguir um curso até o leitor. É aquela noção de "cultura estática" e a "cultura como processo" mais uma vez.

Por outro lado também o Estado vem concorrendo com a iniciativa privada em certos casos, sobretudo edita obras de literatura num apoio à criação literária. Ele concorre com a iniciativa privada e, por outro lado, o Estado vem se tornando um péssimo perfil nesta questão da dispersão e da concentração. Nós vemos publicações sendo editadas pelos mais variados órgãos, e dentro do próprio Governo que edita não há notícias de qualquer destas publicações. Por exemplo, eu tive oportunidade de saber que que o ITC publicou uma série de mapas antigos do Paraná. Eu gostaria de saber até que ponto esse material publicado chegou às escolas, chegou às bibliotecas. Quer dizer, esse é um problema muito sério porque o próprio Governo acaba nem tendo notícias.

E essa questão então da dispersão e da concentração eu gostaria então, através da minha proposta, apresentar um projeto para uma possível solução. O Estado, então, concorre com a iniciativa privada, desconhece o percurso do livro, ~~xxxx~~ usa mal os seus recursos, quer dizer, ele encomenda pesquisas para um determinado trabalho numa universidade que ele mantém e está pesquisando. Quer dizer, há uma duplicação, uma dispersão total: publica-se 2, 3 trabalhos sobre o mesmo assunto e, por fim, o Estado padece deste privilégio, deste patrão patrono, tendo que patrocinar edições pelos mais variados motivos. Quer dizer,

dizer, quando eu falei que era penosoo paternalismo no caso do livro, porque o registro fica "ad eterno", porque este aspecto está até claro na própria certidão de nascimento do Brasil. É nada mais crível (?) que a "Ideologia do Favor" nasce com a própria certidão de nascimento. Pero Vaz de Caminha na sua carta pede emprego para o seu sobrinho.

Então, nada mais triste do que ver isso documentado na nossa certidão de nascimento. Então, o problema "Ideologia do Favor" tão bem delatado por Machado de Assis vem se desenvolvendo pelos governos atuais - creio que todos -, e ninguém conseguiu estar isento disso: ter que publicar a pedido de um Prefeito o livro do melhor poeta de uma cidade do Interior, do melhor artista e assim por diante, quando nós sabemos... Eu gostaria de colocar a par (?) de toda essa questão da edição de obras literárias, de apoio à criações literárias, essas edições eu acredito que o melhor caminha é a co-edição. Quer dizer, o autor deve ser editado através de um tipo de edição em queo Estado participe com uma parca tiragem, e a iniciativa privada... Quer dizer, o autor novo é um risco que deve ser absorvido pelas duas áreas, pela iniciativa privada e pelo Estado. O autor novo, por outro lado, tem que sofrer um percurso que todos os grandes escritores sofreram. Machado de Assis não conseguiu publicar em jornais, as editoras negaram as edições dos seus livros e nem por isso ele parou de editar. Muitas editoras não aceitaram e ficaram (?) até hoje para publicar "Dom Casmurro". A editora não quis editar.

O autor novo tem que sofrer essas agruras de percurso que até fazem parte de uma iniciação, que é um risco que considero importantíssimo, na medida que ninguém vai publicar nada antes dos 30, embora é uma precaução bem grande para não sofrer depois problemas de arrependimento.

Mas eu gostaria de concentrar a minhas proposta na idéia da criação de um centro de documentação e informação cultura do Paraná. A idéia atenderia aos dispositivos constitucionais de acesso à documentação...

PROFª CASSIANA - ...de acesso à documentação governamental, preservação de documentos. Eu creio que poderia ser melhor resolvida através da centralização de informações, se possível os acervos. Esse tempo seria um elemento de ligação e articulação entre as várias entidades do Estado : públicas ou privadas, responsáveis por trabalhos de pesquisas etc. Então o principal dessa proposta seria criar um sistema estadual de documentação e informação. Coletando as informações, processando e colocando à disposição do público. E as próprias publicações patrocinadas pelo Estado seriam geradas até por essa coleta de informações onde estariam detectadas as áreas, onde há maior carência de acesso e assim por diante.

Com as normas e estrutura organizacional específica teríamos uma forma de concentrar os recursos do Estado, de concentrar a informação sobre a cultura e concentrar os recursos na fase das edições, próprias ou por (co-edições), e a partir daí então poderia ser definida uma política nacional da documentação,uma política estadual, uma política nacional de documentação, uma política nacional e estadual do livro, especialmente desse livro, edição própria patrocinada pelo Estado. Porque basicamente em relação ao livro o Estado tem 3 procedimentos : ou ele edita, ou ele adquire ou ele co-edita. Agora, acredito que as aquisições devem ser privilégios de bibliotecas. É lamentável a aquisição, muitas vezes para ajudar o autor, etc , no início , e que depois é distribuído aleatoriamente. A aquisição deve ser concentrada nas bibliotecas. Elas é que devem determinar as prioridades na aquisição. Eu acho que inclusive a verba destinada à aquisição de acervos bibliográficos ela é bastante reduzida.

Eu deixarei depois com o Dep. Rafael Greca essa proposta que foi elaborada quando eu estava coordenando esse projeto de editoração no Estado e foi um projeto feito pelo Centro de Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas juntamente com outros técnicos do Programa Nacional (De periódicos), teve a participação de professores de história, de direito e eu creio que talvez seja uma das propostas que possa encaminhar então, uma resposta para aquele dispositivo constitucional ligado à preservação e acesso de documento. Obrigado.

O SR. NEREU MASSIGAN - Eu queria saber qual é a limitação em termos legais para acesso aos...

COMISSÂO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

mlm

16/03/89 15,55 hrs. -1

~~XXXXXXXXXXXXXXXX~~-

O SR. NEREU MASSIGNAN:-... ~~só para não fugirmos à regra imposta pelo Presidente abrimos os debates perguntando o seguinte:-~~ qual é a limitação em termos legais para o acesso aos documentos?

A SRA. CASSIANA:- Eu creio que é recente o dispositivo que peemitiu acesso a determinados documentos, mas brasileiros/ ainda não têm acesso a determinados documentos do Ministério de Relações Exteriores.

O SR. RAFAEL GRECA:- A Constituição deixou, o Hélio Silva foi a Brasília e não foi permitido.

A SRA. CASSIANA:- Eu inclusive tive uma experiência com material relativo ao Paraná, que estava na pinacoteca do Itamarati e só consegui com ordem direta do Presidente da República ./ Era um material relativo à paisagem paranaense, um álbum do Elliot, um dos primeiros escritores e pintores da nossa paisagem, e este álbum que ele deu ao Frei Catel Nuovo, em São Jerônimo da Serra, ele / foi para Europa e o álbum ficou no Itamarati, mas está entre o material que nós não temos acesso direto, este aspecto está ampliado, mas ainda com restrições.

Eu creio que a maior limitação para o acesso à documentação, à bibliografia é a precariedade do atendimento do pessoal, a limitação de pessoal, pobreza de acervo, descuido com o material. Nos vivemos hoje a geração xerox, as pessoas não têm mais a relação do livro como um bem. Às vezes meus aluno preferem xerocar um livro e até gastam mais do que comprar um livro, e têm aquela atitude de desleixo com o material, não há a idéia de formar bi-/ blioteca etc.; por isso que eu digo que a biblioteca tem muita relação com a Educação.

O SR. RAFAEL GRECA:- Mais do que com a cultura.

A SRA. CASSIANA:- A biblioteca tem relação com a Educação e com a / Cultura, mas a Educação tem que entrar com a parce

la dela, porque se nós formos à Biblioteca Pública nós vamos verificar que 90% dos visitantes são estudantes que se deslocam, muitas vezes dos bairros para consultar uma enciclopédia, limitando a isso a sua pesquisa, é o grande material de apoio às pesquisas estudantis. E outros leitores que vão lá para lêr o jornal do dia, até foi feita uma sala especial para eles. Na seção de documentação paranaense encontramos pesquisadores com uma formação mais acadêmica, mas, caso contrário os frequentadores são geralmente estudantes e /s leitores de jornal.

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca):- Em nome do Poder Constituinte do Estado do Paraná eu não só acolho a sua Proposta como vamos assumi-la transformando em proposição § Constitucional a criação deste Centro Paranaense de Pesquisa e documentação, eu só indago o seguinte:- aqui na sugestão vem o seguinte,-"na Biblioteca Pública do Paraná"; eu indago se não seria conveniente também envolver o Arquivo Público do Estado?

A SRA. CASSIANA:- A idéia é Sistema Estadual de Arquivo, á idéia é criar este Sistema que vai alimentar este Centro,/ porque o material dos Arquivos Públicos têm que ficar no Arquivo,quer dizer, eles têm que entrar como referência nesse Centro. Inclusive/ eu não entrei no recurso do detalhe do recurso da Informática, nós / vamos ter que fatalmente pensar que hoje a Imprensa Oficial centraliza o material impresso do Estado, mas fatalmente nós vamos cair logo na chamada 2ª Revolução da Imprensa, depois de Gutenberg, que/ é a Off-Desk Publitions, que é o sistema de computador e da impressora laser, que substitui todo esse sistema enorme de Off-Set. Isso facilitaria,inclusive hoje eu fiquei sabendo que o PCdo B já adquiriu o Off-Desk Publitions, e a Editora Ática já toda a sua publicação de 88 já foi feita por este sistema, quer dizer, ninguém mais / ntrega um livro datilografado, a gente entrega um Diskate, e isso/ facilitaria muito. A gente não pode ignorar que estes ava ços que a/ gente imagina remotos, eles estão diante de nós...

A SENHORA CASSIANA - ... eles estão diante de nós, são inevitáveis, temos que encarar a tecnologia com otimismo. Quer dizer, não creio que a cultura deva ser uma resposta à tecnologia. Esse Primeiro Plano Nacional de Cultura, incorporava ao progresso cultural u progresso tecnológico; era uma visão bem dentro do milagre brasileiro.

O SR. RAFAEL GRECA - Professona Cassiana, agradeço muitíssimo em nome do Poder Constituinte do Estado a sua preciosa contribuição. E esclareço que se quiser nos dar a honra de continuar a assitir a seqüência dos painéis, é bem-vinda. No mais, já está dispensada.

Muito obrigado!

(aplausos)

Dando seqüência a esse Painel sobre Cultura e Comunicação Social, convido à Professoara Lúcia Camargo, Secretária Municipal de Cultura, da cidade de Curitiba, e Professora da Universidade Federal do Paraná para que venha dar sua visão da animação cultural do Paraná no processo Constituinte.

~~A SRª LÚCIA CAMARGO - Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade~~

Então, Professora, em nome da Assembléia Constituinte do Estado, acolhemos a sua presença com alegria pedindo que a Senhora discorra sobre o tema: animação cultural do Paraná e a Constituinte, enfim, que nos dê a sua visão a idéia do que deva o texto Constitucional ter com relação ao problema cultural, ao problema da preservação do patrimônio, da identidade, o problema do processo cultural como um todo.

A SENHORA LÚCIA CAMARGO - Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade. Rapidamente colocarei o seguinte, acredito ser uma pessoa extremamente privilegiada uma vez que já estive praticamente em todos os órgãos culturais desta cidade, ou deste Estado: já estive no Teatro Guaíra, na Fundação Cultural, estou na Universidade e, agora, volto à Prefeitura. Então, de certa forma, isto me dá uma vivência e pode-se... acredito ter me dado alguma contribuição.

O Deputado Rafael coloca aqui sobre Animação Cultural, em primeiro lugar.

A animação Cultural tem duas vertentes, temos que dividi-la.

Uma, com relação ao acesso aos chamados bens culturais - a população; outra, é a vertente do produtor - e nós temos a honra de ter um aqui conosco - e aqu

temos o compositor Careca.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Ele vai falar também.

A SRª LÚCIA CAMARGO - Do ponto de vista de produção, que é uma coisa que a gente tem lutado muito, temos ~~lutado muito~~ duas colocações: uma é com relação à infraestrutura necessária para que se processe a atividade cultural. E, lamentavelmente, não temos nenhum mecanismo que de certa forma venha proteger essa infraestrutura. Não raras vezes, e não sou só eu, todos que vão assumir a um cargo reclamam com relação a isto. Não temos infraestrutura. Ou ela é mal cuidada ou imprópria muitas vezes a atividade cultural. Ou ainda, está caido pelas tabelas, como a gente diz, porque não tem nenhum trato, ninguém se preocupa em levantar as paredes.

Veja tudo como está. É importante.....

SRA. LÚCIA CAMARGO | - ... importante que se tenha uma Legislação, alguem tem que se resbonsabilizar por isso.

Equipamentos necessários e próprios para que a atividade cultural se realize.

Também ~~xxxá~~ dentro desses equipamentos nós vemos que muitas vezes, nós nos preocupamos em ter os fantásticos, não nos preocupamos nem com a manutenção, muitas vezes até com a parte técnica, como é que nós vamos tocar, como é que alguém vai técnicamente desenvolver ...

Então, ~~xx~~ muitas vezes nós temos uma belíssima máquina que ou não sabe se lidar ou não tem a menor intenção, fica encontrada, não se sabe para que existe.

A outra parte que nós queriamos colocar, com relação a produção, é a política que o Estado vai adotar como co-produtor da Culturam, Porém o produtor o produtor cultural ele tem que ter o mínimo de apoio neste Estado.

Vamos ver um exemplo, não adianta nada pagar um salário para um bailarino do Estado, se ele não tiver onde dançar, ele - não recebe para dar aula, ele recebe para dançar, paga o bailarino e não paga a produção do espetáculo.

Se se tem uma orquestra, se se tem um coral, não adianta pagar (inaudível) meramente para ele tocar, para ele cantar, temos que prever a produção do espetáculo. Isso do ponto de vista, em que o Estado é o patrão, em que o Estado é que financia aquela atividade, então não adianta ter, é bonito, é lindíssimo, só que não dança, só que não toca, só que não canta.

Um regime de co-produção: Algumas vezes nós vemos que não pode ser único esclusivamente o produtor, só ele tem riscos, sempre tem aquele que tem a idéia fantástica, maravilhosa, idéia única, é lindo e o Estado tem que apostar. Então não raras vezes, chega a pessoa com o seu projeto e diz assim : Se você não fizer voce vai perder o pacto da história.

Bom este tema, como é que o Estado vai entrar nessa parada de co-produção, isso é importante.

SRA LÚCIA CAMARGO : - É difícil, há uma grande indigência, no sentido econômico, como fazer o Projeto, isso sem falar no ponto menos privilegiado de nossa Cultura que é o Circo, nós temos 13 circos aqui, em que o pessoal vai para assistir o espetáculo, pensando de agora no prato de comida da hora da janta, a situação é caótica.

É importante que se instrumentalize, eu não sei exatamente como, porque a nossa parte de animação cultural, éla é bastante subjetiva.

É importante que ele tenha isso no seu transcurso, porque se não outra coisa que acontece, durante muitos anos aconteceu...

A SRª LÚCIA CAMARGO: ... aconteceu do nosso produtor ser prejudicado pelo produtor vindo do eixo, ou dos eixos, principalmente Rio e São Paulo. Claro que é muito mais ... Agora a Lei Sarney tem provado isso, as próprias empresas do Paraná também nos provam isso Claro que é ~~xxxxxxx~~ muito mais simpático dar a um grande artista do Rio, de São Paulo, o projeto, do que dar para um artista paranaense, que tem um projeto tão bom quanto este outro artista.

Então, é fundamental que se tenha este encontro com estas pessoas que produzem. Porque se eles não produzirem, também não tem mais razão de existir, nem na secretaria do Estado nem na secretaria do município. Nós temos, lá, alguns projetos, e estamos atentos, discutindo com estes produtores.Mas, são eles que têm que comentar, é taravés deles que estas estruturas existem. Então, que as infra-estruturas estejam a disposição, estejam corretas, que você tenha um teatro que você tenha espaço, som, etc. Estou colocando isso em termos de teatro, mas que também a biblioteca tenha armários, fichário, tenha toda esta infra-estrutura necessária. E que a parte da produção seja vista, seja bem vista, seja instrumentalizada, realmente. Porque é muito difícil, tanto para os senhores que nos pedem ou para nós, que procuramos atendê-los, é difícil até como é que a gente vai conseguir dinheiro, e filosoficamente, como é que nós vamos fazer, muitas vezes.

Com relação à formação de platéia e acesso aos bens culturais. Eu, hoje, antes de vir para cá, decidi conversar com um pessoal nosso, que faz o setor da cultura local, que trabalha com o setor da periferia. E eu tive uma informação muito interessante. ~~XXXXXX~~ O Teatro Guaíra tem um convênio com a Fundação Cultural, que repassa para a Fundação Cultural, 200 ingressos para serem distribuídos estritamente para a periferia da Cidade, gratuitamente. Então, me contou esta pessoa que eles distribuíram o ingresso de uma ópera, no Jardim Itatiaia, próximo a Santa Amélia. E o retorno foi o seguinte: "como o rico gosta de coisa complicada, não é ?" "Mas, o que é que você foi ver ?" "Era um povo que chegava, cantava, cantava e cantava e ia-se

embora. Aí vinham mais umas três ou quatro e cantavam, cantavam".

Quer dizer, porque é que você vai forçar uma pessoa que gostaria de estar vendo ali o Chitãozinho e Chororó, um circo, mesmo, agora vai ter que ouvir ópera. Agora, cá entre nós, não é sempre que estamos com paciência para ouvir uma ópera. E muitas vezes tem-se que entender, uma ópera italiana complica a situação. Então, este acesso também tem que ser um acesso ... porque não dá para você chegar e dizer: "Coloque o seu terno, tua gravata e vamos todos à ópera, vamos lá assistir ao concerto", porque não é isso, muitas vezes, que a pessoa tem interesse de ver.

Também, se a gente fizer uma enquete, como uma vez nós nos atrevemos a fazer e o Rafael deve estar lembrado disso, o que é que poderia ser interessante para colocar no circo. E era todo mundo que queria ver Roberto Carlos. Ninguém pediu para ver Maria Callas, coisa nenhuma. Então, este é o repertório. É você repassar, chegar ao repertório destas pessoas e ver o que é que estas pessoas gostariam de ver, dentro das possibilidades que você tem. Por exemplo, você tem um sistema de cinemas que é passado nos bairros. Os filmes que nós programamos eu fiquei estarrecida, porque os meus alunos da universidade eu não consegui fazer ver . A programação daquele mês era: Vidas Secas, Macunaíma e o Porto das Faixas. São filmes brasileiros muito importantes, a gente sabe disso. Só que assistir Vidas Secas é complicado. A gente tem que estar com disposição. Então, pergunta-se o que se quer assistir, realmente. Rambo. Rambo tem lá no cinema. Vamos tentar modificar esta proposta. Então, resolvemos fazer o que ? Vamos começar com a história do cinema, dentro daquelas estruturas cinematográficas bastante fáceis e razoáveis, para começar a formar, novamente ...

LUCIA CAMARGO -... a formar uma nova plateia.

Outra coisa que a gente não pode é imprescindível é que é muito interessante, você começar toda uma política cultural aberta deixando de lado completamente a televisão. A gente tem que entender que a televisão está aí mesmo, é o veículo do século 20, 21, 22, sei lá o que vai acontrcer daqui para frente, mas ela tem uma informação. ela é de fácil decodificação. Nós inclusive, estamos fazendo um projeto que é um projeto de literatura em cima do vídeo, trabalhando com estrutura poética, de cinco poetas que foram levantados com cinco poesias de fácil compreensão visual e, em cima disso estamos começando todo o trabalho de conquista para a literatura.

É muito interessante, de certa forma, porque esse trabalho de animação que a gente faz, não sei como vocês vão colocar no texto. Realmente não sei, não queria estar aí para redigir isso, mas de qualquer forma o que a gente teria que prestigiar é exatamente essas estruturas que nós temos.

A gente brinca muito, mas eu gostaria que nós que falamos em todos os ítens, colocar o esquema de estrutura na aula dos produtores, era que a gente fosse mineiro pelo menos uma vez por ano, fosse assitir com garra, com dedicação os espetáculos que o povo paranaense faz. Porque é muito difícil Ainda no norte é mais tranquilo, mas Curitiba, a gente fica sempre chorando, pedindo para que o pessoal vá.

Mas, a gente está aí para fazer, não sei, pelo menos não sei muito colocar no papel.

Era isso Rafael.

PRESIDENTE (RAFAEL GRECA) - Eu agradeço muito Lúcia a tua presença e te asseguro que o Poder Constituinte do Estado deve colocar alguma coisa na Constituição do Estado no sentido de instrumentalizar a produção cultural.

Nós vamos tentar fazer alguma coisa. Não podemos perder a esperança de unir esse Paraná que é tão diverso,

so, temos pelo menos 3 regiões, a do Paraná Antigo, a do Paraná Norte e o Paraná do Sudoeste, num Estado só. Estamos aqui, inclusive, representados pelas 3 regiões.

Eu agradeço muitíssimo a tua presença, dispenso você da continuidade do depoimento.Se você tiver outras obrigações para xxxxxxxxxxxxxxxxxx promover a animação cultural da cidade também está dispensada por esta Assembléia.

Muito obrigado.

Conselheiro Jão Feder falará agora. Ele é professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná. O Poder Constituinte do Paraná se honra muitíssimo com a sua presença. E nós agradecemos sobremaneira a sua contribuição discorrendo sobre o tema dentro deste painel de comunicação sobre a ética na comunicação dentro do processo cultural do Estado.

JOÃO FEDER - Quanto mais livre a sociedade maiores são as responsabilidades....

comissão de ordem política e social

mlm

16/03/89 16,20 hrs. -1

O SR. JOÃO FÉDER:-..." Quanto mais livre a sociedade, maiores as responsabilidades que ela impõe ao cidadão.."

Witney Griswold, Reitor da Universidade de Yale.

Deputado Rafael Greca, Deputado Massignan, Deputado Costenaro, demais Deputados, meus amigos:-

A ética de Sócrates...

(PASSA A LÊR, Fotocòpia em anexo).

A ÉTICA DE SÓCRATES, PLATÃO E ARISTÓTELES, CONSIDERADA A CIÊNCIA DO COSTUME, FOI ABSOLUTA NA IDADE ANTIGA; POSTERIORMENTE, CONTUDO, TIVEMOS UMA ÉTICA MODERNA, DO SÉCULO XVI ATÉ PRINCÍPIOS DO SÉCULO XIX, ESPECIALMENTE COM KANT E HEGEL E QUE TINHA COMO CENTRO O HOMEM; JÁ A ÉTICA CONTEMPORÂNEA, SOB INFLUÊNCIA PREDOMINANTEMENTE DE KIERKEGAARD E MARX PASSOU A TER CENTRO NO PROBLEMA SOCIAL. MARX HOJE CERTAMENTE PERGUNTARIA: É ÉTICO SER RICO SE A MAIORIA É POBRE?

A ÉTICA PARTE DO PRESSUPOSTO DA POSSIBILIDADE DE SE ALCANÇAR UMA SOCIEDADE PURA E UMA VIDA PERFEITA E, NESSE QUADRO, PROCURA ESTUDAR O COMPORTAMENTO HUMANO, NUM EXAME DA MAIOR COMPLEXIDADE, POIS NÃO HÁ NADA MAIS DIFÍCIL DO QUE SE ANALISAR O QUE É CERTO OU ERRADO, O QUE É BOM OU MAU, O QUE É LOUVÁVEL OU CONDENÁVEL, O QUE É IMORAL OU MORAL, QUANDO ESSA ANÁLISE PROCURA ENCONTRAR O JUÍZO DA CONSCIÊNCIA DE CADA INDIVÍDUO OU MESMO DE UMA COLETIVIDADE.

NO MUNDO DE HOJE ESSAS DIFICULDADES SÃO AINDA MAIORES E DE NATUREZA DIVERSA.

MILAN KUNDERA, AUTOR DO " BEST SELLER " " A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO SER", EM ENTREVISTA CONCEDIDA AO NEW YORK TIMES, DISSE QUE UM DOS MAIORES SONHOS DO CIDADÃO DA TCHECOSLOVAQUIA É VIAJAR, TALVEZ POR SER UM DESEJO QUE O ESTADO DIFICILMENTE PERMITE AO CIDADÃO REALIZAR.

=========

E CONTA QUE UM DESSES CIDADÃOS, DEPOIS DE MUITO TENTAR, OBTEVE PERMISSÃO PARA VIAJAR. PROCUROU O DEPARTAMENTO OFICIAL DE TURISMO E FOI LOGO DIZENDO:

- EU QUERO ~~VIAJAR~~ UMA PASSAGEM.
- PARA ONDE?
- QUALQUER LUGAR.

COMO NÃO SE PODE TIRAR PASSAGEM PARA QUALQUER LUGAR, O FUNCIONÁRIO APANHOU UM GLOBO E COLOCOU SOBRE O BALCÃO.

O CIDADÃO OLHOU O GLOBO TERRESTRE, GIROU E FINALMENTE PERGUNTOU: - O SENHOR NÃO TEM OUTRO GLOBO?

A IMAGEM DESSE QUADRO, CURIOSA, IRÔNICA, MAS PARTICULARMENTE TERRÍVEL, FEZ-ME LEMBRAR DA AFIRMAÇÃO DO ESCRITOR WILSON COUTINHO QUE TERMINOU UM ENSAIO CRÍTICO SOBRE O PÓS-MODERNISMO COM A SEGUINTE FRASE: "NINGUÉM MAIS AMA ESTE PLANETA".

AGORA É DE SE PERGUNTAR: PODE-SE FALAR EM ÉTICA NUM MUNDO ASSIM ?

SE ESTE MUNDO SE TORNOU TÃO PERVERSO QUE JÁ NÃO MAIS NOS ATRAI, SE NÃO TEMOS MAIS AMOR POR ESSA TERRA, É INÚTIL QUERER FALAR EM ÉTICA. AINDA ASSIM, BERTRAND RUSSEL AFIRMA QUE EM TODA COMUNIDADE HÁ ÉTICA; PARA ELE ATÉ ENTRE OS OCUPANTES DE UM NAVIO PIRATA A ÉTICA SOBREVIVE.

E NÃO É SÓ. A ÉTICA TEM SOBREVIVIDO ATRAVÉS DAS GRANDES TRANSFORMAÇÕES PELAS QUAIS O MUNDO TEM ATRAVESSADO. DE TAL MODO, QUE OS NOSSOS MAIORES CÓDIGOS DE ÉTICA, A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM DE 1789 E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, DE 1948, AÍ ESTÃO, E, EMBORA SEGUIDAMENTE AGRE-

DIDOS E ATÉ MUTILADOS, CONTINUAM SENDO INVOCADOS PARA ASSEGURAR A GARANTIA DE ELEMENTARES DIREITOS DO SER HUMANO, ENTRE ELES O DA LIBERDADE DE PENSAMENTO E EXPRESSÃO, QUE AQUELES ANTIGOS GREGOS JÁ CONHECIAM SOB O NOME DE ELEUTHEROSTOMIA.

O QUE NOS LEVA A NOVAS DIFICULDADES. NÃO BASTA DIZER QUE A NOSSA LIBERDADE TERMINA ONDE COMEÇA A DOS DEMAIS. ESSE PRINCÍPIO PODE SER CORRETO MAS NÃO RESOLVE A QUESTÃO ÉTICA.

TANTO NÃO RESOLVE QUE A CADA DIA A ÉTICA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL VAI SE TORNANDO MENOS RÍGIDA, MUITO EMBORA SEM CONTAR COM A APROVAÇÃO DO SENTIMENTO ÉTICO DE TODA A COLETIVIDADE OU DA MAIOR PARTE DELA.

DAÍ PORQUE A NECESSIDADE DE UMA ADVERTÊNCIA: PRECISAMOS, NÓS, E ESPECIALMENTE A PRÓXIMA GERAÇÃO, NOS PREPARAR PARA CONVIVER COM PRINCÍPIOS ÉTICOS EXTREMAMENTE ~~DIMINUTOS~~ REDUZIDOS.

ISSO, ALIÁS, JÁ VEM ACONTECENDO, EMBORA NEM TODOS O PERCEBAM. OU SEJA, JÁ ESTAMOS VIVENDO A EXPERIÊNCIA DE SOFRER O IMPACTO, ESPECIALMENTE ATRAVÉS DA TELEVISÃO, DE RECEBER O CHOQUE DE IMAGENS QUE JAMAIS ESPERÁVAMOS PRESENCIAR.

VAMOS VER SE NÃO É VERDADE.

NO DIA 17 DE FEVEREIRO DESTE ANO, EM NOME DA TELEVISÃO VERDADE E COM A INTENÇÃO DE LANÇAR UMA CRUEL MAS EFICAZ MENSAGEM CONTRA A DROGA, UM JOVEM ITALIANO DE 24 ANOS, VICIADO E PORTADOR DE AIDS, EXIBIU-SE NUM PROGRAMA DE GRANDE

========

16.251

AUDIÊNCIA, LOGO APÓS O FILME DAS 20:30 PELO CANAL 5,FURANDO UMA DE SUAS VEIAS DILATADAS E INTUMESCIDAS, PARA INJETAR-SE DE UMA NOVA DOSE DE HEROÍNA. INTERPELADA A PRODUÇÃO DO PROGRAMA, DECLAROU ENTENDER QUE A " PICADA " AO VIVO FUNCIONARIA COMO UM " PONTAPÉ " NO ESTÔMAGO PARA FAZER COM QUE TODOS COMPREENDESSEM OS PERIGOS DA DROGA.

EM JANEIRO DE 1986, EM ARLINGTON, TEXAS, THOMAS EDWARD STEPHENS, DE 40 ANOS, INCONFORMADO COM O PEDIDO DE DIVÓRCIO DE SUA ESPOSA, DIRIGIU-SE AO SUPERMERCADO EM QUE ELA TRABALHAVA, MATOU UM SEU COMPANHEIRO E A MANTEVE COMO REFÉM POR SEIS HORAS. COM ISSO A TV PASSOU A TRANSMITIR O FATO DO LOCAL, ATÉ QUE O CIDADÃO, DIANTE DAS CÂMARAS MATOU-SE COM UM TIRO NA CABEÇA ENQUANTO UMA PEQUENA MULTIDÃO APLAUDIA.

ALIÁS, A TELEVISÃO AMERICANA ESTÁ ATUALMENTE FERMENTANDO DUAS IDÉIAS REVOLUCIONÁRIAS. A PRIMEIRA, É UMA SÉRIE DENOMINADA " GROUP ONE MEDICAL ", DESTINADA A TRANSMITIR AO VIVO CENAS DE HOSPITAL, COM MÉDICOS DE VERDADE, TRATANDO DE DOENTES DE VERDADE, PARA SATISFAÇÃO DA CURIOSIDADE PÚBLICA. EMBORA ACUSADOS DE SENSACIONALISTAS, SEUS PRODUTORES INVOCAM O SENTIDO ÉTICO DE DISSEMINAR A INFORMAÇÃO E AJUDAR OS ESPECTADORES A COMPREENDER E MELHOR ENFRENTAR OS PROBLEMAS DE SAÚDE.

A OUTRA VAI MAIS LONGE: NA ESCALADA INTERMINÁVEL PARA SATISFAZER OS DESEJOS DOS TELESPECTADORES AMERICANOS POR

=========

PROGRAMAS DE FORTE CONTEÚDO EMOCIONAL, UM PRODUTOR DE LOS ANGELES, LAWRENCE SCWAB, SE DISPÕE A PRODUZIR UM PROGRAMA AO VIVO CHAMADO "SUICÍDIO". DIZ ELE, QUE "NÃO EXISTEM LEIS QUE PROIBAM MOSTRAR UMA PESSOA SE MATANDO NA TELEVISÃO". A IDÉIA É COLOCAR UM PROGRAMA À DISPOSIÇÃO DE QUEM PRETENDA SE SUICIDAR. SEGUNDO ELE "FAREMOS TUDO PARA MOSTRAR A NOSSA BOA INTENÇÃO. SE UMA PESSOA NOS TELEFONAR DESESPERADA, AVISAREMOS A POLÍCIA E ENVIAREMOS NOSSA EQUIPE DE FILMAGEM. E NOSSOS PSIQUIATRAS TENTARÃO FAZER COM QUE A PESSOA DESISTA DO SUICÍDIO. ALÉM DO QUE, NÓS OFERECEREMOS UMA NOVA OPÇÃO: PRIMEIRO, A PESSOA TERÁ QUE DECIDIR SE PRETENDE OU NÃO SE SUICIDAR; EM SEGUIDA, TERÁ QUE DECIDIR SE QUER MORRER SOZINHA OU SE QUER PARTILHAR SEUS ÚLTIMOS MOMENTOS COM UMA AUDIÊNCIA POTENCIAL DE MILHARES DE PESSOAS? E EU NÃO TENHO DÚVIDA, DIZ O PRODUTOR, DE QUE A MAIORIA OPTARÁ POR TER NOSSAS CÂMARAS NO LOCAL".

INTERPELADO SOBRE A ÉTICA, O PRODUTOR SCWAB FOI MUITO OBJETIVO: "A PRÓPRIA TELEVISÃO É UMA ARENA DE COMBATES E PERIGOS. ELA NÃO MOSTRA OS ACIDENTES DO BOXE E DA FÓRMULA UM? E CENAS FATAIS EM FILMES E NO JORNALISMO. AS PESSOAS ESTÃO QUERENDO SECRETAMENTE VER A MORTE, ADMITAM OU NÃO ESSE FATO".

A PROPÓSITO, EM FEVEREIRO DE 1987, A TELEVISÃO LÍBIA MOSTROU DURANTE 20 MINUTOS, NUMA TRANSMISSÃO ESPECIAL, A EXECUÇÃO, POR ENFORCAMENTO OU FUZILAMENTO, DE SEIS CIVIS E TRÊS MILITARES, ACUSADOS POR CRIMES DE TRAIÇÃO E CONSPIRAÇÃO, PARA TENTAR MATAR ESPECIALISTAS SOVIÉTICOS QUE ATUAM NO PAÍS. ENQUAN-

==========

46

16.25.3

Fls. 06

TO OS CONDENADOS MORRIAM, CENTENAS DE PESSOAS CANTAVAM "SLOGANS" REVOLUCIONÁRIOS.

A MAIOR PARTE DOS TELESPECTADORES BRASILEIROS ASSISTIU NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 1.986, A TRAGÉDIA DO INCÊNDIO DO EDIFÍCIO ANDORINHA, NO RIO DE JANEIRO. O QUE POUCOS SABEM É QUE A FAMÍLIA DO SECURITÁRIO ANTONIO ALVES DE SÁ ASSISTIU A SUA LENTA E DESESPERADA MORTE PELA TELEVISÃO.

EM 1.984, JAMES AUTRY, DE 29 ANOS, CONDENADO À MORTE, PEDIU À JUSTIÇA DE HOUSTON, TEXAS, PARA QUE A SUA EXECUÇÃO FOSSE TRANSMITIDA PELA TELEVISÃO "PARA QUE AS PESSOAS SAIBAM COMO É". A JUSTIÇA MUITO ETICAMENTE PROIBIU A FILMAGEM. MAS, JÁ SE PASSAM CINCO ANOS. SERÁ QUE ESSA ÉTICA CONTINUARIA RESISTINDO?

ALÉM DO QUE, HÁ CIRCUNSTÂNCIAS, ATÉ HÁ POUCO INIMAGINÁVEIS, QUE NEM PERMITEM LEMBRAR A ÉTICA. FOI O QUE OCORREU, EM JULHO DE 1985, QUANDO O INVESTIGADOR DE POLÍCIA DE MARABÁ, ROBSON ANDRADE, ERA ENTREVISTADO NO "JORNAL DO POVO", DA TV DE TOCANTINS, DA REDE BANDEIRANTES, E REPENTINAMENTE FOI, ALI MESMO, DEFRONTE ÀS CÂMARAS, ASSASSINADO COM SEIS TIROS PELO IRMÃO DE UM VEREADOR A QUEM FAZIA ACUSAÇÕES.

ISSO TUDO E MAIS O QUE ESTAMOS VENDO, É ÉTICO OU NÃO?

A VERDADE É QUE, CIENTIFICAMENTE, AINDA NÃO CONHECEMOS A RESPOSTA. E NÃO APENAS NÓS, O PROFESSOR JOSEPH CLAPPER, UM ESPECIALISTA NA MATÉRIA, DENUNCIA O MESMO DILEMA NOS ESTADOS UNIDOS. ESCREVEU ELE:

==========

"Cabe, certamente, esperar certo grau de pessimismo, ou mesmo de cinismo, por parte do público leigo, cujas perguntas não temos sabido responder. Mestres, pregadores, pais e legisladores nos têm perguntado milhares de vezes, nestes últimos anos, se a violência nos meios de comunicação de massa gera delinqüência, se eles elevam ou diminuem o gosto do público e o que podem fazer para a persuasão política de suas audiências. Não só não podemos dar respostas definitivas a essas perguntas, como temos feito algo pior; temos fornecido provas que apoiam parcialmente cada matiz de cada ponto de vista".

EM TRABALHO DIVULGADO NO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, O PROFESSOR SAMUEL PFROMM NETTO, DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP, NOS DÁ UMA RESPOSTA. ELE CONSIDERA IRREFUTÁVEL A PROVA DA EXTREMA ~~NECESSIDADE~~ NOCIVIDADE DA VIOLÊNCIA NA TV E DAS VÁRIAS FORMAS PELAS QUAIS O VEÍCULO ATUA NO SENTIDO DE TORNAR AS CRIANÇAS DE HOJE E OS ADULTOS DE AMANHÃ MAIS VIOLENTOS, PRONTOS PARA REAGIR COM AGRESSÃO À MENOR FRUSTRAÇÃO OU DIFICULDADE E INFORMA QUE, NUMA REVISÃO ATUALIZADA DA LITERATURA DISPONÍVEL, PREPARADA PARA O RESPEITADO ANNUAL REVIEW PSYCHOLOGY APARECE A AFIRMAÇÃO DE QUE "O CONSENSO APONTA PARA UMA RELAÇÃO CAUSAL POSITIVA ENTRE A VISÃO DA VIOLÊNCIA NA TV E O COMPORTAMENTO AGRESSIVO SUBSEQÜENTE". E ANUNCIA DESCONSOLADO: " O QUADRO ASSUME CARÁTER MAIS SOMBRIO QUANDO SE CONSTATA, À LUZ DA LITERATURA CIENTÍFICA DISPONÍVEL, QUE NÃO EXISTEM ANTÍDOTOS PARA OS EFEITOS FUNESTOS DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA NA TELEVISÃO".

========

SERÁ QUE ESTAMOS TODOS DOMINADOS POR UM MONSTRO ELETRÔNICO QUE NOS SUBJUGA E NOS TEM DE MÃOS ATADAS? SERÁ QUE O SER HUMANO CRIOU UM INSTRUMENTO E NÃO DISPÕE AGORA DE INTELIGÊNCIA SUFICIENTE PARA DOMINÁ-LO, TRANSFORMANDO-O NUM FATOR DE BEM-ESTAR SOCIAL?

ANTES DE ENCONTRAR AS RESPOSTAS SOMOS FORÇADOS A EXAMINAR NOVOS ELEMENTOS.

SAM ZAGORIA, OMBUDSMAN DO WASHINGTON POST, EM SUA ÚLTIMA VISITA AO BRASIL, DENUNCIOU QUE "HÁ UMA BONIFICAÇÃO JORNALÍSTICA PARA AQUELES QUE INFRINGEM A LEI".

E ELE, POR CERTO, NÃO ESTAVA SE REFERINDO APENAS À VIOLÊNCIA QUE JORRA DIARIAMENTE DAS TELAS DA TELEVISÃO. ESTA, ALIÁS, JÁ FOI APURADA EM ALGUMAS PESQUISAS.

SEGUNDO O LEVANTAMENTO DO CHRISTIAN SCIENDE MONITOR, A TELEVISÃO AMERICANA APRESENTOU, EM OUTUBRO DE 1968, E UMA ÚNICA SEMANA DE PROGRAMAS VESPERTINOS, 254 INCIDENTES DE VIOLÊNCIA, E 71 ASSASSINATOS E SUICÍDIOS.

AO TOMAR CONHECIMENTO DESSA DIFUSÃO DESENFREADA DE VIOLÊNCIA O COMISSÁRIO NICHOLAS JOHNSON, DA COMISSÃO FEDERAL DE COMUNICAÇÃO INDAGOU, EM DEPOIMENTO OFICIAL: "QUE DIREITO TÊM AS REDES DE TELEVISÃO DE DERRUBAR, TODAS AS NOITES, OS 52 BILHÕES DE DÓLARES QUE O POVO AMERICANO GASTA POR ANO PARA CONSTRUIR, DURANTE O DIA, O SISTEMA EDUCACIONAL?"

ISTO OCORREU EM 1968, QUANDO O CIDADÃO NORTE-AMERICANO DEDICAVA MENOR TEMPO À TV. COM EFEITO, O INSTITUTO NIELSEN, DE NOVA YORK, EM RELATÓRIO PUBLICADO EM MARÇO DE 1986, CONSTATOU QUE OS AMERICANOS ESTÃO ASSISTINDO UMA MÉDIA DE SETE HORAS

=========

16:30 -2-

Fls. 9

E DEZ MINUTOS DE TV, DOIS MINUTOS POR DIA A MAIS DO QUE EM 1984 E UMA HORA E MEIA A MAIS DO EM 1975.

APENAS PARA SE TER UM ELEMENTO COMPARATIVO, CABE RECORDAR QUE, EM OUTUBRO DE 1986, DURANTE UMA CRISE DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RAZÃO DE LONGA ESTIAGEM, UMA PESQUISA EM S. PAULO, REVELOU QUE A MAIORIA DAS DONAS-DE-CASA TEVE A MAIOR DIFICULDADE EM REDUZIR O CONSUMO COM A TV. O MÍNIMO OBTIDO FOI UMA REDUÇÃO PARA 10 HORAS POR DIA.

E AINDA AGORA, EM AGOSTO DO ANO PASSADO, A FEDERAÇÃO NACIONAL DE DECÊNCIA INFORMOU QUE, EM SUA MAIS NOVA COMPILAÇÃO DE DADOS, ESTÁ DEMONSTRADO QUE, NUM PERÍODO DE 04 MESES, AS REDES DE TV DOS EUA DIFUNDIRAM 4.541 INCIDENTES DE VIOLÊNCIA E 4.096 CENAS SEXUAIS.

EM OUTUBRO DE 1977, O JORNAL DO BRASIL PUBLICOU UMA AMPLA REPORTAGEM SOBRE A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO NA JUVENTUDE E DEU A PÚBLICO UM SIGNIFICATIVO DEPOIMENTO DO MINISTRO QUANDT DE OLIVEIRA, DAS COMUNICAÇÕES. DISSE ELE: " O BRASIL ESTÁ PAGANDO, A CADA ANO, MILHÕES DE DÓLARES PARA LIQUIDAR A SUA JUVENTUDE. A CADA 100 HORAS DE PROGRAMAÇÃO VENDIDA AO NOSSO PAÍS, O ESPECTADOR ASSISTE, EM MÉDIA, A 12 ASSASSÍNIOS, 21 FUZILAMENTOS, 20 ACIDENTES COM ARMAS DE FOGO, 20 LUTAS, 09 FACADAS, 07 TENTATIVAS DE SUICÍDIO, 04 QUEDAS, 09 INCÊNDIOS, 02 ATROPELAMENTOS, 06 BATIDAS PROPOSITADAS, 02 LINCHAMENTOS, 01 EXPLOSÃO, 09 CHANTAGENS e 32 AMEAÇADAS VELADAS".

E NOTE-SE, TUDO ISSO ANTES DA CHEGADA DO RAMBO À TV

OS MAIS RECENTES FILMES COMPRADOS PELA REDE GLOBO,

=========

16:30 - 3 -

Fls. 10

TRÊS DA SÉRIE JAMES BOND, FORAM PAGOS AO PREÇO DE 125 MIL DÓLARES CADA.

QUANDO VISITOU O BRASIL, EM AGOSTO DE 1981, O PROFESSOR GEORGE GARDNER, DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA PENSILVÂNIA, DECLAROU QUE "A MAIORIA DOS ESTUDOS E OBRAS SOBRE A INFLUÊNCIA DA TV EM NOSSAS VIDAS ESTÁ DE ACORDO QUE SE TRATA DE UM MEIO NOCIVO, PELA QUANTIDADE DE VIOLÊNCIA QUE GERA. DECLAROU TAMBÉM, QUE A TELEVISÃO MOSTRA "UMA MÉDIA DE 5,6 ATOS VIOLENTOS POR HORA, QUE SÃO PRESENCIÁVEIS POR MENORES; AOS 15 ANOS, ESTE ADOLESCENTE TERÁ VISTO UNS 12 MIL ASSASSINATOS, EM FILMES OU NOTICIÁRIOS. POR ISSO, SEUS CRÍTICOS A CONSIDERAM UMA ESCOLA DE CRIMINALIDADE E COMO UM MEIO PARA A METADE DA HUMANIDADE DESCONFIAR DA OUTRA METADE. AS EVIDÊNCIAS, SEGUNDO ELE, SÃO CLARAS, COMO PROVAM AS CONFISSÕES DE CRIMINOSOS QUE DIZEM QUE SEU DELITO FOI BASEADO EM TAL OU QUAL PROGRAMA DE TELEVISÃO".

QUANDO FALA EM ESCOLA DE CRIMINALIDADE, O PROFESSOR GARDNER ESTÁ FAZENDO ALUSÃO AO COMPORTAMENTO DA TELEVISÃO EM FATOS COMO O ASSALTO AO BANCO NA CIDADE DE GOIO-ERÊ. ALI, CONFORME TODO O PÚBLICO BRASILEIRO ASSISTIU, A TV ACABOU SE INVESTINDO EM AUTORIDADE POLICIAL, PASSOU A NEGOCIAR COM OS ASSALTANTES E ASSUMIU O COMANDO DOS ACONTECIMENTOS. ACIMA DISSO, PROPORCIONOU TAMBÉM UMA COMPLETA LIÇÃO, PARA TODOS QUANTOS AINDA NÃO ADQUIRIRAM "KNOW HOW" PARA INICIATIVAS DESSA NATUREZA. ASSIM FOI QUE O LOCUTOR FAZIA QUESTÃO DE ENSINAR, "OS ASSALTANTES ESTÃO DEIXANDO O BANCO ABRAÇADOS AOS REFÉNS QUE É PARA DIFICULTAR A AÇÃO DA POLÍ-

==========

16:30 -4-

CIA EM UMA EVENTUAL TENTATIVA DE ATIRAR CONTRA ELES"; "ELES ESTÃO SAINDO DE CALÇAS ARREGAÇADAS PARA IMPEDIR A IDENTIFICAÇÃO PELA ROUPA"; "DE PREFERÊNCIA ELES DEVEM SAIR TODOS COBERTOS POR UM LENÇOL": e, A ÚLTIMA LIÇÃO, "O ASSALTANTE NÃO DEVE NEGOCIAR PARA FICAR COM APENAS UM REFÉM, POIS NESSE CASO NÃO PODERIA ELIMINÁ-LO, PORQUANTO PERDERIA SEU ÚNICO TRUNFO E SUA MAIOR DEFESA".

PORTANTO, NÓS QUE ÉRAMOS IGNORANTES A RESPEITO, AGORA JÁ SABEMOS: HÁ UMA TÉCNICA PRÓPRIA PARA SAIR E HÁ ESTRATÉGIA VANTAJOSA QUANDO O NÚMERO DE REFÉNS É MAIOR. TALVEZ NEM NA PENITENCIÁRIA ENCONTRÁSSEMOS TÃO EFICIENTES ENSINAMENTOS. A ESTA HORA HÁ DE HAVER, POR CERTO, MUITOS INTERESSADOS AGRADECENDO ÀS AULAS GRATUITAS RECEBIDAS PELA TV.

E QUANDO FALA DE CRIMINOSOS QUE CONFESSAM HAVER SOFRIDO A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO, GARDNER DEVE TER EM MENTE O GAROTO RONNY ZAMORA, DE 15 ANOS, QUE EM 1978, ASSASSINOU UMA SENHORA DE 82 ANOS, IMITANDO UMA CENA QUE ACABARA DE VER NUM FILME DE KOJAK.

OU OS ASSALTANTES QUE VIOLENTARAM UMA JOVEM, EM LOS ANGELES, TAMBÉM EM 1978, INSPIRADOS NO FILME "INOCÊNCIA ULTRAJADA", QUE HAVIAM ASSISTIDO NA NOITE ANTERIOR, NA REDE NBC.

HÁ, CONTUDO, UM EXEMPLO MAIS INOCENTE MAS IGUALMENTE SIGNIFICATIVO. EM MAIO DE 1977, SEGUNDO NOTICIOU O "DIÁRIO DO GRANDE ABC", UM GAROTO DE 06 ANOS COLOCOU SEU GATINHO DE ESTIMAÇÃO DENTRO DO LIQUIDIFICADOR PARA VER SE, TAL COMO TOM FAZ COM JERRY, ELE TAMBÉM PERMANECERIA INTEIRO, SÃO E SALVO.

==========

16:35-1-

Fls. 12

A BEM DA VERDADE, O QUE ESTAMOS ASSISTINDO É APENAS O INÍCIO DE UMA NOVA ERA. NÃO SE DEVE PERDER DE VISTA QUE É CRESCENTE A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOBRE A VIDA SOCIAL E QUE NOS PRÓXIMOS ANOS ELA SERÁ AINDA MAIS INTENSA, ESPECIALMENTE NA TV, O VEÍCULO MAIS BENEFICIADO PELOS AVANÇOS DA TECNOLOGIA.

EM SEU LIVRO SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO, BEN BAGDIKIAN ANTEVÊ:

> "A NOVA TECNOLOGIA PROPORCIONARÁ A MAIS TERRÍVEL CAPACIDADE DE CRIAR IDÉIAS E IMAGENS QUE A CIVILIZAÇÃO JAMAIS CONHECEU. COMPUTADORES INTERLIGADOS E EXTENSAS EXPOSIÇÕES DE INFORMAÇÃO IRÃO SELECIONAR DO UNIVERSO A IMAGEM DO MUNDO QUE O INDIVÍDUO LEVARÁ EM SUA CABEÇA. ISSO JÁ ESTÁ ACONTECENDO. MAS, NO FUTURO, A QUANTIDADE DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E A AMPLIDÃO DE SUA VARIEDADE SERÃO MUITO MAIORES, DANDO AOS QUE TÊM O CONTROLE SOBRE O SISTEMA UMA SELETIVIDADE MAIOR AO CRIAR A IMAGEM DEFINITIVA QUE O PÚBLICO VERÁ".

ALÉM DO QUE, O FÍSICO E FILÓSOFO ARGENTINO MÁRIO BUNGE, EM SEU RECENTE LIVRO "CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO" NOS ADVERTE: " PARA PODER IMPLEMENTAR UMA POLÍTICA DE CIÊNCIA EFETIVA É PRECISO PRIMEIRO COMPREENDER O PAPEL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NESSE EMARANHADO DE VARIÁVEIS, BEM COMO CONHECER A REALIDADE DO PAÍS EM QUESTÃO. ORA, ISSO DEMANDA ESTUDOS E PESQUISAS DEMORADAS QUE OS DIRIGENTES DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS, VIA DE REGRA, NÃO TÊM PA-

==========

CIÊNCIA DE ESPERAR. CONFIANDO NO BOM SENSO E NA IMPROVISAÇÃO, ELES EMBARCAM EM AVENTURAS TECNOLÓGICAS DESTINADAS A RETUMBANTES FRACASSOS".

ALIÁS, NOSSO PAÍS, A EXEMPLO DE OUTROS, TOMOU POR HÁBITO ADOTAR AS INOVAÇÕES SEMPRE ANTES DE CONHECER SEUS EFEITOS.

ASSIM, ADOTAMOS A INDUSTRIALIZAÇÃO MESMO SEM SABER DOS MALES DA POLUIÇÃO E ADOTAMOS O AUTOMÓVEL SEM FAZER IDÉIA DE QUANTAS VIDAS SE PERDERIAM NOS SEUS ACIDENTES.

EM SEU LIVRO "CONVERSA SOBRE JOHN KENNETH GALBRAITH" CHARLES HESSION (pg. 147) LEMBRA QUE O PROF. MORRIS COHEN COSTUMAVA COLOCAR, EM SUA AULA DE FILOSOFIA, A SEGUINTE QUESTÃO: "SUPONHA 75 ANOS ATRÁS, QUE ALGUNS SERES DE OUTRO ESPAÇO TENHAM FEITO PARA NÓS ESTA PROPOSIÇÃO: "EU SEI COMO FAZER UMA ESPÉCIE DE TRANSPORTE QUE PODERIA EFETIVAMENTE COLOCAR 200 CAVALOS À DISPOSIÇÃO DE CADA UM DE VOCÊS. ISSO PERMITIRIA A VOCÊS VIAJAREM SOZINHOS OU EM PEQUENOS GRUPOS, A CERCA DE 60 a 80 MILHAS POR HORA. EU OFEREÇO A VOCÊS ESTE CONHECIMENTO; O PREÇO É DE 40 MIL VIDAS POR ANO".

ISSO PARA NÃO FALAR NAS USINAS NUCLEARES...

DO MESMO MODO, INCORPORAMOS A TELEVISÃO ÀS NOSSAS VIDAS COMO SE ELA FOSSE O MAIS INOCENTE VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

E AINDA AGORA, COM OS MESMOS OLHOS VENDADOS, VAMOS COMEÇAR A CONVIVER COM A TV A CABO OU TV POR ASSINATURA.

É BEM VERDADE, E NINGÚÉM IGNORA, QUE SEM ARROJO E OUSADIA O HOMEM TERIA ESTACIONADO, MAS É IGUALMENTE VERDADE QUE

==========

ARROJO E OUSADIA NÃO SÃO INCOMPATÍVEIS COM PREVENÇÃO E CAUTELA.

NÃO PODEMOS, PORTANTO, ALEGAR AMANHÃ QUE DEIXAMOS DE SER ALERTADOS. O QUE ESTÁ À NOSSA FRENTE É APENAS UMA PEQUENA MOSTRA DO QUE SERÁ O MUNDO INFORMATIZADO DE AMANHÃ, NUM MOMENTO EM QUE O JAPÃO DESTINA MILHÕES DE DÓLARES PARA ESTUDAR A VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DO COMPUTADOR NEURAL, MODELADO DE ACORDO COM O CÉREBRO HUMANO, PRETENDENDO CRIAR, EM 10 ANOS, O PRIMEIRO COMPUTADOR COM INTELIGÊNCIA.

NÃO HÁ DÚVIDA, POIS, QUE UMA NOVA CULTURA, DIGAMOS A CULTURA ELETRÔNICA, ~~QUE~~ JÁ QUE TIVEMOS A QUIROGRÁFICA E A TIPOGRÁFICA, ESTÁ BATENDO A NOSSA PORTA.

PREPARAR A SOCIEDADE PARA ENFRENTAR ESSE AMANHÃ E INFLUIR PARA QUE ESSE NOVO ESTILO DE VIDA SE CONSTRUA EM BENEFÍCIO DESSA SOCIEDADE, EIS AÍ UM IMPORTANTE TRABALHO DO QUAL O PODER LEGISLATIVO, POR SUA RELEVÂNCIA POLÍTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL, NÃO PODE FICAR À MARGEM.

TRATA-SE, SEM DÚVIDA, DE UM ENORME DESAFIO. AINDA PORQUE HÁ OUTROS PROBLEMAS CONEXOS CUJA ABORDAGEM NOS LEVARIA A OCUPAR DEMASIADO TEMPO, COMO A QUESTÃO DA MORAL NA TELEVISÃO, QUESTÃO DO RESPEITO À HONRA INDIVIDUAL E AO DIREITO DE PRIVACIDADE DO CIDADÃO.

ALIÁS, A NOVA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, QUE EM SEU ART. 220, GARANTE A LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO, CRIAÇÃO; EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO, SEM QUALQUER RESTRIÇÃO, ESTABELECE, PELA PRIMEIRA VEZ EM NOSSA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL, NO SEU ART.221 QUE AS EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO PASSAM A DEVER RESPEITO AOS

==========

VALORES ÉTICOS E SOCIAIS DA PESSOA E DA FAMÍLIA. TAMBÉM, PELA PRIMEIRA VEZ, A CONSTITUIÇÃO AGORA DETERMINA, NO MESMO ARTIGO 220, ALÍNEA II, AO LEGISLATIVO QUE ESTABELEÇA OS MEIOS LEGAIS QUE GARANTAM À PESSOA E À FAMÍLIA, A POSSIBILIDADE DE SE DEFENDEREM DE PROGRAMAS DE RÁDIO E TELEVISÃO QUE, EVENTUALMENTE, NÃO RESPEITEM ESSES VALORES ÉTICOS. É FÁCIL SENTIR O QUANTO A REGULAMENTAÇÃO DESSE PRINCÍPIO VAI EXIGIR DA INTELIGÊNCIA DOS NOSSOS PARLAMENTARES PARA QUE SEJA ENCONTRADA UMA SOLUÇÃO QUE NÃO VENHA SUBSTITUIR A CENSURA.

NÃO SE PODE DEIXAR DE RECONHECER QUE A ÉTICA TEM SIDO, NO BRASIL, DEMASIADAMENTE FRÁGIL PARA RESISTIR À ESTRATÉGIA DAS EMISSORAS PARA OBTER MAIS PONTOS NOS ÍNDICES DE AUDIÊNCIA. APESAR DISSO, NÃO DEVEMOS NOS ESQUECER, POR IGUAL, QUE A PIOR LIBERDADE É SEMPRE MELHOR DO QUE A MAIS JUSTA DAS CENSURAS.

SUPERAR ESSAS DIFICULDADES, VENCER ESSES DESAFIOS, EIS AÍ A MAIS NOVA MISSÃO DO NOSSO PARLAMENTO QUE, POR SUA COMPETÊNCIA E PELA SUA TRADIÇÃO, CERTAMENTE NOS CONDUZIRÁ PELO MELHOR CAMINHO

O SENHOR JOÃO FEDER - (termina de ler).

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Deputado Nereu Massignam, por favor, quer fazer uma pergunta ao Conselheiro João Feder.

O SENHOR NEREU MASSIGNAM - Meu caro Professor João Feder, realmente o seu depoimento é impressionante e nos leva a uma profunda reflexão. No final da sua palestra o Senhor invoca um dispositivo da Constituição e quando o Senhor falava me veio uma preocupação e está embutida a minha pergunta: O Senhor disse que a Constituição compatibilizou ou estabeleceu algum parâmetro, enfim, ela conseguia manter um equilíbrio entre essas preocupações que o Senhor coloca e a liberdade. E dentro desse parâmetro todo, citando como o Senhor colocou muito bem, se a questão da responsabilidade nos meios de comunicação, dando essa oportunidade de se defender, é o caminho correto, é a maneira mais ética, mais moral...

O SR. NEREU MASSIGNAN - ...mais ética, mais moral, mais livre de nós conduzirmos a sociedade no sentido de que ela aos dados instrumento de defesa que a própria Constituição lhe dá, faça com que essa própria sociedade compatibilize essa questão da li erdade com a ética, porque derepente o discurso da censura, realmente agora nós estamos aí com um projeto do Ministro Oscar Dias Correa e está toda essa discussão, eu não sei, derepente me parece que se for possivel nós chegarmos a esse equilíbrio, esse triple liberdade, responsabilidade e ética, como se faria para se chegar a isso, com uma lei ordinária, com uma lei complementar ou abrindo os mecanismos que a própria sociedade faça isso e faça o controle através do Poder Judiciário ou seja como for. Essa é a minha preocupação.

O SR. JOÃO FEDER - Eu entendo que a Constituição ~~também~~ efetivamente criou uma situação de maior liberdade. Agora resolveu ~~xxxxxx~~ o seu problema da Constituição, agora não resolveu o problema da convivência da sociedade com os veículos de comunicação, isso efetivamente ficou para a Legislação ordinária, infelizmente no nosso debate aqui eu creio que essa legislação terá que ser federal.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu acabava de receber uma proposta do Deputado Annibelli estabelecendo censura classificatória na televisão no Paraná. Eu acho incompatível com a nossa Constituição Federal, não?

O SR. JOÃO FEDER - Se você não desrespeitar a Lei Federal que vai regular isso a lei poderá conviver, agora haverá uma Lei Federal, em principio é essa Lei que foi proposta pelo Ministro da Justiça, está sendo taxada de inconstitucional, mas que é discutivelmente, porque a Lei diz o seguinte.

Lê a Lei ...

A Lei pode dizer que neste local e nesse horário é inadequada, que é o que a Lei do Ministro está propondo. Agora em outros dispositivos a Constituição diz que não cabe restrição de maneira nenhuma, então realmente é um desafio a inteligência encontrar no espírito da Constituição especialmente quando não dá que a Lei crie ins-

instrumentos para a família se defender dos ataques aos valores éticos e sociais, é um desafio da inteligência do nosso (incompreensivel) encontrar uma solução para isso.

O SR. NEREU MASSIGNAN -.Mas esses dispositivos que existem da democracia direta que temos aí que prevê mandato de injunção segurança, não seria o caminho talvez?

O SR. JOÃO FEDER - Eu vou dar agora um exemplo. Nós temos atualmente vigente ainda uma Lei de Imprensa e essa Lei de Imprensa tem um crime que diz assim "ofensa a moral e aos bons costumes", só que para acionar o dispositivo da lei há necessidade do Poder Público ou de uma manifestação que chegue ao Poder Público, raramente em vários anos de vigência da Lei esse dispositivo foi acionado em contraprestação se uma emissora de televisão ou de rádio ofendesse ao Presidente da República, vem o DENTEL e pune essa emissora de rádio ou televisão ou seja, então o instrumento eficaz de combate não estava com a sociedade, estava com o DEnTEL, aliás continua com o DENTEL e não com a sociedade, ainda porque as vezes alguém da sociedade vai querer combater mais não quer se expor, então teria que jogar ao Ministério Público, então tudo isso complica um pouco. Eu não sei se não teria que ser simplificada a instrumentação legal à disposição do público.

O SR. NEREU MASSIGNAN - O senhor citou o caso de Goio Ere, dizendo que isso reflete na sociedade também. A memória, a imagem da televisão, quanto a memória humana absorve, o senhor tem dados a respeito disso, quantas pessoas no Paraná poderiam ter absorvido aquele questionamento que o senhor levanta em relação ao caso específico de Goio Erê que ensinou como é que se faz um sequestro, o senhor tem dados a respeito disso, como o ser humano absorve as imagens da televisão e guarda isso no seu inconsciente.

O SR. JOÃO FEDER - Eu tenho particularmente ...

O SR. JOÃO FÉDER:- ... Eu tenho particularmente um estudo neste meu livro quando trata da televisão exatamente sobre isto e as informações em sua maioria em pesquisas de opinião científicas são de que a televisão provoca uma reação às vezes em cadeia, às vezes imediata, principalmente de imitação em quem está assistindo. Apenas um cientista, cujo nome não lembro, está citado aqui, que diz que o cidadão tem o poder de reagir contra aquilo que não quer aceitar. Ele chama isto de poder cognitivo, uma coisa assim. Quer dizer, o cidadão tem uma predisposição em não assimilar aquilo que ele não gosta, mas a maioria concorda que isto nem sempre é possível. Além do que a literatura trata especialmente de pessoas não inteiramente normais e com forte capacidade de resistência, mas tem que tratar com pessoas até fracas. O problema do suicício, por exemplo, quando houve o suicídio da Marilyn Monroe, no dia seguinte, no mundo inteiro, várias pessoas se suicidaram, para imitar a Marilyn Monroe e antes da televisão. Há um espírito de imitação.

Além disto agora no dia, na últoma sexta-feira, o Estado de São Paulo publicou um artigo do Professor Ruy..., da USP em que ele lembra uma tese que está transcrita no livro de um francês, ...(inaudível) de La Television", em que ele diz que a televisão faz mal mesmo sem apresentar nada. Quer dizer, a televisão, a presença física da televisão afeta as crianças. E ele diz aqui que é fato cientificamente comprovado. Eu não vou ler agora porque é um pouco grande, mas está aqui dizendo, explicando que os eletrodos aplicados no campo dos adultos, então, não penetra com tanta facilidade, mas na criança penetra com facilidade. Então faz mal mesmo sem transmitir nada.

O SR. PRESIDENTE:- Eu quero só esclarecer à pessoa do Plenário que encaminhou a pergunta que o professor depois tem a liberdade de responder-lhe pessoalmente. O nosso painel não é aberto para debates do plenário com os debatedores e, de mais a mais, a sua pergunta, de uma certa forma, interfere um pouco na ética deste Parlamento, porque envolve...

os nossos Parlamentares comunicadores.

O SR. ANTONIO COSTENARO:- Professor joão Féder, realmente foi muito rica do seu painel. Talvez pela própria posição da idade, da idade familiar da criação dos filhos, realmente nós ficamos encantados com essa sua manifestação, as preocupações que cercam o mundo de hoje e às vezes a gente fica um pouco constrangido porque qualquer manifestação que contrarie a modernização nos veículos de comunicação, essa imagem pode ser jogada lá fora como um pensamento retrógrado, falta de conhecimento, um homem subdesenvolvido e tal, e às vezes a gente deixa de se manifestar até por isso.

A bem da verdade há uma preocupação muito séria. Eu diria que o homem comum, simples, é fácil entender que a criança nasce, o homem ele tem um processo todo para ele chegar a ter a sua formação física completa e até a própria, dentro da regra geral a sua maioridade também e os veículos de comunicação, não faria aqui como uma crítica objetiva, direta, mas a bem da verdade , ele procura na sua agressão, na conquista da audiência, da maior audiência, ela procura agredir de todas as formas a sociedade para que chame a atenção e aí então, dentro deste contexto, é um ato terrível na formação dos adolescentes que ficam na frente da televisão o dia todo, das câmeras de televisão o dia todo.

Também, por outro lado...(inaudível) esse escritor francês que descreveu de uma forma terrível...

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - ... terrível. Eu acho que a televisão trouxe muitas vantagens. Uma criança hoje não se pode comparar com a criança de um tempo, ela tem um reflexo bem mais desenvolvido, um conhecimento geral em função do veículo de comunicação que está na sua frente todo o dia. Mas ela causa na verdade, no meu parecer, um mal terrível, principalmente na questão do sexo, que vem trazendo uma distorção terrível, dos costumes. Os animais têm toda a liberdade sexual, agem como animais; não são comos os homens, os homens agem completamente diferente. Então, esses veículos jogam de uma maneira térrível. Na verdade, a gente fica imaginando talvez não uma censura como era policialesca, mas uma censura por um conselho de ética, de pensadores, de pessoas responsáveis pela condução da sociedade brasileira, e eu acho que seria bem importante porque poderia ajudar muito o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O SR. JOÃO FEDER - O grande dilema está em uma opção de duas partes: fazer uma televisão que o povo quer ou fazer uma televisão para melhorar a condição do povo. E nós notamos que a nossa televisão é aquela que agrada imediatamente o povo, ou seja, é o programa do Chacrinha que o povo aceita e assimila mais facilmente. Nós não temos uma televisão que se preocupe na elevação ~~cultural do nível do povo~~ do nível cultural do povo, para preparar o povo para assistir uma televisão de melhor nível. Essa é uma opção que a nossa televisão não fez. Quer dizer, prefere disputar audiência. Aliás, o Ibope é um dos males da televisão, se não for maior. O que dá ibope é o insólito, não é? O insólito é querer insólito. Então, todo mundo vai ouvir insólito.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Dr. João Féder, em nome do Poder Constituinte do Estado Paraná, eu agradeço muitíssimo a sua participação e esclarecço que as palestras, talvez com algum resumo, vão ser publicadas pelos jornais "Indústria e Comércio" e "Estado do Paraná" em cadernos especiais, e talvez depois mais tarde numa memória do processo constituinte estadual.

Eu reputo a sua palestra da maior importância para a discussão da comunicação como um todo, e eu peço inclusive a sua licença

para pedir a Assembléia que envie uma cópia dela a todo o Episcopado do Paraná que está envolvido nesta questão temporal até a Páscoa, voltada para a comunicação social, para a vida. E eu confesso que nem no Manual Instrutivo da Campanha da Fraternidade, que sempre é ~~bem~~ muito bem fundamentado, vi uma análise tão perfeita, tão detalhada dos efeitos da comunicação, que não é voltada nem para a verdade, nem para a promoção da vida, é como no texto que V.Exa. discorreu, gratificando e honrando muitíssimo este Poder Constituinte Estadual.

Eu agradeço a sua presença nesta tarde. Muito obrigado Dr. Féder.

Eu convido o músico e produtor cultural Carlos de Souza, o "Careca" para que venha dar o seu testemunho para o Poder Constituinte Estadual neste painel que trata de "Cultura, Comunicação Social, Artes e Produção Cultural e o novo texto Constituinte".

O SR. CARLOS DE SOUZA - Eu queria agradecer a oportunidade de deizer algumas palavras como artista e queria deixar aqui bem claro que da Constituição Federal...

O SR. CARLOS DE SOUZA: ... da Constituição Federal eu conheço algumas coisas. Então, na seqüência, eu gostaria de declarar algumas coisas, porque o Deputado me pegou meio às pressas, terça-feira ele me convidou para vir aqui e ontem eu tive um espetáculo em São Mateus do Sul, na Associação dos Funcionários da PETROSIX, então eu cheguei hoje de manhã. Na verdade, o que eu vou falar são mais coisas relativas ao artista, em decorrência do processo cultural de Curitiba e do Paraná, onde a gente vive.

As dificuldades que vivemos aqui em Curitiba, como já foi colocado pela Lúcia Camargo, Secretária de Cultura de Curitiba, são diversas. Desde a produção de espetáculos, como da venda deste espetáculo. Então, o que se vive aqui em Curitiba é que o artista, na verdade, ele paga para ser artista. Eu falo artista, de maneira geral, porque eu sou músico e ator, mas eu reconheço que esta é uma dificuldade geral, das pessoas que fazem arte aqui em Curitiba, artistas plásticos, artesoẽs músicos, atores, etc. Então, nós, em Curitiba, temos um problema muito sério com a população do Paraná, em geral. O Paraná tem vergonha de admitir que existe artista no Paraná. O Paraná não admite que todo este processo de miscigenação que houve no Paraná, pelas culturas européias, e brasileira, esta mistura geral, tenha proporcionado o surgimento de um artista aqui em Curitiba, aqui no Paraná. Eu noto isso pela minha experiência do dia a dia. As pessoas têm vergonha de conversasr comigo. As pessoas têm vergonha de me assumir como artista. E o artista gostaria de contribuir até como ser humano. Gostaria, não. Ele contribui como ser humano. Então, são poucos os artistas que conseguiram, no decorrer dos anos, uma consolidação não de fama, mas de trabalho, de reconhecimento por este público. Há exemplos e mais exemplos de pessoas que já foram ídolos aqui em Curitiba e que se hoje, se fizer uma enquete, as pessoas não sabem. Não que a necessidade do artista é que ele queira ser o ídolo para sempre. Mas, pessoas que estão passando fome hoje em dia e que contribuíram para a educação dos filhos das pessoas que têm muito poder e muito dinheiro, no Paraná. Pessoas que viajaram pelo Paraná inteiro em

companhias independentes de teatro, fazendo teatro em circo, fazendo peças de teatro até em auditórios como este aqui, que são feitos para discutir leis e etc. Então, na verdade, é uma guerra de foice ser artista em Curitiba, ser artista no Paraná. E eu faço parte desta guerra há mais de dez anos e cursei até o terceiro ano da Faculdade de Direito e abandonei um serviço privado ...

COMISSÂO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

mlm

16/03/89 17,05 hrs. -1

O SR. CARLOS DE SOUZA:-...abandonei um serviço privado para me dedicar, 24 horas à esta profissão, a de ser artista. Só que, como foi falado pela Professora Cassiana que o Estado ele tem poder e dever de fomentar a cultura, mas só que como ele tem feito ele está fomentando uma cultura como patrono e como patrão, então, as muitas vezes que ele faz, ele atrapalha.

Eu, como artista, na verdade emocionado, neste momento agora, muito mais emocionado do que se estivesse no palco, eu/ gostaria de sugerir a extinção da Secretaria de Cultura, porque não vejo motivo para que a Secretaria Estadual de Cultura, exita! É um / epoimento, um desabafo como artista, porque eu esta pessoa que está aqui falando, já foi retirado à força da Secretaria de Cultura, por três guardas de Segurança, por não poder falar dom o Dr. Reinaldo, Chefe de Gabinete do Dr. Renée Ariel Dotti.

Então eu acho que a cultura do Paraná, independenemente da Secretaria de Cultura, vai muito bem, obrigado, porque a Secretaria de Cultura o que tem feito é atrapalhar os produtores / culturais, e é claro se você for pedir um Relatório de serviços prestados por esta Secretaria você vai encontrar muitas atividades. Mas, são atividades que decorrem de conchavos políticos, feitos anteriormente à pessoa assumir o cargo ou no decorrer da pessoa no cargo.

E, nós temos um exemplo muito recente que eu gostaria de colocar aqui, à Mesa, que foi a vergonha, em termos de teatro em Curitiba, o fato do Governo produzir e apresentar um espetáculo medíocre, pobre, que não contribuiu nada para a cultura paranaense chamado :-"Moça, nunca mais", do paranaense Ari Fontoura. Eu / não tenho nada contra o Ari Fontoura, acho que ele é um artista genial, um ator talentoso, mas toda a classe teatral paranaense está / revoltada porque se destinou uma verba, que já não se tinha, porque todas as comapnhias que pedem verba para auxiliar os seus projetos, auxiliar, não financiar, auxiliar, sempre são negadas. Então o Tea-/

tro Guaíra, através da Fundação Teatro Guaíra e a Secretaria de Cultura produzem e apresentam um espetáculo que o povo mais simples, o povo que não tem cultura que vai assistir à peça, sai revoltado, um espetáculo medíocre que não tem nem concordância verbal. Um espetáculo tão medíocre que o próprio Ari Fontoura se envergonha de estar no palco, a gente, como artista, nota que a pessoa está sufocada. Um espetáculo medíocre, que, na estréia tinha na platéia 300 pessoas,/ num teatro onde cabem 2.500 pessoas.

Então é lamentável você trabalhar numa cidade como esta, e eu posso dar o testemunho, não tenho vergonha e nem medo de dizer que nunca fui sustentado pelo Estado para fazer a minha arte. Não está em julgamento se a minha arte é boa ou ruim, eu/ acho que quem tem que colocar em julgamento é o público que me assiste. Nestes 10 anos nunca fui e não quero ser sustentado pelo Estado, só que acho,como foi dito pela Lúcia Camargo,que se existe uma/ Secretaria de Cultura, com um Secretário que ganha um salário para/ ser Secretário de Cultura, ele que tenha vergonha na cara e assuma/ como Secretário de Cultura e não como Secretário particular dos amigos que ele criou durante a gestão dele e durante a gestão das pessoas que estão gerindo este Governo.

Eu queria registrar que tenho uma dificuldade enorme em arrumar os pensamentos, cadenciar os pensamentos, mas acho que estou me fazendo entender, isso é uma falta de prática mesmo, talvez por isso tenha abandonado a Faculdade de Direito.

Então eu queria registrar a indignação do artista curitibano e paranaense, porque é assim que o povo vê o artista. O povo acha que artista é o...

16.03.89-ircc 17:10 - 1

O SR. CARLOS SOUZA - ... O povo acha que artista é o Ari Fontoura, que aparece na Globo, que é um cara famoso... o pessoal não acha que eu, esta pessoa magra, esquálida, cabelos compridos, espinha na cara, barba mal feita, seja artista; porque este cara não tem respaldo, não tem mérito nenhum e o Governo ao invés de ajudar, de fomentar, e dizer: não, nós temos artistas, sim! temos muito bons artistas... Não, o que ele faz, parece querer contribuir para o suicídio do artista, quer contribuir para a morte cada vez mais contínua destes artistas que contribuem e vocês talvez não saibam, as pessoas que não trabalham com teatro não sabem, o quanto um ator trabalha quando chega a uma cidade. Por exemplo, em São Mateus do Sul, onde eu estive ontem, em um auditório mantido pela PETROBRAS, onde não tem um mínimo de condição. Lá o auditório é bonito, é bem feito, mas não tem um mínimo de condição técnica. Não tem marceneiro no local para carregar o cenário; não tem uma pessoa para ajudar fixar "spots" (sic), não tem pessoa para ajudar segurar a sua roupa. Então você chega ao meio dia, almoça, e vai montar o cenário, você fica até 15 para as nove e entra em cena. Acabando o espetáculo as pessoas aplaudem de pé, saem falando: Pô, que ótimo o espetáculo, é bom o teatro. O teatro deixa a gente ... O teatro é contra a televisão, no sentido de tirar aquela coisa chapada da qual o Conselheiro estava falando há pouco de se colocar a vida, a pessoa errando em cena, de colocar a pessoa tentando fazer alguma coisa. Essa contribuição está sendo, assim, negligenciada. Os artistas do Paraná estão fazendo parte do mesmo processo do Brasil. Sei que o Governo, o Poder, não tem obrigação de dar ao artista condições de ser artista; agora, ele também não pode fazer uso do poder para ir contra o trabalho do próprio artista. Porque se tem pessoa trabalhando com arte no Paraná, são às suas custas; as pessoas que são financiadas pelo governo, pelo poder público - e que são poucas já - elas fazem, e acontecem desastres como aconteceu este e que até agora não vi ninguém reconhecer, que vão para a televisão e vão dizer: não, o espetáculo estava ótimo; gravam entrevistas de cinco pessoas dizendo ótimo, ótimo ... e na minha entrevista, na qual disse, não, é a decadência, com elegância, certamente não apareceu porque existem editores comprados, em quase todos os jornais do

16.03.89-ircc 17:10-2

Paraná para cortar entrevistas que são contra o Governo. Então eu acho isso um facismo. É um verdadeiro facismo ' que se impôs. E este momento que estou vivendo, e talvez existisse um muito pior antes, e não quero comparar, é um momento horrível. Tenho vinte e sete anos, e nesses dias, faldo com o Rafael Greca, particularmente, eu disse: não sei como agir como um artista, não sei se pego a minha cabeça e degolo, coloco nuna bandeja e mando para o Secretário da Cultura para ele saber da existência pessoal deste artista. E esta indignação não é só minha. Talvez, assim, as pessoas têm medo, pudor de falar coisas. E eu acho que é chegada a hora de os artistas também reconhecerem de que o Estado não está ajudando nada, ... Então, para que ficar pedindo para a Secretaria de Cultura ajudar a você? Você vai pedir para a Secretaria te dar 60 mil cruzados para pagar músicos, que fazem música em Curitiba em um "show" no Teatro Paiol, e você não é atendido e insiste para isto e uma Secretária que está lá às custas dz cultura, às custas dos artistas chama... Olha, vou chamar os guardas e eles vêm, pegam você pelos colarinhos e levam-no a ponta-pés até a saída. Então eu gostaria de registrar isso porque na época o jornal registrou com veracidade, no dia seguinte o Governo mandou nota dizendo que ' era mentira e dizendo que o equívoco estava desfeito.....

.....

CARLOS SOUZA : - ... O equívoco estava desfeito, através de uma Cx. de bombom que uma Jornalista do Correio de Notícias recebia do Secretário da Secretaria deCultura.

Já que a Secretaria de Cultura existe para isso, então proponho a extinção da Secretaria de Cultura, e que crie-se pelo Sindicato dos Artistas, pelo Sindicato dos Atores, que inclusive,está - representada aqui pela Iara Sarmento, que crie-se Comissões para trabalhar com as verbas que o Governo destina, ou que então corte essas verbas e dê para as crianças tomar leite.

Eu falo em nome dos artistas, preferem ao invés de ficar se financiando os amiguinhos, como foi o caso do Ari Fontoura, - que pegue então esse dinheiro e dê para os pobres. Será que os Artistas Paranaenses não merecem ? Não temos talento, não sabemos falar com sota que carioca, então já que nós não merecemos esse dinheiro, já que nós - não temos carinha bonita e não fazemos a barba todos os dias, então esse dinheiro seja destinado realmente e que crie-se uma Comissão para - se investigar o que se está fazendo se é cultura o que se está fazendo ou se é festinha, do Governo, festinha de uma Secretaria.

Então isso é um desabafo e vou encerrar por aqui, Muito Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECCA : - Eu agradeço Sr. Carlos de Souza, a sua participação em nome do Poder Constituinte do Estado do Paraná, e esclareço que não há na nossa Comissão, nenhuma proposição de - extinção da Secretaria do Estado e da Cultura.

No entanto, se entender você, e uma série de pessoas que assim o deva ser feito, há até o dia 20 o prazo para apresentação de Emenda popular que proponha isso.

Eu acolho a sua contribuição, como um testemunho importante de que a Produção Cultural no Estado como no País, ainda necessita muito de incentivo.

Eu acho que é uma das raras oportunidades que tive

O SR. RAFAEL GRECCA : - mos nós os Deputados Constituintes aqui presen tes, xxxxx de se ter um testemunho, de um produtor cultural como você, de resto que eu reputo como talentoso e avalizo, como espectador dos seus espetáculos populares, eu agradeço a tua participação e convido para continuação do forum sobre cultura, Comunicação Social, a Presidenta do Sindicato dos Artistas e Trabalhadores em Produção Cultural do Estado do Paraná a atriz Iara Sarmento, a quem eu saúdo abrindo um parêntese, um protocolo, sobretudo pela sua coragem, de no - preâmbulo do último conserto da Orquestra de Moscou, no Teatro Guaíra, na data de anteontem, ter lido manifesto, contrário a Política Econômica Federal, dividindo a platéia igualmente entre os que concordavam e os - que não concordavam com a Greve Geral, mas, mantendo a disposição do Sindicato de artistas e técnicos em espetáculos e diversões no Estado do Paraná, impor respeito aos artistas que vinham de fora, impor respeito ao público, a execução do espetáculo, inclusive mantendo o Estado de - greve, quero que saiba que eu estava entre os que a aplaudiram.

E lhe concedo a palavra para que encamainhe as - propostas do Sindicato para o Poder Constituinte Estadual.

SRA IARA SARMENTO : - Eu agradeço ao Deputado ...

A SRª IARA SARMENTO: Eu agradeço, primeiro, ao Deputado esta oportunidade e agradeço também as suas palavras, relativament ao ocorrido na noite de 14 de março, no Concerto da Orwuestra de Câmara de Moscou. E aproveito a oportunidade para dizer que é lamentável que se comprove, mais uma vez, que a dita classe dominante, a elite, o público de alta renda, que compareceu ao concerto não tenha querido sequer ouvir o que os trabalhadores têm a dizer. Isto é lamentável, é preocupante e nós ficamos surpresos, porque a princípio imaginamos que esse público teria, pelo menos, educação.

Deputado, eu gostaria de que o senhor convidasse o ~~akaxxDanxkaxAxaxkedaxaqDa~~ ator Danilo Avelleda, que é o vice-presidente da Associação dos Produtores em Artes Cênicas, cuja associação assinou conosco, com o sindicato dos artistas e técnicos, este documento.

O SR. PRESIDENTE: Por gentileza, o ator Danilo Avelleda queira ter a bondade de tomar assento à Mesa e seja muito bem vindo neste fórum constituinte do Paraná. E agora vocês decidem se farão um diálogo, um dueto ou um monólogo ou uma declamação coletiva. O Poder Cosntituinte aceita qualquer forma de apresentação da proposta.

A SRª IARA SARMENTO: Nós nos entenderemos, com certeza. Inicialmente, Deputado, eu gostaria de passar às suas mãos, como Presidente desta comissão temática, o nosso documento, no qual estão apontadas as propostas das categorias profissionais em espetáculos e direçoẽs e artes cênicas, que são os produtores e os trabalhadores. Nós estamos juntos e assinamos juntos este documento, numa sequência do trabalho que foi realizado na Constituinte Federal. Nós fizemos um trabalho que desenvolveu-se em quase 300 dias, mais de 3 mil horas de dura labuta, mas tivemos a felicidade de grandes conquistas. E estamos satisfeitos com o que a área cultural conseguiu fazer escrever na Carta Magna. E temos aí as nossas propostas para a Constituinte Estadual,

no sentido de avanço sobre os princípios já estabelecidos na Constituição Federal. E evidentemente as propostas que se referem, basicamente, ao Estado do Paraná. Nós esperamos contar com o apoio dos senhores constiruintes, uma vez que todos nós sabemos da importância da questão cultural, da importância da cultura, da importância da arte, no desenvolvimento integral de um povo.

Eu gostaria, se os senhores me permitem, de ler as nossas propostas e dizer também que tanto os produtores como os trabalhadores em espetáculos de diversoẽs e artes cênicas, também se preocupam e lutam, juntos com todos os outros segmentos da nossa sociedade, com os Deputados desta Casa, pela garantia, pelo fortalecimento do regime democrático, pelo exercício da cidadania e porque se empenhem de todas as formas para que haja condiçoẽs ...

A SRA. ~~LÚCIA CAMARGO~~ YARA SARMENTO - ... pelo exercício da cidadania e porque se empenhem de todas as formas para que haja condições de melhoria de qualidade de vida à população de nosso Estado e de nosso País.

Na sequência então eu vou apontar as propostas específicas dos profissionais em espetáculos de diversões e artes cênicas de nosso Estado.

(Lê - A Constituição do Paraná deverá considerar a questão da cultura como prioridade..... continua lendo conforme anexo).

SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES NO ESTADO DO PARANÁ
C.G.C. 77374619/0001-90

17:25 2.

Excelentíssimos Senhores
Deputados Constituintes
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTA CAPITAL

No momento em que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dá início aos trabalhos da CONSTITUINTE ESTADUAL - nós - os ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES - áreas de TEATRO, DANÇ CIRCO, ÓPERA, CINEMA, VARIEDADES, MANEQUINS e MODELOS, bem como os PRODUTO RES EM ARTES CÊNICAS DO PARANÁ, dirigimo-nos a Vossas Excelências, para ex por o que segue :

considerando que os ARTISTAS, TÉCNICOS e PRODUTORES CULTURAIS, sempre estiveram à frente dos movimentos político-sociais, com prometidos com o restabelecimento da DEMOCRACIA;

considerando que durante os anos de arbítrio, lutam pela LIBERDADE DE EXPRESSÃO e pelo DIREITO À CIDADANIA;

considerando que, ao lado de democratas, com o povo, fomos às ruas, subimos aos palanques, pelas " DIRETAS JÁ ";

considerando que junto a ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTI TUINTE - da qual participamos desde o primeiro momento - lutamos por fazer escrever dispositivos que garantissem os direitos tão ansiados pela socie dade brasileira, em especial, por aqueles dispositivos que atendessem as classes menos favorecidas, garantindo-lhes a melhória da qualidade de vid e o pleno exercício da cidadania;

considerando que logramos conquistar no TEXTO CONS TITUCIONAL, cinquenta e oito (58) dispositivos, os quais traduzem propo tas dos ARTISTAS e TÉCNICOS - TRABALHADORES - e PRODUTORES, desta área CULTURAL, propostas essas referentes a LIBERDADE DE EXPRESSÃO - com a ext ção da CENSURA; DIREITOS AUTORAIS E CONEXOS; MANUTENÇÃO DAS PROFISSÕES R

Rua 13 de Maio N.º 644 — Fone: 222-5040 — Cep. 80.510 — Curitiba - Paraná

SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES NO ESTADO DO PARANÁ
C.G.C. 77 974619/0001-90

GUL.MENTADAS; DIREITOS DOS TRABALHADORES; LIBERDADE, AUTONOMIA e UNICIDAD SINDICAL; APOSENTADORIA COM TEMPO REDUZIDO (Bailarinos, Artistas Circens e Atores Líricos); CULTURA - com os princípios expressos na Seção II, do Capítulo II, do Título VIII e COMUNICAÇÃO - particularmente, no que conce ne a programação dirigida preferencialmente à finalidades artísticas e cu turais, bem como a REGIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL EM RÁ DIO E TELEVISÃO e, a criação do Conselho de Comunicação Social,

estamos confiantes em poder contar com a sen sibilidade de Vossas Excelências, no entendimento de que o desenvolvimento sócio-econômico de um povo, está necessariamente interligado com o seu de senvolvimento cultural. No entendimento de que, como disse o senhor Mini tro da Cultura JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, a questão da CULTURA reporta-se a IDENTIDADE DE UM POVO, direciona-se essencialmente a QUALIDADE DE VIDA DE UM POVO. Afirma o HOMEM como ser pensante - com seu próprio interior, no convívio em sociedade e, em seu contato direto e inevitável com o MEIO AMBIENTE - A NATUREZA. A CULTURA, portanto, É A VIDA. Razão pela qual, s a questão da CULTURA, PRIORITÁRIA.

Assim sendo, confiamos em poder contar com o imprescindível apoio de Vossas Excelências, no sentido de que seja inser do na CONSTITUIÇÃO DE NOSSO ESTADO, dispositivos os quais representem AV ÇOS relativamente aos princípios garantidos na CARTA MAGNA, bem como aqu les que venham a dar atendimento aos legítimos interesses e necessidades do povo do Paraná, em especial a classe trabalhadora e, em particular, d profissionais os quais atuam na área artístico-cultural.

Dessa forma, passamos a apontar as propost emanadas das categorias supra mencionadas :

- A CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ, deverá considerar a questão da CULTURA, co PRIORIDADE ao nível de outros direitos universalmente reconhecidos, no o direito à SAÚDE, à EDUCAÇÃO e ao TRABALHO.

Rua 13 de Maio N.º 644 — Fone: 222-5040 — Cep. 80.510 — Curitiba - Paraná

SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES NO ESTADO DO PARANÁ
C.G.C. 77374619/0001-90

- LIBERDADE DE EXPRESSÃO, CRIAÇÃO E PRODUÇÃO, no campo artístico-cultural
- É DIREITO DE TODOS FRUIR DOS BENS CULTURAIS.
  Para tanto, É DEVER DO ESTADO OPORTUNIZAR AMPLO E LIVRE ACESSO ÀS ATIVIDADES DA ÁREA EM TELA.
- Na área da EDUCAÇÃO, em COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO - nos três níveis escolares - deverá ser dado tratamento destacado ao ensino das ARTES CÊNICAS, como forma de desenvolvimento e aprimoramento do potencial criativo do EDUCANDO.
- É DEVER DO ESTADO, o apoio e o fomento à CRIAÇÃO, à PRODUÇÃO, à DIFUSÃO e à CIRCULAÇÃO DOS BENS CULTURAIS DO PARANÁ.
- A CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ, deverá garantir de todas as formas, a VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR RESIDENTE EM NOSSO ESTADO, particularmente, no que diz respeito aos PROFISSIONAIS OS QUAIS ATUAM NA ÁREA ARTÍSTICO-CULTURAL.

O APOIO E O FOMENTO ÀS AÇÕES CULTURAIS, devem ser garantidos, também, pela destinação à SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, de recursos financeiros nunca inferiores a 3% do ORÇAMENTO DO ESTADO.

Igualmente, destinação de recursos financeiros, advindos de incentivo fiscal - das empresas estatais - às AÇÕES CULTURAIS em particular, à PRODUÇÃO ARTÍSTICA.

Ainda, implantação de linha de crédito pelo BANCO DO ESTADO DO PARANÁ - a juros simbólicos - à PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL.

Também, implantação no Orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, de RUBRICA ESPECÍFICA, para as ARTES CÊNICAS.

- Deverá ser assegurada a PARTICIPAÇÃO EFETIVA E PARITÁRIA de todas as categorias envolvidas com o fazer cultural, nas decisões dos órgãos públicos afetos a área em pauta.

SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES NO ESTADO DO PARANÁ
C.G.C. 77374619/0001-90

Definição de uma POLÍTICA CULTURAL e elaboraç
do PLANO DE AÇÃO ANUAL, pelos órgãos públicos afetos à CULTURA, em conju
to com legítimos representantes das categorias, as quais atuam nas diver
sas áreas.

- PROTEÇÃO E ESTÍMULO às manifestações culturais das várias ETNIAS, as qua
integram o povo paranaense.

- Criação de mecanismos para PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, A
TÍSTICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO - OS DOCUMENTOS, AS OBRAS E OUTROS BE
DE VALOR HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL; OS MONUMENTOS, OS PRÉDIOS - OS
ESPAÇOS DESTINADOS ÀS ATIVIDADES ARTÍSTICAS - AS PAISAGENS NATURAIS NOTÁ
VEIS E OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.

- PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE - como forma de garantir a VIDA PRESENTE E FUT
RA.

- CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE TV EDUCATIVA E CULTURAL, cuja programação conte
ple significativamente a DIFUSÃO DA CRIAÇÃO e da PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULT
RAL DO ESTADO, bem como oportunize ampliação de mercado de trabalho aos
ARTISTAS, TÉCNICOS e PRODUTORES PROFISSIONAIS DO PARANÁ.

- Estabelecimento de percentual significativo à PRODUÇÃO ARTÍSTICA LOCAL,
qual - de conformidade com a CARTA MAGNA - deverá ser levada a efeito p
las EMISSORAS DE TELEVISÃO E RÁDIO, que operam no Estado.

- Criação de mecanismos que permitam ampla DIVULGAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNI
ÇÃO, relativamente as atividades artístico-culturais do Paraná, em espe
al àquelas profissionais.

Certos de que contaremos com Vossas Exce
lências, como companheiros na luta pela aprovação das propostas supr

Rua 13 de Maio N.º 644 — Fone: 222-5040 — Cep. 80.510 — Curitiba - Paraná

SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES NO ESTADO DO PARANÁ
C.G.C. 77374619/0001-90

alinhadas, desde já agradecemos o indispensável apoio.

Curitiba, 17 de janeiro de 1989

= SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES NO ESTADO DO PARANÁ - SATED/PR

= ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES EM ARTES CÊNICAS DO PARANÁ - APAC/PR

LARA MOREIRA DE MORAES SARMENTO
Presidente do SATED/PR

JOSÉ TADEU BASSO
Presidente da APAC/PR

Rua 13 de Maio N.º 644 — Fone: 222-5040 — Cep. 80.510 — Curitiba - Paraná

A SRA. ~~LÚCIA CAMARGO~~ Yara Sarmento - Essas são as propostas que as categorias profissionais têm a encaminhar a Constituinte Estadual. Nós acreditamos que essas reivindicações, que essas propostas são legítimas, porque a área efetivamente como disse o Careca encontra, os trabalhadores da área encontram dificuldade muito grande para a realização do seu trabalho, para criar, para produzir, e bem especial até para difundir, para mostrar aquilo que eles são capazes de fazer.

A valorização do profissional do Paraná é uma questão importantíssima para nós. O Paraná, como disse o Careca muito bem, não valoriza os seus filhos. Normalmente as pessoas que vêm de fora sempre têm muito maior valor daqueles que aqui nasceram. E o Paraná possui, como nós todos sabemos, grandes talentos, grandes capacidades.

Então é.....

YARA SARMENTO -... grandes talentos, grandes capacidades.

Então, é fundamental que a Constituinte Estadual encontre meios, crie mecanismos para essa valorização em especial para ampliação de mercado de trabalho aos profissionais da área artística e cultural do nosso Estado.

DANILO - Eu gostaria de complementar aqui na condição de vice-presidente da Associação dos produtores de Arte Cênica do Paraná colaborando com tudo que a Yara colocou. E dar meu testemunho na condição de produtor, não só de autor, mas de produtor das Artes Cênicas do Paraná.

A dificuldade nós já sentimos no dia-a-dia porque por mais que trabalhemos, por mais que nos esforcemos no sentido de fazermos arte, não conseguimos chegar com grande sucesso ao nosso objetivo pela falta absoluta de apoio. Mas o apoio não é somente em relação aos organismos oficiais,mas o apoio também do público que evidentemente, é uma consequencia da falta de ausência do apoio oficial. Porque vejam bem, na medida em que a gente produz espetáculos existem mil problemas para se realizar, para se produzir, para se levar à cena principal. Desde a falta de conhecimento, digamos assim, por parte do público aos nossos artístas, porque o que acontece é o setuinte.

Na medida em que os artístas do Rio e São Paulo tem um marketing, as pessoas estão em grupos, então qualquer espetáculo que montam, qualquer espetáculo que produzam evidentemente tem a resposta do público porque são conhecidos.

Conosco acontece o inverso. Nós não somos conhecidos porque não aparecemos no vídeo e não sendo conhecido no vídeo, não sendo pelo público, evidentemente existe uma ausência de público então, nossos espetáculos consequentemente são mais fortes. É um círculo vicioso. Não temos público, não podemos produzir melhor. Não por falta de talento, não por falta de artístas com condições técnicas, grandes artístas. Prova disso é que todos os artístas daqui saem e vão para outros centros maiores como Rio e São Paulo onde tem absoluto sucesso.

Então vejam, se for cumprido o que está estabelecido na Constituição Federal que possa ser repassado para a Constituição Estadual a regionalização das produções locais consequentemente nós teremos um espetáculo, teremos produções com mais público, evidentemente o Estado cresce no âmbito do teatro, cinema, televisão.

Acho que isto é um dos objetivos primordiais, deve ser um dos objetivos primordiais e principal dos trabalhos desta Casa no sentido de valorização do artísta local pela regionalização da produção de televisão, cinema e rádio em Curitiba.

Bem acho que o que eu teria a dizer na condição de produtor de teatro no Paraná é isto aí.

A necessidade que se tem de um apoio efetivo para que se possa produzir um espetáculo cênico. Porque o que acontece é um negócio impressionante com relação à diferença que se faz com o pessoal de fora e com o pessoal de casa.

O pessoal de Curitiba, o pessoal daqui que produz espetáculo, como disse o Careca, é essa dificuldade que é sentida a todo momento porque não se tem o appio.

Então o pessoal de fora chega aqui e consegue tudo.....

ONSR. : ... Então o pessoal de fora chega aqui e consegue tudo. O da casa consegue muito pouco ou quase nada. Era isso.

O SR. PRESIDENTE: (RAFAEL GRECCA): Em nome do Poder Constituinte do Estado do Paraná, nós agradecemos aproposta popular que o Sindicato de Artistas e Produtores de Teatro e Espetáculos do Paraná nos encaminha e a proposta que nos encaminha as Associações de Artes Cênicas do Estado.

Agradecemos a sua presença e a da Sra. Yara Sarmento e nós Deputados aqui presentes, vamos nos empenhar para que o texto constitucional do Estado seja talvez melhor que o da própria Constituição Federal, no que diz respeito à produção cultural do Estado e queira Deus que não valha para a nova Constituição que estamos aqui elaborando o que tem valido para muitas leis no Brasil que são como vacinas: leis que pegam e leis que não pegam.

Eu agradeço muitíssimo a presença de vocês.

Convido o Sr Professor Haroldo Murah. Gomes Haygert, que foi editor do Jornal " Voz dp Paraná", jornal semanário durante muitos anos editado aqui no Paraná, - foi do Conselho da Fundação Cultural de Curitiba, é editor do Jornal da Indústria e do Com-ércio atualmente e foi Diretor - da Revista Referência em Planejamento, durante muito tempo realmente uma referência cultural para o Estado.

O Professor vem falar em contribuição à Assembléia Estadual Constituinte sobre Cultura e Divulgação.

O SR. HAROLDO MURAH: Professor Haroldo Murah , no que o texto Constituinte do Paraná pode contemplar ou se preocupar ou voltar a sua atenção para a idéia da cultura e da divulgação?

O SR. HAROLDOMURAH : Senhor Presidente da Comissão, senhor Depu-

tado Antonio Costernaro, senhoras e senhores.

Eu, com satisfação, sucedo a dois - velhos amigos, o Danilo que foi meu colega de ginásio e a Yara-Sarmento, amigos que com os quais há muitos anos temos lutado por causas comuns que são essas, dos valores,culturais do Paraná e dos valores culturais universais, permanentes e eternos.

Vejo que o meu ex professor Hélio certamente terá uma contribuição importante nessa Comissão e é uma honra poder, sobretudo a partir de uma experiência pessoal - de frustração minha, eu escrevi rapidamente aqui algumas laudas, e lê-las rapidamente, - mas a partir de uma frustração que eu - vou explicar porquê.

Há 25 anos eu comecei a estudar um tema que era muito árido e eu me lembro que algumas pessoas diziam: " Por que é que você estuda ?" Eu resolvi, por razões que não convém aqui relacionar,- resolvi me deter no estudo de fenômenos de ordem paranormal que se processavam em Igrejas Pentecostais. Pesquisei uma vasta bibliografia na Biblioteca Pública e numa determinada época, em tendo necessidade de terminar o meu trabalho , porque tinha intenção de publicá-lo logo, e tendo necessidade que o trabalho tivesse,bastante fidelidade, eu cheguei a uma determinada denominação religiosa: Igreja-Congregação Cristã do Brasil.

Curiosamente eu fui buscar documentação há 25 anos atrás em São Paulo, documentação que uma socióloga da USP Maria Beatriz de Souza que é autora do livro: " Teoria da Salvação " , editada pela Editora Duas Cidades, de - São Paulo, ela exaustivamente examinara também o mesmo assunto.

A curiosidade do livro é a seguinte: Eu e outras pessoas que então se dispersavam, ou melhor, que se - despertavam para o estudo ...

desses fenômenos da possibilidade de falar línguas e das chamadas curas espirituais e nós examinamos do ponto de vista científico ou do ainda não explicável, essas pessoas que eram poucas e que não haviam chegado nessa mesma Igreja, - Congregação Cristã, descobriram ...

O SR. AROLDO MURAH GOMES... que haviam chegado a essa mesma ~~congré~~ ~~gação~~ denominação religiosa, Congregação Cristã do Brasil, descobriram e eu descobri que o epicentro desta denominação foi extremamente importante na estatística do protestantismo e das Igrejas Evangélicas do Brasil e o fenômeno Político que elas representam, está no Paraná, no norte velho do Paraná, numa cidade Santo Antônio da Platina; e eu e mais duas pessoas aqui ficamos absolutamente perplexos, havia ligação inclusive com a família de Eliane Pitman nesta história. Eram grupos Italianos / que haviam emigrado para os Estados Unidos e dos Estados Unidos, / com um determinado equívico, acabaram chegando no norte do Paraná e fundaram esta denominação religiosa, chamada Congregação Cristã do Brasil.

Bom, o que que isso tem haver com esse depoimento? Isso Tem tudo haver com esse depoimento, porque esse depoimento, pela minha formação jornalística e com alguns anos de passagem pelo magistério, eu quero ser prático. Veja bem: Acho que o / Nobre Deputado Rafael, o nobre Deputado Costenaro poderão levar / ao Plenário desta Assembléia Constituinte Estadual algumas idéias curtas e práticas que coloquei sobre como o Poder Público deve / criar mecanismos para facilitar o acesso aos historiadores, aos / historiógrafos, aos Professores, aos jornalistas, enfim, aos Constituintes em geral, para que eles cheguem com facilidade à documentação paranaense, à história do Paraná, que até 25 anos atrás era um (~~inaudível~~ descalábro). O Professor Hélio Polieli, realmente uma figura notável na vida cultural do Paraná e que tem participado conosco / de alguns depoimentos que temos feito aí para uma instituição particular, levantando a memória agora, recentíssimo, da vida paranaense nos mais diversos campos, sabe que existe quase que nada levantado. Então, feito esssa explanação sobre o pentecostalismo, / que é uma história fascinante, mas é ~~uma~~ outra história, eu vou curto e grosso ao meu escrito aqui e dou por passado o meu recado, conside

O SR. AROLDO MURAH GOMES... o meu recado, considero-o valioso, senão eu não estaria aqui.

(Passa a ler).

17:45

Senhor presidente, senhores deputados,
meus senhores, minhas senhoras:

Honrado pelo convite do deputado Rafael Greca de Macedo, presidente desta Comissão, venho oferecer algumas sugestões, com vistas à elaboração da Constituição Estadual do Paraná, a partir de minha experiência nos meios de comunicação social locais.

Objetivamente, inicio citando uma das grandes preocupações com que me deparei, ao longo de trinta anos de imprensa, como repórter e como dirigente de jornal, a falta de material susidiador de pesquisas históricas, e mesmos de trabalhos jornalísticos que envolvam a história MESMO recente do Paraná.

As clássicas obras de Francisco Negrão e Romário Martins, entre outras, não são, naturalmente, abrangentes, no todo, para atender às necessidades de quem pretenda examinar o Paraná contemporâneo, por exemplo.

Nas universidades, até poucos anos atrás, apenas esparsamente eram presentes, nos currículos universitários, cadeiras sobre a História do Paraná. Alguns notáveis mestres, como Ruy Wachowicz desbravavam para os estudantes a fascinante história de nossa civilização, muitas das vezes tendo de se calcar em bibliografia limitada, e produzida fora do epicentro dos acontecimentos históricos.

Hoje, embora de forma lenta, as coisas vão mudando, com a presença de cadeiras DE História do Paraná, nas escolas de primeiro e segundo graus, em todo o Estado, e também com o surgimento de material didático extremamente oportuno.

A produção de bibliografia sobre a História do Paraná teve fases heróicas que eu, como jornalista, assisti de perto e dou testemunho, sendo às vezes marcada pelo tom da improvisação. Mas

que inegavelmente teve o dom de dar arrancada inicial a um trabalho que não mais poderia ser adiado. Cito, neste caso, a "História do Paraná", obra em quatro volumes, editada pelo falecido mestre Said El-Khatib, pela extinta Grafipar, nos ~~começo dos~~ anos 60.

Aquela obra, ainda valiosa como elemento de consulta, e extremante significativa pelo que ~~significou~~ foi, na época - desafiando ao modorrismo privado e oficial nesse capítulo -, teve, no entanto, que tentar vencer incomensuráveis barreiras. A primeira delas, a da ausência, na época, de um centro de documentação exclusivamente paranaense, embora, é bem verdade, a Biblioteca Pública do Paraná já dispusesse de uma estante de autores paranaenses e de arquivo de jornais editados no Paraná. Mas, sem qualquer dúvida, material insuficiente para historiadores, historiógrafos e mesmos jornalistas realizarem um trabalho de envergadura.

O esforço da família El-Khatib e dos diversos colaboradores da sua obra - a "História do Paraná" -, permitiu, ao fim de alguns meses de trabalho, que uma lacuna fosse preenchida. Limitada, acanhada até, aquela "História do Paraná" foi, com certeza, valiosa como proposta de trabalho e sobretudo constituiu-se no primeiro grande sinal de alerta para o administrador dos bens culturais do Estado. Sinal de alerta para que passassemos a encarar nossa memória sob outra ótica.

A profícua - e longa - permanência de Mbá de Ferrante no Arquivo Público do Paraná, que sob suas mãos se modernizou, tornando-se modelar no país tanto pelas dependências físicas quanto pelas mais atualizadas tecnicas de arquivo de documentos de importância histórica, começou a alterar nosso quadro de raquitismo.

Mas eu não tenho dúvidas, como jornalista, e profissional da observação do cotidiano, portanto, que foi a partir de 1972, na primeira administração do prefeito Jaime Lerner na Prefeitura de Curitiba que se criou - na minha opinião - uma mentalidade toda favorável à preservação da memória histórica paranaense.

É claro que, por dever de justiça, não há como se esquecer de esforços paranistas notáveis, de que são exemplo o Círculo de Estudos Bandeirante, hoje pertencente à ~~Universidade~~ Pontifícia Universidade Católica do Paraná, o Museu Paranaense, o Museu David Carneiro - instituições que se responsabilizaram, conforme suas possibilidades, pelo recolhimento de capítulos de nossa história, e também pela documentação dela, algumas vezes conseguindo editar obras essenciais para a avaliação do Paraná, com fidelidade científica, assim como na UFPR.

Mas é, com certeza, a partir de 1972, primeiramente na Casa Romário Martins, e depois na Casa da Memória, da Fundação Cultural de Curitiba, que se inicia um trabalho ~~sistemático~~ planejado de recolhimento de nossa memória histórica, um valioso ponto de partida para a produção sistemática de bibliografia sobre o Paraná e sua gente, material essencial de que tantos necessitamos.

Notamos, alguns anos depois, na segunda administração Ney Braga, quando secretário de Cultura o ex-deputado Luiz Roberto Soares, homem de inquestionável saber, a valorização da estante paranaense, com o setor de editoração entregue à competência da professora Cassiana Carollo Lacerda.

Rapidamente, estas são algumas das observações que acho justo fazer para completar, destacando o esforço dos meios impressos de comunicação no recolhimento da memória histórica do Paraná, em seus diversos capítulos, neste últimos trinta anos.

Mas tal esforço apresenta-se, frequentemente, desordenado e, no final pode redundar num extrema frustração para a comunidade, como é o caso dos grandes cadernos culturais produzidos pelo jornal que revolucionou a história da imprensa do Paraná, o Diário do Paraná, nascido em 1956. O Diário do Paraná produziu, em sua primeira fase, suplemento cultural de insusperável importância histórica, porque retratava fielmente a variedade de linhas de pensamento de nossa inteligentsia. Lá estavam, naquelas páginas, nomes como os de Renê Dotti, Eduardo Rocha Virmond,

Ernani Reichmann, Silvio Back, Luiz Geraldo Mazza, Benjamin Steiner, Adherbal Fortes de Sá Junior, Enio Marques Ferreira, Fernando Veloso, Oscar Volpini, etc.

O caderno nascido em 1956 seria substituído, anos depois, e após um longo interregno, pelo DP-DOMINGO, suplemento cultural do Diário do Paraná, onde foram acolhidos, sistematicamente, as opiniões e os trabalhos valiosos de nomes como Paulo Leminski, Oraci Gemba, Maria Ferraro Sampaio, Adalice Araujo, Belmiro Castor, LEOPOLDO SCHERNER, LÉLIO SOTTOMAIOR, etc.

Tive a honra de criar e dirigir, por quatro anos, esse caderno do qual, lamentavelmente, talvez não exista uma coleção, sequer, depositada em estante. Na Biblioteca Pública, os dois cadernos a que me referi, estão presentes, com falhas em edições. ASSIM COMO CRIEI E DIRIGI A REVISTA "REFERÊNCIA", DA SEC. DO PLANEJAMENTO, EM 1975.

Haveria outros exemplos a recolher, como a passagem de Reinaldo Jardim por Curitiba, e sua presença na imprensa do Paraná, recolhendo o dia de nossa produção cultural nos principais jornais locais. De novo, a falta de documentação recolhida, bem guardada e acessível facilmente à pesquisa do historiador, do jornalista, do estudante, dos órgãos públicos e empresas privadas, é falha clamorosa.

Note-se que estou falando de realidades muito próximas, e me refiro ao Diário do Paraná com um certo toque de emoção, porque o 29 de março, data de sua fundação, está muito próximo. Mas mantenho a suficiente distância crítica, o distanciamento crítico essencial para propor o seguinte aos senhores membros desta comissão da Constituinte estadual:

1) Que a nova Constituição do Paraná, no capítulo da Ordem Econômica e Social, disponha sobre a obrigatoriedade de: a) todas as gráficas e editoras localizadas em território do Paraná deverão, sob às penas que a lei preverá, em matéria ordinária, fazer o depósito legal de livros por elas impressos e/ou editados na BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ; b) a critério do Conselho Estadual de Cultura, serão definidos nas microrregiões do Paraná, anualmente, os veículos de comunicação impressos, ~~com qualidade supe-~~

que deverão ser recolhidos por representantes da Biblioteca Pública do Paraná e pelo Arquivo Público do Paraná, com vistas a a formarem o obrigatório acervo de documentação paranaense; c) tanto a Biblioteca Pública do Paraná quanto o Arquivo Público do Paraná colocarão à disposição do Público, devidamen classificados, os materiais jornalísticos recolhidos; d) o Arquivo Público se obrigará, não apenas a microfilmar os veículos impressos designados pelo Conselho Estadual de Cultura, ~~assim como~~ HAVERÁ TAMBÉM tomará todas as providências para que uma criteriosa catalogação permita ao consulentes o imediato acesso à área de interesse por eles desejados; e) A Biblioteca Pública do Paraná igualmente oferecerá à consulta de seus leitores DA CAPITAL o material jornalísitico recolhido, criteriosamente catalogado por assunto e data, tornando-o acessível a escolas, estudantes, professionais liberais, historiadores, e contribuintes em geral, PROCEDERÁ DA MESMA FORMA COM RELAÇÃO AOS INTERESSADOS ~~localizados~~ do interior, mediante entrega do material, via correios;

Sugiro, ainda como parte destas modestas mas práticas ponderações, que o legislador, em lei ordinária (já que a grande decisão de dar esse passo à frente na preservação da memória do Paraná deverá ser matéria constitucional) preveja sanções, rigorosas, se possíveis, a empresas gráficas e editoras que não cumprirem o disposto na lei. E mais sugiro: que o Conselho Estadual de Cultura tenha um representante do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Paraná e da Associação Paranaense de Jornais e Revistas, no processo de escolha do veículos impressos considerados essenciais para o recolhimento da memória histórica do Paraná.

Entendo que o assunto é vasto. Quase interminável, pois a mobilidade do progresso paranaense, na sua celeridade, produz fatos novos a cada minuto. Mas acredito que, envolvido pelo senso prático de quem tem o maior respeito pela produção cultural, e com a experiência de quem, em oito anos seguidos foi conselheiro da Fundação Cultural de Curitiba, tenha oferecido sugestão digna de apreciação. Porque se assim não o fosse, não estaria mostrando meu respeito a es

Casa, a seus membros e ao Estado que nos é comum berço, por direito de nascimento ou por adoção.

Obrigado, senhores, pela oportunidade de TENTAR ser útil à elaboração na nova Constituição do Paraná.

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

16/03/89 -1- 17:50 ARO

O SENHOR HAROLDO MURAH - ...Constituição do Paraná. (Termina de ler).

(PALMAS)

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Professor Haroldo, eu agradeço e acolho as suas sugestões e esclareço ao repórter, aqui presente, que elas são concordantes com as sugestões formuladas anteriormente pela Professora CAssiana Lacerda Carollo, que falava também na necessidade...

O SR. RAFAEL GRECA - Professor Aroldo, eu agradeço e acolho as suas sugestões e esclareço ao reporter aqui presente, que elas são concordantes com as sugestÕES formuladas anterioremte pela professora Cassiana Lacerda Carolo, que falava também da necessidade que a xxx Constituição do Estado estabelecia obrigatoriedade da criação de um centro paranaense de documentação da memória do Estado, no sentido de que seja esse centro dotado de recursos de informática para que compile toda produção cultural do Estado e a indexe demaneira que se facilite o acesso a informação com meios modernos e métodos modernos, inclusive ela encaminhou a Casa um valioso documento já de 1.975 que dava ao Estado a mesma sugestão aseado no CEPDOC Centro de Documentação que existe no Rio de Janeiro a partir do artigo de Getúlio Vargas que passou a xxx ter um centro de documentação de política nacional. Então a nossa idéia é exatamente colocar isso no texto Constitucional. Eu agradeço muito a sua cooperação, bem como a cooperação do jornal Indústria e xxxxxxx Comércio na divulgação dos grabalhos desta Assembléia Estadual Constituinte.

Eu convido o jornalista Aderbal Fortes de Sá Junior jornalista/cronista da cidade, que vem instruir este Poder Estadual Constituinte sobre o tema Marketing do Ensino Básico.

O SR. ADERBAL FORTES - xxx O cuidado com a educação básica, resultou de um convite que o Deputado Rafael Greca nos honrou para dar uma contribuição que está sendo elaborada em conjunto com profesores do ensino básico municipal de maneira xxxxx a atentar e ver o que acontece quando profissionais de comunicação, profissionais de outras áreas como Sociologia participam de um esforço para melhorar a qualidade do ensino básico.

Essa conversa com esses professores trouxe muita coisa útil e alguns episódios curiosos.

Eles me contaram por exemplo que em determinada escola primária de Curitiba, as professoras sofriam muito com um certo menino, ofriam com a indisciplina e os péssimos hábitos do garoto, sofriam ainda mais com a higiene precaríssima do menino, ele era pouc mais do que um par de olhos brilhantes envolvidos por uma grossa camada

16.03.89

camada de matérias variadas cor de mostarda e odor indefinido, porém muito desagradável ...

O SR. ADERBAL FORTES:- ...porém muito desagradável. Reunidos em assembléia informal o corpo docente daquele grupo escolar municipal decidiu extinguir o mal a qualquer custo. Teve o apoio logístico da Associação de Pais e Mestres que providenciou todo o aparato necessário para transformar aquele menino num aluno de verdade; sabonete, shampoo, roupa nova, tanto a de cima como a de baixo. Na manhã seguinte...(dedo) no nariz, as corajosas professoras iniciaram a tarefa descascando o menino. É o seguinte: como ele não tinha roupa de lã, ele foi, a família, a mãe foi colocando uma camiseta em cima da outra e aquelas camisetas aparentemente não eram trocadas, além do que estavam todas muito sujas. Conseguiram descascá-lo e após um banho meticuloso emergiu das águas um garoto lourinho, muito bonito, com jeito alegre e muito inteligente. A nova aparência desse menino foi saudada como uma vitória da coragem daquelas mestras. Agora,foi uma vitória que durou apenas um dia. No dia seguinte voltou à escola o mesmo menino sujo, mal cheiroso, carregado de piolhos. O problema da higiêne não era dela, mas da casa pobre e absolutamente promíscua em que ele dormia com mais três irmãos e uma irmã na única cama que ficava no único quarto , de parede e meia com a cozinha que também era local de refeição. De certa forma esse garoto simboliza os grandes problemas da educação do Paraná, que sobre os quais essa meditação, essa reflexão parece muito oportuna neste momento, principalmente aqueles que se concentram nas periferias das grandes cidades...(inaudível) centenas e milhares de pessoas, Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel. Este problema não será resolvido enquanto os pais continuarem vivendo nesta vida miserável. E a vida deles continuará miserável enquanto a sociedade como um todo não se mobilizar para enfrentar a questão. O nome do principal problema é concentração. Isto surgiu de muitas conversas. Há um consenso de que existe, no caso paranaense e no caso brasileiro, a concentração demográfica, a concentração da riqueza, basta dizer que no Brasil 66% da população detém apenas 2% da renda. E também a concentração burocrática. Acredita-se que a mesma, o orçamento do Ministério da Educação é 70% gasto...

apenas para fazer a máquina funcionar e não para fazer a educação existir. Trata-se de um problema que se agrava com velocidade exponencial e que impõe a todos uma atitude de coragem. O Brasil tem que escolher agora entre ser a grande república do século XXI ou a república de Mombaça que já se desenha hoje. A escola precisa começar pela sala de aula porque é na sala de aula que tudo começa. Um rápido olhar para o ensino público do Paraná mostra mais de cem mil professores descontentes com os salários , com a falta de oportunidade de reciclagem, carência de material, ausência de curriculum adequado, calendário escolar que se adapta à realidade da comunidade. Vou analisar do começo para o fim, o calendário escolar foi elaborado...

(CONTINUA EM FOTOCÓPIA ANEXA FOLHA Nº 2 NO PARÁGRAFO 4º)

1.

18:05 à 1810

Recentemente, conversando com professoras da rede municipal de ensino, ouvi o seguinte relato: as professoras de determinada escola primária sofriam duplamente com certo menino. Sofriam com a indisciplina e os péssimos hábitos do garoto. E sofriam ainda mais com a higiene precaríssima do aluno. Ele era pouco mais do que um par de olhos brilhantes envolvidos por uma grossa camada de matérias variadas cor de mostarda e odor indefinido mas muito desagradável.

Reunidas em assembléia informal, o corpo docente decidiu extinguir o mal a qualquer custo. Com apoio logístico da associação de pais e mestres, providenciou-se todo o aparato necessário para transformar aquele menino num aluno de verdade: sabonete, shampu, roupa nova - tanto a de cima como a de baixo.

Na manhã seguinte, dedos no nariz, as corajosas professoras iniciaram a tarefa. O menino foi aos poucos descascado. Como fazia frio e não tinha roupa de lã, vestia várias camisetas, uma sobre a outra e todas muito sujas. Após um banho meticuloso emergiu das águas um garoto loirinho, bonito e com jeito alegre e inteligente.

A nova aparência do menino foi saudada como uma vitória da coragem daquelas professoras. Mas a vitória durou apenas um dia. No dia seguinte voltou a escola o mesmo menino sujo, mal-cheiroso e carregado de piolhos. O problema de higiene não era dele, mas da casa pobre e absolutamente promíscua em que ele dormia com mais três irmãos e uma irmã na única cama que ficava no único quarto, parede meia com a cozinha que também era local de refeição.

De certa forma, esse garoto simboliza os grandes problemas da educação no Paraná, principalmente na periferia das grandes cidades, para onde migraram milhares e milhares de antigos lavradores. Seu problema não será resolvido enquanto os pais continuarem vivendo miseravelmente. E a vida continuará miserável para eles enquanto a sociedade não se mobilizar para enfrentar seus problemas.

O nome do principal problema é concentração. Concentração demográfica concentração de riqueza, concentração burocrática.

Um problema que se agrava em velocidade exponencial e impoe a todos uma atitude de coragem. O Brasil tem que escolher já entre ser a grande República do século 21 ou a República de Mombaça.

A escolha precisa começar pela sala de aula, onde tudo começa.

Um rápido olhar para o ensino público do Paraná mostra mais de cem mil professores descontentes com os salários, com a falta de oportunidades de reciclagem, com a carência de material de ensino, com a ausência de um currículo adequado e de um calendário escolar que se adapte à realidade de cada comunidade.

Vamos analisar a partir do fim. O calendário escolar foi elaborado na primeira metade do século. Atendia às necessidades de um Estado onde só um terço do território era colonizado e onde a maioria da população vivia em áreas rurais. Hoje o Estado mudou; o ciclo agrícola perdeu importância com a mecanização das lavouras e a fuga da mão-de-obra desempregada para as cidades. Mas o calendário continua exatamente o mesmo.

O currículo sofre do mesmo mal, embora isso não ocorra

por falta de alterações. Ele foi mexido e remexido, em função da política, pela moda e até para tentar responder às urgências da nova realidade. Mas, por força da centralização política e burocrática, continua subordinado a uma idéia errada: a de que técnicos no ensino sediados em Curitiba podem captar a realidade de Cerro Azul e de Francisco Beltrão; de Guaraqueçaba e de Maringá; de Londrina e de Antonio Olinto.

Falta recursos para melhorar as escolas de primeiro grau. Talvez sejam os recursos usados para administrar a grande máquina burocrática, cuja curva de crescimento se eleva na mesma medida em que decaem os índices de eficiência.

Temos mais analfabetos do que há 20 anos, até porque temos muito mais gente ocupando o mesmo território. Mas, principalmente, porque elevou-se de modo considerável o número de analfabetos operativos. Trata-se de um tipo insidioso de ignorância, que se esconde atrás de uma assinatura bem desenhada e da capacidade de ler títulos de jornal. Uma verificação cuidadosa mostra que o título é lido mas não entendido, devido a incapacidade de assimilar conceitos abstratos ou de relacionar um fato a seu contexto.

Isso tudo começa a preocupar paranaenses cuja visão vai além das próximas eleições e cujo cuidado com o ensino passa ao largo de ambições pessoais. Boa parte dessas pessoas são empresários modernos e bem sucedidos que acreditam no desenvolvimento da inteligência humana como principal alicerce da prosperidade de um povo. Bens e propriedades podem ser a expressão da riqueza, mas o capital humano é a fonte de tudo. Há duzentos anos Adam Smith dizia que a riqueza das nações é seu povo; habilidades, conhecimento e atitudes são mais importantes

do que recursos naturais.

E verdade que,numa economia rudimentar, conhecimento limitado mas alta motivação eram suficientes para a maior parte dos trabalhadores. O capital humano era expresso em termos de energia e determinação. Até hoje, xxx isso é verdade em certos setores de produção, onde uma força de trabalho dedicada pode xxx gerar grande quantidade de bens a um custo bastante baixo.

Esse foi o grande fenômeno da revolução industrial, onde a demanda de mão-de-obra - principalmente na linha de montagem - não era acompanhada por uma correspondente demanda de talento. Esse trabalho rotineiro e sem inteligência permitiu absorver, após um periodo de adaptação bastante breve, o trabalhador que deixava o campo.

Hoje, esse processo é analisado principalmente em termos políticos. Mas o escritor americano Denis Doyle lembra que a marca do trabalhador rural adaptado à indústria foi tão forte que gerou um termo não apenas industrial mas também militar: a sabotagem. A palavra, xxxxxx conta ele, deriva do francês sabot, denominação do xxxxxx calçado de madeira usado pelos camponeses. Quando o trabalho na linha de montagem tornava-se insuportável, o sabot era jogado no meio das engrenagens para garantir um descanso.

Os paises desenvolvidos são desenvolvidos porque tiveram condições de entender a revolta do camponês e de oferecer a ele uma oportunidade para escapar da linha de montagem. A educação, aliada à permeabilidade social, permitiu criar o modelo de sociedade de oportunidades que vivemos perseguindo, ao menos na retórica exaltada dos periodos eleitorais.

A verdade é que se todas as crianças, dos quatro aos

dezessete anos, tivessem a oportunidade de frequentar boas escolas, teriamos a possibilidade de ver uma sociedade sem crimes. Ou com os crimes estritamente necessários.

Empresários responsáveis, como disse, estão vendo a conecção entre seus negócios e boas escolas de primeiro e segundo grau. Eles sabem que a linha de montagem é cada dia menos importante, até em economias como a brasileira. No lugar dela, surge um florescente setor de serviços - bancos, companhias de seguros, informática - que necessita de mão-de-obra mais sofisticada. Não é possível fazer um negócio desses prosperar com trabalhadores que apresentem dificuldades de comunicação, baixa sociabilidade, escassas noções de higiene pessoal e, acima de tudo, nenhuma habilidade de identificar e solucionar problemas.

Mesmo indústrias tradicionais funcionam melhor quando contam com o apoio de uma mão-de-obra interessada, ativa, crítica. Como a escola pública tem falhado na preparação desse trabalhador, as indústrias gastam milhões de cruzados anualmente em programas de treinamento de pessoal. E descobrem que precisam gastar ainda mais, porque nenhum treinamento é eficiente quando persistem problemas de analfabetismo operativo, aparecem a todo instante dificuldades com a aritmética.

Quanto dinheiro é gasto em treinamento pela indústria e pelo setor de serviços? Não é tanto quanto o orçamento da Secretaria de Educação - mas provavelmente é um mímero muito expressivo, que seria bem recebido qualquer estrutura educacional.

Segue-se uma nova pergunta: por que não estabelecer elos permanentes entre as empresas públicas e privadas, nacionais ou multinacionais, e o ensino básico?

CPI ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL - 16.3.89/EL 18.10 } .1.a. e
6 { 2.a.

O SR. ADERBHAL - ... (continua lendo...

Ele faz a seguinte pergunta no final da leitura no horário 18.10 folha 1 : pag.5.

" Quanto dinheiro -é gasto em treinemento pela indústria e pelo setor de serviços ? "

Nós no Brasil somos péssimos para levantar números, então prefiro citar um númenro do governo americano. Norteamericano : 220 bilhões de dólares contra 290 bilhões de dólares gasto com toda a máquina de ensino público particular. É muit dinheiro. No caso brasileiro o que gastamos nãp é tanto quanto o orçamento da Secretaria de Educação, mas provavelmente é um número muito expressivo, que seria bem decidido em qualquer estrutura educacional.

Volta a ler : " Segue-se uma nova pergunta: por que não, a Constituinte Estadual, discutir, estabelecer elos permanentes ... (pág. 5 - 18.10 .1.)

., Acrescenta na pág. 6 § 2º : " Os constituintes estaduais têm a oportunidade histórica ... a reforma educacional." Estamos falando da desconcentração da Secretaria de Educação, da desconcentração dos meios, dos recursos financeiros da Secretaria de educação que é grande demais e que é ineficiente demais. Nós não podemos resolver os problemas do ministério que também deveria ser mais desconcentrado, mas está em nossas mãos mexer com a Secretaria de Educação nesse momento e está em nossas mãos projetar para o Brasil inteiro um exemplo de um novo modelo de educação.

Volta a ler : " Mais ainda : poderão abrir... (pág.6 § 2º).

Acrescenta na pag. 6 § 3º : ... ainda piores, que realimentarão a crise. " As reivindicações são justas mas é muito difícil lidar com uma massa de cem mil professores descontentes: Porque as demandas salariais são igualitárias e nós estaremos igualando desiguais e cometendo injustiças ao conceder aumento indiscriminado, a remuneração deve corresponder a uma capacidade.

Volta a ler : " No momento, as nossas escolas ** (folha 6)
(18.10 7)

A resposta a essa pergunta pode ser o início da única e verdadeira ~~xxx~~ reforma do ensino/a que este século irá assistir. As reformas anteriores não passaram de maquilagem, porque o ensino público continuou concentrado nas mãos do Estado. E, como já foi repetido muitas vezes, ninguém mora no Estado, nem mora na União: as pessoas moram nas cidades e por isso as decisões tomadas dentro do município são mais corretas, custam bem menos e podem ser implantadas mais facilmente.

Os constituintes estaduais têm a oportunidade histórica de transferir para o município o poder de decisão e os meios para promover a reforma educacional. Mais ainda: poderão abrir um canal de comunicação entre a escola e a empresa, que será o caminho para um desenvolvimento mais rápido e mais justo~~x~~ para todos~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~, mas principalmente para alunos e professores.

Se não houver uma grande modificação na estrutura do ensino, sua deterioração será cada vez mais rápida. O próprio crescimento demográfico aumenta a demanda de escolas e de professores. Sem uma vinculação direta com as comunidades, os professores viverão situação cada vez mais difícil e com isso aumentarão a intensidade de suas justas reivindicações. O resultado serão novas greves, mais violência policial, como aquela que se desencadeou aqui no Centro Cívico no ano passado - e resultados escolares ainda piores, que ~~xx~~ realimentarão a crise.

* No momento, * as nossas escolas se parecem lamentavelmente com as linhas de montagem do início da era industrial. Os professores fazem o papel de operários, os estudantes são produtos, diretores são ~~xxxxxxxxxxx~~ gerentes de fábrica e os cidadãos

O SR. ADHERBAL FORTES : ... e os cidadãos acionistas de uma empresa que oferece um produto de baixa qualidade e por isso nunca sai do vermelho. A principal causa dessa empresa chamada escola pública funcionar tão mal é a falta de competição. A escola pública, como está, é um monopólio antiquado e indolente. E vai continuar assim enquanto não tiver incentivos para melhorar a qual.idade do ensino. Esse novo modelo é uma escola pública para cada município, de acordo com a capacidade das empresas que estão no município, possibilitando a criação de uma Fundação para gerar recursos externos e melhorar ainda mais a qualidade do ensino. Os particulares incluindo em seu testamento doações para as escolas como se vê em países que estão acima do Equador.Esse modelo será tão bom quanto cada cidade quiser.Ele funcionará com dotações ampliadas de acordo com o enriquecimento do Município e o enriquecimento do Município será ampliado de acordo com a melhor qualidade de mão de obra que as escolas forem capazes de entregar ao mercado .

Uma nova escola nascerá nos municípios

O SR. ADHERBAL FORTES : ... Uma nova escola nascerá nos Municípios, adaptada às necessidades de cada lugar e tão boa quanto a população quiser. Funcionará com um orçamento corrigido anualmente pela câmara de Vereadores, após a deliberação de um Conselho Municipal de Educação onde estarão representados todos os segmentos da comunidade.O Conselho Municipal não fará uma figuração, mas terá um papel efetivo na formulação da política de ensino, porque o Conselho Municipal de Educação vai entender de educação e nenhum Prefeito é obrigado a entender de educação.

Ao Estado caberá melhorar a formação e o aperfeiçoamento de professores, manter escolas voltadas para o ensino especial e centros de excelência.

É com o centro de escelência estadual que a escola municipal vai competir. E vai competir para sobreviver, porque nada impede que o Conselho Municipal de ensino decida, se a qualidade do ensino não fôr boa, por exemplo, comprar vagas na rede privada e livrar-se da sobrecarga de incompetência constatada em determinados setores, entre edicadores.

To a decisão da comunidade será correta na medida em que reflete o desejo da população e estimula uma efetiva competição por um ensino melhor. E é isso, é simplesmente isso o que os paranaenses desejam: não encontrar mais na escola a figura triste, patética daquele menino que a professora da rede municipal de ensino, não consegue até hoje, fazer com que se mantenha na escola.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE: (RAFAEL GRECCA): Então especificamente o que se deseja é que a Constituição preveja a desconcentração de ~~xxxxx~~ meios e da rede.

O SR. RAFAEL GRECA - ... a desconcentração de meios e da rede.

O SR. ADHERBAL FORTES - Isto, a desconcentração de meios e da rede, esse professor será transferido para os municípios na medida em que os mesmos tenham capacidade para absorvê-lo. E, na medida em que mexa no direito adquirido. E também isso vai criar um mercado estadual de mão de obra; porque em Maringá, pode-se dizer, tem um ensino muito bom e as empresas de Maringá podem investir nisso e é possível fornecer a uma professora em Curitiba, é só cumprir a parte dela, o seu papel, ela vai ganhar bem, vai ser reconhecida. Então vamos criar um mercado estadual para pedagogos e vamos valorizar uma profissão que não é valorizada até hoje. Mas isto vai funcionar a partir do momento em que o mercado funcionar também.

O SR. RAFAEL GRECA - Passo a palavra ao Deputado Antônio Costernaro.

O SR. ANTÔNIO COSTERNARO NETO - É mais uma preocupação e achei interessante, importante essa exposição do Sr: Adherbal pelo seguinte: venho pensando nestes problemas da educação, outro dia ainda teci comentários, na Comissão de Ordem econômica e Social, a respeito da reforma de ensino brasileiro. A gente vê no interior uma preocupação e eu como deputado trago a ansiedade dos professores do Paraná; tem sido abordado tais problemas pelos professores. E na semana passada, em uma reunião na sala dos professores, na Faculdade de Filosofia de Jandáia, vi uma série de professores do Estado preocupados com a municipalização do ensino primário. E indaguei: vocês não acham que poderia ser melhor? E eles me disseram: não, de forma nenhuma.

Então, de imediato, não fazendo mal julgamento do Professor, sabemos das dificuldades econômicas que frustram como o Senhor registrou ainda há pouco, convivemos com estes problemas do ensino, sabemos então das dificuldades. Sabemos, também, que o professor tem uma preocupação maior, às vezes pela própria vinculação de ser ele empregado no Estado e ser empregado no município. Então há uma classificação de ordem empregado do Governo Federal, Estadual, municipal... Há uma ordem econômica decrescente no sentido de que o municipal é o menos remunerado.

Mas, preocupado com a questão da municipalização do ensino, tenho um pensamento: acho que se tivermos um Conselho de Educação Municipal bem organizado e que o ensino, principalmente o ensino primário fosse totalmente municipalizado poderia haver uma preocupação no sentido de que o município tal, como o Senhor disse, na questão da remuneração pagando melhor, poderia ha -

ver uma preocupação também em que o município tal ofereça uma educação melhor, porque conseguiu um grupo de trabalho muito bom e que primou pela perfeição do ensino, pela evolução, e , assim, os alunos desta escola encontrem facilidade na evolução de sua educação em outras cidades mesmo, em outros cursos, porque há uma preocupação com a melhoria do ensino. E essa competição aí poderia levar, na verdade, a uma evolução, e não a preocupação única e exclusiva ... (inaudível) E não a preocupação apenas de que o Estado paga melhor. Então, o Estado paga melhor e eu tenho poder de transferir o meu trabalho .....

O Sr. Antônio Costernaro: ... transferir o meu trabalho para qualquer Cidade do Estado. Eu acho que o caminho da educação para evoluir, na verdade, vem a ser que as pessoas se preocupem em oferecer, efetivamente, uma melhor educação neste País. Mas aí, nestas conversas informais, a pessoa diz: "Mas, existe muito professor ignorante, que não vai saber conduzir a educação e vai transformar as escolas apenas em cabides de emprego". E eu não acho que é diferente. Eu acho que à medida em que a educação tiver esta importância para a formação das pessoas, ela vai influir até na escolha dos governantes, dos próprio prefeitos. Porque quem sabe vamos colocar um prefeito mais bem educado, mais bem formado, com mais preparo, porque vai dar um desenvolvimento e um apoio melhor à educação do município. Então, eu acho que aí a gente poderia chegar a um denominador e no caminho da melhoria e modificação do nosso povo. Eu tenho esta preocupação e vi com alegria este seu trabalho, salvo eu não tenha entendido, mas me parece que ele caminha para este rumo. Até na disputa do profissional, não na compra do passe do jogador de futebol, mas no convite, pagando mais, valorizando mais. É a luta pela qualidade e não apenas pela quantidade de vagas, que é um grande fator, mas tem que ser pela qualidade do profissional.

O SR. ADHERBAL F. DE SÁ JR.: Eu acho que o Deputado captou bem o que eu falei, apenas uma coisa: o prefeito às vezes não está bem preparado para a administração. Mas a idéia é de que o Conselho Municipal seja eleito. E que tenha poder de deliberar sobre questoẽs de educação. Então, o Conselho, neste caso, ele daria já uma definição da política de educação, para que possa se executar, para que o prefeito possa executar. Seria possível se estabelecer uma convivência muito harmoniosa entre o Conselho e a Prefeitura na medida em que o Conselho tivesse mais dinheiro dentro da máquina municipal. (inaudível).

Um empresário importante, da área da indústria decid fazer um donativo e resolve colocar no testamento dele uma doação póstuma à escola pública, à biblioteca que vai ficar com o nome dele, ou o filho que resolve homenagear o pai. Então, ele poderá pensar: "Eu

E esta biblioteca vai se chamar fulano de tal. vou dar esta biblioteca para aquela escola pública". Ou então, "eu vou fazer um investimento para aquecer a piscina da escola de 2º grau, é uma coisa que vai valorizar o aquecimento".

Como o Deputado estava falando e abordou bem, era instalar uma competição saudável entre os municípios e criar um mercado de trabalho para os professores e com alternativas. Quer dizer, se ele não está satisfeito com o que ele ganha na Secretaria de Educação, ele pode procurar ser empregado da Prefeitura de Curitiba, de Maringá, de Cascavel ou de Toledo. Qualquer saca de soja é capaz de construir uma grande escola no Município. Então, é acreditar no Paraná, é acreditar que tudo isso vai ser carreado , que todo mundo vai investir o que tem no filho, na hora que ele entrar na carreira. Então, nós temos que trabalhar em cima desta idéia junto a muita gente que oferece uma grande resistência, porque as pessoas de tendência conservadora são muito boas para garantir determinadas convençoẽs, privilégios, arranjos que beneficiam às pessoas em qualquer área. Mas, nós podemos ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ trazer para esta causa esta nova geração que está chegando aí e que pode entrar à política pela educação. ~~Minhaxopiniãoxéxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~

Eu espero ter contribuído alguma coisa para este debate.

O SR. PRESIDENTE: Tomara nós sejamos capazes. de transformar esta sua proposta, que é provocadora, inclusive, em texto constitucional. E eu lamento que a sua contribuição não tenha sido no dia do fórum da educação, porque aí você teria oportunidade de causar um grande rebuliço, aqui, e isso vai acontecer no próximo dia 21.

Está encerrada a sessão e eu agradeço a audiência dos presentes e ao Deputado Costernaro a solidária presença aqui comigo.

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE ESTADUAL

COMISSÃO TEMÁTICA DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

PRESIDENTE: Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**

VICE-PRESIDENTE: Deputado **NILTON BARBOSA**

RELATOR: Deputado **HAROLDO FERREIRA**

DEPUTADOS MEMBROS DA COMISSÃO

ACIR MEZZADRI
IRONDI PUGLIESI
ORLANDO PESSUTI
LUIZ ALBERTO M. OLIVEIRA
LUIZ ANTONIO SETTI
ANTONIO COSTENARO NETO
EDMAR LUIZ COSTA
PEDRO TONELLI
EZEQUIAS LOSSO
ERONDY SILVÉRIO
DIRCEU MANFRINATO
JOSÉ FELINTO
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PAULO FURIATTI
NELSON VASCONCELLOS
JOSÉ ALVES
NAMIR PIACENTINI
JOÃO ARRUDA

SECRETÁRIOS DA COMISSÃO

JOSÉ OLIMPIO SOTTO MAIOR DE MACEDO
MARIA APARECIDA GEBRAN DO AMARAL
MARISA COUTO DE CRISTO
ALAN MARCOS ANDRADE
RUBENS BREMER

1989

ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DAS REUNIÕES REALIZADAS PELA COMISSÃO TEMÁTICA DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesete dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, no Auditório Luiz Gabrile Sampaio, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência do Senhor Deputado Relator Haroldo Ferreira, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão, e ainda a presença do Senhor Deputado Nereu Massignan. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente Reunião de Audiência, com a pauta relativa ao FORUM DE DEBATES SOBRE-O MEIO AMBIENTE. O Senhor Presidente iniciou os trabalhos com a leitura de um documento da Frente Verde, propondo a criação de um Bloco Parlamentar Suprapartidário, objetivando a inclusão de um capítulo sobre o Meio-Ambiente, na Constituição Estadual. Em seguida deu-se início ao Forum sobre o Meio Ambiente, com a presença dos seguintes convidados palestristas: Sr. Cleverson Andreolli; Dr. Andrigueto, representando a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Dr. Alberto Bacarin, Superintendente da SURHEMA; Dr. Roberto Lange, Biólogo da ADEA; Sra. Teresa-Urban, representando a Associação SOS Mata Atlântica; Srs. Alceu Tabalica e Osvaldo Cardos, representando o Movimento de Ação Ecológica; Sr. Alcenir Rodrigues, Capitão da Polícia Militar, Oficial de Legislação do Batalhão e da Polícia Florestal; Sra. Brigite Tummler, representando o Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná; Sr. Otávio, representando a Associação dos Geólogos do Estado do Paraná; Sr. Marcos Vitor; Sr. Lessa, representando a MINEROPAR; Sr. Pedro Dias, Assessor de Relação Externa da Superintendência da SURHEMA e Presidente da Associação dos Servidores da SURHEMA; Sr. Edílio, representando a Associação de Moradores do Conjunto Paineras, e Sra. Laura, representando o Município de Cerro Azul. Todos - os pronunciamentos desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fezer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a contribuição prestada pelos Senhores palestristas à Assembléia Constituinte Estadual, convidando a todos para a Reunião de Audiência a ser realizada no próximo dia 20,a partir tir das 14:00 horas, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, com a pauta: FINANÇAS PÚBLICAS E CONSTITUINTE - COMÉRCIO PARANAENSE E CONSTITUINTE - ECONOMIA E CONSTITUINTE. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente

declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu José Olimpio Sotto Maior de Macedo, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que se produza os efeitos legais.-.-.-.-.-.-.-.-.-

DEPUTADO HAROLDO FERREIRA
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

HAROLDO FERREIRA - Vamos dar início a mais um dia de trabalho na Comissão da Ordem Econômica e Social hoje abrindo um Forum de Debates sobre a questão do meio ambiente.

Normalmente essas sessões têm sido abertas pelo Presidente da Comissão de Ordem Econômica e Social Deputado Rafael Greca, que por motivos particulares não pode estar presente e me passou a responsabilidade de dirigir esta sessão como relator da Comissão Temática da Ordem Econômica e Social.

Acho que esse é um momento importante e até um momento histórico que nós vivemos no Paraná em função dos trabalhos da Assembléia Constituinte Estadual. E como todos nós temos visto e vivenciado a questão ambientalista tem sido de fundamental importância e tem sido uma polêmica muito discutida e muito avaliada no Brasil, a nível internacional e, neste momento no âmbito do Estado em função da Assembléia Constituinte Estadual.

Acho que é um momento oportuno, inclusive dentro da própria Assembléia Legislativa do Paraná, assumir através dos senhores Deputados um papel importante nesse processo que é o processo de defesa da ecologia, do processo de desenvolvimento auto-sustentado, que são questões que estão sendo muito discutidas, sem dúvida nenhuma, que interfere diretamente com a qualidade de vida da população e de todos nós.

E a propósito dessas discussões eu gostaria nesse momento, aproveitando todas as lideranças aqui presentes representativas de segmentos organizados na defesa da ecologia e do meio ambiente, fazer uma proposta no âmbito da Assembléia Legislativa do Paraná nesse momento que passamos pela Constituinte Estadual, uma proposta da criação e do desenvolvimento através da Assembléia Legislativa e, apoiado, e acima de tudo aberto para os movimentos da questão ambientalista "A Frente Verde no Paraná".

Nós gostaríamos de propor a formação de um Bloco Parlamentar Suprapartidário ...(Lê)...

DOCUMENTO DA FRENTE VERDE

Formação de um bloco parlamentar suprapartidário com objetivo de incluir na Constituição Estadual, a exemplo de da Constituição Federal, um capítulo sobre Meio Ambiente, além de outros dispositivos necessários à proteção da qualidade de vida da comunidade paranaense, assegurados os seguintes princípios:

1) A questão ambiental diz respeito a todos, cidadãos e governantes;

2) Cabe ao poder público a responsabilidade de assegurar a qualidade de vida às atuais e futuras gerações;

3) A coletividade deve dispor de mecanismos que assegurem seus direitos a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado;

4) Os pontos notáveis de nosso território, tanto do ponto de vista da paisagem, das características geológicas, de flora e de fauna, e do ponto de vista histórico e cultural, devem ficar sob a proteção do poder público;

5) Que seja um dos objetivos da nova constituição propiciar mecanismos capazes de reverter o atual processo de degradação ambiental (processos de desertificação, redução de cobertura vegetal, erosão, poluição e morte dos rios, etc.);

6) Consolidar o Sistema Estadual de Meio Ambiente e propiciar a criação de Sistemas Municipais;

7) Promover a conscientização pública sobre as questões ambientais, estabelecendo como ponto básico o livre acesso a todas as informações necessárias;

8) O desenvolvimento auto-sustentado, que preve o desenvolvimento adequado e compatível com a preservação dos recursos naturais, para gerações atuais e futuras induzindo a justiça social e consequentemente melhoria da qualidade de vida da população.

O SR. PRESIDENTE| (Haroldo Ferreira): ... qualidade de vida da população". (Termina de ler).

Queria portanto, reiterar neste momento, neste Fórum de Debates, um documento que aqui foi lido sobre a criação da frente verde do Paraná, como já foi dito. Importante neste momento constitucional e que a gente possa ter inclusive, após as discussões da própria Constituinte, um subproduto que seja a organização das entidades ambientalistas com poder de participação,de decisão, sobre essas questões a nível de Estado do Paraná.

Como eu disse, é um Bloco Parlamentar Supra partidário e eu achp que compete a nós neste momento, e eu convoco o Deputado Pedro Tonelli que aqui está presente, o Deputado Nereu Massignan que, com contactos que já tivemos com Deputados de outras Bancadas,de outros Pardtidos, que façamos daqui para a frente , uma correlação de forças para que isso seja uma consequência verdadeira dos t abalhos que possamos ter doravente aqui no Paraná.

Na sequência do nosso Fórum, teremos uma série de pessoas para colocarem as suas posições e eu convidaria de imediato ao companheiro Cleverson Andreolli para - que fizesseq considerações a respeito desse momento.

O SR. CLEVERSON ANDREOLLI : Eu gpstaria de cumprimentar a todos e dizer que não trago nada de nóvo, mas trazer algumas observações sobre as condições ambientais.

Morrem no mundo, por ano, 10 a 20 milhões de crianças de zero a cinco acnos de idade, de fome. Essa doença social caracterizada a nível internacional, deixa claro que a produção de alimentos, conseguida em cima de degradação de recursos naturais, nem sempre serve para atender as - necessidades básicas da população como um todo.

Em cima do raciocínio de que - uma qualidade ambiental póde ser causada por uma tecnologia -

adequada e uma baixa qualidade ambiental pode ser causada por uma tecnologia inadequada pelo uso do eco-sistema que não tenha aquela vocação ou pela excessiva pressão do meio ambiente e - nos referimos ao sub produto do exagero da vontade de se retirar algo do eco-sistema, essa política, a nível internacional é - iniciada nos países sub desenvolvidos.

Existem muitos dados que caracterizam bem essa situação. Para resumir, eu colocaria um dado do - Prêmio Nobel de Economia - holandês - que caracteriza a nível internacional o consumo per capita de países desenvolvidos, situando-o por volta de 14 vezes acima do consumo per capita dos países sub desenvolvidos. Se em um país sub desenvolvido o indivíduo come um Kilo de feijão, no País desenvolvido, ele come 14. A cada carro que o sub desenvolvido tem, no desenolvido tem 14. Essa distribuição de riqueza, absolutamente infeliz a nível internacional, pode ser demonstrada por alguns desperdícios que podemos verificar: no ano passado, o orçamto m ilitar dos Estados - Unidos eram de 488 bilhões de dólares, quase 4 vezes a nossa dívida externa. O orçamento nuclear dos 7 maiores países do mundo, chegava à ordem de um trilhão de dólares, num Planeta que - diz que se não se cobrar a dívida externa dos países sub desenvolvidos, haveria um colapso econômico, no entanto, um trilhão - de dólares para se comprar um produto que, na melhor das hipóteses não será usado, é uma clara demonstração de que essa - péssima distribuição de riquezas não está tendo os seus maiores méritos. Para se ter uma idéia disso, esse dinheiro representa o equivalente a 70% de todo o PIB produzido na África e na América Latina.

Essa concentração de riqueza ab - surda a nível internacional, ela é exponencializada pela péssima distribuição de riquezas nos países sub desenvolvidos. Nós aqui no Brasil falamos de que o Brasil tem o título do País que

tem a pior distribuição de riqueza do mundo. Para se ter uma idéia da s tuação nacional, dados de 1.984 mostram que 1% dos mais ricos do Brasil consomem 29,8% das riquezas produzidas no País, enquanto que 50% dos mais pobres, 14,6%. ou seja, 1% dos mais ricos consomem duas vezes mais do que 50% dos mais pob4es.

10% dos mais ricos consomem 50% das riquezas do País. Esses dados foram confirmados em recentes estudos feitos pela UNIDO, onde João Furtado comparou a porcentagem do PIB de 40 países. O Brasil, evidentemente, fez a menor porcentagem com 17% , enquanto a média é 42%.

A média da América Latina é 27%, na Nova Zelândia, 78% , em países como Zimbabue 41%, Brasil, 17%.

O outro lado da balança - um indiador econômico chamado marcap. Esse marcap é caracterizado pelo valor final do produto. Quase quw chega no conceito de lucro. O marcap do Brasil é 52%, ou seja, as empresas do Brasil, por pagar menores salários , tem as maiores margens de lucro. Na Améica Latina 47% , em países como a Holanda, 11%, enquando que o Brasil com 52%. Esse dado é importante para a gente demonstrar e se ver determinadas categorias no Brasil, reclamando da atual situação política brasileira. É um dado curioso porque parece - com esses dados, que a inflação não é tão ruim, não afeta de uma forma tão igual a todos.

Essas concentrações de riqueza, a- nível internacional e a nível interno, só vem exponenciar o - problema de meio ambiente. Por que ? Porque se o mundo já está com tanto processo de degradação para gerar as riquezas atuais, e as riquezas atuais não servem para as necessidades básicas da população, imaginem se se pretendesse fazer uma adequação desse processo. Dos 5 bilhões de habitantes , 1 bilhão teria consumo adequado , tres bilhões mantinham sequer as suas -

necessidades básicas, sempre com afetação muito grande nos ecoistemas internacionais. Até que se estabeleça um limite básico de consumo, se imagina que a degradação vai ser maior.

Desses problemas ambientais no mundo, para dar um quadro geral, precisaria tres trabalhos: o primeiro, de número 34 da FAO (?) estima que se perdeu 1/3 das terras agricultáveis por erosão.

Dados do IAPAR, com relação a esse processo: se perde 1 cm. de solo de terra fértil a cada ano, o que a natureza leva de 400 a 1.200 anos para recriar. Já se conseguiu criar no Paraná, um deserto de aproximadamente um milhão de hectares na zona oeste do Paraná.

Cobertura florestal de 80% no início do Século e menos de 5% hoje, onde mais de 90% localizada na Serra do Mar .

Doze milhões de toneladas de sal são obtidas pela Bacia do Ivaí. 12 milhões de toneladas são 15 mil jamantas de 20 metros de comprimento, o quw daria uma fila de jamantas de 3 mil quilômetros. É o que se perde somente peka Bacia do Ivaí.

A nível de idrelétrica, o Paraná que já sofreu bastante com o Projeto de Itaipu, com orçamento inicial de 12 milhões de dólares e chegou a mais de 20 milhões de cólares, sofre hoje a ameaça de ilhamento do Estado do Paraná.

Só para citar um dos exemplos, eu citaria o caso da Ilha Grande que tem um lago 3 a 4 vezes maior que Itaipu, gerando 18% da energia daquela hidrelétrica. Uma inundação de 3.400 Kms^2 e com un simples processo de se dividir essa hidrelétrica - em vez de uma de vinte, e sim duas de dez, poderia se reduzir a inundação em aproximadamente hum mil quilômetros quadrados.

O desafio urnano que o Brasil passa hoje ...

17/03/89 COMISSÃO ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL ACS

14:45 - 1 -

O SR.CLEVERSON ANDREOLI ... que o Brasil passa hoje, pelo senso de 80, desde 1980 até o ano / XXXXX 2.020 haveria um acréscimo de população de 132 milhões nas / grandes cidades, quer dizer; Você teria que fazer um outro Brasil em cima do Brasil urbano, em cima das grandes concentrações urbanas di País.

A visão de extinção de espécies, nos dois informativos mais respeitados no mundo com relação a isso indicam que somente neste último século, no século XX, o homem tenha competência de conseguir extinguir de 500 mil a 1 milhão de espécies no planeta, o que significa praticamente 10% do número de / espécies vivas, em nenhuma das fases do planeta terra, considerando as glaciações que houveram, a velocidade em questão de espécie foi tão grande quanto está sendo neste século.

Com relação a estrutura ambiental: Quer dizer, o que o Estado tem para atender esses problemas / de meio ambiente, que são refletidos por alguns desses dados que / foram demonstrados.

O Brasil, de acordo com data de / 1986, onde foi calculado o número de pessoas que trabalhavam com o meio ambiente, desde que todas elas fossem fiscais, desde o superintendente até o motorista, o servente de cafezinho, etc, daria / uma área de 1560 quilômetros quadrados para cada pessoa; do orçamento federal menos de 0,05% era carreado para o meio ambiente; / aqui no Paraná a Surema era responsável por 0,48% do orçamento / do Estado, menos de meio por cento. A estrutura, se calculando o / número de embarcações que toda a estrutura ambiental do Brasil possuia no ano de 86, cada embarcação era responsável por fiscalizar uma área de 577,67 quilômetros quadrados de águas inferiores e mais 77,16 quilômetros de costa, considerando que de todas as embarcações, tinha 80 embarcações que eram barcos infláveis. Quer dizer, realmente com esse tipo de estrutura é absolutamente impossível se

O SR. CLEVERSON ANDREOLI ... impossível se imaginar fazer qualquer tipo de preservaçãoambiental, quer dizer, eu acho que a estrutura simplesmente demonstra a irresponsabilidade do Governo brasileiro para tratar desta questão.

Sem me alongar na questão Amazônica, que tem sido hoje um exemplo mundial e que tem sido negado a / sua depredação pelas autoridades brasileiras. Eu só vou dar o último número que eu tive informação. A média de desmatamento autorizado pelo IBDF no ano passado deu 67 quilômetros quadrados de de floresta por dia, é esse o trabalho que o Brasil tem feito hoje na / Amazônia, que não tem sido considerado um trabalho de agressão, de estabilização de equilíbrio ecológico daquela região pelo Governo brasileiro.

O SR. RAFAEL GRECA - Quanto por dia?

O SR. CLEVERSON ANDREOLI - 76 quilômetros quadrados por dia de desmatamento autorizado pelo IBDF, sem considerar o que foi desmatado sem autorização.

Bom, para concluir, eu só quero dizer / que esse modelo de desenvolvimento, altamente degradador de recursos naturais, é absolutamente um tópico, quer dizer, a gente já / viu muitas vezes se criticar os ecologistas e eu queria hoje devolver um pouco esse tipo de acusação.

Os Estados Unidos com 7% da população do planeta, consomeme mais 30% de energia gerada no mundo, se todos / países quisessem copiar o modelo, o tipo de desenvolvimento americano, nós com três países, ou seja, 21% da população teríamos 90% de energia elétrica; quer dizer, é impossível quatro países no mundo ter as mesmas proporções de consumo que os Estados Unidos têm. Eu só quero dizer com isso que aquele modelo de desenvolvimento, é um modelo absolutamente tópico, os recursos naturais não dão base de sustentação para garantir o desenvolvimento efetivo. Então, acho que o nosso caminho é a busca de um novo modelo de desenvolvimento que nós temos convencionado chamarem de desenvolvimento alto sus-/

O SR. CLEVERSON ANDREOLI... alto sustentado, uma nova versão econômica, que parte da base que se não houver recursos naturais que sustetem o desenvolvimentoeconômico, todos os outros serão irreais. E com o outro lado da moeda, quer dizer, esse desenvolvimento tem que atender a demanda básica da / população como um todo, tentar se implantar, tentar melhorar a implantação da justiça social. Nós não podemos esperar que essas / disproporções de riquezas à nivel internacional sejam resolvidas no dia em que o Bushe chegue na televisão e peça para os Americanos consumirem a metade de um terço que consomem para eles poder explorar menos o Brasil. É claro que uma postura dessa vai ter / que ser arrancada fora da nossa organização social, nós não podemos esperar qualquer ação paternalista dos países desenvolvidos / com relação a esse tipo de processo. É na busca desse tipo de modelo é que nós temos hoje numa ~~região~~ reunião como essa para escutar quais são as diversas propostas,para que a gente avance na preservação do meio ambiente e avance na busca de um novo modelo de desenvolvimento, que seja mais adequada a sustentação ambiental e melhoria de preservação de vida à exploração. Muito Obrigado.

O SR. HAROLDO FERREIRA (PRESIDENTE) ...

17/03/89 EZ -1- 14:50

O SR. PRESIDENTE (HAROLDO FERREIRA)-...Nós queremos agradecer a participação do Cleverson , inclusive tem contribuído muito conosco , a nível da Comissão Temática da Ordem Econômica e Social ,na questão ambiental, e que tem se proposto ,inclusive a nos assessorar e a nos ajudar a coordenar os trabalhos nesta área. Obrigado, portanto, ao Cleverson.

Eu queria anunciar aqui a presença da Deputada Irondi Pugliesi, Do Deputado Rafael Greca, e convidá-lo a se sentar à Mesa conosco , ele que é presidente desta comissão, e que nos delegou hoje o compromisso e a responsabilidade de dirigir os trabalhos nesta oportunidade .

Rapidamente, vou passar a palavra ao nosso presidente da comissão, na seqüência também a palavra ao Deputado Nereu Massignan ,que tem que se ausentar por motivos de compromissos no / Sudoeste, e na seqüência , nós ouviremos o Dr. Andrigueto ,que é da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento .

O SR. RAFAEL GRECA- Meus nobres Pares, Deputada Irondy, Deputado / Tonelli, Deputado Realator, Deputado Massignan,meu caro Cleverson, minhas Sras. e meus Srs.

A minha ausência, na sessão de hoje, se deve ao motivo ecológico. Eu preciso tocar a obra do Parque Chico Mendes, senão ele não fica pronto para 4ª feira próxima, às 11:00 h da manhã, / quando nós vamos entregá-lo à comunidade curitibana e internacional.

È uma espécie de um referencial da floresta Amazônica, aqui em Curitiba;vai ser a sede de ~~estudos~~ de estudos/ INstituto Amazônicos ;eu conversava com a a antropóloga Amélia Alegretti, que é a / presidente do Instituto, aqui no Paraná, e conversava, por que na realidade se fazer fora da floresta um Instituto de Estudos Amazônicos.

E ela dizia que era exatamente, para que as populações não abagadas, pela floresta, ou pelos conflitos, que a floresta tão densamente suporta, hoje, elas passassem a ter a consciência da preservação florestal.

Gostaria de ter a presença dos Srs. e das Sras, e / da nossa diretora , da cidade , que eu percebo ecológica agora, Amélia Almeida, e dos Pares Deputados, na abertura deste bosque. E, pelo seguinte, nós queremos que ele seja o 1º alerta , para / as outras cidades do Brasil, e que o Presidente Sarney quer transformar a questão da floresta Amazônica nas suas Ilhas Malvinas. É uma estratégia clássica, de política externa ;pois, quando as coisas vão mal dentro de casa, a gente arruma uma guerra com os / "metecos", com os extrangeiros ;é todo um tratado grego de política.

A poli está desorganizada , você acalma a assembléia , e, vamos de novo invadir. Olha Esparta aí; é assim que se acalmava a Câmara de Atenas ; e a D. Amélia pode aprender.

A questão da floresta são as Malvinas do Sarney; e nós temos toda a disposição de denunciar isto , não só com este parque, onde o trabalhador que/ foi morto, mas, também é muito forte, de que há hoje os povos da floresta, que são os índios, os seringueiros, e os castanheiros. E, que não são gente de classe média como nós, bem alimentada, bem vestida, que vai à floresta coberta de "autan", ou com mosqueteiros, mas, são as pessoas que têm a consciência da / floresta ,porque eles precisa, da floresta viva, para que eles possam viver. De repente, os seringueiros, os castanheiros, são mais importantes do que os suiços , os suecos , os franceses, os curitibanos, preocupados coma Ecologia.

Porque, eles são quase como uma defesa endógena da floresta ;é a própria floresta se auto defendendo. Por isto, é tão importante, para mim, do meu ponto de vista, este projeto, por isto que, eu vou relevar a minha posição de presidente , mas, eu sei que o Deputado Haroldo fará isto com paciência, e com profunda capacidade,

capacidade , e os outros Pares também vãosustentar o quórum da Sessão, Mas, su gostaria que este quórum se transferisse também, para a abertura do bosque, que é na 4ª feira, às 11:00 h da / manhã, no final da rua Jacarezinho, nas Mercês ...

O SENHOR RAFAEL GRECA - ... Mercês. Quando a rua Jacarezinho faz uma curva para ir em direção ao canal quatro a gente desce e daí é o fundo de vale que está sendo recuperado. Lá vai ter a placa, a carta do Chico Mendes para o Juíz de Chapuri, dizendo que ele ia ser morto, que a sua mote estava marcada lavada pela água mineral da fonte Gutierrez. E esta carta está escrita em mármore porque um dia nós vamos apagar. Como a água vai apagar daquele mármore aquelas palavras, nós vamos apagar do Brasil a vergonha da impunidade, sobretudo, na questão ambiental que passa pela Educação.

Em nome da Assembléia, do Poder Constituinte do Estado, dessa Comissão, eu agradeço sobremaneira a ~~presença~~ maciça presença de vocês. (PALMAS).

Bom, no mesmo dia, na sequência desses eventos há aqui no Plenarinho a segunda reunião do Comitê Chico Mendes para debater a Amazônia com estas personalidades que vem. Inclusive, ~~XXMÍXXXXXXXXXXXXXX~~ o Míster Roberto Lange a Ilza Mara, mas, vem o Míster Roberto Lange, que é o presidente do Fundo das Nações Unidas para a Preservação do Meio Ambiente, ~~XXXXXX~~ DOMEC(?) que tem sede em Naiobi e Kwait. Eles premiaram o Chico Mendes uma vez e ele vem a ~~XXXXXX~~ Curitiba e ~~ele~~ deve estar presente neste debate também, porque no dia vinte e três eles vão todos para o Acre.

São todos muito bem vindos na Assembléia.

O SENHOR HAROLDO FERREIRA - Agradecendo a participação do Deputado Rafael Greca. Nós passamos, rapidamente, a palavra ao Deputado Nereu Massignam para depois darmos continuidade aos trabalhos.

O SENHOR NEREU MASSIGNAM - Eu apenas quero justificar a minha ausência. Eu tenho que comparecer

comparecer a um encontro de Suinocultores, eu acho que isso também não é incompatível com Ecologia, já que é um setor produtivo importante para o Sudoeste. Terei que estar lá às noves horas da manhã, infelizmente, então, não há como eu participar do encontro de hoje. Eu imaginava até que eu poderia viajar amanhã cedo, mas, é impossível.

Estou justificando a minha ausência e lamento muito não poder compartilhar com vocês deste debate que eu aguardei com muita ansiedade, porque eu tenho certeza de que eu iria aprender muitas coisas. Mas, eu vou carregando na viagem o pensamento de que o ~~dbxx~~ debate será produtivo e que daqui nós vamos tirar algumas coisa criadora para a Constituinte do Estado do Paraná.

Considere a minha ausência um fato inusitado e isso não quer em absoluto dizer da não preocupação minha do Meio Ambiente e da Ecologia, ~~pexxxxx~~ pelo contrário, estamos empenhados nesta luta, junto com vocês, e esperamos que tenhamos sucesso no nosso trabalho,

Muito obrigado. (PALMAS)

O SENHOR PRESIDENTE (Haroldo Ferreira) - Na sequência convidamos o Dr. ~~XXXXXXXXXX~~ A Andriguetto da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento para fazer as suas observaçoes.

~~O SENHOR ANDRIGUETTO~~ O Senhor pode sentar-se aqui na Mesa, só explicando que a coordenação dos trabalhos estipulou um tempo limite de participação, para que ele não seja extrapolado dos quinze minutos para que todos possam ter condições democráticas de participar e trazer as suas idéias e observações nesse fórum de debate.

Dr. Andriguetto por favor.

O SENHOR ADRIGUETTO - Eu quero esclarecer que este trabalho que nós apresentamos, uma proposta à

proposta à Constituinte Estadual com o encontros dos funcionários ~~expoxíxxxx~~ do ITCF e da Secretaria de Agricultura, a qual eu pertenço já há quase vinte anos.

Eu posso garantir que todos nós que firmamos o trabalho e participamos dele e emitimos ~~xpx~~ opiniões temos uma experiência própria sobre o assunto. Talvez por divergência um tem um e outro elemento, mas, todos voltados para um só objetivo.

Começamos por mim, há mais de dezessete anos trabalhando no setor jurídico da Agricultura, apoiando toda a ação fiscalizatória da própria Secretaria e mesmo do IBDF, para onde ela foi ~~xxxxxx~~ transferida posteriormente. Mas, não fiz apenas um acompanhamento de escritório sem procurar saber porque e como acontecia as coisas. Assim também é o Herádio, que tem uma vivência completa do Meio Ambiente de toda a sua problemática. Assim é o ~~X~~ Luiz Sérgio e o Mário que é o executor da Lei do Tóxico, a Lei Estadual de agrotóxico. Falou em agrotóxico não precisa nem dizer mais nada, o quantp este rapaz conhece e ~~qxxx~~ o quanto ele sabe disso. E assim, todos os demais membros têm conhecimentos próprios. Não aventuramos, não emitimos meros palpites. Estudamos, pensamos e realizamos.

A tônica...,

O SR. ANDREGUETO - ... a tônica do nosso trabalho, eu escutei atentamente, primeiro eu queria fazer uma menção ao que disse o nobre Deputado Greca, sobre a Amazonas, também estamos enfronhados neste assunto. Ele foi muito feliz em dizer que a Amazonia são as Malvinas do Brasil. Aliás eu já chamo a Amazonia deindependente, como assim foi batizada e a Amazonia não é independente, a Amazônia é livre, livre para exploração, para depredação. Voltando ao nosso trabalho, nós escutamos o resumo feito pelo ilustre Deputado da proposta a Constituinte. Nós do nosso grupo, nós estamos plenamente de acordo com todos aqueles principios ali citados, só insistimos e achamos que deve constar da nossa Carta Magna Estadual, disposições objetivas que atinjam realmente o que nós propomos, que busque assegurar medidas concretas e reais coercitiva contra os eternos e permanentes depredadores embora estejam se reduzindo dia a dia, mas sempre têm aqueles que insistem e persistem. Faço mais um parênteses, para por a minha posição pessoal, que é de quase todo mundo, mas é mais minha, sou adepto incondicional da educação ambiental, posso dizer aqui, minha esposa por esemplo, etá na Prefeitura oje trabalhando 10 hora por dia, em treinamento de pessoal para educação ambiental, como chefe de uma das divisões lá, mas quero deixar patente, como jź tenho feito em todas as ocasiões e pedir para os nobres Deputados, que não esqueçam, por favor, pelo amor de Deus, que processo educativo nenhum vai trazer resultado se não tiver um processo paralelo coercitivo. Essa é uma tese minha de muitos anos, já fui múitas vezes criticado, inclusive pelo nosso amigo o Sr. Claus Magnus, num simpósio lá em Maringá, mas se a educação é é fundamental, é necessário, hoje nós já conhecemos muitas crianças, muitos adolescentes já com sentimento ecológico, coisa que não tínhamos anos passados, isto é muito bom e chegaremos muito além disso, mas por favor não esqueça que enquanto a gente educa, mesmo que seja a maioria, a ente educa mil a preservar o meio ambiente, dez deseducados destroem tudo aquilo que esses mil aprenderam a conservar. Lembre-se que em toda a medida preservacionista, ali´as toda medida preservacionista ela impinge uma restrição de lucros, uma restrição de van-

vantagens, uma restrição de prazer.

O cidadão que deixa de cortar aquela mata na beira do rio, para preservar o lago, o curso d'água, ele está perdendo dinheiro, não falta dias que chega lá gente lhe ofereceno tanto pela madeita de lei, tanto pela outra madeira que não é de lei, mas serve para carvão, etc. e o dinheiro é um sedutor que todos vocês conhecem.

Aquele cidadão que deixa de fazer a sua caçada, de matar as últimas espécies de uma ave qualquer ou de fazer aquela pesca pedratória, ele está se privando do prazer e contra essa privação de prazer, principalmente contra a preservação de vantagens, tem que haver força coercitiva, para que nós os educados ecologicamente e os nossos educandos, não sejamos, não ~~xxxxxxx~~ façamos, me desculpem a expressão chula, não façamos o papel de simples palhaços, porque enquanto ~~xxxêx~~ você prega a educação, enquanto você prega as vantagens do meio ambiente, da conservação, das matas ciliares, a pureza das águas, meia dúzia está tirando vantagem da sua depredação, meia dúzia está tirando vantagem da sua poluição, portanto que os novos Constituintes e que todos aqueles que participam aqui não esqueçam, façamos tudo pela educação ambiental e educação ecológica, mas não esqueçamos de trazer uma (incompreensivel) que dê aos governantes, que dê ao Poder Público meio de coibir aqueles que não querem ser educados ou aqueles que educados acham mais vantajoso depredar porque lhes dá mais vantagem e aliás isso é fundamental ...

O SR. ANDRIGUETTO:- ...E, eliás, isso é fundamental. Em qualquer processo educativo sempre tem um processo coercitivo paralelo. A própria criança quando vai para a escola com os seus sete anos, é recebido com beijos e carinhos pela professora. Dez dias depois ou vinte dias a professora já a repreende, já manda um bilhetinho para o pai: ela tem que fazer assim,se você não fizer eu mando um bilhetinho, chamo teu pai, tua mãe. O que é isto? É uma coerção para que ela siga o processo educativo. A nota que se dá no final do ano, eu também já fui professor militante, a nota que se dá, a nota que não se dá no final do ano o que que é? É uma coerção para que o educando siga o processo educativo. Então, a educação ecológica que hoje está, graças a Deus, tão em voga, é preciso que se arme um esquema também, que se oponha(?) esse processo coercitivo para que os afastados do processo educativo não imponham suas vontades, que não imponham suas vantagens em detrimento de todos aqueles que são educados.

É isso que eu peço mais uma vez, Srs. Deputados, deixemos na Constituição trilhas, instrumentos, que faça, que impinja , não só quem instrumentaliza os governantes, mas como imponha aos governantes, porque os governantes também tem muita culpa no cartório, quer por economia de pessoal, por economia de equipamentos ou quer às vezes, por interesses outros, também já deixam de cumprir as poucas leis que nos restam. Talvez me contradigam, mas existem inúmeras leis , mas leis eficazes de proteção da natureza são poucas. O nosso próprio Código Florestal é um poema, mas tem dois, três artigos que o derrubam(?) completamente. Se um dia vocês quiserem saber...(inaudível). A nossa lei federal de proteção de solo é uma barbaridade, linda, só que ninguém cumpre, não tem nenhum meio coercitivo de fazer cumprí-la. Assim também são quase todas as demais leis de proteção do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis.

Portanto, Srs. Constituintes, não esqueçam disso. Instrumentalizemos os governantes, mas também imponhamos medidas...

que façam com que eles cumpram estas medidas. Que eles nãosaiam pela tangente a título de economia para gastar em obras que lhes dão placas de bronze e que lhes dão mais renome.

Era este o apelo que eu queria fazer em meu nome próprio e creio também dos meus companheiros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo Ferreira):- Agradecemos a participação do Dr. Andriguetto que é advogado da SEAB e na sequência nós convidamos o Dr. Mauro Rocha, chefe do serviço de meio ambiente do SEDU(?). Se ele não está nós passaremos para o seguinte e tão logo chegue ele terá oportunidade de fazer a sua observação.

Na sequência Dr. Alberto Bacarin, Superintendente da SUREHMA.

Na sequência nós chamaremos o Roberto Langue.

O SR.ALBERTO BACARIN:- Inicialmente a saudação aqui através de mim, mas de todos os funcionários da SUREHMA que estão aqui, a Irondy, ao Pedro, Haroldo, nosso amigo pessoal e antecessor, o Cleverson, que está assessorando o Haroldo, e neste primeiro momento quando a gente vê uma pessoa com as qualidades do Cleverson, nós trabalhamos juntos com esta Comissão, todos os funcionários da SUREHMA já se sentem realmente com ânimo muito maior de trabalhar, porque sabemos das qualidades que são inerentes ao Cleverson, que nós assumimos e pegamos um trabalho que vinha sendo desenvolvido e estamos tentando conduzir da melhor maneira possível.

Mas, as propostas que a SUREHMA tem apresentado à Secretaria de desenvolvimento urbano e meio ambiente, elas são fruto de trabalhos anteriores na SUREHMA e também através de seminários regionais de meio ambiente...

SR.ALBERTO BACCARIM - ... e Meio Ambiente que foram promovidas durante o mês de outubro do ano passado. Foram 8 seminários regionais em um mês nas cidades pólo do Estado e que foram apresentadas 8 cartas para que a SURHEMA pudesse compilar isso e dar seguimento na Conferência Estadul de Meio Ambiente que se dará agora em abril. Além desses Seminários regionais foram realizadas na SURHEMA também algumas reuniões das associações ambientalistas que se ocuparam, ocuparam o auditório da SURHEMA para se reunirem e também tiraram sua proposta que serviram também de subsídio para esse estudo da SURHEMA. E culminou então c om a contratação de um consultor Dr. Paulo Afonso Lélio Machado, conhecedor das pessoas que estão aqui, ilustre ambientalista há longos anos no Brasil, que redundo então, no último sábado nós fechamos esse anteprojeto do capítulo do meio ambiente e que foi entregue. nesta semana, ao Dr. Ary Queirós Sec.do Meio ambiente.

Nesse anteprojeto que inclusive nosso assessor jurídico Dr. João Gualberto está de posse de algumas cópias, nós procuramos realmente se ater a todosos pontos em que fazem parte dessa área, com relação ao que o Companheiro do ITCF falou há pouco, realmente tomando em conta duas coisas: Primeiro a história toda da SURHEMA, o passado todo, se procurou colocar o sentimento desse passado no documento. E segundo apresentar aos Deputados coisas realmente que são importantes e coisas para se atingir o reaql, hoje, e pensando também np futuro do nosso Estado. E ela tem vários tópicos abordado, entre os quais : instalações nucleares, obras e momumentos artísticos, históricos naturais tombados, unidades públicas de conservação, reservas florestais públicas e privadas, praias, estudo prévio de impacto ambiental, referente a conselho estadual de meio ambiente, administraçção integrada dos recursos naturais. Nós vimos aí a nível federal fundado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, e o Paraná após a Constituição...

Estadual, deverá pensar seriamente na unificação dos órgãos que trabalham no meio ambiente hoje. Volto : seguro contra danos pessoais e ambientais de cargas perigosas, agrotóxicos, vedação de financiamentos no descumprimento da legislação ambiental, levantamento ecológico do território estadual, recursos minerais, tratamento de esgotos domésticos, diretrizes ambientais no plano diretor dos municípios, coleta e disposição adequada, coleta e tratamento ~~dex(x2x)x~~ e disposição de resíduos, auto-monitoramento. Nas disposições transitórias : levantamento ecológico e receita orçamentária para coleta e tratamento de esgoto dos municípios.

Eu vou me ater a alguns assuntos ~~x~~ principais sendo que outros, porque tem outros tópicos aqui que são igauis e queoutros companheiros apresentarão. Então eu vou me ater apenas a alguns:

Com relação às unidades públicas de conservação, reservas florestais,públicas e privadas : então é imcumbência do poder público;

PRAIAS : Incumbe ao poder Públco conservá-las.

Estudo prévio de IMPACTO AMBIENTAL : (lê)

(continua lendo o anteprojeto ...)

23

- 3 -

15.10

(1)

"ANTEPROJETO DO CAPÍTULO DO MEIO AMBIENTE"

"CONSTITUIÇÃO DO ESTADO"

- DIREITO AO MEIO AMBIENTE DEVER DE DEFENDÊ-LO E PRESERVÁ-LO

- Art. - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à Coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

- INCUMBÊNCIAS AO PODER PÚBLICO

- § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- INSTALAÇÕES NUCLEARES

- I - Monitorar as instalações nucleares existentes no Estado, colocar e operar sistemas de alarme dessas instalações e comunicar imediatamente ao público qualquer fato potencialmente danoso, responsabilizando-se obrigatoriamente o agente público pela omissão, retardamento, falsidade ou imprecisão no cumprimento do dever;

- OBRAS E MONUMENTOS ARTÍSTICOS, HISTÓRICOS E NATURAIS TOMBADOS

- II - Conservar as obras e monumentos artísticos, históricos e naturais tombados, por lei ou decreto, responsabilizando-se obrigatoriamente o agente público em caso de ruína, de deterioração ou mutilação da obra ou monumento;

- UNIDADES PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO RESERVAS FLORESTAIS PÚBLICAS E PRIVADAS

- III - Fiscalizar e manter as unidades públicas de conservação e fiscalizar as reservas florestais públicas e privadas, sendo que estas não poderão ser inferiores a vinte por cento da área do imóvel, devendo ser averbada a delimitação das reservas no Cartório de Registro de Imóveis.

- PRAIAS

- IV - Conservar as praias, impedindo extração de material ou a construção e instalação de qualquer obra ou atividade que dificulte a livre fruição do bem público, responsabilizando-se obrigatoriamente o agente público pela autorização ou omissão.

- ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL

- V - Determinar a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação e operação de atividades que possam causar significativa degradação do meio ambiente, analisando-se as alternativas, sendo o estudo efetuado por equipe multidisciplinar independente do requerente do licenciamento e do órgão público licenciador, sendo obrigatória a informação adequada e a posterior realização de audiência pública, convocada tempestivamente, através de edital pelos órgãos públicos e privados de comunicação;

- CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

- VI - Organizar o Conselho Estadual do Meio Ambiente para formular a política ambiental do Estado, tendo entre outras competências, a de decidir em grau de recurso o licenciamento das atividades utilizadoras dos recursos ambientais, sendo um terço do órgão composto de associações, constituídas na forma da lei, e que tenham por finalidade a proteção do ambiente;

- ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA DOS RECURSOS AMBIENTAIS

- VII - Estruturar, na forma da lei, a administração integrada dos recursos ambientais, levando em conta a bacia hidrográfica, com a participação dos Municípios e de representantes dos usuários da bacia hidrográfica considerada;

- SEGURO CONTRA DANOS PESSOAIS E AMBIENTAIS/CARGAS PERIGOSAS

- VIII - Exigir a realização de seguro contra danos pessoais e ambientais a ser efetuado pelos transportadores e produtores de cargas perigosas operando no Estado;

- ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

- IX - Fomentar e auxiliar tecnicamente as associações de proteção do meio ambiente, constituídas na forma da lei, respeitando sua independência de atuação;

- AGROTÓXICOS E BIOCIDAS

- X - Instituir sistema de registro e licenciamento de agrotóxicos e biocidas e fiscalizar a comercialização, o uso e a aplicação desses produtos;

- VEDAÇÃO DE FINANCIAMENTO/DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

- § 2º - Os órgãos da administração direta ou indireta do Estado não poderão financiar pessoas físicas ou jurídicas que descumprirem a legislação ambiental, ficando suspensos os contratos celebrados, enquanto durar o descumprimento da legislação;

- LEVANTAMENTO ECOLÓGICO DO TERRITÓRIO ESTADUAL

- § 3º - O Poder Executivo do Estado fará realizar levantamento ecológico do territorio estadual e apresentará projeto de lei estabelecendo diretrizes ambientais de uso do solo, nelas compreendidas a proteção das águas, do ar, do solo e da biota;

- RECURSOS MINERAIS RECUPERAÇÃO DO AMBIENTE DEGRADADO CAUÇÃO

- § 4º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o ambiente degradado, apresentando caução que torne confiável o cumprimento da solução técnica exigida pelo órgão público competente;

- TRATAMENTO DE ESGOTOS DOMÉSTICOS MUNICÍPIOS

- § 5º - Os Municípios, por si ou por seus concessionários, são obrigados a tratar os esgotos domésticos por eles coletados, antes do lançamento dos mesmos nas coleções hídricas, obrigando-se o Estado a concorrer com cinquenta por cento das despesas para a construção das estações de tratamento;

- DIRETRIZES AMBIENTAIS NO PLANO DIRETOR-MUNICÍPIOS

- § 6º - Os Municípios deverão inserir diretrizes ambientais no Plano Diretor, entre elas devendo constar a reserva de área verde na proporção de, pelo menos, dez metros quadrados de área verde por habitante, distanciamento das habitações de forma a permitir adequada captação da luz e da energia solar, zoneamento das atividades, evitando-se a poluição sonora, atmosférica e dos resíduos;

- COLETA E DISPOSIÇÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS-MUNICÍPIOS

- § 7º - Os Municípios, por si ou por seus concessionários, são obrigados a coletar e dispor adequadamente dos resíduos;

- COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS - RESPONSABILIDADE

- § 8º - As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que exercerem atividades consideradas poluidoras ou potencialmente poluidoras, são responsáveis pela coleta, tratamento e disposição final dos resíduos por elas produzidos;

- AUTO-MONITORAMENTO

- § 9º - As pessoas físicas ou jurídicas que exercerem atividades consideradas poluidoras ou que possam causar danos à natureza são obrigadas, sob pena de suspensão do licenciamento, o auto-monitorar suas atividades.

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIAS

- LEVANTAMENTO ECOLÓGICO - PRAZO

- Art. - O Poder Executivo do Estado fará o levantamento ecológico para os fins do art. no prazo de dois anos, a partir da data da promulgação desta Constituição e fará realizar novo levantamento ecológico face à alteração das condições ambientais de parte ou de todo o Estado.

- RECEITA ORÇAMENTÁRIA PARA COLETA E TRAMENTO DE ESGOTOS MUNICÍPIOS

- Art. - Os Municípios são obrigados a incluir em cada orçamento anual, pelo menos dez por cento de sua receita para ser aplicada na construção de coleta e tratamento de esgotos de que trata o art. § 5º.

PAULO AFFONSO LEME MACHADO
Professor na UNESP-Campus de Rio Claro/SP
Presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente -
Premio Internacional "Elizabeth Haub".

- DIREITO AO MEIO AMBIENTE DEVER DE DEFENDÊ-LO E PRESERVÁ-LO	- **Art.** - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à Coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- INCUMBÊNCIAS AO PODER PÚBLICO	- **§ 1º** - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
- INSTALAÇÕES NUCLEARES	- **I** - Monitorar as instalações nucleares existentes no Estado, colocar e operar sistemas de alarme dessas instalações e comunicar imediatamente ao público qualquer fato potencialmente danoso, responsabilizando-se obrigatoriamente o agente público pela omissão, retardamento, falsidade ou imprecisão no cumprimento do dever;
- OBRAS E MONUMENTOS ARTÍSTICOS, HISTÓRICOS E NATURAIS TOMBADOS	- **II** - Conservar as obras e monumentos artísticos, históricos e naturais tombados, por lei ou decreto, responsabilizando-se obrigatoriamente o agente público em caso de ruína, de deterioração ou mutilação da obra ou monumento;
- UNIDADES PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO RESERVAS FLORESTAIS PÚBLICAS E PRIVADAS	- **III** - Fiscalizar e manter as unidades públicas de conservação e fiscalizar as reservas florestais públicas e privadas, sendo que estas não poderão ser inferiores a vinte por cento da área do imóvel, devendo ser averbada a delimitação das reservas no Cartório de Registro de Imóveis.
- PRAIAS	- **IV** - Conservar as praias, impedindo extração de material ou a construção e instalação de qualquer obra ou atividade que dificulte a livre fruição do bem público, responsabilizando-se obrigatoriamente o agente público pela autorização ou omissão.
- ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL	- **V** - Determinar a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação e operação de atividades que possam causar significativa degradação do meio ambiente, analisando-se as alternativas, sendo o estudo efetuado por equipe multidisciplinar independente do requerente do licenciamento e do órgão público licenciador, sendo obrigatória a informação adequada e a posterior realização de audiência pública, convocada tempestivamente, através de edital pelos órgãos públicos e privados de comunicação;
- CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	- **VI** - Organizar o Conselho Estadual do Meio Ambiente para formular a política ambiental do Estado, tendo entre outras competências, a de decidir em grau de recurso o licenciamento das atividades utilizadoras dos recursos ambientais, sendo um terço do órgão composto de associações, constituídas na forma da lei, e que tenham por finalidade a proteção do ambiente;
- ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA DOS RECURSOS AMBIENTAIS	- **VII** - Estruturar, na forma da lei, a administração integrada dos recursos ambientais, levando em conta a bacia hidrográfica, com a participação dos Municípios e de representantes dos usuários da bacia hidrográfica considerada; NÃO LEU
- SEGURO CONTRA DANOS PESSOAIS E AMBIENTAIS/CARGAS PERIGOSAS	- **VIII** - Exigir a realização de seguro contra danos pessoais e ambientais a ser efetuado pelos transportadores e produtores de cargas perigosas operando no Estado;
- ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	- **IX** - Fomentar e auxiliar tecnicamente as associações de proteção do meio ambiente, constituídas na forma da lei, respeitando sua independência de atuação;

- AGROTÓXICOS E BIOCIDAS	- X - Instituir sistema de registro e licenciamento de agrotóxicos e biocidas e fiscalizar a comercialização, o uso e a aplicação desses produtos; NÃO LEU
- VEDAÇÃO DE FINANCIAMENTO/DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	- § 2º - Os órgãos da administração direta ou indireta do Estado não poderão financiar pessoas físicas ou jurídicas que descumprirem a legislação ambiental, ficando suspensos os contratos celebrados, enquanto durar o descumprimento da legislação;
- LEVANTAMENTO ECOLÓGICO DO TERRITÓRIO ESTADUAL	- § 3º - O Poder Executivo do Estado fará realizar levantamento ecológico do territorio estadual e apresentará projeto de lei estabelecendo diretrizes ambientais de uso do solo, nelas compreendidas a proteção das águas, do ar, do solo e da biota;
- RECURSOS MINERAIS RECUPERAÇÃO DO AMBIENTE DEGRADADO CAUÇÃO	- § 4º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o ambiente degradado, apresentando caução que torne confiável o cumprimento da solução técnica exigida pelo órgão público competente;
- TRATAMENTO DE ESGOTOS DOMÉSTICOS MUNICÍPIOS	- § 5º - Os Municípios, por si ou por seus concessionários, são obrigados a tratar os esgotos domésticos por eles coletados, antes do lançamento dos mesmos nas coleções hídricas, obrigando-se o Estado a concorrer com cinquenta por cento das despesas para a construção das estações de tratamento;
- DIRETRIZES AMBIENTAIS NO PLANO DIRETOR-MUNICÍPIOS	- § 6º - Os Municípios deverão inserir diretrizes ambientais no Plano Diretor, entre elas devendo constar a reserva de área verde na proporção de, pelo menos, dez metros quadrados de área verde por habitante, distanciamento das habitações de forma a permitir adequada captação da luz e da energia solar, zoneamento das atividades, evitando-se a poluição sonora, atmosférica e dos resíduos;
- COLETA E DISPOSIÇÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS-MUNICÍPIOS	- § 7º - Os Municípios, por si ou por seus concessionários, são obrigados a coletar e dispor adequadamente dos resíduos;
- COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS - RESPONSABILIDADE	- § 8º - As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que exercerem atividades consideradas poluidoras ou potencialmente poluidoras, são responsáveis pela coleta, tratamento e disposição final dos resíduos por elas produzidos;
- AUTO-MONITORAMENTO	- § 9º - As pessoas físicas ou jurídicas que exercerem atividades consideradas poluidoras ou que possam causar danos à natureza são obrigadas, sob pena de suspensão do licenciamento, o auto-monitorar suas atividades.

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIAS

- LEVANTAMENTO ECOLÓGICO - PRAZO	- Art. - O Poder Executivo do Estado fará o levantamento ecológico para os fins do art. no prazo de dois anos, a partir da data da promulgação desta Constituição e fará realizar novo levantamento ecológico face à alteração das condições ambientais de parte ou de todo o Estado.
- RECEITA ORÇAMENTÁRIA PARA COLETA E TRAMENTO DE ESGOTOS MUNICÍPIOS	- Art. - Os Municípios são obrigados a incluir em cada orçamento anual, pelo menos dez por cento de sua receita para ser aplicada na construção de coleta e tratamento de esgotos de que trata o art. , § 5º.

PAULO AFFONSO LEME MACHADO
Professor na UNESP-Campus de Rio Claro/SP
Presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente -

17.03.89-ircc 15:15 - 1-

O SR. ALBERTO BACCARIM - ...

(Continua leitura do "Anteprojeto do Capítulo do Meio Ambiente - Constituição do Estado")

(Abre espaço para fazer ressalva ao Artigo "X", que trata dos Agrotóxicos e Biocidas)

Então, façamos aqui uma ressalva. Comunicamos aqui aos Senhores Deputados que esse é o momento de se implantar no Estado uma Política Ambiental séria. Ou se decide que o Estado de uma vez por todas implante uma política ambiental séria, de punição aos infratores em que, inclusive, podemos até auxiliar aquelas pessoas que cumprem certinho com a legislação mas punir exatamente dentro do que o companheiro falou, do ITCF, àquelas pessoas que ainda insistem degradar o nosso meio ambiente, os (comendadores ?) que existem por aí, por Curitiba affora.

"O Poder Executivo do Estado ....(retorna à leitura - Fls. 3) ...

(Comentários - após a leitura do Parágrafo 5º)

A SURHEMA tem um levantamento em que hoje hoje com relação ao despejo líquidos poluidores de nosso Estado, em primeiro lugar nós temos os esgotos domésticos. A situação é constrangedora para o Estado no mesmo momento em que ele fiscaliza .....

O SR. ALBERTO BACCARIM:... em que ele fiscaliza e que ele degrada o meio ambiente. Por isso é muito importante o capítulo.

"Os municípios deverão inserir diretrizes ambientais no plano diretor. Entre elas devendo constar a reserva de área verde na proporção de pelo menos 10 metros quadrados da área verde por habitante. Distanciamento das habitaçoẽs de forma a permitir adequada captação de luz da energia solar. Zoneamento das atividades, evitando-se a poluição sonora e da atmosfera entre os resíduos. Os municípios, por si ou por seus concessionários são obrigados a coletar e dispor adequadamente os seus resíduos. As pessoas físicas ou jurídicas , públicas ou privadas que exercerem atividades consideradas poluidoras ou potencialmente poluidoras, são responsáveis pela coleta, tratamento e disposição final dos resíduos por ela produzidos."

Hoje se discute muito a questão de que às vezes, um empresário, um município, produz um certo lixo e depois o Estado é obrigado a fazer obras minumentais para dispô-lo. E este artigo, então, ele implantaria o auto-monitoramento. Se a indústria, ele pega uma matéria prima, produz um produto, ela comercializa, ela tem a obrigação , desse rejeito, a dispô-lo adequadamente em algum lugar.

E, nas disposiçoẽs transitórias,"o Poder Executivo do Estado fará levantamento ecológico no prazo de 2 anos, a partir da data da promulgação desta constituição e fará realizar novo levantamento ecológico face as condiçoẽs ambientais de parte ou de todo o Estado. Os municípios são obrigados a incluir em cada orçamento anual, pelo menos, 10 % de sua receita para ser aplicada na construção de coleta e tratamento de esgotas. " É do que trata o artigo acima.

Esta é a contribuição da SUREHMA ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio ambiente, que fará chegar aos Deputados, que eu já deixo com o Haroldo. E ,para finalizar, eu gostaria de deixar realmente claro o posicionamento da SUREHMA, que é o de somar esforços, neste momento, com os Deputados, com as entidades ambientalis-

tas, com as outras entidades governamentais, federais, estaduais, da área ambiental e a quem se dispuser a entrar nesta luta. A SUREHMA agradece o convite para participar desta solenidade e coloca todos os seus funcionários à disposição, para que de hoje em diante, comecemos uma luta, a qual o Deputado mencionou, para que ao finalizar a Constituição Estadual do Paraná nós tenhamos o mesmo ganho que tivemos na esfera federal ou mais ainda. Era isso. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Nós agradecemos a participaçao do Dr. Alberto Baccarim, Superintendente da SUREHMA.

Abre-se, neste momento, espaço para o biólogo Roberto Lange, da ADEA. E na seqüência nós ouviremos a Tereza Urban, do Movimento de SOS da Mata Atlântica.

O SR. ROBERTO LANGE: Senhores Deputados, demais autoridades e cidadão, como eu; a Associação de Defesa e Educação Ambiental, a ADEA, é a mais antiga das associaçoẽs ambientalistas do Paraná. E como tal, inclusive na condição de representante da região sul do Brasil e do Conselho Nacional de Meio Ambiente, acompanhou todo o processo de elaboração da Constituição Federal e elaborou documento que infelizmente não tenho aqui em mãos, sobre uma proposta ambientalista à Constituição Estadual, que acredito serviu de base para muitos dos debates e subsídios para muitas das propostas que chegaram à Assembléia

A partir deste livreto, deste documento que nós elaboramos, nós encaminhamos á Assembléia cerca de 30 propostas individualizadas à Constituição Estadual. Eu acredito que o mecanismo deste Encontro, um elemento do processo de elaboração da Constituição , nesta reunião, não há condiçoẽs da gente analisar e debater todas estas propostas ...

ROBERTO LANGE -... todas essas propostas.

Nós gostaríamos de chamar a atenção para alguns aspectos genéricos. O primeiro deles é o corpo, a importância que a questão ambiental adquiriu na vida dos cidadãos desse país nos últimos anos.

A Fundação Getúlio Vargas, uma fundação de pensamento político, a mais desenvolvida do mundo, pelo menos a mais desenvolvida desse país, como subsídios à Constituição Federal, à Constituição da 5ª República, a República atual, elaborou uma ampla pesquisa de opinião que evidenciou que após a questão do menor abandonado, a questão ambiental é a que mais preocupa o espírito dos cidadãos brasileiros.

Foi em cima dessa preocupação que surgiu esse capítulo ~~daxCanxxx~~ de meio ambiente na Constituição Federal.

O que esperamos nessa Constituição Estadual é que a Constituição garanta também um capítulo sobre a questão do meio ambiente onde consolide a Legislação que já vem avançando nesses últimos anos, que ocupe as liberdades que a Constituição Federal oferece aos Estados e que propicie aos municípios que avancem também nas questões de seu peculiar interesse em relação a parte de meio ambiente.

Nós temos umapreocupação em particular na questão de dirigente de uma associação e de militante já calejado na lide ambiental. O que nós estamos assistindo é que a sociedade civil, o país, a Nação está apostando na sociedade civil como um processo de controle da condição ambiental.

Então, a Nova Constituição e as leis ordinárias anteriores a ela como a lei dos direitos difusos, atribuem à agremiações de associações, de cidadãos a tutela dos chamados direitos difusos, ou direito de todos.

A grande questão é de que, a mim me parece, desculpem a expressãochula como diz o Dr. Andrigueto, que a nossa democracia infelizmente ainda é uma democracia de "meia tijela".

Porque se de um lado põe nas mãos dessas associações essas garantias, por outro não dá as menores condições de funcionamento das associações ambientais.

Eu lebraria a todos que a lei portuguesa diz que é obrigação do Estado assistir financeiramente as associações ambientais, coisa que não conta dessa proposta do Dr.Paulo Afonso, nem na maioria das demais.

Partindo do princípio de que cabe, de que o Estado democrático tem o dever de financiar sua crítica. E esse é um princípio ainda longe de ser atingido e eu diria até, como exemplo, o fato de que o imóvel das associações ambientalistas possuem conjunto no centro da cidade, no edifício Dante Aligheri. É um im-óvel do Estado que está cedido às associações a já quase cerca de 10 anos e que agora nós estamos sendo despejados pelo Governador Álvaro Dias. Está correndo a ação judicial do despejo e nós estamos na eminência de sermos despejados desse prédio.

Então, o apoio que temos recebido do Estado não é mínimo. É negativo.

Também dou como exemplo as dificuldades que estamos tendo em relação ao Conselho Estadual do Meio Ambiente que foi um árduo trabalho de lobby parlamentar a aprovação desse conselho e que anda capenga e que não está funcionando a contento. Em que a nova legislação que regulamenta este conselho elaborada em conjunto com secretários de estado e representantes da sociedade civil não morreu, está sepultado numa das gavetas da Casa Civil.

Então acredito que esse é o momento de se consolidar mecanismos, de se avançar os processos e de se , realmente apostar nessa expectativa de que a sociedade civil mova as garantias necessárias a reverter a questão de meio ambiente existentes no país.

Gostaria de, antes de encerrar....

COMISSÂO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

mlm

17/03/89 15,30 hrs. -1

O SR. ROBERTO LANGE:-... gostaria, antes de encerrar me prender à / uma única porposta que ainda está em curso; o / paraná está, como já frisaram os oradores anteriores, profundamente devastado, e isso ao arrepio da Lei, que prevê que cada imóvel tenha além da área de preservação, a saber, margem de rio, declives acima / de 45 graus e nascentes, 20% da área de um imóvel como área de reser-/ va legal onde seja possível o fluir ecológico, mas que deve ser mantida a mata. E a grande maioria das propriedades do Paraná, a grande maioria dos proprietários, portanto, não acataram a determinação da Lei e / desmataram, completamente o imóvel. Então, está correndo um abaixo-assinado, na forma do Regimento da Assembléia, apenas uma das organizações verdes do Estado, colheu cerca de 800 assinaturas, de todos ou de grande número de Municípios do Estadi do ParaNÀ, e que nós pretendemos dar/ entrada na 2ª-feira. Isso eu acho importantíssimo, que esta lista te-/ nha entrado na Assembléia, inclusive como forma de revelar aos Srs. / Deputados, que são os reais detentores do poder civil, através do voto, nesta Constituição, de que uma significativa parcela da comunidade paranaense sabe quem são os responsáveis pela degradação, sabe que o Brasil é um País onde a riqueza é gerada pela degradação de recursos naturais e não pelo trabalho, e que este processo tem que ser resolvido,sob pena do conjunto da sociedade vir a soçobrar.

Finalmente eu gostaria de cumprimentar o Deputado / Haroldo, acredito que , pela sua prática vem se revelando o principal/ porta-voz dos ambientalistas, do verde do Paraná, neste seu lançamento deste Frente Supra-Partidária, com o objetivo de conquistar a nossa / Constituição, este capítulo de meio-ambiente. Acredito que esta inciativa do Deputado é fundamental, neste processo de consolidação deste capítulo constitucional, e espero dos demais Deputados, acredito que os/ presentes já estão com a adesão implícita, mas espero, dos demais Deputados uma grande adesão à esta Frente Verde, e que esta iniciativa do / Deputado Haroldo seja coroada do mais absoluto sucesso.

Muito obrigado.

17/03/89

mlm 15,30 hrs. -1

O SR. PRESIDENTE:-(Haroldo Ferreira):- Eu quero agradecer a participação do Lange, e na sequência, como/ já foi anunciado ouviremos a Teresa Urban.

A SRA. TERESA URBAN:- Eu quero fazer, preliminarmente, uma observação/ desculpando a ausência do Miguel, que é a pessoa/ que representa a minha Associação, o SOS Mata Atlântica , e justificando a minha presença, eu sou conselheira Nacional da Fundação, eu não / tenho, nem de longe a experiência que o Miguel tem e que de certa forma está justificando as recomendações que nós da Fundação estamos fazendo, neste Forum.

Em primeiro lugar a preocupação da Fundação se direiona no sentido de enfatizar a importância de um único capítulo de Meio Ambiente, coisa que na verdade parece que é ponto pacífico, na / discussão até agora.

Com relação às nossas preocupações, temos 2 pontos que gostaríamos de enfatizar. o 1º diz respeito ao tipo de desenvolvimento ao modelo de desenvolvimento, adotado pelo Estado, para regiões destinadas à preservação.

E o 2º as questões relacionadas ao papel do município, das autoridades municipais na questão do meio-ambiente. Com relação à questão da política de desenvolvimento, todas as nossas observações / vêm muito da nossa prática, sobretudo na área do litora Norte do Paraná e Sul de São paulo, a região entre Iguape, cananéia e Paranaguá.

Nossa experiência nessa região, consolidou ou confirmou uma tese, um conceito, que, na verdade todos nós já sabíamos, teoricamente:- que há um profundo conflito enraizado, quase que biologicamente na população, nas autoridades e nos governantes...

A SRa. TERESA... na população, nas autoridades e nos governantes, que coloque de um lado o desenvolvimento, qual-/ quer proposta de desenvolvimento e do outro lado a preservação. / Esse conflito ganha proporções muito grandes nas áreas de preservação, a tal ponto que passa-se a enfrentar uma dificuldade real quando se coloca qualquer medida de preservação à população de regiões que devem e que são destinados à preservação, porque essa / proposta de preservação de conservação é confundida normalmente / com congelamento.

Eu poderia contar mil histórias da resistência e das dificuldades que nós temos enfrentado. Na região de Guara-/ queçaba por exemplo, onde a população oferece resistência explícita às propostas de trabalho no sentido da preservação daquela á-/ rea, que é uma das áreas mais preservadas de todo o litoral brasileiro, porque se sente na verdade e injustamente lesada, Existem lá, áreasno mesmo modelo de desenvolvimento que eles imaginam convenientes para outras regiões do Estado, outro País. Por isso, conhecedores e vamos dizer assim, para que vítimas desta resistên-/ cia da população em aceitar as propostas de preservação, nós enfatisamos a importância de que no texto Constitucional esteja explicitado e de certa forma reformaria como a fala do próprio Cleverson, no sentido de que se busque um conceito claro de desenvolvimento alto sustentado. A nossa preocupação caminha em direção do seguinte: Ou nós criamos alternativas de desenvolvimento que compatibilizem o anseio da população de melhorar a sua qualidade de vida com a preservação ou nós não preservamos, porque se torna impossível você preservar a evelia da população, essa história tem nos ensinado isso no País inteiro; quer dizer: O exemplo dos seringueiros, o exemplo do Chico Mendes lutando pelas reservas lá ~~pela~~ da região da Amazônia, mostra-se de uma clara que se você tem a população como aliado, você tem meio caminho andado.

Esse conceito de desenvolvimento alto sustentado ou de uso alto sustentado dos recursos naturais ~~com que o~~ como

A SR. TERESA... naturais, como quer o estatuto da própria fundadação SOS Mata Atlântica, que deve ser explicitado no texto constitucional e integrado à propostas, fazer uma Política de desenvolvimento que zele pelo equilíbrio ecológico. Nós verificamo inclusive que deve haver uma forma explicita de se / colocar, ou seja para regiões destinadas à preservação ou já incluidas em áres de parque ou áreas de reservas de qualquer natureza, deve haver uma política específica de desenvolvilento alto sustentado ou de uso alto sustentado dos seus recursos naturais.

Bom, o 2º ponto qu nós gostaríamos de engatizar e que já foi abordado. É a questão do papel do Município na política de preservação. Se nós temos dificuldades de trabalhar com a população, levar até população a proposta de uma política de preservação, mais dificuldade se encontra ainda ~~com~~ no contato / com as autoridades municipais, na ponta do lápis, qualquer Prefeito mostra para nós que áreas preservadas dentro do seu território é prejuízo; é prejuízo porque é uma área que deixa de produzir, é uma madeira que deixa de ser cortada, é ICM que deixa / de ser recolhido e tudo mais. (INAUDÍVEL). Nós temos sempre um conflito a mais, para enfrentar esse conflito a sugestão que tem surgido ~~em~~ praticamente em todos os documentos apresentados na / comissão e que a fundação indoça; Nós sugerimos em primeiro lu-/ gar que haja uma compensação específica na Constituição para os Municíp ios que tenham a área de preservação, seja na forma de / parque, seja na forma de área de preservação à nível Federal de parques estaduais, seja o que for, que haja isso, a lei permite, eu não sei o artigo, o inciso, mas existe umartigo específico que garante que certo tipo insentivo possa ser repassado ao Município como forma de compensação e até de estímulo, para ter nas autoridades Municipais um aliado...

A SRA. TERESA URBAN/ ... um aliado da política preservacionista.

Outro ponto, é o seguinte: a gente se preocupa muito com a forma como a questão da Lei Orgânica dos Municípios / vai ser integrada nesta política preservacionista.Nós gostaríamos que no próprio texto constitucional , há um modelo que foi apresertado pela SUREHMA fosse uma disposição transitória estabelecendo informações aos Municípios , na área de meio ambiente.

Também sugerimos, que no sistema estadual de meio ambiente , que inclui tantas áreas, como instituições públicas / como o Conselho Estadual do Meio Ambiente, se encontre um lugar específico para o Município .Nós sabemos que existe a possibilidade de formação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, coisa que está longe de acontecer, mesmo em Estados, com uma certa tradição na área de preservação , como o Paraná.

Mas, de qualquer forma eu sugiro aos Deputados ,que busquem um caminho para incluir o Município desde já, num sistema atraveés de algum tipo de representação, tanto institucional, como da / própria sociedade civil .

Gostaria, só para terminar, cumprimentar o Deputado pela proposta , e a Deputada Irondi deve integrar rapidamente esta frente, e peço a todos os presentes, que usem das suas possibilidades / políticas , para levar o maior número de Deputados à Constituinte.

Muito obrigada.

O SR. HAROLDO FERREIRA- Obrigada à Teresa Urban pela sua participação, e, como havíamos anunciado , está na vez , o Alceu Tabalica; e na sequência o Osvaldo Cardoso, do Movimento de Ação Ecológica.

O SR. ALCEU - O assunto que vou levantar vai girar mais uma polêmida , ou uma proposta visto que, a Constituição Federal não possibilita ao Estado de legislar sobre a questão nuclear, pois,é uma questão bastante séria, e por forças militares ficou só na Constituição Federal. Temos em questão das usinas nucleares ,que é o ponto principal, mas, não o único, não é a única ameaça, não é.

E, como exemplo gostaria de citar a questão do Centro Experimental de Aramar , construída pela Marinha,no Município de Iperó, a 15 km de Sorocaba, e a 120 km de São Paulo .Usado no enriquecimento de urânio, e para construção de propulsores para submarinos atômicos ;reator de 50 megawatt, existente em Iperó, tem todas as características para a construção da bomba atômica brasileira, segundo José Goldemberg.O custo orçado em 1987, para a / construção de Iperó era de 60 milhões de dólares .A população de 15 municípios próximos a Iperó e de 1,2 milhões de pessoas.

Outro exemplo seria á Fontes de Irradiação de Alimentos: Elas já são usadas pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos e implica em bombardear alimentos com radiação ionizante a fim de matar, no caso, parasitas e insetos , com doses de até cem mil rads, e bactérias e fungos, com doses de milhões de rads.

As Fontes radioativas usadas:
o Césio 137-que é um subproduto da produção de armas nucleares;
o Cobalto 60;máquinas de raio x; alguns estudos científicos demonstraram já alguns efeitos dessa bombardeação de alimentos: crianças desnutridas, alimentadas com trigo irradiado, desenvolveram anormalidades cromossomicas em seu sangue, associadas ao cancer.

Porcos alimentados com nutrientes, irradiados, reproduzem-se até sete vezes menos , do que aqueles com nutrientes normais. Radiolíticos , produto químico , aparece nos alimentos depois de irradiados, são perigosos à vida animal. .
A irraidção destroi as vitaminas e minerais dos alimentos , reduzindo a qualidade nutritiva dos mesmos.
As aflatoxinas, elemnentos carcinógenos geram-se mais velozmente em alimentos irradiados...

O SENHOR ALCEU TABALICA - ... em alimentos irradiados.

Outros perigos ligados a estes tipos de exausções, o transportes de materiais perigosos pelas estradas. Muitas atravessando as cidades e áreas altamente habitadas.

A exposição aos trabalhadores, causando problemas genéticos e até a morte. Quando em ação no meio ambiente devido a incidentes e ação é perigosa aos vírus e bactérias.

crescentes geração de lixos radioativos, causando problemas de armazenagem no mesmo. Por um lado a Constituição não dá competência ao Estado de proibir previamente a questão nuclear e também o Órgão Federal responsável por tal fiscalização, no caso a CNEM, praticamente, é inexistente. E na Nova Constituição não se sabe nem qual é a atuação dela e ninguém sabe direito qual é a atuação da CNEM hoje em relação à questão nuclear. E não foi repassado por nossas falas ainda a gerência dessa questão. O que podia ser feito em relação à Constituinte, a Constituição Estadual, é a proibição de depósitos de lixo. Em curitiba isso já aconteceu, os nosso Vereadores vetaram uma Lei do Roberto Requião, que permitia o depósito de lixo nuclear em Curitiba.

Uma outra questão que é urgente é o levantamento e cadastramento de fontes radioativas já existentes. Estas usadas em laboratórios, hospitais, clínicas, que também não existe cadastramento. Existe cadastramento das novas, mas, as já existentes há mais tempo não se sabe quantas. Existe só em Curitiba mais de quatrocentas fontes radioativas deste tipo.

Assegurar a participação, já que não pode se proibir, pelo menos assegurar a participação da população para que ela opine sobre instalação

instalação tanto de usinas nucleares como de qualquer outra instalações nucleares ou também com relação à fabricas bélicas nucleares. É preciso que se tenha alguma forma da população participar disso. Que se colocasse não apenas à aprovação dos Deputados Federais, mas dos Deputados Estaduais e também nos municípios os Vereadores.

E ainda existe a questão do transporte a fabricação e a instalação de armas, material bélico nuclear, porque o Brasil até hoje não sancionou o tratado de Acapillo(?), nem o Brasil nem a China nem a Argentina de evitar armas nucleares em toda a América do Sul. A questão nuclear que são propriamente ambiental não passa por um interesse imediato nosso e é o que caracteriza as entidades ecológicas que, diferentes de outros tipos de associações ou entidades ou seja partidária ou multipartidária ou econômicas. Nossa preocupaçao nao é apenas com o momento, nao é apenas com a nossa própria vida e com aquilo que nós temos agora. A preocupação nossa é global, diz respeito ao presente e ao futuro.

E essa questão nuclear é bem séria, porque alguns elementos radioativos podem levar até alguns milhoes de anos até que perda a sua carga radioativa que seja vital à vida do ser humano.

Então, a SUNAD vai levantar uma polêmica em relação a visão nuclear, que não foi feito até agora nenhuma proposta que seja do meu conhecimento e que eu acho que é muito séria e que a gente não pode deixar passar em branco. Fazer o possível e tentar deixar o Paraná afastado de qualquer ameaça nuclear.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SENHOR PRESIDENTE(Haroldo Ferreira) - A Deputada Irondi quer fazer uma observação.

A SENHORA IRONDI PUGLIESI - O que existe é uma lei no ~~XXXXXXXX~~ Estado do Paraná e além disso ~~é~~ a implantação de usina nucleares no Paraná, mas, ela é inconstitucional, porque a questão nuclear é de segurança nacional. Então, não se tem como colocar isso. ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

Então, eu acho que o Paraná deveria comprar esta briga com o apoio de toda a população do Paraná mesmo, assinando, lutando, para que isso constasse na atual Constituição. Quer dizer, talvez seja até ilusão da parte da gente, mas eu acho que deveria se fazer isso.

O SENHOR PRESIDENTE(Haroldo Ferreira) - Bom, nós já havíamos anunciado na sequência a presença do Osvaldo Cardoso, do Movimento e Ação Ecológica, mas, nós solicitaríamos a sua gentileza para que nós pudéssemos chamar antes aqui o ~~XXXXXXX~~ Capitão da PM Alcemir Rodrigues, que é Oficial de Legislação do Batalhão e da Polícia Florestal.

Daí na sequência nós abriremos espaço para que o Osvaldo faça a sua participação.

O SENHOR ALCEMIR RODRIGUES - Senhores Deputados...

O SR. ALCEMIR RODRIGUES - - Srs. Deputados, amigos defensores do meio ambiente. Aproveitando aí o gancho a gente vem conversar um pouquinho a respeito do Batalhão de Polícia Florestal e o Dr. Andrigueto muito bem falou, quando falava sobre o meio ambiente, educação ambiental, do meio em poder autuar, do meio de poder reprimir os devastadores da fauna, flora e do meio ambiente. O Batalhão Florestal da Polícia Militar do Paraná, hoje se vê tolhido do poder de autuação, somente autuamos no Parque Nacional do Iguaçu, temos todas as vantagens, todos os direitos, todos os meios para autuar ali e nos demais locais do Paraná somente no que tange a pesca.

É muito fácil falar em meio ambiente, é bonito, mas quando não tem-se o poder de autuação fica muito difícil, nós saimos kms e kms, atravessamos matas, rios para chegar num local onde está sendo depredado, está sendo danificado, devastado e ali chegando constatamos a irregularidade e temos que esperar companheiros de outros órgãos do Estado para que façam kms e kms e ali cheguem e as vezes não chegam porque não é encontrado, porque é feriado, sábado, domingo, é madrugada e quando isso ocorre há desperdício de meio material, meio humano, recursos são jogados de dois correndo ao mesmo local e as vezes três e esta autuação como é feita, como é retornada.

Temos exemplo aí no Litoral paranaense, cidadão com 14 autuações, nenhuma foi paga, precisamos é nos prevenir e o momento é agora com a Constituição Estadual, para que poucos, como disse o Dr. Angrigueto, não venham prejudicar muitos neste Paraná. Poucos não sei quais as influências deles, só queremos alertá-los que é muito bonito associação daqui, associação dali, trabalho excelente, mas na hora que a gente constata, que está junto, caminhando com o Lange, com o Cardoso, enfim com vários companheiros do ITCF, agora hoje nós estamos operando no lago de Itaipu, graças ao apoio de Itaipu, porque se não tivesse o apoio de lá também não poderíamos trabalhar, eles deram os recursos materiais, inclusive orçamentários, uma área enorme 200 kms em linha reta, 1.440 percorrendo as diversas curvas da margem esquerda do lago. Então temos muita legislação, mas pouco poder também. Vamos unir o Batalhão Florestal está à disposição da Surhema do ITCF, do IBDF, associações ambientalistas, está de portas aberta

nós não trabalhamos no escuro, a transparência é total e neste momento Deputado, a gente solicita que se faça uma peneira dessas propostas excelentes que aqui vêm para que o Paraná vá à frente na questão do meio ambiente, que não fique somente no papel, mas na prática, porque lei, eu trabalho com legislação no Batalhão Florestal, é decreto, é lei, é portaria, é um monte de coisas, mas na hora do chega junto o infrator sai sorridente, sai alegre, porque vai ficar impune.

Dei um exemplo daqui perto, o elemento tem 14 infrações, não sei qual o santo protetor, mas ele tem um santo muito protetor, não vou querer assim jogar a situação, o Batalhão tem 400 homens.

Hoje quando vinha para cá elementos estavam sendo solicitados para irem em outro local na região de Arapoti, Telemaco Borba, então a procura é grande ...

O SR.ALCENIR RODRIGUES- ...Então, a procura é grande para a defesa do meio ambiente. A gente vai, a gente mostra , mas depois o resultado, o infrator sabe que vai ficar impune, tranquilo.

Deputado, por favor, Srs. Deputados, o momento é agora e o nosso lema é: A natureza também pertence aos que hão de vir. E gostaríamos que este lema continuasse, porque a natureza pertence aos que hão de vir e é com o apoio dos senhores, todos juntos , que nós levaremos o Paraná à frente. Hoje temos a Serra do Mar, com os problemas que ainda tem ali na Serra do Mar, mas graças a Deus o Paraná é um exemplo para este Brasil. Poucos hoje ficam ricos,se nós não cuidarmos muitos amanhã ficarão pobres, porque o meio ambiente é importantíssimo para a vida do ser humano.

Aproveito o momento e a todos convido para que no Parque Barigui visitem-nos. Nós jogamos limpo e aberto. Muito obrigado, Deputado, obrigado companheiros e estamos à disposição. PALMAS...

O SR. PRESIDENTE (Haroldo Ferreira):- Agradecemos a participação do Capitão Alcenir Rodrigues e na sequência nós convidamos o Osvaldo Cardoso do Movimento de Ação Ecológica e na sequência, José Bonifácio Marcondes Batista, Chefe do Estado Maior da ~~Rkk~~ Polícia Militar do Paraná e eu só queria dizer o seguinte: alguns companheiros que não assinaram ainda a lista de presença, que tem uma lista aqui na Mesa e uma lista também com o Francisco Langue que deve estar aí no Plenário.

O SR. OSVALDO CARDOSO:- Boa tarde a todos. Eu represento como pessoa o Movimento de Ação Ecológica e sobre as propostas da Constituinte em nome de onze entidades.

Mas, antes da gente começar, rapidinho, a gente vai fazer só um resumo das nossas propostas, a gente quer agradecer a presença dos Deputados, e gostaria de fazer uma observação que me estranhou muito, não é, porque realmente eu esperava olhar nesta lista aqui e ver bastante nomes de Deputados aqui...

Infelizmente, gente, eu só estou vendo o nome dos ambientalistas, os mesmos que nós sempre encontramos cada vez que a gente se reune. É uma observação particular minha, não está envolvido o grupo todo que assinou as propostas, mas qualquer pessoa pode olhar isto aqui e vai ver que com exceção dos presentes, realmente está uma falta muito grande de Deputados aqui. A maioria são todos ambientalistas que nós vamos voltar para aquele estado que já comentei uma vez: de nós para nós, falando sempre a mesma coisa ou variando algumas coisas.

Mas, com relação, então , a algumas propostas dessas entidades, nós vamos resumir,,porque as propostas são muitas , já foram entregues e com relação a Rima, não é, nós estamos observando que algumas obras estão sendo construídas sem o Rima. Isto é um furo muito grande. As obras, inclusive o Rima está saindo depois que a obra está, às vezes, quase concluída, quase como foi o caso da Catalinia(?) lá em Paranaguá. E o Rima é obrigatório ser feito antes da obra, porque depois que a obra está concluída, construída, não adianta. E além do que a gente está fazendo também nestas propostas a participação popular. Nós fazemos então ~~xxxxxx~~ após o rima solicitado que as pessoas participem então da leitura do rima, mas de nada adianta a participação popular se a participação popular não vale nada. Reunimos um monte de gente para participação do rima e as pessoas dizem, quando a maioria pode discordar da obra, mas isto não ~~é~~ vai valer nada porque muitas coisa já estão decididas. Então é preciso que a decisão popular também tenha uma influência no rima, porque se não é perder tempo fazer audiência pública. Se audiência pública não tem valor então para que fazê-la? Isto está dentro das propostas.

Com relação a agrotóxicos. Esta semana estive vendo ~~xx~~ , lendo, no jornal Gazeta, segundo estatísticas americanas, não é nossa, morrem por ano vinte mil pessoas pela contaminação de agrotóxicos. Então, nós precisamos de uma legislação rigorosa quanto ao uso do agrotóxico. Ele está sendo usado indiscriminadamente aí fora. Estes dias a te~~xxx~~levisão mostrou...

uma família, pessoal simples, eles estavam tirando água do poço. Eu fiquei espantado quando olhei no que eles estavam tirando água do poço; nesses galões de agrotóxicos vazios. Então como que estas pessoas podem ser orientadas. É necessário uma orientação, uma fiscalização rígida em cima disto. Orientação para essas pessoas que não conhecem os riscos com relação, então, ao uso do agrotóxico...

O SR.OSVADLØ - ... ao uso do agrotóxico. Também nas propostas estão os resíduos tóxicos. Normatizar em lei a destinação final destes resíduos pontencialmente causadores de sérios danos ao meio ambiente. Temos como exemplo o lixo hospitalar que é jogado no rio aqui em Piraquara, um lixo hospitalar sendo jogado no lixão que desee assim, num paredão, e cai dentro do rio.Esse rio vem abastecer Curitiba e outras regiões. Ele sai no Rio Iguaçu e depois vai para capitação. Esses resíduos têm que ter uma lei rígida também para controlar esses resíduos.

Educação ambiental: " Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e de forma interdisciplinar." Para nós é fundamental esse processode educação amboental. Por que ? Nós temos que analisar que as crianças de hoje é que serão os donos de indústria amanhã, os fazendeiros de amanhã, os madeireiros de amanhã e esse camarada se não for bem consci ntizado hoje com relação a meio ambiente, ele vai repetir a mesma besteira dos pais,dos avós que estão fazendo hoje. Portanto, essa educação é fundamentaç entre todos os níveis de ensino.

Livre acesso às informações : " Todo cidadão terá o direito a oferta, aos documentos, informações relativas às questões ambientais, não havendo sigilo quanto à influência de atividades públicas ou privadas, sem o equilíbrio ambiental. Houve épocas que para a gente conseguir uma informação com relação a uma obra tinha que se fazer peripécias. Hoje essa proposta está aberta também para qualquer cidadão, não só para grupos ambientalistas. Qualquer cidadão que de repente mora num lugarzinho e sabe qu vão fazer uma usina hidrelétrica lá, ele tem todo o direito a vir aqui e pegar essas informações, saber tudo que realmente est-a acontecendo. E muita coisa é feita por baixo do pano.

Matas siliares : " Obrigatoriedade da recuperação, manutenção das matas siliares dentro dos padrões do Código Florestal Brasileiro." Nós praticamente iniciamos um replantio de matas si liares aqui nos rios que abastecem Curiti ba. Então é...

necessário para qualidade de vida, porque quando se fala em qualidade de vida é imprescindível que se analise: problema de lixo, problema de água, problema de ar e você vai nesses rios, todos os rios estão(assoreamento) assoreados, atulhados de lixos e -é necesário, inclusive, se dar uma moradia decente para esse pessoal que está ocupando a beira de rios. Nós estivemos em vários rios aqui e a ocupação está muito grande, então é precio que se retire esse pessoal das beiras de rios, porque eles jogam lixo direto nos rios, eles jogam material orgânico etc. Então além do replantio de mata siliar também dar assistência e a retirada dos ocupantes rribeirinhos.

O lixo urbano : Falando novamente em Curitiba ecológica mas estamos aí com problema de lixão. De nada adianta se fechar um lixão e abrir outro, qualquer hora vamos ver Curitiba rodeada de lixões: Então é necessário a criação, independente de custo, de usinas de reciclagem de lixo. ...

O SR. OSWALDO ..... : ... Então é necessária a criação , independente de custo, de usinas de reciclagem de lixo. Ela tem uma série de vantagens. Temos veículos no Estado que utiliza o combustível, o próprio gas retirado das Usinas poderia abastecer esses veículos. Ainda também entra alguma coisa com relação à camada de Ozônio. Segundo a NASA, cidades como a nossa que está 19, 20 graus acima da linha do Equadro, já perdeu 2 a 3% da sua camada de Ozônio. Isso é muito perigoso.

Nós colocamos uma proposta que é a criação do SEDMA - Sistema Estadual de Defesa do Meio Ambiente, que é encarregado de elaborar, de executar a política estadual do meio ambiente. Seria proposta pelo SEDMA e demais entidades.

Também a criação do Fundo do Meio Ambiente, onde 50% desse Fundo poderia ser revertido para projetos das entidades ambientalistas.

Gostaria de lembrar aos senhores Deputados presentes que quando há algum tempo se falava que a Terra era um ser vivo, muita gente ria de nós, achava que éramos alternativistas, um pessoal meio louco, Hoje, a ciencia está provando que a Terra realmente é um ser vivo e está se reestruturando com toda essa agressão que nós estamos causando,

O maior problema do meio ambiente hoje é um só. Essas propostas dentro da Constituinte Estadual nós colocamos hoje, mas o fundamental é que precisamos garantir para gerações futuras.

Os Deputados têm o dever e a obrigação de analisar todas essas propostas e votarem aquelas que realmente forem bastante progressistas e acessíveis a toda a população, e que se faça cumprir leis. As leis existem, são maravilhosas. Leis que você vê e diz: bom. não tem problema ambiental. Nós sabemos que as leis não são cumpridas. Esse pessoal da Surehma,

do ITC, eles têm que ter todo poder de atuação, porque senão, fica tudo no " blá- blá-blá" e nada se resolve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE: (HAROLDO FERREIRA): Nós agradecemos ao Oswaldo do Movimento de Ação Ecológica, pela sua participação. Na sequência, passamos a palavra à Brigite TÜMMLER do Grupo de Estudos Estereológicos(?) do Paraná.

A SRA: BRIGITE : Eu represento o grupo de Estudos estereológicos do Paraná, que é uma entidade que estuda e protege as cavernas. Dentro dessa proposta, incluímos a proteção e tombamento dessas cavernas. Por que ? Porque as cavernas contém muitos patrimônios arqueológico , paleontológicos e é um dos últimos eco-sistemas no mundo que ainda não foi afetado pelo ser humano. Esse eco-sistema se compõe de fauna que seriam os espécimes raros, e em extinçãom os troglóbios que - vivem exclusivamente dentro das cavernas e além do patrimônio mineralógico ...

O SRª. BIRGITTE TÜMMLER (Grupos de Estudos Espeleológicos do Paraná) -

... E além de um patrimônio mineralógico, um patrimônio artístico, pode-se dizer também, pelas suas formações - pelas estalagtites, estalagnites (sic). O que acontece hoje em dia é que há muita influência das mineradoras que destroem estes patrimônios, há também o problema pelo corte da mata ao redor dessas grutas - o desmatamento. Muita gente pensa que caverna é só uma cavidade, um buraco, não é bem assim. Se você faz um desmatamento ao redor dela poderá ocorrer desmoronamentos internos e prejudicar muito a este ecossistema. Existem cavernas secas e outras por onde passam os rios subterrâneos aos quais chamamos lençóis d'água. E se por acaso você também destruir estes mananciais você estará contribuindo para desviar os cursos destes rios, contribuindo para prejudicar também uma irrigação de uma determinada área. Portanto, é muito sério este problema também.

Recentemente conseguimos o tombamento de uma gruta no Rio Branco do Sul - a Gruta de Lancinha -, foi batalhadíssima. Foi um marco histórico nesta parte, a primeira gruta a ser tombada no Paraná. Gostaríamos que isto continuasse.

Então, gostaria de ressaltar de que as cavernas são importantíssimas.

O que se pode fazer também futuramente seria implantar o turismo em diversas delas, pesquisas também são um ponto favorável. Há diversas características mineralógicas interessantes em que se pode aprofundar estudos nesta parte, os aspectos arqueológicos importantíssimos para se conhecer a Pré - História e a História Humana, Paleontológicas... Por isso solicitamos a compreensão de todos neste ponto e gostaríamos que isto fosse protegido e fosse feito o maior número de tombamentos possíveis nas cavernas.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Haroldo Ferreira) - Agradeço a participação da Birgitte, pela sua apresentação espeleológica, acho que foi importante para todos nós. Gostaria agora, como já havia anunciado, a presença do Otávio, da AGEPAR.

O SR. OTÁVIO -

O SR. PRESIDENTE - O último inscrito aqui é o Otávio, e na sequência quem se dispuser a fazer alguma observação a gente coloca a disposição a palavra.

~~O SR. OTÁVIO~~ E o Cleverson lembra o seguinte: que após a discussão e aos debates, haverá a possibilidade de se formar uma

Comissão de redação para juntar todas as propostas num texto e assim vá para a própria Comissão e o Relator observar devidamente quando for feito o relatório da Comissão na questão ambiental.

O SR. OTÁVIO - Nossos cumprimentos a Mesa e ao Plenário.

A proposta que a Associação dos Geólogos apresenta, foi resultado de uma discussão ampla entre algumas entidades que a subscreveram. E poderia citar: Sindicatos dos Engenheiros do EStado do Paraná, Sociedade Brasileira de Geologia, Associação Profissional de Geólogos do Paraná, Associação Profissional da Indústria de Extração de Areia de Curitiba,.....

O SR. OTÁVIO: ... de Curitiba, Sindicato da Indústria de Extração de Minerais não Metálicos de Ponta Grossa, Associação das Indústrias de Extração de Mármore, Calcáreo e Pedreira do Paraná e Instituto de Engenharia do Paraná.

Esta proposta foi fruto de um ciclo de reunioẽs entre estas entidades, foi uma negociação que aconteceu entre os vários interesses das diversas entidades que participaram, e é uma proposta legalista, no sentido que ela se embasa nos dispositivos que a Constituição Federal definiu, com relação ao meio-ambiente. Dentro deste ciclo de debates, também, foi examinada a proposta da ADEA , no sentido de não conflitar com nenhum dispositivo que a ADEA apresentou como sua proposta à Constituição Estadual.

Então, como poucas as pessoas que antecederam falaram ou nenhuma, exceto a representante da sociedade de espeleologia, falou de bens minerais, seria interessante que salientássemos que a questão ambiental, nós entendemos, a associação de geólogos entende, que a questão ambiental ligada aos recursos minerais, é fundamentalmente uma questão, poderíamos chamar, até, de soberania nacional, porque os bens minerais foram definidos na nossa Constituição como propriedade da Nação, propriedade do povo brasileiro. Então, a preservação destes bens ou a lavra racional, a exploração racional destes bens vem de encontro a este preceito constitucional, que seria a definição do bem mineral como propriedade da Nação. O bem mineral tem algumas características que o tornam meio atípico, dentro das atividades ecônomicas, que seriam ele é um recurso natural não renovável e a sua exploração deve-se dar exatamente ond ele se encontra. Não é possível que se planeje a exploração do recurso mineral onde não existe aquele recurso mineral. Então, isso são condicionamentos que deve-se ter em mente, quando se fala de indústria mineral.

Conceitualmente, nós tivemos alguns cuidados, ou melhor, nós temos que ter alguns cuidados quando tentamos compatibilizar

a indústria mineral com a preservação do meio ambiente, que é a importância que os insumos minerais têm para a sociedade, a sociedade moderna. Então, a segunda coisa seria que a exploração econômica, ou"explotação", no jargão da indústria mineral,explotação dos recursos minerais têm que ser feitacompatibilizando o mais possível a atividade econômica com a preservação do meio ambiente e a manutenção da qualidade de vida.

Outra coisa que nós temos que levar em conta e as pessoas não envolvidas com a indústria mineral fazem algumas confusoẽs é com relação às fases que no desenrolar do conhecimento geológico, que seria a pesquisa mineral e a atividade econômica de lavra. A pesquisa mineral é um direito que a sociedade tem de exercer, para conhecer os recursos minerais. E é uma atividade que absolutamente não agride o meio-ambiente. Então, nós gostaríamos de deixar claro que a pesquisa mineral é uma atividade que deve ser desenvolvida, mesmo para que a sociedade tenha conhecimento de seus recursos minerais. E que se faça, a partir desta pesquisa, se faça um planejamento de áreas que possam ser definidas como intocáveis e coisas deste tipo.

Com relação à estrutura que se colocou na nossa proposta, se propoẽ um sistema, e de acordo com a proposta da ADEA, também, dentro deste sistema estadual de meio-ambiente, que este sistema fosse estruturado de maneira a ter um conselho, um conselho consultivo normativo e paralelamente um órgão fiscalizador, que seria um ...

OTÁVIO -... fiscalizador que seria um órgão executivo constituída em câmaras especializadas. E essas câmaras todas elas direcionadas e compostas por pessoas, técnicos especialistas no ramo daquela câmara.

Não sei se é o caso, a proposta já foi entregue mas, talvez fosse o caso de ler.

Então, o primeiro artigo da proposta seria:

Artigo 1º - Caberá ao Estado, instituir Conselho Superior do sistema estadual do meio ambiente, do qual participarão, de forma paritária, o Poder Público e a coletividade, a quem competirá coordenar, formular políticas, planos e projetos de proteção ao meio ambiente, em caráter geral e integrado.

Artigo 2º - Caberá ao Estado, instituir Órgão Executivo do sistema estdual do meio ambiente, com atribuições e competência privativa de orientar, monitorar e fiscalizar de forma a compatibilizar a atividade de exploração dos recursos naturais, com a qualidade do meio ambiente.

Parágrafo 1º - As sanções penais e administrativas cabíveis serão aplicadas privativamente pelo órgão de que trata o "caput" do Artigo 2º.

Parágrafo 2º - Esse órgão Executivo deverá exercitar suas funções...(lê)...

exercitar suas funções através de câmaras compostas obrigatoriamente por profissionais especializados nas áreas em questão.

Parágrafo 3º - Os Planos de Pesquisa Mineral deverão se ajustar às peculiaridades ~~de uso~~ de uso do solo e subsolo.

Parágrafo 4º - As soluções técnicas de que trata o Artigo ~~255~~ 225, parágrafo 1º, inciso IV, e o parágrafo 2º, da Constituição Federal, deverão ser apreciadas pelo órgão estadual competente de que trata o Artigo 2, e, caso aceitas e homologadas, passarão a ser exigidas no andamento das atividades.

Disposições Transitórias

Artigo 3 - Caberá ao Estado propor e executar soluções técnicas para recuperação ambiental das áreas lavradas no passado, cujas reservas minerais estejam esgotadas e sem titularidade.

Artigo 4 - Aquele que vem explorando recursos minerais, mesmo com atividades temporariamente paralisadas ou suspensas, deverão propor soluções técnica, econômica e temporalmente exequíveis, para a recuperação ambiental de suas áreas de exploração.

Parágrafo 1º - As soluções propostas obedecerão à tramitação prevista no Artigo 2 e seus parágrafos 2º e 4º.

Parágrafo 2º - Fica assegurada a continuidade da atividade de exploração de recursos minerais, como caracterizada no "caput" do Artigo 4, até que sejam cumpridos os trâmites estabelecidos no parágrafo 1º do Artigo 4.

OTÁVIO - (termina de ler) ... do artigo 4.

Então, era isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Haroldo Ferreira) - O Otávio era o último inscrito da nossa relação. Mas como havia anunciado, a palavra fica livre para quem quiser fazer alguma observação ou entrar na linha de debate.

Concedo a palavra a senhora Teresa.

....

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

17/03/89

mlm 16,25 hrs. -1

A SRA. TERESA URBAN:-... a primeira pergunta é para o Capitão Alcemir/ Rodrigues.

Capitão, o que se percebe, nessas exposições feitas/ agora e mesmo nas sugestões anteriores é que há uma certa confusão no que diz respeito as atribuições da ficalização na área de meio-ambiente

Na exposição da AGEPAR, por exemplo, a função fiscalizadora ficaria com um órgão executivo, a ser criado, só estou dando / um exemplo. Mas existem outras confusões e propostas e a prática, hoje da fiscalização na área de meio-ambiente, aqui no Paraná é meio confusa.

A proposta do Ministério Público, aqui de São Paulo/ prevê a criação, criação não atribuição:-" Cumpre à policia Militar, / por meio de suas unidades expecializadas a prevenção e apuração de infrações contra o maio-ambiente".

Eu gostaria de saber a sua opinião a respeito.

O SR. ~~XXXXXXX~~ ALCEMIR RODRIGUES:- A colega disse que é proposta de São Paulo? O paraná também tem, o Secretário Ary Queiroz aqui fez esta Proposta, e a dúvida fica na palavra apurar,Inclusive o Deputado Pessuti está apresentando uma proposta mais/ clara, mais abrangente, porqueo apurar fica difícil, Apurarm em que termos? meio-ambiente fica muito amplo. Se nós ficássemos afetos à fauna e à flora já seria um impasse muito grande, porque somente no caso/ da flora e da fauna, a amplitude é muito grande, no Estado do Paraná. A gente vai ao local, eu já falei enteriormente,a dispersão de recuros / materiais e humanos, então não temos, ~~XXXXXXX~~ atualmente o poder de atuação, tínhamos anteriormente, não sei por que cargas d'água, este poder perdemos em alguns locais do Paraná. Hoje só temos no Parque Nacional do Iguaçu, da flora e da fauna, e tão somente ali, e já acho importantíssimo ali, e nos demais no tocante à pesca, en todo o território/ paranaense. Ja dei o exemplo, se a gente pegar a BR 116, atravessar S. Paulo, passar pela Polícia Florestal de São Paulo, pela Polícia Rodoviária de São Paulo, 27 quilometros após, nós entraríamos 3 e estaría

amos de volta no Paraná, na região do Rio Pederneiras, do Rio Linguiça uma área importantíssima, de preservação, que antigamente pertencia, ø ou ainda pertende à Madezatti. Há uma infração contra a fauna e flora/ nós seguramos os elementos, o material até que venha ao local compa-/ nheiros de outros órgãos estaduais ou federais, para fazer a XXXXXXXXXX a utuação, quando eles vêem, excelente, maravilhoso, não interessa se / leva 5,6,7 horas. E, quando não vêem? Às vezes temos que liberar o infrator, simplesmente liberá-lo. Ele fica alegre e não é só ele, muitos outors.

Então esta proposta de XXXXXXXXX São Paulo também é/ do Paraná, do Secretário Ary Queiroz, nós, através do Deputado Pessutti, o assessor dele está aí, estamos encaminhando uma modificação dessa proposta, para que a Polícia Militar, através de suas unidades especializadas, porque a Constituição não é feita para um dia, para uma semana, hoje temos um batalhão de Polícia Florestal, poderemos ter 2,3. / São Paulo tem3, tem um Comando de Polícia Florestal, tem o Cartório,/ então colega, essa sua dúvida ainda é a nossa dúvida. Mas, temos certeza que com os brilhantes DEputados da Assembléia do Paraná isso será dissipado e nós teremos uma Constituição Estadual excelente, no tocante ao meio-ambiente.

A SRA. TERESA URBAN:- Eu tenho uma pergunta ao pessoal da AGEPAR, com relação à pesquisa. eu tenho uma pergunta a fazer...

17/03/89 COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL ACS

16:30 - 1 -

O SRa. TERESA... Eu tenho uma pergunta a fazer. Pela experiência que a gente tem, pesquisa significa senpre um / pressuposto de ~~exploração~~ implantação ou exportação se vocês quiserem , quer dizer a pesquisa não é uma atividade de investigação ela em geral, é o pressuposto para que se depois em cima fazer a exploração comercial. O que me preocupa é o seguinte: Há uma / definição clara no sentido de que não se faz pesquisa em área de preservação permanente? Se há uma preocupação no sentido de não forçar a atividade de pesquisas en áreas de preservação permanente, ?~~onde~~

O SR. OTAVIO - As vezes as pessoas entendem de pesquisa de uma maneira diferente do que tecnicamente conduzida. Então gostaria que tu me explicasse aonde que exisste pesquisa, / porque ela é proibida na área de preservação permanente pelos órgãos competentes; agora, se as pessoas explorar uma pedreira de um determinado lugar, as pessoas chamam isso aí de pesquisa, mas na verdade não é uma pesquisa. Nós não conhecemos o desenvolvi-/ mento de pesquisa mineral por empresas constituidas e tecnicamente conduzidas em áreas que não seja permitida.

O SR. MARCOS VITOR - Existe uma conclusão realmente, aquilo que se diz pesquisa, a pesquisa é aquilo que / precede a lavra, no caso da pesquisa ser efetuada para explora-/ ção de atividade mineral; agora, a pesquisa básica, ela não só se dirige à exploração de recursos minerais, a pesquisa básica tem como finalidade o conhecimento do solo, do subsolo, estabeleci-/ mento de diretrizes, por exemplo: Todos os Municípios vão estar obrigados a fazer um plano ~~de vetor~~ diretor do seu Município, para ele / fazer esse plano diretor do seu Município, obviamente ele vai ter que levar em conta o subsolo, o substrato rochoso; para ele não promover assentamento urbano em áreas que serão a fonte dos ensinos para asconstruções civis por exemplo. Então, a pesquisa, não necessariamente implica ~~preço~~ num passo adiante na lavra de recursos minerais, a pesquisa válida serve de subsídios além da lavra de re-/

O SR. MARCOS VITOR... além da lavra de recursos minerais, informações básicas, necessárias para que se faça / os planos diretores, ou enfim, para que se planeje de maneira ordenada o desenvolvimento urbanos, seria um esclarecimento.

O SR. HAROLDO FERREIRA (PRESIDENTE) - Eu acho que para ficar registrado aqui, eu solici-/ taria que as pessoas se dirigissem até a mesa e se identificassem, usando o microfone, para que nós não perdêssemos esses subsídios e essas contribuições.

O SR. CLEVERSON - Com essa questão da pesquisa do setor mineral, / foi uma coisa muito discutida no ano passado, / quando se tratava do setor ambiental, porque o setor mineral fazia uma compatibilização e uma vinculção dos dois sistemas. Alguns critérios com relação a pesquisa ou alguma definição clara é a seguinte: Claro que a pesquisa é sempre necessária, é sempre importante você conhecer o ambiente, quais são os potenciais dela que você / tem. Em princípio ninguém é contra pesquisa, acontece da geologia e dentro da área de mineração, a pesquisa é um direito que o minerador adquire de extimar o tamanho, a quantidade, a possibilidade de a gente fazer mineração em determinada área (inaudível) ... e a partir do momento que se concede a licença, parece-me que é alvara, não lembro qual é o mome correto, mas quando tem a possibilidade legal de se fazer a pesquisa, ele já tem o direito com rela-/ ção aquele mineral que ele vai pesquisar...

O SR. CLEVERSON-... que ele vai pesquisar. POr exemplo, uma empresa mineradora faz a pesq uisa e descobre que tem ouro;uma quantidade de tantas toneladas de ouro. Aquela empresa que fez a pesquisa, ela tem o direito de sobre a mineração daquele material. Caso, o poder público não conceda o alvará de lavra posterior, a licença de pesquisas , ele vai ter que indenizar a empresa que fez a pesquisa. Por esta razão, se tomou um cuidado muito grande no ano passado , com relação à determinadas pesquisas ;/ evidentemente que nunca se dizia que uma pesquisa n ão podia ser feita. No entanto, para determinadas áreas com restrições ambientais muito grandes , como por exemplo áreas de reservas , parques, mananciais e etc, para se fazer a pesquisa exigiam-se relatório e, em alguns outros casos se deixava claríssimo que a pesquisa / não deveria gerar direito. Aí , eu não sei se tinha instrumentos jurídicos para descaracterizar isto.

Um outro problema com relação à pesquisa, é que existe a pesquisa definida por Lei, tecnicamente adequada, existem alguns "mineradores ", que se utilizam do direito de pesquisas e fazem verdadeiras lavras. Em alguns casos até se estabelece o direito de se fazer determinada ordem em cima da pesquisa , até para se pagar parte da pesquisa;aproveitamento do mineral já numa forma econômica.

A decisão que se tinha tomado há algum tempo atrás, / era etnão se vincular os sistemas e exigir relatório (relatório), para determinadas pesquisas;não para todas evidentemente. Para uma outra pesquisas,vamos supor, o ouro (inaudível)...seria necissário um realtório . Então, foi este o entendimento , que foi chegado já no ano passado. E este seria o entendimento mais adequado, segundo a minha opinião, para que, se caso ele tivesse que chegar à Constituição, ele devesse seguir.

Ja que houve muitas pessoas que desejam falar, eu gostaria de saber, se efetivamente este é o rumo que se deve dar.

Gostaria de saber se a gente concorda com este sistema ,que foi já o sistema de acordo com o ano passado. Se por acaso, há uma não aceitação, de determinado ponto deste processo ,eu acho que deveria se colocar em discussão.

O SR. PRESIDENTE (HAROLDO FERREIRA)- O Langue está inscrito; e quem quiser usar a palavra que se inscreva e chegue aqui á frente.

O SR. ORESTES/...- A minha questão é sobre este problema mineral, eu não sei se entendi bem;mas, vampos supor, 1º faz-se um mapa das áreas de potencial mineral , e depois se vê as áreas de proteção da natureza.Eu acho aue não é assim. Acho que existem já áreas de / proteção definidas , e vou dar duas áreas de atrito com a MINEROPAR. Uma é a ilha do superaguí com a (inaudível), com uma área protegida de longa data, por vários dispositivos. estaduais, ,federais, pelo interesse da população , e que a MINEROPAR tem direitos sobre aquela área. Já fez pesquisa, e ao meu ver, está usando um artifício burocrático , que é de recolher novas informações , para não perder os direitos que têm , e manter o pé lá dentro.

A outra é o ouro dentro da Serra do Mar, que também já têm pesquisas completas e que eles mantêm da mesma forma um artifício , artifícios burocráticos, direitos , sobre estas áreas.

E nós ouvimos pela TV, o novo Secretário de Tecnologia,, Ciência e Tecnologia, dizer que havia uma política na MINEROPAR, que retêm em mãos estes potenciais minerais para o Estado explorar.

E com esta iniciativa de jogar tudo para a iniciativa privada agora, Eu sei também que eu tenho uma empresa de consultoria, e fui consultado por mineradores ,que a MINEROPAR estava / fazendo uma pré qualificaçãopara vender as áreas de ouro dentro da Serra do Mar.

O professor Salamuni , hoje REitor da Universidade, em uma ocasião prometeu publicamente , que enquanto ele fosse presidente da MINEROPAR ele não venderia um palmo de área , de direitos

direitos minerais , nas áreas protegidas.

Do atual presidente, eu não tenho , digo melhor, não temos esta promessa, Então, eu queria aproveitar a ocasião, já que o assunto foi levantado , para saber qual é a intenção do / Estado aí, de uma parte da administração pública , em relação à estas áreas sabidamente, com minério dentro da Serra do Mar .

O SR. PRESIDENTE (HAROLDO FERREIRA)- Cleverson, quem é que está na seqüência?

O SR. CLEVERSON- Eu acho que a gente deveria completar este assunto para daí entrar nesta seqüência , que não tem nada mais a ver com Mineração.

O SR. LESSA (da MINEROPAR)- ...

O SR. LESSA - MINEROPAR - Na realidade eu estava aqui presente para apreciar o debate sobre o meio ambiente, no qual o setor mineral realmente tem um grande interesse pelo que foi defendido os pontos de vista, bem defendido afinal pelo Otavio com assessoria do Marcos. Quanto as perguntas diretas do Lange que é o queinteressa.

Na Ilha do Superagui e que foi uma pesquisa bastante ~~xxxxxxxx~~ antiga, discutida inclusive pelo Conselho do Litoral, a Mineropar desenvolveu uma pesquisa, acabou uma pesquisa para cumprir um compromisso com o DNDN e acertou com a Surhema e felizmente naquela ocasião com o Cleverson, que está aqui ao lado, em que a Mineropar renovaria os seus requerimentos de pesquisa a fim de que terceiros não entrassem criando novo processo. Essa é a resposta que eu queria dar.

Não foi um atô dificil para segurar as reservas minerais que são economicamente discutiveis e sim para proteger a entrada de terceiros, tanto que resolveu inclusive em área que não era economicamente viável como a Ilha das Peças, que não havia nenhum interessse, que não havia nenhum interesse evitando para que aquele defendido pelo Cleverson na oportunidade como um ambiente de proteção natural e que fosse feita a renovação a fim de que terceiros não entrassem.

A segunda resposta se trata quanto ao ouro.

Realmente nós temos ouro no Litoral e não me parece, aí é uma questão de definição, você mesmo pode esclarecer, que ali seja considerada a parte protegida da Serra do Mar. Ali é Litoral e ali é discutido no Conselho do Litoral e não da Serra do Mar. Portanto eu não concordo quando você diz que aquele ouro é da Serra do Mar, aquele ouro geograficamente nas ~~xxxxx~~ divisões que existem no Estado é do Litoral.

Realmente a Mineropar determinou ali uma potencialidade de ouro e está licitando um convite, uma licitação, para empresas privadas terminem a avaliação daquilo ali.

Eu defendo como ge´ologo, que as pesquisas devem ser feitas para o conhecimento da sociedade. A sociedade deve ter conhecimento do que tem no seu sub solo. A exploração ou não disso aí, é uma ~~xx~~ questão a ser decidida pelo interesse do Estado ou da Nação, assim que me parece. A exploração é que deve ser decidida, as condições de minera

mineração que renovam a parte agredida, digamos assim, em melhores condições do que as anteriores e eu dou um exemplo prático, esse é um exemplo brasileiro que se chama o xisto em São Mateua.

Eu acho que a recuperação feita pela Petrobrás em São Mateus é uma recuperação altamente edificante, exemplar e que deveria ser conhecida de todo o mundo.

A lavra de humelita, no Espírito Santo e na Bahia tem mostrado, não estou defendo a mineração da Ilha do Superagui, mesmo porque existe este compromisso com a Surhema que foi feito no tempo em que o Cleverson era Superintendente.

Existe recuperação, ~~xxxxxx~~ inclusive a própria Surhema foi exposto por empresas, nós não temos nada com isso, apenas eu tenho conhecimento de visita para ver como a recuperação pode ser feita.

Eu acho que não conhecer o sub solo, e eu vou usar a palavra aqui de ~~xxx~~ um colega, o Marcos que está aqui presente, é como não deixar alguém aprender a ler, eu acho queé uma obrigação.

Nós temos que ser contras ao obscurantismo, acho que é uma necessidade ...

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

17/03/89 -1- 16:45 ARO

O SENHOR ORESTES - ... obscurantismo. Eu acho que é uma necessidade que nós temos em ser obscurantista. A decisão de lavrar ou não é outra coisa, agora, o conhecimento é obrigação.

E gostaria de ressaltar uma coisa que e o Marco falou aqui muito bem, mas, que parece que não foi bem compreendida por todos é que existe dois tipos de pesquisa: aquele alvará de pesquisa que o Cleverson relacionou, que é uma pesquisa definida, feita para ter, para definir uma determinada reserva mineral para ser lavrada. Esta é um título dado por um órgão do Governo Federal; A outra pesquisa que o Marcos aferiu é uma coisa mais ampla, é uma pesquisa de reconhecimento e tenho certeza de que o Marcos está aqui e tem experiência suficiente, não é o problema de fazer antes e depois decidir o que que é importante ecologicamente. É dar todas as informações, somar concomitante todas as informações para decidir quais são as prioridades. Tem uma pedreira, por exemplo, uma caso típico que é dado a licença pelos órgão que são, não sei são, ambientais que seja, pelo ITCF e pela SUREHMA e que, posteriormente, em função da pedreira nasce um núcleo populacional. E este núcleo populacional, evidentemente, são problemas sociais, ficam ao redor da pedreira. E daqui a um determinado tempo existe uma reclamação perante aos órgãos competentes de que aquela pedreira está, ao ser explorada, jogando lascas sobre as casas, causando perigo aos moradores. Eu acho que isso aqui, a pesquisa básica a que o Marcos referiu quer dizer é criar os vários setores de prioridades, isto é um plano diretor. Nós podemos ter prioridade de assentamento bom, podemos ter prioridades de mineração, prioridade de instalação de fábricas e para isso nós precisamos ter um mapa que dê todas essas prioridades. A pesquisa básica nada mais é do que um complemento. Eu já fui avisado que o meu tempo acabou.

acabou.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE(Haroldo Ferreira) - Obrigado, Orestes, pela participação.

Eu tenho quatro inscrições aqui e eu sugeriria, a não ser que o Plenário não concordasse, que ao final dessas inscrições nós tamássemos cinco minutos de descanso e de cafezinho, de colóquio particular da Comissão de Redação.

Na sequência eu tenho aqui o Pedro Dias, depois o Edílio, depois a Laura e o Capitão Alcemir vai ter oportunidade de terminar aquela que iniciou aqui.

Então, Pedro Dias.

O SENHOR PEDRO DIAS - Primeiro eu gostaria de me apresentar.

Sou Pedro Dias, Assessor de Relação Externa da Superintendência da SUREHMA e também sou presidente da Associação dos Servidores da SUREHMA;

Eu gostaria de tocar aqui num assunto que seria objeto de uma proposta a ser levada por esta Casa até ao Poder Executivo. E gostaria de colocar a importância da unidade estadual do sistema ambiental. O Alcenir colocou aqui muito bem há pouco que a Polícia vai lá, às vezes, o ITCF vai lá e talvez também a SUREHMA vai no mesmo lugar. São três técnicos indo, são três carros, é um desperdício à toa, quando a gente tem realmente , no nosso Estado o Meio Ambiente sendo tratado como o meio e não como inteiro. Onde nós temos metade do Meio ambiente no ITCF, uma outra parcela na Polícia Florestal e a outra na SUREHMA. Eu acho que está na hora do Poder Executivo começar a pensar e, realmente, criar uma Secretaria Estadual do Meio Ambiente no Estado do Paraná que esteja congregando estes órgãos que atuam na área.

área.

É inadimissível que metade do sistema ambiental fique na SEAB, a outra metade na SEDU e uma parte na Polícia, tanto civil quanto militar, porque nós temos a Delegacia do Meio' Ambiente também. Então, eu acho que hora de parar pensar, é hora de fazer mais ou menos o que São Paulo Fez, que uniu e à príncipio a gente pensou: aquilo vai ser uma bagunça. Mas, ele começaram a encontrar, até certo ponto, o caminho. É como o Alcenir disse, quer dizer, o "cara" bota o dedo na espuminha e vai para a cadeia, mas, é uma ação conjunta, ~~onde o técnico da~~ onde o técnico da SEPEV' está lá junto, às vezes o Departamento de ~~Fauna~~ Fauna e Flora, ' que seria o ITCF nosso, e a Polícia Florestal junto. Porque é inadimissível e aí eu falo como Presidente da Associação, nós temos ' companheiros indo autuar empresários nos atende armados. Isto não é papel de engenheiro fiscal, isto é papel da Polícia. É inadimissível ter fiscais, inclusive do município, sendo agredidos por empresários de má fé e que não tem o mínimo de respeito até com a pessoa humana.. ENTÃO

O SR. PEDRO DIAS:- ...Então, isto nós não podemos mais deixar acontecer e a polícia tem que atuar em conjunto com a fiscalização, com o engenheiro, porque há que se ressaltar aqui que em muitos casos e quase que a totalidade é preciso que tenha o técnico da área, por exemplo, a SURHEMA, conhecedor se realmente está se poluindo ou não para pedir a ação da polícia. Então, eu acho que nós precisamos procurar esta unidade(?) estadual e eu acho que esta Casa, a Assembléia, pode levar ao Poder Executivo esta nossa reivindicação.

Um outro ponto que eu gostaria de tocar é na ação municipal. Hoje a gente tem Curitiba, depois de um trabalho feito em gestões passadas e que espero que seja mantido nesta gestão e até agora está sendo mantido, um serviço de controle de poluição, coisa que é raro em municípios do Brasil afora, e isto nos ajuda e muito. Por que? Porque na parte de poluição que é a parte que nos toca e que onde a gente recebe as reclamações da comunidade,muitas coisas pequenas até, mas que são importantes que no conjunto se somam nós não podemos resolver. Por exemplo: oficinas mecânicas, panificadoras, fabriquetas de fundo de quintal de antenas parabólicas, uma série de coisas que muitas vezes a SURHEMA tem que acionar um processo e gira até um ano ou dois na justiça e a população tem que ficar aguentando aquilo ali, Quando o fiscal da Prefeitura, o fiscal ambiental da Prefeitura numa ação localizada resolve o problema, porque se o indivíduo não acertar ele perde o alvará. Ao ele perder o alvará, ele não pode vender mais nada. Então a coisa fica automática. Então, os Prefeitos precisam saber do poder que tem. A Constituição Federal já colocou a eles um poder concorrente e nós precisamos a nível de Estado agora, trabalhar juntos aos municípios para que os municípios se legalizem de forma a atuar em conjunto e não fazer trabalho paralelo também, como em muitas vezes é feito no Estado. Então a gente tem que procurar estender esta ação que hoje é feita em Curitiba a todos os municípios e eu espero que Curitiba mantenha também este tipo de ação.

Eu queria tocar agora num ponto que eu acho...

fundamental, porque sem ele a coisa não anda que é recursos humanos nesses órgãos aí, principalmente na SURHEMA o pessoal é achatado salarialmente. Nós temos um pessoal lá de nível superior, com mestrado, ganhando menos que duzentos cruzados, menos que duzentos cruzados, que é caso de alguns companheiros que estão aqui, inclusive, e isto aí é uma coisa que a gente já vem alertando o Governo do Estado há muito tempo. Não tem mais condição. A tendência é de perder os quadros dentro da empresa, os principais técnicos, aqueles que o Estado tem que manter, aqueles que deteram al longo do tempo conhecimento, estão indo para a iniciativa privada ou para outras estatais que pagam melhor o que é uma incoerência, não é, dentro do mesmo Estado a gente tem as Fundações recebendo melhor que as autarquias, as companhias recebendo mil vezes melhor que as Fundações e também que as autarquias, a administração direta sendo achatada e a SURHEMA como órgão ambiental,a parte que toca a esta questão tem fundamentalmente o pessoal desmotivado. Quer dizer, o ~~xxxxxx~~ cara vai fiscalizar com salário destes. É uma coisa que eu deixo no ar! E eu acho que a gente tem que procurar resolver,a iniciativa, a Superintendência está tentando se colocar frente a questão do Governo para melhorar esta área, nós já viemos aqui na Assembléia várias vezes conversar com os deputados e nós temos uma situação muito ~~xxxxxx~~ diferente até de outros órgãos lá dentro que é a situação de terem neste aumento de 100% que houve aí para todas as categorias no Estado, teve gente lá na SURHEMA que não recebeu 25% de aumento, tá. Por que? Porque os engenheiros, a maioria deles tem uma complementação, chamada complementação salarial e isto significa que o cara recebe duzentos cruzados de salário e oitenta cruzados para complementar o salário de nível profissional. Como o aumento só foi sobre o salário básico, então o cara que recebia duzentos cruzados passou a receber duzentos ~~xx~~ trinta, duzentos e sessenta. Então ele não teve aumento de 100%. Ele teve, além de nós termos perdido 39%, teve gente lá que não teve aumento nem de 25. Então este pessoal encontra-se desmotivado...

a gente inclusive realizou assembléia lá ontem, não tem condição de tocar órgão ambiental desse jeito. É um problema ambiental, porque se a gente não trabalhar os recursos humanos que tocam a fiscalização não tem como mandar fiscalização nenhuma. Então, eu gostaria de deixar estes três pontos para reflexão e que a gente conseguisse melhorar neste ponto também.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo Ferreira):- Obrigado ao Pedro Dias pela sua participação. Na sequência o Edílio.

O SR. EDÍLIO:- Eu sou da Associação de Moradores do Conjunto Paineiras. Gostaria de fazer uma observação aos colegas que me antecederam. É muito difícil compatibilizar o lado econômico do meio ambiente com o lado econômico. Então, os interesses cada um puxa para um lado. Nós não podemos também ver o lado colorido das coisas. Eu...

O SR.EDÍLIO - ... das coisas. Eu como Presidente de Associação de Bairros e ligado ao meio ambiente pelo menos por vocação, e acho que tudo se resume no seguinte, eu acho que devemos retornar, -é um aprendizado. Então queria apresentar uma sugestão no sentido de que levasse a Constituição Estadual a instituir um dia nas escolas públicas, obrigatório o ensinamento do meio ambiente, orientar as crianças. O que a gentenota aqui, de um lado discute-se mineração, então o interesse aqui é econômico e ecológico, nós temos que achar um peso que equilibre os dois lados. Eu vejo que nós temos que pensar nas futuras gerações. Hoje vemos o mundo preocupado com a amazônia, eu acho não se esgota aqui nesse debate, eu acho que o assunto meio ambiente é muito sério. Então instituir realmente não num fim de semana tem que ser num dia útil, obrigatório um dia , por mês, no ano eu acho muito pouco, dispensar outras matérias e tratar o meio ambiente, as crianças a saber o que é o meio amniente. Obrigado.

O SR.PRESIDENTE - (Haroldo Ferreira)

Obrigado Edílio pesla sua participação. Com a palavra a Sra. Laura.

A SRA. LAURA - Primeiro gostaria de fazer um convite para uma Sessão no dia 20 às 14 horas no plenário da Assembléia, haverá um ato para apresentação das propostas do Fórum Unitário onde será feita a entrega simbólica das propostas para a nova Constituição, propostas populares. Um segundo convite, no dia 22 aqui nesse plenarinha, às 19 horas, haverá um debate sobre a internacionalização da Amazônia pelo comitê Chico Mendes.

E a sugestão que eu coloco para a nova Constituição, é também uma reivindicação do meu município, o município de ...

A SRA.....: ... uma reivindicação do meu Município, o município de Cêrro Azul para que a nova Constituição - crie mecanismos que impeçam a desapropriação ou que impeçam que aumente o número dos " sem-terra", em função da construção de Usinas hidrelétricas particulares.

Vocês todos devem ter acompanhado pela imprensa, que o Grupo CTA - está pretendendo construir - em Cêrro Azul e Adrianópolis, uma Usina Hidrelétrica. E isso, no Município de Cêrro Azul, vai provocar, vai desapropriar mais de 100 mil famílias, quer dizer, mais de 10 mil pessoas vão ficar desapropriadas, sem terra, porque irão para onde? Em função do favorecimento de uma companhia particular.

É uma reivindicação que trago lá do meu Município e que participo do Movimento organizado, da - Comissão de Mobilização do Vale do Rio Ribeira em que a nossa Constituição garanta: há também um outro aspecto, porque foi - feito um " protocolo de intenções" aqui com o Governo do Estado e o Grupo da CBA passou por cima e foi direto ao Departamento Nacional de Águas e Energia, para conseguir a liberação.

Por um Decreto do Sarney, cinco dias antes da promulgação da Nova Constituição, ele conseguiu que - saísse a liberação por Decreto, da autorização para construir a Usina.

Então, nem o " protocolo de intenções está sendo respeitado.

Seria essa a sugestão.

O SR. PRESIDENTE: (HAROLDO FERREIRA): Na sequência, nós ouviremos o Capitão Alcemir e daremos por encerrada esta Sessão.

O SR. ALCEMIR RODRIGUES| Para terminar, não esperava esta oportunidade de debates, importantíssimos, goxtaria de dar à Tereza a resposta à indagação sobre a -

autuação por parte da parte florestal de São Paulo, diz que São Paulo, Minas Gerais e outros Estados, estão caminhando. Nós estamos pedindo muitas informações, estamos trocando muitas informações e eles estão vindo aqui, nós estamos indo lá e eles estão crescendo. Nós estamos esperando crescer.

Também se falou da parte de técnicos. Importantíssima a parte técnica. Nós não queremos ocupar o espaço de ninguém, somente queremos participar ou então, recolher. No DER há técnicos excelentes, engenheiros excelentes. É delegado à Polícia Militar, através do Batalhão da Polícia Rodoviária, o poder de autuação. Trabalham harmonicamente. Harmonia total. E quem é que ganha com isso ? A Polícia Militar, o DER, o Estado do Paraná e os usuários das rodovias estaduais.

O DETRAN através de seus técnicos delega poderes à Polícia Militar para autuação, através do Batalhão de Polícia de Trânsito, das Companhias de Trânsito em todo o Paraná, pelotões, enfim, é perfeito o trabalho. Por que não outros técnicos, outros órgãos técnicos do Paraná e eu não vou endossar a palavra do Pedro - eu não vejo da nossa parte, essa participação de uma Secretaria. Bastaria ficar do jeito como está, na própria Secretaria de Segurança, mas o Detran tem uma assessoria técnica. Se forem lá, tem assessoria, se forem ao DER, tem uma assessoria. O trabalho é harmônico, eles não têm horário, é de manhã, é de tarde, é de noite...

O SR. ALCEMIR RODRIGUES - ... não tem horário, de manhã, a tarde, a noite. Estão trabalhando por interesses mútuos, do DR com o Batalhão Rodoviário, do DETRAN com o Batalhão de Trânsito de todo o Paraná. E por que não o Batalhão Florestal com o órgão que foi criado - a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, o ITCF -, não interessa a sigla, o que interessa é a realização, o resultado de que estamos carentes. Então quanto a parte dos técnicos tudo bem, não queremos ocupar espaço de ninguém e também não queremos ficar como bonecos na alegria de devastadores da natureza.

Fica muito difícil para nós a confiança que tem....não estou criticando ninguém, mas se nos procurarem a meia-noite, uma hora... estremos em qualquer lugar à disposição da comunidade; isto é praxe é nossa obrigação. DE que adianta estarmos à disposição em qualquer horário se estamos com os "braços" engessados, não poder trabalhar, fica difícil! Solicito a colaboração dos Senhores Deputados para que volte a ser como era antes - um bloco, com um bloco o companheiro ia à rodovia e não precisaria mais nada, basta o bloco, o medo do bloco... o medo é muito grande, a retenção do veículo, a multa e conforme o grupo... tem que ser pago e recolhido.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Haroldo Ferreira) - Faremos cinco (05) minutos de intervalo e ao final, quando estiver formada a Comissão, nós passaremos a palavra inclusive aos DEputados que queiram fazer uso dela e estão inscritos, na seqüência, os Deputados ~~Rodrigo Tonelli~~ Antônio Costernaro e Pedro Tonelli.

(É suspensa a reunião)

(É reaberta a reunião)

Dando reinício aos nossos trabalhos convidaria ao Roberto Langue para que fizesse aqui o anúncio das articulações com relação à Comissão de Redação.

(São feitas as indicações) .....

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência do Senhor Deputado Constituinte Rafael Greca de Macedo, com a presença dos Senhores Deputados Membros da Comissão, bem como a presença do Senhor Presidente da Assembléia Constituinte Estadual, Deputado Anibal Khury. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente Reunião de Audiência, com a pauta relativa à FINANÇAS PÚBLICAS E CONSTITUINTE - COMÉRCIO PARANAENSE E CONSTITUINTE - ECONOMIA E CONSTITUINTE, e com a presença dos seguintes convidados palestristas: Engº Ivo Pugnaloni, representante do Forum dos Trabalhadores das Estatais; Sr. Fernando Wagner, representante da Federação das Micro e Pequenas Empresas; - Sra. Maria do Carmo de Albuquerque Carvalho, representante do Forum Paranaense das Entidades Pró-Constituintes; Dr. Odone Fortes, Diretor do Jornal Indústria e Comércio de Curitiba; Dr. Luiz Carlos Hauly, Secretário de Estado da Fazenda; Prof. José Pio Martins, Diretor Geral da Secretaria da Fazenda do Estado; Dr. Egmar Arantes, Inspetor Geral da Tributação; Sr. Everlindo Henklein, representante do DIEESE; Dr. Mário Pereira, Secretário de Estado da Administração. Todos os pronunciamentos- desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a contribuição prestada pelos Senhores palestristas à Assembléia Constituinte Estadual, convidando a todos para a Reunião - de Audiência a ser realizada no próximo dia 21, a partir das 14:00 horas, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, com a pauta: EDUCAÇÃO. Nada - mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu José Olimpio Sotto Maior de Macedo, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que se produza os efeitos legais.-

DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

O SR. RAFAEL GRECA - Senhores, Senhoras, escolares que nos honram com a sua presença.

Dando sequência aos painéis da Comissão de Ordem Econômica e Social da Assembléia Estadual Constituinte do Estado do Paraná, a tomada de depoimentos, nós vamos fazer hoje um painel sobre Finanças Públicas e Constituinte, o Comércio as Pequenas e Médias Empresas do Paraná e a Constituinte, a Econõmia e a Constituinte.

Eu quero esclarecer que as pessoas vêm aqui falar para a Assembléia e trazer as suas sugestões e isso quero esclarecer sobretudo para os alunos que estão aqui, fica anotado pelas taquígrafas, por isso não é importante que o Plenário não esteja cheio, tenha poucas pessoas ou que não estejam todos os Deputados aqui, temos dois Deputados por enquanto e depois devem vir outros, mas o que é importante é o depoimento, é o testemunho que as pessoas trazem para esta Assembléia, que como poder passa a receber as sugestões das iversas entidades e das pessoas representadas, essas sugestões são transformadas em processos e depois são lidos pelos Deputados, para depois serem julgados da conveniência ou não de fazerem parte da Lei do Estado do Paraná.

Então o Painel de hoje tem como primeiro inscrito o engenheiro Ivo Pugnaloni, o qual é do Forum de Trabalhadores das Estatais e vem falar sobre a visão das finanças públicas e do processo constituinte com relação aos salários dos funcionários públicos do Estado.

Depois vai falar o Sr. Fernando Wagner, pela parte da Federação das Micros e Pequenas Empresas. Um e outro vão dar duas visões diferentes, ~~xxxxxxxxxx~~ diferentes ou talvez concordantes, mas vão dar suas visões do que seja necessário constar no texto Constitucional, no capítulo da Ordem Econômica.

O SR. IVO PUGNALONI - Cumprimentando a todos, esclarecemos que nós estamos aqui em nome de um forum que reune a quase totalidade das entidades sindicais e de associações de empregados no serviço público. Com a nossa experiência profissional como funcionário como na administração do Estado e também da nossa luta no movimento sindicadl. nós trazemos algumas propostas que também se baseiam num projeto que nós encomendamos ao DIEESE recentemente, cujos resul-

resultados a imprensa creio que divulgou, que nós encaminhamos também a todos os Deputados desta Casa e fazemos constar da Ata desta Sessão.

Desse trabalho será à tarde melhor analisado pelo Economista Everlino Henklein do DIEESE; Nessas propostas como os senhores vão ver, nós pretendemos contribuir para que o Estado de maneira moderna e eficiente relacione os vários componentes da sociedade de maneira a estimular um progresso econômico e social. Como vocês também poderão perceber, Deputados, não se trata de um conjunto de propostas corporativas visando apenas o nosso bem estar, nem tão pouco viemos aqui fazer pleitos injustos ou impossiveis de ser atendidos. Vão perceber que são propostas be genpericas dirigidas a toda a sociedade que afinal esse momento é de grande responsabilidade, nós não cometeríamos, dirigentes sindicais, não cometeriam a leviandade de vir aqui e deixar de contribuir de forma sincera e concreta com essa grande tarefa.

Ontem na televisão nós assistimos o Presidente Alan Garcia do Peru, expondo a sua visão sobre os problemas latino-americanos, já havíamos visto o Presidente Alfonsin e vários outros Presidentes ...

O SR. IVO PUGNALONI:- ...e vários outros Presidentes, dirigentes latino-americanos e parece que há uma unanimidade quando eles apontam o pagamento da dívida externa como o principal problema econômico e social do nosso continente, afinal somente de juros, senhores, durante o Governo Sarney, nós remetemos ao exterior 53 bilhões de dólares. Dizia ele também que outra razão desta crise que tanto faz sofrer nossos povos é a falta de unidade quando nós negociamos com os nossos credores, cada país tentando achar, à sua maneira, um jeitinho novo de negociar e tirar vantagens. E também outro defeito nosso é não buscar complementariedade das nossas economias latino-americanas, comprando e vendendo ao primeiro mundo sempre com condições mais vantajosas.

Eu digo que esta visão macro-econômica corajosa e realista tem nos faltado também dentro do Brasil e principalmente no norte do Paraná. Tem prevalecido entre nós o fácil e,me desculpem, o leviano caminho de culpar pela crise, não a sangria de 13 bilhões de dólares ao ano de juros, não aos governantes que pagam religiosamente e sem discutir essa dívida, incerta e nebulosa, mas aos funcionários públicos que fazem funcionar o Estado. Culpa-se as professoras que ensinam o nosso idioma às nossas crianças, culpam-se os médicos e enfermeiros que cuidam da saúde do nosso povo, aos técnicos e engenheiros que projetam, fiscalizam as obras públicas, aos estencionistas(?) que assistem aos agricultores, aos fiscais de renda que tentam impedir que impostos já cobrados do povo nos preços sejam devidamente apropriados para os sonegadores.

A prova desta afirmação que faço são os dados que o DIEESE obteve da Secretaria das Finanças e da Administração, dados oficiais, sobre os quais os senhores Secretários poderão ser arguidos na sequência e que mostra que a arrecadação do ICM neste Estado diminuiu no valor relativo ao produto interno bruto em pelo menos cinquenta por cento. O produto interno bruto do Paraná de 70 a 87 cresceu duzentos e cinco por cento, enquanto o ICM cresceu apenas 97%. Esse estudo mostrará também que a folha de pagamento, a massa salarial do pessoal da ativa nesse período de crescimento do ICM de 97% e produto interno bruto de 205%, foi de apenas 62%.

Falava ainda o Presidente Alan Garcia que nós estamos numa outra fase de dominação. Agora os países ricos já não se contentam em lucrar levando daqui matérias primas manufaturadas a preços baixos, atividades que de uma maneira ou de outra gerava empregos e receitas. Agora seu plano de exploração se dá com a concessão. Por exemplo, de um empréstimo de 11 bilhões de dólares para pagar juros devidos de 13 bilhões de dólares, a juros cada vez mais altos, unilateralmente alterados pelos bancos credores. Isto é, os investimentos desses países em nosso continente...

já não gera nem empregos nem receitas, só déficits, que governantes de pouca visão preocupados apenas com sua aparência frente à mídia e comprometidos apenas com grupos econômicos que sustentaram suas eleições preferem atribuir, nos caso do Paraná...

O SR. IVO PUGNALONI - ... e comprometidos apenas com grupos econômicos que sustentaram as suas eleições, preferem atribuir, no caso do Paraná, a pouco mais de 150 mil empregados do Estado mal pagos, mal aproveitados, mal informados, mal dirigidos e mal acostumados.

Outra prova disto está no Diese e o que nós falamos confere muito com o que disse o Presidente Alan Garcia: Enquanto a nossa folha o pessoal da ativa do Paraná subiu 62%, em valor real de 1970 a 1987, os encargos da dívida deste Estado com os bancos credores nacionais e internacionais, subiram 8.613%, sem que nenhum governo se dispusesse, ao menos em verificar, em fazer uma auditoria, nas dívidas, nas formas e nas condições em que os governos passados contrairam essas dívidas, e sem também que eu me lembrasse que nenhum governante se dispusesse a tentar, pelo menos a renegociar essas dívidas com os credores.

Os senhores lembram, a última vez que um Governador nosso foi a Washington ou a qualquer centro financeiro mundial, para dizer, vamos renegociar essa dívida? Vamos pagar de outra forma? O Paraná não pode crescer com esse peso? Não.

A falta de compromisso histórico vai a tal ponto que esses governantes preferem afrontar o povo, diminuir o valor real dos salários a cada mes, do que sequer tentar renegociar a dívida.

Comentava também o Presidente Alan Garcia, ontem, que cada governante latinoamericano trate isoladamente com os credores, enquanto que esses formaram um Comitê de negociação que há 12 anos não muda a sua composição. Cada novo Ministro da Fazenda que chega lá o pessoal até já diz: Chegou mais um aí, para a gente enrolar. Sempre cada um com um plano mirabolante.

Lamentava-se ainda que decisões como aquela que ele tomou, decisão pioneira, no pequeno interregno da época em que Funaro foi nosso Ministro da Fazenda, aquela primeira decisão que ele tomou, em delimitar em 10% o superavit, em 10% do superavit comercial do Peru o pagamento do juro da dívida foram logo classificadas pelos credores e pelos agentes internos e aliados que esses credores têm dentro do Perú, de fato de

violência, de medidas unilaterais, como se não fossem unilaterais a elevação em mais de 300% do valor dos juros dos últimos 15 anos pelos bancos internacionais.

Lamentava-se ainda que embora as razões dessa elevação fossem o astronômico crescimento do déficit interno dos Estados Unidos da América, hoje estimado em 3 trilhões de dólares, nenhuma palavra se ouvia do FMI, quanto ao déficit público americano. Porque o mecanismo é simples os juros aumentam porque o governo americano se endividou com os bancos credores ao tomar dinheiro emprestado no mercado financeiro norteamericano, esses bancos elevaram as suas taxas de juro porque o dinheiro estava mais procurado e com isso elevaram-se os empréstimos que cobriam os empréstimos do terceiro mundo.

O Governo Reagan ficou popularíssimo, claro, porque com esse déficit ele fez o progresso econômico do país.

Aqui, não. Aqui o déficit público, o funcionário público, são os culpados quando o Brasil não cresce. Senhores, nós precisamos de um Estado ágil e eficiente para regular o nosso crescimento. Todos precisamos do Estado. Não só o povo que não pode pagar escola particular, nem médico particular. O industrial sempre precisou do Estado para fazer investimentos pesados e de longo prazo de retorno para a produção de matérias primas, energia, telecomunicações a preços subsidiados. Ou será que haveria outro empresário disposto a fazer isto daqui por diante tendo preconceito apenas por teorias de um liberalismo pré-histórico que hoje se vende em supermercado sob uma forma de pequenos viventes.

Quem é que ia fazer investimento na siderurgia? Quem é que está disposto a vender aço subsidiado? Quem está disposto a construir barragens hidrelétricas que se pagam em 25 e 30 anos? Quem está disposto senão o Estado? O comércio precisa que o Estado construa estradas, e ruas planeje o crescimento das cidades, ofereça habitações e condições de saneamento, empregos, salários, previdência e assistência adequada, permita ao povo adquirir mercadoria e participar da vida econômica.

Os grandes e pequenos produtores agrícolas precisam do Es-

tado para construir rodovias de escoamento, armazéns, garantir preços mínimos que os protejam dos oligopólios como o da soja e do fumo, que impõe preço aos pequenos produtores, até mesmo aos grandes, se não fosse o Estado a garantir o preço mínimo. Precisam do Estado para pesquisa agronômica, para o desenvolvimento da biotecnologia, para financiar a produção.

Só um setor da nossa economia não precisa do Estado, senhores, de verdade. Quem não precisa do Estado são os bancos particulares, cada vez maiores, cada vez mais donos das nossas vidas.....

OSR. IVO PUGNALONI: ... donos de nossas vidas, cada vez mais arrogantes e prepotentes, cada vez mais xx ricos por girarem e girarem com o nosso dinheiro e mesmo por suas estreitas vinculaçoẽs com os bancos credores do Brasil.

É comum, hoje em dia, , em economia até se ouviu muito o ex-ministro Mário Henrique Simonsen sobre "de que maneira, ministro, o Brasil pode sair da crise ?" No nosso Governo, a todo o momento está-se ouvindo o ex-ministro Mário Henrique Simonsen; esquecemos que ele faz parte do "board", do quadro de diretores do CityCor, o maior credor particular do Brasil. Cada vez estes bancos estão mais representados na política com financiamento de campanhas eleitorais e até mesmo na compra de partidos inteiros, ~~xxxxxxxBxxxxxxxxxx~~ parece que o Bamerindus comprou, recentemente, em partilha. Cada vez mais presentes nos meios de comunicação de massa. Basta ver quantos minutos por dia de propaganda institucional estes bancos apresentam. Cada vez donos de maiores extensoẽs de terra, fazendas de gado, indústrias. Cada ano com maiores lucros, num país onde existe tanta miséria e tanta dificuldade em se exercer uma atividade industrial ou comercial lucrativa.

Todos precisamos de um Estado tecnicamente eficiente, capaz para regular a presença de cada setor produtivo na sociedade e evitar que um setor se imponha aos demais. Imaginemos o enorme poder, por exemplo, que ~~xxxxxxxxxxxxx~~ os empresários de transporte coletivo têm numa metrópole como Curitiba e o que acontece quando o Poder Público não tem interesse ou não tem autoridade para controlar. Imaginemos o poder que teria um grupo privado que fosse proprietário da COPEL, da SANEPAR, ou da Siderúrgica Nacional, aonde estaríamos ?

Para termos um Estado eficiente, como o são os países desenvolvidos, é preciso que como qualquer empresa privada, ele seja administrado com base em critérios técnicos e científicos e não com base naquilo que dá mais ibope ou naquilo que garante mais espaço para o governante nos noticiários de TV, cujos maiores anunciantes são exatamente os grandes grupos financeiros. O corpo técnico do Estado

precisa ser capaz e constantemente estimulado ao aperfeiçoamento e à eficiência no trato da coisa pública. É preciso haver um permanente incentivo à busca de soluçoẽs técnicas mais simples e econômicas.

Eu queria lembrar e fazer um testemunho, quando será que os técnicos da COPEL e de outros órgãos, como por exemplo a Secretaria do Interior no Governo passado economizaram para o Paraná apenas com a operação de projetos técnicos daquele grande programa de eletrificação rural. De 89 mil propriedades que eram programadas para se fazer com o padrão antigo, com o novo padrão se fez 147 mil propriedades, com o mesmo dinheiro. Quantas televisoẽs, quantas geladeiras, quantas pequenas economias rurais a mais geraram um esforço de funcionários que se dedicaram a reduzir custos e a rever padroẽs técnicos.

Deve haver uma permanente busca de competição entre os fornecedores do Estado. E não ao contrário, que se facilite o seu conluio ou à formação de cartéis. E aqui eu faço uma denúnica, que já fez o Deputado Estadual do PFL, neste mesmo recineto, por ocasião do caso de Segredo. O Deputado Davi Cheriegate denunciou que no DER as concorrências têm ~~xxxxx~~ "cartas marcadas". O senhor Secretário Heins (?) rebateu esta acusação e disse que as licitaçoẽs são perfeitamente corretas. Eu concorso, só tenho motivos para concordar com o Secretário, de que dentro do DER estas concorrências estão corretas. Mas, fora do DER há um cartel chamado associação paranaense de empreiteiras e obras públicas. Há uma fila e os vencedores das concorrências se revezam com um preço préviamente estabelecido. Diz o Secretário: "Aqui dentro está tudo certo. Lá fora não me interessa o que eles estão fazendo." Interessa, sim, porque o Decreto 2.300 proíbe o conluio e dá ao Estado a obrigação de impedir que isto ocorra . Temos, felizmente, um exemplo recente de luta contra isso, que quase custou a demissão do Presidente da Companhia Paranaense de Energia, Dr. Francisco Gomide, que se opôs a um conluio, a um cartel de empreiteiras e foi hostilizado e processado por grande parte da nossa imprensa e de muitos setores.

O corpo fiscal do Estado precisa ser estimulado a

recolher os impostos já cobrados do povo no preço dos produtos. E não intimidá-los por declaraçoẽs ...

IVO PUGNALONI -... e não itimidados pro declarações dos próprios governantes contra a fúria tributária ou por vergonhosas anistias fiscais que teriam os sonegadores que estimulam quem pagou imposto nesse ano a sonegar no próximo ano.

O funcionalismo que trata da educação e da saúde, habitação, previdência, o transporte, o nosso povo precisa ser valorizado permanentemente, motivado para que desempenhe cada vez mais a sua função.

Isso embarga a apresentação companheiros de 7 propostas que nós fazemos.

Primeiro, quanto ao contingente do funcionalismo estadual, nós propomos o número máximo e mínimo de funcionários da administração direta, indireta e autárquica que seja determinado em lei complementar de modo que exista uma proporção entre o corpo funcional encarregado de cada serviço público e a população seja atendida pelo bem público a serem conservados como no setor elétrico, no setor de saneamento, no setor de telecomunicações , as companhias estabelecem números de ligações elétricas, por exemplo, por funcionário da Copel. Nós poderíamos fazer isso no Estado, número de professores por população a estudar; número de médicos por população a ser atendida; número de fiscais de acordo com o número de empresas, enfim, estabelecer em lei complementar parâmetros de máximos e mínimos onde o Governo trabalhasse.

Quanto a responsabilidade na arrecadação de impostos. O Governo do Estado deverá submeter ao Poder Legislativo em exposição de motivos detalhada qualquer diminuição no valor real da receita tributária prevista na proposta orçamentária em cada ano ou que for constatada no final de cada exercício fiscal.

A rejeição da redução proposta constatada por maioria sim ples dessa Assembléia implicaria na res-

ponsabilização criminal do Governador do Estado e do Secretário de Finanças em se tratando de final de mandato.

Quer dizer, não é possível mais que o Governador do Estado e o Secretário de Finanças virarem para nós e dizerem que não tem dinheiro para pagar o funcionalismo, nem para pagar empreiteiro nem para pagar gastos porque diminuiu a arrecadação de impostos e não precisa dar nenhuma informação sobre isso. Ele não precisa explicar nada.

Numa empresa privada ele estaria na rua os acionistas teriam demitido o Diretor financeiro que permitisse que a receita da empres a diminuisse ou iriam querer muito boa explicação.

Quanto a proibição da diminuição do salário do funcionalismo. Fica expressamente vedada a diminuição dos salários reais dos funcionários do quadro permanente da administração direta, indireta e autárquica. Isto é um princípio constituicional, não pode diminuir os salários. Isso tem que ser colocado na Constituição.

Quanto ao controle do Legislativo sobre a administração pública. O Poder Legislativo deve restabelecer seu controle pela administração pública direta e indireta e autárquica, inclusive, nas gestões passadas. A Assmbléia Legislativa precisa ter um corpo técnico maior. Precisa ter um corpo talvez de assessores políticos, cabos eleitorais, empregados menor como os funcionários fantasmas menor ou precisa ter um corpo técnico a altura de investigar e estudar o orçamento da Copel, estudar o orçamento da Sanepar que hoje somados são maiores que o Orçamento do Estado.

Quanto a transparência dos serviços e dos gastos públicos. Nossa proposta é que o Poder Executivo mantenha permanentemente atualizado e reunido sob a forma de relatório mensais, um sistema de informações estatísticas sobre o desempenho e custos utilitários dos serviços prestados e sobre o índice.....

COMISSÂO DE ORDEM ECONÔMICA e SOCIAL

20/03/89

mlm 14,55 hrs. -1

O SR. IVO PUGNALONI:-...índice de pessoal por atividades da forma com/ que a Legislação Complementar definirá.

Estes dados devem ser publicados,pelo Executivo em dezembro e junho da cada ano, através de um programa rádio televisado/ de matérias pagas nos jornais, devendo sua organização e apresentação/ serem previstas, de tal forma na Lei, de modo a permitirem sua compreensão, simples e direta, pela população.

Estes Relatórios trariam, cada 6 meses, companheiros, a evolução das Receitas e Despesas do Estado. Qual foi a ampliação dos serviços de Saúde, Educação, Transporte, Energia Elétrica e Água Potável e outros. É preciso publicar isso, claramente, para que o/ povo possa acompanhar se aquele Governo está aumentando os serviços ou deixando-os diminuir ou perece.

Demonstrativos comparativos da prodição agrícola, industrial e do comércio e entre a evolução do produto interno bruto/ e da arrecadação tributária, de cada setor produtivo e do comércio.

Também deve ser publicado, a cada 6 meses, qual foi a despesa com o pessoal da administração direta, indireta e inativos da administração estadual, bem como os índices de funcionários por/ atendimento prestado; o índice de médico, por habitante, o índice de / enfermeiros por habitante, assistentes sociais por habitante, cientistas por habitantes.

Informações sobre contratações e pagamento de / novos empréstimos, deve haver um detalhamento destes empréstimos, não / pode mais ser coisa feita entre quatro paredes.

E também, principalmente a relação de inadimplentes para com a Fazenda Pública e Bancos de Fomentos Estaduais. Não é / Possível que grandes devedores do Estado continuem a influir, continuem a ter papel, continuem a reclamar sobre o papel do Estado e buscar a/ diminuição de salários e o desmantelamento da máquina funcional, apenas para benefício próprio.

6ª Proposta: Revisão da Previdência. É preciso revêr completamente o / sistema de previdência do Estado. O crescimento de despesas com pessoal inativo de 1970 a 1987 foi de 238%. Enquanto isso o pessoal da ativa / teve a sua Folha acrescida em 62%. Dá a impressão que daqui a pouco todos os nossos recursos do Tesouro estarão sendo usados, hoje já estão / perto de 30%, para o pagamento de inativos. É preciso vêr quem são estes inativos, se é a professora aposentada, se é o engenheiro aposentado, se é o operário aposentado, ou se são conselheiros do Tribunal de/ Contas, ou se são grandes figuras, ilegalmente aposentados, ou se são manobras meramente contábeis e ~~XXXXXX~~ ilegais.

E por último, propomos uma Auditoria no endividamento do Estado, as Disposições Transitórias da nossa nova Constituição Estadual devem prevêr uma profunda auditagem sobre a estrutura do/ endividamento deste Estado, incluindo aí o endividamento das empresas estatais alcançando, inclusive débitos já liquidados, para verificar além das condições em que foram feitos estes empréstimos e qual foi a / taxa de comissão, qual foi a taxa de juros, quais as outras taxas, na / negociação destes empréstimos, verificar qual foi a causa pela qual não houve, em impostos, o retorno destes investimentos.

Esta, Srs., são as Propostas que o Forum dos Trabalhadores em Empresas e òrgãos do Serviço Público, preocupados com essa / fome, com esta vontade de sacrificar, de esmagar o funcionalismo, em retirar os seus vencimentos, em deixar sem motivação para atender à população vem fazer aqui, denunciar, e vamos fazer isso na pessoa do Economista Everlindo Henklein do Dieese, denunciar que as finaças públicas do nosso Estado vão muito mal, estão mal organizadas, não há respostas para os problemas que ali estão colocados, não se prevê nenhum esforço para diminuir o endividamento, aumentar a arrecadação de ICM, pelo / enos no nível em que subiu o produto interno bruto e nem em averiguar/ a causa do espantoso crescimento com inativos.

São essas,companheiros, as Propostas que, de coração os Trabalhadores doServiço Publico trazem, não como puderam vêr em nos

so próprio benfício,não como Propostas destinadas a defender a nosssa/ orporação, mas a defender um Estado que assegure um crescimento...

O SR.IVO.PU.GNALONI - mas a defender um Estado que assegure um crescimento e um ordenamento econômico e social harmônico no nosso Estado.

Agradeço aos deputados e especialmente a Comissão coordenadora desta Comissão Temática.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Engenheiro Ivo Pugnaloni, nós acolhemos as suas propostas como contribuições do$ forum dos trabalhadores nas estatais a esta Assembléia Estadual Constituinte, o deputado Relator e eu, e o deputado Presidente da Constituinte Estadual, deputado Anibal Khoury, que nos honra com a sua presença.

Eu convido para tomarem assento à Mesa o deputado Pedro Tonelli e o deputado Acir Mezzadri e o deputado Orlando Pessutti, que está conosco aqui.

Eu interrompo momentaneamente o painel, para, a pedido do forum paranaense de entidades pró-constituinte, constituido por 45 entidades populares, das mais diversas origens, desde a regional sul-II da Conferência Nacional dos bispos do Brasil, passando pela Frente Sindical, pela Frente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pela Frente dos Funcionários Públicos do Estado e pelo Movimento Popular Pró-Constituinte, para nós recebermos então, deste Forum Paranaense Estadual das Entidades Pró-Constituintes, conforme nos foi requerido, as propostas populares encaminhadas a esta Assembléia Estadual Constituinte.

Esta é a razão, da presença neste Plenário, do presidente da Assembléia Constituinte, deputado Anibal Khoury. Eu peço, por favor, à senhora Maria do Carmo de Albuquerque Carvalho, credenciada pelo forum paranaense das entidades pró-Constituinte, que venha até a mesa trazendo as propostas populares. Se não puder fazê-lo sozinha, que traga outraspessoas que a auxiliem para tal.

Esclareço que as propostas podem ser depositadas aqui sobre a Mesa.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Ao acolher nesta sessão da Comissão de Ordem Econômica e Social a presença tão variada de pessoas das mais diversas procedências e das mais diversas categorias, sinceramente em nome do poder constituinte do Estado, porque somos deputados, agradecemos a presença de vocês aqui nesta Casa, que é Casa do Povo.

Nós podemos ver aqui neste painel que está desenhado aqui atrás, neste Plenário, que mostra primeiro os índios reunidos em Conselho nas primeiras assembléias que o Paraná conheceu. Faziam uma fogueira, se sentavam ali e ficavam discutindo o que era melhor para a tribo.

Depois, já passado o tempo, a assembléia instalada a partir de 1853. Esta Assembléia existe desde aquela data. Hoje ela está transformada em Poder Constituinte, para escrever a nova lei, que não pode ser diferente da lei que foi votada em Brasília, não pode ser muito diferente, mas que pode ter algumas particularidades porque o Paraná é um Estado Federativo, independente.

Então é com alegria que nós vemos.....

O SR. RAFAEL GRECA - ...então é com alegria que nós vemos todas essas propostas, por exemplo as propostas sobre família tem 8.918 assinaturas, de apoio aos idosos tem 4.856 assinaturas, de atendimento médico hospitalar tem 1.838 assinaturas, sobre política habitacional tem 7.805, as propostas de que o povo possa fazer a lei independente dos seus Deputados tem 6.200 assinaturas, de política agrícola tem 9.654 assinaturas, de reforma agrária tem 7.202 assinaturas, enfim nós vemos que o povo trás a Assembléia todas as ansiedades da sociedade e nós recebemosisso pedindo a Deus que fez as primeiras leis e que inspirou nos homens o sentido de lei, que nos dê a capacidade a possibilidade de traduzir tudo isso, sintetizando tudo isso num livrinho que vai ser a Constituição de todos os paranaenses.

Passo a palavra ao Presidente da Assembléia Constituinte Estadual, nobre Deputado Anibal Khury, que concedeu em abrir esta Sessão para a recepção das propostas.

O SR. ANIBAL KHURY - Deputado Rafael Greca, da Comissão de Ordem Economica e Social, Senhores Deputados aqui presentes, representantes de todas as entidades que aqui se encontram.

A Assembléia recebe com muita honra, a colaboração que estão dando nesta tarde. Como Presidente da Assembléia Estadual Constituinte eu asseguro a todas as Comissões que aqui se encontram, o direito de apresentarem as suas sugestões e mais ainda o direito de que elas serão examinadas não só pela Comissão, mas por toda a ~~Assembléia~~ Assembléia como uma contribuição valiosa aos nossos trabalhos.

Eu quero me parabenizar com a Comissão, com as entidades aqui presentes e dizer que nós estamos aqui até 05.10 ou até a promulgação da Constituição Estadual à disposição de todos para que possamos elaborar uma carta Constitucional que reflita os anseios fo povo paranaense.

Muito Obrigado e a certeza de que terão todo o nosso apoio, terão também a nossa gratidão pela colaboração que estão dando a Assembléia Estaeual Constituinte.

Muito Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA = Eu esclareço que se outras pessoas tiverem propostas ae

propostas escritas formuladas que queiram dar entrada na Assembléia agora, mesmo que não sejam do Forum das Entidades ~~Pró-Constituidas~~ Constituinte, também podem ~~fazê-lo~~ Fazê-lo.

A sua proposta vem do Hospital Universitário de Londrina.

Eu passo a palavra a Sra. Maria d Carmo de Albuquerque Carvalho, representante do Forum Paranaense das Entidades Pró-Constituintes.

A SRA. MARIA DO CARMO:- Senhores Deputados deste espaço tão importante que é a Assembléia Constituinte Estadual, população que tão brilhantemente se mobilizou e está trazendo hoje a contribuição de propostas de lei para a nossa Carta Constitucional do Paraná.

Acho que hoje é um dia muito importante, e não é um dia muito importante, há muitos meses, há anos está acontecendo no Brasil pela primeira vez, eu acho que dá para dizer pela primeira vez, um fato inédito que é a população em geral,,que é as classes populares, as classes trabalhadoras , tomando à frente num processo de participar do processo de formulação de leis. Neste nosso país sempre a cidadania foi alguma coisa muito longe da população em geral, sempre foi alguma coisa à qual a populaçao não teve acesso, nem ao estudo, nem as letras, muito menos às leis. Este fórum paranaense de entidades pró-constituinte, na verdade tem suas raízes no processo de participação na Constituição Federal. Foi a primeira vez que a populaçao brasileira começou a participar desse processo de elaboração de leis. Depois de milênios em que a única participação se dava através da luta direta, acho que é a primeira vez na história das Constituições brasileiras que nós temos aqui um auditório presente, que nós tivemos em Brasília auditórios cheios, que nós tivemos milhões, milhares de assinaturas coletadas, milhares de propostas escritas por entidades populares. Esse processo de mobilização para a Constituinte Estadual, então, tem início já no processo de elaboração da Constituição Federal. Aqui nós temos presentes dois ou mais setores significativos da populaçãi mobilizada. Um deles é o setor rural que foi responsável pelo maior número de coleta de assinaturas para a Constituiçao Federal, mais de um milhão e meia de assinaturas foram coletadas pedindo a reforma agrária neste país para a Constituição Federal. Foi a maior mobilização popular que já houve notícia. Nós não conseguimos a reforma agrária na Constituição Federal , muito pelo contrário. Hoje estamos de novo entregando uma proposta, sabendo que o Estado tem um poder muito pequeno de fazer reforma agrária, mas mesmo assim sete mil, trezentas e dezoito pessoas ainda continuam pedindo ao Governo do Paraná que faça um pouco de reforma agrária onde ele possa fazer.

PALMAS...

Mais do que reforma agrária, sabemos que o Estado do Paraná, que o Governo Estadual pode ter uma interferência grande na política agrícola. É por isso que a Emenda popular sobre política agrícola é aquela que mais tem assinaturas chegando. Há 10 mil assinaturas em todo o Estado do Paraná. Os números que estão sendo entregues aqui a cada minuto...

eles são alterados. A folha que está na minha mão está toda rabiscada, porque a cada minutos chegam mais propostas, mas são, sem dúvida, a proposta que mais tem assinaturas é a proposta de uma política agrícola que favoreça o pequeno agricultor paranaense que é aquele que produz a alimentação para todos os paranaenses.

Em seguida queria destacar aqui neste Plenário a presença de um segmento importantíssimo que são as pessoas sem moradia, que são as pessoas sem casa, Creio que uma boa parte deste Plenário aqui são pessoas que estão acampadas, são pessoas que estão reivindicando uma política habitacional justa, uma política habitacional competente que o Estado do Paraná organize e proponha. Estão sendo afixados ali nas paredes fotografias da situação subhumana a que estas famílias estão se sujeitando a viver, debaixo de lonas, sem água, sem luz acampadas. Mas essas famílias não tem como única forma de lutar, apenas acampadas. Elas se reuniram, elas estudaram, elas debateram, elas chegaram, elas conseguiram fazer uma proposta para a Constituinte Estadual. Eu acho que isto é um fato que merece um destaque extraordinário. O movimento popular além de fazer a luta da pressão , faz a luta institucional...

A SRª Mª DO CARMO: ... movimento popular, além de fazer a luta da pressã

faz a luta institucional, redige uma proposta para a Constituinte Estadual. Eu acho que também merece uma salva de palmas o pessoal da política habitacional. (Palmas).

Além destes dois segmentos que eu acho que merecem ser destacados, estão aqui presentes e foram redigidas em diversas entidades, uma quantidade enorme de propostas, mostrando que a população paranaense tem capacidade, está interessada em contribuir, para que este processo constituinte consiga trazer ao Estado do Paraná uma ordem econômica, uma ordem social, uma ordem política, que atenda melhor às necessidades da maioria da população. Nós esperamos que essa Assembléia Constituinte que nos recebe hoje tenha sensibilidade muito especial para com estas propostas e percebam que estas propostas não são de uma pessoa, nem de dez, nem de vinte. Que são propostas que foram estudadas debatidas e subscritas por dezenas de milhares de pessoas.

Acho que seria isso, principalmente, o significado deste momento, um signifi ado das palavras que eu gostaria de dizer. Certamente cada uma destas propostas teria muito o que dizer em si mesmas e talvez algumas delas ainda possam ser ouvidas por esta comissão de ordem econômica, nos poucos dias que ainda restam para sua atuação. Nem todas as propostas serão apreciadas por esta Comissão, mas sim aquelas que couberem. Tem algumas que serão apreciadas pela Comissão de Organização do Estado e Municípios, Comissão de Finanças e outras comissoẽs. Mas, nós gostaríamos de pedir a esta Comissão que chame para a defesa cada uma das propostas que disserem respeito a esta Comissão. E nós nos comprometemos q pleitear, junto às demais Comissoẽs, o direit de fazermos a exposição e a defesa das demais propostas.

Antes de me retirar da palavra, eu gostaria de pedir ao plenário, ao fórum paranaense de entidades pró-constituinte, que se não todo, mas pelo menos representantes de todas as entidades, quando saírem daqui se dirijam ao auditório do prédio, do edifício Tancredo Neves, que é o edifício novo, recoberto de vidro escuro, no

subsolo, para o encaminhamento das demais atividades do fórum, depois do término desta sessão. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE: Nós agradecemos ainda uma vez, a presença dos cidadãos que vêem a esta Assembléia Constituinte Estadual e esclarecemos que o ato de entrega das propostas populares está encerrado.

Na sequência, nós damos a palavra ao senhor Fernando Wagner, para que representando os micro e pequenos empresários, fale nesta Comissão de Ordem Econômica e Social sobre o tema "As micro e as pequenas empresas e a assembléia constituinte". O senhor Fernando Wagner é presidente da Federação Paranaense de Associaçoẽs de Micro e Pequenas Empresas.

As propostas vão ser levadas para serem registradas na Assembléia. Isto é que a Maria do Carmo quer esclarecer. Agora, eu passo a palavra para o senhor Fernando Wagner, que vai falar sobre as pequenas e as médias empresas e o poder constituinte.

O SR. FERNANDO WAGNER: Senhores Deputados ...

FERNANDO WAGNER - Srs. Deputados, senhor Presidente da Comissão de Ordem Econômica e Social , Deputado Rafael Greca, Deputado Pedro Tonelli, autoridades presentes, senhoras e senhores.

Nós hoje, o Paraná está vivendo um problema muito grave com relação a micro-empresa e empresas de pequeno porte, tiveram seus estatutos revogados através de mensagem enviada pelo Sr. Governador para esta Assembleía. Na realidade no momento não existe mais a micro-empresa no Paraná. Tivemos o estatuto revogado pela própria Assembléia.

Estamos preparando um novo modelo porque havia uma série de distorções que precisavam ser corrigidas no estatuto e aproveitando isso estamos corrigindo as distorções criando um novo estatuto porque hoje essa entidade, a micro-empresa, a micro-empresa de pequeno porte como um estágio na vida empresarial. Ou seja um estágio de iniciação à atividade empresarial. Não um Estado permanente, indesejável. Um Estado onde haja orientação e proteção.

Em função desta tomada de posição nós temos algumas alterações a propor. Existe dentro da Constituição maior aprovada no Congresso Artigo 179 que trata da proteção das micro e pequenas empresas de pequeno porte.

(lê artigo 179 da Constituição Federal)...

Acho que temos que estadualizar esta Constituição principalmente no que tange este artigo 179 da Constituição Federal. Nós temos uma proposta que já tem inclusive a defesa, está sendo protocolada na Assembléia, eu vou ler esta proposta.

"Proposta de Emenda Popular...(Lê)....

PROPOSTA DE EMENDA POPULAR CONSTITUICAO DO ESTADO DO PARANA

Art. A organizacao da ordem economica, fundada na valorizacao do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existencia digna, conforme os ditames da justica social, com base nos principios estabelecidos na Constituicao Federal, assegurando principalmente, um tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.

Art. As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei estadual, receberao do Estado do Parana e dos Municipios, tratamento juridico diferenciado, visando ao incentivo de sua criacao, preservacao e desenvolvimento, atraves da eliminacao, reducao ou simplificacao, de suas obrigacoes administrativas, tributarias, previdenciarias e crediticias, por meio de lei.

Art. Os incentivos regionais compreenderao, entre outros, na forma de lei, equalizacao de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e precos, juros favorecidos para financiamento de atividades prioritarias, isencoes, reducoes ou diferimento temporario de tributos estaduais e municipais incidentes sobre pessoas fisicas ou juridicas.

Art. E vedado ao Estado do Parana e aos Municipios exigir ou criar qualquer tributo sobre a microempresa, especialmente:

I - o imposto estadual sobre operacoes relativas a circulacao de mercadorias e sobre prestacoes de servicos de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicacao;

II - o imposto municipal sobre a prestacao de servicos de qualquer natureza.

Paragrafo unico - A isencao referida no inciso I deste artigo se estende as saidas de mercadorias nos estados em que e isento o ICM as microempresas.

Art. Os debitos fiscais das empresas que encontram-se em divida ativa com o Estado do Parana, serao liquidados, sem correcao monetaria e multas sobre eles incidentes, desde que os devedores requeiram administrativamente judicialmente, o pagamento no prazo de cento e oitenta dias a contar da promulgacao da Constituicao do Estado do Parana.

PARECER

CENTRO PARANAENSE DE ESTUDOS EMPRESARIAIS

O presente projeto de emenda popular a Assembleia Constituinte do Estado do Parana e de extraordinaria importancia para o desenvolvimento empresarial do estado. Apos longo periodo de excecao, temos um novo periodo de valorizacao das instituicoes democraticas e constitucionais e portanto, encaminha a Federacao Paranaense das Associacoes de Micro e Pequenas empresas a Assembleia Estadual Constituinte uma proposta de consolidar e estruturar uma nova ordem economica para o Estado do Parana.

Essa tarefa, agora entregue a Assembleia Estadual Constituinte, tem, assim, uma finalidade historica e representa o fim de uma etapa e o inicio de nova fase na vida do Estado do Parana.

Chegamos ao estuario destas mudancas, trazidos pelo anseio de milhares de empresarios.

O projeto, em suas linhas basicas, assegura um "tratamento juridico diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte", bem como a "isencao tributaria a microempresa" e por fim, uma "anistia dos debitos fiscais das empresas que encontram-se em dividas ativa com o estado".

Este Projeto de Emenda insere-se, assim, numa nova ordem economica capaz de criar melhores condicoes para o desenvolvimento economico paranaense.

OS CAMINHOS DA MODERNIZACAO

No Parana, o processo de modernizacao da economia foi duramente castigado, quando nao impedido pela sobrevivencia, tanto no plano da producao como da representacao politica, de processos economicos pre-capitalistas.

A desagregacao do poder politico, como expressao permanente das forcas sociais, foi resultado da desagregacao da estrutura economica e empresarial. A propria politica passou a ser comandada pelas crises da economia desorientada; uma atividade refletia o caos.

Assim, ocorreu no Parana desde a fase do ouro (seculo XVII), do Tropeirismo (criadores e comerciantes de gado em Campos Gerais, Guarapuava e Palmas), da Erva-Mate (comercio exterior), da madeira (seculo XIX), do cafe (desenvolvimento agricola no norte do Parana) ate a fase da policultura, pecuaria e industrializacao (diversificacao da agricultura e o aparecimento de novas cidades: Noroeste - Paranavai, Nova Esperanca, Umuarama, Cianorte; Oeste - Cascavel, Toledo, Marechal Candido Rondon e Medianeira; Sudoeste - Pato Branco, Francisco Beltrao e Capanema).

Por outro lado, o nosso Pais, desde o periodo revolucionario de 64 ate os dias atuais, esteve, tanto politicamente quanto economicamente falido. A situacao ficou extremamente dificil, culminando no ano de 1988 com uma inflacao superior a 1000% ao ano, o que refletiu na estagnacao economica de todo o Estado Brasileiro.

Assim, teve a micro e a pequena empresa, desde o aparecimento dos planos cruzados, uma serie de dificuldades economicas. Portanto, mister em nosso Estado, que diversifica a atividade agricola com a industrial/empresarial, de um amparo logico-constitucional para as microempresas e empresas de pequeno porte.

O PRIMEIRO PASSO

O Estado do Parana hoje, esta amadurecido para iniciar a tarefa concreta de encontrar a formula de conciliar o seu desenvolvimento com o novo sistema juridico-constitucional que, sem colocar em risco a constitucionalidade de exitos materiais, possa chegar ao leito pratico do desenvolvimento economico empresarial.

E, a saida para o desenvolvimento e o liberalismo economico, impregnado ao extremo otimismo sobre o destino dos homens. Era a dialetica da liberdade de HEGEL, a lei dos tres estados de COMTE, as teorias evolucionistas de DARWIN e SPENCER, a euforia das descobertas cientificas, que diziam que a utopia, sonhada ha milenios pelos pensadores politicos, seria em breve realidade.

Ainda, e preciso que o Estado Brasileiro deixe de intervir na economia e que os estados federados como o nosso estado, respeite a liberdade individual, a livre iniciativa e a concorrencia.

Assim, dentro da essencia do liberalismo moderno, precisamos lutar pela valorizacao da livre iniciativa e concorrencia entre as microempresas e empresas de pequeno porte e um tratamento juridico diferenciado.

ESTRUTURAS JURIDICAS E DESENVOLVIMENTO

No ano de 1983, o Ministerio da Desburocratizacao apresentou uma importante Emenda Constitucional que elevou a protecao da microempresa, obrigando o legislador ordinario a conceder-lhe tratamento diferenciado, simplificado e favorecido nos campos administrativos , tributarios, previdenciario, trabalhista e crediticio, e atribuindo a Uniao competencia para, mediante lei complementar, conceder as microempresas ampla isencao tributaria, no ambito estadual e municipal, abrengendo-se, naquela competencia, todas as especies de tributo, inclusive taxas e contribuicoes, bem como a dispensa de reducao de obrigacoes acessorias ou formais.

Hoje, com o importante apoio da Confederacao Nacional das Micro e Pequenas Empresas, tivemos, dentro da ordem constitucional, de um "tratamento favorecido para as empresas nacionais de pequeno porte" (art 170, IX, CF) e "tratamento juridico diferenciado as microempresas e as empresas de pequeno porte" (art 179, CF) e que, com apoio da Federacao Paranaense de Micro e Pequenas Empresas e entidades associadas, atraves desta importante Emenda Popular, poderemos instituir estes principios a Constituicao do Estado do Parana.

Afinal, e preciso ter garantido o direito das microempresas e empresas de pequeno porte na Constituicao, porque, e o unico segmento capaz de oferecer uma resposta clara e objetiva ao dilema de um Estado em desenvolvimento que precisa encontrar, todos os anos, emprego para milhares de pessoas que se incorpo-ram, pela idade, a forca de trabalho.

A vocacao do Parana, sedimentada ao longo de sua historia, e a de ser um prospero estado empresarial-industrial na federacao brasileira.

E, a verdade e que o Estado do Parana ja esta maduro para o desenvolvimento empresarial e precisa, com a egide da nova Constituicao Estadual, de ter implemento necessario para se consolidar em uma grande potencia economica e industrial.

Esse ideal somente pode ser alcancado com a valorizacao do pequeno empresario paranaense.

Esse ideal somente pode ser alcancado com a valorizacao do pequeno empresario paranaense.

Celso Marcelo de Oliveira

Centro Paranaense de Estudos Empresariais

Federacao Paranaense das Associacoes de Micro e Pequenas Empresas
Rua Monsenhor Celso, 252 5' andar conj. 501
CEP 80010 Telefone (041) 233-2563

Centro Paranaense de Estudos Empresariais
Rua Mal. Floriano, 366 - conj. 44
CEP 80010 Telefone (041) 233-8541

COMISSÂO DE ORGANIZAÇÂO ECONÔMICA E SOCIAL

20/03/89

mlm 15,35 hrs.

O SR. FERNANDO WAGNER:- (Termina de lêr as Propostas)

Eu vou me justificar. Bom o Estatuto da Livre Empresa, da forma que foi adotado, em âmbito nacional, inicialmente previa que as micro-empresas estavam isentas para o teto de, 10.000 OTNs, na época, fixadas no mês de julho, como média. O Estado do Paraná ao / estadualizar esta medida, segurou a OTN em janeiro, ou seja o ano passado com uma infalçao de 1000% a micro-empresa se desenquadrou,não porque cresceu, mas porque a correção monetária devorou a sua isenção, fez um planejamento todo para não ter o ônus do imposto e no fim do ano, além do juro teve a correção por se desenquadrar. Ent~o se faz necessário que se conceda uma anistia à esta micro-empresa, até para ela sobreviver, em função da XXX sitação que foi criada.

Nós estamos trabbalhando, atual mente, junto à Secretaria num novo Estatuto, corrigindo estas distorções existentes. Nos / cusam de embutirmos sonegadores, eu acho que nós temos que corrigir estas distorções. A partir do momento que nós entendemos que a micro-em-/ presa e a XX empresa de pequeno porte, têm que ser encaradas na vida / empresarial, repetindo um estágio de iniciação à atividade empresarial, da tem que ter prazos detetminados. Nós estamos estudando isso dentro/ do Estatuto por diversos segmentos, ou seja, indústria, comércio, serviços, dar prazos diferenciados até visando incentivar alguns ramos de / atividades específicas.

Eu tenho aqui um anúncio do Movimento Nacional da Livre iniciativa que diz o seguinte:-

" No último ano a saúde da economia...

(PASSA A LÊR, Fotocòpia em anexo).

JÁ QUE TENTARAM TUDO PARA SALVAR A ECONOMIA BRASILEIRA, POR QUE NÃO EXPERIMENTAR O MELHOR REMÉDIO: A LIVRE INICIATIVA.

No último ano, a saúde da economia brasileira continuou periclitante.
Pior: a doença agravou-se perigosamente.
Não que os médicos tenham pecado por omissão; pelo contrário, nestes anos de crise, o Governo empenhou-se para encontrar uma saída. Os mais diversos tipos de tratamento foram tentados, deixando o Estado desorientado ante a rebeldia dos resultados.
Mas todos os métodos aplicados tiveram um ponto em comum: o agigantamento do Estado na intervenção e no controle da ordem econômica em detrimento da iniciativa privada. O Governo já controla o câmbio, o comércio exterior, os salários, os preços, o crédito, limita os lucros e absorve a poupança.
Determinou ainda aumentos de IR, ICM, IPI, de contribuição da Previdência, antecipação da TRU e do recolhimento do INPS, sobretaxação de lucros extraordinários, etc.
Enquanto os preços dos produtos da iniciativa privada têm limitações e controle do CIP, os preços de produtos e serviços administrados pelo Estado sobem baseados em indicadores plenos, sejam INPC, ORTN, Índice de Preços por Atacado ou variação das cotações do dólar.
Os salários sofrem achatamento por anos seguidos.
Todas essas medidas, em verdade, caracterizam mais uma gigantesca transferência de recursos do setor privado para o setor público, com empobrecimento da sociedade e perigoso debilitamento da empresa privada, reduzindo sua capacidade de geração de lucro e diminuindo os investimentos empresariais. O que significa menor renda e menos empregos.
O Brasil, com suas grandes carências, não pode conviver com a recessão por longos períodos. Necessita crescer, criar empregos, produzir com eficiência, gerar excedentes exportáveis. Esse é o grande papel da livre iniciativa. Vale a pena lembrar que, apesar de 2/3 dos recursos econômicos permanecerem sob controle do Estado, mais de 90% dos empregos existentes no País foram criados e são mantidos pela iniciativa privada.
É necessário que o País retome a filosofia de mercado, que se restabeleçam na plenitude os riscos e compensações da economia liberal e que se restitua o espaço devido à empresa privada.
Depois de tantos anos de centralismo crescente, o Brasil merece que seja dada uma verdadeira oportunidade à livre iniciativa.
E que isso seja feito logo, enquanto o doente ainda tem reservas para poder se recuperar.

O fortalecimento do setor privado é fundamental para se alcançar o pleno emprego e a recuperação econômica.

MOVIMENTO NACIONAL PELA LIVRE INICIATIVA.

Coordenação do Conselho Nacional de Propaganda e participação deste veículo de comunicação.

O SR. O SR. FERNANDO WAGNER - ... (lendo artigo) (Termina de ler)

Bom, o que eu quero dizer é o seguinte: Que este anúncio está atualizado, e mudando as siglas. Este anúncio foi publicado durante o governo Figueiredo, no ano de 1984 e está fazendo 5 anos e digo que pouca coisa mudou no Estado. As pequenas empresas, micro-empresas mudaram muito. Em 85, no Paraná, éramos 20 mil, e hoje somos perto de 70, cadastradas oficialmente na Secretaria das Finanças.

Eu acredito que esse número hoje em função dos dados que eles recolheram, eu acredito que estejam beirando a 100 mil micro e pequenas empresas do Paraná, que oferecem de forma visível geração de empregos e uma série de benefícios diretamente a sociedade.

É esta a minha posição e peço aos senhores constituintes que levem em consideração a importância fundamental da preservação até da correção de distorções desse segmento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Eu esclareço que a sua proposta já protocolada vai ser apreciada por essa Comissão de Ordem Econômica e Social. Esclareço que os demais deputados da Comissão não estão, estamos o Relator e eu só, porque há uma votação em Plenário, que exige a sua presença: Mas nós vamos discutir cada uma das propostas, no forum da nossa Comissão, com o quorum legal para tal. Obrigado.

Eu peço que tome assento à Mesa, na sequência das comunicações previstas para esta tarde, o Dr. Odone Fortes, diretor do jornal Indústria e Comércio de Curitiba, e que é uma autoridade em comércio exterior e que vem falar a essa assembléia constituinte sobre o que deva ter o texto constituinte, com relação ao comércio paranaense e ao comércio exterior do Paraná. Seja bem-vindo Dr. Odone.

O SR. ODONE FORTES - Obrigado, deputado Rafael Grecca. É uma honra para nós estar hoje, nesta Casa, para prestar alguns esclarecimentos e também trazer a nossa palavra na área de comércio exterior sôbre a economia do Estado e ao mesmo tempo o que se espera da Assembléia Esta-

dual constituinte.

Eu gostaria, senhor Presidente, de fazer algumas colocações sobre o Estado e especialmente sobre a perspectiva do Paraná para o próximo milênio, e também quais os caminhos.....

O SR. ODONI FORTES - ... quais os caminhos que devíamos trilhar e também algumas sugrestões na sequência para que esta Comissão pudesse levar a Assembléia Estadual Constituinte algumas propostas concretas.

Nós entendemos que o Paraná hoje está ainda numa fase indefinida no seu processo de desenvolvimento, ele não alcançou estágio claro e definitivo para que caminho ele vai seguir. Nós temos um potencial abrícola, estamos desenvolvendo o setor agroindustrial e o setor industrial propriamente dito ainda não alcançamos os pontos necesários ideais para assegurar o nosso futuro.

Entendo queo Paraná precisa de uma definição clara de determinados programas que ajudem a consolidar o seu desenvolvimento e ao mesmo tempo assegurar qual o padrão que ele deseja para sua população.

O mundo está cheio de exemplos claros de mudanças e transformações, começa isto pelo Sudeste Asiático, onde temos uma potência chamada Japão, depois chegamos a China, Coreia do Sul, Hon-Kong, Singapura todos exemplos de que o domínio de determinadas tecnologias permite o desenvolvimento e o crescimento harmonioso da renda per capta da população.

O Paraná tem algumas fórmulas que se adotadas poderia também poderia definir dentro do País a sua linha a sua direção. Nós entendemos que alguns setores nos beneficiam por demais por termos a matéria prima existente, precisamos então condições para dwsenvolver.

O Paraná pode se tornar ainda nos próximos anos o maior polo de celulose, de papel do País em função dos investimentos feitos na área de reflorestamento e se devidamente estimulados poderemos verticalizar o setor de produção dessa área, principalmente de papel, com as indústrias de celulose instaladas em em fase deinstalação se for verticalizada para o setor de papel, os próprios lucros verticalizando essa atividade poderemos atingir um desenvolvimento bastan elevado de um produto que o mundo tem necessidade e terá grande consumo nos próximos anos, dificilmente poderemos pensar na substituição do papel por outro tipo de matéria prima.

O papel continuará sendo e nós devemos pensar que o papel pode se transformar num plolo, principalmente esta área mais pobre do Paraná, a região de Cerro Azul até uma parte do nosso Litoral não há industria instalada e talvez ali se localize um polo a partir da próprias reservas florestais existentes.

Evidentemente o polo siderúrgico não passará pelo Paraná porque não temos matérias primas necessárias ao desenvolvimento do setor siderúrgico e se pensarmos em setor siderúrgico temos que pensar no abastecimento dessas indústrias através de um sistema de transporte eficaz das jazidas existentes hoje no País, de Carajás ou mesmo da parte de Minas Gerais, ~~nós temos que adequar o Paraná com porto especificamente para o transporte de minérios e talvez possamos entrar nesse setor siderúrgico já pagando pedágios~~ ou vindo do Espírito Santo através de Tubarão, nós temos que adequar o Paraná com porto específico para o transporte de minérios, talvez possamos entrar nesse setor siderúrgico já pagando pedágio em função da matéria prima nossa não ter a qualidade e também não ter o ~~xxu~~ volume suficiente como é de Minas Gerais.

O setor de informática perdemos já o andamento, di~~xxxx~~ficilmente poderemos alcançar, desenvolver a informática no País São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, nossas indústria no setor são pequenas, insuficientes, podemos contar com três ou quatro empresas que têm alguma tecnologia ...

O SR. :- ...três ou quatro empresas que tem alguma tecnologia, e isto demonstra que não podemos , talvez, alcançar estes centros. Vamos ter que pensarxxx em alguma coisa diferente.

Resta também um outro ponto importante a ser pensado: o setor de biotecnologia que nós vamos ter que entrar dentro dessa área e é um espaço vazio e já temos aqui a instalação de uma indústria multinacional...(inaudível), que pode ser o ponto de partida, se insinuando para que outras indústrias do setor possam vir para o Paraná e são indústrias que absorvem mão-de-obra qualificada, elevando a renda naturalmente dos trabalhadores do Paraná.

Há um setor que o Paraná também tem que pensar o setor agrícola, principalmente, é na definição, de uma política clara, de produção de insumos agrícolas e também na produção voltada à exportação.

Eu acredito que o mundo está dando exemplos hoje de desenvolvimento em determinadas áreas e capaz de absorver qualquer tipo de produção, nós teríamos desenvolvimento da citrocultura(?) que o Paraná já começa a dar os primeiros passos, mas ainda é incipiente e o resultado é de longo prazo, Teremos que pensar em culturas intensivas de frutas, principalmente nessa região do litoral, estimulando uma padrão de qualidade, com uma genética especial votada à exportação. O litoral paranaense pode e tem condições de produzir frutas exportáveis, principalmente hoje...(inaudível) banana, com uma qualidade especial que possa entrar no mercado europeu ou até mesmo no mercado americano. Segundo os dados podemos entrar também em frutas como melão, mamão, a exemplo xxx do que existe hoje no Vale do Jequetinhonha, no xx São Francisco, nós temos um programa específico para este setor , porque se xxxx voltarmos uma parte para o consumo interno e uma parte para o consumo xxxxxxx externo, para a venda externa, nós...(inaudível) um preço médio/extraordinário e levantaremos a renda dessa população do litoral paranaense. Nós devemos pensar xxx nisto com intensidade, porque x é uma forma madura de se promover o desenvolvimento.

Eu acho que o melhor exemplo nós tivemos agora recentemente no Chile com este problema que deu a uva chilena e foi para o mercado americano e que apresentou...(inaudível) que o potencial imenso é a tecnologia desse setor no Chile, chegando hoje a volumes maciços de exportação.

Nós também podemos chegar ainda a xxxxxxxxxx alguns outros setores, especialmente uma definição clara de aproveitamento das matérias primas da área de.xx(xxxxxxx) couro. Os cortumes existentes hoje no paraná são poucos...

em função do rebanho bovino existente e também ~~xx~~ a os demais tipos de animais criados dentro do país não foram desenvolvidos adequadamente . Temos que pensar ~~xx~~ nisto. E podemos ainda verticalizar alguns outros setores que estamos perdendo já a liderança que possuíamos anteriormente. Vejam que a indústria moveleira já o Paraná perdeu esta liderança há muito tempo. Nossa indústria está hoje atrasada em relação a Santa Catarina, a São Paulo e até mesmo ao Rio Grande do Sul. A indústria moveleira está em processo de recessão e está mantendo o abastecimento de matéria prima de outros Estados e hoje o pólo exportador de Madeira é o Pará. O Paraná já está hoje em função inferior a esse Estado e nós não temos uma política também clara para o setor madeireiro, apesar dos grandes...(inaudível) nacionais terem suas sedes e sua posição econômica no Estado do Paraná...

O SR. ODONE FORTES: ... no Estado do Paraná. Se motivados, poderemos, então, havendo fiscalização, formar uma indústria de móveis madura, condiçoẽs de competir no mercado mundial. E assim nós não estamos sentindo.

Todos estes pontos apresentados, senhor Presidente, evidentemente dependem da ação da iniciativa privada mas também o Estado deve ter a sua participação criando estímulos e ao mesmo tempo pensando junto com a iniciativa privada, que caminho podemos trilhar. Uma das fórmulas quedeu certo no Paraná e veja-se isso no CODEPAR, talvez seja agora a oportunidade de ser reeditado, com programas específicos, criando fundos específicos para o desenvolvimento industrial, fundo específico para o desenvolvimento da exportação, de produtosde exportação, fundos de desenvolvimento para a agricultura e que poderia ser acionado e juntado às açoẽs da iniciativa privada com o Governo e com a classe política, para direcionar ocaminho que o Estado precisa seguir.

O SR. PRESIDENTE: Seria a criação de fundo específico para desenvolvimento ?

O SR. ODONE FORTES: Para desenvolvimento. Nós já temos, hoje,a própria Secretaria já tem um fundo específico, através do ICM, na aplicação de determinados setores. Mas, acho que devemos evoluir e pensar mais claramente, com maior profundidade, como fazer estes fundos se voltarem à atividades prioritárias e até mesmo para a intensificação de uma atividade, sem que represente isso uma doação ou também dinheiro a fundo perdido à iniciativa privada. Eu acho que este tipo de aplicação, no ~~xxxxxxxxx~~ governo, tem que ter um retorno adequado, é um empréstimo que se caracteriza a longo prazo, o governo deve participar e até ser sócio deste tipo de empreendimento, adequando-o às empresas para a sua ação dentro do mercado. É a definição clara de que o Paraná vai buscar, para o seu desenvolvimento, como é que nós podemos levantar a renda desta nossa população. Se não tivermos propostas adequadas, evidentemente continuaremos nisto que está aqui, que não satisfaz. Nós já vimos o quadro aqui, agora há pouco, os sem-terra, os sem-

carro, os sem - casos, são todos que têm problemas. E eu acho que todos devemos dar, através de um trabalho e da geração de empregos, devemos ~~gexax~~ pensar em geração de empregos. Empregos para todos e que este emprego permita às pessoas alcançar seus objetivos, suas necessidades básicas, que é a alimentação, saúde, educação e habitação.

Senhor Presidente, estes são os pontos que eu trago à reflexão a esta Casa, para que se possa, talvez, aprimorar alguma idéia mais concreta a respeito deste tema. Mas, me parece que nós ão temos uma definição clara e justa para onde é o nosso desenvolvimento, quais são os pontos e quais são as prioridades. Me parece que também uma só não pode ser e muitas também não. Mas, pelo menos devemos ter uns cinco ou seis pontos que devem ser atacados . E esta ação pode ser conjunta, entre o Estado e a sociedade, obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Dr. Odone, em nome do Poder Constituinte do Paraná, aqui representado por este Deputado, pelo relator, Deputado Haroldo Ferreira; pelo Deputado Orlando Pessuti a quem eu peço para que tome assento à mesa, para dar a ilusão aos palestristas de que este plenário está cheio.

Nós agradecemos, sobremaneira, a sua contribuição, eu tomei notas delas, mas eu entendo que no sentido de poder consti - tuinte o que seria a sugestão mais materializada seria a proposição da possibilidade na Constituição, da criação de fundos específicos para desenvolvimento ...

RAFAEL GRECA -... fundos específicos para desenvolvimento. Seria basicamente isso. E a criação de uma definição clara e justa de pontos para onde caminha o desenvolvimento do Estado.

ODONI FORTES MARTINS - O plano nosso que o Paraná quer, acho que temos as lideranças estaduais, as lideranças políticas, colocam suas idéias, mas ainda não encaramos essas idéias por completo. Por exemplo, os governos anteriores e o governo agora do senhor Álvaro Dias tem algumas prioridades, mas nós precisamos ver se as prioridades colocadas atéagora têm se caracterizadas como adequadas, por exemplo. A questão da educação. Nós temos hoje 4 universidades e 11 faculdades. Essas universidades nossas senhor Presidente só para acrescentar, como é que nós através desses fundos podemos estimular o acesso tecnóligo dessas universidades. Como nós podemos criar e incentivar as universidades a trazerem a pesquisa e termos acesso a essa tecnologia gerada dentro do próprio Estado. Então, como podemos ter isso aproveitando que o Estado já é membro natural, que paga a conta dessas universidades dentro do Estado.

Mas, a sua colocação me define qual é a forma do desenvolvimento para dar ao Paraná um padrão diferenciado dentro do país. Se a renda brasileira hoje é de 50 ou 100 dólares ou mil dólares por ano, como é que o Paraná pode ser de 3 ou de 5? Pela qual como é isso que devemos chegar. E isto só vai ser através da produção e nós teremos que estimular a produção de todas as formas possíveis. Então, esses fundos seriam a forma para chegarmos à renda diferenciada dentro do Estado.

Ora, se estimularmos a agricultura com o agricultor voltado à exportação, ao mercado interno de produtos novos nós teremos uma agricultura forte. Uma agricultura de pequena propriedade mas com alto resultado, alto ganho e alta rentabilidade ao produtor.

Se temos indústrias que têm na ponta tecnologia eveidentemente elas deterão uma rentabilidade maior e poderão

repassar isso aos seus trabalhadores. Esse conjunto de fatores é que pode influenciar a diferenciação nossa em termos de rendimento. Como chegar ao resultado final que é o que nós podemos dizer, a justiça social e que o senhor acabou nessa colocação hoje que vieram trazer as propostas à Assembléia Constituinte porque vocês querem o bem de todos.

Então, como essas coisas são para o bem de todos é dando a eles acesso ao ganho, ao emprego, à casa, etc, não gratuitamente porque não compete ao Estado dar porque não tem de onde tirar. Mas acho que nós devemos dar condições para eles. E a forma seria isso, a integração do Governo, da iniciativa pri ada na busca do desenvolvimento.

RAFAEL GRECA - Eu agradeço Dr. Odoni sua participação e na sequência desse painel passo a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda Dr. Luis Carlos Hauli para que desenvolva o tema "Finanças Públicas e Constituinte", instruindo essa Comissão de Ordem Econômica e Social na visão do Governo e na sua visão de técnico financeiro que é sobre como deva ser ou, como na sua opinião, deva ser o capítulo referente à Ordem Econômica e Social do Estado no sentido de estabelecer as atribuições do Estado e os deveres do Estado e os direitos do cidadãos, enfim, que é grave a nossa responsabilidade na redação desse texto Constitucional. Mais uma vez em nome do Poder Constituinte eu agradeço que S.Exª. tenha aquiecido de comparecer a esta Assembléia.

LUIS CARLOS HAULI - Ilustre Presidente desta Comissão, Deputado Rafael Greca de Macedo, ilustre relator Haroldo Ferreira, prezado membro da comissão Orlando Pessuti, senhoras e senhores presentes.

Nós estamos aqui com o Diretor Geral da Secretaria, professor Martins, inspetor geral de tributação.....

O SR. LUIZ CARLOS HAULY:-... nós estamos aqui com o Diretor Geral da Secretaria, Professor Jośe Pio Martins, Inspetor Geral de Tributação, Dr. Egmar Arantes, a assessoria Econômica, / Programador da REceita, Professor Clóvis, temos um Delegado Regional / Receita e o assessor Luiz Vitor Michicov. Portanto nós havíamos solicitado à Comissão um prazo mais longo, de que deste de vir 2ª-feira, porque entendíamos que devíamos fazer um trabalho mais aprofundado para apresentar à esta Comissão. Mas, como foi colocado no nosso Gabinete a/ exiguidade dos prazos legais, procuramos fazer aqui uma coletânea de informações, para XXXXX virmos subsidiados à esta Comissão, e eu pensava inicialmente que a questão ficaria mais no aspecto financeiro, mas / vamos vêr o que podemos dar de contribuição com o que nós temos, no dia a dia da Secretaria, do nosso trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o setor público brasileiro vive nestes dois últimos anos a sua mais séria crise da História, é sem precedentes. O agravamento desta crise no setor público,/ tem relação com o agravamento do processo inflacionário brasileiro, o / nosso sitema tributário é muito sensível e principalmente o imposto de Circulação de Mercadoria, agora com a nova Legislação Estadual, imposto de Circulação de Mercadoria e prestação de Serviços. Portanto nós temos convivido, neste dois últimos anos com a crise do setor público e/ onseqüentemente levando-nos à uma reflexão profunda sobre a estrutura do aparelho estatal, e isso tudo está acontecendo juntamente com todas as modificações que o País está participando que vai desde a Convocação e promulgação do Texto Constitucional, deposi com as Constituições Estaduais e juntamente com o processo de redemocratização do País que vai culminar com a eleição direta para Presidente da República.

Este momento, portanto, é muito oportuno, muito importante e muito rico, porque nos permite estudar com profundidade/ e partir para uma nova etapa da concepção do setor público brasileiro que passa por uma revisão de seu papel. O que tem acontecido é que nós temos feito, no setor público, nestes últimos anos, Educação, Saúde, / Fomento, Esporte Cultura e também levando junto a participação do Esta

do no desenvolvimento econômico na participação da área que é de competência da empresa privada. Este modelo, no nosso entender, em função desse envolvimento todo, chegamos à conclusão que não podemos mais prosseguir com este modelo. Mesmo porque o setor público, com a deterioração de recursos não tem meios de garantir os serviços públicos essen-/ iais e fundamentais. É necess´rio um choque fiscal e uma reforma administrativa profunda, no setor pú lico. Primeiro fazer aquilo que não faz bem ou seja Saúde, Educação, infra-estrutura, Habitação, etc., enfim / toda a necessidade que a sociedade requer.

Com estas considerações ´ que estamos dentro / do contexto que o Governo do Estado precisa de recursos,precisa de dinheiro. A carga tributária bruta do País está girando em torno de 22 / 23% do produto interno bruto, só que a carga tributária liquida ela / chegou aos níveis intoleráveis, me torno de 8%. E com isso a gente traz para a questão estadual...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - ... E com isso a gente traz para a questão estadual e fazemos uma análise também do que tem representado a questão do tributo e da necessidade para cobrir as despesas públicas

Na verdade hoje a gama de subsídios e incentivos, todas as formas de incentivos fiscais e financeiros, comprometeu em demasia esta carga tributária que se fosse aproximada da carga tributária bruta, sem dúvida nenhuma pagaria todas as despesas necessárias para a manutenção do setor público brasileiro.

Portanto, o setor público que proveu a economia deste país não tem mais condição de caminhar. E aqui na área do ICM o entendimento também é o mesmo. Nós precisamos ter muita cautela na concessão de incentivos, subsídios, porque a época é uma época de despertar em que as necessidades da população cada vez mais são exigidas do funcionalismo público também. Portanto, este conflito como adequar a necessidade de receitas públicas com a necessidade de manutenção de um aparelho estatal, da prestação do serviço público, não fecha nos dias de hoje.

Então as nossas providências, a nossa concepção da nossa estratégia de trabalho e de luta, com a ascenção do governo Álvaro Dias nós entendíamos aquilo que sempre entendemos ao longo de muitos anos, de uma necessidade de uma descentralização dos recursos tributários através de uma reforma tributária, ou melhor, de uma redistribuição do bolo tributário.

E o que acabou acontecendo com a promulgação da Constituição e agora com as leis complementares derivadas que vão consubstanciar uma nova configuração do bolo, da participação dos Estados e municípios no bolo tributário, consequentemente com novos encargos, uma nova situação. Evidentemente Srs. Deputados, aquilo sonhávamos e desejávamos não aconteceu. Não foi aquilo que nós desejávamos, mas foi o possível. Foi negociado passo a passo, centímetro por centímetro, dentro, desde a primeira hora da Comissão de Tributos, depois na sub-Comissão de Tributos, depois na Comissão de Tributos Orçamento e Finanças, depois para a Comissão de Sistematização, até a hora derradeira da aprovação final das discussões transitórias que nós estivemos presentes com a nossa assessoria

técnica, acompanhando para garantir a Estados e Municípios uma nova participação no bolo tributário.

Portanto, conseguimos em parte tirar esses tributos do governo federal, cinco tributos, grandes tributos, que eram os impostos únicos de combustíveis líquido-gazosos, minerais, energia elétrica, e dois de prestação de serviços, de comunicação e transporte, e passar esses tributos para a base de incidência do ICM que passou com os dois serviços como ICM "S".

Portanto, mais uma maior participação no fundo de participação do Estado e dos Municípios através da maior participação na cota parte do Imposto de Renda e do IPI que o Estado tinha 14%, vai até 1992 para 21,5% e o município que tinha 17 vai até 1992 para 22,5%. E também com a criação do fundo de compensação pelas perdas de exportação que é composto desse fundo com 10% do IPI nacional que ainda vai ser regulamentado, que não tem a regulamentação. E, considerando nisso tudo uma maior participação do município no ICM, hoje o ICM é de 20%.....

O SR. HAULY - ... no ICM, hoje o municipio tem participação em 25% no bolo do ICM terá já agora a partir deste mês 25%, mai o imposto sobre transmissão de ens imóveis, mais 50% de IPVA, mais 25% deste fundo de compensação de exportação, mais a manutenção do ISS e o IPTU e as taxas, no nosso entendimento o municipio vai ter um ganho em torno de 30%, evidentemente varia de municipio para municipio de acoro com a composição da sua receita, maior peso dos fundos de participação e os Estados do Centro Sul do,País terão um ganho em torno de 7 a 8%, os Estados do Norte e Nordeste terão um ganho de mais de 20%, notadamente na parte no Fundo de Participação dos Estados que numa composição nacional eles exigiram que o Norte, Nordeste, Centro Oeste ficassem com 85% deste fundo e o Sul e o Centro Sul e o Sudeste com apenas 15% para repartir entre os Estados.

Então mais composições de natureza da constituição do ICMS as alíquotas interestaduais do ICMS e entre os Estados do Sul e Sudeste de 12%, para as exportações nossas daqui para o Norte e Nordeste, era de 9% e eles exigem uma participação de 9 este ano e 8% a partir do ano que vem, isso significa que na exportação de um determinado produto fabricado no Paraná para o Estado do Ceará vai o produto quando for com uma alíquota de 8% que fica no Estado, desde que esse produto seja por exemplo o óleo de soja, que a produção da soja é daqui, a indústria é daqui, produziu o óleo embalaou, manda para o Ceará nós cobramos 8% e quando ehegar no destino lá na venda o Estado vai cobrar 9% para completar os 17%.

A alíquota é 17%, nós recebemos, na interestadual, produtos de São Paulo a 12% e tributamos 17%, tributa 5% , com isto é uma faca de dois gumes Sr. Presidente, também na questão do ICM, eles podem ter feito com isto uma opção por nunca ser industrializado.

Então mas como o entendimento precisava da implementação do ICM e conduzimos e chegamos a tal ponto. Portanto os componentes que fundamentam, que são os principais componentes que influem decididamente na questão da receita pública, como disse a diminuição da carga tributária ela é gritante e ela vem axentuando ano após ano, ela tem na composição do ICM, notadamente os seguintes aspectos significativos.

Primeiro a inflaç~ao, mensurada pela nossa Assessoria Econômica, a inflação proporcionou no ano de 1.988 uma perda calculada a partir do primeiro dia do mês seguinte do fato gerador, 39,3% de perdas no ano de 88. Por exemplo o tributo gerado no mês de fevereiro, ele entra nos cofres do Tesouro, alguns com 30, 40, 45 dias, quando nós assumimos a Secretaria a 90, 120 ...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY:- ...a 90, 120, 150, 180 dias. Fomos praticamente eliminando gradativamente esses incentivos sem criar um trauma maior no setor produtivo e conseguimos chegar agora num prazo máximo de 40 dias. Assim mesmo se todos os setores, grupos industriais um, dois, três, estão com trinta dias, contra uma média de mais de 60 dias.

Portanto, em 1987, só para ter uma idéia, as perdas com esse mesmo processo de corrosão foi de 28,1%. Ela não foi mais grave, não foi mais que 39,3 em 88 porque nós tomamos a decisão política que foi uma decisão das mais difíceis porque tivemos que dialogar permanentemente com o setor produtivo para que ele não se revoltasse com a retirada dos prazos que foram no passado concedidos.

Evidentemente num regime inflacionário de 100% até 200% convivia-se com uma dada perda, com esse mesmo efeito corrosivo e até 1986 que entendemos como um dos anos dos melhores anos da história, de toda a história de receitas tributárias do Estado do Paraná, em função do Plano Cruzado, da diminuição das exportações, do aumento do consumo interno, enfim da ativação de toda a economia, de um grande momento que teve a economia brasileira no ano de 86 e considerando também que o setor público naquele ano teve uma maior capacidade de investimento porque a sua poupança líquida para investimento foi de 27% contra zero de 87, em função de que também os salários ficaram congelados e a concessão salarial que houve naquele ano, daquele Governo, foi para o ano seguinte que foi a questão do magistério e a explosão do pós-cruzado que aconteceu em todo o nosso Governo.

Evidentemente que com aquela situação houve uma poupança líquida para investimento de 27% e hoje nós estamos próximos de zero, dois, três por cento, próximo de zero. Então a situação do setor público é uma situação deveras difícil e eu dizia: das perdas provocadas pelo processo inflacionário foi a maior.

A segunda questão que eu reputo é a questão da microempresa que necessita de uma avaliação profunda dos senhores constituintes e de nós próprios do Governo do Estado e da classe empresarial. Por que? Nós estamos hoje praticamente com setenta mil microempresas. Vamos fazer um raciocínio que eu tenho desenvolvido e que ele serve assim como um parâmetro global para o entendimento da questão: a microempresa tinha direito a isenção até a Constituição e a legislação antiga até dez mil OTN's. Partindo do presuposto que a base de cálculo para a incidência do ICM é de 30% de 10 mil OTN's, três mil OTN's Dezessete por cento sobre a base de cálculo, trinta por cento, nós teremos quinhentas e dez OTN's que, por sua vez,...

seria o tributo devido por uma microempresa de janeiro a dezembro do ano. Quinhentas e dez OTN's vezes 70 mil microempresas, trinta e cinco milhões de OTN's. Pois vejam, senhores, no ano de 1988 arrecadamos 129 milhões de OTN's, contando os ~~20~~ 20% do município e os 80 do Estado. No ano de 87 arrecadamos 120 milhões de OTN's. Ainda não tínhamos aqueles problemas de proteção das receitas tributárias. No ano de ~~87~~ ~~87~~ 86 foi o ápice, o máximo das arrecadações tributárias em toda a história do Paraná, arrecadamos ~~130 milhões~~ 131 milhões de OTN's.

Então, nós vemos que a primeira receita tributária ~~do Paraná~~ da história do Paraná foi 86, a segunda 88, a terceira 87 e no ano de 1988 fazendo este cálculo em torno desta situação, trinta e cinco milhões de OTN para 129 milhões.

Então, vejamos que as perdas passam de 20% quando o Estatuto da microempresa supunha que fazia uma previsão de perda não maior do que 5%.

Aí vejamos, começamos analisar a questão da microempresa. Eu já estive defendendo a...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY: ... eu já estive defendendo a microempresa durante anos, como prefeito, como presidente do conselho de desenvolvimento industrial do meu município, e hoje entendo qu ela precisa de uma avaliação profunda, por que ? Ela conta, evidentemente, a geração de emprego, mas também como instrumento de institucionalização da sonegação. E também, nós notado nestes poucos anos de existência do estatuto de micro empresa, que muitos pegaram as suas empresas m dias e repartiram as empresas, abrindo, pegando várias inscriçoẽs dentr da família, numa clara negação do princípio da criação do estatuto da microempresa, que era ser uma alavancagem para que o cidadão se estabelecesse como empresário e desse os primeiros passos. Mas, me parece que a ~~questão~~ questão foi levada, para muitos, como uma opção para ser micro a vida inteira, quando na verdade nós temos que ter o empresário estimulado pelo setor público, sim, mas como uma alavancagem inicial, para que ele possa progredir e se constituir numa micro, pequena, média e uma grande empresa. E o que temos visto ? Apenas uma proliferação das microempresas. E vamos ser claros: todos somos paranaenses, brasileiros e patriotas e desejamos o melhor para o nosso País. Se falo isto não falo evidentemente, que sou contra nenhum empresário neste Estado. Somos defensores deste Estado, deste País, para que realmente tenhamos a concepção exata, não demagógica, não de chavoẽs, porque o que matou e está matando este País são estas manifestaçoẽs demagógicas em que não se leva nada em profundidade, fica-se na superficialidade e acontece o que acontece. Poderia se contestar os meus números. Mas, mesmo que contestem os meus números, da microempresa eu daria um desconto de 50 % dos números que eu dei das 35 milhoẽs de OTN's. Assim mesmo ficar com 17 milhoẽs e meio de OTN's e perdas tributárias. Tem que ser visto tem que ser analisado. Constituímos um grupo de trabalho na Secretari da Fazenda com os presidentes das duas Federaçoẽs, com os nossos técnicos, estamos discutindo para ver se chegamos a um denominador comum, como chegamos na constituição do ICMS, quando reunimos aqui nesta sala na sala da OCEPAR, sob a presidência do Deputado Orlando Pessuti, do bloco agropecuário, conseguimos 47 federaçoẽs de entidades, classista

e produtores, algumas de trabalhadores, os nossos Deputados e chegamos a um denominador comum, que é a legislação do ICMS.

Um terceiro ponto, senhores Deputados, dito isto das microempresas, que precisaríamos de um tempo muito maior para discutir esta questão e vamos ter, oportunamente. O terceito item que afeta diretamente as receitas tributárias são as exportaçoẽs, que era excelente para o País, tem sido um instrumento valioso para a economia nacional. Trinta e quatro bilhoẽs dólares de exportaão, no ano passado, um saldo na balança de 19 bilhoẽs de dólares. Positivo. Bom para o País, ruim para os Estados e municípios, porque quanto maior a exportação de produtos industrializados, menos receita. Evidentemente os produtos industrializados, de acordo com a Constituição, são isentos, não pagam o ICM, não pagam o IPI, então, menos receita tributária. Esta questão da política de exportação brasileira tem que ser revista, também. Mas, para tanto, numa luta nossa, do Paraná e Rio Grande do Sul, que nós desenvolvemos no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, conseguimos a criação constitucional do Fundo de Compensação pelas perdas de exportaçoẽs. Após já alguns meses decorridos, não saiu a regulamentação, ainda. Aliás, senhor Presidente, senhores Deputados, senhores presentes, se nós não tivéssemos tido a lucidez, no exato momento do fechamento do texto constitucional, nas disposiçoẽs transitórias, de colocarmos lá que se no prazo de 60 dias decorridos da promulgação do texto constitucional não houvesse a regulamentação do ICMS, poderíamos nós, os secretários da fazenda dos Estados e do Distrito Federal ...

LUIS CARLOS HAULI -... dos Estados, do Distrito Federal reunidos elaborar um convênio nacional que teria força de lei complementar até que a legislação complementar fosse feita. E foi o que fizemos no dia 14 de dezembro do ano passado , porque o prazo de 60 dias esgotou-se no dia 5 de dezembro e não tínhamos a lei complementar e nos reunimos em Confaz depois de de uma discussão imensa nacional entre os estados porque o conflito é muito grande, cada estado tem seu interesse, chegamos a elaboração do convênio que tem força de lei complementar e no dia seguinte encaminhamos para a Assembléia a Lei Estadual que passamos a discutir no mês de janeiro e que foi aprovada e que é uma peça fundamental da questão da ordem econômica, é a legislação do ICM que está aprovada.

A legislação do adicional do imposto de renda que foi uma outra grande conquista que tivemos ela está aprovada para início de implementação.

A legislação, a nova concepção do IPVA que também fruto de um acordo de um convênio nacional não cumprida apenas pelo estado de São Paulo, mas queremos crer que até o ano que vem ele cumpra que é da concepção o seguinte:

O imposto sobre propriedade de direito de veículo automotores carros de passeio 2%, caminhões de transporte 1%.

Portanto, a concepção filosófica é esta. Paga 2% do valordo veículo no dia que for pagar o imposto e nada mais dessa conversa demagógica porque aumentou mil, 2 mil, 3 mil%, 50% que não interessa à sociedade porque a sociedade é representada pelo Governo e se o Governo tributa mal se não tem recurso, como vai fazer funcionar o poder público que a sociedade requer e necessita.

Então, estabelecido esses princípios também a legislação do Ipva ficou excelente. Infelizmente o Governo de São Paulo não conseguiu passar na Assembléia Legislativa a mesma metodologia, o mesmo princípio que aprovamos no Paraná, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros estados.

Também faz parte do capítulo de ordem econômica a contribuição de melhoria que também com alto entendimento dos senhores Deputados conseguimos aprovar uma contribuição de melhoria regulamentda para que pudéssemos ter esse instrumento poderoso de defesa do Esado contra a indústria da desapropriação uma verdadeira excrecência, uma verdadeira vergonha que assola este país em função de um instrumento como esse para que pudesse ter,esse instrumento, vai abrir uma estrada, cobra-se a contribuição de melhoria. Se alguém demandar contra o Estado para fins de desapropriações e, geralmente essas desapropriações são uma vergonha pelo valor impingido a estas desapropriações contra a sociedadde. Porque é muito fácil dizer, o Estado paga, mas quem paga na verdade é a sociedade.

Então, esse instrumento que nós temos hoje que é a contribuição vai se emprestar ao Governante para esse fim. Evidentemente poderá ressarcir o valor da obra.

A questão dos "royalties" Senhores Deputados também aguarda regulamentação assim como o Fundo de Exportação, como aguarda regulamentação um Fundo especial para o norte e nordeste e centro-oeste, assim como aguarda regulamentação a compansação dos diversos sistemas previdenciários que está no texto Constitucional, uma conquista nossa também porque hoje o Paraná é o exemplo melhor disso e acredito que os outros estados também no mesmo perfil do Paraná começa a viver uma síndrome dos inativos. Uma síndrome que já atingiu o Uruguai muitos anos atrás e temos um contingente de aposentados do tamanho do contingente dos ativos dentro do setor público.

E pasmem, em 1976 o Estado do Paraná tinha apenas 12% de inativos do total. E, 1986 já tínhamos 33% de inativos fazendo com que, evidentemente nos levássemos ao assumir o Governo uma reflexão dessa questão.....

O SR. LUIZ CARLOS HAULY:-... ao assumir o Governo à uma reflexão desta questão que foi tão bem interpretada pelo Secretário Mário Pereira, que desenvolve hoje uma política de recursos/ humanos para que pudéssemos conter esta expansão. Eu digo isso porque a feta diretamene a questão do orçamento do Estado, porque quanto mais aceptados o aumento do funcionalismo é de acordo com o crescimento da/ população do nosso Estado e as exigências dos dias de hoje por mais Segurança, mais professores, mais policiais. Se perguntarem ao Secretário de Segurança o que é que ele mais precisa ele diz:- Mais soldados, mais uns 5.000, 6.000 sodados. A Educação que é q única exceção que temos a erto tem contratado, na medida das necessidades mais professores e não para.

Estas colocações são questões que discutimos no dia a dia do Governo, dentro da Secretaria, com outros Secretários, com assessores e funcionários do Governo, e precisamos, em tudo isto, entender e conceber bem o aparelho do Estado, como é que está indo. / Temos visto na imprensa que o volume de condições para com o orçamento do Estado já extrapola em 16% e não entrou ainda a totalidade das Secretarias e do Serviço Público. Então nos preocupa sobremaneira, nas duas pontas, como estudioso do setor público, como defensor pela preservação e fortalecimento do setor público, Nós só vamos viabilizar este País pela organização e aprimoramento do aparelho estatal, para que ele fun-/ cione adequadamente para atender os graves problemas dos desníveis de / renda da nossa economia. E o setor público tem este papel, mas um setor público fraco, combalido, denegrido, como tem sido, nestes últimos a-/ nos, não se presta a construir uma Nação. Aqui no Paraná este Governo / temprimado pela moralidade, pela conduta exemplar no trato da coisa pública. Sim, entendemos que é uma luta desigual, uma luta gigantesca / contra todas as formas de favorecimento, de corrupção. E o País tem / que enfrentar. No Paraná nós estamos enfrentando e é preciso mexer em/ todos os pontos, onde estiver a falha tem que ser denunciada, evidentemente o Governador Álvaro Dias não se arvora em ser o homem que vai a-

cabar com a corrupção, ele sabe que ´ umaluta permanente, perene.O / grande ponto de honra dele é não deixar impune qualquer caso que ele pegue, não pode ficar impune,tem que ser denunciado! Como fizemos,na semana passada no caso Promepar. O povo do Paraná tem três milhões de dólares, que estava depositado na Justiça, que pertence ao Fundo de Desenvolvimento do Estado que se utilizou para recuperar uma empresa falida, para poder gerar emprego e riqueza e na hora de pegar o dinheiro apa-/ rece um empresário frustado que não conseguiu tocar a sua empresa com ~~f~~ financiamentos que pegara na época, que eram financimanetos subsidiados e vem querer pegar o dinehiro que dele não é porque contratos tem assinados, registrados em Cartório, que este dinehiro pertence ao Fundo de Desenvolvimento Econômico que é o dono da Promepar.

São questões que temos que analisar, temos que revêr tudo, está errado, tem que denunciar!

Portanto, Srs. membros da Comissão, temos dados muitos dados, sobre Receita, Despeza, comprometimentos ao longo dos anos, mas outros dados assim rápidos, só para ilustração. A média histórica do comprometimento das REceitas Públicas...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - ... A média histórica do comprometimento das Receitas Públicas notadamente a comparação ICM -Folha de Pagamento, que nós fazemos muito costumeiramente, em 10 anos, no ano de 1986 este comprometimento foi de 72%. 72% do ICM foi fasto com a folha. No ano seguinte foi a 90, ano de 87, e no ano de 88 a 94%, sem contar as transferências para a EMATER e os convênios dos professores que totalizam mais 4, 4,5%, somaríamos neste total.

Portanto, com exceção do ano de 82 e 83, que este comprometimento foi na ordem de 81%, no resto do período sempre oscilou entre 72 e 74, 75%. Com isto nós entendemos que por um lado se houvesse mais funcionários contratados poderíamos então estar vazando na ponta da contratação. Não foi, o deputado Mário Pereira, Secretário da Administração tem mostrado estes números, da estabilização do número de funcionários, uma ligeira diminuição da estabilização.

Então a massa salarial do Estado tem crescido. E nós chegamos a algumas constatações terríveis. A inatividade, o acervo funcional, tempo de serviço e toda aquela montoeira de coisas, são 101 penduricalhos que tem no salário do funcionalismo. Portanto a massa salarial tem crescido e nós vemos também que o ICM tem se comportado apesar de tudo contra razoavelmente, então o comprometimento da folha, do ICM com a folha tem sido assustador.

Coloco isso também a guiza de ilustração para que os senhores deputados na concepção da formulação da Constituição Estadual acho de fundamental importância.

Temos acumulado déficit nos últimos anos, déficits orçamentários e também a questão da dívida nós temos um endividamento do Estado em 31 de dezembro de 1988, de hum bilhão e meio de dólares, sendo em 31 de dezembro o saldo de hum bilhão e trinta e sete, mais os .... vai a hum bilhão e meio de dólares. Poderemos depois, entendendo os deputados discutir mais com profundidade esta questão.

Uma preocupação muito grande: Por que a dívida? Com a perda de tributos do governo federal, ele deve perder uma quantidade signif

cativa, alguns dizem 15, 16%, na verdade na composição do bolo ele perderia fisicamente no bolo dos Estados em torno de 6 pontos percentuais do bolo de 100, 6 a 7.

Bom, ganhamos com a reforma tributária que não entrou dinheiro ainda e já estamos pagando a conta da Constituição que são a saber algumas contas já estamos pagando, sem termos a Constituição, que são o 13º integral, o terço de férias, e isso tudo agravou mais a situação ainda do setor público que agora a partir do mes que vem como está a usufruir do novo ICM, mas já têm algumas preocupações porque as concessões que tivemos que fazer de alguma natureza, da composição por exemplo, a cesta básica de alimento com o novo ICM cai de 17 para 12%: arroz, feijão, carne bovina, etc. etc.

Por outro lado era intenção nossa gravar os bens supérfluos em torno de 25. Alguns não conseguimos porque evidentemente na composição nós tivemos que ceder alguns anéis. Tivemos que ceder alguma coisa. Para fazer a composição evidentemente quem seríamos nós chegar a Assembléia com um texto e querer aprovar o texto. Isto foi feito muito bem na ditadura em 67; quando foi criado o ICM em 67 foi imposto de cima para baixo e ninguém discutiu, porque evidentemente estava num regime autoritário.

Mas eu queria ver aprovar uma legialação agora, nos dias de hoje, como nós aprovamos discutindo com a sociedade.

Então a questão da dívida, dizia eu.....

O SR. HAULY - ... então a questão da dívida, dizia eu e digo novamente, com a perda de receita tributária da União, do IPI, do Imposto de Renda, dos impostos únicos veio o revide e pronto, no orçamento da União eles quiseram nos cobrar o estoque da dívida, tem o estoque e tem a dívida que vence, brigamos, brigamos com o Governo Federal nada, fomos ao congresso e conseguimos assim mesmo teremos que pagar 10% este ano da dívida vencida e vincenda e só nos rolaria 90%.

Agora esta semana que o Congresso Nacional deliberou sobre os vetos do Presidente, foi feita uma composição para entrar em vigor o orçamento da União e nós vamos ter que desenbolsar mais dinheiro este ano, muito mais dinheiro este ano do que desembolsamos o ano passado e infinitamente mais do que em 86 porque era zero, foi rolado 100%, então até nisso tivemos desvantagem e o pior, Sr. Presidente, a dívida de curto prazo que temos feito para o fluxo de caixa para fechar o ano de 88, como a contenção da folha, etc, etc, tomamos dinheiro emprestado essa dívida de curto prazo, com o congelamento do Plano Verão, eles pegaram a Correção Monetária e a transformaram em juros, 26, 25% ao mês, então esta dívida a cada três meses ela dobra. Por outro lado isto veio só agravar mais. Além dessa questão das exigência do Governo Federal, da cobrança da dívida também tem o fato mais grave que é a operação desmonte, quando nós concebemos a reforma tributária, a redistribuição do bolo tributário, entendiamos que era uma redistribuição do bolo tributário e a única rubrica que o Governo deveria eliminar ou diminuir era das transferências negociadas e eu sempre disse na luta pela reforma tributária ao longo de muitos anos, mais de 15 anos, que eram as transferências sacaneadas, porque evidentemente o Ministro da área o que manuseava aquele orçamento na área só dava para quem ele queria e nós sempre tivemos a idéia de que a concepção de um estado democrático, de uma federação tinha que ter necessariamente a distribuição de recursos, por parâmetros, por programas estabelecidos, não pela vontade do governante, com isto nós vemos que as transferências negociadas diminuiram drásticamente, mas também eles fizeram uma operação desmonte, passando incumbências que eram suas para os Estados e para os Municipios.. Então aí está mais um grande problema a ser resolvido, se essas transferências forem assumidas e elas forem de tal

tal ordem, nós comprometeremos totalmente as nossas receitas.

Vou citar um caso, metade da folha da Emater é paga pelo Ministério da Agricultura e nós estamos pagando 100%, a indicios que deve voltar o orçamento da Emater, mas já estamos num comprometimento terrivel cada dia que passa, cada mês que passa.

A questão da merenda que também está uma discussão muito grande, o Governador interviu no processo, etc. Portanto, peço aos Senhores Deputados que discutam amplamente, se possivel discutir conosco, que nós temos os números, evidentemente estamos preocupados com o futuro do nosso Estado na criação de fundos. Os fundos, comprometimento da receita tributária com os fundos, vai 1% para isso, 0,5% para aquilo, daqui a pouco nós não temos dinheiro para comprar as coisas mais elementares para manutenção do setor educacional.

Eu estou falando porque nós temos fundos hoje, já temos o Fundo do Desenvolvimento Econômico que deveria porarecurso todo ano, temos o Fonsetec, temos que rever tudo isto, adequar evidentemente construir um Estado muito mais moderno do que ele já é até hoje.

O que eu quero deixar registrado também nesta Sessão, o Paraná tem um dos melhores aparelhos estatais xxx deste País, tanto é verdade que na elaboração da organização do Estado do Tocantins os funcionários da Secretaria da Faxenda, foram os que organizaram, fizeram a organização institucional do Estado do Tocantins ...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY:-...do Estado de Tocantins os nossos funcionários da Secretaria da Fazenda foram os que organizaram, fizeram a organização institucional do Estado de Tocantins e os nossos projetos e programas são sempre os melhores, porque o nosso corpo funcional é de excelente qualidade.

E também quero dizer aqui que apesar dessa situação do ano passado, o Paraná desenvolveu apesar das críticas que nós as conhecemos de sobra, o Paraná, especialmente o Paraná desenvolveu a melhor política salarial do país, entre todos os Estados da Federação e desafio quem quiser discutir esta questão. Fizemos o máximo na reposição, na antecipação salarial. Chegamos ao esgotamento nesses meses de janeiro, fevereiro e março. Janeiro arrecadamos 50 de ICM, 54, quase 55 de folha. Fevereiro 55 de ICM, 60 de folha. Março 63 de folha com uma expectativa de arrecadar, pelo menos 60 de ICM. Queremos compatibilizar. Daí as razões do Veto dos 39% que são na verdade 19% sobre a folha de hoje.

Então, se tivéssemos condições não teríamos dúvida, nenhuma dúvida e um alarde imenso. Evidentemente cada um tem o seu motivo e a gente quer entender que na defesa do Estado do Paraná na defesa dos 8 milhões e meio de habitantes, nós precisamos encarar essas questões de frente. Não temo nada. Nossa conduta tem sido de transparência absoluta porque é imprescindível que seja assim num regime democrático. Antigamente sim é que se escondia tudo. Hoje não tem o que esconder. Qualquer funcionário que manipule os dados da Secretaria tem todas as informações. Nenhum dado de uma instituição financeira fica hoje sem transparência. E é importante que evidentemente não haja conlúio, não haja o espírito corporativo. Também o excesso de espírito corporativo é um passo do fascismo. Nós temos que também ter cuidado e dosar nisto. No corporativismo, do lobismo, nós temos que dosar uma sociedade moderna e democrática e progressista e nós estamos construindo isto juntos, Srs. Deputados, Sr. presidente desta Comissão.

Tenho mais informações, mas acredito que já estou discorrendo há bastante tempo e gostaria de me colocar mais à disposição, não só agora, mas posteriormente, colocando a nossa Assessoria da Secretaria da Fazenda e aqui quero fazer um registro: os tecnicos mais conceituados do Brasil são os nossos técnicos da Secretaria da Fazenda, tanto na área da administração financeira, quanto na área da receita do Estado, em todos os setores da nossa assessoria.

Portanto, Sr. Presidente, eram estas as considerações iniciais que tinhamos a fazer.

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Secretário, ao agradecer a sua oportuna exposição neste painel da Comissão de Ordem Econômi-

...

ca e Social eu o faço em nome de todo o poder Constituinte Estadual aqui representado pelo Deputado Pedro Tonelli, pela Deputada Irondy Pugliesy, pelo Deputado Relator e pela minha pessoa.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Eu quero convidar o nobre Deputado Mário Pereira, nosso colega e Secretário de Estado da Administração a tomar assento à Mesa, como também nos honra sobremaneira a sua presença neste fórum constituinte do Paraná.

O SR. PEDRO TONELLI:- Eu gostei muito da afirmação do Secretário, quando ele fala condenando o lobismo, condenando o coperativismo que é próximo ao fascismo e quando ele relatava dados sobre as finanças públicas e que aliás sempre tem nos preocupado.

Eu tenho uma indagação. Gostaria de ver esclarecida: há duas semanas foi vetado aqui, mantido o Veto do Executivo que dava na média, na maioria 39% de reposição...

O SR. PEDRO TONELLI: ... a maioria , 39 % de reposição do ano passado

Agora, há cinco minutos, foi aprovado pelo mesmo Plenário, um aumento de 113 % para o pesoal do Tribunal de Justiça, Tribuna de Contas e do Ministério Público. Gostaria que se posicionasse, porque para nós é uma discriminação, é um "lobbysmo" o que está ocorrendo, os mesmos cofres públicos, os mesmos que contribuem, os mesmos que recebem E há duas semanas foi vetado 39 % de reposição do ano passado. E agora foi aprovado, o que eu acho que é justo, do ponto de vista legal e do ponto de vista moral, o que eles estão exigindo, que são 44 % que foi vetado e mais 79 por cento da inflação de janeiro. É só isso o que eles estão exigindo. Então, quer dizer, não é uma discriminação o que o Estado do Paraná está tendo com relação às suas finanaças, contra os seus funcionários públicos, onde uns têm a reposição e outros nem se fala mais na sua reposição ?

Gostaria de ouvir um pronunciamento do Secretário.

O SR. PRESIDENTE: Eu esclareço que o Secretário pode ou não responder.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY: Senhor Deputado, a sua preocupação é a nossa, também. Evidentemente os magistrados do Estado do Paraná ansiavam uma equiparação com os magistrados de alguns outros Estados da Federação, que lhes deram uma nova concepção da organização do Judiciário e também de remuneração, na base de 90 % do que ganha um ministro do Supremo, começando pelo desembargados e gradualmente, de 10 em 10%, de acordo com a hierarquia dos tribuansi: desembargadores, 90%; juis de entrância final, 80 %; intermediário 70%, 60 %, até chegar no juiz. E me parece que o que foi submetido a apreciação da Assembléia ficou em torno de 80 %.

A magistratura, o Ministério Público, têm lutado com isto há anos. E nós tentamos ponderar todas as dificuldades do momento, foi colocado e discutido amplamente. Entendem os senhores magistrados de que o momento da reformulação é agora. Não se trata de reposição salarial. Trata-se do plano de carreira deles. Evidentemente que vai haver uma maior comprometimento das finanaças do Estado do Pa-

raná. Vai haver. E é oportuno que se discuta isto agora, pela oportunida de da discussão do texto constitucional do Estado, até por uma limitação do percentual que se deva dar à magistratura, porque fica uma luta desigual, fica uma luta muito difícil, porque evidentemente o senhor Deputad sabe que já alguns juízes começaram a sacar os depósitos judiciais do Banco do Estado do Paraná, transferindo-os para o Banco do Brasil e para a Caixa Econômica. Uma operação perfeitamente legal. Mas, contra os interesses da economia do Estado do Paraná. Porque o Banco do Estado do Paraná é o grande instrumento que fomenta da nossa economia, do nosso Estado. É um elemento indispensável ao princípio federativo e o enfraquecimento do Banestado é o enfraquecimento do Paraná. Nós não desejamos isto, sem contar outras tantas questoẽs que o Governo, que representa no momento, o Governador Álvaro Dias, o Governo do Estado, que está no momento transitoriamente à frente do Governo do Estado, que representa o conjunto da sociedade, se depara com uma gama de interesses e também no relacionamento com o Poder Judiciário, assim como mantemos, procuramos manter um relacionamento ...

LUIS CARLOS HAULI -... assim como procuramos manter o relacionamento com o Poder Legislativo. Portanto, a questão, é uma questão realmente que o Deputado levanta e levanta com justa razão.

DIRETOR GERAL DA SECRET. FAZENDA - Só queria complementar o que o senhor Secretário está dizendo que é o seguinte. São 3 ponderações.

Primeiro, que este projeto de lei que acaba de ser aprovado hoje foi de iniciativa do Poder Judiciário e não do Executivo.

Segundo, o Poder Judiciário com esse projeto e com outro que possa fazer, bem é o seguinte.

Com a Constituição Nova o Poder Judiciário adquiriu a prerrogativa de encaminhar projeto de lei aumentando seus vencimentos ao Poder Legislativo.

Apergunta que eu fiz é o seguinte.

Se esse projeto de lei que foi aprovado hoje é aquele primeiro do Poder Judiciário.

SECRETÀRIO FAZENDA - Há um substitutivo.

DIRETOR DA SEC. FAZENA - Aquele primeiro projeto de lei que foi encaminhado não pedia reposição de 70% nem de 40. Ele pedia apenas que os majistrados do Paraná ganhassem o equivellente aos ministros do Supremo Tribunal. Porém com aquele projeto inicial um ministro do Supremo Tribunal em carreira ganhari 6944 por mês e um desembargador com 35 anos ganharia 8310 no Paraná. E este projeto que foi aprovado está inclusive, dando ao Poder Judiciário do Paraná um salário maior. O substitutivo que estava sendo discutido pelo Governo e que deve ter sido encaminhado não dá 113% , dá 69%. Ou seja, um desembargador com 35 anos sai com um salário de 3311 para 5624 com todos os adicionais. É o salário bruto e , evidentemente que aí tem o desconto do imposto de renda que vai para o Estado.

LUIS CARLOS HAULI - Na verdade Deputado já estou na vida pública há alguns anos. Comecei como vereador em 1972. E entendo que o que eu ganho hoje como Secretário da Fazenda me satisfaz. E entendo que o que me satisfaz poderia ser evidentemente o teto.

Um secretário de estado é a mais alta posição depois, evidentemente depois do Governador, dentro do Executivo, e entendo que realmente deveria ser um teto. Mas, estamos brigando por isso. E entendo que esta briga deve ser a briga de muitos deputados, de muitos companheiros que queremos crer que não neste momento, mas futuramente poderemos estabelecer limites mais adequados à questão salarial.

Outra questão, nós tentamos de todas as maneiras na Constituição estabelecer o limite para aposentadoria em 60 anos. Não conseguimos. Tentamos de todas as maneiras 55 anos. O que está acontecendo no setor público....

O SR. LUIZ CARLOS HAULY:-... de toda maneira 55 anos. O que está acontecendo no setor público é que jovens de 40,41 anos, no auge dos seus conhecimentos estão se aposentando e indo, evidentemente com toda uma gama de conhecimentos trabalhar na empresa privada. Então é questaõ de vital importância e nós não estamos conseguindo compatibilizar estas questões.

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca):- Eu acho que sua participação, Sr. / Secretário, se nenhumoutro Deputado quiser fazer uma indagação est-a encerrada. Mais uma vez, em nome do / POder Constituinte do Estado, eu agradeço a sua presença. Esclareço / que se S. Exa. tiver outros compromissos e quiser se retirar está/ liberado, achava de conveniência que sua equipe ficasse, porque precedendo a palestra do Secretário Mário Pereira vai falar o Sr. Everlindo Herklein, do Dieese, sobre o tema Finanças Publica e Constituinte. Eu/ convido o referido Sr. a tomar assento à Mesa.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY:- Fica o Professor Pio que conhece todo o andamento. Eu tive a oportunidade, quando soube / que o Dieese ia fazer um trabalho me dirigi à Sede de um Sindicato para colocar à disposição a Secretaria da Fazenda para os números. Evidentemente foi coletado uma série de informações e o que nós queríamos era aprofundar a discussão e vimos a semana passa a sentença final e tendo o veredicto em mãos da análise do Dieese e deixaria então o / Professor Pio que conece tão bem ou melhor do que eu os números e as / informações da Secretaria da Fazenda.

O SR. EVERLINDO HERKLEIN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes:- este levantamento que o Dieese fez das contas públicas, como o Sr. Secretário da Fazenda anunciou, foi fundado a/ dados abertos a entendades sindicais, por parte da Secretaria da Fazenda.É importante esta questão porque abre um precedente de transparência das contas públicas é um processo de levantamento, a disponibilidade de informçaões segundo este primeiro entendimento ainda continuará.

Levando em conta o tema que nos foi proposto nós fizemos uma análise das contas pública e uma análise histórica, esta análise vai dos anos 70 até 88, fundamentado em que qualquer proposta deve ser fundamentada num diagnóstico, por isso esse nosso levantamente parcialmente longo, das contas públicas. A análise que fizemos permite as seguintes conclusões:- um 1º fator, já falado aqui é que há uma perda de dinamismo da receita face ao crescimento da economia. Enquanto a economia do Paraná vem crescendo, desde os anos 70 até 88 num crescimento real estimado em 205% a receita do Estado, particularmente a receita tributária cresceu somente 90%, em termos reais. A receita de ICM em97. Quer dizer, há uma defasagem entre crescimento da economia e entre o crescimento da receita pública, evidentemente que o crescimento da economia faz com que haja cada vez mais demandas nos serviços do setor público.

Isso coloca um problema em termos de administração pública, a perda de dinamismo da receita ela se deve...

O SR..... - A perda de dinamismo da Receita, ela se deve em parte a renúncias fiscais, isso já foi colocado aqui pelo Secretário, incentivos e benefícios de toda a ordem e também a expansão a medida em que cresce a economia de bases não tributadas pelo sistema tributário estadual.

O E um terceiro elemento que contribui para essa perda de dinamismo da Receita, é só a ..... de impostos.

Um outro problema que nós dectetamos pela nossa análise das contas públicas, é que analisada a Carga Tributária líquida, ou seja a Receita Bruta do Estado , ou seja a carga tributária bruta menos as transferências a título de serviço da dívida, e transferência do pessoa inativo e pensionistas, nós detectamos de que há um crescimento cada vez menor na carga tributária líquida.

Então aí é um foco, E outro foco de problemas seria em torno dessas transferências que já foi mencionado aqui, a questão do pessoal inativo. Há um crescimento mais do que proporcional das despesas com o pessoal inativo, com relação a outras despesas de pessoal. Enquanto que a despesa da Administração direta com salários e encargos em 1970 representava 84% da despesa de pessoal, as transferências a inativos e pensionistas era somente 16%. Hoje, em 88, a despesa com salários e encargos do pessoal da Administração direta representa 48%. As transferências a título de, para pagamento de pessoal de entidades da administração estadual, ou seja, transferências intra-governamentais, outros 26%. Entretanto, o componente que mais cresceu foi o pessoal inativo que passa a representar 26%, em torno das despesas do pessoal da administração direta.

Outro foco de problemas então seria em torno da dívida. A dívida tem um crescimento muito maior do que qualquer outro ítem de despesa. Enquanto ela representava em 71, o serviço da dívida, que inclui pagamento de juros, outros encargos e amortização, 6,4% da receita tributária, em 88 ela alcança 30,3%. Quer dizer, 6% ela passa a representar 30,3% em 88.

Se fôr feita uma outra comparação, em 70 o serviço da dívida representava 10% das despesas com o pessoal da administração direta. E

hoje representa 70% , os gastos com os salários e encargos da administração direta.

Isso nos permite então a uma conclusão, de que os principais problemas, evidentemente de uma forma histórica, eles se reportam de um lado a questão da perda de dinamismo da Receita, a questão de outro lado da despesa de um crescimento mais do que proporcional da dívida, e também umas rubricas como aquela de transferência de pessoal inativo, pensionistas e também administração indireta.

Pois bem, nós nos limitamos a uma breve análise e queremos nos deter mais no que significam esses números. De um lado nos parece que está em cheque um pouco aquele chamado modelo de desenvolvimento do Paraná Quer dizer, nos anos 70, quando boa parte do crescimento econômico do Estado foi financiado via benefícios e incentivos fiscais, via financiamentos por parte dos órgãos de fomento do Estado, em boa parte, esse modelo de desenvolvimento levou não só de um lado a uma situação de não prestação dos serviços necessários na área de serviço social, assistência social de saúde, como também uma falência de certa forma as finanças estaduais.

Achamos que deve ser repensado esse ponto. Não podemos cair novamente num modelo que na verdade só esgotou as finanças do Estado, acumulou uma imensa dívida social, e na verdade quem acumulou foram alguns setores da economia, particularmente o setor privado.

De outro lado devem ser repensados o sistema de previdência do Estado. É impossível que um volume cada vez maior de recursos do Tesouro sejam canalizados para pagamento de inativos e pensionistas. É preciso rever o cálculo atuarial que funda então o sistema de previdência do Estado, do contrário há um número cada vez maior de recursos.....

O SR. EVERLINDO - ...do contrário há um volume cada vez maior de recursos de Tesouro, canalizados para o pagamento de = inativos. Outra questão a ser analisada me parece da Administração Indireta do Estado, nós sabemos que um dos elementos que contribuiu para o desenvolvimento do Estado a partir dos anos 60, sobretudo com a fundação da Codepar e posteriormente com a fundação de outras empresas estatais da Administração Indireta, elas contribuiram definitivamente par esse modelo de economia e de sociedade como temos no Paraná. Foi uma forma do regime político da época, fazer com que houvesse um crescimento econômico acelerado, entretanto o preço desse modelo de Administração Pública ele recai hoje sobre o conjunto da sociedade.

Do nosso ponto de vista, esse quadro mereceria as seguintes propostas: Do lado do sistema tributário, achamos que deve haver uma revisão de todo e qualquer incentivo e benefício fiscal ainda existente e que qualquer benefício e incentivo fiscal seja aprovado pela Assembléia Legislativa Estadual, para que a população tenha conhecimento de que benefícios estão sendo concedidos ao setor privado, as empresas e indústrias.

De outro lado, como o Sr. Secretário já se colocou aqui, a reforma tributária definida com a Constituição Federal aprovada em 88, ela abre uma série de possibilidades, no sentido de parcialmente se alterar, pelo menos no que a gente chama regressividade do sistema tributário, essa regressividade ou progressividade, a regressividade dela faz com que ela taxe cada vez mais as camadas mais pobres, esse é o atual sistema tributário que nós temos. A proposta que o movimento sindical defende é que o sistema tributário seja progressivo, só há uma forma dele ser progressivo, que é o aumento dos impostos chamados diretos.

A administração Estadual tem parcela ...

Diretos no caso do Estado, agora com a Reforma Tributária, adicional do imposto de renda, embora seja amarrado ao imposto de renda federal, mas é um imposto de competência estadual, há também o imposto sobre heranças e doações, de competência estadual, há também como o sr. secretário colocou aqui a questão da contribuição e melhoria, acho que é fundamental a contribuição e melhoria, e por fim uma boa administração da seletividade do ICM, o IPVA e também a questão da seletividade do ICM, quer dizer uma taxação menor da chamada cesta básica, mas também uma taxação maior dos chamados supérfluos,

Como foi colocado aqui, isso não se consegui da forma desejada, mas é importante que se avance nesse sistema, que se tribute cada vez mais os chamados bens supérfluos e consiga se reduzir a carga tributária da cesta básica.

Outras medidas são relativas a questão da sonegação, nós sabemos que a Administração Fazendária atual, ela vem envidando esforços nesse sentido, entretanto, já tendo em vista as discussões havidas a nivel do movimento sindical, nós voltamos a propor algumas medidas, sobretudo aquela que diz respeito a se restaurar a legislação punitiva. A punição aos devedores da Fazenda Pública ela tem que ser exemplar, todo movimento sindical tem discutido isso, uma vez restaurada essa legislação punitiva se evita parte da sonegação, claro que não totalmente.

Um outro aspecto e talvez neste ponto nós divergimos da colocação do Sr. Secretário, é a questão de um parâmetro mínimo de contribuição que é a questão da micro e pequena empresa.

Nós achamos que a micro e pequena empresa ela é significativa no ponto de vista de geração de empregos e é necessário um tratamento diferenciado, ela tem condições econômicas de lucratividade muito diferente, de grandes, médias empresas, então é preciso que se dê um tratamento diferenciado.

Evidentemente que restam questões de limite, a micro empresa, prolifera a micro empresa um mesma família, mas aí nós entramos num outro âmbito que seria o âmbito da fiscalização, não é a partir dessa questão que me parece deve ser excluída esse tratamento diferenciado da pequena empresa, tendo em vista ...

O SR. EVERLINDO HENKLEIN:- ...excluído esse tratamento diferenciado, tendo em vista o grande volume de emprego que ela gera e isto é de interesse do movimento sindical, o volume de empregos crescendo.

Outro aspecto importante na ação fiscal é a ...(inaudível) da ação fiscal com a sociedade civil. A sociedade civil não participa das exigências em relação aos contribuintes. Não se tem idéia da capacidade contributiva do contribuinte, porque não transparece informações a respeito dos contribuintes. Evidentemente não sei qual o alcance da Constituição Estadual no sentido , mas era preciso que cada vez mais os balanços das empresas detalhassem informações a respeito de impostos. A partir dessas informações é que seria possível que a sociedade cobrasse até através dos órgãos responsáveis a capacidade contributiva dos contribuintes. Então não sabemos quanto uma empresa xis ela pode contribuir com impostos ou se efetivamente está sonegando, e desenvolver mecanismos neste sentido de que haja transparência nessa capacidade dos contribuintes para, a partir disso, a sociedade possa participar , possa saber , possa até talvez partilhar dessa ação fiscal.

Um outro aspecto importante é a redefinição de encargos disponíveis de Governo. A reforma tributária de 88 ela transferiu recursos em boa parte aos municípios, reduziu os recursos disponíveis da União e praticamente do ponto de vista global ela deixou a ...(inaudível) de recursos. Há um pequeno ganho que o Secretário aqui anunciava particularmente maior nos estados do nordeste, mas já deixa praticamente a esfera estadual na mesma disponibilidade de recursos. Neste sentido é importante uma revisão nos encargos do Governo.Para poder ter uma boa administração financeira é precisa que haja o correspondente encargo de governo. Hoje em dia nós temos uma mesma função de governo exercida por municípios, estado e União. Então, quer dizer, é necessária uma negociação com as diferentes esferas de governo para a locação de recursos conveniente e eficaz. Isto com relação ao sistema tributário.

Com relação a dívida evidentemente que se configura cada vez mais um mal financeiro também para os Estados. Todos sabem que a nível federal a questão financeira é muito relevante. O grande problema do Governo Federal é a dívida pública ...(inaudível) interna.

Também nos Estados...(inaudível) o próprio Estado do Paraná, apesar de não ser uma situação das piores, mas ele tem um crescimento mais que proporcional...(inaudível). Esse serviço vem crescendo cada vez mais...

Nós achamos...(inaudível) só tem duas formas: ou o repúdio da dívida ou no caso da administração estadual o que a gente chama de fundar a dívida, ou seja,estender ~~xxdívidax~~ o período o vencimento da dívida. É preciso renegociar a dívida estadual também. Do contrário nós temos cada vez mais um comprometimento maior com o serviço da dívida no Estado.

Nós dizíamos que não são os gastos com pessoal aqueles que mais crescem historicamente. Entretanto são os gastos da dívida que mais crescem. É preciso haver uma revisão, ~~xxx~~ uma negociação da dívida estadual também. De outro lado também, pela frente, parece-me que é preciso instalar mecanismos que devem presidir a criação de uma dívida pública. Neste sentido é de se perguntar, quer dizer , o Estado do Paraná tem uma dívida substancial. Em princípio como esta dívida foi efetuada ela teve que se traduzir em investimentos , que pelo menos teoricamente reverteram em novos ~~xxxxxxx~~ impostos. Se há cada vez um comprometimento maior, uma queda da Receita, há ~~xxxx~~ qualquer coisa de questionável...(inaudível) e também com débitos, com dívidas contraídas para financiar o desenvolvimento do Estado.

Neste sentido então, daqui para a frente, é preciso, parece-me que se, a própria Constituição Estadual preveja mecanismos que...(inaudível) de ação da dívida pública estadual. Neste sentido nós já entramos com uma outra questão que é importante a administração direta. Como eu dizia antes que a administração direta, em boa parte estatal e indireta...(inaudível)ela foi criada para...(inaudível) o desenvolvimento. Os frutos desse desenvolvimento são questionáveis...

O SR. EVERLINO HENKLEIN - ... criada para dinamizar o desenvolvimento. Os custos desse desenvolvimento são questionáveis. Parece-me que é importante o controle da administração direta também por parte do Legislativo, seu endividamento, seu crescimento. É uma esfera de administração relativamente fora de controle, não totalmente, mas fora de controle do Legislativo. A nossa proposta é que a Assembléia Constituinte Estadual preveja mecanismos de controle da administração pública como um todo, não só a administração direta, mas a indireta e particularmente as estatais.

Eu só queria a título de conclusão fazer algumas considerações com relação àquilo que seria a organização do Estado. Parece-me que para a opinião pública o Estado é dispensável, se faz toda uma propaganda em torno disso. O setor público não pode desaparecer, é necessário. O que é preciso ver é que haja uma mudança dele, ele precisa ser reorganizado. Comumente essa culpa tem sido colocada sobre o funcionalismo, à ineficiência do funcionalismo, e me parece que não é por aí a questão. É preciso rever a máquina do Estado, é preciso reapa relhá-la. Quero dizer que antes uma das formas de crescimento sob o regime da Ditadura foi o crescimento da administração sem controle, por exemplo, do Legislativo. Hoje talvez seja um momento histórico de se rever esta organização do setor público.

É evidente que, ao lado disso, é preciso todo um programa de reciclagem técnica do funcionalismo. É importante para treinamento do funcionalismo, mas o mais importante é uma revisão do funcionamento do setor público estadual, o que vai ser o novo Estado do Paraná.

Isso talvez deva ser relacionado com instrumentos jurídicos que permitam uma efetiva reforma administrativa. Nós tínhamos falado de reforma administrativa periódica no Estado. É um momento de se fazer uma reforma administrativa em profundidade e séria e não deslocando todo o peso dessa reforma simplesmente sobre o funcionalismo. É preciso modernizar e reacionalizar o aparelho do Estado do Paraná, mas através de uma iniciativa que reveja as suas diferentes esferas de

Governo, direta e indireta, e a forma também de relacionamento. Talvez seja necessário desativar órgãos, talvez seja necessário rever obras, mas o serviço é necessário. Existem áreas que são carentes de serviço público, e nós sabemos ~~que~~ de quanto o Estado deve, dívida social à população. Então, é preciso reavaliar o Estado para o atendimento as suas finalidades básicas. E me parece que a Constutinte Estadual é um momento ooportuno para rever de como deve ser o novo aparelho do Estado do Paraná.

Por isso, agradecemos `esta oportunidade em nome do DIEESE e do movimento ~~sindi~~ sindical à Comissão de Ordem Econômica e Social.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Eu agradeço a sua presença, Dr. Everlino Henklein, e agradeço a contribuição ~~xxxxxx~~ trouxe a este fórum de debates sobre a Ordem Econômica e Social necessária para o Estado. O Sr. Ivo ~~Pugal~~ Pugnaloni anteriormente já havia estudado uma série de propostas para o fórum de trabalhadores das estatais que nós vamos anotar para o acervo da Comissão.

Eu só o consulto, Sr. Ivo: as suas propostas também foram protocoladas?

O SR. IVO PUGNALONI - ~~Ex~~ Eles protocolaram na Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Então, eu passo a palavra, dando prosseguimento a este Fórum, ao último painelista desta tarde o nosso colega Deputado Estadual Mário Pereira, Secretário de Estado dos Negócios da Administração, que vem falar sobre a Administração Público e o Processo Constituinte. Sr.Secretário, seja bem-vindo, esta Casa é sua por direito de eleição.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Caro Deputado Rafael Greca, Presiddente da Comissão, Srs. Deputados, Sras. e Srs. A Constituição Federal recém-promulgada propõem alterações profundas na estrutura de recursos humanos a nível de União, Estados e Municípios.

O representante do DIEESE, ao encerrar no final das sua explanação, falou que há...

O SR.MÁRIO PEREIRA - ... da sua explanação, falou que há uma tendência em se colocar como responsável pelas dificuldades do Estado o funcionalismo , parecendo isto uma postura de quem quer fugir a uma análise mais profunda de quem coloca responsabilidade sobre o funcionalismo foge a uma análise mais aprofundada da questão, O Governo não coloca, pelas suas açções a responsabilidade das dificuldades porque passa o Estado sobre o funcionalismo. Mas é necessário, para analisar a situação do Estado, as dificuldades e as responsabilidades que têm a Constituição Estadual à luz da nova Constituição e da realidade hoje, que se coloca de forma clara de que tudo que a sociedade repassa ao Estado, praticamente tudo é gasto com custeio, ao Estado não sobram recursos para investimento em áreas que são necessários investimentos.Áreas prioritárias : como saúde, educação, transporte. O Estado desde há muito não tem recursos, a sociedade não tem prepassado recursos ao Estado para investir, daí também a razão dessa dívida crescente que todo o Estado tem investido recursos de terceiros.

Todo o ICM hoje e ICM corresponde por volta de 78% da receita total, é gasto com pessoal. A estrutura dos Estado, só a folha de pagamento consome todo o ICM, 80% de toda a receita é transformada em salário e os 20% restante são custeios, são reformas de escola, alimentação para a população carcerária, são,enfim, todas as despesas de custeio da máquina pública: desde luz, água, telefone, aluguel, combustível. Enfim, para investimento nada sobra, então é impossível, quando se faz uma análise das dificuldades do Estado não analisar o comprometimento da receita com pessoal, não querendo por isso, se analisar, colocar a culpa das dificuldades no funcionalismo. Agora a estrutura do Estado, e com isso se faz reforma administrativa, falava o representante do DIEESE que se faça uma reforma séria. Não entendo o que quer dizer com essa reforma séria, não sei se pode considerar isso como se as outras não são sérias as tentativas que se faz. A verdade é que para se fazer uma reforma administrativa no Estado, nós temos...

muitas dificuldades e quando se quer fazer uma reforma profunda, analisando-se todos os aspectos, acaba-se não conseguindo fazer nada, perde-se todo o tempo nos estudos.

O Estado do Paraná tem feito reformas, fez uma logo após o início do governo e uma outra agora que não esgota a possibilidade de aprimorar a estrutura do Estado. O Estado do Paraná hoje tem : 190 mil servidores - 98 mil na administração direta e autárquica, 19 mil nas fundações, 36 mil nas sociedades de economia mista e empresas públicas e 39 mil inativos. Os inativos não são pagos pelo IPE, são pagos pelo tesouro do Estado. Se tivéssemos que descontar num percentual dos salários dos funcionários estatutários para fazer frente ao pagamento dos proventos, esse desconto seria...

O SR. MÁRIO PEREIRA : ... esse desconto seria em torno de 40% do salário ou da remuneração dos funcionários estatutários, o que inviabilizaria essa cobrança.

A cobrança que se faz hoje, o desconto é somente para pagamento de pensão através do IPE.

O que o Estado, diante dessa situação em que a sociedade nos diz muito claramente para que paremos de crescer, porque nós, sociedade, não aguentamos mais pagar a conta, a sociedade não tem possibilidade de sustentar os investimentos do Estado, mal conseguindo hoje sustentar o Estado, prestando os serviços que presta, que providências tomamos nós diante dessa quadro?

Primeiro, antes de qualquer outra providência, buscamos definir muito claramente a distribuição espacial desse volume de servidores da Administração Pública. Passamos a trabalhar no controle de admissões, diariamente, permanentemente desde o início do Governo, buscando, através do remanejamento, evitar o crescimento do número de funcionários do Estado mas com o cuidado de não prejudicar os serviços que hoje o Estado presta à sociedade. Veja bem que em épocas de dificuldade se com a inflação, a possibilidade de repasse de recursos à sociedade, da sociedade ao Tesouro diminui, se cai a arrecadação, aumenta a pressão por mais serviços públicos. No momento em que há um empobrecimento da sociedade, há mais necessudade de serviços públicos e nesse momento, há menos recursos no Tesouro.

Essa é a dificuldade e a grande crise por que passa o Estado hoje. Nós conseguimos na Administração Direta e Autárquica, através de remanejamento, através de um mecanismo desenvolvido para medir o volume de serviço e calcular a produtividade média para o cargo, estancar, dobrar a curva ascendente, histórica de crescimento de pessoal que em dezembro de 78 tinha 81 mil funcionários. Quatro anos depois, em dezembro de 82, 91 mil funcionários. Mais 4 anos, 102 mil funcionários. Dezembro

de 88, mantida a curva, teríamos 107.500 funcionários. Tivemos em dezembro de 88, 98 mil funcionários. Portanto, quase dez mil a menos do que indicava a curva. Hoje a curva indica para um número em torno de 94 mil funcionários ao final deste Governo, enquanto aquela curva histórica apontava para 113 mil funcionários.

Portanto, sem nenhum programa de demissão de funcionários em massa, e simplesmente com o monitoramento diário de todos os pedidos de admissão que partem de todas as Secretarias, pressionadas pela sociedade, conseguimos dobrar essa curva e hoje temos uma curva descendente na Administração Direta e Autárquica.

Nas Fundações, temos 19 mil funcionários. 50% deles nas instituições do ensino superior que neste ano de 89, após uma grande negociação levada à frente pela Secretaria de ensino superior, com todas as instituições de ensino superior, iremos a partir de 90, instituir o regime seriado, voltar ao regime seriado nas Universidades, que levou a que os recursos dirigidos para as entidades de ensino superior, contrariasse o exposto de que se gasta, ou melhor, que o recurso dirigido para a educação não é gasto, é investimento. Nós estávamos transformando esses recursos em gastos, pura e simplesmente e evitando isso, pudéssemos efetivamente investir na educação.

Chegamos ao absurdo de, no ano passado e isso foi denunciado publicamente pelo ex-Secretário Ascêncop Garcia de Ensino Superior, a ter mais de 300 turmas somente na Universidade de Londrina, com menos de 5 alunos, 101 turmas com apenas 1 aluno, o que dá uma idéia clara de como se desestruturou o ensino ...

O SR. MÁRIO PEREIRA:... o que dá uma idéia clara de como se desestrutu rou o ensino superior, transformando estes recursos pesados dirigidos às universidades, em gastos, efetivamente. Com a adoção , progressivo, a partir de 90 e este ano, teremos que alterar os currículos, passar pelo Conselho Federal de Educação, nós poderemos ter, também , uma estabilização da curva, que hoje ainda é crescente, na área da administração fundacional, das fundaçoẽs,tendendo, inclusive não só à estabilização, mas até a uma queda com melhoria consequente do nível de ensino nas universidades, porque necessitando de menos professores para ministrar aulas, poderemos com aquele potencial lá existente, de mestres dedicados mais, a melhoria da qualidade de ensino via pesquisa. Na Administração propriamente indireta das sociedades de economia mista e empresas públicas, onde temos 36 mil funcionários, a nossa visã foi a de que empresa pública que não explora atividade econômica, não pode ser empresa. Se a sua atividade, a atividade desenvolvida por esta empresa pública é essencial ao serviço público, à sociedade, ela, com a estrutura do Estado, transforma-se em autarquia. Se não, se depender como empresa do tesouro e o serviço não for essencial, fecha. Assim, nesta reformar nós fechamos a RADIPAR, que fazia antenas de televisão agregando as redes de televisão existentes no País com o dinheiro do cofre público e era uma empresa.. Simplesmente foi fechada. A PARANATUR era uma empresa pública, mas não explorava atividade econômica. Fechamos a PARANATUR e diminuímos a estrutura e passamos ela para uma diretoria de uma fundação, porque a atividade da venda do Estado pela importância que tem o turismo, esta atividade é importante, mas não uma empresa que de atividade econômica, o que explorava, simplesmente, eram os ingressos para as pessoas que visitavam Vila Velha , cuja estrutura de cobrança se equivalia à receita auferida por esta cobrança. E Foz do Iguaçu, nosso grande centro turístico não é explorado. Lá o turismo não é da PARANATUR, e sim da atividade provada que explora o turismo. Logo, não há sentido em que haja uma empresa pública sem os controles que a administração direta tem, para poder se valer do recurso público

com a liberdade e a agilidade que deve ter uma empresa, ser sustentada pelo tesouro do Estado. Neste caminho, então, nós fechamos empresas públicas, como a EMOPAR, que era uma empresa pública que virou uma autarquia, a PARANATUR, enfim, a nossa visão, neste setor de 36 mil funcionários é a de que há que haver um acompanhamento do desempenho da empresa, se explora uma atividade econômica e é rentável, isso pode ser visto pelo acompanhamento de cada secretaria e não como o Estado, há desde há muito vem fazendo e também neste Governo, interferindo de forma a causar dificuldades à gestão empresarial, controlando e impe - dindo contratações, controlando o número de funcionários, o que tira das empresas a possibilidade da mobilidade,de uma maior liberdade gerencial. Isto precisa ser controlado por cada uma das empresas vinculadas, das secretarias a que se vinculam estas empresas e pela Secretaria da Fazenda. Então, isto está tomando mais corpo, já, no Estado, e o Estado se volta para este tipo de controle que colocou bem aqui o representante do DIEESE, que precisa, nesta elaboração da Constituição do Estado, a Assembléia ter mecanismos, criar mecanismos de acompanhamento da administração indireta. Mas, na nossa opinião, com liberdade para que possam agir como tal, como empresas. Ou então, deixe de ser empresa, se não for o caso.

E, por fim, os inativos, 39mil, que o Secretário Hauly já falou das dificuldades do Estado com um número crescente de inativos, mas o tempo foi inexorável à sua passagem. O que a administração pública fez,nesta gestão, foi exigir o cumprimento de um direito do servidor, que é o gozo das férias ...

MÁRIO PEREIRA - ... o direito do servidor que é o gozo das férias. Fora as categorias que têm férias com recesso como os promotores e o recesso escolar que efetivamente gozavam as férias, menos de 20% do restante do funcionalismo gozava as férias. Isto é, as férias não eram anotadas. Sempre havia uma justificativa para que não se gozasse as férias e com isso se contava em dobro para aposentadoria.

Vejam que em 30 anos o servidor tem direito um mês por ano a 30 meses de férias. Não anotadas estas férias e contadas em dobro significa 5 anos a menos e em vez de ficar à disposição do serviço público 35 anos, ficam somente 30 anos.

Além disso a cada 5 anos há 3 meses de licença prêmio. Ou a cada 10 anos 6 meses que é da lei complementar o direito de não gozá-la. E praticamente ninguém goza e conta em dobro para efeito de aposentadoria. Em 10 anos, um ano e meio 6 meses a cada 10 anos. Contado em dobro 3 anos. Então, não é mais nem 35, nem 30 e passa para 27 anos.

E assim esses artifícios vão fazendo com que cada vez mais cedo se aposente o funcionário e menos tempo fique à disposição do serviço público e no alge do vigor físico e intelectual, mas no pleno vigor físico e intelectual a sociedade paga o cidadão para ficar em casa. Pára de trabalhar.

Mas, como além disso, 35 anos é o tempo máximo de trabalho, isso cai para 30, para 25. É fácil de imaginar que às vezes antes de 40 anos nós temos pessoas que por melhor serviço que possam ter prestado ao Estado estão aposentados com o nosso trabalhador pagando a sua inatividade antes dos 40 anos de idade. Isso leva a uma dificuldade crescente ao Tesouro do Estado. Já temos 39 mil inativos.

O que nós fizemos foi exigir garantindo o direito às férias de todos e que todos efetivamente tirem férias.

E se fizermos um gráfico também do crescimento dos inativos vamos ver que houve ~~xxxxxxxxxxxx~~

um pequeno declínio. A curva caiu um pouco, diminuiu o seu ângulo de inclinação somente anotando as férias gozadas. E todos passaram efetivamente a gozar as férias.

Então, esse é o quadro. Por mais que queiramos fugir à análise na época de dificuldades que parece jogar nas costas dos servidores a responsabilidade sobre a dificuldade e não é nunca nem foi e não é a intenção do Governo. Nós não podemos fugir a esta realidade e analisar isso e ver como resolver, porque se o quadro funcional é maior do que a capacidade de pagamento da sociedade é evidente que está havendo uma distorção.

Passamos então a analisar a produtividade do quadro funcional e tiramos um grande esforço para o remanejamento e esbarramos em algumas dificulades da própria cultura do serviço público, faltas de servidores em órgãos públicos é impossível de remanejar. Só podemos remanejar sobras. Mais funcionários do que volume de serviço pode o remanejamento.....

COMISSÂO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

mlm

20/03/89 17,40 hrs. -1

O SR. MÀRIO PEREIRA:-... remanejamento que durante estes doia anos fizemos, a duras penas, não significativo o resultado, porque o funcionalismo, apesar de toda uma pregação de que este remanejamento não seria de forma alguma para demitir, apesar disso o corpo funcional do Estado não acreditou. Agora, quem sabe com a estabilidade conseguida pela Constituição e ao dizermos que qeremos remanejar e isso não significa demissão, possamos ser entendidos.

No serviço Público não houve ainda um caso, conhecido no Estado, brinca-se inclusive que quando houver vai direto para o Guinless Book, de que alguém preocupado com crescimento, ou o servidor, preocupado com o baixo salário dele, com o baixo salário, dissesse que havia sobra de pessoal na divisão, no órgão, no departamento, na seção que ele chefia, não há este caso. E quando ninguém diz que sobra é impossível que um administrador, um Secretário passe, mesmo que queira ser um patrulhador de ponto de seção, ele não consegue se aperceber como o chefe que convive com o volume de sefviço e com seus servidores, no dia a dia, na terefa da administração pública, ele nãotem condições de avaliar se sobra. Se sobra se tivéssemos a possibilidade de verificar onde há sobra de pessoal poderíamos fazer remanejamento, cobrindo as faltas de pessoal, atendendo as demandas de pessoal, sem aumentar o quadro de pesoal do Estado.

Nós desenvolvemos uma metodologia e houve / uma oposição muito grande, levamos um ano estudando o modelo, transformamos isso numa matriz, vendo a correlação entre cargos e tarefas. Em cada seção o serviço público é transformado e codificado em tarefas, a relação entre as tarefas e os cargos e os cargos e as tarefas, isto é a cada tarefa corresponde vários cargos, como por exemplo atender balcão, vários cargos atendem balcão em determinada repartição pública, então em cada tarefa incidem vários cargos, e em cada cargo/ incidem várias tarefas. Com isso nós montamos uma matriz, desenvolvemos um softer, um programinha do computador e através de entrevistas, cal

cular o volume de serviço exitente numa repartição e a produtividade/ média pormcargo e com isso dimensionar corretamente a real necessidade de funcionários cargo por cargo, naquele setor da administração pública, detetando xxxtodas as disfunções e ociosidade ou falta de / pessoal em cada setor.

Muito bem isto foi muito difícil e está sendo muito difícil, este ano quem sabe seja o ano do mutirão de aplica-/ ção deste modelo que precisa ser aprimorado eis que é ainda uma inovação no serviço público. Porque ao demonstrar, e isto o servidor já percebeu que há num setor sobra de pessoal esta evidencia oportunizaria a demissão, então não é interessante para a cultura do serviço público / que se detecte que num setor sobra gente, tanto que o normal é permanentemente nós termos processos solicitando contratação de todas as áreas do serviço público.

Acredito que em 89 nós possamos continuar na política de segurar, sem demitir mas ocupando as faltas de pessoal,via remanejamento, com XXXXXmais sucesso.

A Nova Constituição além de exigir concurso público e há na sociedade, de um modo geral uma visão um pouco ...

O SR. MÁRIO PEREIRA - ... uma visão um pouco distorcida de que o crescimento da estrutura estatal, em termos de pessoal é em função da não exigência de concurso.

Ora, o concurso é uma forma de admissão de funcionários que não definem a necessidade ou não de funcionários. É preciso saber dimensionar a necessidade e aí, dando oportunidades iguais a todos, fazer através de concurso essa admissão. Mas o concurso por si só não impede que o Estado inche, que se contrate aonde não há necessidade de servidores. A Constituição, além do concurso público e ela contém ainda muitos pontos de interpretações as mais variadas, por exemplo: A Constituição que dá autonomia ao Poder Judiciário para enviar Mensagens a Assembléia Legislativa, sobre os vencimentos dos Membros do Poder Judiciário, e ao mesmo tempo a Constituição fala que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão superiores aos pagos pelo Executivo.

Ora, imagine uma situação desse tipo em que o Executivo propõe e aí o Judiciário propõe diferente, e o Executivo tem que aumentar porque ele propôs mais e se aumentar demais o Judiciário propõe a equiparação. Quer dizer, a liberdade da iniciativa da proposta com relação a salário de Poderes diferentes, a Constituição diz que os salários não podem ser diferentes e todos os Estados estão tendo dificuldades nisso.

A Constituição fala que os salários,não poderá haver diferença entre os servidores civis e militares, de aumento. Ora, o constituinte ao colocar isto imaginam alguns constitucionalistas, que teve como intenção evitar o que ocorre e ocorreu principalmente no período autoritário, de que o servidor público militar tivesse aumento superior ao do servidor público civil.

Mas eu colocaria isto que não pode haver diferença entre os servidores públicos e militares, alguns acham que ele não impediu a diferença entre os servidores civis, como por exemplo acabou de ocorrer no Paraná, com a proposta hoje do Poder Judiciário.

Ora, mas se não pode haver diferença entre o civil e o militar, entendo eu que não pode haver entre o civil, porque qual o segmento do funcionalismo público civil é que vai se comparar com o militar se entr os segmentos do funcionalismo civil se aplicam percentuais diferentes.

Então há muita dúvida ainda. Há evidentemente, foi feita uma nova composição mas o País já existia. É impossível, de imediato haver uma adaptação ao que diz a Constituição em seus diversos artigos, como no 37 e no 39 . - (Lê artigo 39)

Isso significa dizer.....

O SR. MÁRIO PEREIRA... fundações e planos de carreira: Nos planos de carreira, quem sabe aí esteja uma possibilidade, além de que é mais importante, de dar mais dignidade à função Pública, pois se o Estado é um prestador de serviço, a gente desta prestação é o servidor Público; dar perspectiva ao / servidor Público com a carreira bem estruturada, além disso criar insentivos para que o servidor permaneça no serviço Público após os 35 anos de trabalho. Nós podemos ter uma carreira aberta no / final, em que o servidor que após completar 35 anos, se por acaso tiver chegado ao final de sua carreira, permanecendo no serviço Público, ele tem de forma aberta, progressões horizontais ou aumentos salariais por mérito, por tempo, após completar os 35 / anos de serviço, com isso também quem sabe nós possamos atingir o crescente número de inativos que está levando uma situação de grande dificuldade para o Estado, pela idade em que o servidor se aposenta. Então, esta é a tarefa agora que a Secretaria da / Administração está envolvida desde dezembro, numa comissão de estudo, levantando toda a legislação, o Secretário Hauly, levantou senhor Presidente que haviam 101 códigos, aliás são mais, são 184 códigos diferentes de vantagens remuneratórias na estrutura da remuneração do Servidor Público. Nós achamos que a Constituição Estadual poderia por um freio nisto. Hoje, se alguém pegar as tabelas aprovadas aqui na Assembléia sobre vencimentos no serviço Público e for comparar vencimentos, tem uma idéia totalmente distorcida sobre a remuneração ou o total que ganha cada um do servidor Público; tal são, para usar a mesma palavra que o / Hauly usou: " Os Penduricários existentes na remuneração". Nós poderíamos e estamos estudando isto lá na Secretaria de Educação, sugerir que a estrutura seja o vencimento da remuneração, seja o vencimento, os adicionais por tempo de serviço, adicionais no caso de periculosidade, insalubridade e mais, no máximo mais uma outra vantagem que não pudesse ser superior a 20% do total da remuneração, as vantagens já com direito, ou seja, que já te-/

O SR. MÁRIO PEREIRA... que já tenham adquirido sobre essas vantagens, poderiam ser incorporadas aos vencimentos, mas que fossem vedadas pela Constituição, porque isso tem sido forma de distorcer a Política salarial que o Estado sempre, pelo menos sempre tenta colocar em prática, dando vantagens em datas diferentes a isso ou aquele segmento do funcionalismo, o que provoca uma reação de cadeia, inventando-se uma nova vantagem para o segmento que não obteve aquela e chegamos ao cúmulo de termos hoje 184 códigos de vantagens, todos eles legais hoje na estrutura da remuneração do Servidor Público.

Nós queremos no plano de carreira introduzir o mérito, hoje, na verdade alguns segmentos obtêm promoções, outros não obtêm, alguns são automáticos, outros não são, dependem da vontade da situação do tesouro do Estado, levando isso à injustiça junto ao quadro funcional. Os critérios são os mais diversos...

20/03/89 EZ -1- 17:55

O SR. MÀRIO PEREIRA-...os que querem são os mais diversos , mas, há que se incorporar a promoção, o critério do mérito .E não é possível acontecer o que acontece hoje; como acontece hoje, que algumas carreiras, em 8 anos de atividades, Sr. Presidente, atinge-se ao ponto máximo da carreira , sem / nenhuma perspectiva dali para a frente ;tempo de promoção este incorpado,para encobrir a dificuldade salarial.

Não se dá aumento, mas, se dimimui os interstícios de uma promoção para outra é desta forma . A despesa do Tesouro / é a mesma ;não se tem uma política salarial de forma clara, e se tira a perspectiva de se crescimento do servidor ,que chegou ao fim, com apenas oito anos de serviço, tendo ele que ficar no serviço com 30 ou 35 anos; o quê o desestimula, o que faz cair a qualidade do serviço público .

Então, é muito importante a discussão agora, e nós estamos levantando toda a Legislação, já levantamos , consolidando, e que, não temos a condição ainda deste trabalho preliminar, mas, já conversamos com o Sindicato dos Servidores, e vamos solicitar a participação deles, a discussão dos planos de carreira,para que haja um tempo mínimo ; e no mínimo se leve um determinado nº de anos para chegar ao final da carreira. E, que aquele/ que não tiver mérito ,nem aos 35 anos, de atividade , chegue até o seu final; ao final da carreira.

Então, são os desafios que todos os Estados, Municípios e a União estão enfrentando;que é o regime único e plano de carreira. Nós tínhamos uma idéia inicial de fazer um único quadro, para que haja uma isonomia salarial . No início do Governo acabamos desistindo da idéia , em função das modificações que viriam na Nova Constituição. Aquela idéia inicial , e que retomamos agora, é a busca da isonomia, em função dos -n- quadros que / de pessoal, existente no Estado;com remunerações as mais diversas , para os mesmos cargos.

A isonomia só é possível pelo maior salário, e isso o Tesouro não suporta. Uma idéia que estamos retomando agora, é de um quadro que se imporá através dos anos, mantendo os quadros atuais , estruturados em carreira , para concluir a contribuição , digo, A Constituição; mas, todos os servidores,que daqui para a frente forem contrtados , entram no novo quadro.

Aqueles que forem ou, que estiverem abaixo, se incorporarão, os que tiverem acima , ficarão nos seus quadros , que / tenderão todos eles a zero, com o passar dos anos.

Então, esta visão que eu poderia colocar aqui sob o prisma de recursos humanos .

Resumindo para encerrar: efetivamente, não pode ser dado ao servidor a culpa pelas dificuldades do Estado. Mas, por outro lado, nós temos, com coragem analisar o gigantismo / do Estado sob pena de continuarmos investindo em recursos que não são nossos, e que temos que pagar;recursos emprestados de terceiros ou de agentes financeiros nacionais ou internacionais.

Este é um trabalho que precisa o setor público se engajar , o serviço público se engajar, sem medo .Sem medo, e, mudando com o tempo a sua cultura .Não faz mal ao colega aquele / que aponta o excesso ou sobra de funcionários no setor , e / que permita o remanejamento .Ele está trabalhando no sentido de ajudar aquele que é remanejado ;porque impedir o crescimento da máquina sem diminuir a prestação do serviço público significa buscar uma melhor ~~profundidade~~ produtividade no serviço público. Racionalizando, modificando estruturas que, quem sabe, não tivemos oportunidade de fazer a reforma ideal ;mas, quando se busca um ideal acaba-se perdendo no caminho dessa busca.

Estamos fazendo o que é possível , dentro da limitação, que temos de tempo. Quando quer se buscar um ideal, acaba-se nada conseguindo ;e aliás, é argumento de quem não quer que

que mude, que não se faça por etapas. Se faça enquanto se fizer, somente fazendo ideal. Mas, é preciso que nós tenhamos coragem de enfrentar a situação .

Para se ter uma idéia, 20% da folha de pagamente, que hoje é 63 bilhões de cruzados...

O SENHOR MÁRIO PEREIRA - ... Sessenta e três bilhões de cruzados faz, por exemplo a Ferrovia da Produção sem pedir dinheiro para organismo financeiro, seja nacional ou internacional, e país nenhum. Sessenta e três milhões de dólares por mês, no câmbio oficial, 20% seriam treze. Em quatro anos de Governo, pelos quarenta e oito teríamos quase seiscentos milhões de dólares.

A Ferrovia da Produção, que há tantos anos buscamos com receio de ver inviabilizada a nossa agricultura mais punjante do que a do Oeste do Paraná, através do Cerrado brasileiro que já tem ferrovia, custa menos de quatrocentos milhões de dólares. E o Governo Federal não tem recursos, o Governo dos Estados não têm, os organismos federais por enquanto não confiam no Brasil e não emprestam e a Ferrovia continua no discurso dos sonhos. Agora, caminhando de certa forma mas, ainda com dificuldades para se viabilizar.

Portanto, não é por culpa do funcionário, mas, assim como temos que ter coragem de enfrentar o discurso de que Educação é investimento, olhando de que forma estão sendo aplicados os recursos, para que não se torne simples gastos, nós temos também que ter a coragem de ver que não é possível sair do Serviço Público tão cedo, que não é possível ter gente que a sociedade paga desnecessariamente num setor, enquanto em outro falta. Nós temos que buscar com o próprio corpo funcional a melhoria da nossa produtividade, para que possamos também com, recursos da sociedade, trabalhar no sentido do seu desenvolvimento.

Senhor Presidente, não sei se atingi o objetivo. O que nós falamos aqui foi uma visão tão somente no aspecto dos recursos humanos.

Era o que eu queria colocar, Senhor Presidente.

Presidente.

(PALMAS)

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Em nome do Poder Constituinte Estadual nós agradecemos a sua intervenção, Secretário Mário Pereira, baseada toda ela no texto da Constituição Federal. E, nós temos certeza, saberá esta Comissão aproveitá-la dosando as suas ponderações, com as ponderações do Secretário da Fazenda, com as ponderações da Soceidade Civil, no sentido de que o Paraná tenha uma máquina administrativa moderna e eficaz.

O Senhor Deputado Pedro Tonelli queria fazer uma indagação a S. Exa.

O SENHOR PEDRO TONELLI - Senhor Secretário, Senhor Presidente, demais Parlamentares que compõem esta Comissão, demais presentes.

Eu acho que neste painel de hoje nós estamos tratando com peças importantes, pois nós estamos preparando para entrarmos em outro processo constituinte. Na semana que vem teremos a tarefa de elaborar o AnteProjeto, o esqueleto inicial da Constituição. Eu acho que é muito oportuno que se trate desta questão que o Secretário expôs muito bem, a questão da administração pública e, especificamente, dos recursos humanos, que, aliás, é uma preocupação fundamental neste momento.

Eu queria chamar a atenção para dois aspectos, os dois que são ligados ao tema, eu queria chamar a atenção porque existe uma política ideológica nacional tentanto colocar nas folhas do pagamento e no pessoal a culpa pela crise, a crise brasileira, a crise internacional e a crise paranaense também. Então, a gente está muito atendo no Poder Legislativo, ultimamente a gente percebeu

percebeu todos os pronunciamentos do Senhor Governador, dos seus Secretários, eles estão acompanhando um pouco esta linha de raciocínio nacional que existe...

O SR. PEDRO TONELLI - ... que existe que deva condenar o serviço público para abrir campo para os setores produtivos que o Estado ainda tem poder de prestar esse serviço que sejam privatizados para que empresas possam ter lucros em cima dos recursos públicos. Então eu quero observar isso, porque a gente menciona muito a Folha de Pagamento, nos nossos comparativos e tal e a gente não menciona os recursos que não são são via Folha de Pagamento, que as administrações públicas elas consomem, então quero fazer esse paralelo porque eu tenho duas indagações que são mais ou menos as duas nesse memso sentido.

1º. Uma constatação de conhecimento público de 70 para 87 o PIB cresceu 205% o ICM 97% essa é uma constatação. O Secretário disse aqui que essa diferença é devido a questão dos micro empresários e a isenção das exportações, não sei se é efetivamente isso, nós temos que nos questionar mais, a gente vê ai os acordos, as dilações de prazos para os frigoríficos, as isenções, as negociatas, os lobbys, a gente percebe e aí nós questionadmos a política de arrecadação do ICM e que nós temos então uma indagação que nós gostaríamos de fazer ao Secretário, para ele dizer o que ele pensa, porque faz parte da área dele também, se não tem finanças não pode pensar em recursos humanos e administração pública.

Por que que os comparativos, Sr. Secretário sempre se faz entre folha de pagamento e ICM se o ICM é facilmente sonegado, anistiado, isento e muitas vezes não fiscalizado, então essa indagação é uma preocupação que eu tenho, porque as vezes é um argumento numérico e fisiológico que desvia a questão principal da administração pública.

Outra indagação, dados da Receita Estadual, o PIB cresceu 7.85 vezes de 87 para 88, o ICM cresceu 6.64, o pessoal da administração direta, os gatos da administração direta cresceu 6.52, os encargos da dívida foram os que mais cresceram 8.17. De 70 para 87, um demonstrativo mais amplo, não é de um ano para outro o PIB cresceu 205, o ICM 97, o pessoal da administração direta cresceu 62% e os encargos da dívida aumentaram 8.613%, como é que se sustenta a postura que o Governo vem sustentando periodicamente, que ele não está atirando a crise em cima do funcionalismo, em cima das folhas de pagamento.

Então são as duas questões que eu gostaria de ver a manifestação do secretário.

O SR, MARIO PEREIRA - Eu aproveito até esta pergunta para colocar uma

questão que deveria ter colocado anteriormente, que eu acho que é muito oportuna para que a Constituição Estadual possa analisar isto antes de chegar a pergunta que é a seguinte:

A estrutura do Estado, hoje é a mesma de 30 anos atrás. Há 30 anos o DER precisava ir recuperar um estrada em Londrina porque aquela Prefeitura dava os seus primeiros passos. A Secretaria de Educação precisva montar uma escola em Londrina, mandar os professores porque lá ainda se derrubava mata 40 anos atrás como em Cascavel também, hoje a estrutura administrativa da Prefeitura de Londrina e de Cascavel, é quem sabe melhor aparelhada de algumas capitais de Estados Pequenos do Nordeste e nós continuamos com esse paralelismo . O Estado presta assistência na área rural de forma centralizada, não busca descentralização e há toda uma pressão para que isso não ocorra, evitando até uma análise mais aprofundada da questão. Há uma pressão tremenda também para que não se analise a descentralização ou a municipalização de serviços como a educação, do ensino ...

O SR. MÁRIO PEREIRA:- ...como a educação, o ensino. Hoje a Prefeitura de Cur itiba, por exemplo, mantém escolas de primeiro grau, muitos dizem que são de melhor qualida de que o Estado e o Estado quase que numa concorrência mantém toda uma estrutura de apoio as suas escolas de primeiro grau. Isto eu acho um ponto importante que a Constituição Estadual deveria analisar que é essa centralização de serviço em Curitiba, do Paraná antigo, que quan do chegou lá os primeiros, os pioneiros do sudoeste, da sua região , Deputado, e da minha lá no oeste ou o Estado mandava montar uma escola ou aqueles pioneiros não tinham para onde mandar os seus filhos. Hoje aquele município tem estrutura e o Estado continua com a mesma postura. Existe, portanto, um paralelismo no mínimo nas estruturas de apoio. Milhares e milhares de pessoas envolvidas nas áreas administrativas para apoiar atividades, seja ela no setor de ensino, extenção rural e até mesmo de manutenção de estradas. Enfim é a visão do Paraná antigo que assiste até hoje com uma reação muito grande dos setores envolvidos a discussão do problema, quanto mais a medidas que queiram o Estado tomar.

Utiliza-se o ICM como um número, respondendo a sua pergunta, para comparar com folha de pagamento, porque é um imposto próprio do Estado e porque corresponde por volta de 80% da Receita. Tudo que o Estado arrecada é de ICM. Setenta e oito, um número por aí. Por isso é que se compara a folha com o ICM. E é evidente que para manter a máquina do Estado não é sóa a folha. É a folha, tem diárias , tem combustível, comida dos presos, arrumar o pneu do carro da Polícia que furou, combustível, água, luz, telefone, por volta de 15% as despesas de custeio.

Segunda pergunta: se o PIB cresceu mais que o ICM de 7.8 para 6 ponto alguma coisa, colocada por V.Exa., eu tenho a dizer que não acompanho, a Secretaria da Administração NÃO faz um acompanhamento neste sentido, mas a Secretaria da Fazenda explica que aumentou e muito as exportações do Paraná, o que não refletiu no aumento da arrecadação do ICM, mas na verdade, a verdade é que na Receita total do Estado, o ICM vem se mantendo com esse percentual de 78 a 80%. E esta comparação que se faz é a comparação que historicamente vem se fazendo. O ICM historicamente vem se mantendo nesse percentual da Receita total e serve como um balizamento das despesas do Estado, visto que o restante é consumido com custeio. Mas como o Estado de 70 para cá continuou investindo, é evidente que dentro de uma estrutura desta a dívida teria que crescer. Estamos investindo dinheiro que não não é o dinheiro que a sociedade repassa.

O SR.PRESIDENTE (Pedro Tonelli):- Como não temos mais nada declaro encerrada...

a presente reunião. Foi muito produtiva. Agradecemos a disponibilidade do Sr. Secretário da Administração, Deputado Mário Pereira, que aqui veio para debater e para expor principalmente uma ~~xxxx~~ peça importante nesse processo contituinte. ~~Eu~~

Eu declaro encerrada e convoco a Comissão para amanhã às 14 horas para um novo painel onde trataremos especificamente da questão da Educação e ligada a isto também a questão da autonomia universitária e a constituinte, onde ouviremos amanhã o Dr. Renê Dotti, professora Isolde Andreatta, professor Sueli Seixas, professora Gilda Polli, um representante ~~da Comissão~~ do Comitê da Educação e a Constituinte e também os Reitores das três Universidades: Londrina, Maringá e Ponta Grossa, bem como o Dr. João Fernando Kravchychyn, representando os docentes das Universidades Estaduais e faculdades isoladas, bem como representantes classistas, os professores que estão aqui: Sérgio Pereira de Souza e José André Trindade. Está encerrada a reunião e até amanhã.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência do Senhor Deputado Constituinte Rafael Greca de Macedo, com a presença dos Senhores Deputados Membros da Comissão, bem como a presença dos Senhores Deputados Raul Lopes e Paulino Dellazeri. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto dos trabalhos da presente Reunião de Audiência, com a pauta relativa à EDUCAÇÃO, com a presença dos seguintes convidados palestristas: Dr. Fernando Ponte de Souza, Magnífico Reitor da Universidade de Maringá; Profª. Dra. Isolda Andreatta, Presidente da Associação dos Professores do Estado do Paraná; Profª. Dra. - Sueli Seixas, Secretária Municipal de Educação; Profª. Dra. Gilda Poli, Secretária de Estado da Educação; Prof. José Vanelli Pinheiro, Presidente da União dos Dirigentes Municipais da Educação; Profs. José Anto Pires Gonçalves e Daniel Cavalli, representantes da Associação das Escolas Católicas; Prof. Mário Sérgio Ferreira de Souza, representante - do Forum de Educação; Profª. Olinda Evangelista e Prof. Odilon Carlos Nunes, representantes do Comitê de Defesa da Escola Pública Gratuita e Universal do Estado do Paraná; Dr. Jorge Bounassar Filho, Magnífico - Reitor da Universidade de Londrina; Dr. João Lubczik, Magnífico Reitor da Universidade de Ponta Grossa; e o Sr. Daniel Domasaki. Todos os pronunciamnetos desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a contribuição prestada pelos Senhores palestristas à Assembléia Constituinte Estadual. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu José Olimpio Sotto Maior Macedo, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que se produza os efeitos legais.-

DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

O SR. PRESIDENTE : (HAROLDO FERREIRA): Em nome da Comissão de ordem Econômica e Social da Constituinte Estadual do Paraná, representando neste momento o Deputado Rafael Grecca que é o Presidente desta Comissão e que por motivos particulares não pôde estar presente na abertura, nós queremos iniciar os trabalhos de hoje nesta Comissão, do Fórum da Educação, com uma programação previamente agendada e dizer que nós temos feitos vários debates, vários painéis e - vários fóruns de debates que têm sido importantes e que têm trazido uma grande contribuição para esta Comissão, com a responsabilidade que nós, constituintes estaduais temos, de estarmos ouvindo vários segmentos organizados da nossa sociedade, para que possamos, ao final dos rabalhos da Constituinte, mas especificamente na promulgação da Constituição do Paraná, termos condição de, através do nosso trabalho e após recebido o apoio de toda a sociedade paranaense, escrevermos o que possa ser de melhor para todos os paranaenses e convicatos desta possibilidade e acima de tudo com esta responsabilidade, é que nós temos seguido o nosso trabalho nesta Comissão.

A programação de hoje. Teremos algumas apresentações. Iniciaremos esta programação com o Dr. Fernando Pontes de Souza, Reitor da Universidade de Maringá, que estava programada a sua participação após as 16 horas, mas em função de compromissos em Maringá , nós abrimos um espaço para que ele faça a sua participação neste momento.

Na sequência, nós teremos a participação da Professora Isolda Andreatta da APP, que falará sobre o tema " Educação e Constituinte".Na sequência, a Professora - Suely Seichas, sa Secretaria de Educação de Curitiba, " Educação e Constituinte", e a Professora Gilda Poli, Secretária de Estado da Educação do Paraná, também sobre o tema " Educação e Constituinte.

Às 16, na sequência, um representante do Comitê da Educação e após, os Reitores das Universidades - Estaduais do Paraná.

Então que quero anunciar a presença neste momento, do Professor Fernando, que fará a sua apresentação para este Fórum. Agradecemos acima de tudo e muito nos fortacelece a participação efetiva dos vários segmentos que compõem a Educação no Paraná, neste momento histórico muito importante para todos nós.

O SR. RAFAEL GRECCA :

O SR. RAFAEL GRECA - ... Quero justificar que o "Forum" tinha ainda a presença do Secretário de Estado da Cultura, Dr. Renê Dotti, que ficou retido em Londrina de onde me telefonou, e por isso ~~fiquei retido~~ me atrasei a este Plenário.

Então o Dr. Renê Doti não virá falar hoje e possivelmente marquemos outro para que ele possa abordar as suas propostas para a Constituinte, não só como Secretário da Cultura mas como um Constitucionalista emérito do Paraná.

Tenho a honra de convidar para tomar assento a mesa, a Serª Gilda Poli.

Tem a palavra o Dr. Fernando Ponte de Souza, Magnífico Reitor da Universidade de Maringá, que vai falar sobre a Autonomia Universitária e a Consituinte numa deferência da Comissão, (interrompendo um pouco) atrasando um pouco o Painel da Educação, em geral, mas é porque o Magnífico Reitor quer retornar à Maringá.

Então, tem o Magnífico Reitor a palavra.

O SR. FERNANDO PONTE DE SOUZA (Reitor Maringá) -

Obrigado Deputado Rafael Greca, demais Deputados que acompanham a Comissão, a todos uma boa tarde.

É com satisfação que a Universidade Maringá se faz presente aqui através da sua reitoria para, neta oportunidade, apresentar em tempo suscinto que nos foi recomendado, alguma posições que são resultados das reflexões, de lutas, de entendimentos, de desentendimentos que configuram a existência das Universidades Estaduais e Faculdades do Paraná que vivem - como no caso do Paraná - uma relação principalizada com o Estado do Paraná. É evidente que esta não é a única fonte das nossas suas relações, das suas receitas, na medida também que exigem relações a nível de municípios e a nível da União. Portanto estão contestualizada a nível de Estado onde a situação é complexa e exige que na Constituição Estadual essas particularidades sejam bem compreendida, pois diferente das instituições apenas municipais ou das instituições federais. Vou procurar exemplificar com algumas referências isto.

Em primeiro lugar, mais com uma mania de sociólogo, é impossível procurar explicar alguma posição sobe a situação das Universidades sem situar resumidamente o seu contexto. É impossível esclarecer a defesa de algumas posições relativas à educação no Estado do Paraná, tanto nos 1º, 2º ou 3º graus sem uma contextualização.

Portanto estamos, num primeiro momento, querendo deixar claro que estamos trabalhando com uma realidade em evolução, em transformação, ou seja, estamos partindo da constatação de

que as coisas já não estão determinadas,prontas, feitas... pelo contrário:o próprio convite que recebemos para aqui estar presente, é para falar do privilégio deste momento histórico.

E nós obrigatoriamente temos que inserir a educação do Estado no Paraná dentro do contexto de necessidades de transformações deste Estado; e espero transformações de conteúdo socialmente abrangente que venha com fundo democrático, com o fundo de democratizar cada vez mais o acesso da população à educação, ao desenvolvimento, à economia deste País como um todo. E, neste aspecto, a educação tem um papel importantíssimo.

E para nós, do Estado do Paraná, isto se ressente na medida em que, especificamente no ensino superior, seja um projeto novo, ou seja, um projeto que se inicia,principalmente há 19 anos atrás você pensar em termos de universidade. Em termos de faculdade é que exitem projetos anteriores.

Um projeto universitário no Paraná, (vozes paralelas) ... é um problema recente. De 19 ou 20 anos atrás.

Portanto temos muito o que fazer com relação a isto.

E esta ambigüidade própria de uma fase inicial destas Instituições, é que de uma certa forma trouxe uma série de problemas que vai ser impossível resumirmos aqui em breve espaço de tempo. Mas é preciso compreender que se existe em outros Estados onde não há o investimento do Estado, do Governo do Estado, por outro lado existem Estados onde o investimento do Governo é muito amplo em termos de sistema de Ensino Superior.

O Estado do Paraná tem esta peculiaridade de possuir sua responsabilidade por grande parte do Ensino Superior, congregando aí suas 4 universidades e faculdades isoladas .....

O SR. FERNANDO PONTE DE SOUZA : ... - 4 Universidades e as faculdades que estão isoladas, além evidentemente das Faculdades Municipais.

Isso significa que: Com o aumento populacional, com o crescimento do Paraná do seu desenvolvimento populacional,econômico, etc... não necessariamente no seu desenvolvimento social, nós configuramos uma população que comparativamente ao Brasil, talves seja a população que menos acesso tem ao sistema de Ensino Superior no Paraná.

Se a média brasileira está em 3,4% ou 4%, no Paraná não chega a metade disso. Ou seja, o Estado do Paraná é um dos Estados que mais exclui a sua população do Sistema Educacional do 3º grau, não tenho dados do 2º grau, mas sei que a situação não é muito boa, comparando relativamente com o 1º e 2º grau.

Entretanto, esta comparação relativa do Paraná a outros Estados, é muito próprio da sua história recente, com relação ao Ensino Superior,

Isso significa que somente agora, no ano de 88, dar um dado concreto, é que o Estado Paraná, consegiu assumir o Orçamento dessas Universidades, até então, assumia apenas a folha e não integralmente porque vários dos seus encargos não eram assumidos pelo Estado, IAPAS, PASEP etc.. portanto, eram os alunos que custeavam as despesas a vida do Universitário.

Evidente que portanto, foi possível a essas Universidades acompanhar as demandas cada vez mais crescentes relativos ao Ensino Superior no sentido global, ensino, pesquisa, inspeção, compromisso social, e outras demandas que podem ser amplamente discutidas.

Portanto, o primeiro aspecto que se coloca como ponto fundamental, é aquele que já foi definido na Constituição Brasileira, como fruto de lutas e esforços nos movimentos sociais e que tem que ser reiterados na Constituição Estadual, obrigatóriamente. Ou seja, o Ensino Superior Público, é obrigação do Estado e um direito do Cidadão, isso é inalienável em qualquer País, civilizado, tem que ser resolvido.

O SR. FERNANDO PONTE DE SOUZA : - Portanto isso se coloca no texto da Constituição Brasileira, portanto obrigatoriamente, deve ser colocado sem retrocesso na Constituição Estadual.

Confirmando portanto, algo que ao longo de muitas lutas, começa a ser colocado no Paraná, na medida que o Estado começa a assumir o Orçamento quase que inteiro das Universidades, quase que inteiro, porque existe contra fontes das Agências de Financiamento de Pesquisa, bolsas de Estudos.

Então esse é o primeiro ponto que a Constituição Brasileira define, que poderá ser ponto de partida fundamental (inaudível)

Isso se coloca porque, hoje se cobra muito das Universidades a Produção Científica, Produção Tecnológica etc..

É imaginável uma efetiva produção dessas Instituições na sua integração do primeiro e segundo grau ... se não for estas Instituições assumidas enquanto efetivamente o Poder Público, ou seja aquela ambiguidade do seu Regime Jurídico vigente ainda como Fundação, que ora é privada, ora é pública dependendo da causa em Juízo, em análise nessa instância ela é entendida pelos fatos incumbidos ou (inaudível).

Então 2º aspecto, que é preciso definir para que as Universidades Paranaenses possam portanto, ter o seu desenlace fundamental, é preciso ter um Regime Jurídico ideal que então seja definido nessa oportunidade. Ou seja, se um tempo atrás elas foram definidas como Fundações, com a soberania de uma Empresa privada, talves compreendam elas se auto-financiasem pelo pagamento dos alunos, já não é mais esta situação definida pela nova Constituição, pela Constituição vigente, portanto não deve ser mais a definição a consagrar a Constituição Estadual, ou seja, a opção que a população brasileira fez através dos seus representantes e que deve estar confirmada na Constituição Estadual é um Regime Jurídico que estende essa opção pelo regime público das Universidades Paranaenses, e acabar com esta confusão isto deve estar no seu civismo, mas não na responsabilidade, na sua obrigação no seu dever ...

O SR. FERNANDO P. DE SOUZA: ... e na sua obrigação e no seu dever com relação ao direito de cidadania de ter acesso ao ensino superior. Por isso, o regime jurídico que tem as qualidades da fundação tem as qualidades da autarquia, para que possibilite o que também a Constituição Federal Brasileira já definiu, que é a autonomia, que também foi objeto de muita polêmica, inclusive aqui na Assembléia do Estado do Paraná, por conta dealguns projetos que vieram para cá. E apenas para relembrar, eu vou ler o artigo 207 da Constituição Federal. (Lê artigo 207 da Constituição Federal).

Portanto, este artigo também não pode ser violado. Daí a necessidade de, a nível de assembléia constituinte estadual, de se definir um novo regime jurídico para as universidades estaduais e paranaenses. Um novo regime jurídico que lhe dê a obrigatoriedade e a responsabilidade de uma instituição pública, como definida pela gravidade, pela responsabilidade do Estado no seu financiamento, junto com outras fontes de financiamento e ao mesmo tempo lhe dê autonomia, liberdade, liberdade e criatividade de ser uma instituição pública voltada para os interesses do povo. Portanto, sem atrelamentos a partidos políticos, a grupos econômicos. Isto é imprescindível. É impossível se admitir a história e a evolução de uma instituição submetida às passagens conjunturais do governo, a instituição educacional, como um todo, 1º, 2º e 3º graus é uma das mais expressivas conquistas da nossa civilização. E não pode ser violada por interesses conjunturais. E quando se faz uma constituição e se quer algi representativo do povo é preciso zelar no 1º, 2º e 3º graus, a educação como um todo que de fato reflita esta aspiração autônoma, merecida do povo brasileiro e não como instrumentos ou aparelhos desta ou daquela instância de governo, deste ou daquele partido político, deste ou daquele grupo, interno ou externo a estas instituições. A sua autonomia não é soberania. É fundamental para sua responsabilidade para com a sociedade e portanto a sua prestação de contas dentro dos organismos vigentes, dentro das leis vigentes. Então, existe um Tribunal de Contas, existe fiscalização, existem conselhos de curadores

com participação, inclusive, de expressoẽs democráticas de fora das universidades, que podem fazem parte dos conselhos deliberativos e fiscalizadores de uma instituição. Agora, não pode ser instrumento parcial, porque se a universidade não tiver a sua autonomia, ela deixa de ser um projeto para a sociedade para ser um projeto parcial a um grupo. E isto, portanto, não se trata de uma questão de poesia ou de soberania. Trata-se de resgatar aquilo que no século passado Rui Barbosa já colocava: que a educação é um projeto para a sociedade.

Portanto, este é um segundo aspecto que está definido na Constituição Brasileira e que nós conclamamos que também seja seja repetido, reiterada, na Constituição Estadual. Não precisa ser muito extens o com relação a isso. Basta obedecer a constituição, na autonomia. Vamos respeitar a educação brasileira nos termos das necessidades do povo brasileiro.

Um outro aspecto que também está colocado na Constituição Brasileira e que poderão ser explorados na Constituição Estadual já foi lido,neste artigo. As metas e as necessidades de desenvolvimento do Estado do Paraná , se não houver um investimento de pesquisa, portanto,a alimentar e retroalimentar a nossa atividade educacional e tecnológico como um todo, nós nunca chegaremos a alcançar os patamares que são colocados, aí, hoje, com necessidades para o desenvolvimento do Estado. Quer dizer, o Paraná é hoje uma sangria muito grande de recursos, a riqueza de produtos, porque são recursos que fazem "royalt's", que fazem tecnologias altíssimas para outros Estados e para outros países. Quer na forma de pacotes tecnológicos e produtos, quer na forma de mão de obra, de massa crítica existente a níveis muito insuficientes para o que o Estado precisa. Agora, nós nunca vamos alcançar estas metas de desenvolvimento tanto no sentido econômico como social, isto é imprescindível, se não tivermos a pesquisa a alimentar o Estado do Paraná É imprescindível, portanto, que as propostas que a comunidade científic a nível mundial, a nível nacional e a nível estadual também se colocam, sejam respeitados os investimentos nas instituiçoẽs de pesquisa e nas

universidades, para que elas possam não só desenvolver projetos comprometidos com a sociedade, com autonomia, inclusive, mas que possam ter, também, em termos de capacitação docente e capacitação de pesquisadores em números que nós precisamos.

Apenas para vocês terem uma idéia,para exemplificar, pois o nosso tempo é curto, então eu estou vendo alguns dados aleatório por exemplo ...

mlm

21/03/89 15,00 hrs.

O SR. FERNADO P. DE SOUZA:-...alguns dados aleatórios, por exemplo, no Estado do Paraná, nas estaduais, nós/ temos mais ou menos 4.524 professores, boa parte deles estão à disposição de Secretarias ou estaduais ou Municipais, etc. Apenas 208 / destes 4.524 são doutores. Como vamos implemetar no Estado do Paraná o desenvolvimento de cursos de pós-graduação, necessários para/ o desenvolvimento da pesquisa e portanto da ciência e da tecnologia que a própria burguesia industrial exige, com 208 doutores? Isso / não chega ao número do ITA de Campinas, A Universidade do Rio Grande do Sul, sozinha tem 300 e poucos doutores.

O Estado do Paraná a nível de titulação / de seus docentes e a nível também de 1º e 2º grau é um dos Estados que apresenta uma das mais baixas qulificações, comparando relativamente. Isso são dados fáceis de encontrar, nas Secretarias pertinentes. Então é imprescindível portanto que haja um investimento de / pesquisa e de capacitação e não entender Universidade apenas na sua modalidade de ensino, porque o que foi definido na Constituição Federal é quedeve haver indissociabilidade entre ensino e pesquisa para/ que esta Instituição realize efetivamente o seu compromisso com o / desenvolvimento de seu País, de seu Estado, de sua região.

E, sem capacitação de equipamento, de intalação, etc, e sem capcitação humana, isso é impossível.

Como dizia o ex-Reitor de Campinas, na época que ele administrava Campinas, me parece o Instituto dos Cegos ele imaginava três prioridades:- "investir em cegos, investir em / cegos, investir em cegos. No Paraná ainda se faz muito pouco isso,/ os livre-docentes que nós temos, doutorados e os livre-docentes que nós temos com Bolsas, para fazer pós-graduação é muito pouco, isso em termos de 3º grau. Isso a Secretária pode nos confirmar depois, me parece que nós temos um número mínimo em face da demanda do 2º / grau.

Portanto esse é outro elemento que nós consideramos imprescidível, ou seja, ao assumir a orçamentação de nossas Universidades, que agora exige, dentro do Governo do Estado do Paraná,e portanto, consubstanciando o que está na Constituição Federal, é / preciso para fazer valer esta autonomia, dentro do terreno jurídico apropriado o orçamento global, para que as Universidades tenham não só condições de pagar a sua despesa, a sua manutenção normal, mas é preciso ter uma taxa mínima de expansão, para que ela possa melhor/ pós-graduar seus mestres, melhor titular e assim melhor alimentar,/ em termos de qualidade os outros níveis XXXXXXXXXXX aplicacionais.

As exigências que se faz de, por exemplo, industrialização do Paraná, como parte do Brasil, serão inantingíveis com / este tipo de empobrecimento porque passam os nossos docentes.

O outro aspecto que nós consideramos relevante também é que esta autonomia, esse regime jurídico, precisa ser bem gerido, bem administrado, isso não está previstoXX na Constituição, em termos especificados, mas na Constituição Estadual, através da Emenda 20, do ex-Deputado Márcio Almeida, aprovou-se a eleição quase / que direta dos REitores das Universidades, não atingindo ainda, me/ parece,o grau de proposta que foi aprovado em relação aos diretores de escolas de 2º grau. Então é preciso que isso não fique como resíduo de uma conjuntura desse ou daquele Governo. É imprescindível que a comunidade universitária, XXXXXX adulta, na escolha de seus dirigentes, tenha, a nível interno da instituição encerrado o processo de escolha de seus dirigentes. E vocês nunca tiveram crescimento regional de compromisso social das instituições universitárias paranaenses, todas elas, as estaduais, não exclue nenhuma delas com o / compromisso da sua região, com a população da sua região,Norte, Noroeste, região metropolitana, etc., após reitorias eleitas pela sua comunidade, porque se sentiram muito mais comprometidas com as exigências de seu cotejo e muito menos comprometidas com este ou aquele padrinho político...

O SR. FERNANDO P. DE SOUZA - ... e muito menos comprometidas com este ou com aquele padrinho político que o elegeu naquela Reitoria. Existem várias críticas nas eleições diretas na Reitoria. Existem limitações. Mecanismos podem ser aperfeiçoados, mas muito mais críticas devem existir com relação aos mecanismos nefastos que fazem colocar, a nível federal e nós recordamos isso bastante, com o avanço democrático do país, com os golpes que foram dados nas Universidades. E a nível de segundo e terceiro gráus, é importante que os dirigentes dessas instituições educacionais sejam efetivamente eleitos pela sua comunidade e encerrava aí o processo, apenas o Governador fazendo a sua nomeação para preservar a sua legalidade e a sua norma tenha sido feita de maneira eficaz.

Quer dizer, outro aspecto que também a Constituição Federal pode ajudar muito a administração paranaense, principalmente as universidades que tiverem qualquer programação de extensão junto a outras esferas da sociedade, não só a esfera educacional, 1º e 2º gráus, é que no capítulo da tributação nós tivemos a seguinte redação no seu artigo 157: (Lê artigo 157).

Ou seja, se nós retermos na Universidade Estadual de Maringá o que nós dávamos para a União, em termos de imposto retido, equivale a todo o nosso Orçamento excluindo a parte de pessoal. Portanto, como recurso constitucional, um recurso que seja feito no estado ou no município, dependendo da instituição, nós temos aí uma taxa, que eu tinha falado há pouco, que possibilita a expansão dessas instituições, basta que esse recurso que se origina na própria Instituição, não volte ao miolo central do governo do Estado para ser administrado por outras áreas, talvez sociais, carentes, mas sim talvez áreas também que possam não ser muito bem aplicadas. Porque a cada governo é uma proposta orçamentária e então é imprescíndível que esse recurso que se origina nas próprias Instituições universitárias e outras Fundações, no caso das Universidades Paranaenses, Estaduais, sejam retidos e que fiquem na própria Instituição por ser uma margem mínima que elas terão de expansão para atender esta grande demanda relativa ao ensino superior que nas Universidades do Paraná não conseguimos ainda atender.

Então, como último aspecto, lembraria que nas exposições transitórias e este vai ser também um grande desafio para o 1º e 2º gráu não só para as Universidades, mas inclui um fator importantíssimo para as universidades e a necessidade de um entrosamento com os outros setores de ensino, é que o artigo 60 da Constituinte, da Constituição, fala o seguinte: (Lê artigo 60).

Tem sido discutido essa questão dos 50% para o analfabetismo, mas o que eu quero chamar a atenção é o § único que veio após esse artigo, ou seja: (Lê§ único)

Por isso a defesa de autonomia dessas instituições, de autonomia orçamentária, da necessidade dessa taxa ficar na instituição de origem, porque a partir do plano global de cada discussão pe´possível ir se planejando, com metas consequentes, devidamente analisadas, constitucionalizadas e não com pressões políticas deste ou daquele deputado, ou desse ou daquele prefeito, esta descentralização. A Universidade Estadual de Maringá, por exemplo, hoje ela está em Cianorte, em campo experimental de pesquisa, em cidade gaúcha e também em Porto Rico e não necessariament em extensão desse curso de graduação.

As lideranças da cidade terminam verificando que a Universidade não sendo só um ensino de graduação, sendotambém pós-graduação, sendo a pesquisa, pode ter a sua presença descentralizada na sua região como fator de desenvolvimento através de outros projetos e não apenas o ensino de graduação aonde é a maior presença, quer dizer, pressão. Quer dizer, passou-se a época que o jeito era requisitar uma fonte luminosa para a cidade. Hoje muitas cidades têm a Universidade lá presente, curso superior, etc., para reafirmar de que a demanda que a gente recebe na Universidade é muito grande. Nós estamos traduzindo isso para a demanda na Universidade em projetos de habitação popular, desenvolvimento cultural, de orientação ao pequeno agricultor, aos produtores, aos sem-terras, de orientação aos serviços públicos em termos de saúde, de tecnologia, etc.

E isso estamos conseguindo.....

O SR. FERNANDO P. DE SOUZA ...estamos conseguindo, hoje a Universidade de Maringá e outras Universidades paranaenses já estão conseguindo trabalhar isso, agora, sem a mínima condição de recursos. A nossa intenção portanto, é de que a Constituição do Estado do Paraná repita esta obrigatoriedade que esteja na Constituição Federal, porém, dentro dos parâmetros de autonomia das instituições, obrigando a esta se apresentar para o Estado no seu plano do seu orçamento com o seu plano global de desenvolvimento, devidamente contestalizado e na sua enganação com os outros níveis de ensino. São muitos programas de ensino que podem ser desenvolvidos em conjuntos, sem esta reacionar esta separação ou divisão entre o 1º, 2º e o 3º grau. Algumas Universidades paranaenses, onde se inclui a nossa tem excelentes programas de atuação / conjunta com os colegas de 1º e 2º grau que tem dado excelentes / resultados, entretanto, são iniciativas isoladas; nós estamos precisando é de um plano à nível institucional mais amplo para que tenha efeito, porque iniciativas isoladas têm efeitos muito pequenos que não consequência social maior. Portanto, é um aspecto que nós entendemos também importante, porque são exigências que estão se / colocando hoje em termos de cobranças para as Universidades e cobranças até à nível da Constituição, isso vai na acontecer na As-/ sembléia estadual, porque as demandas dos líderes, dos Deputados ~~é muito grande~~ que representam os assuntos de regiões é muito grande em termos de expansão do ensino superior, esta demanda é real, não é uma demanda falsa, meramente Política, existe, pode ser que a escolha da superioridade seja Política, mas a demanda é real. / Portanto, é preciso que a Constituição estadual consiga prever que esses 10 anos sejam de uma maneira equilibrada, para isso se instrumentalizar as Universidades, instrumentalizar as Universidades através desses recursos que eu sugeri, através desses mecanismos, que o último deles possa ser a exigência de cada Universidade se / apresentar à sociedade, ver a sociedade civil com o seu plano global. Agora, impreterivelmente, nas disposições, nos capítulos in-/

O SR. FERNANDO P. DE SOUZA... capítulos introdutórios, é imprescindível que essas Universidades se apresentem comprometidas com a nossa realidade, ou seja, que essas nós somos um País de 3º mundo, pode até ser que que seja um País altamente industrializado em algumas zonas, mas é um dos Países, socialmente falando, um dos mais pobres, onde mais se acumula pobreza neste munto. Portanto, é imprescindível que uma Universidade, que um ensino de 1º e 2º tenham nas disposições introdutórias que regem rezam os pricípios constitucionais, os compromissos com os seus povo, tirar esse povo do seu atraso e promover daí obrigatoriamente a democratização da sua economia, do seu desenvolvimento social, da sua justiça e da sua cultura, a Universidade que não se apresentar dessa forma, comprometida com o desenvolvimento democrático, aí sim merece ser crivada pela sociedade civil com relação a sua responsabilidade. Portanto, é possível a Constituição estadual definir para as Universidades também um princípio à questão da solidariedade, à questão da liberdade crítica, à questão da formação integral do homem, a necessidade de uma formação mais integral, mais politécnica, não só relativas ao 3º grau, mas também ao 1º, 2º e 3º grau, ou seja, a educação não é somente, a ~~obrigação~~ educação obrigatoriamente é a educação dos homens. Portanto, esta especificação, entendemos / que deve ficar claro, existem algumas propostas à nível da lei de / diretrizes de base, já colocadas a serem examinadas pelo congresso, que refletem nessa ansiedade da comunidade universitária de termos uma educação voltada à libertação do nosso País e a emancipação do nosso povo. Sem isso vai ser impossível termos condições de avanço nos diversos setores da sociedade.

Por último, para finalizar, vocês / não gostariam que toda essa obra que a gente sonha para a Universidade, seja feito sem algum benefício coperativista. Portanto, tem / que ter um toque, ou seja, os porfessores do 3º grau foram infelizmente na Constituição Federal, excluídos do direito da aposentadoria integral e acho que o Estado Paraná, que já teve esta conquista em outros níveis, bem que poderia, se o 3º grau contempla esse sonho do

O SR. FERNANDO P.DE SOUZA... esse sonho do paranaense, que também os professores do 3º grau não sejam marginalizados nestas necessidades. Muito Obrigado.

21/03/89 EZ -1- 15:15

O SR. DR. FERNANDO PONTE DE SOUZA-...nesta necessidade.

O SR. RAFAEL GRECA- Na seqüência ao agradecer as palavras do Reitor da Universidade de Maringá, eu quero lembrar uma frase que me veio à cabeça enquanto o Reitor falava, que é a seguinte " Aqueles que acham que se gasta demais com a / Educação, é porque desconhecem o preço dos estragos da ignorância".

Nós vamos agora prosseguir o painel , e eu quero agradecer a presença do Deputado Antônio Costenaro, que é / membro desta Comissão; do Deputado Pedro Tonelli, do Deputado Orlando Pessuti, e dos Deputados Raul Lopes e Paulino Delazari, os dois do Partido da Socila Democracia Brasileira, que nos honram com a sua presença.

Muito obrigado Reitor pela sua presença .

Convido para fazer parte da Mesa a professora / Izolde Andreatta , presidente da Associação dos Professores do Paraná, , para dar a visão do professorado Paraná, sobre o Processo Constituinte e a Educação.

A SRA. PROFESSORA IZOLDA ANDREATTA- A nossa satisfação é muito grande em estar aqui, porque a gente já morou / nesta Assembléia para poder falar. Então, hoje a gente está tendo este espaço riquíssimo ;tanto é que do portão até aqui, eu fui recepcionada pelos seguranças da Casa -"oi professora voltou para ficar " ? -Voltei. E ficaremos com muita satisfação mesmo; / porque a gente briga exatamente para que as coisas caminhem para um espaço melhor. Estamos tendo oportunidade de um espaço melhor;melhorar as Leis do nosso Estado. Se lá em Brasília era mais difícil , nós lá estivemos o tempo todo, e aqui dentro da nossa Casa, nós estaríamos junto com os Deputados , também porque eles nos acompanharam durante a greve, e ficaram conosco aqui, o tempo todo, e agora estamos nos/ chamando para assessorá-los neste trabalho.

E nós vamos fazer questão, já temos uma equipe , uma professora aposentada da diretoria, 5 professores, de 4 regiões diferentes , colocados à disposição pela Secretaria de Educação, por bondade da Professora Gilda, eu acredito;e também da APP / com muita insistência, graças a Deus conseguimos os 5 professores.

Eu não sei se a gente não fosse persistir, a gente conseguiria, mas, ela nos falou da pequena oportunidade de o Estado começar a colocar o pessoal à disposição , não é professora Gilda?

Então, nós estamos com 5 professores que vão estar aqui, / nos pés dos nossos Deputados diariamente; a professora Aída, aqui de Curitiba,professora Laurinha, de Pato Branco, professora Betinha, de Foz do Iguaçu, professora Tânia, de Ponta Grossa, professor José Trindade, de Curitiba,e professor Paulo, de Londrina.

Então, vocês vejam que eles estão representando todas as regiões de pólo do Paraná, e vão ficar aqui o tempo todo, para fazer com que as nossas propostas estejam na Redação Final desta Casa.

Felicidades para os Deputados.

Nossa satisfação também de ter sido convidada para este encontro hoje, para que a gente possa ainda reforçar mais uma vez, aquilo que a gente já colocou no papel e protocolou ontem.

A nossa entidade, que virou Sindicato sábado, lá em Londrina ...

A SENHORA IZOLDA ANDREATTA - ... que virou sindicato sábado, lá em Londrina, numa Assembléia, tem força de sindicaro daqui para frente pretendeu entrar nesta Constituinte de três maneiras. ~~XXXX~~ Nós tínhamos um fórum da ~~EXXXX~~ Educação, que tinha como sede o núcleo da defesa em ~~Curitiba,xxxx~~ Curitiba mais encargo da Diretoria Regional de Curitiba da Região Metropolina com discussões as mais diversas possíveis, várias reuniões cansativas e em conjunto com alunos, estudantes de primeiro, segundo e terceiro grau, com outras entidades de professores e com alguns órgãos que algumas categorias tentam ajudar um pouquinho na Educação. Estivemos também no Comitê em Defesa da Escola Pública, junto com a Professora Dativa, outros professores, de órgãos da Secretaria da Educação, do Conselho Estadual do Magistério, do Conselho do Magistério, pessoal de outras associação, me desculpem não me lembrar todas de cabeça, estiveram alguns de fora e de Curitiba também e ainda trazendo o anseio de cada professor de todos os recantos do Paraná. Nós requeremos propostas as mais diversas possíveis e talvez até eu levei um puxão de orelha do Deputado Haroldo um dia, quando ele viu a primeira listagem de proposta de nossa página de Educação, porque era muito corporativista, porque falava de salário. Os professores mandaram para a APP propostas de Leis Orgânicas do Município, da Constituinte Estadual, da Constituição Estadual, Estatuto do Magistério ~~e~~ que nós não podíamos deixar de lado. Então, nós arrolamos todas essas propostas, redigimos, colocamos dentro do possível no espaço que a gente acha que é certo dentro de uma Constituição e protocolamos tudo, ontem aqui. Nós temos agora o trabalho de depois, junto com a Comissão de Ordem Econômica e Social fazer com que as coisas sistematizem dentro do lugar certo.

Mas, o nosso grande problema na Educa-

Educação X talvez seja a valorização do profissional. Nós temos mostrado isso através das greves terríveis que nós feitos aí, a gente acaba sendo conhecidas no Paraná afora, até nos botecos das esquinas, porque a gente vive na televisão, vive no jornal, acaba passando por ruindade, por' guerreira, por briguenta, portanto, estamos fazendo de tudo para que os novos sucessores da Educação tenham um trabalho mais fácil e tenham um sucesso. É como um aluno nas escolas. Nossas escolas não estão como nós queremos' e que parece-me qem está aqui, hoje, a maioria é chefe de núcleo, tem sentido bastante de perto ' o problema da Educação. Então, a valorização, sem dúvida, é ' um ponto inquestionável. Nós temos que valorizar o profissional da Educação, para que a Educação tenha o seu papel prioritário.

A gente espera dessa Constituinte o quê? Já conseguimos espaço para protocolar as propostas. Nós' tentar espaço dentro de todo o tema ao longo da Constituinte e vamos procurar trabalhar aí com os Deputados. Depois que acabar esta Constituinte a luta vai ser maior ainda, fazer com que as leis sejam cumpridas realmente. Porque estamos vendo aí a Constituição Federal aprovada, tem algumas questões aí que não estão sendo cumpridas ainda por questão de verbas, destinação das verbas. Nós sabemos que o problema da escola pública é muito grande, tanto é que nós demos no Comitê demos o nome do nosso conjunto de proposta de Comitê em Defesa da Escola Pública, Gratuita, Universal, porque é bonito colocar no preâmbulo da Constituição que a Educação' é um diretio de todos e que é que vai garantir esse direito? Então, nós queremos que o Estado, realmente, cumpra com o papel, de patrão da escola nesse sentido, de dar direito ao ' acesso e a permanência, porque acesso é mais fácil, a permanência na escola é que é a grande questão. E ainda depois que

depois que ele sai da escola, será que ele está preparado para o mercado de trabalho, será que ele vai encontrar emprego, será que ele vai estar habilitado para aquele mercado? Então, parece que tudo recai nas mãos do professor.

Nós estamos pedindo nessas nossas propostas também que o Estado colabore bastante, que a tarefa da Educação não seja só do professor e da Secretaria da Educação, nas leis e algumas aplicações, mas, realmente seja uma uma tarefa em todos os sentidos, com a destinação de verbas, porque nós não podemos esquecer jamais de falar em dinheiro quando se fala em Educação, porque alguém até reclama "puxa" se dá entrevista só fala em dinheiro do professor, salário do professor. Se nós ganhássemos bem e o salário do professor fosse bom nós poderíamos manter a escola com mais facilidade. Porque é que nós temos que fazer...

A SRA. ISOLDE ANDREATTA:- ... Por que é que nós temos fazer bazar, temos que fazer festa junina, julina, setembrina, de tudo que é jeito, para por parede no lugar, para arrumar o banheiro, para por vidro nas janelas, para colocar um degrau na porta da escola. Então, nós somos os únicos empregados que não temos a nossa empresa e isto pode procurar aí para ver quanto trabalham os diretores de escola, agora com uma gratificação terrível, a professora Gilda já escutou o choro, está escutando todo dia, que além de terrível o que se diz gratificação de diretor de escola e a responsabilidade é enorme. Então, tudo gira em torno do salário, da destinação das verbas. Se a gente conseguisse uma maneira de acompanhar de perto a destinação das verbas, a comunidade ver como que é; esta verba destinada para cá e para lá, seria o ideal.

Nós estamos também lutando para que as verbas públicas sejam da escola pública, mantida pelo poder público. Nós não somos contra escola particular, mas acreditamos que a escola particular deve, em conjunto com a comunidade, que frequenta aquela escola descobrir de que maneira ela pode existir, mas que a verba dos impostos arrecadados sejam para a escola pública, mantida pelo poder público. Isto é uma questão muito séria. Nós perdemos na Constituição Federal, porque realmente existem escolas particulares muito sérias, em compensação tem algumas que a gente sabe que transformaram já em comércio aquilo que nós professores da rede pública temos que fazer de sacerdício. Por que exigir de nós, funcionários públicos, que o magistério seja um sacerdócio quando uma escola particular faz da sua escola um comércio. E isto não estou levando para esta ou para aquela escola esse meu pronunciamento. Nós temos uma questão seríssima, muito séria mesmo que é a municipalização do ensino. Nós conhecemos os nossos políticos, vocês também conhecem, nós conhecemos a estrutura dos municípios, nós ainda sabemos que há prefeito por aí que nem sabe o que é educação, que escolhe para a Secretaria municipal de educação pessoas que não conhecem nada de educação e de repente eles vão ter, com a desculpa de uma reforma tributária na Constituição Federal, um repasse de verbas que não vai corresponder às necessidades daquela escola, da rede escolar municipal. Nós estamos fazendo de tudo para que este acontecimento não seja dentro de cinquenta anos. Não sei se sou muito otimista, mas acho que cinquenta anos ainda é pouco para acontecer isto em todo o Paraná. A professora Gilda já conhece a nossa posição contra a municipalização do ensino. Nós não vamos dizer todos os problemas que a gente vê na municipalização...(inaudível) Nós fizemos um seminário com professores da América Latina, exatamente de seis países da América Latina, que disseram para nós da falta de sorte da América Latina em ter municipalizado o ensino desses países. E não deu certo. Veio um professor do Chile, da Argentina...

do Peru, do Paraguai, da Bolívia. O único estrangeiro que esteve aqui no nosso seminário e que falou bem da municipalização foi o francês, Na França diz que lá deu certo. Nós conhecemos a estrutura, o tamanho da França e a idade da França e a política da França.

Então, minha gente, aqui também no Brasil a gente tem alguns Estados que estão começando a municipalizaçaõ . O que a gente espera ainda da constituinte é que depois de terminada a Carta, com as nossas propostas lá na Redação Final, que a gente possa ver cumpridos os direitos do funcionalismo público, que dependem dessa Constituição mesmo.

Infelizmente a gente tem que dizer que muitas leis estão sendo letras mortas por aí, no Brasil afora, então a gente vai tentar fazer com que aquilo seja sempre viva, com a esperança de que, com a ajuda de todos os Deputados, o pessoal que está trabalhando na Constituinte, que ela possa se transformar em letra viva realmente:

Nós temos que pensar em um plano nacional de educação aqui, mas depois com o Estado também, junto com o Conselho Estadual, com secretarias, com todos os órgãos interessados na educação, numa pré-escola, nós necessitamos da pré-escola, na continuidade do ensino especial...

A SRA. ISOLDA ANDREATTA - ... ensino especial, da alfabetização dos adultos.

Nós queremos que esta Constituinte seja mais uma voz para dizer aos nossos governantes que a Educação tem de ser prioridade não só dos discursos políticos, eleitoreiros, mas que realmente seja prioridade depois no plano de ação do Governo.

Queremos pedir gratidão, reconhecimento, respeito pelos professores que se aposentaram que infelizmente muitas das conquistas da categoria surgiram depois da aposentadoria de colegas que lutaram por elas. Então, que, por exemplo, o desconto do IPE, que ele passe a se isentar deste desconto depois que se aposenta, a exemplo da Constituição Federal.

Nós poderíamos pensar numa maneira de cobrar o salário-educação que hoje é sobre a folha de pagamento, talvez em cima do faturamento das empresas para trazer um lucro melhor para a Educação.

Que esta Constituinte seja um instrumento de defesa mesmo dos direitos da Educação. Enfim, temos aí uma tarefa terrível para mostrar que escola que nós queremos. Infelizmente nós ouvimos a Professora Gilda em outra ocasião que, por falta de escolas, algumas tiveram que aumentar o número de turnos diários. E a gente sabe - e ela disse também que sabe disso - quenão é barateando a Educação, não é aumentando esses turnos que nós vamos melhorar a Educação.

Então, a maneira de fazer com que realmente a criança entre na escola, tenha a permanência na escola e que ela ache uma vaga perto da sua residência porque o que é ruim no Brasil é o trabalho do trabalhador. Se ele tivesse com um trabalho mais condigno com as suas necessidades, ele poderia até se locomover com mais facilidade para ir de um bairro para outro, do bairro para o centro, do centro para o bairro. E nós vimos no início do ano que algumas escolas tinham vagas e nas outras sobravam alunos e que esses alunos não podiam se locomover para a outra escola. Então, que esse problema possa ser resolvido com algumas leis de divisão de verbas.

Interessa-nos muito na escola pública que faça com que o aluno aprenda a viver, que ele tenha o domínio do saber, que ele seja crítico até conosco professores, especialmente conosco professores, que cobrem de nós a nossa atitude, a nossa coerência porque eu cobrei na assembléia des sábado em domingo um coerência do Governo do Estado e, então, eu quero que cobrem de nós também a coerência com o nosso discurso e a nossa prática.

Enfim, queremos uma escola que tenha em que se basear, que dê para o aluno aquilo que ele espera . Euma escola que não está conseguindo acompanhar o avanço tecnológico, porque alguns até de renda baixa no Brasil conseguem ter em casa um vídeo-cassete, uma televisão a cores, e as nossas aulas são chatas, são monótonas. Ensinar gramática da Língua Portuguessa para os alunos que pegam um botãozinho e fazem aparecer a China, o Japão, a Iugoslávia num instante num vídeo-cassete.

Então, quando os pais reclamam da escola, eles reclamam com razão e nós queremos chamar para essa tarefa toda a sociedade com leis que possam garantir como profissional, seja garantido para que o aluno tenha uma escola viva, dinâmica, crítica que desenvolva o ~~xxxxx~~ físico, o lado artístico, o lado esportivo, que ele saia da escola ~~x~~ ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ consciente e que ele vá para a escola com ansiedade e contente também.

Enfim, é uma angústia , mas já tem uma esperança pelo fato de vocês me chamarem para que a gente possa assessorar em algumas questões desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Eu vou conceder...

O SR.PRESIDENTE - (rafael Greca)

Vou conceder a palavra para o Dep. Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Eu pertenço à Comissão de Organização dos Estados e Municípios, me afastei porque tenho desenvolvido muito trabalho nessa área de educação, que eu abracei a área da educação como é do conhecimento da Sra. Secretária, além da segurança e de outras áreas também. Então eu vim aqui para assistí-las, eu gostaria preliminarmente de receber uma proposta sua (da Profa. Isolde) para que eu possa analisar. Fiquei preocupado já que na Carta Magna, na Constituição no entender de quem está fazendo alguma coisa por "esses Brasis" principalmente na área da educação , comum com a Sra., com a máxima ainda perdura e existe e eu acho que eu usei isso para tentar fortalecer - educação e segurança nunca foram problema de governo e realmente tem se encontrado uma forma de inverter essa máxima. Eu gostaria de ter uma proposta sua e me causou assim uma preocupação a sua preocupação. Não precisa responder agora que oportunamente irei procurá-la.

O SR.PRESIDENTE - (Rafael Greca)

Eu agradeço Dep. Raul o seu interesse, concedo a palavra agora à Sra. Sueli Seixas - Secretária Municipal para dar sua visão de educação e o projeto constituinte.

A SRA. SUELI SEIXAS - Boa tarde a todos, já estou aqui há bastante tempo aguardando a fala de cada um e a minha própria fala. Porque eu sei que é preocupação de todos, uma preocupação nossa em especial, a Profa. Gilda a educação. E agora quando se escreve a carta do Estado a nossa participação é necessária e imprescindível porque há quando tempo nós trabalhamos em educação, pénsamos em educação e princípios da educação. E sabemos que tudo que aconteceu a Isolde disse, colocou aqui nesse momento é uma preocupação da categoria, da classe e das instituições que fazem a educação. A Secretaria Municipal da Educação está colaborando mandando a sua proposta para a elaboração da Constituição do Estado. E sabemos que o princípios da Constituição Federal e calcamps a nossa proppsta a nível...

nível de Secretaria Municipal em cima dos princípios da garantia, do acesso e da permanência da criança, do jovem e do adulto na escola para que receba a instrução e a educação que ele necessita. E nos preocupamos muito também...

Ordem Econômica e Social

DWL 15:40 21-03-89

A SRA . SUELY SEIXAS : ... Nos preocupamos muito também, e eu reafirmar e reforçar o que a Professora Isolda disse, como a valorização do nosso profissional, com o aperfeiçoamento desse profissional e até com o resgate da credibilidade desse profissional e das Secretarias estaduais e municipais de educação, com o resgate da credibilidade da educação e da proposta educacional deste País.

Nós nos preocupamos também com o ensino pré-escolar, uma proposta de ampliação e uma política - de ensino pré-escolar a nível de Município e a nível de Estado. Nos preocupamos muito e estamos trabalhando numa proposta de ampliação também ao atendimento à educação especial. Precisamos rever todas essas propostas existentes, para que possamos fazer ampliação necessária e dar o atendimento necessário.E o ensino supletivo, não poderia ser deixado de lado.

Veja que a Secretaria Municipal de Educação, amarra aa suas propostas para a elaboração da Constiuição do Estado. No ensino pré-escolar e no atendimento do aluno com algum tipo de deficiência, porque nós temos que considerar que são vários os tipos de deficiência e não só aquela que até hoje a Secretaria Municipal de Educação, por exemplo, tem condições de dat atendimento, que é a deficiência mental.

Dirigindo todo o nosso trabalho - para essa direção, estamos pensando estabelecer uma política de trabalho que dê o atendimento necessário e ver onde serja possível a ampliação.

Eu trouxe as propostas já elaboradas já em cima da Constituição Federal, em cima da Secretaria = Municipal de Educação. Nós temos que pensar no desenvolvimento da pessoa, no respeito ao educador , no respeito ao educando como pessoa e isso é fundamental. Ou nós fazemos um trabalho sério e nos reportamos àquele resgate de credibilidade às instituições

públicas e ao profissional, ou então não vamos conseguir muita coisa ou nada além daquilo que já conseguimos.

Vejam que o nosso profissional, por circunstâncias e pelo que a Professora Isolda colocou, ele está desmotivado e está até certo ponto desinteressado desse processo que envolve toda a sociedade e principalmente o professor, o educador e o aluno, e a instituição, consequentemente.

O que é que nós estamos solicitando? Que o Estado garanta a todos os pleno direito cultural e o acesso às fontes de culturanregional e nacional e que apoie e incentive a valorização e a difusão da manifestação cultural. Devo dizer também e é uma preocupação nossa e que requer um amplo debate e um estudo de reflexão à questão da municipalização do ensino. Nós não estamos afastados desse problema, pwlo contrário, nós estamos buscando o diáolo, esta análise e esta reflexão e para isso nós precisamos contar com um trabalho integrado com o Estado, com a Secretaria EStadual de Educação, para que possamos discutir amplamente.

Há o interesse do Deputado, há o interesse da Secretaria Municipal e há o interesse da Secretaria de Estado também.

Para garantia dos princípios estabelecidos na Constituição Federal, nós consideramos fundamental, o provimento de vagas de acordo com a demanda, projetada pelo senso escolar , em creches, em pré-escola, no ensino supletivo e na educação especial. A construção de escolas em condições físicas adequadas para atender à demanda; o provimento de pessoal habilitado através de concurso público para o exercício do ensino pré-escolar, regular, supletivo e especial. Para a atuação no ensino escolar, na alfabetização e no ensino especial, a exigência além do ingresso por concurso público, da formação específica na áreea. Nós

Nós discutimos há muitos anos e continuamos discutindo ainda hoje o problema da alfabetização e nós sabemos que o maior - índice de retenção e de evasão ainda na escola brasileira, se dá na primeira série.

Então está na hora, segundo uma - ótica muito especial , muito pessoal e da própria Secretaria - Municipal da Educação, de nós arregaçarmos as mangas e resolvermos os ...

A SRª SUELI SEIXAS - ... de arregaçarmos as mangas e resolvermos os problemas.

" O Estado deverá garantir o aperfeiçoamento profissional" visando garantir o quê? A atualização e a valorização dos profissionais do ensino no exercício da sua função, através de curso, encontros, seminários e congressos municipais, estaduais.

Se vamos exigir do nosso docente temos que dar a eles condições de crescimento profissional e conseqüentemente estamos valorizando.

" Adotar uma política de pessoal que promova a excelência da educação", talvez venha de encontro ao colocado pela Professora Izolda. Falamos em política de pessoal. Falamos no aperfeiçoamento. Falamos num plano de carreira e nas vantagens. Porque nós devemos nesse trabalho de resgate de valorização oferecer " condições para que o profissional realmente cresça".

Solicitamos também que seja assegurado o acesso a bolsas de estudos, o professor é um especialista de educação, estaduais e municipais, estimulando sua freqüência em cursos de extensão no Estado ou fora dele.

Sabemos também, conforme já foi colocado que um dos maiores problemas a nível de Educação é exatamente a falta de recursos.

Podemos até pretender muita coisa em termos de crescimento e muitas vezes não conseguimos captar recursos necessários para que possamos incentivar propostas que fazemos. Isso é fundamental que seja revisto. Já está amarrado na Costituição Federal a delegação deste recursos, mas que isto realmente aconteça!

"Ao Estado também compete garantir execussão do Plano Nacional de Educação, citado no artigo 214 da Constituição Federal, bem como a adequação deste Plano Nacional aos Estados e aos Municípios. Ao Estado compete também dar prioridade destinando verbas significativas aos projetos educacionais.

Nós, a Professora Gilda não me deixa mentir, elaboramos os projetos e depois temos que sair à cata de recursos.

É dever do Estado também criar condições para uma constante permanência e reavaliação do seu sistema. Isto só será possível se pudermos discutir abertamente com o Estado, com órgãos ou instituições de interesse a educação.

Uma outra proposta: há sugestão para a Carta do Estado, implantação do ensino pré-escolar em todas as unidades existentes e nas que possam vir a ser criadas.

Criar mecanismo com o ~~xxxx~~ controle democrático de arrecadação da União, da Estado e Municípios e da utilização dos recursos destinados a educação.

Criar mecanismo do controle democrático dos

recursos provenientes de contribuições sociais e otros recursos orçamentários destinados à educação, dotando as unidades escolares de: acervo técnico atualizado, compreendendo bibliografia e material de apoio pedagógico e programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à família.

Alimentação, ainda há pouco enfrentávamos, as escolas municipais e estaduais, um problema com a recebimento da merenda escolar.Quem sabe se num trabalho conjunto pudéssemos nós, Município e Estado, deflagrar algum mecanismo para resolvermos este problema, recursos para a alimentação, para a merenda escolar. Vamos pensar nisto! vamos refletir a respeito deste assunto.

O Ensino Supletivo. Ampliar a oferta do ensino supletivo por parte do Estado e do Município, enquanto .....
.....

SUELI SEIXAS : - ... E Município enquanto não for viabilizado o ingresso em ensino regular em idade própria.

Esta proposta de Ensino Supletivo precisa ser revista em caráter de urgência, a nível Municipal e a nível Estadual.

Assegurar ensino noturno regular de 5ª a 8ª série em toda a rede pública, tanto municipal como estadual.

Esse é um problema que nos afeta.

A Educação Especial.

I - Garantir atendimento educacional especializado aos portadores de excepcionalidade, preferencialmente na rede regular de ensino, em Instituições especializadas que ofertem ou ministrem a educação especial. Esse é um outro assunto que deve ser amplamente discutido até ser esgotado.

O não oferecimento do Ensino obrigatório regular, pré escolar, supletivo e especializado aos portadores de excepcionalidade, ou sua irregularidade, importa responsabilidade da autoridade competente.

Educação Ambiental.

A proposta a princípio da Secretaria Municipal da Educação ~~xxxá~~ tal como um programa de Educação Ambiental que está sendo lançado esta semana, culminando agora dia 28 com a intrega das revistas de Educação Ambiental, e a passagem desse programa de Educação ambiental e as escolas - própriamente dita oficialmente e formalmente.

Nós colocamos para inclusão na Constituição do Estado

Assegurar a todo cidadão o direito à informação sobre condições ambientais; sobre as atividades visando a sua preservação, sobre os impactos sobre o meio ambiente e das atividades econômicas, a utilização racional dos recursos naturais, condicionando essa utilização aos interesses da população.

É dever do Estado promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a concientização pública para a preservação do meio ambiente.

§ único: A Educação Ambiental deverá compor matéria dos currículos escolares

SUELI SEIXAS : - É competência do Poder Público e da coletividade, preservar e proteger o meio ambiente.

Se nós falamos em oferecer melhores condições de vida, se na própria Constituição diz a criança o indivíduo deve ser prepara do para o exercício da Cidadania, ele só poderá exer cer a sua Cidadania, no momento no momento em que ele tiver um ambiente propício, e este ambiente for preservado.

- É dever do Estado a preservação dos valores históricos e culturais a conservação dos monumentos, as paisagens naturais e das jazidas arqueológicas. Preservação e manejodos recursos naturais devem ser de utilidade pública e de serviço social.

- É dever do Estado indicar uma Comissão de especialistas para definição precisa dos serviços ecológicos.

- É dever do Estado fornecer práticas desportivas formais e não-formais como direito de cada um observados:

I - a Autonomia das entidades desportivas e educacionais quanto à sua organização e funcionamento.

II - A destinação dos recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e para o desporto de alto rendimento na forma da Lei.

III - O lazer ativo como forma de bem estar e promoção social saúde, higiene e educação de todas as faixas sociais e etárias da população.

IV - O desenvolvimento de um plano diretor pluri-anual multi disciplinar, a cargo das Secretarias Estaduais.

Muito temíamos a discutir e a colocar, propomos hoje as propostas da Secretaria Municipal de Educação para a elaboração da Constituição do Estado, e nos colocamos a disposição para discussão ampla a respeito da Educação a nível Nacional, da Educação a nível Estadual e da Educação a nível Municipal ...

A SRª SUELI SEIXAS: ... e da educação a nível municipal, dos parlamentares, da Secretaria de Educação e do Estado do Paraná.

Eu gostaria de reforçar a nossa intenção de resgate, de credibilidade das secretarias de estado, das propostas de educação, que hoje se faz a nível nacional e a nível estadual e municipal e gostaria de reforçar da necessidade do respeito ao nosso profissional, da valorização do nosso profissional e do resgate deste respeito, desta valorização. Muito obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Eu só me permitiria, professora Sueli, uma pequena indagação: a senhora coordena uma secretaria municipal, que é de capital, portanto é privilegiada. Esta secretaria tem perto de 102 escolas. Muito bem, a municipalização do ensino é profícua ou não é ? Nós devemos recomendá-la ou não ? Do seu ponto de vista.

A SRª SUELI SEIXAS: Deputado, neste momento, não.

O SR. PRESIDENTE: Eu agradeço a sua presença em nome do poder constituinte do Estado do Paraná e esclareço que a sua permanência no plenário é facultada ou não. Se quiser se retirar, pode. Se quiser ficar, nos dá muito prazer.

Passo a palavra, muito honrado, em nome dos Deputados todos da Comissão, à Professora Gilda Poli, Secretária de Estado dos negócios da educação.

A SRª GILDA POLI ROCHA: Senhores Deputados, professores aqui presentes, educadores principalmente, ao falar nesta Comissão de Educação da Assembléia Constituinte Estadual, faço-o com a preocupação que todos nós temos aqui, de educadores, numa sociedade como já bem colocou o Reitor de Maringá, em transformação, numa sociedade de um País que se constrói, com dificuldades imensas, e onde a área social e em especial a área da educação tem o reflexo de todas estas carências.

A sugestão da Secretaria de Educação, que já foi entregue a esta Comissão e também já foi discutido com um comitê que compatibilizou as propostas de várias entidades, se inicia, principalmente, pela manutenção dos avanços já conquistados na área da educação, a nível federal, e que constam da nossa nova Constituição. Esses avanços constam das finalidades educacionais, que são finalidades que não devem não podem obedecer, em nenhum momento, interesses conjunturais, mas sim aos interesses da sociedade, que estrapolam os momentos de interesse político, que estrapolam os ~~xxxxxxxx~~ interesses de um partido político, porque eles são o interesse da Nação Brasileira. E, sendo interesse da Nação brasileira, estamos aqui para defender a escola pública gratuita, universal e laica. É esta a grande bandeira da reconstrução nacional. Só com esta escola respeitada ...

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

mlm

21/03/89 16,00 hrs. -1

A SRA. GILDA POLI:-...só com esta escola respeitada, só com esta escola que deve ser um produto da luta de todos os Legisladores, é que poderemos realmente construir este País!

É preciso que os direitos conquistados, a nível federal sejam garantido, e é preciso que aqueles que não estejam claros sejam esclarecidos a nível da nossa Constituição Estadual. / Essa é a grande tarefa dos nosso Deputados Constituintes Estaduais, a quem eu respeito, e tenho ceteza que terão a sensibilidade suficiente para perceber o que precisa ficar mais claro na garantia desta/ escola pública. Repito mais uma vez:- Universal, gratuita e laica!

E, quando assim falamos, não excluímos a possibilidade da existência da escola privada, mas defendemos, com toda a / nossa força, que os recursos públicos permaneçam na escola pública/ e não apenas como está na Constituição Federal que diz em seu Artigo 213:-" Os recursos públicos serão destinados à escola pública,§ podendo ser dirigidos à escolas comunitárias confessionais e filantrópicas definidas em Lei".

Nós gostaríamos de vêr este artigo aperfeiçoado,/ que estes recursos públicos, destinados à escolas públicas, só pudessem ser destinados à escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas, depois que as necessidades da rede pública, mantidas pelo Estado, estivessem atendidas, porque isso, infelizmente, e apesar/ da vontade política dos últimos Governos, em defender a escola pública está longe ainda de ser uma realidade. Então é preciso que estes recursos fiquem destinados exclusivamente à escola pública até que, realmente ela tenha condições de dar o atendimento que a nossa população precisa, para que a escola privada seja uma opção. / Porque hoje em dia a escola privada não é uma opção, porque a carência da escola pública é tão grande ainda que, muitas vezes se coloca o aluno na escola particular porque a escola pública não pode responder com a qualidade que seus professores e muitas vezes o próprio pode público quer que ela tenha. Então é essa escola pú-/

blica que nós defendemos, e gostaríamos de ter aperfeiçoado este / dispositivo constitucional.

Ainda com relação à escola pública, gostaríamos/ de lembrar que a gestão da escola pública deve ser democrática e no Paraná nós já tivemos alguns avanços, neste sentido, não apenas nas escolas de 2º e 3º grau, mas também nas de 1º grau, de 1ª, 2º, 3º / grau nós já temos avanços que precisam ser aperfeiçoados, sim,mas / é preciso que este avanço permaneça e seja garantido para que, no / próprio exercício da escolha de seu dirigente se aperfeiçoe a gestão democrática que não se esgota, na simples eleição de Diretor. A e-/ leição de Diretor é o primeiro passo que se dá na gestão democrática das nossas escolas. É preciso que ela realmente abra as suas portas para a discussão de tudo que acontece na escola, de seu aperfeiçoamento, de suas carências da própria ação do Professor, dentro da / escola...

A SRA. GILDA POLI - ... da própria ação do professor dentro da escola, do envolvimento da comunidade sempre respeitando um plano nacional e estadual de educação. É importante que não se caia na simplicidade de dizer que para a escola rural há de haver conteúdos diferenciados porque o cidadão brasileiro tem direito ao acesso do saber universal e ele não pode ser marginalizado com um ensino de segunda qualidade porque ele é da região rural.

O ensino e o plano nacional de educação deve ser um só. Nós devemos respeitar sim, a cultura com que ele chega a escola. Este é o ponto de partida diferenciado. Mas a meta, o objetivo dos planos educacionais nacional ou estadual aonde estarão aí contempladas a rede municipal deve ser apenas um, o acesso ao saber universal para que se forme o cidadão brasileiro.

Então devemos trabalhar na Constituição, em cima destas conquistas. Eu diria que o pré-escolar é também uma preocupação da Constituição Federal., mas nós devemos somar todos os nossos esforços para que primeiramente sejam atendidos os alunos de ensino fundamental de 7, ao início dos sete anos. Porque só com este atendimento, só colocando estas crianças dentro de sala de aula, garantindo o acesso e garantindo a permanência e o acesso não é uma coisa tão simples, como pade parecer,não. O acesso da criança de sete anos ao ensino público e gratuito é muito, significa muita coisa, demanda muita verba e envolvimento do Poder Público. O acesso não é simples, não significa apenas abrir as portas, mas dar condições de que estas crianças cheguem lá. E isso nem sempre tem sido possível atender, da forma como o Poder Público pretende.

E nós tivemos aqui um depoimento do Reitor de Maringá em que ele começa dizendo do grande investimento do Estado do Paraná, no terceiro gráu; E apesar desse investimento ser grande, as dificuldades que ainda enfrenta com a qualificação de professores.

E nos preocupa, defensores que somos da escola pública gratuita, em todos os níveis, há a força política e de mobilização do terceiro gráu que tem necessidades enormes para formar e principalmente para

poder oferecer um ensino de qualidade, e nós vemos então a briga entre o terceiro, o primeiro gráu pelas verbas públicas e o segundo gráu sempre como filho enjeitado.

Nós temos que defender a escola pública gratuita para os três gráus de ensino, mas é preciso que nós pensemos que enquanto nós não tivermos realmente o acesso e a permanência dos alunos na faixa ectárea dentro da escola fundamental nós sempre teremos que viabilizar recursos para o ensino supletivo. E o ensino supletivo deveria ser apenas suplência, e ele não está sendo. Muitas vezes ele é dado como ensino regular, porque na hora do acesso da permanência faltam condições e é preciso que se pense e talvez não seja na Constituição que se vá pensar nisto, mas é preciso que na lei complementar se discuta em profundidade e fica aqui o desafio para os nossos deputados que serão os responsáveis pelas leis complementares, como faremos para que estes três graus de ensino tenham realmente.....

A SRa. GILDA POLI... faremos para que estes três graus de ensino tenham realmente o aporte de recursos suficiente para a viabilização desta escola Pública, gratuita e de boa qualidade que pretendemos. É importante que lembrássemos que na questão de recursos o salário educação costuma passear pelo Brasil e já está / definido em lei que dois terço são do Estado, um terço compõe o salário educação cota Federal, que é redistribuido de acordo com as / carências do Brasil. Por exemplo: São Paulo nunca vê a cor desse um terço, porque a carência maior não está lá, está em outros Estados; mas os dois terços que são de cada Estado, eles são recolhidos no / Estado, enviados através do IAPAS ao Governo Federal, depois eles / são repassados ao Ministério de Educação, depois desse passeio pelo Ministério, que passeia por vários departamentos, eles vêm ao Estado, caem na conta única e só depois de mu ta luta, eles chegam à Secretaria de Educação, à Fundepar.

É evidente que eu sou do Estado, sou do Governo, estamos trabalhando para que o passeio no Estado seja cada vez mais reduzido, mas é preciso que a Constituição estadual defina na medida da sua competência, porque temos aí o problema Federal, que nós não podemos ditar normas para a Nação, mas é preciso que esse passeio do salário educação seja reduzido. Veja bem: O salário educação não poder ser aplicado e numa inflação a que tínhamos, quanto recurso nós perdemos neste passeio do salário educação? Isso não é um problema apenas exclusivo dos constituintes estaduais, mas deverá ter uma ação conjunta também no Senado e na Câmara Federal para que seja definitivamente resolvido em lei complementar, como estes recursos deverão ser direcionados para a área de educação? Este trabalho, esta denúncia, nós temos feito à nívelF Federal, temos discutido muito e sempre que temos oportunidade de estar em presença de responsáveis pelo Poder Legislativo, temos pedido o acompanhamento dessas questões.

Gostaríamos também de dizer que somos ~~indiferentes~~ favoráveis à existência de creches

A SRa. GILDA POLI... à existência de creches Deputada, mas é preciso que fique claro que os recursos para as / creches não podem ser retirados do percentual destinados à educa-/ ção, não podem e não devem.

A SR. IRONDI PUGLIESI - A proposta do fórum das mulheres é que haja um organismo responsável pelas creches, o Estado tem que denominar qual seria esse organismo, Se seria a / Secretaria, é obvio que ele terá que ...(CONVERSAS PARALELAS)

A SRa. GILDA POLI - Teremos que ter...

A SRA; GILDA POLI-... teremos que ter, porque a Constituição Federal passa á 18% , e sobre isto eu terei ainda que falar / so bre o valor do Artigo 60. Eu vou chegar lá. Esta é outra questão: como o Estado vai viabilizar todas as porcentagens.Então, se desta verba de 18% destinada á Educação, tivermos que prover merenda escolar,tivemos que prover saúde escolar, segurança nas escolas, / o que vai sobrar para a Educação propriamente dita ? para a qualidade e para salário ?

Transporte escolar; não é possível .Então, quando nós inicimaos a nossa conversa , que dizíamos que estávamos numa sociedade em formação,é porque o salário do trabalhador brasieleiro ,é tão - insignificante, que ele não têm condições nem de prover a sua / subsistencia ;daía a escola ter que se transformar num grande refeitório, num grande hospital, e eu estou vendo que daqui há / pouco, também numa grande delegacia policial. E eu não posso absolutamente, como responsável que sou, neste momento, pela gestão da Secretaria do Estado, permitir que novos encargos sejam jogados em cima da Educação.

Nós temos como princípio básico prover o acesso ao saber , e este acesso ao saber, nem sempre passa pela utilização da tecnologia avançada dentro da escola. Porque muitas vezes temos sim, videocassette, mas, muito mal utilizado.

Então, nós temos que propiciar a discussão, e isto temos propiciado, do que se pretende, para que a qualidade do ensino seja melhor. E isto passa, aí , sim, pela valorização do professor, dignificação através de concursos públicos , atrrvés de melhores salários,

Eu sei disso, o Governador sabe disso, e temos que trabalhar em cima desta questão, também melhores salários e melhor / qualificação. Estas são três grandes metas.

Acho que não cabe, e eu não sei se caberia , e eu pergunto aos Deputados Constituintes, se devemos ou não levantar aqui a / questão da Municipalização ? Bom, a questão da municipalização / ela precisa ficar clara, no sentido de que, o sistema educacional, será nacional e estadual ;estadual tem que respeitar o nacional; e o Município terá rede de ensino articulado ao sistema estadual de educação.

O que nós pretendemos coma municipalização, é uma descontração ou uma descentralização ,que passa pelo estudo do aporte de recursos aos Municípios , e os Municípios respondem de uma forma mais rápida às questões que surge, e aqui eu gostaria só de lembrar ,que a professora Izolda usou um argumento ,que eu estremeci, quando ela disse: "Todos nós conhecemos os nossos políticos e os nossos prefeitos,", querendo defender a ~~municipalidade~~ não municipalização em cima disso.

E eu estremeci ,porque foi em cima do argumento, de que brasileiro não sabe votar, ~~de que~~ que nós tivemos 20 anos de / autoritarismo. Eu acho que, se nós não sabemos, vamos ter que aprender .Se nós não sabemos gerenciar recursos , vamos ter que aprender. ~~Se nós não sabemos gerenciar~~ , temos que criar, isto sim, instrumentos de fiscalização...

A SENHORA GILDA POLI - ...fiscalização e na nossa sugestão existe um instrumento de fiscalização e um instrumento de punição para aquelas autoridades que não utilizam os recursos públicos como devem ser utilizados.

Jamais, jamais, devemos tirar a autonomia ou a autoridade das instâncias de poder em cima da questão que conhecemos algumas pessoas que não gerenciam bem os recursos. E eu diria mais, que nao gerenciam bem os recursos tanto pessoas eleitas quanto pessoas indicadas. Temos nas duas instâncias as mesmas dificuldades, porquê? Porque o nosso ~~XXXX~~ País é um Páis em transformação e todos nós estamos até aprendendo a ser democráticos, que não sabemos. Estamos reaprendendo ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ e é ate nossa missão. Professora Izolda, eu sei que a Senhora tem a mesma preocupação que a gente, eu tenho certeza disso.

E dentro ainda da municipalização nós teríamos então, que garantir o recurso, este plano, este sistema Estadual de Educação e teríamos que garantir também em relação aos profissionais da Educação, claramente, a questão de salários dignos e concursos públicos.

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - O Estado ficava com esta parte.

A SENHORA GILDA POLI - Não. Aí é que nós temos que ver. Os professores estaduais, pelo menos num ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ primeiro momento, isto ainda está decidido a nível de Estado, porque nós nem discutimos com a rede, temos que discutir com o Governador, com a rede. Não há nenhuma decisão. A única decisão que o Estado tem é a seguinte: a municipalização não será feita por decreto. A segunda decisão que o Estado tem é que nós ~~xxxx~~ vamos discutir, em todos os grupos de Educação, com a participação dos Secretários Municipais de Educação, através da representação da UDIME, com a presença

com a presença dos representantes da APP, nós vamos discutir para encaminhar esta questão. Não sei se seria um problema da Constituinte Estadual. É que está claro que os municípios terão prioritariamente de se preocupar com as creches, com o ensino de zero a seis anos e o ensino fundamental. Já na Constituição Federal, então, em cima disso é que vai haver a preocupação do Estado em possibilitar uma desconcentração e uma resposta mais rápida aos anseios do município. Isto não significa jogar em cima dos municípios os encargos educacionais do ensino fundamental, simplesmente lavar as mãos, não é por aí.

Em síntese é esta, ah! não, eu tenho ainda que falar do Artigo 60 e este eu não posso deixar.

Artigo 60 das Disposições Transitórias:

Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refe o Art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Isto meu preocupa, como será interpretado este Artigo, porque a universalização do ensino fundamental passa pelo acesso, passa pela permanência, passa pela garantia Constitucional de vagas de sete a quatorze anos e precisamos tomar cuidado, porque é a história se somarmos todos os recursos dá duzentos e tantos, aqui já á nível estadual já dá isso...

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Não,nessa Comissão.

A SENHORA GILDA POLI - ...nessa Comissão. Pois é, e como que vai ficar a situação dos 18% que deve garantir o ensino fundamental...

fundamental...

PLENÁRIO - 25%

~~XXXXX~~
A SENHORA GILDA POLI - 25% no Estado, 18% é da União. E este 50% aqui é em cima dos 18%, não é em cima dos 25%....

A SRA. GILDA POLI - ... em cima dos 25%. Se for em cima dos 25% também não vamos ter recursos para pagar a folha de pagamento dos professores estaduais.

Então, esta questão é muito séria, como é séria também a questão de que a escola pública e gratuita está sendo oferecida a principalmente alunos com condições de pagar. Não sei como vamos resolver esta questão. Confesso que fui tentada a colocarna proposta da Secretaria um dispositivo que depois nós amadurecemos um pouco mais e resolvemos não porque poderia dar margem à interpretação que não são aquelas que pretendemos, que é a defesa da escola pública e gratuita. Mas é preciso realmente que se pense como viabilizar esta escola pública e gratuita aos alunos carentes. Não sei como. Há uma série de sugestões que precisam ser amadurecidas e a Constituinte Estadual poderia tentar nesta questão.

O depoimento da Secretaria já foi entregue e pelo menos numa questão a Secretaria e a APP estão de acordo: conseguimos assinar um documento único. Isso é muito importante em defesa da escola pública.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Eu vou convidar o representante da UDIME, Prof. José Vanelli Pinheiro, Presidente da União dos Dirigentes Municipais da Educação; e vou convidar também o representante da Asscociação das Escolas Católicas. Quero consultar: tenho três nomes aqui: Daniel Cavalli, José Antônio Pires Gonçalves e Mário Sérgio Ferreira de Souza.

Então, eu passo a palavra para o Prof. José Vanelli Pinheiro, Presidente da UDIME, para fazer uma intervenção que pode complementar da Secretária de Estado e depois os respresentantes das Escolas Católicas também fazem a sua argumentação para depois passarmos a ouvir os reitores das universidades estaduais.

O SR. JOSÉ PINHEIRO - É uma satisfação a gente estar aqui discutindo Educação neste Estado porque eu acho que é uma das coisas mais importantes do País. Eu não venho propriamente trazer uma proposta da UDIME porque nós fizemos parte de debates no Comitê de

Educação que depois apresentará as propostas para a Constituição.

O que preocupa a UDIME - União dos Dirigentes Municipais da Educação, que é uma entidade que foi criada em 1987, é quando se toca na questão municipalização porque parece que ela foi colocada como um fantasma.

Eu só queria deixar claro que já faz quase dois anos que nós estamos debatendo a nível de Brasil a questão da municipalização e ~~xx~~ uma coisa é certa: o Estado do Paraná é um dos poucos Estados brasileiros onde o entrosamento da educação estadual com a municipal está bastante avançado. Isso significa dizer que no Estado do Paraná já existe uma condição de municipalização de fato, não existe de direito. Tanto que se nós formos observar o ensino fundamental de 1º a 4º série, ~~éxmantidoxemxmaisxde~~ mais de 70% é mantido pela rede municipal .

Nós não discordamos da Secretária da Educação quandoela fala na proposta de municipalizar. Isso é o que nós também estamos questionamos. Agora eu acho que o que tem de ser discutido, principalmente pela Comissão da Elaboração da Constituinte - se é que isso deverá fazer tanta parte... se é preciso haver uma definição - é que seja realmente discutida, a ~~única~~ municipalização não pode ser a toque de caisa: é ncessário ver primeiro o que municipalizar.

É importante saber que muitas coisas...

O SR. JOSÉ PINHEIRO - ... é importante saber que muitas coisas se elas acontecerem a nível de município o município pode ser muito mais ágil na aplicação dos recursos. Agora eu acho que entra muito em questão aí a questão pessoal de recursos humanos. E o município de forma alguma, os municípios do Paraná têm intenção de prefeituralizar a educação principalmente dos recursos humanos. Portanto eu só queria deixar esse alerta de não se ter essa idéia de onde surge o nome UNDIME ou UDIME nacional ou estadual, seja uma entidade que esteja aí, que a gente encontre, alguém diz assim : " Vocês querem a municipalização ? O Deputado Haroldo brincou comigo antes, "vocês são aqueles que querem municipalizar tudo ? " Não é bem isso, eu acho que a educação é uma questão que vai muito além de certos princípios que se coloca dentro até da Constituição federal. Eu acho que a educação está acima de tudo neste país e por isso mesmo aqui no Paraná eu proponho que seja discutida também antes de tomar qualquer definição em termos de Constituição. Isso eu já propus inclusive para a Secretária. Quanto à proposta da UDIME ela consta no documento do comitê que vai ser apresentado depois. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Passo a palavra ao Prof. Daniel Cavali sobre a reivindicação da comunidade católica com relação à Constituinte Estadual.

O SR. DANIEL CAVALI - Como a educação não se faz apenas por uma pessoa, nós da AEC vamos tentar partilhar essas idéias numa dupla juntamente com o professor José Antônio.

Sem me alongar eu vou me ater às idéias já estudadas pela gente. Sabendo que antes da gente quem falou foram todas as pessoas ligadas propriamente à educação dos servidores públicos.

" Nesta hora em que o nosso Estado ... (lê) ...

Talento/ Daniel Cavelli 16,35 -1- 50

Nesta hora em que o nosso Estado através do Poder Legislativo está envolto com estudos, pesquisas, questionamentos, sugestões, propostas para a Constituição Estadual a AEC-PR se faz presente para partilhar responsabilidades, trabalho sem a menor intenção de fazê-lo em causa própria, senão como um imperioso dever de manifestar os anseios mais profundos da pessoa humana, do cidadão. Cidadão este que deveria sempre ter voz e vez nas decisões da sociedade organizada e principalmente em se tratando de Educação, da educação de si mesmo, dos outros e das pessoas que compõem a sua família.

Com certeza muitos de nós tivemos condições, embora nem sempre das melhores, de escolher o curso de nosso agrado possivelmente até a escola superior. Quem de nós não gostaria de escolher a escola para seu filho? Quais os critérios que nortearão tal escolha? E quem de nós, em sã consciência, privaria seu filho, em idade escolar, de freqüentar a escola? E é daí que decorre o princípio humano de que a educação é primordialmente um direito e um dever dos pais. Eis o que diz a Declaração de Concílio Vaticano II sobre a Educação Cristã da juventude - Gravissimum Educationis-de 28/10/1965: "Os pais, a quem em primeiro lugar cabe não só o dever mas também o direito de educar os filhos, devem gozar de verdadeira liberdade na escolha da escola. Por isso, o poder público, a quem pertence proteger e defender as liberdades dos cidadãos, deve cuidar, segundo a justiça distributiva, que sejam concedidos subsídios públicos de tal modo que os pais possam escolher, segundo a própria consciência, com toda a liberdade, as escolas para os seus filhos".

Se vivemos numa sociedade democrática, ou pelo menos com um esforço tendente a um estado democrático de direito e de fato, deve ser assegurado aos pais a verdadeira liberdade na escolha da escola. Para que isso seja viável deve haver diversidade de escolas. Caso contrário frustra-se o direito de opção e estaremos construindo ruínas de democracia, uma democracia anêmica, esquelética. Até poderá existir uma democracia com tais características, mas por interesse e responsabilidade de quem? De que adianta uma árvore frondosa se debaixo dela nada medra?

A responsabilidade formal, de se construir uma verdadeira democracia cabe indubitavelmente aos nossos legisladores, aos atuais constituintes, àqueles a quem, por delegação dos eleitores, foi dado o poder, poder sem sombras de dúvida limitado a um exercício singularmente voltado para o bem de toda a coletividade. Di-lo-á a História e o povo também de como e para quem foi exercido.

Convém aqui lembrar o documento já citado Gravissimum Educationis: " De resto, é próprio do poder público providenciar para que todos os cidadãos possam alcançar uma justa participação na cultura e sejam preparados para exercer de

responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.
Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais.
A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósi - tos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão ' em promover o gozo deste direito.

Democracia: Sonho ou Realidade?

É o desafio da Educação.

O SR. DANIEL CHALI - (Depois da leitura)

... Eu gostaria de passar a palavra ao Professor José Antônio para que complemente o trabalho.

Obrigado!

O SR. JOSÉ ANTÔNIO - Estamos na Assembléia onde predomina senão de forma exclusiva e eficaz as autoridades da área educacional. Pretendo falar mais em nome do pessoal da base.

A Associação dos Padres Católicos tem 167 escolas associadas, totalizam por volta de 130 mil alunos.

É uma das preocupações do pessoal o que vou colocar à consideração e particularmente aos Senhores Constituintes.

Notamos de uns tempos para cá a predominância dos debates serem dirigidos pelo âmbito ideológico da política. Em nosso conceito com prejuízo, da essencialidade da escola.

Qual seria essa essencialidade da escola? Exatamente a pedagógica.

Tenho circulado por este Brasil para participar de congressos e no Paraná a nível de treinamento de Professores, onde os problemas fundamentais sentidos são do âmbito pedagógico.

As polêmicas se questionam nos antagonismos : escola pública x escola privada, escola laica x escola escola convencional, escola gratuita x escola paga, escola oficial x escola particular, municipalização x não municipalização de ensino. Entretanto pais e alunos sentem-se perdidos neste tiroteio ideológico sem uma perspectiva de um desenlace satisfatório, ou seja, uma escola eficiente.

Uns se conformam pagando, outros aceitando o ensino a que têm acesso, e nem sempre há permanência.

Perguntamos: acaso resolveríamos o nosso problema educacional em qualquer âmbito? O sequer amenizaríamos, se simplesmente por um decreto eliminássemos as escolas particulares, convencionais, Melhoraria de fato a nossa situação?

A qualidade de ensino por todos almejada seria realmente alcançada . Por que não centrar então os nossos debates nas escolas, na Constituinte, no âmago da problemática educacional, embora sem deixar o lado da questão sócio-político evidentemente. Por que não levar o debate num terreno mais concreto, questionador e desafiante? Por que não enfrentar as perguntas de escolas. Para que gastar tanto dinheiro público? Para que a escola? Para quem a escola? Qual a função social da escola? Que tipo de alunos preconizamos? Falamos do cidadão. Mas como chegarmos ao cidadão? Que tipos de sociedade queremos construir? Qual a contribuição da

escola para o desenvolvimento democrático, econômico e social e polí tico? Como fazer escola eficiente?

Estamos certos de que se estas indagações tives sem sido feitas, tivessem primazia, servisse de embasamento para a n nossa legislação escolar, que saísse no próximo "forno, na próxima "fornada" , não são os nossos (atos ?) mas principalmente a nossa pr tica ~~administrativa~~ educativa apresentariam outros resultados.

Mas não basta polemizar. É urgente construir. E desta construção é urgente focalizar o eixo da questão educacional dentro da sua própria racionalidade. Ou seja: a educação tem um âmbito, tem um campo específico e será, na medida em que questionarmos e resolvamos, é com estas medidas que atingiremos o ecoômico, o político e não nos debates diretamente, esquecendo a nossa missão, a esp cificidade de nossa escola. Para isto vamos propor em dois grandes ângulos: o pedagógico e o ecoômico.

Quanto ao pedagógico perguntamos: qual o perfi de uma escola ideaal?

Entendemos por perfil ~~que~~ os elementos ~~inst~~ estruturais que integram o sistema escolar. Isto é prática pedagógica. Nesta perspectiva consideramos a escola uma .....

O SR. JOSÉ ANTÔNIO... formal e oficial dado pela sociedade, qual seja a istrumentalização cintífica do aluno e sua formação de valor. Consideramos essencialidade à escola, a instrumentalização científica do aluno e a sua formação de valor, a sua personalidade, ~~porque~~ Por que ciência e valor? Ciência porque é o instrumento fundamental da compreensão e tranformação da realidade física e social falada pelo nosso ilustre Reitor de Maringá. Não havera transformação eficiente, válida, desejada para todos que não passe a sua cientificidade à nossa sociedade. Por isso concebemos à escola e a ciência como método, como instrumento, como meio e não como amontoados conhecimentos inertes que não servem para nada.

Desta consepção da ciência como instrumento de transformação da realidadefísica e social, desprende-se a técnologia e da técnologia desprende-se a produção dos bens materiais e espirituais, ou seja, de maneira que as nossas escolas sejam competentes cientificamente a grau de desenvolvimento técnológico, havendo esse desenvolvimento tecnológico, havera um desenvolvimentoprodutivo; havendo um desenvolvimento produtivo, haverá um desenvolvimentocintífico. É neste tripé, nesta trilha, porque uma coisa é causa e efeito das outras duas que dependerá o nosso sucesso. A este tripé está ainda associado o exercício do Poder, particularmente dos senhores Constituintes. Quem é que exerce o poder no mundo, historicamente até hoje, incluindo as últimas experiências socialistas? Quem exerce o Poder, sobre a ciêcia,a arte, a visão, a cultura, a produção, a agricultura, a estrutura social ideológica, etc. ? Aqueles que tiveram uma boa preparação científica. Quem detém o Poder no mundo? Aquelas Nações cientificamente poderosas. Ou muda a regra da história ou não vamor ter que passar por aqui, é neste caminho queestá a escola,e é exatamente nas implicâncias do Poder ,..(INAUDÍVEL)...

Sobra falar da crise ética da nossa estru-

O SR. JOSÉ ANTÔNIO... da nossa estrutura social e Política, é muito importante neste horizonte, ressaltar o papel importante que algo no currículo deva ocorrer. Chamam o ensino físico, o ensino religioso, o ensino moral, o que seja, trata-se de formar, incutir os valores aos nossos adolescentes, as / nossas crianças jovens, A escola católica opta ao ensino religioso, não com o caráter propagandístico, mas como formador de atitudes e de hábitos, de princípios éticos e comportamentais sólidos e necessários para a convivência econômica justa e social participativa. Os problemas da nossa sociedade são agravados pelas / crises valores, hoje infelizmente ...

21/03/89 EZ -1- 16:50

O SR. PROF. JOSÈ ANTÔNIO -... hoje , infelizmente, a solidariedade, a justiça, a transparência e a verdade são frutos da extinção das nossas safras.Quer dizer, a compreensão e a transformação do mundo passam pela ciência e pelos valores.É esta vertente que ocorre na educação católica ;que pretende,não é que eu seja, ser cienteificamente competente, socialmente comunitário.

Esta competência pedagógica exige em nosso conceito, basicamente aos bons elementos fundamentais , que são a resposta à pergunta à esc ola técnica. Vários deles, ou praticamente quase todos deles aqui apresentados já;anunciando-os apenas:

1º- Uma escola séria tem que ter um currículo sério.Estamos totalmente de acordo com a Secretária de Estado. Não podemos fazer currículos de 1ª , de 2ª, de 3ª e 4ª instância. Educação nivelar tem que ser.

TEm que haver um currículo de cunho científico , bem estruturado e universal, obrigatório para toda e qualquer / escola , sem eximir confecionais filantrópicas , públicas ou privadas.

Quais seriam os componentes outros, além desse currículo , que normalmente é objeto das nossas discussões e dos nossos debates..educacionais. Outros componentes são o conjunto ou a disponibilidade de recursos e materiais didáticos eficientes, atualizados,

A Agricultura, a Indústria quanto elas não evoluiram aí em dois anos ? Enquanto nas escolas estamos ainda na base do giz e do quadro negro; quanto tempo? Quanto tempo ? ...

A valorização do profissional de educação, que é outro componente, ou seja, a valorização e formação dos profissionais competentes .E ao falar em formação, é uma auto crítica , da própria escola, porque compete a própria escola particularmente universitários formados ,a valorização e a formação destes profissionais competentes vai estar subordinada à autorização de /

de recursos didáticos eficazes , atualizados. Não importa , ser um excelente médico formado pela Universidade , se vai para o / meio do mato, e tem que operar com facada.

Além do currículo pleno, dos recursos materiais e didáticos, propomos para uma escola eficiente , uma metodologia / didática que corresponda às necessidades de cada realidade.

Neste aspecto estamos também de pleno acordo com a Secretaria de Educação, quando diz:" O ponto de partida pode ser o mais divergente , o mais diferenciado ",porém, a meta tem que ser unificada. Nós temos que saber aonde queremos chegar com a Educação. E para poder chegar temos que dispor de uma metodologia didática, eficiente.

E, finalmente, este foi o único que não foi mencionado hoje. É nosso conceito, a escola séria, implica a implantação de uma sistemática de avaliação justa e estimulante.

Justa todos sabemos, temos que enfatizar o estimulante..EStimulante significa, uma avaliação que puxe pelo aluno ,que valorize o aluno, que o aluno sinta que está crescendo como cidadão, como cientista, como agente transformador, desde já.

Ser valorizado , talvez, mais que a avaliação, devíamos falar de valorização do nosso aluno... CLARO...

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

21/03/89 -1- 16:55 ARO

O SENHOR PROF. JOSÉ ANTONIO - ... claro, que tal proposta das nossas instituições escolares, não importa se públicas ou particulares, laicas ou conpensionais. E assim, séries sólidas e arrojadas que dêem suporte, garantia e eficácia exigida pela sociedade e pelos pais. E aqui está a guerra neste grande desafio para educadores e legisladores. E é neste aspecto caprichado que se (inaudível) ... Qual a fonte e o destino das idéias educacionais. Vocês verão, aqui um ponto polêmico, embora não tenha sido ressaltado. Nós vamos apresentar a antítese de algumas observações anteriormente feitas. Da fonte todos sabemos, do destino, só Deus sabe.

Do nosso ponto de vista a pergunta nem deve ser colocada em termos de destinos das verbas, para onde vão as verbas. A nossa pergunta, não sei se vai mais fundo, se vai mais alto ou se fica na média, mas, é principalmente, em quais são os termos da sua aplicabilidade eficaz ou seja, não importa é o nosso conceito de Educação católica, não interessa tanto qual o destino das verbas, nos interessa mais a aplicabilidade eficaz. Queremos dizer, onde aplicar com maior retorno social o dinheiro público da Educação? POrque o privado cada um manda, porque os outros devem aplicar o seu dinheiro. Agora, o dinheiro público, onde aplicar? Em nossos conceitos, pela coerência do discurso e da prática uma resposta se encontra; nas escolas competentes. Escolas competentes não há filas existentes. REfiro-me que o recurso seja aplicado com competência, com resultados, e não jogados de qualquer maneira. Se as verbas são minguados, mais uma razão, aliás, irrefutável para que sejam bem aplicadas. Se o dinheiro abunda, então, é só largar o bolso agora, se o dinheiro falta, maior deve ser a nossa perspicá-

XXX perspicácia, a nossa seriedade.

Numa perspectiva de Educação Católica, portanto, universal, sem discriminações, porque a escola católica tem ateu, tem Judeu, tem crente, tem tudo. Eu trabalho nessas cento e sete escolas católicas. Ninguém tem o rótulo na testa escrito CATÓLICA. Ali é aberto para qualquer um, até para aqueles que atacam a própria escola católica, os estudos estão lá. Não encontramos a explicação para oxxxxxx os seguintes fatos: se contrói, isto é particularmente para os Senhores Deputados, se controem edifícios escolares do outro lado da rua, onde já existe uma escola ociosa, estou falando com conhecimento de causa, há varios que estou percorrendo o Paraná. Várias cidades do interior do outro lado da rua se constrói um escola nova, zero quilômetro, do outro lando anterior está um escola ociosa, salas vazias, não entendo, não entendemos. Também não entendemos que se deixe crianças e adolescentes fora da escola e carteiras vazias dentro xxxxxxx das salas de aula, gente, quando sabemos, de acordo com a Secretaria de Educação que o acesso à escola não é assim tão fácil como se vê. Então, a preocupação de atender a demanda de vagas, que passa em primeira instância pelas instalações física, sem isso nada feito. Sabemos que temos escolas ociosas, salas vazias e não é vazias à noite, é vazias de manhã, é vazias à tarde. Não dá para entender que XX País tão rico é este que se dá este luxo, este desperdício.

Não dá para entender também que se dê gratuidade xxxx aos alunos universitários, oriundos de famílias abastadas e se exige o pagamento aos alunos de baixa renda, não dá para entender. Também não dá para entender que se permita, sem maiores exigências, que alunos universitários tranquem matrículas nos cursos, matriculam- se em outros...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES - ... em outros e, entretanto, jovens esforçados nem as portas da universidade se abrem, enquanto que outros perambulam de curso em curso por vários anos com um gasto muito oneroso para o Estado.

Finalmente também não entendemos porque se facilita a gratuidade total de uns e se exige pagamento integral de outros, embora uns e outros terminem servindo por igual a mesma sociedade a qual pertencem. Um engenheiro saido de uma escola pública vai sair do mesmo jeito que os outros que saíram de ~~xxxxx~~ uma fundação ou de uma universidade ou faculdade privada.

Quanto as suas exigências e à solicitação do mercado e o seu espaço a ser conquistado vai ser exigido por igual. O que propomos afinal? Propomos uma coisa simples: primeiro que o fato seja focalizado no âmbito pedagógico em 1º lugar porque se nós resolvermos bem o pedagógico em 1º lugar ~~xxxxxxx~~ nós garantimos a função social da escola.

De acordo com isso, propomos em 1º lugar a primazia da competência escolar, a primazia da eficiência, quer dizer, a primazia da ciência e dos valores, e em função dessa primazia que devem estar os debates, as leis que os Srs. Deputados irão formular e os recursos disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Eu quero agradecer a intervenção dos representantes da Associação das Escolas Católicas que vieram atender ao convite desta Comissão e ~~xx~~ também por solicitação do Episcopado Paranaense e quero também agradecer a presença na audiência da Irmã Diretora da Escola de Enfermagem, Catarina Laburé; a Irmã Filha de Caridade São Vicente de Paula, Irmão Maria Turkevisk , que faz daquela escola um centro de excelência na formação de profissionais, centro de excelência que se reflete no primado do Hospital Nossa Sra. Das Graças entre os vários hospitais do Paraná.

Eu convido a tomarem assento à Mesa os magníficos reitores dasUniversidade de Londrina, Prof. Jorge Bounassar Filho, da Universidade de de Ponta Grossa, João Lubezik, que ainda não é a vez

vez de vocês falarem, mas eu quero que venham honrar a Mesa com o brilho da presença.

Na sequência vamos ouvir os representantes do Fórum da Educação. Aqui estão representados o Prof. Mario Sérgio Ferreira de Souza, Prof. Odilon Carlos Nunes e a Profa. Olinda Evangelista.

Então, primeiro passao a palavra para o Prof. Mário Sérgio Ferreira de Souza. Eu tenho um outro compromisso agora ligado à cidade de Curitiba, qual seja de ultimar os detalhes da entrega p amanhã para a cidade da área chamada "Bosque Memorial Chico Mendes" que será amanhã às 11 horas da manhã e temos vários convidados de entidades ecológicas internacionais, inclusive na cidade, e nós queremos rebater aqui em Curitiba essa idéia de que os estrangeiros querem a Amazônia para si. Sarney andou fazendo isso, mas na minha opinião a Amazônia são as Malvinas do Sarney.

Eu vou me retirar e passao a Presidência dos trabalhos para o ilustre Deputado relator, convidadndo para que tome assento à Mesa o Deputado Costenaro que também é membro da nossa Comissão.

Eu agradeço muitíssimo a participação...

... Eu agradeço a participação de todos os Srs. e Sras. Deixo o compromisso da parte da Presidência e de todos os membros da Comissão de que vamos esgotar até a última letra essa discussão da questão da educação, da questão da inclusão do ensino religioso, da questão das verbas públicas, ou da abertura para escolas comunitárias. Faremos isso com a seriedade que exige o momento constituinte do Estado. Obrigado. Com a palavra o Sr. Mário Sérgio F. de Souza e passo a Presidência ao Dep. Haroldo Ferreira.

O SR. MÁRIO SÉRGIO F. de SOUZA - O Fórum da (Educação ?) formado por diversas entidades - (lê as entidades) - A nossa proposta (?) do ensino público gratuito e (Laico ?), verbas públicas mantidas pelo poder público, ensino fundamental orbigatório e obrigação também do Estado, de 1ª a 8ª série, as condições de permanência da criança na escola e do acesso da criança na escola é responsabilidade do Estado junto às comunidades. Que a questão democrática, como frisou a professora Gilda, não seja só a nível de escola, em todos os níveis da educação : desde o Conselho Estadual até o colegiado dentro da própria escola. Também apresentamos a questão de um conselho para fiscalizar a aplicação das verbas públicas dentro do ensino fundamental, dentro das escolas públicas. O Conselho Comunitário deve levar à sociedade oragnizada, principalmente à classe trabalhadora a participarem ativamente dentro desse processo de fiscalização das verbas públicas. A questão da valorização do profissional de ensino, passou pela questão do (PIS ?) que é o Plano de Carreira e principalmente pela liberdade para o professor fazer (?) diário, cotidiano dentro da sua, do seu trabalho. Propomos também (?) que é a questão de cada 5 anos, 7 anos o professor tem um ano ou dois anos para fazer especialização, a liberdade do professor escolher o tema dessa especialização E a questão democrática a autonomia das universidades que seja a mais democrática possível com a participação de todos os segmentos da comunidade: Estamos também dentro desse princípio defendendo

a não munipalização do ensino que é um debate longo e que nós devemos em outros debates discutir. E vamos tentar mostrar porque somos contra amunixipalização.

E uma das propostas nossas que é a estabilidade dos professores , aliás, a todos os servidores públicos com dois anos de serviço , apesar que defendemos dentro da nossa proposta os concursos públicos. Mas como o Estado não cumpre o seu... o estatuto do magistério, o estatuto do funcionário ...

O SR. MÁRIO SÉRGIO FERREIRA SOUZA - ... mas como o Estado não cumpre com o Estatuto do Magistério, o Estatuto do Funcionário Público que é de concurso de dois em dois anos conforme a necessidade, é que (?) acumulados serviço público, clientelismo e outros tipos de professores que não estão dentro deste processo, culpa e irresponsabilidade da administração.

Esta seria a nossa proposta, e propomos também o concurso interno.

Então, dentro deste princípio, da não municipalização pela luta da escola pública, gratuita e laica apresentamos a nossa proposta e estaremos acompanhando todos os movimentos da Constituição Estadual.

Era só!

O SR. PRESIDENTE (Haroldo Ferreira) - Na seqüência ouviremos o Profº Odilon Carlos Nunes, que falará a respeito das propostas do Comitê. Anteriormente, a Profª Olinda.

A SRª OLINDA - Inicialmente a título de informação gostaríamos de dizer que o Comitê de Defesa da Escola Pública, Gratuita e Unicersal vem se reunindo desde setembro do ano passado e a partir destas reuniões aprovamos as propostas que entregamos hoje a esta Comissão e que ontem já foi protocelada, vem assinada por 18 entidades que vou enunciar quais são.

O Comitê nasceu com a intenção de discutir o Capítulo próprio da Educação, da Constituição do Estado do Paraná e também com a inteção de continuar suas discussões em torno da Legislação do Esnino nacional e Estadual. Não é um Comitê fechado, embora 18 entidades estejam assinando; mas assim que outras entidades forem se problematizando para o tipo de abordagem que o Comitê está realizando na esudação pública, elas poderão ir entrando e participando livremente. É o resultado, este documento final, de um estudo feito de vários outros estados do Brasil e entidades com suas propostas.

E a partir do texto da Constituição Federal nós elaboramos um capítulo para a Constituição paranaense.

Passarei a ler o capítulo que estamos propondo para que não corramos o risco de excetuar questões importantes ou acentuar questões que consideraríamos mais urgentes. Depois da leitura o Professor Odilon fará destaque deste documento. Escrevemos o documento já sob a forma de um capítulo e colocam

por artigos, incisos e parágrafos para facilitar depois o trabalho da própria Comissão.

Passaremos à leitura simplesmente.

(Lê)-

" Artigo 1º - A Educação ..... " .....

21/03/89 COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL ACS

17:15 - 1 -

A SR. OLINDA... Passa a ler o documento: COMITÊ DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA GRATUITA E UNIVERSAL PROPOSTA PARA A CONSTIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.

Sirtan 17:15 21/3/

17:15 a 17:20

67

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
SERVIÇO DE PROTOCOLO

Requerimento N.º 2144

Data da entrada: 20.3.89

Requerente: A.P.P

Proposta constituinte

NOTA — O interessado deverá trazer consigo o presente cartão, quando quizer ser informado do andamento do seu requerimento.

COMITÊ DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA GRATUITA E UNIVERSAL

PROPOSTA PARA A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

COMITÊ DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E UNIVERSAL

PROPOSTA PARA A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO ESTADO DO PARANÁ

ART. 1º - A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, inspirada nos princípios de igualdade social, liberdade, solidariedade humana e bem estar social, será promovida e assegurada pelo governo estadual, em colaboração com a União e os Municípios.

ART. 2º - É finalidade da educação:

I - formar seres humanos plenamente desenvolvidos, capazes de compreender os direitos e deveres da pessoa humana, do Estado e dos diferentes organismos da sociedade;

II - socializar o saber historicamente acumulado e preparar o indivíduo para compreender os princípios fundamentais do trabalho e da organização da sociedade contemporânea, nas dimensões históricas e sociais, para o exercício da cidadania;

III - promover o fortalecimento da unidade nacional e solidariedade internacional, assim como a preservação, difusão e expansão do patrimônio cultural da humanidade.

ART. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para acesso e parmanência na escola pública;

II - gratuidade do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, mantido pelo poder público estadual e municipal;

III - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

IV - valorização dos profissionais do ensino, garantidos na forma da lei planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivo por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Estado e Municípios;

V - garantia de padrão de qualidade em toda a rede e níveis de ensino segundo critérios a serem definidos em lei complementar;

VI - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VII - **garantia do ensino público e laico sem distinção de sexo, etnia, idade, confissão religiosa, filiação política ou classe social;**

VIII - gestão democrática e colegiada do ensino público e daquele que o poder público subsidiar, direta ou indiretamente, com eleição direta de dirigentes de instituições de ensino, nos seus vários níveis, a ser normatizada em lei complementar.

ART. 4º - O dever do poder público estadual e municipal, dentro das atribuições que lhe forem conferidas por esta Constituição, será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - assistência técnica e financeira aos municípios para o desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar;

III - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio e pré-escolar;

IV - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino público;

V - atendimento em creche, sem ônus para o orçamento da educação;

VI - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística;

VII - oferta de ensino público noturno, regular e supletivo, adequado às necessidade do educando, assegurado o mesmo padrão de qualidade do ensino público diurno regular;

VIII - atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental e médio, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, sem ônus para orçamento da educação.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, estadual ou municipal, ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao poder público estadual, com a colaboração dos Municípios, recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

ART. 5º - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

I - É assegurada a gratuidade do ensino a ser ofertado pelas instituições de ensino superior mantidas pelo poder público estadual;

II - compete ao poder público estadual, no âmbito de sua competência autorizar e supervisionar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior, mantidos pelo Estado e por entidades privadas.

ART. 6º - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e estadual;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público competente.

parágrafo único: legislação complementar definirá normas para o cumprimento do disposto neste artigo.

ART. 7º - Compete ao poder público estadual normatizar e garantir a efetiva aplicação dos conteúdos mínimos fixados para o ensino fundamental de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos universais, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de natureza interconfessional e de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

ART. 8º - O poder público organizará em regime de colaboração com os Municípios o sistema estadual de ensino, a ser definido em lei complementar, tendo em vista o sistema Nacional de Ensino.

ART. 9º - O Município atuará, prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar podendo atuar também nos níveis mais elevados de ensino se a demanda do ensino fundamental estiver quantitativa e qualitativamente atendida.

ART. 10 - O poder público estadual e municipal aplicará anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, prioritariamente nos níveis fundamental médio, pré-escolar e da educação especial.

parágrafo único: A parcela de arrecadação de impostos transferida pelo Estado aos Municípios não é considerada, para efeito de cálculo previsto neste artigo, receita do governo do Estado.

ART. 11 - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, objetivando atender todas as necessidades exigidas para universalização do ensino fundamental.

§ 1º - Cumpridas as exigências dispostas no caput deste artigo, as verbas poderão ser destinadas às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas cujas mantenedoras apresentem comprovante válido juridicamente, demonstrem suas finalidades não lucrativas e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

§ 2º - Os recursos destinados às entidades comunitárias, confessionais e filantrópicas terão finalidade específica, sua destinação será explicitada no instrumento legal de transferência e será de domínio público.

§ 3º - As entidades comunitárias, filantrópicas ou confessionais que se enquadrem no parágrafo primeiro deste artigo destinarão seu patrimônio a outra da mesma natureza ou ao poder público caso encerrem suas atividades.

ART. 12 - O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

§ 1º - As empresas, conforme preceitua o artigo 7º, item XXV da Constituição Federal, deverão oferecer atendimento aos filhos de seus funcionários na faixa de 0 a 6 anos, na forma da lei, independentemente da contribuição do salário-educação para o ensino fundamental.

§ 2º - Os recursos advindos do salário-educação não integram o percentual de 25% estabelecido nos termos do art.10, devendo ser transferidos de imediato à Secretaria de Estado da Educação e aplicados por ela prioritariamente na manutenção das escolas, na aquisição de material e equipamento escolar e na melhoria da qualidade do ensino.

ART. 13 - As atividades universitárias de pesquisa e de extensão poderão receber apoio financeiro do poder público.

ART. 14 - O poder público estadual criará e manterá a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Paraná atribuindo-lhe dotação mínima correspondente a dois por cento de seus impostos, excluídos os percentuais definidos no artigo 212 da Constituição Federal, como renda privativa de sua administração.

ART. 15 - O Governo do Estado do Paraná publicará, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre do ano civil, informações completas e detalhadas sobre a receita estadual e os recursos efetivamente aplicados na educação.

ART. 16 - Os recursos destinados a obras de infra-estrutura, mesmo que direta ou indiretamente beneficiem a rede pública escolar, não serão considerados aplicações para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

parágrafo único: o poder público estadual criará um fundo especial, excluídos os recursos definidos no art. 212 da Constituição Federal e os provenientes do Salário-Educação, para a aquisição de terreno, construção, ampliação, reforma, equipamento da rede escolar do ensino público fundamental, médio, regular e supletivo, pré-escolar e educação especial, bem como planejamento, pesquisa, desenvolvimento de pessoal e assistência ao estudante.

ART. 17 - Lei Complementar estabelecerá o plano estadual de educação ~~de~~ duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do país.

ART. 18 - O Conselho Estadual de Educação, a ser regulamentado em Lei Complementar, é órgão deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador do sistema de ensino do Estado do Paraná e constituir-se-á em unidade orçamentária de despesa, garantidos os princípios da autonomia e representatividade na sua composição.

ART. 19 - Serão criados Conselhos Comunitários, ao nível do Estado e dos Municípios, compostos por representantes das entidades da sociedade civil com finalidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos dispositivos constitucionais relativos ao Ensino e à Educação.

Disposição transitória:

Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinqüenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição Federal, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Curitiba, 20 de março de 1989.

APP - Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais no Paraná.

Comitê de Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal.

Entidades que assinam este documento:

1) APP-Sindicato dos Profs. das Redes Públicas Estadual e Municipais no Paraná

2) Conselho Estadual de Educação do Paraná

3) Departamento de Métodos e Técnicas da Educação URPR

4) Departamento de Teorias e Fundamentos da Educação - UFPR

5) A APEEPR - Associação de Professores de Espanhol do Estado do Paraná

6) Sindicato dos Sociólogos do Paraná

7) Associação Interconfessional de Educação de Curitiba

8) SEED - Secretária de Estado da Educação

9) Departamento de Planejamento e Administração Escolar - UFPR

10) União Metropolitana dos Estudantes Secundarista de Curitiba UMESC

11) União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná UDIME

12) Centro Acadêmico Anisio Teixeira - Setor de Educação - UFPR

13) Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná

14) Associação dos Professores de Francês do Paraná

15) Associação dos Professores de Língua Alemã

16) Associação dos Professores de Língua Inglesa do Estado do Paraná

17) Secretaria Municipal de Educação de Cascavel

18) Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e do Desenvolvimento Econômico

COMISSÃO DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

21/03/89 -1- 17:25 ARO

A SENHORA PROFESSORA OLINDA - ...(Termina de ler documento sobre Comitê da Defesa Pública, gratuíta e Universal - Proposta para a Constituição do Estado do Paraná).

Então, agora, vamos passar a palvra para o Professor Odilon que vai fazer alguns destaques nesta proposta.

O SENHOR PROF. ODILON - A minta intenção é, basicamente, a de explicar algumas diretrizes que foram adotadas em relação à ~~elaboração~~ nossa proposta.

A Professora Olinda já destacou de forma enfática o modo como encaminhamos os nossos debates, as nossas discussões. A partir de propostas que foram apresentadas por cada entidade, dentro daquelas entidades que compõem o Comitê, passamos a fazer reuniões sistematicamente, esgotando os vários pontos contidos nas diferentes propostas e chegamos a este documento final, a este documento síntese.

Nós entendemos que a nossa tarefa não deve ser apenas a de configurar, a de elaborar, a de apresentar mais uma ~~xxxxxx~~ proposta. Nós entendemos que o processo educativo, pela sua natureza, pelo modo como que ele ocorre na sociedade brasileira, acaba por exigências bastantes sérias, bastantes severas, eu poderia até dizer. Nós estamos diante de um quadro educacional que vem apresentando problemas que já são crônicos. Já se disse diversas vezes que as estatísticas sobre a Educação são, basicamente, as mesmas nas últimas quatro ou cinco....

O SR. ODILON NUNES - ... cinco décadas. Isso signfica que vimos mantendo as mesmas taxas de evasão, perda escolar, de repetência, daquilo que se convencionou chamar enfim de fracasso escolar. Há o problema ainda de qualificação do Corpo Docente, os problemas técnicos, metodológicos, etc. e etc.

O quadro se apresenta com tal gravidade que nos parece que o desafio é de configurar uma proposta que de fato encaminhe soluções. Por isso, desde logo recusamos a tônica corporativa, recusamos a ótica do privado, do particular. Achamos que ou nos articulamos através das várias entidades e unificamos o nosso ponto de vista, ou não seríamos capazes de fazer face a esse desafio sério diário que se coloca em relação à Educação Brasileira. Nós sabemos que estamos nesse caso de algum modo nos associando a um processo de cunho legislativo, em caráter legislativo, e que se trata, portanto, de um processo parcial, cujas possibilidades implicam em certos limitações. Mas entendemos que talvez seja o momento de darmos um passo e um passo que possa ser decisivo no sentido de condução de um novo patamar para a Educação Brasileira. Ainda que todos os problemas não venha a ser equacionados, é preciso que pelo menos algumas das precariedades daquelas mais acentuadas venham a ser enfrentadas para que a gente construa um outro padrão de ensino no Brasil, já que estamos diante de um padrão ainda bastante insatisfatório.

Eu gostaria também de chamar a atenção para o fato de que as teses que estão contidas em nosso documento não são teses que expressem o ponto de vista apenas das nossas entidades. Há um reclamo nacional, há uma mobilização nacional em torno desses pontos que estão contidos nesta proposta. O que estamos tentando fazer, portanto, é articular no Estado do Paraná a esse processo de cunho nacional que já vem se desensvolvendo já há algum tempo. Entendemos até que isso é condição para que a solução possa ser de fato satisfatória. Movimentos localizados, regionalizados não dariam conta dos problemas que se têm na Educação Brasileira.

Feitas essas observações, eu gostaria de chamar a

atenção ainda e de forma rápida para alguns pontos que eu chamaria de pontos básicos que compõem a estrutura do nosso documento apresentado pela Profa. Olinda. Nós partimos do suposto - e eu entendo que essa questão é simples, mas também vital - de que a escola é um fato universal e que não podemos tergiversar em relação a isso. A escola é uma coisa que ~~xxxx~~ deve estar colocada do mesmo modo, independentemente da sua localização geográfica, da sua região, do seu município.

A escola é uma instituição que na modernidade responde pela tarefa de veicular o ~~xxxxx~~ chamado saber erudito, o chamado saber organizado, saber que se constitui, que se constrói de modo universal, saber que é fomentado pelo desenvolvimento do conjunto das relações sociais, saber que não é próprio do País industrializado, ou do país mais atrasado: saber que é síntese das relações sociais que são travadas numa sociedade como a que se tem no dia de hoje.

É preciso ter claro essa compreensão para que não cometamos o equívoco de pensar uma escola defasada do nosso tempo, uma escola que não faça juz ao nosso tempo, a escola referida àquelas repartições regionais, repartições regionais que foram próprias do período medieval, de uma organização de tipo feudal, de natureza feudal.

É tal o grau de organicidade da sociedade moderna...

O SR. ODILON NUNES - ... das sociedades modernas, organicidade que se põe com força cada vez mais efetiva, que a escola ou está dotada dessa mesma organicidade ou não vai à frente as suas tarefas, ou não dará cumprimento às suas finalidades. A escola é uma só, a escola é universal, deve ser a mesma deve passar conteúdos universais, a escola deve passar a mesma matemática. A matemática constituída como expressão universal. Isso para nós é ponto básico, isso para nós é pressuposto, é ponto de partida e é por isso e não por outras razões que nós constituímos, que nós elegemos, que nós indicamos alguns outros pontos como sendo fundamentais, por exemplo, o dever do Estado em relação à educação. Porque na modernidade o Estado é a única instituição dotada de recursos, de meios, de condições para se criar, para desenvolver, para fomentar esta escola enquanto instituição universal. A escola atrelada , ou a escola vinculada à família apenas, ou à igreja apenas, ao bairro , à comunidade vicinal, etc, perderia de vista o seu significado universal. É o estado quem tem os recursos e os meios necessários, indispensáveis para que a escola se ponha, na prática, como fato universal.

E por isso que a nossa proposta, no 1º art. : " A educação é dever do Estado." E entendemos que não cabe sofisma com relação a isso. É por essa razão, pelo mesmo motivo que entendemos que a escola deva ser pública e que a escola pública é que deve se constituir num eixo de condução, de desenvolvimento das políticas de ensino. É o Estado que sustenta e a escola pública que desenvolve o processo pedagógico , o procedimento pedagógico, é a escola pública que, pela sua natureza, poderá desenvolver um ensino de tipo universal. Tem o risco dos particularismos a todas as instituições que estão submetidas numa sociedade como a nossa. A escola pública é uma escola para todos. Uma escola que não professa um ponto de vista particular. Uma escola que pode concretizar o sentido universal da educação.

Também nessa mesma linha de razões, entendemos a questão da necessidade de criação de um sistema nacional de ensino.

ensino. É possível dizer que no caso brasileiro desde o século passado, em meados dele, pelo menos, vem se desenvolvendo esforços no sentido de constituição de um sistema unificado, um dis tema nacional de ensino. Esses esforços quase sempre esbarraram em todo um conjunto de dificuldades a ponto de podermos dizer que esta tarefa não está ainda concluída. estamos diante de mais uma oportunidade histórica, no sentido de reforçar os meios, os elementos necessários à criação, mas à criação efetiva de um sistema nacional de ensino. Sistema nacional que evidentemente se constituirá a partir dos esforços da União, a partir das tarefas que serão próprias do Estado, a partir também da ajuda, do auxílio do município.

Se abraçamos esse ponto de vista devemos compreender e com clareza, que não se trata de contrapor Estado - Município, Município à União etc ... Nos parece que fica mais fácil compreender que a proposta da municipalização contém elementos falaciosos. Contém armadilhas, contém emboscadas e por vezes perde de vista este caráter necessariamente unificado do ensino. A indicação que eu estou fazendo é, ou criamos um sistema nacional ou também não concretizamos a escola, a educação como fato universal. O nosso documento está, os pontos contidos nele estão sempre remitidos e essa é a referência mais importante, mais fundamental à construção desse sistema nacional de ensino. Evidentemente que isso não subtrai a importância do Estado ...

O SR. ODILON CARLOS NUNES - ... Evidentemente que não subtrairi a importância do Estado nem a importância dos municípios.

É nesta ótica, parece-me, que temos que pensar na questão dos recursos. Como assegurar a educação como um fato universal, como criar sistema nacional de ensino, como criar sistemas estaduais fortes e unificados se não reservarmos recursos necessários à manutenção desse projeto tão custoso como o projeto educativo. No documento firmamos de forma clara o ponto de vista de que: recursos públicospara escolas pública, atendida a demanda poderemos pensar em outras fórmulas. Foi ponto concensual o de que a destinação da vrba pública será fundamentalmente para a escola pública. Num outro quadro social e sob outras condições é que pensaríamos em outros canais de antendimento da demanda por escolarização. E finalmente à luz das condições sociais e políticas que se tem numa sociedade como a nossa, achamos necessário incluir a criação de alguns mecanismos que de algum modo ~~exiassem~~ atuassem no sendido do controle dos organismos da educação. Já se disse anteriormente que se o Estado cumpre o papel de educador para que cumpra de forma efetiva é preciso que também seja educado. Se o Estado se constitui como controlador da sociedade civil é preciso que de algum modo se criem mecanismos de controle do Estado.

Daí, duas proposições que aparecem no nosso documento. A primeira,no sentido de re formulação do Conselho Estadual de Educação, visando garantir basicamehte dois princípios: o da sua autonomia e o da represntatividade.

Entendemos que os Conselhos de Educação têm também o papel fundamental relativa,ente ao delineamento das políticas de ensino. Mas é preciso que eles sejam compostos, constituídos de modo a representar a sociedade com seus anseios. É preciso resguardar a autonomia do Conselho em face do Poder Executivo pelo - e posso até me expressar deste modo - caráter voraz do Poder Executivo em sociedades do nosso tipo.

A segunda, no sentido de criação de Conselhos Comunitários ao nível do Estado e dos municípios. Conselhos que representariam a sociedade civil e cumpririam um papel fical, de acompanhamento da implementação das políticas educacionais, e basicamente do cumprimento por parte do Estado dos dispositivos contidos na Constituição.

Era o que tinha a explicar com relação à nossa proposta.

Estamos aqui com várias pessoas que compuseram os trabalhos do Comitê e estaremos à disposição para outras explicações.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (H aroldo Ferreira) - Agradecendo a participação do Professor Odilon e da Professoara Olinda, que apresentaram a proposta para a Constituição do Estado do Paraná, represen ando o Comitê de Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal ,. ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ com aparticipação de 18 entidades anteriormente citadas, nós da Comissão de Ordem Econômica e Social temos a certeza de que seja uma contribuição importante e devalor decisivo para a aferição ~~d~~ o estudo dos Deputados desta Comissão ~~para a~~ na proposta da questão na Constituinte do Estado do Paraná. Haja visto que este grupo propõe através de uma integração, de forma pluralista fazer esta proposta para a Constituição do Estado do Paraná.....

O SR. HAROLDO FERREIRA (PRESIDENTE)...para a Constituição do Estado do Paraná e entendo também que esta organização deva se amnter após a Constituinte para ajudar também ~~sobre a que~~ a deliberar sobre a questão, como acontece hoje à / nível Nacional, na lei diretriz de base também à nível de EStado.

Nós esperamos e a Assembléia Legislativa do Paraná na sua ~~ordi~~ legislação ordinária, precisará da contribuição desses vários segmentos da educação, para que a / gente possa em defesa da educação no Paraná, apresentar o que seja de melhor para todos paranaenses.

Nós tivemos no início dos nosso trabalho a oportunidade de ouvir o Reitor da Universidade de Maringá, o Doutor Fernando, em função de um compromisso hoje à tarde, ele se~~ap~~ apresentou no início dos trabalhos. Na sequência, nós teremos a oportunidade de ouvir os Reitores das Universidades de Londrina e de Pônta Grossa, que aqui estão presentes. Eu gostaria na se-/ quência de conceder a palavra ao Reitor da Universidade de Londrina, Doutor Jorge Bonassan filho.

O SR. JORGE BONASSAN - Inicialmente eu gostaria de agradecer a oportunidade que esta Casa oferece aos segmentos que labuta na área de Educação e hoje com muita satisfação, eu não sabia, estamos aqui todos, 1º, 2º, 3º e 4º grau de ensino tentando buscar à nível de Estado do Paraná o melhor para a área de Educação, parabenizando por essa iniciativa. Nós gostaríamos de inicialmente dizer que tem sido uma constante a discussão no âmbito das Universidades a questão das Constituintes, inicialmente a Constituição Federal e também agora as Constituições estaduais. Falo também na qualidade de Presidente do Fórum das Universidades Estaduais e Municipais brasileiras, que cujo ~~fóum~~ fórum tem se preocupado com esta questão das Constituições Estaduais e tem buscado também propor no âmbito / de cada um dos seus Estados e de suas instituições, porpostas que / venham a satisfazer as necessidade não só do ensino superior, mas / também de o setor de educação de nosso Estado. Também gostaria de

O SR. JORGE BASSAN... gostaria de fazer um registro nesse momento que nós ouvimos agora pouco a apresentação do documento do Comitê de Defesa Da Escola Pública, gratuita e / universal e com bastante satisfação vejo que uma série de pontos que nós discutimos e levantamos no âmbito do fórum das Universidades, estão resguardados estes documentos, o que realmente vem mostrar uma certa união de pensamentos com objetivos comuns.

Eu tenho um pequeno receio de ser repetitivo em função das coisas já colocadas, já que que estamos quase que pelo final desse encontro, mas alguns pontos nós gostaríamos de / enfocar. Inicialmente dizer que a Universidade brasileira passa / hoje, realmente por um momento de grande questionamento e este / grande questionamento tem levado as instituições a uma ~~auto~~crítica muito séria...

O SR. DR. JORGE FILHO-...auto crítica muito séria , e tem feito com que esta preocupação atingisse a todo o segmento universitário , principalmente naquilo que diz respeito à integração da Universidade, como um processo de desenvolvimento nacional e a integração da Universidade com toda o sistema de / educação. Me parece que isto também já foi abordado hoje aqui, pelo colega Fernando, e infelizmente, eu não estava no momento também eu gostaria de ser efetivo nesta hora. Mas, esta é uma / das preocupações, é um dos princípios que nos têm norteado, que é a busca da Universidade no cumprimento efetivo do seu / papel.social.

O tema que nos colocaram para a apresentação é :Autonomia Universitária e a Constituinte;então, nós gostaríamos de começar por aí ,e talvez, evoluir o pensamento discutindo aspectos mais amplos também, da questão universitária. De qualquer forma, vale dizer que, para a ~~confecção~~ consecução dos objetivos da Universidade , autonomia, a tão falada autonomia universitária, é um instrumento indispensável ;é um instrumento, que sem o qual, ela pura e simplesmente não consegue atingir os seus objetivos.

Por isto, desta questão, desta polêmica toda e conquistada ao final na Constituição Federal, que é o Artigo 207 , que inclusive se propõe , neste documento já encamimhado à Constituição ~~Federal~~, Estadual, a repetição pura e simples desse Artigo, como já foi dito , que "As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino , pesquisa e extensão."

Então, concordamos pura e simplesmente com este Artigo ~~constitucional~~ , na sua total repetição , na Constituição / Estadual, sem nem um reparo e sem nem um acréscimo,já que desta forma, as Uinversidades entendam efetivamente a autonomia preconizada no Artigo 207, ela sem dúvida nenhuma terá, condições para desempenhar o seu papel perante a sociedade .Este

Este papel é um papel que atualmente a Universidade não tem conseguido , que é realmente ser a vanguarda ,que é ser a geradora do conhecimento, que é ser o instrumento capaz de transformação da sociedade ;aquilo que, a nossa sociedade brasileira está necessitando ,tendo em vista o alto índice / de dependência que o Brasil tem hoje , a nível internacional.

Então, sem dúvida nenhuma esta foi uma grande conquista, que nós esperamos também ver consolidada a nível dos Estados, e das Universidades Estaduais.

Convém dizer que,quando, se fala em autonomia didático-científica , quando se fala em autonomia acadêmica ,significa que a esta instituição cabe realmente a a escolha dos processos e métodos que devam ser usados na aquisição, transmisão, conservação, avaliação e aplicação do conhecimento. Significa a independência para a livre investigação da verdade ; a formação científica e profissional , a criação cultural desinteressada;resultando o direito a estas instituições de criar, implantar, / organizar, modificar e extinguir cursos ,programas e unidades universitárias:definir currículos , respeitadas as profissões / regulamentadas por Lei, e definidas na Constituição Federal.

Fixar critérios para a seleção , promoção e habilitação dos estudantes. Conferir e autorgar títulos , diplomas e certificados .Dessa forma,nós vemos que o Estado deverá elaborar de forma democrática , o Plano Estadual de Educação, que também já foicitado aqui anteriormente, levando em conta o diagnóstico /e necessidades apontadas nos planos municipais de Educação, e respeitadas as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional da Educação, buscando como já se colocou também ...

O SENHOR JORGE BOUNASSAR FILHO - ... também uma integração a' nível nasional.

Com relação ao Conselho Estadual de' Educação que deverá ser estabelecida através de Lei complementar, nós também concordamos que ele deverá atuar como órgão ' normativo, consultivo e deliberativo do Conelho Estadual, respeitada a autonomia universitária no seu"rall" de aplicação. Será uma entidade autônoma e terá ~~xxxxxxxxxxxx~~ composição ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ onde se garanta participação do Governo, do Legislativo, das entidades educacionais e da sociedade civil de tal forma que nós tenhamos, como já foi dito, o Conselho Estadual de Educação isento das questões conjunturais ' mas, um ~~xxxx~~ conselho envolvido nas questões de Educação e representado por ~~xxxx~~ segmentos que tenham a haver com o sistema educacional e também autorização...

A SENHORA - Não é que ele seja tanto,Magnífico Reitor.

O SENHOR JRGE BOUNASSAR FILHO - Sim, mas, é preciso tambem ' particularizar, pois existem Estado aonde a questao é muito séria. Também ele autorizará ' a criação, funcionamento e fiscalizará as escolas privadas de primeiro segundo e terceiro graus. Então, se está bem caracterizado que o ensino privado tem que ter esta fiscalização.' Eu até gostaria de perguntar depois o pessoal~~xxxxxx~~ porque ' me deixou uma certa dúvida a questão da participação do Estado XX versos a participação ~~xxxxxxxxxx~~ Conselho Estadual de Educação na fiscalização daquilo que é o privado e daquilo que é o ensino chamado na Constituição oficial, como nós já conhecemos, o ensino público.

Com relação a questão da autonomia ' administrativa ela é nada mais nada menos do que uma instrumental de que a universidade precisa para a consecução dos ' seus objetivos. Então, ela precisa ter capacidade de auto-or-

auto-organização e de criatividade, visando atingir os objetivos maiores, xxxxxxxa quais sejam o ensino, a pesquisa e a ' extensão, satisfazendo inclusive aquilo que é um preceito constitucional da indissociabilidade do ensino-pesquisa e extensão, xxxx Deverá resguardar os princípios constitucionais, aos quais estão sujeitos as administrações públicas que escrece o Artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, ' impessoalidade, moralidade, publicidade, entre outros. Siginifica também xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxr a capacidade de estabelecer uma política de pessoal docentes e de servidores na ' instituição universitária, criar carreira específicas, respeitar as exigências mínimas de acordo com o que diz o Artio 3xx 39 e o Artigo 206, inciso V da Constituição Federal. Quando ' fala em plano único de carreira e quando fala na necessidade' da organização do magistério a nível oficial.

Nós acreditamos que é possível estabelecer critérios mínimos, mas, que também se dê liberdades ' às instituições universitárias de criar carreiras específicas em função da realidade de cada instituição. Criar, modificar, extinguir, cargos e funções. Contratos, contratar e demitir ' funcionários, observada a legislação pertinente. Firmar contratos, acordos e convênios.

A questão da gestão financeira e patrimonial. Essa é uma questão que, principalmente no Estado' do Paraná, foiuma questão longamente debatida, inclusive nesta casa, quando em épocas passadas, discutia-se a famosa lei da autonomia universitária e hoje, graças à Nova Constituição, me parece que este assunto fica inteiramente esclarecido. Havia muita dificuldade de tentar mostrar a todos que quando se falava em autonomia financeira não se falava em soberania, não se falava em poço sem fundo. E hoje a questão gestão financeira esclarece bem mais, em que pese seja um termo mais restritivo ao que nós tínhamos antes, mas, eu acho que esclarece bem

esclarece bem esta questão e significa nada mais do que elaborar ~~xxx~~ e/ou alterar propostas orçamentárias e executar o seu orçamento. À instituição cabe elaborar,propor e executar de acordo com as suas necessidades internas. Realizar investimentos, gerir os recursos obtidos, receber, guardar, aplicar e pagar. Autonomia para os atos relativos a obtenção e ao dispêndio do dinheiro necessário ao funcionamento da instituição. Os estatutos de cada universide formalizaram o exercício da respectiva gestão financeira e patrimonial...

O SR. JORGE BONASSAR FILHO - ... patrimonial interno no âmbito de cada instituição. Isso significa que deve caber à Universidade a dotação de recursos compatíveis com a possibilidade do Poder Público, mas cabe à Universidade gerir esses recursos independente de dotações extra-universitárias. A Universidade vai dever sim explicações à sociedade ~~xxxxxx~~ da aplicação desses recursos, na consecução dos seus objetivos sociais. Para isto, ela deve ser fiscalizada para a aplicação de recursos, inclusive propomos que essa fiscalização passe internamente com representações da sociedade civil, dos conselhos superiores das universidades, mas a decisão é uma decisão das universidades na aplicação daquilo que, enquanto ambiente universitário, e a visão que a Universidade tem da ~~Unixxxx~~ sociedade, também que ela possa direcionar o seu recurso em função da sua capacitação.

É evidente que aí vem a questão do dinheiro, e nós propomos como instrumental indispensável à consecução dos objetivos da universidade e exercício de sua autonomia constitucional, a fixação de dotações globais de recursos do Estado às instituições, fixando-se percentuais de participação na arrecadação, o chamado ICMs, em níveis definidos de forma a garantir a manutenção a níveis atuais, acrescidos de um percentual de expansão real. Isso

Isso é um instrumento importante, e a gente sabe muito bem e essa autonomia tem de estar resguardado do recurso, e na situação econômica, fiananceira vigente, as universidades realmente não têm como instrumento de planejamento um orçamento. Nós não temos como fazer um planejamento de manutenção sequer, quiçá até de investimento, de expansão, de maneira que a universidade possa estar acompanhando o desenvolvimento da sociedade, porque hoje pura e simplesmente esse orçamento não existe. O orçamento, em que pese a questão inflacionária, depende de todas às vezes em que se torne necessária uma revisão orçamentária, passar pelo Executivo, enquanto que a linha da nova Constituição faz com que deixe de ser o Executivo o definidor dessas questões orçamentárias, mas sim o Legislativo.

A forma que se pensa... e hoje nós temos uma realidade, que é no Estado de São Paulo, em que pese a discussão dos índices percentuais serem uma discussão a parte, mas hoje há a possibilidade nas universidades de elas se planejarem porque elas têm um número conhecido, e não só um número conhecido, como a expansão desses números. Então, é possível fazer um planejamento.

Então, nós achamos que também aqui no Estado do Paraná isso pode ocorrer de maneira a garantir a autonomia constitucional das instituições do Paraná.

É evidente que compatibilizar aquilo que já se colocou aqui hoje, que é aquilo que traz no art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, que é um número realmente nós não conhecemos ainda no Estado, um número que não é disponível pelo menos no momento, que é quanto que o Estado realmente aplica na Educação. Nós não temos esse número conhecido e, para isso, inclusive, em função do conhecimento desse número, nós até achamos que para compatibilizar as necessidades de 1º e 2º graus e as necessidades do Ensino Superior no Estado do Paraná, nós devemos até pensar num aumento dos 25%...

O SR. JORGE BONASSAR FILHO - ... dos 25%. A proposta que pelo menos a Unicamp faz na Constituição do Estado de São Paulo é de elevar esse número a 33% e eu vejo que tambémaqui no Paraná primeiro seria necessário o conhecimento real desses númeors com bastante transparência para quetodos pudéssemos analisar, e segundo, em função desses números definirmos se realmente esses 25% a nível de Paraná é o ideal ou se temos que ampliar um pouco talvez a nível de São Paulo, não sei. Fica também essa proposta de um levantamento sério com relação a esse número e talvez até a proposta de uma ampliação dos 25%. Uma outra questão que nos diz respeito particularmente, é a questão me parece que já foi dita hoje aqui do Imposto de Renda retido na fonte, que possibilita agora à Constituição federal, a permanência desses recursos nas Fundações ou nos Estados a onde existem essas fundações e, no caso das universidades do Paraná, nós reivindicamos que esses recursos também sejam recursos alocados às instituições para que elas possam,também, em tendo esses recursos, promover melhor o seu rendimento, investimento.

É importante dizer também que porquê de tudo isso, isso em parte vem garantir a aplicação da autonomia e em parte também as universidades do Paraná ainda não atingiram um grau de desenvolvimento suficiente, para garantir aquilo que nós chamamos a verticalização das universidades. Hoje nós temos muito pouco ainda se comparado a nível nacional e muito menos ainda se comparado a nível internacional do que é a capacitação dos docentes e do que é após a doação e a pesquisa nas instituições do Paraná: O esforço é muito grande no sentido de tentar viabilizar esse projeto de verticalização. Mas as dificuldades têm sido muito grande também. Então essa também é uma forma de buscar atrav´es desse processo a melhoria das instituições, a melhoria do ensino nas universidades que reflete, inclusive, nos graus abaixo 1º e 2º grau e que vem fazer com que a universidade se integre mais ao processo de desenvolvimento regional, buscando até, novas...

tecnologias, desnevolvimento da ciência para que não só o Estado do Paranpá venha usufruir este desenvolvimento mas também o próprio país.

Isso também nos faz aceitar e dar um apoio irrestrito à proposta que vem na área de ciência e tecnologia queé a Criação de uma fundação de amparo à pesquisa do Paraná. Essa é uma discussão que nós temos tido já de longa data , já foi um avanço a nível de Estado a criação de um fundo, em que pese esse fundo ainda esteja sem fundo, mas nós temos condição, convicção de que na medida em que se aprove a criação de uma fundação que tenha gerência sobre esses recursos, que dessa forma nós vamos conseguir incrementar mais a nível de Paraná ciência e tecnologia. A dotação proposta também aceitamos da ordem de 2% da receita orçamentária do Estado e um comentário, em função também da Constituição federal, e em função da chamada reforma tributária o que nós temos visto a nível federal e que também isso vem refletir a chamada operação desmonte, é uma dificuldade cada cada vez maior de acesso aos recursos federais. Então hoje nós temos dificuldades até na manutenção do programa de bolsas, mantidas, por exemplo, com a CAPS ou quem sabe até o CNPq. E quem terá então o apoio aos cursos de pós-graduação ? Então, sem dúvida nenhuma ...

O SR. JORGE BONASSARD - ... Então, sem dúvida nenhuma, torna-se extremamente importante a criação desta fundação e que a sua gerência seja exercida também de forma democrática a partir, inclusive, das competências que temos no Estado do Paraná.

Desta forma acreditamos que com este rol de medidas podemos efetivamente exercer a autonomia universitária e fazer com que a universidade tenha um compromisso social com a sociedade parananesne.

Um outro ponto que gostaríamos também de abordar é a questão da gestão democrática que é que traz o Artigo 206 da Constituição, que diz que a gestão democrática do ensino público na forma da lei. É importante também nesta hora pensar que a gestão democrática passa pela democracia do acesso à universidade, passa pela participação dos segmentos internos na gestão da universidade, a universidade não tem auto-gestão, mas tem uma gentão onde participam nos conselhos e segmentos internos e também a participação democrática da sociedade, como uma forma de integração e fiscalização daquilo que se faz dentro da Instituição.

Quando se fala em gestão democrática a primeira coisa que vem em mente é a eleição para Reitor, em que pese a eleição democrática não se limite à questão do Reitor, mas especificamente em relação à eleição propomos que as eleições para reitores sejam regidas pelos estatutos internos da Instituição, elaborados internamente, por colegiados onde esteja garantida a participação da sociedade regional e dos segmen os internos, sendo esta a última instância de decisão. Ou seja, a sedignação de um reitor de uma universidade, resguardada a peculiaridade de cada instituição, deve ser, no nosso pinto de vista, esgotada dentro da instituição desde que a sociedade esteja represntada nos órgãos deliberativos máximos, porque é importante que a sociedade esteja comprometida com o processo democrático dentro da instituição e com apessoa que vai, em última instância, gerenciar a insituição. Isto faz com que haja um certo resgurado na instituição das expressões políticas externas mas faz com que a sociedade participe decisivamente.

Estes são alguns pontos que preparamos para trazer aqui, e existem muito mais coisas a serem faladas com relação à educação superior, mas gostaríamos de reafirmar que, em garantidndo a autonomia universitária,

resguradados os princípios básicos que devem nortear o desenvolvimento e a atuação das universidades, dentro dos princípios inclusive garantido recursos como propusemos, acreditamos que as instituições realmente vão ter melhores condições de desempenhar o papel social perante a sociedade paranaense.

Temos o Reitor João Lubzik que vai falar ainda e eu não gostaria de avançar mais sob pena de até prejudicar a sua exposição.

Estamos à disposição para debater este tema.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Haroldo Ferreira) - Agradecemos a participação do Magnífico Reitor, Dr. Jorge Bonassard, e passamos na seqüência a palavra ao Reitor João Lubzik, Magnífico Reitor da Universidade de Ponta Grossa.

O SR. JOÃO LUBZICK - Componentes da Mesa, Senhores professores.

Comentava ainda há pouco que teria que alterar completa e totalmente a minha linha de pronunciamento neste momento, face ao pronunciamento do Professor Fernando Souza, o belíssimo pronunciamento e linha de ação do nosso Reito Jorge Bonassard - amigo partibular - com o qual comungo "in totum" em termos de pronunciamento.

Assim sendo, para não nos tornarmos repetitivos neste momento, neste ato histórico, solene, de suma improtância para o ensino, não só do ensino superior, mas para o ensino do Paraná, para a população do nosso Estado do Paraná, pela qual nós .....

O SR. JOÃO LUBCZIK... pela qual nós, como um todo somos responsáveis, senhores Deputados que têm o Poder de elaborar a lei, leis justas, leis claras, para que não sejam mal interpretadas ou para que a medida que os senhores estiverem elaborando leis, tiverem enfocando leis, outros já estejam procurando caminhos outros, para poder burlá-la e para poder alterá-la. / Assim sendo senhores, dentro desta minha preocupação, em termos / de ensino, eu também não vejo como falar de Universidade sem poder, sem que nós universitários voltemos os nossos olhos para o ensino como um todo, para o ensino de 1º, e 2º grau. Para mim deve haver uma interligação de uma anastomose perfeita, caso contrário senhores, nós universitários passaremos a dizer que o olho está na base, a base por consequência passa a dizer até que recebe da parte superior profissionais não preparados para o exercício profissional próprio e devido em termos de ensino.

Não adianta senhores, nós falarmos em democratização do ensino superior Público, que democratização de ensino superior Público com gratuidade, a gratuidade não democratiza democratiza senhores, de maneira alguma; as nossas Universidades à nível de Estado do Paraná já eram gratuitas e se havia um pagamento, esse pagamento era mínimo, O que realmente democratiza o ensino superior é a qualidade daquele jovem que é formado lá à nível de 1º e 2º grau, isso sim. Se todo o ensino de base, vamos / chamar assim, for um ensino forte, for um ensino de suma importância para a formação do jovem, ele concorrerá à nível de Universidade, em condições de Democracia, caso contrário, os mais abastados / faraão a sua Democracia e os menos abastados terão que ir como vão hoje, para instituições pagas, não tenho nada absolutamente nada contra elas à nível superior, mas irão para as instituições pagas. Quais os Jovens que irão para as instituições Públicas? Aqueles que durante o tempo de 1º e 2º grau e porque não dizer até depois nomeado, tiveram a oprotunidade de se preparar melhor e mais, porque para isso tiveram dinheiro para pagar, fizeram

O SR. JOÃO LUBCZIK... fizeram a sua Democracia. Portanto senhores, é preciso que nós e os senhores Deputados / pensemos no ensino do nosso Estado como um todo, sem o que nós teremos uma Universidade criticada, uma Universidade agredida, que muitas vezes não cumpre com a sua função. Mas por que não cumpre com as suas funções? As razões são próprias. Nóssa Universidade, repito, estaremos dizendo:"Recebemos um jovem mal preparado", / aliás, diga-se de passagem, isso é uma caracteristica daqueles / mais idosos, isso é uma caracteristica inata daquele que tem um / curso superior, dentro de um saudosismo. No meu tempo ~~a luta~~ era mais difícil, a luta era bem maior; eu enfrentava esta situação com um amigo, não vou repetir o seu nome, é uma pessoa conhecida dos senhores, inclusive à nível de Estado do Paraná, ele vivia / dizendo:" Esses jovens não sabem nada, esses jovens não sabem nada". Eu era o Presidente da Comissão Central de Vestibulares da / Universidade de Ponta Grossa...

O SR. JOÃO LUBEZIK-... amanhã você entrará no meu gabinete ,iniciará uma prova , fiscalizado tal qual os outros estão fiscalizados ,e eu te desafio, você não passará no vestibular. de Direito; jogo o que eu tenho ,que é pouco/ mas, você / tem muito; jogo como você não vai passar. E ele não aceitou o desafio. Então, acho que chega deste tipo de crise. Repito: / aqui, a democratização do Ensino superior, não está na grutuidade, está na qualidade das bases.

Assim sendo,este fato faz me lembrar aquele caso / aonde se nós deslocarmos um carro, abrimos o vidro do carro, / para recebermos um ar fresco, recebermos na face, e em compensação faz-se a corrente confectiva/ que se forma no fundo do carro; dias depois estamos com uma pneumonia. Já não digo desmanchar o cabelo, pois, isto é para quem tem, não é ?

Este que é o grande problema .Eu disse que/eu tive que alterar profundamente o meu pronunciamento para não ser repetitivo.Eu felizmente, ao me deslocar de Ponta Grossa para cá, estava lendo: Linhas Mestras da Constituição de 1988, de José / Garcia, um documento recentíssimo, Garcia foi o 1º Reitor da Universidade Estadual de Maringá.Num determinado momento, Garcia / diz o seguinte:/ copiando aqui Anísio Teixeira, conhecido de todos vocês; falamos em democracia ;temos aspirações democráticas, sentimentos democráticos ;suspiramos pela democracia, mas, muitos nunca lhe quiseram pagar o preço..O preço da democracia ,é a educação para todos;educação boa e bastante para todos. A mais difícil , repetimos das educações, a educação que faz homens livres, e virtuosos .E por que não tivemos ? Porque, força é insistir / jamais fizemos da Educação o serviço fundamental da República.

É por isto, Srs., que talvez a Universidade de Bologna comemorado os seus mil. anos, -eu recebi um convite e não fui- sabem por que; não fui; está lá com mil anos a Universidade de Bologna , mas, muito bem Europa é Europa, meu Deus do céu, nós descobertos em 1500;

nós descobertos em 1500,tivemos a nossa bandeira , Universidade em 1912, quando a América Latina nos mostra a Universidade em 1517, .Talvez, então, Srs. nós enfrentemos todos estes problemas; a falta de tradição em termos de educação.

Eu acredito, Srs. Deputados, que é chegado o momento para nós fazermos realmente Universidade , realmente Educação; / Falando em termos de Universidade ,para que nós deixemos de ser criticados, para que nós deixemos de ser agredidos, para que nós definamos as nossas linhas em termos de Univerrsidades. Mas, para irmos a um dicionário etmológico e respeitarmos o princípio da palavra autonomia; auto (inteligível ...) próprio, autos do grego ,próprio , longos, leigo;

Deixem-mos elaborar as nossas próprias Lei, deixemnos achar o nosso caminho. Enquanto a Universidade francesa, / é um molde intelectual, a Universidade inglesa um meio, de / educação, a Universidade Alemã , uma comunidade de pesquisadores; a Universidade Norte-Americana ,um centro de progresso, a Universidade Soviética , um fator de produção .

Que somos nós, Srs.,Univerdidade Brasileira ? Somos um centro de formação de profissionais ?Somos um centro de opção ? Somos um supermermado de disciplinas, que há todo período oferecemos para os nossos acadêmicos , ou somos uma monstra de uma interrogação ...

O SR. JOÃO LUBZICK - ... Ou somos uma monstra de uma interrogação. Por que isto? Porque até agora e infelizmente não tivemos o direito, apesar de todaa tradição histórica - não vou me reportar a isto - não tivemos condições de elaborar e definirmos aquilo que nós queremos ser para daí sermos responsabilizados pelas nossa falhas.

É, realmente, chegado o momento para que isto ocorra e daí, sim, "a posteriori" nós, universidades, sermosc criticados. Para que nós universidades sejamos cobrados. Para que possamos cumprir os nossos objetivos como sejam, pesquisas, desenvolvimento das letras, das ciências, das artes e a formação de profissionais capacitados é preciso que tenha - mos liberdade para isto. E para que dentro daquele princípio mais antigo de definição de Universidade: centro de todas as coisas e de todos os povos ; assim sejamos considerados realmente vamos respeitar os altos (?), respeitar,como há pouco comentávamos com os Deputados, o texto da nossa Constituição Federal. Mas aí sim, Senhores Deputados, aí sim, comunidade, caberá o papel de uma responsabilidade enorme à universidade, e nós universidades não poderemos nos ater ~~xx xxx~~. a parte dos Art. 205 a 212, que é a parte referenye à educação soemente. A responsabilidade da universidade estará em todo o texto Constitucional: social, político, econômico. Aí si, Senhore s, teremos realmente universidades.

Vou aproveitar algo que escrevi em fevereiro de 1988. Serei rápido na leitura.

(Lê)-

" UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - As Universidades Estaduais do Paraná ... " .

(em anexo a cópia da leitura)

Universidade Estadual de Ponta Grossa

A Universidade Estadual de Ponta Grossa face ao Ensino Superior Paranaense

As Universidades Estaduais do Paraná devem ser consideradas, enquanto Universidades, como entidades autônomas, no trato entre estas e os poderes constituídos. Por essa mesma ótica devem ser entendidas como promotoras - e não executoras, simplesmente - da ação educacional em prol dos interesses populares, responsáveis que são pelos valores mais amplos da cultura, no fluxo do processo civilizatório, em cada momento histórico.

As Universidades não podem ser identificadas, sob pena de descaracterização, como repartições públicas quaisquer. Vale dizer, como agências de cumprimento estrito e acrítico, de planos elaborados sem a sua participação decisiva e de "cima para baixo", a título de "política educacional" do Governo.

A Universidade enquanto tal, constitui organismo legítimo e mecanismo potencialmente eficaz para a criação de um projeto de educação integrada, em que os diferentes níveis e segmentos da rede pública estadual de ensino possam servir, realmente, às mais altas e fundamentais aspirações de aprimoramento do povo paranaense.

A circunstância de os organismos universitários serem mantidos com recursos advindos dos cofres públicos não deverá implicar, pois, qualquer constrangimento ou restrição alguma (velada ou ostensiva) às faculdades de autogestão financeira, administrativa e didático-científica, que se demonstram indissociáveis da condição de autonomia essencial das Universidades.

Praça Santos Andrade s/nº, fone (DDD 0422) 24-3966, caixa postal 992/993 - CEP- 84.100 - Ponta Grossa - Paraná

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Assim, no relacionamento das Universidades com o Governo só se poderá pensar numa "interação de objetivos comuns" para a realização de uma das mais importantes e abrangentes dimensões do "bem público", que se resume na palavra e no fato social "educação". É preciso que nos meios oficiais do Estado ocorra a crescente liberação do vezo de uma suposta "tutela" que tende a mediocrizá-las institucionalmente.

Assuntos de interesse relevante e geral, tais como propostas de regionalização das Universidades Estaduais; um plano único de carreira docente e técnico-administrativa para as Instituições; a política de expansão ou de contenção quantitativa das IES paranaenses; os programas de capacitação docente e aperfeiçoamento administrativo das Universidades, tais assuntos, dizia-se, só poderão ter eficácia "interna corporis" de cada entidade na medida em que tiverem passado pelo crivo dos respectivos Conselhos Universitários, órgãos de competência privativa e constitucional para decidir sobre matéria que envolva uma "política universitária" a definir e cumprir nos âmbitos institucionais.

Ao Estado cabem funções de auscultar, propor, provocar, sugerir, viabilizar materialmente, incrementar, influir, agindo sempre, obviamente, menos no "exercício de seu poder de comando" do que na esfera liberal e multiparticipativa da identificação, da solidariedade e do convencimento produtivo.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, ao louvar o Estado do Paraná como mantenedor, atualmente, de quatro Universidades, fato realmente singular no contexto federativo, sente-se também no dever indeclinável de subordinar e de condicionar esse seu entusiasmo à preservação do conceito de Universidade como instituição necessariamente autônoma, criativa e crítica, que, por sua natureza, repele qualquer tipo de ação exógena. ~~(de intromissão no seu poder intrínseco de se autogerir, mediante a ação regular de seus próprios órgãos deliberativos)~~!

CASO DO ~~[illegible]~~ QUERER ~~[illegible]~~ SEM COMER.

Praça Santos Andrade s/nº, fone (DDD 0422) 24-3966, caixa postal 992/993 - CEP- 84.100 - Ponta Grossa - Paraná

O SR. JOÃO LUBZIK - ... ação exógena".

Então, Senhores, nós temos uma garantia institucional a nível federal de autonomia de universidades. Repito no comentário que nós fazíamos: apelamos aos Srs. Deputados para a manutenção no texto constitucional daquilo que almentevem de encontro das universidades brasileiras como um todo e das universidades do Estado do Paraná especificamente, e neste momento de suma importância para nós debatido por todos.

Esta autonomia das universidades, eu gostaria de complementar: isso na faculdade não somente de admissão dos seus acadêmicos, na sua formação, na expedição de seus diplomas, no reconhecimento dos seus diplomas, mas também - aqui sim, Srs. Deputados, de suma importância - na faculdade e no poder idêntico que tem de criar e implantar os seus cursos e de reconhecê-los como tal. Competência dentro do princípio de autonomia da universidade.

Por que reconhecê-los? A partir de uma avaliação. Vejam bem, Senhores, nós enviamos universidades públicas um processo de reconhecimento de um curso quando a sua turma está no seu último período para um Conselho competente.

Pergunto aos Senhores: adianta alguma coisa? Absolutamente nada. Nós já formamos o jovem. Aí vamos reconhecer o quê? Então, se nós somos universidades e temos a responsabilidade pelo nome e pelo princípio de autonomia, temos que nos auto-avaliar, temos, Senhores, que nos criticar, temos que admitir, formar e reconhecer e dar a condição integral àqueles que nós admitimos.

Sabemos perfeitamente que fazer ensino superior é difícil, é caro e, como disse Anísio Teixeira, a dificuldade democrática. Porém, Srs. Deputados, por favor, não vamos agir, e tenho certeza...

O SR.REITOR DA UNIVERSIDADE DE PONTA GROSSA - ... não vamos agir, tenho certeza que isso não ocorrerá, eu respeito muitíssimo a capacidade que tem o poder democrático de todos os SRS: com o ensino superior paranaense. Caso contrário, mas tenho certeza que isso não vai ocorrer, se não irá ocorrer, conosco, Estado do Paraná, aquilo que ocorreu com aquele fulano que resolveu por questão de prioridade a (?). Quando estava quase aprendendo a viver com o poder, morreu. Obrigado.

O SR.PRESIDENTE - (Haroldo Ferreira)

Agradecendo a participação do Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa Dr.João Lubczik. Eu gostaria de rapidamente de agradecer para que constasse nos anais da Assembléia Constituinte Estadual agradecimentos da Comissão de Ordem Econômica e Social, a todos os participantes :

1) Professora Isolde Andreatta ...

(1) - Profª Dolores Bracatta - Pres. APP.

(2) - Profª Juli Teixeira - Sec. Municipal Educ. de COBA.

(3) - Profª Gilda Ach. Sec. Educ.
Profª Genir - Dir. Geral Sec. Ed

(4) - Prof. Odilon Carlos
Profª Olenisa Lamphstee
} Coord. Secretário do Comitê de Defesa

(5) - Prof. José Antº Pires Gonçalves
Prof. Daniel Corati
} Assoc. Educ. Escolas Católicas

IRMÃ ANA

(6) - Prof. José Antheiro - Presidente da UDIMPE - União dos Dirigentes Municipais de Educação.

(7) - Profª Davina - Pres. Conselho Estadual Educ.

(8) - Reitores das universidades Estaduais, Municipais do Ar.
Dr. Fernando Ante - Uga
Dr. Jorge Baracassa - Indiv
Dr. José Kubczik - Ale. Fe

Agradecer a presença e a persistência do Dep.Pedro Tonelli do PT, do Dep.Costenaro do PFL e da Dep. Irondi Pugliesi = que esperamos brevemente no PSDB ! Palavra fica livre...

Apalavra fica livre.

O SR. DANIEL DOMASAKI -

- Inicialmente perguntaria à Mesa que m participou oficialmente desta reunião de hoje aqui na Mesa.

O SR.PRESIDENTE - (Haroldo Ferreira)

Praticamente todos esses nomes com algumas exceções que eu citei anteriormente, participaram deste Fórum da Educação.

O SR. DANIEL DOMASAKI - Eu fiz essa pergunta porque causa-me estranheza no sentido de que a Secretário de Ciência e Tecnologia do Desenvolvimento Econômico onde está o ensino superior no Estado do Paraná como um todo, não tenha sido convidado para participar desse evento. Na época em que o ensino superior era um departamento da Secretaria de Educação, realmente a Secretária representaria, como representou, o ensino de 1º e 2º graus, mas, me parece, sem nenhum demérito aos reitores qeu aqui se fizeram presentes, mas nós temos além das universidades estaduais mais 11 instituições de ensino superior mantidas pelo Estado, praticamente em relação aos alunos nas mesmas condições de univerdades. Então eu entendo que além disso também há outros problemas diretamente relacionados com a ciência e tecnologia que mereceriam ter sido abordados aqui e nesta forma pela secretaria competente.

Eu sou Coordenador de Ensino Superior da Secretaria de Ciência e Tecnologia Desenvolvimento Econômico - Daniel (Domasaki ?).

O SR.PRESIDENTE - (Haroldo Ferreira)

Nós agradecemos a participação do Daniel...

O SR. DANIEL... relacionados com a ciência e tecnologia que mereceriam ter sido abordados aqui, que nessa forma / pela Secretaria competente. Era esse o meu registro.

O SR; HAROLDO FERREIRA (PRESIDENTE) - Nós agradecemos a participação do Daniel e essas / considerações que foram feitas, serão devidamente analisadas pela Comissão da Ordem Econômica e Social e nós temos certeza que teremos tempo, inclusive de ouvir e receber subsídios da Secretaria / referida. Alguém mais gostaria de usar a palavra do Plenário. Então, eu passaria rapidamente a palavra aos senhores Deputados, para que algum deles, se fosse o caso, gostasse de rapidamente cumprimentar o Plenário, principalmente para constar nos anais da Assembléia Constituinte Estadual no encerramento deste fórum sobre a / questão da educação no Estado do Paraná, que nós achamos muito importante e fundamental pa a todos nós.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu acho que só gostaria de saldar e agradecer as contribuições ricas que nós tivemos / neste dia de hoje, aonde nós tivemos aqui praticamente o global / da educação, que nós estamos nós estamos começando agora a tratar mais de perto a questão da Educação no Estado do Paraná, ligado ao processo Constituinte. É claro que a plenária hoje, ela mostrou / uma série de contradições, de divergências, que nós os Constituintes, na semana que vem, juntamente com o nosso relator, o / Haroldo Ferreira, nós teremos uma tarefa muito difícil, que é elaborar o 1º esqueleto de Constituição e cada tema que nós debatemos aqui, ficam afloradas as divergências que existem, as diferentes visões, existe uma heterogeneidade de ensamento, de idéias e de práticas, isso é rico. Para mim que sou Constituinte Estadual, sinceramente este processo Constituinte está sendo uma faculdade, uma faculdade que nunca imaginava que seria dessa forma, a gente conhecer a amplitude. Quando nós discutimos na semana passada Agricultura: Nós ouvimos desde o Presidente do Bamerindus, os Latifundiários até os sem-terras, os pequenos proprietários, essa di-

O SR. PEDRO TONELLI... proprietários, essa divergência; hoje também foi um pouco disso, os diferentes pronunciamentos Democráticos foram justificados aqui num tempo limitado, que se tivesse uma oportunidade mais ampla nós teríamos um aproveitamento maior. Eu queria em nome da Constituinte estadual, eleito que fui para isso, eu estou muito satisfeito com as contribuições que a sociedade está dando nessa fase inicial, esperamos que essa participação continue agora, porque agora nós vamos começar a trabalhar o texto, vamos começar no esqueleto, depois o relatório do relator vai ser debatido nessa comissão, depois a comissão Constitucional, aonde vai ser montado um Projeto global com as demais comissões temáticas, depois ele vai para o 1º turno e depois para o 2º e depois de tudo isso nós temos a tarefa / mais difícil, que é aquela que todos os paranaenses estão se perguntando e todos que aqui vieram deixaram uma interrogação. A / prática do que será escrito, que poder nós teremos para fazer / cumprir a nova lei? Então, vejam senhores representantes...

COMISSÃO ORDEM Ec. e SOCIAL

21/03/89 EZ -1- 18:45

O SR. PEDRO TONELLI-... Então, vejam Srs. representantes da comunidade, educanional do Paraná, as tarefas que nós temos para a frente ;cabeça erguida, com coragem,com participação , com decisão, escrita com letra maiúscula é que nós efetivamente teremos conquistas no processo constituinte, e após. Sem a participação ,sem o esforço, sem a luta coletiva, sem as conclusões coletivas, nós não teremos uma Constituição / que contente a maioria dos paranaenses ,e que tenha efeito depois de promulgada.

Muito obrigado, Sr. Presidente,Sr. RElator, Srs. Deputados , Srs. integrantes desse fórum desta tarde rica, / aonde para mim ficou mais clara, as justificativas, pelas quais nós vamos defender , nesse processo constituinte, com relação à Educação, no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (HAROLDO FERREIRA)- Agradecendo a participação do Deputado Pedro Tonelli , companheiro sempre presente e persistente , na luta desta Assembléia, eu passo a palavra ao Deputado Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO- Nobres colegas, Deputados, meu caro relator Haroldo Ferreira, Magníficos Reitores, Srs. preo fessores e professoras ,realmente, nós também queremos neste momento ,depois de 8 dias de longas audiências, de painéis diferentes, ricos , e não poderia ser diferente.

Acho que não poderia ser diferente, pois, dentro da Ordem Econômica e Social, do Paraná, a Constituinte do Paraná. Nós tivemos a oportunidade de ouvir grande parte da socidade organizada, do Paraná;e, não é possível ouvir a todos os paranaenses preparados, ou que tenham vontade de se manifestar. Mas, na verdade, eu acho que nós recebemos um material muito rico, um material que / com que a gente possa trabalhar, e chegar, não será possível , na perfeição, mas, num trabalho bem próximo daquilo que aspira o / povo do Paraná.

As propostas são ricas, e nós vamos ficar naturalmente

naturalmente dentro daquela expectativa, do que se pede, do que a população exige, do que a população quer, e reconhece que é necessário ;mas do que o nosso Estado pode oferecer; porque a situação de nós brasileiros pode oferecer; a nossa vontade , naturalmente é a mesma de todos aqueles que trazem a proposta aqui.

É de oferecer toda a evolução possível , para a sociedade paranaense, a sociedade brasieira. Realmente, nós estamos aí na expectativa de poder, dentro das nossas possibilidades, / oferecer aquilo que for possível e melhor.

Acho que o trabalho desta Comissão , que o Deputado Haroldo preside nestemomento, com a presidência do Deputado Rafael Greca, e com a participação ativa da maioria dos seus membros / teve momentos importantes , e bastante importantes , não nestes debates, mas na apresentação dos painéis .

Nós participamos, procuramos participar de todos os / debates, em todos os momentos; com raríssimas exceções faltamos em alguns dos painéis apresentados. Hoje, gostaria demais, de / estar aqui presente , quando a Secretária de Educação apresentou os seus pensamentos , as suas proposições , e nós tivemos que nos retirar.

Lamento ter deixado de ouvir alguns dos que vieram aqui; para fazer as suas exposições. E , tenho certeza de que todos nós que participamos ativamente , estamos com o espírito a força de vontade , e com o conhecimento um pouquinho mais amplo, porque não é possível a gente captar assim tudo o que foi apresentado aqui, imediatamente, Mas, dará condição para que a gente agora, possa aprofundar nas pesquisas , e consigamos então, como já disse,fazer um bom trabalho.

Eu procurei em alguns dias intervir em alguns momentos, mas, nós temos já um acordo entre nós;que a participação dos Deputados teria que ser a menor possível, para não se criar debates. Nós estávamos aqui, como estivemos todo o tempo; para / ouvir, para recebermos a informação, não para debatermos idéias.

Agora, o debate será travado como disse, o Deputado Pedro Tonelli, na Comissão, no momento das discussões , do que se pode, e do que não se pode.

E nós estaremos atento , em defesa dos interesses do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(HAROLDO FERREIRA)- Agradecendo a participação do Deputado Costenaro ...

O SR. PRESIDENTE (Haroldo Ferreira) - Agradecendo a participação do Deputado Costenaro e, como ele disse que os Deputados deverão participar o menos possível dessas reuniões, a Deputada Irondi declina porque ela está com medo que possa vir um apagador de lá para cá.

~~Xxxxx~~

Dito isso, está encerrada a Sessão.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência da Senhora Deputada Constituinte Irondi Pugliesi, com a presença do Senhor Deputado Relator Haroldo Ferreira, e ainda a presença dos Senhores Deputados Antonio Costenaro e Nereu Massignan. A Senhora Presidente declarou aberto os trabalhos da presente Reunião de Audiência, com a pauta relativa ao FORUM PARANAENSE DOS DIREITOS DA MULHER, com a presença das seguintes convidadas palestristas: Dra. Maria do Socorro Jô Morais, Presidente da União Brasileira de Mulheres; Dra. Branca Moreira Alves, Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado do Rio de Janeiro; Dra. Angela Bacha, Coordenadora da Saúde da Mulher da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo; Sra. Olinda Evangelista, Professora e Filósofa; Dra. Regina - Helena Afonso, Advogada; Sra. Télia Negrão, Jornalista e Editora da Revista da Mulher e Assessora desta Comissão; Dra. Ivete Cordeiro, Delegada da Delegacia da Mulher de Curitiba; Dra. Raquel, Presidente do Conselho Feminino de Londrina; Sra. Rose Caluf, Jornalista, Advogada e integrante da equipe de reportagem desta Assembléia Legislativa. Em seguida- a Senhora Presidente fêz o registro das Entidades presentes, sendo aproximadamente em número de vinte e três, entre as quais, citadas pela Senhora Presidente, a saber: Conselho Municipal da Condição Feminina de - Curitiba; Conselho Municipal da Condição Feminina de Londrina;Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná; Tribunal de Justiça; Departamento de Administração da Universidade Federal do Paraná; Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná; Gabinete do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo; Sindicato dos Psicólogos Enfermeiros; Núcleo Regional de Curitiba; União das Mulheres de Curitiba; Movimento de Mulheres Rurais de Paranaguá; Casa Latino Americana; SEPLAM; - CRA; Prefeitura Muncipal de São José dos Pinhais; Sindicato dos Sociólogos do Paraná; Movimento Popular da Mulher do Paraná; EMATER/PR; Setor de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Movimento- de Mulheres do PDT; Departamento Feminino do PMBD e Assessoria desta Comissão. Em seguida, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e

a contribuição prestada pelas Senhoras palestristas à Assembléia Constituinte Estadual, ressaltando a importância do engajamento de todas, pela luta à causa da mulher. Todos os pronunciamentos desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, - eu José Olimpio Sotto Maior de Macedo, Secretário, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e por mim, para que se produa os efeitos legais.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

DEPUTADA IRONDI PUGLIESI
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

dades de saúde. Eles têm ação educativa e foram informados recentemente. Então, tem 2.500 unidades de saúde, ambulatoriais e mais centros de saúde próprios e unidades de saúde da Prefeitura e dos municípios. Então, nós temos ainda só 20 % das unidades. Pretendemos implantar em todas. Mas, achamos que vai ser meio difícil alcançar nos próximos dois anos. Achamos, então, que nos próximos dois anos possamos implantar, mais 500 unidades de saúde no Estado, fazendo também o planejamento familiar.

Estas açoẽs, resumindo, pré-natal, prevenção de cancêr ginecológico de mamária, consulta ginecológica, assisteência clínica ginecológica e planejamento familiar, encaramos como ação básica de saúde. Todas estas entraram no rol das açoẽs básicas. Por isso tentamos implantar uma rede primária de saúde.

A SRª VALÉRIA PROCHMAN: Do Conselho Municipal. Se fosse possível nos pretar algumas informaçoẽs sobre a criação do hospital da mulher junto à USP, porque nós tínhamos conhecimento do Hospital de Campinas e procuramos incluir, aqui, como reivindicação da cidade, na última campanha eleitoral. E ela já está sendo criada na USP. Então qual é a origem dos recursos, como é que estão procurando administrar se você não tiver informaçoẽs mais completas. E que posteriormente seja possível enviar isso para o Conselho, porque seria muito importante para nós, porque tentamos "batalhar" por isso a nível estadual, agora.

A SRª ANGELA BACHA: O hospital da mulher de São Paulo, ele não é diretamente vinculado à USP. Porque o Hospital das Clínicas com a reforma universitária, o Hospital das Clínicas é um hospital da Secretaria ...

ABERTURA

A SRA. PRESIDENTE (Irondi Pugliesi) - Quero convocar as companheiras p para tomarem assento à Mesa para iniciarmos os trabalhos desta Comissão.

Quero informar as companheiras que os Deputados estão descendo porque estão em plenário para votação e justificar a ausência do nosso Presidente Deputado Rafael Greca que se encontra no Interior do Estado tratando de questões políticas de seu partido.

Eu gostaria então, iniciando, de dizer as companheiras que nós vamos fazer não um debate e sim uma apresentação de todas as nossas companheiras para que elas façam exposição a respeito das propostas que o Fórum Parananense dos Direitos da Mulher fez na Constituinte do Paraná. E essas propostas serão defendidas por essas companheiras nossas que vieram até de outros Estados, dizendo que no final do painel nós abriremos então para o debate, mas principalmente para agilização dos trabalhos porque as nossas companheiras terão que viajar, tomar um avião com horário marcado. Então, a gente vai chamá-las e elas vão fazer a exposição para depois fazermos os questionamentos posteriormente.

Gostaria de chamar para a composição da Mesa a Dra. Branca Moreira Alves, Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina do Rio de Janeiro; a Sra. Maria do Socorro de Moraes, Presiddente da União Brasileira da Mulher; a Dra. Ângela Bacha, Coordenadora da Saúde da Mulher da Secretaria da Saúde de São Paulo, representando o Secretário de Saúde de São Paulo Dr. Pinoti; a Sra. Regina Helena, advogada; A Sra. Ivete Cordeiro, Delegada da Delegacia de Mulher de Curitiba; a Sra. Télia Negrão, jornalista e editora da Revista da Mulher e assessora da nossa Comissão; a Sra. Olinda Evangelista, educadora e filósofa e o nosso companheiro Deputado Haroldo Feerreira, que é o Relator da Comissão da Ordem Econômica e Social.

A SRA. PRESIDENTE(Irondi Pugliesi).- Dando início ao nosso painel, gostaria de convidar a nossa companheira a Sra- Maria do Socorro Jô Morais, que é presidente da União Brasileira de Mulheres e que vai abordar o tema "as reivindicações das mulheres brasileiras às Constituintes Estaduais".

A SRA. MARIA DO SOCORRO MORAIS: - Gostaria de registrar que para nós esta oportunidade de participar desta discussão nesta Casa tem uma importância grande, principalmente porque se encontra presente à Mesa e presente nesta Casa, atuando com destaque neste processo Constituinte, uma das companheiras que tem,ao longo do seu tempo, uma relação muito grande com a luta pela participação das mulheres em todo o Brasil, que é a Deputada Irondi Pugliesi. Acho que também é a oportunidade que a gente encontra de poder discutir as nossas reivindicações com a presença do Relator da Comissão e com outras Deputadas que poderão estar presentes, é uma oportunidade ímpar da gente poder não apenas discutir entre nós as reivindicações que são importantes, mas também se discutir com a sociedade particularmente com os Poderes, no caso o Legislativo.

Na União Brasileira de Mulheres, queríamos situar esta discussão do processo constituinte a partir da idéia de que no processo constituinte federal conseguimos algumas reivindicações destacadas que são, no conjunto da sociedade, o reconhecimento da nossa cidadania. Acho que sem dúvida nenhuma a nova Constituição Brasileira teria alguns aspectos gerais da ordem econômica e social da organização dos Poderes. No que diz respeito aos direitos e garantias e particularmente aos direitos das mulheres, sabemos que é um marco significativo de avanço. Evidente que vamos solicitar talvez através de outras pessoas presentes que o vazio deixado neste particular diz respeito ao problema do aborto, que é a única opção que tivemos neste processo de Constituição Federal, para que não houvesse um retrocesso na Lei, foi ficarmos nos limites da omissão. A nova Constituição brasileira se omite diante de uma questão que já é uma realidade no nosso País. Mas é verdade que vivemos o processo de reconhecimento da nossa cidadania;do reconhecimento para o exercício desta cidadania, o período é muito longo.E aí acho que temos que ter uma consciência muito clara do que significa em nosso País, mas também no que diz respeito à mulher, transformar a lei em vida. É um desafio que a tradição jurídica do País é permeada destas dificuldades que o povo enfrenta de transformar, não só de assegurar que os seus direitos sejam expressos na Lei, mas

também de assegurar que esta Lei se transforme em vida.

A gente parte da idéia que hoje tivemos um alento. Se a primeira fase foi do reconhecimento desta cidadania, tivemos uma segunda fase que é da tentativa de exercitar esta cidadania. E que tem dois momentos particulares, neste processo de exercício da soberania, que é fazer com que a Legislação Federal regulamente, torne mais concretos estes direitos assegurados na Constituição, e que nas Constituintes Estaduais nós possamos avançar em algumas questões que no texto da Constituição Federal se colocaram apenas como"princípio geral". Acho então que os movimentos de mulheres têm uma tarefa muito poderosa que é hoje transformar em exercício vivo o reconhecimento da cidadania nas duas instâncias, na esfera federal, que é da Legislação Ordinária, e da esfera estadual, que é das Constituintes Estaduais.

Parece-me que a gente não poderia discutir estas duas tarefas sem situar no tipo de momento que o País vive. Recentemente a União Brasileira de Mulheres realizou uma plenária onde considerávamos que o espaço jurídico da mulher está muito vinculado ao espaço social e democrático que o País vive. Não podemos nunca imaginar uma sociedade que será boa para nós, enquanto mulheres, enquanto cidadãs, se não houver um processo de democratização,de justiça, de igualdade, no sentido geral. A discussão do processo constituinte é ele se dá tendo como esfera também um processo que é muito forte, muito poderoso no País, que é a questão da Associação Presidencial. Neste sentido achamos que a discussão da lei mais concreta, mais viva, do processo constituinte, ele será um instrumento muito importante para a intervenção da mulher no processo de sucessão presidencial. Temos uma experiência que não temos dúvidas que a mulher hoje é reconhecida . Hoje há uma preocupação da sociedade como um todo com a questão da mulher.

Todos vimos na televisão o vexame, o constrangimento, do Presidente da FIESP, quando teve o acinte de dizer que a Ministra Dorothéa "inteligente, apesar de ser mulher..." e que teve que voltar aos meios de comunicação e dizer que estava só brincando. Evidente que não podemos permitir, nem na esfera da brincadeira, um tipo de afirmação como esta. Temos certeza que não era brincadeira. Temos certeza que este era o pensamento do Presidente da FIESP. Mas para nós o fato de ele ter ido às câmeras dizer não, que não era machista, já foi um re-

conhecimento de que hoje na sociedade a luta da mulher, o ~~xxxxxxxxxxx~~ feminismo, saiu das dificuldades, da marginalidade que viveu no processo inicial da sua luta e hoje tem um patamar de reconhecimento. Este reconhecimento é um aspecto positivo para nós mulheres.Nós hoje que atuamos nos movimentos feministas, já não somos vistas com tanta cautela, com tanta discriminação, com tanto preconceito, porque a sociedade combate o "machismo", mas também nos coloca, às vezes, numa certa armadilha. Por exemplo quem mesmo defende a luta da mulher, quem mesmo tem uma verdadeira identidade com a questão da mulher. Colocamos sempre que não basta ser mulher para nós. Não queremos uma mulher que tenha ~~ho~~ Poder, por exemplo nós que queremos a disputa do Poder para as mulheres, que as mulheres tenham um espaço político de Poder,não podemos imaginar seja proposto a qualquer mulher, por exemplo a mulher que tem uma identificação com projetos machistas, com projetos sociais exploradores. Então para nós interessa que a mulher chegue ao Poder, mas que tenha um compromisso com as reivindicações das mulheres.

Por isto que neste processo da Associação Presidencial,nós vamos estar extremamente preocupadas com a discriminação, com a divulgação das nossas reivindicações próprias, para que o conjunto das mulheres não seja pega de surpresa com a manipulação destas questões. O conjunto dos candidatos à Presidência deverão defender o programa, qualquer programa que a gente apresentar a eles. Sob uma forma de usar a questão das mulheres .....(ininteligível). Por isto que para nós, que vivemos num momento em que o espaço de democracia, o espaço de igualdade e de justiça neste País,estará sendo avançado ou não a partir de uma disputa presidencial, a intervenção consciente e organizada das mulheres tem um papel decisivo para que a questão da mulher não seja instrumento de manipulação durante o processo eleitoral, e sim seja um instrumento de compromisso efetivo que alguns candidatos terão com a luta efetiva das mulheres.

Acho que esta ressalva cabe,na medida em que vamos discutindo com as candidaturas no processo de sucessão presidencial, algumas ~~xxxxxxxxxxx~~ reivindicações que se relacionam com as nossas, na esfera estadual e com a esfera da Legislação. E aí, para ser mais objetiva, queria levantar algumas preocupações que são centrais para nós. Sem dúvidas, acho que o Forum de Mulheres do Paraná é um dos que tem dado a contribuição destacada a este debate a nível nacional. A União Brasileira de Mulheres vem acompanhando as articulações que existem no Rio

de Janeiro, em São Paulo, no Paraná, em Minas Gerais, em Alagoas, estados onde ~~gra~~ realmente as mulheres conseguiram articular o processo organizado de debates e vieram a implementar a nossa bandeira, que é o "lobby do baton", que é exatamente um pouco da tradição e da história da nossa luta no processo de Constituição Federal. Achamos que ao lado das diversas reivindicações que os Forums têm sido destacados e achamos importante que ~~tudo~~ se dê destaque neste processo de discussão àquelas que são essenciais no processo de evolução, ou de avanço na luta da mulher. E particularmente de concretização daquelas conquistas que são genéricas a respeito da Constituição Federal.

Estas reivindicações que a gente daria um destaque maior nas Constituintes estaduais, elas servirão de impulso para também na Legislação ordinária elas passarem a ser regulamentadas. Este será um ano complicado, difícil, difícil para conversarmos com alguns Deputados Federais, A partir do segundo semestre nós, com a disputa presidencial, não teremos mais Deputados no Congresso Nacional, pois dificilmente será dado quorum. Até lá tem a Legislação Trabalhista, tem o Código Civil, tem uma série de instrumentos legais que têm que ser regulamentados, e que sofremos hoje um certo impasse. Ontem, num debate do Conselho, uma companheira levantava a questão, -mas podemos introduzir o mandado de injunção para assegurar que a aposentadoria da trabalhadora rural seja garantida de imediato por Lei? Já que a Previdência tem todo um período que as disposições transitórias do artigo 59 garantiram como armadilha para conquista nossa, por um período de dois anos e meio para regulamentar? Certo. É uma discussão que temos que agilizar para ver se antes destas articulações no Congresso Nacional a gente assegure que seja regulamentada a aposentadoria para trabalhador rural, regulamentada a licença-maternidade, seja assegurado o programa do direito à creche...

Por isto destacamos alguns aspectos fundamentais.

No que diz respeito ao direito da creche. A creche, neste País, sempre foi olhada como uma entidade filantrópica e que a partir de um certo momento ela resgatou o papel fundamental dele que é o cuidado com o cidadão criança e a efetiva consolidação. A mulher participando no mercado do trabalho tendo a tranquilidade de deixar os filhos protegidos. Falo a mulher porque é a mulher e o homem, mas a preocupação principal com os filhos foi sempre da mulher. Neste senti-

do achamos que a luta pela implantação do direito à creche tem que imediatamente sair daquela formulação geral da Constituição Federal, que me parece que é uma reivindicação daqui do Forum do Paraná. Levar os Governos à criação de um sistema estadual de creches. Alguns poucos Estados neste País tem sistemas públicos de creches. O Estado de Minas Gerais, com 123 (?) municípios, não tem nenhum sistema público de creches. A não ser algumas iniciativas de prefeituras do Interior. Esta é uma primeira questão.

A segunda questão para nós também está no nível de prioridade. Estamos presenciando a campanha nacional de Defesa da Saúde da Mulher que o Conselho Nacional colocou e inclusive está sendo apresentado pelos meios de comunicação "A Saúde é um Direito". Achamos que nos aspectos de atendimento à saúde damos uma prioridade particular à livre opção da maternidade. O direito de ter ou não ter filhos e como se criarão programas na rede pública de saúde que garantam que a mulher exercite este direito. Incluindo aí, evidentemente, a opção de interromper a gravidez. A opção pelo aborto. No caso, estamos na Constituinte Estadual com esta formulação. Na esfera Federal estaremos com uma luta maior, que é o avanço da Legislação que se refere ao aborto. Mas nós ainda estamos na esfera da competência dos Estados.

O terceiro aspecto, -e aí acho que a cada dia que passa vemos o papel fundamental da luta que inibe o processo de violência que se desencadeou no País, é um negócio que acompanha a crise moral, ética, dos valores, social, a crise que faz com que vocês, ao abrirem os jornais, o jornal do Paraná, uma anciã de oitenta e cinco anos estuprada por um jovem de 22, casado, com uma mulher bonita... estuprada, chegando à violência da relação anal, com uma senhora de 85 anos, que é a expressão maior da degradação das relações de respeito, de solidariedade e fraternidade entre os homens. Neste aspecto a mulher, apesar da violência ser generalizada, a mulher é a principal vítima atingida, porque todos sabemos que é algo que está afeito pela sociedade como algo normal e natural. Neste particular, nas Constituintes Estaduais, estamos dando destaque à institucionalização das delegacias e à criação de Centros de Orientação Jurídica de atenção à mulher. Porque as mulheres, -e isto vemos a cada dia, a procura das mulheres em relação às nossas entidades, as mulheres não sabem sequer que têm direito de reclamar, quanto mais que têm instituições para as quais podem se dirigir. Damos uma particular atenção a estes aspectos.

E a quarta preocupação, que às vezes é complicado o seu entendimento, é o caso da imagem social da mulher. É uma discussão emergencial, fundamental, que se passa ao nível dos órgãos do Poder. Que o Estado se preocupe com a questão da preservação da imagem social enquanto trabalhador e cidadão.

Por último a preocupação que a União Brasileira de Mulheres tem e que os Foruns têm demonstrado, diz respeito ao problema da proteção ao trabalho da mulher. E aí não é aquela história de discussão, mas vocês querem uma discriminação positiva, uma proteção - e esta palavra inclusive é errada, é equivocada, então a gente usa a palavra mais adequada, nós queremos que se assegure o direito ao trabalho da mulher, reconhecidas as especificidades que temos. O problema de igualdade homens e mulheres, todos têm que ser iguais socialmente, mas eles têm diferenças. E estas diferenças a Lei tem que reconhecer. O problema da licença-maternidade, o problema de certos tipos de respeito à questão da maternidade para a mulher, ela é fundamental para que se assegure o direito ao trabalho para a mulher.

Neste aspecto a União Brasileira de Mulheres em todo o Brasil,durante todo este ano, a campanha nacional para os direitos da mãe trabalhadora foi a preocupação, para a discussão com a sociedade que está perseguindo e aí é um absurdo o que acontece cotidianamente. Por exemplo, o Banco de Minas Gerais assume,-não abertamente, mas nas conversas com suas gerências,que não contratará mulher na fase reprodutiva, a não ser que ela tenha o atestado de ligadura de trompas. Aí não é nem problema de mulher, é um problema de perspectiva da sociedade. De repente está ameaçada a reprodução da espécie, porque é crime hoje reproduzir.Neste aspecto as solicitações que damos destaque são aquelas que dizem respeito à garantia do trabalho da mulher quanto à capacitação profissional e quanto à relação que o Estado deve ter com as empresas,a nível de investimentos, de incentivos fiscais, de controle e fiscalização que seja pautado por estes aspectos que exigimos.

Estas são algumas reivindicações que consideramos que são as prioridades do Estado, embora exista um conjunto de outras que na próppia discussão que foram colocada no aspecto federal e que com certeza alguém poderá

colocar aqui. Era isto. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE(IRONDI PUGLIESE).- Agradecemos à Senhora Maria do Socorro Jô Morais pela sua colocação.

Quero convidar para fazer uso da palavra a Senhora Branca Moreira Alves, presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina no Rio de Janeiro.

A SRA. BRANCA M.ALVES.- Obrigada. Queria agradecer o convite, muito honroso.

Cumprimentar as colegas da Mesa. O meu tema é o Estado e os direitos da mulher. Acho que temos que entender qual foi o nosso processo para chegar a este momento importante que estamos vivendo neste momento, este momento histórico do Brasil atual. O movimento de mulheres no Brasil, em geral, está dando um exemplo de uma grande força política que talvez nós mesmas, as mais antigas, não tenhamos tido noção da nossa força, da nossa capacidade de expressão. Acho muito importante a gente sentir a nossa relação com as gerações que nos antecederam, de quanto a nossa luta, a luta das mulheres, tem sido tão dura, tão calada, escondida, tão deixada na sombra pelos historiadores, homens que escrevem a História, da classe dominante, do sexo dominante, da raça dominante. Aliás até recomendo um livro que foi publicado agora que se chama "A história do homem pela mulher". É um livro maravilhoso, de uma autora inglesa que se chama Rosalynd Milaes. Tem um outro livro, mais antigo, de uma socióloga francesa, que se chama "A mulher e o trabalho", que foi publicado na década de 70, pela Editora Expressão e Cultura, acho que já deve estar fora de edição, mas o da Rosalynd Milaes também prega esta luta, desde a Antiguidade coloca como a mulher vem se posicionando na História e como ela é desvalorizada. Pega desde a Pré-História, como os historiadores, os antropólogos e os cientistas vão colocando a mulher como secundária quando no entanto o papel dela, desde a Pré-História, é primordial, se não o mais importante ainda que o sexo masculino, quando a gente vê que era a mulher a encarregada do cultivo, da produção de alimentos, da colheita, do cuidado das crianças. Então ela aprendia a mexer com as ervas, ela que era médica...enfim tudo isto a nossa História antropológica, cultural, se nega a reconhecer. Coloco isto para vermos que nós é que temos que recuperar esta nossa História, esta nossa identidade.

Chegamos aqui através destes séculos, principalmente a nossa luta crescendo no Século XIX em diante, se tornando uma luta que a gente pode dizer que é já um movimento de massas e talvez um movimento com maior potencial de transformação que já houve na História do mundo; porque não estamos pensando só em nível de uma transformação econômica, que é primordial, essencial, mas ousamos ir muito mais longe, uma transformação cultural, uma transformação de mentalidade, uma transformação de comportamentos, uma transformação do interno, do "eu coletivo", do inconsciente coletivo, de tudo isto, nesta relação homem-mulher. Esta transformação que foi criada por uma cultura feita a partir do enfoque masculino e que ~~teve alguns momentos de rebeldia~~ nós nos encaixamos, através dos séculos muito mal, com alguns momentos de rebeldia, sempre massacrados. Basta lembrar as revolucionárias da Revolução Francesa que acabaram todas na guilhotina e outras por aí afora pela História. Este livro mostra isto com bastante detalhe.E ainda quando se faz por exemplo, que se encaixa dentro deste processo o pensamento liberal de direito de cidadania e que .....(ininteligível) durante três gerações nos países centrais deste pensamento, nos Estados Unidos e na Europa,durou três gerações uma luta difícil, de confrontos sangrentos e que a cultura não mostra, os livros de História não relatam. Que as mulheres inglesas,por exemplo,foram as primeiras a usar a greve de fome por razões políticas. A gente ouve falar nos libertadores revolucionários irlandeses como tendo sido os primeiros que fizeram isto. Mas,na verdade, quem fez pela primeira vez foram as mulheres inglesas que eram presas por atos políticos e que eram consideradas como presos comuns. Então para que fossem consideradas pelo menos políticas, elas faziam greve de fome, como os irlandeses também faziam nas prisões.

Esta luta tão esquecida é uma coisa que nos revolta e que ~~estamos~~ temos que recuperar.Por isto volto a falar sobre o problema, porque a gente se esquece que chegamos aqui com muito sacrifício de nossas avós, bisavós de nossos antecessores.

E o que vemos de diferente no nosso momento atual, que nos diferencia dos movimentos, das propostas das nossas antecessoras? As mulheres em todo este processo de desvencilhar do sufocamento cultural em que viviam,tinham propostas muito objetivas e muito óbvias, que eram, em primeiro lugar, o direito à educação. Em segundo lugar o direito à uma igualdade política. Esta a

reivindicação que vem através dos séculos. No Século XVIII, por exemplo, das revolucionárias francesas e das inglesas, estas grandes pioneiras, a demanda era esta, o acesso à educação; porque a educação era fechada para as mulheres e só os homens podiam estudar , então era evidente que a mulher não podia avançar. Era um obstáculo muito óbvio, muito claro. A mesma coisa quanto à Legislação. Uma feminista americana, sufragista do Século passado, a Dulce Stomm, quando se casou na década de 6o mais ou menos, ela era uma das líderes do movimento pelo voto, o marido dela fez uma declaração que não tinha valor legal, mas que teve valor moral, de que ele abria mão de todos os direitos que a Lei lhe dava sobre o corpo, os bens e o patrimônio da sua mulher.Isto foi uma coisa que repercutiu e que ficou na História, mas realmente o marido era o dono da sua mulher em todos os sentidos. E isto também é uma luta muito lenta, esta libertação da mulher casada, que agora nós só conseguimos nesta Constituição atual, de um ano atrás, que pudéssemos avançar do estágio de companheira, que já tinha sido uma conquista em 1961, para colaboradora do homem, Isto já tinha sido um avanço diante daquilo que a gente já tinha tido antes, que era a total ausência de total direito da mulher casada. Só agora, no ano passado, é que nós fomos consideradas iguais, para ver como é uma luta difícil, lenta e está longe de se chegar ao final. E o que avançamos neste feminismo nos últimos vinte anos? Entendo que tendo ultrapassado estas barreiras mais óbvias, mais difíceis, penetrando ao máximo no mercado de trabalho, nas universidades, nas profissões antes ditas masculinas, com já o direito de votar, com alguns direitos básicos, com direitos de cidadania, embora ainda não tenha sido ainda completo do ponto de vista jurídico, o movimento de mulheres passou a perceber que ações de valorização poderiam eliminar estes primeiros obstáculos. Mas a eliminação dos obstáculos não elimina a discriminação. Por quê?

Porque ela é uma criação cultural, ela está arraigada na nossa cultura e ela acompanha a mulher a cada passo neste mundo que ela vem conquistando, como uma sombra. Ela entra neste mundo,mas ela entra desigual. Ela entra num mercado de trabalho desigual, ela entra carregando o fardo da sua desvalorização. E o movimento de mulheres, nos últimos vinte anos, vem propor esta revolução total. Esta revolução cultural. Que o novo ser humano, que o novo ser

que vem ao mundo, o seu sexo não seja já uma definição de um destino pré-traçado externo ao seu temperamento, às suas condições específicas. Que apenas as diferenças biológicas não sejam uma máscara de peso para a menina que nasce. A gente deseja que até o final deste Século a gente consiga fazer uma revolução cultural.

E o que são estes instrumentos que propomos e reivindicamos para o Estado? Só o Estado... Não é uma discussão que tenha sido tranquila dentro do movimento de mulheres no mundo inteiro, não só no Brasil, que nós entramos num aparelho de Estado, que nós tenhamos a institucionalização do nosso movimento atfavés do Executivo.Isto é uma discussão antiga, uma discussão que inclusive acho que as colocações são muito pertinentes e estamos vendo exemplos aqui no Brasil inteiro,e agora no Conselho Nacional, do quanto é precária a nossa conquista e do quanto nós temos que nos manter organizadas e atentas, para que estes instrumentos não sejam de manipulação em que um órgão que impera o nepotismo, as indicações estranhas ao movimento social. Para que estes órgãos sejam realmente órgãos que respondam ao movimento social e estejam trabalhando ao lado dele.Esta é uma luta política e depende de nossa força política, da nossa organização, do nosso poder de pressão. A discussão realmente entendo que é "uma faca de dois gumes" a gente reivindicar a criação de Conselhos. Nós fizemos isto, o movimento discutiu isto nos seus encontros, com a consciência de estarmos talvez criando algo que pudéssemos introduzir.

Mas é válido. Continuo entendendo, apesar de todas as dificuldades que todos os conselhos enfrentam; apesar de ver conselhos que são meramente de nome; apesar de ver esta luta agora de um Conselho Nacional, que é uma luta muito séria. Nós entendemos que é realmente o fruto de um bom trabalho que o Conselho fez ao lado do movimento de mulheres na Constituinte, na área da Saúde, na área da Educação, etc.O fruto está aí. Estamos vendo que agora a Direita está também reconhecendo que o trabalho foi um trabalho forte, foi um dos"lobbies" mais bem sucedidos dentro da Constituição Federal. Agora entendo que realmente é um embate político organizado. Nós e nossos adversários. Se o Conselho não tivesse tido um trabalho tão eficiente, continuaria quietinho e ninguém iria pensar em mudá-lo, nem manipulá-lo, etc.

Mas o avanço do movimento social só pode se fazer através

de uma conquista de um espaço no Executivo, que é normalmente o "locus"por excelência, que permite penetrar na sociedade os programas de ação. As ações que venham a eliminar a discriminação. Nós,do movimento social, podemos atingir algumas comunidades, podemos atingir a imprensa de alguma forma, publicar coisas, fazer debates, mas é sempre uma ação limitada pela nossa própria condição de movimento autônomo, movimento que não tem um alcance maior. O Executivo tem o dever, pelo menos o Executivo moderno, voltado a atender as demandas da população, tem o dever de criar os mecanismos,para que as reivindicações dos movimentos sociais se tornem em programas de Governo que sejam implantados.

É uma coisa enfim que vem de baixo, de cima para baixo, de baixo para cima, retornando. Então, continuo entendendo que os Conselhos são uma proposta positiva e importante no avanço político que os movimentos de mulheres no Brasil conquistou.

A História dos Conselhos tem mostrado isto, apesar dos pesares, a criação de Delegacias de Mulheres por exemplo foi um resultado do trabalho dos Conselhos. No caso do Conselho de São Paulo que foi primeiro a questão da Saúde, que tem sido levada de uma forma muito séria e sempre fazendo pressão sobre o Ministério, sobre as Secretarias de Saúde, enfim é importante que existam estes órgãos que fazem os Governos reconhecerem a importância desta política e o fato de serem criados já coloca uma presença que incomoda, que pressiona e que faz lembrar a necessidade. Se os homens do Governo não têm esta sensibilidade, os Conselhos estão aí para fazê-los pensar no assunto e traçar a política junto.

Continua sendo positivo, acho que não temos que voltar ao debate se devemos ou não postular a continuação dos Conselhos, acho que devemos sim. Mas temos que nos manter atentas, para que eles venham a ser os instrumentos que queremos, que eles surjam de nós,que as políticas sejam tratadas a partir de nós, de nós dos movimentos, de nós que conhecemos a realidade e demandas das mulheres e que eles enfim sejam a resposta e um trabalho dialético, dinâmico, como tem sido feito no Conselho Nacional e em alguns Conselhos Estaduais também.

O que estamos vendo aqui,-e falo com minha experiência

pessoal no Rio, e com a experiência que tenho visto de outros Estados, é que o nosso espaço está muito tênue, muito frágil. É um espaço importante, a gente tem que brigar por ele muito seriamente. Ele não tem o reconhecimento,não tem a compreensão da população como um todo, em geral de qual a importância dos Conselhos, que ele não é um órgão consultivo, nem de assessoria, ele é um órgão de traçar a política, de fazer com que ela seja implementada através dos órgãos propriamente executivos, Ministérios, Secretarias e a importância que eles têm como instrumentos de modificação desta cultura, deste cotidiano de violências, de discriminação- São instrumentos de luta. Mas estão frágeis, porque eles estão só andando com as pernas da nossa militância. Eles não estão institucionalizados. Esta é uma fraqueza nossa, tivemos a força de criá-los e não estamos tendo talvez a força de enraizá-los, enquanto uma conquista permanente. Não sei como a gente pode fazer isto. Tem sempre a ver com o Executivo, mas tem muito a ver com a nossa força, a nossa organização.

Queria só terminar dizendo da nossa participação importante na eleição presidencial. No Forum do Rio de Janeiro temos conseguido uma unidade suprapartidária de mulheres e cada eleição nós temos reinaugurado e reinstalado o que chamamos de "alerta feminista para as eleições". São mulheres militantes de diversos partidos políticos que se reunem e fazem propostas unitárias, as propostas das mulheres, que são levadas aos candidatos e que depois de eleitos temos condições de comprometê-los antes de eleitos, e depois cobrar que sejam efetivadas estas propostas. Estamos reunidas segunda-feira para organizar um novo alerta feminista das eleições presidenciais, achamos que isto tem que ser levado nacionalmente e propusemos levar para um Encontro que vai haver em São Paulo, acho que em setembro, Encontro de Mulheres, para que a gente nacionalmente tente articular as nossas reivindicações para Presidente da República. Que nós venhamos com a força nacional. O nosso trabalho é sempre este, ao lado dos movimentos, enquanto fora do Executivo, trazendo as reivindicações, a imprensa, tornando público, fazendo uma coisa unitária. Temos que pensar nisto logo, para que as companheiras já levem nossas propostas. É isto. Temos que continuar lutando pelos Conselhos. São instrumentos nossos, criados através da nossa luta e não podemos deixar"esta peteca cair". Vamos nos manter alertas. (Palmas).

A SRA.PRESIDENTE(IRONDI PUGLIESI).- Agradecemos a Branca, que nos falou sobre as atribuições do Estado na garantia dos direitos da cidadania da mulher. A sua proposta é muito importante. Acho que temos que nos agilizar para que as mulheres de todos os movimentos do Brasil se mobilizem. É muito importante que neste momento estejamos mobilizados não só para esta proposta, mas para que não seja esvaziado politicamente o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que é o que o Governo Sarney está fazendo hoje com o Ministério da Justiça. Está muito difícil para nós conseguirmos a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e neste momento temos que prosseguir nesta luta, unidas, para que o Conselho tenha possibilidade de trabalhar na forma como foi proposta pelo Movimento de Mulheres.

Quero convidar a Dra. Angela Bacha, para usar da palavra. A Dra. Angela é Coordenadora da Saúde da Mulher da Secretaria de Saúde de São Paulo, e nos falará sobre as atribuições no Estado no tocante à saúde da mulher.

A SRA. ANGELA BACHA.- Quero agradecer o convite de estar aqui hoje e poder compartilhar da alegria de poder discutir com a Deputada que é uma feminista de luta e trazer um pouco de experiência da Saúde em São Paulo.

Esta questão da discussão da saúde merece uma discussão como esta que a gente entende como oportuna e urgente. É importante porque o sistema de saúde sofre uma modificação tão profunda, é oportuno que a saúde da mulher já entre como programa dentro desta nova reestruturação do sistema. Quando a gente começa a encarar uma reorganização do sistema de saúde existe todo um preparo onde se descentralizam as ações e é neste entendimento, nesta perspectiva que a gente entende que deve se estruturar a saúde da mulher. No contexto do SUDS dos Estados e Municípios. É urgente também, além de oportuna, na medida em que existem inúmeras condições de saúde da mulher que hoje se constituem em verdadeiros problemas de saúde pública. Que questões? A título de exemplo questões como o aborto. Hoje o aborto é tão disseminado no nosso meio, é um problema na saúde pública. A questão da esterelização. Hoje a esterelização é o método mais utilizado na mulher paulista. No Brasil ele fica em segundo lugar. Isto é questão de saúde pública.

A outra questão é a da cesariana. No Brasil temos a vergo

nhosa posição de campeões mundiais de cesariana e somos frequentemente mencionados no meio científico internacional que vê atônito esta epidemia de cesarianas que vem num crescendo. Onde vamos parar... Em dois partos, um é normal, o outro é cesariana.....(inaudível).

A questão de saúde considera, não com a faixa normal, mas qualquer valor acima de 15% está sendo desnecessário. Existem países onde a cesária é inferior a 5%. Em países desenvolvidos, Suécia por exemplo. Nos Estados Unidos ficaria entre 12, 15%. E a gente, no País, consegue chegar a 40, 50%.

Estas questões os Estados devem assumir junto à outras questões de moléstias, porque são calamidades.

Outras questões de saúde também merecem uma atenção especial do Estado, da mesma forma como o Estado prioriza a saúde da criança e a saúde do trabalhador. Agora o Estado tem também priorizado a saúde da mulher. E muitas das ações voltadas à saúde da mulher, particularmente resultam benefícios à saúde da criança e também porque a saúde é um direito do cidadão e a mulher é uma cidadã.

Nos aspectos ginecológicos da saúde da mulher, existem medidas que são sempre de baixo custo que ou previnem ou curam a maior parte das doenças de tratamento precoce. Deixar de tomar estas medidas, chega a ser até uma questão de ética profissional. A questão, por exemplo, de câncer do colo do útero, não prevenir o câncer do colo do útero como uma doença 100% prevenida e quando é o câncer que mais mata no Brasil hoje, seria uma questão até imoral. Tem que ser realmente caracterizada como uma questão de saúde.

Dentro destas perspectivas a gente pode se perguntar como a gente pode fazer um atendimento no caso da mulher. Porque a filosofia da atenção integral à saúde da mulher ainda não é aplicada hoje, na maior parte das reuniões do País, e como modificar esta abordagem de saúde e que papel o Estado de assumir. E para ficar na filosofia de assistência integral à saúde da mulher, no contexto da assistência integral à saúde da mulher, tem que levar em consideração as ações que cada Região apresenta. Porque nem sempre as ações, as prioridades do Estado de São Paulo, do Paraná, das Regiões Sul e Sudeste, podem ser as mesmas prioridades das Regiões Norte e Nordeste. A gente vive num País de muitas

diferenças, diferenças chocantes.A situação do Norte e Nordeste é muito mais precária. Então não necessariamente as mesmas prioridades que teria o Estado de São Paulo,teria o Estado do Piaui. Como prioridades, são muito mais a nível regional. E em que base devem ser plantadas estas prioridades, acho que deve ser dentro das bases filosóficas, a filosofia de ajuda, de assistência integral à saúde da mulher. A mulher deve ser encarada como um todo, não apenas como um ser reprodutor. É necessário entender que os problemas de saúde da mulher não se restringem ao aspecto físico, ao aspecto biológico. Os problemas de saúde da mulher ainda passam muito pelas questões de ordem psicológica,social, que também devem ser valorizadas como as outras.

A assistência deve ser integral e integrada. Compreender que é integral e integrada. Atender algumas prioridades não significa por exemplo que hoje eu vá atender pré-natal, que amanhã vá atender prevenção do câncer, depois de amanhã eu vá atender pressão alta da mulher. São todas as ações necessárias. É necessário examinar a mulher, é necessário ouvir a mulher, é necessário entender a mulher, procurar entender a mulher,é necessário passar a informação para a mulher. É isto que tem que ser transferido um pouco para o serviço público, que é um bom relacionamento entre médico e paciente, uma boa passagem de informações, uma compreensão do problema, uma resolução do problema.

A questão de técnica, como já falei, depende muito de como fica arraigado no sistema de saúde a questão da assistência integrada. Se a questão da assistência integrada não estiver bem arraigada na cabeça de cada médico, de cada profissional de saúde que vá nos centros de saúde,as questões técnicas, as prioridades técnicas, vão ser muito difíceis de ser cumpridas.

Estas questões técnicas que como eu disse ~~[illegible]~~ que devem ser desenvolvidas a nível regional, ou a nível estadual,no Estado de São Paulo foram colocadas cinco questões, baseadas na realidade de saúde que hoje tem a mulher paulista. A gente pensa como prioridade a ~~[illegible]~~ redução da mortalidade materna, a ~~[illegible]~~ redução da ~~[illegible]~~ mortalidade perinatal, o período que vai entre mais ou menos os sete meses até mais ou menos uma semana depois do parto,visando o bem-estar da criança e do feto ou do recém-nascido. A redução da ~~[illegible]~~ morta-

lidade pelo câncer ginecológico, hoje de maior problemática no Estado de São Paulo o câncer do colo do útero e o câncer de mama como os que mais matam a mulher de São Paulo. A correção das distorções que hoje existem em termos de planejamento familiar. Como eu falei o método da esterelização é o mais usado em São Paulo hoje. É necessária uma informação dada a importância do planejamento familiar no contexto de assistência integrada à saúde. Todas estas indicações estão sendo decididas no Conselho de Assistência Integrada à Saúde da Mulher.

Esta intenção de se chegar a entender a mulher como um todo, é a mesma compreensão do tema da questão do aborto. A mulher tem direito à saúde, conforme reza a nossa Constituição Federal. A mulher tem direito ao aborto quando ela corre risco de vida, ou quando a gravidez é consequência de estupro, conforme reza a atual Legislação Ordinária. Dentro desta concepção da assistência integral, a gente entende que compete ao Estado fazer, com efetivação do SUDS,do Sistema Unificado de Saúde, definir as diretrizes, coordenar,liderar, dirigir, supervisionar, acompanhar, as ações de saúde, dirigindo este processo, visando o cumprimento da Carta Magna, a Constituição Estadual e as Leis Ordinárias. Compete ao Estado então fazer cumprir as leis. É assim que o Governo do Estado entende o seu papel. A Constituição prevê, conforme o Estado, a atenção integral à saúde da mulher. A Lei Ordinária garante o direito à mulher de ter o aborto quando desejar nos casos previstos em Lei: risco de morte ou consequência de estupro.Compete ao Estado tomar as medidas administrativas para fazer cumprir esta Lei. Neste sentido o Estado de São Paulo está elaborando uma medida administrativa no sentido de obrigar as nossas instituições públicas de saúde a realizar o aborto nos casos permitidos em Lei. Acertada esta questão, está se aguardando o parecer...

A SRA . ..... aguardando o parecer do Conselho Regional de Medicina do Estado, já que envolve questões éticas, da Secretaria de Segurança Pública, já que envolve a questão complicada do exame do Corpo de delito, do Instituto Médico Legal e isso dificulta e atrasa o procedimento, porque é necessário que seja comprovado e geralmente os laudos são inconclusivos. Também, parecer da Secretaria de Segurança Publica até no sentido de que eles sugerem para reduzir toda essa dificuldade que a mulher tem. Essa não é uma iniciativa isolada da Secretaria de Saúde, como em todas as outras questões a saúde da mulher é visto em conjunto ao Conselho Estadual da Condição Feminina. Elas participam com duas representantes do Conselho e como representantes do Movimento Autônomo de Mulheres. Isso não é só uma iniciativa, mas é também e do Conselho Estadual da Condição Feminina. É nesse caminho que o Governo do Estado entende o seu papel e é nesse caminho que a gente está caminhando e que a gentenespera chegar lá.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE: (IRONDI PUGLIESI): Agradecemos a Dra. ângela pelo esclarecimento que fez a respeito das atribuições do Estado no quw se refere à questão da sa_úde da mulher.

Vamos alterar a ordem em que foram colocadas as exposições, para que uma companheira que tem um compromisso e precisa sair mais cedo, possa falar.

Convidaria a Sra. Olinda Evangelista. que é educadora e filósofa , para falar sobre a Creche, suas garantias, sobre a Pré- escola, direitos da mulher e da criança.

A SRA. OLINDA EVANGELISTA : Inicialmente como todas as companheiras, queria manifestar a satisfação que eu tenho de vir falar sobre a educação de zero a seis anos e a satisfação que eu tenho de estar nesta Mesa, junto com pessoas cuja trajetória na luta das mulheres, tenho acompanhado, especialmnte através de jornais e artigos escritos e c m quem nunca tive opor-

oportunidade de conversar pessoalmente. Então, para mim, do ponto de vista histórico, é uma alegria. Do ponto de vista científico, também é, no sentido de que talvez as questões que eu - traga para reflexão possam contribuir para clarear, quem sabe ampliar o debate em torno dessa questão da educação de zero a seis anos.

Em primeiro lugar eu quero parafrasear uma amiga minha chamada Ana Lúcia Faria, e é a responsável por esta discussão e ela me disse que as crianças no Brasil nasceram no dia 5 de outubro de 1.988.

Eu achei fantástica a frase dela e com isto ela estava querendo dizer , pensamento com o qual eu concordo, - que as crianças surgem na história do Brasil, independentemente - de suas mães, como cidadãs, como pessoas que não são apêndice, a partir desta data. Tanto é que no Título 1º, já no início da nossa Constituição atual. Título I - Princípios Fundamentais:

> Artigo 3º - Inciso 4º: " Promover o bem de todos , sem preconceito de origem, raça,- sexo , cor e idade " e quaisquer outras -

formas de discriminação. Eu acredito então que esse Artigo da Comstituição, especificamente nesse sentido, abre para a gente, a discusssão em torno da necessidade de se considerar a criança como uma cidadã, embora no momento atual, ou na sua especificidade, nós adultos é que tenhamos que nos preocupar com os direitos dessa cidadã, deste cidadão, em face das suas condições difíceis. Quer dizer, num certo sentido, nós somos os porta-vozes - daqueles direitos que as crianças têm, mas que não os têm por - apêndice a nós mulheres, mas os têm por conta própria.

Fica reconhecido, portanto, nessa Constituição, que a criança existe, nasceu.

No caso da atual Constituição, pelo menos 7 Artigos tratam da questão da criança, seja do ponto de vista da saúde, do ponto de vista da educação, do amparo, da assistência e etc. Eu não vou entrar em cada um dos Artigos e acredito

acredito que vocês poderiam recorrer à própria Constituição. Eu só gostaria de colocar que os direitos que a Constituição - assegura à criança, são direitos que não são pertinentes apenas as Capítulo da Educação. Eles tam ém dizem respeito ao Capítulo da Cultura, da Saúde, enfim, ao Capítulo da Infância propria - mente dita. Não se restringe a Educação. Isto quer dizer que - várias Instituições ou vários órgãos, ou várias frentes devem se preocupar com o atendimento à criança.

No caso específico do atendimento em creches e de pré-escolar, eu gostaria de dizer que o reconhecimento dessa necessidade é uma conquista do Movimento de Mulheres, sem - dúvida alguma.

São as mulheres, no caso do Brasil, que se responsabilizaram no sentido de encaminhar a discussão, de dirigir a discussão, de sustentar teoricamente a discussão e de brigar politicamente por esse direito e até diria que no caso do - Estado do Paraná, no momento em que o movimento de mulheres renasce, que é demeados da década de 70 para frente, no 1º Congresso da Mulher, que nós chamamos de Paranaense, do qual eu pessoalme participei e várias companheiras dessa Plenária também participaram, naquele momento, no final da década de 70, nós já colocávamos a discussão do direito à creche.

Ainda naquele momento, dentro da perspectiva do direito da mulher, eu acredito que hoje nós avançamos - nessa percepção. É um direito da mulher e também do homem, mas - passa a ser um direito da mulher, digo, da criança. Direito da-criança, dever do Estado, opção da família, recuperando a idéia de que essa conquista que foi o fruto de uma luta árdua, ela - deve ser atribuída às mulheres, ao Movimento de Mulheres e fazendo até uma penitência, não no geral como educadores, mas enquanto educadora, reconhecendo que os educadores no momento no Brasil não dão a devida importância a essa discussão. Ela está iniciando o movimento dos educadores e eu até acredito que a dis -

cussão no interior do movimento de educadores, muitas vezes, fica restrita à discussão orçamentária."Creche sim, mas não no Orçamento da Educação. Não vem tirar dinheiro da gente ,porque realmente a gente já não dá conta da Pré-escola, a gente não dá conta do ensino fundamental", e vai por aí afora. Está bom, então não vai sair do dinheiro da educação.

Eu acredito que os educadores deveriam fazer côro com o movimento de mulheres e extrapolar a discussão meramente orçamentária para uma discussão política e de qualidade superior. Se o atendimento de creches,ele vai estar vinculado com vários orçamentos, essa é uma discussão que a gente pode fazer. A questão fundamental que me parece, é verificar que a creche não é, em primeiro lugar, hospital. O Ministério da Saúde,numa lei do ano passado, chegaram a prever a construção do prédio. Como é que seria o prédio? E o prédio era um hospital. Creche não é hispital, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, creche não é escola. Não tem currículo. É uma outra qualidade.

Em terceiro lugar, creche não é casa onde a gente interna as criancinhas. Então digamos que são tres mentalidades na forma de tratar a relação da criança de zero a seis anos, que nós deveremos tomar um pouco de cuidado.

Eu gostaria de dizer que nos dados do Opinate(?) mais ou menos o atendimento que se faz nessa faixa etárea está em torno de 20% nas regiões metropolitanas e isso está se fazendo na prática, sem a gente saber muito bem, como é que acontece o atendimento em creches, como é que está acontecendo.

Então a nossa sugestão seria no sentido de que os recursos que são pulverizados para o atendimento de creches fossem concentrados num programa, num Conselho. A forma eu ainda não tenho clareza. Aí poderíamos pensar e poderíamos discutir sobre isso. Que esses recursos que são pulverizados, sejam concentrados, e ainda mais, que sejam concentrados os recursos do

Estado, que sejam concentrados e direcionados ao atendimento pelo Estado, sem repasse desses recursos para qualquer instituição privada. Vale aqui o raciocínio que a gente está fazendo para a escola pública. Pode ser escola privada sim, mas o Estado não vai subsidiar. O Estado subsidia a escola pública. Portanto, um sistema estadual, um órgão estadual ou um conselho estadual, a forma que ele vier a tomar de creches, deve dirigir os recursos do Estado - para o seu sistema público, sem forma de financiamento para entidades privadas.

É claro que aquelas previsões já feitas em - lei, que a empresa deve dar o atendimento etc., etc., isto fica - mantido. Agora, compete ao Estado, ter o seu sistema, ter o seu - atendimento garantido às crianças como Direito da criança e mais, como direitos do cidadão. E no interior da creche, um atendimento adequado de maneira a consolidar as possibilidades de pensamento e conhecimento que essa criança precisará ter. Não é simplesmente guarda e assistência. É também guarda e assistência, mas a gente tem que recuperar o caráter educativo desse atendimento, para que a gente não saia nem na prática da higienização da sociedade, tão própria do início do Século, que previa o internamento de crianças como forma de sanear a cidade.

A proposta de creche não é uma proposta de - saneamento da cidade, via institucionalização da criança. Eu acho que fica claro que o que a gente pretende é uma forma qualitativamente superior de atendimento na creche, com caráter pedagógico e educativo.

Um outro dado que foi coletado por duas pesquisadoras da Escola de Saúde Pública da USP, dá conta de que - depois da primeira causa, depois do índice de mortalidade que ocorre de zero a dois anos, a seguinte causa mortis é: " acidente". Acidentes nessa faixa etárea, e acidente não é doença: acidente é atropelamento, queimaduras, enfim, cortes, etc. Se a causa mortis principal não é doença, eu pessoalmente me coloco contrariamente à

idéia de que no interior da creche deve ter psicólogo, médico, fonoaudiólogo. Eu tomaria um pouco de cuidado com essa reivindicação, porque ela pode ser o resultado de interesses bastante corporativos, de criação de mercado de trabalho, para um mercado de trabalho dificultado no Brasil. Eu acho que deveria haver é um sistema de saúde articulado com a creche. Aquelas necessidades que a criança vai ter e que qualquer criança, a partir dessa faixaetárea também têm , inclusive adolescente, adulto, etc, essas necessidades têm que ser atendidas por um bom sistema de - saúde que o Estado deveria prover, e não incluir no interior da escola ou da creche, ou da pré-escola, esses profissionais todos que poderão também não resolver o problema de atendimento na - creche, ou na pré-escola, ou na escola.

Então o que é necessário? É necessária uma formação decente do trabalhador de creche. A começar pelo nome. Não sei se quem trabalha em creche é " babá". É " babá"quem - trabalha em creche? Parece que não. Então,a formação do profissional que trabalha em creche, também é tarefa do Estado . O Estado deve contemplar esse profissional com uma formação adequada. No caso da A ..... eles estão propondo que o profissional que atua na creche, tenha formação em nível de segindo grau, pelo menos. É como um curso de normalista, de magistério, só que um curso de 2º grau com essa especialização.

É claro que isso como é um projeto, é uma proposição que será encaminhada para as discussões à Lei de Diretrizes de Bases, e há um interesse que a LDB incorpore essa questão da creche no seu interior. O que fazer com os profissionais que não têm a formação e que poderão não ter acesso a ela. Então para isso é preciso qualificação profissional financiada pelo - Estado. As crianças devem ser atendidas da melhor maneira possível, adequadamente, como um direito que a criança tem e não como um direito que apenas a mãe teria.

A 5ª idéia, seria a questão do trabalho co-

lativo: são os vários órgãos do aparelho do Estado, que direta ou indiretamente estão relacionados com a questão da criança - que deveriam ser organizar para que esse atendimento não fosse pul verizado e principalmente que a gente retirasse a criança da - categoria em que ela se encontra hoje, em geral, especialmemte no caso da Prefeitura de Curitiba - era assim na outra gestão, mas na atual está um pouco alterada - que é tratar da criança em nome da política social, o que já traz uma conotação extremamente perigosa para o trabalho educativo. Vira política social, daqui a pouco vira caso de polícia e por aí afora, e vira menor abandonado, e a gente pode complicar um pouco. O direito da - criança, é direito de toda a criança. Da criança cujos pais - têm vínculo empregatício via Carteira de Trabalho , e cujos - pais não têm vínculo empregatício com Carteira de Trabalho, - porque o fato não terem Carteira de TRabalho, não quer dizer que não tenham filhos e não quer dizer que seus filhos não tenham - direitos.

Então, o oferecimento de creches não pode estar vinculado à existência da Carteira de Trabalho. É um - direito da criança.

Só para fazer uma referência do tipo de - idéia que anda por aí sobre esse atendimento:"a Associação das Escolas Católicas diz que o atendimento de creches deve ser um atendimento moral." Quer dizer, o resto pode ser imoral, amoral. A ANDES, que é a Associação Nacional de Ensino Superior, diz que as creches têm que ser limpas. Vocês acreditam que a - Associação Nacional de Ensino Superior diz que as creches têm que ser limpas ? Quer, o resto do ensino pode ser sujo, tudo bem, mas a creche tem que ser limpa.

Vejam que embora seja uma entidade avançada em muitos sentidos, nesse particular,ela refleta uma moral - higienizadora, como se a questão da criança fosse lavar a bundinha, não deixar sujo, sabe, aquele tratamento higiênico mes-

mesmo, e a proposta do Ministério da Saúde que é a creche hospital.Então nós entendemos que nenhuma dessas posições, é uma posição coerente nem com o que deseja o movimento de mulheres, nem - com o que deseja uma fração do movimento de educadores, que no momento está mais preocupada com essa questão.

Existem inúmeros estudos já mais científicos sobre o como trabaçhar com a creche, existem inúmras dificuldades porque isso não tem sido objeto de preocupa ão de um ponto de vista mais científico e coletivo, mas existem indicações.

Nesse sentido parece-me que a proposta do - Fórum de Mulheres, bem como a proposta que agora foi incorporada por esta Assembléia , na figura da Deputada Irondi, me parece que ela indica um caminho interessante. A única preocupação que eu - não tenho com relação à proposta, é o inchamento da creche por outros profissionais - não sei se isso é uma demanda corporativa - e isso choca um pouco uma demanda de uma política de saúde e isso a gente pode conversar e em relação a essa proposta, eu me preocupo se a gente deveria criar um sistema estadual de creches e pré-escola.

Eu perguntaria por que creche e pré-escola e por que não outra forma,não é ? A pré-escola tradicional se - pensa como o antecedente da primeira série, do primeiro grau. Talvez a pré-escola devesse continuar dentro da escola, porque aí ela já é escola e ela já tem currículo embora eles se deleitem -- com os jogos dentro da pré-escola, esse é um trabalho afetivo, - ficam amando as criancinhas na pré-escola e esquecem de ensinar, e então, a pré-escola é escola e tem um tratamento diferenciado em relação à creche.

Seriam essas duas observações que eu gostaria de fazer e de dizer, em nome do Comitê de Defesa da Escola Pública, do qual eu participo como Coordenadora, junto com outros com_panheiros que poderíamos Juntar os nossos esforços, somar as nossas forças no sentido de conseguir aquilo que é fundamental

fundamental, que é a universalização do atendimento em creche, mas com uma qualidade superior, com atendimento pedagógico, com atendimento educativo e não simplesmente dentro de um ponto de vista de - guarda e assistência.

Seria essas as questões que eu traria para vocês, inicialmente. Depois com o debate a gente pode ver o que pode ser colocado. Vou lamentar se eu não puder ficar nos debates, e é provável que eu não possa, porque tenho um outro debate com alguns professores que eu estou comprometida.Eu vou ficar aqui até o máximo que eu conseguir. Eu acho que nada impede que as outras pessoas possam conversar sobre isso.

Eu agradeço a atenção.

Palmas.

A SRA. PRESIDENTE: (IRONDI PUGLIESI): Eu agradeço à Olinda que- veio nos esclarecer sobre as garantias da - creche, pré-escola, direitos da mulher e da criança.

Convido agora para usar da palavra, a Dra. Regina Helena Afonso, que é advogada e falará sobre os direitos jurídicos da mulher e os serviços públicos.

A SRA. REGINA HELENA AFONSO :Senhora Deputada Irondi Pugliesi, agra- deço o generoso convite de participar, senhoras colegas de Mesa, o meu tema é a Evolução dos Direitos JUrídicos da Mulher e serviços públicos.

Falar-se dos direitos jurídicos da mulher - a princípio pode parecer ridículo, ou seja, existem tantas coisas a serem alcançadas ainda, será que houve alguma evolução ou não houve evolução?

Me permito fazer um breve retrospecto histórico para provar que houve grande evolução nos direitos da mulher.

Houve mudanças radicais em relação à evolução. Da Idade Média ou mesmo da nossa sociedade, sentimos que há uma mudança radical e isso nos estimula a lutar mais para que consigamos-

fazer mais vitórias e mais direitos. Na qualidade de advogada e militante, talvez seja esse o motivo da minha vinda aqui, com 17 anos de advocacia , especialmente na área da família, pude constatar as mudanças e praticamente sentí-las na pele, pois quando comecei a advogar, ão havia a Lei do Divórcio e uma série de outras leis e outros dispositivos legais que davam à mulher aquela situação de autonomia ou pelo menos, de direito.

Farei um breve retrocesso histórico para que vocês todas sintam a alteração, a situação atual, para chegarmos à proposta que pretendem fazer.

"É indisfarçável o anacronismo presente - ainda hoje em certas legislações civis ... (Lê).

(Fotocópia em anexo).

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS JURÍDICOS DA MULHER

Regina Helena Afonso de O.Portes

É indisfarçável o anacronismo presente ainda hoje em certas legislações civis, inclusive de países tidos e considerados como desenvolvidos ou em franco desenvolvimento no que diz respeito à mulher de um modo geral, seja ela casada, solteira ou companheira.

É incontestável o fato social de que a mulher vem sendo tratada através de todos os tempos, como verdadeiro objeto de uso, gozo e fruição de seu dono e senhor - o homem. Aliás o conceito de propriedade que o homem tem da mulher - coisa - parece resultar da forma mais primitiva de seu posicionamento social.

Inicialmente a mulher era pelo homem apropriada através de duas vias: transação mercantil ou rapto.' Na primeira hipótese seria até de certa forma admissível fosse ela considerada como verdadeira mercadoria de indiscutível propriedade de seu adquirente que exercia sobre ela o seu domínio. Quanto a hipótese do rapto, consentido ou não, as leis antigas previam que os seus efeitos se assemelhavam à compra, adquirindo-se sobre a "mercadoria" total uso, gozo e fruição.

Anos mais tarde passou a mulher a ser' considerada como companheira, dividindo com o homem as responsabilidades do lar e da família, mas indiscutivelmente inferiorizada social e legalmente e com pouquíssimos direitos.

Cumpre salientar que desde os primeiros estágios da formação da família não se tem notícias de qualquer tipo de legislação que regulasse o relacionamento entre marido e mulher. Era sempre ao homem atribuída a decisão final de qualquer problema oriundo do consórcio conjugal. Além da força física do homem, mantinha ele a sensação de certeza de propriedade total sobre a mulher. Com o seu sentido de propriedade extremamente aguçado o homem passou a entender que tinha o direito' de dispor sobre todos os seus bens (terras, animais, ferramentas, etc.) e inclusive sobre a mulher da melhor forma que lhe aprouvesse.

Foi aí neste panorama de inferioridade

que a mulher passou a ter a sua figura agigantada. Além de mãe passou ela a desempenhar relevantes serviços ligados à economia doméstica e à estabilidade familiar.

Não obstante subjugada - quer pela força física quer pelo aspecto material, foi a Mulher a grande responsável pela humanização das relações familiares, obtendo o abrandamento da violência masculina e para isso utilizando-se da graça, do carinho e do amor.

No mundo antigo foi em Roma que a mulher conseguiu merecer o mais elevado destaque familiar e social, ainda sob a tutela do marido, tendo a História registrado inúmeros acontecimentos em que a influência feminina se fez presente na vida pública de estadistas e guerreiros. Na Grécia Antiga a mulher vivia confinada no gineceu, a parte da casa que lhe era exclusivamente destinada, dispondo o marido sobre ela, de direitos de repúdio e doação.

Na Idade Média, foi violentadamente deprimida, inclusive com a instituição do cinto de castidade. A escolha de seu futuro marido era feita pelo pai, mantendo-a sob a submissão do homem e proibindo-se-lhe o exercício de certas profissões mantendo-lhe a incapacidade civil.

Na Renascença ainda que existindo leis severas e retrógradas passou-a a notar uma sensível mudança de costumes, surgindo a partir do séc. XVII as primeiras escritoras e mulheres de cultura.

Com o correr dos tempos e com as lutas árduas empreendidas pelas mulheres foram elas pouco a pouco fortalecendo os seus direitos sendo mais consideradas por si sós e pelos seus méritos. A mulher já conseguiu comprovar exaustiva e axiomaticamente aquilo que a rigor lhe é inerente istó é, que é detentora das mesmas potencialidades físicas, psíquicas, intelectuais e morais que o homem, não se justificando por qualquer forma que tenha em relação a ele status de inferioridade.

Não nos é arriscado afirmar que não só a mulher não é inferior ao homem mas, em diversos aspectos, a ele superior, dispondo de paciência, força e tenacidade para superar problemas que muitas vezes não são resolvidos pelos homens.

Mas não obstante todos os valores plenamente reconhecidos às mulheres não conseguem elas ainda hoje atingir a plenitude de seus direitos.

Inegavelmente foi grande a evolução dos direitos e garantias obtidos pelas mulheres, valendo referir alguns deles:

A mulher casada ao longo dos anos sofreu grandes mutações em seus direitos, tendentes a libertá-la de restrições graves e injustas que lhe tolhiam a liberdade e a própria capacidade civil.

O estatuto da mulher casada (Lei 4121/62) foi uma das primeiras conquistas das mulheres. Seguiram-se a ela a Lei 5478/68 - Lei de Alimentos, regulando de forma específica o direito à pensão de alimentos e bem assim as garantias sobre as rendas de bens comuns; posteriormente a Lei 6015 de 31 de dezembro de 1.973 com a redação que lhe deu a Lei 6216 de 30 de junho de 1975 estabelecendo o direito do uso pela mulher do sobrenome do companheiro. Seguiram-se outras conquistas como o estatuto dos concubinos apresentado em anteprojeto de lei de autoria de Alvaro Villaça Azevedo. Posteriormente veio a Lei do divórcio, maravilhosa conquista das mulheres e através da qual inúmeros artigos do retrógrado Código Civil foram alterados, especificamente no que tange ao direito de uso ou não, pelo casamento, do sobrenome do marido; da instituição do regime de comunhão parcial de bens como regra geral dos casamentos; no caso de separação judicial ou divórcio havendo discordância dos cônjuges sobre a situação dos filhos prevalecerá a vontade do cônjuge com quem estiverem os filhos; a mulher passou a assumir com o casamento a condição de consorte, colaboradora do marido nos encargos de família devendo também velar pela direção material e moral desta; tem a mulher o o direito de propor a separação judicial e o divórcio; o direito também da mulher de ver reconhecido o filho havido fora do matrimônio em testamento cerrado; reconhecido posteriormente oficialmente quando da dissolução da sociedade conjugal de seu pai. Passou também a ser reconhecido entre marido e mulher sociedade comercial e cível respeitadas as suas regras como válidas e capazes para aferição de negócio jurídico existente. Válida tal sociedade passou a ser permitida inclusive a proposição de ação de prestação de contas da mulher para o marido e vice-versa.

Igualmente passaram a excluir a meação do casal as obrigações provenientes de atos ilícitos, ficando a mulher isenta de ver os seus bens atingidos por ônus oriundos de atos jurídicos de seu marido. Relativamente aos bens do casal a já citada Lei 4121 de 27 de agosto de 1962 (estatuto da mulher casada), em seu artigo 3º assim estabelece que pelos títulos de dívida de qualquer natureza firmados por um só cônjuge ainda que casados pelo regime da comunhão ~~de~~ responderão bens particulares do signatário e os comuns até o limite de sua meação. Liberou-se assim da meação a obrigação cambial assumida por um dos cônjuges por meio de aval já que todo ele é dado por mero favor, por mera liberalidade, muitas vezes sem qualquer reflexo no bem-estar da família.

Com o advento da nova Constituição, novos direitos foram assegurados às mulheres. Entre eles a possibilidade de ser o divórcio requerido após prévia separação judicial por mais de um ano, ou comprovada a separação de fato por mais de doi anos. Reconheceu-se também a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, assegurando-se assim ao concubinato o direito de ser convertido em casamento. Também aos filhos havidos ou não da relação do casamento ou por adoção são garantidos os mesmos direitos e qualificações proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Muitas outras conquistas foram obtidas no campo da previdência social e do direito securitário. Em função da natural evolução dos direitos da mulher foram elas, pouco a pouco sendo reconhecidas não só como dependentes exclusivas de seus companheiros (por força do concubinato) como também a elas garantido o direito de dependência em seguros de vida. Isto se verifica pelas mais recentes decisões jurisprudenciais e aqui enumeradas:

> " ACIDENTE DO TRABALHO - Subustituição processual - Morte do obreiro no curso da ação - Habilitação da concubina - ' Admissibilidade - Dependência econômica comprovada, tanto que nomeada beneficiária da pensão previdenciária - Legitimidade para pleitear o recebimento de indenização acidentária, que tem caráter alimentar, independentemente de propositura de ação para declaração judicial de seu direito - Irrelevância ' de já estar o feito na fase de execução, por não se tratar de intervenção' de terceiro, sujeita a contestação a habilitação - Aplicação dos arts. 41 e ss. e 1.055 e ss. do CPC.
>
> A concubina, vivendo sob a dependência econômica do companheiro, tanto ' que por ele nomeada beneficiária da ' pensão previdenciária, tem, como tal , legitimidade para pleitear o recebimento de indenização acidentária, que tem caráter alimentar, independentemente ' de propositura de ação para declaração judicial de seu direito. Tanto que, após o falecimento do companheiro, pode intentar diretamente ação para obter a

indenização devida.

Assim, falecido o obreiro no curso de ação acidentária, tem a companheira direito de pleitear sua habilitação no processo. Cuida-se, na hipótese, de substituição processual por falecimento da parte (arts. 41 e ss. do CPC), mediante regular habilitação (arts. 1.055 e ss.) sujeita a contestação, e não de intervenção de terceiro, cabível, portanto, em qualquer fase do processo, mesmo na execução da sentença. "

(RT 634/130 - AI 222.884-9 - 8ª C. - j. 16.0.88 - rel. Juiz Cunha Cintra.)

** ** **

" SEGURO DE VIDA - Indenização - Correção monetária - Incidência a partir da data da vigência da lei instituidora da atualização, e não do óbito do segurado.

Ação ordinária de indenização. Confirmação da decisão de 1º grau por seus fundamentos.

Não compete a seguradora decidir a quem pertence o valor do seguro, reservado ao Poder Judiciário quando existe disputa entre a concubina e a mulher legítima do segurado.

Os arts. 1177 e 1474 do CC protegem, ainda, a família juridicamente constituída, e não aquela que, em realidade, já se acha desfeita.

Retifica-se a douta decisão recorrida tão-só quanto ao início da correção monetária, que deverá incidir não do óbito do segurado, mas sim da data da vigência da lei que a instituiu e a regulamentou. "

(RT 625/167 - Ap. 16.0.0 - 1ª C. - j.6.10.87 - rel. Des. Victor Hugo Cupertino de Castro.)

** ** **

" ACIDENTE DO TRABALHO - Pensão por morte e pecúlio - Ação proposta por concubina de obreiro falecido - Companheira, porém, não indicada como beneficiária - Irrelevância - Vida em comum pelo tempo legal comprovada por documentos e testemunhas - Dependência econômica presumida - Aplicação dos princípios gerais da inscrição "post mortem" - Inteligência do art. 11, §§ 1º, 3º e 5º, e aplicação dos arts. 10, I, 12 e 14, § 1º, do Dec. 89.312/84 (CLPS).

Tratando-se de benefícios acidentários pleiteados por concubina de obreiro falecido que não a incluiu como sua beneficiária perante o INPS, aplicam-se os princípios gerais da inscrição **post mortem** se comprovada a vida em comum pelo tempo legal por documentos e testemunhas e presumida a dependência econômica. O art. 11, § 1º, da CLPS não é exaustivo, mas meramente exemplificativo, na indicação dos meios para comprovação do fato. "

(RT 633/139 - Ap. - sum. 221.081-8 - 2ª C. - j. 14.7. 88 - rel. Juiz Acayaba de Toledo.)

** ** **

" CASAMENTO - Regime de separação de bens Imposição legal pela idade dos consortes - Existência, porém, de comprovado concubinato anterior entre eles por longos anos - Falecimento do cônjuge - Direito da mulher à comunhão dos bens adquiridos na constância do matrimônio e daqueles havidos durante o tempo da sociedade de fato - Aplicação do art. 259 do CC e da Súmula 380 do STF - Declaração de voto.

Provada a sociedade de fato em razão de concubinato, o casamento posterior dos companheiros pelo regime de separa-

ção de bens por imposição legal, pela idade dos consortes, não retira à mulher quando do falecimento do cônjuge, o direito à comunhão dos bens adquiridos na constância do matrimônio e daqueles havidos durante o tempo do concubinato. "
(RT 630/77 - Ap. 81.692-1 - 3ª C. - j.23 2.88 - rel. Des. Penteado Manente.)

** ** **

" PREVIDÊNCIA SOCIAL - Beneficiário -Concubina inscrita como tal - Falecimento do contribuinte - Inscrição que não lhe dá a condição de meeira do falecido - Necessidade, para tanto, de comprovação da existência de sociedade de fato através de ação própria - Direito apenas ao levantamento dos benefícios previdenciários através de alvará, independentemente de inventário ou arrolamento - Levantamento das verbas relativas a saldos bancários, aplicações financeiras e restituição de imposto de renda sujeito às regras comuns, cabendo aos herdeiros, que só sofrerão concorrência da concubina se reconhecida a sociedade de fato pelas vias adequadas - Inteligência dos arts. 1º e 2º da Lei 6858/80.

O fato de a concubina ter sido incluída pelo contribuinte falecido como beneficiária da Previdência Social não lhe dá a condição de meeira daquele. Tal situação prevê a existência de sociedade de fato, só comprovável através de ação própria. Assim, em tal hipótese , a companheira tem direito apenas ao levantamento, através de alvará, dos benefícios previdenciários, independentemente de inventário ou arrolamento. O mesmo não ocorrendo em relação aos saldos bancários,às aplicações financeiras e à restituição do imposto de renda, sujeitos às regras comuns, e não às especiais da Previdência, cabendo o levantamento de tais ver-

verbas aos herdeiros do falecido, que só sofrerão concorrência (e não preterição) da concubina se reconhecida a aludida sociedade de fato pelas vias adequadas. "
(RT 634/72 - AI 106.612-1 - 4ª C. da 1ª S. - j. 18.8.88 - rel. Des. Moretzsohn de Castro).

** ** **

" Pecúlio **post mortem** não é indenização, nem seguro, não se lhe aplicando, pois,a proibição dos arts. 1.177 e 1.474 do Código Civil. "
(RT 47/104 - RJ)

** ** **

" AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO - Seguro de vida- Recebimento a que concorrem a mulher legítima e a concubina **more uxorio**. Interpretação dos arts. 1177 e 1474, do Código Civil, consoante uma visão mais liberal do alcance dessas normas, levando à caducidade do princípio segundo o qual o concubinato não produz qualquer efeito jurídico - Benefício instituído em prol da companheira de longos anos , que com o instituidor, partilhou dores e benesses da vida em comum. Ato anulável, não ato nulo, o benefício não comportaria declaração de nulidade **ex officio**, à só referência, em ação de consignação, da situação das apelantes em face do instituidor - Provimento da segunda apelação. "
(Ap. Cível 13.180 -)

Especificamente quanto à previdência social refere-se PAULO DOURADO DE GUSMÃO, em sua obra "Dicionário de Direito de Família - Verbetes com jurisprudência", Editora Forense, págs. 363 a 364, Rio de Janeiro, ano 1.985:

" A Previdência Social admite a inscri-

inscrição da concubina como dependente econômica depois de cinco anos de vida em comum, mesmo quando concorre com filhos do segurado. A jurisprudência do Conselho Regional de Previdência Social admite tal direito mesmo que a concubina não seja inscrita, desde que outras provas existam demonstrativas da existência do concubinato. Como Desembargador, na 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ' reconhecemos à concubina, que com a esposa disputava a pensão previdenciária o direito a perceber metade da mesma , isto é, demos a cada uma a metade de pensão. Tem sido admitido o direito a pecúlio, bem como a seguro de vida, ' instituído por concubinário casado em favor do outro, apesar de haver forte' resistência jurisprudencial.

O Supremo Tribunal Federal estabeleceu três Súmulas: a de nº 35, que, no caso de acidente do trabalho ou de ' transporte, reconhece à concubina direito à indenização pela morte do amásio, desde que entre os mesmos não haja impedimento para o casamento; a de nº 380, que reconhece no concubinato a ocorrência de sociedade de fato, que , dissolvida, dá lugar à partilha do patrimônio resultante de esforço comum , e a de nº 382, que dispensa a convivência sob o mesmo teto, **more uxorio**, para caracterização do concubinato. "

Infelizmente as mulheres, não obstante todos os direitos já adquiridos os desconhecem quase que inteiramente, não sabendo alcançar efetivamente o que lhes é assegurado por lei.

Assim a nossa proposta consiste na ' criação de uma Defensoria Pública Estadual na própria Constituição, com a finalidade específica de dar assessoramento total às mulheres quer a nível de prevenção (orientação genérica), quer a nível de efetivo atendimento quando do surgimento da necessidade (ação, agressão, etc.).

CONCLUSÃO

Que todas estas conquistas não transformem a essência da MULHER fazendo-a perder a feminilidade - característica especial que possui -. Que com as lutas, árdua e justamente obtidas, não venha ela a investir única e exclusivamente contra o HOMEM, pois não é ele o seu algoz, o seu sensor e repressor. É a sociedade em geral, produto dos costumes, que deve ser alterada.

A luta da MULHER deve ser para galgar posições na comunidade, buscando espaços no mercado de trabalho e fazendo-se presente em todos os momentos da vida social e política. Usando métodos eficientes e objetivos de trabalho. Deve ela ter pleno conhecimento de si própria, de suas qualidades, defeitos, potencialidades e limitações.

Deve ela adotar o pensamento de GIBRAN KHALIL GIBRAN em sua obra "O Profeta" quando trata do "Conhecimento de si próprio". Diz ele:

> " Vosso coração conhece em silêncio os segredos dos dias e das noites.
> Mas vossos ouvidos anseiam por ouvir o que vosso coração sabe.
> Desejais conhecer em palavras aquilo que sempre conhecestes em pensamento.
> Quereis tocar com os dedos o corpo nu de vossos sonhos.
> E é bom que o desejeis.
> A fonte secreta de vossa alma precisa brotar e correr, murmurando, para o mar;
> E o tesouro de vossas profundezas ilimitadas precisa revelar-se a vossos olhos.
> Mas não useis balanças para pesar vossos tesouros desconhecidos;
> E não procureis explorar as profundidades de vosso conhecimento com uma vara ou uma sonda.
> Porque o Eu é um mar sem limites e sem medidas. "

A SRA. REGINA HELENA AFONSO.- ...se medidas".

Nós mulheres, nós precisamos nos afirmar com nossas potencialidades, com nosso trabalho, com nossos inegáveis direitos.

Espero que nossa contribuição possa atender à esta desejo de todos nós. Obrigada. (Palmas).

A SRA.PRESIDENTE(IRONDI PUGLIESI).- Gostaria de dizer à companheira Helena que o relatório diz o seguinte: o Estado instituirá serviço de orientação jurídica à mulher. Isto seria muito abrangente e poderíamos esperar então a sua proposta de que o Estado instituirá serviço de orientação jurídica à mulher, abrangendo...

A SENHORA PRESIDENTA(Irondi Pugliesi) - ... ~~a sua proposta, que diz que estágio desenvolveram o serviço de orientação jurídica à mulher~~, abrangendo na área jurídica de família até da violência, qualquer coisa, quer dizer, um organismo próprio.

Vou convidar, então, agora, para fazer uso da palavra a Senhora Télia Negrão, que é jornalista editora da revista da mulher e assessora aqui na nossa Comissão sobre a Constituinte naquilo que se refere à mulher. Ela falará sobre o papel do Estado na garantia da imagem social da mulher.

A SENHORA TÉLIA NEGRÃO - Quero ~~xxxxxxx~~ primeiro abraçar a todas as companheiras que estão aqui no Plenário nos prestigiando e aos companheiros também, um abração aqui ao Dr. Alan, que é o advogado da Comissão da Ordem Social e que vem dando a sua contribuição muito importante, nos ajudando a desvendar os meandros aí da técnica legislativa, então, a gente abraça o Alan também.

Bem Companheiras, eu não sei se as companheiras chegaram a verificar nos jornais desta semana, na FOLHA DE SÃO PAULO de domingo, ou já escutaram ~~xxx~~ pelas emissoras de rádio ou viram na televisão uma música, que foi lançada a semana passada e que fala assim: mãe é faca e mulher é tudo vaca. E daí explica porque que mãe é faca e porque que mulher é tudo vaca, eu não me lembro porque que mãe é faca, agora, que mulher é tudo vaca ele explica ~~xxxxxx~~ que é tudo vaca porque as mulheres desprezam os homens e eles correm atrás delas e daí eles dão as costas para os homens e são tomadas pelo alvitre de que é tudo vaca.

Bem, nós estamos fazendo um apelo aos meios de comunicação a fim de que parem de veicular essa música sem que a gente precise utilizar o instrumento da censura, que nós deploramos nesse País e exigimos o seu fim. E a gente exemplificou esta questão da música da vaca para chamar a atenção para um problema que não é

não é novo, não é novidade em nosso País e não vem sendo novidade na sociedade, que é da veiculação de uma imagem da mulher numa condição despresivel de cidadã de segunda categoria, subalterna e submetida. E esta imagem ela é veiculada através de duas das formas mais usais que é o rádio, a ~~xxxxxxxx~~ televisão, o jornal, a propaganda ou a publicidade e até mesmo naquele que quer o aparelho reprodutor da ideologia do Estado, que seria o caso a escola, através dos conteúdos educacionais.

Analisando esta condição, que esta situação que é veiculada, esta imagem da mulher, que não corresponde com' a imagem verdadeira da "mulherada" hoje, aqui no Brasil, que corresponde com 38% da força de trabalho economicamente ativa, com mais de 50% do eleitorado, com uma participação econômica fundamental, hoje com uma elevação do serviço de organização e consciência muito grande...

A SRA. TELIA NEGRÃO - ... analisando a essa condição, essa situação que é veiculada, essa imagem da mulher que não corresponde com a imagem verdadeira da "mulherada" hoje aqui no Brasil que = corresponde com 38% da força de trabalho economicamente ativa, com mais de 50% do eleitorado, com uma participação econômica fundamental hoje = com uma elevação do seu nivel de organização e de consciência muito = grande, com conquistas no campo jurídico bastante elevado, é que nós = viemos a Constituinte Estadual propor que o Estado, no caso o Governo = assuma o papel e o compromisso de veicular uma imagem da mulher que corresponda a realidade. Que imagem é essa? Não é de forma alguma a imagem da rainha do lar, não é a imagem da princesa que espera um príncipe, = não é a imagem da mulher espancada, violentada, nós queremos que o Estado sirva como instrumento para veiculação da imagem da mulher que ela = tem, que ela é, da mulher trabalhadora, da mulher cidadã e da mulher = mãe, é esse o papel que nós achamos que Estado deva trabalhar. E de que forma isso? Nós defendemos que o Estado exerça uma política de comunicação social, que reflita essa imagem e não só reflita essa imagem, ajude na formulação dessa imagem na sociedade através da veiculação dos direitos da mulher. Além de você criar instrumentos de defesa como sendo de orientação a mulher, você criaria também formas de veiculação dos direitos da mulher para que aquela mulher que não tem acesso a escolaridade, não tem acesso a informação possa passar a ter acesso aos seus direitos.

A segunda questão que diz aspecto a formação de = uma nova imagem social na sociedade, na verdade a imagem que corresponda a realidade ou pelo menos a mulher que nós estamos procurando cons-= truir na sociedade, é através da própria escola. Entendemos que as escolas, a educação como um todo precisa ser reformulada no que diz respeito ao seu conteúdo. Nós hoje temos estudos e que comprovam, Olinda é inclusive uma autoridade nesse campo que mostra o quanto a educação no = Brasil é desquestionaria o quanto a educação no Brasil repassa (?) que mostram uma mulher que já não corresponde mais a mulher brasileira, que é da mulher dona de casa, é a mulher que está confinada no espaço = doméstico e que cujo papel é reproduzir, dentro e fora da família o papela tradicional da mulher que não participa, que não trabalha, não produz. Então nós entendemos que os conteúdos educacionais precisam ser revistos e que a nivel de Constituição, o que nós podemos solicitar, é uma educação não diferenciada entre os sexos e nesse sistema de creches na pré-escola, em todo ensino é fundamental, sejam válidos os que colocam a mulher como uma cidadã de segunda categoria.

Em último lugar, nós entendemos que também a nivel da pesquisa, do resgate histórico, da memória, do incentivo, do estímulo, a pesquisa, a ciência produzida sobre, ou para ou em torno ou por = mulheres seja tratado de forma adequada pela comunidade científica e = nesse aspecto nós estamos propondo que na forma da lei sejam instituí-= dos os centros de estudos da mulher em todas as universidades e faculdades estaduais mantidas pelo Estado do Paraná e nós sabemos que existe a

Universidade FEderal do Paraná que não vem sendo acionada, mas que é necessária, que ao nivel das universidade estaduais se comece adotar esse tipo de postura, mudando a própria posição da comunidade científica em relação a essa metade da população, que como disse a Branca,= vem escrevendo a história a milênios, mas que não vem sendo registrada, senão pelas próprias mulheres ao travar as suas lutas, nós entendemos que esse deva ser um dever do Estado, um dever da sociedade.

Eu vou falar pouco, porque essa questão da imagem social, na verdade ela reflete todo conteúdo, entendendo inclusive que a imagem social ela reflete o comportamento, reflete as idéias da sociedade ...

A SRA.TÉLIA NEGRÃO - ... as idéias da sociedade e que esta imagem provavelmente será a última a ser mudada na sociedade porque no campo das idéias é que ocorrem na verdade as últimas mudanças, mas que é necessário que a gente desde já passe a adotar essa nova postura onde for possível em cada Estado.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Irondi Pugliesi) - No Relatório que a Télia ajudou a elaborar temos um artigo aqui que diz: "O Estado promoverá perante a sociedade, através dos meios de comunicação, a divulgação da imagem da mulher como trabalhadora e cidadã em igualdade e condições com o homem". Este seria um artigo a ser inserido na Constituição, é uma proposta do Movimento de Mulheres. Eu gostaria de anunciar a presença do Deputado Nereu Massignan, líder da Bancada do PSDB, e o Deputado Antônio Costenaro, do PFL, que se encontram aqui presentes aqui ouvindo as nossas explanções.

Gostaria agora de passar a palavra a Dona Ivete Cordeiro, Delegada da Delegacia da Mulher de Curitiba, que falará sobre Serviço de Atendimento à Mulher na área de Segurança Pública e também da Violência contra a Mulher.

A SRA. IVETE CORDEIRO - Pois bem. A minha área abrange tudo isso que já foi dito...

A princípio por que uma Delegacia de Mulheres?

Diante da frequência... (lê)

(Fotocópia anexa)

16:30 - 1A

PP 44

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DO ESTADO DO PARANÁ

= DELEGACIA DA MULHER =

PORQUE UMA DELEGACIA DE MULHERES?

Diante da frequência dos atos violentos contra a mulher, criou-se essa Delegacia Especializada para a Mulher para encorajá-las denunciar uma pessoa, para compreendê-la na sua angustia, informá-la de seus direitos, ouví-la em seus desabafos.

Nessa Delegacia, não há porque inibição da mulher em revelar a violência sofrida, seja ela física, moral ou psicológica. Porque são mulheres que irão recebê-las e ajudar nas suas dificuldades.

O atendimento

ATENDIMENTO À MULHER NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Nosso atendimento é pessoal, pedimos que venha à Delegacia, relate o fato, registre a ocorrência ou é orientada e encaminhada à um advogado conforme o crime do qual foi vítima, da violência sofrida ou na iminência de sofrer, onde lhe é explicada as providências que serão tomadas.

O atendimento é feito exclusivamente por mulheres muito bem treinadas, dedicadas à defesa da mulher vítima. Compõe o quadro de atendimento: a Delegada e uma equipe de escrivãs Detetives, Agentes de Segurança, Psicólogas e Assistentes Sociais, recebendo apoio do Centro de Operações Policiais Especiais - COPE e Polícia Militar.

Grande número de ocorrência são de caráter social, fugindo aos crimes de natureza policial e a procura é para informações sobre os direitos também em outras áreas, civil, familiar, trabalhista e outras, requerendo apenas orientações jurídicas, sobre separação judicial, guarda de filhos, alimentos, divórcio, partilha de bens, abandono e outros. Razão que se faz necessária a presença de uma Orientadora Jurídica na Delegacia da Mulher. - COJE

~~A preocupação é sempre atender a mulher, mas inúmeras são as vezes que o atendimento se estende aos seus filhos.~~

- continua às fls.02 -

GRÁFICA - DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

Jurídica na Delegacia da Mulher.

Foi criado recentemente o COJE, que é um atendimento específico para a mulher que não sei porque razão teve bastante dificuldade no funcionamento, no atendimento, tiveram impedimentos no funcionamento, tiveram que mudar de local, e então hoje eu não sei na verdade onde está o nosso COJE.

A preocupação é sempre atender a mulher, mas inúmeras são as vezes que o atendimento se estende aos seus filhos. Fazemos questão do acompanhamento Social...

(Fotocópia anexa)

fazemos questão do acompanhamento Social e Psicológico. O serviço social no sistema policial tem por finalidade desenvolver uma política de prevenção criminal, assim como orientar a mulher sobre os seus direitos, valorizar sua auto imagem, para que ela não se sinta fragilizada e impotente.

O atendimento psicológico, individual ou coletivo, no momento de crise, visa oferecer alívio nas perturbações agudas e evitar o agravamento dos problemas apresentados. Assim, o atendimento psicológico no momento de crise, como também, o acompanhamento posterior é de suma importância para que essa mulher possa encontrar soluções para suax situação real e se fortalecer para tomar decisões planejadas visando o futuro. Essa reestruturação não é de caráter somente paliativo, mas principalmente preventivo da repetição da violência.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

A violência contra a mulher se apresenta numa variedade de formas contra seu corpo, sua moral, sua vontade, seus direitos e seus pertences. Grande número de ocorrência são gerados pela miséria, pelo alcoolismo, desestruturando inteiramente a familia, sobrevindo os desentendimentos e agressões. Também se encontra nas altas camadas da sociedade, os mesmos tipos de agressões, detectados nas baixas classes sociais, figurando como autores, empresários, e portadores de inúmeros cursos superiores. A mulher com inteira condição de discernimento é agredida fisicamente quando a agressão é direta em seu corpo deixando ou não marcas, agressão psicologica quando ela é caçoada, culpada por todos os problemas ocorrido, criticada em público, sofrendo depressões impedida de exercer sua vontades. Ocorre agressão moral, quando ela é ofendida naquilo que considera bons costumes.

A SRA.IVETE CORDEIRO - (Termina de Ler)

Eu poderia numerar aqui quantidade de coisas, agora o que está preocupando bastante a Delegacia da Mulher e acredito que a todas é o alto índice existente hoje do amor insestuoso, é muito progressivo dia a dia, está acontecendo mais e mais com filhas legítimas ou adotivas, ou então entiadas, com gravidez aos 14, aos 15 anos. Então o crime contra os costumes hoje é alarmante, o crescimento das denúncias. Até então era lesões corporais, agressões físicas só. Mas hoje é alarmante o número de crime contra os costumes.E a idade é variável é de 9 a 40 anos as vítimas... Uma coisa curiosa que eu não sei até que ponto poderia ser dado: taxisistas, é um número assim de agressores muito grande de taxistas. Eu não sei como eu comentei ontem já se é pela razão deles viverem constantemente numa situação de alerta, de preocupação, um possível assalto a qualquer minuto. Eu não sei aquilo traz alguma coisa assim que perturba o comportamento dele e que o leva a agredir da forma como está ocorrendo. De clientes tenho pouco conhecimento, a agresão é suas esposas, seus filhos. Eu acho assim que a mulher ela às vezes teme a denunciar os maridos pelo fato dela ser dependente, como falou a nossa colega. Porque ela denunciando ela vai perder aquele marido, ela tem filhos, ela não tem condições de sustentá-lo então ela se propõe a aceitar tudo aquilo de maus tratos e continuar do jeito que está. Ela às pede também na delegacia,chama ele e dá um susto. Alguns maridos assim também nós chamamos, colocamos no cartório, interrogamos, qualificamos e fichamos datiloscopicamente, que é o suficiente para que esse marido se torne um exemplo de chefe de família. Então não é preciso instalação de inquérito porque a gente acompanha, quando possível, esse casal e ela vem e diz que está tudo muito bom só com aquele procedimento da delegacia. Nós temos assim ameaças,nós poderíamos dizer que o entendimento não é só de ameaça por um objeto, por uma arma ...

A DRª. IVETE CORDEIRO - ... o entendimento não é só de ameaça por gestos, por uma arma; mas também por gestos e palavras escritas.

Temos ofensas à mulher. Tivemos um caso na Delegacia de um triânculo amoroso. Era um homem que tinha uma esposa e um amante travesti. E no gabinete ele se decidiu pelo travesti.

Temos outro caso de um elemento que se casou com uma mulher que já tinha uma filha de outro homem. Esta moça se casou com ele por achar que precisava casar, por estar grávida, não deste homem, então depois que a criança nasceu a mulher passou a não gostar dele. E, como vingança, ele passou a fazer atos libidinosos para com esta filha- ele nos revelou no nosso gabinete de que não era mesmo filha dele. Ele fazia isto para humilhá-la. Ele fez verdadeiro horror com a garota, viciando a mesma ... Isto como vingança, para que a mãe se sentisse um objeto qualquer diante da situação.

Existe um caso também de cárcere privado. Era um casal que ... e me perguntam: é só na classe baixa que isto acontece? Não. Este fato ~~é~~ ocorreu na classe alta. Este cárcere privado que detectamos agora efetuando prisão em flagrante - precisamos rebentar um cadeado para tirar uma mulher que vivia há 23 dias neste sistema - ela pertence à alta sociedade.

Tem ~~um pai~~ o caso de um pai que vinha mantendo relação sexual com todas as filhas. Um homem da roça; hoje, na Capital. A mais velha se casou e contou para o marido. E quando a mais nova - com 13 anos - teve esta experiência, contou para a irmã mais velha que chamou as outras e ficaram sabendo que o que acontecia com uma já havia acontecido com outra. E todas se dirigiram à Delegacia da Mulher.

Tem um caso também de um padre que sob o pre - texto de cura, praticava atos sexuais com a moça. ~~Exquxxdxx xxxxxxxx~~

E tem um outro caso de um padre que engravidou uma moça. Está tendo o bebê e ele nega o bebê , com ameaças de seqüestro do bebê.Esta moça está protegida pela Delegacia da Mulher.

Tem o caso de uma menor que tentou matar a mãe para ficar com o padrasto.

São coisas que tomo conhecimento na Delegacia e que tento na medida do possível resolver.

Muito obrigado!

A SRª PRESIDENTE (Irondi Pugliesi) - Agradecemos a participação da Drª Ivete, da Delegacia da Mulher.

Passamos a palavra, para conversar .....

A SRª PRESIDENTA: Passamos a palavra, para conversar conosco e priorizar para que ela possa responder algumas perguntas antes que ela saia. Alguém tem algumas pergunta dirigida à Drª Angela ?

A SRª Mª EMÍLIA: Tendo em vista o pouco tempo que a Angela teve, eu gostaria que ela desse pinceladas no trabalho da implantação e implementação do PAISME no Estado de São Paulo.

A SRª ANGELA BACHA: Eu vou tentar falar rapidamente. O PAISME, primeiro como ele se constitui, como ele funciona. Ele tem um grupo coordenador, vamos dizer assim, composto pela coordenação do programa e mais alguns assistentes e uma comissão assessora. Tudo isso a nível central da Secretaria. Esta comissão assessora, ela tem desde pessoas do mais alto gabarito técnico da mais alta pontualização das ciências, professores titulares das universidades do Estado e tem também representantes do Conselho Estadual da Condição Feminina, dois representantes, duas representantes da comunidade, que seria o usiário , comunidade usuário, indicadas pelo próprio Conselho Estadual da Condição Feminina. Então, é mais ou menos assim que funciona, a nível central. A partir daí o Estado divide-se em 62 regioẽs de saúde, que são os SUD's regionais. Cada um destes SUD's regionais tem um responsável pela saúde da mulher, que é quem executa ou dirige a execução da ação a nível regional. Periodicamente está-se muito em contato com este pessoal e este pessoal vai no centro de saúde no sentido de colaborar com a unidade de saúde para com o programa, acompanhar o desenvolvimento e avaliar.

Quando que a gente fez a modificação: a modificação mais profunda e a mais difícil é aquela que a gente chama de cultura de centro de saúde. O centro de Saúde no estado de São Paulo está muito voltado às atividades preventivas, só. E encarando a mulher exclusivamente durante o seu período de gravidez. A gente foi implantando outras açoẽs, já durante o pré-natal, por exemplo, a questão da coleta de "Papa nicolau", exame preventivo de mama, posteriormente, depois de um trabalho muito cansativo, até, com os profissionais de saúde médica das unidades de saúde, nós os convencemos, estavam convencidos de que eles não são só mais pré-natalistas do posto, que eles são os médicos ginecologistas. Então, eles atendem pré-natal, ginecologia, etc. O médico, então, assumiu o papel de não ser mais o pré-natalista, e também um ginecologista e começou a fazer consultas ginecológicas. Na consulta ginecológica nós garantimos uma criação dos laboratórios do Estado, apoiados em"papa nicolau". É lógico que isto começou há muito pouco tempo. Nós tínhamos há dois ou três anos atrás menos de 5 % de cobertura de "papa nicolau" e o ano passado nós tivemos 15% e a gente estima para o final do ano de 89, chegarmos nos 19 %. É lógico que a primeira elevação é relativa, é relativamente fácil. Inclusive, nós estimulamos muit a demanda. Nas campanhas de vacinação nós cadastrávamos as mulhe-

res e as chamava, as que queriam fazer o "papa nicolau" no posto de saúde. Então, a elevação posterior, a gente teve uma cobertura de 85 %. A gente está trabalhando agora. Nós não sabemos se vamos conseguir os 18 % no final de 89. Não é muito fácil, mas que tenha capacidade laboratorial e uma série de outras coisas.

Depois que todas estas açoẽs estavam implantadas, o pré-natal, o "papa nicolau" , a consulta ginecológica, nós já estávamos preparando equipe e abastecendo as uinidades. Nós começamos em abril de 1988 com a ação de planejamento familiar, dentro da consulta ginecológica. Para garantirmos que o planejamento familiar seria através da escolha informada, a nível de opção, etc, nós abastecemos primeiro as unidades de saúde, com os métodos anticoncepcionais, preparando material elucidativo. Nem sempre a atividade educativa é da mesma forma. Nós estamos, inclusive analisando, existem regioẽs que fazem trabalho de grupo às vezes três, quatro dias de grupo. Outras regioẽs fazem um trabalho individual, uma orientação de meia a uma hora. E estamos ver ficando todas estas alternativas para ver qual a mais viável. Hoje as unidades de saúde têm os médicos de uso comportamentais, médicos de instrução, uma cartela que se dá para o paciente , diafragma, geléia espermicida, pílula anticoncepcional e DIU. O preservativo , no momento nós estamos, mas com toda a dificuldade que temos para comprar dos fornecedores, porque às vezes não tem preservativo disponível. Então, garantia de todos os métodos, mas ainda assim existe a falha de não ter à disposição o preservativo. Hoje nós temos o preservativo. Mas, daqui a um mês, pode ser que não consigamos mais comprar.

Então, é mais ou menos assim que temos feito. Mas, o que eu acho que o mais importante é modificar aquilo que a gente chama de cultura de centro de saúde, estimular a demanda para conseguir aquilo que chamamos de controle social, que a própria população, conhecendo seus direitos, revindique-os, mulheres briguem por isso. Como é que conseguimos esta garantia ? Divulgando muito tudo o que o centro de saúde pode oferecer. Então, o centro de saúde do Estado, hoje, tem os SUD's, as prefeituras municipalizadas também têm uma placa grande dizendo que aquele centro de saúde tem"ginecologia, etc. Saúde da mulher: ginecologia, papa nicolar, planejamento familiar, prénatal". Divulgando os horários dos médicos e alertando a população para denunciar, principalmente ouvir as queixas dos usuários. Além disso, estimulamos em jornais de bairro, em rádio, em folhetos, a mulher a procurar o centro de saúde e dizer que naquele centro de saúde ela vai ver os recursos que tem.

O planejamento familiar, hoje, está implantado na íntegra, isto é, como deve ser, não só com açoẽs educativas. Porque grande parte das unidades fazem só açoẽs educativas, em cerca de 500 uni-

A SRA. ANGELA -... o Hospital das Clínicas é um hospital da Secretaria , embora seja hospital universitário também.O Hospital das Clpinicas de São Paulo, de Botucatu , eles são unidades próprias da Secretaria. O Hospital da Mulher é um hospital da Secretaria que vai funcionar como funciona o Hospital Universitário das Clínicas, toda uma disciplina, o departamento de ginecologia .,obstetrícia, que vai atuar neste hospital.

O Hospital da Mulher de São Paulo, da Capital, ele se baseia na experiência do Hospital da Mulher de Campinas , que conheço / bem; o Hospital da Mulher de Campinas , ele tem umas características um pouquinho diferentes , porque ele já se inseriu no Hospital da Mulher; ele foi construído num sistema que já estava organizado.

Aquilo que a gente idealiza , já existe na região de Campinas; o Hospital Universitário é realmente um nível paternário da região. Existem hospitais gerais, que são os terciários e secundários, e apresenta um nível de material de referência , quando a referência não funciona bem; isto quando se refere ao nível ambulatorial.

Há experiência muito positiva com o Hospital da Mulher , de Campinas,só que ele é muito restristo , pequeno, se a gente pensar em toda a abrangência do Estado. todo. Então, veio a proposta conjunta do Conselho Estadual da Condição Feminina, e da Secretaria de Saúde, e que consta que o Hospital da Mulher, em São Paulo, se fosse a referência quaternária para todo o Estado.

É um hospital grande, amplo, , alto, isto porque o terreno ali é muito bem valorizado . Ele está ali, porque, como exemplo do Hospital da Mulher, em Campinas, ele é construído junto ao Centro Quaternário , que é o Hospital das Clínicas no caso, em São Paulo , o Hospital das Clínicas da USP, para usar os recursos desse / hospital quaternário.

Então, como é hospital quaternário de ginecologia e obstetrícia, um hospital complexo, ele necessitaria de outros especialistas , equipamentos, muitas vezes comuns, à outras especialidades.

Você constrói junto ao hospital quaternário, você racionalisa os recursos. Então, o cardiologista , que faz uma cirurgia / cardíaca , por exemplo num bebê que nasce com uma má formação cardíaca, já está com o hospital do lado, é só transferir a criança.

O equipamento, uma mulher por exemplo que precise de uma tomografia de câncer, o Hospital das Clínicas já tem a tomografia computalorizada , não precisa ser transferida. Então, como o Hospital da Mulher, em Campinas, parte dos recursos são utilizados de / um outro hospital, e isto racionaliza.

Não sei dizer a fonte completa dos recursos ;parte destes recursos são ~~parte~~ próprios do Estado, e parte são de financiamento do Banco Mundial , através do Programa Metropolitano de Saúde. Não sei dizer a proporção exata.A expectativa é que este hospital tenha 20 andares concluídos, 2/3 mais ou menos funcionando em 20 meses.

A pedra fundamental foi lançada no dia 8 de março , "Dia Internacional da Mulher ".

A SRA....- O governo Federal não tem recursos ?

A SRA. ANGELA- Se tem , acho que é pequena, porque não soube de participação do Governo Federal, muito embora, eu não tenha detalhamento dos financiadores. Não quero dizer que não tem, porque realmente, eu não sei ao certo. mas, acho que naão tem.

A SRA. ...- So complementando, você poderia deixar indicado para a gente , um contato assim, que a gente pudesse buscar mais informações .

A SRA. ANGELA-Poderia, só não sei se eu tenho estas informações que você precisa,mas, posso até intermediar um contato para você, seria com a Secretaria que está construindo, que foi o mesmo que construiu o Hospital da Mulher, de Campinas.

Posso eventualmente até definir, conversar com ele, marcar eu mesma um contato para você , com o Pedro, eu posso deixar o / meu telefone , porque eu também naão sei o telefone dele,só tenho em São Paulo, e posteriormente ele daria muitas informações na questão da assistência à mulher...

A SENHORA ÂNGELA BACHA - ...assistência à mulher.(termina de responder perguntas informais)

98

A SENHORA PRESIDENTA (Irondi Pulgiesi) - Raquel, você tem alguma pergunta?

A SENHORA RAQUEL - (Pergunta inaudível)

A SENHORA PRESIDENTA(Irondi Pugliese) - Bem, você tem esse comentário. Você tem alguma pertunta específica na área Branca?

A SENHORA BRANCA MOREIRA ALVES - O planejamento familiar nesses postos, as pessoas que fazem com que tipo de técnicas ou não tem nada espeficifamente para isso.

A SENHORA ÂNGELA BACHA- A indicação do método é feita pelo médico. A implantação do método, o diagnóstico é feito pelo médico, a pílula é receitada pelo médico e o dil é inserido pelo médico. Os métodos comportamentais e o quando são indicados pelo médico e as restrições são dadas por uma equipe de saúde, geralmente, com exame ~~de~~ direto. Ele sabia que o médico ia evitar indicar os médicos que tinham mais tempo, mesmo porque ele tem uma produção que teria que~~o~~ ~~cumpxxxx~~ se ~~cu~~ cumprir.

Então, a gente retirou do médico aquelas coisas que ele poderia dar na pressa dar uma orientação inadequada ' ao paciente, então, ficou para fora. Agora, ficou junto à equipe de' saúde. treinamento. Nós temos a maior parte desses médicos que estão' no centro de saúde são ginecologistas, nós temos e estamos organizando agora, treinamos, quer dizer, é difícil a gente falar treinar a ' faculdade de medicina, não é? Mas, o que nós estamos fazendo é oculinizando a faculdade de medicina em termos de filosofia de planejamento familiar que a Secretaria adota, no sentido de ~~(inaudível)xxxx xxxx~~ transferir o nosso programa, nossas bases, a faculdade de medicina nem sempre tem a mesma postura frente ao planejamento familiar. Então, estamos passando estas informações para as faculdades e homogenizando um tipo de treinamento para os genicologistas para eles '

para eles passarem na faculdade de medicina. Hoje, nós já temos quatro faculdades de medicina capacitadas e vamos capacitar mais quatro, a gente acredita que até agosto mais ou menos elas xxxá estão prontas também, que já estão fazendo treinamento. O projeto de treinamento é mais ou menos assim: o médico ginecologista vai à faculdade de medicina, o médico ginecologista do centro de saúde vai à faculdade de medicina, onde ele recebe uma orientação teórico-prática e um treinamento prático de acordo com as suas necessidades. Ao mesmo tempo uma enfermeira xxxxx ou um outro profissional dessa faculdade de medicina vai à unidade de saúde, xxxxxxxxxx discutir com outros profissionais de saúde que atendem à mulher, técnicas de relação em grupo, toda atividade educativa, como ensina a mulher nas questões pedagógicas, mas, também como organizar um fluxo de planejamento familiar, fica um controle de métodos, de registro, porque a gente quer uma xxxxxx avaliação muito cuidadosa nesse início de implantação...

A SENHORA BRANCA MOREIRA ALVES - E isto está nas unidades de saúde.

A SENHORA ÂNGELA BACHA - Nas unidades de saúde a enfermeira ou uma assistente social da faculdade de medicina ela xxxxxx adapta o fluxo que ela considera ideal à realidade daquele centro de saúde. Uma coisa que se faz é capacitar centro de saúde para o centro de saúde, porque esta é a melhor forma de ter uma garantia na qualidade. Elas têm uns quinhentos (inaudível) esses quinhentos são privilegiados, porque já vêm de escolas de medicina que têm a mesma filosofia que a Secretaria adota, o próprio ginecolgista preparou a equipe com uma supervisão e orientação nossa, xxxxxxx através dos centros regionais. Então, mais ou menos desses quinhentos centros de saúde, quatrocentos e cinquenta já estão exercendo e não passaram por este treinamento. E agora, restaram, por isso que eu disse que nós vamos demorar, agora o tempo maior é mais difícil, restaram centros de saúde que têm mais dificuldades nas questões, não só técnicas como até mesmo filosóficas de planejamento familiar...

A SRA. TÉLIA NEGRÃO - Eu gostaria de dar um destaque nesta questão aí. O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher no Paraná está passando por muitas dificuldades, e então me parece que é uma dificuldade que está disseminada a nível nacional. Eu acho que a gente deve estar muito à frente às programações que o Conselho vai passar a fazer. Eu acho que o movimento deve se organizar, deve se reunir em separado, trabalhar formas de ajudar o Conselho nesta campanha e a gente unificar os esforços no País e no Estado.

A SRA. RAQUEL (Pres. do Conselho Municipal de Londrina) - O que eu queria colocar com essa questão no País, na explanação da Dra. Ângela, ela falou sobre a implantação do programa dentro de uma política especial de Secretaria de Estado, Mas a gente tem observado que a fonte repassadora de recursos tem dado uma ênfase, prioridade aos projetos de implantação no Município. Então, os Municípios obedecendo um organograma da metodologia do Ministério da Previdência e do Ministério da Saúde, eles estão trabalhando em cima desse programa dentre os Municípios que apresentam realmente os projetos já concretizados que serão a plataforma política da saúde daquela administração.

No caso específico do Estado do Paraná a falta de uma proposta específica na rede estadual tem impedido os 28 municípios que já estão com o projeto na Secretaria de Saúde de viabilizar a implantação desses programas. Criteriosamente Londrina apresentou todo um aspecto de de documentário e de condição social da mulher, especialmente nós traçamos um perfil da mulher no Município de Londrina com relação à sua Saúde, a sua assistência primária, secundária e terciária que viabilizou um projeto específico da Secretaria de Saúde do Município de Londrina.

Nesta discussão nós participamos, o Conselho Municipal da Condição Feminina participou de um se minário que ocorreu em março com os ministérios da Saúde e da Previdência Social e todas as classe médica e proffissional da rede básica do Município, onde

se permitiu traçar esse perfil e se entender queé prioritário a implantação do programa.

Um dos motivos mais contundentes que levou, que sensibilizou a classe médica e as autoridades que lá estiveram foi a comprovação de que a mulher para ter um filho em Londrina ela tinha que comprovar renda em 1º lugar.SE ela não fosse casada, mãe solteira, ou se ela fosse casada mas não tivesse renda ela não tinha direito de ficar grávida, e nós testemunhamos comprovadamente casos de mulheres que o Conselho Municipal da Condição Feminina e o Conselho da Saúde, nós tivemos que mobilizar a Polícia para retirar mulheres que estavam internadas nos hospitais porque não podiam se comprometer e não podiam efetuar pagamentos porque ficaram grávidas e tiveram que ganhar os seus filhos e depois não tinham condições de pagar a complementação dos honorários médicos e hospitalares e isso é efetivar (?) ações de crimes praticados contra o ~~xxxxxxxxx~~ consumidor, contra a mulher, contra a sociedade.

Então, foram inúmeros casos relatados, e nós fizemos também um painel de de denúncias e todos esses exames que foram relatados pela Dra. Ângela também a mulher... sofrendo coação.

Então, eu gostaria de colocar só a nível de enriquecimento das propostas porque ~~xx~~ o que a gente tem sentido é que está...

A SRA. RAQUEL - (Pres.do Conselho Feminino de Londrina)

... porque o que a gente tem sentido é que está muito difícil uma definição do Governo do Estado através da Secretaria de Saúde do Estado, uma definição de descentralizar e implantar o sistema unificado e descentralizado de serviço de saúde. Eu gostaria de colocar que a gente sente que há um posicionamento de segurar dentro da Secretaria, centralizar recursos, não obedeceu o que reza hoje a Carta que é o sistema unificado e descentralizado de saúde no incentivo específico do Estado para que os municípios apresentem projetos que viabilizem a assistência básica, primária, secundária e terciária , à população mais especificamente à mulher. Eu gostaria que o Conselho Estadual da Condição Feminina, através da Presidente aqui presente neste painel, que levasse ao Governo do Estado um repúdio de todas as mulheres do Estado do Paraná com relação a esses fatos que vêm ocorrendo e coloco o Conselho Municipal da Condição Feminina de Londrina à disposição dos trabalhos que poderão ser viabilizados com o objetivo de sensibilizar este governo para a realidade. Obrigado.

A SRA.IRONDI PUGLIESI - Nós levaremos em consideração esse seu pedido porque nós também estamos em discussão com a Secretaria de Saúde tendo em vista o cumprimento da nova legislação, o Estado obviamente terá que fazer o cumprimento dela e nós estamos discutindo e vamos discutir inclusive amanhã pela manhã com o Dr.Delcimo sobre essas questões. Com a palavra a Jô Morais.

A SRA. VERA - Apenas uma intervenção. Eu acho que a gente devia de alguma forma fazer constar no documento disso aí a presença tímida dos nossos Deputados aqui hoje. Porque eu tenho participado de outros painéis e vi que os outros painéis foram prestigiados pelos membros da Casa e que de repente o painel da mulher não desperta interesse,dos Deputados que aqui vieram, parabéns para eles, apesar de que a participação foi extremamente tímida. Nos outros painéis eles participam, dão palpite, dão opinião. Eu acho que...

nós temos que deixarmos de ser tão tímidas e fazer uma cobrança ou pelo menos fazer chegar a eles que nós notamos a ausência.

A SRA; IRONDI PUGLIESI - Eu proponho que o Conselho da Condição Feminina representando essas 3 entidades que eu tenho aqui, façam protesto junto aos membros desta Comissão que não compareceram. Com a justificativa do Presidente Rafael Greca que viajou e não conseguiu chegar em tempo, seu gabinete estava aqui presente e deve estar ainda. E já protestamos inclusive na nossa entrega nas propostas do Fórum à Constituinte do Paraná. Nós sempre estamos protestando, não estamos sendo tão tímidas, eu acho que são os Deputados que estão receosos de descerem aqui e discutir com a nossa sociedade.

JÔ MORAIS - Eu acho que essa proposta da Vera tem uma importância muito grande e indica para a gente a responsabilidade ainda maior . Signifiva que o lobby que nós devemos desenvolver ele vai exigir a presença muito mais forte nossa, eu acho, sem dúvida nenhuma, deve ser encaminhada uma carta, uma correspondência formal, oficial registrando a estranheza que as entidades presentes, as mulheres presentes têm no fato de nessa audiência apenas 3 Deputados terem comparecido e inclusive os demais membros da Comissão, a Comissão deve estar presente a essas audiências públicas. Isso não é reivindicação só das mulheres é também do povo, é o exercício da democracia, essas audiências são um espaço a mais. Então se essa Carta cria apenas pouca validade nesse espaço, é preciso que a gente resgate a necessidade desse espaço. Eu acho que é muito pertinente e demonstra que a nossa luta ainda é muito difícil, ainda tem muito que caminhar para que a gente realmente assegure que a nossa voz seja escutada nessa e nas demais Casas deste país.Eu queria agradecer a oportunidade.Eu digo sempre que eu venho ao Paraná de sucessão em sucessão presidencial, eu estive aqui às véperas da eleição...

A SRª MARIA DO SOCORRO JÔ MORAIS - ... Eu estive aqui às vésperas da eleição de Tancredo Neves, do Colégio Eleitoral, onde as mulheres realizaram um grande encontro com 700 mulheres onde foi discutido as propostas que foram encaminhadas à Presidência da República. Hoje vivemos uma fase mais adiante, que é a fase em que mulheres de diferentes Partidos Políticos, e aí enetenda-se mulheres progressistas, que se preocupam com a causa das mulheres. Então é importante que realizemos debates sobre estes assuntos, não apenas nesta Casa mas em cada esquina. E assim consigamos aprofundar os debates para que não nos deixemos instrumentalizar em campanhas eleitorais e em propostas milaborantes, e que efetivamente a gente se integre em campanhas que representam a ~~ân~~ ansiedade do País.

Quero agradecê-los mais uma vez e espero vir na próxima sucessão presidencial.

A União Brasileira de Mulheres - que não tem nenhum ano de existência - já conseguiu fazer um trabalho, uma discussão em diversas entidades do País, também tem uma visão muito clara, muito ampla, ~~xx~~ de articulação de diversos movimentos devem realizar.

Então temos propostas que devem servir como um "chute" inicial ~~xxxxxxxxxxxx~~ na grande bola que é a nossa emancipação.

Obrigada!

A SRª PRESIDENTA (Irondi Pugliesi) - Queremos agradecer a presença da Jô Morais, da DRª Ângela.

Para nós foi um imenso prazer e importante a contribuição que ambas trouxeram para que este Painel pudesse ser ainda mais valorizado.

Foi muito bom para nós tê-las tido aqui conosco,

porque para nós mulheres que temos tantas dificuldades com os nossos problemas de casa, como profissionais, como membro dessas organizações, é bom acharmos um tempo para que possamos nos encontrar aí, encontramo-nos nos encontros que temos feito a nível nacional ...

Gostaria de dizer que 23 entidades se fizeram presentes aqui hoje.

Passo a palavra para quem quiser usá-la.

A SRª ROSE CALUF - Sou ~~advogada~~ da reportagem aqui da Assembléia Legislativa, sou advogada, ~~jornalista~~ radialista, participo muito da política.

Como a Drª Jô falou, realmente este é um momento muito importante, temos uma luta muito difícil, um caminho grande a percorrer. Acho que por uma questão de justiça, não por uma questão de um movimento feminista, as mulheres que fazem parte do progresso da Nação brasileira, e participam muito, porque não somos apenas donas-de-casa, somos profissionais, labutamos para o progresso do País. Nada mais justo do que agora, neste momento tão importante que a Nação vem passando, teremos a eleição para Presidente da República, haja visto que .....

Comissão: Ordem Econômica

12/04/89 EZ -1- 17:20

A SRA. ROSA CALUF-... para Presidente da República ; hoje visto que eu já levei este assunto à Dra. Vera , que é Presidente do Departamento Feminino do PMDB e também à Deputada Irondy, como Deputada, / e também como Presidente do Conselho Estadual de Condição Feminina, à Isabel que é do Conselho Municipal ~~que~~ é da Condição Feminina, e também junto à Associação das mulheres da carreira jurídica na OAB.

Eu acho que nós deveríamos fazer um movimento em que pelo menos fossem encamimhados os Ofícios , apresentando esta nossa / proposta;porque acho que é uma questão de justiça.

Muito obrigado.

A SRA IRONDY PUGLIESI- Esta proposta da Rosa Caluf é uma proposta / que vem representar a voz da sociedade , e esta voz da sociedade que já está ansiando por uma mudança a ponto de proporque nós mulheres possamos participar , apesar ainda da discriminação que persiste. Nòs temos que ter muito claro , é que nós não podemos / indicar mulher, por indicar, pois, esta mulher deveria ter todos estes compromissos , que são aqueles pelos quais estamos lutando durante / tantos e tantos anos. Tudo isto é sugerido a todos os partidos políticos, e cada Partido ou coligação paraidária terá o seu candidato. Então, teria que ser através desse Partido.

Gostaria de citar as entidades aqui presentes, para que ficasse registrado aqui na taquigrafia da Casa: o movimento de mulheres rurais de Ivaí, e elogiar as companheiras que vieram de Ivaí, e está aí inclusive a primeira dama do Município ,que querem criar o Conselho das Mulheres de Ivaí, para que elas possam ter um órgão de governo, / e poderem resolver muita coisa através desse órgaõ; parabéns, não é a primeira vez que elas estão aqui; também na Constituinte do Paraná se fizeram presentes, elas viajam duas horas para poder chegar até aqui; o Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba, o Conselho Municipal da Condição Feminina de Londrina, o Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, o Tribunal de Justiça tam-

bém se faz presente; Departamento de Administração da Universidade Federal do Paraná , e ~~também o Departamento de Administração da Universidade Federal~~ , o Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná; o gabinete do Deputado Rafael Greca, o Sindicato dos Psicólogos , Enfermeiros, o Núcleo Regional de Curitiba, a União de Mulheres de Curitiba, o Movimento de Mulheres Rurais de Paranaguá, Casa Latino Americana, a SEPLAM, o CRA, a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, / Sindicato dos Sociólogos, Movimento Popular da Mulher do Paraná, Comunidade da (palavra inaudível)... de Curitiba, EMATER do Paraná, Jornalismo da PUC,Associação de Mulheres (inaudível), Movimento de Mulheres do PDT, e o Departamento Feminino do PMDB.

Cerca de 26 entidades aqui presentes. Parabéns às entidades que se fizeram presentes.

Quando nós tivermos um movimento tão importante como este, nós se não temos mais entidades aqui presentes , porque as mulheres fazem este trabalho da luta dos direitos da mulher, é paralelo com o seu trabalho profissional, e nossas companheiras não puderam estar aqui hoje, estão no seu trabalho , e justificam inclusive a ausência . Porque hoje é tão importante este movimento , que todos os candidatos à Presidência da República falam o que jamais falaram , pelos nossos direitos.

Eles deram um grande avanço , e isto aconteceu desde 1975, / quando a ONU instituiu o)palavra inaudível) ... da mulher.

Alguma companheira que queira fazer alguma colocação ?

A SRA. ...- Acho que os convites chegam muito tarde até a gente, e na última hora temos que se organizar e isto causa dificuldades; por exemplo nós recebemos ontem do Departamento de Saúde , da / Prefeitura de São José ...

A SENHORA - ... Prefeitura de São José, recebemos ontem e se tornou impossível a gente se organizar e não tivemos condições assim em cima da hora.

A SENHOR PRESIDENTA(Irondi Pugliesi)- Bom, eu quero justificar o seguinte,nós ~~xxxxxxxx xxxxxxxxxx~~ estamos enfrentando muitas dificuldades, o próprio conselho não tem material humano necessário para fazer todos os trabalhos. A própria Assembléia está abarrotada com os trabalhos das comissões. Nós não tivemos nem datilógrafos para baterb~~xxxxxxxxxxxxxx~~ as etiquetas dos convites, então ficou de pedir o gabinete de um ou outro ~~xxxxx~~ companheiro para poder chegar.

Eu pelo desculpas, porque, realmente, as dificuldades ~~XXX~~ são muito grandes para a gente poder entregar o trabalho como gostaríamos que fosse, mas, nós vamos aperfeiçoar.

A SENHORA ~~VERAXX~~- O que me ocorreu, durante a exposição da REgina Helena, eu queria perguntar ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ a sua opinião sobre a seguinte possibilidade: aonde está dizendo na nossa proposta a criação do serviço de orientação jurídica do Estado da mulher não seria mais eficiente propor a criação de serviço de atendimento jurídico.

(Discussão sobre os termos da proposta acima mencionada sobre a criação de serviço de atendimento jurídico)

A SENHORA BRANCA MOREIRA ALVES - Eu acho que a gente podia fazer propostas que não são excludentes. Então, você pode ter um serviço de orientação, um serviço de atendimento à mulher,que, inclusive, não precisa ser só atendimento jurídico podeassistência social, psicológica também, como a gente criou lá no Rio, que dá atendimento jurídico, entra com processo e dá atendimento psicológico total. Isto é uma coisa. A outra coisa eu acho que é o que a Regina está propondo que eu achei interessante. Nós propusemos no Rio também que fossem criados núcleos de defensoria públicas especializados no atendimento da mulher. Eu não sei como é aqui no Paraná a defensoria pública, vocês tem uma defensoria pública ligada à

ligada à Secretaria de Justiça, como é lá no Rio, não é? E que pode ter núcleos especializados em qualquer matéria e que pode ter, enfim, vários tipos de especializações se tivéssemos o núcleo da defensoria pública da mulher ao invés da da estrutura da defensoria aí o núcleo atenderia a este problema que você colocou.

Então, são duas coisas, uma coisa não elimina a outra especializada para a mulher.

(VOZES PARALELAS)

A SENHORA PRESIDENTA(Irondi Pugliesi) - Como é que ficaria o texto...

A SRA. PRESIDENTE (Irondi Pugliesi) - Como ficaria o texto então?

A SRA. REGINA HELENA AFONSO - O Estado instituirá um serviço de atendimento jurídico integrado através da criação de núcleo da Defensoria Pública.

A SRA. PRESIDENTE (Irondi Pugliesi) - Acrescentaremos então esta proposta. Mais alguma colocação a fazer?

A SRA. BRANCA ALVES - Nesse do COJE vocês podem colocar um centro de atendimento jurídico, psicológico e social, e aí ficaria mais abrangente.

A SRA. PRESIDENTE (Irondi Pugliesi) - Eu tenho que entregar o relatório agora. Então, como ninguém mais quer se manifestar, eu gostaria de agradecer a presençade todas as companheiras que aqui estão e que estiveram, da importância e do engajamento de todas na nossa luta que nós temos uma luta muito grande pela frente. Precisamos dos companheiros que estejam presentes inclusive para nos assessorar nascomissões aqui da Assembléia Legislativa que vão tratar de questões específicas da mulher para que nós possamos acompanhar de perto esse trabalho, principalmente agora na fase da Comissão Constitucional de se fazer emendas que ainda sejam necessárias à nova lei. Eu quero agradecer a presença de todas, da Branca também que saiu de manhã e está voltando agora para o Rio de Janeiro e dizer da nossa satisfação de tê-la aqui conosco e da contribuição que você tem dado à causa da mulher aqui no Paraná e em todo o Brasil.

A SRA. BRANCA ALVES - Eu quero agradecer a Irondi que tive o prazer de conhecê-la há pouco tempo, mas já conhecia a luta dela há bastante tempo, pessoalmente nós nos conhecemos no Conselho do ano passado, e tenho acompanhado o trabalho de vocês aqui no Paraná, é e é uma alegria ver a nossa causa crescendo.

Então, é muito bonito esse nosso movimento, a gente conhece as pessoas de muito pouco tempo, mas como a gente está na mesma luta, a gente estabelece um piso de entendimento, de amizade. Esta é a nossa alegria. Muito obrigada a vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Irondi Pugliesi) - Eu agradeço da Dra. Helena, da Ivete e das outras palestristas que aqui estiveram porque a gente tem dito às pessoas da Casa que nunca tem tanto sucesso, mas nós aqui temos companheiros brilhantes e que têm contribuído muito para nossa causa. Muito obrigada a vocês.

Muito obrigada também ao pessoal da Taquigrafia que sofreram à tarde toda já que as mulheres falam muito rapidamente.

Está encerrada a reunião.

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE ESTADUAL

COMISSÃO TEMÁTICA DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

PRESIDENTE: Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**

VICE-PRESIDENTE: Deputado **NILTON BARBOSA**

RELATOR: Deputado **HAROLDO FERREIRA**

DEPUTADOS MEMBROS DA COMISSÃO

ACIR MEZZADRI
IRONDI PUGLIESI
ORLANDO PESSUTI
LUIZ ALBERTO M. OLIVEIRA
LUIZ ANTONIO SETTI
ANTONIO COSTENARO NETO
EDMAR LUIZ COSTA
PEDRO TONELLI
EZEQUIAS LOSSO
ERONDY SILVÉRIO
DIRCEU MANFRINATO
JOSÉ FELINTO
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PAULO FURIATTI
NELSON VASCONCELLOS
JOSÉ ALVES
NAMIR PIACENTINI
JOÃO ARRUDA

SECRETÁRIOS DA COMISSÃO

JOSÉ OLIMPIO SOTTO MAIOR DE MACEDO
MARIA APARECIDA GEBRAN DO AMARAL
MARISA COUTO DE CRISTO
ALAN MARCOS ANDRADE
RUBENS BREMER

1989

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, - sob a Presidência do Senhor Deputado Constituinte Antonio Costenaro Neto e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Relator Haroldo Ferreira, o qual, fêz a apresentação do Ante-Projeto desta Comissão aos Senhores Deputados presentes. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa fêz uso da palavra, sugerindo à Comissão a abertura do prazo para apresentação de Emendas ao Ante-Projeto, até às 17:00 horas da presente data. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados, declarando encerrado os trabalhos desta reunião, da qual, para constar, eu José Olimpio Sotto Maio de Macedo, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados membros da Comissão e por mim, para que se produza os efeitos legais.-.

DEPUTADO ANTONIO COSTENARO NETO
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

Assembléia Constituinte Estadual

COMISSÃO TEMÁTICA DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Senhores Deputados:

Comunicamos que em função do deliberado na reunião do dia 13.04.89, na qual foi apresentado o Ante-Projeto desta Comissão, por proposta apresentada pelo Senhor Deputado Edmar Luiz Costa foi aberta o prazo para apresentação de Emendas até às 17.00 horas, do dia 14.04.89, a serem encaminhadas na sala nº 417, 4º andar do prédio da Administração para os funcionários secretários da Comissão: José Olímpio e Rubens.

JOSÉ OLIMPIO SOTTO MAIOR MACEDO
SECRETÁRIO DA COMISSÃO

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO TEMÁTICA DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

RELATOR - Deputado HAROLDO FERREIRA

DA ORDEM ECONÔMICA

Art. [illegible] Como agente normativo e regulador das atividades econômicas e sociais, o Estado exercerá, na forma da lei as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. [illegible] O Estado planificará o seu desenvolvimento econômico e social de forma ordenada com todos os segmentos da sociedade, integrando-o no planejamento nacional. Para esse fim, o Estado manterá órgão de planejamento global que estabelecerá e executará planos estaduais e regionais de desenvolvimento e coordenará a elaboração e o acompanhamento.

§ 1º - A política de desenvolvimento estadual atenderá prioritariamente:

I. O desenvolvimento social e econômico;

II. Ao desenvolvimento urbano;

III. A ordenação territorial;

IV. A articulação, integração e descentralização dos diferentes níveis de governo e das respectivas entidades [illegible]

§ 2º - As diretrizes de desenvolvimento setoriais, regionais e municipais deverão estar vinculadas às diretrizes da política estadual de desenvolvimento.

§ 3º - A política de desenvolvimento estadual será efetivada através:

I. Da definição de prioridades regionais;

II. Da regionalização, observando a destinação de recursos para investimentos.

Art. [illegible] Fica instituído o sistema de planejamento do desenvolvimento estadual e assegurada, nesse sistema, a participação das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões do Estado.

Art. O plano plurianual regionalizado será compatibilizado com a política de desenvolvimento estadual, garantida a participação dos municípios na sua elaboração assegurando a adequação dos orçamentos municipais.

§ 1º - Serão instituídos, por Lei Complementar, mecanismos de compensação financeira aos municípios que sofreram diminuição ou perda de receita por atribuições e funções decorrentes ao planejamento regional.

Art. Será instituído o Sistema Estadual de Cartografia e Estatística, para subsidiar o planejamento do desenvolvimento estadual, regional e municipal.

Parágrafo Único - O Sistema Estadual de Cartografia e Estatística contará com a participação dos municípios.

POLÍTICA URBANA

Art. - A política de desenvolvimento urbano será executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em Lei, tendo por objetivo ordenar o desenvolvimento das funções da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes.

Art. No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão:

I. a urbanização, a regularização fundiária e a titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo em casos onde as condições físicas da área imponham riscos à vida de seus habitantes;

II. a regularização dos loteamentos irregulares, inclusive os clandestinos abandonados ou não titulados;

III. a participação ativa das respectivas entidades comunitárias no estudo, no encaminhamento e na solução dos problema, execução de planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes;

IV. preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias;

V. a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e cultural;

VI. a criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, ambiental, turistico e de utilização pública;

VII. a utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e do funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias.

Art. O plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expanção urbana aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, e para todos os Municípios integrantes de [illegible] urbanas das aglomerações urbanas e para acomodar [illegible]

I. o plano diretor empregará os exigíveis [illegible] ordenação da cidade, e explicitará os critérios para que se cumpra a função social da propriedade urbana;

II. deverá ser elaborado pelo Poder Público Municipal com a participação de representantes de entidades da comunidade;

III. será um dos instrumentos do processo de planejamento Municipal;

IV. disporá sobre:

a. diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano;

b. políticas setoriais que deverão orientar a formulação de planos setoriais;

c. macro-zoneamento, critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo;

d. proteção ambiental;

e. áreas destinadas a moradia popular considerando sua acessibilidade aos locais de trabalho, serviços e lazer.

§ 1º - O Município executará o planejamento e a ordenação de usos, atividades e funções de interesse local, vinculado às diretrizes da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e da sua região.

§ 2º - Os Planos Diretores Municipais devem abordar também a organização de seu território rural.

§ 3º - Municípios integrantes da Microregiões com população inferior a 20.000 habitantes, receberão assistência de órgão Estadual de desenvolvimento urbano na elaboração das diretrizes gerais de ocupação do território, que garantam a função social do solo urbano, obrigatório para todos os centros urbanos.

[illegible] A Lei Orgânica Municipal deverá definir [illegible] municipais de entidades de planejamento para elaboração e controle, condição de aprovação como Lei especial e as obrigatoriedades em que implicam o Plano Diretor.

Art. O Poder Público Municipal poderá exigir, nos termos do artigo 182, § 4º, da Constituição da República, o adequado aproveitamento do solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado.

Art. Compete a Defensoria Pública promover as ações de usocapeão previstas no artigo 183, da Constituição Federal, àqueles que comprovem insuficiência de recurso.

Art. 12 Compete ao Estado legislar sobre os sistemas cartográfico, estatístico e geológico Estadual.

Art. 13 Compete ao Estado organizar e manter os serviços oficiais de cartografia, estatística, geografia e geologia de âmbito Estadual.

§ 1º - O Plano Diretor de que trata o artigo 182 da Cosntituição Federal, deverá considerar os estudos de cartografia, geografia, estatística e geologia.

§ 2º - Compete ao Estado fornecer os documentos básicos cartográficos, geográficos, estatísticos e geológicos necessários ao planejamento da ocupação do solo e subsolo nas áreas urbana e rural, no âmbito regional e municipal.

Art. 14 Compete ao Estado instituir e manter sistema de gerenciamento de recursos hídricos e de recursos minerais, no âmbito do seu território, salvo aqueles de competência exclusiva da União.

Art. 15 O Estado promoverá e incentivará a pesquisa do solo e subsolo, e o aproveitamento adequado de seus recursos naturais.

§ 1º - Os recursos provenientes da compensação financeira ou da participação no resultado lavra de recursos minerais, estabelecidos no artigo 20, § 1º da Constituição Federal' serão aplicados pelo Estado, em fundo específico destinado à prospecção e pesquisa geológica e de novos depósitos minerais , de forma a recompor o patrimônio mineral no âmbito de seu território.

Art. 16 O Estado realizará o registro, o acompanhamento e a fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

Art. 14 É assegurado aos Municípios diretamente atingidos em seu território pela exploração da geração de energia elétrica, no mínimo 70% (setenta por cento) dos valores repassados ao Estado pela União ou concessionário.

Parágrafo Único - Quando o empreendimento abranger mais de um Município, a destinação desses recursos será definida de acordo com a área desapropriada e impacto sócio-econômico.

Art. 15 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em Lei Estadual, receberão do Estado do Paraná, tratamento diferenciado visando incentiva-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, sendo os limites de isenção iguais aos estabelecidos em Legislação Federal.

Art. 16 Os incentivos regionais compreenderão, entre outros, na forma da Lei, equalização de tarifas, fretes seguros e outros itens de custos e preços, juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias, isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos estaduais e municipais incidentes sobre pessoas físicas e jurídicas.

Art. 17 É vedado ao Estado do Paraná e aos Municípios exigir ou criar qualquer tributo sobre a microempresa, especialmente:

I. o imposto estadual sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

II. o imposto municipal sobre a prestação de serviços de qualquer natureza.

Parágrafo Único - A isenção referida no inciso I deste artigo se estende as saídas de mercadorias nos Estados em

que é isento o ICM as microempresas.

Art. 91 O Estado e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

POLÍTICA AGRÍCOLA

ART 22- A política agrícola estadual será planejada e executada na forma da Lei, com a participação efetiva das classes produtoras, trabalhadores rurais e profissionais técnicos do setor, a qual deve estar em consonância com a Lei agrícola federal, objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais, com racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais, cabendo ao Estado garantir:

I A orientação e assistência técnica oficial;

II A geração contínua e evolutiva de tecnologia de produção;

III A inspeção e fiscalização da produção, comercialização e utilização de insumos agropecuários;

IV Legislação específica e fiscalização do uso racional dos solos, água, flora, fauna e da preservação ambiental;

V Apoio fiscal e financeiro aos programas que atendam as áreas prioritárias da agropecuária do Estado;

VI A instituição e apoio a sistemas de seguro agrícola;

VII Apoio a complementação de serviços voltados para a comercialização agrícola;

VIII Apoio a organização dos produtores em cooperativas, associações de classe e demais formas associativas;

IX A instituição de um sistema de planejamento agrícola integrado;

X Apoio a agroindustrialização;

XI Investimento em benefícios sociais para rurícolas e comunidades rurais;

XII Irrigação, drenagem, eletrificação e telefonia rural.

§ 1º- Em capítulo especial, a lei agrícola dará tratamento diferenciado e privilegiado aos pequenos produtores na concepção e aplicação dos instrumentos de política agrícola.

POLÍTICA AGRÁRIA

Artigo 23 - Observada a lei federal, oEstado poderá desapropriar imóveis rurais para fins de assentamento de Trabalhadores rurais: a- por interesse social ou por utilidade pública;

b- para assentar os expropriados por barragens;

c- imóveis rurais jacentes.

§ 1º - Terras em poder do Estado, assim como as terras pertencentes a órgãos da Administração Direta ou indireta ou a eles vinculados, inclusive Fundações, deverão ser destinadas para fins de Reforma Agrária.

§ 2º - Seus órgãos e recursos afins, devem ser colocados a serviço, em caráter complementar, no sentido de viabilizar os assentamentos no Estado.

§ 3º - A política de reforma agrária, desenvolvida pelo Estado, estimulará a participação das Cooperativas.

§4º - O Esatdo assegurará aos posseiros das suas terras devolutas, que as tornarem produtivas com o seu trabalho e com o da sua família, preferência à aquisição do domínio.

§5º - Fica assegurado aos beneficiários e suas organizações a participação no planejamento e execução das atividades dos assentamentos.

§ 6º - A concessão de uso das terras deverá considerar a manutenção das reservas florestais obrigatórias e as restrições de uso do solo, nos termos da lei.

§ 7º - O Estado destinará as terras advinadas de Ações discriminatórias para fins de Reforma Agrária.

Artigo 24 - Uma Comissão mista , fará uma revisão da alienação das terras públicas a particulares, no período de 1962 a 1985; qualquer irregulariadade no processo dessas alienações, a terra voltará ao Esatdo e será destinada a Reforma Agrária. A Comissão terá um prazo de dezoito meses após a promulgação da Constituição Esatdual, para rever as alienações.

PESQUISA

Artigo 25 - O Estado promoverá a pesquisa, sua difusão, o desenvolvimento científico e tecnológico e incentivará a participação da iniciativa privada, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

§ 1º - A pesquisa científica básica, a formação de recursos humanos e sua permanente especialização, receberão tratamento prioritário do Estado.

§ 2º - Será anualmente estipulada dotação orçamentária mínima correspondente a 2,0 % dos impostos arrecadados pelo Estado, para atendimento ao disposto neste artigo.

Artigo 26 - É dever do Estado a normatização e fiscalização de pesquisa e manipulação de material genético oriundo de espécimes da flora e da fauna nativas do Estado.

4 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Art. 27 - O Estado manterá serviço oficial de Assistência Técnica e de Extensão Rural, com propósito de capacitar o produtor e sua família, visando o aumento de produção, produtividade, a organização rural, com racionalidade de uso dos recursos naturais e melhoria das condições de vida.

§ 1º - Será dado prioridade no atendimento aos pequenos produtores.

§ 2º - O Estado estimulará a participação das cooperativas nos programas de A.T. e E.R.

5 - AGROINDÚSTRIA

Art. 28 - O Estado estabelecerá incentivo para a implantação e desenvolvimento de agroindústrias, de forma regionalizada e preferencialmente no meio rural, ou em pequenas comunidades.

6 - ASSOCIATIVISMO

Art. 29 - O Estado promoverá e apoiará a organização dos produtores e trabalhadores rurais em suas formas associativas, garantindo sua participação na formulação e execução das políticas voltadas ao setor.

§ 1º - A criação de entidades associativas e, na forma da lei, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

§ 2º - O associativismo, como disciplina facultativa, será ministrado em todos os níveis do ensino.

7 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 30 - O Estado adotará medidas de defesa sanitária animal e vegetal, num serviço contínuo de erradicação e prevenção de doenças e pragas de interesse econômico que afetam o setor agrícola.

Art. 31 - Competirá ao Estado a inspeção e fiscalização da produção, comercialização e utilização de insumos agrícolas nos termos da lei.

§ Único - O Estado disciplinará, por meio de legislação específica, o que se referir a produtos destinados a uso agrícola, que ofereçam risco a vida humana, flora, fauna e meio ambiente.

Art. 32 - O Estado exercerá nos termos da lei o controle de qualidade e sanidade dos produtos e sub-produtos de origem animal e vegetal destinados à comercialização.

8 - CRÉDITO E SEGURO AGRÍCOLA

Art. 33 - O Estado prestará apoio financeiro de estímulo a programas considerados prioritários para o desenvolvimento rural, setorizado ou regionalizado, através da alocação de recursos, em fundos de aplicação específico.

Art. 34 - O Estado destinará recursos para financiar a aquisição de imóvel rural, a trabalhadores rurais e pequenos produtores, conforme regulamentação em lei.

Art. 35 - O Estado estabelecerá um sistema de seguro agrícola que permitirá estímulos a produção por meio da redução de riscos inerentes a agropecuária, nas condições, áreas e produtos a serem dispostos em lei.

9 - MEIO AMBIENTE

Art. 36 - Fica assegurado que a utilização dos recursos oriundos da exploração de energia hidráulica e outros recursos naturais, devidos pela União ao Estado do Paraná deverá obedecer a um plano de aplicação.

§ Único - Esses recursos deverão ser aplicados nas regiões e setores afetados pelas obras, em pesquisa setorial e assistência técnica.

Art. 37 - As negociações sobre aproveitamento energético, de recursos hídricos, entre União e Estado deve ser acompanhada por Comissão Parlamentar indicada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

10 - HABITAÇÃO RURAL

Art. 38 - O Estado estenderá os benefícios do crédito habitacional urbano, em sua alçada, para construção de habitações destinadas a pequenos produtores e trabalhadores rurais, vinculando o sistema de pagamento à forma de renda verificada na atividade agrícola.

11 - DESENVOLVIMENTO URBANO RURAL

Art. 39 - O Estado estabelecerá em lei, Plano Diretor de Desenvolvimento, fundado em critérios geográficos, ecológicos, urbanísticos, sociais e econômicos disciplinando o uso do território estadual, para incremento da prosperidade e qualidade de vida das populações, contando com a efetiva participação da sociedade.

Art. 40 - O Estado promoverá e coordenará o desenvolvimento integrado do meio rural, consoante com as aptidões econômicas, sociais e dos recursos naturais, em sintonia com a atividade privada, com a efetiva participação da sociedade.

Art. 41 - O Estado poderá criar fundos específicos para o desenvolvimento de setor rural, disciplinados em lei.

Art. 42 - O Estado promoverá ações periódicas de conhecimento da realidade e encaminhamento das soluções em relação ao trabalhador rural, especialmente o volante, contando para isso com a efetiva participação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

12 - ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAL, IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Art. 43 - O Estado implementará programas de eletrificação e telefonia rural visando o desenvolvimento da produção e do bem estar social no meio rural.

Art. 44 - O Estado incorporará à sua produção agrícola áreas passíveis de aproveitamento racional, por programas de irrigação e drenagem, que compreendas ações de governo e da iniciativa privada.

13 - EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

Art. 45 - O Estado promoverá ações que visem a profissionalização no meio rural em atendimento a realidade do setor.

14 - PLANEJAMENTO AGRÍCOLA

Art. 46 - A política agrícola sera planejada e executada com participação efetiva dos produtores e trabalhadores rurais.

§ 1º - O planejamento agrícola sera realizado de forma integrada, baseado na realidade municipal e nas políticas estaduais e federais.

§ 2º - O Estado instituirá um conselho de política agrícola que consagre a participação das representações de produtores, trabalhadores, técnicos e organismos atuantes no setor agrícola.

§ 3º - O Estado elaborará planos plurianuais e anuais de desenvolvimento agrícola que serão apreciados no Conselho referido no § 2º deste artigo.

15 - COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

Art. 47 - O Estado apoiará a produção e abastecimento, desenvolvendo serviços complementares da comercialização, em forma supletiva nos casos de insuficiência da iniciativa privada, e proporcionando condições de escoamento da produção.

§ Único - O Estado promoverá esforços na concepção de programas de diversifiquem os meios de transporte da produção, notadamente o ferroviário e hidroviário.

16 - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 48 - A Lei Agrícola estadual, sera elaborada e promulgada no prazo de 6 meses após a Lei Agrícola federal.

DA ORDEM SOCIAL

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 48.- O Estado do Praná tem o dever de assegurar ao conjunto da população o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade, além de colocá-la a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Artigo 50 Cabe ao Estado do Paraná garantir à nível estadual a coordenação e execução de uma Política Social Pública que assegure:

I- Universalidade da cobertura e do atendimento;

II- Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III- A participação organizada da sociedade civil na definição e execução dos objetivos, permitindo que os segmentos sociais interessados tenham participação ativa nos progamas sociais;

IV- O resgate do direito de cidadania mediante uma perspectiva educativa.

DA SAÚDE

Art. 51 - A saúde é direito de todas as pessoas em território paranaense e dever do Estado, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução e/ou eliminação do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação .

Art. 52 - O direito à saúde implica nos seguintes direitos fundamentais :

I - acesso à terra e aos meios de produção ;

II - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

III - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

IV - opção quanto ao tamanho da prole.

Art. 53 - As ações e serviços de saúde, são de Relevância pública, cabendo aos Poderes Estadual e Municipais , disporem, nos termos da Lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços oficiais e, supletivamente, através de serviços de terceiros e, também por pessoa física ou jurídica de direito privado, interessados e qualificados para participar do sistema.

Art. 5º X - As ações e serviços de saúde públicos e os privados que os suplementam integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o Sistema Estadual de Saúde, organizados de acordo com as seguintes diretrizes:

I - municipalização dos recursos, serviços e ações com posterior regionalização dos mesmos de forma a apoiar os Municípios;

II - integralidade na prestação das ações preventivas e curativas, adequadas às realidades epidemiológicas;

III - participação em nível de decisão de entidades representativas de usuários e profissionais de saúde na formulação, gestão e controle das políticas de saúde ao nível estadual e municipal através da constituição de Conselhos Estadual e Municipais de Saúde deliberativos e tripartites, representativos dos usuários, prestadores de serviços e gestores.

§ 1º- A Assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 2º- As instituições privadas poderão participar de forma suplementar do Sistema Estadual de Saúde, desde que qualificadas e interessadas, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

Art. 55 - O Sistema Estadual de Saúde criará o Fundo Estadual de Saúde que será financiado com recursos do orçamento do Estado, da seguridade social, da União e dos Municipios, além de outras fontes.

§ 1º - O volume mínimo dos recursos destinados pelo Estado e Municípios do Paraná corresponderá, anualmente, a 13% das respectivas receitas .

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxilíos ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.

Art 56 - Ao Sistema Estadual de Saúde compete, além de outras atribuições :

I - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

II - garantir aos profissionais de saúde plano de cargos e salários único, admissão através de concurso, incentivo à dedicação exclusiva, tempo integral e interiorização, capacitação e reciclagens permanentes, condições adequadas de trabalho para a execução de suas atividades em todos os níveis;

III - desenvolver e executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

IV - promover o desenvolvimento de novas tecnologias e a produção de medicamentos, matérias primas, insumos, imunobiológicos, preferencial

mente por laboratórios oficiais ou de capital nacional existentes no Estado, bem como incentivar o desenvolvimento de práticas alternativas à saúde;

V - desenvolver o Sistema Estadual Público, regionalizado, de coleta, prpcessamento e transfusão de sangue e seus derivados;

VI - executar as ações de nível mais complexo que extrapolem a órbita de competência dos Municípios através da implantação e manutenção de Hospitais, Laboratórios e Hemocentros Regionais, além das estruturas administrativas e técnicas de apoio a nível Regional;

VII - fiscalizar e inspecionar e inspecionar alimentos compreendido o controle de seu teor nutricional e sanitário, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VIII - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

IX - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

X - garantir todos os meios para adequar o tamanho da prole à livre opção do casal;

XI - desenvolver ações de saúde visando a conscientização e a organização da população no sentido

da conquista e da preservação de sua saúde, bem como dos seus direitos nesta área.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 57 7º - O Poder Executivo implantará as ações e serviços de saúde de conformidade com o artigo X em, no máximo, 1 (um) ano, após aprovada a presente Constituição .

DA EDUCAÇÃO

ART: 58 - A Educação direito de todos e dever do Estado e da família, inspirada nos princípios de igualdade social, liberdade, solidariedade humana e bem-estar social, será promovida e assegurada pelo governo estadual, em colaboração com a União e os Municípios, visando a:

I - formar seres humanos plenamente desenvolvidos, capazes de compreender os direitos e deveres da pessoa humana, do Estado e dos diferentes organismos da sociedade;

II - socializar o saber históricamente acumulado e preparar o indivíduo para compreender os princípios fundamentais do trabalho e da organização da sociedade contemporânea, nas dimensões históricas e sociais, desenvolvendo sua capacidade de reflexão e elaboração crítica da realidade, para o ecercício da cidadania;

III - promover o fortalecimento da soberania e unidade nacional e da solidariedade internacional, assim como a preservação, difusão e expansão do patrimônio cultural da humanidade.

ART: 59 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para acesso e permanência na escola pública;

II - gratuidade do ensino, em todos os níveis e modalidades, mantidos pelo poder público estadual e municipal;

III - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

IV - valorização dos profissionais do ensino;

V - garantia de padrão de qualidade em toda a rede e níveis de ensino, a ser fixado na Lei do Sistema Estadual de Ensino, nos termos destes princípios;

VI - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VII - garantia de ensino público e laico, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;

VIII - gestão democrática e colegiada das instituições públicas de ensino e pesquisa.

ART: 60 - O dever do poder público estadual, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, sob pena de responsabilidade da autoridade competente, será efetivado mediante a obrigação de:

I - ofertar o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - promover progressiva extensão da obrigatoriedade ao ensino médio e pré-escolar;

III - ofertar o ensino público noturno, fundamental e médio, adequado às necessidades do educando, assegurado o mesmo padrão de qualidade do ensino público diurno;

IV - dar atendimento educacional especializado gratuito aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V - assegurar o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística e cultural;

VI - organizar o Sistema Estadual de Ensino;

VII - [illegible]

[illegible] damental;

VIII -prestar assistência tècnica e financeira aos Municípios para o desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar;

IX - atender ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental e médio, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, sem ônus para o orçamento da educação.

§ 1º - o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - Compete ao poder público estadual, com a colaboração dos Municípios, recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhe a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 3º - O Sistema Estadual de Ensino, organizado pelo poder público estadual em colaboração com os Municípios, será definido em lei, considerando o Sistema Nacional de Educação.

ART: [illegible] - Lei Complementar assegurará aos profissionais do ensino:

I -plano de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e de títulos a ser realizado a cada dois anos, atendendo às vagas reais;

II - regime jurídico único em todas as instituições de ensino, mantidas pelo Estado;

III - isonomia e piso salarial profissional único, que preserve o poder aquisitivo, de acordo com o graú de forção;

IV - condições plenas de aperfeiçoamento e atualização;

V - Órgão Disciplinar, composto de profissionais do ensino estáveis no Serviço Público, com competência deliberativa e decisória.

ART: [illegible] - A lei deverá assegurar a gestão democrática e colegiada das instituições públicas de ensino e pesquisa, adotando o sistema eletivo, direto e secreto, na escolha dos dirigentes, nas instituições mantidas pelo poder público estadual.

ART: [illegible] - As Universidades gozam de autonomia didático-cientifica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da integração entre os níveis de ensino.

Parágrafo primeiro - É assegurada a gratuidade do ensino a ser ofertado pelas Instituições de Ensino Superior mantidas pelo poder público estadual.

Parágrafo segundo - As Instituições de Ensino Superior atenderão, através de suas atividades de pesquisa e extensão, a finalidades sociais, tornarão público seus resultados e poderão receber apoio financeiro do poder público para estas atividades.

Parágrafo terceiro - Cabe ao poder público estadual, no âmbito de sua competência, autorizar, reconhecer e supervisionar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior.

ART: [illegible] - O ensino é livre à iniciativa privada atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e estadual;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público competente.

Parágrafo Único - O não-atendimento das normas legais, relativas ao ensino e seus profissionais, importa, na forma da lei, na cassação da autorização ou do reconhecimento das atividades educacionais pelas autoridades competentes.

ART: 65 - Compete ao poder público estadual normatizar e garantir a aplicação dos conteúdos mínimos para o ensino pré escolar, fundamental e médio, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos universais, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de natureza interconfessional e de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, as quais ofertarão atividades alternativas aos não-optantes.

§ 2º - O ensino fundamental será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas linguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

ART. 66 - O Plano Estadual de Educação a ser elaborado pelo poder público estadual e estabelecido em lei, de duração plurianual, considerando a articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do poder público, visará à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade de ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Parágrafo Único - O Plano Estadual de Educação atenderá as necessidades apontadas em diagnósticos municipais e estadual, com consulta às entidades, legalmente constituídas, da comunidade escolar, científica e da classe trabalhadora, para a definição da política educacional do Estado.

ART. - O poder público estadual aplicará anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, prioritáriamente nos níveis fundamental, medio, pré-escolar e da educação especial.

rida pelo Estado aos Municípios não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo do Estado.

§ 2º - O pessoal auxiliar da rede pública e os profissionais envolvidos com os programas suplementares integrarão o Quadro dos Servidores Públicos, e sua remuneração não será retirada dos recursos do orçamento da Educação.

ART. - Os Municípios atuarão, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, nos programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, em consonância com o Sistema Estadual de Ensino, aplicando nunca menos de vinte e cinco por cento' de sua receita.

§ 1º - Será assegurado aos profissionais do ensino no Município o disposto no artigo 57 e seus incisos.

§ 2º - Os Municípios que não cumprirem o disposto no art.57 e seus incisos desta Constituição não receberão a cooperação técnica e financeira prevista no "caput" deste artigo.

ART.65- Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, objetivando stender a todas as necessidades exigidas pela universalização do ensino fundamental.

§1º - Cumpridas as exigências dispostas no caput deste artigo, as verbas poderão ser destinadas às escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, legal e comprovadamente constituídas,cujas mantenedoras demonstrem suas finalidades não lucrativas e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

§2º - Os recursos destinados às entidades comunitárias , filantrópicas e confessionais terão finalidade específica sua destinação será explicitada no instrumento legal de transferência e será de conhecimento público.

§3º - As entidades comunitárias, filantrópicas e confessionais que se enquadrem no parágrafo primeiro deste artigo,destinarão seu patrimônio a instituições da mesma natureza ou ao poder público caso encerrem suas atividades.

§4º - A concessão de recursos públicos às entidadesprevistas no par-agrafo 1º deste artigo está condicionada à adoção das normas previstas nesta Constituição referentes ao ensino público.

§5º - Excepcionalmente, as instituições especializadas no atendimento a portadores de deficiência poderão ser subvencionadas pelo poder público, enquanto estas não puder atender

ART. - O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

§1º - As empresas, conforme preceitua o artigo 7º, inciso XXV daConstituição Federal, deverão oferecer atendimento aos filhos de seus funcionários na faixa de 0 a 6 anos, na forma da lei, independentemente da Contribuição do salário-educação para o ensino fundamental.

§2º - Os recursos advindos do salário-educação não integram o percentual de vinte e cinco por cento estabelecido nos termos do art. , devendo ser transferidos de imediato á Secretaria de Estado da Educação, aplicados por ela prioritariamente na manutenção das escolas, aquisição de material e equipamento escolar, na melhoria da qualidade do ensino e capacitação dos profissionais de ensino.

ART. 71 - Os recursos destinados a obras de infra-estrutura, mesmo que direta ou inderetamente beneficiem a rede pública escolar, não serão considerados aplicações para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo Único - O poder público estadual criará um Fundo Especial de Educação, constituído também com recursos das loterias estaduais, excluídos os recursos definidos no art. 75 desta Constituição e os provenientes do salário- educação, para aquisição de terreno, construção, ampliação, reforma, equipamento da rede escolar do ensino público fundamental, médio , pré-escolar e educação especial, bem como planejamento, pesquisa, desenvolvimento de pessoal e assistência ao estudante.

ART. - O Governo do Estado do Paraná publicará até trinta' dias após o encerramento de cada bimestre do ano civil informações completas e detalhadas sobre a receita estadual e os recursos efetivamenteaplicados na educação.

ART. - Lei específica do poder público estadual criará e manterá a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Paraná atribuindo-lhe dotação mínima correspondente a dois por cento de seus impostos,excluídos os percentuais definidos no artigo 65 desta Constituição.

ART. - Lei Complementar criará e regulamentará Conselho ' de Educação, órgão deliberativo, normativo e consultivo do Sis- [illegible] na sua composição.

ART. - O poder público estadual e o municipal reconhecerão os Conselhos Comunitários, legalmente constituídos, compostos pelas instituições organizadas nos termos da lei civil, e representativas da sociedade civil com finalidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos dispositivos constitucionais relativos ao ensino e à educação.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ART.77 - No prazo máximo de 10 anos da promulgação desta Constituição, o poder público estadual e o municipal aplicarão,pelo menos, cinquenta por cento dos recursos à que se refere o artigo 63 desta Constituição para universalizar o ensino fundamental.

Parágrafo primeiro - O poder público desenvolverá esforços para, em 5 anos, erradicar o analfabetismo no Estado do Paraná.

Parágrafo segundo - Os recursos previstos no caput deste ' artigo integrarão o orçamento do órgão executor da política educacional do Estado e dos Municípios.

ART. - O poder público estadual fixará normas para que instituições e empresas públicas e privadas assegurem ao estudante trabalhador,matriculado e com frequência regular na rede oficial de ensino, a liberação de parte de seu tempo de trabalho de modo a favorecer a frequência à escola, sem prejuízo de suas prerrogativas profissionais.

ART. - Prevalecem os dispositivos da Lei Complementar nº 7 de 22/12/76 até a aprovação da Lei Complementar a que se refere o art. 79 desta Constituição.

ART. - A competência do poder público estadual sobre o ensino fundamental não será transferida para o poder público municipal exceção feita à das escolas da zona rural.

[illegible] com dois anos continuados na data da promulgação desta Constituição, serão estáveis e, no prazo de cento e oitenta dias, o Estado deverá' ofertar concurso público de provas e títulos, com número real de vagas para possibilitar-lhes o enquadramento no atual Quadro Próprio do Magistério, e aos detentores de aulas extraordinárias,no mesmo prazo, o direito à opção por trinta ou quarenta horas de trabalho.

DA CULTURA

Art 82 A cultura, direito de todo cidadão, é entendida como prioridade inalíenável da mesma forma que são a saúde a educação e o trabalho.

§ único - Ficam asseguradas pelo Estado, através de seus instrumentos, a liberdade de expressão, criação e produção no campo artístico e cultural, garantindo o acesso aos espaços de difusão, bem como o direito de fruir dos bens culturais.

Art Constituem patrimônio CulturalParanaense os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura do Paraná.

§1º Cabe ao poder público manter, a nível estadual e municipal, orgão ou serviço de gestão, preservação e pesquisa, relativo ao patrimônio cultural paranaense, através da comunidade ou em seu nome, utilizando os instrumentos legais.

Art É dever do Estado assegurar ao trabalhador cultural a qualificação profissional inerente à especificidade de cada área em seu [illegible]

§1º Criar mecanismos que possibilitem o aprimoramento e valorização do trabalhador cultural.

§2º Priorizar a mão-de-obra artítico-cultural do Paraná.

Art Cabe ao Estado manter seus equipamentos culturais devidamente dotados de recursos humanos, materiais e financeiros, promovendo pesquisa, preservação, veiculação e ampliação dos seus acervos, bem como proteger os espaços destinados às manifestaçoẽs artístico-culturais.

§ único - Será assegurada a participação efetiva e paritária de todas as categorias envolvidas com o fazer cultural, através dos

seus legítimos representantes,nas decisoẽs dos orgãos públicos' afetos à área em pauta.

Art 8º Será garantido o intercâmbio entre as secretarias de cultura e educação, com o objetivo de:

- Assegurar, nos ters níveis escolares, como forma de desenvolvimento e aprimoramento do potencial criativo do educando, um tratamento destacado às diversas áreas artístico-culturais.
- Assegurar, da mesma forma, um tratamento especial ao ensino,' da cultura paranaense.

Art O Estado deverá destinar à Secretaria de Estado da Cultura, recuros financeiros na ordem de 3% (tres por cento) do seu orçamento global, estabelecendo rubrícas específicas às diferentes' áreas artístico-culturais.

§1º- Será criado, de conformidade com a Lei, o fundo estadual ' de cinema, afim de apoiar a produção de filmes de caráter cultural, técnico e científico, de curta média e longa metragem, em

§2º- Destinação de recursos financeiros advindos de incentivo fical, das empresas estatais e de economia mista, autarquias e fundaçoẽs, à pesquisa e à produção artístico-cultural.

§3º- Implantação de linha de crédito pelo Bco. do Estado do Paraná à juros subsidiados, à produção artístico cultural independente.

Art Será criada e implantada a TV educativa e cultural, cuja programação priorize a produção do Paraná.

Art Fica estabelecido o percentual de 30%(trinta por cento) à produção artística do Paraná nas emisoras de televisão e rádio que operam no Estado.

DO DESPORTO

Art. 90 - É dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um, visando a integração estadual e a promoção social, observados:

I - à autonomia ampla das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto à organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos para a atividade esportiva oriundos do orçamento público e de outras fontes captados através da criação de instrumento e programas especiais com tal finalidade, priorizando o desporto educacional;

III - o incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, ao desenvolvimento científico e à pesquisa aplicados à atividade esportiva;

IV - a criação de medidas de apoio ao desporto participação e desporto performance, inclusive programas específicos para a valorização do talento desportivo;

V - o estímulo à construção, manutenção e aproprinação obrigatória de área para atividades desportivas nos projetos de urbanização pública, habitacionais e nas construções escolares.

Parágrafo Único - A educação física, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina nos horários normais em estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Art. 91 - Caberá ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programas de construções e instalações desportivas comunitárias para a prática do desporto popular.

Art. 92 - É dever do Estado, das empresas públicas e privadas, garantir locais de lazer e descanso aos trabalhadores.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ART 93 - Cabe ao Estado do Paraná, com a participação de diversos setores da sociedade, em especial as instituiçoẽs de ensino e pesquisa, bem como as Empresas Públicas e Privadas, promover o desenvolvimento científico e de suas aplicaçoẽs práticas, com vistas a garantir o desenvolvimento econômico da população paranaense.

ART 94 - A Pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência.

ART 95 - O desenvolvimento e a capacitação tecnológicas voltar-se-ão preponderantemente para a elevação dos níveis de vida da população paranaense através do fortalecimento e da constante modernização do sistema produtivo estadual.

ART . - O Estado apoiará a formação de recursos humanos e sua permanente especialização, e concederá aos que se ocupem do desenvolvimento cietífico e tecnológico meios e condiçoẽs especiais de trabalho.

ART - A Lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisas, criação de tecnologia adequada ao sistema produtivo estadual, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade do seu trabalho.

ART 98 - O Estado vinculará uma parcela de sua receita tributária não inferior a 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, que lhe será destinada em duodécimos.

§ único - Os recursos alocados serão geridos por orgão específico, com representação majoritária da comunidade científica, a ser definido em Lei Complementar

(7)

ART: 99 - O uso da energia nuclear para fins civis ou militares, deverá ser objeto de legislação própria, aprovada pela Assembléia Legislativa, e a implantação de obras e instalações nucleares só serão concretizadas após submetidas a aprovação popular mediante plebicito.

ART: 100 - Os sistemas de informação em geral e de estatística devem ser estabelecidos de forma a garantir sua integridade, confiabilidade e continuidade.

ART: / / - Fica garantido o acesso amplo à informação produzida por orgãos oficiais, sobretudo no campo dos dados estatísticos de uso técnico e científico, no interesse das investigações realizadas nas Universidades, instituto de pesquisas, ou por pesquisadores isolados.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

CAPÍTULO _____

DO MEIO AMBIENTE

Art. 102 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º- Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público:

I - instituir o Sistema Estadual do Meio Ambiente constituido pelo órgão executivo único ambiental do Estado e dos Municípios, tendo como órgão superior o Conselho Estadual do Meio Ambiente, de que participará o Ministério Público, que será composto paritariamente pelo Poder Público e representantes da comunidade incumbido de formular e coordenar a Política Estadual do Meio Ambiente, deliberando sobre matérias de [illegible] e [illegible] do Sistema Estadual do Meio Ambiente;

II - destinar recursos orçamentários necessários para a implementação da Política Estadual do Meio Ambiente;

III - instituir, a cada legislatura, por lei de iniciativa do Poder Executivo, Plano Estadual de Presévação e Restauração dos Processos Ecológicos Essenciais Manejo Ecológico das Espécies e Ecossistemas, que estabelecerá as diretrizes gerais da ação do Estado na administração da apropriação e uso dos recursos ambientais;

IV - instituir, na forma da lei, Plano Integrado de Uso de Bacia Hidrográfica, que com fundamento no inciso ante

rior estabeleça metas e projetos para induzir o uso racional do ambiente, em áreas urbanas e rurais. garantida a participação comunitária;

V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente. ' efetuada por equipe multidisciplinar independente, garantindo a realização de audiência pública e a participação da comunidade em todas as suas fases;

VI - exigir a análise de risco,,garantida a participação da comunidade em todas as suas fases, para o desenvolvi-' mento de pesquisas , difusão e implantação de tecnologias, especialmente no que concerne à biotecnologia e a energia nuclear;

VII - exigir daquele que explorar recursos minerais ainda ' que com atividades paralisada ou suspensas. a recuperação do ambiente degradado. mediante implantação no andamento da atividade da solução técnica aprovada pelo órgão estadual competente, em prejuízo de [illegible] no inviso.;

VIII - propor e executar a recuperação ambiental da áreas lavradas no passado, cujas reservas minerais estejam esgotadas e com titulariedade desconhecida, garantindo o direito de regresso;

IX - vedar qualquer atividade econômica, nas áreas de preservação permanente, que cause degradação ambiental;

X - regulamentar a produção, comercialização, manipulação, transporte, utilização, cadastramento e fiscalização ' de substâncias que acarretem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, '

produtos perigosos e resíduos nucleares;

XI - vincular a participação em licitações, acesso a benefícios fiscais e linhas de crédito oficiais, ao cumprimento da legislação ambiental, certificado pelo órgão competente;

XII - exigir, na forma da lei, retribuição pelo uso de recursos ambientais com fins econômicos;

XIII - informar sistematicamente a população sobre os níveis de poluição e, situações de risco e desequilíbrio ecológico;

XIV - promover a conscientização pública para a proteção do meio ambiente e a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, formal e informal;

XV - fomentar e auxiliar técnica e financeiramente as entidades ambientalistas constituídas na forma da lei respeitando-lhes a autonomia e independência de atuação;

XVI - vincular parcela da receita orçamentária prevista no Art. 218 § 5º da Constituição Federal à educação e à pesquisas ambientais;

XVII - incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante a celebração de acordos convênios e consórcios;

XVIII - Assegurar os Municípios que tenham parte de seu território integrando unidades de conservação ambiental e/ou mananciais de abastecimento público, tratamento especial quanto ao crédito das parcelas da receita referida no art. 158, IV e parágrafo único II da Constituição Federal, sem prejuízo de outras receitas;

XIX - promover o controle especialmente preventivo da erosão urbana, periurbana e rural e a orientação para o uso do solo agrícola;

XX - autorizar a exploração dos remanescentes de florestas nativas do Estado somente através de manejo sustentado excetuadas as áreas de preservação permanente;

XXI - proteger a fauna em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou submetam o animais a crueldade;

XXII - proteger as obras e monumentos artísticos, históricos e naturais tombado, responsabilizando-se subsidiariamente em caso de ruína, deteriozação ou mutilação dos mesmos;

XXIII - monitorar atividades utilizadoras de tecnologia nuclear em quaisquer de suas formas, controlando o uso armazenagem, transporte e destinação de resíduos e garantindo medidas de proteção as populações envolvidas [illegible] no inciso III.

§ 2º - a lei disporá sobre a criação, fiscalização, destinação, restrições à utilização e administração das unidades de conservação ambiental, vedado o comprometimento da integridade dos atributos que justifiquem a sua existência.

§ 3º - As pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades poluidoras ou responsáveis entre outras medidas pela coleta, tratamento e disposição final dos resíduos produzidos, bem como são obrigados sob pena de suspensão do licenciamento, a alvo monitorar suas atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo órgão competente.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

Art. 103. - É obrigatória a recuperação e a reposição florestal, pelos proprietários, das áreas de preservação permanente e das reservas florestais legais, estas abrangendo na forma da lei, no mínimo de 20% do imóvel.

Art. 104. - A utilização dos recursos previstos no Art. 20. § - 1º da Constituição Federal deverá, obrigatoriamente' destinar parcela desse montante a preservação do - meio ambiente.

Art. . . - São indispensáveis as terras públicas patrimoniais ' ou devolutas, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, devendo ter destinação exclusiva para esse fim.

Art. . . - Não haverá instalação de usina de energia nuclear no Estado sem prévio consentimento por plebiscito popular.

Art. . . - Mediante a instituição do Tombamento, será constituído o Patrimônio Cultural Paranaense, abrangendo bens' de natureza material e imaterial, tomados individualmente e em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade paranaense, desde já integrados:

I - pela Serra do Mar;

II - pelas Remanescentes da Floresta Pluvial Subtropical;

III- pelas Regiões Estuarinas das Baías de Paranaguá e Guaratuba;

IV - pelas Escarpas do 2º e 3º Planaltos;

V - pelos Remanescentes das Matas de Araucárias.

§ 1º - Os tombamentos serão objeto de processo administrativo regulamentado em lei.

Art. 106. - A utilização dos conjuntos e sítios de valor histórico paisagístico, artistico, arqueológico, turístico ,

paleontológico, ecológico, espeleológico e científico, far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem sua preservação, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais, assegurada a proteção especial as áreas já delimitadas.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.... - instituir, em seis meses, a contar da promulgação desta, Órgão Executivo Único do Sistema Estadual do Meio Ambiente, com atribuição de competência exclusiva de orientar e fiscalizar de forma a compatibilizar a atividade de exploração dos recursos naturais, com a qualidade do meio ambiente.

Art.... - O Poder Executivo, com objetivo de proteger as espécies e os ecossistemas, implantará e colocará em operação, num prazo mínimo de quatro anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, uma Estação Ecológica em cada uma das unidades fisiográficas características do Paraná e, pelo menos, um Parque Estadual em áreas representativas da Floresta da Mata, dos Campos Gerais e das Escarpas do 2º e 3º Planalto.

DO SANEAMENTO

Art. 111 - Deverá ser instituído pelo Estado do Paraná e pelos Municípios, um Programa de Saneamento Urbano e Rural, com o objetivo de propiciar melhorias no setor e de promover a defesa preventiva da saúde pública e do meio ambiente.

§ 1º - O Programa a que se refere este artigo será compativel com o desenvovimento econômico-social, mediante a racional utilização dos recursos naturais, de forma a atender o preconizado nos incisos VI e IX do art. 23 da Constituição da República.

§ 2º - os objetivos que vierem a ser estabelecidos no programa serão considerados prioritários e de relevante valor social.

§ 3º - O Programa de que trata este artigo deverá ser regulamentado através de lei ordinária que o orientará no sentido de garantir à maior parcela possível da população, o abastecimento de água tratada, a coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, bem como, os serviços de drenagem de águas pluviais.

§ 4º - Na eleboração do programa a que se refere este artigo, deverá ser garantida participação popular.

§ 5º - Na região Noroeste do Estado, todos os Municípios devem possuir planos específicos de prevenção e controle de erosão.

Art. 112 - É de competência comum do Estado e dos Municípios:

§ 1º - Estabelecer e implantar o Programa de Saneamento a que se refere o art. 1º, cujas premíssas básicas serão respeitadas quando da eleboração e implantação dos planos diretores a que se refere o Parágrafo 1º do art. 182 da Constituição da República.

Art.113 - Será garantida a destinação prioritária das águas para abastecimento das populações, subordinando-se o uso do meio ambiente das bacias idrográficas dos mananciais às necessidades de captação e qualidade da água.

Art.114 - Deverá ser dado ao Município, garantia de participação no planejamento e implantação de seus serviços de saneamento, mesmo quando tais serviços forem desenvolvidos por empresas concessionárias.

Art.115 - O Estado estabelecerá, através de lei ordinária a política tarifária dos serviços de saneamento prestados à população, obedecidos os seguintes princípios:

I - Justa e imediata remuneração do capital investido e dos serviços, de forma a propiciar o melhoramento e expansão dos mesmos e assegurar, ainda, o equilíbrio econômico e financeiro da empresa concessionária dos serviços;

II - [illegible] conforme os níveis de consumo;

III - Tarifa diferenciada nas regiões com população flutuamente por demanda sazonal.

Art.116 - O Estado manterá um Fundo Estadual de investimento em saneamento, com a finalidade de dar suporte aos objetivos do Programa de Saneamento Urbano e Rural mencionado no art. 1º, destinando ao mesmo no mínimo 5% da receita tributária do Estado, a partir do exercício financeiro de 1989, inclusive.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

Art. 117- A empresa estadual concessionária dos serviços públicos de saneamento goza de imunidade relativamente aos tributos de competência do Estado, sobre seu patrimônio, renda ou serviços.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PROPOSTA AO PROJETO DA CONSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 23, DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE ESTADUAL

CAPÍTULO _____

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E DO IDOSO.

Art. - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado(V.C.F., Art. 226, caput.).

§ - Para o efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento (V.C.F., Art. 226, §3º).

§ - Entende-se também como entidade familiar a comunidade' formada por qualquer dos pais e seus descendentes(V.C.F., Art226,§4º).

§ - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (V.C.F., Art 226,§6º).

§ - Os filhos,havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (V.C.F.,Art.227,

Art. - O Estado manterá programas destinados à assistência e promoção integral da família, incluindo (V.C.F.,Art.226,§8º);

- assistência social e financeira às famílias de baixa renda;

- criação e manutenção de serviços de prevenção e orientação bem como recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência no âmbito das relações familiares (V.C.F., Art. 226,§8º).

- criação de casas destinadas ao recolhimento provisório de mulheres, pessoas portadoras de deficiência, crianças e adolescentes vítimas de violência familiar.

Art.1º - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, '

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (V.C.F., Art 227, caput.).

Art.121-O Estado incentivará as entidades particulares sem fins lucrativos comprovado, atuantes na política do bem estar da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso e devidamente registradas nos órgãos competentes, subvencionando-as com adequado auxílio financeiro, amparo técnico e benefícios fiscais.

Art.122- O Estado subsidiará, pelo menos com 1 (um) salário mínimo mensal, a família ou pessoa que se dispuser a acolher, sob a forma de guarda, criança ou adolescente órfão ou abandonado e de difícil colocação, nos termos da lei (V.C.F., Art 227, §3º,inc. VI).

Parágrafo único - A lei poderá conferir benefícios fiscais à pessoa jurídica que se obrigue ao pagamento do subsídio mencionado neste Artigo (V.C.F., Art. 227,§3º,inc.VI).

Art.123- O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais, obedecendo os seguintes preceitos(V.C.F.,Art.227,§1º);

- criação de programas de prevenção e atendimento especializado aos portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivo, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (V.C.F., Art 227,§1º inc.II);

[illegible]

do à criança e ao adolescente dependentes de entorpecentes e drogas afins (V.C.F., Art 227,§3º,inc.VII).

Art.124 - É dever do Estado, além do ensino fundamental, a garantia de atendimento em creche e pré-escola das crianças de zero a seis anos, inclusive portadoras de deficiência (V.C.F., Art208,inc.IV).

§ - Para os fins deste artigo, as instituições educacionais públicas deverão oferecer vagas de creche e pré-escola em número não inferior às por elas oferecidas na 1ª série do 1º Grau.

§ - O não oferecimento de creche e pré-escola, ou sua oferta irregular, importa em responsabilidade da autoridade competente.

Art.125- As instituições educacionais públicas, assim como as particulares que comtem com mais de 500 (quinhentos) alunos deverão oferecer vagas em todos os graus do ensino regular ou classes especiais às

pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo único - O não oferecimento de vagas ou classes especiais, ou sua oferta irregular, importa em responsabilidade da autoridade competente, bem como se torna possível o cancelamento da autorização' de funcionamento do estabelecimento de ensino público ou particular.

Art.126 - As instituições educacionais manterão equipe responsável por refletir o compromisso da escola com as crianças e adolescentes' que fazem da rua seu espaço de vida, trabalho e educação.

Art.127 - A lei garantirá o acesso do trabalhador adolescente à escola, mediante (V.C.F., Art 227,§3º,inc.III);

- matrícula extraordinária, inclusive em classes especiais ' em qualquer época do ano letivo;

- oferta de ensino de 1º e 2º Graus, diurno e noturno,adequado às condições do educando (V.C.F., Art.208,inc.VI);

- atendimento ao educando, no ensino de 1º e 2º Graus, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (V.C.F.,Art.208,inc.VII);

- horário de trabalho móvel e/ou especial;

- horário especial de ensino em função do trabalho.

Art. - Ao adolescente carente, vinculado a programas sociais será assegurado o direito de estágio remunerado, a título de iniciação ' ao trabalho, concomitantemente à frequência ao ensino de 1º grau.

Parágrafo único - O período diário de estágio [illegible]

Art. - O Estado orientará, fomentará e promoverá com destinação de recursos públicos e cultura física e o esporte, em todas as suas manifestações como meio de educação e contribuição à formação integral ' das crianças e adolescentes, ainda que portadores de deficiência (V.C.F. Art.217,inc.II).

Art.130 - Os direitos e deveres individuais e coletivos, o aleitamento materno, a educação sexual, a prevenção da excepcionalidade constarão obrigatoriamente dos currículos de 1º e 2º graus (V.C.F.,Art.226,§ 7º).

Art.131 - Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança' e do Adolescente, órgão consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento à infância e à juventude, a ser presidido pelo Secretário de Estado a quem incumbe a execução da política estadual de defesa

da criança e do adolescente.

§ - São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

- Propor ao Governo do Estado dotação orçamentária necessária à implementação dos programas de atendimento e assistência ou destinados à auxílios e subvenções às crianças e aos adolescentes;

- Estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos públicos;

- Omologar a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares sem fins lucrativos comprovado.

- Avocar, quando entender necessário, o controle das ações de execução, em todos os níveis.

§ - A lei disporá acerca da organização, composição e funcionamento do Conselho, garantindo a participação de representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Ordem do Advogados do Brasil, da sociedade paranaense de pediatria, dos orgãos públicos encarregados da execução da política social e educacional de atendimento à infância e à juventude, assim como e em igual número de representantes de organizações populares de defesa dos direitos da criança e do adolescente, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano (V.C.F., art. 227 § 7º).

Art. - Considerando a atenção prioritária à criança e ao adolescente, a lei criará, quando da elaboração das normas de Organização [illegible] to aos Direitos da criança e do adolescente em proporção nunca inferior a uma para cada 200.000 (duzentos mil) habitantes devendo, também, provê-las com equipe de pessoal habilitado.

Parágrafo ùnico - As varas especializadas a que se refere este artigo serão instaladas no prazo mínimo 1 (um) ano, contado de sua criação.

Art. - A aplicação de qualquer medida que importe em privação da liberdade do adolescente obedecerá aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento (V.C.F. art. 227 § 3º inciso V).

Parágrafo único - Serão criados estabelecimentos regionais para os fins deste artigo, em número não inferior a 7 (sete).

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

Art. 134 - A lei disporá sobre a preparação de todos os que exerçam função na Justiça de Menores, mediante cursos de treinamento, especialização, podendo estabelecer requisitos para ingresso, permanência e promoção na carreira ou função.

Art. 135 O Estado tem o dever de propiciar às pessoas portadoras de deficiências e às pessoas idosas segurança econômica, condições de habitação e convívio familiar e comunitário que evitem o isolamento ou marginalização social (V.C.F. art. 203, inciso IV e art. 230).

§ - A política estadual de promoção social deve prever medidas de caráter econômico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de participação ativa na vida da comunidade.

§ - O Estado garantirá um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (V.C.F. Art. 203, inciso V).

Art. - O Estado e os Municípios garantirão a proteção da criança e do adolescente dentro e fora do âmbito familiar, com medidas de combate à narcomania nas formas:

§ - Preventivas, terapêuticas e repressivas, conforme se destinam a evitar o uso de drogas, curar as toxicomanias instaladas e favoreçam sua existência.

ESPORTE E LAZER: Art 137

1. Construção e/ou adaptação de locais para práticas esportivas e de lazer para utilização por pessoas portadoras de deficiência;
2. Criação de programas de lazer e turismo que favoreçam a integração da pessoa portadora de deficiência;
3. Garantia de recrusos financeiros e físicos, estimulando empresas privadas através de incentivos fiscais, que viabilizem a prática de esporte e lazer às pessoas portadoras de deficiência.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMUNICAÇÃO: Art 138

1. Definição de uma política estadual de telecomunicações que garanta aos portadores de deficiência, auditiva e visual, acesso as informações e outras facilidades proporcionadas por estes recursos;
2. Adaptação de telefones nas principais áreas públicas e em casas de reabilitação e/ou tratamento, para usuários deficientes.

TRANSPORTES: Art 139

1. Definição de políticas, organização e implantação de transporte e locomoção adaptados que garanta o acesso de todos as pessoas portadoras de deficiência;
2. Implantação de sinais de trânsito adequados (sonorização) à portadores de deficiência visual;
3. Garantia à preparação dos profissionais de trânsito, habilitando-os à atender as necessidades específicas portadoras de deficiência;
4. Obrigatoriedade de uso de vidros anti-estilhaçantes pelas fábricas de veículos automotores, situados no Estado do Paraná, como meio de previnir em casos de acidentes.

BARREIRAS ARQUITETÔNICAS: 140

1. Definição de normas para construção de logradouros e edifícios de [illegible] espécie de deficiência; o não comprimento deste dispositivo acarretará a não aprovação da respectiva planta de construção;
2. Definição de uma política estadual que atenda às necessidades de sinalização de locais que ofereçam riscos a mobilidade e locomoção;
3. Remoção de barreiras arquitetônicas num prazo mínimo de 5 anos através da adaptação de locais e prédios públicos, assim como os particulares de uso público, assegurando o acesso predial e aos serviços de locomoção e segurança de pessoas portadoras de deficiência (escadas, rampas, elevadores, pisos, portas etc);

Art. 141 - Garantia de que as empresas da administração direta e indireta garantirão 5% (cinco por cento) da composição de seu quadro funcional as pessoas portadoras de deficiência.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

Art.142 - Fica criado o Conselho Estadual da Garantia dos Direitos das Pessoas portadoras de deficiência, orgão consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento às pessoas portadoras de deficiência. Sua Constituição e função serão definidas conforme dispor a lei.

Art.143 - Gratuidade dos transportes coletivos urbanos e inter-municipais aos meiores de 65 anos.

Parágrafo único - É entendido neste artigo como inter-municipais somente a região metropolitana.

Art.144 - Assegurar aos maiores de 65 anos a isenção de taxas e impostos predial e territorial urbano (IPTU), desde que possua um único imóvel territorial no município, nele resida e que possua renda máxima de até 5 (cinco) salários mínimos.

Art.145 Os orgãos públicos, estaduais e municipais, não poderão fixar idade máxima para serviço público salvo para faixas acima de 65 anos.

Incluir no título que tratar das DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

Art. - À Assembléia Legislativa, dentro de 120 (cento e vinte) dias após a promulgação da Constituição, elaborará Código Estadual de Proteção à Infância e à Juventude, bem como lei de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência (V.C.F. art. 24 incisos XIV e XV § 1º).

Art. - A lei permitente à organização composição e funcionamento do Conselho Estdual de Defesa da Criança e do Adolescente e das Pessoas portadoras de deficiência, deverá ser editada dentro de 120 (cento e vinte) dias após a promulgação da Constituição Estadual, instalando-se o mesmo mo ano de 1990 (mil novecentos e noventa) e elaborando dentro de 60 (sessenta) dias os respectivos estatutos.

Art.145 Enquanto não se tornar efetiva a garantia enunciada no art...(ver art. 180, § 2$), o Estado subsidiará pelo menos com 1 (um) salário mínimo mensal, às famílias que apresentem renda de até 2 (dois) salários mínimos e que possuam membro portador de deficiência.

DA HABITAÇÃO

Art. 145 - A Política Habitacional do Paraná, elaborada em conjunto com o Conselho Estadual de Habitação, objetivará a solução do déficit habitacional, de acordo com os seguintes princípios e critérios:

I - priorização na oferta de lotes urbanizados;

II - estímulo e incentivo à formação de cooperatvas populares de habitação, com a dotação de recursos públicos necessários;

III - atendimento prioritário às famílias de baixa / renda, assim entendidos aquelas que percebem até o equivalente a cinco salários mínimos ou não tenham endimentos;

IV - cada família será beneficiada uma única vez pelos programas habitacionais oficiais, salvo o dependente que constitua NOVA família ou que prove a perda do imóvel por força maior ou absoluta necessidade.

[illegible] responsáveis pela implementação da população habitacional, serão dotadas de recursos orçamentários, os quais constarão nos orçamentos públicos, definidos após deliberação do →

Conselho Estadual de Habitação.

§ 2º - O Conselho Estadual de Habitação, com caráter deliberativo, terá sua composição definida em Lei, garantida a representação dos Municípios, inquilinos, mutuários e movimento popular pela moradia.

Art.150 - Criação Fundo Rotativo da Habitação Popular

- constituido inicialmente com recursos de dotação orçamentária do Governo do Estado que repassará anualmente recursos suficientes para atender a demanda habitacional de baixa renda (0 a 5 salários mínimos) provenientes do seu crescimento demográfico ocorrido no ano inferior.
- o montante líquido da arrecadação das prestações mensais pagas por estas famílias (0 a 5 salários mínimos) servirá para realimentar o FRHP.
- a aplicação dos recursos do FRHP dar-se-á de acordo com a população habitacional do Estado, elaborada em conjunto com o Conselho Estadual de Habitação, de forma proporcional à demanda existente por Município e conforme Programação Anual analisada, discutida e aprovada previamente pela Assembléia Legislativa do Estado.
- a gerência do FRHP caberá a empresa estatal que tenha mais experiência no setor de habitação para baixa renda e a fislicalização de sua aplicação caberá ao Tribunal de Contas do Estado e ao Conselho Estadual de Habitação.

Art.151 - Participação dos Municípios

- que os Municípios prevejam em seus orçamentos anuais recursos complementares suficientes para realizar os programas habitacionais de baixa renda por eles previstos, de forma a esses possibilitar, pelo menos, a aquisição de terrenos e a execução de serviço de terraplanagem e arruamento.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 152 - O Conselho Estadual de Habitação a que se refere o Art. , será instituído por lei, dentro de seis meses após a promulgação desta Constituição.

Art. 153 - O Estado do Paraná, no prazo de um ano após a promulgação desta Constituição, promoverá ações discriminatórias sobre os imóveis irregulares urbanos.

Parágrafo Único - Os imóveis arrecadados através das ações discriminatórias serão destinados exclusivamente a projetos de recuperação ambiental e programas habitacionais.

Sobre os direitos da mulher

Art.154 - O Estado do Paraná reconhece como necessárias todas as medidas previstas na "Convenção da ONU para Eliminação de todas as formas de Discriminação à mulher", da qual o Brasil é signatário.

Art.155 - O Estado prestará assistência integral à saúde da mulher, em todas as suas fases da vida, independente de sua condição biológica de procriadora, através de programas governamentais desenvolvidos, implementados e controlados com a participação de entidades representativas de mulheres.

"Parágrafo Único - O Estado deverá oferecer condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, usando metodologia educativa para esclarecer os resultados, indicações e contra-indicações, alargando a possibilidade de escolha adequada à individualidade e ao momento específico de sua história de vida.

Art. - Será garantido à mulher o livre direito pela maternidade, com direito de evitar a gravidez sem prejuízos para a saúde, garantindo o atendimento na rede pública de saúde.

"Parágrafo Único - Nos casos previstos em lei, a rede hospitalar do Estado realizará a interrupção da gravidez.

Art. - As pesquisas genéticas e pesquisas de reprodução humana em seres humanos serão avaliados caso a caso, por uma comissão estadual interdisciplinar estabelecida para este fim.

Art.156 - O Estado criará na forma da lei, um sistema de creches para o atendimento de crianças na faixa de zero a seis anos, estabelecendo, para tanto, um orgão responsável pela sua execução.

Art. 159 - O Estado garantirá o ensino pré-escolar em todos os estabelecimentos de ensino de primeiro grau de rede pública estadual.

Art. 160 - Fica instituido o Conselho Estadual da Condição Feminina como orgão de representação das mulheres junto ao poder Executivo, com estrutura e orçamento próprio.

"Parágrafo 1º - O Conselho Estadual da Condição Feminina será constituido por mulheres representativas dos diversos setores de sociedade destacadas entre as que mais relevantes serviços prestam a causa do direito da mulher no Estado do Paraná.

"Parágrafo 2º - Caberá ao Conselho da Condição Feminina propugnar a execução de programas governamentais voltados a defesa dos direitos da mulher, zelar por estes direitos no âmbito da sociedade.

Art. - O Estado do Paraná instalará, nos municípios polo e micro regiões, delegacias especializadas no trato de assuntos referentes à mulher.

[illegible] - [illegible] municípios integrantes da micro região.

Art. - O Estado instituirá serviço de orientação jurídica psicológica e social à mulher, através da criação de núcleos de defensoria pública.

Art. 16[illegible] - O Estado instituirá albergues e abrigos à mulheres vítimas de violência, garantindo a sua subsistência e á dos filhos, no período de permanência.

Art. 16[illegible] - O Estado instituirá centros de estudos da mulher nas Universidades Estaduais.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

Art.165 - O Estado do Paraná instituirá:

I - programas de capacitação profissional às mulheres sem qualificação para o mercado de trabalho.

II - fiscalização especial e específica nas empresas privadas para cumprimentos das disposições legais pertinentes a creches para filhos de empregados.

III - mecânismos especiais de vigilância, através da Secretaria de Estado competente, e punição das discriminações contra a mulher trabalhadora.

Art. - O Estado instituirá creches nos presídios femininos.

Art. - Será assegurado à presidiária, o direito de permanecer com o filho no período de aleitamento materno.

Art. - O Estado garantirá igualdade de oportunidade entre [illegible] no acesso ao serviço público civil e militar, bem como na ascenção e promoção funcional dos mesmos.

Art. - Será garantido ao marido ou companheiro o direito de usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira servidora pública.

Art. - Fica assegurada a licença-maternidade de 120 dias à servidora gestante e licença-paternidade, de 8 dias, ao servidor.

Art. - Serão instaladas creches para filhos de servidores públicos estaduais nas proximidades dos seus locais de trabalho.

Art. 122 O Estado promoverá, perante a sociedade, através dos meios de comunicação, a divulgação da imagem da mulher como trabalhadora, e cidadã, em igualdade de condições com o homem.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

DOS DIREITOS DO NEGRO NA CONSTUIÇÃO DO PARANÁ

Proposta apresentada pelo deputado constituinte Nilton Barbosa:

art. 173 - É absolutamente vedada a prática da discriminação racial em qualquer de suas formas;

Art 174 - Será considerado ato de discriminação racial qualquer ação da autoridade pública que conceda tratamento às comunidades predominantemente negras, desnivelado em relação àquele / normalmente dedicado aos demais grupos sociais;

Art 175 - A lei ordinária criará o Conselho Estadual dos Direitos do Negro, de composição mista por membros indicados pelo poder público e outros pela comunidade negra através de seus órgãos representativos, e disporá a respeito de suas funções de controle e fiscalização sobre a prática de atos de discriminação racial e orientação genérica do exercício dos direitos do negro;

Art - Será incluido no currículo da rede estadual pública a opção pelo ensino de religião afro-brasileira, assim como a opção pelo aprendizado , estudo e prática da capoeira na área da Educação Física;

Art - A rede estadual pública consignará também em seu cur- [illegible] negritude na formação social do país;

Art 177 - Será criado pela lei ordinária, junto ao Ministério Público Estadual, um centro de atendimento jurídico contra a discriminação racial que terá funções de receber e encaminhar denúncias, representações ou queixas contra casos de atos de discriminação.

Art 178 - Não se concederá a necessária licença para estabelecimento em território paranaense de:

I -representações consulares de países que consagram a prática do racismo;

II -de empresas que tenham participação no seu capitaç de empresas nacionais de países que consagrem a prática do racismo;

Parágrafo único: No caso de repartições ou empresas já sediadas

no Estado, terão elas 90 (noventa) dias após a promulgação desta para retirarem suas redes.

Art 18 - Com exceção de eventuais acordos que se destinem a combater as práticas racistas, ficam sem vigor, a / partir da promulgação desta, todos os convênios, con - tratos e acordos entre o Estado do Paraná e o governo da África do Sul ou empresas lá sediadas, se elas existirem."

DOS INDIOS

ART: 181 - As terras, as tradições, usos, costumes dos grupos indígenas do Estado, integram o patrimônio cultural e ambiental estadual, e como tal serão protegidos.

Parágrafo Único - Esta proteção se estende também ao controle das atividades econômicas que, mesmo fora das áreas indígenas, prejudiquem o ecossistema ou a sobrevivência física e cultural dos indígenas

Deputado HAROLDO FERREIRA
Relator

E M E N D A S

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 02 DATA 14/ 04/ 89

AUTOR: PEDRO TONELLI ORIGEM: PT

Assembléia Legislativa - Paraná
PROTOCOLO Nº 3313
Em 14/ 04 / 1989
FUNCIONÁRIO

DISPOSITIVO:

EMENDA: ~~SEÇÃO.....~~

DO SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL

INCLUA-SE NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ONDE COUBER:

ART. 1 - O Sistema Financeiro Estadual, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do Estado e a servir aos interesses da coletividade, é constituído de instituições financeiras privadas e oficiais, que obrigar-se-ão às normas federais vigentes e aos seguintes princípios e dispositivos:

§ 1º. As instituição financeiras privadas deverão aplicar no Estado do Paraná a totalidade dos seus recursos nele captados, quando a renda arrecadada for inferior à média nacional.

§ 2º. Pelo menos 20 por cento dos recursos captados no Estado do Paraná pelas instituições financeiras privadas, deverão ser nele aplicadas, se a renda obtida for maior à média nacional.

§ 3º. Em se tratando das instituições financeiras oficiais do Estado do Paraná, independente do volume de captação, deverão ser aplicados tais recursos no interesse do Estado.

ART. 2 - As instituições financeiras do Estado do Paraná, de caráter eminentemente social, com função precípua de democratizar o crédito são:

I- BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A. e suas subsidiárias;

II- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ - BADEP;

III- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, Agência Paraná.

§ ÚNICO

E outras instituições financeiras do Estado que venham a ser criadas, com o objetivo explicitado no artigo 1 (deste capítulo) e parágrafo 3º.

INDEXAÇÃO:

continuação pg. 2

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº _____ DATA 14/04/89

AUTOR: PEDRO TONELLI ORIGEM: PT

DISPOSITIVO: _____

EMENDA: _____

ART. 3 - A criação, a fusão, cisão, incorporação ou extinção das prévias instituições do Estado do Paraná, dependerão de prévia aprovação da Assembléia Legislativa do Estado.

§ 1º. O Estado deterá, sempre, o mínimo de 51 por cento das ações com direito a voto, nas instituições oficiais do Estado.

§ 2º. Independentemente das transformações jurídicas que ocorram na instituição financeira oficial estadual, o Estado deverá controlar sempre o capital social votante mencionado no parágrafo anterior.

§ 3º. A assembléia Legislativa do Estado poderá, a qualquer tempo, requerer informações das instituições financeiras oficiais do Estado, que obrigar-se-ão a concedê-las. E das demais instituições financeiras para fiscalizar o disposto no artigo 1 e seus parágrafos.

§ 4º. As Comissões Parlamentares de inquérito, no exercício de sua competência constitucional e legal de ampla investigação, obterão diretamente das instituições financeiras, ou por intermédio do Banco Central do Brasil, as informações que necessitarem.

ART. 4 - Fica estabelecido que as instituições financeiras oficiais estaduais terão um Conselho de Representação e Participação-COREP ; constituído exclusivamente por funcionários das instituições, escolhidos pelo conjunto de trabalhadores desta, por votação direta e secreta, que tem como finalidade representar as aspirações do corpo funcional, contribuir para que haja uma participação efetiva de todos no debate e controle dos objetivos e das políticas a serem desenvolvidas pelas instituições oficiais em que trabalham, bem como fiscalizá-las, no interesse dos funcionários e da população.

INDEXAÇÃO:

continuação pg. 3

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº _____ DATA 14 /04 /89

AUTOR: PEDRO TONELLI ORIGEM: PT

DISPOSITIVO: _____

EMENDA: _____

ART. 5 - Fica instituída a obrigatoriedade de inclusão na Diretoria das instituições financeiras oficiais estaduais de representantes' dos trabalhadores.

§ 1º. Os Diretores de Representação Funcional, serão eleitos por escrutínio direto e secreto, pelos funcionários das referidas' instituições e, entre outras atribuições um deles presidirá o COREP, e não terão nenhuma atribuição administrativa.

ART. 6 - A admissão de empregados nas instituições financeiras oficiais oficiais estaduais dependerá de aprovação prévia em concurso público, fiscalizado pelo COREP.

ART. 7 - As instituições financeiras estaduais deverão implantar o Quadro de Carreira para seus funcionários.

§ 1º. A elaboração do novo Quadro de Carreira deve ser do encargo de uma comissão de funcionários eleita pelo funcionalismo, para este fim.

§ 2º. Os trabalhos desta comissão deverão ser concluídos em prazo máximo de 6 meses' a partir de sua formação.

§ 3º. O Quadro de Carreira deverá ser negociado pela Diretoria do Banco oficial estadual, que terá autonomia de decisão, com a Comissão do parágrafo 1º deste artigo, em conjunto com as entidades sindicais dos trabalhadores, e para que passe a vigir deverá obrigatóriamente, ser aprovado pelos empregados do banco.

§ 4º. O Quadro de Carreira aprovado na forma do parágrfo 3º deste artigo, deverá entrar em vigor no prazo máximo de 12 meses após a promulgação da Constituinte Estadual.

ART. 8 - Os bancos oficiais estaduais deverão criar, obrigatoriamente, Comitês de Crédito, de Licitação e de Recursos Humanos, com poder deliberativo, sendo todos os seus membros eleitos de forma direta pelo funcionalismo.

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº _____ DATA 14 /04 /89

AUTOR: PEDRO TONELLI ORIGEM: PT

DISPOSITIVO: _____

EMENDA: _____

ART. 9 - Os bancos oficiais estaduais deverão instituir a figura do Delegado Sindical, na proporção de 1 para cada 50 ou fração.

§ 1º. Os delegados sindicais deverão ser eleitos diretamente pelo funcionalismo da sua área de atuação.

§ 2º. Os delegados sindicais serão inamovíveis e terão estabilidade no emprego, durante o mandato e por mais dois anos.

§ 3º. A atuação dos delegados sindicais deverá constar em Regimento elaborado e aprovado pelo funcionalismo, atrvés de suas entidades sindicais.

ART. 10- As eleições de que tratam os artigos 4,5,8, e 9, serão promovidas pelos trabalhadores dos bancos oficiais estaduais, atrvés de suas entidades sindicais.

ART.11 - Os representantes eleitos pelos trabalhadores de que tratam os artigos 4,5,8, e 9, terão estabilidade no emprego durante o mandato mais 2 anos.

ART.12 - O regulamento das eleições de que trata os artigos 4,5,8 e 9, bem como os critérios para canditaturas, serão definidos pelos trabalhadores atrvés das suas entidades sindicais.

ART.13 - Terão estabilidade no emprego os funcionários que pertençam ao Quadro efetivo dos bancos estaduais até a promulgação da Constituição Estadual bem como os que virem a ser admitidos na forma do artigo 6.

ART.14 - O Conselho de Administração dos bancos oficiais estaduais terá ,obrigatóriamente, a representação dos guncionários, dos segmentos organizados da sociedade civil e do acionista majoritário, sendo que os 2 (dois) primeiros escolhidos através de votação direta e secreta coordenada pelas entidades sindicais dos trabalhadores.

ART.15 - A diretoria dos bancos oficiais estaduais deverá ser composta de, no mínimo, a metade de funcionários de carreira do próprio banco.

INDEXAÇÃO:

continuação pg. 5

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº _____ DATA 14 /04 /89

AUTOR: PEDRO TONELLI ORIGEM: PT

DISPOSITIVO: _____

EMENDA: _____

ART.16 - Os bancos oficiais estaduais e privados deverão permitir aos representantes dos trabalhadores o exame dos dados contábeis referentes aos gastos com pessoal, além dos apresentados nos balanços.

ART.17 - Todos os bancos oficiais estaduais facultarão a realização de reuniões no mínimo mensais, dentro dos locais de trabalho, entre empregados e representantes de suas entidades sindicais.

§ ÚNICO

As reuniões serão realizadas em local previamente designado, durante a jornada de trabalho e com duração de, pelo menos, uma hora, para a abordagem de temas pertinentes à categoria profissional, assim como todos os assuntos sindicais.

ART.18 - A partir da promulgação da Constituição Estadual, deverá, dentro de um prazo de 60 dias, o representante das instituições financeiras estaduais, convocar, obrigatóriamente, Assembléias Gerais extraordinárias, com o fim de incluir nos Estatutos Sociais, os pricípios estabelecidos nos artigos 4,5,6,9,14,15, e 17.

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

Emenda nº 2 - Dep. Pedro Torelli

3313

Do Assessor Financeiro Estadual

Entendemos ser matéria da Comissão Temática de Tributos, Orçamento e Finanças, pelo que, sugerimos, seja encaminhado a referida Comissão

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 04 DATA 14/04/89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Supressiva

Suprima-se o artigo 112 do anteprojeto.

Justificativa:

O mesmo já está disposto no artigo 23, IX da Constituição Federal e deverá ser incluido na seção específica da organização do Estado.

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989

Pedro Tonelli

Assembléia Legislativa do Paraná
PROTOCOLO
Nº 14 04 89
3315
FUNCIONÁRIO

INDEXAÇÃO:

Emenda nº 4 - Dep. Paulo Torres

3315

A relatoria é favorável a manutenção do ~~este~~ referido artigo — cabendo a possível constitucional, no processo de sistematização, decidir sobre a sua manutenção ou supressão

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 07 DATA 14/04/89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Aditiva

Inclua-se no capítulo da Ordem Econômica a seguinte seção:

Seção
DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. O Estado promoverá a defesa do consumidor mediante:

I - política governamental de acesso ao consumo e de promoção de interesses e direitos dos destinatários e usuários finais de bens e serviços;

II - legislação;

III - pesquisa, informação e divulgação, educação do consumidor, política de qualidade de bens e serviços, prevenção e reparação de danos ao consumidor;

IV - Defensoria Pública para o consumidor carente e Juizados Especiais de Pequenas Causas;

V - estímulo ao associativismo, inclusive mediante linhas de crédito específicas e tratamento tributário favorecido para cooperativas de consumo;

Apresentada
Protocolo 3318
Data 14/04/89
Rubrica

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº _____ DATA __/__/__

AUTOR: _____ ORIGEM: _____

DISPOSITIVO: _____

EMENDA: _____

VI - organização do abastecimento alimentar e promoção de moradias;

VII - fiscalização de preços e de pesos e medidas, observada a competência da União.

Órgãos públicos que, nas áreas de saúde, alimentação, abastecimento, assistência jurídica, crédito, habitação, segurança, serviços e educação, tenham atribuições de tutela e promoção dos destinatários finais de bens e serviços, integrarão, junto com entidades civis especializadas, o sistema estadual de defesa do consumidor, sob a coordenação de secretaria do Estado.

Art. A conivência ou envolvimento de qualquer servidor público, responsável pela fiscalização, com a sonegação de tributos e desrespeito à qualidade, especificações técnicas e às condições sanitárias de produtos ou estabelecimentos, sob sua responsabilidade fiscalizatória, direta ou indiretamente, importa em falta grave, punível com a demissão a bem do serviço público.

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 7 de
Pedro
Tonet

3318

NÃO Acatada, por
ser matéria, de ser regula
mentada pelo Congresso
Nacional (Código de
defesa do consumidor)
conforme artigo 48 CF

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 08 DATA 14/ 04/ 89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Supressiva

Suprima-se o parágrafo 1º do artigo 65, do anteprojeto.

Justificativa:

A supressão está sendo proposta porque contradiz o disposto no artigo 59,VII do mesmo anteprojeto.

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

PROT. 3319
DATA 14 04 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 8 - Dep. Paulo Tovchi

3319

NÃO acatada, por não haver contradição, uma vez que o ensino religioso é facultativo

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 09 DATA 14/04/89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Aditiva

Acrescente-se ao artigo 63 do anteprojeto, o seguintes parágrafos:

Art. - As funções de direção e coordenação nas instituições de ensino em todos os níveis e nas instituições de pesquisa serão preenchidas através de eleições pela comunidade da instituição respectiva, sendo garantida a participação de todos os segmentos dessa comunidade.

Art. O processo de eleição pela comunidade será regulado por estatuto ou regimento interno da Instituição de Ensino e não poderá sofrer interferência, nem intervenção do poder público, garantida a autonomia de todo o procedimento e a obrigatoriedade da nomeação dos eleitos, sem possibilidade de modificação pela autoridade pública.

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Paraná
PROT. 3320
Em 14/04/89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 3

NÃO Acatada, pela mesma estar inserida no Artigo 62

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 10 DATA 14 /04 /89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Aditiva

Acrescente-se após o artigo 56, mais o seguinte:

Art.
As pesquisas genéticas de reprodução humana em seres humanos serão avaliados caso a caso por uma Comissão Estadual interdisciplinar estabelecida para este fim pelo Sistema Único de Saúde, garantindo-se a representação da sociedade civil e do Movimento de Mulheres.

Sala de reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

Assembléia Legislativa - Paraná
PROT 3321
Em 14 04 89
FUNCIONÁRIO

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 10 - Dep. Pedro Tavares

3321

A emenda está contemplada no artigo 157

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 11 DATA 14 / 04 / 89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Aditiva

Acrescente-se após o artigo 56, o seguinte:

Art. -

A rede pública de saúde, pelo seu corpo clínico, prestará o atendimento médico necessário à prática do aborto, nos casos excludentes de antijuridicidade, previstos no Código Penal, assegurando-se ao médico a excusa de realizar o ato por razões de consciência ou na conformidade do Código de Ética Médica, não elidindo a responsabilidade da Instituição na realização.

Sala de reunião, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - PARANÁ
PROT. 3322
DATA 14 04 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 11 - Dep. Pedro Tonelli

3322

Emenda está contemplada no parágrafo único do artigo 156

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 14 DATA 14/ 04/ 89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Aditiva

Acrescente-se após o artigo 55 do anteprojeto, o seguinte:

"Art.

a lei disporá sobre as condições e requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa ou tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, vedado todo tipo de comercialização.

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

3325

Em 14 / 04 / 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 14 Dep Pedro Toaldi 3325

Não acatada, porque a legislação federal, disponha sobre a matéria, nos termos do artigo 133, parágrafo 4º/CF

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 15 DATA 14 / 04/89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Aditiva

Acrescente-se ao artigo 55 do anteprojeto o seguinte parágrafo:

"§ - o poder público poderá intervir, desapropriar ou expropriar os serviços de natureza privada necessários ao alcance dos objetivos do sistema."

Sala de reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

3326

14 / 04 / 1989

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 15
Dep. Pedro Toaldi
3326

Não Acatada, porque não está prevista na Constituição Federal, tais desapropriações e compete privativamente a União, legislar sobre a matéria

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 19 DATA 14 / 04 / 89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Modificativa

O artigo 24 do anteprojeto passa para as Disposições Transitórias, com a seguinte redação:

Art. Serão revistos pela Assembléia Legislativa, no prazo de um ano da promulgação desta Constituição, todas as doações, vendas, concessões, autorizações e permissões de uso de terras públicas com área superior a 50 hectares, realizados no período de 1º de janeiro de 1950.

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

Curitiba - Paraná
PROTOCOLO 3330
14 / 04 / 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda Nº 19

Dep. Pedro Tonelli

3330

NÃO ACATAMOS. por estar contemplada no artigo 14 — tendo como parâmetro a CF

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 22 DATA 14 / 09 / 89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Aditiva

Acrescente-se após o artigo 23, o seguinte:

Art. - O Estado criará, conforme dispuser a lei, o Sistema de Crédito Fundiário destinado às famílias de agricultores sem terra para aquisição de área não superior a dois módulos rurais.

Parágrafo Único - O Sistema deve ser financiado com recursos captados através dos Bancos Oficiais do Estado do paraná.

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

Assembléia Legislativa - Paraná
PROTOCOLO Nº 3333
Em 14/ 04 / 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 22

Dep. Pedro Tonelli

3333.

Não Acatada, porque o relator entende que os Assuntos de terra, o acesso à terra, deverá se dar através de Reforma Agrária abrangente

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 25 DATA 14/08/89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Aditiva

Acrescente-se após o artigo 22 do anteprojeto, o seguinte:

"Art. - Os órgãos oficiais, executores da Política Agrícola, somente atenderão os estabelecimentos agrícolas:

I- que cumpram sua função social;
II- cuja área não ultrapasse a cem hectares;
III- explorados por pessoas que tenham na agricultura sua principal atividade.

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

3336
14 04 89

29

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 25

Dep. Pedro Tonelli

3336

Não acatada, por ferir o princípio da isonomia

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 26 DATA 14/ 04/ 89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Aditiva

Acrescente-se após o artigo 22 do anteprojeto, o seguinte:

Art. A Política Agrícola a ser implementada pelo Estado deverá dar prioridade ao pequeno e médio produtor; à produção de alimentos através de sistemas de comercialização direta entre produtores e consumidores.

Parágrafo Único - Para efeito de Política Agrícola considera-se pequeno e médio produtor aquele que, pessoalmente, absorvendo a mão de obra familiar, trabalha área rural de até 100 hectares, sem o concurso de empregados permanentes, e tenha na agricultura sua principal atividade.

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte - Paraná
PROTOCOLO 3337
Em 14/ 04/ 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 26
Dep. Pedro Tonelli

3337

Não Acatada

já está contemplada no parágrafo 1º do artigo 22

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 27 DATA 14/ 04/ 89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Aditiva

Acrescente-se após o artigo 22 do anteprojeto, o seguinte:

Art. Os Bancos oficiais do Estado do Paraná serão obrigados a formar um Fundo, não inferior a 80% do valor destinado a investimentos, para financiar as ações de Política Agrícola previstas neste capítulo, conforme dispuser a lei.

Parágrafo Único - A destinação e aplicação dos recursos necessários à implantação das ações previstas neste capítulo, será feita com a participação dos pequenos e médios produtores rurais, através de suas respectivas entidades de classe.

INDEXAÇÃO:

Assembléia Legislativa do Paraná
PROTOCOLO Nº 3338
Em 14/ 04/ 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 27
Dep. Pedro Tonelli
3338

Emenda não acolhida, porque compete privativamente a União legislar sobre sistemas e fundos bancários

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 29 DATA 14/04/89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Aditiva

Acrescente-se após o artigo 22 do anteprojeto, o seguinte:

Art. - Compete diretamente ao Estado, através de ações e dotação orçamentária específica, garantir:

I - programas de crédito que assegurem a execução da política agrícola na forma prevista no artigo 272;

II - geração, difusão e apoio à implementação de tecnologias adaptadas às condições do Estado do Paraná, sobretudo da pequena produção, através de seus órgãos de assistência técnica e extensão rural, pesquisa e fornecimento de insumos e serviços;

III - mecanismos de proteção e recuperação de solos agrícolas;

IV - controle e fiscalização da produção, comercialização, transporte, propaganda e uso de agrotóxicos e biocidas em geral, visando a preservação do meio-ambiente e da saúde de trabalhadores rurais e consumidores;

V - manutenção de sistema de pesquisa, assistência técnica, extensão rural e fornecimento de insumos e serviços que dêem suporte aos objetivos da política agrícola;

VI - construção e manutenção de infra-estrutura física e social que garanta a produção agrícola e crie condições de permanência do homem no campo, tais como eletrificação, estradas, irrigação, drenagem, educação, habitação, saúde, lazer e outros.

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº_____ DATA __/__/__

AUTOR:_____ ORIGEM:_____

DISPOSITIVO:_____

EMENDA:_____

VII - Criação do Seguro Agrícola que forneça total garantia aos riscos da produção agropecuária dos pequenos e médios produtores, que produzem em estabelecimentos de até 100 hectares e que tenham na agricultura sua principal atividade, através de uma Companhia Seguradora Estadual;

VIII - o zoneamento agrícola considerando os objetivos e as ações da política agrícola previstas neste capítulo.

IX - Legislação específica e fiscalização do uso racional do solo, água, flora, fauna e da preservação ambiental;

X - Apoio á agroindustrialização.

§1º - O Estado estenderá os benefícios do crédito habitacional urbano, em sua alçada, para construção de habitações destinadas a pequenos produtores e trabalhadores rurais, vinculando o sistema de pagamento à renda verificada na atividade agrícola;

§2º - O Estado promoverá e coordenará o desenvolvimento integrado do meio rural, de acordo com as aptidões econômicas, sociais e com os recursos naturais, com a efetiva participação da sociedade;

§3º - O Estado promoverá ações periódicas de conhecimento da realidade e encaminhamento das soluções em relação ao trabalhador rural, especialmente o volante, contando com a efetiva participação do movimento sindical;

§4º - É dever do estado a normatização e fiscalização

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº _____ DATA __/__/__

AUTOR: _____ ORIGEM: _____

DISPOSITIVO: _____

EMENDA: _____

de pesquisa e manipulação de material genético oriundo de espécimes da fauna e da flora nativas do Estado."

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 29
Dep. Aedio Toneli

3340

Nº Acatada

A emenda está contemplada em vários artigos do texto

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 30 DATA 14/04/89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM: PT

DISPOSITIVO:

EMENDA: Supressiva

Suprima-se os incisos e parágrafos do artigo 22 do ante projeto da comissão.

Justificativa:

O conteúdo dos referidos incisos e parágrafos estão contemplados nas demais propostas de emendas que estamos apresentando. Ñão há razão para a manutenção dos mesmos.

Sala das reuniões, 14 de abril de 1989.

Pedro Tonelli

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte - Paraná
PROTOCOLO 3341
Em 14/04/89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 30
Dep Pedro Tonelli
3341

NÃO Acatada

Porque os incisos e parágrafos originais do texto já contemplam as emendas referidas

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 31 DATA 14 / 04 / 89

AUTOR: Pedro Tonelli ORIGEM:

DISPOSITIVO:

EMENDA:

Os artigos 12 a 21 do anteprojeto, passam a constituir seções específicas, não fazendo parte da seção "Política Urbana".

Sala de reuniões, 14 de abril de 1989.

Dep. Pedro Tonelli

Justificativa

Esta proposta visa apenas adequar os respectivos assuntos dentro do anteprojeto.

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte - Paraná
8342
14 04 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 31

Dep. Aecio Torchi

3342

NÃO Acatada

Caberá a Comissão Constitucional a referida sistematização

k

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 33 DATA 14/04/89

AUTOR: DEPUTADO HOMERO OGUIDO ORIGEM: PMDB

DISPOSITIVO: Inclua-se onde couber

EMENDA: Ao Ante projeto da Comissão da Ordem Econômica e Social

Art-2.....CRIAÇÃO DE CÓDIGO AMBIENTAL

A Constituinte Estadual garantirá a elaboração de um Código Ambiental orientado por pessoal competente das Universidades através do CPTA (Arti-3), Órgãos de Pesquisa e Ensino, além de autoridades jurídicas econômicas e fiscais.

- Serão reconhecidas mais de 10 categorias vegetacionais, além das cultivadas e expontâneas vicarias, existentes no meio rural e urbano.

- Essas importantes categorias chamadas comunidades estagiais terão também seus valores ambientais reconhecidas conjuntural e definitivamente no que se refere a segurança a) Climática (manutenção de macro climapropício ao bom regime de águas e mais livres de secas e enxurradas, assoreamentos, enchentes e calamidades)

b) Edáfica: defesa contra poluição de águas através as margens de rios, erosões, infertilizações, etc.

c) Florística e faunística-assegurando maior sucesso e durabilidade da exploração rural

d) Político Rural, conferindo maiorsaúde e economia à população e consequente maior força e segurança de Soberania Nacional.

- Os estudos das categorias referidas, servirão de base para implantação de uma mais correta e precisa Educação Ambiental, ao alcance de todo o povo e setores de Ensino, Extenção, Crédito, Tributação e Legislação e Política interna ou externa.

INDEXAÇÃO:

Assembleia Legislativa - Paraná
PROTOCOLO nº 3344
Em 14/04/89
FUNCIONÁRIO

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº _____ DATA 14/04/89

AUTOR: Deputado HOMERO OGUIDO ORIGEM: PMDB

DISPOSITIVO: Inclua-se onde couber

EMENDA: Ao Ante Projeto da Comissão da Ordem Econômica e Social

Justificativa ART. 2

- A aplicação de leis sobre florestas naturais, matas e outras comunidades vegetacionais em evolução ou em recuperação visa dar as terras um maior alcance social em sua utilização tanto no ambiente rural como no urbano.

- A partir do contido no artigo 2 - poder-se-á obter mais rápida, correta e dinâmica recuperação de matas, florestas e demais formas de vegetação, no favorecimento duma ecologia mais equilibrada.

- Com este artigo há melhores chances para superar leis injustas e inadequadas pelos efeitos às vezes inócuos outras vêzes maléficos, como algumas leis municipais e federais (cod. florestal)

Incentivos fiscais que favorecem desmatamentos de florestas heterogênicas bem brasileiras.

- Melhor encaminhamento para a reorganização das atividades rurais para um progresso mais consentâneo com a verdadeira evolução da humanidade.

Sala das comissões, 14 de 04 de 1989.

INDEXAÇÃO:

Deputado HOMERO OGUIDO

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 34 DATA 14 /04 /89

AUTOR: Deputado Homero Oguido ORIGEM: PMDB

DISPOSITIVO: Inclua-se onde couber

EMENDA: AO ANTE-PROJETO DA COMISSÃO DA ORDEM ECONOMICA E SOCIAL

Art... - CRIAÇÃO DO CPTA - RG. SUL

A Constituição Estadual, reconhecendo a importância da Preservação e Recuperação Ambiental em todos os ambientes Rurais e Urbanos, apoiará de todas as formas a criação do Centro de Pesquisas e Treinamento Ambiental .... "CPTA" do Paraná.

§1 - A CPTA terá como vínculo e orientação inicial e principal a UFPR, e coordenadas pelas demais Universidades e Órgãos de Pesquisa existentes no Estado.

§2- O Centro será instalado em área apropriada, próxima a Universidade Federal, ~~em área apropriada~~, cedida pelo Estado, Municipio, Federação, equipado com pessoal e técnicos nacionais (das áreas de Agronomia, Eng. Florestal e Biologia equitativamente, além de pessoal auxiliar de nível superior de outras áreas), c/ dotações das Universidades, Federação, Estado e Municipios, além de subsídios oficiais e particulares, nacionais ou estrangeiros, além do uso de áreas (em diversas regiões) públicas e particulares do território nacional.

§3- Os objetivos do Centro constarão dos seguintes ítens:

a) Aqueles contidos no artigo 2 do presente anteprojeto.

b) colocar além dos Parques e Reservas Florestais a Agropecuária ou o uso do Solo Rural e Urbano em mais perfeita consonância com os requisitos de equilíbrio amb

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº_____ DATA __/__/__

AUTOR:_____ ORIGEM: _____

DISPOSITIVO:_____

EMENDA:_____

biental através de um racional uso do solo, comunidade espontâneas e outras manifestações vegetacionais.

c) Colocar o Ensino , a extensão rural e urbana, a lei e a tributação e as empresas destes setores em maior consonância com os avanços da Pesquisa das Universidades e órgãos de Pesquisa e no uso de tecnologia nacional em avanço.

d) Proteção a todas as formas de Florestas deturpadas e artificializadas em recuperação (Subséres), enfim toda a vegetação em Comunidade ou Comunidade Estagial de Erbácea a Arbórea nativas ou expontâneas e cultivadas Vicarias que possam ser melhor estudadas em seus valores ambientais, de controle à erosão, climas e economia de águas interestaduais e mundiais, etc.

§4- Este artigo visa assegurar enfim superamento de graves problemas nacionais e internacionais - porquanto nem só as florestas podem assegurar melhores ambientes -mas todo um contesto de Comunidades Naturais Cultivadas e Expontâneas.

§5- Visa assegurar também cada vez melhores políticas de produção de melhores leis e melhor e mais justa tri

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº_____ DATA ___/___/___

AUTOR:_____ ORIGEM: _____

DISPOSITIVO:_____

EMENDA: _____

butação, além de contribuir decisivamente na Economia e Bem Estar do Povo e da Nação.

Sala das Comissões, 14 de abril de 1.989

HOMERO OGUIDO
DEPUTADO ESTADUAL

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 35 DATA 14/ 04/ 1989

AUTOR: DEPUTADO HOMERO OGUIDO ORIGEM: PMDB

DISPOSITIVO: Inclua-se onde couber

EMENDA: Ao Ante Projeto da Comissão da Ordem Econômica e Social

Artigo 01

O Estado do Paraná considera o ambiente como problema de importância regional a internacional, devendo, por isso ser tratado com rigor e presteza em todas as áreas rurais e urbanas, oficiais e particulares.
- Visa desta forma, sustar qualquer procedimento inadequado contra os ambientes, e consequentemente, antes do estabelecimento de novo Código Ambiental toma as seguintes providências.

1- Definir o "Uso Social da Terra", como o que se faz racional e adequadamente, nas áreas de exploração ou ocupação, de modo a não poluí-las ou degradá-las, mas que contribua para mantê-las férteis e naturais de modo a garantir melhores macro e microclimas, comunidades vegetacionais, flora e fauna, além de garantir melhor suprimento de águas para energia, consumo e produtividades de bens e alimentos, através de mineração e agropecuárias voltadas para a satisfação e bem estar da sociedade, de cuja fortaleza - depende a Soberania Nacional.

2- Proibir e multar as cominações, com 5 a 100 salários mínimos por árvore ou ha, respectivamente, a derrubada,a queimada os plantios e extrações executadas sem autorização e detenção por 6 meses a 5 anos, em caso de reincidência e nos casos em que tais agressões aconteçam:

Em florestas virgens

Em florestas secundárias

Em subseres com vegetais autóctones ainda não exploradas

Em margens de cursos d'água conforme Cod. Florestal ou Ambiental vigente

Em Terras interditadas por serem impróprias à exploração ou culturas pelos órgãos competentes.

INDEXAÇÃO:

Assembléia Legislativa - Paraná
PROTOCOLO Nº 3346
Em 14/ 04/ 1989
FUNCIONÁRIO

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº _____ DATA 14/04/1989

AUTOR: DEPUTADO HOMERO OGUIDO ORIGEM: PMDB

DISPOSITIVO: Inclua-se onde couber

EMENDA: Ao ante projeto da Comissão de Ordem Econômica e Social

Em Terras ou zonas marginais

Em áreas de preservação permanente

3- Até a aprovação da lei ordinária estadual ou federal, será admitida apenas a cultivação de áreas já exploradas, nas propriedades antigas e no máximo 75% da propriedade, desde que não atinjam as áreas constantes no § 2 ou anterior.

4- Para garantir o retorno ao ambiente mais natural e produtiva, toda a riqueza que lhe é subtraída, o solo será preservado com maior potencialidade e o subsolo e demais camadas subjacentes pertencerão ao povo do Estado do Paraná que passará a gerir através seus representantes estaduais.

Justificativa

5- A carta estadual dará aos governos melhores possibilidades para a aplicação de uma melhor política em torno da Pesquisa, Educação, Extensão, Legislação e Tributação para o meio Rural e Urbano, favorecendo assim a sociedade, com uma natureza eternamente mais dadivosa e equilibrada e em acordo com os interesses mais sensatos de um povo.

Sala das Comissões 14.04.89

Dep. HOMERO OGUIDO

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emendas 33, 34, 35

Dep. Homero Ogiado

As referidas emendas estão parcialmente inseridas no texto do projeto anterior, assim como alguns artigos serão objeto de legislação ordinária

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 38 DATA 14 / 4 / 89

AUTOR: PAULO FURIATTI ORIGEM:

DISPOSITIVO: p/ COMISSÃO "DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

EMENDA: ADITIVA ao ARTIGO SOB Nº 181

Na parte relativa aos ÍNDIOS ACRESCENTE-SE A SEGUINTE EMENDA

" Art. - O Estado adota todos os principios estatuidos na Constituição Federal acerca das populações indígenas e, ressalvada a competência da União para legislar sôbre a matéria, se dispõe a com ela colaborar estendenddo aos índios existentes em seu território os benefícios estabelecidos nesta Constituição relativos à proteção ao meio ambiente, educação, cultura, saúde, saneamento, previdência social, agricultura, segurança e justiça.

§1º O Estado, mediante acordos ou convênios firmados com a União Federal ou com a entidade ou orgão que a represente, colaborará na demarcação das terras indígenas existentes em seu território." Tal dispositivo não colide com a Carta Federal

JUSTIFICATIVA

É fundamental que o Estado do Paraná reforce o contido na Constituição Federal, no que toca às populações indígenas e asim, participe ativamente, junto com as demais esferas do Poder / Público, no esforço de se ver garantidos os direitos dos índios. Tal dispositivo longe de colidir com a carta federal, pelo contrário, com ela se harmoniza. "

Dep. Estadual
PAULO FURIATTI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PR

Assembleia Legislativa - Paraná
PROTOCOLO 3349
Em 14 / 04 / 89

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 38
Dep. Furcatti

3343

NÃO Acatada

Porque no artigo original a emenda está contemplada por seus objetivos integrarem o patrimônio cultural e ambiental estadual.

O parágrafo confunde, porque a competência é da União

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

Nº 39

Sugestão à Comissão Temática da Ordem Economica e Social.

Inclua-se onde couber:

Art...

Incumbe à Policia Militar Prevenir, reprimir e autuar as atividades que agridam ao meio ambiente, autuando os infratores e adotando outros procedimentos legais que cada caso exija.

Justificativa

...Em anexo

Orlando Pessuti Deputado Estadual

3350
14 04 89

"JUSTIFICATIVA"

A Polícia Militar do Paraná, através de seus Batalhões, em especial o Batalhão de Polícia Florestal, tem participado ativamente na preservação da fauna e da flora.

Em muitas ocasiões, a Polícia Militar tem sido empenhada em apoio a outros órgãos, a pedido destes (ITCF, IBDF, SUDEPE), visto que a presença do elemento fardado nestas situações e condição imprescindível no que tange à segurança. Frise-se que a presença do elemento fardado é fator inibidor de ações ilícitas por parte das pessoas.

Há um fator, entretanto, que se torna desestimulante e enfraquecedor da ação policial: o policial não pode multar o infrator no momento em que se constata a infração. A multa, aliada a farda e à arma, completam-se, representando um fator inibidor de novas infrações.

Observem-se situações idênticas:

1. O que faria o policial de trânsito sem o bloco de multa ?
   (Há delegação do DETRAN).

2. O que faria o policial rodoviário sem o bloco de multa ?
   (Há delegação do DER).

Verifica-se que a situação da PMPR no que tange à proteção ambiental é identica. Há necessidade de o policial poder autuar os infratores, alé, de outras medidas que cada caso venha a exigir.

Não se deseja tomar espaço de ninguém, o que se pretende é definir atribuições. Constata-se que no Paraná o DER executa a parte técnica; a Polícia Militar executa o policiamento, através do Batalhão de Polícia Rodoviária.

Constata-se, ainda, que no Paraná o DETRAN executa a parte técnica; a Po

lícia Militar executa o policiamento. Não se tem notícia de qualquer atrito no que tange a atribuições entre Polícia Militar, DER e DETRAN.

A definição de atribuições entre ITCF e Polícia Militar é necessária e urgente.

Analisando os exemplos citados, PMPR/DETRAN/DER, pode-se assegurar que o relacionamento entre PMPR/ITCF será ainda melhor no momento em que as atribuições forem definidas.

O Estado do Paraná, certamente será o grande vencedor, pois a preservação do ambiente será feita com muito mais ênfase, fato que propiciará mais saúde para a população, mais progresso e o que é mais importante: o futuro dos paranaenses será possível, verde, límpido, potável, com gorjeios de pássaros e sem erosão. Haverá vida.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 33
Dep. O. Bossetti
3350

Não Acatada por ser matéria de legislação ordinária — de competência da comissão da organização do Estado e Municípios

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 40 DATA / /

AUTOR: **DEPUTADO LINDOLFO JUNIOR** ORIGEM: **PMDB**

DISPOSITIVO: **EMENDA DO ANTE=PROJETO DA COMISSÃO TEMÀTICA DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL .**

EMENDA: **INCLUA=SE APÓS O ARTIGO ...**

ART... " AS ESCOLAS PUBLICAS DA REDE OFICIAL DO ENSINO DE 1 e 2 GRAUS, DEVERÃO TER COMO INSTRUMENTO DE APOIO AO ENSINO E PESQUISA , EM SUA AREA FISICA , BIBLIOTECAS ESCOLARES COM O ACERVO ATUALIZADO E ADEQUADO AS NECESSIDADES DE SEUS USUA= RIOS E COM RESPONSABILIDADE TECNICA DE PROFISSIONAL GRADUADOS EM BIBLIOTECONOMIA NUM PRAZO MAXIMO DE IMPLANTAÇÃO DE 06 (SEIS) ANOS .

DEPUTADO LINDOLFO JUNIOR

S.P.

INDEXAÇÃO:

14

3351

04 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 40

Dep. Rudolfo Jr.

3351

Contemplada no inciso IX do Artigo 60

C

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 42 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL;

EMENDA: Acrescenta o § II - no artigo 22, do dispositivo "POLITICA AGRICOLA" do Ante Projeto de Constituição Estadual.

§ - II - Fica instituído o Fundo de Apoio e Promoção ao Pequeno Produtor Rural, a ser formado por taxas adicionais dos ICMs de produtos agrícolas, a serem fixadas em Lei Complementar, além de parcelas de Fundos Federais e recursos orçamentários federais, estaduais e municipais.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

INDEXAÇÃO:

3353
14 04 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 421

Dep. Antº Barbosa

3353

A emenda está contemplada no parágrafo 1º do artigo 22.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 43 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

EMENDA: Onde couber.

_____ Observada a Lei Federal, o Estado promoverá todos os esforços no sentido de implementar a reforma agrária.

§ 1º - As terras de poder do Estado serão imediatamente aproveitadas para assentamento de trabalhadores rurais.

§ 2º - Seus órgãos e recursos afins devem ser colocados a serviço, em caráter complementar aos organismos federais e municipais, no sentido de viabilizar os assentamentos no Estado.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

INDEXAÇÃO:

3354

14 04 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 43

Dep Antº Barbosa

3354

Emenda contemplada na Lei da Política Agrária

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 46 DATA / /

AUTOR: Deputado ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

EMENDA: Acrescenta os § I, II e II no artigo 50 no dispositivo da Ordem Social das Disposições Gerais.

§ - I - No caso de morte de Prefeito Municipal no exercício de mandato, a viúva receberá uma pensão no valor de 50% do salário correspondente ao cargo, excetuando as vantagens inerentes à função de prefeito municipal.

§ - II - Lei ordinária regulamentará a matéria, abrangendo inclusive o período anterior ao atual mandato de prefeitos municipais em exercício.

§ - III : O benefício será concedido durante todo o tempo em que perdurar o estado de viuvez.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

INDEXAÇÃO:

14 04 3357 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PAREECER

Emenda nº 46
Dep Antº Barbosa
3357

NÃO Acatada

Matéria da comissão temática da Organização do Estado e Municípios

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 47 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

EMENDA: Acrescenta-se onde couber

- Serão estatizadas as serventias do foro judicial, assim definidas em lei, respeitados os direitos dos atuais titulares.

§ ÚNICO - É proibida a permuta, transferência recíproca ou qualquer outro ato que frustre a estatização prevista neste artigo, entre titulares das serventias do foro judicial, nos (5) cinco anos anteriores à aposentadoria de qualquer deles.

Assembléia Legislativa - Paraná
PROTOCOLO Nº 3358
Em 14 / 04 / 1989
FUNCIONÁRIO

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O **caput** do artigo proposto repete o dispositivo do art. 31 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

A estatização das serventias do foro judicial é medida que se impõe para a melhoria dos serviços forenses, com uma tramitação mais rápida dos processos e, conseqüentemente, uma prestação jurisdicional mais célere. Ocorre que esse objetivo constitucional vem sendo frustrado pelos atuais titulares das serventias em apreço, tendendo a tornar-se letra morta, eis que os mesmos, quando localizados em serventias das comarcas das cidades maiores, às vésperas de se aposentarem, permutam com colegas de comarcas menores, a quem normalmente ainda falta muito tempo para se aposentar, numa verdadeira negociata, impedindo, assim, que a estatização se concretize.

A norma proposta como parágrafo único do artigo viria a por cobro a essa manobra inibidora da eficácia do preceito constitucional.

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emendas nº 47/48/49

Dep. Antº Bertoni

3058

NÃO Acolhida 3

Matéria da Comissão da Org. Estado e Municípios

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 48 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

EMENDA: Onde couber.

- A escolha de desembargadores, juízes do Tribunal de Alçada, - Procurador Geral do Estado, presidente de Banco Oficial e de Desenvolvimento, Presidentes de empresas de ecocomia mista deverão ter aprovação da Assembléia Legislativa.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

INDEXAÇÃO:

14

3359
89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 49 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

EMENDA: Onde couber.

- Os pedidos de empréstimos a órgãos financeiros internacionais solicitados pelo Estado deverão ser acompanhados de projetos detalhando a sua aplicação e somente poderão ser autorizados após comprovada inadiável tal necessidade.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

INDEXAÇÃO:

PROTOCOLO 3360 14 04 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 50 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: Acrescenta § Unico no Artigo 45, do Ante Projeto da Constituição Estadual em seu dispositivo de Ordem Economica e Social.

EMENDA:

§ UNICO - Compete ao Governo do Estado assistir a comunidade rural ofertando ensino de 1º Grau à clientela na faixa de 6 a 14 anos de idade.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

INDEXAÇÃO:

Assembléia Legislativa do Paraná
PROTOCOLO
Em 14 04 / 1989
3361

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 50
Dep. Art. Bertaru
3361

Emenda já contem pland
nas seções da Educação
e Política Agrícola

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 51 DATA / /

AUTOR: Deputado ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: PMDB.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL.

EMENDA: Acrescenta o item V, no artigo 145, do Dispositivo "DA HABITAÇÃO" do testo do Ante Projeto da nova Constituição Estadual.

V - O funcionário público estadual e municípal, bem como o funcionário público federal estatutario ou contratado em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ficam isentos do pagamento das taxas de inscrição, registros de contratos, transferencia quando adquirido o imovel de terceiros, bem como do registro da escritura pública, quando o imóvel estiver totalmente quitado, sendo este beneficio concedido uma unica vez.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual.

ASSE... Parecer
PRO... 3362
Em 14/ 04 / 89
FUNCIONÁRIO

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 51
Dep. Antº Bertoncini
3362

NÃO ACEITOU, por ser
Matéria da Comissão
da organização do Estado
e Municípios — aos
direitos dos servidores
públicos do estado e
municípios

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 52 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: PM.D.B.

DISPOSITIVO: Acrescenta §Unico, no Artigo 48º das Disposições Transitorias do Ante Projeto da Constituição Estadual em seu Dispositivo - da Ordem Economica e Social.

EMENDA:

§ - UNICO - O Estado promoverá e coordenará o desenvolvimento integrado no meio rural, consonante com as aptidões econômicas, sociais e dos recursos naturais, nele mobilizando todos os recursos - do setor público, em perfeita sintonia com a atividade privada e mediante a elaboração de Planos de Dessenvolvimento Ru-- ral Integrado a nível de municípios, regiões e Estado, com a efetiva participaçãp da sociedade na identificação dos óbices ao desenvolvimento,nas propostas de solução e execução dos - Planos.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

INDEXAÇÃO:

14

3363
89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 52
Dep. Antº Barbara
3363

Emenda contemplada
na fase da Política
Agrícola e no capítulo
da ordem Econômica

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 53 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONOMICA E SOCIAL.

EMENDA: Acrescenta-se o Item III no artigo 20 do Ante Projeto de Constituição Estadual.

III - As tarifas dos serviços prestados pelas empresas em que o Estado é acionista majoritário, somente poderão ser aumentadas através de mensagem encaminhada ao Poder legislativo Estadual, acompanhada de ampla justificativa.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Os usuários dos serviços públicos estaduais constantemente assistem aos aumentos de taxas e tarifas dos serviços prestados por empresas cujo controle pertence ao Estado, muitas vezes sem justificativas plausíveis.

O Deputado, que por vontade soberana do Povo é o representante legítimo das aspirações de cada cidadão, torna-se por direito o seu defensor, por isso a Assembléia é o foro legal onde estes aumentos devem ser discutidos e aprovados.

INDEXAÇÃO:

Assembléia Legislativa do Paraná
PROTOCOLO 3364
Em 14/04/89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 53

Dep. Antº Bertoia

3364.

NÃO Acatada

Porque os referidos tarifas, obedecem critérios federais

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 55 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM:

DISPOSITIVO: ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

EMENDA: Acrescentar onde couber.

- A construção de hidrelétricas em rios divisórios com outros Estados somente será permitida com aprovação da Assembléia Legislativa.

- Somente será permitida a construção de hidrelétricas em áreas - limítrofes após cumpridas as seguintes exigências:
  1º - Total indenização aos ocupantes da área, seja por inundações ou construções.
  : As indenizações serão efetuadas em moeda corrente.

  A fixação dos valor dos "royaltys" a serem pagos aos cofres do Estado pelo uso do solo a ser alagado.
  = Os pagamentos dos "royaltys" será rateado proporcionalmente oas municípios de acordo com a área ocupada.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

14 04 3366 89

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 55
Dep. Antº Bertaria
3366

NÃO ACOLHIDA

Já está contemplada, em termos, na emenda 54, do mesmo autor
Dep. Antº Bertaria

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 56 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO:

EMENDA: Acrescentar onde couber

- As competências constitucionais do Poder Legislativo serão indelegáveis.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte Paraná
14 04 89 3367

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 56
Dep Antº Bortara
3367

NÃO Acatada, por ser matéria das comissões da org. dos Poderes.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 57 DATA / /

AUTOR: Deputado ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

EMENDA: Acrescenta-se onde couber.

- As áreas para implantação de projetos de reforma agrária ou assentamentos serão indicadas exclusivamente pelo Estado.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

É ainda lembrada com certa jocosidade a determinação do governo federal de incluir o município de Londrina e outras regiões altamente produtivas como áreas prioritárias para a reforma agrária, demonstrando grave desconhecimento da real situação de nosso Estado.

Para evitar estes acontecimentos, nada melhor que o próprio Estado determinar os locais para implantação dos projetos de reforma agrária.

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte - Paraná
Protocolo 3368
14 04 81

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 57
Dep Art. Bertoia
3368

NÃO Acatada, porque compete apenas ao Estado desapropriar e definir áreas p/ Assentamento de Agricultores

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 58 DATA / /

AUTOR: Deputado ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONOMICA E SOCIAL.

EMENDA: Acrescenta-se os Paragrafos 1º, 2º, e 3º no Artino 33 do Ante Projeto da Constituição Estadual.

§ - 1º - Os empréstimos agrícolas realizados aos proprietários rurais, independente da extensão da propriedade, somente serão concedidos - após comprovação da existência de, no mínimo, 20% da área da propriedade estar ocupada por reserva florestal, ou projeto de reflorestamento em execução.

§ - 2º - A área ocupada com florestas ou com projeto de reflorestamento - dentro da respectiva propriedade não precisa ser contínua.

§ - 3º : Em reflorestamento às margens dos rios, riachos ou bacias, somente serão permitidas plantas nativas da respectiva - região.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O equilíbrio ecológico acha-se ameaçado pela ação depredadora do homem que, indiferente aos danos que provoca, continua devastando grandes extensões de terra. Urgem sejam tomadas medidas para que sejam preservadas as mínimas condições de vida para que as futuras gerações possam respirar um ar puro, possam ver peixes correndo em rios cristalinos, possam ter assegurado o direito de viver.

Assembléia Legislativa - Paraná
Protocolo nº 3369
14 / 04 / 89

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PAREECER

Emenda nº 58
Dep. Antº Barbosa
3369

NÃO Acatada

já contemplada no artigo 103 do capítulo do Mpio subsecente

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 59 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL;

EMENDA: Acrescenta § - UNICO - no artigo 51, do Ante Projeto da Constituição Estadual.

§ - UNICO - O Estado garantirá a participação efetiva do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no planejamento e execução das ações de saúde e em todos os aspectos relacionados com o interesse social e econômico dos pequenos produtores e - trabalhadores rurais.

ANTONIO BARBARA
Deputado Estadual

INDEXAÇÃO:

Paraná
3370
14 04 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 53
Dep. Antº Bertoncini
3370

NÃO ACATADA

Emenda já contemplada genericamente no Artigo 54, inciso III da Lei da Saúde.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 60 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: DO MEIO AMBIENTE

EMENDA: Acrescenta-se onde couber

- Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.
  § ÚNICO: Considera-se meio ambiente o conjunto de condições, influências e interações de ordem física, química e biológica que abrigue, regule ou permita o desenvolvimento da vida em todas as suas formas.

- Para assegurar a efetivavidade deste direito, compete ao Estado do Paraná , no prazo de 120 dias a contar da promulgação desta, editar Lei Complementar de Defesa do Meio Ambiente, na qual serão contemplados todos os seus elementos fundamentais: solo, água, ar, fauna e flora.

- A Lei Complementar a que se refere o artigo anterior, obedecerá aos princípios básicos expedidos nos párágrafos a seguir:
  § 1º - O sistema legal de defesa dos recursos naturais renováveis e meio ambiente será constituído dos preceitos desta Constituição, da Lei Complementar de Defesa do Meio Ambiente a ser editada e das leis complementares vigentes e não conflitantes com esta disposição, além de leis que venham e ser editadas.
  § 2º - O uso regular da propriedade pública ou privada, bem como a fruição dos recursos naturais cingir-se-á às normas protecionistas.
  § 3º - Nenhum exemplar de qualquer espécie da flora ou da fauna nativa será abatido sem prévia autorização do órgão competente.
  § 4º - Declaram-se áreas de interesse estadual a Floresta Atlântica, a Serra do Mar, A Região Costeira, os remanescentes do Cerrado, a Serra do Cadeado, a Serra da Esperança, os Campos de Palmas e os mangues litorâneos. As florestas e outros ecossistemas das áreas supra-citadas, protetoras da fauna silvestre e aquática, não são passíveis de qualquer espécie de exploração.

Assembléia Legislativa - Paraná
PROTOCOLO Nº 3371
Em 14 / 04 / 1987

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº_____ DATA __/__/__

AUTOR: ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO:

EMENDA:

§ 5º - A exploração da **Araucária angustifolia** (Pinheiro do Paraná) e de outras espécies nobres será tratada em capítulo próprio da Lei Complementar, de modo a assegurar-se a sua conservação e restauração na maior amplitude possível. O manejo sustentado de qualquer espécie, de igual modo, será regulado pela Lei Complementar.

§ 6º - O Estado manterá, em Unidades de Conservação de domínio público, bancos genéticos que contemplem todos os ecossistemas do seu território, bem como criará parques marinhos de proteção e centros de produção e reintegração da Fauna, além de desenvolver a pesquisa para combate biológico de pragas.

§ 7º - As matas ciliares marginais aos cursos d'água são reservas permanentes, insuscetíveis de exploração, na largura igual à do curso d'água em cada lado, nunca inferior a 30 (trinta metros). Nos lagos e represas, de igual modo, terão que ser mantidas matas ciliares em suas margens, com largura compatível com sua área.

§ 8º - Fica proibido no Estado do Paraná o desmatamento da floresta nativa, para qualquer fim. Não se aplica tal dispositivo nos casos de florestas implantadas para fins industriais ou comerciais, exceto quando situarem-se em regiões ou locais de preservação permanente ou declaradas de utilidade pública.

§ 9º - O reflorestamento com essências exóticas e nativas, quer de caráter econômico quanto para fins protecionistas, será regulado pela Lei Complementar, atendidos os interesses regionais ou municipais.

§10º - Os danos ao meio ambiente causados por acidente no transporte de produtos ou substâncias tóxicas nocivas, sujeitarão o transportados às perdas e danos. A Lei Complementar definirá os procedimentos executórios deste preceito.

§11º - A produção, comercialização, manipulação, utilização, cadastramento e fiscalização de produtos químicos industriais, agrotóxicos, produtos domo-sanitários e afins, serão regulamentados por leis complementares, preservadas

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº_____ DATA __/__/__

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: P.M.D.B.

DISPOSITIVO: _____

EMENDA: _____

as disposições legais vigentes que não colidirem com esta Constituição.

§ 12º- Quando constatada em estabelecimentos industriais, comerciais, agrícolas ou de qualquer outra natureza, a não - existência de meios necessários de proteção ao meio ambiente, e houver recusa do proprietário em executá-los, caberá ao Estado tal Execução, mediante indenização inte-- gral por parte daquele.

§13º - A infração aos dispositivos do Sistema Legal, sujeitará o agente a pena que represente concretamente um desestímulo ao descumprimento da lei.

§14º - O Estado promoverá a Educação Ambiental, formal e infor-- mal, a qual será obrigatória em todos os níveis de ensino.

§15º - Para a implementação de ações visando à proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento de planos de recomposição - florestal para fins econômicos e ecológicos, será assegurado anualmente no orçamento do Estado um percentual nunca inferior a 5% do valor total aprovado.

§16º - Quando da criação de Unidades de Conservação, como forma de compensar os danos ambientais causados por obras e - serviços públicos e privados, deverão os responsáveis pelos danos dotá-las da infra-estrutura adequada para sua administração, antes de repassá-las à responsabilidade - do Estado ou município.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 60
Dep. Antº Britto
3371

NÃO Acatada

Emenda já contemplada
no capítulo do meio
ambiente

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 62 DATA / /

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: PMDB

DISPOSITIVO:

EMENDA: Acrescenta o §4º no Artigo - 60 do Ante Projeto da Constituição Estadual no dispositivo da Ordem Economica e Social.

§ - 4º - O estudante de 2º Grau que comprovar em carteira de Trabalho ou similar, que exerce uma atividade remunerada e que contribui no orçamento familiar ou para sua própria subsistencia no periodo diurno, caberá ao Governo do Estado assegurar vaga em curso de periodo noturno em escola da rede públics estadual.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1989.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual.

Assembléia Legislativa - Paraná
PROTOCOLO Nº 3373
Em 14/04/89
FUNCIONÁRIO

INDEXAÇÃO:

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 62
Dep Antº Bertasa

3373

NÃO ACATADA
já contemplada parcialmente na ~~legislação~~ legislação da ~~Educação~~, no artigo 60, inciso III

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 63 DATA / /

AUTOR: Deputado ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: PMDB

DISPOSITIVO: ORDEM ECONOMICA E SOCIAL

EMENDA: Acrescenta § UNICO no Artigo 50 do Ante Projeto da Constituição Estadual.

§ - UNICO: - Nos Conjuntos Habitacionais já construidos pelo Sistema Financeiro da Habitação (SHF) ou os que vierem a ser construidos com mais de 300 unidades (casas ou apartamentos) fica obrigatório a implantação pelo Governo Estadual, da implantação de Cursos de 2º Grau podendo ser aproveitada as dependencias das escolas já existentes no local, e que funcionam apenas com o 1º Grau.

ANTONIO BÁRBARA
Deputado Estadual.

INDEXAÇÃO:

Em 14

3374 / 89

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 63

Dep Antº Bufara

3374

NÃO Acatada

Já contemplada na Lei da Educação

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

EMENDA Nº 64 DATA / /

AUTOR: Deputado ANTONIO BÁRBARA ORIGEM: PMDB.

DISPOSITIVO: ORDEM ECONOMICA E SOCIAL.

EMENDA: Acrescenta o § - 3º no Artigo 54, do Ante Projeto da Constituição Estadual.

§ - 3º - Em municípios cujo numero de habitantes for superior a 10 (dez) mil, caberá ao Estado construir postos de assistencia médica e odontologica, bem como oferecer orientação sanitária e planejamento familiar para amplo atendimento e esclarecimento à comunidade.

ANTONIO BARBARA
Deputado Estadual.

INDEXAÇÃO:

PROTOCOLO - PONTA GROSSA
PROTOCOLO 3375
14 04 87

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

PARECER

Emenda nº 64
Dep Antº Bonsera
3375

NÃO Acatada

já contemplada na
Lei da Saúde e no
capítulo dos direitos
da mulher.

Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência do Senhor Deputado Constituinte Rafael Greca de Macedo, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente Reunião de Audiência com o tema relativo ao ÍNDIO. O Senhor Deputado Relator Haroldo Ferreira, esclareceu que esta Reunião de Audiência, apesar de ser realizada após a entrega do Ante Projeto desta Comissão, o qual tem um Capítulo referente ao Índio, não - ficará desapercebido. Os trabalhos continuarão em nova fase, na Comissão Constitucional, onde haverão discussões e poderá, inclusive, ser modificado o texto do referido Capítulo. A presente Reunião de Audiência, contou com a presença dos seguintes convidados palestristas: Profª. Cecília Maria Vieira Helm, Antropóloga da Universidade Federal do Paraná, representando o Magnífico Reitor desta Instituição, bem como o Secretário da Cultura, Dr. René Dotti; Dr. Carlos Frederico Marès de Souza Filho, Ex Presidente da Fundação Cultural de Curitiba e Procurador do Estado do Paraná; Dr. José João de Oliveira, Sociólogo da FUNAI; Dra. Kimie Tomazine representando o Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina; - Dr. Batisteli, Superintendente da FUNAI da Região Sul do Estado do Paraná; Dr. Carlos Severo; Sr. Lúcio Flores, Índio Terena; Sr. Pedro Cornélio, Presidente do Conselho Indígena de Guarapuava; Sr. Vereador Mario - Camilo; Sra. Inair,representando a Casa Latino Americana; Prof. José Lombardi, representando a Universidade Estadual de Maringá; Dr. Paulo Cordeiro, Médico da FUNAI; Sr. Darci Pires de Lima e Sra. Marina. Em seguida, o Senhor Presidente passou a Presidência à Senhora Deputada Irondi - Pugliesi, a qual, declarou aberto os debates. Ao final dos debates, o Senhor Batisteli, Superintendente da FUNAI, agradeceu a esta Comissão, por ter promovido este encontro das nações indígenas, em seu Dia, e também,- a possibilidade da FUNAI manifestar-se em defesa dos Índios do Estado do Paraná, junto à Assembléia Constituinte Estadual. Todos os pronunciamentos desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que - passam a fazer parte integrante desta Ata.Em seguida, a Senhora Deputada Irondi Pugliesi agradeceu a presença de todos e a contribuição prestada

à Assembléia Constituinte Estadual. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da - qual, para constar, eu José Olimpio S. Macedo, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que se produza os efeitos legais.-.-.-.-.-.-.-.-

DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente

José Olimlio S. Macedo
Secretário

O SR. RAFAEL GRECA - Em primeiro lugar quero fazer alguns esclarecimentos. Esta Comissão de Ordem Econômica e Social, da Assembléia Estadual Constituinte, já se reuniu em diversas ocasiões para fazer painéis sobre temas específicos que vão ser contemplados no texto da Constituição Estadual. Acontece que a reunião sobre o problema do Índio só está acontecendo hoje depois de já estar concluído o texto preliminar da nossa Comissão, do nosso relatório para a Assembléia Estadual Constituinte. Mas vale lembrar aos senhores e às senhoras que o texto da Constituição Federal tem um valor todo especial em cima do que nós decidimos aqui. Então só o que poderíamos fazer, talvez, é dar uma aperfeiçoada no texto da Constituição Federal, talvez na redação, mas esta Assembléia e o próprio Estado do Paraná, por fazer parte da Federação brasileira, já estão comprometidos com os direitos dos Índios no que diz a Constituição FEderal no seu Art. 231, com seus 7 parágrafos e no Art. 232.

O Paraná tem as seguintes reservas: a de Faxinal, no Município de Cândido de Abreu, com 2.022 hectares, com 183 índios Caigangues; a reserva de Ivaí, no Município de Manoel Ribas, com 7.300 hectares e uma população de 706 Caigangues; a reserva de Guarapuava, com 16.839 hectares e uma população de 508 Caigangues; a reserva do Rio da Areia, no Município de Inácio Martins, com 390 hectares e uma população de 61 índios Caigangues e Guaranis; a reserva do Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, com uma área de 231 hectares e uma população de 155 índios Ava-Guaranis; a reserva de Mangueirinha, em Guarapuava, com uma área de 16.375 hec., observando-se que a maior parte das terras está em litígio, e uma população de 1.543 índios das raças: Caigangue e Guarani; reserva do LOTE DO Vitorino, de situação fundiária e notificada com 24 hec., sem informação de população; a reserva das Quei-

madas em Ortigueira, com 3. 369 hec., e uma população de 320 Caigangues; o total geral da superfície da reserva é de 65 mil hec., dos quais 45.448 hec. são demarcados pelo Serviço de Proteção ao Índio; a reserva de Apucaraninha, com 509 Caigangues, em uma área de 5.547 hec.; a reserva de Laranjinhas em Santa Amélia, com 318 hec. e uma população de207 habitantes da raça Guarani; a reserva de Pinhãozinho, em Tomazina, com uma área de 593 hec. e uma população de 107 índios das raças Caiuá, Terena e Guarani; A reserva de Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, com uma área demarcada de 3.751 hec e uma população de 356 Caigangues; e também uma outra reserva em São Jerônimo da Serna, com 11.575 hec para 4 novas reservas, e a reserva de Palmas, na fronteira do Paraná com Santa Catarina, com 2.944 hec ,com necessidade de aviventação e uma população de 460 índios Caigangues.

Tais dados publicados hoje numa página da editoria especial do Jornal "Folha de Londrina", eu os li para que os Anais da Assembléia registrem a atual situação das reservas paranaenses e também para que os debatedores, convidados pelo Poder Legislativo Estadual, os contestem, os referendem, os acrescentem, no sentido de que se informe esta Assembléia sobre a situação da nação indígena, dos povos indígenas no nosso Estado.

Na qualidade de Presidente desta Comissão -, acolho os debatedores, a Profª Cecília Maria Vieira Helm antropóloga da Universidade Federal do Estado do Paraná, que vem representando seu Departamento e também ao REitor da Universidade, como também ao Secretário de Cultura, Dr. Rene Dotti.

O Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, ex-Presidente da Fundação Cultural de Curitiba e Procurador do Estado do Paraná, que vem falar sobre o tema "Os Índios na Constituição".

O Dr. José João de Oliveira, sociólogo da Funai.

E na seqüência terá a palavra o Superintendente da Funai, daRegião Sul do Estado, Dr. Batisteli e as pessoas que queiram manifestar-se.

Temos a Drª Kimie Tomazine representando o Reitor de Londrina, Dr. JOrge Bonassar Fº.

Convido também o Dr. Carlos Severo, que vai apresentar propostas da Funai.

Sobretudo quero me dirigir aos Chefes de Lideranças Indígenas que estão nesta Casa.

Como percebem, a sociedade brasileira no texto da Constituição reconheceu os povos indígenas, a raiz da nação, da própria formação do nosso País.

Percebem também que temos aqui nesta sala uma cena do fogo do Conselho, talvez seja a evocação do nosso artista Poty Lazarotto, artista de Curitiba, das primeiras assembléias do povo que se realizavam nas terras do Paraná. Os antecessores dos Deputados queriam os chefes indígenas na sua povoação primitiva.

Sejam bem-vindos a esta Casa na qualidade de lideranças de Nações e de Populações, recebam o apreço dos que somos Deputados, e que desejamos tenham os remanescentes dos povos indígenas do Paraná todo o respeito e TODA A DIGNIDADE em face da lei e em face da justiça.

Entendam, os Deputados presentes temos que nos retirar momentaneamente para dar "quorum" para abertura da Sessão. E, depois, vamos ter que nos retirar uma outra vez para votar matéria de interesse do Funcionalismo Público do Estado, qual seja, a Mensagem do Senhor Governador, com Emenda de autoria da maioria dos Senhores Deputados, que faz uma correção salarial mais justa para o citado funcionalismo. Por isto, ~~pelos~~ por dois momentos, não poderemos ficar aqui na Presi-

Dência da Sessão. Não quer isso significar, de maneira nenhuma, desatenção dos três Deputados que estamos aqui e nem dos outros que tenho certeza estão com vontade de estar aqui para discutirem os problemasdas Nações indígenas, mesmo porque nós vamos ler o que está sendo anotado.

Temos outros convidados aqui. O Sr. Lúcio Paiva, índio Terena... seja bem-vindo. E o Sr. Pedro Cornélio, Presidente do Conselho inddígena de Guarapuava.

Basicamente, senhores e senhoras representantes das nações indígenas aqui presentes, era isso que se propunha a esde Deputado, Presidente da Comissão, fazer aqui, no sentido de acolhê-los a esta Casa.

Passo a palavra e a Presidência dos trabalhos à Professora Cecília Helm, pedindo que assuma uma suplência de Deputado Estadual por algum tempo até que possamos dar um "quorum" regimental para que a Sessão prossiga .....

O SR. RAFAEL GRECA - ... que a Sessão prossiga. A Senhora na qualidade de Suplente e por ser Dia do Indio, na qualidade de Cacique, ~~então tem~~ TEM O acesso aqui ao microfone.
A SRA. CECÍLIA HELM → COMO USAREI DA PALAVRA, PASSO A PRESIDÊNCIA AO SR. MORÉS.
O SR. PRESIDENTE (CARLOS FREDERICO MORÉS DE SOUZA FILHO) - CONCEDO A PALAVRA À SRA. CECÍLIA HELM. ANTES PORÉM GOSTARIA QUE FIZESSE PARTE DA MESA O ÍNDIO VEREADOR MÁRIO CAMILO.
A SRA. CECILIA HELM - Eu tenho imensa satisfação de estar aqui neste Plenarinho da Assembléia, acho que, se não a primeira vez mas pelo menos bastante elucidativo. É importante a gente perceber que há uma significativa presença dos indígenas, que são o tema destes debates. Acho que o fato das Lideranças indígenas estarem aqui presentes, em muito irá contribuir para os debates, elucidar questões que muitas vezes o antrpólogo, o jurista, o professor, o estudioso tem colocado, mas aquilo que os índios estão assumindo o seu papel dentro da sociedade nacional, provavelmente num futuro muito próximo, o Pedrinho e outros, estaremos aí no nosso lugar que deve ser aqui não na frente e não na mesa, na situação do poder.

Então estamos aqui reunidos com intuito de contribuirmos, não diria de melhorar, porque eu acho a Constituição Federal muito bem elaborada, nem de aperfeiçoar, mas sim de contribuir para que a nossa Estadual possa estar, senão tão boa, pelo menos nos moldes ~~que~~ COMO foi elaborada da ~~deve melhorar~~ A FEDERAL. A minha parte é mais falar na história do contato, tenho pesquisado os índios aqui do Sul, principalmente os Caigangues, vários anos, diria até duas décadas, e quase que já me considero parte dessa história, no sentido de que venho acompanhando e inicialmente ~~além do~~ através de um projeto de pesquisa que foi elaborado como final até de um curso de especialização que eu tenho a nivel nacional e depois ~~tenho~~ pelo interesse mesmo de conhecer o grupo ~~(?)~~ ÉTNICO DOS CAINGANGUES

Hoje eu vou falar, a pedido da mesa, do contato dos Caigangues, dos CHOCREEN (?), dos Guaranis aqui dos Estados do Sul, principalmente do Paraná, tanto no Litoral como no Interior nós encontramos esses índios.

As informações que eu tenho, coletadas dos boletins da Funai falam em torno de 20 mil índios nos Estados aqui do Sul e Sudeste, ~~que~~ PORQUE TANTO CAINGANGUES, CHOCREEN E GUARANIS estão espalhados de São Paulo ao Rio Grande do Sul em postos indígenas. COMO ACABOU DE MENCIONAR O DEPUTADO RAFAEL GRECA.

Esses índios aqui do Sul fazem parte de um total maior, que aproximadamente no dia de hoje, 200 mil índios no Brasil pertencem a 150 grupos que falam aproximadamente 170 linguas indígenas. Esses dados são tanto da Literatura Antropológica LINGUÍSTICA como também da Funai.

No Paraná nós temos índios dos grupos "G" e Tupi-Guarani, alguém poderia estar lembrando, de um passado muito recente COM RESPEITO ... ~~(incompreensível)~~ AOS ÍNDIOS XETÁS, descobertos por volta de 1950/4 os indios ~~(?)~~ XETÁS já passaram para a história, porque foram índios dizimados ~~os carijos que também~~ NÃO ESTOU INCLUINDO COMO ÍNDIOS DE HOJE OS SRS. DA FUNAI. PODERÃO ESCLARECER SE AINDA TEM já foram exterminados, no século 18, foram vítimas dos avanços da nossa civilização, por todo Interior e Litoral do Paraná.

Como é que se processam essas relações ~~(?)~~ INTERÉTNICAS ou seja de contato entre o índio e como na literatura conhece pelo nome de brancos ou civilizados, são termos complicados de se usar, não há um consenso e não

não há um termo melhor também que pudesse chamá-los, prefiro até dizer índios e não-índios do que ficar com esses termos que não dizem muita coisa.

Há um contato hoje sistemático com os ELEMENTOS DA SOCIEDADE NACIONAL os Grupos Guaranis e dos Caigangues estão aldeados por postos indígenas administrados hoje pela Fundação Nacional do Índio. Como é que são também rotulados esses índios aqui do Sul, esses índios são chamados aculturados e também são chamados integrados, quer dizer, eles estão em franco processo de aculturação, estão em contato direto, diário, cotidiano com elementos da nossa sociedade, tanto nas suas aldeias como em pontos DESTA NATUREZA mas como todos os demais índios do Brasil eles têm a peculiaridade que se identificam e são identificados como índios, portanto, índios esse nome genérico que eu estou usando aqui serve para nós chamarmos todas as populações que vivem nos territórios tribais e tem um forte sentimento de pertinência, de pertencer a, SER DIFERENTE DOS DEMAIS NÃO SEN ~~incompreensível~~ dos outros que o cercam e quando vocês conversam com o Pedrinho, *1 OU COM QUALQUER UM QUE ESTEJA AQUI RE ele vai dizer eu sou índio, INDIO GUARANI. Isto está muito presente para eles, como quando a gente conversa, alguém diz eu sou cigano, outro diz eu sou descendente de populaçã negra, eu sou italiano, eu sou mexicano e os indios também tem esta conotação peculiar do grupo étnico Caigangue ou do grupo étnico Guarani.

Isso em contato com a sociedade nacional em nada es mureceu, diminuiu, aumentou ...

*1 PEDRINHO, OU COM QUALQUER UM QUE ESTEJA AQUI REPRESENTADO HOJE, ELE VAI...

A SRA. CECÍLIA HELM - ... diminuiu, aumentou, alguns momentos até faz recrudescer, momentos até de crise como aconteceu quando a negociata das terras de Mangueirinha, os índios se deram conta que aquelas terras estavam sendo incorporadas, vendidas e colonizadas, um projeto de colonização, eles SENTIAM ~~entendiam~~, inclusive QUE estavam ameaçados de perda de território tribal, perda da Floresta de Araucária. E o que fizeram? Aqueles que estavam bem aculturados para usar aquela linguagem que eu vi o Antônio Euzébio utilizando, que é preciso deixar bem presente que são os donos legítimos daquelas terras, os habitantes originários daquelas terras e que ~~para~~ a eles... PERTENCEM ÀQUELAS RESERVAS, ÀQUELAS TERRAS ~~(ininteligível)~~. Então, o sentimento de pertencer a, de ser Kaigange, de ser Guarani, de ser indígena aflora mais.

Eu vou fazer uma comparação grosseira. MAS TENHO CERTEZA QUE ~~(ininteligí-vel)~~ ALGUNS COMPONENTES DA MESA morar MESMO fora do Brasil. Eu tive uma experiência de 1 ano morando na Cidade do México, quando nos encontramos com brasileiros, ou a gente ouve um samba, a gente volta àquele sentimento Platão (?). De repente amanhã você está e fica um pouco distante daquele contexto, mas há certos traços da nossa cultura que novamente nos fazem voltar a nos identificar.

É uma comparação grosseira porque os índios quando muito visitam os seus parentes em outras áreas. Mas quando a gente está fora do contexto que mormente é aqui, alguma coisa que se fale, que vincule ao grupo que ele está, novamente volta à tona aquilo que eu digo. Então, pertencer a, sentir-se índio, sentir-se pertencer à nação kaigange, sentir-se pertencer à nação guarani é um traço que permite a linguagem antropológica que nós falamos, são grupos étnicos, e eles dizem: somos índios. Um índio, certa vez ~~quxix~~ eu queria mais detalhes, VER SE EU estava compreendendo bem, eu achava que eles eram bastante PARA ACULTURADOS ~~tal~~ e de repente todos se identificavam como índio. Mas me explica melhor, eu quero entender: a Senhora lá tem time de futebol? Tem. Aqui também tem time de futebol AGENTE JOGA AQUI com os índios vizinhos, OU ENTÃO JOGA COM ~~eles jogam com~~ os moços da serraria, eles formam um time e nós formamos um outro time. É mais ou menos, quer dizer, tem o time dos kaiganges, tem o time dos guaranis, mas tem mais do que isso também. Eu estou colocando porque no futebol o grupo se encontra e acaba a partida e vai para casa. E o grupo étnico tem uma organização que permite a continuidade do grupo, uma vida em comunidade.

Então, nesse sentido que nós entendemos o que é ser índio ou rotulamos, são índios que se auto-afirmam como índios.

Como eu disse, a Fundação Nacional do Índio tem o controle e tem a tarefa de administrar os POSTOS ~~povos~~ indígenas ~~do Brasil~~ ONDE ESTÃO ALI ~~como~~ DOS OS ÍNDIOS NO BRASIL COMO um todo e do Paraná em particular. Mas recentemente os índios têm alguma coisa além e mais do que a própria Fundação Nacional do Índio que

herdou os encargos do Serviço de Proteção aos Índios e os encargos que herdou quando assumiu os aldeamentos nas missões e nas colônias militares.

Os índios em 1980, por força de uma série de circunstâncias que eu não vou entrar aqui em detalhes porque não é o tema da nossa discussão hoje, mas os índios perceberam como é importante se organizarem. Nesta década muitos índios entenderam que conseguem fazer valer os seus direitos, conseguem sensibilizar as autoridades, conseguem ter assento em determinadas discussões, debates quando organizados. Então, a organização política dos indígenas se dá principalmente nesta década, e não se dá apenas no Brasil, mas se dá em toda a América, em toda a América do Sul principalmente, e é criado então, por iniciativa dos próprios índios a União das Nações Indígenas, que funciona como uma Associação que tem junto - não diria nem contra e nem a favor da Fundação Nacional do Índio -, mas junto com ela a defesa dos interesses dos índios e mais do que isso porque muitas vezes o interesse deste ou daquele grupo ou daquele índio que acha que está sendo prejudicado. Então, ela vai tomar atitudes, tomar providências no sentido de que possa ser feita a defesa ou da sua tribo ou do índio que se sinta prejudicado. Este tema eu também não quero entrar em detalhes. Só quero dizer que graças a essa percepção política dos indígenas, eles conseguiram se organizar a tal ponto que quando às vésperas da Assembléia Nacional Constituinte, eles puderam levar reivindicações dos seus grupos, das suas comunidades de todos os seus irmãos, mas que isso criou um espírito em todo o Brasil dentro das tribos, nas cidades, nos grandes centros, e principalmente em Brasília formando "lobbies" e formando também maneiras de fazer com que os elementos da sociedade nacional percebessem a importânica de serem levados em conta os direitos e as aspirações dos indígenas. E o próprio "Programa Índio" que foi levado à Assembléia Nacional Constituinte, foi elaborado por iniciativa não apenas da UNI, mas principalmente da união das nações indígenas.

Voltando um pouco no tempo, como é que foi se dar aquele contato que eles tinham inicialmente e que se processa até os dias de hoje entre índios e não-índios. Esse processo todo surge em consequência dos avanços das frentes de expansão da sociedade brasileira sobre os territórios tribais. Aqui no Paraná eu gostaria de citar até para fazer juz ao historiador, e parente muito próximo seu e que colaborou bastante, ao professor Brasil Pinheiro Machado. As leituras dos trabalhos do professor Brasil Pinheiro Machado já na década de 60 me ajudaram bastante a entender o contato entre índios e brancos, ele é um dos pesquisadores dos mais notáveis que nós temos aqui e que tem uma série de escritos e que poderia ter muito mais pelo tempo que ele se dedica, mas conhece muito o problema. Então, todas as ve-

zes que eu tive ~~dúvdi~~ dúvidas, todas às vezes que eu precisei de mais livros, artigos especializados , eu sempre recorri à biblioteca do professor Brasil Pinheiro Machado no Departamento Histórico da Universidade Federal do Paraná.

E em um dos escritos do professor Brasil Pinheiro Machado nós vamos encontrar o período que ele retrata, a frente mineradora, como é que vai se dar o povoamento do Litoral e aqui nos campos de Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Palmas, como é que vai acontecendo inicialmente essa frente mineradora que atinge os índios e que inicialmente escraviza os índios, os torna cativos; e hoje relendo alguma coisa desses trabalhos, eu vejo que nós temos uma história agora, o Projeto Calha Norte, por exemplo, e algumas coisas que têm muito a ver com aquilo que já acontecia no período da mineração porque é uma frente que avança e quer colonizar, ela quer obter riquezas, traz riquezas, e vocês vão me dizer: sim, o momento histórico é outro, eu tenho a plena convicção...

Mas é uma frente que vai com aquela ânsia de ver, de explorar, de retirar do solo, do ~~xxxxxx~~ subsolo, todas as riquezas. E o índio era um entrave. Mas ao mesmo tempo que o índio foi um entrave, também acharam por bem escravizá-lo o quanto foi possível,-e é por isto que se dá o extermínio do índio Carijó.

E aqui em Curitiba, aqui se torna um entreposto entre aqueles que estavam passando e aqueles que vem para chegar aos campos, fazendas de criação, começando uma frente pastoril, a pecuária também começa em seguida e quase que ao mesmo tempo essa passagem por Curitiba, que é o entreposto de vendas dos que aqui chegam do Litoral e aqueles que passam. De Curitiba subiam em direção à Guarapuava, Palmas, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Ponta Grossa...

...pendência jurídica sem maior relevância na prática, mas uma pendência. Até agora, até aquele momento, ninguém sabia de quem era a propriedade das terras indígenas. Emtão os militares conseguiram esta solução. Eu acho que talvez os juristas solucionam isto dizendo que a terra é propriedade da União. Só que a União não pode fazer absolutamente nada com ela. É uma mera propriedade de papel, mas não é propriedade escrita. Então, continua valendo a posse.

Bom, isto resolveu...

fita 1 - lado B - folha 1 -

A SRa. CECÍLIA HELM - Ponta Grossa, Palmas, Lapa, Rio Negro é que se constituem no caminho das tropas, mas esse caminho das tropas devemos ligá-lo àquela estrada do gado que vinha do Rio Grande até as feiras de Sorocaba, São Paulo. Por que eu estou falando dessa história da ocupação do Sul, da ocupação do Paraná. Por quê? Porque o Índio, ele entra com a mão-de-obra escrava inicialmente e mais tarde também a mão-de-obra que é utilizada para certas fazendas de fronteiras Então, os colonizadores engajam a mão-de-obra indígena, a gente tem também que olhar para o Norte, olhar para essas áreas do Brasil, com a mesma visão de exploração que aconteciam as coisas estão acontecendo no século XVll, século XVlll, século XlX, né! Então, a fazenda de Recriar no século XVlll era a empresa principal, era a fazenda de Recriar e foi a fazenda Recriar que permitiu a criação daqueles primeiros pontos, que hoje são cidades bastante importantes do Paraná; o Índio utilizado, o Índio explorado, o Índio vendo o seu território sendo ocupado.

Quando a frente pastoril se dirige para os campos de Guarapuava, o que que nos retrata por exemplo o historiador Telemaco Borba, foi um dos primeiros a escrever sobre os coroados, ainda não chama caigangues, nos trabalhos dele chama-se coroados, que é caso do arco, com respeito ao corte de cabelo. Esses coroados, eles eram Índios que se rebelam, houve rebelião indígena contra a incursão dos seus territórios, eles se opõem ao povoamento, eles guerreiam, pelejam com o elemento invasor e a codificação que se cria lá em Guarapuava, ela é até chamada de atalaia, ela sofre vários ataques indígenas. É novamente o artifício dos Índios civilizados é conseguir que alguns (inaudível)... se converta, passe a trabalhar junto com os povoadores e façam com que outros sejam também engajados. Isso cria em um determinado momento hostilidade entre as tribos, guerreiam Caigangues contra Caigangues, em Guarapuava e Palmas todos os caciques são Caiguiris, eles levam os Índios a se anteporem, é uma tática Militar no sentido de que alguns Índios são levados para os aldeamentos, ali treinados para servir aos interesses dos povoadores e esses acabam contribuindo

A SRa...CECÍLIA HELM ... contribuindo para o povoamento desses campos, para que os territórios tribais comecem a ser reduzidos.

Bem, e também nesse período começa a exploração da erva-mate, o ciclo da erva-mate, novamente nos engenhos de erva-mate a utilização do braço indígena, várias fontes conta o número de Índios que colaboram nos engenhos, que acionam os engenhos com a força humana e só mais tarde é que vai se utilizar então a força hidráulica, a força a vapor. Bem, quanto à madeira, também a frente da nossa sociedade que vai explorar a madeira e que derruba a madeira a serra por todo esse Paraná, essa frente invade os territórios dos indígenas. Mesmo mais recentemente, que nós temos uma / professora na Universidade de Londrina, que foi convidada e vai nos dar um depoimento, acredito que vai poder complementar essas informações. A frente que se desloca de São Paulo e Minas e que vai ocupar essa área considerada nossa, do Paraná, essa frente encontra o obstáculo dos últimos redutos, da última raia de refúgio dos indígenas, né! Eles / já tinham sido deslocados de seus territórios, os seus territórios diminuiram de tamanho, seja aqui nesta área, que hoje até não temos mais Índios, na área de Curitiba, seja Ponta Grossa, Rio Negro, subindo em direção a Guarapuava, Palmas, Laranjeiras, Manguerinha e quando o nosso ~~é inaudível~~ foi ocupado lá estavamos Caigangues e novamente é ocupado o / território dos Índios. Mas, neste momento, quando é ocupado o território dos indígenas tanto dos Xetás, quase que ao mesmo tempo próximo à Marinaá e em Londrina ~~... é inaudível ...~~ neste momento ~~não~~ já ti-/ nha~~m~~, aqui no Brasil, sido criado um órgão oficial para gerir a Política indígena, um serviço de proteção aos Índios criado em 1910, que como eu disse, "En passant" nós tivemos inicialmente aldeiamentos, que foi uma medida que os Governos imperiais adotaram aqui no sul, tivemos as colônias Militares de Jatáí e a colônia Militar Chopinzinho e que foram táticas utilizadas, mas que não tiveram um seus efeitos. Então, foi uma inspiração própria de indigenista Rondon, achase por bem dar uma certa proteção aos indígenas, aldeiando em postos indígenas, por todo o País; então são /

O

A SRa. CECÍLIA HELM ... então são criados os postos indígenas, com a função mesmo de dar proteção aos Índios, porque eu não mencionei, eu acho que é uma história muito dada, muito fácil, mas por exemplo: Quando os colonos são trazidos por força dos nossos Governos da República são trazidos / para certas áreas aqui e anteriormente né! Esses colonos sentem um terrível medo da ameaça indígena. Então, constantemente estão pedindo proteção e vocês devem se lembrar de uma das páginas m/ mais feias da nossa história que é a caça ao Índio, a caça ao Bugre, como foi denominado, pelos bugreiros, extermínio dos indígenas; Essa região de Rio Negro, aqui próximo né? É uma área em que / se extermina os Índios, cometendo assim matanças assim das mais terríveis. Então, a nossa história, tanto Paraná como Santa Catarina, é a história que até a gente tem vergonha de contar, de / lembrar, porque se exterminaram crianças, mulheres, jovens, homens, no sentido de dar proteção aos colonos, seja alemães e outras ETNIAS que aqui vieram se estabelecer. E no interior dos POSTOS os Índios nessas aldeias passam a produzir, realizar roças e aquelas áreas de vasta caça, pesca, coleta, coleta de raízes, de frutos, com a redução dos / territórios básicos, com o povoamento de todo o Estado , essas / áreas tem diminuido toda a fauna, toda a flora e os frutos das / araucárias não são tão mais abundantes, é um alimento dos Índios, principalmente ~~(INAUDÍVEL)~~ o PINHÃO e os Índios passam a cultivar roças de maneira muito sistemática...

A SRA. ~~KIMIE~~ CECÍLIA HELM:-... de maneira muito sistemática , os primeiros informantes, que foram os missionários, quando lá chegaram relatam que eles já cultivavam milho. E esses relatos acerca do cultivo do milho eram ~~ocasiais~~ ocasionais, NÃO era uma coisa sitemática TODO O MÊS DE AGOSTO PREPARAR O TERRENO ~~de todos os índios preparar a terra em agosto~~ para plantar em setembro, mas com a tomada do território, a carne já não mais tão abundante eles desenvolvem roças para o seu uso doméstico, com o apoio do Serviço de Proteção aos Índios e mais tarde com os projetos da Funai.

Para não mais me alongar, eu digo a vocês que, tanto no período colonial, período imperial, período da República como nos dias de hoje, o que tem acontecido, o que tem ocorrido em todas as Américas, Brasil, Perú, Bolívia, México, Colômbia, Paraguai é uma política, e eu gostaria que vocês me rebatessem, é uma política interacionista, nós pensamos no índio e pensamos em integração. Nós programamos uma política para o índio seja com o Serviço de Proteção aos Índios, e recentemente, nos últimos anos a Fundação Nacional do Índio, e sempre a política, a ótica, a ideologia é a integração. É uma política que nós construímos para o índio e não que os índios constroem. Nós falamos em participação, quando Tancredo Neves ia assumir o Governo, se falou tanto em participação, outros projetos que foram encaminhados ao Governo PROJETOS DE COMO GERIR OS ASSUNTOS INDÍGENAS e mesmo agora, na Constituição Federal temos alguns capítulos sobre os índios, muito bem elaborados, mas na prática, nós ainda temos uma política que ainda é construída para o índio.

A nosso vêr a política deveria ser elaborada a partir e junto com os índios, eu acho que como no dia de hoje vocês conseguiram trazer tantas lideranças índias, e este interesse em participar, em ouvir, contribuir, assimilar, discutir, e ao mesmo tempo rebater, essa ~~é~~ deve ser a nossa prática, deve ser a nossa prática, porque não no ano 2.000, mas em 1989 EM DIANTE porque essa /

prática é que vai poder fazer com que se repense a política indígena oficial, dentro do modelo desenvolvimentista, dentro do modelo que visa incluir todos os interesses, desde o Projeto de Tucurui, todos os interessem dentro do Paraná, que se contemple os/ Projetos tão controvertidos, no Paraná e no Brasil, Carajás, a / Transamazônica, será que nós quando projetamos, a Funai está no/ Ministério do Interior, que é o Ministério dos grandes Projetos, dos grandes Projetos nacionais, será que isso tem sido realmente feito para os índios, é isso que nós queremos construir para os/ índios? Esse País está praticando uma Democracia? Falamos tanto/ em pluralismo étnico, pluralismo cultural, está dando ao índio o/ espaço que ele deve ter, que ele deve merecer? Será que quando o/ antropólogo vem aqui e fala pelos índios, será que o índio não deveria também estar junto para colocar as suas questões? São questões que nós colocamos, hoje, enfrentamos, desafiamos, e já tive os alguns avanços como demarcação de terras, melhoria de condições sanitárias, e tal. Então eu deixo agora, na qualidade de Presidente da Mesa, a palavra, e gostaria de saber o interesse da Mesa. Acho que as perguntas deveriam ser de todos os expositores, que/ será mais fácil para vocês debaterem, estou à disposição se quisem alguma ajuda, neste momento.

Agradeço a atenção.

APLAUSOS.

O SR. Carlos Marés :- Há 8 anos atrás, mais ou menos, numa / Reunião realizada em Salvador, em 1981 numa Mesa que se chamou Antropologia ~~Ambiente~~ URGENTE, que era mais ou / menos a urgência que se tinha de questões relativas ao índio, porque estávamos vivendo uma crise muito grande, de sobrevivência da Nação indígena, Darci Ribeiro, levantando a questão política, dizia que, embora a política indigenista da época era uma política exterminadora, a Constituição brasileira de então, que era a/ de 1967 QUE FOI MODIFICADA EM 1969 "era" imelhorável", ele usou exatamente este termo.

Eu me lembro que naquela ocasião houve u-
discussão imensa sobre melhorar ou não o texto da Constituição /
de 69 ~~a Constituição de 67 foi promulgada em 69~~, eu acho que /
esta discussão só terminou, na verdade em 5 de outubro de 88, quan
do se promulgou esta nossa Constituição atual que foi fruto de /
um processo de debate nacional de participação hora frustante ho-
ra boa de toda a Nação brasileira. Exatamente eu acho que esta /
discussão encerrou ali, porque mostrou que de fato o texto consti
tucional brasileiro de 1969, podia efetivamente ser melhorado. En
tão para mostrar como foi processada esta melhora, como é que
é essa melhora, que melhora é essa, temos que voltar um pou-
co atrás. Vamos lembrar que a Lei, ao mesmo tempo que estabelece/
o convívio das pessoas, do Estado, a relação humana que se exerce no Estado
as possibilidades desta humanidade conviver junto, ela também /
faz com que algumas pessoas possam exercer opressão sobre outras, é
através de normas jurídicas que se expressam esta opressão efetivamente, /
mas isso é até certo ponto uma verdade porque muitas vezes a norma jurídica o que faz é es-
conder esta opressão, fazer com que esta opressão desapa
reça na sociedade, com que a História não a veja, não a registre.
É notável o fato de que durante o século passado, os negros e a/
relação de escravidaão praticamente não aparecem na Legislação /
brasileira. E os índios, por sua vez, aparecem muito pouco, são es
porádicos os textos legais do século passado que falam em índios.
Fala a Lei de terra de 1500, 1850, fala algumas normas anteriores, alguns
alvarás régios, e algumas coisas muito concretas, dizendo as
sim decretos locais, atribuindo terras a certas tribos que erram
pelo sertão de Guarapuava, como é o caso de Mangueirinha, mas é
muito pequena, muito pouca a Legislação que trata disso. Por quê?
Porque o Estado não vinha tendo interesse que determinadas ques-
tões aparececem, a tal ponto que em 1946, quando foi redigido o/
texto do Código Penal brasileiro

não aparece a palavra índio, ou silvícola, nações indígenas, gentios, nada disso aparece no Código Penal brasileiro, e um dos / maiores comentaristas do Código Penal Brasileiro, um grande jurista, CHAMADO NELSON HUNGRIA fazendo um aparte, fazendo um comentário DO CÓDIGO, CHEGA UMA PARTE QUE DIZ diz que as penas/ quando forem aplicar as penas tem que verificar as condições da/ pessoa, as condições pessoais de quem cometeu o crime, as condições de pleno entendimento do ato que está praticando, e aí quando ele analisa este texto legal que diz que :-" A Lei diz que o Juiz tem que verificar as condições de entendimento que tem o agente que está cometendo o crime", ele diz o seguinte:-" É claro que aqui o Legislador pensou nos índios brasileiros, mas evidentemente que não podia escrever no texto legal, índios, porque / escrever isso num texto legal de um Código Penal que será conhecido em todo o mundo, inclusive na Europa, será demonstrar ao mundo a nossa vergonha". Diz ele, com isso, que na verdade, o fato de existir índios no Brasil era uma diminuição da nacionalidade brasileira que se considerava civilizada,/ superior, EUROPEÍDA. Então vemos com isso, que este ato falho de um / grande jurista, era um grande jurista ele, essa sua europeização/ não o diminui como jurista, mas esse seu ato falho traduz muito/ claramente o que a Lei, o que as Constituições, o que as Normas jurídicas de um modo geral VIAM EM RELAÇÃO A ISTO.

É por isso, embora se tenha criado, antes disso, vejam porque a Lei tem que tratar, porque o Estado BRASILEIRO de um modo geral tem que se preocupar com este capítulo especial. Exatamente porque existe populações e como a Cecília muito bem disse, não é uma população, nnão é um grupo, mas são mais de 170, hoje,/ mais de 170, 180 grupos, falando 170 línguas diferentes, que convivem conosco, no Brasil...

... no Brasil. Estas populaçoẽs são diferenciadas, mas há outras populaçoẽs também diferenciadas, no Brasil, e que nem por isso precisa a lei, especificamente, tratar delas. Mas, acontece que os índios, além de extraordinariamente diferenciados, por quê ? Porque têm uma cultura completamente diferente, uma língua completamente diferente, uma organização completamente diferente. Eles têm duas outras coisas que os diferenciam de todos os outros: eles não precisam, para sobreviver, do Estado Brasileiro, desde que os brancos, ou a sociedade não ~~impediram~~ INTERFIRAM nas suas vidas. Eles vêm vivendo há milênios, sem necessidade do Estado. Nem estado-índi e nem Estado Brasileiro. Não precisam do Estado. Então, isto cria uma diferença muito grande em relação a qualquer outro grupo diferenciado na sociedade brasileira, que precisa do Estado. Há outra característica , é que estes grupos que têm cultura, sociedade, língua, desnecessidade do Estado, vivem em território próprio. Ou seja, em território que eles vêm dominando há anos, há milênios, há centenas de anos. E que, portanto, têm um conhecimento, uma vivência deste território que lhes dá é toda própria e peculiar. E dele, deste território, extraem a própria fonte de sua cultura. Isto significa que eles precisam, para sua própria sobrevivência, deste território e não de algum território. Enquanto a sociedade de hoje, chamada civilizada, precisa para produção de bens de terras, qualquer terra, desde que elas forem férteis, e se elas forem férteis dá para plantar banana. Banana se plantará. Se for plantar café café se plantará. Os índios precisam de um território específico fértil ou não, com minério ou não, com floresta ou sem floresta. Precisam daquele território porque é daquele território que eles extraem a sua própria cultura ou dito em outras palavras, extraem a sua própria sobrevivência como um povo.

Portanto, estes povos diferenciados, eles são tão diferenciados que o próprio direito não encontra formas de resolver a sua relação. E o direito, especialmente no fim do século passado para cá, direito ocidental, que se arma, se monta sua camisa em função da

estrutura de uma sociedade que tem como fundamento a propriedade privada este direito não consegue explicar, responder, não consegue introduzir as naçoẽs indígenas nele porque o conceito de propriedade privada, assim como o conceito de ~~xxxxx~~ Estado nada tem a ver com estas populaçoẽs. Então, é extremamente difícil para o direito resolver o problema indígena nacional. E é muito claro que do início da tentativa de solução jurídica,a definição jurídica do índio as questoẽs eram colocadas por semelhança. Então, dizia a lei de 1850:"as terras devolutas serão reservadas, algumas " e daí vem o termo reserva indígena , " reservadas algumas que possam ser utilizadas pelos índios". Então, na verdade, não dizia que esta terra seria propriedade de alguém, ou seria propriedade dos índios, ou como seriam. Seriam reservadas uma sorte de terras, um lote de terras, uma porção de terras muito parecida com as terras devolutas. Este conceito vem evoluindo a tal ponto que nas constituiçoẽs e o Código Civil do começo do século não trata disso e a Constituição de 34 é a primeira para cá, mas as constituiçoẽs passam a tratar a partir da década de 30 exclusivamente da posse,reconhecendo que os índios têm poss sobre a terra, ou seja, que os índios estão na terra, existem na terra. E não tocando na questão da propriedade dos índios. Então, a propriedade ora sai um decreto dizendo que era propriedade plena dos índios a extensão de seu território pelo prêmio na participação da Guerra do Paraguai. Ora dizia o decreto estadual do Pará que os índios "gavião" recebiam por doação ~~na~~ uma terra de 3 léguas na margem do Rio Tocantins. O Estado ~~xxxxxx~~ Brasileiro doa aos "gavioẽs" uma terra como prêmio pela participação na Guerra do Paraguai. Mas, terra que eles sempre ficaram, era a terra que os índios "gavioẽs" tinham como deles, sempre. E os índios "gavião" o Pará doa uma terra, ~~às margens~~ na frente do Rio Tocantins, terra esta que nenhuma pessoa poderia atravessar, porque aqueles índios a estavam defendendo. Nesta época os "gavioẽs" sabiam, sequer, que existia o Estado do Pará naquela região.

Então, estas contradiçoẽs do Direito, na realidade,

... na realidade, foram , ou melhor, não puderam ser resolvidas, porque a mentalidade dos juristas, dos legisladores ~~de hoje~~, era muito parecida com a mentalidade do Nélson Hungria, que achava que não poderia colocar na lei esta coisa de dizer que o índio, isso e aquilo e tal. Por quê ? Porque a política integracionista acessível era essa. Os índios vão ser integrados, ~~vou~~ vão passar a ser ~~índio~~ brasileiros e daí a gente esquece esta história de índio e fica tudo muito bom.

Não aconteceu esta integração, apesar do esforço do Estado Brasileiro, esforço este que no sul resultou no extermínio , como o dos Xetas, Carijós. E praticamente diminuição ao nada das reservas Guarani, Caingangues. Mas, no Norte, no Amazonas, eles continuaram a ter uma previdência relativamente, e até algum tempo, bastante digna do seu ponto de vista, mesmo porque eles não tinham contato com a chamada civilização ocidental. Pois bem, na década de 60, e antes da década de 60 a Constituição de 46, conhecida como uma constituição democrática, uma constituição feita por uma assembléia constituinte, onde teve ampla participação de correntes políticas, etc, a Constituição de 46 trata dos índios da mesma forma que as outras, ou seja, trata da posse. Reconhece que existe índio no Brasil, o que já é um avanço em termos do que era no século anterior, mas atribui apenas a garantia aos índios de estarem onde estão Quer dizer, a garantia de ficar na terra onde estão ~~fixando~~ ocupando. Garantia esta dada exclusivamente à posse. A Constituição de 67, já autoritária, com enfoque e traços de corporativismo facista, uma Constituição que fecha estreito poder na mão do poder central em Brasília e corta todas as possibilidades de participação popular, esta Constituição, ela trata da questão indígena já de uma forma completamente diferente, porque ela trata da ótica militar. E ao tratar da ótica militar, ela reconhece a mesma posse, garante esta posse com mais efetividade e então, por uma solução jurídica quase que milagrosa, descobrem que a propriedade da terra indígena pertence ao Estado Brasileiro. Quer dizer, é o Estado Brasileiro a União, que tem a propriedade da terra. E desta forma, estava resolvida a questão da propriedade por uma pendência, uma pendência jurídica sem

O SR. CARLOS MARÉS : Bom, isso resolveu alguns problemas jurídicos como por exemplo, a possibilidade da União interpretar em Juízo e defender o direito indígena, porque a terra era sua. É a única consequência jurídica palpável. Bom, exatamente por isso, exatamente porque dizia que a propriedade é da União, separava a posse da propriedade - a posse era dos índios e esses índios estão garantidos de uma forma perene nessa terra, garantindo o seu usufruto exclusivo, - garantindo a possibilidade de só os índios explorarem a riqueza dessa - terra, exatamente isso que fez com que Darci Ribeiro considerasse que aquele texto era imelhorável. Dizia ele que o fato de uma Constituição dizer que era usufruto exclusivo dos índios a terra em que habitam, - não há nada melhor a ser dito, porém, a discussão depois da época que a gente passou, fez com que se revisse alguns conceitos, especialmente esse conceito de que as minorias não têm tantos direitos, porque as minorias serão um dia, integradas por maioria e que o Estado, recém saído do totalitarismo, dizia reconhecer o direito de todas as minorias sociais, incluído aí o conceito, o termo genérico que se chama de minoria - algumas são até minoria, como por exemplo, as mulheres, os negros. Então tem essa categoria geral que eu acho que essa Comissão da Assembléia Estadual Constituinte também é a categoria geral das coisas que não são nada: índio, mulher, negro, criança, meio ambiente. Coisas assim que não se sabe bem o que é, porque onde é que encaixa? Mistura tudo em uma coisa só.

Pois bem, essas minorias, a partir do estado totalitário, da quebra do estado totalitário, começaram a ganhar importância na sociedade e essa importância também passou a ser maior para os índios e os índios, como a Cecília já disse, eles mesmo se organizaram. Nasceram aí grandes organizações indígenas, não só a União das Nações Indígenas, que nasceu já no final dos anos de ditadura e que nasceu muito curiosamente porque a União das Nãções Indígenas, a UNI, não foi aceita de forma nenhuma pelo Governo m ilitar da época e o então Ministro Jarbas...

nenhuma pelo Governo militar da época, e o então Ministro Jarbas Passarinho chamou os representantes da UNI e disse: " Olha, se vocês forem registrar com esse nome, a gente não permite. Não vaõ conseguir registro com esse nome " e o Jarbas Passarinho é muito hábil. Ele dizia isso como se estivesse do lado dos índios. Ele dizia: " Eles não vão permitir..." Só que " Eles " era ele também. " Eles não vão permitir que vocês registrem com esse nome. " Não porque tenha problemas, mas especialmente porque faz lembrar a UNE" e depois, de tanto conversar, dizia: " Não, não é - por isso. Sabe o que é que é? É que o Governo não admitirá que se faça uma união de nações, porque nação, no Brasil só tem uma, que é a Nação brasileira. As outras não podem ser reconhecidas como tal, então não vamos admitir". Bom, os índios ficaram um pouco em dúvida se registravam ou não registravam, como é que faziam, e acabaram aceitando a sugestão do Jarbas Passarinho e registraram uma coisa que se chama: " Núcleo de Cultura Indígena" que é a cara legal da União das Nações Indígenas. Acabou até se tornando positivo. Hoje o"Núcleo de cultura Indígena" é uma coisa completamente desconhecida, mas é quem mantém a UNI. Talvez tenha sido positivo no sentido de que a UNI hoje é uma União das Nações Indígenas e como tal não é registrada no direito brasileiro. Ela é uma União de fato, uma união de nações e nações independem de registro.

Aí a gente pode ver uma coisa. O Direito é tão difícil de aplicar às questões indígenas, que os grupos indígenas não precisam de registro para existir: todas as outras coisas precisam de registro para existir. Se se forma um Partido Político, precisa registro, se se forma uma sociedade comercial, precisa registro, se nasce uma pessoa, essa pessoa tem que ter um registro, mas grupos indígenas, as comunidades indígenas não dependem de registro para existir e a lei brasileira acabou por formas transversas, complicadas, a reconhecer a existência de comunidades indígenas,

comunidades indígenas, desnecessitando qualquer registro.

Então, o Estatuto do Índio, a Lei 6.001, diz: "As comunidades indígenas ou grupos tribais têm direito a postular em Juízo em defesa dos direitos indígenas". Quem pode ir a Juízo? As pessoas, as sociedades regularmente inscritas, etc. Não fala em inscrição, não fala em registro, não fala em nada. Então, algumas nações entram como comunidades sem registro, sem coisa nenhuma, e são reconhecidas como tal. Isso tudo depois da quebra da ditadura.

Os índios se organizaram de forma muito grande, mas além disso, muitas nações indígenas começaram a se organizar. Os Ticuna, o maior grupo indígena brasileiro se organizou de várias formas: Organização dos Ticuna, Organização dos Tuchauas-Ticuna e hoje os Ticuna têm ação em Juízo, tem uma série de coisas sem nunca registrar, sem precisar de registro. Eles são o próprio grupo, a própria comunidade que existe, independente da lei.

Essa coisa de existir independente da lei é uma coisa engraçada, porque dentro do sistema jurídico brasileiro, as coisas só existem se estiverem pautadas dentro da lei, especialmente as coisas públicas, especialmente as coisas coletivas. As coisas que o indivíduo faz não é tanto, mas as coisas que o coletivo faz tem que estar dentro da lei. A lei, a fonte do direito, quer dizer, você só tem o direito se ele estiver escrito na lei. Se não estiver na lei não existe o direito.

Pois bem, a discussão que a gente fazia, e na época a discussão que eu enfrentei com o Darci Ribeiro, foi exatamente essa em 1.981. Bom, a melhora da Constituição é o reconhecimento de que existe direito indígena independente de lei, ou seja, que os direitos dos índios não necessitam de lei para existir, porque eles já existem antes, ou seja, o direito dos índios à sua terra, eles existem independente que o Estado brasileiro diga: " Reconheço os direitos dos índios". Mas como

reconhece o direito dos índios? Os índios estão lá na selva e estão vivendo a sua vida. Por que o Estado brasileiro tem que dizer que reconhece? Se aquele direito existe antes do Estado brasileiro? Ou seja, os índios estavam aqui antes de se constituir o Estado brasileiro, o Estado brasileiro não tem que reconhecer. O Estado brasileiro tem que se submeter e dizer, simplesmente dizer: bom, ali existe o direito indígena que a gente reconhece.

Então o que eu achava que era melhorável naquela legislação, era o fato de reconhecer, ou a possibilidade de reconhecer que o direito dos índios independe de lei. Não é necessário que o Estado diga: " O território indígena é aquele que vai do Rio tal ao Rio tal", ou " Nós doamos um pedaço de terra", ou que diga simplesmente,"homologo a demarcação da terra indígena".

O Estado brasileiro tem que reconhecer que o direito indígena, o direito às terras especialmente, pré-existem, eles já estão lá e portanto, o Estado vai simplesmente ver onde é que é. " Ah, é aqui? Então muito bem. Aqui é".

Bom , a Constituição de 1.989 ela foi um avanço extraordinário nesse sentido, porque ela reconheceu exatamente isso, que o direito dos índios à terra era anterior à lei e portanto, não se pode dizer: " Não, a partir da Constituição de 88, o direito à terra é esse ou aquele outro". " A partir da Constituição de 34 há direito, antes não há ".. Não. A Constituição de 1988, ou seja, a atual Constituição, diz que os direitos indígenas à terra, pré-existem à lei. Diz de uma forma jurídica meio embolada e tal, mas diz. Diz assim: " São reconhecidos aos índios , os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam ".

Essa palavra " originários" quer dizer exatamente isso, quer dizer que a origem do seu direito, é ele mesmo. A origem dele, do direito à terra, é o próprio direito à terra, o próprio uso da terra, o próprio estar na terra.

O SR. CARLOS LORÉS .... O próprio estar na terra, estar na terra ocupando tradicionalmente mais um conceito interessante que significa, segundo as suas tradições, ou seja CONFORME lhes é dado de fato.

Portanto, os Indios que ocupam as terras, segundo a sua própria tradição, ou seja, segundo a sua própria maneira de ser, estes Indios tem direito originário sobre elas.

Mas foi mais longe a Constituição de 88, e além de garantir os direitos originários das terras, garantiu também e RECONHECEU os direitos da Organização, aos costumes, às LÍNGUAS crenças e tradições.

Isto é, ele reconheceu que os Indios podem ter a sua vida, a sua forma de vida, a sua maneira de viver, como se lhes apeteçam ou seja, segundo costumes, tradições, crenças é que eles vão viver, e não segundo a lei Brasileira, ou seja o casamento entre Indios, diz respeito as tradições indígenas, não o código civil, os negócios realizados entre Indios, diz respeito a Legislação Brasileira, a forma como os Indios fazem, ~~e não a Legislação Brasileira~~.

Então mais do que isso, garante a organização Social. O QUE É A ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA? A organização social indígena É DESNECESSIDADE DO ESTADO os grupos indígenas não tem Estado, não porque tenham tido uma discussão interna e chegavam à conclusão que Estado é muito impróprio, porque acaba cobrando imposto, mas simplesmente porque a sua organização social, não necessita de um Estado, vivem a sua convivência, não é necessário a força do Estado, as forças sociais, que vivem e que respeitam, que estabelecem formas e sanções, formas de convivência, são suficientes para a sua continuidade física e cultural, não necessita de um Estado, não necessita que imponha ~~imponha~~ sanções direcionadas por escrito ou não, mas direcionadas aquele cidadão que subordina independente da sua vontade, ~~hça~~ há formas de sanções diferentes.

Então este Artigo 231 da Constituição de 88, estabeleceu o reconhecimento da ORGANIZAÇÃO SOCIAL ~~[illegible]~~ dos costumes, línguas, etc..., tem que [illegible] consequências, e as conseqüências estão em outros capítulos, estão

O SR. CARLOS MARÉS .....por exemplo, no capítulo da Educação, onde fal do direito aos Indios terem uma Educação DE ÍNDIO; estão no capítulo da Cultura, onde garante aos Indios, o Estado Brasileiro reconhece a cultura indíge na, como parte integrante da cultura nacional, e naturalmente estão tam bém no capítulo de terras, CAPÍTULO DE BENS DA UNIÃO considerando as terras ainda uma proprieda- de anônima. Por quê? Porque aos Indios, no costume, na organização So - cial, não existe o conceito de propriedade. Se não existe o conceito de propriedade para garantir a proteção a esse específico conceito jurídico da civilização ocidental ~~que~~ SE colocou a propriedade dentro do conceito ge ral dos ~~bem~~ BENS da União.

Não sei se vocês lembram, MAS quando ~~vocês~~ estavam SENDO discutindo a Constituição, o então Ministro da Justiça Sr. Paulo Brossard, se insurgiu contra uma discussão havida, se os indios eram ou não eram nação, e se insurgiu de forma grosseira, como aliás, ~~como é~~ ERA peculiar daquele Minis tro.

Mas, se insurgiu grosseiramente dizendo que ~~os (ininte- ligíveis)~~ era um crime lesa Pátria, que quem falava em Nação Indígena era um bando de contra-Brasil, que queriam entregar o Brasil ... e uma sé- rie de bobagens.

Mas é interessante nós observarmos que tudo não passav de um medo AO TERMO NAÇÃO ~~(alternação)~~ medo que a Nação pudesse significar desintegração do território Brasileiro, do País, como se a desintegração não fosse fei ta pelas políticas econômicas equivocadas, malévolas da nação, etc..

Então achavam que se usasse o têrmo Nação e o Paulo - Brossard disse com muita clareza, QUE se usasse esse têrmo acabava o Brasil.

Aí o Paraguai nos invadia, ~~mas~~ não sabia ele que ALGUM TEMPO DEPOIS Stroesne viria morar aqui. Mas, esse ataque, essa rebeldia contra o têrmo Nação, na verdade pertence à uma coisa mais geral que existe no mundo, desde o fim da Segunda Guerra, é o medo da Constituição de novas Nações.

O medo efetivamente de que os povos, que não se consti tuem Estado, queiram se constituir Estado, e o exemplo da África é muit presente, para os dominadores. Na África, as nações os povos que começ ram a se rebelar e a se ~~transformar~~ tornar independentes, estavam submissos ao

O SR .....Colonialismo, (COMEÇARAM A SE INSURGIR BELICAMENTE ~~ininteligível~~), de forma armada e a a arma principal utilizada pela dominação colonial CONTRA ~~que~~ os povos da África, na verdade não foi a metralhadora, o canhão e a bazuca, mas foi a desarticulação das populações, a união de certas populações, união artificial de povos, divisão artificial de povos, e a criação de Estados na África, que não correspondem ~~xxxxx~~ aos povos originais - que ali habitavam.

Então se criou (ESTADOS ~~ininteligível~~) que não tinham nada a ver com as Organizações Sociais, existentes na África, e esta é a forma como o Imperalismo, a dominação Colonialista, continua dominando a África, ATÉ HOJE. Se cria o Estado, como o Estado do Gabão, e se lhe dá independência ao Estado de Gabão, no Estado de Gabão, existem algumas etnias que - disputam ~~xxxxxxx~~ entre sí o Controle.

É muito fácil para a França alimentar uma etnia - contra outra, e ao mesmo tempo colocar seus produtos em venda no Super - mercado (GABONÊS ~~ininteligível~~). Mas na verdade a independência de cada um dos povos QUE COMPÕEM O ARTIFICIAL ~~foi artificial o~~ Estado do Gabão, não está garantida. Então quando se falava no Brasil, de povos, de nações, o medo era o mesmo, o medo é que Hianomanis se aliassem ~~xx~~ aos Tucanos, que se aliassem aos (TICUNA ~~picunas~~) e que formassem uma nova Nação, que pudesse ser gerida por um Estado, como a Holanda, a Bélgica ou a (Escandinávia). Isso não é possível NO BRASIL. Mas desde a Segunda Guerra, que embora se tenha falado muito em Direitos Humanos, tem se sistemáticamente evitado falar em direito dos povos, e se vocês começam a observar bem, os conflitos do pós-guerra, são praticamente todos baseados em conflitos de povos,(conflitos de povos) subordinados a Estad que querem se constituir em Nações Independentes.

Um único direito que é reconhecido aos povos, é o de se constituir Estado, quando Estado não há.

Então o que se fala de auto-determinação dos povos por exemplo é a auto-determinação dos Estados.

Depois que os Estados se compõe, passa a valer a Lei do Estado, passa o Estado a ter supremacia sobre os povos que habitam o seu território, e não é mais possível o reconhecimento Internacio

na

O SR. CARLOS MARÉS ..... : de povos que vivendo sobre o Território de um Estado, queiram se tornar independentes, mas mais grave que isso no Brasil, os povos, as nações indígenas Brasileiras não se pretendem constituir Estado, não querem se constituir Estado, porque não precisam se constituir Estado, apenas querem garantir os seus direitos de povos. E esses direitos de povos, pela primeira vez na história Brasileira, é relativamente reconhecido na Constituição de 88. E quando eu digo relativamente reconhecido, é porque o ideal é que fossem reconhecidos com todas as letras, isso embora excelente, embora muito acima das expectativas, a Constituição de 88, é ela mesma melhorável, ela pode melhorar. Eu acho que o povo brasileiro numa próxima Constituição pode dizer exatamente isso, que os povos que vivem no território que o Estado Brasileiro controla, tem liberdade de viver como povos.

Agora, está quase difícil, porque o Estado Brasileiro reconhece, a organização social, os costumes, tradições, crenças etc... e reconhecem o direito originário sobre suas terras, o que ainda não reconhecem, é o direito desses povos quererem ou não quererem, eles mesmos, a tutela do Estado. E a Tutela do Estado lhes é imposta independente de suas vontades.

Então aí, continua existindo a Tutela do Estado Brasileiro, o Estado Brasileiro continua sendo o tutor destas populações indígenas, quer ram ou não queiram.

É claro, que isso tudo o que eu disse, cabe muito bem à Constituição Federal. Nós sabemos que desde 1946, quando a Constituição de 46, começou a ser enfraquecida em seu poder, o Estado Brasileiro, é um falso Estado Federado. A Federação Brasileira é falsa, a Federação Brasileira é de papel, não é capaz de suportar sequer uma Constituinte Estadual ...

O SR. CARLOS MOSÉS :- ...sequer uma Constituinte Estadual, a tal ponto que as Constituições Estaduais não podem dizer nada que ~~xxxx~~ fira a Constituição Federal. Já disse qual é a competência do Estado, já disse como o Estado vai ser governado, já disse como será a Legislação do Estado, já disse tudo. Não sobrou para o Estado se não regulamentar aquilo que a Constituição disse que é competência do Estado fazer e em consequência maior ainda aos municípios que ficam também com sua competência restrita ao que diz a Constituição Federal.

Bom, então nos sobra para as Constituições Estaduais muito pouco. O meu medo é que como esta questão é controversa, é uma questão de difícil solução e nós conseguimos um extraordinário avanço a nível federal para os Estados e, principalmente os Estados onde as populações indígenas são mais numerosas e, portanto, os interesses econômicos contrários às populações indígenas são maiores, venham a criar situações que enfraqueçam o que está dito na Constituição Federal. E é por isso que no trabalho de nível nacional, que a gente tem feito, ~~xxxxx~~ de orientação jurídica, às organizações que defendem e protegem os direitos indígenas é no sentido de que nas Constituições Estaduais não deve constar nada que trate de questões de terras e trate das questões organizativas dos povos indígenas. Estas questões estão na Constituição Federal e a Constituição Federal noutros artigos diz que é competência federal. Portanto não há por que as Constituições Estaduais tratarem deste assunto. Se tratarem terão que repetir o decidido na Constituição Federal. Isto não interessa nem é bom e, se por acaso, como disse o Deputado que abriu esta Sessão, as Constituições Estaduais tentarem melhorar, como disse, a Redação desse texto, podem cair em contradição e caindo em contradição, porque a Constituição Federal é avançada, qualquer interpretação que se dê ~~xxxxxxxxxx~~ com o texto de uma Constituição com a outra é muito provável que aqueles que tem interesses econômicos superiores aos interesses dos índios, contra eles, tem vantagem na interpretação.

Por isso acho, e tenho recomendado às Constituições Estaduais que não tratem deste assunto que já tem tratado na Constituição Federal. ~~Todos os~~ ESTES DOIS temas: ~~aqui são~~ A QUESTÃO de terra e a questão da organização social e reconhecimento das estruturas sociais indígenas.

Claro que outros assuntos podem e devem ser tocados. E quais são os outros assuntos? Educação, cultura, saúde principalmente, e um que é excepcionalmente importante, não pode ser esquecido, que é o meio-ambiente, fazendo com que os Estados, ao proteger o seu meio-ambiente, protejam também o direito aos índios de viverem num ambiente seu, ou seja, ecologicamente viável e ecologicamente compatível com a sua cultura.

Bem, já sei que falei muito, mas apenas para encerrar, a Constituição brasileira...

foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988. Há, portanto, muito pouco tempo. É claro que não deu tempo ainda do Governo Federal lê-la, os nossos governantes e especialmente as pessoas do Ministério do Interior da Fundação Nacional do Índio, que hoje temos um representante, que é outra história, mas a Fundação Nacional do Índio, à nível nacional e o Ministério do Interior não teve tempo de ler a Constituição. E eu digo isto porque continuo numa ação absolutamente contrária à Constituição e parece que com mais força e mais intencionalmente tentando fazer com que esses direitos não passem de letra morta. Recentemente, mas muito recentemente, no mês de março passado, o Presidente da República assinou um Decreto que vinha assinado também pelo Ministro do Interior, Ministro da Agricultura, Ministro BAYNA DINIZ QUE NÃO SEI DE QUE PASTA É, ~~do segurança nacional, não~~ NÃO sei o nome, agora tem outro nome, mas enfim ele continua com o poder do serviço de informação, Estes Ministros e o ilustre Presidente da República assinaram um Decreto dizendo que a terra Ianomani que é reconhecida nacional e internacionalmente por todas as fontes científicas do Brasil e por governos anteriores de uma área contínua de aproximadamente 9 milhões de hectares, foram reduzidos pelo Presidente da República a dois milhões de hectares em 19 áreas não contínuas, ou seja, dezenove ~~áxxxx~~ ilhas que são ~~xxixx~~ nada mais nada menos do que um Decreto de... ETNOCÍDIO ~~(ininteligível)~~, um Decreto para que os índios ~~xxxx~~ Ianomani venham todos, na sua grande parte, e hoje são aproximadamente 10 mil índios no ~~xxxxx~~ território brasileiro, venham pelo menos uns 95%, talvez por gosto do Governo, a perecer e a serem dizimados, porque os índios ~~normalmente~~ IANOMANES não tem contato com a nação, com a situação brasileira.

Então, eu queria fazer este último registro de que apesar da Constituição ter dado um avanço extraordinário, o Governo Federal, os órgãos de assistência ao índio e o Ministério do Interior, não tem dado, não tem correspondido a este ~~xxxxx xx~~ avanço e continuam na sua ~~xx~~ prática que embora sob a capa integracionista é... ETNOCIDA E GENOCIDA ~~(inaudível)~~.

(PALMAS...).

... (palmas)...

Sra. Presidente (Cecília Helm)- Concedo a palavra ao Sr. José João de Oliveira.

JOSÉ JOÃO DE OLIVEIRA - Senhoras e Senhores.

Com a criação do serviço de Proteção...(fotocópia anexa)...

Exmo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa e Assembléia Constituinte do Estado do Paraná, Deputado Anibal Khoury;

Exmo Sr. Presidente da Comissão da Ordem Econômica e Social da Assembléia Constituinte do Estado do Paraná, Deputado Raphael Grecca de Macedo;

Exmo Sr. Relator da Comissão da Ordem Econômica e Social da Assembléia Constituinte do Estado do Paraná, Deputado Haroldo Ferreira;

Exmas Sras Deputadas e Srs Deputados Constituintes do Estado do Paraná;

Com a criação do Serviço de Proteção aos ìndios e Localização de Trabalhadores Nacionais-SPI, em 1910, a República brasileira instituiu diretrizes político-administrativas de condução dos conflitos entre índios e frentes colonizadoras do território brasileiro. Em virtude das conjunturas econômica e política vigentes à época, o SPI balizou sua atuação em dois princípios hierarquicamente ordenados:

1- garantir a expansão dos empreendimentos nacionais sobre o solo controlado por grupos indígenas;

2- acomodar no âmbito da sociedade brasileira os diversos grupos indígenas sobreviventes envolvidos pela supremacia técnica e político-administrativa da República.

O ordenamento tático do SPI em torno desses dois princípios operacionais visava canalizar para o governo as forças plíticas que [illegible] bipolarizadas em dois extremos: os intelectuais, cientistas, positivistas, poetas, escritores e humanistas identificados com a defeza do direito e sobrevivência indígenas; e, os colonizadores estrategistas defensores da incorporação das fronteiras econômicas e supremacia dos projetos desenvolvimentistas sobre o solo e interesses tribais.

A criação de uma Inspetoria do SPI na cidade de Curitibs na década de vintte constituiu uma providência estatal, pois nos campos, rios e florestas de Palmas, Guarapuava, Rio das Cobras, São Jerônimo da Serra, Apucarana e Ivaí viviam índios conhecidos genericamente por coroados.

Apesar da persistência desse aparato governamental na capital deste estado, na década de cincoenta a Serra de Dourados foi palco do extermínio quase total de um grupo indígena que ~~vivia~~ vivia a idade da pedra. Ironicamente, Srs e Sras Constituintes, os XETÁ foram vítimas das doenças levadas por trabalhadores de um empreendimento colonizador denominado "Nova Hiroxima" que, também, destruiu o meio ambiente preferencial desse povo. Os seis sobreviventes desse etnocídio não detêm condições biológicas e sociais de perpetuação e reprodução de sua cultura tradicional.

Com isso, a humanidade perdeu lastros com um povo que acumulou conhecimentos sobre a natureza e viveu organizado socialmente distanciado de nosso tempo e racionalidade. Lamentavelmente, os XETÁ sucumbiram diante de nossa contraditória e incontrolável ganância.

Depois de cincoenta e sete anos de existência asinalados por períodos de apoio político e orçamentário, aperfeiçoamento do quadro de pessoal e grande produção científica alternados por descrédito político, falta de verbas e militarização, o SPI foi extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio- FUNAI.

A instituição da FUNAI subordina-se às diretrizes da Convenção 107 de Genebra que dispõe sobre a integração das populações tribais dos países independentes. Portanto, a comunhão internacional em torno de um único e recomendável plano de incorporação das fronteiras econômicas dos paises signatários ratificou um FATO SOCIAL, identificável pela subordinação dos povos indígenas à nacionalidades politicamente superiores.

A população indígena do Estado do Paraná totaliza , atualmente, seis mil quatrocentos e trinta e cinco indivíduos distribuídos em quinze áreas indígenas que ocupam, aproximadamente, oitenta e um mil hectares. Com exceção de duas reservas, nas demais existe uma unidade administrativa da FUNAI destinada à prestação de serviços educacionais da primeira a quarta série do primeiro grau, assistência agrícola, atendimento de enfermagem e prática de serviços burocráticos. Com exceção de dois postos indígenas que são chefiados por índios os demais são dirigidos por técnicos agrícolas não-índios. Todas essas comunidades produzem alimentos típicos da dieta Kaingáng e Guarani e também produtos agrícolas de interesse da economia nacional. A educação indígena conta com professores das redes municipais e estadual de ensino e também com monitores índios no processo de alfabetização bilingue. De qualquer modo, a educação indígena subordina-se ao Plano Nacional de Educação

A maioria dessas áreas indígenas foi atingida por empreendimentos de interesse da sociedade brasileira e encontra-se cortada por estradas ou atingidas por barragens ou hidrelétricas.

Apesar da garantia constitucional do direito indígena à terra as reservas Pinhalzinho e Barão de Antonina estão parcialmente intrusadas e muitos índios recorrem ao trabalho de bóia-fria e encontram-se dissociados dos privilegiados projetos de bovinocultura e suicocultura de interesse exclusivamente administrativo.

Srs e Sras Constituintes:

O Paraná abriga atualmente o maior número de etnias não indígenas dentre todos os estados da federação, mas somente dois grupos tribais: Os Kaingáng e os Guarani; Estabelecer em sua constituição que os índios, suas terras, usos e costumes integram o patrimônio cultural e ambiental Estadual contribui para resgatar a importância do passado e salvaguarda o futuro de vicissitudes indesejáveis.

Curitiba, 19 de abril de 1989

José João de Oliveira
Sociólogo

JOSÉ JOÃO DE OLIVEIRA -... (termina de ler)... de vicissitudes indesejáveis.

Eu finalizo desse modo porque a menos de 30 anos ou melhor, há 40 anos atrás, os índios do Paraná foram surpreendidos pelo famoso acordo de 49. Através desse acordo o Estado apoderou-se das terras dos índios, repassou a uma Fundação ~~(?)~~ de Colonização e repassou as terras dos índios. POR CAUSA DISTO TERRAS DOS ÍNDIOS DO IVAÍ ~~do~~ Ivaí que hoje estão estimadas em 7 mil ~~hectares~~ e 200 (?) ~~de~~ hectares, foram ~~tiradas~~ DESPOJADOS de quase 20 mil(?) hectares. Terras como Ortigueira e Barão de Antonina num total de 3 mil alqueires e hoje estão aí ~~(inaudível)~~ REDUZIDAS A 3 MIL E POUCOS HECTARES

De qualquer modo senhores é isso que eu tenho para falar. Seria interessante que se observassem as diretrizes básicas da Constituição Nacional. E que nesse momento o Paraná observasse a importância de resguardar as populações indígenas, suas terras como parte do patrimônio cultural e ambiental estadual.

(palmas)...

PRESIDENTE (Cecília Helm) - Tenho a satisfação de convidar a professora Kimie THOMAZINE da Universidade Estadual de Londrina

Prof. Kimie - Eu preparei um material para exposição sabendo de antemão dos temas dos colegas. E pensei que tipo de contribuição eu poderia dar em cima da experiência que a Universidade Estadual de Londrina vem tendo do ano passado para cá.

Nós tivemos um convênio com a Funai em função de uma cobrança das lideranças indígenas para que a Universidade de Londrina atuasse nas comunidades, mas desde que os resultados desses trabalhos de pesquisa e de extensão tivessem um retorno para as comunidades indígenas.

E um dos argumentos que as comunidades indígenas nos colocaram é que há cerca de 4 anos atrás um professor de Patologia teria feito exame de sangue nas populações indígenas, se não me engano de Barão ~~de Antonina~~ e, simplesmente esse professor deve ter tido resultados, deve ter publicado os resultados em congressos, mas os índios não ficaram sabendo dos resultados e até hoje

estão cobrando porque os índios são tomados como objetos de estudos e os índios realmente, não tem se beneficiado desses conhecimentos e dos resultados dessas pesquisas.

Então, em cima disso e em cima também dos objetivos desse painel, tendo em vista já a fala dos colegas que me antecederam eu imaginei que seria interessante então trazer para o público presente depoimento do nosso trabalho, daquilo que a gente conhece da realidade dos índios e das necessidades atuais.

Então, a professora Cecília Helm.....

...então a professora Cecília Helm já falou sobre a história desse contato, uma história de muita ocorrência, de expropriação das terras, não é? O Professor Marés e o Dr. José João falaram também sobre os aspectos jurídicos e a política indigenistas, os aspectos legais e eu acredito que é interessante, então, para o conhecimento do público, saber de que forma estão sobrevivendo os índios nas reservas indígenas. Quer dizer, como é que todo esse aparato legal e toda esta história que pesa nos ombros dos índios como ela se traduz em termos de condições concretas de vida, quer dizer ~~xxxx~~, como se dá esta micro-violência no cotidiano, porque a cada dia que os índios vivem esta violência é relembrada e vivida. Então, seria mais ou menos dentro disso que eu pretendo falar. Eu acho até que eu estaria baixando um pouco o nível da discussão, falando das condições concretas e tentaria então amarrar dentro dessa ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ discussão mais abrangente.

Bom, o Estado do Paraná, então, tem hoje ~~xxxxxxxxx~~ quase sete mil pessoas e eu acho que é de seis e quinhentos e sete mil pessoas, distribuídas em várias reservas indígenas e ainda temos o Arquiquago Sinquadu ~~Quietá~~ Xetá com vinte dois ~~dependentes~~ DESCENDENTES mestiços, mestiços de xetá com ~~gamaa~~ branco, de xetá com caigangues mas, que estão já fragmentados e estão separados, então, não estão mais vivendo em comunidade. O ano passado nós tivemos o encontro de quatro ~~[illegible]~~ xetás e eu acho interessante relatar isso aqui, inclusive nós temos um vídeo gravado onde quadro adultos se reuniram, conversaram em xetá e até pediram ajuda da universidade e da FUNAI para que eles pudessem fazer uma reunião de todos os adultos e de todos os sobreviventes ainda de origem xetá. Claro, não foi viabilizado até agora, mas, eles, pelo menos, colocaram esta vontade de se reunirem e de trocarem idéias, porque eles estão cada um vivendo num local diferente, me parece que aqui em Curitiba temos um, em Santa Catarina outro e em outros polos do Paraná também, em CRUZEIRO DO OESTE. ~~(inaudível)~~. Então, estão todos espalhados. Entaõ, basicamente nós temos os índios caigangues e índios guara-

guaranis, que estão distribuídos em quase todos os Estados. Temos também o guarani-caioá que são poucos, mas estão também misturados com os caigangues e os guaranis.

Bom, na maioria dos casos tantos os guaranis quantos os caigangues estão hoje, como até já foi dito, praticando a agricultura de subsistência, porque os territórios que lhe sobraram é um décimo das terras que em 1949 eles tinham direito, nesse acordo de 49 praticamente, todas as reservas se reduziram a 10% do que eles tinham até então. Bom, além de praticarem uma agricultura de subsistência, venderem o excedente dessa produção para o mercado local- regional, mesmo assim é insuficiente, eles têm que vender o artesanato também que eles fabricam nas entre-safras e, quase sempre, estão vendendo a sua força de trabalho como assalariado na (inaudível). Então, hoje a economia básica desses índios é, realmente, baseada nesse critério: economia de subsistência combinada com a venda de artesanato e assalariamento temporário. Bom, com a expropriação dos seus territórios, a dilapidação dos recursos naturais, evidentemente, que toda aquela cultura tradicional era eregida sobre este território, como eu acho que o Marés falou, quer dizer, toda a vida dos grupos indígenas depende do território que ele ocupa. Então, toda a mitologia, todas as histórias que eles elaboram, os mitos sobre a sua origem, sente uma relação simbólica com o território de tal maneira que território não é trocado por outra terra. Como nós negociamos as terras da sociedade branca, quer dizer, isto é impossível na sociedade dos índios, porque é aquela terra, onde viveram seus ancestrais, onde estão mortos os seus ancestrais, é aquelas terras, especificamente, que têm um valor fundamental dentro da cultura desses povos. Para os povos mais sedentários estas terras são mais importantes ainda, para os grupos nômades, como os caçadores caigangues tradicionais já um pouquinho diferente de significado, aliás, é um significado diferente, mas o território não tem esses limites que teriam para nós. De modo que a vida dessas populações, tan-

FITA 02 - LADO B

tanto guarani quanto caigangues significa dentro das reservas que está começando, que está preso, é como viver preso, porque ele está limitado por fazendas de vizinhos, a área tem os seus limites, inclusive, limites bastante ~~incutados~~ ENCUETSDOS a partir de 49.

Bom, com o desaparecimento das florestas e com as destruições, então, de todos os recursos, é impossível mesmo eles continuarem praticando os seus meios de vida tradicionais. Isto é o que a Professora Cecília Helm falou, então, esta alteração no modo de produção da existência se operou em função desses fatores históricos que foram se acumulando, quer dizer, não só a expropriação da terra, mas, há o desmatamento e a dilapidação de todos os recursos naturais. A economia dos guarani, que era baseada em roça de coivara ainda é preservada, mas, é insuficiente, quer dizer, há uma série de novas necessidades que foram adquiridas nesse contato com o branco, mesmo porque roupas, calçados e uma série de artefatos hoje são necessários para a manutenção dos grupos e eles nem teriam matéria-prima suficiente para continuarem fabricando alguns objetos que eles normalmente faziam.

Bom, desta maneira nós podemos dizer que tanto os caigangues como os guaranis estão completamente atrelados e dependentes da economia regional, quer dizer, não há mais autonomia econômica e também não há mais autonomia política, não só porque eles não têm autonomia econômica mas porque existe aí a ~~interligação~~ INTERMEDIÇÃO da FUNAI, que é o tutor imposto, então, pelo Estado brasileiro. Bom, em função da alteração do peodução material de subsistência uma série de atividades cerimoniais e rituais também foram desaparecendo, por quê? Esses cerimoniais existiam dentro do círculo econômico tradicional, quer dizer, não ocorriam separados da economia, porque a ~~autonomia~~ ECONOMIA da ~~xxxxxxxxx~~ sociedade indígena é embutida, é encrustada no social geral, ~~xxxxxxxxxx~~ então, uma coisa não se separa, nós é que separamos economia de outras atividades, mas, na vida das populações indígenas a economia não se separa dos outros aspectos sociais. Desta maneira, mesmos os cerimoniais, os ritu-

rituais, também foram aos poucos desaparecendo e hoje os caigangues do Paraná não fazem mais a cerimônia que nós conhecemos ' que é o quiquí, não é? Parece que em Santa Catarina ainda é preservada já com uma alteração de significados, mais como ' uma lembrança. Também a economia está desorganizada, a economia' tradicional está desorganizada. Então, uma série desses rituais' desses cerimoniais, já não mais são feitos anualmente. Bom, eu ' estou falando isso, porque há uma discussão, principalmente das pessoas leigas, usando o argumento de que nós não teremos mais ' índios, que o sul do Brasil não tem mais índios, só na Amazônia' que tem. Então, que essas populações indígenas que estão vivendo já inseridas dentro da economia regional não seriam índios. Eu mais adiante vou discutir o conceito de índio, o conceito de comunidade indígena, para demonstrar, exatamente, que não é bem assim. Nós temos populações indígenas ' sim, porque o que conta é a identidade e a origem. Então, nós ' vamos tentar definir mais no final, eu vou falar das condições ' gerais para fecharmos, então, mais no final. Bom, se então a ' gente pensar na economia indígena nós sabemos que tanto os guaranis quanto os caigangues já perderam autonomia e estão quase que quer dizer, não há muita diferença, pelo menos a nível de aparência, não há diferença entre camponeses nacionais e campaneses ' indígenas. Se olharmos também para a habitação indígena, se a ' gente for onde estão os indígenas, nós verificamos também que não há muita diferença entre as habitações indígenas das habitações dos camponeses...

camponeses, são ranchos, são casas (?) ou de madeira ou de (?) e inclusive existe casas da Cohab em algumas reservas onde a FUNAI fez convênio com a Cohab. Eu até gostaria de falar sobre um aspecto que eu tenho observado e que mostra exatamente o que é essa pequena violência, essa micro violência que deve se somar para perceber que isso acontece em todos os aspectos da vida do índio. As casas da Cohab, por exemplo, aonde existem não têm nada a ver con as casas tradicionais dos índios. Quer dizer, não houve nenhuma pesquisa sobre as casas tradicionais, sobre a divisão interna, o uso da casa , a forma como eles usavam. Então é uma casa padronizada e hoje nós temos casa da Cohab e ao lado um ranchinho. Então nós temos famílias inclusive que vivem na dupla residência, a casa Cohab de um lado e o rancho do outro lado coberto de sapé, aonde ele cozinha, onde fica a maior parte do tempo e a casa da Cohab onde ele guarda seu material e dorme de noite. São casas que não tem conforto nenhum, muito quente de dia e muito fria de noite, não são nada saudáveis. Mas isso mostra realmente como os planejadores, como os administradores da questão indígena em Brasília não conhecem. Eles que são os tutores desconhecem a realidade dos índios. Ele não respeitam os costumes dos índios.

As aldeias que estão dentro das reservas elas são feitas à moda ocidental, é uma rua, casa dos dois lados. Não tem nada a ver com a organização social dos guaranis ou dos caingangues. Os guaranis costumam morar em núcleos habitacionais, que são núcleos de parentescos, são núcleos dispostos por grupos de parentescos geralmente os filhos vão se casando e vão fazendo as casas perto das casas dos pais. E os núcleos são distantes uns dos outros, no final zinho a gente percebe muito bem a existência de dois núcleos um mais antigo e um mais recente. Em Barão de Antonina em São Jerônimo também nós percebemos isso naquelas populações que não tiveram as casas da Cohab, que preferiram morar mais para o fundo das reservas. Então isso é preservado quando eles têm essa liberdade de preservar. Os...

Os caingangues por sua vez o costume é diferente. São dois grupos culturais diferentes: guaranis e caingangues. Os caingangues costumam morar longe também um do outro, no meio do mato de preferência e bem escondido, no meio do mato a cerca de 200, 300 metros da água, eles escolhem um canto, fazem um rancho e moram e são bastante espalhados, moram espalhados. Isso também se percebem em Barão, em São Jerônimo, em alguns locais da periferia de Apucarana também a gente vê que algumas famílias preferem morar longe da sede onde tem essas casas. Então a gente percebe, desde que as condições lhe permitam, eles voltam a recuperar o s seus, preservar os seus costumes. Eu gostaria de falar também da educação indígena que é uma questão seríssima.

Com relação à educação básica existe um artigo em que diz que as populações indígenas podem ter uma educação não só em língua portuguesa mas também na língua nativa e adequada, dentro de metas adequadas com a realidade. E isso nunca foi obedecido. Então o que nós temos realmente é o seguinte quadro : os prédios escolares são precaríssimos, mas de uma precariedade que somente a capacidade dos professores locais que acabam tendo que enfrentar as insuficiências, têm que improvisar o tempo todo, ou é uma sala só para todas as classes que têm horários diferentes, ou então tem que pegar a cozinha e dividi-la na metade. ... A escola é uma sala só, a professora cozinha faz a merenda junto, está dando aula faz a merenda. As condições físicas são precárias. Na situação indígena a coisa se complica mais quando se pensa em termos de dados, nem todas as escolas têm monitores bilingues. E o professor de primeiro grau dá a mesma aula com o mesmo material did-ático que as nossas crianças têm aqui na cidade. As mesmas cartilhas com os mesmos conteúdos. E nós sabemos que os conteúdos estão completamente distorcidos com relação à imagem do índio e à imagem do livro. Então vejam, essas crianças segundo depoimento dos professores das reservas do norte do Paraná, que nós fizemos um encontro de todos os professores monitores no Norte do Paraná, e no depoimento deles o grande problema dos professores é a evasão ...

de escolares, porque as crianças não se interessam pela escola porque o assunto não tem nada a ver com a realidade deles. NÃO É DOCUMENTADO Não fal deles, eles não aparecem nos livros didáticos, mesmo para as nossa crianças a imagem que eles têm do índio é de um índio do passado, é de folclore. E pela Constituição então os índios deveriam ter uma educação bilingue, deveriam ter um material adequado à realida de deles. Mesmo que isso esteja garantido no papel isso na realida de não ocorre. E a continuidade, a partir da 4ª série não há nenhu ma garantia, porque as crianças estudam até a 4ª série , isso aquelas que conseguem chegar na 4ª série. E a partir da 5ª série eles teriam que fazer fora da reserva e aí,realmente, com muito custo algumas crianças conseguem viajar mas acabam perdendo, tem tantas faltas porque a estrada fica ruim no dia de chuva, não tem condição, então essa continuidade que é garantida a todos os brasileiros, na Constituição, também não ocorre.

Então eu vejo a questão da educação em dois níveis aí. De realmente se viabilizar e isso o Estado pode assumir, colocar mais esse direito de uma educação adequada. A UEL está fazendo agora um projeto de estação bilingüe com linguistas estudando a cultura caingangue, a língua caingangue montando a história então dos cain gangues contada por eles como material didático para que essas crianças possam,realmente, se interessar e entender que a história que eles estão ouvindo -é a história a onde eles são personagens também, estão presentes. Esse é um lado da questão, o outro lado é a questão da educação em geral que está sendo feita a todas as crianças das escolas do Brasil. E as das escolas do Paraná. Então gostaria até de dizer que existe um livro chamado " A questão indígena na sala de aula", feito exatamente para professores de primeiro e segundo graus, a onde há pesquisas científicas feitas, existem propostas de uma reformulação do conteúdo desse material didático que as nossas crianças estudam : tanto com relação à questão do índio quanto à questão do negro, é um livro, eu até trouxe o livro, se houver interesse. É um livro...

publicado pela Brasiliense, organizado pela ARACY LOPES DA SILVA que é uma antropóloga professora da USP com vários textos e com propostas concretas de como essa reelaboração, essa reformulação poderia ser feita. Então é um material de alto nível, de alto gabarito, feito por pessoas respeitáveis, reconhecidas pela comunidade científica. Então são 2 níveis que teriam que ser tratados. A própria sociedade brasileira aqui no conjunto que tem que ser reeducado, de estudar uma outra histróia, recriar a história verdadeira e não a oficial, teria que ser revisto isso e a educação do índio que deve ser dada para as comunidades indígenas.

Existe também um material aqui feito por um professor da Un.Federal do Paraná e que foi feito também para os professores de 1º e 2º Grau e eu em Londrina fui chamada, mas eu fui convidada para, no ensino de 2º Grau, falar sobre a questão indígena na semana do índio do ano passado e verifiquei que as escolas desconhecem esse material. Quer dizer, não utilizam. É um esforço feito por pessoas interessadas em colaborar e há um desconhecimento, chma-se : " Índio do Paraná ", falando sobre os Xetás, os Guaranis, os Caingangues. Esse material desconhecido ... lá em Londrina nós fizemos xerox (...) , pelo amor de Deus, é uma questão que tem que ser inserida no currículo normal, não é só no Dia do Índio que vocês chamam a gente para falar ... (término fita 2 lado B)

sobre o índio. Todo o dia é dia de índio. É uma coisa que tem que ser reformulada. E nós temos um material bastante vasto. Já existem várias publicações, várias reflexões dos anos de 70 para cá e nos últimos anos de 80 para cá...

COMISSÃO ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

19/04/89 EZ -1- FITA -3- LADO -A-

A SRA. KIMIE THOMBZINE Nos últimos anos de 80 para cá, de 80 para cá, então a numeração aumentou; pesquisas antropológicas , infecções antropológicas e trabalhos de juristas especializados na questão marcam várias publicações. Então, no fim fica restrito , digo, a / leitura fica restrita a um grupo de pessoas, meia dúzia de pessoas de cada Estado. Eu acho que, isto teria que ter, a questão indígena tem que ser assumida por toda a sociedade brasileira ;não é uma questão da FUNAI; a FUNAI é uma Instituição criada pela sociedade, mas, é um / problema de todos nós ;e, me parece que de repente a sociedade / brasileira , em geral, analisa o índio como não sendo uma questão de todos nós; claro que é de todos nós, claro que é nosso problema.

É um problema de todos nós; Agora, outra questão fundamental em relação às necessidades das reservas indígenas em relação às escolas, é realmente a carência de / professores que trabalham nas áreas, e a carência ~~de um ano todo~~ de monitores de língua. A maior parte ~~dessa ideia~~ das reservas área não tem um monitor de língua.Nós temos um, São Jerônimo , numa situação, que eu não sei nem adjetivar. Nòs temos um monitor bilingue, só que o monitor bilingue da língua caingangue. ... Lá tem dois grupos, os guaranis e caingangues .

As crianças , tanto guaranis quanto caingangues têm aula com este monitor caingángue. Então; outro setor básico constantemente reivindicado , é a questão da saúde. ~~Que haja~~ Já foi dito que houve uma melhora nas condições sanitárias , enfim, na questão toda de saúde;houve uma melhora neste aspecto, mas, na verdade a situação é muito precária,

Eu acredito que até seja um dos problemas mais sérios , Há poucos profissionais na FUNAI, que trabalham na FUNAI, me parece que nós temos um médico em Londrina, um dentista em Bauru, para atender toda essa população. Há também falta de antropólogos , de profissionais de antropologia como o próprio trabalhador ~~já deve ter visto~~ que presta serviços na própria FUNAI.

Então, a questão da saúde é uma questão pública. Estive / conversando com uma liderança indígena , aliás falecido recentemente, que dizia o seguinte, que na década de 50, a própria FUNAI perseguia /

os curandeiros, indígenas, que usavam medidas caingangues.Eram perseguidos; HOJE OS INDIOS CAINGANGUES JÁ ESQUECERAM A MEDICINA CAINGANGUE ~~já esqueceram as medidas caingangues~~ e não têm acesso à medicina alopata, A MEDICINA DO BRANCO.

Então, ele está realmente, inteiramente desprotegido , porque ele não tem mais aquilo que poderia realmente ajudá-lo.E hoje a FUNAI não tem estrutura para assumir essas responsabilidades, então, a situação é a mais precária do que vocês possam imaginar.

Acho que falta ainda falar da FUNAI ; que ~~ela~~ é encarregada da tutela , digo, esta Instituição é encarregada da tutela DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS; e eu tenho que falar da FUNAI , ENQUANTO ~~que falta~~ estrutura, QUE FOI MONTADA ~~que é~~ encarregada ENTÃO da / administração de todos os problemas DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS, porque esse realmente é um grande problema para ser resolvido.

Esse controle que a FUNAI exerce sobre a comunidade indígena , é um controle que tem prejudicado os índios, porque , a assistência que a FUNAI vem dando tradicionalmente, parece que, há uma política de mudarem ;atualmente há uma tendência à MUDAR ~~realidade~~ .Mas, tradicionalmente a FUNAI tem dado um tratamento assistencialista ;criou assim uma dependência muito grande das populações indígenas em relação à ela, e, ela não tem estrutura então, para dar essa assistência, e os índios estão / realmente, hoje reduzidos a uma situação de dependência absoluta.

Então, eu hoje fico pensando assim, aquilo que a Constituição dos índios, que os índios são relativamente capazes , acaba sendo traduzido realmente , porque toda política tem sido no sentido de reduzir a sua capacidade de resolução, de decisão.

Então, isso acaba acontecendo na prática; e, há um movimento então, hoje, em todo o País, de rebelar-se contra esta situação . As lideranças, apesar da FUNAI , continuam emergindo e continuam se organizando. Quer dizer, há momentos em que as lideranças conseguem organizar as situações ;há uma conscientização maior das comunidades e, é a partir dessa conscientização que está havndo, até mesmo por parte da FUNAI, uma reformulação interna.

Não sei até que ponto a FUNAI , a resistência interna vai ser maior ou menor; mas, a própria FUNAI hoje , não conseguiu dar conta

não conseguiu dar conta, do seu papel, porque na verdade, os fatos mostram que a tutela tem se dado ao contrário, não é, desproteção, e tem sido um órgão contra os interesses indígenas ~~(inaudível)~~...ela está plenamente desacreditada não só pela população indígena , mas, por toda a comunidade antropológica .

Então, eu vejo uma necessidade assim de que, a FUNAI seja realmente muito corajosa em si, e tenha que fazer uma auto crítica muito corajosa também. Não sei se, neste momento ela vai ser reservada aqui, ou não, mas, de qualquer maneira ela , a FUNAI tal qual ela se apresenta , é - impossível de ela continuar. (PALMAS)

Colocadas estas questões , que são os problemas das populações ~~bastante visíveis~~ indígenas, e eu quando falo em FUNAI não estou falando das pessoas, estou / falando da estrutura , porque eu conheço ~~todos~~ os professores ~~problemas~~ das reservas, eu conheço alguns ~~todos os~~ funcionários que moram nas reservas, ~~conheço alguns que moram lá nas reservas~~ , que são funcionários da saúde, mas, que realmente, estão sem condições de trabalhar porque tudo depende de Brasília, e eles tratam a questão/ ~~condição~~ indígena exatamente , como se todas as populações fossem iguais. E O REFERENCIAL É SEMPRE O REFERENCIAL DO BRANCO. ~~E teve um padrão assim interessado (inaudível)~~...Não estou falando das pessoas, estou falando da estrutura , de uma estrutura que tem que, acho que tem que ser virada de ponta cabeça.

Eu queria então, tentar comentar, amarrar um pouco mais esta minha fala , dizendo então o seguinte; que existem aí alguns aspectos visíveis, qualquer pessoa que for na reserva vai ver que condições vivem os índios ~~eles~~; e, que são as / piores possíveis ; são um padrão baixíssimo de vida. A fome é um fator / presente na vida deles; a falta de roupa , para as crianças irem para a escola também ; pois, eu já estive numa família , e me disseram que a / criança não ia para a escola porque não tinha sapatos, não tinha roupas, e assim sendo, não há as mínimas condições.

Então, eu gostaria de retomar aqui, simplesmente para dizer o seguinte: o que significa essa aparência , que a gente viu. Essa situação é uma situação com pressa , não é uma invenção .Todo mundo, e as lideranças estão aí, e poderão inclusive confirmar as minhas palavras, ~~ou não, o que eu gostaria de dizer, é que os índios culturalmente terem adquirido um enorme significado, por terem alterado essa economia, eles~~

A SENHORA KUMIE - ... minhas palavras e o que eu gostaria de dizer aqui é que os índios, aqui do Paraná e do Sul do Brasil, apesar de culturalmente terem adquirido novos significados, de terem alterado a sua economia, de terem deixado de fazer as suas cerimônias, eles não deixaram de ser índios, por quê? Usando, então, uma afirmação da Manuela Canedo da Cunha ela vai dizer aqui que cultura, umas das características da cultura é que ela é continuamente recriada, língua, ritos, crenças, artefatos materiais, são partes de culturas vivas e como tais sujeitas a mudanças históricas dentro de lógicas que lhe são próprias. Então, os Caigangues(?) e os Guaranis neste sentido, dentro deste contexto aqui desenvolvido pela Professora Cecília Helm(?). Então, dentro do contexto histórico em que se inserem produziram a cultura Caigangue e Guarani de hoje, reiventado, recriado e reinvestido de novos significados, que caracterizam a dinâmica da produção cultural dos mesmos. Assim, mesmos que tenhamos um caigangue vereador, um Guarani Vereador, ou os índios trabalhando como bóias-frias ou até como tratorista enfim, aviador, piloto de avião. Então, ele não vai deixar de ser guarani, não vai deixar de ser Caigangue.

Mas, ainda citando a mesma autora ela diz que fatos culturais poderão variar no tempo e no espaço, como de fato variam sem queisso afete a identidade do grupo. Então, o que que é a identidade do grupo. Então, nós temos hoje uma definição de identidade étnica. Então, as formas vigentes hoje, aceita por toda comunidade cientifíca define grupos étnicos como forma de organização social em populações cujos membros se identificam e estão identificados como tais pelos outros, constituindo na categoria de distinta de outras categorias de mesma ordem. Daí temos o seguinte: que comunidades indígenas são aquelas comunidades que se consideram distintas da sociedade nacional em virtude de uma consciência de suas continuidades históricas com sociedade pré-colombianas. Eles tem então, uma ou-

outra origem histórica. E é índio quem se considera pertencente a uma dessas comunidades e é por elas reconhecido como membro.

Para encerrar, eu gostaria de dizer que apesar das aparências mostrarem que os índios hoje parecem-se muito mais que camponês, nós temos no Paraná comunidades Caigangues e comunidades guaranis, assim como temos índios caigangue e índios guaranis.

Mais ainda eu gostaria de enfatizar a omissão da sociedade brasileira quando se trata das questões dos índios. Isso é realmente para relembrar mais uma vez aquilo que eu já falei, quer dizer não é um problema da FUNAI ou de algum órgão que venha substituir a FUNAI, é um problema da sociedade, a sociedade tem se omitido porque há um órgão encarregado da tutela. Mas, é um problema que tem que ser assumido por todos os segmentos da sociedade nacional e eu acho que é isso que as lideranças indígenas já perceberam. Elas viram que esperar da FUNAI alguma alteração da sua situação seria perder tempo. Então, eles começaram a solicitar de outros segmentos uma contribuição para que eles possam alterar concretamente o que eles querem, é realmente isso: melhorar as condições de vida que eles têm hoje, as condições de saúde, de educação, de cultura, enfim, todas essas condições que todos nós queremos que melhore para todas as populações.

Então, eu encerraria por aqui e estaria disponível para os debates.

(PALMAS)

A SENHORA PRESIDENTA - Houve uma omissão aqui da Mesa eu deveria convidar também para participar a Inair, representando a Casa Latino Americana.

(PALMAS)

Passo a palavra ao Senhor Batistela...

A SRA. CECILIA - ... Passo a palavra a Sr. Batistela.

O SR. BATISTELA - Eu gostaria de agradecer a feliz oportunidade que tem tido a Assembléia Legislativa de propiciar esse momento para os índios, para os indigenistas e para os pensadores da questão indígena e a todos aqueles que de uma forma ou outra têm colaborado com essa questão tão complexa e diversificada.

(Lê) A PRÁTICA E A POLÍTICA ...

A PRÁTICA E A POLÍTICA INDIGENISTA REALIZADA PELA FUNAI NO SUL-SUDESTE BRASILEIRO

Segundo José Claudinei Lombardi, "Antes de mais nada é preciso que se entenda que ao longo da História do Brasil, que é a história da expansão e do desenvolvimento do capitalismo, as relações entre índios, por um lado, e "brancos", de outro, têm-se caracterizado pelo conflito, tendo por palco principal a luta pela posse da terra. O problema tem que ser encarado sob o prisma dos envolvidos: para os índios, os brancos liquidam as últimas possibilidades de uma vida autônoma ao invadirem seus territórios tribais; para o branco, a questão se coloca em termos de não ser possível parar com a expansão e o desenvolvimento da civilização, onde o índio aparece como aquele que domina terras virgens, férteis e abundantes em recursos, criando dificuldades para que as terras, por eles ocupadas "improdutivamente" sejam ocupadas e possibilitem a realização da acumulação de capital para a promoção do desenvolvimento.

Sabe-se, porém, que os julgamentos de valor não podem ser deslocados da totalidade social em que são engendrados, e que, por isso mesmo, a questão indígena, tal como é revelada pela forma de pensar dominante, está carregada dos conceitos pré-concebidos presentes na concepção civilizadora de nossa sociedadade. Nesta, os "brancos" são apresentados enquanto os possuidores da verdadeira civilização e os índios ignorantes que precisam ser domesticados. O denominador comum que caracteriza uma ideologia dominante, reside no fato de que apresentam uma falsa realidade, através da qual fogem à verdade incômoda de ter-se que reconhecer que a práxis sócio-econômica da sociedade brasileira, por ser classista, é de exploração. Exploração que só é possível quando uma classe se outorga no direito de se constituir como dominante".

O SR. BATISTELA - (Termina de Ler) ... constituir como dominante.

A criação da Funai, isso já foi abordado, criada em 1.967 apenas em substituição ao Serviço de Proteção aos Indios que durou 57 anos e no seu final foi amplamente criticado no Brasil e no Exterior.

A atuação da Funai. A Funai começou a atuar mais precisamente em 73 com exatamente a criação do Estatudo do Indio, uma lei que viabilizaria a prática do indianismo, isto não foi verdade. A tutela que garantia a liberdade dos indios se tornou cerceadora da mesma pela falta de proteção e assistência que a Funai deveria dar às comunidades indígenas. As terras estavam todas ocupadas praticamente por não-indios e essa ocupação se dava principalmente pelo sistema fundiário regional, pelo arrendamento de terras amparado pela lei anteriormente do serviço de proteção aos indios.

A qualidade das terras, as condições da forma climática dos sul brasileiros eram muito favoráveis para o desenvolvimento da agricultura. A importância da agricultura no contexto sócio econômico regional, o tipo da agricultura praticada e principalmente o argumento que tinha a sociedade envolvente de que existia muita terra para os indios e não utilizadas sobre a ótica produtivista normalmente. Os indios trabalhavam em levas para a agricultura regional. Comunidades todas eram tomadas como o caso de Votoran, no Rio Grande do Sul, pela sífilis que traziam para dentro da área no momento em que saiam para trabalhar fora. A subnutrição determinava uma alta taxa de mortalidade infantil e as populações permaneciam estagnadas quando não em fase de depopulação e essa depopulação ocorria principalmente pela indisponibilidade das terras. As terras embora indigenas estavam nas mãos de brancos a indisponibilidade de outros meios naturais de sobrevivência ...

O SR. BATISTELA - ... meios naturais de sobrevivência, caça, pesca, coleta eram impossíveis de praticar. A carência estrutural da FUNAI determinado pela falta de orientação, proteção e assistência, a falta de política de medicina preventiva e a inexistência de articulações em outros órgãos para o atendimento à saúde.

Em meados de 1970 um convênio com o Instituto de Estudos Linguísticos que a FUNAI realizou conseguiu determinar a grafia da língua kaigange, o que possibilitou um melhor desempenho na época pelo menos na área de Educação, com a formação de alguns monitores (?) bilingues, estendendo-se hoje para outras áreas.

No ano de 1976 a FUNAI instalou serrarias em áreas indígenas em número de 5, visando retirar recursos dospinheiros das áreas indígenas para financiiar projetos em outras regiões do Brasil e aqui também .

A partir de 1977 passaram os índioos a receber uma certa assistência da FUNAI, embora com recursos oriundos dessas riquezas naturais das áreas. Mas esses projetos da FUNAI receberam uma oposição muito grande de indigenistas na época e também de lideranças indígenas, e isso se acentuou com o apoio inclusive do indigenismo alternativo à época, até o momento em que em 1979, a pedido de duas lideranças hoje já não mais existentes, que é o Ângelo Cretã e o Norberto Gabriel do Paraguai e a sua liderança em Mangueirinha, solicitaram o fechamento desse projeto econômico da FUNAI, no qual nós temos solicitado a intervir para fechar. As serrarias foram fechadas à época.

Mas em 1978 pintava-se um quadro, um movimento contra exatamente a ocupação das terras pelo não-índio. E esse movimento recebeu dos brasileiros um apoio bastante amplo, dentro e fora do pessoal que trabalhava com a questão indígena. Então, em 1978 começou exatamente o processo de retirada dos não-índios da área indígena do rio das Cobras aqui no Paraná, passando posteriormente para Uanoai no Rio Grande do Sul, Chapecó (?)... e outras reservas indígenas.

Em 1980 no início do ano faleceu uma das grandes lide

ranças Kaiganges do Paraná e também do Sul que foi o Ângelo Cretã e logo após faleceu o Norberto Gabriel, outra grande liderança expressiva, mas guarani.

Então, esse trabalho passou a perder um pouco a articulação a nível dos índios. Seguiram-sem anos de organização, de realização de trabalho a nível de campo, muito embora a FUNAI, com a lentidão de toda a máquina administrativa pública, não conseguia dar resposta a uma característica cultural do índio, que é o imediatismo. Ele exige uma resposta muito mais rápida das coisas, e a FUNAI não respondia, a FUNAI estava em Porto Alegre e os índios estavam a 300 km. de Porto Alegre, a FUNAI estava em Curitiba e os índios estavam longe de Curitiba.

Então, havia, além dessa falta de estrutura, uma morosidade muito grande na resposta às solicitações.

Então, decide-se após muitos conflitos e até em 1985 chegando à invasão, depois sequestro de funcionários, um conflito sério entre lideranças indígenas, índios e a própria FUNAI, invasão da FUNAI em Londrina, e decide-se por uma reeestruturação e descentralização administrativa na FUNAI. Na época o Presidente da FUNAI, José Meirelles (?), lançou esta idéia junto ao Ministério do Interior e a Presidência da República para que atingisse esse objetivo e houve então a Superintendência Executiva da FUNAI, e aqui ficou a sede do indigenismo oficial, há 78 anos Curitiba coube a 1ª Superintendência Regional com os dois Estados, Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Sul e para o norte os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Após colocados que fomos após trabalhar 9 anos a nível de campo com essas comunidades, principalmente do paralelo 24 para baixo do Sul do Brasil, nós ouvimos as 52 lideranças indígenas sobre suas prioridades e necessidades básicas. Eles identificavam como prioridade 1 a demarcação das terras, prioridade dois...

COMISSÃO ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL - 19.4.89/EL 16.55 .1.

O SR.BATISTELA - ... as demarcações das terras, prioridade 2 os projetos de desenvolvimento comunitário.Porque a demarcação da terra.Exatamente eu poderia estabelecer uma correlação,hoje, com o trabalho da Profa. Ceci lançado em 74 que foi pesquisado em vários anos com dados de 63 até 67 sobre a população indígena do Paraná e também à quantidade de terras que eles habitavam à época ou que tinham posse à época. Os índios do Paraná em 74 eram em número 2634, passado exatamente essa época depois da desocupação das terras e quando se iniciou um processo de desenvolvimento comunitário ainda que incipiente, ou ainda que não dentro do nível desejado pelos pensadores da questão indígena, porque nós procuramos ouvir as lideranças indígenas para elaborar toddo esses Projetos.Em nenhum momento mais passou a FUNAI a impor no sul brasileiro em cima dos índios. As 52 lideranças são testemunhas desse trabalho que executamos, muito embora os recursos, os meios não estejam à altura daquilo que nós desejamos realizar para os índios. Eles sabem perfeitamente, que a FUNAI, nunca impôs,depois dessa época, a sua vontade em cima dos povos indígenas.

Hoje, passado então, passados extamente 12 anos os índios do Paraná somam 6568 indivíduos. E as terras que eram num total de 59 mil 745 hectares, hoje são 81 mil hectares. A dificuldade de um indianismo prático para chegar a isto é um desafio. É fácil para nós colocarmos essa situação à distância, é muito difícil enfrentarmos 7 mil invasores dentro de uma reserva, para retirá-los dessa área, no momento em que há conflitos sociais sérios e programas de ordem social séria. No momento em que o indianismo deseja há outras forças que não desejam aquilo que nós queremos.

Mas chegamos a este quadro neste momento. Nos Estados do Paraná, Sta.Catarina e R.G.do Sul, São Paulo e Rio existem 47 terras ocupadas pelos índios, num total de 179 mil 512 hectares, dos quais 150 mil 623 se acham demarcados, algumas reservas ainda para aviventação, porque as peças técnicas que correspondiam a esse reserva como : palmas e Mangueirinha no Paraná, elas desapareceram

no ano de 75 quando incendiou o Ministério da Agricultura e nós não temos as peças técnicas agora. Então hoje, embora se tenha documentos anteriores a isto, o que nós precisamos como planilha de cálculo para chegar a um decreto que hoje determina, o Estado,nós, precisamos do levantamento topográfico a nível de área. O Paraná conta com 17 terras indígenas e com esta população já indicada.Apenas para abordar um asssunto coloca antes, os (~~chetas~~ VETAS ?) são em número de 7 - duas mulheres e 5 homens, vivendo um na reserva de Guarapuava, 2 na reserva do Rio das Cobras, 1 no Município de Turvo, soldado da PM, 2, um homem e uma mulher fora das reservas no Noret do Estado casados com não índio e o Rondon que está conosco aqui hoje. Os caingangues que são a maioria dominante e também os guaranis. No Sul do Brasil nós temos hoje nessa área de 179 mil hectares, vivendo 22 mil 614 índios.Predominando a do índio caingangui correspondendo hoje , quer queira ou não, é a terceira nação indígena brasileira em população.

A taxa de crescimento anual dos índios desses estados é da ordem de 3,6. Significa que está um ponto acima da média regional, está um ponto acima da média nacional. No Paraná o ...

O SR. BATISTELA - ... significa que está um ponto acima da média regional; está um ponto acima da média nacional. No Paraná o crescimento populacional é de 2.6 - dos índios 3.6 . No Rio Grande do Sul o cresimento da sociedade regional é de 1.55; a dos índios é de 3.6 .

Então os dados demonstram que realmente aquela fase de estagnação do crescimento da população indígena foi notificado quer queira quer não, embora, se errando até xx no destino da questão nós chegamos a este quadro hoje; e este quadro hoje se deveu muito à liberação das terrras, se não de todo em parte aos índios.

E nesses últimos anos garantidas mais 11 reservas indigenas que a Funai não tinha checado (?) até então. São as reservas Guaranis, do Litoral de São Paulo. A reserva do Xinbangue (?) e esta foi mais no final de 1985. As áreas que já estão em poder dos índios, em Guarani Barra do Ouro, no Rio Grande do Sul; a área de Iraí no Rio Grande do Sul; de Rio da Varsa(?) que embora ainda em fase de demarcação final estão garantidas aos índios, que ocupam esta área definitivamente. E nessas áreas a Funai contrapondo-se um pouco tem um novo modelo de administrar as reservas, nós entendemos que era preciso modificar o indigianismo oficial preconizado até então e nós ficamos com a Funai fora das reservas. Em todas as áreas do Litoral de São Paulo a Funai está fora, da área de Icuí (?) também, do Ximbangue, do Iraí... E a área de Guarani Barra do Ouro praticamente a assistência é prestada, pouco pela Funai e muito pela Associação Nacional de Apoio ao Índio. Então nós também procuramos buscar uma nova linha para conduzir o indigianismo oficial para o Sul e o Sudeste brasileiro.

O atendimento da Saúde indígena. Como é prestado? A saúde tem sido um conjunto de coisas. O problema do índio começou quando José de Anchieta veio ao Brasil curar a

sua tuberculose. E hoje como doença exótica, não somente a AIDS e outras, que apareceu em Santa Catarina, um primeiro caso e o segundo do Brasil, nós tivemos exatamente os reflexos da sociedade. A Funai sozinha não conseguirá evitar isso. A liberdade que estamos dando aos índios, já que não impomos nada, não empurramos os índios, não os seguramos, estamos procurando ampará-los no seu despertar,que seria exatamente recair na condição da tutela cerceadora da liberdade. Então o ir e vir do índio é um direito que devemos garantir e ele nesse contacto intermitente que realiza no Sul do Brasil, não poderá ser policiado.

Então a saúde é resultante exatamente de uma degradação do ecossistema onde as áreas foram invadidas por muito tempo, onde foi degradado a ~~xxx~~ floresta, os solos depalperados, os rios carreiam e levam nos seus leitos os pesticidas agrícolas jogados fora ~~das~~ nas reservas; as bacias hidrográficas fornecem para as reservas indígenas exatamente isso também; a deriva dos pesticidas agrícola também atingem através do vento os mananciais de água e a alimentação natural dos índios. Então embora se tenha um ambiente mais intacto do que nós temos fora das áreas está totalmente prejudicado, salvo raras exceções, no Rio Grande do Sul, Sudoeste do Paraná, onde ainda a mata está preservada. Mas no momento em que ela é preservada ela também se torna num objeto de cobiça da sociedade ~~xxxxxxxxxxxxxx~~ ~~xxxxxxxx~~ ....

O SR. BATISTELLA : - ... Um objeto de cobiça da Sociedade envolvente principalmente do Mercado Madeireiro, que vê uma pronta receita em cima dessas matas, e que muitas vezes aliciam os indios e que tornam dificuldades estas, para as Lideranças e também para a própri Funai.

Na verdade após traçadas as diretrizes o ano passado, pela Funai, quanto ao atendimento a Saúde, quanto ao atendimento a Educação, quanto a atividade produtiva, nós começamos profundamente a atuar esse ano com os recursos aprovados dentro do que foi programado para atingir essas reservas. Todos os recursos dentro da própria área de educação, que nós entendemos não é satisfatória, porque não atende a especifidade,da sua cultura, assumimos perfeitamente essa condição, isso foi objeto inclusive de monitores bilingue aqui em Curitiba no final do ano passado, e será objeto do encontro do início no início do mes em Londrina.

Então nós não estamos parados nas questões, nós queremos reverter esse quadro. Mas é uma herança muito séria que nós recebemos.

E esse conceito inclusive de Saúde, foi ampliado exatamente, para a questão da moradia, da habitação, da educação sanitária do vestuário, da higiene pessoal do lar, alimentação adequada, saneamento ambiental, o acesso a terra, a segurança, as condições de trabalho, a vigilância epidemiológica.

Então é impossível ter saúde, se o Indio não tem terra, se não tem moradia, se não tem uma condição de habitar digna.

O Indio não nos solicitou as casas, o indio hoje, cc raras excessões foram exemplar ìndigena do (ininteligível), de um modo geral, os guaranis não querem entrar, por outro lado,os Caigangues solicitam as casas.

Exatamente são condições diversas que nós encontram por quê? Porque está 30 graus a beira do fogo, atingido por doenças exticas que não eram do seu convivio e que nós trouxemos, hoje ele sai p

O SR. BATISTELLA : - ra uma necessidade a 6 graus negativos, e a pneumonia que não era dele e a tuberculose, aliada também a ainda séria, que é a dieta alimentar, que embora houvesse essa espansão populacional que não satisfaz, ela de maneira alguma atingiu o desejo que nós temos. Por quê? Porque a dieta alimentar do Indio ainda é deficitária, no momento que se rompeu toda a oferta natural de alimentos ele se vê numa condição de utilizar modelos, habitos, costumes dos regionalistas para buscar o seu sustento, e essa é uma realidade que infelizmente nós temos que enfrentar.

Nesta área da Saúde a Funai exatamente em toda essa Região é pequena, porque o Governo impede, exatamente atitudes administrativas, é impeditivo nessemomento. E a Superintendência conta com 45 enfermeiras a nível de reservas, 4 médicos, 3 dentistas, 5 enfermeiras, 3 auxiliares de enfermagem, 43 atendentes de enfermagem e 8 monitores de saúde

Na área odontológica se encontra o maior problema e exatamente decorrente da grande extração que se verificou ao longo dos anos no dente dos indios. Mas há uma resistência cultural para isso, temos sentido muitas vezes que os indios para colocar próteses e é as vezes impossível chegar, porque essa é uma vontade cultural, e ele tem resistência a isso.

Mas de faz, tem 3785 escolares, recebem cada um, uma escova dentária, um copo plástico e fazem semanalmente também o bochecho com fluor.

Isso nós estamos fazendo em todas as crianças além de já ter implantado 11 tipos odontológicos dentro dessas reservas indígenas, para que o atendimento se faça lá dentro dessas áreas.

Atendimento a educação indígena, a população nós reputamos como grande importância doravante para a questão indígena Sul Brasileira, a Educação. É preciso investir tudo na educação indígena, é o nosso entendimento.

Com a limitação das terras, com o crescimento populacional, para onde iremos nós. Para onde irão os indios, não podemos forçar a ...

O SR. BATISTELA: ... Não podemos forçar a viver da agricultura, não podemos forçar a viver da pecuária. Nós temos que oferecer mecanismos para atender à sua aptidão. Então, dentro da educação é que nós vamos procurar buscar isto. Mas, têm uma população de pré-escola a 1º grau, de 3726 alunos. São 65 escolas que existem nestes Estados e o corpo docente envolve 111 professores e 41 monitores bilíngues. Confirmo o que se falou anteriormente de que o número de bilíngues não atende às necessidades das escolas. Estamos plenamente de acordo com isto.

Quatrocentos e trinta e três alunos bolsistas de 1º e 2º graus vêm estudando fora das reservas. Agora, nós estamos criando, pela primeira oportunidade, em Chapecó, Santa Catarina, porque 70 alunos eram levados para fora das reservas, a primeira escola até a 8ª série. Mas, funciona agora até a 6ª série, mas que será até a 8ª série. E foi a primeira escola que nasceu, até hoje, dentro da reserva indígena, para atender a este segmento.

Os professores são vinculados tanto a FUNAI como à Sceretarias Estaduais, Municípios e também nas demissoẽs. A nível de coordenação educativa, trabalham seis programadores educacionais da FUNA em toda esta região, em todos estes cinco Estados.

Nós estamos promovendo vários encontros de reciclagem dos profissionais da área e também procurando criar, junto à cada secretaria de educação, onde já tem formado no Rio Grande do Sul e está encaminhado em Santa Catarina um núcleo de educação indígena. Mas, vamos atigir, possivelmente, a todos os Estados, exatamente para observar esta especifidade que nós queremos que chegue junto à educação nestas reserva

Temos as diretrizes, mas não vou abordá-los, porque s tornaria muito extenso, na área de educação.

A agricultura dos índios é a principal fonte de renda indiscutivelmente, das comunidades indígenas, garantindo a subsistência. Já praticou a agricultura de tal sorte que produz excedentes para comercialização, com vistas a aquisição de produtos não produzidos internamente pelo grupo. Ele tem necessidade de vestir, de calçar se, muitos compram relógio, mobiliam casa e os índios estão fazendo isto. As práticas culturais ainda são rudimentares, a maior parte realizada no toco, tração manual e técnicas manuais, muito embora existam comunidades indígenas que pratiquem uma agricultura bastante mecanizada e modernizada. Por que isto ? Por que é que ele pratica uma agricultura mecanizada ? Por que a terra não cresce e a comunidade cresce. Se produzir sempre no sistema de rodízio, ele vai acabar comprometendo toda a flo - resta que tem, a mata que tem nas áreas, porque tem que cortar para queimar. Então, a recuperação do solo exaurido se torna o mais importante, para não comprometer o auto-sustento, já que a recuperação se deve a não produtos tóxicos, ao cálcio, ao fósforo e potássio, permanente. E se não fizer isto, continuar no sistema de rodízio, ele compromete toda a

cobertura florestal, nas áreas que ainda existem. E naquelas que não existem é impossível se produzir, de tal forma, porque eles receberam dos não índios que intrusavam estas áreas, os solos exauridos. Precisa ser recuperado.

Mas, ao lado disto, tem crescido, também, onde há a agricultura mecanizada, a consciência dos técnicos e comunidades com relação aos recursos naturais, tal como o solo, a água, a mata ...

comissão de ordem econômica e social

mlm

19/04/89 17,15 hrs. -1

O SR. BATISTELA:-... tal como o solo, a mata, a água, entre outros.

A cultura principal que é praticada pe-/ los índios é a do milho, a grande cultura praticada pelos índios, o arroz o feijão, o trigo, a soja, amendoim e mandioca.

Outras atividades dentro da agricultura é o cultivo da amora, para sustentar a serecicultura, que é/ a cultura do bicho-da-seda, a horticultura e fruticultura. A fruticultura porque foi encontrado, dentro das reservas, o escorbuto, pela deficiência exatamente da Vitamina C, e era preciso produzir a fruticultura que pudesse sanr esta deficiência, muito embora estar aquém da necessidade.

A pecuária é ainda uma coisa recente para os índios, primeiro porque até o caigangue até deyerminados momentos tinha medo de boi, depois passou a usar no Rio Grande do Sul, por força dos regionais que usavam tração animal. Hoje eles praticam a pecuária de leite e a de corte, e diga-se de passagem que todos es-/ tes ramos da pecuária e da agricultura não foram impostos pela / Funai, foi um desejo das comunidade indígenas.

Desenvolvem também a apicultura, a suinocultura, a piscicultura, só no Paraná, por exemplo, a ano passado foram construídos 20 açudes de peixe, estão previstos mais 18 este ano. Foram/ povoados com 90.000 alevino, o ano passado e estes 18 previstos com 130.000 alevinos.

Apesar dos esforços ainda existem sérios problemas com o abastecimento alimentar, há deficiência de produtos alimentares básicos, este problema é prioritário dentro das atividades previstas, para este exercício, enfim temos um grande receio, de / se partir dentro da forma regional para a monocultura, é uma preocupação séria que temos, na diversificação destas culturas.

Existem grandes diferenças culturais entre as / tribos indígenas e ambiental, nas áreas do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Sudeste, São Paulo e Rio de janeiro. É / justamente estas questões que exigem um trabalho que observamos / ser a peculiaridade específica.

A degradação florestal, fruto do meio onde estão inseridos, sofrem ação do uso de pesticidas agrícolas que contaminam o leito dos rios e o ambiente geral. A degradação das florestas atingiu níveis significativas e em se tratando de reservas indígenas deveu-se principalmente aos arrendamentos de terra, as invasões poluentes, a limitação das áreas com o crescimento populacional, o/ feitio e roças no sistema de rodízio de glebas, a atuação da Funai através das serrarias, a ckandestinagem e as pressões dos hábitos/ regionais, não índios.

A Funai não explora madeiras em áreas indígenas/ no Sul brasileiro. A ~~XXXXXX~~ regeneração florestal é significativa e com ela aumenta a oferta de matéria-prima para a confecção ~~d~~ de artesanatos.

Mais de 500.000 mudas de araucária e erva-mate já foram reflorestadas, nos últimos anos, e em pleno funcionamento estão três viveiros florestais produzindo, além dessas mudas o eucalipto, grevilha e ipê-peroba entre outras nativas sobre as quais recaem as preferências indígenas, apenas o eucalipto e a grevilha é/ que não são nativas. Nós preocupados justamente em modificar estes/ quadros. Nós estamos em vias de executar um levantamento sócio-econômico de todas as comunidades indígenas, já está tudo preparado./ Estamos em formação de um centro documental, a construção da memória indígena e indigienista, via informática, do Sul e do Sudeste.

Começamos a desenvolver um trabalho, em conjunto com o Museu paranaense no sentido de jogar as informações do / Museu, via informática. Elaboração de estudos para preparação de um abrangente programa de mão-de-obra; ampliar a participação dos Estados e municípios no sentido de se garantir a cidadãnia e a inte-/ gridade dos índios, porque na maioria das vezes a assitência ao/

índio chega até a periferia da reserva, lá dentro da reserva não é entra, o município e o Estado não entram. Isso depende da sensibilidade dos homens e não de pressões e nem de obrigações que se colocam em cima destes homens. Então, o índio não era um cidadão, ele não/ era um munícipe, ele estava ali antes do município, mas não era reconhecido como tal. E nós estamos chamando a atenção...

O SR. BATISTELA... atenção dos Prefeitos também recentemente eleitos, sobre esta questão. A habitação é uma necessidade ainda a ser sanada junto a essas comunidades, embora 307 casas foram construídas nos dois últimos anos, só no Paraná há uma carência total e há uma reinvidicação muito intensa em cima da Funai feito pelas lideranças nese ponto da habitação.

Eletrificação rural: Todas as comunidades indígena que entenderam importante eletrificação rural, foi atingida até o ano passado, todas elas, sem exceção, que desejaram, chegou a eletrificação rural dentro dentro dessas áreas. Muito importante para o beneficiamento dos produtos agrícolas, quando ele levava isto para, os produtos para serem beneficiados fora e muitas vezes não chegava na reserva com esse produto, deixando 30% na mão exatamente de moínhos, a periferia da reserva, por outro lado, indiscutivelmente hoje ele vê isto como meio de melhorar a sua qualidade de vida.

Há também uma organização muito grande dos Índios nos últimos tempos para fora das reservas e isto é muito importante, o que a Professora Cecília disse no início: Eles têm que ser os porta vozes de suas necessidades e suas reivindicações, um dia haveremos nós de sair desta condição.

Eu só gostaria para finalizar, tem alguma coisa para abordar depois, nós vamos para o debate. Eu gostaria, repetindo Rondon, em dizer que a Funai no Sul brasileiro não fez pouco, mas teria feito muito mais se os meios de que dispôs estivessem à altura do programa que lhe confere e se tão embaraçado não fosse pela perfídia dos seus inimigos, isto é, os interessados pela escravização do aborígene brasileiro. Nós, indiscutivelmente, somos um povo tão original que escravizamos os nossos patrícios.

PAUSA.

A SR. CECÍLIA - Eu gostaria que usasse da palavra o Pedrinho do Posto Indígena de Guarapuava e também liderança indígena do Conselho Indígena daquela região.

A SRa. CECÍLIA... daquela região.

O SR. PEDRINHO - Eu vou procurar ser claro, eu já vou talvez até criticar de início. A Cecília, no início disse que talvez nós estaríamos em igualdade de condições, eu acho que não.

Bem, eu quero ser breve porque eu, nós temos um encontro agora às 8:00 horas e nós temos que apressar. Eu vejo assim como Índio, a segunda vez que a gente se encontra aqui, primeiro foi na Constituinte, a quem nós achamos que nós iríamos dirigir também as nossas palavras em nome dos Índios e também várias lideranças estiveram presentes e este aí, hoje também nos leva, está aqui para levar também o que nós pensamos hoje da sociedade envolvente e o que a sociedade pensa de nós também. Mas eu diria que nós Índios, eu como conselho, eu para início de palavra, eu não tenho terra. Eu não tenho terra e alguém me perguntaria: Mas por que não tem terra? Porque eu nasci vendido. Como? A terra era vendida em 1930 com Índio e tudo. Guarapuava onde eu resido hoje não é minha terra, é a terra que não aceitou, mas a minha origem, como disse o Índio velho: " ~~Onde~~ Aonde deixei meu umbigo é outro". Eu recentemente estive numa área chamada Boax Vista, Em Laranjeiras do Sul, por outro lado...

PEDRINHO -... Por outro lado eu vi nascer a Funai. Toda essa crítica, toda essa visão da sociedade, essa sociedade dividida que existe fora, essa sociedade hoje me assusta. Todos debatem, todos gritam, todos imploram, todos querem participar, mas não sabem como. E o último a ser ouvido somos nós. Ninguém propõe ou nós temos que propor, porque quando você fala em economia, quando você fala em dinheiro, as pessoas desviam. Então, o problema do índio, por incrível que pareça, se iguala ao país hoje, que é dinheiro. Incrível, mas toda a sociedade está nesse nível.

Então eu diria, essa sociedade está interessada ao problema do índio, ou está interessada numa questão política, religiosa ou, especificamente com entidades criadas.

E o índio será que é uma entidade reconhecida? Não. Será que é uma entidade autônoma, autêntica? Será que não tem alguém por trás de tudo isso. Há possibilidade muito grande de existir. Então, o que que é melhor para nós? Com todas essas confusões que criam, todo mundo defendendo o índio, todo mundo questionando, mas ninguém colaborando, ninguém dando uma proposta. O que eu sinto é isso. O que eu vejo em todo o meu tempo de debate, de congressos, em universidades, inaugurações, isso também tumultua também até minha cabeça hoje. Poxa, tantas propostas, mas nenhuma conclusão; nenhum plano, nenhum projeto definido doque é melhor para nós. Todas as críticas, às vezes as pessoas dizem assim: "Os índios da Funai". Outro, "Os índios que não são da Funai". A própria entidade ela se organiza, coloca e classifica as pessoas.

Então, eu também sou um índio da Funai, ou será que sou índio mesmo. Eu até tenho dúvida da minha realidade que eu sou. Quem eu sou finalmente? Se as pessoas, o grupo envolvente de repente sente, eles não sabem quem são e, nós queríamos saber quem nós somos. E nós sabemos quem somos. Somos índios.

Nós temos uma cultura, uma vivencia e tradições diferentes. Nós temos um costume completamente diferente, mas devi-

do talvez ao avanço da sociedade e isso explode de todos os sentidos, nós somos obrigados a aceitar, por mais que a gente não queira.

Falam tanto em devastação de terra e nós, como eu digo, será que nós devemos? Será que, quem é o culpado? É a sociedade? Acho que não. Será que é o índio? Acho que não . Culpado é nosso governo que assumiu sem ter condições de assumir os Estados e o país. E nós pagamos caro isso. Não só nós índios, mas vocês também.

O governo parece não ter uma definição das posições Os próprios políticos que hoje assumem os cargos, eles também não têm uma definição política. Eles, me parece que são donos na questão pessoal e nunca numa questão de comunidade.

A política social do índio é bem diferente . É um todo. É a política para todos. Se eu vivo bem, o índio deverá viver bem. Se eu devo protegar a minha terra, não sou só eu, é todo índio.

Então todo mundo, juristas, antropólogos, religiosos, políticos, estudantes, esrudiosos, todo mundo está conturbado. Achar uma definição, por onde começar a saída, porque nós somos os últimos a ser consultados. Então, nós começamos a pensar duas vezes. Vamos organizar alguma coisa, vamos pensar em se organizar e que nós vamos ter que cobrar da Funai e cobrar das entidades.

Eu tenho prova disso que muitas entidades.....

O SENHOR PEDRINHO - ... ~~eu tenho provas disso porque é uma questão de identidade~~ ...ENTIDADES, porque é aquele vírus das questões, dos distúrbios históricos, antropológicos, dentro das áreas dos índios é que nós nos cobramos, por quê? Porque desconhece os pxxx problemas da realidade do índio. E como vida de constante meio ou a vida constante xxxxx do índio brasileiro. Então, xpxx nós também começamos a copiar, como o povo brasileiro copia do americano. Isto xxx é ruim para mim. Nós não podemos também cair no mesmo erro que o branco, eu diria o branco, nós não podemos encarar esse sistema de outro. Nós temos uma estrutura, nós temos uma política social muito mais convincente, talvez muito mais democrática do que a democracia dita. Então, eu diria, "pôxa" será que eu como índio não tenho uma voz ativa, devia ter. Porque dentro do meu grupo próprio, do meu próprio povo mesmo, o próprio índio começa a distanciar do seu próprio índio também. Aonde eles e ainda hoje estão indo para um apartamento, comprando uma televisão e debate xxxxx questão do índio sem conhecer o problema porque não vive também a realidade, como nós vivemos hoje. O caso, por exemplo, eu não estou criticando, são meus colegas inclusive, Aiton Krenaque(?), Marcos Terena, Juruna, acharam melhor a vida lá fora do que a vida dentro da sociedade e existe outros índios que também acharam melhor vender a madeira e viver três, quatro, cinco bem e o restante passar necessidade. Eles copiaram uma sociedade negativa, algúém ensinou a eles. As culpas de hoje não são culpas minhas, porque eu como disse eu vixxxxxx vi nascer a FUNAI XXXXXXXX XXXXX e morrer o SPI e o país paga muito caro pelo que aconteceu. Nós passamos pelo militarismo e o militarismo dentro das áreas dos índios foi um desatre, porque ele não foi entregue aos oficiais da ativa e sim da reserva. Eu sofri muitas perseguições, inclusive, até pressões de que eu era subversivo, agitador, e até comunista. Eu não estive no regime comunista, houve até comissões de major, capitães, generais sei lá porque eu não interessava por eles. Era tão desorga-

DESorganizado a FUNAI no início que um tenente era o Delegado e um Coronel era o substituto, quer dizer, a desorganização era de berço. Então, até que eu sou escravo do que eu vi nascer e a FUNAI paga muito caro pelo erro do militarismo e o povo brasileiro paga caro pelo militarismo.

Então, todo mundo fala o índio da FUNAI não presta, presta quem, afinal para nós? Então, me parece que nós estamos todos errados, nós não estamos procurando consertar os erros, nós estamos criando mais problemas. Aquilo que sempre está na seguinte tese: vamos procurar resolver os problemas dos índios, mas, não vamos criar mais problemas. Então, a FUNAI nasceu dentro do militarismo, então começaram por um erro tremendo. Não vou falar em madeira, não vou falar em penalidade, não vou falar em nada disso, porque isso aconteceu, nós temos que relembrar isso aí. O outro diz: "pôxa, o índio tem que viver em taba, em oca. Isto é uma questão que já era de uma outra sociedade, uma outra entidade. Então pouco me importa também, eu acho que o que me importa é o que eu quero e não o que os outros diz, me importa o que eu sou e não o que os outros estão falando. Eu tenho que ser consciente daquilo que eu sou. Eu acho que eu tenho que ser muito homem para decidir o meu destino, o nosso destino.

Eu acho que as pessoas que estão interessadas a me ajudar deverão sentar comigo e discutir, debater e não comigo, mas, com as lideranças das aldeias. Não vim com aquela liderança entre aquelas que se opõe, dizendo que são lideranças e na verdade não são., o que tem acontecido muito. Eu por exemplo uma entidade hoje, agora, não é porque eu represento uma entidade que eu devo estar atrás de uma mesa, pegar a doença da burocracia. Isto para mim é uma doença. O maior erro deste país é a burocracia. Eu acho que você tem que ser muito mais prático e realista, porque você faz muito mais do que ficar escrevendo palavras cruzadas em cima de uma mesa. Então, eu acho...

O SR. PEDRINHO - ...Então eu acho que a gente tem que ser realista e eu tenho que ser realista, o Batistela colocou a coisa numa ação imediata e para nós assim não interessa, porque é muito demorado. Se eu pregar uma cerca num posto eu estou fazendo muita coisa do que estar escrevendo umas palavras cruzadas em cima de um papel. É como eu estava falando até para o meu amigo aqui o Marcos, o Vereador = mais votado de São Paulo, não vá pegar a doença do Juruna. Faça alguma= coisa, senão você se perde no caminho também. Ele é novo, então a gente que vai tendo espaço tem que falar. Eu estou falando isso para todos, eu falo em qualquer lugar. Eu não posso ter receio de falar porque eu vivo a minha vida, eu vivo dentro de uma área, su sofro as consequências. Eu conheço, como diz a Funai, como nasceu e o que é hoje. Eu tenho pena da Funai de hoje. Tenho pena, pensa que eu não tenho. Tenho dó, porque dentro nós temos pessoas boas e temos pessoas também que passou numa peneira, passa mesmo pelo furo. Como dentro das entidades também tem pessoas boas e tem outras também que se passar na peneira passa pelo furo também. Agora se botassem os políticos ficavam muito poucos em cima da peneira. Então me parece que toda culpa de uma questão social ou de cultura, é culpa da própria política e nós somos os culpados de existir a política, nós é que votamos, nós é que colocamos os homens. Então me parece que neste momento eu me colocaria dizendo assim, será que amanhã eu já sou um político (incompreensivel)..., qual é o presidenciável para ti, as pessoas estão mais interessadas em quem vai ser o Presidente do que o problema social que envolve a Nação. Assim são as críticas, assim são as pessoas hoje, eles estão interessados no que é o momentâneo hoje, no que é Ibope nacional pode-se dizer. Quem é o melhor? Leonel Brizola, Juruna, Mário Covas, não interessa, eu acho que é preciso as pessoas botar a mão na consciência e pensar. Eu acho que o indio já está muito mais adiantado do que essas pessoas que se dizem adiantadas, instruídas. O indio vive em sociedade, o índio vive em grupo. O conselho de liderança sempre consulta sua liderança, qual seria o prefeito, o governador antes de tomar uma decisão e hoje também nós conversamos até com a própria Funai e nós devemos cobrar, eu acho que é justo cobrar, eu não dizia um órgão tutelar que tutela eu acho que não pega bem para nós hoje do Sul. Eu acho que tem que mudar talvez, não digo assistência também mas um outro lado qualquer. Eu acho que está na hora do índio sentar com quem quer que seja, com estudante, entidade, com religião, com quem quer que seja, sentar e discutir a questão do índio. Eu acho que está na hor também do índio começar a levar as propostas, as propostas do índio para a sociedade. Hoje mesmo estive colocando à Cecilia, até nossa colega de Londrina colocou a falta de um monitor belingue e hoje, antes do debate eu coloquei a ela que já existe a proposta ao Batisteli, proposta do último encontro do dia 12 de agosto, a proposta de criação de Literaturas Indígenas. As pessoas ficam pensando, têm muitos antropólogos que são contra, mas eu acho que é o meio, é a forma de você conquistar, de recuperar, quer dizer, melhor resgatar uma cultura indígena ...

O SR. ÍNDIO PEDRINHO - ...melhor, resgatar, uma cultura indígina.

Agora, ninguém se prontificou até hoje, eu já tenho procurado várias entidades, eu estou aqui para te ajudar. Ninguém fez isso. Eu pedir para a FUNAI sei que também ela não vai ter condições de me ajudar. Já existe encaminhamento, mas cabe à FUNAI fazer ? É como diz a colega de Londrina, eu acho que cabe a toda uma sociedade, como toda uma entidade e procurar se aproximar mais, mas não procurar levar essa situação a esta entidade para tirar proveito.Pode até se dizer de um trabalho feito dentro das áreas indígenas. Hoje eu tenho muito medo quando entra uma entidade dentro de uma área, tenho medo, sou claro a dizer isso, porque há uma interferência muito grande dentro de algumas áreas indígenas. O currículo municipal é que impede de tomar áreas indígenas.Porque não existe,por exemplo, um currículo escolar que venha atender às necessidades dos índios. Então é preciso criar o que a literatura, a literatura indígena e dentro dela será então criado o currículo que venha a atender as necessidades dentro da área indígena. Agora não venha dizer para mim que eu vou fazer um currículo de Estado que vai servir para os índios. Não tem cabimento. Eu acho que todo projeto dentro de uma área no mínimo deverá tentar e ver qual é o melhor, Então uma colega pode dizer : o índio tem que viver como é. Porque a sociedade hoje não me aceita como índio, me aceita como um cabloco indígena. Então não quer me reconhecer como índio. Então o que que eu tenho que fazer : tenho que andar de tanga, andar de fita no cabelo, eu não preciso andar de fita para me justificar que sou índio. Eu acho que eu devo me orgulhar sim de falar minha língua, de ter meu artesanato, de ter meu povo e conviver com meu povo. Não adianta por exemplo eu estar cheio de pena aqui se não existe mais arara no Sul que eu vou ter que botar pena de galinha na cabeça. É justo, não é ! Não é justo ! Eu sou índio ou não sou, eu não preciso me modificar para ser índio,eu nasci índio. Meu pai é índio e minha mãe é índia, eu acho que o povo não precisa se justificar. Eu sei qual é o...

alemão porque ele fala alemão, eu sei qual é o polaco porque ele fala polaco, eu sei qual é o italiano porque ele fala italiano... Então eu não preciso me justificar dizendo que eu sou índio desta forma, ou sou ou não sou, ou sou falsificado ? Eu acho que o índio ele atravessa uma crise, uma situação muito difícil hoje,porque nós não podemos comparar o índio do sul com o índio do norte,isso jamais. A sociedade brasileira é tão atrasada,porque para ela o índio tem que andar de tanga, tem que andar pintado. Então o que que ela compara : um índio Xavante, o índio pele vermelha,um apache dos Estados Unidos. O índio tem que estar guerreando,tem que estar matando, tem que morar em oca.Uma coisa completamente negativa, eu acho que isso é só na cabeça de quem vê televisão e filme e revista em quadrinho. O povo paranaense, o povo do sul não sabe que existe caingangue.Então as nossas crianças chegam numa sala de aula, tem um atraso também na área da educação. Abriu um livro, primaira coisa, vamos estudar o índio hoje.Então você faça uma figura do índio, lá vai a criança, coitada da criança também, sem alfabetizar, desenhar o índio pintado. De peninha, de tanga. Aí eu fico pensando: será que o índio vai ser sempre índio, será que ele nunca vai evoluir ? Nós parece que estamos regredindo. Não estamos progredindo, dentro do espaço, do progresso, me parece, do avanço. Então me parece que a sociedade muitas vezes critica: o índio não precisa de gado, o índio não precisa reflorestar,o índio não precisa criar peixe, abelha para ter o mel. Então a sociedade do índio parece que ela modificou muito. O colega nosso colocou o "Quiqui", um ritual religioso, uma dança caingangue,não existe mais. Então ela disse parece que existe em Sta.Catarina.Não existe mais.As pessoas que fazem isso, sumiram. Mas ninguém ...

17:45

O SR. ..... : ... ~~que faziam, [illegible]~~, mas ninguém se propôs, atrav_eś de estudo, porque existem tantos antropólogos, tantos sociólogos que poderão ajudar a resgatar isso.Dizem: a Funai tem que fazer alguma coisa. Coitada da Funai, tenho até dó. Tenho até dó porque ela não tem condições não tem meios. Se o índio hoje que fazer suas aplicações, dentro de uma área onde ele possa usar madeira desvitalizada ou queimada, não pode cortar porque é or em da Justiça e não me interessa saber de quem é.

Nós ficamos amarrados, será que o índio vai poder usufruir os direitos dele?Aí se colocam os advogados dentro da Constituinte, deixam a Constituinte que é uma maravilha, com uma escrita que é uma maravilha, com uma escrita que parece uma poesia, mas na realidade não se aplica nada. Eu vou ser franco com vocês , eu tenho medo do ín_dio do Sul daqui há dez anos. Eu tenho medo se não tiver uma estrutura específica para o índio, uma educação específica para o índio, nas áreas indígenas, um programa adequado nas áreas indígenas, aonde as entidades do Governo se preocupam diretamente com a questão do índio. Ela vai ser um desastre, porque, como coloquei há algum tempo atrás, o próprio índio começa a se distanciar da sua própria sociedade. Ele aceita melhor a sociedade fora do que dentro.

O índio prefere fora, porque as regalias de fora são maiores do que as de dentro. Claro que ele não vai querer dormir como eu durmo ou como o cacique dorme.Ele vai comer como come na sua área e festejar junto com seus índios. Só aparece nos momentos aonde ele possa se apresentar e fazer críticas aonde ele não conhece e não convém criticar porque desconhece.

Então eu posso dizerque no fundo eu não posso ter medo, porque eu vivo. Eu vivo dentro de uma área indígena. Wu vivo e convivo dentro de um Conselho e este Conselho é criado e dirigido dentro de uma área indígena.

Ele é autêntico. Eu acho que só um índio poderá ser autêntico e poderá ter muito mais força do que pessoas envolvidas dentro - dessas entidades.

Então hoje o próprio índio está confuso.Será que a minha entidade é melhor que a outra?Será que se eu - abraçar a política será melhor?Será que se eu seguir uma religião será melhor,porque a própria religião tumultua toda uma sociedade. O nosso artesanato começa a se modificar, porque hoje temos que comprar a tinta porque não tem mais a tinta natural. Então as pessoas dizem: bom, temos que ter a natural, temos que ter a específica cultura. Bom, mas daonde tirar?Se eu não tenho um casaco para vestir o que é que eu vou fazer? Vou roubar para vestir? Não posso. Tenho que fazer alguma coisa, tenho que criar, porque essa sociedade de hoje, a minha sociedade, a minha comunidade, e eu penso dessa forma, mas o velho, o mais idoso, ele tem uma vivência. Ele não teve escola mas teve vivência. E as minhas crianças e os meus netos? Qual será o futuro deles se eu não pensar num plano específico que facilitará e garantirá o futuro?

E a segurança deles o que é? A segurança deles será a terra, a sua comunidade, a sua sociedade, a sua cultura, porque no momento em que ele perder a sua cultura, a sua identificação, ele perdeu-se também como pessoa. O que me preocupou e me chamou a atenção no dia 23 de setembro do ano passado, quando ...

O SR. PEDRINHO : ... E me chamou a atenção no dia 23 de Setembro do ano passado, quando o Presidente Sarney colocou um dos Projetos absurdos que vive colocando, foi quando ele colocou de criar áreas indígenas e colonias indígenas.

Então o próprio Governo hoje se preocupa de mudar a estrutura e o conhecimento do próprio Indio.

No Entanto, eu torno a dizer, está nas mãos dos Governantes o destino e não só dos Governantes, mas da Sociedade, das Entidades.

Eu também me sinto culpado, eu acho que devo e tenho essa culpa de participar, muitas vezes de aceitar as coisas da forma como elas vêm.

Eu acho que está no momento de nós modificarmos isso.

Não de aceitar, mas de propor,

A Constituição, ela está aí, eu acho que ela está muito clara e o Estado deverá acompanhar e seguir.

Não vejo porque o Estado modificar todas as Leis que existem hoje. Mas, antes de qualquer coisa, eu diria que aos Deputados cabem antes de tomar qualquer medida sobre aConstituição do Estado, de que estudem e reestudem para ver se é realmente (ininteligível) do povo Caigangue do Sul do Estadodo Paraná, e se ela não fizer isso, ela está contribuindo também com a decadência com o desastre também das populações Caigangues e Guaranis, do Estado do Paraná.

Nós não podemos nunca persistir nos erros, de 1500 ou até agora nós temos cometido. Eu pediria que estudem e reestudem, parece-nos não ser a melhor, mas no momento é a melhor Constituição feita para o Indio em defesa do Indio. Muito Obrigado.

(PALMAS)

A SRA PRESIDENTE : - Passo a palavra para D.Inair, a Sra. pode falar durante 5 minutos.

A SRA INAIR : - Hoje como dia ...

A SRª INAIR: Hoje, como o Dia do Índio, eu gostaria de fazer uma homenagem ao índio Ticuna, porque na semana do índio, passada, foi assassinado 14 indío incluindo crianças. Então, eu queria meio minuto de silêncio em homenagem ao Ticuna.

(Procede-se meio minuto de silêncio). (Palmas).

Eu gostaria de falar uma coisa que está me doendo muito no peito, para todos os companheiros aqui presentes, que este debate, hoje, convidado pelos Deputados da Assembléia, mas até o momento que eu pude observar, esteve só dois Deputados: a Deputada Irondi Pugliesi e o Deputado Pedro Tonelli e o Deputado Haroldo que chegou agora ...

A SRª PRESIDENTA: O Deputado Haroldo abriu os debates e o Deputado Rafel Greca. Quatro.

A SRª INAIR: Então, isso eu creio que seja uma dmonstração da atenção para o índio, principalmente na Constituinte. Isso, para mim, dói muito. É uma verdade que não pode deixar de ser dita. (Palmas).

Outra coisa gostaria de falar, gostaria que todos os antropólogos fossem como a professora Kimi, de Londrina. Eu fiquei muito contente com o debate dela, aqui. Assim, que todos os antropólogos falassem como a professora de Londrina, porque eu já estive, já vi antropólogos, professores e às vezes eles não falam com tanta segurança e mostrando a realidade para todo o povo, a realidade do índio. Então, o que eu teria para falr, ela já falou tudo.

Outra coisa, eu acho que os companheiros indígenas, realmente, têm que cada vez mais se unir. A união faz a força. Não podemos cruzar os braços e esperar só pela FUNAI, realmente. Tem que ir à luta, todos os índios.

Outra coisa que eu vou dizer prá vocês que fiquei muito contente, que para mim foi inédito, em toda esta minha vida, eu estive semana retrasada na Superintendência da FUNAI e eu fiquei muito contente com o atendimento que nos deu o Superintendente da FUNAI, o Batistelo. Foi uma coisa inédita, para mim, porque até hoje eu nunca tinha tido uma reunião e uma conversa tão ampla, junto com os índios do Rio Grande do Sul. E o Batistelo está prometendo muito prá gente, inclusive a gente vai ter uma outra reunião e ele está nos prometendo que vai cooperar em muitos pedidos, não é Batistelo ? Então, isso é uma coisa, para mim, inédita, confesso prá vocês. Estou muito contente e não vou falar muito, tá, eu vou só esperar prá ver e cobrar muito do Batistelo, junto com aquelas comunidades que me ...

INAIR -... com aquela comunidade que me procurava, porque não sou eu que vou atrás. Os índios que me procuram.

Agradeço muito a presença de todos aqui, da professora Cecília, a Deputada e o Deputado Haroldo e, peço que apoiem bastante o índio porque nós precisamos dos políticos que esquecem muito da gente. Em Brasília cobramos muito e foi muito bacana a votação que foi feita na Constituinte. A gente andou de gabinete em gabinete. A gente tem tudo documentado e acho que é por aí. Estavam reunidos 40 nações indígenas em Brasília e é por aí, com luta. Não é com crítica. È unindo os índios e não criticando-os.

Olha, o Juruna errou muito, mas errou porque foi usado. Mas agora nós temos que admitir uma coisa, o Juruna abriu espaço para os índios. De lá para cá os índios se acordaram. E podem observar que desde que o Juruna entrou na política, ele abriu um espaço muito grande para os índios e isso eu achei formidável.

E para a professora de todo meu coração, em nome de toda a comunidade indígena que quer uma luta, uma causa certa, um beijo no coração.

Muito obrigado.

LUCIO - Eu acredito que fui colocado um pouco entre a esquerda e à direita por causa do pessoal que tem bastante conhecimento do trabalho indígena e até me alegra muito, de pesquisadores, de antropólogos que estão juntos na questão e, do nosso companheiro Pedrinho que é aquele que está, quem sabe até, à espera de soluções, mas ainda somos pouco ouvidos.

Então, ele convive na área indígina e sabe os seus problemas, suas necessidades, enquanto que, quem sabe, nós aqui de fora estamos apenas olhando para o índio e tentando dar a ele a nossa solução.

Eu falo como índio e agora, quem sabe, com essa facilidade de ver as coisas dos dois lados.

Eu sou índio criado na reserva indígena, lá tenho os meus pais e a minha família toda está na tribo e me sinto bem

com esse povo, convivo muito bem com eles. Mas, quem sabe, hoje depois de algumas dificuldades eu tenha a oportunidade de ver o índio do lado que vocês vêem até. Por isso o índio não é apenas o mito que o branco vê daqui e também ele não é o isolado que ' se vê de onde vive. Mas eu vejo daqui com raízes profundas nas tribos indígenas, então consigo ver, quem sabe, o lado dos estudiosos, daqueles que abrem debate. E meu amigo Pedrinho disse ' que a gente fala muito e age pouco, é verdade isso, mas creio ' que são esses debates, essa oportunidade de dialogar o problema indígena que nos levará sem dúvida à soluções. E não querendo ' que isso seja à curto prazo, porque isso é impossível, mas quem sabe à médio prazo chegaremos à soluções bastante satisfatórias com relação aos índios.

Ao se aproximar o século 21...(lê)...

Lúcio 18:00 19/4/85

80

- Exmo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa e da Assembléia Constituinte do Estado do Paraná, Deputado Anibal Khury.
- Exmo Sr. Presidente da Comissão da Ordem Economica e Social da Assembléia Constituinte do Estado do Paraná Deputado Raphael Grecca de Macedo.
- Exmo Sr. Relator da Comissão da ordem Economica e Social da Assembléia Constituinte do Estado do Paraná Deputado Haroldo Ferreira.
- Exmos Srs. Deputados e Deputadas Constituintes do Estado do Paraná.

Ao se aproximar do século XXI, o Brasil se vê num emaranhado tão grande e talvez maior do que nos dias em que por aqui chegaram Pedro Álvares Cabral. Indefinição, desconfiança,crise. Esse é o nosso cotidiano. A população indígena é hoje minoria e seus problemas não são taão grandes, bem como não afetam diretamente os rumos da sociedade brasileira. Torna-se portanto mais natural que o sistema administrativo procure a solução de problemas maiores, quando o antigo dono desse imenso paraíso, o Brasil, fica confinado aos poucos palmos que lhe restam do muito que era todo seu. Não se procura aqui trazer novas questões ou tornar algumas polêmicas, mas quem sabe, ouvir um pouco o gemido, o clamor das nações indígenas.. Falo de dificuldades vividas hoje por esse povo. Nossos índios estão inevitavelmente aumentando seu relacionamento com o homem branco e dele recebendo cultura, os costumes as técnicas e os anseios.

O jovem índio é tão sonhador e até tão idealista quanto nossos jovens . Esse potencial que a curto prazo estará na sua plenitude pode ser deixado na desmotivação e no descaso como hoje, ou ser usado na reconstrução de nosso país, depende da postura do homem branco, que de fora e à distância consegue "programar " os destinos desse povo. É necessário que homens de visão nessa causa se unam desprovidos de auto promoção e preconceitos, lutando árduamente em tão nobre missão.Nossos índios precisam de ajuda ,planejamento permanente e estrutura em evolução. Esse povo pode tornar-se auto-suficiente e liberar a grande máquina administrativa, hoje colocada a seu dispor, para atender outras necessidades nacionais. É preciso que aui e agora se façam coisas simples, mas básicas:

- Remover barreiras.
- Dar a visão correta.
- Motivar.
- Incentivar.
- Dar uma oportunidade para ser mostrado o seu valor como cidadão.
- Sugestão- Essa Assembléia Constituinte do Estado do Paraná pode pensar em Comunidades índigenas que sirvam de padrão no desenvolvimento, na integração, na estrutura e na auto suficiência, a médio prazo para todo o Brasil.

Lucio Flores

comissão de ordem econômica e social

19/04/89

mlm 18,05 hrs. -1

O SR. LÚCIO:-Termina de lêr.

O SR. MÀRIO CAMILO:- Pela primeira vez, eu agradeço a presença de/ todos, numa Assembléia ampla, preocupada a defender nossa Nações, como índios, embora temos a Funai, os índios / antigos diziam que a Funai é o pai do índio, mas o pai não está podendo sustentar o filho, então com isso a gente está conseguindo/ a gente está vendo a dificuldade de toda a Nação, não só índio,todo brasileiro que mora no País se encontra uma barreira, a própria política nacional está passando uma crise, precisa se organizar, sempre que há uma coisa, a defesa do ser humano, a gente precisa se organizar, senão não tem jeito, por exemplo, a formiga não pode / carregar muito peso sozinha, mas junto pode levar para sua casa. Então com isso nós seguimos exemplos, hoje eu sou índio político, estou aprendendo, não sei de nada, pretendo aprender e defender o certo, não deixar o errado continuar.Como o nosso amigo Pedrinho disse eu procuro pedir apoio aos nossos governantes, aos nossos Deputados Conhecemos muitos Deputados, na Constituinte, em Brasília, pedimos apoio, a gente precisa se organizar, defender esta Lei que está aí A gente fomos em Brasília, agrupamos, passamos / fome...

O SR. MÁRIO... agrupamos, passamos fome, mas isso aí é defesa nossa é de a gente participar, de olhar juntos, para defender junto com aquele que quer defender o Índio. Eu acho há interesse, tem muita saída, a não destruição como está tendo, nós precisamos recuperar a destruição brasileira, não é só na área indígena mas em todas as repartições, haja dificuldade de acesso, dificuldade de trabalho, principalmente o Índio que está começando a se mover, está começando a enxergar. Meu pai por exemplo, ele foi cacique, ele voltou a ser / cacique de novo, falava para ele o superintendente, um delegado da / Funai, chegava a tremer pensando que aquilo lá era um homem que pegava ele e levava embora e não era isso! Então, foi isso que obrigou a gente participar, se organizar e nós estamos aí ouvindo os debates com Professores, bastante experientes nessa passagem da vida / nossa né. Eu acho que essa nova lei, a legislação nova foi muito boa, com o Político nas áreas indígenas, não pelo artigo, mas em termos de nível Municipal. Nós precisamos trazer aquilo que perdemos, por exemplo: Foi falado a respeito de estudo. Então, nós temos que achar um jeito de recuperar isto, mas através daquilo que nós perdemos para o Estado, o Estado tem que devolver as casas. Nós temos / que solicitar, não é morar. Nós estamos solicitando ao Governo do Estado a devolver alguma coisa que já saiu da nossa reserva à nível Municipal. Então, eu acho importante a Assembléia de hoje, pela 1ª vez / que participo e não é só essa, a gente vai se encontrando, a gente vai até o fim defendendo o direito do nosso futuro, de nossos filhos, a terra, que até hoje não é nossa, só podemos ficar em cima da terra, mas não temos direito. Então, eu acho que na próxima Constituição, eu acho que nós vamos ter que permanecer, até lá vai ter mais gente, vai ter Índio Político aliado com o povo que defende o interesse nosso / hoje, eu acho que vai ser mais importante, embora muito longe ainda, não sabemos que ano que vai ser, mas até lá eu tenho esperança, esperança é a última que morre. A vida nossa é muito triste, porque só / nós sabemos a dificuldade do nosso povo brasileiro que são os Índios e

O SR. MÁRIO...os índios e temos também os encontros indígenas nas outras áreas que vai ser realizado, nós vamos marcar para a gente se unir, através da união a gente consegue as coisas, o que precisa ser defendido...

O SENHOR MÁRIO - ... o que precisa ser defendido, embora tem nosso pessoal que defende a gente, ninguém sabe mais a não ser o índio.

Então, muito obrigado e a gente está aí. Eu sou do Estado de São Paulo e eu não sei o que se passa aqui no Paraná nas aldeias, mas, as histórias são tão tristes,nãoé?

Eu estou aqui para dizer que se depender de mim a gente "estamos" aí para defender os direitos dos nossos irmãos.

Muito obrigado.

(PALMAS)

(A senhora Presidente passa a Presidência dos trabalhos para a Senhora Deputado Irondi Pugliesi, a fim de que essa possa presidir os debates)

A SENHORA PRESIDENTA(Irondi Pugliesi) - Eu gostaria que todos permanecessem em seus lugares para que nós pudéssemos dar continuidade a essa exposição e debate que para nós é muito importante.

Eu gostaria de saber se tem alguém inscrito ou que gostaria de falar ou expor a respeito da questão que está sendo discutida, fazer algum questionamento.

O SENHOR SAMEK - Marez, eu entendi nas suas colocações, eu acho que entendi mas, não consegui compreender. Eu gostaria de ter um esclarecimento melhor. Você colocou que é contra a demarcação das terras indígenas.

O SENHOR MAREZ = Veja o seguinte, eu acho que as terras indígenas existem, eles são. Então, como elas existem a demarcação é uma mera providência administrativa, secundária, inferior, subalterna, que vai dizer aonde que elas são. Então, vai marcar o traçadinho ali, porque elas já existem. Então, o que determina o que é uma terra indígena é o estudo antropológico, quais são as terras que está geralmente habitadas. Vamos pegar os exemplos do Paraná, porque os exemplos do Paraná são fal-

FALSOs na medida em que todas as terras indígenas do Paraná são menores do que as terras tradicionalmente habitadas. Então, seria falso pegar o exemplo do Paraná hoje, as terras indígenas são aquelas aonde a fronteira agrícola branca não chegou. Então, está ali e está fácil de marcar. Não houve conflitos com as terras indígenas menores que também não teve muita importância.

Bom, nós vamos pegar um exemplo na Amazônia, vamos pegar o exemplo que eu citei do caso Ianomani. O Ianomani existe em estudos profundos, longos, de comissões com participação de antropólogos internacionais que estudam a questão Ianomai para ver aonde, quais terras são as efetivamente ocupadas pelos Ianomanis e ~~xxxxxx~~ chegaram a algumas conclusões e é claro que isso é muito difícil, não existe uma linha precisa, porque por influências os Ianomanis, ora vinham para cá, ora brigavam com os Bacoxi, ora havia briga de terra e esticavam um pouco mais, então não há uma linha precisa, mas, se precisou num determinado momento na década de setenta, se precisou qualquer o limite da área Ianomani, se precisou por referências geográficas: eles iam até o rio tal, não ultrapassavam tal lugar. Bom, esta é a terra Ianomani, a fronteira agrícola ainda não chegou lá. Então, é claro que é necessário uma providência administrativa secundária, de ir lá e demarcar, inclusive, para impedir que a nossa fronteira agrícola chegue, não é exatamente para garantir que os índios fiquem lá dentro, para segurar os índios, não. É para ~~xxxxxx~~ impedir que a nossa fronteira agrícola ultrapasse essa linha, que é a linha ~~xxx~~ tradicionalmente ocupada pelos Ianomanis.

Agora, isso eu não disse, talvez você entendeu pela forma como eu fui colocando a questão. Eu não falei exatamente esse termo. Mas, ao se colocar, ao se dá um estatuto muito elevado à demarcação, como se a demarcação fosse uma coisa extremamente importante. Acontece que o Estado pega isso como é a demarcação, então, ele pega e vem fazer a demarcação. Então não dá bola mais para o estudo antropológico que tem. Mas, faz ele mesmo a demarcação, segundo os interesses do jEstado como se fosse demarcar a colônia...

O SR. MARÉS - ... a colônia que ele vai titular para o amigo ou para o vizinho ou legalmente para o poçeiro e aí ele vai dizer, não, não vou dar isso porque está meio grande, vou diminuir um pouco, mas ele não tem que pensar se vai diminuir ou vai aumentar, não tem que entrar na questão como entrou o Governo Federal agora em março deste ano, de que ele não podia fazer isso na faixa de fronteira, porque ia dificultar as manobras militares. Está isso em questão, a Constituição não diz isso. Outra coisa, não pode dizer que existem pressões de mineradores, de garimpeiros na área, então vamos tirar os garimpeiros, não, não é essa a questão, eles não podem fazer isso. Ele não pode resolver problemas que ele tinha que resolver de outra forma, um problema social dos nordestinos e garimpeiros que estão invadindo a área indigena, que ele tinha que resolver aonde os garimpeiros estavam na origem, não vai resolver dando as terras de Ianomani, então isso ele fez, fez porque, porque ele pode demarcar e a Constituição Federal deu poder maior quando nas Disposições Transitórias ele deu um prazo de cinco anos.

Então sob o argumento de que tem pressa em demarcar, ele vai e demarca menos, historicamente, não há nenhum caso que confirme como exceção, todas as vezes que o Estado brasileiro demarcou terra indígena diminuiu o território tradicionalmente ocupado, todas as vezes, inclusive o histórico convênio feito entre o Governo Federal e o Estado do Paraná para demarcar terras indígenas aqui no Paraná, que reduziu à dez por cento dessas áreas segundo as informações dadas. Então a demarcação, quando ela ganha um estatuto de importância ela serve exatamente para o Governo utilizar para diminuir terra indígena. Então o que eu disse, não é que eu seja contra demarcação, a demarcação tem que ser feita porque afinal de contas tem que saber aonde é que é o limite deçuma e de outra, mas ela tem que ser uma mera providência administrativa secundária e subalterna ao estudo antropológico que o precede.

O SR. SAMEK - Sabe por que eu fiz essa pergunta, Marés?

Porque se você fosse o Presidente da República eu concordaria em gênero, número e grau o que você colocou,

se o Haroldo a Deputada Irondi fosse a Presidente da Assembléia Legislativa não teria ocorrido o que ocorreu em Mangueirinha. Então se o Ianomani tem direito a 9 milhões, temos que brigar para que sejam demarcados, para não deixar de demarcar isso, porque daqui a pouco não vai xxx ser ...

O SR. MARÉS - Prefeitamente, eu acho que essas providências secundárias, subalternas etc, têm que ser providenciadas, só que ela pode feita pelos próprios índios. Se ela é secundária, não precisa o Presidente da República homologar através de decreto, não ela é uma providência secundária, você vai lá e faz, o judiciário faz, o legislativo faz uma lei e aprova, você entende, eles fazem por qualquer outra forma que não precisa ser um decreto do Poder Executivo. Eu acho que você tem toda a razão, só que eu quero dizer o seguinte, a demarcação tem sido utilizada por ter um "status" de importância fundamental, inclusive tem um processo criado por um decreto, um processo especial para demarcação de terras indígenas, onde se reune afinal é um conselho quase tão importante, quanto qualquer conselho de Estado, um monte de ministros, Chefe da Casa Militar, toda milicada lá, para decidir o perímetro, mas ora o perímetro está decidido na Constituição, é aquele tradicionalmente ocupado, esse é um estudo técnico ou você confia nas pessoas que fazem ou faz outro. Vai fazer estudo técnico só para dizer que não é aqui, tem que dizer porque que não é aqui, tecnicamente porque e não foi isso que aconteceu no caso Ianomani. Então esse é o problema.

O SR. MAURO MATEI - DA FUNAI - No começo dos trabalhos foi colocado que a XXX Comissão já está com os trabalhos prontos, já mandou para a Comissão Constitucional, então já que a gente está aqui debatendo a questão indígena, eu gostaria de saber do Relator ou de algum membro que está aqui presente ou da Deputada Irondi ..

O SR. MAURO MATEI: ... Deputada Irondi, o que é que esta comissão tem a oferecer para os índios, porque infelizmente hoje eles estão ouvindo o que a Comissão da Ordem Econômica e Social vai colocar para eles, enquanto Constituição Estadual e se o relato já está pronto.

O SR. HAROLDO FERREIRA: Eu acho que este fórum de debates é exatamente para enriquecer este momento em que a gente tem o trabalho da Constituinte Estadual. E até porque a gente ainda tem três espaços abertos na Constituinte para trabalharmos, que é a própria Comissão Constitucional , onde pode ser apresentada emenda pelos senhores Deputados. Depois, a fase de 1º turno, que também é uma fase onde qualquer Deputado pode entrar com emenda e daí é votado em Plenário. E a fase de 2º turno, onde recebemos emendas supressivas e que também podem ser discutidas, o Deputado Nereu não concordou, mas ... No 2º turno é uma fase de emenda supressiva e que também existe um espaço para trabalharmos, a nível da Constituinte.

É evidente que nós nos defrontamos, e aqui eu acho que devemos abrir, porque é um debate, nos defrontamos com duas posiçoẽs. Uma posição que é colocada por setores que acompanham e trabalham na questão do índio, a nível do Paraná, que acha que a proposta na Constituiçao Estadual, ela deve ser o mínimo possível abrangente, de tal forma que não faça com que o que está definido na Constituição Federal seja confundido com alguma coisa que se possa colocar na Estadual e de tal forma que daí a União, que tem o compromisso e as responsabilidades já no Texto Constitucional, acabe dizendo: "Não, na Constituição do Estado do Paraná está dito que determinadas coisas competem ao Estado e o Estado vai dizer que compete à união". //Então, nós estamos com esta preocupação. E por outro lado, outros setores que acham que na Constituição Estadual deve-se colocar mais abrangentemente uma série de questoẽs, inclusive a questão da demarcação.

Então, nós estamos aqui na Assembléia Constituinte do Paraná, lutando praticamente e analisando estas duas posiçoẽs. Ou o Texto da Constituição do Estado, no capítulo dos índios é conciso e não determi na confusão entre o que ela pode ter no seu texto ou que já existe à nive federal, ou nós colocamos um texto mais abrangente e acaba gerando uma co fusão e fazendo com que os Poderes, inclusive, joguem a responsabilidade de um para outro, sem que as coisas sejam encaminhadas. Então, eu acho que basicamente, o Texto que tem, hoje, no relatório da Comissão da Ordem Econômica e Social, sobre o capítulo dos índios, é um texto conciso, restrito, com a finalidade de não propiciar para a frente, estas confusoẽs. Mas, eu entendo que agora, na Comissão Constitucional, no 1º turno, este debate vai-se ampliar e o que realmente deve ficar, finalmente, no Text

deve ser a discussão maior e o consenso maior na questão indígena do Paraná.

(PERGUNTA INAUDÍVEL).

O SR. HAROLDO FERREIRA: Eu não sei se vale à pena, neste momento, entrarmos nestes detalhes. A questão que colocamos e que temos hoje é isso O que está proposta e já aprovado na Comissão de Ordem Econômica e Social , na Comissão Temática, é um texto conciso para evitar a possibilidade de confusão e que os Poderes não assumam as suas responsabilidades. Agora, está aberto para a Comissão Constitucional e para o 1º turno esta discussão, e pode inclusive ser mudado o Texto.

(PERGUNTA INAUDÍVEL).

O SR. RIVIERA: A pergunta é para o professor Marés. O senhor falou em Estado, que o índio é avesso a toda a forma de Estado e de ordem política. Mas, eu entendo, como professor de história ...

O SR. .RUI.....: Mas eu entendo, como professor de História, que toda Nação tem que ser organizada através do Estado. Nós já temos 140 nações indígenas no Brasil. Eu não quero dizer que se deva criar um Estado dentro do Estado brasileiro, porque seria inadmissível para todos nós.Mas eu entendo que os índios deviam ter uma organização política, uma confederação, mesmo de caráter civil, mas que se desse o sentido de unidade e daria força a eles.

O SR. CARLOS FREDERICO MARES: Dr. Rui eu acho também. Eu advogo a idéia e sempre que posso, digo que as nações deveriam formar uma espécie de confederação de nações e acho que a relação de Estado brasileiro, deve criar um organismo e facilitar essa união das nações, sem preferência, porque já há - algumas teses de que o Congresso Nacional deveria abrigar a representação das nações indígenas. Isso é um absurdo. Não faz sentido isso.Mas, que o Estado brasileiro garantisse as reuniões periódicas, numa espécie de congresso federado das nações indígenas, para resolver os seus problemas, inclusive discutir questões que possam ser encaminhadas para o Congresso Nacional , para serem - transformadas em lei do Estado brasileiro.

Nisso tudo eu concordo plenamente, agora, o problema que foi colocado é que cada nação não tem necessidade do Estado, por sua própria organizaçãom estrutura social e eu tenho colocado que essas estruturas sociais que não necessitam do Estado e que convivem dentro do Estado, como é o caso dos indígenas, elas têm o problema de que seus direitos, enquanto povo, não são reconhecidos. Não serão maltratados, nem submetidos a - serviços degradantes, mas seus direitos coletivos, seus direitos como povo, não são reconhecidos.

Eu concordo plenamente com a idéia da confederação, embora tenha plena certeza que há dois complicadores que quase inviabilizam. Um é o complicador do Estado brasileiro.

Isso seria a abertura de uma " capitis diminutis"ao Estado brasileiro. O segundo, é o complicador dos próprios índios. É muito difícil ex stir uma confederação, porque até esta forma de representação de cada uma delas é diferenciada, cada um tem a sua e é extremamente difícil, porque nem sempre há unidade interna dentro das nações.

O SR. JOSÉ LOMBARDI : Sou Professor da Universidade Estadual de Maringá.A primeira colocação é com relação à nova Constituição Federal. Eu concordo que avançou com relação ao que estava posto pela legislação anterior, só que não é o que se poderia almejar de melhor, uma vez que parte significativa das reivindicações das entidades indígenas e da comunidade científica, ela foi colocada fora do texto constitucional aprovado.

Ela é uma Constituição que contém avanços, mas ela é a Constituição possível na atual conjuntura histórica.

Para o processo constituinte estadual houve a possibilidade de avanço bem maior, uma vez que já se tem um texto norteador e dado que se vive no Brasil uma República Federativa, como nos furtarmos neste momento, a nível da elaboração das Constituições Estaduais, de colocar o Estado efetivamente como co-responsável pela questão indígena, notadamente em assistência a alguns setores, como educação, saúde, assistência técnica e demais setores. Seria essa a colocação e eu pediria um posicionamento dos senhores Deputados.

O SR. HAROLDO FERREIRA : Eu acho que a questão está posta em cima das duas correntes ...

(COMISSÃO ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL)

O SR.HAROLDO FERREIRA : - ... Em cima das duas correntes que eu coloquei de idéias a respeito do texto Constitucional do Paraná. Eu acho que o debate está começando e eu havia dito que existe espaço na Constituinte do Paraná, para que ou consolide o que já está na Comissão temática, ou inclusive possa ser objeto de mudanças dentro disso inclusive, que o companheiro colocou.

Eu acho que vale a pena realmente o debate para que estas questões sejam colocadas, e vai depender daqui para frente, e principalmente que as Entidades indígenas sabem muito bem disso, pelo trabalho pela prática, e experiência que adquiriram durante a elaboração da Constituição Federal, e daqui para frente tem que trabalhar, e as forças e as correntes que existem, terão que se organizar para defender as suas posições e nós os Deputados é claro que seremos sensíveis, e votaremos de acôrdo com a nossa conciência, mas de acôrdo com o poder de influência que as várias entidades e os vários segmentos se fizeram presente na Assembléia Constituinte.

(Conversas paralelas)

O SR.HAROLDO FERREIRA - Sem dúvida, no momento que isso ficar definido e ficar determinado e atingir a conciência de cada Deputado que realmente essa é a questão mais importante, eu não tenho dúvidas que essas questões, serão majoritárias na Constituinte Estadual.

Agora no momento em que o outro lado, da outra corrente que existe e que também acabe sendo majoritária, porque o que é que nós estamos fazendo aqui? é abrindo debate, exatamente para que nós possamos conhecer mais as questões indígenas , inclusive do Paraná, que foi muito bem dito, que nós não conhecemos. Está no momento histórico de que isso seja chegado na Constituinte do Paraná e que possa exercer efetivamente sobre os Deputados durante o fechamento do texto dos Indios na Constituição do Paraná.

O SR. MARIO : - (Universidade Federal de Maringá) - Eu queria esclarecer uma questão colocada pelo amigo Pedrinho, que ele -

O SR. HAROLDO FERREIRA : - generaliza a questão dinheiro como sendo o grande problema do Indio, Eu pergunto a ele, se essa questão é mais no caso do grupo específico dele e pelas discussões - até agora, não é a questão do dinheiro, é a questão da terra, é a questão dos garimpeiros, nós passamos pela questão da Indentidade também, questões Balbinas, hidrelétrica, não dá para generalizar, que com dinheiro resolve a problemática do País.

Então, eu gostaria que o Sr. Pedrinho me esclarecesse essa questão.

O Sr. PEDRINHO - Eu disse isso, porque para discutir o problema do Indio voce passa horas, e não discute tudo. Eu coloquei - uma parte. E muitas áreas nós sabemos que a questão hoje, eu coloquei em termos de Sociedade, por exemplo : Se eu quero organizar um Projeto na Educação, eu não tenho como realizar isso. Eu não tenho meios.

Eu sei também que a Funai não tem meios.

Agora é preciso que as Entidades também contribuissem para que se formasse e se criasse alguma coisa, na Educação, ou cria algo, uma proposta a mim, é levada a vocês e muitas outras Entidades. A criação de literaturas indígenas.

Então quando eu falo em dinheiro, não é porque eu quero que o dinheiro seja a salvação da pátria do Indio, eu estou colocando em têrmos de Assistência e de criar alguma coisa, que seja bom para o Indio, não só na Educação, mas em questão por exemplo que não pode prever ou programar um Projeto sem voce ter o dinheiro. O que eu quero dizer com isso, é que eu não acho justo por exemplo,

O SR.PEDRTINHO - ... eu não achp justo por exemplo que o senhor tenha uma riqueza em cima de uma área, eu vou derrubar essa mata para arrecadar meios. O senhor tem outros meios, outros -órgãos de assistência que poderão lhe ajudar a realizar esse trabalho. Então eu não vejo por exemplo, não vejo, nem penso nisso que o dinheiro será a salvação de tudo. Eu só faço a proposta que seja criado um programa educacional, um projeto, seja qual projeto que for dentro das áreas indígenas que não precise de verbas.Eu vou ter claro que a FUNAI no momento não tem meios.Então eu coloco, por exemplo, as entidades que queiram contribuir para que nós possamos sentar numa mesa e discutir e debater os projetos a serem realizados em cima das áreas indígenas.Porque eu acho que não cabe somente à FUNAI toda responsabilidade, arcar com essa responsabilidade existindo outras entidades que podem cooperar.

A SRA.MARINA - (índia) - Nome Guarabi, eu sou guarani-caingangue, minha mãe é guarani meu pai é caingangue e meu nome de índia é Janaína: por que essa de educação, a FUNAI, que tem os recursos sim de preparar índias para serem as professoras nas aldeias, por que que não dão espaço às índias que podem muito bem contribuir, que as índias são fortes e podem contribuir. para a educação de seus próprios filhos e netos nas aldeias.

O SR.BATISTELE - Janaína, eu gostaria de lhe dizer que na verdade isto está em ampla discussão dentro da FUNAI. Nós vivemos até aqui há pouco tempo, como já disse, a onde não existe especificidade na educação indígena, não são respeitados exatamente os valores culturais no momento em que se educa o índio dentro da reserva. Então nós estamos trabalhando, com raras exceções, há cartilhas caingangue, embora não atingindo todas as comunidades, todas as aldeias indígenas.Porque há determinadas áreas com 18 aldeias dentro de uma área só.Então não atingiu todos dentro da área, está em profundo debate isso, foi debatido primeiro com todos os monitores bilingues e indígenas: são 41 monitores bilingues indígenas, debatemos no segundo semestre do ano passado

isto aqui em Curitiba, toda proposta apresentada exatamente pela área da educação foi aprovada em setembro do ano passado e os recursos já estão sendo liberados para essas áreas para ser feito isso. No início de maio isso vai ocorrer na região de Londrina onde a UEL estará presente nessas discussões também. Pode dar aula desde que seja treinado exatamente no ensino bilingue e cultural,que é o que acontece com o treinamento recebido por esses monitores caingangue e que começou a ser preparado também, através de um convênio com a FUNAI os monitores bilingues-guranis.

A SRA.JANAÍNA - Ele falou que as índias não podem lecionar se elas não tiverem preparação. Às vezes muitas vezes não é problema de treinar, elas já nascem treinadas, elas vivem a vida delas, elas vivem a vida do povo indígena, elas nascem lá.Se elas sabem lê, escrever, sabem falar a língua delas elas podem muito bem ensinar os outros. Era isso. Eu sou cozinheira, cozinho no quartel, sou cozinheira dos oficiais, aprendi fora da aldeia,meu pai foi morto quando...

O SR.BATISTELA - Eu acho que exatamente o que a Janaína falou é o que estamos procurando fazer , embora existem determinadas técnicas didáticas-pedagógicas que são trabsmitidas exatamente a esses monitores bilingues. O treinamento que recebem praticamente é nessa área, mas, jamais vamos ignorar que vocês,exatamente, são os senhores dentro da língua que vocês...

SENHOR -... ~~são os senhores dentro da linha~~ que vocês pertencem, que vocês possuem. Eu acho até que o Pedrinho como monitor bilingue ele pode perfeitamente dizer isso melhor do que eu.

Sra. ~~XXXXXXX~~ - Eu só queria dar um depoimento reforçando um pouco o que ele falou.

No Ivaí no início da década de 60, por volta de 1966 (inaudível)... e a senhora dele era professora. Ela tinha dificuldade de se comunicar por causa do problema da língua.

Então, ela elegeu um rapaz de 20 e poucos anos que era filho de branco com índio, portanto, tinha o domínio das duas línguas. E esse cidadão sem preparao, a não ser os 4 anos que ele fez no primário ele preparava já, antecipando o trabalho dos monitores, ele preparava as classes para que a professora recebesse os indígenas já falando e dominando. Então, ele alfabetizava sem ter cursado escola normal, porque ele conhecia a língua. Ele falava o "caigangue" muito bem. E os índios estava alfabetizados mesmo porque aprenderam primeiro em caigangue. .

Então, acho importante que vocês incorporem e acrescentem esses monitores bilíngues que vocês têm, que estão preparados e se acrescente mais gente que queira colaborar. Acho que o importate é somar.

Sra. - Realmente o ideal é que o índio mesmo ensine o índio, porque daí não haveria aquela cultura diferente da outra. A criança se sentiria muito bem em ter um professor que pertence ao seu grupo, que tem a mesma cultura.

Ocorre o seguinte, que para ser monitor bilíngue precisa de toda uma preparação. Eu vi que ela estava dizendo que queria ser monitora bilíngue. Eu não sei, mas acho que teria que preencher certos requisitos. Porque o nosso monitor lá no sul, quando ele chegou na escola, ele tinha uma certa escolaridade e durante 3 anos ele recebeu treinamento especial. Então, aprendeu escrever toda a gramática da língua. Eu vim só esclarecer isso.

PRESIDENTE

PRESIDENTE (IRONDI PUGLIESI) - Tem mais alguém que queira fazer alguma pergunta?

PAULO CORDEIRO - Sou médico e trabalho na Funai.

Eu queria fazer a pergunta, eu queria uma explicação sobre um assunto que foi colocado de que os médicos da Funai estavam cassando curandeiros. Mais ou menos isso.

Eu vou comentar, ~~depois~~ é que. Primeiro.....

comissão de ordem ~~XXXXXXX~~ econômica e social

19/04/89

mlm 18,50 hrs. -1

O SR. PAULO CORDEIRO:-... eu vou comentar, é que, primeiro,médico na Funai começou a funcionar, efetivamente de 74 para cá, e agora eu fico procurando, tentando contactar para encontrar o curandeiro, que, na verdade não existe, o/ que existe são não índios, envolvidos, com outros interesses, ~~/~~ inclusive têm ocorrido vários óbitos, por causa disso, os próprios índios podem testemunhar, em Guarapuava, a gente encaminha ao hospital, que às vezes é uma desidratação, precisa de tratamento hospitalar, e na reserva não tem condição, então a gente encaminha ao hospital, mas eles, feita a cabeça, por estes curandeiros, não índios~~xxx~~ eles saem do hospital, sem ordem médica então ocorre o óbito. como ocorreu em Mangueirinha, em Ivaí

Eles vão lá e tiram o paciente do hospital, e às vezes uma doença que é simples se complica e eles morrem.

Então é isso, é nesse aspecto, inclusive o / trabalho do ~~xxx~~ médico deveria ser assessorado por antropólogo, assistente social, e não consigo encontrar o curandeiro, o verdadeiro curandeiro índio, ele poderia noa ajudar, agora, os não/ índios são perigosos.

O SRA. WIMIC TOMAZI:- Eu não falei que os médicos da Funai praticavam perseguição, eu ouvi de um índio ~~/~~ velho que contou, não disse que era o médico, disse que a política da Funai era de perseguição aos curandeiros kaigangue que/ praticava a medicina há 10 anos, e essa é a desculpa que eledá para o desaparecimento da mediciana kaigangue, do conhecimento, do saber deles. Ele colocou esta política de perseguição, de prisão, de violência da Funai, não falou que eram os médicos da Funai, falou que era uma política da Funai, que foi implnatada no/ Paraná, ~~XXXXX~~

O SR. BATISTELLA:- Mesmo porque não existia Funai ~~xx~~ naquela época ela foi fundada em67, então tem umas coisas que a gente não entende.

A SRA. PRESIDENTE:-(Irondi Pugliesi):- Mais alguém que queira se manifestar tem que se dirigir ao microfone.

O SR. DARCI PIRES DE LIMA:- Eu sou Guarani, eu vou falar um pouco sobre Educação, então as mesmas / dificuldades nós estamos passando, foi falado da literatura, foi falado bastante da parte dos kaigangues, menos do Guarani. Então isso nós estamos enfrentando, não sei como vamos conseguir, eu/ e o Ari, em Paranaguá, nós começamos a trabalhar, mesma coisa,/ só sabemos escrever na língua, nem era preparado, falávamos bem/ na língua, melhor que português, então esse foi o nosso XXXXXXX trabalho, nós sabíamos escrever e falar bem na língua...

O SR. DARCI DE LIMA... e falar bem na língua do que em Português. Então isso foi o nosso trabalho, o começo e agora começado está, agora como criar, isso nós não temos condições. Então, era isso que eu queria falar. Agora, eu quero a ajuda de vocês / que estão indo para frente né! Era só isso.

A SRa. PRESIDENTE (IRONDI PUGLIESI) - Aí Batisteli mais um depoimento, a mesma situação. Mais alguém que queira se manifestar?

A SRa. ENAIR - O que eu estive falando, conversando com o Batistela / esses dias lá na superintendência foi mais ou menos a respeito disso, né Batisteli? Então, eu disse: Se a Funai não tem / condições. Eu estava falando para ele, dar atenção para a gente, a gente chega até ele:"Batisteli, olha, tal comunidade indígena está precisando de um apoio, não tem condições de a Funai ajudar?". / Então, vamos se unir, vamos dar as mãos, vamos procurar entidade que possa dar esse apoio para as aldeias, seja Guarani, seja Caigangue. / Agora, eu estou cansada de ouvir que os Guaranis são os que menos lutam, são os mais humildes e a mais falante sou eu. Mas eu falo pelo seguinte: Já estou a tempo aqui, estou sempre vendo esse / rpoblema do Índio Guarani. A minha conversa com o Batisteli foi esta, a gente está combinado de marcar um dia, um acerto desse com relação ao apoio de outras entidades, já que a Funai não tem condições em dar certos apoios. Então, vamos pedir apoio a outras entidades; eu acho / que é se dando as mãos que a gente vai conseguir tudo isso.

O SR. BATISTELA - Eu quero dizer Enair que na verdade o Índio Guarani foi relegado e quando era uma tribo maior no início, hoje se tornou menor. A tentativa de escravização, se tornar soldado, essa coisa toda. O Guarani está hoje também em franca expansão, haja visto até que nos últimos 5 anos é que foram criadas essas 14 reser-/ vasindígenas que não existiam no sul brasileiro, o Índio Guarani sempre morou de favores nas terras dos Caigangues no sul do Brasil, era assim que ele vivia e ainda em algumas situações estava vivendo em / terras onde domina os Caigangues. Então, veja bem: Uma diferença cul-

O SR. BATISTELI... diferença cultural que tenha entre eles, habitam e essas terras. Então hoje se está constituindo, se / está constituindo terras, evidentemente para os Guaranis, também esta situação, não só a questão da terra,mas tudo que for relegado, porque ele queria viver em grupo, distante da nossa sociedade, mais afastado sempre da nossa sociedade, haja visto que até nas áreas, eles moram / sempre no fundo das áreas e foi abandonado exatamente por isso. Nós / estamos reverter este quadro. A situação do ensino bilíngue não poderá ser feito e nem deve, é lógico, nós temos cinco grupos indígenas / nesse Estado e terá que ser feito para os cinco, embora a situação esteja mais avançada para o Caigangue, nós temos que resgatar isso para cinco tribos indígenas que habitam aqui esses Estados, indiscutivelmente; só que a preparação dos Caigangues começou há dois anos, então / também começou conosco esta preparação dos ~~Caigangues~~ Guaranis, que / hoje estão lecionando em convênio com uma missão religiosa. Não há / grandes dificuldades para a Fuanis para encaminhar exatamente esse trabalho, talvez no sentido das contratações hoje mais difícil, mas / de prepará-los não há dificuldade. É isso que está sendo debatido do final do ano passado e que continuará agora, eu acredito que isso até a metade do ano se tenha exatamente norteado ação para tomar as atitudes com relação a essa questão, sob pena de se tomar precipitadamente sem estudar isso com todos os cuidados, até de errar mais uma vez. É esta a preocupação nossa....

O SR. BATISTELA - ...é esta a preocupação nossa de um envolvimento inclusive com a Universidade de Londrina.

A SRA. CECILIA - Já que nós estamos finalizando, eu queria mais uma vez agradecer pelo fato dos Deputados terem recorrido as Associações Científicas, a Universidade, aos Juristas, a Funai, para poder desenvolver esse debate e para também angariar as propostas que tiveram por premência de tempo de serem encaminhadas a questão de dias atrás. Eu faço um apelo a todos aqueles que respeitam o que se produz nas universidades, nos debates, nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia, nos debates da Casa Latino Americana, nos colégios estaduais do Estado e principalmente naquelas discussões como bem colocaram as lideranças indígenas, que são realizadas dentro dos espaços dos indios, quando se reunem as lideranças, seja para discutir questão de educação indígena, saúde, como aqui está também hoje sendo colocado, a questão do meio ambiente, que nossa proposta também contempla.

Eu quero cumprimentá-los por esta abertura, acho que nós temos muitas críticas a fazer, aqui eles falaram bastante com respeito a política, mas acho também que temos bons elementos nessa política, eu venho de uma família de Deputados também, só que de Deputados cassados (conversas paralelas)

Então eu gostaria que se registrasse, porque nesta Casa, eu estive anteriormente aqui convidada, ainda para discutir (incompreensivel) e esta questão indígena só por iniciativa da Casa Latino Americana e outras iniciativas que não foram propriamente da própria casa, é que nós chegamos aqui a debater.

Então eu quero registrar um voto de louvor por voces terem promovido este debate.

O SR. MARÊS - Eu quero fazer minhas as palavras da professora Cecilia e dizer que realmente esse tipo, eu participei muito diretamente ...

19.4.89/EL 19.05 .1. COM.ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

... muito diretamente, muito intimamente das discussões e da elaboração da Constituição Federal em relação à questão indígena e acho que participei assessorando as lideranças indígenas e eu acho que foi exatamente essa força das lideranças indígenas onde a Aiê-Naiê participou diretamente como liderança lá dentro do Congresso.Foi essa força das lideranças indígenas que conseguiu que o texto da Constituição federal fosse um texto tão bom como é. Nesse sentido até gostaria de dizer mais aos nossos companheiros de Maringá, eu acho que o texto da Constituinte Federal ele é mais do que o possível naquele momento histórico, ele ultrapassou as expectativas, nossa inclusive, a gente não imaginava que pudesse se chegar a um texto assim,principalmente se a gente começar a analisar não só os avanços genéricos , mas temos que analisar como a mineração da área indígena, a passagem da necessidade do Congresso autorizar a possibilidade de uma lei complementar que agora está sendo feita sobre mineração, o ministério público participando diretamente da defesa dos direitos indígenas. É tanta coisa, foram coisas conseguidas porque as lideranças indígenas estavam lá presentes, batalhando, lutando e conseguindo realmente, ponto a ponto, palavra por palavra, discutindo cada termo que ia ser colocado, estava lá a Aiê-Naiê, 300 índios de gabinete em gabinete pressionando os Srs.Deputados mas mais do que pressionando, convencendo os Deputados. Então eu acho que fundamental é o debate, fundamental que se fale, que se diga e quando eu vejo a presença aqui da Deputada Irondy Pugliesi e do Dep. Haroldo Ferreira, que nos chamaram e pediram, mais do que a gente ir no gabinete ir lá bater, nos chamaram, nos pediram o debate. E realmente eu acho que a Cecília tinha razão, eles merecem todo nosso elogio, todo nosso aplauso especialmente, a nossa esperança de que a Constituição Estadual seja uma Constituição que realmente defenda os interesses do povo do Paraná e em especial, no nosso caso, das populações indígenas aqui do centro. Mas eu no encerramento queria também estender esta homenagem a esses 2 parlamantares que tão brilhantemente vem nos

representando aqui, ao nosso parlamentar municipal Jorge Samek que esteve aqui desde o começo da discussão, participando diretamente, tanto vendo, e isso aí demonstra seu interesse pela questão indígena, seu interesse pelas questões populares que tem demonstrado sempre, e é claro que infelizmente a Câmara Municipal de Curitiba possivelmente não tratará da questão indígena porque os índios aqui de Curitiba só ficaram os nomes, nome tem bastante. Mas infelizmente eles mesmos já não estão aqui presentes. Mas em todo caso estendo meus cumprimentos ao ilustre vereador Jorge Samek.

QUIMIÊ TOMASI - Eu até me sinto aqui na mesa um pouco inexperiente, porque a minha experiência não é tão vasta quanto a do Marés. Mas eu há tempos venho lendo e realmente eu tambpém gostaria de parabenizar os Dep.Estaduais que fazem parte da Constituinte Estadual. Porque realmente essa preocpação de que uma assessoria de tão alto nível e há muito tempo, antes de toda a sociedade brasileira realmente acordar para o problema do índio, são pessoas que já estavam comprometidas com a causa dos índios. Então eu sinto que hoje devemos ter mais esperanças exatamente porque há um reconhecimento da própria sociedade que tem de lutar a comunidade científica... (inaudível). Então eu gostaria também de dizer que me sinto honrada em participar de um debate, trazendo embora uma pequena contribuição, mas eu acho que é uma forma já da Univ.de Londrina começar a participar efetivamente de um comprometimento maior com a sociedade. Era isso.

A SRA. KIMIÊ : Era isso.

O SR. JOSÉ JOÃO DE OLIVEIRA : Eu.concordo com o que disse o Professor Mares. Eu gostaria de falar da satisfação pelo convite para participar desta Mesa. A Professora Cecília reconheceu a legitimidade da sua participação e todos nós nos sentimos engrandecidos com a sua participação. Cabe mais uma vez - registrar a boa vontade e o interesse que o Deputado Haroldo e a Deputada Irondi quando nos prestigiaram, acolheram a proposta e se dispuseram a conciliar e a buscar uma forma ideal para uma - proposta para acOnstituinte estadual, de mo do que contraria também o que disse o Pedro quando disse que as pessoas estão procu - rando discutir sem achar solução, mas a solução nasce exatamente da discussão. Ela tem que nascer aqui e muitas vezes a questão indígena não começa na área indígena e nem termina lá. Ela começa cá nos gabinetes e termina muitas vezes num conflito armado, termina num hospital, termina fora da área indígena.

Discordo também mais uma vez, quando você faz críticas a detderminadas pessoas que ultrapassaram o limite das áreas indígenas para falar e buscar uma solução e é aí exatamente o caminho que vuscamos. É evidente que você, como líder político deve traçar o seu rumo, mas ocaminho é por aí e é por aí que nós conseguiremos resolver os grandes problemas que afetam a questão do índio, problemas que mjitas vezes não começa lá, começa aqui fora e não termina lá.

Fica registrada a importância desse Encontro e da disposição da Deputada Irondi em conciliar a melhor forma - possível uma proposta para a Constituinte estadual.

Foi um grande prazer estar aqui e participar dessa discussão.

A SRA. PRESIDENTE: (IRONDI PUGLIESI): Com a palavra o Sr. Batisteli.

O SR. BATISTELI: Eu acho que indiscutivelmente a Funai não -

poderia ser diferente nesse momento, do que sempre, ao longo da História, pelo menos do tempo em que trabalho na Funai, trabalhando nessa área, essas oportunidades são raras, porque normalmente as instituições públicas são refletidas em cima do nome das pessoas, digo, em cima das instituições e não nas pessoas que lá tranalham. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de que me deram de expressar aquilo que ao longo dos tempos nós aprendemos e agradecer também a presença das Lideranças indígenas e muitos não puderam vir em decorrência das festas pelo dia de hoje, Dia do Índio. Nós gostaríamos de ter todos aqui e eles também gostariam de estar todos aqui, mas isso não foi possível.

Gostaríamos de agradecê-los, principalmente porque deixaram a festa do dia de vocês, para vir aqui hoje e que legitimamente são referendados pelas comunidades de vocês.

Agradecemos muito a nobreza que teve a Comissão de Ordem Econômica e Social, no sentido de promover isto. A Funai está entrando com propostas nos 5 Estados e é muito raro tomar essa iniciativa no sentido de ver, além da União, Os Estados e Municípios co-participando na assistência aos povos indígenas, porque normalmente, as dificuldades maiores sobram para a Funai e é importante quando se encontra alguém com quem a gente possa se agarrar, porque às vezes não temos nem tempo para fazer política.

Agradecemos a Deputada Irondi, ampla defensora exatamente das minorias e também ao Deputado Haroldo,...